GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

- 2013 -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Exercício 2013

- 2013 -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Agnelo Queiroz

VICE-GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
Nelson Tadeu Filippelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Paulo Antenor de Oliveira

SECRETÁRIO – ADJUNTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Joan Goes Martins Filho

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
José Agmar de Souza

- 2013 -

Equipe Técnica

Adriane Freitas de Oliveira Cotias e Silva

Ana Carolina da Silva Ramos

Emilson Ferreira Fonseca

E'len de Oliveira

Eudóxia Maria Machado da Silva Andrade

Erinaldo da Silva Lêla

Hércules Bonifácio Ferreira Filho

Joseilda Mendes de Mello

Juvenita de Fátima Pereira Simas

Manoel Izídio da Silva Neto

Maria Auxiliadora Fernandes

- 2013 -

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ÓRGÃOS E ENTIDADES DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO
DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL – CLDF
Deputado Wasny de Roure
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL -TCDF
Inácio Magalhães Filho
SECRETARIA DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DO DF - CACI
Swedenberger do Nascimento Barbosa
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER - SEMDF
Valesca Rodrigues Leão
SECRETARIA DE ESTADO DO ENTORNO - SEE
Henrique José Pinto
SECRETARIA DE ESTADO ESPECIAL DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO DF - SEPIR
Veridiano Custódio de Brito
SECRETARIA DE ESTADO ESPECIAL DO IDOSO DO DF - SEID
Ricardo Quirino dos Santos
VICE-GOVERNADORIA - GVG
Nelson Tadeu Filippelli
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG
Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA – RA I
Jean Carmo Barbosa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA – RA II
Adauto de Almeida Rodrigues
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA – RA III
Antonio Sabino de Vasconcelos Neto
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA – RA IV
José Vadson Ramos

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO – RA V
Márcio Ribeiro Guedes
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA – RA VI
Wellington de Mesquita Vieira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ – RA VII
Caio Werth Frota Filho
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO N. BANDEIRANTE – RA VIII
Elias Dias Carneiro
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA – RA IX
Aridelson Sebastião de Almeida
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ – RA X
Antonio Carlos de Santana Freitas
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO – RA XI
Erizaldo Cavalcanti Borges Pimentel
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA – RA XII
Carlos Antonio da Silva Santarem
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA – RA XIII
Erivaldo Alves Pereira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV
Coronel Jean Rodrigues Oliveira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
Leonardo Sampaio Oliveira
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL – XVI
Tadeu Roriz de Araújo
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO – RA XVII
Artur da Cunha Nogueira

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE – RA XVIII
Ricardo Lustosa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA – RA XIX
Zoroastro Quaresma Martins Prates
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS – RA XX
Denilson Bento da Costa
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO II – RA XXI
Aline Barroso Lins
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SUDOESTE/OCTOGONAL – RA XXII
Rubem Nestor Bender
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO VARJÃO – RA XXIII
Francisco Carlos de Sá Freitas
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY – RA XXIV
Eliana Rodrigues dos Santos Santana
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO – RA XXV
Maria do Socorro Torquato Fagundes
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO II – RA XXVI
Salomão Gomes de Vasconcelos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO JARDIM BOTÂNICO – RA XXVII
Ronaldo Cavalcante
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ITAPOÃ – RA XXVIII
Paulo Gonzaga dos Santos
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR DE IND. E ABASTECIMENTO – RA XXIX
José Rubem Cabral Filho
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE VICENTE PIRES – RA XXX
Glenio José da Silva
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL - ArPDF
Marcio Eduardo de Moises Aquino

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - PGDF
Paola Aires Correa Lima
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - SEAP
Wilmar Lacerda
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR DO DF - INAS
Alberto Felippi Barbosa
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF - IPREV
Edevaldo Fernandes da Silva
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI
Lúcio Taveira Valadão
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA
Wilder da Silva Santos
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - EMATER
Marcelo Botton Piccin
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
Carlos André Duda
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT
Hamilton Pereira da Silva
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLV. SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA - SEDEST
Osvaldo Russo de Azevedo
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDF
Marcelo Aguiar dos Santos Sá
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFDF
Adonias dos Reis Santiago
BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB
Paulo Roberto Evangelista de Lima
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE
Hermano Gonçalves de Souza Carvalho

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH
Paulo Penha Lima
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB
Jeanitto Sebastião Gentilini Filho
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU
Gastão José de Oliveira Ramos
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DF – ADASA
Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA - FJZB
José Belarmino da Gama Filho
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS DO DF – IBRAM
Nilton Reis Batista Junior
SECRETARIA DE ESTADO OBRAS - SODF
David José de Matos
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL – NOVACAP
Nilson Martorelli
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB
Otton Silvério Junior
COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA – CEB
Rubem Fonseca Filho
CEB – LAJEADO S.A.
Vital Dias Ferreira
COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS – CEBGÁS
Rubem Fonseca Filho
CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.
Edgar Ketelhut Minari
CEB GERAÇÃO S.A.
Rubem Fonseca Filho
CEB PARTICIPAÇÕES S.A. – CEBPAR
Peniel Pacheco

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - SES
José Bonifácio Carreira Alvim
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO - FHB
Beatriz Mac Dowell Soares
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS
Gislene Regina de Sousa Capitani
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF - SSPDF
Paulo Roberto Batista Oliveira
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF
Cel Anderson Carlos de Castro Moura
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – CBMDF
Cel. Amilton Santos Esteves Junior
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF
Rodrigo de Niza e Castro Fernandes Franco
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN
Romulo Augusto de Castro Felix
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP
Verlucia Moreira Cavalcante
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO - SETRAB
Renato Andrade dos Santos
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - STDF
José Walter Vazquez Filho
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB
Carlos Alberto Koch Ribeiro
TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL – DFTRANS
Jair Tedesque
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL – DERDF
Fauzi Nacfur Junior
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ
Doremar José Barroso Hreisemmou

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR
Luís Otávio Rocha Neves
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLV. URBANO - SEDHAB
Jane Diehl
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP
Maruska Lima de Sousa Holanda
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODHAB
Rafael Carlos de Oliveira
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN
Paulo Antenor de Oliveira
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN
Júlio Miragaya
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A. - SAB
Paulo Francisco Gritto Garcia
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE - SESPDF
Júlio Cesar Ribeiro
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECT
Glauco Rojas Ivo
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL – FAPDF
Michelangelo Trigueiro
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SEJUS
Amanda Gonçalves Wanderley

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - STC
Mauro Almeida Noleto
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
Ricardo Batista Sousa
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL - SEOPS
Nelson Muller da Silva Cunha
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – AGEFIS
Gleiston Marcos de Paula
SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - SEPI
Carlos André Duda
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANCA
Eliane Aparecida da Cruz
SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC
Luiz Carlos Ribeiro da Silva
SECRETARIA DE ESTADO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA - SEMP
Antonio Augusto de Morais
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DO DISTRITO FEDERAL - SEAEDF
Joacinara Maria de Souza Costa
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014
Cláudio Monteiro

SUMÁRIO

Descrição	Página
Apresentação	11
Metodologia	13
Cenário Macroeconômico	17
Síntese da Avaliação	45
Análise dos Programas Temáticos	70
0150 - Brasília Sustentável	71
1350 - Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal – Águas do DF	79
6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	85
6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde	117
6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado	197
6204 - Atuação Legislativa	257
6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital	267
6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos	283
6207 - Desenvolvimento Econômico	304
6208 - Desenvolvimento Urbano	313
6209 - Energia	341

Descrição	Página
6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos	352
6211 - Garantia do Direito à Assistência Social	408
6212 - Resíduos Sólidos	434
6213 - Saneamento	442
6214 - Trabalho, Emprego e Renda	452
6215 - Trânsito Seguro	466
6216 - Transporte Integrado e Mobilidade	476
6217 - Segurança Pública	511
6218 - Habitação	546
6219 - Cultura	556
6220 - Educação Superior	584
6221 - Educação Básica	601
6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania	637
6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência e Atenção à Juventude	656
6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita	676
6225 - Regularização Fundiária	689
6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres	711
6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada	718
6228 - Transferência de Renda	732
6229 - Emancipação das Mulheres	747
6230 - Turismo	760
Tabela e Gráficos dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	774

Apresentação

À Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN, por meio da Subsecretaria de Planejamento Governamental – SUPLAN, cabe a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração, acompanhamento da execução das ações orçamentárias e avaliação de desempenho do Plano Plurianual.

Em cumprimento ao que estabelecem os artigos 8º, 9º e 10º da Lei nº 4.742, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2012-2015, alterada pelas Leis nºs 5.023/2013, de 04/02/2013 e 5.285/2013 de 27/12/2013, a avaliação de desempenho é realizada em duas etapas distintas**: a** primeira até o dia 15 de abril do exercício subsequente, quando a SEPLAN encaminha à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF o demonstrativo, por programa e ação, da execução física e financeira referente ao exercício anterior dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais; e a segunda, até 31 de agosto do exercício subsequente, quando a SEPLAN encaminha àquela Casa Legislativa o presente Relatório de Avaliação do Plano Plurianual, que apresenta os resultados alcançados, em 2013, em cada Programa Temático.

Nesta etapa de Avaliação Anual do Plano, na qual são apresentados os resultados do exercício de 2013, cada Unidade Orçamentária participa do processo encaminhando à SEPLAN as informações relativas a sua respectiva área de atuação, nas quais deverão constar os índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A SUPLAN/SEPLAN procede à análise e consolidação das informações em relatório único.

A estrutura deste relatório permite estabelecer uma conexão entre o contexto nacional e o distrital e apresenta uma análise dos resultados das Políticas Públicas implementadas pelo Governo do Distrito Federal, no período de 2012 a 2013, e organizadas por meio dos Programas

Temáticos e seus atributos tendo como parâmetro inicial o Planejamento Estratégico do Governo definido por sete macrodesafios desmembrados em 51 objetivos estratégicos.

Neste relatório a SUPLAN busca organizar, de forma mais clara, a vinculação destes macrodesafios e respectivos objetivos estratégicos aos Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado correspondentes, apresentando dados financeiros e representação gráfica. A seguir, é apresentado o desempenho dos Programas Temáticos e respectivos Objetivos Específicos, com a análise do alcance das metas e apuração dos índices dos indicadores que compõem o Plano Plurianual 2012-2015. Em complementação às informações qualitativas, são apresentados também, gráficos e tabelas comparativas por Programas e ações dos valores previstos no Plano e, respectiva Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2013.

A orientação da SEPLAN aos órgãos e entidades que integram o complexo administrativo do GDF enfatizou que a Avaliação, para ser eficiente, deve ser vista pelos gestores como ferramenta essencial para o aperfeiçoamento das políticas públicas e programas no âmbito da administração e, sendo um processo de aprendizagem, deve ser sustentada pelo desenvolvimento de uma cultura de aperfeiçoamento contínuo.

Sabe-se que a cultura de avaliação e mensuração de resultados no Setor Público deve ser incentivada, e por isso, a SEPLAN vem a cada ano trabalhando para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento.

Considerando que o planejamento deve ser dinâmico e o fato de que a própria metodologia do PPA 2012-2015 prevê a alteração durante a sua execução, este documento de avaliação contempla as alterações promovidas pelas Leis nºs 5.023, de 04/02/2013 e 5.285, de 27/12/2013 e por meio dos Decretos nºs 34.956, de 13/12/2013 e 35.097, de 23/01/2014, responsáveis pela alteração dos indicadores dos Programas Temáticos.

- 2013 -

Metodologias Adotadas

1) Para o Plano

A concepção do Plano Plurianual PPA 2012-2015 seguiu um novo modelo cujo sentido foi buscar por um caráter mais estratégico para o Plano, a exemplo do que fez o Governo Federal e assim estabelecer uma nova relação com os instrumentos de ação governamental e uma nova forma de comunicação com a sociedade e com os atores envolvidos em sua implementação.

Considerando que o Plano, além de declarar as escolhas do Governo e da sociedade, indica os mecanismos para a efetivação das políticas públicas e orienta taticamente a ação do Estado para o alcance dos objetivos pretendidos, estruturou-se este nas seguintes dimensões:

❖ Dimensão Estratégica, onde se encontram os Macrodesafios e respectivos Objetivos Estratégicos, por meio da qual constituíram as diretrizes baseadas no Programa de Governo e visão de longo prazo do Governo do Distrito Federal, que orientaram a formulação dos Programas do PPA 2012–2015;

❖ Dimensão Tática, na qual se encontram os Programas Temáticos e Objetivos Específicos, onde o Programa Temático retrata a agenda de governo organizada por meio dos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental; e os objetivos específicos expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela execução de um conjunto de ações.

❖ Dimensão Operacional, na qual se busca otimizar a aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues; relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência; é onde efetivamente as ações, orçamentárias (que demandam recursos orçamentários) ou não-orçamentárias (ações institucionais e normativas) são executadas.

Ao definir os Programas Temáticos que expressam as Políticas Públicas a serem efetivadas pelo Governo no período de 2012 a 2015 fez-se uma contextualização da área beneficiada, na qual se abordavam os seguintes aspectos:

- Uma interpretação completa e objetiva da temática tratada;
- As oportunidades e os desafios associados;
- Os contornos que a política pública deveria assumir;
- As transformações que se desejava realizar;
- Os desafios que deveriam ser considerados pelos Objetivos Específicos.

Cada Objetivo Específico apresenta uma caracterização que expressa os elementos de ordem tática que deveriam nortear a coordenação de governo e a implementação eficaz da política pública por parte de seus executores, evidenciando a caracterização da realidade posta para o Objetivo (linha de base para a meta) e, neste sentido foram detalhados:

- o escopo: *o que fazer, como fazer, em qual lugar* e *quando fazer;* e
- informações relevantes para o Objetivo, tais como: *aspectos legais, territoriais, tecnológicos, ambientais, de gestão* e *de financiamento.*

Para cada Objetivo Específico definiu-se então, quais ações, orçamentárias ou não-orçamentárias, deveriam ser executadas para conduzir ao alcance do Objetivo.

Após a execução das ações previstas para o primeiro ano de vigência do Plano – 2012 realizou-se, em 2013, a primeira Avaliação de Desempenho deste. Verificada a necessidade de ajustes para que os objetivos sejam alcançados realizaram-se ainda em 2013 as revisões necessárias para um melhor desempenho do Plano nos demais exercícios de sua vigência.

2) Para a Avaliação

Conforme previsto no art. 8º da Lei do PPA, a Avaliação de Desempenho será anual e deverá conter uma avaliação dos objetivos específicos e um demonstrativo, por programa, dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior, e a expectativa de alcance do índice final previsto. A análise dos Objetivos Específicos e seus atributos tem a finalidade de identificar os resultados alcançados pelos objetivos propostos conduzindo a um entendimento claro e objetivo do desenvolvimento dos Programas Temáticos e, consequentemente, das Políticas Públicas.

Para Avaliação do PPA 2012-2015, a metodologia adotada pela SEPLAN foi no sentido de orientar as Unidades Orçamentárias que possuem **Objetivos Específicos,** sob sua responsabilidade, que considerassem em sua análise o que foi abordado no Objetivo Específico à época da elaboração do PPA em comparação com os resultados alcançados nos exercícios de 2012 e 2013.

Em sua abordagem, a Unidade deveria então, discorrer sobre sua atuação no sentido de alcançar o Objetivo Específico proposto, relatando sucintamente as principais realizações de 2013, os fatores que contribuíram e os que dificultaram o cumprimento das metas previstas para o objetivo, a previsão de realização para 2014, os arranjos de gestão e as pactuações mais relevantes para o alcance do objetivo. Deveria ainda considerar: o conjunto de ações vinculadas (orçamentárias e não orçamentárias) e as medidas institucionais adotadas na implementação dos programas de governo; sempre que possível, fazer a identificação do público alvo beneficiado; a conexão com outras políticas públicas; os resultados da política pública (parciais ou definitivos, especialmente para as unidades responsáveis pela política); as entregas agregadas e outras informações

julgadas relevantes como, por exemplo: desenvolvimento de projetos específicos; geração de emprego; redução das desigualdades; as melhorias verificadas e outros ganhos de gestão.

No tocante aos Indicadores de Desempenho, a SUPLAN/SEPLAN encaminhou às unidades orçamentárias todos os indicadores sob sua responsabilidade com os índices previstos e respectivos índices alcançados em 2012 e 2013 orientando-as com relação aos índices alcançados pelos **indicadores** em 2013, no sentido de que as informações inseridas no sistema SIGGO à época da Prestação de Contas Anual do Governador não poderiam sofrer alterações, ou seja, o Sistema não seria disponibilizado pela SEPLAN para atualizações. Nos casos em que houvesse necessidade de atualização dos índices alcançados e/ou justificativas, seriam mantidas as informações iniciais e logo abaixo apresentados os indicadores cujos índices alcançados tiveram alterações e justificativas atualizadas contendo a informação: *"Indicadores ajustados na Avaliação do PPA"*. Tal iniciativa teve por objetivo preservar as informações prestadas no início do exercício e apresentadas na Prestação de Contas Anual do Governador, sem deixar de considerar o lapso temporal até a apresentação deste Relatório de Avaliação do PPA. Os casos em que ocorreram essas atualizações estão devidamente destacados neste documento.

Cenário Macroeconômico

O CONTEXTO NACIONAL

1. NÍVEL DE ATIVIDADE

No ano de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB)[1] brasileiro cresceu **2,5%[2]** em relação a 2012. O resultado é superior à expansão registrada em 2012 (0,9%) e inferior à registrada em 2011 (2,7%).

Em valores correntes, a soma de todas as riquezas produzidas pela economia brasileira no ano passado alcançou **R$ 4.844,815 bilhões**, dos quais **R$ 4.110,378 bilhões** (0,85%) se referem ao Valor Adicionado[3] a preços básicos e **R$ 734,437 bilhões** (0,15%) aos Impostos sobre Produtos[4] líquidos de Subsídios.

[1] **Produto Interno Bruto –** Bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida do total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas.

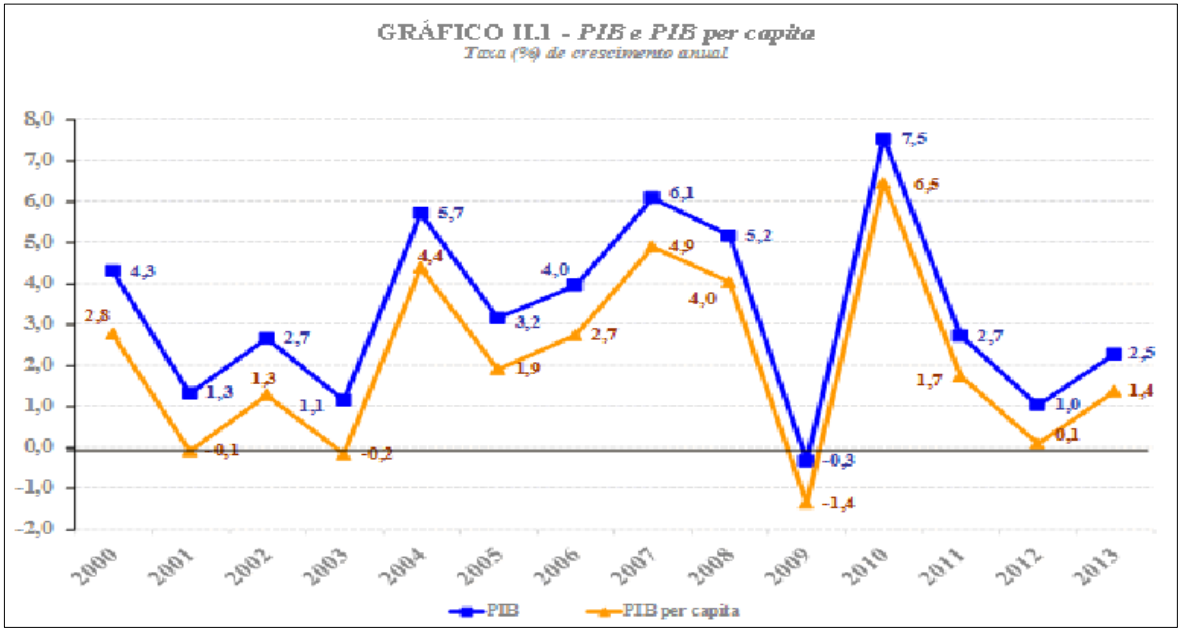
[2] **Revisão de Indicadores** – Revisões de indicadores econômicos são comuns no IBGE, uma vez que novos cálculos são feitos com a chegada de informações complementares e dados mais específicos. No caso PIB, originalmente estimado em 2,3%, a revisão também considerou a reformulação da pesquisa Produção Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) – que passou a incluir setores mais dinâmicos e de rápido crescimento.

[3] **Valor adicionado –** Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

[4] **Impostos sobre Produtos –** Impostos a pagar sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

O resultado reflete a expansão robusta do setor Agropecuário, a retomada do crescimento da Indústria e a recuperação moderada dos Investimentos.

Em função dessa expansão, o PIB *per capita*[5]alcançou R$ 24.065 (em valores correntes), variando positivamente em 1,4% em relação ao ano de 2012, o que coloca o Brasil na lista de países de renda média. A evolução do PIB e do PIB *per capita* no período de 2000 a 2013 é apresentada no gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Considerando o Valor Adicionado das atividades no ano, a Agropecuária registrou R$ 234,594 bilhões (7,3%), Indústria R$ 1.026,624 bilhões (1,7%) e Serviços R$ 2.849,160 bilhões (2,2%).

[5] O **PIB *per capita*** é definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano.

O crescimento em volume do Valor Adicionado da Agropecuária no ano de 2013 (7,3%) foi o maior da série histórica, iniciada em 1996. Além do bom desempenho da silvicultura[6] e exploração florestal, o comportamento de várias culturas importantes da lavoura registrou aumento na produção anual e ganhos na produtividade, com destaque para soja (24,3%), cana de açúcar (10,0%), milho (13,0) e trigo (30,4) – dados divulgados oficialmente no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola – LSPA/IBGE.

O resultado da atividade industrial foi positivo, destacando-se o crescimento da atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (2,9%) – puxado pelo consumo residencial de energia elétrica. A Construção Civil e a Indústria de Transformação cresceram 1,6% e 2,7%, respectivamente, em relação a 2012 – já a Extrativa Mineral acumulou queda de 2,2%.

Em Serviços, os destaques positivos foram Serviços de informação (5,7%), Administração, saúde e educação pública (2,2%). A atividade de Serviços imobiliários e aluguel apresentou crescimento de 2,3%, Comércio (2,9%), Transporte, armazenagem e correio (3,1%) e Intermediação financeira e seguros (1,5%).

Deve-se ter presente que, ao longo de todo o ano de 2013, o crescimento da massa real de salários, ao lado da expansão do crédito ao consumo, sustentou o crescimento das vendas no comércio varejista de bens em ritmo superior ao da produção industrial.

Sob a ótica da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias[7] totalizou R$ 3.033,7 bilhões (2,6%). Crescimento menor que o registrado em 2012 (3,1%) devido ao cenário de moderação do crescimento da massa salarial e maior rigidez na concessão de crédito.

Na mesma direção, a Despesa de Consumo da Administração Pública[8] atingiu R$ 1064,5 bilhões; e a Formação Bruta de Capital Fixo R$ 880,9 bilhões. Já a Balança de Bens e Serviços ficou deficitária em R$ 120,3 bilhões e a Variação de Estoque[9] foi negativa em R$ 14,02 bilhões.

---

[6] A **Silvicultura** é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais de uma dada região, satisfazendo as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, e aplicando técnicas estudadas para a manutenção, aproveitamento e o uso racional das florestas.

[7] **Despesas de consumo das famílias –** Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

[8] **Despesas de consumo das administrações públicas –** Serviços individuais e coletivos prestados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), deduzindo-se os pagamentos parciais (entradas de museus, matrículas etc.) efetuados pelas famílias. São valorados ao custo de sua produção.

[9] **Variação de estoques** – Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, de produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

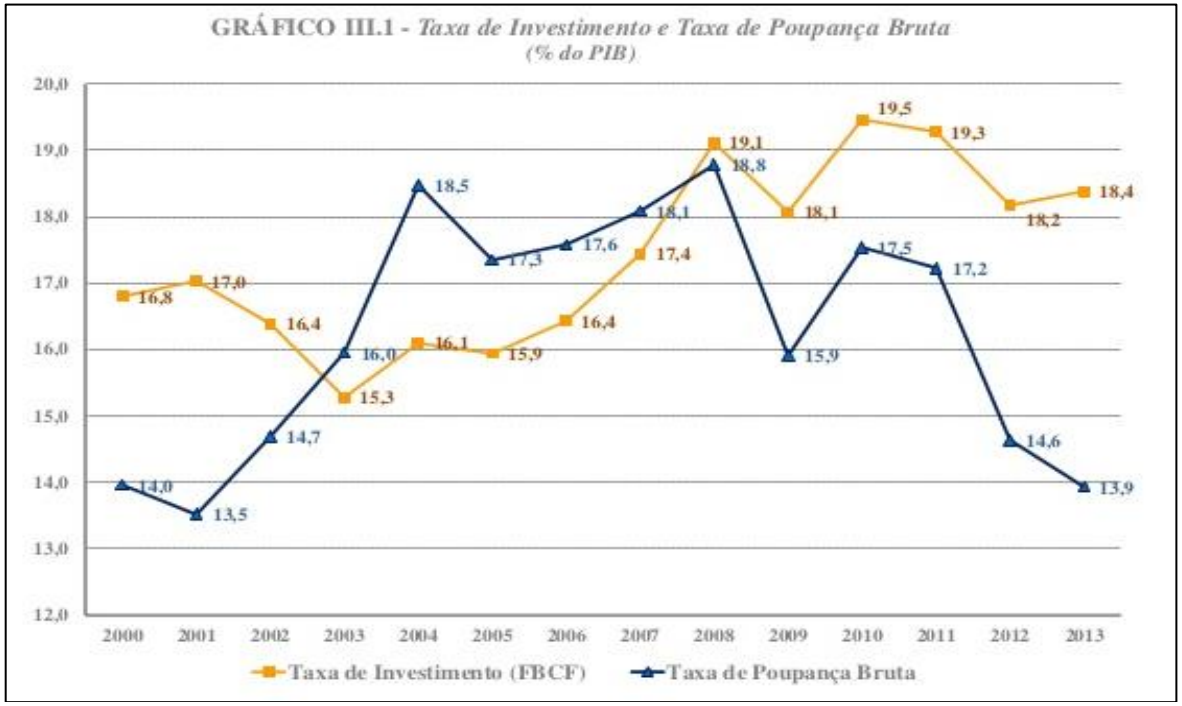
Os valores correntes de 2012 e de 2013, segundo as atividades e os componentes da demanda encontram-se na tabela abaixo.

Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa Valores Correntes (R$ Milhões)						
Especificação	**2012**	**2013.I**	**2013.II**	**2013.III**	**2013.IV**	**2013**
Agropecuária	**196.119**	**58.701**	**73.348**	**54.442**	**48.103**	**234.594**
Indústria	983.395	231.329	257.710	258.578	269.006	1.026.624
Serviços	2.561.241	659.782	705.974	710.031	773.374	2.849.160
Valor Adicionado a Preços Básicos	**3.740.755**	**949.812**	**1.037.032**	**1.033.050**	**1.090.483**	**4.110.378**
Impostos sobre produtos	661.782	169.428	180.405	181.791	202.814	734.437
PIB (p.m)	**4.402,537**	**1.119.240**	**1.217.437**	**1.214.841**	**1.293.297**	**4.844,815**
Despesa de Consumo das Famílias	2.744.452	729.302	744.353	765.316	794.723	3.033.694
Despesa de Consumo do Governo	944.543	218.709	259.030	253.405	333.384	1.064.529
Formação Bruta de Capital Fixo	798.695	203.384	220.677	231.332	225.542	880.935
Exportações de Bens e Serviços	552.843	121.073	151.837	155.389	169.610	608.210
Importações de Bens e Serviços (-)	615.765	159.701	176.383	196.898	195.547	728.528
Variação de Estoque	-22.230	6.472	17.923	-3.703	-34.716	-14.024

Fonte: *Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, Publicação maio 2014/ Contas Trimestrais.*

Registre-se, ainda, a recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo - elevando a taxa de investimento no ano de 2013 para 18,4% do PIB, resultado este superior ao verificado em 2012 (18,2%); e a taxa de poupança foi de 13,9% ante os 14,6% do ano anterior.

Os dados do investimento e da poupança como porcentagem do PIB no período de 2000 a 2013 são apresentados no gráfico abaixo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

2. RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central – Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – em 2013 foi superavitário em **R$ 77,072 bilhões** frente a um superávit de R$ 88,528 bilhões apurado em 2012, o que corresponde a uma redução de R$ 11,456 bilhões (– 12,7%) na comparação entre os dois exercícios.

Esse resultado primário equivale a 2,01% e reflete o aumento de R$ 9,031 bilhões no déficit da Previdência Social; de R$ 565,7 milhões no déficit do Banco Central; e de R$ 128,246 milhões no superávit do Tesouro Nacional.

A tabela abaixo consolida os resultados obtidos pelo Tesouro Nacional em 2013, comparando-os com 2012.

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – 2012/2013						
						Valores Correntes (R$ Milhões)
Discriminação do Resultado	**Nov/2013**	**Dez/2013**	**Variação %**	**Jan – Dez**		**Variação %**
				2012	**2013**	
I. RECEITA TOTAL	**126.387,4**	**119.698,7**	**-5,3%**	**1.062.206,3**	**1.181.009,7.**	**11,2%**
Receitas do Tesouro	100.548,3	77.824,1	-22,6%	783.439,3	871..158,2	11,2%
Receitas da Previdência Social	25.674,2	41.743,4	62,6%	275.764,7	307.147,0	11,4%
Receitas do Banco Central	164,9	131,1	-33,8	3.002,3	2.794,5	-6,9%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**18.324,2**	**18.889,8**	**3,1%**	**181.376,8**	**189.986,5**	**4,7%**
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	**108.063,2**	**100.808,8**	**-6,7%**	**880.829,5**	**991.113,2**	**12,5%**
IV. DESPESA TOTAL	**79.093,0**	**86.276,3**	**9,1%**	**804.700,7**	**914.041,2**	**13,6%**
Despesas de Tesouro	40.758,7	46.362,9	13,7%	484.356,4	552.925,4	14,1%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	27.859,1	32.063,8	15,1%	316.589,5	357.003,1	12,8%
Despesas do Banco Central	345,5	509,3	47,4%	3.754,8	4.112,6	9,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL – FSB[2]	**-**	**12.400,0**	**-**	**12.400,0**	**-**	**-**
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV-V)	**-4.329,5**	**28.324,0**	**-**	**88.528,9**	**77.072,0**	**-12,7%**
Tesouro Nacional	1.191,3	21.744,7	1.725,4%	130.106,1	128.246,3	-1,2%
Previdência Social (RGPS)	-5.381,4	6.572,8	-	-40.824,8	-49.856,1	22,1%
Banco Central3	-139,4	6,5	-	-752,4	-1.318,1	75,2%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	**-**	**-**	**-**	**2,01%**		

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R$ 118.893,3 bilhões (11,2%) em relação ao acumulado em 2012. Esse aumento é explicado principalmente pelo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos e também:

a) Parcelamentos de débitos instituídos pela Lei n° 12.865/2013 – R$ 21,8 bilhões;

b) Contrato de Concessão Petróleo e Gás - R$ 15,0 bilhões.

O desempenho das receitas do Tesouro Nacional é apresentado na tabela abaixo:

Receitas primárias do Governo Central - Brasil – 2012/2013

Valores correntes (R$ Milhões)

Discriminação do Resultado	Nov/13	Dez/13	Variação %	Jan – dez 2012	Jan – dez 2013	Variação %
I. RECEITA TOTAL	**126.387,4**	**119.698,7**	**-5,3%**	**1.062.206,3**	**1.181.099,7**	**11,2%**
I.1.Receitas do tesouro	100.548,3	77.824,1	-22,6%	783.439,3	871.158,2	11,2%
Receita bruta	103.782,2	81.037,3	-21,9%	802.830,6	894.678,1	11,4%
Impostos	32.756,7	44.826,9	36,8%	372.665,7	407.432,7	9,3%
IR	22.861,7	33.934,1	48,4%	264.146,0	292.809,7	10,9%
IPI	4.334,4	4.267,3	-1,5%	45.927,4	47.101,1	2,6%
Outros	5.560,6	6.625,4	19,2%	62.592,3	67.521,9	7,9%
Contribuições	27.458,4	44.477,4	62,0%	304.509,9	346.209,1	13,7%
Cofins	17.129,7	28.440,2	66,0%	174.470,0	201.526,7	15,5%
CSLL	3.919,2	28.440,2	86,4%	57.514,0	65.732,1	14,3%
Pis/Pasep	4.166,2	6.414,6	54,0%	46.217,0	51.898,6	12,3%
CIDE- Combustíveis	0,9	24,7	-	2.736,1	34,9	-97,7%
Outras	2.242,4	2.291,5	2,2%	23.567,8	27.017,0	14,6%
Demais	43.567,1	-8.267	-119,0%	125.660,0	141.036,3	12,2%
Cota parte de compensações financeiras	1.813,5	1.822,2	0,5%	34.131,2	36.450,8	2,0%
Diretamente arrecadadas	2.966,0	3.570,3	20,4%	39.433,3	43.022,2	9,1%
Concessões	15.014,8	16,2	-99,9%	2.237,1	22.072,6	888,6%
Dividendos	1.199,8	1.391,4	16,0%	28.019,0	17.141,6	-38,8%
Outras	22.573,0	-15,067	-116,7%	21.839,3	22.349,0	10,4%
(-) Restituições	-3.233,9	-3.213,1	-0,6%	-19.249,1	-23.468,3	21,9%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-	-142,2	-51,6	-63,7%
I.2. Receitas da Previdência Social	25.674,2	41.743,4	62,6%	275.764,7	307.147,0	11,4%
Receita da Previdência Social - Urbano	25.174,9	41.101,7	63,3%	270.001,6	300.990,9	11,5%
Receita da Previdência Social - Rural	499,3	648,8	28,5%	5.763,1	6.156,0	6,8%
I.3.Receitas do Banco Central	164,9	131,1	-20,5%	3.002,3	2.794,5	-6,9%

Fonte: Tesouro Nacional.
Obs. Dados Sujeitos a alteração.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 8,6 bilhões (4,7%), elevando-se de R$ 181,4 bilhões em 2012 para R$ 190,0 bilhões em 2013.

No que se refere às despesas do Governo Central, observa-se que elas cresceram R$ 109,07 bilhões (13,6%) em relação a 2012. Destacam-se os incrementos de R$ 51,9 bilhões (20,7%) nas despesas de Custeio e Capital, e de R$ 40,4 bilhões (12,5%) nas despesas da Previdência Social.

A tabela a seguir consolida o resultado das despesas do Governo Central em 2013.

Despesas Primárias do Governo Central [1] – Brasil – 2012/2013

Valores Correntes (R$ Milhões)

Discriminação do Resultado	Nov/13	Dez/13	Variação %	Jan - Dez		Variação %
				2012	2013	
I. DESPESA TOTAL	79.093,0	86.276,3	9,1%	804.967,0	914.041,2	13,6%
I.1.Despesas do Tesouro	47.924,1	49.567,2	3,4%	484.622,7	552.925,4	14,1%
Pessoal e Encargos Sociais[2]	18.125,8	21.406,6	18,1%	186.097,5	202.744,0	8,9%
Custeio e Capital	29.675,7	28.068,9	-5,4%	296.208,3	348.069,5	17,5%
Despesa do FAT	4.728,0	1.606,8	-66,0%	39.330,3	44.688,2	13,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	737,5	643,4	-12,8%	11.271,8	10.138,0	-10,1%
Benefícios Assistências (LOAS/RMV)$_4$	2.845,5	2.531,6	-11,0%	29.207,4	33.522,8	14,8%
Capitalização da Petrobrás	-	1.500,0	-	-	7.868,0	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	21.364,7	21.787,2	2,0%	216.398,6	251.852,5	16,4%
Outras Despesas de Custeio	16.655,6	16.957,3	1,8%	156.949,8	188.628,2	20,2%
Outras Despesas de Capital$_5$	4.709,1	4.829,9	2,6%	59.448,8	63.224,2	6,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	122,7	91,8	-25,2%	2.316,9	2.112,0	-8,8%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)$_6$	30.658,0	36.290,0	18,4%	**316.589,5**	357.003,1	12,8%
Benefícios da Previdência Social – Urbano	22.806,6	29.444,0	29,1%	245.454,2	276.648,6	12,7%
Benefícios da Previdência Social – Rural	7.851,4	6.846,0	-12,8%	71.135,4	80.354,5	13,0%
I.3. Despesas do Banco Central	510,9	419,1	-18,0%	**3.754,8**	4.112,6	9,5%

Fonte: Tesouro Nacional.

Obs. Dados Sujeitos a alteração

3. INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador oficial do Governo Federal para mediação das metas inflacionárias, fechou o ano de 2013 em 5,91%, ficando 0,07 ponto percentual acima do IPCA de 5,84 registrado em 2012.

De acordo com o IBGE, órgão responsável pelo cálculo do índice, dos grupos de produtos e serviços pesquisados, o que apresentou maior elevação foi o das **Despesas com Alimentação e Bebidas**, que atingiu 8,48%, enquanto o mais baixo foi o grupo **Comunicação**, com variação de 1,50%.

A tabela a seguir apresenta o resultado de todos os grupos pesquisados.

Inflação IPCA – 2012/2013				
GRUPO	Variação (%)		Impacto (p.p)	
	2012	2013	2012	2013
IPCA	**5,84**	**5,91**	**5,84**	**5,91**
Alimentação e Bebidas	9,86	8,48	2,27	2,03
Habitação	6,79	3,40	0,99	0,50
Artigos de Residência	0,84	7,12	0,04	0,31
Vestuário	5,79	5,38	0,39	0,36
Transportes	0,48	3,29	0,10	0,64
Saúde e Cuidados Pessoais	5,95	6,95	0,66	0,77
Despesas Pessoais	10,17	8,39	1,01	0,87
Educação	7,78	7,94	0,34	0,35
Comunicação	0,77	1,50	0,04	0,07

Fonte: IBGE

Os itens Despesas Pessoais e Alimentação e Bebidas em 2013 continuam sendo os que apresentaram maior pressão sobre o IPCA, com percentuais de 8,39% e 8,48% respectivamente; sendo responsáveis por 14,72% e 34,35% do índice. Entretanto, esses itens apresentaram uma pequena queda de valor em relação a 2012.

Com relação às análises regionais, Brasília apresenta o 5º maior índice em relação aos 11 Estados pesquisados. Apresentando uma taxa de 5,97% para 2013.

A tabela abaixo apresenta os resultados apurados pelo IBGE nas onze regiões pesquisadas.

Inflação IPCA – Regiões pesquisadas – 2012/2013			
REGIÃO	**Peso Regional (%)**	**Variação Acumulada%**	
		2012	**2013**
Recife	5,05	6,79	6,86
Fortaleza	3,49	6,70	6,38
Rio de Janeiro	12,46	7,34	6,16
São Paulo	31,68	4,72	6,09
Brasília	**3,46**	**5,43**	**5,97**
Porto Alegre	8,40	5,56	5,79
Belo Horizonte	11,23	6,03	5,75
Curitiba	7,79	5,73	5,67
Goiânia	4,44	5,40	5,62
Belém	4,65	8,31	5,33
Salvador	7,35	6,20	5,03
Brasil	**100,00**	**5,84**	**5,91**

O CONTEXTO DISTRITAL

1. NÍVEL DE ATIVIDADE

Em recente Nota Técnica[1], a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN ressalta o fato de que o desempenho da economia do Distrito Federal tem apresentado, ao longo dos anos, uma acentuada correlação com o comportamento da economia nacional, fato derivado do forte peso que o setor público tem na economia local.

Para suas estimativas e projeções, os técnicos da CODEPLAN adotam como fundamento a constatação de que, ao longo da década de 2000, a economia do Distrito Federal representou entre 3,6% e 4,1% da economia nacional, com o percentual tendendo mais para o nível superior do intervalo nos últimos anos.

[1] CODEPLAN, Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal para o Período 2012/2013 e Projeção para 2013/2014**. Nota Técnica, junho de 2014.

Assim, para obtenção das participações do Distrito Federal nos agregados do Brasil de 2012, foi utilizada média de quatro anos consecutivos (2008, 2009, 2010 e 2011). A mesma regra também foi aplicada para o ano de 2013 (2009, 2010, 2011 e 2012), tendo essa participação, oscilado em torno de 4,0%.

As médias encontradas para 2012 e 2013 foram aplicadas aos valores correntes do PIB-Brasil dos respectivos anos, calculados pelo IBGE. Com isso, a CODEPLAN não só reviu sua estimativa do PIB-DF para 2012, como também aplicou o modelo teórico aos resultados das Contas Trimestrais do Brasil de 2013.

De acordo com a metodologia adotada pela CODEPLAN, os valores estimados para o PIB do Distrito Federal são: **R$ 174,396 bilhões** para 2012; e **R$ 193,502 bilhões** para 2012.

Ao mesmo tempo, para suprir a carência de informações atualizadas do PIB-DF, em razão da defasagem na divulgação oficial coordenada pelo IBGE, a CODEPLAN passou a divulgar o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECON-DF, com periodicidade trimestral.

Com base nos dados consolidados no IDECON-DF, calcula a CODEPLAN que em 2013 a economia do Distrito Federal cresceu 1,2% ante um crescimento de 2,5% do PIB-Brasil.

Dentre os componentes do PIB-DF, o setor serviços representa 93,2% de toda a atividade econômica distrital. Comparando-se o desempenho da economia em 2013 com os resultados alcançados em 2012, o setor serviços cresceu 1,3% no DF e 2,2% no Brasil.

O resultado do setor serviços pode ser explicado pelos resultados alcançados em Administração, Saúde e Educação Públicas (DF: 0,2%; Brasil: 2,2%); Comércio (DF: 2,5%; Brasil: 2,9%); Serviços de Informação (DF: 6,7%; Brasil: 5,7%). Por sua vez, a atividade de Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar teve fraco desempenho (DF: – 0,8%; Brasil: 1,5%).

Por sua vez, a atividade industrial, que tem peso de 6,58% no PIB local, teve desempenho no Distrito Federal semelhante ao observado no cenário nacional: alta de 1,0% no DF e crescimento de 1,7% no plano nacional. Registrem-se, aqui, os desempenhos da Indústria de Transformação (DF: 6,2%; Brasil: 2,7%) e da Construção Civil (DF: -1,3%; Brasil: 1,6%).

Já o setor agropecuário teve um crescimento de 0,5% em relação a 2012, enquanto nacionalmente se observou um crescimento de – 7,3%.

De acordo com o IDECON-DF, constatou-se que a produção prevista para 2013, a partir do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE), caiu para a produção anual de feijão, cujas lavouras praticaram o vazio sanitário, e cresceu para outras importantes culturas locais como o milho e tomate.

Esses resultados foram influenciados pelas boas safras de culturas como a do milho e de tomate e a redução da safra anual de feijão.

Há que se observar, porém, que o setor agropecuário, assim como a indústria, exerce pequeno impacto no desempenho global da economia distrital, pois reponde, aproximadamente, por apenas por 0,5% do PIB-DF.

A tabela abaixo apresenta a variação percentual do IDECOM-DF e PIB-Brasil ao longo de 2013, comparando-os com igual período de 2012.

Setor/Atividade Econômica	2012		2013	
	IDCON-DF	Brasil	IDECON-DF	PIB- Brasil
Agropecuária	**-0,5**	**-2,1**	**0,5**	**7,3**
Indústria	**5,4**	**-0,8**	**1,0**	**1,7**
Indústria de transformação	5,7	-2,4	6,2	2,7
Construção civil	5,0	1,4	-1,3	1,6
Demais Subvenções	6,5	-	2,1	-
Serviços	**2,7**	**1,9**	**1,3**	**2,2**
Comércio	4,6	0,9	2,5	2,9
Serviços de informação	7,5	4,2	6,7	5,7
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-1,1	0,7	0,8	1,5
Administração, saúde e educação públicas	2,9	2,3	0,2	2,2
Demais Subsetores	2,6	-	3,3	-
Indicador de Atividade Econômica Geral (Idecon/DF / PIB-Brasil)	**2,9**	**1,0**	**1,2**	**2,5**

Fontes: Codeplan e IBGE – Elaboração: Núcleo de Contas Regionais

2. RESULTADO FISCAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os dados apresentados a seguir são originários dos relatórios elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, em cumprimento ao que determina o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2013, a Receita Primária do Distrito Federal (receitas realizadas, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito e as decorrentes de aplicações financeiras) atingiu o montante de **R$ 16,381 bilhões**, enquanto a Despesa Primária (total das despesas, excluídos o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública) chegou a **R$ 17,570 bilhões**. Com isso, o Resultado Primário (diferença entre receita e despesa primária) foi deficitário em **R$ 1,189 bilhões**, ficando abaixo da meta anual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, que previa superávit de R$ 10,99 milhões.

O déficit, porém, é parcialmente compensado quando são incluídas no cálculo todas as despesas e todas as receitas do governo (financeiras e não financeiras). Dessa forma, quando aplicado o saldo de exercícios anteriores, no valor de **R$ 949,622 milhões**, tem-se um "déficit real" de **R$ 239,861 milhões**.

DEMOSTRATIVO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO EM MIL REAIS			
ESPECIFICAÇÃO	**JANEIRO A DEZEMBRO**		
	2013	**2012**	**VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)**
RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE	**687.396**	**730.839**	**(5,94)**
RESULTADO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL	**(1.876.878)**	**(1.044.958)**	**(79,61)**
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DÉFICIT)	**(1.189.482)**	**(314.119)**	**(278,67)**
SALDO De EXERCICIOS ANTERIORES (SUPERÁVIT)	949.622	775.567	22,44
DÉFICIT REAL	**(239.861)**	**461.538**	**(151,97)**

Fonte: SIAC/SIGGo

2.1. RECEITAS

As receitas realizadas em 2013 totalizaram **R$ 16,901 bilhões**, o que corresponde a um crescimento de 7,66% em relação a 2012. Representa, também, o atingimento de 82,78% das receitas previstas para o exercício de 2013.

Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com participação de 70,34% e 9,87%, respectivamente. A tabela abaixo apresenta o balanço orçamentário da receita.

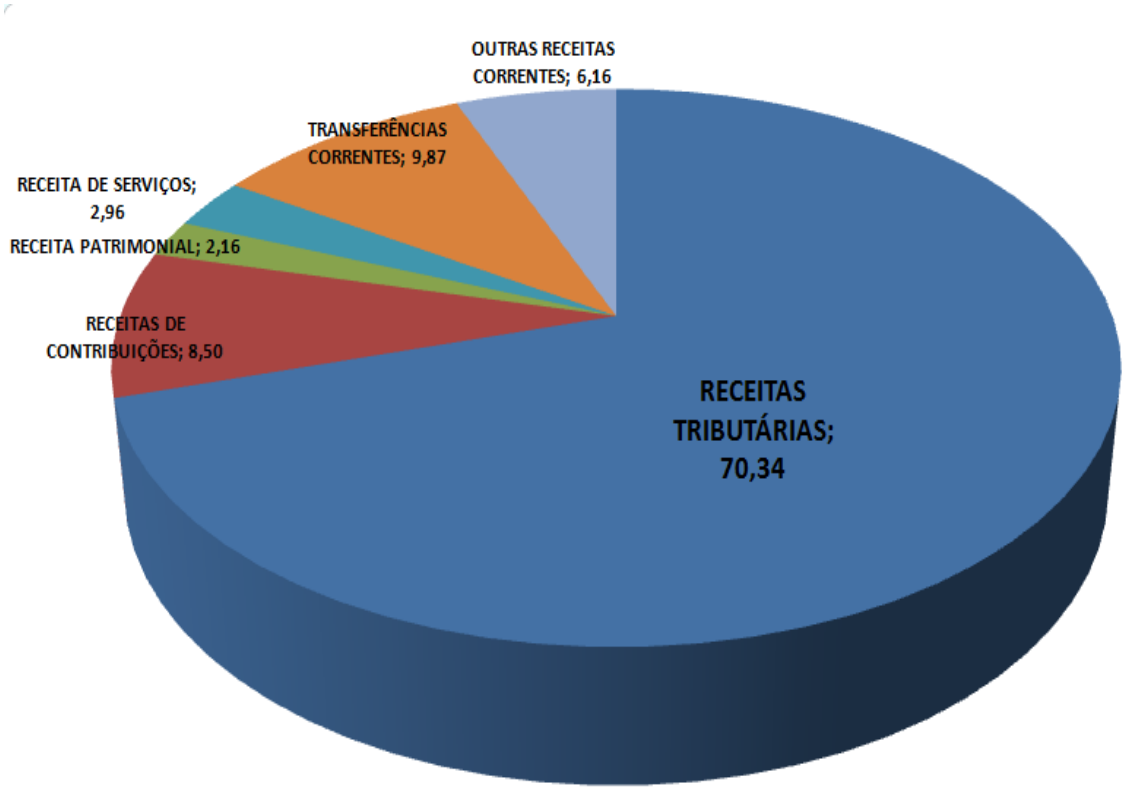
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					Em Mil Reais
RECEITAS	**PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013**	**RECEITAS REALIZADAS – JANEIRO A DEZEMBRO**			
		2013	**REALIZADA/ PREVISTA (%)**	**2012**	**VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)**
RECEITAS CORRENTES	**17.775.738**	**16.297.336**	**91,68**	**14.744.818**	**10,53**
Receitas Tributárias	12.179.409	11.443.797	93,96	10.287.232	11,24
Receitas de Contribuições	1.430.358	1.383.199	96,70	1.365.670	1,28
Receita Patrimonial	248.191	350.622	141,27	432.945	(19,01)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					Em Mil Reais
RECEITAS	PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2013	RECEITAS REALIZADAS – JANEIRO A DEZEMBRO			
		2013	REALIZADA/ PREVISTA (%)	2012	VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)
Receita Agropecuária	18	13	70,77	13	1,95
Receita Industrial	7	5.664	87.060,67	4.298	31,79
Receita de Serviços	470.229	482.040	102,51	380.039	26,84
Transferências Correntes	1.729.022	1.606.388	92,91	1.551.493	3,54
Outras Receitas Correntes	1.425.457	1.002.943	70,36	720.699	39,16
Receitas Intra – Orçamentárias Correntes	293.047	25.032	8,54	6.719	272,54
Deduções da Receita	-	(2.362)	-	(4.290)	(44,94)
RECEITAS DE CAPITAL	**2.641.060**	**604.180**	**22,88**	**954.652**	**(36,71)**
Operações de Crédito	1.394.518	190.456	13,66	213.335	(10,72)
Alienação de Bens	26.112	8.994	34,45	13.481	(33,28)
Amortizações	59.302	60.997	102,86	18.851	223,57
Transferências de Capital	1.150.184	343.732	29,88	708.985	(51,52)
Receitas Intra-Orçamentária de Capital	10.944	-	-	-	-
TOTAL	**20.416.798**	**16.901.516**	**82,78**	**15.699.469**	**7,66**

Fonte: SIAC/SIGGo

As Receitas Correntes são aquelas que decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras. Nessa categoria, o total realizado foi de R$ ***16,297 bilhões***, o que corresponde a 91.68% do montante previsto e a um crescimento de 10,53% em relação ao mesmo período de 2012.

O gráfico abaixo demonstra a participação percentual das principais receitas correntes realizadas no ano de 2013.



Fonte: SIAC/SIGGo

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R$ 11,443 bilhões. O resultado traduz um crescimento da arrecadação de 11,24% em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior e decorre do desempenho da economia e da ação fiscalizadora.

RECEITA TRIBUTÁRIA					Em mil Reais
RECEITAS	PREVISÃO 2013	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2013	REALIZADO (%)	2012	VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)
RECEITA TRIBUTÁRIA	**12.179.409**	**11.443.797**	**93,96**	**10.287.232**	**11,24**
IPTU	811.672	525.284	64,72	474.722	10,65
IRRF	2.178.333	2.165.085	99,39	1.957.896	10,58
IPVA	645.915	598.894	92,72	554.372	8,03
ITCD	148.115	153.145	103,40	53.009	188,90
ITBI	317.600	329.701	103,81	276.616	19,19
ICMS	6.368.879	5.987.377	94,01	5.494.095	8,98
ISS	1.203.894	1.238.746	102,89	1.083.337	14,35
IMPOSTO SIMPLES	341.721	275.986	80,76	243.915	13,15
TAXAS	163.280	169.578	103,86	149.268	13,61

Fonte: SIAC/SIGGo

Compostas pelas transferências constitucionais e legais efetuadas pela União, as Transferências Correntes totalizaram R$ 1,606 bilhão em 2013, o que equivale a 9,87% das Receitas Correntes realizadas e a um aumento de 3,54 % nos ingressos dessas receitas em relação a 2012.

A tabela abaixo detalha o balanço das Transferências Correntes.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					Em mil Reais
RECEITAS	PREVISÃO 2013	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2013	REALIZADO (%)	2012	VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**1.669.716**	**1.606.388**	**96,21**	**1.551.493**	**3,54**
FPE	472.325	459.882	97,37	427.618	7,55
FPM	125.459	121.903	97,17	113.806	7,12
SALÁRIO EDUCAÇÃO	241.755	225.444	93,25	225.831	(0,17)
ITR	1.444	1.044	72,29	581	79,70
IPI EXPORTAÇÃO	3.722	5.661	152,09	4.162	36,00
LEI 87/96 - LEI KANDIR	27.779	15.790	56,84	15.794	(0,03)
RECURSOS DO SUS	670.139	620.539	92,60	574.545	8,01
CONVÊNIOS	90.406	86.386	95,55	103.283	(16,36)
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	36.687	69.740	190,09	85.874	(18,79)

Fonte: SIAC/SIGGo

Merecem destaque, no que diz respeito às Transferências Correntes, os itens Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS e Fundo de Participação de Estados e Municípios – FPE.

Os repasses realizados pelo SUS atingiram o montante de R$ 620,539 milhões (acréscimo de 8,01% em relação a 2012), enquanto os repasses do FPE totalizaram R$ 459.882 milhões (aumento de 7,55% quando comparado ao exercício anterior).

Já as Receitas de Capital atingiram o valor de R$ 604,18 milhões, o que corresponde a um decréscimo de 36,71% em relação ao exercício anterior. Foram realizados nessa rubrica 22,88% da previsão anual, conforme demonstra a tabela abaixo.

RECEITAS DE CAPITAL					Em mil Reais
RECEITA	PREVISÃO 2013	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2013	REALIZADO (%)	2012	VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)
RECEITAS DE CAPITAL	**2.641.060**	**604.180**	**22,88**	**954.652**	**(36,71)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.394.518	190.456	21	213.335	(10,72)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.265.837	181.224	14,32	191.541	(5,39)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	128.681	9.233	7,17	21.794	(57,64)
ALIENAÇÃO DE BENS	26.112	8.994	34,45	13.481	(33,28)
AMORTIZAÇÕES	59.302	60.997	102,86	18.851	223,57
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.150.184	343.732	29,88	708.985	(51,52)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL	10.944	-	-	-	-

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2. DESPESAS

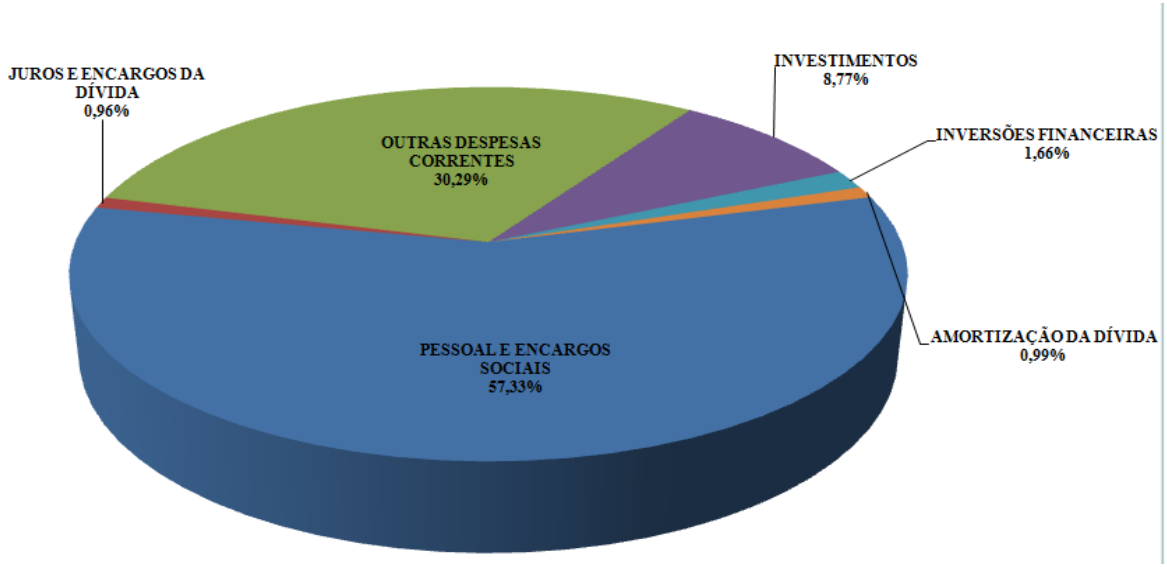
O total da Despesa Liquidada em 2013 atingiu o montante de R$ 16,664 bilhões. Esse valor correspondente a 76,16% da dotação autorizada e representa um crescimento de 12,17% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na tabela a seguir.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em mil Reais
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA EXERCÍCIO 2013	DESPESA LIQUIDADA - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2013	REALIZADA (%)	2012	VARIAÇÃO 2013/2012(%)
DESPESAS CORRENTES	**16.752.481**	**14.760.969**	**88,11**	**13.167.355**	**12,10**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.976.735	9.553.107	95,75	8.655.752	10,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	215.798	160.530	74,39	146.471	9,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.559.948	5.047.332	76,94	4.365.132	15,63
DESPESAS DE CAPITAL	**4.897.712**	**1.903.587**	**38,87**	**1.689.686**	**12,66**
INVESTIMENTOS	4.357.044	1.461.931	33,55	1.224.727	19,37

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em mil Reais
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA EXERCÍCIO 2013	DESPESA LIQUIDADA - JANEIRO A DEZEMBRO			
		2013	REALIZADA (%)	2012	VARIAÇÃO 2013/2012(%)
INVERSÕES FINANCEIRAS	323.243	275.996	85,38	302.690	(8,82)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	217.425	165.660	76,19	162.269	2,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	230.048	-	-	-	0,00
TOTAL	**21.880.240**	**16.664.556**	**76,16**	**14.857.041**	**12,17**

Fonte: SIAC/SIGGo

O gráfico abaixo apresenta a participação dos grupos componentes da Despesa.



A categoria econômica Despesas Correntes contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas; e

Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado. No total, as despesas classificadas nessa categoria econômica atingiram o montante de R$ 14,760 bilhões, o que corresponde a 88,11% da dotação autorizada e representa um crescimento de 12,10% em relação a 2012.

Já a categoria econômica Despesas de Capital, que registra Investimentos, Inversões Financeiras e a Amortização da Dívida, totalizou R$ 1,903 bilhões, o que equivale a 38,87% da dotação autorizada e a um crescimento de 12,66% em relação ao exercício anterior.

2.2.1. Despesas de Pessoal e Limites

No âmbito do Poder Executivo, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela LRF, conforme apresentado na tabela abaixo.

DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	3º Q/2012		3º Q/2013	
	R$ Mil	% sobre a RCL	R$ Mil	% sobre a RCL
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP	**6.437.046**	**44,98%**	**7.117.987**	**45,02%**
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	7.013.094	49,00	7.747.834	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	6.662.439	46,55	7.360.442	46,55

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.2. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Em 2013, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R$ 3,3 bilhões, o que representa 27,37% da Receita Líquida de impostos e transferências, ultrapassando o limite constitucional de 25%.

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção dos ensinos, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO EM MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			*EM MIL REAIS*
ESPECIFICAÇÃO	**REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO**		
	2012	**2013**	**LIMITE MÍNIMO**
TOTAL DA RECEITA COMPATÍVEL EM MDE	**10.977.102**	**12.295.337**	**25%**
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE	**2.744.276**	**3.073.834**	
DESPESAS REALIZADA EM MDE	**2.890.658**	**3.364.937**	
% APLICADO NO MDE	**26,33%**	**27,37%**	

Fonte: SIAC/SIGGo

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2013 foram realizadas despesas no valor de R$ 1,60 bilhão, R$ 84 milhões acima da receita mínima de aplicação de R$ 1,516 bilhão. Foi atendido com bastante folga o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual expressivo de 103,04%.

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB			*EM MIL REAIS*
ESPECIFICAÇÃO	**REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO**		
	2012	**2013**	**LIMITE**
RECEITA MÍNIMA DE APLICAÇÃO NO FUNDEB	**1.369.434**	**1.516.034**	
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (60%)	**821.661**	**909.620**	**60,00%**
DESPESAS REALIZADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**1.491.795**	**1.600.021**	
PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**1.424.828**	**1.562.140**	
RESULTADO APURADO NO FUNDEB	**603.167**	**652.520**	
% APLICADO NO PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS	**104,04%**	**103,04%**	**60,00%**

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.3. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Em 2013, foi destinado para as despesas com saúde, o montante de R$ 2,12 bilhão, correspondendo a um superávit de R$ 355 milhões, ultrapassando com folga os recursos mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, no valor de R$ 1,4 bilhão.

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde, aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na função 28 – Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
- VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000 -

EM MIL REAIS

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2012	2013	VARIAÇÃO NOMINAL 2013/2012 (%)
I - RECEITA - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL - B.E.	7.192.928	8.003.292	11,27%
II - RECEITA - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL - B.M.	3.776.992	4.262.491	12,85%
III - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12% DA B.E. + 15% DA B.M.)	1.429.700	1.599.769	11,90%
IV - APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	1.766.194	2.121.065	20,09%
V - SUPERÁVIT (IV - III)	336.494	521.297	54,92%

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.4. Restos a Pagar

Ao final do ano de 2012, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R$ 1,805 bilhão, dos quais R$ 125 milhões processados e R$ 960 milhões não processados. Ao final do exercício de 2013, o valor dos Restos a Pagar liquidados totalizou R$ 782 milhões e cancelados R$ 303 milhões.

RESTOS A PAGAR			Valores em R$1.000
ESPECIFICAÇÃO/PODER	**INSCRITOS**	**CANCELADOS**	**PAGOS**
PROCESSADOS	**125.123**	**6.129**	**118.994**
EXECUTIVO	125.030	6.129	118.901
LEGISLATIVO	92	-	92
NÃO PROCESSADOS	**960.595**	**296.986**	**663.609**
EXECUTIVO	927.779	290.947	639.832
LEGISLATIVO	32.815	6.039	26.776
TOTAL	**1.085.718**	**303.115**	**782.603**

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.5. Resultado Nominal

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, indica em quanto a dívida de um Ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício ou período de tempo.

Em 2013, o resultado nominal foi de R$ 1,1 bilhão, indicando que houve um aumento da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior. Tal resultado é fruto da queda da disponibilidade financeira do DF, que sofreu um decréscimo em torno de 30% em relação ao ano anterior, em função de questões operacionais da execução da despesa pública.

RESULTADO NOMINAL			EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	**SALDO**		**EVOLUÇÃO DA DÍVIDA**
	31/12/2012	**31/12/2013**	**2012 - 2013**
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	**4.430.824**	**4.613.207**	
DÍVIDA CONTRATUAL:	2.731.039	2.913.422	
EM CONTRATOS INTERNA	*2.395.714*	*2.539.884*	
EM CONTRATOS EXTERNA	*646.034*	*687.663*	

RESULTADO NOMINAL			EM MIL REAIS
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		EVOLUÇÃO DA DÍVIDA
	31/12/2012	31/12/2013	2012 - 2013
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.699.785	1.699.785	
II - DEDUÇÕES	**2.997.893**	**2.069.240**	
ATIVO DISPONÍVEL	2.357.824	1.650.448	
HAVERES FINANCEIROS	765.193	532.475	
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.124	113.683	
III - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	**1.432.931**	**2.543.967**	
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA			**1.111.036**

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.6. Dívida Pública

Ao final do ano de 2013, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R$ 4,9 bilhões sendo R$ 2,5 bilhões originários da dívida interna, R$ 687 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de 1,7 bilhão. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2012, verifica-se que houve um acréscimo da ordem de 3,92%.

ESTOQUE DA DÍVIDA			*EM MIL REAIS*
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO		VARIAÇÃO NOMINAL (%)
	31/12/2012	31/12/2013	
INTERNA	2.395.714	2.539.884	6,02
EXTERNA	646.034	687.663	6,44
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05.05.2000	1.699.785	1.699.785	-
TOTAL	**4.741.533**	**4.927.332**	**3,92**

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.7. Dívida Consolidada Líquida

A tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final de 2013 esta relação correspondeu a 16,09%, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200%, que é duas vezes a RCL, indicando que o DF possui uma excelente capacidade de endividamento.

DÍVIDA CONSOLIDADA				*EM MIL REAIS*
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2012		31/12/2013	
	R$ Mil	% sobre a RCL	R$ Mil	% sobre a RCL
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	1.432.931	10,01	2.543.967	16,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	14.312.436	-	15.811.905	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	28.624.872	200,00	31.623.811	**200,00**

Fonte: SIAC/SIGGo

2.2.8. Operações de Crédito

A tabela a seguir, que registra o ingresso das receitas com operações de crédito, mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das Operações de Crédito Internas e Externas e a Receita Corrente Líquida. Ao final de 2013 esta relação correspondeu a 1,2%, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO		*EM MIL REAIS*
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% SOBRE A RCL
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	190.456	1,20%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.811.906	-
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.529.905	16,00%

Fonte: SIAC/SIGGo

2.3. FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF

Embora o Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF não esteja contabilizado no resultado fiscal, é de fundamental importância registrar sua relevância para a manutenção do Distrito Federal.

Previsto pela Constituição Federal (Art. 21, XVI), o FCDF tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação.

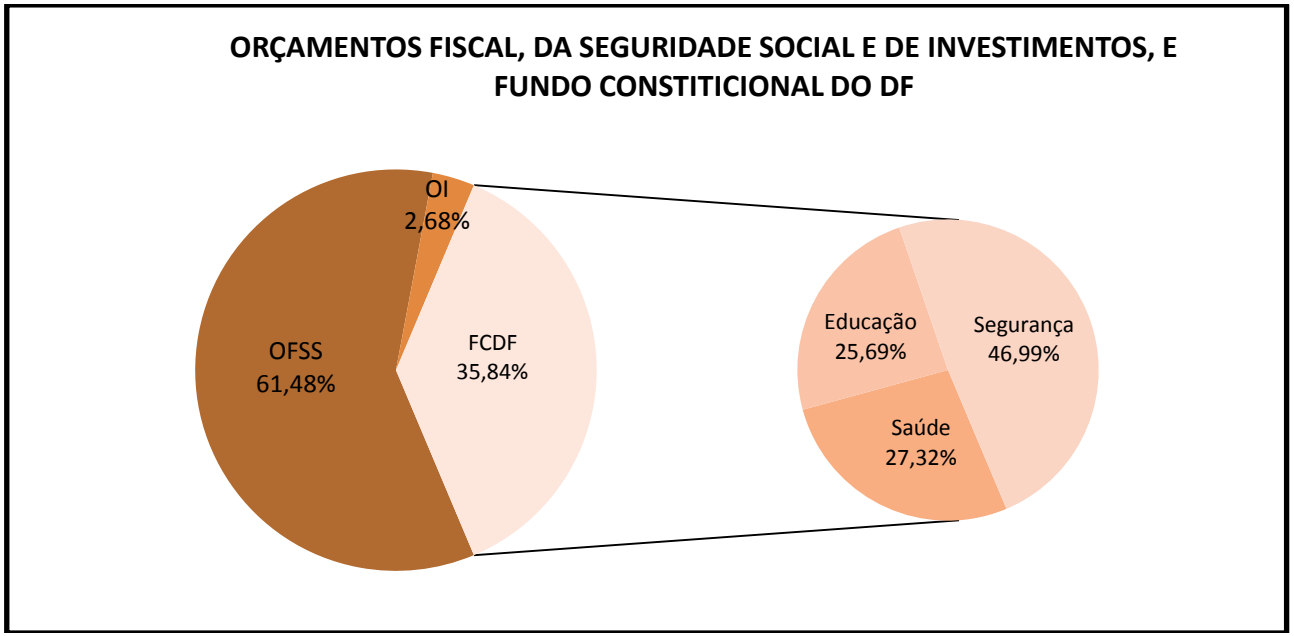
A tabela abaixo apresenta a evolução do FCDF.

Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF					
Ano	**Pessoal**	**Custeio**	**Investimento**	**Total**	**Variação (%)**
2006	4.834.896.409	383.125.607	39.633.436	5.257.655.452	18,18
2007	5.606.438.469	421.892.428	26.649.205	6.054.980.102	15,17
2008	6.082.314.271	481.915.007	30.920.908	6.595.150.186	8,92
2009	7.005.629.872	466.963.326	131.926.411	7.604.519.609	15,30
2010	7.035.042.086	497.844.675	152.684.563	7.685.571.324	1,07
2011	7.941.914.000	590.533.002	215.824.755	8.748.271.757	13,83
2012	8.815.524.540	781.314.801	371.047.847	9.967.887.188	13,94
2013	9.691.848.529	854.266.766	148.821.175	10.694.936.470	7,29

Fonte: SIAC/SIGGo

De natureza contábil, sua execução orçamentária e financeira é realizada diretamente pelo Governo Federal, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

O gráfico a seguir evidencia a importância do Fundo ao correlacionar a despesa realizada em 2013 com a origem dos recursos: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), Orçamento de Investimentos (OI) e Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF.



Fontes: SIGGo e SIAFI

3. CONCLUSÕES

A análise dos aspectos conjunturais que marcaram o contexto macroeconômico do Distrito Federal em 2013 nos remete às seguintes conclusões:

Conquanto ainda possam sofrer ajustes até a divulgação oficial das Contas Regionais pelo IBGE, estimativa da CODEPLAN para o PIB-DF de 2013 aponta para um crescimento de 1,2% em relação ao Produto estimado para 2012, alcançando R$ 193.502 bilhões.

Com base nos dados consolidados no IDECON-DF, calcula a CODEPLAN que a economia do Distrito Federal cresceu 1,2% ante um crescimento de 2,5% do PIB-Brasil.

Resultados de anos anteriores, confirma peculiaridade da economia distrital que, ancorada no setor serviços – e em especial no desempenho da Administração, Saúde e Educação públicas – tende a apresentar um comportamento mais estável do que o verificado no âmbito nacional.

No entanto, para 2013, o índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – IDECOM-DF não confirma essa tendência ao apontar crescimento de 0,2% no desempenho da Administração, Saúde e Educação públicas e de 1% na Indústria. Destaque-se que, a nível nacional, esses setores registraram crescimento de 2,2% e 1,7%, respectivamente.

O resultado das contas públicas do Distrito Federal revela que a Receita Primária do Distrito Federal (receitas realizadas, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito e as decorrentes de aplicações financeiras) atingiu o montante de R$ 16,381 bilhões, enquanto a Despesa Primária (total das despesas, excluídos o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública) chegou a R$ 17,570 bilhões. Com isso, o Resultado Primário (diferença entre receita e despesa primária) foi deficitário em R$ 1,189 bilhões, ficando abaixo da meta anual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013, que previa superávit próximo de R$ 11 milhões.

O déficit, porém, é parcialmente compensado quando são incluídas no cálculo todas as despesas e todas as receitas do governo (financeiras e não financeiras). Dessa forma, quando aplicado o saldo de exercícios anteriores, no valor de R$ 949,622 milhões, tem-se um "déficit real" de R$ 239.861 milhões.

Dentre as Receitas realizadas, compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, destacam-se a Receita Tributária com uma participação de 70,34%, seguida das Transferências Correntes com 9,87% do total.

O ICMS com 5.987 milhões foi o imposto que mais arrecadou.

Dentre as Transferências Correntes destacam-se os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS com uma arrecadação de R$ 620,5 milhões.

Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais representou 57,3% do total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 30,3%.

As despesas com Pessoal, com o índice de 45,02% da Receita Corrente Líquida apurada de R$ 15,8 bilhões, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Os Restos a Pagar inscritos totalizaram R$ 1.085 milhões (R$ 125 milhões Processados e R$ 960 milhões Não Processados), sendo liquidados R$ 782 milhões e cancelados 303 milhões.

Os limites referentes à Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Os números apurados e divulgados evidenciam, portanto, o cumprimento das metas fiscais no exercício de 2013.

Síntese da Avaliação do PPA

Orientação Estratégica do Governo

A Orientação Estratégica do Governo está estruturada em 07 Macrodesafios e seus respectivos objetivos estratégicos, detalhados adiante.

A SEPLAN, levando em consideração as diretrizes norteadoras dos Macrodesafios e Objetivos Estratégicos, estruturou o PPA em 32 Programas Temáticos e 10 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Os Programas Temáticos com suas contextualizações refletem as políticas públicas do governo e foram detalhados em 126 objetivos específicos, cada um contendo caracterização (texto abordando a situação da política pública no momento da elaboração do PPA e as expectativas de avanço até 2015), metas e indicadores para o período de 2012 a 2015, além das ações (orçamentárias e não orçamentárias) necessárias para a produção de bens e serviços a serem ofertados à sociedade. Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado refletem a atividade administrativa que, por sua vez, dão suporte às realizações dos Programas Temáticos.

A seguir, apresentam-se os Programas Temáticos e os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, estruturados no Plano Plurianual 2012-2015, que contribuíram para os Macrodesafios;

MACRODESAFIO

Garantir ao cidadão um atendimento de saúde integral e humanizado

Objetivos Estratégios

01: Garantir ao cidadão, um atendimento integral e respeitoso das diversidades no sistema de saúde.

02: Fazer da estratégia da Saúde da Família a estruturadora/organizadora do Sistema de Saúde do DF.

03: Aumentar a efetividade/resolutividade e eficiência do SUS-DF, por meio da melhoria da gestão e da infraestrutura do sistema.

04: Aprimorar os programas de atenção especializada para gênero, ciclo de vida, saúde mental, população prisional e populações vulneráveis.

05: Reduzir as doenças e agravos à saúde por meio de ações de prevenção.

06: Contribuir para a elevação da qualidade de vida através das estratégias de promoção da saúde.

- Programa Temático:

- 6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

- Programa de Gestão:

- 6007 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Saúde

MACRODESAFIO

Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE/DF, garantindo renda, proporcionando acesso a serviços, gerando oportunidades de emprego e renda na área rural e urbana

Objetivos Estratégios

01: Garantir o direito à assistência social

02: Garantir o acesso à alimentação adequada às famílias em situação de pobreza

03: Fomentar a inclusão produtiva, garantindo o trabalho e renda a grupos socialmente mais vulneráveis nas áreas urbanas e rurais

04: Garantir o acesso universal à transferência de renda e à suplementação direta de renda às famílias em situação de extrema pobreza nas áreas rural e urbana

05: Garantir à população extremamente pobre acesso a serviços públicos

- Programas Temáticos:

- 6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural
- 6211 - Garantia do Direito à Assistência Social
- 6213 - Saneamento
- 6214 - Trabalho, Emprego e Renda
- 6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania
- 6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência, e Atenção à Juventude
- 6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita
- 6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada
- 6228 - Transferência de Renda
- 6229 - Emancipação das Mulheres

- Programas de Gestão:

- 6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social
- 6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento Econômico
- 6004 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Habitação

MACRODESAFIO

Propiciar uma educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos

Objetivos Estratégios

- 01:Implantar a educação integral e ampliar a sua oferta em tempo integral para alunos de 4 a 17 anos
- 02:Universalizar a Pré-Escola (4 a 5 anos) e o Ensino Médio
- 03: Garantir à criança de 0 a 3 anos o cuidado e a educação integrais
- 04: Alfabetizar pessoas de 15 anos ou mais do DF com garantia de vagas para a continuidade de estudos na Rede Pública de Ensino
- 05: Implantar uma política educacional que considere a integralidade da pessoa e fomente a plena cidadania
- 06: Promover a Educação Técnica, tecnológica e Profissional, de acordo com a vocação econômica do DF, visando à inserção no mercado de trabalho
- 07: Garantir a descentralização e a democratização de bens e serviços culturais, valorizando a diversidade e promovendo o desenvolvimento intelectual
- 08: Promover a inclusão digital
- 09: Gerar conhecimentos educativos, culturais e científicos, via incentivo à pesquisa, à inovação e à formação de profissionais
- 10: Ampliar os meios de produção e difusão de conteúdos culturais
- 11: Implantar o polo de biotecnologia para fomentar o desenvolvimento econômico e científico

- Programas Temáticos:

- 6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital
- 6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos
- 6219 - Cultura
- 6220 - Educação e Pesquisa em Saúde
- 6221 - Educação Básica

- Programas de Gestão:

- 6002 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Educação e Cultura
- 6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento Econômico
- 6007 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social

MACRODESAFIO

Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais

Objetivos Estratégios

- 01: Garantir transporte público coletivo de qualidade
- 02: Garantir a mobilidade urbana sustentável
- 03: Legalizar o DF do ponto de vista fundiário, urbanístico e ambiental
- 04: Fomentar o desenvolvimento urbano e o ordenamento territorial com sustentabilidade e justiça social, promovendo a moradia digna
- 05: Proteger e promover o uso sustentável dos manaciais e demais corpos hídricos
- 06: Implementar Política de Resíduos Sólidos como vetor socioeconômico
- 07: Universalizar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário
- 08: Possibilitar que os espaços de uso público cumpram seu papel socioambiental
- 09: Garantir a qualidade ambiental no DF

- Programas Temáticos:

- 1350 - Águas do DF
- 0150 - Brasília Sustentável
- 6208 - Desenvolvimento Urbano
- 6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- 6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural
- 6209 - Energia
- 6211 - Garantia do Direito à Assistência Social
- 6212 - Resíduos Sólidos
- 6213 - Saneamento
- 6215 - Trânsito Seguro
- 6216 - Transporte Integrado e Mobilidade
- 6218 - Habitação
- 6225 - Regularização Fundiária
- 6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres

- Programas de Gestão:

- 6004 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Infraestrutura, Desnvolvimento Urbano e Habitação
- 6006 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Meio Ambiente
- 6010 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Transporte
- 6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desnvolvimento Econômico
- 6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social
- 6008 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - segurança Pública

MACRODESAFIO

Garantir segurança pública por meio do uso inteligente dos recursos humanos e tecnológicos

Objetivos Estratégios

01: Democratizar e integrar os órgãos de Segurança Pública

02: Garantir o acesso universal de qualidade a todo cidadão aos serviços de segurança pública com efetividade

03: Integrar e modernizar os órgãos de Segurança Pública

04: Proporcionar à sociedade trânsito civilizado, eficiente e seguro, visando à preservação da vida

05: Oferecer à sociedade excelência nos serviços prestados no tocante à proteção de vidas, patrimônio, meio ambiente e prevenção de desastres

06: Fortalecer e democratizar o sistema de segurança

- Programas Temáticos:

- 6217 - Segurança Pública
- 6215 - Trânsito Seguro

- Programas de Gestão:

- 6008 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Segurança Pública

MACRODESAFIO

Desenvolver a economia, com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF

Objetivos Estratégios

01: Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico

02: Fortalecer e ampliar as micro e pequenas atividades econômicas

03: Promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário

04: Fomentar a atividade turística com foco no desenvolvimento socioeconômico

05: Implementar políticas de investimentos para a construção, reforma, restauro, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural

06: Criar condições para que o Distrito Federal seja referência em economia criativa

- Programas Temáticos:

- 6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural
- 6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital
- 6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos
- 6214 - Trabalho, Emprego e Renda
- 6207 - Desenvolvimento Econômico
- 6230 - Turismo

- Programas de Gestão:

- 6001 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Desenvolvimento Econômico
- 6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social

MACRODESAFIO

Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão

Objetivos Estratégios

01: Gerir o Estado de forma participativa, fortalecendo as relações entre governo e sociedade , qualificando o diálogo, garantindo canais de participação e de informação

02: Gerir o Estado a partir de um Sistema de Planejamento e Monitoramento e por meio do estabelecimento de um modelo de gestão correspondente

03: Garantir equilíbrio e responsabilidade fiscal

04: Adequar a infraestrutura física às necessidades do Governo

05: No contexto da implantação de uma política de gestão da informação, padronizar, modernizar e unificar a plataforma e a política de TI sob controle do Estado

06: Propiciar um ambiente de segurança jurídica

07: Implementar uma política democrática de gestão de pessoas que dignifique o servidor e aprimore a qualidade dos serviços prestados ao cidadão

08: Assegurar um atendimento ágil e unitário para os serviços de que o cidadão precisa

- Programas Temáticos:

- 6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado
- 6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania
- 6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita
- 6204 - Atuação Legislativa

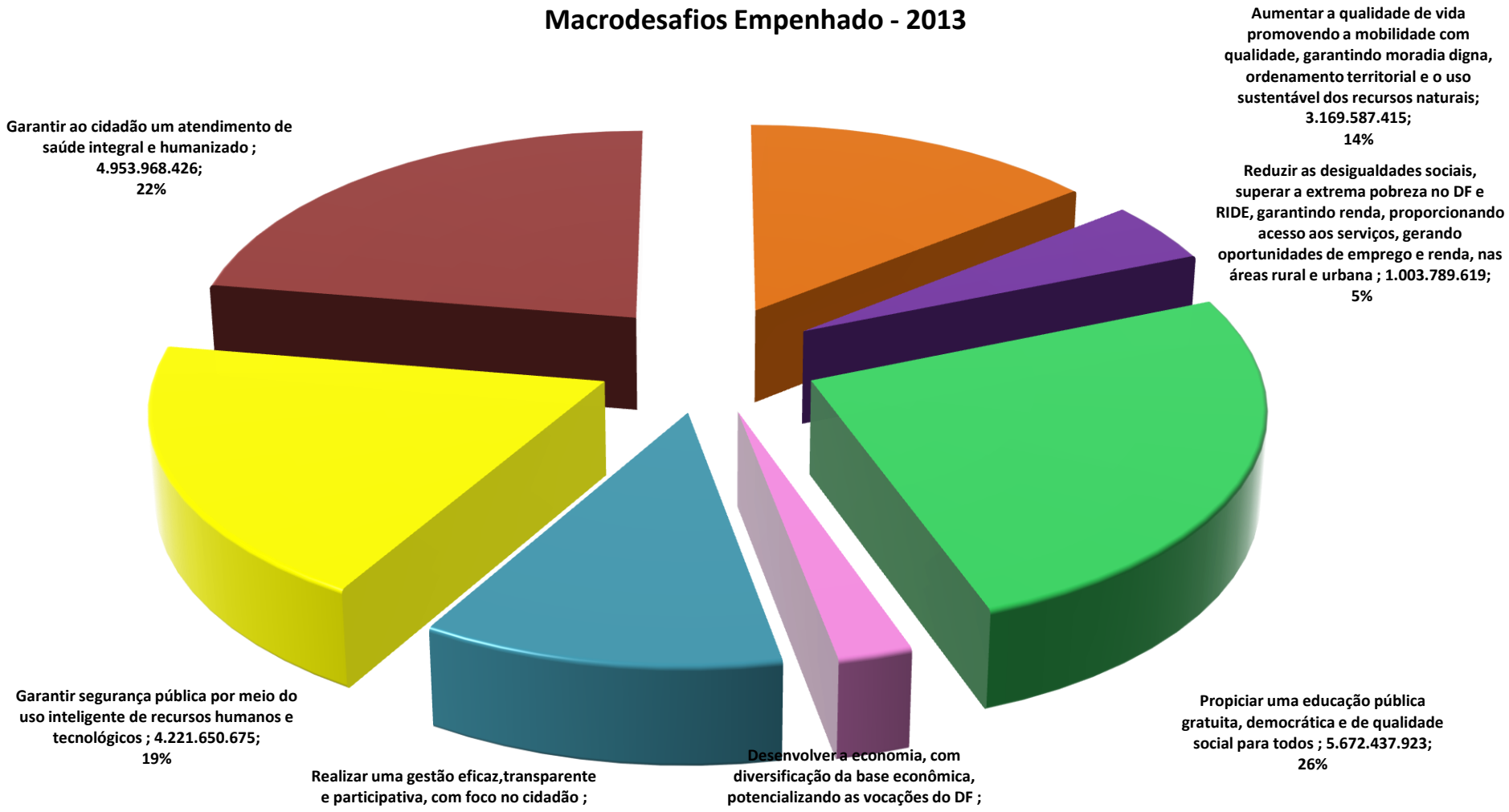
- Programas de Gestão:

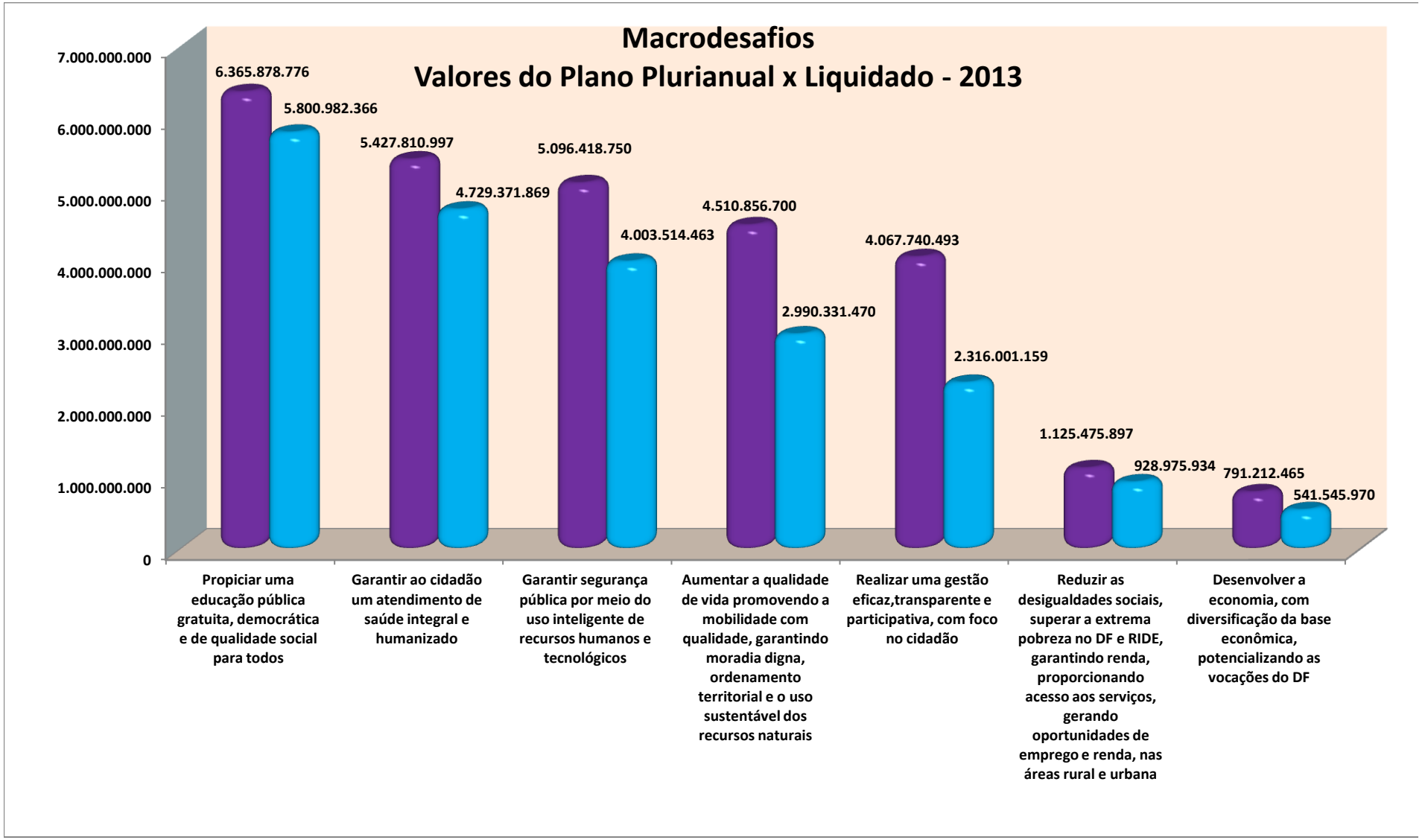
- 6003 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Gestão Pública
- 6005 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Legislativo
- 6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social

MACRODESAFIOS
Tabela Comparativa dos Valores Previstos no PPA X Valores Empenhados – 2013

Descritor do Macrodesafio	Previsto PPA	Empenhado	Liquidado	Emp/PPA	Liq/PPA	Emp/Total Emp
Propiciar uma educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos	6.365.878.776	5.672.437.923	5.800.982.366	89	91	26
Garantir ao cidadão um atendimento de saúde integral e humanizado	5.427.810.997	4.953.968.426	4.729.371.869	91	87	22
Garantir segurança pública por meio do uso inteligente de recursos humanos e tecnológicos	5.096.418.750	4.221.650.675	4.003.514.463	83	79	19
Aumentar a qualidade de vida promovendo a mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais	4.510.856.700	3.169.587.415	2.990.331.470	70	66	14
Realizar uma gestão eficaz,transparente e participativa, com foco no cidadão	4.067.740.493	2.542.312.251	2.316.001.159	62	57	12
Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, proporcionando acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda, nas áreas rural e urbana	1.125.475.897	1.003.789.619	928.975.934	89	83	5
Desenvolver a economia, com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF	791.212.465	529.235.941	541.545.970	67	68	2
Total Geral	**27.385.394.078**	**22.092.982.250**	**21.310.723.231**	**81**	**78**	**100**

Macrodesafios Empenhado - 2013




Macrodesafios
Valores do Plano Plurianual x Liquidado - 2013
7.000.000.000
6.000.000.000
5.000.000.000
4.000.000.000
3.000.000.000
2.000.000.000
1.000.000.000
0
6.365.878.776
5.800.982.366
5.427.810.997
4.729.371.869
5.096.418.750
4.003.514.463
4.510.856.700
2.990.331.470
4.067.740.493
2.316.001.159
1.125.475.897
928.975.934
791.212.465
541.545.970
Propiciar uma educação pública gratuita, democrática e de qualidade social para todos
Garantir ao cidadão um atendimento de saúde integral e humanizado
Garantir segurança pública por meio do uso inteligente de recursos humanos e tecnológicos
Aumentar a qualidade de vida promovendo a mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais
Realizar uma gestão eficaz,transparente e participativa, com foco no cidadão
Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, proporcionando acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda, nas áreas rural e urbana
Desenvolver a economia, com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF

Execução Orçamentária e Financeira

I – Totais de Governo

No Plano Plurianual, para 2013, foram previstos recursos no montante de **R$ 25.385.394.078,00**. Esse valor considera os recursos dos Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social-OFSS, de Investimento das Estatais - OI e recursos do Fundo Constitucional do DF- FCDF. Os valores dos Programas nº 0001 – Operações Especiais, nº 9999 – Reserva de Contingência e o pagamento de inativos com recursos do Fundo Constitucional do DF, não constam no PPA 2012-2015.

Execução Orçamentária e Financeira por Programa - 2013

PPA X LOA - Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional do DF

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
0001- Programa para Operação Especial		2.960.620.384	3.100.009.119	2.423.579.902	2.409.309.090		
0150:BRASÍLIA SUSTENTÁVEL(OFSS)	4.550.000	29.000.000	20.999.500	686.000	523.390	15,1	11,5
1350: DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL - ÁGUAS DO DF(OFSS)	216.552.479	72.639.477	37.921.830	731.158	662.894	0,3	0,3
6001:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	240.700.049	213.782.695	232.883.253	218.929.790	214.995.989	91,0	89,3
EMPRESAS (OI)	5.030.000	3.500.000	3.499.999	0	1.469.925	0,0	29,2
OFSS	235.670.049	210.282.695	229.383.254	218.929.790	213.526.064	92,9	90,6
6002:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA	1.604.176.463	437.111.799	472.451.547	471.196.389	467.943.705	29,4	29,2
OFSS	604.176.463	237.111.799	172.451.547	171.196.389	167.943.705	28,3	27,8
FCDF	1.000.000.000	200.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	30,0	30,0
6003:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO	2.968.698.372	1.384.956.037	1.811.700.184	1.716.330.441	1.610.553.077	57,8	54,3

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
PÚBLICA(OFSS)							
6004:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	522.994.636	346.257.669	470.978.308	387.287.638	407.181.347	74,1	77,9
EMPRESAS (OI)	59.187.235	54.091.000	67.896.429	0	29.179.450	0,0	49,3
OFSS	463.807.401	292.166.669	403.081.879	387.287.638	378.001.897	83,5	81,5
6005:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO(OFSS)	688.916.235	643.444.775	567.814.550	548.187.672	514.727.061	79,6	74,7
6006:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE(OFSS)	371.226.834	220.677.954	246.926.033	229.983.730	227.731.795	62,0	61,3
6007:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE	4.142.801.002	3.134.098.542	3.753.998.972	3.746.780.029	3.734.682.179	90,4	90,1
OFSS	1.106.798.375	1.285.993.743	1.885.894.173	1.878.675.230	1.866.577.380	169,7	168,6
FCDF	3.036.002.627	1.848.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	61,5	61,5
6008:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA PÚBLICA	955.475.998	860.059.858	1.020.871.368	992.185.438	870.672.870	103,8	91,1
OFSS	238.634.333	383.529.097	567.283.349	538.620.774	471.087.589	225,7	197,4
FCDF	716.841.665	476.530.761	453.588.019	453.564.664	399.585.281	63,3	55,7
6009:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL(OFSS)	623.953.163	499.654.624	607.800.262	605.114.138	586.572.757	97,0	94,0
6010:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE(OFSS)	354.391.337	284.866.916	443.705.973	419.739.326	416.680.831	118,4	117,6
6201:AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	50.160.541	18.173.366	44.430.551	14.092.977	11.860.855	28,1	23,6
EMPRESAS (OI)	2.700.000	5.500.000	4.000.000	0	1.365	0,0	0,1
OFSS	47.460.541	12.673.366	40.430.551	14.092.977	11.859.490	29,7	25,0
6202:APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(OFSS)	1.285.009.995	1.046.051.306	1.372.978.019	1.207.188.397	994.689.690	93,9	77,4
6203:APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO(OFSS)	408.642.380	409.677.264	474.738.886	277.764.238	190.700.250	68,0	46,7
6204:ATUAÇÃO LEGISLATIVA(OFSS)	1.483.506	1.602.000	502.000	29.900	20.771	2,0	1,4
6205:CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL(OFSS)	95.366.897	72.369.611	130.402.116	72.893.662	62.355.985	76,4	65,4

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
6206:ESPORTES E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS(OFSS)	286.330.207	939.455.137	1.531.332.710	561.107.936	831.423.249	196,0	290,4
EMPRESAS (OI)	183.900.000	459.247.000	599.247.000	0	300.347.097	0,0	163,3
OFSS	102.430.207	480.208.137	932.085.710	561.107.936	531.076.152	547,8	518,5
6207:DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	421.396.428	410.530.151	422.511.237	264.208.405	292.008.309	62,7	69,3
EMPRESAS (OI)	70.724.871	114.363.222	114.363.222	0	27.906.565	0,0	39,5
OFSS	350.671.557	296.166.929	308.148.015	264.208.405	264.101.744	75,3	75,3
6208:DESENVOLVIMENTO URBANO	874.360.152	2.065.415.730	1.675.039.894	556.986.628	486.541.089	63,7	55,6
EMPRESAS (OI)	417.444.000	864.485.000	724.485.000	0	78.018.482	0,0	18,7
OFSS	456.916.152	1.200.930.730	950.554.894	556.986.628	408.522.607	121,9	89,4
6209:ENERGIA	233.992.380	463.555.011	377.237.818	137.459.284	296.825.850	58,7	126,9
EMPRESAS (OI)	120.726.000	283.317.000	217.858.217	0	208.679.046	0,0	172,9
OFSS	113.266.380	180.238.011	159.379.601	137.459.284	88.146.804	121,4	77,8
6210:MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS(OFSS)	42.063.411	22.810.315	25.993.431	8.698.445	5.222.194	20,7	12,4
6211:GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL(OFSS)	137.393.608	129.915.243	92.418.495	73.879.461	65.627.421	53,8	47,8
6212:RESÍDUOS SÓLIDOS(OFSS)	105.142.150	264.379.998	279.218.183	268.985.049	255.448.744	255,8	243,0
6213:SANEAMENTO	587.379.084	588.343.771	625.278.376	6.183.457	138.788.761	1,1	23,6
EMPRESAS (OI)	484.629.084	421.270.000	484.935.991	0	136.905.941	0,0	28,2
OFSS	102.750.000	167.073.771	140.342.385	6.183.457	1.882.820	6,0	1,8
6214:TRABALHO, EMPREGO E RENDA(OFSS)	41.447.247	28.669.845	45.828.612	19.451.423	17.434.647	46,9	42,1
6215:TRÂNSITO SEGURO(OFSS)	145.866.031	125.038.411	199.927.364	106.034.613	90.145.629	72,7	61,8
6216:TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE	936.340.044	1.590.093.757	1.882.719.322	1.043.543.748	660.511.696	111,4	70,5
EMPRESAS (OI)	22.900.000	77.953.000	77.953.000	0	904.860	0,0	4,0
OFSS	913.440.044	1.512.140.757	1.804.766.322	1.043.543.748	659.606.836	114,2	72,2
6217:SEGURANÇA PÚBLICA	4.140.942.752	3.654.208.109	3.336.696.044	3.229.465.237	3.132.841.593	78,0	75,7

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
OFSS	165.118.576	226.434.632	238.403.720	131.207.496	98.028.640	79,5	59,4
FCDF	3.975.824.176	3.427.773.477	3.098.292.324	3.098.257.741	3.034.812.953	77,9	76,3
6218:HABITAÇÃO	85.082.656	74.892.746	44.764.193	3.218.468	2.141.981	3,8	2,5
6219:CULTURA	131.643.936	225.629.815	207.421.314	151.585.053	116.920.248	115,1	88,8
EMPRESAS (OI)	4.900.000	24.092.000	24.092.000	0	3.101.806	0,0	63,3
OFSS	126.743.936	201.537.815	183.329.314	151.585.053	113.818.442	119,6	89,8
6220:EDUCAÇÃO SUPERIOR(OFSS)	28.254.868	8.242.740	12.539.003	8.648.537	7.859.633	30,6	27,8
6221:EDUCAÇÃO BÁSICA	4.220.106.405	3.972.245.863	4.581.746.837	4.407.006.345	4.314.479.546	104,4	102,2
OFSS	2.938.580.093	3.433.304.973	3.918.832.052	3.744.091.560	3.651.564.761	127,4	124,3
FCDF	1.281.526.312	538.940.890	662.914.785	662.914.785	662.914.785	51,7	51,7
6222:PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA(OFSS)	102.250.767	107.209.057	116.057.205	105.240.173	91.174.456	102,9	89,2
6223:DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE(OFSS)	61.250.799	45.547.930	96.685.929	80.766.953	67.592.141	131,9	110,4
6224:ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA(OFSS)	3.453.665	1.801.434	2.617.895	842.164	154.492	24,4	4,5
6225:REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	29.372.240	9.968.610	9.254.905	37.795	1.913.193	0,1	6,5
EMPRESAS (OI)	11.750.000	7.250.000	7.250.000	0	1.910.773	0,0	16,3
OFSS	17.622.240	2.718.610	2.004.905	37.795	2.420	0,2	0,0
6226:PREVENÇÃO, GESTÃO DO RISCO E RESPOSTA A DESASTRES(OFSS)	1.543.266	700.000	12.076	12.076	12.076	0,8	0,8
6227:GARANTIA DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA(OFSS)	85.768.760	55.923.222	54.493.055	51.347.078	39.742.285	59,9	46,3
6228:TRANSFERÊNCIA DE RENDA(OFSS)	103.096.550	171.113.225	88.457.181	83.700.787	76.232.859	81,2	73,9
6229:EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES(OFSS)	8.308.585	6.555.000	4.893.040	2.898.865	1.879.523	34,9	22,6
6230:TURISMO	37.508.200	31.288.558	53.061.536	12.553.346	5.246.170	33,5	14,0
EMPRESAS (OI)	3.000.000	10.731.000	10.731.000	0	1.002.453	0,0	33,4
OFSS	34.508.200	20.557.558	42.330.536	12.553.346	4.243.717	36,4	12,3

PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
999 Reserva de Contingência		166.570.077	0	0	0	0	0
TOTAL (OFSS, Investimento e FCDF - inclui programas 0001 e 999)	27.385.394.078	27.795.148.032	30.577.318.126	24.516.562.151	23.720.032.321	89,5	86,6
TOTAL (OFSS, Investimento e FCDF - exceto programas 0001 e 999)	27.385.394.078	24.667.957.571	27.477.309.007	22.092.982.249	21.310.723.231	80,7	77,8

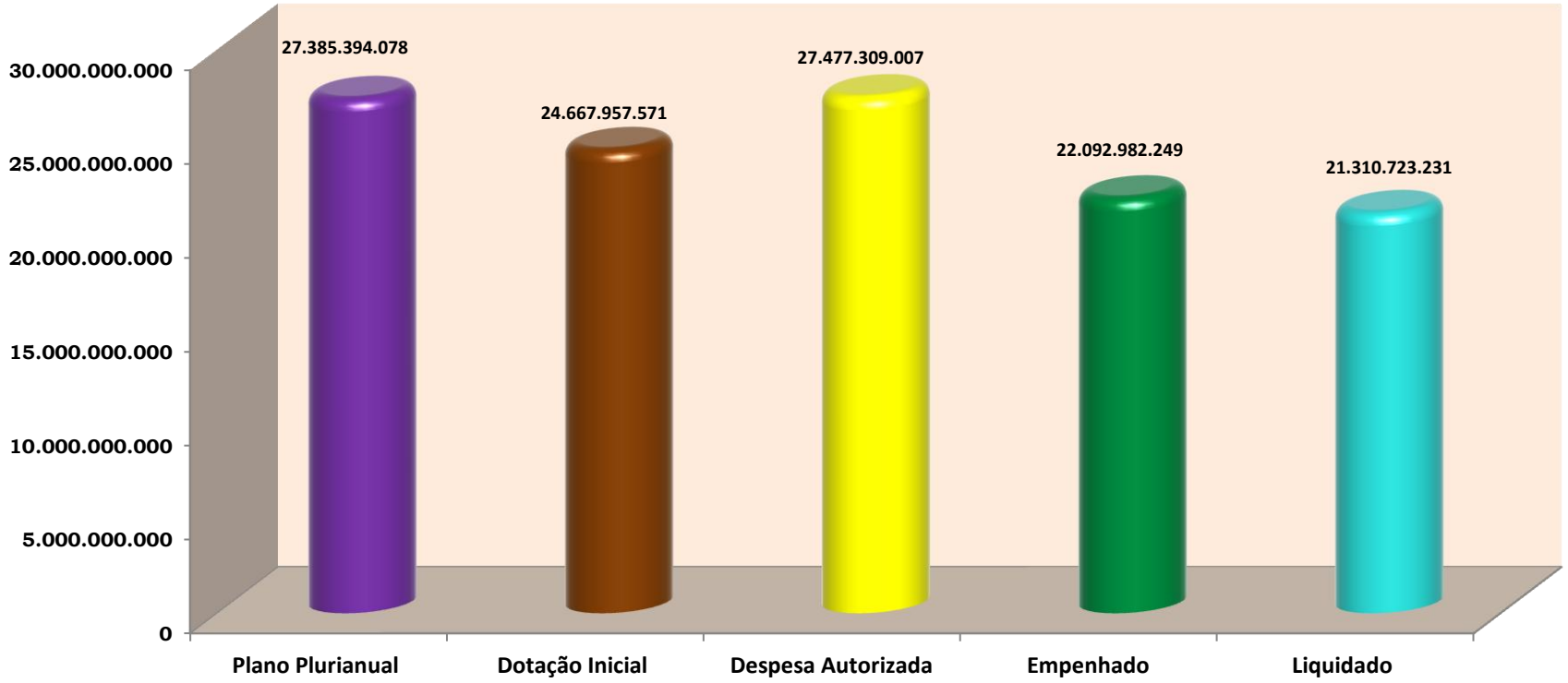
OFFS = Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, OI= Orçamento de Investimento, FCDF = Fundo Constitucional do Distrito Federal

	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA	Liq/PPA
TOTAL DA EXECUÇÃO OFSS exceto Programas 0001 e 9999	15.988.308.108	15.850.808.422	18.758.097.222	15.710.140.260	14.255.877.650	98,3	89,2
TOTAL DA EXECUÇÃO OFSS inclusive Programas 0001 e 999	15.988.308.108	18.977.998.883	21.858.106.341	18.133.720.162	16.665.186.740	113,4	104,2
TOTAL DA EXECUÇÃO OI	1.386.891.190	2.325.799.222	2.336.311.858	0	789.427.763	0,0	56,9
TOTAL DA EXECUÇÃO FCDF	10.010.194.780	6.491.349.927	6.382.899.927	6.382.841.989	6.265.417.818	63,8	62,6
TOTAL DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS	14.912.059.989	16.643.046.702	17.848.178.557	12.757.247.658	12.258.981.620	85,5	82,2
TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO	12.473.334.089	8.024.910.869	9.629.130.450	9.335.734.591	9.051.741.611	74,8	72,6
Programas Temáticos e de Gestão exceto Programas 0001 e 999	27.385.394.078	24.667.957.571	27.477.309.007	22.092.982.249	21.310.723.231	80,7	77,8

OBS: Para compatibilização com os recursos previstos no PPA o total geral considera os valores dos orçamentos fiscal, da seguridade social, de investimentos das estatais e do Fundo Constitucional do DF - FCDF. Foram excluídos os Programas para Operações Especiais, Reserva de Contingência e os valores referentes aos inativos das áreas de Saúde, Educação e Segurança do FCDF.

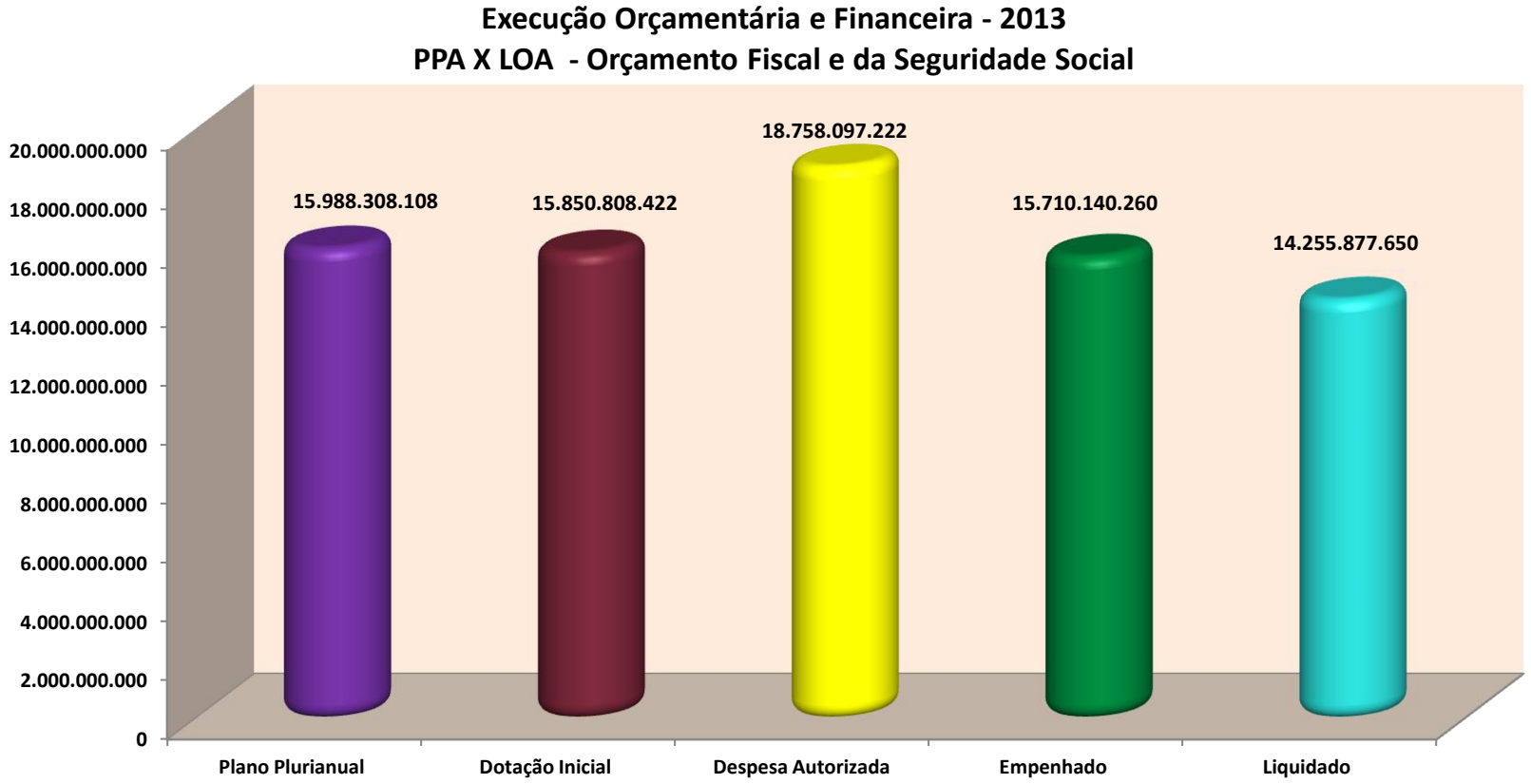
Em comparação com os recursos previstos no PPA, os totais consolidados da execução orçamentária do Governo são os seguintes: Dotação inicial no valor de **R$ 24.667.957.571**, Despesa Autorizada no valor de **R$ 27.477.309.007,** Total Empenhado no valor de **R$ 22.092.982.249e** Total Liquidado no valor de **R$ 21.310.723.231.** Desses totais, foram previstos na Lei Orçamentária Anual 2013 **R$ 15.850.808.422,00** dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, **R$ 2.325.799.222,00** do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e **R$ 6.491.349.927,00,** referente aos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal(excluindo-se os inativos das 03 áreas). Para efeito de comparação da execução orçamentária com os valores previstos no PPA pode-se afirmar que 77,8% foram executados.

Execuçao Orçamentária do Governo do Distrito Federal - 2013
(Orçamentos: Fiscal, Seguridade Social, Investimento e Recursos do Fundo Constitucional do DF)



II – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

No que se refere aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o valor previsto no PPA para 2013 atingiu o montante de R$ **15.988.308.108,00**. A execução orçamentária e financeira, conforme demonstrado no gráfico a seguir, apresentou os seguintes totais: Dotação Inicial R$ 15.850.808.422,00 (LOA), Despesa Autorizada R$ 18.758.097.222,00, Total Empenhado R$15.710.140.261,00 e liquidado R$ 14.255.877.650,00. Em relação ao previsto no PPA, os valores empenhados e liquidados alcançaram 98% e 89%, respectivamente.



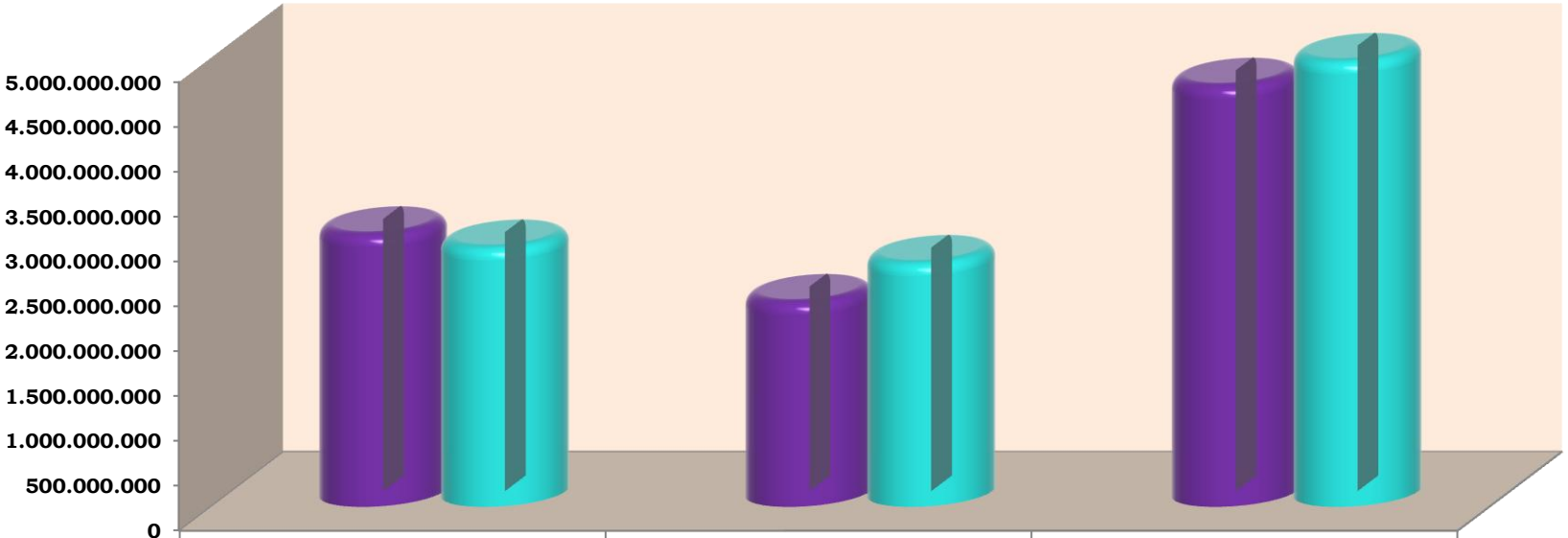
III – Fundo Constitucional do Distrito Federal

Os recursos previstos no PPA para o Fundo Constitucional do Distrito Federal totalizaram o valor de R$ **10.010.194.680,00** e o valor total liquidado **R$ 6.265.417.818,00.** A tabela a seguir demonstra a execução por área. Considerando que no PPA não constam os valores para inativos, no gráfico comparativo entre o PPA e a Execução, estes valores também foram deduzidos das 03 áreas.

UG Executoras		Dotação Incial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valor Pago
Polícia Militar do DF						
	1 - Pessoal	2.028.812.466	2.028.812.466	2.028.812.466	2.022.491.524	1.853.705.442
	1.1 Inativos	580.967.086	647.967.086	647.967.086	643.759.334	607.076.666
	3 - Outras Despesas Correntes	329.762.838	319.665.064	319.665.064	294.539.934	282.476.173
	4 - Investimentos	213.687.959	33.622.747	33.603.304	28.819.710	28.819.710
Corpo de Bombeiro Militar do DF						
	1 - Pessoal	936.098.690	965.598.690	965.598.690	959.595.195	888.210.988
	1.1 - Inativos	316.530.380	334.980.380	334.980.380	334.978.032	309.028.341
	3 - Outras Despesas Correntes	146.335.974	141.835.974	141.809.818	113.464.112	108.416.025
	4 - Investimentos	104.084.337	76.750.928	76.738.589	49.622.521	49.622.521
Polícia Civil do DF						
	1 - Pessoal	1.442.278.789	1.404.278.789	1.404.278.789	1.404.257.726	1.306.817.874
	1.1 - Inativos	531.950.077	554.950.077	554.950.077	554.938.122	513.251.920
	3 - Outras Despesas Correntes	77.765.728	80.765.728	80.765.728	71.840.065	69.530.836
	4 - Investimentos	54.925.000	38.447.500	38.447.500	23.442.936	23.310.481
Secretaria de Saúde do DF						
	1 - Pessoal	2.868.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640	2.888.680.640
	1.1 - Inativos	1.020.575.841	1.020.575.841	1.020.575.841	1.020.575.841	1.020.575.841
Secretaria de Educação do DF						
	1 - Pessoal	2.180.504.049	2.404.477.944	2.404.477.944	2.404.477.944	2.404.389.866
	1.1 - Inativos	1.753.563.160	1.753.563.160	1.753.563.160	1.753.563.160	1.753.563.160
	3. Outras Despesas Correntes	312.000.000	312.000.000	312.000.000	312.000.000	311.994.406
Total		**10.694.936.470**	**10.694.936.470**	**10.694.878.532**	**10.573.232.307**	**10.215.974.962**

Áreas (com Inativos)	Plano Plurianual	Liquidado
Saúde	3.036.002.627	2.888.680.640
Educação	2.281.526.212	2.716.477.944
Segurança	4.692.665.841	4.968.073.723
TOTAL	**10.010.194.680**	**10.573.232.307**

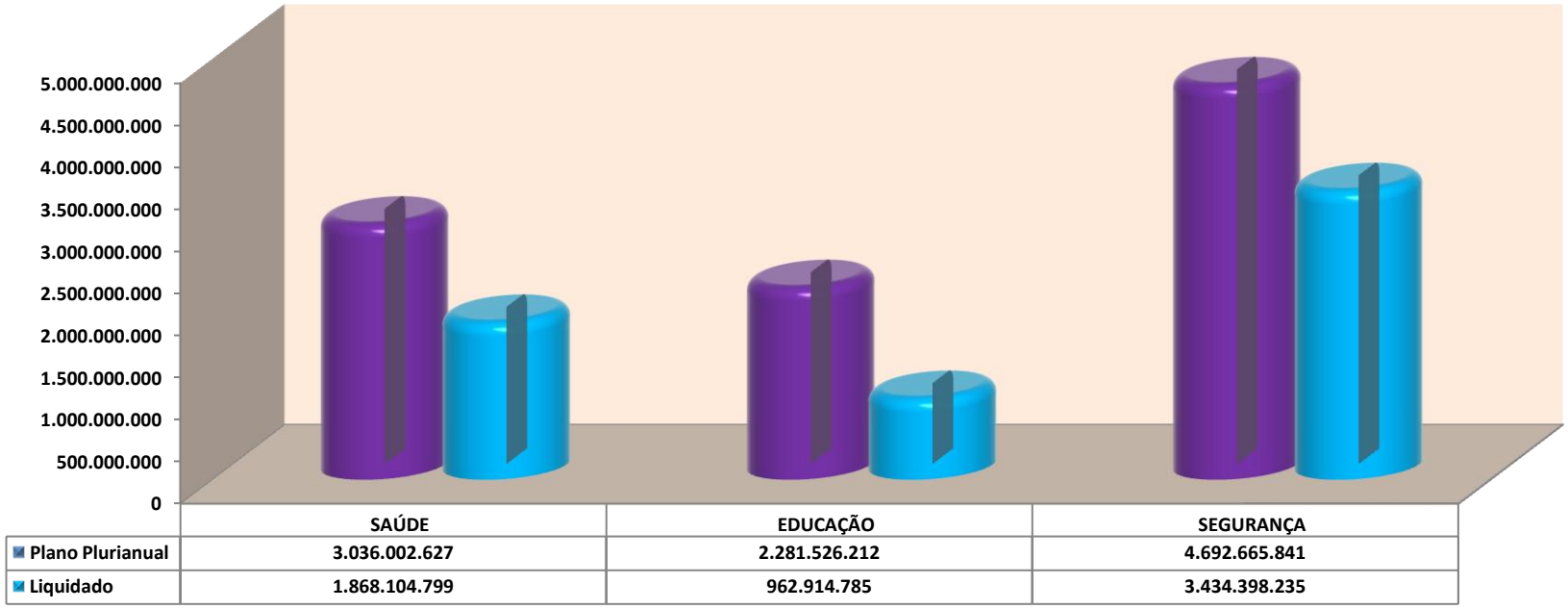
Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Fundo Constitucional do Distrito Federal
PPA X Liquidado (inclui inativos das 03 áreas)



	SAÚDE	EDUCAÇÃO	SEGURANÇA
Plano Plurianual	3.036.002.627	2.281.526.212	4.692.665.841
Liquidado	2.888.680.640	2.716.477.944	4.968.073.723

Áreas (sem inativos)	Plano Plurianual	Liquidado
Saúde	3.036.002.627	1.868.104.799
Educação	2.281.526.212	962.914.785
Segurança	4.692.665.841	3.434.398.235
TOTAL	**10.010.194.680**	**6.265.417.819**

Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Fundo Constitucional do Distrito Federal
PPA X Liquidado (exceto inativos)

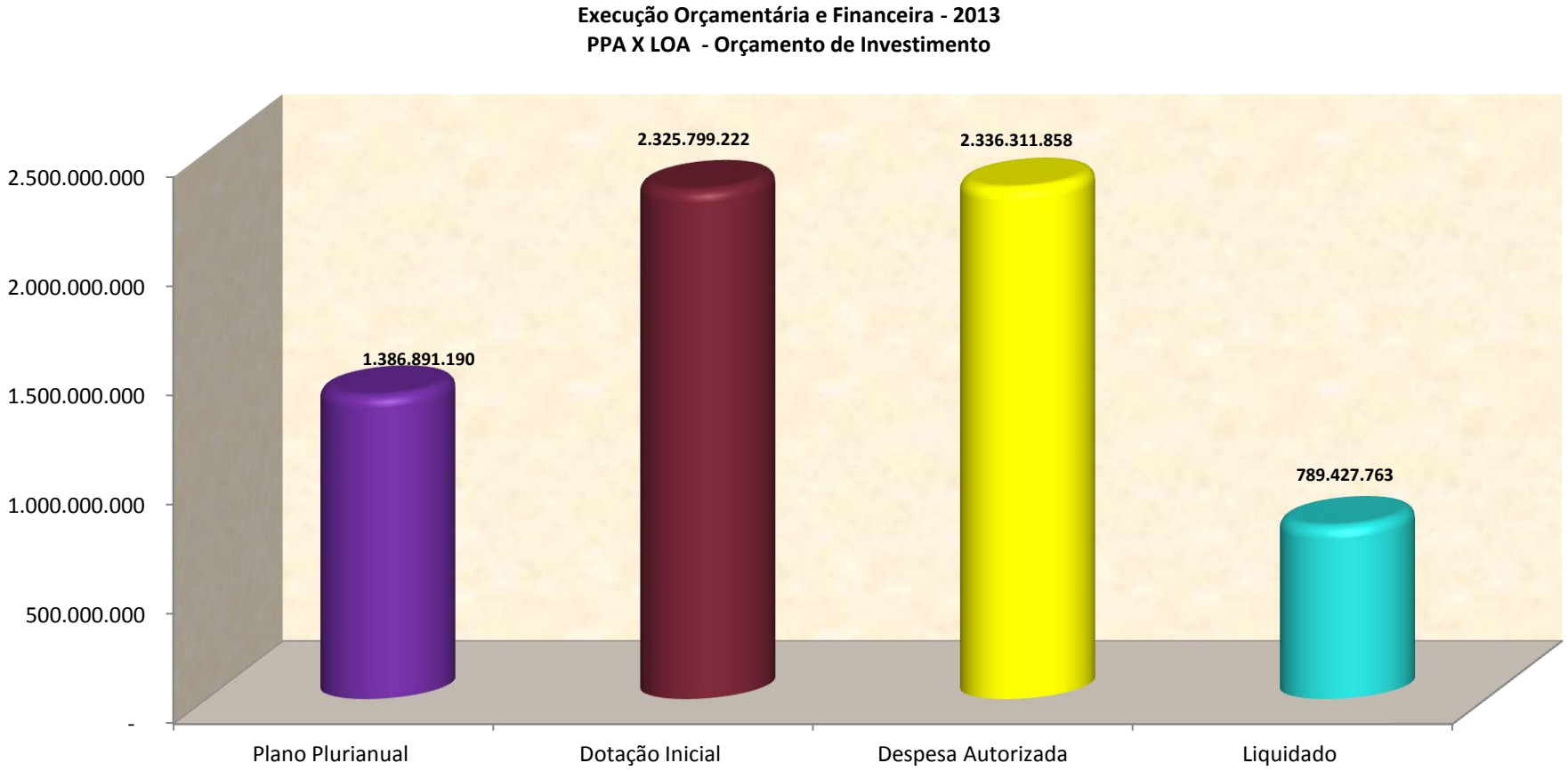


	SAÚDE	EDUCAÇÃO	SEGURANÇA
Plano Plurianual	3.036.002.627	2.281.526.212	4.692.665.841
Liquidado	1.868.104.799	962.914.785	3.434.398.235

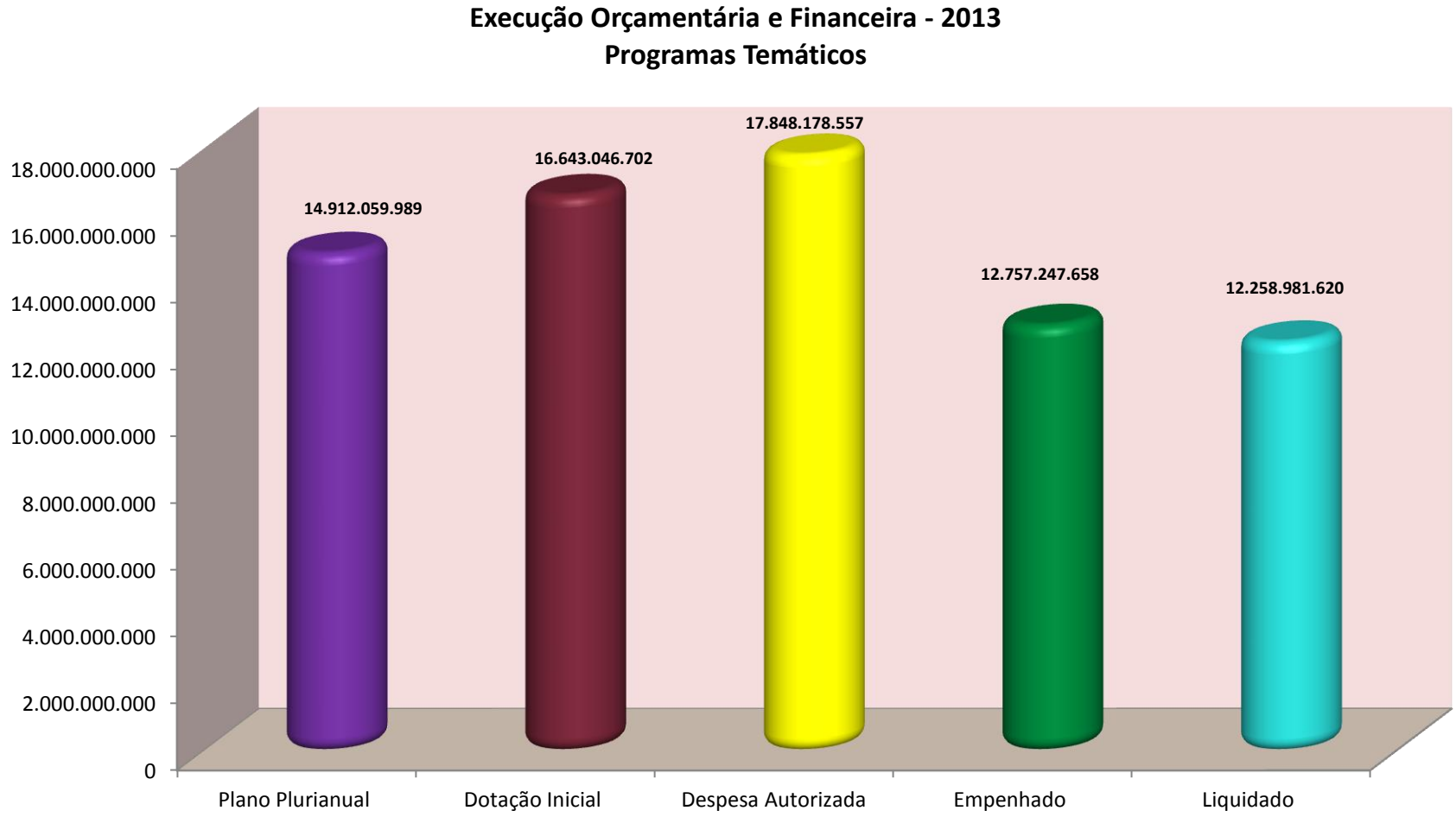
Obs: valores referentes ao pagamento de inativos das 03 áreas, não constam do PPA 2012-2015

IV – Orçamento de Investimento das Estatais

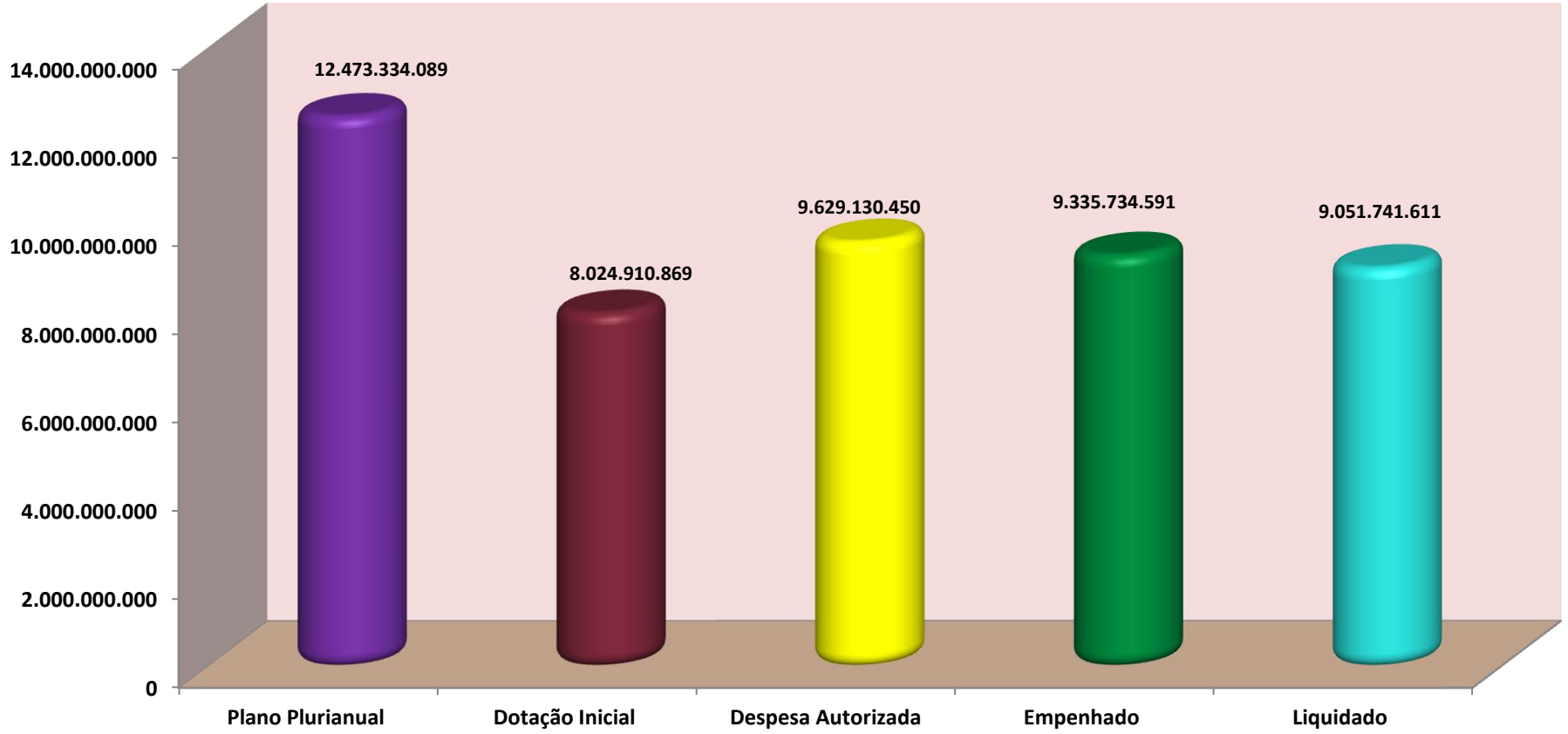
Com relação ao orçamento de investimento, o gráfico a seguir demonstra que, para o conjunto das empresas estatais, foram previstos no PPA recursos no valor de R$ 1.386.891.190,00, a Despesa Autorizada totalizou R$ 2.325.799.222,00 e a Despesa Realizada no valor de R$ 789.427.763,00. Comparando com a previsão no PPA, o percentual liquidado foi de 57%.



V – Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado



Execução Orçamentária e Financeira - 2013
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado



Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

Total dos Programas	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
Programas Temáticos	14.912.059.989	16.643.046.702	17.848.178.557	12.757.247.658	12.258.981.620	85,5	82,2
Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	12.473.334.089	8.024.910.869	9.629.130.450	9.335.734.591	9.051.741.611	74,8	72,6
TOTAL GERAL	**27.385.394.078**	**24.667.957.571**	**27.477.309.007**	**22.092.982.249**	**21.310.723.231**	**80,7**	**77,8**

Na estrutura do Plano Plurianual 2012-2015 foram criados 32 Programas Temáticos e 10 Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O principal objetivo foi o de buscar junto às unidades do GDF a alocação de despesas efetivamente administrativas nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e as despesas finalísticas nos 32 Programas Temáticos. Algumas unidades conseguiram separar essas despesas, tais como: Saúde e Educação. Mesmo sendo uma iniciativa pioneira no PPA do GDF, já é possível perceber que, tanto no PPA quanto na execução orçamentária e financeira, a execução dos Programas Temáticos se destaca apontado para uma melhor alocação dos recursos públicos.

VI – Indicadores de Desempenho

A análise dos indicadores no contexto do PPA 2012-2015 é mais complexa visto que a definição de indicadores que possam traduzir a realidade que se deseja alterar e que possibilite o acompanhamento de seu desempenho ao longo do tempo, ainda está em evolução em certas áreas do governo.

Os avanços conquistados no PPA 2012-2015 são perceptíveis na medida em que se busca demonstrar a conexão entre o Planejamento Estratégico do Governo, os objetivos traçados para executá-los, as ações para sua implementação e os resultados alcançados pelas políticas públicas, objeto deste documento.

Conforme quadro demonstrativo a seguir, dos 468 indicadores apresentados no PPA para 2013, 49,36% obtiveram índices alcançados iguais ou melhores que os previstos; 31,20% apresentaram índices alcançados pior que os previstos para 2013 e pior que os índices alcançados em 2012; 17,31%

apresentaram índices alcançados pior que os previstos em 2013, no entanto melhores que os alcançados em 2012; e 2,13 % enquadram–se nas situações de não apurados e ou constam em 02 objetivos específicos.

Ao somar as situações de índices alcançados igual ou melhor que os previstos para 2013 com as situações de índices alcançados pior que os previstos para 2013, porém melhor que os índices alcançados em 2012, verifica-se que 66,67% dos indicadores constantes no PPA para o ano de 2013, obtiveram melhor desempenho.

Quantidade			Índices dos Indicadores (%)			
Programas Temáticos	**Metas**	**Indicadores**	**IGUAL ou MELHOR que o previsto em 2013**	**PIOR que o previsto em 2013 e MELHOR que o alcançado em 2012**	**PIOR que o previsto em 2013 e PIOR que o alcançado em 2012**	**Outros**
32	538	468	49,36	17,31	31,20	2,13

Análise dos Programas Temáticos

Os resultados das análises dos Objetivos Específicos, bem como o quadro da execução orçamentária e financeira por Programa Temático, estão detalhados a seguir:

PROGRAMA TEMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL: Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

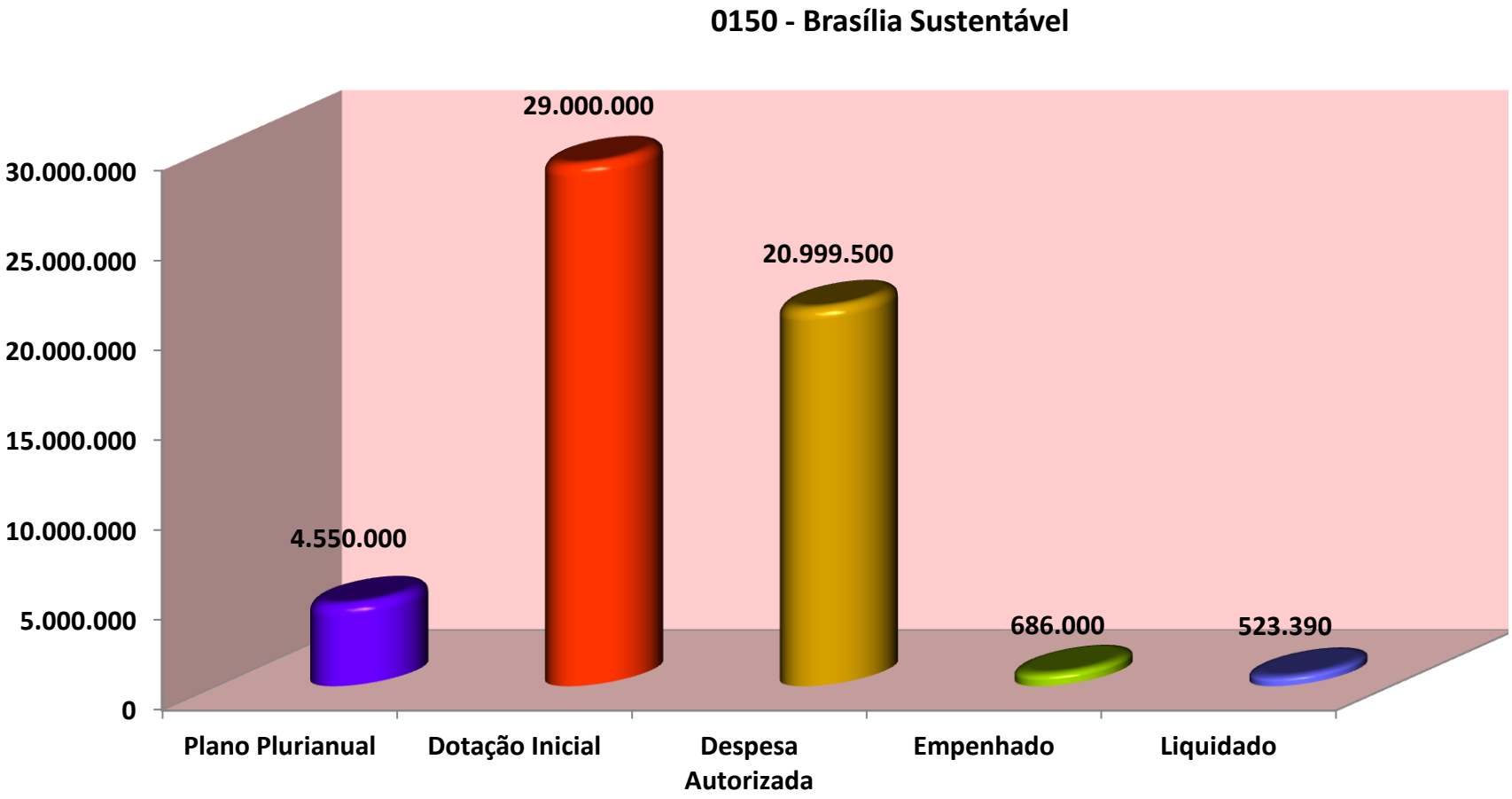
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.	21.206
002 - Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.	21.206

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA – 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1680 - Implantação do Projeto de Urbanização da Vila Estrutural - Brasília Sustentável II	4.000.000	2.877.222	2.502.084	0	0	0	0
3052 - Implantação do Projeto de Urbanização - " Programa Brasília Sustentável II"	100.000	11.610.071	8.290.056	0	0	0	0
5076 - Implantação do Projeto de Saneamento Ambiental - "Programa Brasília Sustentável II'	150.000	8.157.986	4.352.639	0	0	0	0
5098 - Implantação do Projeto de Reforço Institucional - "Programa Brasília Sustentável II"	150.000	3.823.333	3.823.333	0	0	0	0
5119 - Implantação da Unidade de Gerenciamento "Programa Brasília Sustentável II"	150.000	2.531.388	2.031.388	686.000	523.390	457	349
TOTAL DO PROGRAMA 0150	**4.550.000**	**29.000.000**	**20.999.500**	**686.000**	**523.390**	**15**	**12**


0150 - Brasília Sustentável
30.000.000
25.000.000
20.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
0
4.550.000
29.000.000
20.999.500
686.000
523.390
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 – Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Análise do Objetivo Específico

O Objetivo foi concluído em 2012. Não há execução prevista para este período.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Elaborar o Plano de Manejo para APA do São Bartolomeu	Os Produtos foram desenvolvidos / concluídos e entregues. O desenvolvimento desse trabalho contribuiu para a melhoria e aperfeiçoamento do sistema de gestão territorial do DF, proporcionando maior rapidez nas consultas e na elaboração de pareceres técnicos, por meio de uma ferramenta de fundamental importância para o monitoramento da ocupação do solo e do controle urbanístico.
2. Elaborar o Projeto Executivo do novo aterro sanitário do DF	Os serviços foram executados conforme o Contrato nº 027/2011, tendo observado os padrões de qualidade exigidos na realização dos produtos/relatórios solicitados, além de terem atendido as expectativas da ADASA. Na análise dos produtos, o Executor teve a participação de grupo de apoio interinstitucional: representantes da ADASA, NOVACAP, SEMARH, SEGOV e Casa Civil/GDF e apoio de técnico da própria UGP.
3. Avaliar os indicadores do Programa para a Vila Estrutural e Monjolo	A avaliação de indicadores desta meta visou: Retratar quantitativamente e analisar qualitativamente a situação socioeconômica atual dos moradores da Vila Estrutural, bem como a situação dos indicadores de saneamento e acesso a equipamentos comunitários e das famílias reassentadas; Indicar a significância estatística de eventuais melhorias observadas nos indicadores após a intervenção física, para os moradores citados e para o grupo reassentado; Comparar as estimativas para os indicadores em cada grupo; Levantar a satisfação dos participantes quanto às melhorias implantadas.
4. Realizar pequenos reparos nas casas do Núcleo Monjolo	A execução dos serviços corroborou o compromisso do Programa Brasília Sustentável com a qualidade das unidades habitacionais visando a melhoria da qualidade de vida dos reassentados. Como resultados positivos identificou-se um maior envolvimento e comprometimento dos reassentados quanto à necessária motivação para produção de gêneros alimentícios naquela área rural.
5. Aperfeiçoar a sistematização dos procedimentos relativos à gestão ambiental do IBRAM	A meta envolveu a realização de treinamento de servidores do órgão para capacitá-los nas novas funcionalidades e procedimentos criados. Apresentação, por intermédio de análises e modelos em funcionamento em outras unidades da Federação, de insumos necessários à implantação de uma central de atendimento funcional e eficiente e a capacitação e orientação técnica de colaboradores para a nova central de atendimento do IBRAM. Implantação de estrutura de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
	digitadores e equipamentos de digitalização que permita a realização do tratamento de todos os documentos, estimados em 3.500 processos administrativos.
6. Construir 01 Centro de Triagem de Resíduos Sólidos na Vila Estrutural	A licitação relativa a esta meta foi cancelada ainda na fase preliminar, sendo assim não houve uma data de abertura (as propostas a que se refere são as da formação do projeto básico). Outra situação é que quando ocorreu este episódio, houve mudanças no projeto e não houve tempo hábil para o lançamento do edital. Licitação cancelada por falta de renovação da validade das propostas por parte das empresas.

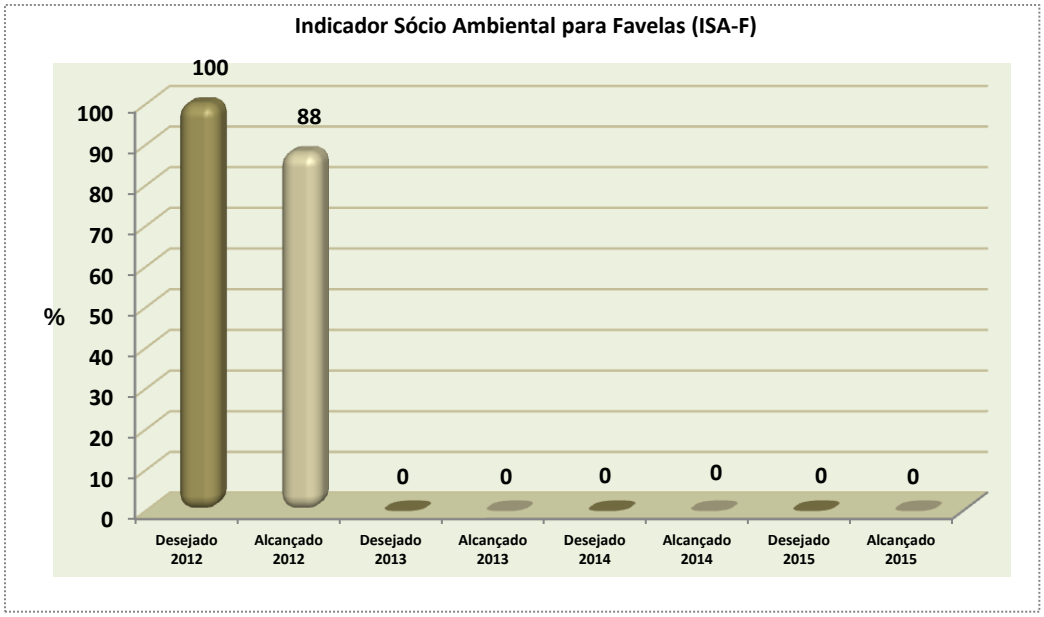
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
775	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	75%	31/12/10	Anual	Desejado	100	-	-	-	PAD/BIRD/ ADASA
						Alcançado	88	-	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador -775 Objetivo já concluído em 2012. Não há execução prevista para este período.



Objetivo Específico: 002 - Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Análise do Objetivo Específico

Em 2012, ocorreu a elaboração de documentos preparatórios para a busca de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visando a implementação do Programa Brasília Sustentável II (Carta Consulta, Perfil do Projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias) no valor de US$ 150 milhões.

Em 2013, ocorreu a licitação para a preparação do Programa Brasília Sustentável II, contratação esta que envolve a entrega de 11 (onze) produtos, cuja execução teve início o mês de setembro. Foram realizadas 03 (três) medições pela empresa especializada contratada.

Em função de atrasos em relação à contratação do Empréstimo relativo ao Programa Brasília Sustentável II junto ao órgão financiador, a maioria das ações não pôde ser realizada e ficará para os próximos exercícios, sendo que apenas a ação que envolve a preparação do Programa teve execução em 2013.

Esta ação está sendo custeada pelo GDF (Fonte 100) e tem papel importante em relação ao cumprimento dos objetivos do Programa e seus resultados para a sociedade. Dentre os resultados, destaca-se a implementação de ações de suporte à promoção do desenvolvimento sustentável no Distrito Federal e região do Entorno.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Implementar ações de Urbanização (obras de infraestrutura urbana) em pelo menos 80% da área do Condomínio Pôr- do –Sol e complementar as da Vila Estrutural	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
2. Implantar a Unidade de Gerenciamento do Programa Brasília Sustentável II (UGP/ADASA)	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa. Esta meta foi cumprida relativamente ao ano de 2013.
3. Implantar o Novo Aterro Sanitário do DF	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
4. Encerrar as atividades do Aterro do Jóquei e realizar a recuperação ambiental da área	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
5. Implementar ações de reforço institucional junto às Entidades coexecutoras envolvidas na execução do Programa	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
6. Criação do Parque Urbano da Vila Estrutural	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
7. Construção de no mínimo 03 Centros de Triagem de Resíduos Sólidos	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.
8. Construção de no mínimo 250 unidades habitacionais no Condomínio Pôr-do-Sol para reassentamento de famílias localizadas, atualmente, em áreas de risco ou frente de obras	Este objetivo teve suas ações previstas para a partir do segundo semestre de 2013. Em função de atrasos na liberação de empréstimo internacional previsto junto ao BID, iniciou-se com recursos do GDF, apenas na ação de preparação do Programa, não contemplando diretamente esta meta.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

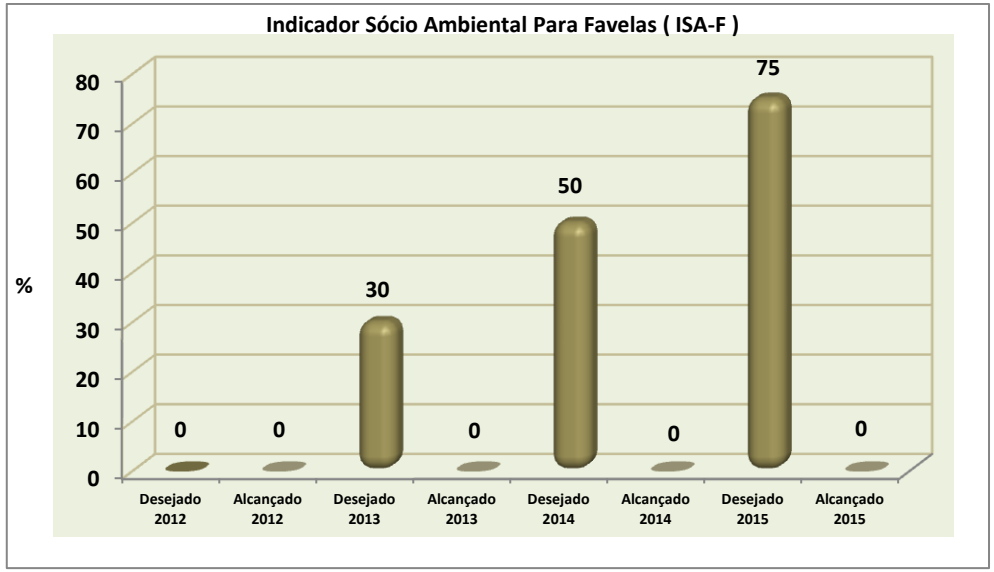
Unidade de Medida		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1120	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	30	50	75	Carta Consulta/ ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1121	Fechamento do Aterro do Jóquei	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	100	-	-	Carta Consulta/ ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1122	Abertura do Aterro Sanitário	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	100	-	-	Carta Consulta/ ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	

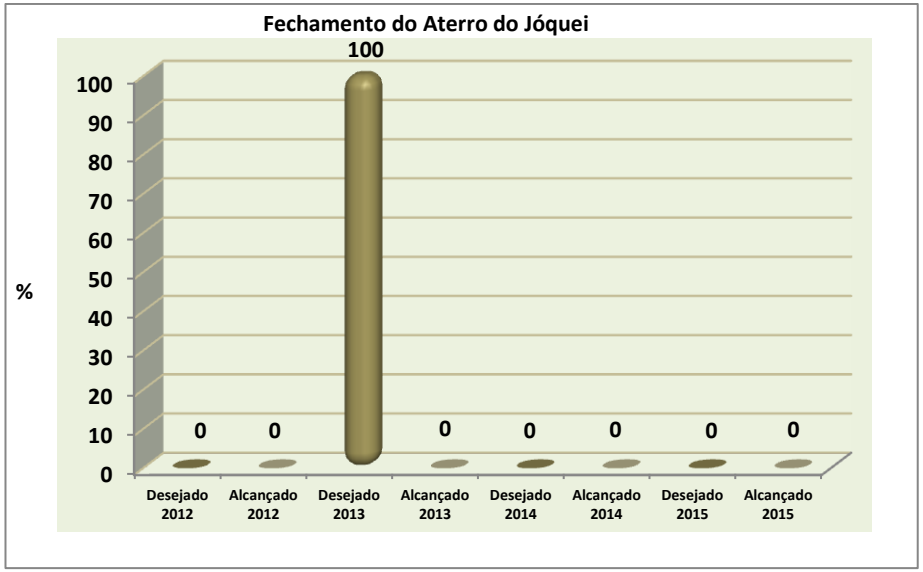
Justificativa – 2013

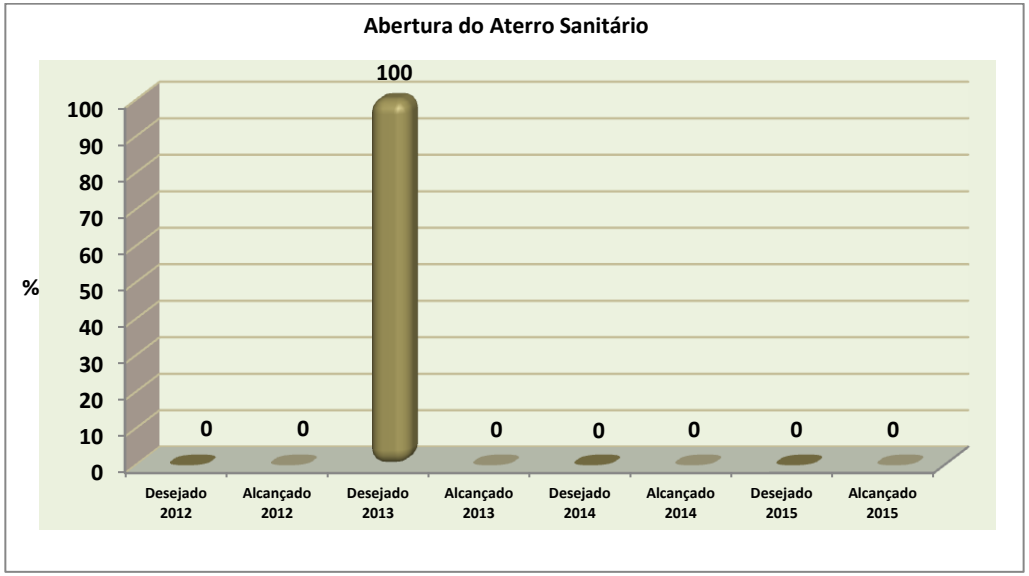
Indicador - 1120 Em função de atrasos na contratação do empréstimo internacional, junto ao órgão financiador - BID, não foi possível iniciar a execução deste Objetivo em 2013, como previsto. Apenas a fase de preparação, que está sendo paga pelo próprio GDF, foi iniciada no 4º trimestre de 2013.

Indicador - 1121 Em função de atrasos na contratação do empréstimo internacional, junto ao órgão financiador - BID, não foi possível iniciar a execução deste Objetivo em 2013, como previsto. Apenas a fase de preparação, que está sendo paga pelo próprio GDF, foi iniciada no 4º trimestre de 2013.

Indicador - 1122 Em função de atrasos na contratação do empréstimo internacional, junto ao órgão financiador - BID, não foi possível iniciar a execução deste Objetivo em 2013, como previsto. Apenas a fase de preparação, que está sendo paga pelo próprio GDF, foi iniciada no 4º trimestre de 2013.







PROGRAMA TEMÁTICO: 1350 – PROGRAMA DE GESTÃO DAS ÁGUAS E DRENAGEM URBANA DO DISTRITO FEDERAL – ÁGUAS DO DF.

OBJETIVO GERAL: Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

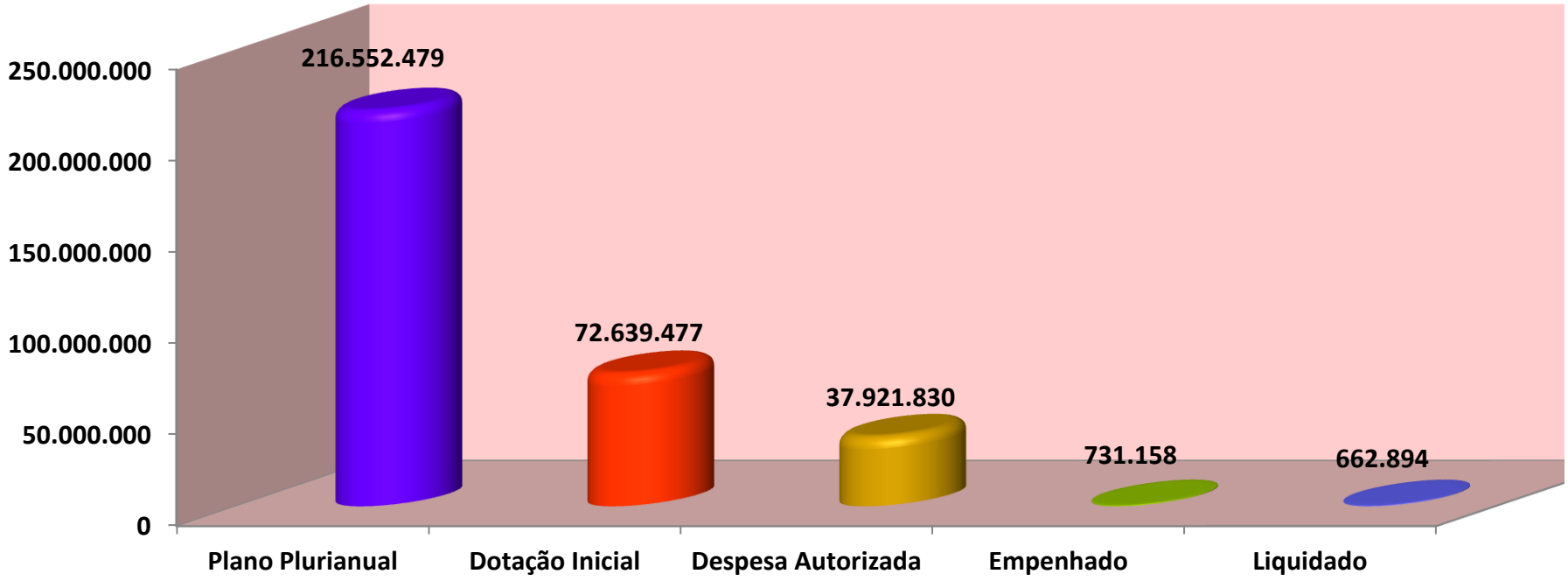
O programa temático é composto de 01 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.	21.206

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
3019 - Fortalecimento Institucional do Programa Águas do DF	931.698	3.470.067	1.688.077	0	0	0	0
3020 - Implantação do Sistema de Gerenciamento, Monitoria e Avaliação do Programa Águas do DF	1.284.109	2.528.427	1.553.791	731.158	662.894	57	52
3021 - Reestruturação de Sistemas de Drenagem Pluvial e Obras Complementares do Programa Águas do DF	205.343.520	45.614.006	24.132.957	0	0	0	0
3022 - Recuperação Ambiental - Programa Águas do DF	8.993.152	21.026.977	10.547.005	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 1350	**216.552.479**	**72.639.477**	**37.921.830**	**731.158**	**662.894**	**0**	**0**

1350 - Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal - ÁGUAS DO DF



Objetivo Específico: 001 - Atuar na proteção dos recursos hídricos e promover a melhoria nas condições de saneamento ambiental e de drenagem urbana de locais do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DF - SO

Análise do Objetivo Específico

O Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal foi concebido para minimizar os efeitos antrópicos decorrentes do crescimento populacional não planejado de áreas urbanas, mediante a melhoria do planejamento e da gestão de recursos hídricos, e, em especial, a reestruturação do sistema de drenagem cujas dimensões significam riscos à infraestrutura e às moradias das populações vizinhas, além de riscos de degradação ambiental irreversíveis.

Durante o ano de 2013, foi prestado o suporte técnico necessário às respostas aos diversos questionamentos do TCDF e do TJDF, com vistas à continuidade das Concorrências públicas para contratação das obras de drenagem no Plano Piloto e Taguatinga, no montante de R$ 301,5 milhões. O resultado da 1ª Fase da Pré-Qualificação das empresas ocorreu em 01 de fevereiro de 2013, a publicação do edital da 2ª Fase ocorreu em 10 de maio de 2013 e em seguida a licitação foi interrompida pelo TJDF e TCDF, com subsequente adiamento sem previsão de prosseguimento.

Entretanto, apesar dos esforços da Secretaria de Estado de Obras para a contratação de diversas ações do Programa Águas do DF na busca pelo cumprimento das metas previstas, problemas que independeram da gestão desta Pasta, impediram seu êxito. Os resultados deste Programa não puderam ser alcançados devido a sucessivas interrupções dos procedimentos licitatórios para a contratação das obras de drenagem.

O programa era parcialmente financiado pela Corporação Andina de Fomento - CAF, atualmente denominada Banco de Desenvolvimento da América Latina, por meio do contrato de empréstimo firmado com o Distrito Federal em 08 de outubro de 2009. Considerando a situação em que se encontrava o andamento de cada ação deste Programa, o Governo do Distrito Federal solicitou, em 16 de agosto de 2013, prorrogação do prazo de desembolso do Contrato de Empréstimo por um período de três anos. Em resposta à solicitação, a CAF decidiu pela não prorrogação desse prazo e o contrato de financiamento expirou em outubro de 2013.

Atualmente o custo do Programa está restrito a ação de drenagem pluvial, a qual está vinculada os valores previstos em licitações que estão na praça, no valor total de R$ 312.317.994,07 (trezentos e doze milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e noventa e quatro reais e sete centavos). A expectativa é da previsão de início das obras em 2015, que beneficiará ao final uma população estimada em 214.000 habitantes.

Diante do exposto é prevista a não extensão deste programa para os próximos exercícios, bem como a inclusão da ação orçamentária 3021 – Restruturação de sistemas de drenagem pluvial e obras complementares do programa águas do DF, e de seus dois subtítulos 0001 - no Plano Piloto e 0002 - em Taguatinga, no Objetivo Específico 6 do Programa 6208 – Desenvolvimento Urbano, por ser com este compatível e contribuir com seu desenvolvimento. Quanto as Ações 3019 – Fortalecimento institucional do programa águas do DF e 3022 – Recuperação ambiental - Programa águas do DF, vinculadas ao Programa 1350 no PPA 2012/2015, serão revistas para integrar outros programas do PPA. Finalmente, a Ação 3020 – Implantação do sistema de gerenciamento, monitoria e avaliação do programa águas do DF terá sua conclusão no exercício 2014.

Metas 2012-2015:

Em 2012 não houve realização prevista para o Programa 1350 que permitisse a obtenção dos índices de seus indicadores, devido a (i) sucessivas interrupções dos procedimentos licitatórios para a contratação das obras de drenagem, (ii) necessidade de atendimento e adequação às recomendações do TCDF e (iii) dificuldades quanto à liberação ambiental, por parte de outros Órgãos, com relação às obras de recuperação das áreas degradadas.

Destacamos, quanto ao indicador 781 que, em 2012, foram realizadas adequações dos Planos de Recuperação das Erosões para atender as exigências dos órgãos ambientais e a licitação de parte das obras aguarda a liberação final por parte do IBRAM. Quanto ao indicador 782, em 2012, foram abertas as licitações de Pré-Qualificação Internacional nº 01/2012 e nº 02/2012. Esta Pasta solicitou a reprogramação do cronograma para o exercício de 2013.

Baseado no contexto das licitações, para o exercício de 2013 não foi estipulada meta a ser alcançada. Neste período, foi dada continuidade aos trabalhos para adequação de procedimentos licitatórios e respostas às ações impetradas por empresas junto ao TJDF, bem como realizados procedimentos para atender as recomendações do TCDF, e realizados procedimentos para liberação ambiental com relação às obras de recuperação das áreas degradadas. Cabe destacar, quanto ao indicador 782 que, no primeiro trimestre de 2013, foi concluída a 1ª Etapa, referente à seleção das empresas e publicado o Edital da 2ª Etapa, sendo a licitação adiada "Sine Die" em 18/06/2013, para atender as recomendações do TCDF e do TJDF.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Recuperação de Erosões – Área estimada em 39.810m² para o período 2012-2015	0
2. Execução de Rede de Águas Pluviais – Comprimento de redes estimado em 135.881m para o período 2012-2015	0

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

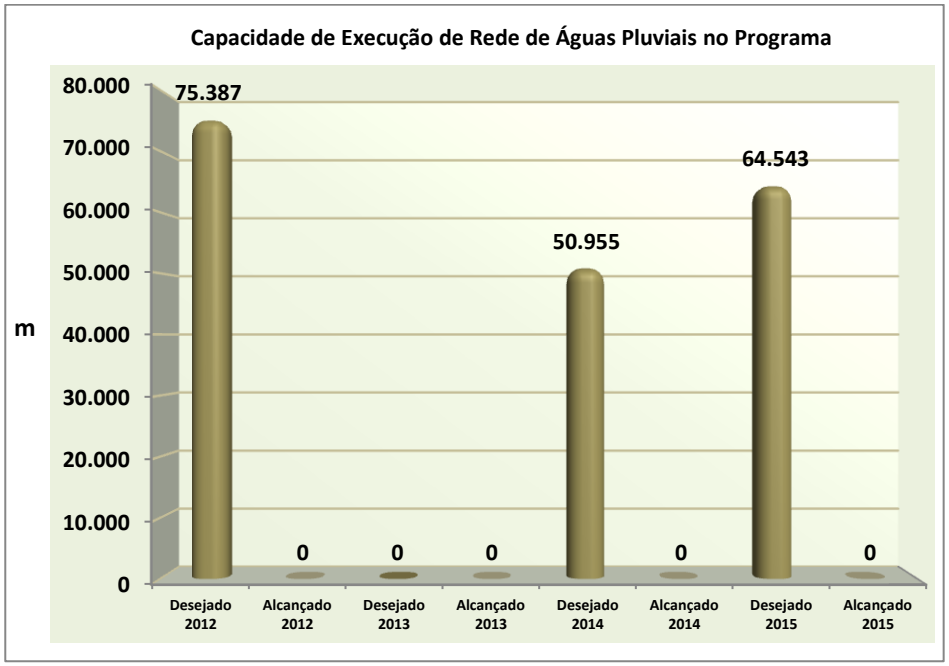
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
781	Capacidade de Recuperação de Erosões no Programa	M²	-	-	Anual	**Desejado**	7.148	-	33.840	5.970	Secretaria de Obras
						Alcançado	0	-	-	-	
782	Capacidade de Execução de Rede de Águas Pluviais no Programa	M	-	-	Anual	**Desejado**	75.387	-	50.955	64.543	Secretaria de Obras
						Alcançado	0	-	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador - 781 Execução não programada para 2013.

Indicador - 782 Execução não programada para 2013.

Capacidade de Recuperação de Erosões no Programa
m²
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
7.148
0
0
0
33.840
0
5.970
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Capacidade de Execução de Rede de Águas Pluviais no Programa
m
80.000
70.000
60.000
50.000
40.000
30.000
20.000
10.000
0
75.387
0
0
0
50.955
0
64.543
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6201 – AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO GERAL: Promover a agricultura e o desenvolvimento rural sustentáveis, propiciando o aumento da cadeia produtiva, melhorias para o setor agropecuário, através da assistência técnica e extensão rural e ações de defesa e inspeção sanitária agropecuária, garantia do abastecimento de alimentos agropecuários a fim de gerar renda, oportunidades e a segurança alimentar e nutricional da população do DF e Entorno.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF;
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 6 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

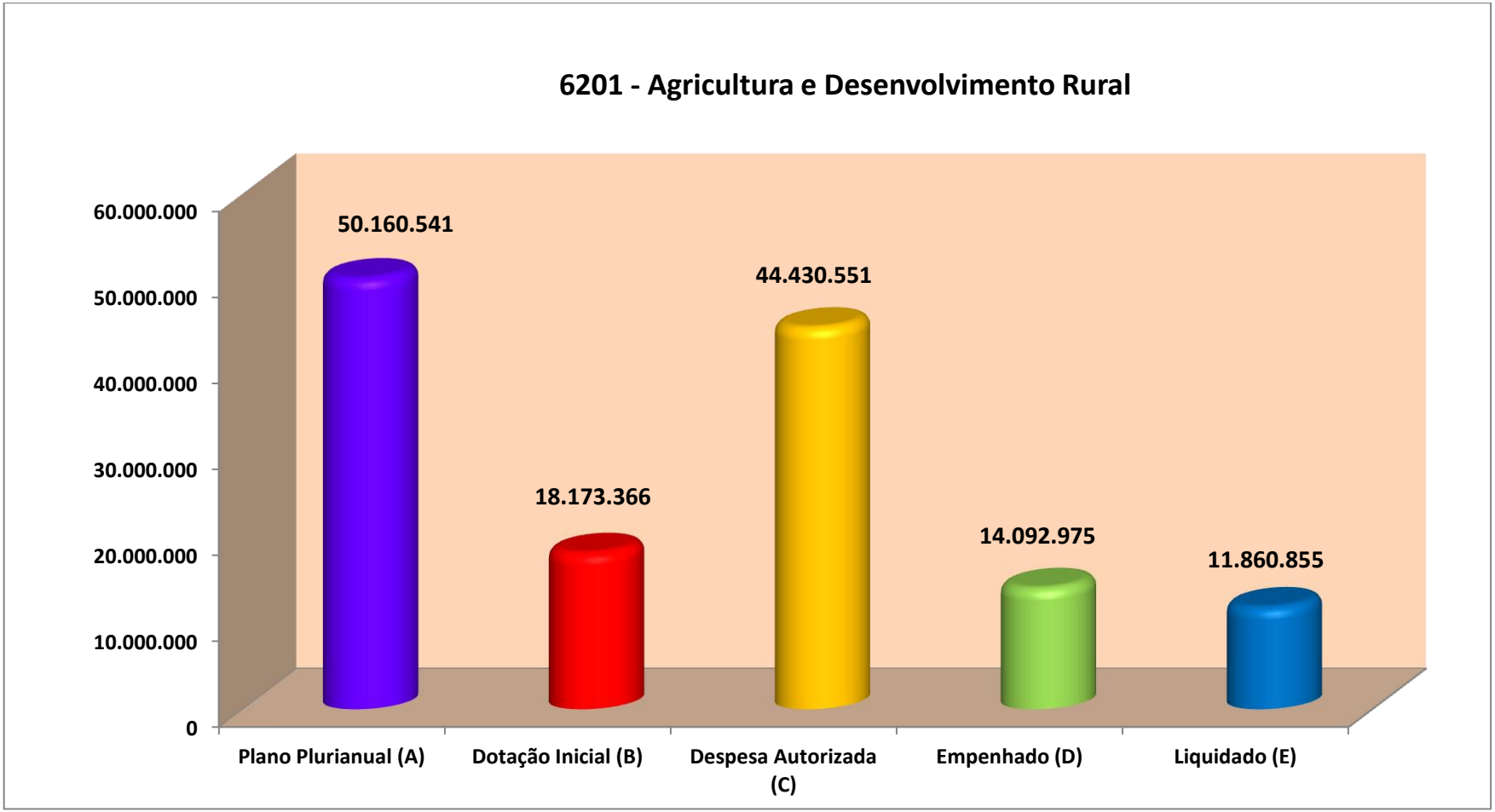
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Fomentar a geração de renda no campo com o apoio à agricultura familiar e a promoção da inclusão social e produtiva da população, promovendo a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias do Distrito Federal e RIDE.	14.101/ 14.203
002 - Desenvolver a gestão ambiental e sustentabilidade rural, por meio da adoção de práticas agro ecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis.	14.101/ 14.203
003 - Desenvolver as cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, capacitação, fomento às inovações tecnológicas e organização das cadeias produtivas.	14.101/ 14.203
004 - Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.	14.101
005 - Recuperação dos canais de água para irrigação, recuperação e manutenção da malha viária vicinal, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, construção de galpões de produtores rurais, para comercialização dos produtos dos produtores e construção de viveiros para produção de mudas.	14.101
006 - Promover a melhoria do abastecimento de produtos hortifrutícolas com a ampliação da segurança alimentar e nutricional para a população do Distrito Federal e Entorno.	14.202

Execução Orçamentária e Financeira do Programa – 2013
PPA X LOA

Ação		Lei Orçamentária Anual - LOA				Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1077 - Construção de Centro de Capacitação	682.500	800.000	2.924.279	0	0	0	0
1140 - (EP) Construção de Curral Comunitário	250.000	0	0	0	0	0	0
1715 - Implantação de Centro de Referência em Piscicultura	2.501.690	0	3.003.837	0	0	0	0
2173 - Desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural	1.054.474	784.003	3.677.503	1.114.355	1.098.071	106	104
2401 - Desenvolvimento da Agroecologia e da Agricultura Orgânica	337.873	270.000	145.000	70.736	54.481	21	16
2770 - Fomento à Produção Vegetal	550.000	200.000	6.621	6.620	6.620	1	1
2771 - Fomento à Produção Animal	300.000	100.000	21.096	21.096	21.096	7	7
2772 - Fomento à Defesa Sanitária Vegetal e Animal	600.000	742.363	2.300.919	929.163	864.323	155	144
2780 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Animal	300.000	150.000	48.412	46.847	46.847	16	16
2885 - Manutenção de Máquinas e Equipamentos	15.000	0	15.000	0	0	0	0
2889 - Apoio à Agricultura Familiar	454.920	1.960.000	1.305.510	882.833	878.475	194	193
3043 - Reabilitação e Manutenção Ambiental	300.000	1.450.000	2.175.034	1.160.250	0	387	0
3100 - Construção de Centro de Comercialização	250.000	150.000	355.356	244.199	128.383	98	51
3120 - Construção de Unidades Descentralizadas da CEASA	2.200.000	3.500.000	2.000.000	0	0	0	0
3191 - Melhoria das Estruturas Físicas	500.000	2.000.000	2.000.000	0	1.365	0	0
3245 - Implantação de Parque de Exposições Agropecuárias	335.000	2.000	0	0	0	0	0
3467 - Aquisição de Equipamentos	1.055.871	50.000	9.774.392	975.242	975.242	92	92
3534 - Construção de Galpão	250.000	0	250.000	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	125.000	0	125.000	0	0	0	0
4046 - Desenvolvimento da Gestão de Empreendimentos Rurais	521.968	350.000	20.000	20.000	20.000	4	4
4090 - Apoio a Eventos	1.098.857	590.000	237.259	237.248	237.248	22	22
4107 - Assistência Técnica e Inovação de Tecnologia Agropecuária	1.223.857	285.000	234.842	234.841	166.801	19	14
4108 - Análise Laboratorial de Produtos Agropecuários	300.000	120.000	0	0	0	0	0
4111 - Promoção da Inclusão Social e Produtiva da População Rural	296.572	340.000	240.000	230.290	224.804	78	76
4114 - Desenvolvimento da Organização e Gestão Social	65.905	115.000	49.432	48.593	48.593	74	74
4115 - Apoio às Compras Diretas da Produção Agropecuária	24.803.000	50.000	2.794.620	1.601.257	1.601.257	6	6
4116 - Desenvolvimento da Gestão Ambiental	76.889	20.000	20.000	14.719	14.719	19	19

Ação		Lei Orçamentária Anual - LOA				Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
4117 - Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Rurais e do Território de Cidadania	100.000	50.000	0	0	0	0	0
4119 - Manutenção da Infraestrutura do Setor Agropecuário	5.850.000	950.000	1.438.380	1.255.377	508.546	21	9
4120 - Execução de Serviços Motomecanizados	1.000.000	300.000	50.500	50.420	15.095	5	2
4131 - Implementação de Políticas Públicas de Compras Institucionais	21.968	15.000	15.000	5.000	5.000	23	23
9089 - Garantia de Aval aos Produtores Rurais	99.066	540.000	1.293.026	0	0	0	0
9109 - Apoio Financeiro aos Produtores Rurais	2.530.290	2.240.000	7.859.533	4.898.314	4.898.314	194	194
9110 - Ressarcimento a Produtores Rurais	109.841	50.000	50.000	45.575	45.575	41	41
TOTAL DO PROGRAMA 6201	**50.160.541**	**18.173.366**	**44.430.551**	**14.092.975**	**11.860.855**	**28**	**24**

([1]) Na coluna “D” constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6201 - Agricultura e Desenvolvimento Rural
60.000.000
50.000.000
40.000.000
30.000.000
20.000.000
10.000.000
0
50.160.541
18.173.366
44.430.551
14.092.975
11.860.855
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 - Fomentar a geração de renda no campo com o apoio à agricultura familiar e a promoção da inclusão social e produtiva da população, promovendo a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e famílias do Distrito Federal e RIDE.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

14.203 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

Análise do Objetivo Específico

Esse objetivo busca:

- Apoiar as iniciativas das organizações dos produtores, promovendo a inclusão produtiva e social da população, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos produtores, trabalhadores e agricultores familiares, no meio rural do Distrito Federal e Região do Entorno;
- Estruturar os canais de comercialização de produtos e serviços, apoiando o desenvolvimento rural integrado, o associativismo e o cooperativismo;
- Melhorar a qualidade de vida da população rural, ampliando seu acesso aos serviços e equipamentos públicos;
- Fomentar as atividades rurais com acesso ao crédito, abastecimento e comercialização.

Com o objetivo de proporcionar segurança ao pequeno agricultor, garantir mercado para os seus produtos, gerar empregos no campo e renda para a família, foi criado o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, instituído pela Lei n° 4.752, de 07 de fevereiro de 2012 e regulamentado pelo Decreto n° 33.642, de 02 de maio de 2012, que viabiliza a compra direta pelo GDF de alimentos e produtos artesanais de pequenos produtores rurais e organizações sociais do setor agrícola.

Em 2013, o apoio às compras diretas da produção agropecuária sucedeu por meio da aquisição 573,13 toneladas de produtos adquiridos, 742 agricultores beneficiados e 159 associações atendidas. E apoiando o Projeto DF sem Miséria, ação que integra o PAPA/DF, foi realizada a distribuição gratuita de fertilizantes minerais e sementes de milho e feijão para 977 agricultores de base familiar do Distrito Federal, como fomento à produção rural de subsistência e promoção da segurança alimentar.

No exercício de 2013, foi concedido aval para 40 produtores rurais, proporcionando a realização de R$ 3.550.753,34, em negócios agropecuários para aquisição de caminhões, tratores, grades aradoras, plainas agrícolas, matrizes bovinas de aptidão leiteira e outros.

Na modalidade FDR-Crédito, foi previsto, inicialmente, atender 40 projetos agropecuários, num montante de R$ 2.669.877,00. Com o aumento da demanda, foram aprovados e liberados 55 projetos, no montante de R$ 4.846.429,09 no exercício de 2013. Também foram liberados R$ 261.779,00 para pagamento de 3 projetos empenhados e liquidados no exercício de 2012, totalizando 58 projetos no valor de R$ 5.108.208,09.

As ações realizadas para o alcance do objetivo contaram com a capacitação de 10.322 pessoas, com temas voltados principalmente para a Segurança Alimentar, Saúde, Organização e Gestão Social, Cidadania, Benefícios Sociais e Atividades não agrícolas.

Foi feito regularmente o apoio para garantir a produção de um alimento seguro e de qualidade, com assistência técnica para implantação das Boas Práticas de Fabricação e melhoria da gestão do empreendimento rural. Esse trabalho foi determinante para viabilizar o registro de 08 unidades de Processamento Artesanal de Alimentos para agricultores familiares.

No artesanato, foi dada continuidade às atividades de melhoria de produtos com fibra de bananeira e desenvolvimento de novos modelos de cachepots para integrar e complementar a comercialização do setor de floricultura. Esta ação foi desenvolvida com 06 grupos de artesãs, nas áreas do Rio Preto, Planaltina, Tabatinga, Paranoá, Alexandre Gusmão e Gama.

Na área do turismo, houve o incentivo para a inserção da agricultura familiar no contexto do turismo rural. A abertura de um ponto de comercialização na Torre Digital, novo ponto turístico de Brasília, proporcionou a divulgação e comercialização dos produtos produzidos por agricultores e agricultoras do Distrito Federal, como o artesanato, alimentos processados típicos de várias regiões e produtos da floricultura, todos com valor agregado na matéria prima produzida pelos agricultores.

A EMATER e a SEAGRI atuaram em conjunto no apoio e na regularização do acesso às políticas públicas, em especial às compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa de Aquisição da Produção da Agricultura Familiar - PAPA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), que beneficiaram mais de 1.000 agricultores, com valor financeiro de mais de 30 milhões. Também houve trabalho conjunto nos projetos de apoio e fomento agropecuário, como as patrulhas mecanizadas da Secretaria de Agricultura.

Destaca-se, no ano de 2013, a assinatura do contrato de prestação de serviços firmado entre FURNAS e EMATER-DF, para a realização de Assistência Técnica e Extensão Rural a 467 famílias localizadas nos assentamentos de Reforma Agrária de Cristalina-GO. Também foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato com a Superintendência do INCRA SR 28, visando dar continuidade à prestação de serviços a 509 famílias de agricultores e agricultoras beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária da região do Entorno. O Termo também visa concluir a elaboração e revisão dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), e dos Planos de Recuperação do Assentamento (PRA), por meio de atividades individuais e grupais.

Outro aspecto trabalhado foi a mobilização das famílias rurais em situação de extrema pobreza para acessarem o CAD único de Políticas Sociais. Foi acompanhado também o Conselho Distrital de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS-DF) e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDS). Foram apresentados resultados positivos principalmente quanto à promoção da inclusão social e produtiva, com fomento à geração de renda no campo, conforme a quantificação dos valores injetados.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atender 100% dos agricultores familiares do Distrito Federal	O atendimento representa 92,86%, dos aproximadamente 6.000 agricultores familiares existentes no Distrito Federal. Em 2012 foram atendidos 5.382 produtores, com 59.182 atendimentos. Em 2013, foram atendidos 5.572 produtores, com 54.383 atendimentos. As atividades são voltadas para o desenvolvimento humano e social, a produção agropecuária, negócios, gestão ambiental, desenvolvimento de agroecologia e atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroindústria. Para 2014, há a expectativa de atender a 100% deste público. O Apoio à Agricultura Familiar ocorre pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Em 2012, foram 1.704 produtores beneficiados, 739 pelo DF sem Miséria; enquanto, em 2013, foram 2.315 produtores beneficiados, 977 pelo DF sem Miséria.
2. Atender 100% dos assentamentos de reforma agrária do DF	Atendimento de 100% dos assentamentos existentes no Distrito Federal com assistência técnica. São 37 locais, distribuídos nas seguintes áreas de atuação da EMATER-DF: Sobradinho, Paranoá, Planaltina, Pipiripau, Brazlândia, Brasília, Gama e São Sebastião. Desses locais, 16 são assentamentos e 21 são acampamentos, com 1.922 famílias.
3. Atender 1.000 famílias com projetos	Em 2012, foram atendidas 159 famílias em projetos de inclusão produtiva, sendo 78 do assentamento Oziel Alves nos Programas de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
e ações de inclusão produtiva	Aquisição de Alimentos (PAA) e Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 11 do assentamento Chapadinha no programa de produção orgânica e 70 no projeto de artesanato (Multifibras). Em 2013, 449 projetos de inclusão produtiva foram elaborados em função do acordo de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social - Programa Brasil Sem Miséria. Até 31/12/2013, foram beneficiadas 608 famílias. Em 2012, com a aquisição de 26 conjuntos agrícolas através do Convênio com o MAPA, estimou-se que 1000 famílias seriam beneficiadas por intermédio de associações e cooperativas. Em 2013, a Secretaria de Agricultura disponibilizou a associações e cooperativas de produtores rurais familiares, por meio de chamamento público, 16 conjuntos agrícolas para atender 1.024 produtores rurais, com o preparo de 2.524 hectares de terra. No exercício de 2012, foram aprovados no Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR 45 projetos. E, no exercício de 2013, foram aprovados e implantados 58 projetos pelo FDR. Destes, 03 foram empenhados e liquidados no exercício de 2012. Foi também concedido aval a 40 produtores em negócios agropecuários.
4. Capacitar 5.000 produtores para aderirem a programas institucionais até 2015	Capacitação de 4.266 pessoas em gestão de negócios nos aspectos da produção agropecuária, aspectos humanos e sociais, da gestão ambiental, do desenvolvimento da agroecologia e de atividades não agrícolas (artesanato e agroindústria), visando colaborar com o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades e vocações do agricultor.
5. Atender 2.500 produtores dentro do programa institucional PAA e PNAE	Em 2012, foram atendidos 889 no PAA e 58 no PNAE. Em 2013, 437 produtores foram contemplados no PAA vendendo frutas, hortaliças, frango caipira e panificados, que foram distribuídos na rede sócioassistencial do DF para aproximadamente 40.000 pessoas. E no PNAE, em 2013, foi dada continuidade à aquisição de produtos lácteos e temperos dos 58 produtores atendidos em 2012. A dificuldade no atendimento ao total de produtores da meta deve-se às exigências burocráticas e administrativas por parte da Secretaria de Educação na execução do PNAE, dificultando a participação dos agricultores individuais, associações e cooperativas. Em 2012-2013, a SEAGRI apoiou as compras diretas da produção agropecuária por meio da aquisição de 1999,13 toneladas de produtos adquiridos, 1498 agricultores beneficiados e mais de 439 associações atendidas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
826	Família em condições de extrema pobreza atendida	Família	-	-	Anual	Desejado	150	250	300	300	EMATER DF
						Alcançado	159	608	-	-	
827	Família assistida	Família	3545	31/12/2010	Anual	Desejado	4.000	4.000	4.000	4.000	SEAGRI
						Alcançado	3.199	2.315	-	-	
828	Agricultores atendidos pelo PAA/PAPA	Pessoa atendida	276	31/05/2011	Anual	Desejado	1.000	850	1.000	1.000	SEAGRI
						Alcançado	756	742	-	-	
1091	Percentual de agricultor familiar assistido	%	80	31/12/2010	Anual	Desejado	90	100	100	100	EMATER DF
						Alcançado	89,7	92,86	-	-	
1092	Assentamento atendido	%	80	31/12/2010	Anual	Desejado	100	100	100	100	EMATER DF
						Alcançado	100	122	-	-	
1093	Capacitações realizadas	Unidade	-	-	Anual	Desejado	1.200	1.300	1.400	1.500	EMATER DF
						Alcançado	1.507	1.332	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1092	Assentamento atendido	%	80	31/12/2010	Anual	Desejado	100	100	100	100	EMATER DF
						Alcançado	100	100	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 826 - Em função do acordo de cooperação técnica com Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social - Programa Brasil Sem Miséria, a EMATER elaborou 449 projetos para as 550 famílias diagnosticadas em situação de pobreza extrema, totalizando 608 famílias beneficiadas ao longo de 2012 e 2013 com projetos de inclusão social e produtiva.

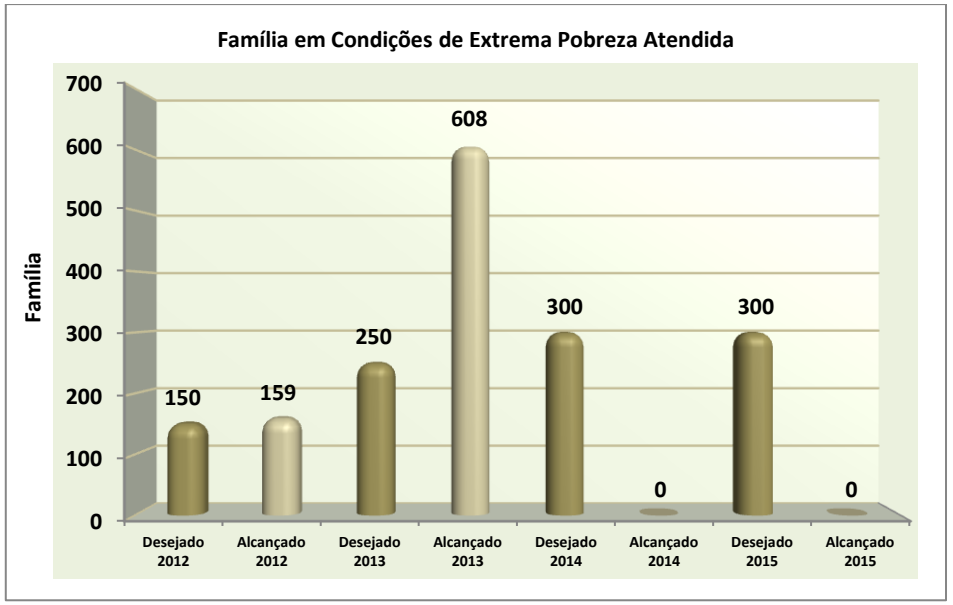
Indicador 827 - O apoio a agricultura familiar atendeu 2.315 produtores familiares. O não alcance do índice proposto de 4.000 deve-se ao fato de o mesmo não estar condizente com a média dos últimos 2 anos, na faixa de 2.353 produtores familiares atendidos.

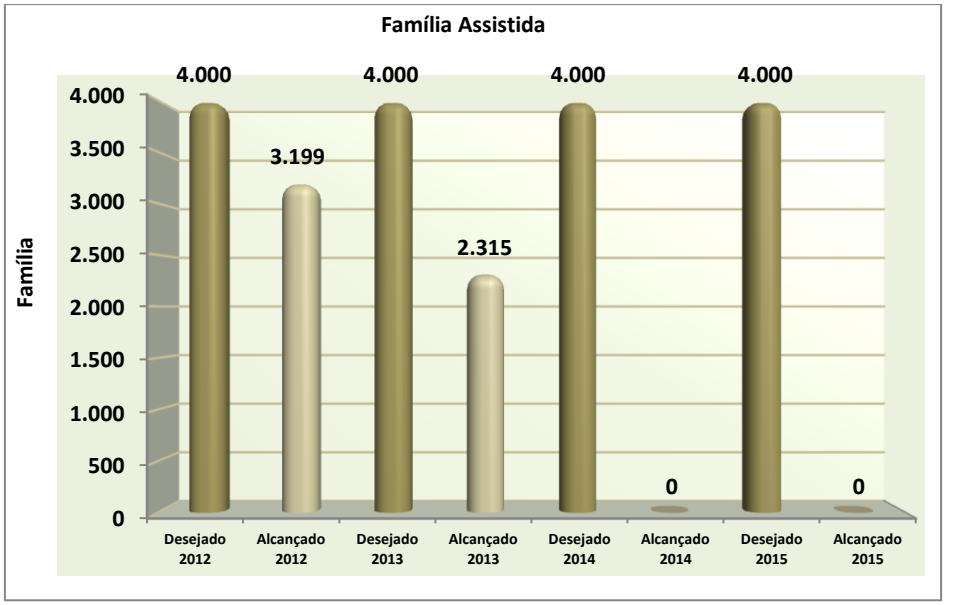
Indicador 828 - 341 agricultores familiares são do PAA, modalidade Termo de Convênio, executado atualmente pela SEAGRI e 401 Agricultores Familiares são do PAPA. O não atingimento da meta prevista se dá pela falta de liberação do PAA modalidade Termo de Adesão, pelo MDS. A execução inicia em fevereiro de 2014.

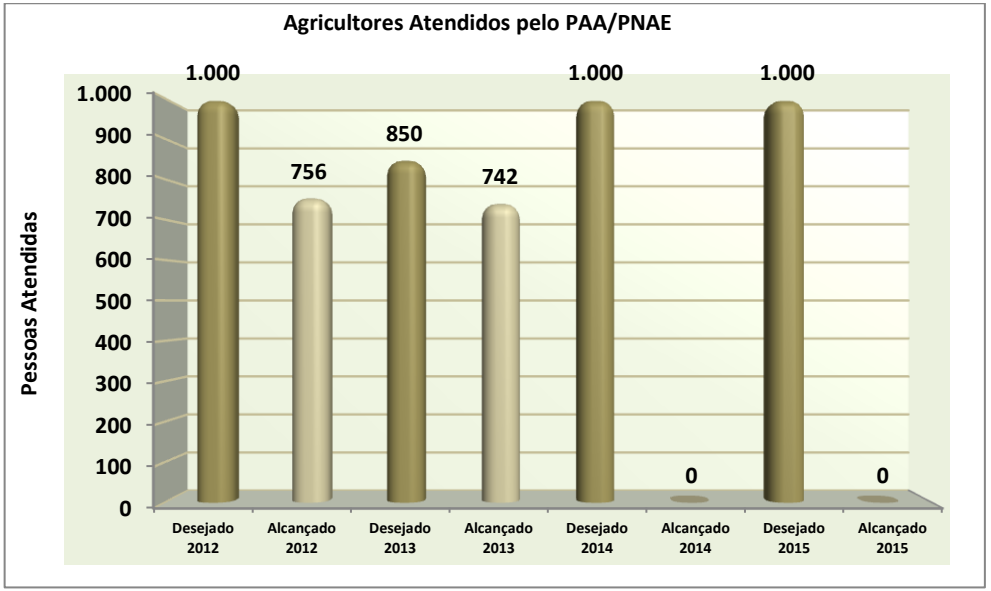
Indicador 1091 - Dos 6.000 agricultores familiares cadastrados na base de dados da EMATER, foram assistidos 5.572 por meio de 54.383 atendimentos em tecnologia de produção, gestão ambiental, crédito rural, desenvolvimento humano e social e acesso as políticas públicas voltadas para o setor.

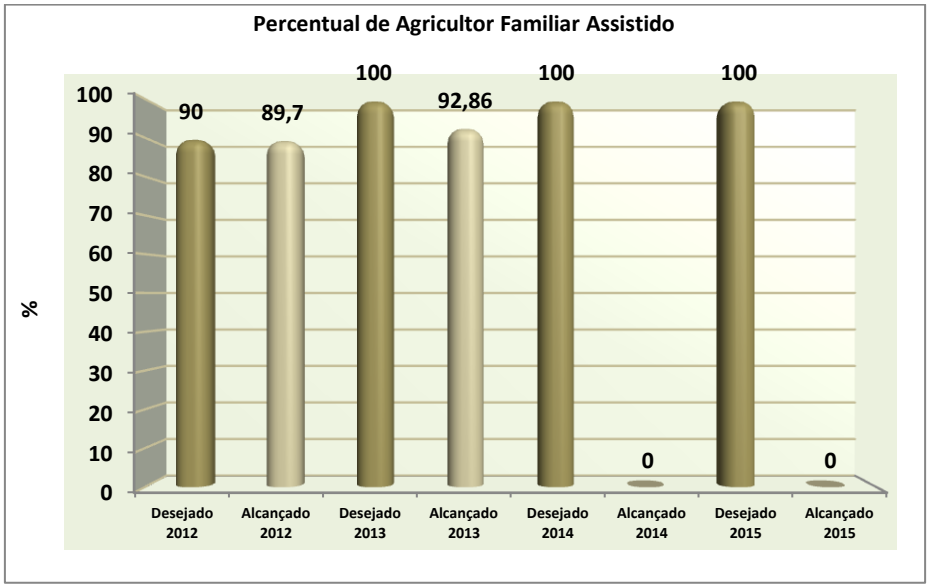
Indicador 1092 - Atendimento de 100% dos assentamentos existentes no Distrito Federal com assistência técnica, sendo 16 assentamentos e 21 acampamentos.

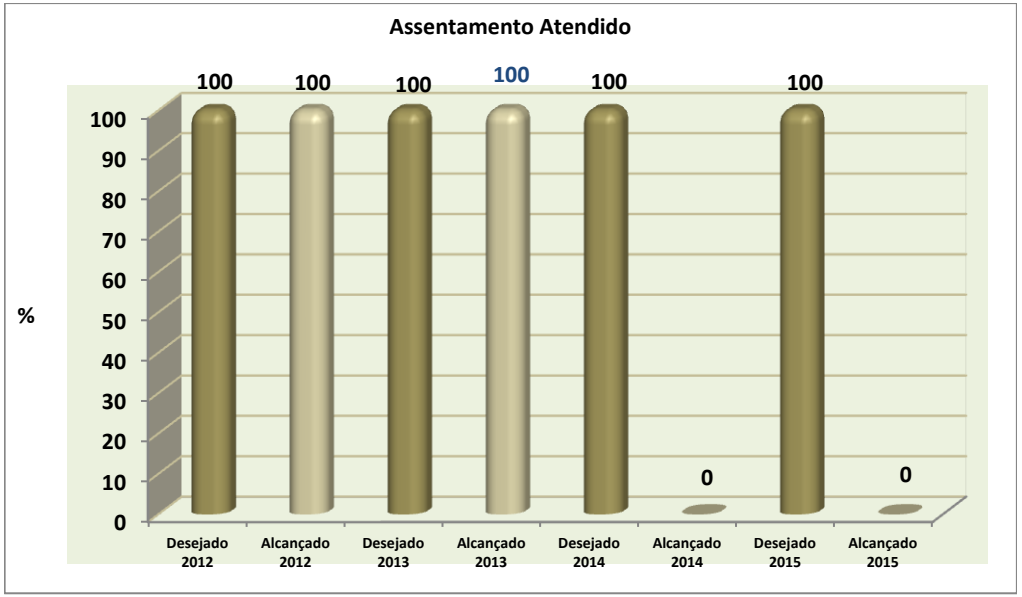
Indicador 1093 - Capacitações realizadas através dos métodos coletivos de próprios de Extensão Rural, como oficinas, dia de campo, cursos, exposições, seminários, excursão entre outros.

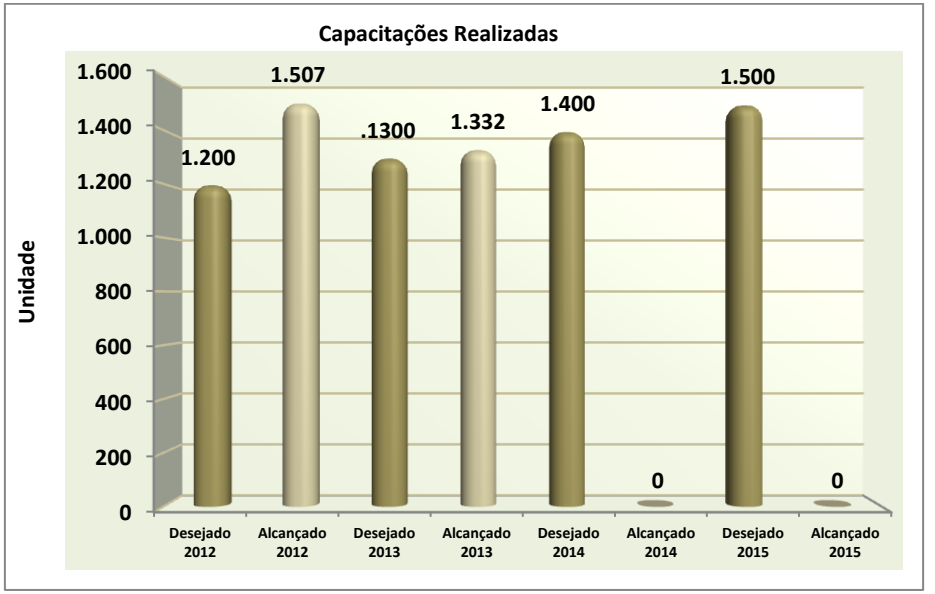





Agricultores Atendidos pelo PAA/PNAE
Pessoas Atendidas
1.000
756
850
742
1.000
0
1.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Percentual de Agricultor Familiar Assistido
%
90
89,7
100
92,86
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Assentamento Atendido
%
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Capacitações Realizadas
Unidade
1.200
1.507
.1300
1.332
1.400
0
1.500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Desenvolver a gestão ambiental e sustentabilidade rural, por meio da adoção de práticas agroecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

14.203 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

Análise do Objetivo Específico

Esse objetivo busca desenvolver a gestão ambiental e a sustentabilidade rural, por meio da adoção de práticas agroecológicas, preservacionistas e ambientalmente sustentáveis. A adequação ambiental das unidades produtivas deverá ser considerada nas atividades produtivas, para garantir a manutenção da cobertura vegetal e a perpetuação da biodiversidade no meio rural. Ao mesmo tempo, deve ser assegurada a preservação dos mananciais hídricos que abastecem as áreas urbanas e a produção de alimentos para permitir a continuidade das atividades produtivas, bem como estimular a transição de padrões convencionais de produção e desenvolvimento rural para modelos sustentáveis, fundamentados em princípios agroecológicos.

Trabalhando com o Programa Reflorestar, com o Projeto Produtor de Água do Pipiripau e com o Projeto Descoberto Coberto, a Secretaria de Agricultura promoveu a reabilitação ambiental de 86 hectares em propriedades rurais do Distrito Federal, por meio da doação de mudas nativas do Bioma Cerrado, cultivadas na Granja Modelo de Ipê. No intuito de fomentar essa reabilitação, foram realizadas, dentre outras ações, orientações a produtores, vistorias em propriedades e disponibilização de mudas para plantio.

Nesse ano, a Secretaria de Agricultura firmou cooperação com o Serviço Social da Indústria – SESI e a Rede de Sementes do Cerrado, no âmbito do Programa Produtor de Água do Pipiripau, para viabilizar a produção de 350 mil mudas, em dois anos, para recomposição das Áreas de Proteção Permanente - APP e Reserva Legal na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, em Planaltina. Esta parceria reforça o esforço desta Secretaria com a adequação ambiental dos lotes rurais do Distrito Federal, pois amplia significativamente o alcance do Programa Reflorestar.

Para estimular a consciência ambiental, foram desenvolvidas ações priorizando o caráter educativo. Em se tratando de redução do impacto ambiental, foram realizadas 15 Campanhas de Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos, com significativos resultados. As 16 unidades da EMATER no campo servem de apoio aos agricultores realizando a mobilização. De acordo com a necessidade da região, é organizada a coleta das embalagens, transformando-se em um entreposto.

Dentro da perspectiva da gestão de resíduos sólidos é importante destacar a atuação junto à utilização do Composto Orgânico de Lixo (COL), que beneficiou cerca de 605 produtores rurais em uma área de 811,23 hectares, perfazendo um total de 22.738 toneladas de composto, com substanciais ganhos para a sociedade urbana.

Deu-se continuidade às ações na bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau, beneficiária do Programa Produtor de Água, devido à sua importância para a produção agropecuária e o abastecimento humano. O Programa é uma parceria de diversos órgãos distritais e federais, sob a coordenação da Agência Nacional de Águas (ANA). Foram identificados locais para plantio de 72.000 mudas de espécies nativas visando à recuperação de nascentes e matas ciliares.

Para incentivar a adoção de práticas agroecológicas, foram trabalhadas atividades de motivação e capacitação para que grupos organizados de agricultores atendam critérios de conformidade orgânica de acordo com o mecanismo denominado Organização de Controle Social – OCS.

Em 2013, um grupo de OCS foi organizado com 9 agricultores, e iniciou-se a organização de mais 2 grupos, com pelo menos mais 20 agricultores a serem certificados. A EMATER-DF contribuiu para a criação da 1ª Certificadora Orgânica do Distrito Federal, denominada OPAC Cerrados - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, que em 2013 certificou 14 agricultores em produção orgânica.

Os projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), implantados até 2012 em parceria com o SEBRAE-DF, totalizaram 169 módulos em 2013. Nos Sistemas Agroflorestais Biodiversos para Inclusão de Agricultores (SABIA), foi implantada metodologia de incentivo à produção de base agroecológica em pequenos módulos de produção, com elevada biodiversidade produtiva e funcional, visando sua sustentabilidade. Em 2013, foram destinados R$ 300.000,00 para compra de 60 conjuntos de insumos para implantação de unidades demonstrativas de SABIA em assentamentos da reforma agrária e propriedades familiares.

Por meio de articulação interinstitucional, a EMATER-DF está incentivando a produção de sementes agroecológicas, que garantirá menores custos e maior autonomia dos agricultores, por selecionar e manter material genético adequado à produção agroecológica e orgânica. A EMATER-DF apoiou a EMBRAPA Hortaliças na realização do 1º Seminário de Produção Orgânica e de Base Agroecológica, atuando na mobilização dos agricultores, ministrando palestras e contribuindo na elaboração da estratégia para organização do arranjo produtivo da produção dessas sementes no Distrito Federal e Entorno.

Foi atingida a marca de 11,7 mil toneladas de alimentos produzidos com sistemas agroecológicos, sendo 6,2 mil toneladas de alimentos certificados como orgânicos. Foram 316 pessoas capacitadas em sistemas agroecológicos/produção orgânica e 667 pessoas capacitadas em transição agroecológica/agroecologia.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Aumentar o número de estabelecimentos com adoção de práticas preservacionistas	Aumento de 41,46% no número de propriedades que adotaram práticas de preservação do meio ambiente sem comprometer a produção.
2. Aumentar o número de estabelecimentos rurais com adoção de práticas agroecológicas	Aumento de 13,2% no número de estabelecimentos em transição agroecológica. Em 2012-2013, foram capacitadas 1979 pessoas em práticas e princípios agroecológicos.
3. Aumentar o número de estabelecimentos com certificação orgânica	No período de 2012 a 2013, 94 estabelecimentos receberam a certificação e 142 propriedades foram assistidas e orientadas para a obtenção do certificado.
4. Produzir e distribuir 80 mil mudas por ano	A SEAGRI produziu 195.677 mudas e foram distribuídas 161.364 para 575 propriedades rurais, as quais receberam, da EMATER/DF, orientação técnica prévia, planejando a recuperação da área com espécies adequadas, época de plantio, espaçamento e tratos culturais.
5. Implementar ações de conservação da água e do solo	Em 2012, houve assistência a 1.754 beneficiários com 3.214 atendimentos. Em 2013, 3.101 beneficiários receberam assistência, com 7.395 atendimentos. O aumento no número de atendimentos deve-se às diversas ações desenvolvidas na bacia do Ribeirão Pipiripau, escolhida para ser beneficiária do Programa Produtor de Água, coordenado em nível nacional pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com diversos órgãos distritais e federais. Destacam-se a elaboração do projeto básico para a recuperação do Canal Santos Dumont, na bacia do Ribeirão Pipiripau e o Programa Agricultura de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Baixo Carbono, coordenado pelo MAPA, lançado oficialmente no Distrito Federal. As áreas contempladas para atuação serão o sistema de plantio direto, a integração lavoura pecuária e florestas – ILPF e a recuperação de pastagens.
6. Apoiar o licenciamento ambiental nas propriedades rurais	Buscou-se a regulação pela Portaria Conjunta nº 06 desta Pasta com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do DF, instituindo a Declaração de Conformidade de Atividade Agropecuária – DCAA que facilita ao cumprimento da legislação ambiental e posterior acesso aos recursos. Até 2013, foram elaboradas 389 declarações pela EMATER-DF em atividades passíveis de dispensa do licenciamento ambiental.
7. Apoiar a recuperação ambiental de áreas degradadas	Dentre as ações de apoio desenvolvidas, destaca-se a revitalização da orla do Rio Descoberto. Em 2012, os trabalhos ocorreram com foco em atividades no âmbito executivo, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2010. Foram plantadas 46.700 mudas de espécies nativas no período 2011/2012 e 40.000 mudas no período 2013/2014. Este plantio de mudas é fruto de compensações ambientais da CAESB, além de mudas produzidas pela SEAGRI utilizadas para reflorestamento.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
829	Evolução do nº de produtores em transição agroecológica	Unidade	750	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.000	1.250	1.500	1.750	EMATER-DF
						Alcançado	750	1.599	-	-	
830	Evolução do nº de propriedades com produção orgânica	Unidade	100	31/12/2010	Anual	**Desejado**	260	230	300	390	EMATER-DF
						Alcançado	193	207	-	-	
831	Evolução do nº de propriedades com práticas preservacionistas	Unidade	1500	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2400	2100	2.150	2.350	EMATER-DF
						Alcançado	1.739	2.122	-	-	
1094	Área agrícola em recuperação	Ha	-	-	Anual	**Desejado**	50	50	50	50	SEAGRI
						Alcançado	91	86	-	-	

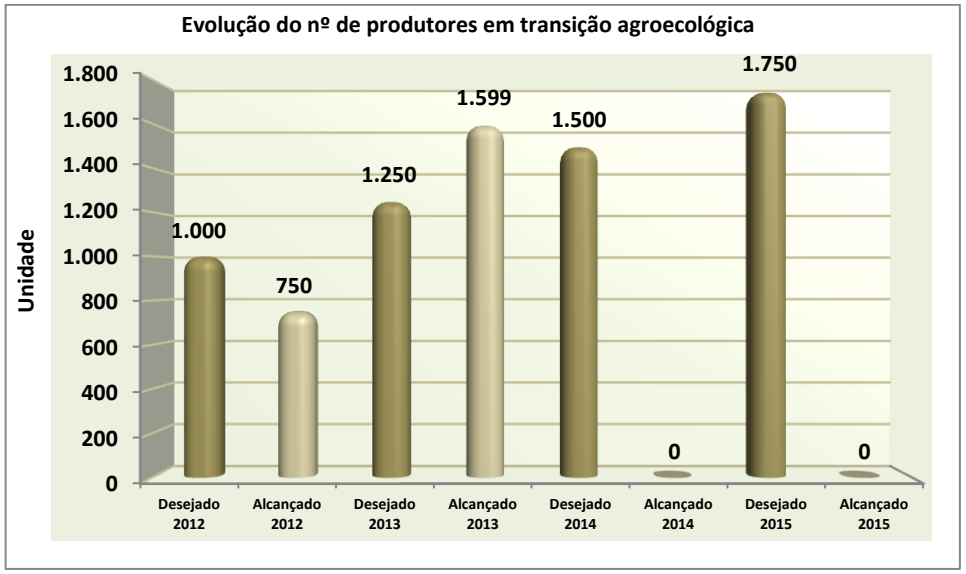
Justificativa – 2013

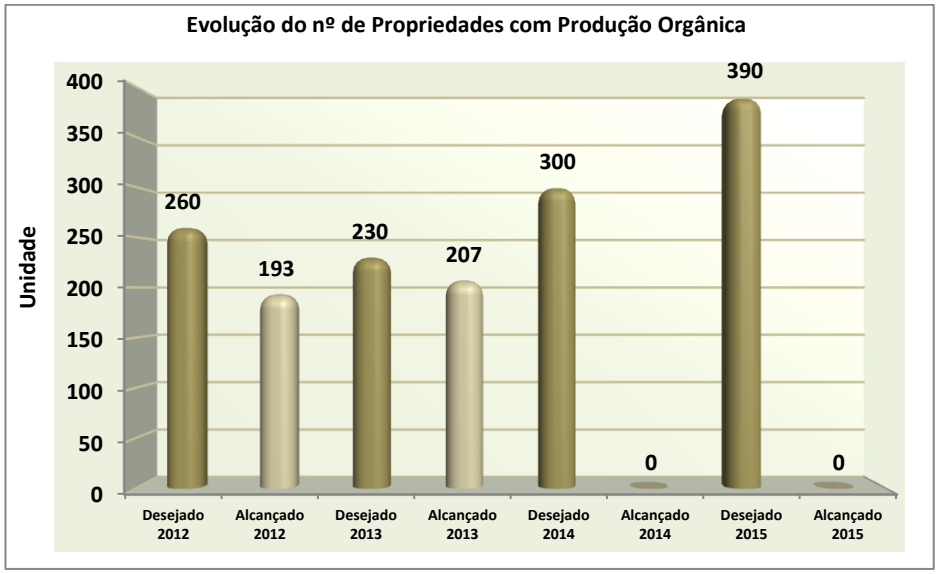
Indicador 829 - Em busca da segurança alimentar e nutricional das famílias selecionadas no programa Brasil Sem Miséria, os 449 projetos elaborados contemplam os princípios agroecológicos. No projeto "Promoção da Agricultura Familiar Sustentável", a EMATER incentiva os princípios da Agroecologia para promover a transição agroecológica de mais 400 Unidades de Produção Familiar - UPF. Ao longo de 2012 e 2013, 1599 produtores adotaram tecnologia de base agroecológica em suas propriedades.

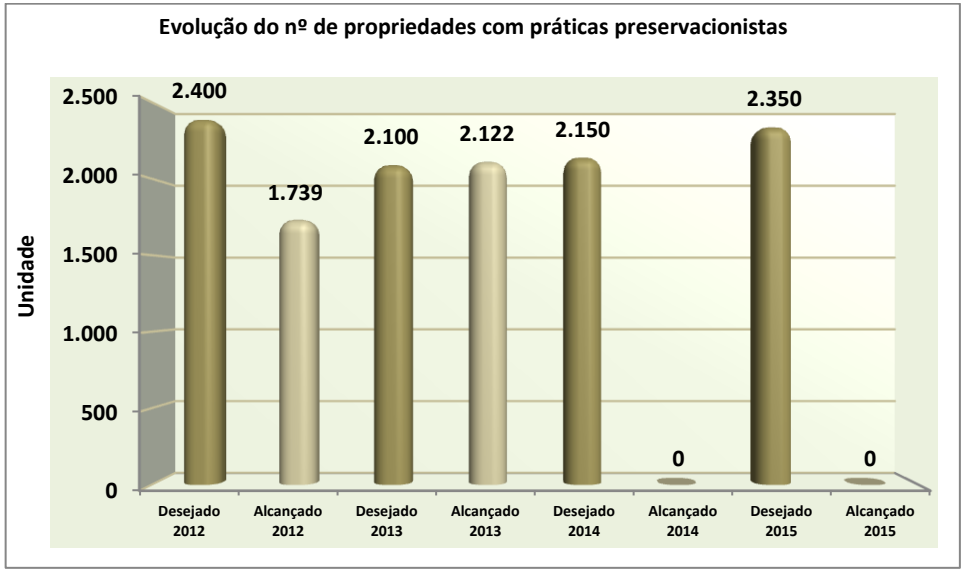
Indicador 830 - Com a criação da 1ª certificadora orgânica do Distrito Federal denominada OPAC Cerrados - Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade orgânica, 14 agricultores receberam certificados de produção orgânica, totalizando 207 propriedades com produção orgânica certificada.

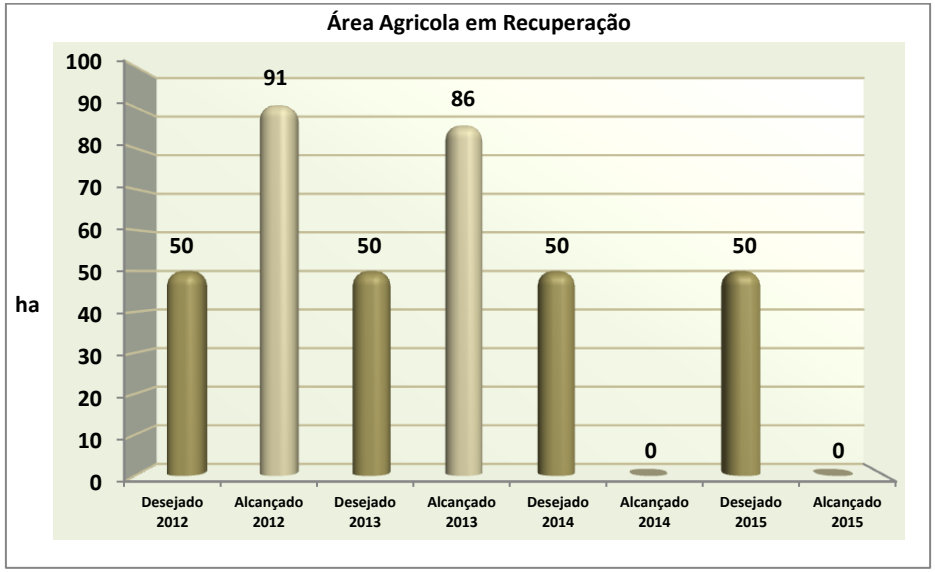
Indicador 831 - Propriedades assistidas através do Programa Reflorestar, Projeto Produtor de Água do Pipiripau e Projeto Descoberto Coberto.

Indicador 1094 - Trabalhando com o Programa Reflorestar, Projeto Produtor de Água do Pipiripau e Projeto Descoberto Coberto, a SEAGRI- DF promoveu a reabilitação ambiental de 86 hectares em propriedades rurais do DF por meio da doação de mudas nativas do Bioma Cerrado, cultivadas na Granja Modelo de Ipê. No intuito de fomentar essa reabilitação foram realizadas orientações a produtores, vistorias em propriedades, disponibilização de mudas para plantio e etc.






Evolução do nº de propriedades com práticas preservacionistas
Unidade
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
2.400
1.739
2.100
2.122
2.150
0
2.350
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Área Agricola em Recuperação
ha
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
50
91
50
86
50
0
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 - Desenvolver as cadeias produtivas do setor agropecuário, por meio da assistência técnica, capacitação, fomento às inovações tecnológicas e organização das cadeias produtivas.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

14.203 – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER

Análise do Objetivo Específico

A promoção do desenvolvimento das cadeias produtivas visa apoiar o agronegócio, aumentando as capacidades e habilidades dos produtores, melhorando o processo de tomada de decisão, reduzindo os riscos econômicos inerentes à atividade e permitindo sua permanência na atividade rural. O principal instrumento de fortalecimento das cadeias produtivas são as Câmaras Setoriais, que incluem representantes de todos os segmentos do ramo, se constituindo num centro de discussões e diretrizes para o setor.

Nesse objetivo específico foi dado foco para as cadeias produtivas de hortaliças, flores e do leite oferecendo capacitação, políticas de fomento à produção e gestão do negócio.

A produção de hortaliças (olericultura) é exercida por um maior número de empreendedores classificados como agricultores familiares (83%). Em 2013, a área plantada foi de 9.367 hectares/ano com uma produção de 243.513 toneladas. Para essa cadeia as ações foram concentradas na inovação tecnológica, na comercialização, na melhoria da qualidade e segurança dos alimentos e na agregação de valor por meio da verticalização da produção.

Para a cadeia produtiva de flores foram ofertadas capacitações para produtores, trabalhadores rurais e técnicos da empresa, nas áreas de produção, associativismo, agregação de valor, crédito e comercialização. A atividade conta com 139 agricultores em uma área plantada de aproximadamente 554,71 hectares. Destaca-se a participação dos agricultores, através da EMATER-DF, nas capacitações na Feira Fest Flor Brasil 2013, com objetivo de promover o setor da floricultura, integrar e fortalecer a cadeia produtiva de flores e de plantas ornamentais, proporcionar a divulgação dos produtos e seus produtores, e integrá-los junto a lojistas, atacadistas, decoradores, artistas florais, paisagistas e consumidores finais da cadeia.

A cadeia produtiva do leite no Distrito Federal vem sendo fortalecida com a crescente demanda por produtos lácteos por meio das compras institucionais (PAA, PAPA-DF e PNAE). Para desenvolvimento da atividade, os produtores foram beneficiados com linhas de crédito rural como o Fundo de Desenvolvimento Rural da SEAGRI (FDR), PROSPERA, PRONAF e outros, com a EMATER-DF prestando serviços na elaboração e acompanhamento técnico dos projetos.

Outro importante trabalho foi a continuação das atividades no Programa Brasília Leite Sustentável, com o objetivo de estabelecer uma assistência técnica regular com foco na gestão eficiente e profissional da atividade leiteira. Em 2013, a produção de leite do Distrito Federal foi de 32.000.000 de litros. A EMATER-DF assistiu 1.370 pecuaristas. No Projeto Vaqueiro Competente, 19 pessoas foram capacitadas em 2 cursos realizados no Centro de Treinamento da EMATER-DF.

Em 2013 a EMATER-DF apoiou a realização de diversos eventos comunitários e agropecuários, atendendo 45.462 participantes em 14 eventos. Um exemplo é o Espaço de Valorização de Agricultura Familiar (EVAF), que conta com rotas temáticas (Organização Social, Agroecologia, Fruticultura, Bovinocultura de

Leite, Apicultura, Piscicultura, Olericultura, Ovinos, Caprinos e Aves e Cooperativismo) e tem como objetivo divulgar novas tecnologias para agricultores familiares do Distrito Federal e RIDE. Outro exemplo é a Festa do Morango, realizada em Brazlândia. O evento divulga a produção de morango da região, uma das maiores do país e a primeira do Centro-Oeste, com produção de 6,6 mil toneladas e 202 hectares cultivados. No espaço foi organizado o 9º Encontro Técnico do Morango, com palestras técnicas sobre monitoramento do solo, manipulação do produto na colheita e pós-colheita, dentre outros temas. O evento contou também com o espaço "Morangolândia", onde foram expostos produtos feitos com morango, como doces, licores, tortas e picolés, além do morango "in natura". Na programação da festa é realizada a Exposição Agrícola de Brazlândia, onde são apresentados outros produtos cultivados na região, além do morango.

A Secretaria de Agricultura desenvolve projetos de pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias aplicáveis à piscicultura, realiza suporte técnico ao desenvolvimento de projetos aquícolas, promove capacitação em reprodução de peixes, com vistas à distribuição de alevinos a produtores rurais do Distrito Federal. Em 2013, foram beneficiados 179 produtores com a distribuição de alevinos e 831 produtores com orientação técnica e capacitação.

A fim de aumentar a produção de alevinos e, consequentemente, ampliar o número de beneficiários até o final de 2014, será implantado o Centro de Referência em Piscicultura da RIDE-DF na Granja Modelo do Ipê, por meio do Convênio 009/2012 celebrado entre a Secretaria de Agricultura e o Ministério da Pesca e Aquicultura.

Em 2013, a Secretaria de Agricultura desenvolveu dois ensaios científicos sobre nutrição de peixes, em parceria com a Universidade de Brasília e a Universidade Católica del Norte, esta última do Chile, constituindo parte de teses de doutorado de alunos dessas instituições.

Ainda no mesmo ano, foram ministrados 23 minicursos de piscicultura, por servidores da Secretaria de Agricultura, na Granja Modelo do Ipê, tendo como beneficiários diretos 395 pessoas, dentre produtores rurais, estudantes e técnicos.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar 6 câmaras setoriais de cadeias produtivas (leite, olericultura, floricultura, suinocultura, avicultura, grãos e oleaginosas)	Em 2012-2013, foram implantadas, por ato próprio, 06 câmaras setoriais: de Olericultura, de Pecuária de Leite, de Floricultura, de Suinocultura, de Avicultura e de Grãos e Oleaginosas.
2. Prestar Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural a 8.000 empreendedores rurais e trabalhadores	Foi prestado serviço a 19.245 empreendedores e a 2.935 trabalhadores. As ações de ATER são capazes de estimular, implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, através de processos educacionais baseados no conhecimento da realidade rural e adequados às necessidades do meio com a participação dos atores locais beneficiários das políticas públicas. Trata-se de um processo educacional, "Educação Informal" de prestação continuada. A SEAGRI atendeu a 1.784 produtores com assistência técnica e capacitação.
3. Capacitar 9.000 empreendedores rurais e trabalhadores rurais por ano	Foram capacitadas 26.674 pessoas, nos anos de 2012 e 2013, para o desenvolvimento dos diversos segmentos produtivos do meio rural. Os conteúdos abordaram os aspectos tecnológico, gerencial, ambiental, humano e social, com métodos próprios da Extensão Rural.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
832	Produtores assistidos	Pessoa	6700	31/12/2010	Anual	**Desejado**	7.000	7.000	7.000	7.000	EMATER
						Alcançado	9.703	9.542	-	-	
833	Trabalhadores assistidos	Pessoa	1300	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.000	1.500	1.600	1.700	EMATER
						Alcançado	1.606	1.329	-	-	
834	Pessoas Capacitadas	Pessoa	8500	31/12/2010	Anual	**Desejado**	9.000	9.000	9.000	9.000	EMATER
						Alcançado	14.807	11.867	-	-	
835	Produtor beneficiado	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	1.200	1.300	1.300	1.300	SEAGRI
						Alcançado	1.158	1.010	-	-	
1095	Câmaras Setoriais implantadas	Unidade	2	31/12/2010	Anual	**Desejado**	6	6	6	6	EMATER
						Alcançado	2	6	-	-	

Justificativa – 2013

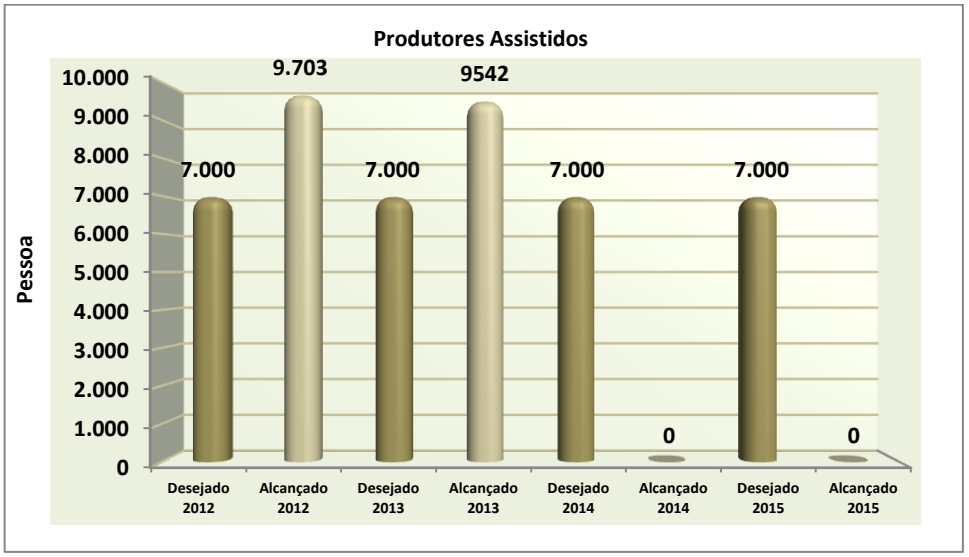
Indicador 832 - Foram assistidos 5.572 produtores familiares e 3.970 produtores patronais em diversas atividades produtivas, ambientais e sociais.

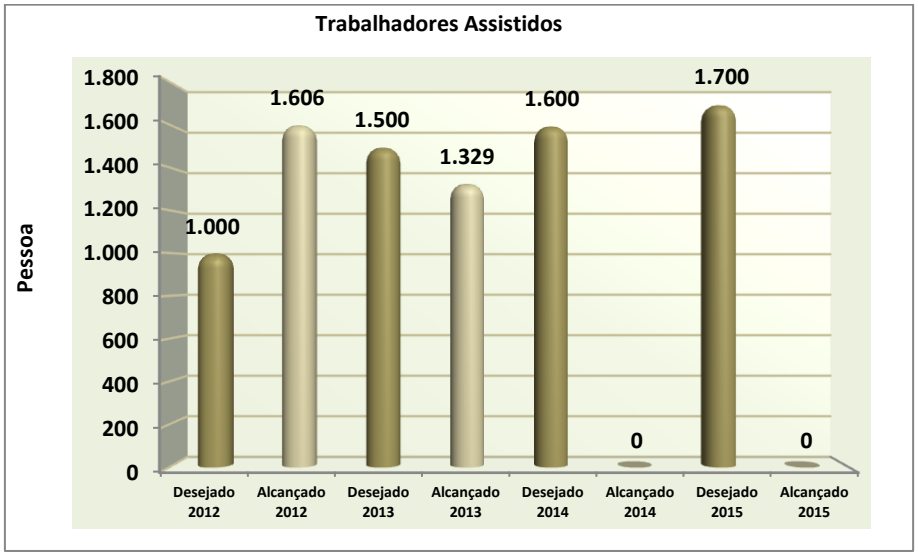
Indicador 833 - Foram assistidos 1.329 trabalhadores com 4.487 atendimentos, abordando temas voltados para produção agropecuária, inclusão social, na promoção da saúde do trabalhador rural.

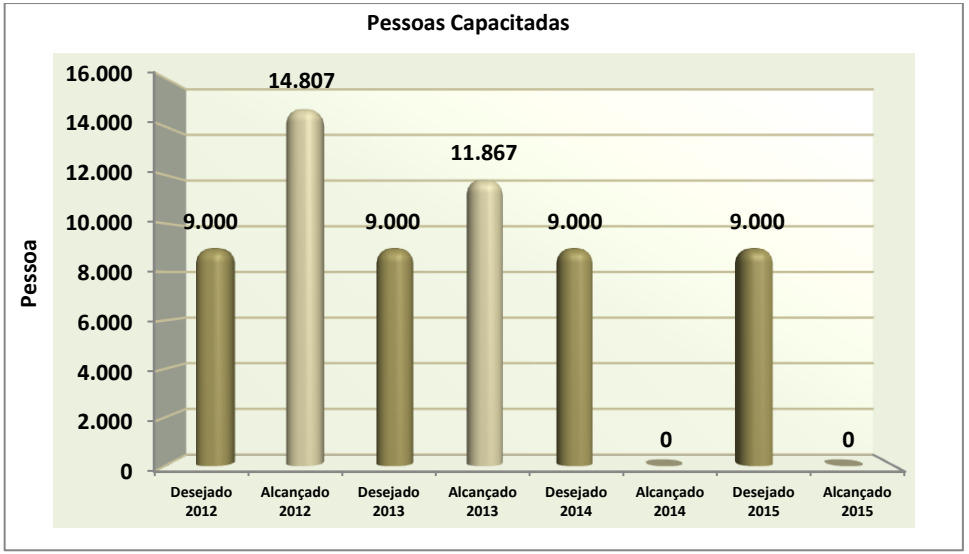
Indicador 834 - As pessoas foram capacitadas em desenvolvimento da produção agrícola e animal, de negócios, humano e social, gestão ambiental e atividades não agrícolas.

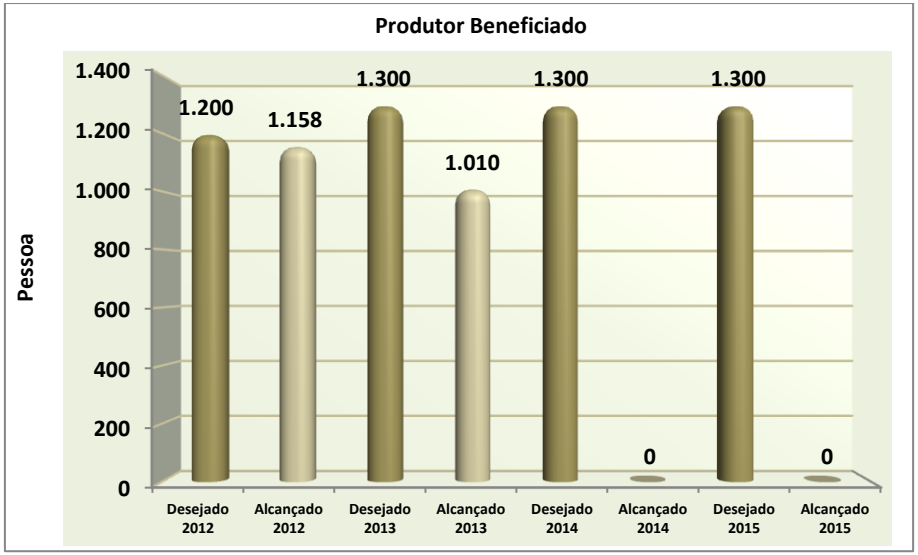
Indicador 835 - Em 2013, foram beneficiados 179 produtores com a distribuição de alevinos e 831 produtores com orientação técnica e capacitação.Não foi alcançada a meta desejada de 1.300 beneficiários devido às deficiências na infraestrutura da estação de piscicultura da SEAGRI, as quais serão sanadas com a execução do convênio para construção do Centro de Referência em Piscicultura da RIDE/DF.

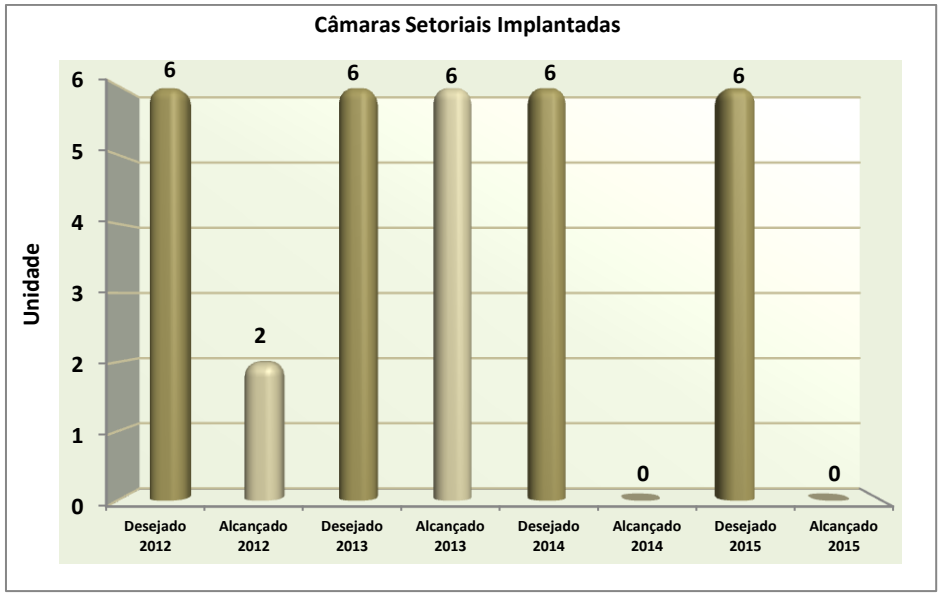
Indicador 1095 - Encontram-se implantadas as Câmaras Setoriais da Cadeia Produtiva do Leite, Hortaliças, Flores, Suínos, Aves e Grãos.


Produtores Assistidos
Pessoa
10.000
9.000
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
7.000
9.703
7.000
9542
7.000
0
7.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Trabalhadores Assistidos
Pessoa
1.800
1.600
1.400
1.200
1.000
800
600
400
200
0
1.000
1.606
1.500
1.329
1.600
0
1.700
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Pessoas Capacitadas
Pessoa
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
9.000
14.807
9.000
11.867
9.000
0
9.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Produtor Beneficiado
Pessoa
1.400
1.200
1.000
800
600
400
200
0
1.200
1.158
1.300
1.010
1.300
0
1.300
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Câmaras Setoriais Implantadas
Unidade
0
1
2
3
4
5
6
6
2
6
6
6
0
6
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 - Garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, por intermédio da execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória e zelar pela produção de um alimento seguro, por meio de ações de fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, visando a saúde e a segurança alimentar da população do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

Análise do Objetivo Específico

Esse objetivo visa garantir a sanidade dos rebanhos e das lavouras, bem como a inequidade dos alimentos produzidos a partir daqueles, contribuindo assim para a regularidade dos processos produtivos, proteção ao patrimônio do produtor rural, controle de pragas e doenças, em especial as zoonoses, possibilitando saúde e segurança alimentar para a população do Distrito Federal, por meio de ações educativas, fiscalização e inspeção dos produtos de origem vegetal e animal.

A vigilância sanitária e epidemiológica é executada pela Secretaria de Agricultura, por meio das atividades de defesa agropecuária e da inspeção de produtos de origem animal e vegetal. Destaca-se a execução de programas de prevenção, controle e erradicação de pragas e doenças de notificação obrigatória, demandados pelo Ministério da Agricultura - MAPA em cada Estado da Federação, por meio de mapeamento e monitoramento de ocorrências fitossanitárias e zoosanitárias, para estudo epidemiológico, controle do trânsito animal e vegetal e de ações educativas sanitárias. A Secretaria de Agricultura realiza, ainda, a fiscalização e inspeção sanitária dos produtos de origem vegetal e animal nos estabelecimentos agroindustriais do Distrito Federal, a fiscalização para coibir o trânsito de produtos em desacordo com a legislação e o combate ao abate ilegal e clandestino, visando à melhoria da qualidade dos produtos que chegam à mesa do consumidor.

Em relação às ações de inspeção de produtos de origem animal, vegetal e seus derivados, houve alcance de 80% da meta estipulada para o ano de 2013, em razão de ter ocorrido redução de abatedouros, devido à inspeção permanente, consistindo em uma reforma no período de 12 meses e uma suspensão de atividades. Além disso, ocorreu a extinção do Programa do Leite e o consequente fechamento dos Pontos de Distribuição (PD's). Houve, também, a redução intermitente/temporária dos serviços laboratoriais e o afastamento de servidores por períodos prolongados, por motivo de saúde.

Em 2013, a Secretaria de Agricultura realizou 7.022 inspeções de produtos de origem vegetal e animal, 7.527 análise físico-químicas e microbiológicas de água ou de produtos de origem animal e vegetal, 86.281 ações de defesa sanitária animal e 44.669 ações de defesa sanitária vegetal.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Inspeção de 100% dos produtos de origem vegetal e animal a venda no Distrito Federal	Em 2012, foram realizadas mais de 4.765 inspeções/ fiscalizações, com uma produção de 82.341 toneladas sob inspeção oficial e 56 toneladas de produtos impróprios para o consumo apreendidos ou inutilizados. A meta estabelecida refere-se ao total da produção colocada a venda e a SEAGRI atingiu 100% da meta estabelecida em 4.765 visitas neste ano. Em 2013, foram realizadas 7.022 inspeções, apesar de o resultado alcançado não ter atingido a meta estipulada, é superior em 20% ao realizado no ano de anterior.
2. Realização de 06 seminários distritais sobre processamento e qualidade de alimentos realizados	Foi realizado 01 seminário com a participação de 60 pessoas no Espaço da Agricultura Familiar – EVAF, durante AGROBRASILIA 2012. Em 2013, foram realizados os seguintes seminários: a)Práticas de higiene em supermercados (treinamentos para gerentes e encarregados de duas redes de supermercados de Brasília), público de 70 pessoas; b)Higiene em manipulação de alimentos – Rede de supermercado, público de 30 pessoas; c)Boas Práticas de Manipulação, público de 30 pessoas; d)Processamento e qualidade de alimentos, público de 40 pessoas; e e)IV Encontro Distrital de Mulheres da Agricultura Familiar, com o tema Registro Sanitário de Agricultura Artesanal – Trampolim ou obstáculo, público de 500 pessoas.
3. DIPOVA reestruturada, com mais servidores e estrutura física adequada	Em 2012, não ocorreu a reestruturação física devido à falta de orçamento. No entanto houve reestruturação do organograma da SEAGRI. Em 2013, houve a redução de abatedouros, a redução intermitente/temporária dos serviços laboratoriais e o afastamento de servidores por período prolongado, por motivo de saúde. No mesmo ano, ocorreu a contratação de novos servidores.
4. 100% dos servidores da DIPOVA capacitados	Em 2012, foram realizados 06 treinamentos de capacitação gerencial para todos os gerentes, chefes e diretores e outros 05 cursos para capacitação em geral. Foram criadas 34 vagas de treinamento num total de 20 servidores beneficiados. Em 2013, foram realizados seminários internos de integração periódicos e a continuidade da capacitação dos servidores que ocupam cargo de chefia em gestão e liderança.
5. Programas de Autocontrole implantados em 100% dos abatedouros e agroindústrias registrados na DIPOVA	Esse programa refere-se à implantação de Boas Práticas de Fabricação – BPF e, até 31/12/2012, tinham 204 estabelecimentos registrados com 06 programas instalados. Em 2013, a meta não foi atingida devido à ausência de previsão legal que obrigue os estabelecimentos registrados a implementarem os referidos autocontroles. Esta é uma meta de difícil alcance, por se tratar de uma meta que visa o melhoramento dos procedimentos adotados pelos estabelecimentos registrados por iniciativa própria, sem instrumentos legais que determinem a adoção de tais práticas.
6. Credenciamento como laboratório oficial de análises de alimentos	A meta não foi realizada por falta de estrutura e devido aos seguintes empecilhos: a)Equipamentos imprescindíveis às análises fiscais ainda em vias de aquisição (convênio MAPA); b)Projeto de implantação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e calibração aguardando aprovação e liberação de verbas governamentais para celebração do contrato; e c)Empresa sondada para elaboração e implantação de Sistema de Qualidade Laboratorial e respectivo curso de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	capacitação, necessários à obtenção do título de Laboratório Oficial de Análises, em vias de elaboração do Projeto Básico.
7. Erradicar e prevenir a Febre Aftosa, a Brucelose e a Tuberculose Animal	Em 2012, 98% dos bovinos foram vacinados contra febre aftosa e houve aumento da vacinação das bezerras entre 3 e 8 meses de idade contra a brucelose. No ano seguinte, foram vacinados contra a febre aftosa 99% dos bovinos, de acordo com o esperado, dado que são apenas duas campanhas anuais de vacinação contra a febre aftosa. O número de vacinação de bezerras entre 3 a 8 meses contra brucelose, em 2013, foi de 5.809, uma redução de 9,64% em relação ao ano de 2012, porém acompanha a variação esperada de nascimento de bezerras fêmeas dentro de rebanho.
8. Promover ações de Educação Sanitária a consumidores e produtores do DF	Em 2012, a SEAGRI realizou mais de 10.308 ações de educação sanitária entre palestras, distribuição de material informativo e campanhas em geral. Em 2013, foi incrementada campanha de educação sanitária e melhoria da publicidade, que gerou maior participação dos criadores e consequente diminuição dos autos de infração emitidos. A SEAGRI realizou 79 palestras educativas, com público de 6.556 pessoas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
839	Análises físico-químicas e microbiológicas de água ou de produtos de origem animal e vegetal	Unidade	943	30/04/2011	Mensal	**Desejado**	11.300	12.430	13.673	15.040	SEAGRI
						Alcançado	8.526	7.527	-	-	
840	Ações de Defesa Sanitária Animal	Unidade	69.945	31/12/2010	Anual	**Desejado**	72.043	74.204	76.430	78.723	SEAGRI
						Alcançado	83.068	86.281	-	-	
841	Ações de Defesa Sanitária Vegetal	Unidade	29.397	31/12/2010	Anual	**Desejado**	30.866	32.335	33.804	35.273	SEAGRI
						Alcançado	38.703	44.669	-	-	
1303	Ações de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	8.800	9.300	9.700	SEAGRI
						Alcançado	-	7.022	-	-	

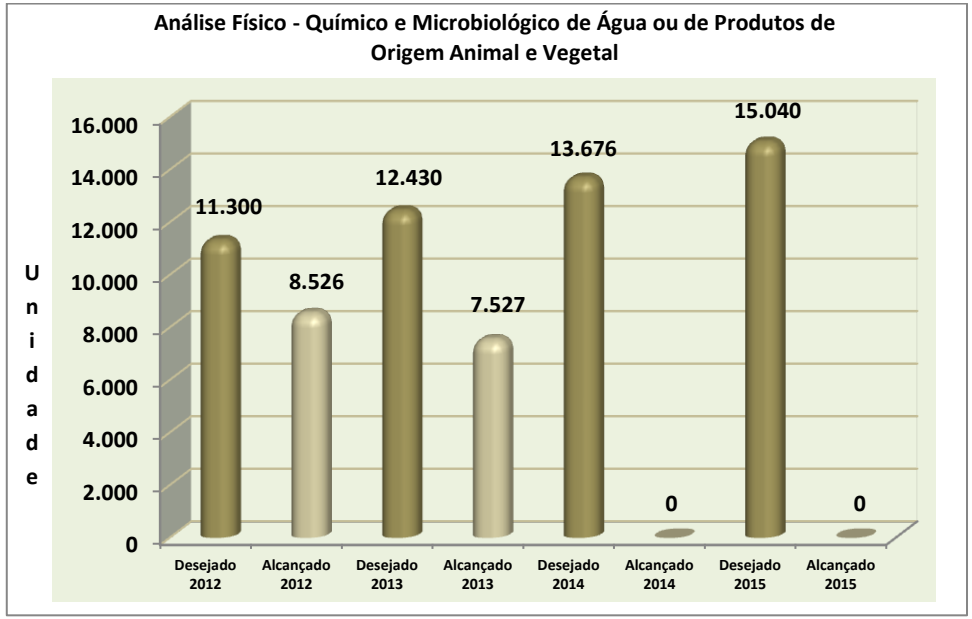
Justificativa – 2013

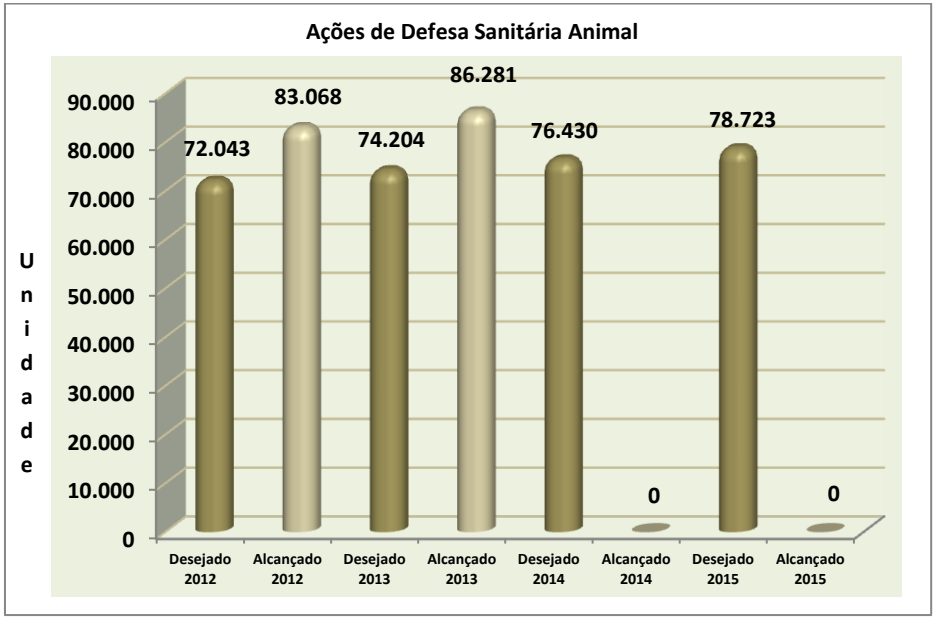
Indicador 839 - Dentro do resultado alcançado de 7.527 de análises, houve aumento de 55% nas análises microbiológicas de água e de 46% nas análises microbiológicas de produtos de origem vegetal se comparadas aos resultados do ano anterior. Apenas as análises físico-químicas tiveram queda de cerca de 40%, colaborando para o não alcance da meta do ano de 2013.

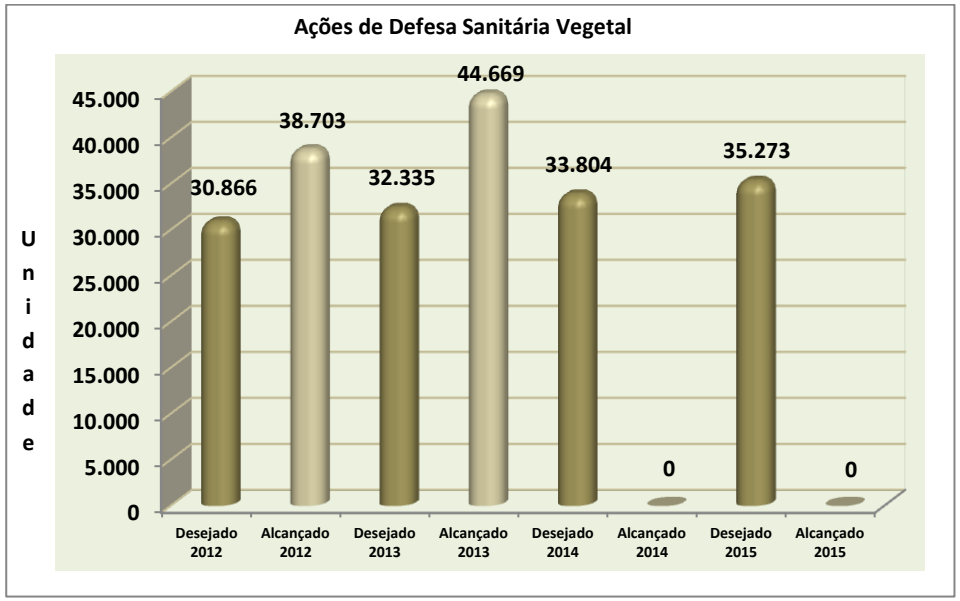
Indicador 840 - Houve superação das atividades executadas em 16% da meta estipulada para o ano de 2013 devido ao empenho da equipe que foi aumentada pela contratação de mais servidores para o quadro técnico e, também, em razão da execução das atividades vinculadas ao convênio com o Ministério da Agricultura, na área de sanidade animal.

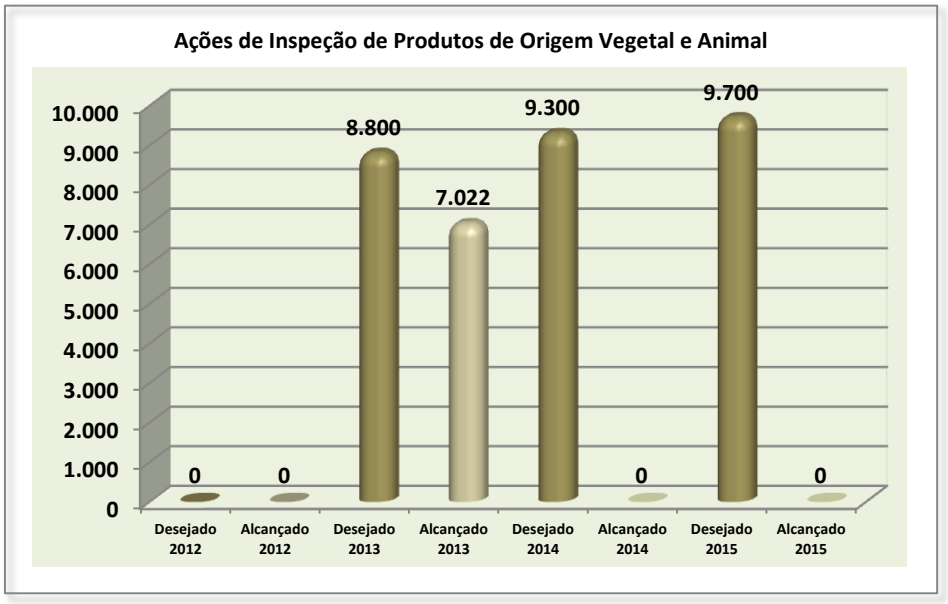
Indicador 841 - Houve superação das atividades executadas em 38% da meta estipulada para o ano de 2013 em razão, em boa parte, da execução das atividades vinculadas ao convênio com o Ministério da Agricultura, na área de sanidade vegetal.

Indicador 1303 - Embora o resultado alcançado não tenha atingido a meta estipulada para o ano de 2013, o resultado de 7.022 é superior em 20% ao realizado no ano de 2012.






Ações de Defesa Sanitária Vegetal
Unidade
45.000
40.000
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
30.866
38.703
32.335
44.669
33.804
0
35.273
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Ações de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal
10.000
9.000
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
0
0
8.800
7.022
9.300
0
9.700
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 005 - Recuperação dos canais de água para irrigação, recuperação e manutenção da malha viária vicinal, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, construção de galpões de produtores rurais, para comercialização dos produtos dos produtores e construção de viveiros para produção de mudas.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

Análise do Objetivo Específico

Esse objetivo busca promover a restauração, a ampliação e a manutenção do sistema viário vicinal, para assegurar boas condições de mobilidade no meio rural; recuperar, incentivar e dar suporte técnico à manutenção dos sistemas coletivos de distribuição de água para a irrigação; adquirir máquinas e equipamentos agrícolas necessários para serviços motomecanizados de manutenção da infraestrutura para o setor agropecuário.

A Secretaria de Agricultura adquiriu no exercício corrente três equipamentos para execução de serviços às comunidades rurais: 01 motoniveladora, 01 rolo compactador vibratório e 01 caminhão pipa.

A manutenção da infraestrutura rural visando à recuperação e melhoria das estradas vicinais ocorreu no âmbito do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Agricultura e o Departamento de Estradas e Rodagens – DER e, por meio de ações desenvolvidas diretamente pela Diretoria de Mecanização Agrícola – DEMA, promoveu a recuperação e melhoria de 412 km de estradas rurais em 2013 e disponibilizou a associações e cooperativas de produtores rurais familiares, por meio de chamamento público, 16 conjuntos motomecanizados de preparo de solos, denominados Patrulhas Agrícolas. Para 2014, além da manutenção da operação das patrulhas mecanizadas, espera-se a ampliação dos serviços de manutenção de estruturas de conservação de solos, em apoio ao Programa Produtor de Águas do Pipiripau no Distrito Federal, que passaram a ser oferecidos a partir de setembro de 2013.

Em 2013, foi executado o serviço de limpeza dos coletores da malha de drenagem integrante do Sistema de Distribuição de Água do Núcleo Rural Suburbano Vargem Bonita, com um total aproximado de 7.340 m.

Em consequência da redução da força de trabalho, devido aposentadoria de servidores ou readaptação funcional compulsória médica, a Secretaria de Agricultura realizou chamamentos públicos para atender aos pequenos produtores.

Diante deste novo quadro, a força de trabalho da Secretaria de Agricultura foi direcionada para atendimentos às comunidades, principalmente na melhoria de estradas, sistemas públicos de irrigação e ações coordenadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF, como a produção de silos para produtores participantes do Programa do Leite e mutirões de limpeza e coleta de lixo.

Outra ação desenvolvida pela Secretaria de Agricultura, iniciada em 02/09/2013, deu-se no âmbito do Programa Produtor de Águas do Pipiripau no Distrito Federal, na forma de contrapartida prevista no convênio 003/ANA/2011, cuja ênfase é a manutenção de estruturas de conservação de solos.

A Secretaria atuou ainda na elaboração de projetos básicos e executivos de infraestrutura, acompanhou a execução de obras e a recuperação de canais de irrigação em áreas rurais.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Recuperar e melhorar 1.500 km de estradas vicinais	Foi realizado Termo de Cooperação Técnica com o Departamento de Estradas e Rodagens – DER. Foram recuperados 891 km de estradas, numa área equivalente a 3.566 hectares.
2. Recuperar e melhorar de 14 sistemas coletivos de distribuição de água para irrigação	Em 2012, foi realizado apenas um sistema coletivo de distribuição de água para irrigação: Granja Modelo de Ipê. Em 2013, foi executado o serviço de limpeza dos coletores da malha de drenagem integrante do Sistema de Distribuição de Água do Núcleo Rural Suburbano Vargem Bonita, com um total aproximado de 7.340m. Para 2014, está prevista a recuperação de oito canais de irrigação.
3. Adquirir veículos, máquinas agrícolas e equipamentos para a produção e distribuição de mudas, na Granja do Ipê	Foi assinado convênio com o Ministério de Agricultura para criação do Centro de Referência em Piscicultura que prevê a reforma e ampliação da Granja Modelo de Ipê, que irá beneficiar tanto a produção de alevinos como a produção de mudas. Em 2012, nenhum equipamento foi adquirido com essa finalidade. Realizações de 2013: ampliação da infraestrutura de produção de mudas do viveiro da Granja do Ipê; aquisição de uma van e de uma estufa para a produção de mudas em tubetes; licitação em andamento para implantação do Centro de Referência em Piscicultura da RIDE-DF.
4. Apoiar e construir infraestrutura de comercialização da produção dos agricultores familiares	As obras não foram concluídas no exercício de 2012, sendo os convênios do Centro de Capacitação CEASA, Gama e São Sebastião prorrogados até 31/10/2013. Em 2013, foram concluídos o Galpão do Produtor do Gama e o Galpão do Produtor de São Sebastião. A conclusão da construção do Centro de Capacitação CEASA está prevista para o ano de 2014.
5. Adquirir veículos, máquinas e implementos agrícolas para prestação de serviços motomecanizados	Em 2012, foram adquiridos 112 equipamentos, 01 motoniveladora, 04 caminhões basculante, 19 tratores, 16 arados, 16 grades aradoras, 16 carretas agrícolas, entre outros. E com a execução de serviços motomecanizados foram realizadas 10.000 horas máquinas com mais de 2000 hectares trabalhados. No ano seguinte, a Secretaria de Agricultura adquiriu 01 motoniveladora, 01 rolo compactador vibratório e 01 caminhão pipa.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
842	Produtor familiar atendido	Pessoa	-	-	Mensal	**Desejado**	1.000	1.100	1.100	1.100	SDR/DMA
						Alcançado	420	1.024	-	-	
1099	Recuperação e melhoria de estradas vicinais	KM	534	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	300	400	400	400	SDR/DMA
						Alcançado	479	412	-	-	
1100	Recuperação e melhoria de sistema coletivo de distribuição de água para irrigação	Unidade	-	-	Quadrimestral	**Desejado**	2	4	4	4	SDR
						Alcançado	1	1	-	-	
1101	Associações atendidas	Unidade	-	-	Mensal	**Desejado**	24	24	24	24	SDR/DMA
						Alcançado	19	22	-	-	

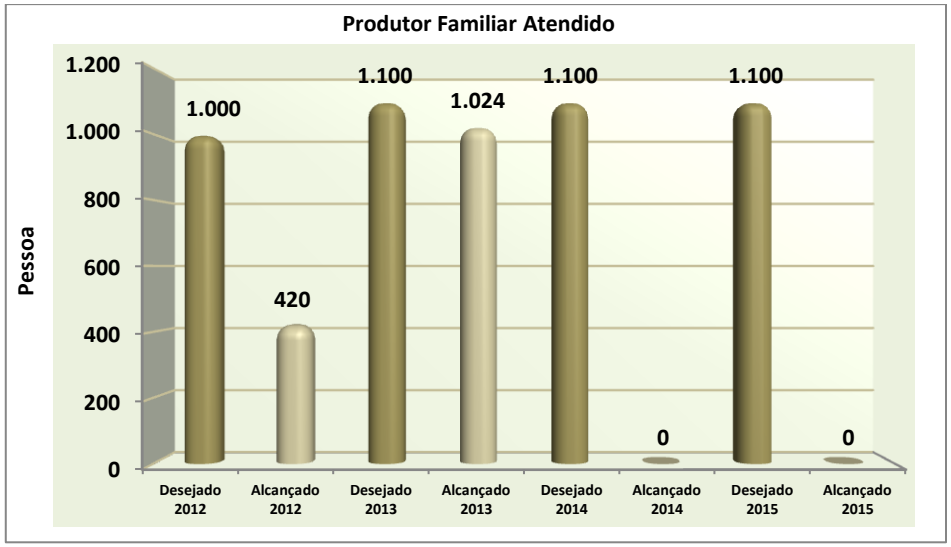
Justificativa – 2013

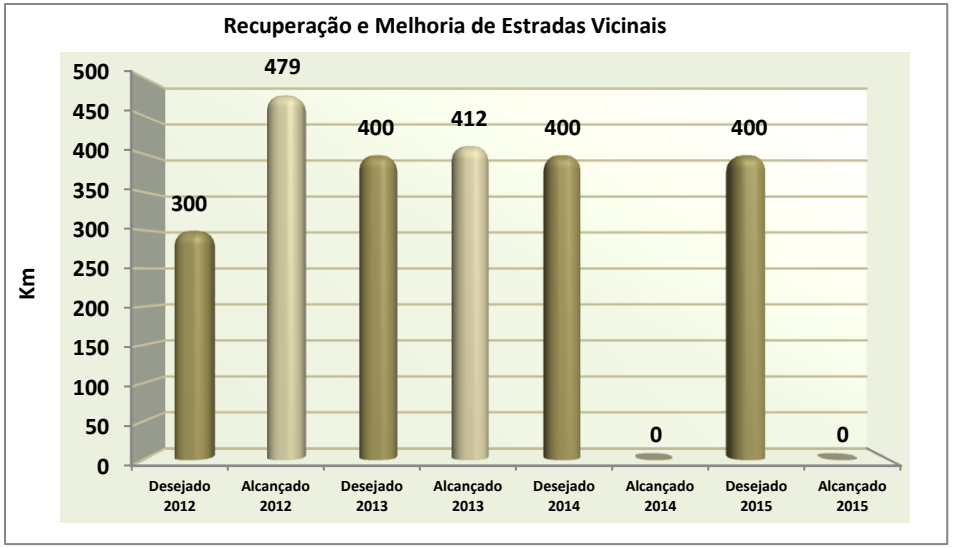
Indicador 842 - Em 2013 foram atendidos 1.024 produtores familiares do DF com serviços motomecanizados. Embora tenha havido de 2012 para 2013 um aumento significativo no número de produtores atendidos com serviços motomecanizados na área rural do DF, a meta de 1.100 produtores não foi atingida em função do orçamento restrito.

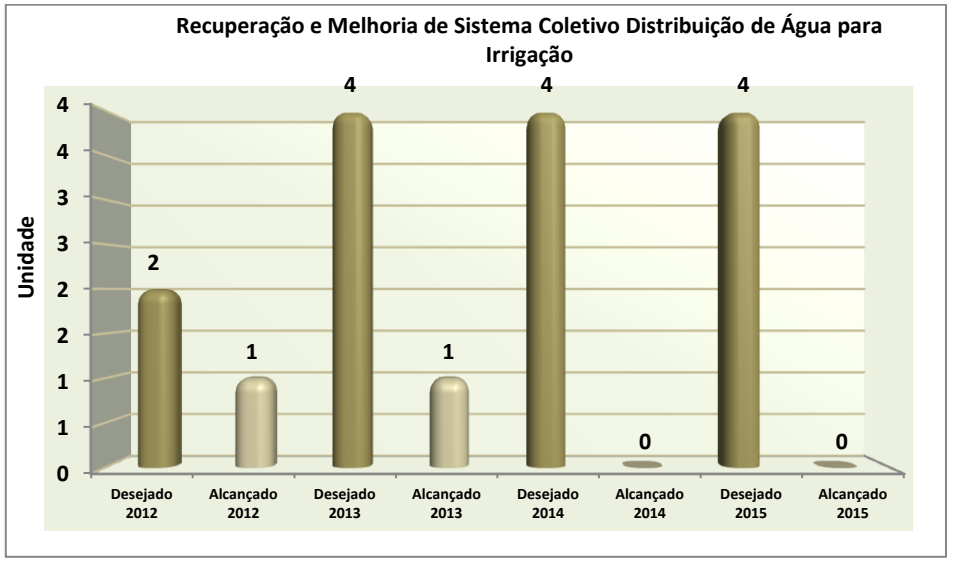
Indicador 1099 - Foram 412 Km de estradas vicinais mantidas e recuperadas.

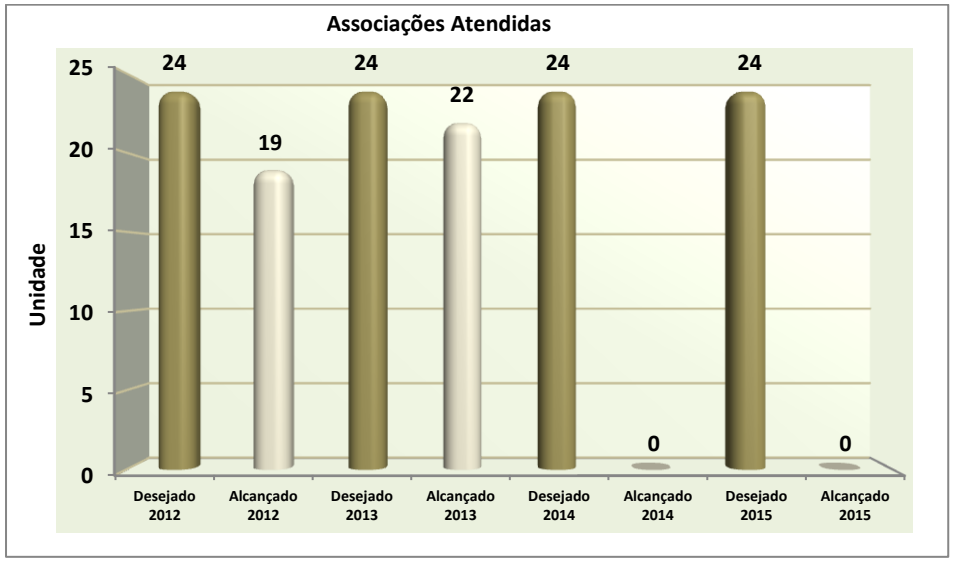
Indicador 1100 - Sistema coletivo de distribuição de água para irrigação na região administrativa de Vagem Bonita.

Indicador 1101 - Em função de restrições orçamentárias, não foi possível atingir a meta de 24 associações assistidas, embora a SEAGRI/DF tenha aumentado em 15% o número de entidades beneficiadas em relação ao ano de 2012.






Recuperação e Melhoria de Sistema Coletivo Distribuição de Água para Irrigação
Unidade
0
1
1
2
2
3
3
4
4
2
1
4
1
4
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Associações Atendidas
Unidade
0
5
10
15
20
25
24
19
24
22
24
0
24
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 006 - Promover a melhoria do abastecimento de produtos hortifrutícolas com a ampliação da segurança alimentar e nutricional para a população do Distrito Federal e Entorno.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

14.202 - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA - CEASA

Análise do Objetivo Específico

Para o exercício de 2013, com intuito de promover a melhoria da qualidade e potencializar o abastecimento de produtos hortifrutícolas no Distrito Federal e Entorno, a administração das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal - CEASA/DF realizou a criação de mais 100 módulos/pedras no Pavilhão B-08(PEDRA), conseguindo contemplar 680 agricultores aptos que foram atendidos no exercício de 2013.

No mesmo Pavilhão B-08, foi concluída ,em 2013. uma obra de revitalização, visando principalmente o que se refere à estrutura metálica da cobertura, telhado, remarcação dos espaços, avaliação das condições de rede elétrica e hidráulica, reconstrução das rampas e reforma geral do Entreposto. Além disso, para facilitar e viabilizar um maior volume de comércio dentro do Pavilhão, foi determinada uma nova marcação horizontal dos módulos de abastecimento com descrição de endereço e ampliação dos corredores, conservando o espaço original da pedra.

Na área de atacado, para o exercício de 2013, a CEASA/DF registrou a maior marca de toda sua história em volume comercializado de produtos hortifrutigranjeiros. Foram 348,5 mil toneladas comercializadas, volume este que representa um aumento financeiro com um total movimentado na ordem de R$ 836 milhões de reais.

O volume comercializado é ligeiramente superior ao de 2012, aproximadamente 25% dele é de mercadorias produzidas no Distrito Federal com destaque às hortaliças, folhas, flores, hastes – HFFH como alface, brócolis, couve e outras. Tal produção do DF corresponde aproximadamente a 80% da entrada de HFFH na CEASA/DF.

A partir da Lei nº 4.900, de 16 de agosto de 2012, aprovada pela Câmara Legislativa, foi possível regularizar por meio de processo licitatório aproximadamente 98% dos boxes disponíveis, em que apenas 02 (dois) permissionários da CEASA/DF perderam o prazo disposto pela lei. Esta regularização possibilita que todos os agentes de mercado realizem investimentos e ampliem seus negócios, impactando diretamente nos serviços prestados, na qualidade dos alimentos e no volume comercializado.

Conforme fica demonstrado nas informações prestadas a CEASA/DF se mostra comprometida com os resultados visando sempre às diretrizes propostas pelo Plano Plurianual – PPA 2011/2015 dentro do seu objetivo específico.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Promover e aumentar a capacidade de comercialização de produtos hortifrutícolas	O Mercado Livre do Produtor – MLP, Pavilhão B-08, foi ampliado em 200 novos módulos de abastecimento e, hoje, a CEASA/DF, dispõe de um total de 680 módulos para atender aos produtores rurais do Distrito Federal e Entorno. A CEASA/DF procedeu com a regularização de aproximadamente 98% do total de boxes, realizando processo licitatório para os boxes disponíveis.
2. Aumentar o atendimento aos pequenos produtores rurais do DF e Entorno	Todos os 200 módulos de abastecimento, criados por força de ampliação, foram devidamente ocupados por pequenos produtores rurais do Distrito Federal e Entorno, regularmente cadastrados.
3. Aumentar em até 20% o número de atendimentos à população do DF e Entorno	Ocorreu um aumento considerável do exercício de 2012 para 2013, considerando os programas de políticas públicas para a produção de produtos hortifrutícolas, no percentual de 21%. Ou seja, o atendimento à população do Distrito Federal e Entorno alcançou 1.936.000 pessoas atendidas, por meio de 1.252.000 atendimentos realizados.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

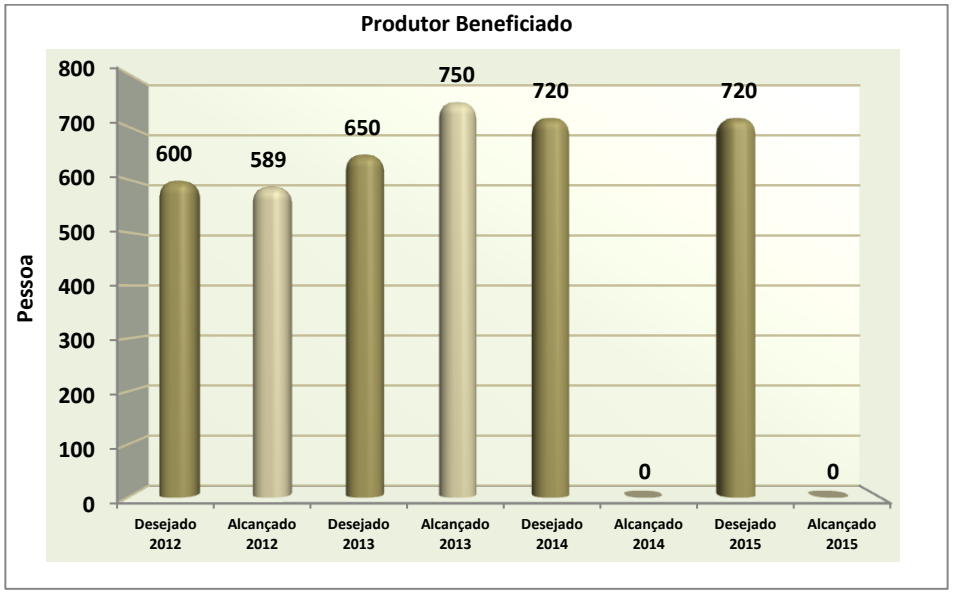
Indicadores:

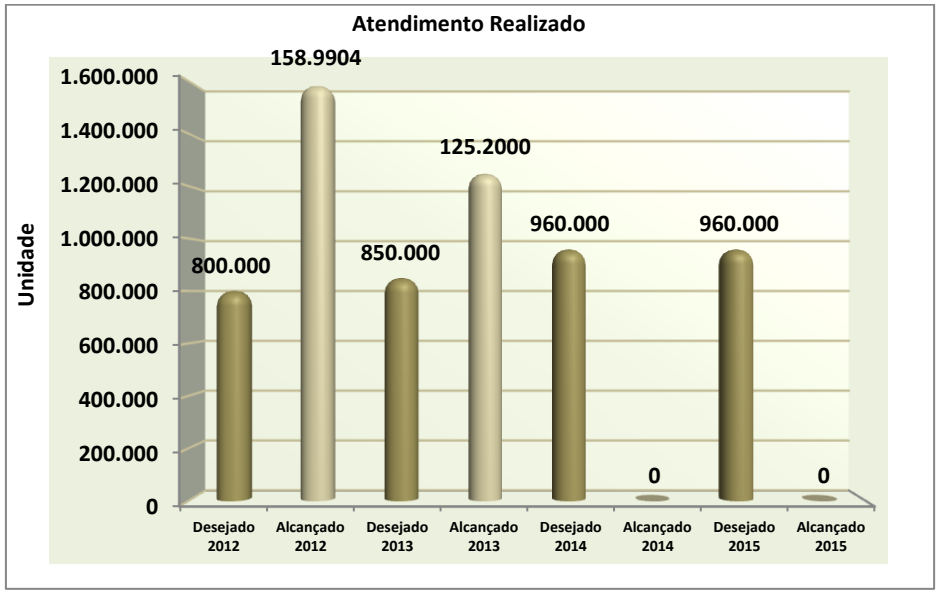
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
844	Produtor Beneficiado	Pessoa	600	31/12/2010	Anual	**Desejado**	600	650	720	720	CEASA
						Alcançado	589	750	-	-	
845	Atendimento Realizado	Unidade	800.000	31/12/2010	Anual	**Desejado**	800.000	850.000	960.000	960.000	CEASA
						Alcançado	1.589.904	1.252.000	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 844 - Após a implantação de um novo sistema de faturamento e mercado denominado Sistema HARV, foram identificados mais 100 produtores que atuavam no âmbito da CEASA/DF sem cadastro, além dos 650 já cadastrados regularmente para o uso do Mercado.

Indicador 845 - Após análise de dados acumulados de controle e estatística da CEASA/DF, foi possível afirmar que foram efetuados de forma direta 1.252.000 (hum milhão, duzentos e cinquenta e dois mil) de atendimentos realizados segundo informações da DITOP - Diretoria Técnica e Operacional da CEASA/DF.


Produtor Beneficiado
Pessoa
800
700
600
500
400
300
200
100
0
600
589
650
750
720
0
720
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Atendimento Realizado
Unidade
1.600.000
1.400.000
1.200.000
1.000.000
800.000
600.000
400.000
200.000
0
800.000
158.9904
850.000
125.2000
960.000
0
960.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6202 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

OBJETIVO GERAL: Garantir ao cidadão acesso ao sistema de saúde integral, humanizado e resolutivo, por meio de ações e serviços de promoção, prevenção, assistência e reabilitação.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Garantir ao cidadão um atendimento de saúde integral e humanizado.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 8 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Atenção Primária em Saúde – Implementar a atenção primária em saúde no DF com ênfase na expansão e qualificação da Estratégia de Saúde da Família, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população com vista à promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida.	23.901
002 – Assistência Especializada em Saúde - Proporcionar assistência especializada organizando fluxos e adequando a rede com a finalidade de promover o acesso integral aos serviços hospitalares e ambulatoriais no âmbito do Distrito Federal.	23.901
003 – Vigilância em Saúde – Atuar nos fatores desencadeantes, determinantes e condicionantes de doenças e agravos, com a finalidade de conhecer, detectar, prevenir, controlar, reduzir e eliminar riscos e danos à saúde individual ou coletiva, bem como acidentes e agravos relacionados ao trabalho.	23.901
004 – Assistência Farmacêutica – Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção.	23.901
005 – Gestão e Planejamento do SUS - Aprimorar os processos de planejamento, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e promover a transferência gradual de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços especializados prestados nas Regionais de Saúde e Unidades de Referência com a integração de ações e serviços finalísticos, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde especializada no Distrito Federal.	23.901
006 – Urgência e Emergência – Expandir e qualificar a rede de urgência e emergências, com o apoio a implantação e manutenção das unidades de pronto atendimento (UPAS) e do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192). *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	23.901
007 – Saúde Mental – Ampliar a cobertura assistencial em Saúde Mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado do acometido de	23.901

Objetivo Específico	Unidade Responsável
transtorno mental, familiar e servidores vinculados aos serviços, bem como o acesso universal a toda população do Distrito Federal.	
008 – Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.	23.901

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

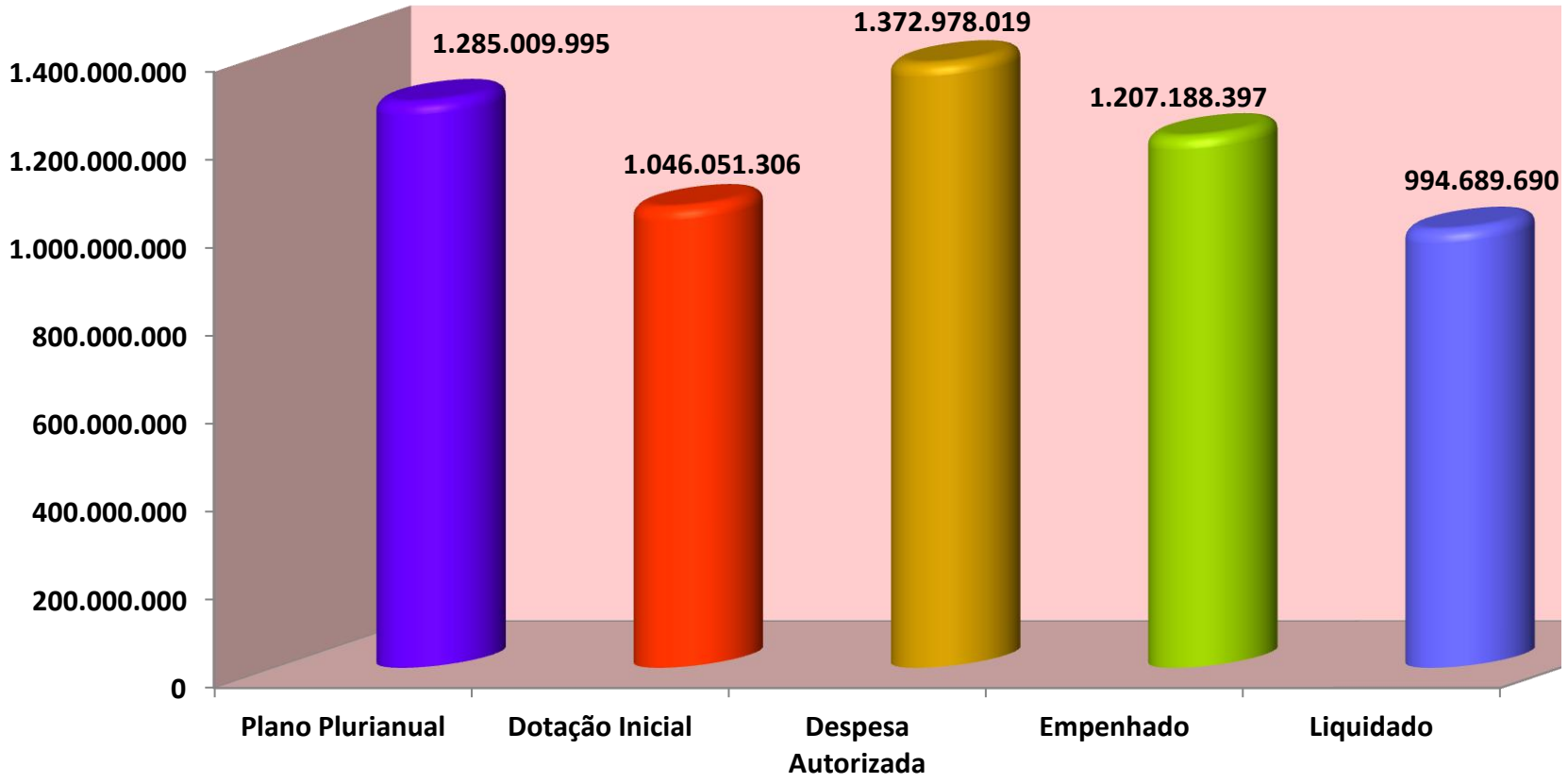
Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1010 - (EP) Estratégias de Prevenção, Educação e Controle de Doenças Crônicas	400.000	0	0	0	0	0	0
1059 - (EP) Fortalecimento da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) do Conselho de Saúde do Distrito Federal	200.000	0	0	0	0	0	0
1068 - (EP) Implementação da Política Distrital de Saúde do Trabalhador	1.500.000	0	0	0	0	0	0
1141 - Reforma do Hemocentro	1.750.000	2.000.000	417.029	0	0	0	0
1227 - (EP) Implantação do Projeto do Passe Saúde	150.000	0	0	0	0	0	0
1413 - (EP) Implantação de Unidade Materno Infantil	1.000.000	0	0	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	60.000.000	3.200.000	3.200.000	3.100.000	2.985.848	5	5
2060 - Atendimento de Urgência Pré-Hospitalar	16.600.000	13.400.000	31.026.357	23.457.076	19.415.384	141	117
2103 - (EP) Implantação do Programa Viver em Casa	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2145 - Serviços Assistenciais Complementares em Saúde	253.900.000	144.224.635	208.128.641	206.411.459	187.772.731	81	74
2155 - (EP) Realização de Cirurgias Plásticas Reparadoras de Mama	360.000	0	0	0	0	0	0
2156 - (EP) Apoio ao Tratamento de Doenças Raras	1.500.000	0	0	0	0	0	0
2252 - (EP) Implementação de Ações de Combate e Prevenção à Dengue	500.000	0	0	0	0	0	0
2256 - (EP) Implementação de Ações de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	3.000.000	25.100.000	27.209.530	27.209.530	26.408.864	907	880
2811 - Captação de doadores, coleta e processamento de sangue	8.321.035	9.087.000	8.687.000	6.139.714	6.139.714	74	74

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
2812 - Análises Laboratoriais nas Amostras de Sangue de Doadores	13.638.104	15.745.000	13.237.000	10.653.259	10.637.657	78	78
2885 - Manutenção de Máquinas e Equipamentos	80.000.000	60.000.000	68.581.617	66.973.632	51.602.114	84	65
3109 - Reforma do Núcleo de Hematologia e Hemoterapia	521.000	0	637.556	0	0	0	0
3113 - Ampliação do Hemocentro	252.000	350.000	97.809	97.808	97.808	39	39
3135 - Construção de Unidades Básicas de Saúde	21.250.000	11.270.000	4.980.482	369.854	369.854	2	2
3136 - Ampliação de Unidades Básicas de Saúde	6.950.000	1.138.840	1.038.840	0	0	0	0
3140 - Construção de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	6.000.000	12.251.731	369.389	0	0	0	0
3141 - Ampliação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	3.000.000	3.000.000	26.389.648	23.024.868	22.166.328	767	739
3153 - Construção da Unidade de Assistência Farmacêutica	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3154 - Construção de Unidades de Vigilância em Saúde	4.000.000	2.001.000	0	0	0	0	0
3155 - Reforma de Unidades de Vigilância em Saúde	27.620.000	9.698.550	2.568.550	0	0	0	0
3165 - Implantação de Unidades de Atenção em Saúde Mental	2.000.000	5.338.500	2.873.084	2.372.043	2.339.298	119	117
3166 - Ampliação de Unidades de Atenção em Saúde Mental	250.000	200.000	312.910	0	0	0	0
3172 - Implantação de Unidades de Pronto Atendimento – UPA	4.000.000	28.020.000	37.330.236	20.741.758	7.950.781	519	199
3173 - Construção das Bases do SAMU	3.000.000	2.000.000	0	0	0	0	0
3222 - Reforma de Unidades Básicas de Saúde	15.780.000	16.000.000	12.433.336	2.007.010	0	13	0
3223 - Reforma de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	8.950.000	10.387.366	9.046.597	5.438.903	1.374.600	61	15
3224 - Reforma de Unidades de Atenção em Saúde Mental	920.000	420.000	211.860	141.860	141.860	15	15
3225 - Construção de Unidades de Atenção em Saúde Mental	3.500.000	0	0	0	0	0	0
3467 - Aquisição de Equipamentos	2.000.000	22.709.367	34.672.021	26.931.059	21.978.042	1347	1099

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	266.250	100.000	100.000	7.960	7.960	3	3
3997 - Construção de Hemocentro	549.206	200.000	0	0	0	0	0
4028 - Controle de Qualidade de Produtos e Insumos	621.535	565.000	343.000	313.284	313.284	50	50
4054 - Análises Laboratoriais nas Amostras de Sangue de Pacientes	6.021.954	3.623.000	3.673.000	3.470.194	3.470.194	58	58
4060 - Banco de Sangue de Cordão Umbilical e Placentário	1.280.130	1.324.000	624.000	355.366	354.966	28	28
4068 - Alimentação e Nutrição	25.100.000	20.300.000	10.598.151	10.578.304	7.472.844	42	30
4081 - Procedimentos Hemoterápicos na Hemorrede	11.471.349	8.174.700	3.474.700	2.096.452	2.096.452	18	18
4088 - Capacitação de Servidores	9.954.658	2.000.000	2.000.000	213.858	204.128	2	2
4133 - Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Medida Socioeducativa de Internação	380.000	470.941	978.454	211.178	191.258	56	50
4137 - Contratualização dos Hospitais de Ensino	7.600.000	16.100.000	42.500.422	16.183.077	2.576.568	213	34
4145 - Desenvolvimento de Ações de Vigilância em Saúde	23.299.974	16.896.788	80.457.997	48.627.605	37.921.743	209	163
4164 - Qualificação do Controle Social do SUS	118.800	100.000	238.407	33.292	15.742	28	13
4165 - Qualificação da Gestão do Sistema Único de Saúde	600.000	5.500.000	3.664.786	532.005	237.388	89	40
4166 - Planejamento e Gestão da Atenção Especializada	30.000.000	14.000.000	16.339.641	16.339.641	16.339.641	54	54
4205 - Desenvolvimento de Ações de Atenção Especializada em Saúde	82.000.000	91.936.642	180.969.242	172.120.627	131.585.360	210	160
4206 - Gestão de Unidades Assistenciais de Saúde	30.000.000	24.000.000	34.569.497	34.569.497	33.854.935	115	113
4208 - Desenvolvimentos das Ações de Atenção Primária em Saúde	42.852.000	59.168.332	41.396.934	34.502.731	24.745.308	81	58
4215 - Desenvolvimento das Ações de Assistência Farmacêutica	500.000	1.750.000	1.751.439	443.693	8.847	89	2
4216 - Aquisição de Medicamentos	239.414.000	176.795.542	209.953.681	202.549.058	151.592.713	85	63
4225 - Desenvolvimento das Ações de Atenção em Saúde Mental	6.244.000	1.615.000	3.702.990	2.326.087	1.705.479	37	27
4226 - Gestão e Manutenção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA	21.780.000	12.000.000	11.000.000	10.989.792	5.418.813	50	25

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4227 - Fornecimento de Alimentação Hospitalar	80.000.000	70.869.116	117.169.116	117.169.116	115.893.402	146	145
6016 - Fornecimento de Aparelhos de Órteses e Próteses	70.000.000	70.000.000	53.972.825	53.366.952	46.323.819	76	66
6049 - Atenção à Saúde Bucal	2.400.000	1.275.001	3.662.742	3.536.886	2.717.394	147	113
6050 - Prevenção, Controle do Câncer e Assistência Oncológica	700.000	1.513.000	2.117.578	1.359.255	627.990	194	90
6052 - Assistência Voltada à Internação Domiciliar	2.690.000	19.492.640	5.882.640	3.863.240	2.406.893	144	89
6055 - Assistência à Saúde para o Sistema Prisional	354.000	712.800	2.813.101	1.171.676	37.948	331	11
9083 - Concessão de Bolsas de Estudo	33.000.000	28.026.815	45.574.184	45.187.738	45.187.738	137	137
TOTAL DO PROGRAMA 6202	**1.285.009.995**	**1.046.051.306**	**1.372.978.019**	**1.207.188.397**	**994.689.690**	**94**	**77**

6202 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde



Objetivo Específico: 001 – Atenção Primária em Saúde – Implementar a atenção primária em saúde no DF com ênfase na expansão e qualificação da Estratégia de Saúde da Família, garantindo a universalidade do acesso aos serviços de saúde e a equidade no atendimento das necessidades da população com vista à promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

Estratégia Saúde da Família

No exercício de 2013, foram inauguradas 04 Clínicas da Família, abrigando 22 equipes de saúde da família, e ainda concluídas 09 reformas. Cada equipe de Saúde da Família tem como público alvo beneficiário cerca de três mil pessoas cadastradas por equipe. Em dezembro de 2013, a cobertura alcançou 21,83%, com uma população beneficiária de 608.884 pessoas. O não alcance da meta proposta se justifica, entre outros aspectos, pela dificuldade na infra-estrutura com relação à construção de novas UBS, reformas e ampliações das existentes, processos licitatórios não concluídos, equipe reduzida de engenheiros e arquitetos na SES-DF para elaborar e acompanhar os projetos, alta rotatividade de RH, principalmente médicos.

Na atenção básica à saúde incluem-se também as ações dos Centros de Saúde que não estão organizados pela lógica da Estratégia Saúde da Família, que atualmente cobrem 28,5% da população. Esse percentual somado à cobertura pela estratégia de saúde da família (21,29%) eleva a 49,79% a cobertura global da população por serviços da atenção primária à saúde.

Materno – Infantil

A meta estabelecida para a atenção à mulher durante o pré-natal para 2013 foi de cobertura de 68,5% de nascidos vivos de mães com 07 ou mais consultas de pré-natal. Porém, algumas Regionais de Saúde apresentaram um baixo desempenho, indicando a necessidade de qualificação do acompanhamento às gestantes, não só no que se refere a quantidade de consultas como também na qualidade dessas. Entre os diversos desafios para qualificação da atenção obstétrica, alcançar a redução dos casos de sífilis em gestantes e de sífilis congênita foi considerada prioridade. Em 2013 o alcance foi de 66,13%. Por entender que, com a efetiva implantação do programa Rede Cegonha haverá um maior fortalecimento para realização das ações e cumprimento e alcance das metas pactuadas, manteve-se para 2014 a meta de 68,50%. No 1º quadrimestre de 2014 o alcance foi de 64,50%

Como indicador de desempenho das atividades da atenção integral à saúde da mulher estabeleceu-se o índice de Óbitos de Mulheres em Idade Fértil e Maternos investigados. Para 2013, a meta estabelecida foi investigar 90% dos óbitos de mulheres em idade fértil e 100% dos óbitos maternos. No ano de 2013,

ocorreram 776 óbitos de Mulheres em Idade Fértil, 734 foram investigados o que corresponde a 94,58% de casos investigados. Houve 21 Óbitos Maternos com 100% de investigação.

O número de casos de Sífilis Congênita em 2013 foi de 134 casos, enquanto que em 212 foram 126. Em que pese à redução dos casos observados no período de 2005 a 2008, esses vêm apresentando tendência de crescimento desde 2009. Alguns desafios se mantêm para qualificação do pré-natal no que se refere ao processo de trabalho nas Unidades Básicas de Saúde para testagem rápida, obtenção dos resultados do exame em tempo oportuno e tratamento adequado - o que envolve: necessidade de capacitação, captação de parceiros das gestantes, adesão das gestantes e dos parceiros ao tratamento. Em 2013, criou-se um grupo de trabalho envolvendo diversas subsecretarias, cujo produto final foi o Plano Operacional de redução da Sífilis Congênita e Adquirida, que está sob a coordenação da DIVEP/SVS. A Rede Cegonha, por meio do Grupo Condutor Central, vem se empenhando no apoio aos Grupos Gestores das sete regiões de saúde para capacitar um número maior de executores de teste rápido, agilizar o fornecimento de laudos e garantir abastecimento de medicamento.

Diabetes Mellitus

O aumento da taxa pode estar associado com contínua estruturação dos programas de Diabetes na Atenção Primária à Saúde além de maior sensibilização dos profissionais de saúde no sentido de rastrear e tratar a doença já que durante todo o ano de 2013 foram realizadas capacitações profissionais em DM. Visando a redução da taxa, a área técnica responsável tem concentrado esforços para garantir os insumos necessários para o controle glicêmico, além da capacitação dos profissionais da Atenção Primária. No entanto, o Programa de Diabetes defronta-se com a falta de recursos humanos, fato que inviabiliza muitas estratégias necessárias para o controle glicêmico e redução das internações hospitalares, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento nutricional e consultas com médicos especialistas.

Práticas Integrativas em Saúde

Descreve-se abaixo a condição de cada regional de saúde quanto às metas estabelecidas:

- Cinco Coordenações Gerais de Saúde atingiram ou superaram a meta proposta para 2014 (Guará, Norte, Taguatinga, Recanto das Emas e Sobradinho);
- Quatro Coordenações Gerais de Saúde estão próximas de atingir a meta, faltando menos de 20% das Unidades;
- Seis Coordenações Gerais de Saúde (Gama, Santa Maria, Samambaia, Brazlândia, Paranoá e São Sebastião) encontram-se abaixo da meta;
- No Gama vários grupos foram desativados no processo de reorganização do modelo de atenção (conversão de Centros de Saúde tradicionais em Equipes de Saúde da Família);
- Santa Maria e São Sebastião estão sem Coordenador Regional de PIS o que dificulta a expansão das PIS nessas CGS;
- Samambaia teve inauguração de novas unidades (Clínicas da Família) o que impactou na diminuição do indicador;
- Brazlândia teve dificuldades de liberar os profissionais para participar de cursos de formação, pois vários estavam fora dos critérios, e o CGS não assinou o termo concordando em liberar para a Educação Permanente após a formação do profissional.

Outros obstáculos ao alcance da meta foram algumas aposentadorias programadas e a dificuldade de implantação de PIS em UBS rurais, alugadas e outras com infraestrutura mais precária, especialmente nas Coordenações Gerais de Saúde do Paranoá, São Sebastião e Santa Maria.

Para 2014 há uma expectativa de grande incremento no número de serviços oferecendo Práticas Integrativas em Saúde tendo em conta os egressos dos cursos de Reiki e Terapia Comunitária de 2013, Tai Chi Chuan e Automassagem em 2014 e os treinamentos em serviço em Shantala na Coordenação Geral de Saúde de Planaltina concluído no primeiro quadrimestre, e Lian Gong na regional de Ceilândia em andamento. Além disso, ocorrerá reativação de grupos que haviam cessado as atividades por questões de reforma e mudança de local de unidades, especialmente nos CAPS.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atingir 75 % de cobertura populacional no DF com acesso a equipes de saúde da família em 2015	A meta para 2012 para cobertura populacional pela ESF era de 50%, sendo alcançado 23,60%, o que corresponde a população beneficiária de 526.361 pessoas. A meta não foi atingida em razão das dificuldades administrativas ocorridas no período. Em 2013 meta não alcançada. A meta estabelecida para 2013 era alcançar uma cobertura de 60%, chegou-se apenas a 21,83%.
2. 80% dos recém-nascidos vivos de mães residentes no DF com cobertura de 7 ou mais consultas de pré-natal em 2015	De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de vigilância em Saúde (SVS), a cobertura em novembro de 2012 foi de 65,70%. A falta de implantação do teste rápido de gravidez em todas as unidades da rede, a dificuldade de deslocamento da gestante para as consultas de pré-natal, após busca ativa pelos Agentes Comunitários de Saúde, a inexistência de agendas semi-abertas para acolhimento das gestantes, inviabilizaram o atingimento da meta. Em 2013, a implantação da Rede Cegonha tende a melhorar os dados. Em 2013 a meta não foi alcançada. A meta estabelecida para ano era alcançar uma cobertura de 68,5%. Alcançou-se uma cobertura de 66%.
3. Alcançar 95% em investigação de óbitos maternos de residentes no DF em 2014	A meta pactuada em 2012 foi investigar 100% de óbitos maternos e 75% dos óbitos em MIF. Dos óbitos maternos ocorridos no DF, todos foram investigados, correspondendo ao alcance da meta pactuada em 100%. Dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF -766 mortes declarações de óbitos), 93,34% foram investigados, o que corresponde a superação da meta em 24,45%. Em 2013, meta alcançada. A meta estabelecida para o ano de 2013 era investigar 100% dos óbitos maternos. Ocorreram 21 Óbitos Maternos e 100% dos casos foram investigados
4. Reduzir o número absoluto de casos de sífilis congênita em 10% ao ano	A meta prevista para 2012 eram 72 casos de sífilis e houve aumento para 124, uma elevação indesejada de 72,22% dos casos. Houve o aumento de 1 caso em relação a 2011 (123 casos). Fatores associados ao recrudescimento da sífilis no DF, tais como falta de insumos para realização do VDRL e confirmatórios; fluxo ineficiente de resultados dos testes de detecção de sífilis entre a unidade laboratorial e os serviços da rede básica na maioria das regionais de saúde; limite do número de coleta de exames diários por parte dos laboratórios, sem a priorização das gestantes, em algumas regionais;

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	precário processo de informatização, de infraestrutura e apoio logístico (impressora, papel e impressos) nos diferentes níveis no sistema de saúde prejudicaram a entrega de resultados em tempo hábil. Além disso, a baixa cobertura e incompletude das equipes da ESF contribuíram para a insuficiente detecção e efetiva resolução dos casos detectados. Dentre as ações realizadas para atuar na prevenção da sífilis congênita, destacam-se: as ações de mobilização para testagem de HIV, hepatites e sífilis realizadas entre os dias 24 de novembro a 10 de dezembro; programação das ações para a Semana Distrital de Prevenção às DST e Dia Mundial de Luta contra a AIDS; atividades em diversas Regionais de Saúde em parceria com o SAMU e Secretaria da Mulher e a reabertura do Centro de Testagem e Aconselhamento na Rodoviária do Plano Piloto. Em 2013 meta não alcançada. O número de casos de Sífilis Congênita em 2013 foi de 134 casos, enquanto que em 212 foram 126. Assim constata-se um aumento de 6,35%
5. Reduzir as internações por complicações de diabetes mellitus para 5,8 por 10.000 habitantes do DF em 2015	O índice de internações hospitalares por complicações por Diabetes para o ano de 2012 ficou em 6,8 por 10.000 habitantes, demonstrando que a meta foi atingida em 2012. O indicador é decrescente, quanto menor a taxa de internação, melhor. Ao verificar a série histórica 2010 (7,3/10.000); 2011 7,0/10.000) e o resultado atual, a SES vem melhorando com a redução de internações por complicações de diabetes. Em 2013 meta não alcançada. A meta estabelecida para 2013 foi um índice de 6,4, mas chegou-se, ao final do período, com o índice de 7,4.
6. Ampliar a oferta de práticas integrativas em saúde - PIS para 80% das unidades básicas de saúde e equipes das ESF	Para 2012, a meta estabelecida foi de 50%. O resultado obtido ficou em 48,10%, devido à redução das ações de práticas integrativas na atenção primária e ESF no terceiro quadrimestre, em detrimento de outras atividades. Meta não alcançada. A meta estabelecida para o ano de 2013 foi a oferta de PIS em 60% das UBS, fechou-se o período com a oferta em 50% das unidades.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1072	Proporção da População Cadastrada pela Estratégia Saúde da Família	%	13,24	31/03/11	Anual	**Desejado**	50	58	66	75	SIAB
						Alcançado	23,60	25,58	-	-	
1073	Taxa de mortalidade infantil	%	11,97	31/12/11	Anual	**Desejado**	11,60	11,4	11,2	11	SIM
						Alcançado	11,64	12,7	-	-	
1074	Taxa de mortalidade neonatal	%	8,62	31/12/11	Anual	**Desejado**	8,29	8,19	8,09	8	SIM
						Alcançado	8,51	9,1	-	-	

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1075	Taxa de mortalidade pós-neonatal	%	3,34	31/12/11	Anual	**Desejado**	3,31	3,21	3,11	3	SIM
						Alcançado	3,13	3,6	-	-	
1076	Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal	%	64,73	31/12/11	Semestral	**Desejado**	70	75	78	80	SINASC
						Alcançado	65,7	66,13	-	-	
1077	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil e maternos investigados	%	83	31/12/11	Trimestral	**Desejado**	85	90	95	95	SIM
						Alcançado	93,34	73,68	-	-	
1078	Número de novos casos de sífilis congênita	Unidade	117	31/12/11	Semestral	**Desejado**	72	65	59	53	SINAN
						Alcançado	124	132			
1079	Taxa de Internações por Diabetes Mellitus e Suas Complicações	%/10.000	7	31/03/11	Trimestral	**Desejado**	6,8	6,4	6,1	5,8	PECD/SAPS/ SES
						Alcançado	6,8	7,4	-	-	
1081	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	%	14,4	31/12/11	Anual	**Desejado**	60	68	76	86	CNES
						Alcançado	52,20	49,79	-	-	
1082	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada	%	0,11	31/12/11	Anual	**Desejado**	0,2	0,3	0,4	0,5	SIA / IBGE
						Alcançado	0,12	0,22	-	-	
1083	Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	%	3,62	31/12/11	Anual	**Desejado**	9	28	35	42	SIAB / IBGE
						Alcançado	28,19	28,19	-	-	
1084	Proporção de Óbitos infantis e fetais investigados	%	50,69	31/12/11	Anual	**Desejado**	50	53	56	60	SIM
						Alcançado	84	74	-	-	
1085	Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conj. das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis-DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	%/100.000	1,9	31/12/10	Anual	**Desejado**	2	2	2	2	SIM
						Alcançado	2	-4,4	-	-	
1086	Razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária	%	0,12	31/12/11	Anual	**Desejado**	0,12	0,12	0,12	0,12	SIA / IBGE
						Alcançado	0,11	0,38	-	-	
1087	Proporção de unidades de atenção primaria e esf ofertando pelo menos uma pratica integrativa em saúde-PIS	%	45	31/12/11	Anual	**Desejado**	50	60	70	80	GERPIS/ DCVPIS
						Alcançado	48,1	48	-	-	
1301	Cobertura de acompanhamento das condicionantes de saúde do Programa Saúde da Família	%	10,56	31/12/11	Anual	**Desejado**	30	40	50	70	SGPBF na Saúde
						Alcançado	30	26,32	-	-	

NOTA: Taxa de incidência de sífilis congênita Numerador: número de casos novos de AIDS em menores de cinco anos de idade em determinado ano de diagnóstico e local de residência. Denominador: população de menores de cinco anos de idade residente no mesmo local x 100.000 , o resultado dá em número absoluto.

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1073	Taxa de mortalidade infantil	%	11,97	31/12/11	Anual	**Desejado**	11,60	11,4	11,2	11	SIM
						Alcançado	11,64	12,8	-	-	
1074	Taxa de mortalidade neonatal	%	8,62	31/12/11	Anual	**Desejado**	8,29	8,19	8,09	8	SIM
						Alcançado	8,51	9,2	-	-	
1077	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil e maternos investigados	%	83	31/12/11	Trimestral	**Desejado**	85	90	95	95	SIM
						Alcançado	93,34	93,54	-	-	
1078	Número de novos casos de sífilis congênita	Unidade	117	31/12/11	Semestral	**Desejado**	72	65	59	53	SINAN
						Alcançado	124	145			
1081	Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	%	14,4	31/12/11	Anual	**Desejado**	60	68	76	86	CNES
						Alcançado	52,20	50,54	-	-	
1082	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada	%	0,11	31/12/11	Anual	**Desejado**	0,2	0,3	0,4	0,5	SIA / IBGE
						Alcançado	0,12	0,41	-	-	
1085	Taxa de mortalidade prematura (<70 anos) pelo conj. das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis- DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	% / 100.000	1,9	31/12/10	Anual	**Desejado**	2	2	2	2	SIM
						Alcançado	2	3,9	-	-	
1086	Razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária	%	0,12	31/12/11	Anual	**Desejado**	0,12	0,12	0,12	0,12	SIA/IBGE
						Alcançado	0,11	0,41	-	-	
1301	Cobertura de acompanhamento das condicionantes de saúde do Programa Saúde da Família	%	10,56	31/12/11	Anual	**Desejado**	30	40	50	70	SGPBFS
						Alcançado	30	32,60	-	-	

Justificativas 2013

Indicador 1072 - Dados jan a dez. A variação de 32,42 pontos percentuais entre a meta proposta e o resultado alcançado representou em uma proporção da população cadastrada em 44,10%. Ao comparar com o ano de 2012 houve um aumento de 8,39%. Meta não alcançada em virtude das dificuldades na infraestrutura com relação à construção de novas Unidades Básicas de Saúde como: reforma e ampliação das existentes, morosidade nos processos licitatórios, número insuficiente de engenheiros e arquitetos na SES-DF para elaborar e acompanhar os projetos e ações pela empresa construtora contratada, bem como responder aos questionamentos do TCDF.

Indicador 1073 - Dados de jan a dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 1,4 percentuais representou 12,28% acima do desejado. Ao comparar com o ano de 2012, o indicador piorou em 9,97%. Este indicador tem possibilitado avaliar a assistência pré-natal, a vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto. A Rede Cegonha tem envidado esforços para as boas práticas durante o atendimento ao parto e nascimento.

Indicador 1074 - Dados de jan a dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. Este indicador somado a taxa de mortalidade pós-neonatal dão o resultado da taxa de mortalidade. O DF registrou 9,2 / 1000 nascidos vivos. A variação de 1,01 pontos percentuais representou um aumento de 12,33% na taxa, no sentido negativo. Comparado ao ano de 2012 piorou em 8,11%.

Indicador 1075 - Dados de jan a dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A taxa de mortalidade pós-neonatal somado a taxa neonatal resultam na taxa de mortalidade. A variação de 0,39 representou um aumento no sentido negativo. Comparado ao ano de 2012 piorou em 15,01%.

Indicador 1076 - Dados de jan a dez. A variação de 8,47% entre o desejado e o alcançado representa o alcance de 88,71% da meta pactuada, ficando 11,29% abaixo da meta pactuada. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 1,26%.

Indicador 1077 - Dados de jan a dez. Existe uma composição de dois indicadores e estes foram separados pelo Ministério da Saúde. Assim sendo, o Indicador de Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados, a meta foi de 90%, alcançou 103,33% de investigação, ficando acima do desejado 3,33%. O Indicador de Proporção de óbitos maternos investigados a meta foi de 100%, alcançou 100%.

Indicador 1078 - Dados de jan a dez. A variação de 80 casos representou um aumento de 123,08% no sentido negativo, uma vez que o indicador é decrescente, quanto menor melhor. A sífilis tem aumentado em todo mundo. Diante do cenário já esperado, foi constituído um Grupo de Trabalho sob a coordenação da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, da Subsecretaria de Vigilância à Saúde, composta pela Atenção Básica e Especializada para elaboração do Plano de Enfrentamento da Sífilis. Está em andamento. Comparado ao ano de 2012 passou de 124 para 145 casos, o que representou aumento de 16,93%, o número de novos casos.

Indicador 1079 - Dados de jan a dez. A variação de 1,0% entre o desejado e o alcançado representou um aumento de 15,62% na taxa de internação. A Coordenação do Programa de Diabetes realizou capacitações em toda a Rede de Saúde para identificar o DM como causa primária das internações, além de ter garantido os insumos necessários, bem como o acompanhamento nutricional do paciente. Estas ações detectaram o DM, razão porque houve aumento no indicador.

Indicador 1081 - Dados de jan a dez. A variação de 17,46 representou uma cobertura de 74,32% da população e abaixo do esperado em 25,68%. Comparado ao ano de 2012 houve uma redução de 3,28%. A cobertura depende de infraestrutura relacionada à construção de novas Unidades Básicas de Saúde, reforma e ampliação das existentes. O número reduzido de engenheiros e arquitetos na SES tem sido outro problema. O Ministério da Saúde só habilita as equipes consistidas, ou seja, com local, capital humano e infraestrutura completas.

Indicador 1082 - Dados de jan-dez. Com a aquisição de 320 mil kits de higiene bucal no segundo semestre de 2013 e material educativo para o incremento das ações de promoção em saúde bucal foi possível superar a meta em 36.67%. A variação ficou em 0,11 pontos percentuais. A média de ação coletiva de escovação dental supervisionada, comparado ao ano de 2012 teve aumento de 241,67%.

Indicador 1083 - Dados de jan a dez. O aumento da carga horária para 40h semanais de 101 Cirurgiões- Dentistas e 69 Técnicos em Higiene Dental e as nomeações de 116 - Técnico em Higiene Dental - THD, em 2012, possibilitou o incremento e ampliação da cobertura das equipes básicas de saúde bucal. A variação de 0,19 representou a superação da meta em 0,67%.

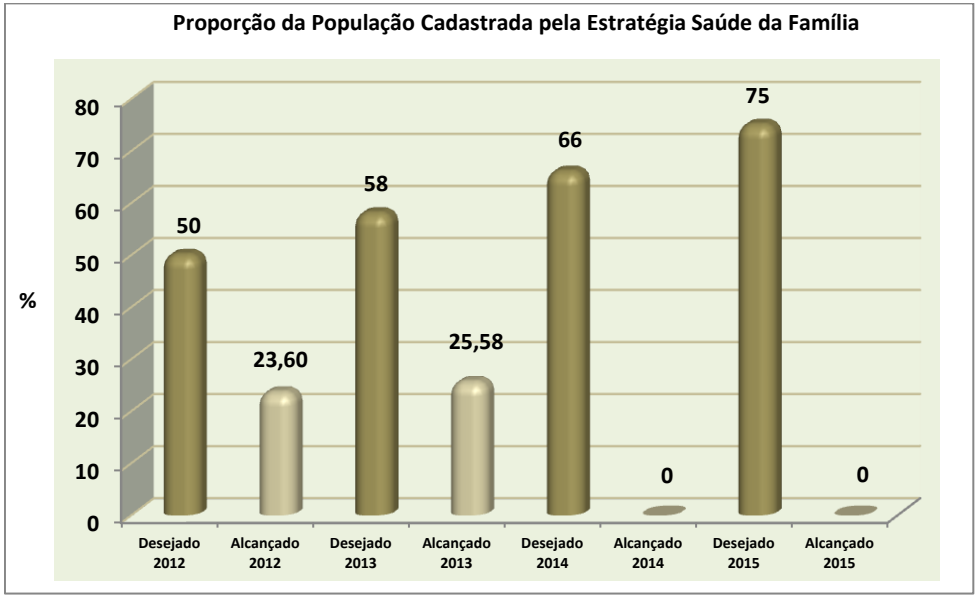
Indicador 1084 - Dados de jan - dez. A variação de 40 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado representou a superação da meta em 75,47%. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 10,71%. Isto foi possível com o início da organização da Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil, por meio da implantação da Rede Cegonha.

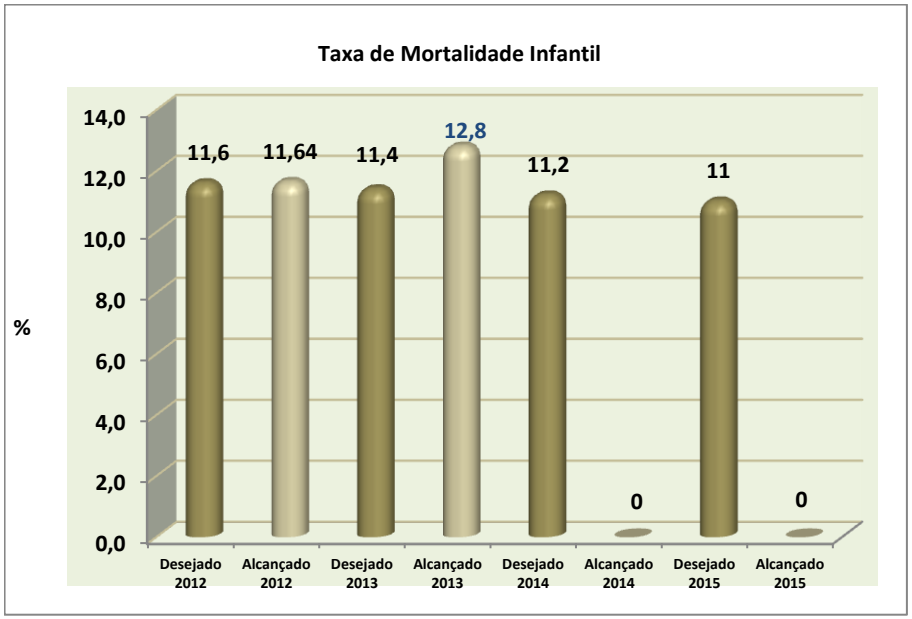
Indicador 1085 - Dados de jan-dez. A taxa de mortalidade prematura no DF tem apresentado uma redução gradativa no decorrer dos últimos 5 anos, com destaque para 2013 que apresenta redução em 3,9% em relação ao ano anterior, 2012. A comparação ao longo dos anos mostra que a taxa de mortalidade reduziu em 8,6% de 2009 para 2013. O resultado de 2013 apresentado até o momento, tende a redução em relação a meta pactuada de 248,7 por 100.000 habitantes.

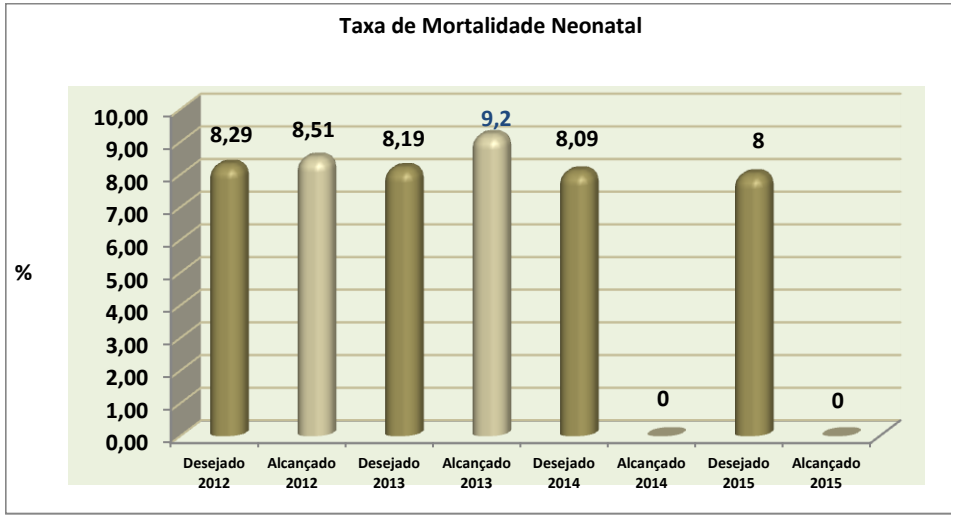
Indicador 1086 - Dados de jan a dez. A variação de 0,29 entre o desejado e alcançado representou um aumento de 341,66% na razão de exames citopatológicos do colo de útero em mulheres de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária. As ações empreendidas como a carreta da mulher, a melhoria da reestruturação da rede possibilitou este aumento considerável nesse indicador.

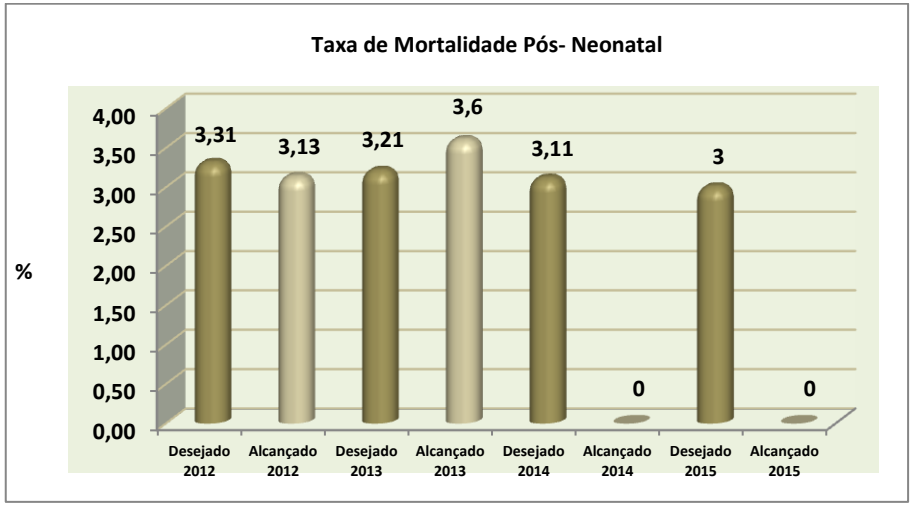
Indicador 1087 - Dados de jan a dez. A variação de 12 representou o alcance de 80% na proporção de unidades de Atenção Primária e ESF que ofertaram pelo menos uma Prática Integrativa em Saúde. A meta pactuada não foi atingida em razão do número significativo de aposentadoria de servidores que atuavam em Práticas Integrativa em Saúde, bem como das remoções de profissionais para outras unidades da SES.

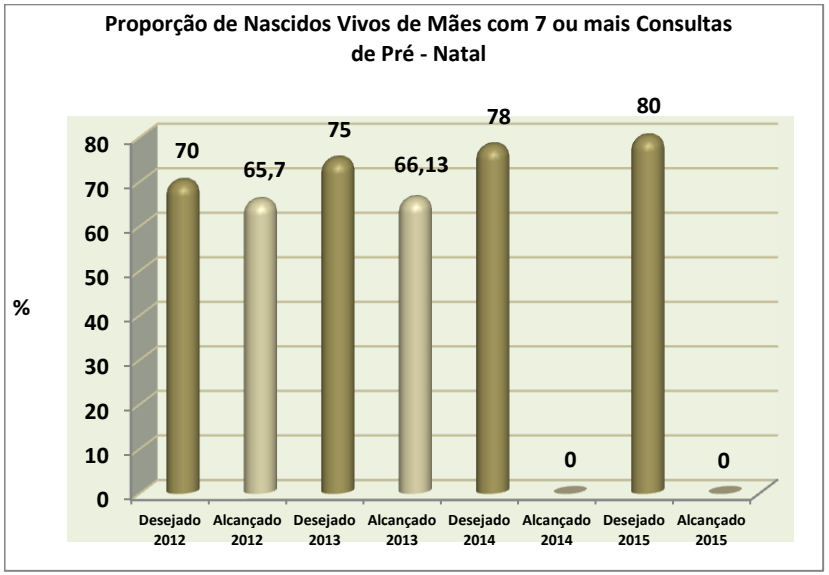
Indicador 1301 - Dados de jan-dez. A variação de 7,40% entre o desejado e o alcançado representou o alcance de 81,50% na meta pactuada, ficando abaixo 18,50%. Comparado ao ano de 2012 houve aumento de 8,66%. O indicador do Programa Bolsa Família são dois em cada ano, o percentual da 1ª vigência (jan-jun), alcançou o resultado de 34,65%. O percentual da 2ª vigência (jul-dez), o resultado de 32,60%.

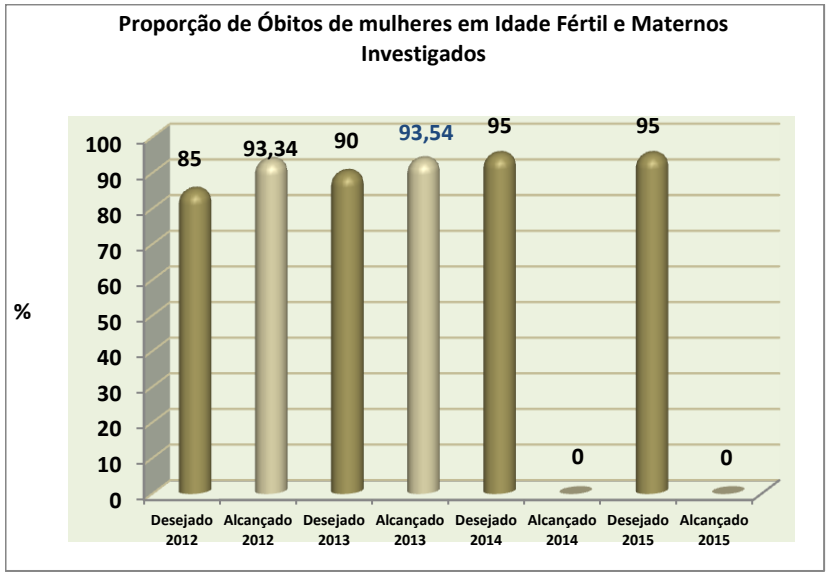

Proporção da População Cadastrada pela Estratégia Saúde da Família
%
80
70
60
50
40
30
20
10
0
50
23,60
58
25,58
66
0
75
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

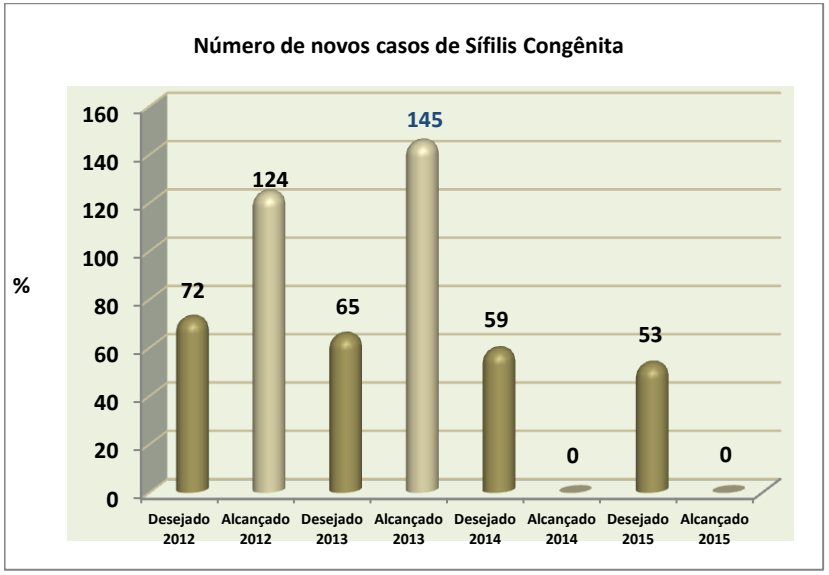

Taxa de Mortalidade Infantil
%
14,0
12,0
10,0
8,0
6,0
4,0
2,0
0,0
11,6
11,64
11,4
12,8
11,2
0
11
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

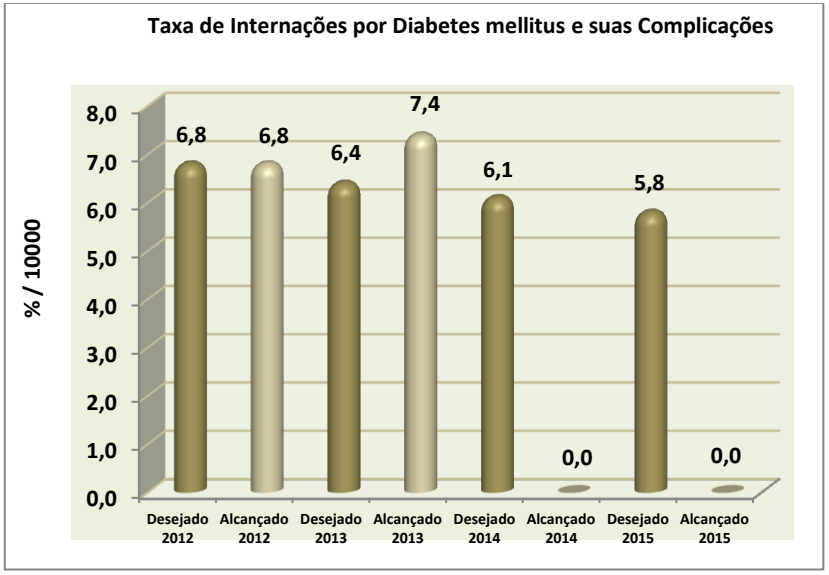

Taxa de Mortalidade Neonatal
%
10,00
9,00
8,00
7,00
6,00
5,00
4,00
3,00
2,00
1,00
0,00
8,29
8,51
8,19
9,2
8,09
0
8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

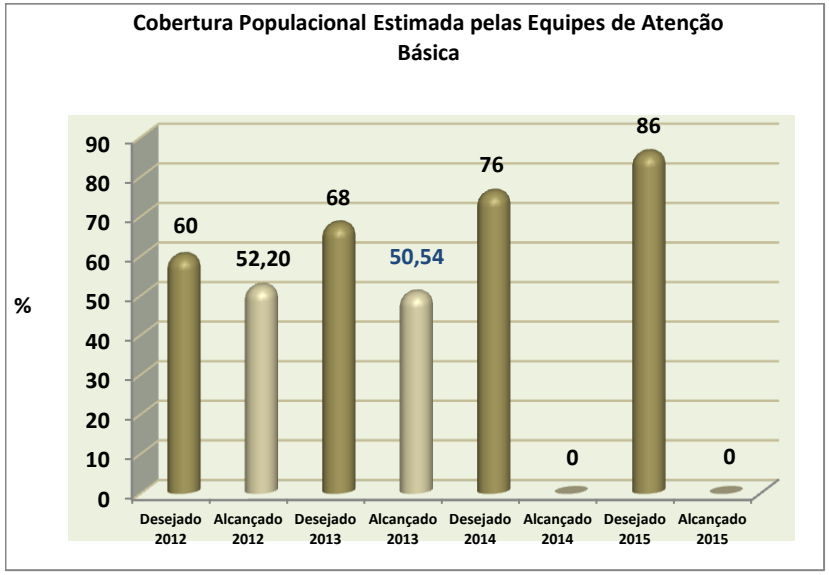

Taxa de Mortalidade Pós- Neonatal
%
4,00
3,50
3,00
2,50
2,00
1,50
1,00
0,50
0,00
3,31
3,13
3,21
3,6
3,11
0
3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

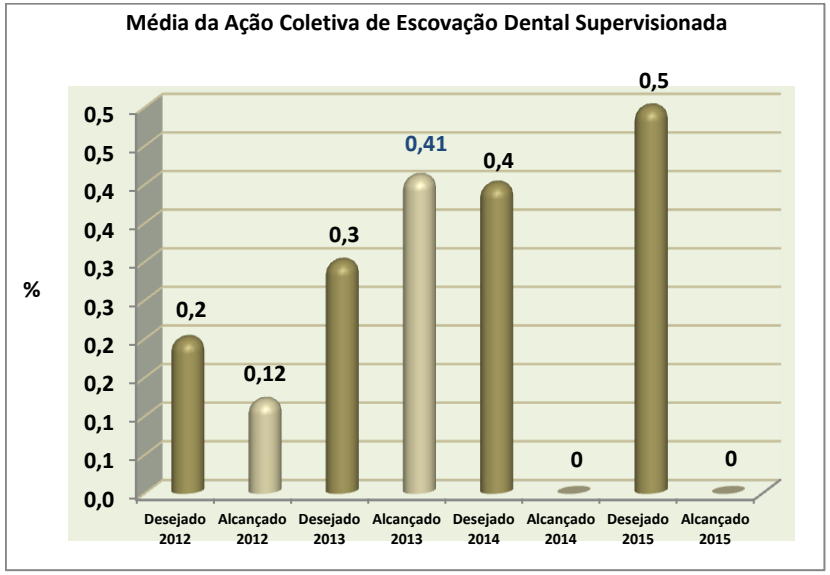

Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré - Natal
%
80
70
60
50
40
30
20
10
0
70
65,7
75
66,13
78
0
80
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

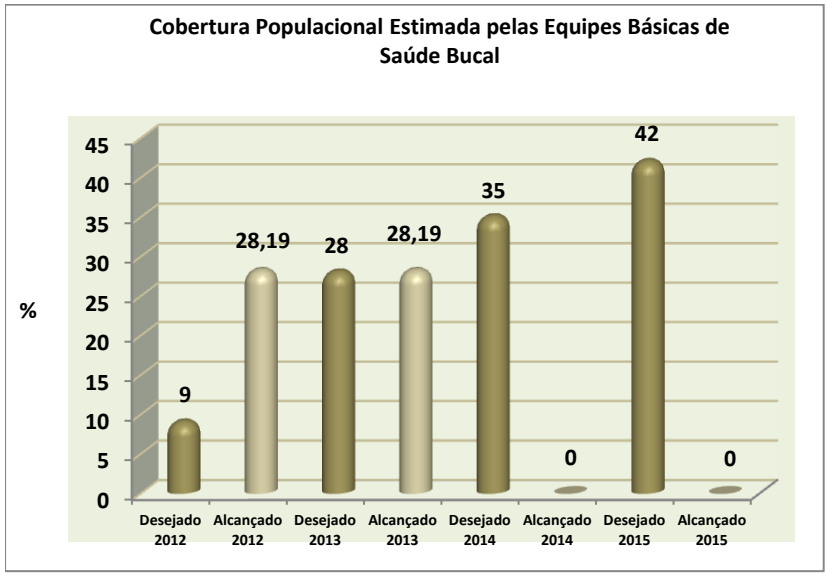

Proporção de Óbitos de mulheres em Idade Fértil e Maternos Investigados
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
85
93,34
90
93,54
95
0
95
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

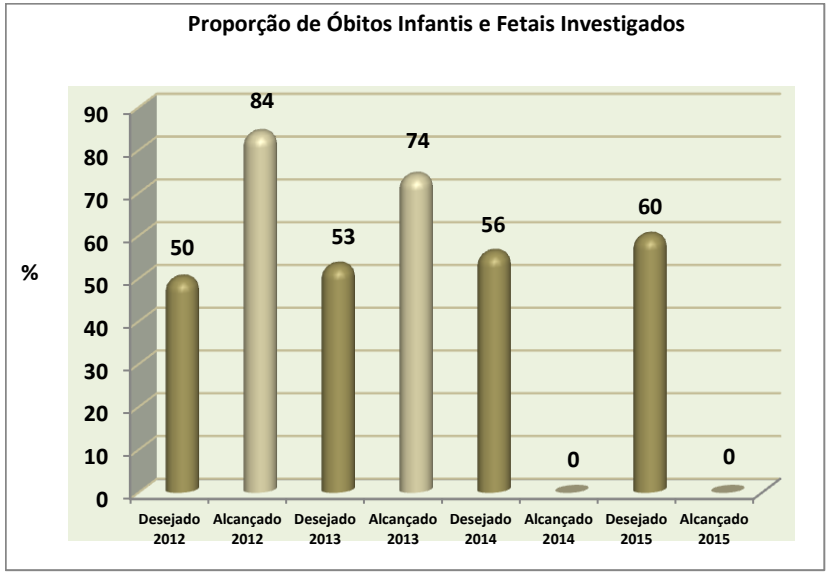

Número de novos casos de Sífilis Congênita
%
160
140
120
100
80
60
40
20
0
72
124
65
145
59
0
53
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de Internações por Diabetes mellitus e suas Complicações
% / 10000
8,0
7,0
6,0
5,0
4,0
3,0
2,0
1,0
0,0
6,8
6,8
6,4
7,4
6,1
0,0
5,8
0,0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

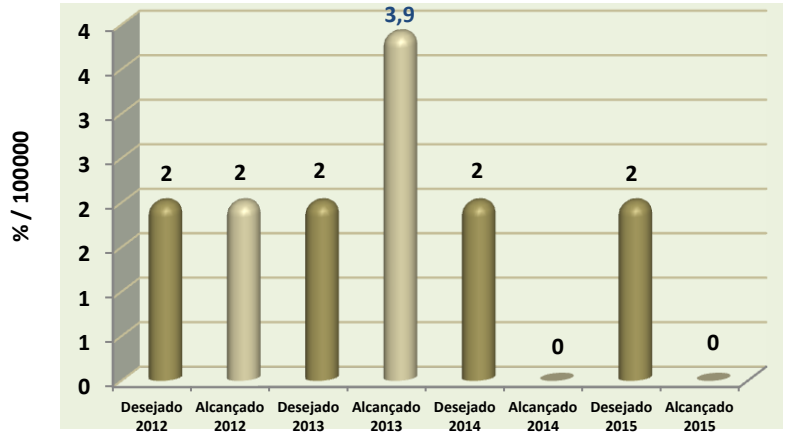

Cobertura Populacional Estimada pelas Equipes de Atenção Básica
%
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
60
52,20
68
50,54
76
0
86
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Média da Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada
%
0,5
0,5
0,4
0,4
0,3
0,3
0,2
0,2
0,1
0,1
0,0
0,2
0,12
0,3
0,41
0,4
0
0,5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

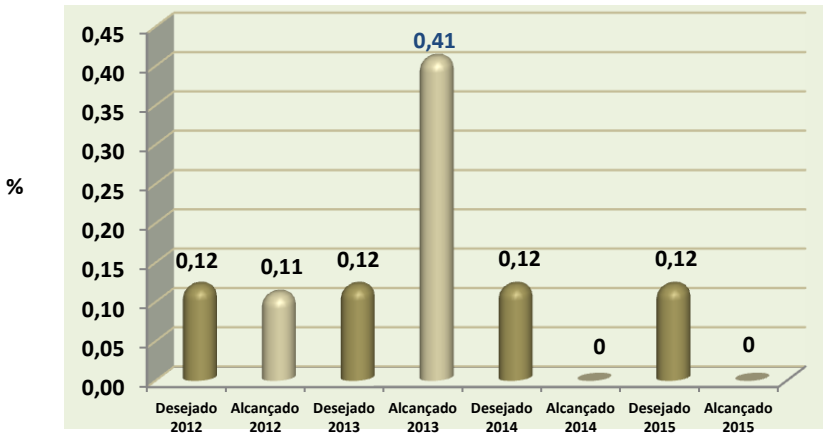

Cobertura Populacional Estimada pelas Equipes Básicas de Saúde Bucal
%
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
9
28,19
28
28,19
35
0
42
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Proporção de Óbitos Infantis e Fetais Investigados
%
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
50
84
53
74
56
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

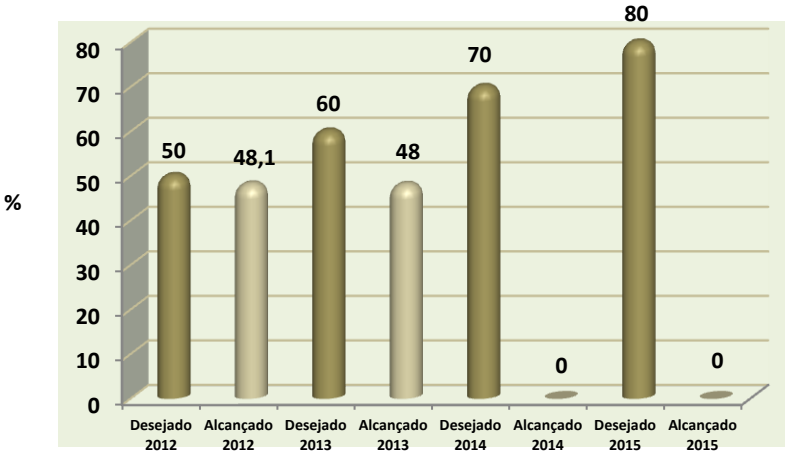
Taxa de Mortalidade Prematura (< 70 anos) pelo Conj. Das Quatro Principais Doenças Crônicas não Transmissíveis - DCNT



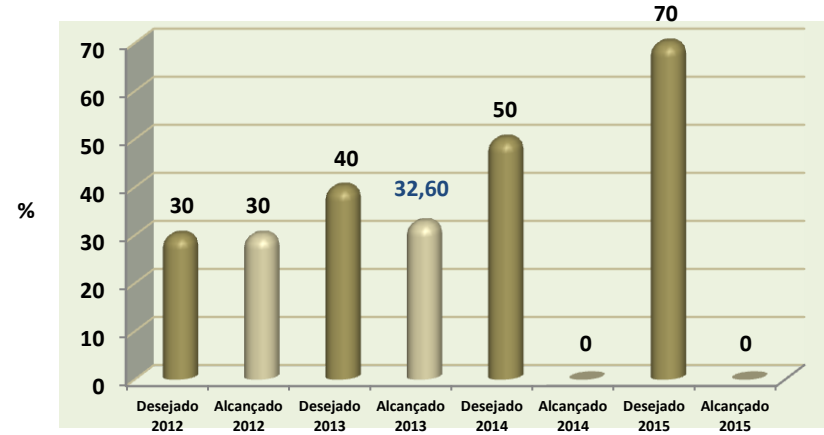
Razão de Exames Citopatológicos do Colo de Útero em Mulheres de 25 a 64 anos e a População Feminina na Mesma Faixa Etária



Proporção de Unidades de Atenção Primária e Esf Ofertando pelo Menos uma Prática Integrativa em Saúde - PIS



Cobertura de Acompanhamento das Condicionantes de Saúde do Programa Saúde da Família



Objetivo Específico: 002 – Assistência Especializada em Saúde - Proporcionar assistência especializada organizando fluxos e adequando a rede com a finalidade de promover o acesso integral aos serviços hospitalares e ambulatoriais no âmbito do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

A "Atenção Especializada" tem o objetivo de implementar as ações de saúde de média e alta complexidade, por meio de programas específicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito do Distrito Federal; é realizada predominantemente nos hospitais da rede própria.

Os grandes desafios relacionados a essa área incluem a qualificação dos serviços secundários e terciários prestados à população, bem como a necessidade de ampliação do acesso, a implementação do acolhimento eficiente e humanizado com atendimento integral e resolutivo incluindo o suporte para operacionalizar ações em serviço social, serviços de nutrição e a atenção especializada em saúde bucal.

Em relação ao indicador porcentagem de cobertura de leitos de UTI houve um aumento de 64,71% de cobertura de leitos, alcance de 14,33%. Em comparação a 2012 a SES aumentou em 88,55% a cobertura. Já na proporção de consultas médicas especializadas em relação ao total de consultas houve uma variação de 4,09, entre o desejado e o alcançado, atingindo 23,39% o que representou uma proporção de 121,19% de consultas médicas especializadas.

Alta Complexidade

No grupo de procedimentos de Alta Complexidade, os mais freqüentes e relevantes são os da oncologia, terapia renal substitutiva, deficiência auditiva, patologias oftalmológicas, cirurgias eletivas (vasectomia, biópsias, cirurgia bariátrica), acompanhamento de pacientes submetidos a transplantes e portadores de queimaduras de diversos graus.

Em 2013, dos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade (APAC), realizados pela SES-DF e autorizados pelo Núcleo de Autorização de APAC – NAPAC, 36.129 foram passíveis de ressarcimento. Dentre os laudos autorizados no ano de 2013, 71,51% do total de 36.129 APAC, foram procedimentos realizados pela rede própria de alta complexidade da SES e, 28,49%, correspondente à rede conveniada ou complementar, foram procedimentos realizados por serviços privados contratados/ credenciados.

Em relação ao número de pacientes atendidos nos programas de Terapia Renal Substitutiva - TRS, 308 pacientes ou 23,29% realizam programa dialítico nos serviços da própria rede SES/DF, enquanto 77,23 %, 1.021 pacientes, realizam programa dialítico na rede privada conveniada. A impossibilidade da rede pública em prestar assistência a todos os doentes renais crônicos ocorre em virtude da escassez de profissionais especializados na rede própria, principalmente médicos nefrologistas, além da falta de espaço físico e infraestrutura para a ampliação e criação de novos serviços de nefrologia. Outro fator que

contribui para esta realidade está na insuficiência de políticas públicas de saúde voltadas para a nefrologia e prevenção de complicações da doença renal, entre outras questões mais complexas.

Assistência Intensiva

Segundo recomendação do Ministério da Saúde (Portaria GM/MS 1101/2002), a cobertura de leitos hospitalares deve ser de 2,5 a 3 leitos gerais por 1.000 habitantes. Para os cálculos da necessidade do DF utiliza-se como parâmetro, 2,5 leitos por cada 1.000 habitantes, excluídos os leitos de UTI, para os quais foi considerado o parâmetro de 10% do total de leitos gerais, que também é a meta utilizada no Plano de Atenção ao Paciente Crítico da SES-DF.

Atualmente, a SES - DF dispõe de 4.058 leitos. Desses, 432 são leitos de UTI, que somados aos 105 leitos de cuidados intermediários neonatais totalizam 537 leitos destinados ao tratamento dos pacientes críticos e semicríticos no DF. Assim, o quantitativo de leitos de UTI na SES/DF, mais de 10% dos leitos gerais, supera a meta proposta no Plano de Atenção ao Paciente Crítico da SES-DF.

Em relação aos leitos próprios de UTI Adulto pode-se constatar um aumento exponencial do número nos últimos três anos, passando de 119 leitos em 2010 para 228 leitos em 2013, o que corresponde a um aumento de 91,59%. Em relação aos leitos de UTI Pediátrica e Neonatal também houve aumento significativo.

Em dezembro de 2013, o quantitativo de leitos de UTI na SES-DF era de 432, sendo 346 leitos próprios e 86 contratados/conveniados. Na rede própria, 228 leitos são de UTI Adulto, 56 são pediátricos e 62 são neonatais. O número de leitos próprios de UTI na SES/DF (adulto, Pediátrica e Neonatal), nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, foi respectivamente de: 213, 255, 302 e 346.

Além dos leitos de UTI existentes, a SES/DF dispõe de 105 leitos de cuidados intermediários neonatais – UCIN.

Hospital da Criança de Brasília - HCB

O primeiro bloco do Hospital da Criança de Brasília José Alencar – HCB foi inaugurado em novembro de 2011, para atendimento a pacientes externos, em regime ambulatorial e de hospital dia. Um segundo bloco era previsto para procedimentos mais complexos, em regime de internação, para que o estabelecimento pudesse passar a funcionar como unidade de referência terciária em pediatria para todas as demais unidades assistenciais da rede.

- Avaliação das Metas

As metas foram analisadas em cinco grupos de procedimentos estabelecidos (GRUPO I - Consultas Médicas, GRUPO II - Assistência Complementar Essencial, GRUPO III - Procedimentos Assistenciais de Alta Complexidade, GRUPO IV - Hospital Dia – Internações, GRUPO IV - SADT), realizando a análise da capacidade de atendimento do hospital.

A produtividade alcançada pelo HCB desde sua inauguração tem crescido constantemente.

Vale registrar que no ano de 2013, o HCB ultrapassou as metas previstas para os grupos II (assistência complementar essencial), IV (internações hospital dia) e V (SADT) e, em sete dos doze meses, a produção do HCB alcançou o quantitativo que lhe garantiu repasse integral.

Além da produtividade, o Contrato de Gestão – CG estipulou metas de qualidade para os atendimentos realizados no HCB. Dentre as metas previstas, no ano de 2013, o HCB manteve a satisfação do usuário em padrões elevados, alcançando a média mensal de 97,61% de bom e ótimo na pesquisa feita junto aos pacientes e familiares.

- Bloco II do HCB

O segundo bloco previsto para permitir a realização de procedimentos mais complexos, em regime de internação, começou a se concretizar com a celebração, em 2012, de Convênio entre a Organização Mundial da Família (OMF - UNAPMIF) e a SES-DF, possibilitando que o HCB passe a funcionar como a unidade de referência terciária em pediatria para todas as demais unidades assistenciais da rede.

Em função de atraso e inadequação na terraplenagem, houve necessidade de complementação na compactação do terreno da obra. Toda a superestrutura se encontra fabricada e ancorada no Brasil e, conforme a técnica "pré-engineering" acordada, após a preparação do terreno, restará apenas o ato de montagem ou encaixe de partes. Desta forma, o início da montagem do edifício foi adiado para o ano de 2014.

Alimentação e Nutrição

No ano de 2013, realizaram-se as fiscalizações do fornecimento de refeições hospitalares, gêneros alimentícios, fórmulas infantis e fórmulas enterais, assim como análise dos custos mensais e inspeção de contratos referente às condições de funcionamento das instalações, áreas físicas, equipamentos e utensílios nas áreas de produção de alimentos das Unidades Hospitalares. Foram produzidas e servidas de janeiro a dezembro 9.107.543 (nove milhões, cento e sete mil e quinhentos e quarenta e três) refeições.

Fornecimento de Fórmulas para Fins Especiais para Atendimento Domiciliar

O fornecimento de fórmulas para fins especiais para pacientes em atendimento domiciliar tem como objetivos específicos as ações de aquisição e coordenação para viabilizar a dispensação mensal de fórmulas para fins especiais para uso em domicílio por pacientes contemplados na norma, dentre eles, idosos, adultos e crianças com alergia alimentar, fibrose cística, epidermólise bolhosa, erros inatos do metabolismo, síndromes disabsortivas e principalmente, qualquer paciente com disponibilização de vias de acesso enteral.

Os resultados/metas alcançados podem ser mensurados pelo total de atendimento anual alcançando um quantitativo de 12.798 pacientes.

Prevenção, Controle do Câncer e Assistência Oncológica

A prevenção, o controle do câncer e a assistência oncológica no Distrito Federal envolvem ações voltadas aos cânceres de colo de útero, bem como monitora os procedimentos de baixa, média e alta complexidade em oncologia.

No período de janeiro a novembro de 2013, foram realizados 125.793 exames citopatológicos de colo do útero, sendo 100.577 exames em mulheres na faixa etária de risco (25 a 64 anos), o que representa 80% do total de exames realizados. A meta para 2013, considerando a faixa etária de risco é de 180.525 exames. Os exames realizados em mulheres fora da faixa etária de risco (25.216 exames), bem como os citopatológicos realizados nas mulheres na faixa etária de

risco, porém não residentes no Distrito Federal (2.719 exames), não são contabilizados para o cálculo do indicador, que leva em consideração apenas as mulheres residentes no DF e na faixa etária de risco (97.858 exames). Um fator importante a destacar é que várias mulheres utilizam tanto o SUS quanto a saúde suplementar e que isto pode responder por até 40% da população na faixa de risco. Os exames realizados pela saúde suplementar não são contabilizados para o cálculo dos exames.

Diversas ações têm sido realizadas visando aumentar a oferta de exames citopatológicos do colo do útero com prioridade para a faixa etária de 25 a 64 anos, por meio da captação de mulheres que realizaram o exame há mais de 03 anos e as que nunca o fizeram mas já iniciaram sua vida sexual. Na ampliação da capacidade de atendimento da rede, destacam-se as Carretas da Mulher, para o alcance de áreas em que a população tem dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Nessas Unidades Móveis, de janeiro a novembro, foram ofertados 20.727 exames.(Fonte: NUSM/GCV/DCVPIS/SASPS). Entretanto, a maior oferta de serviços para o rastreio do câncer cervical ocorre nas Unidades Básicas de Saúde. Por outro lado, nessas Unidades, a ausência de agenda aberta e horário de funcionamento restrito limitam a oferta. Uma estratégia complementar ao programa de rastreamento foi a implantação da vacina quadrivalente contra o HPV.

Também foi implantado um programa de agendamento de consulta/colposcopia na especialidade de ginecologia oncológica para as pacientes com exame citopatológico apresentando lesões precursoras e invasoras. Esta é uma medida que pode resultar em tratamento imediato e curativo para câncer cervical, e pode em curto prazo reduzir a morbimortalidade por essa patologia.

Dados Informados ao Sistema de Informação do Câncer de Colo de Útero (SISCOLO)

Total de exames citológicos realizados	Total de exames citológicos apresentando alterações	Total de exames histopatológicos realizados
125.793	**4.925**	**735**

Fonte: SISCOLO-DF, DEZ/2013

No que se refere ao câncer de mama, no período de janeiro a novembro de 2013, foram ofertados, 41.902 exames de mamografia, sendo 21.832 exames, 52,1%, em mulheres na faixa etária de risco (50 a 69 anos). O rastreamento bienal na faixa etária de 50 a 69 anos, apesar de ser recomendado pelo INCA-MS e adotado pela SES-DF, é a estratégia mínima aceitável uma vez que já existem benefícios comprovados em se rastrear a população de 40 a 49 anos.

Convém ressaltar que destes, 522 exames foram realizados em mulheres que, apesar de estar na faixa etária alvo, não são residentes no Distrito Federal e, portanto, não serão contabilizados para o cálculo do indicador, que leva em consideração apenas as mulheres residentes no DF. Desta forma, o número a ser considerado em conformidade com a faixa etária de risco é o de 21.310 exames.

Os exames realizados em mulheres fora da faixa etária de risco representaram 47,9% dos exames realizados no DF. Dentre os exames realizados na faixa etária de risco, 20,62% foram de mamografias diagnósticas e 79,37% de mamografias de rastreamento. E dentre os exames realizados fora da faixa etária de risco, 28,77% foram de mamografias diagnósticas e 71,22% de mamografias de rastreamento.

As Carretas da Mulher têm como proposta a oferta complementar de mamografias à Rede Hospitalar SES-DF. Entretanto, observa-se que, diferentemente do que se espera a maior parte dos exames foi realizada pelas Unidades Móveis. Das 41.902 mamografias realizadas, 28.657 foram ofertadas pelas Unidades Móveis, representando um percentual de 68,3% do total de exames realizados.

As consultas para a mastologia passaram a ser reguladas desde abril e as mulheres que tiveram exames alterados realizados nas Unidades Móveis de Saúde, com categoria BIRADS 4 e 5 – prioridades vermelhas – tiveram suas consultas agendadas para realização das biópsias.

Observa-se que há a necessidade da substituição dos mamógrafos analógicos existentes nos hospitais da rede por equipamentos com melhor qualidade de imagem, bem como incremento do número de horas dos profissionais, tanto médicos quanto técnicos de radiologia, de maneira que o número de mamografias diagnósticas e de rastreamento ofertadas possa ser suficiente para impactar na redução da incidência e mortalidade pelo câncer de mama.

Considerando as estimativas de procedimentos em mastologia tendo por base a estimativa populacional de 2013, são necessários 70.932 exames de mamografia de rastreamento para cobertura bienal de 70% da população do DF na faixa etária de 50 a 69 anos e 32.392 exames de mamografia diagnóstica.

Outro ponto importante a ser focado é a melhoria do acesso ao diagnóstico. As lesões impalpáveis encontradas pelo rastreamento precisam ser biopsiadas e esta Secretaria vem se preparando para realizar as biópsias percutâneas. A SES busca a solução para essa necessidade.

Total de mamografias realizadas	Total de exames citopatológicos realizados	Total de exames histopatológicos realizados
41.902	**1.317**	**735**

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar a cobertura populacional de leitos hospitalares para 2,4 por 1.000 habitantes do DF em 2015	Meta alcançada de 2,54. Com conclusão da obra de Reforma e Ampliação do Bloco Materno Infantil do Hospital Regional de Sobradinho – HRS, foram acrescentados mais 40 leitos de internação adulto, 20 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal, 10 leitos de UTI neonatal, cirúrgicas, 7 salas de cirurgia (cesariana e curetagem) e 7 salas de parto. Ocorreu também a ampliação da sala vermelha no pronto socorro do HRC. A cobertura populacional de leitos hospitalares no DF em 2013 superou a meta proposta, atingindo a relação de 2,94 leitos por mil habitantes, o que representa a superação em 47% da meta, com aumento de 15,74% se comparada ao ano de 2012.
2. Elevar a capacidade de internação por leitos hospitalares do DF para 50 internações por leito em 2015	Meta alcançada e superada. Para 2012, a previsão era de 38 e foi alcançada 40. Em 2013 houve uma variação de 7,06%. A variação entre o desejado e o alcançado representou a capacidade de internação em 83,19%, ficando cerca de 16,80% abaixo do desejado.
3. Ampliar a cobertura de leitos de UTI para 9 % em relação ao total de leitos hospitalares do DF em 2015	Em 2012, foram acrescentados 139 leitos de UTI na rede própria, o que reduziu a necessidade de contratação de serviços complementares, sendo 79 leitos de UCI (Unidade de Cuidados Intermediários) Neonatal, 20 leitos de UTI Neonatal e 30 leitos destinados à especialidade de Neurotrauma. Na atenção especializada, as obras englobaram diversos Hospitais. Foi concluída a obra de Reforma e Ampliação do Bloco Materno Infantil do Hospital Regional de Sobradinho – HRS, onde foram acrescentados 10 leitos de UTI neonatal. Apesar de todos esses acréscimos, a meta não foi alcançada, atingindo 7,6% de um índice desejado de 8,1% para 2012. A meta atingida representou uma cobertura de 95.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Em 2013 houve um aumento de 17,11% na cobertura se comparado ao ano de 2012. Meta alcançada e superada em 0,20 pontos, que representa uma porcentagem de 102,30, ou seja, um aumento de 2,30% de leitos.
4. Ampliar o percentual de consultas médicas especializadas para 22,30% de consultas em relação ao total de consultas	Meta alcançada e superada. Para 2012, a previsão era de 17% e alcançou 24,93. Significou que a população teve acesso às consultas especializadas. Em 2013, na proporção de consultas médicas especializadas em relação ao total de consultas, houve uma variação de 4,09, entre o desejado e o alcançado, atingindo 23,39%, o que representou uma proporção de 121,19% de consultas médicas especializadas.
5. Ampliar o número de leitos de UTI neo (20), UCIN (79) e leitos canguru (49)	Criação de 139 novos leitos de UTI na rede própria, sendo 20 leitos de UTI Neo. Em 2013 a SES/DF dispõe de 62 leitos de UTI Neonatal, 105 leitos de cuidados intermediários neonatais (UCIN), e 38 leitos nas unidades de cuidados intermediários neonatal canguru.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1246	Cobertura de leitos hospitalares / 1.000 habitantes	Unidade	2	31/07/11	Anual	**Desejado**	2	2	2,1	2,4	CNES / IBGE
						Alcançado	2,54	1,4	-	-	
1247	Capacidade de internação por leitos hospitalares	Unidade	34,7	31/07/11	Anual	**Desejado**	38	42	46	50	SIH / CNES
						Alcançado	40	34,94	-	-	
1248	% Cobertura de leitos de UTI	%	7,8	31/07/11	Anual	**Desejado**	8,1	8,7	9,0	9,0	CNES / IBGE
						Alcançado	7,6	8,9	-	-	
1249	Proporção de consultas médicas especializadas em relação ao total de consultas	%	15,37	31/07/11	Anual	**Desejado**	17	19,3	21,3	22,3	DICOAS IBGE
						Alcançado	24,93	23,39	-	-	
1250	Proporção de partos normais	%	47	31/12/11	Anual	**Desejado**	47	48	49	49	SINASC
						Alcançado	56,6	57	-	-	
1251	Nº de óbitos materno em determinado período e local de residência reduzidos	UN	16	31/12/11	Anual	**Desejado**	14	12	10	08	SSIM
						Alcançado	18	19	-		
1253	Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e a população da mesma faixa etária	%	0,06	31/12/11	Anual	**Desejado**	0,09	0,11	0,13	0,15	SSIA / IBGE
						Alcançado	0,12	0,22	-	-	

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1254	Seguimento/tratamento informado de mulheres com diagnóstico de lesões intraepiteliais de alto grau de colo de útero	%	60	31/12/11	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SSISCOLO
						Alcançado	45,12	17,27	-	-	
1255	Taxa de internação hospitalar de pessoas idosas por fratura de fêmur	%	16,85	31/12/11	Anual	**Desejado**	16,51	16,18	51,86	15,54	SSIH-SUS/ IBGE
						Alcançado	15,19	10,16	-	-	
1256	Proporção de serviços hospitalares com contrato de metas firmado	%	39	31/07/11	Anual	**Desejado**	39	44	50	56	CNES/ Consulta Gestão e Metas
						Alcançado	39	30	-	-	
1257	Usuários classificados em Pediatria, segundo situação de gravidade nos hospitais regionais da rede de saúde do DF	%	30	31/12/11	Trimestral	**Desejado**	82	85	87	90	Coord. PNH
						Alcançado	60	82	-	-	
1258	Usuários classificados em Clínica Médica, segundo situação de gravidade nos hospitais regionais da rede saúde do DF	%	30	31/12/11	Trimestral	**Desejado**	82	85	87	90	Coord. PNH
						Alcançado	90	100	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1246	Cobertura de leitos hospitalares / 1.000 habitantes	Unidade	2	31/07/11	Anual	**Desejado**	2	2	2,1	2,4	CNES / IBGE
						Alcançado	2,54	2,94	-	-	
1250	Proporção de partos normais	%	47	31/12/11	Anual	**Desejado**	47	48	49	49	SINASC
						Alcançado	56,6	61,31	-	-	
1253	Razão de exames de mamografia realizados em mulheres de 50 a 69 anos e a população da mesma faixa etária	%	0,06	31/12/11	Anual	**Desejado**	0,09	0,11	0,13	0,15	SIA / IBGE
						Alcançado	0,12	0,24	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 1246 Dados de jan a dez. A variação de 0,94 entre o desejado e o alcançado representou uma superação da meta em 47%. Para o cálculo de leitos no CNES não são considerados os leitos não credenciados e habilitados pelo Ministério da Saúde. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 15,74%.

Indicador 1247 Dados de jan a dez, sujeito a alteração. A variação de 7,06% entre o desejado e o alcançado representou a capacidade de internação por leitos hospitalares em 83,19%, ficando 16,80% abaixo do desejado.

Indicador 1248 Dados de jan a dez, sujeito a alteração. A variação de 0,20 pontos percentuais representou uma porcentagem de 102,30%, ou seja, houve um aumento de 2,30% de cobertura de leitos. Comparado ao ano de 2012 a SES aumentou em 17,11% a cobertura. Os leitos de UTI são regulados.

Indicador 1249 Dados de jan a dez. A variação de 4,09 entre o desejado e o alcançado representou uma proporção de 121,19% de consultas médicas especializadas em relação ao total de consultas, ou seja, ficando 21,19% acima da meta.

Indicador 1250 Dados de jan a dez. A variação de 13,31% entre o desejado e o alcançado representou uma proporção de 127,73%, ou seja, 27,12% a mais. O DF tem ficado acima da meta nacional (45,90%).

Indicador 1251 Dados de jan a dez. A variação de 9 entre o desejado e o alcançado representou um aumento no número de óbitos em 75%. Quando comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 16,67%.

Indicador 1253 Dados de jan a dez. A variação de 0,13 entre o desejado e o alcançado representou um aumento de 108,18% na razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos. Comparado ao ano de 2012 a razão de exames de mamografia em mulheres nesta mesma faixa etária aumentou 100%.

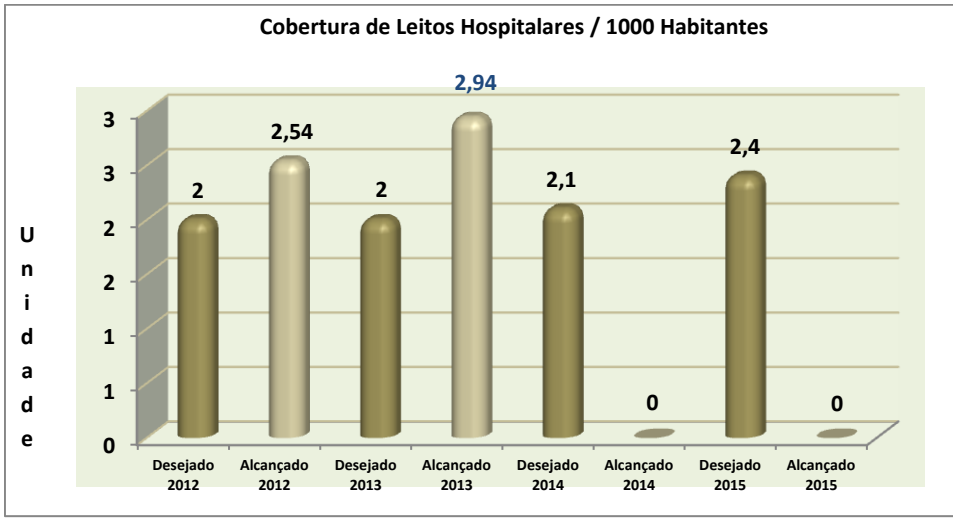
Indicador 1254 Dados de jan a dez. A diferença de 82,73% entre o desejado e o alcançado de 17,27% no tratamento informado no sistema. As subnotificações e a falta de lançamento dos dados nos sistemas SES e DATASUS, impossibilitam a estimativa correta de cobertura e a avaliação do impacto da política pública de saúde, além de deixar lacuna de faturamento dos exames, inviabilizando o rastreamento, diagnóstico e tratamento das pacientes com câncer no colo de útero.

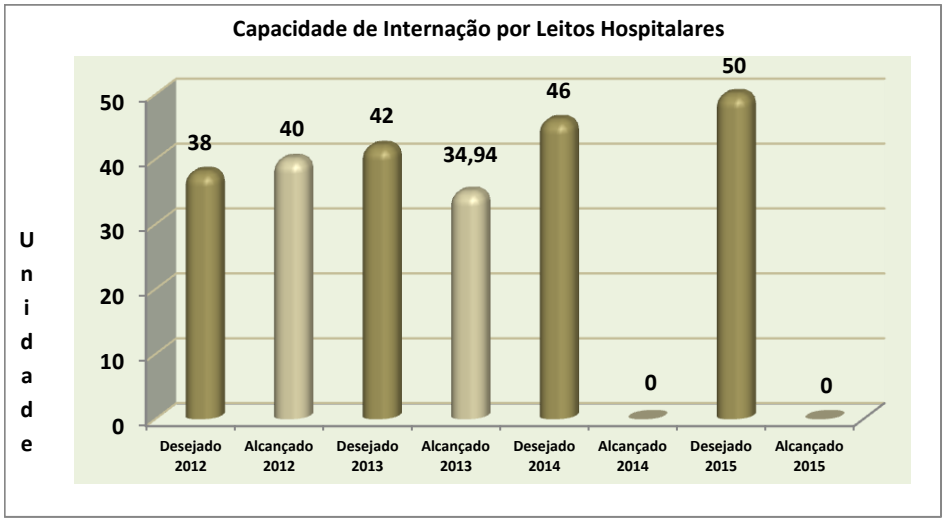
Indicador 1255 Dados de jan a dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 6,02 entre o desejado e o alcançado representa uma taxa de internação de 62,79%, uma redução da morbimortalidade nas fraturas de fêmur em pessoas com 60 anos ou mais, resultado das ações de saúde pública para o idoso no DF. O valor apurado de 10,16 internações a cada 10.000 habitantes (244 no total).

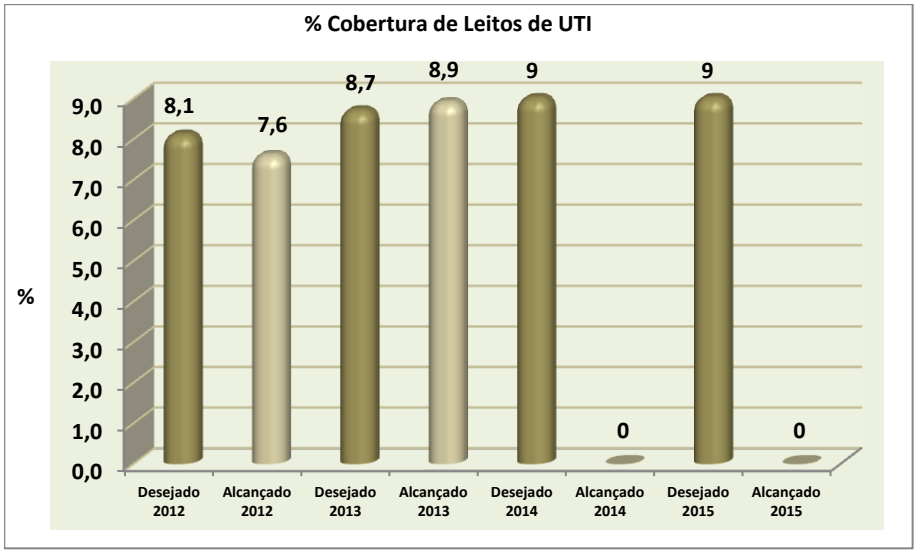
Indicador 1256 Dados de jan a dez. A variação de 14% entre o desejado e o alcançado representou um alcance na proporção de serviços hospitalares em 68,18%, ficando 31,82% abaixo do preconizado. Ao comparar com o ano de 2012, houve uma redução de 23,07%, o que se justifica uma vez que houve mudança na fórmula do indicador, utilizando-se apenas os hospitais próprios, ou seja, os hospitais de ensino da SES credenciados e habilitados pelo MEC e MS (HBDF, HRAN, HMIB e HRS).

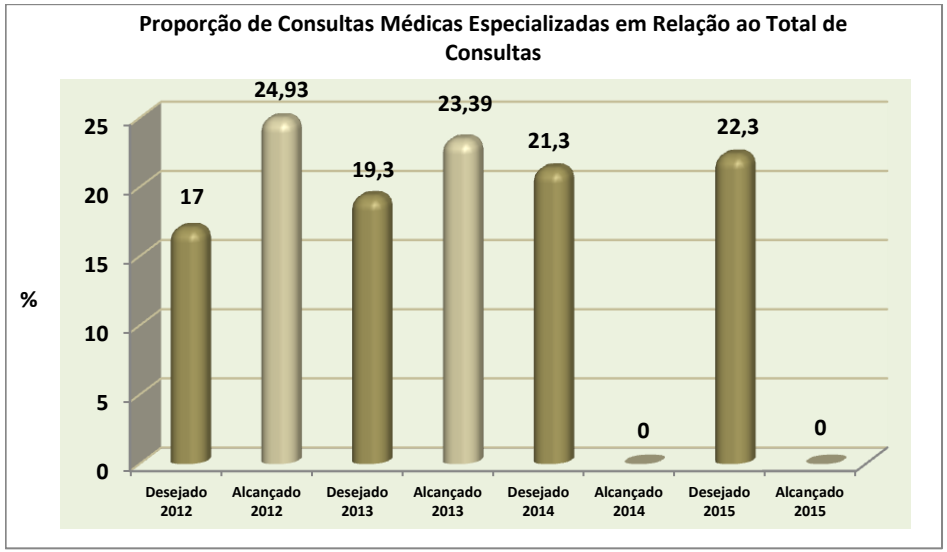
Indicador 1257 Dados de jan a dez. A variação de 3% entre o desejado e o alcançado representou a classificação de usuários em pediatria em 96,47%, ficando a-baixo 3,53% do desejado. Se comparado ao ano de 2012, houve um aumento de 36,67% no número de usuários classificados em pediatria, segundo a situação de gravidade nos hospitais regionais da Rede de Saúde Pública do DF.

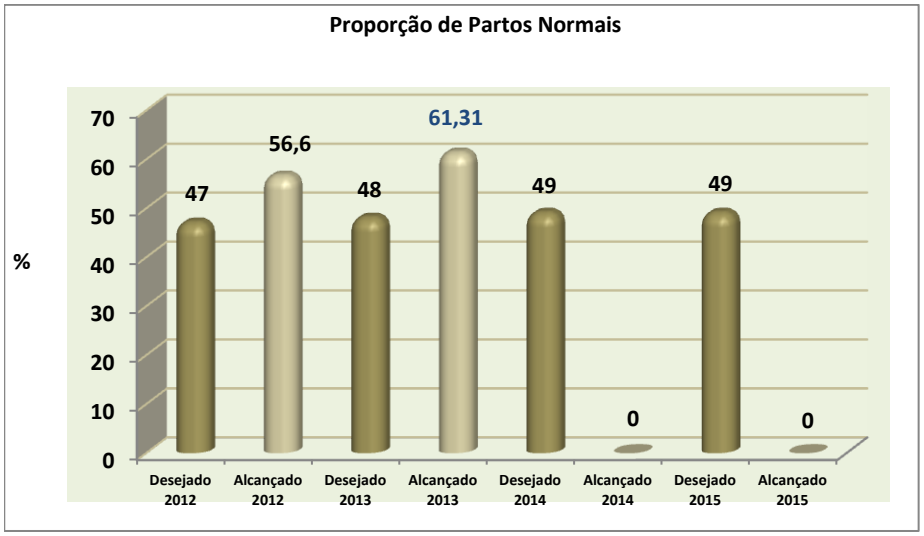
Indicador 1258 Dados de jan a dez. A variação de 15% entre o desejado e o alcançado representou uma classificação de usuários em clínica médica de 117,65% superando a meta em 17,65%, em razão das ações empreendidas para a implantação da classificação de risco nas clínicas médica na Rede SES. Se comparado ao ano de 2012, houve um aumento de 11,11% em relação ao ano de 2013.

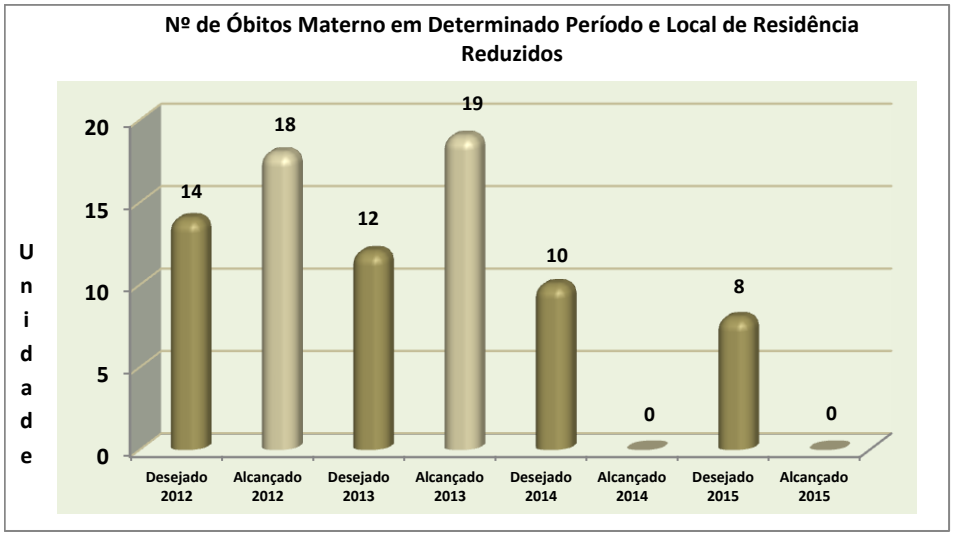




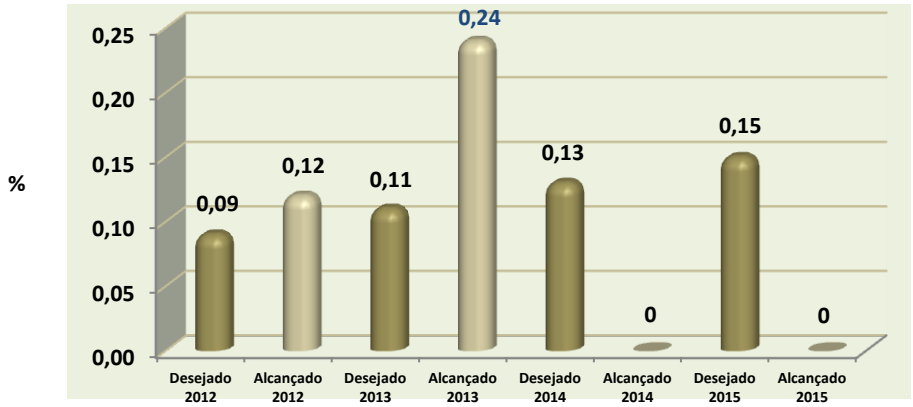

% Cobertura de Leitos de UTI
%
9,0
8,0
7,0
6,0
5,0
4,0
3,0
2,0
1,0
0,0
8,1
7,6
8,7
8,9
9
0
9
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Proporção de Consultas Médicas Especializadas em Relação ao Total de Consultas
%
25
20
15
10
5
0
17
24,93
19,3
23,39
21,3
0
22,3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

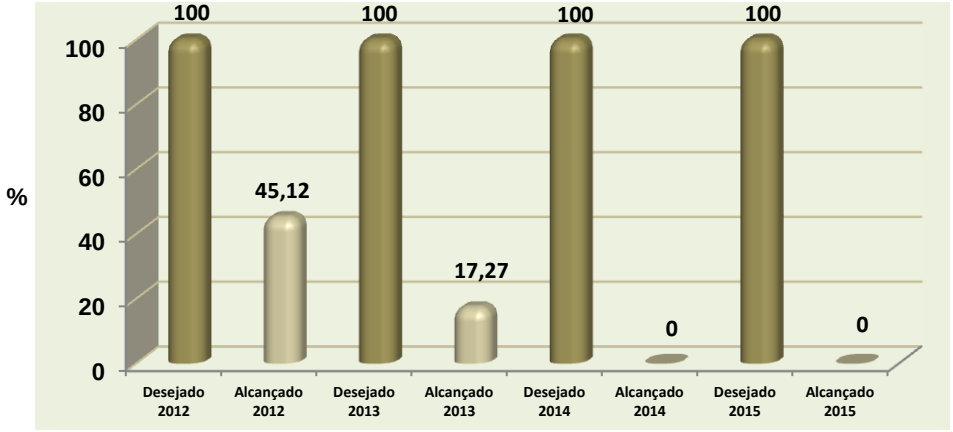

Proporção de Partos Normais
%
70
60
50
40
30
20
10
0
47
56,6
48
61,31
49
0
49
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Óbitos Materno em Determinado Período e Local de Residência Reduzidos
Unidade
20
15
10
5
0
14
18
12
19
10
0
8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

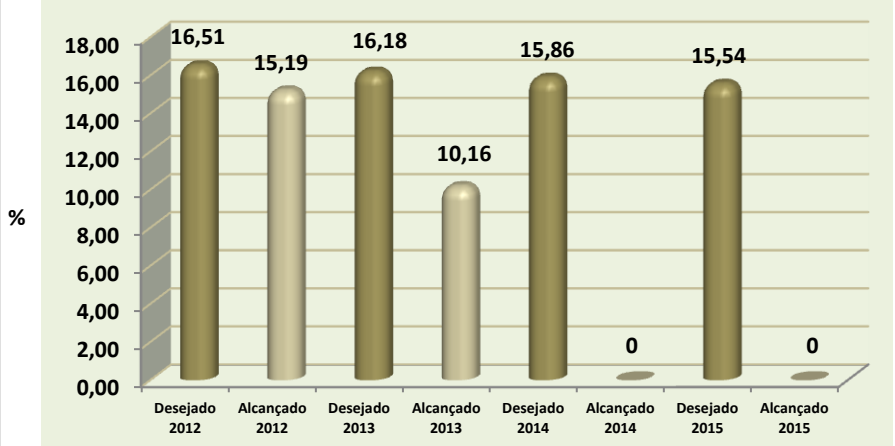
Razão de Exames de Mamografia Realizados em Mulheres de 50 a 69 Anos e a População da mesma Faixa Etária



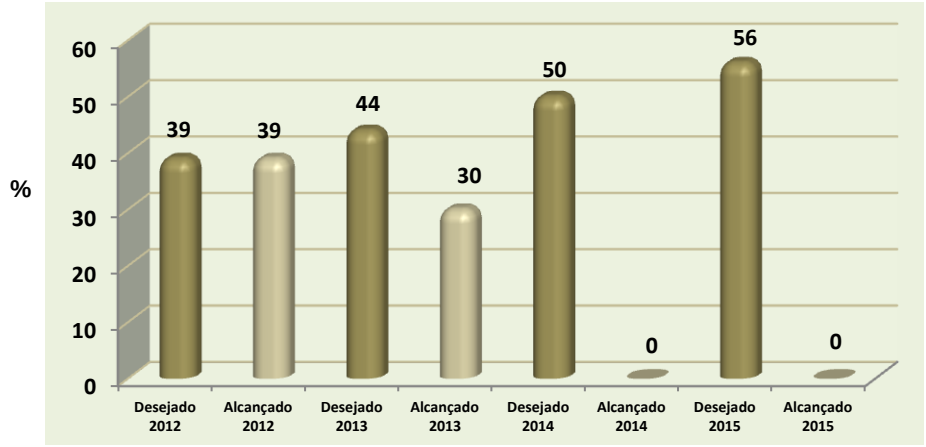
Seguimento / Tratamento Informado de Mulheres com Diagnóstico de Lesões Intraepiteliais de Alto Grau de Colo de Útero

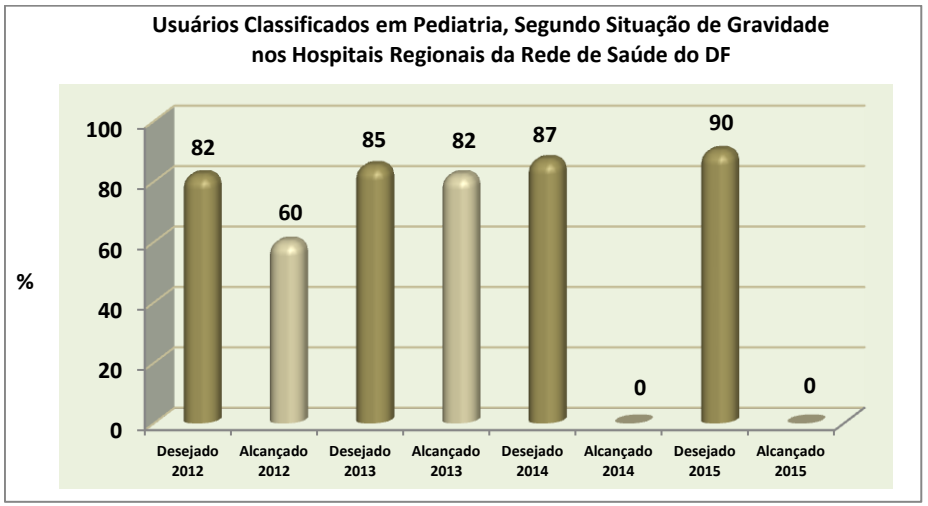


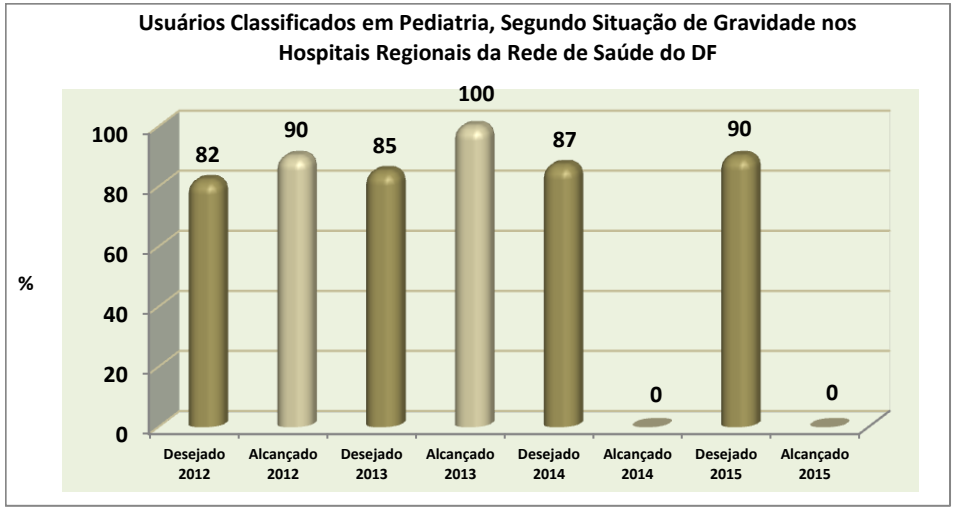
Taxa de Internação Hospitalar de Pessoas Idosas por Fratura de Fêmur



Proporção de Serviços Hospitalares com Contrato de Metas Firmado







Objetivo Específico: 003 – Vigilância em Saúde – Atuar nos fatores desencadeantes, determinantes e condicionantes de doenças e agravos, com a finalidade de conhecer, detectar, prevenir, controlar, reduzir e eliminar riscos e danos à saúde individual ou coletiva, bem como acidentes e agravos relacionados ao trabalho.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

A Vigilância em Saúde inclui: vigilância Sanitária (VS), vigilância ambiental (VA), vigilância epidemiológica (VE), Vigilância à Saúde do Trabalhador (VST) e Laboratório de Saúde Pública (LACEN-DF).

Vigilância Sanitária – DIVISA

A Vigilância Sanitária realiza atividades normativas, de fiscalização e educação em consonância com o SUS e visa eliminar, reduzir ou prevenir riscos à saúde da população do DF e têm como público alvo a pessoa física ou jurídica que compra, vende, consome, presta serviços ou requer produtos e serviços de interesse direto ou indireto da saúde.

O quadro abaixo reporta-se às ações de vigilância sanitária desde a prevenção até a intervenção nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de bens, abrangendo o controle da qualidade de produtos de interesse da saúde e prestação de serviços. Das ações apresentadas destac-se o Programa de Categorização de Restaurantes, que qualificou as ações de Vigilância Sanitária e figurou como unidade piloto do Programa Nacional implementado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Programas e ações desenvolvidas pela Vigilância Sanitária

Programas	**Resultados e Nº atendimentos**
Programa de categorização de restaurantes	274 restaurantes cadastrados destes, 46% inspecionados e categorizados.
Licenças sanitárias	5.709 expedições de licenças.
Denuncias e reclamações	2.603, das quais 1.961 foram finalizadas.
Inspeções sanitárias	29.165 estabelecimentos inspecionados.
Interdições	319 interdições realizadas.
Instrução Processual	20.160 processos iniciados, sendo instruídos 17.631 e finalizados 2.631 com 2.072 autos de imposição de Penalidades Lavrados, dos quais 69% receberam recursos aos Autos. Houve 178 processos para julgamento.

Apreensões									
Alimentos		Medicações					Outros setores		
Quilo	Litro	Comprimido	Frasco	Ampola	Insumo e manipulado Quilo	Produto para saúde Unidade	Cosmético Unidade	Higiene Unidade	Saneante domissanitários Unidade
9.000	2.700	30.741	2.052	794	2.617,6	75	73	246	678

Fonte: Relatório Anual de Atividades - 2013, SVS

Vigilância Ambiental – DIVAL

A Vigilância Ambiental em Saúde abrange ações relacionadas aos fatores de risco biológicos e não biológicos, a partir de determinantes e condicionantes de saúde do meio ambiente que interferem na saúde humana. No quadro dos Programas e ações desenvolvidas pela Vigilância Ambiental apresentam-se as vigilâncias realizadas nos dois fatores.

Nos fatores biológicos as ações de vigilância foram direcionadas para a execução dos programas de prevenção e controle dos vetores da dengue, febre amarela, doença de chagas, incluindo atividades de controle de animais peçonhentos e outros vetores. Destaca-se também a implantação do Plano de Controle da Leishmaniose no DF, por tratar-se de um grave problema de saúde pública do DF e por recomendação do Comitê Gestor da Secretaria de Saúde.

Na vigilância dos fatores não biológicos, as ações consistiram no controle de contaminantes ambientais químicos, biológicos e físicos que interferem na qualidade da água, do ar e do solo, bem como nos riscos decorrentes de desastres naturais e de acidentes com produtos perigosos. Neste sentido destaca-se o mapeamento de pontos de armazenamento de produtos perigosos próximo aos pontos de aglomeração durante a Copa das Confederações 2013.

Programas e ações desenvolvidas pela Vigilância Ambiental

Programas	Resultados e Nº atendimentos
Febre amarela	14 áreas com ações de vigilância com 6.000 culicídeos capturados e enviados ao Núcleo de Virologia do LACEN para isolamento do vírus.
Campanha de vacinação antirrábica de cães e gatos	147.781 vacinas aplicadas na XXXVI campanha.
Doença de Chagas - Postos de Triatomíneos (PIT)	715 visitas aos PITs com identificação de 603 hemípteros, dos quais 3 estavam infectados. Controle químico do vetor foi realizado em 22 domicílios.
Programa de Vigilância para Febre Maculosa Brasileira e outras riquetsiosas	23 atendimentos e 4 visitas de monitoramento. Investigação de casos notificados e demandas espontâneas de infestações por carrapatos e pulgas.
Animais peçonhentos e outros vetores	4.000 atendimentos destacando-se 47% por ratos, 25% escorpião e 5% pombos.
População exposta a riscos em solo contaminado	8 novas áreas cadastradas com suspeita de contaminação química. Do total de 37 áreas, 8% das áreas possuem confirmação de contaminação pelo órgão ambiental e demais como suspeita.
Qualidade da Água para consumo humano	1.617 coletas de amostras de água na área urbana e rural.Análise apontou maior vulnerabilidade das populações rurais.
Dengue	11.594 casos, sendo 6.790 autóctones (do próprio DF) e 4.804 importados (fora do DF). 5.797 ações em pontos como borracharias, floriculturas e ferros-velhos, 33 ações de manejo ambiental, 633.966 imóveis ações de controle da dengue – inseticidas. 30.000 kits do Agente Mirim “CONTRA A DENGUE” para alunos e Termo de Cooperação, para envio de 200 mil mensagens de alerta a população sobre a prevenção da dengue.
Fonte: Relatório Anual de Atividades - 2013, SVS	

Vigilância em Saúde do Trabalhador – CEREST

O Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/DF faz parte da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador/RENAST. A Vigilância em Saúde do Trabalhador atua como eixo fundamental para consolidar as ações em Saúde do Trabalhador no SUS. Dentre as atividades de sua atuação, pode se destacar a garantia do acesso e a identificação dos problemas de saúde decorrentes do processo de trabalho por meio da notificação. As ações de notificação estão relacionadas ao objetivo de fortalecer a promoção e a vigilância em saúde do trabalhador.

Programas	Resultados e Número de atendimentos
Doenças ou agravos relacionados ao trabalho notificados	1.722 notificações

Programas	Resultados e Número de atendimentos
Avaliação do trabalhador	1.742 trabalhadores da construção civil, que resultaram em 558 notificações de agravos dermatológicos

Fonte: Relatório Anual de Atividades - 2013, SVS

Visando intervenções nos fatores condicionantes e determinantes dos acidentes e agravos relacionados ao trabalho, o CEREST também desenvolve ações integradas com outros setores. Houve parceria com a Secretaria de Educação e a Regional de Ensino de Sobradinho no Projeto Mente e Voz, com avaliação de 485 professores e capacitação dos profissionais da rede de saúde como dermatologistas para notificação do câncer de pele e dermatoses ocupacionais e profissionais da APS. Foi feita parceria também com a Polícia Rodoviária Federal, que realizou quatro ações do Comando de Saúde nas Rodovias, sendo avaliados 531 motoristas de caminhão e com EMATER, em ações educativas.

Vigilância Epidemiológica – DIVEP

As atividades da Vigilância Epidemiológica têm como propósito proporcionar o conhecimento, a detecção e a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos. Para o desenvolvimento dessas ações, a vigilância conta com importantes áreas de atuação, são elas: informação e análise de situação em saúde que gerencia os Sistemas de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC); os Centros de Informações 24hs: CIEVS e Toxicologia; a área das doenças imunopreviníveis, além das áreas de vigilância de controle das doenças endêmicas, transmissíveis e não transmissíveis. O quadro a seguir detalha as ações realizadas em cada área.

Programas	Resultados e Nº atendimentos
Centros de informações	
Centro de informações estratégicas de vigilância em Saúde - CIEVS	2.000 agravos por busca ativa e passiva.
Centro de informações toxicológicas	5.100 atendimentos telefônicos 24hs
Doenças transmissíveis: imunopreviníveis, endêmicas, entre outras	
Programa de imunização	2.036.101 doses aplicadas nos serviços de saúde e nas 4 campanhas contrapoliomielite, influenza, HPV e multivacinação.
Projeto vacinação contra HPV (Papiloma Vírus Humano)	162.500 doses aplicadas em escolas públicas e privadas. Cobertura de 79%.
Doenças imunopreviníveis de 17 agravos, entre elas meningite, influenza, sarampo e rubéola	8.896 casos suspeitos notificados com adoção de medidas de prevenção e controle.
Hepatite	1.490 testes rápidos para diagnóstico de hepatites virais e 38 pacientes recebem inibidores de protease fornecido pelo MS.
Hanseníase	4.000 crianças em idade escolar examinadas em busca ativa e 273 casos identificados no banco do SINAN

Programas	Resultados e Nº atendimentos
	acompanhados.
Tuberculose	12 supervisões de acompanhamento e apoio técnicos.
Inquérito de Esquistossomose	4.000 alunos rede pública examinados.
Animais peçonhentos	932 acidentes registrados, 72% em escorpiões e serpentes.
Doenças Transmissão Hídrica e Alimentar (DTA)	21 surtos de doenças transmitidas por alimentos, com 86% dos casos investigados. 50.691 casos notificados de Doenças Diarreicas Agudas.
Animais transmissores de raiva	12.725 atendimentos de pessoas agredidas por cães, gatos, morcegos, macacos e outros animais. 10.435 pessoas receberam tratamento antirrábico
Notificação de doenças e agravos	
Doenças de Notificação Compulsória	47.354 registros de doenças e agravos compulsórios.
Campanhas de prevenção de agravos	8 campanhas realizadas.
Óbitos	9.800 busca ativa de declarações de óbito nos cartórios do DF, resultando em30% investigados.
Doenças e agravos não transmissíveis	
Plano Promoção à Saúde - PPSno eixo Prevenção da morbimortalidade de Acidentes de Trânsito	8 regionais implantadas.
Programa de Atenção à Violência - PAV	21 serviços com 16.523 atendimentos.
Doenças sexualmente transmissíveis	
Programa de Redução de Danos	19.500atendimentos na população usuária de substâncias psicoativas.
Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS	7.560 pessoas vivendo com HIV/AIDS, aproximadamente 95%vivendo com HIV/AIDS aderiram ao tratamento. 619.619 doses de medicamentos antirretroviraisconsumidas, em média, por mês. 5 grandes eventos na Semana Distrital de DST/AIDS 14.160.068 preservativos masculinos, 351.800 preservativos femininos e 876.300 géis lubrificantes distribuídos. 5.000 testes rápidos e mais de 20.000 atendimentos no Projeto“Quero Ser”, parceria com sociedade civil EPAH - SP

Fonte: Relatório Anual de Atividades - 2013, SVS

Em relação a DST, destaca-se a distribuição de 12.719 latas da fórmula infantil para 127 crianças expostas ao HIV, visando à redução da incidência de AIDS em menores de 05 anos, vítimas da transmissão vertical do HIV.

Foi detectado 145 casos de sífilis congênita. Para ampliação do acesso ao diagnóstico, foram distribuídos 38.515 testes rápidos de sífilis.

Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal (LACEN)

As atividades do LACEN-DF são necessárias para a concretização de programas e ações para a prevenção de doenças e agravos de interesse estratégico em saúde pública. Além disso, estão contempladas ações para a recuperação da saúde e para a garantia do consumo seguro de alimentos, água, medicamentos, saneantes e produtos para saúde, sendo feitos por meio dos exames laboratoriais e ensaios de controle de qualidade de produtos, ambos para as vigilâncias: Epidemiológica, Sanitária e Ambiental.

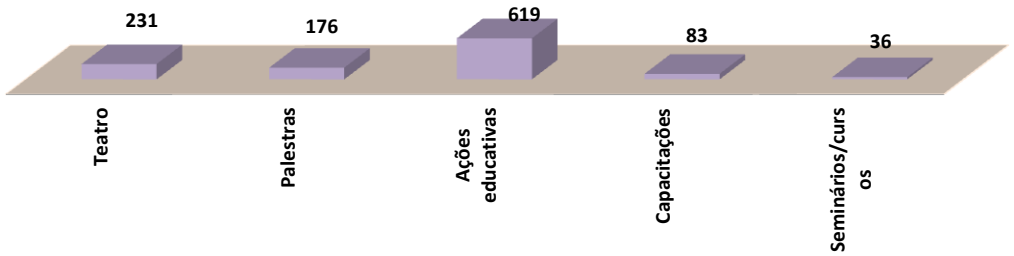
O escopo analítico do LACEN-DF acrescentou 35 ensaios/metodologias analíticas, passando de 215 em 2012 para 250 em 2013. Entre as novas metodologias estão as pesquisas, doseamentos, teste rápido e diagnóstico de hantavirose. No ano de 2013, realizaram-se 611.882 procedimentos.

Houve obtenção de recursos para investimentos no sistema da Gestão da Qualidade e ações para fazer face às demandas dos grandes eventos em massa; Habilitação para compor a Sub-Rede Analítica de Resistência Microbiana em Serviços de Saúde no âmbito da Vigilância.

Educação Permanente

A educação permanente na SVS estrutura-se na necessidade do processo de trabalho e na qualificação do profissional de saúde, buscando fortalecer seus programas nos quatro eixos da vigilância em saúde: epidemiológica, sanitária, ambiental e trabalhador, além do LACEN. Implica também o desenvolvimento, por parte dos profissionais, de ações educativas com a população visando a prevenção de doenças e promoção da saúde. O Gráfico a seguir apresenta as ações educativas desenvolvidas pela SVS.

Ações educativas nas vigilâncias ambiental, trabalhador, epidemiológica, sanitária e LACEN, ano 2013



Fonte: Fonte: Relatório Anual de Atividades - 2013, SVS

Copa das confederações e Copa do Mundo 2014

- Inauguração do Centro Integrado das Ações de Saúde (CIAS) para tomada de decisões em situações de emergência, reunindo Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, Centro de Informações Toxicológicas, Serviço Atendimento Móvel de Urgência, regulação de consultas/ leitos UTI, Defesa Civil e outros parceiros;
- 15.889 pessoas atendidas e 28.602 doses da vacina tríplice viral;
- Procedimentos de inspeção, cadastro e coleta de água em 37 estabelecimentos, incluindo Estádio Mané Garrincha, locais de treinamento dos atletas, rede hoteleira e hospitais de referência;
- Mapeamento de áreas e/ou estabelecimentos que comportam produtos químicos perigosos e pontos de exposição a estes produtos próximos aos locais de aglomeração (Estádio Nacional Mané Garrincha, setor hoteleiro e Esplanada);
- Programa de categorização de restaurantes e hotéis.

Avançosna SVS

A seguir, apresenta-se os avanços desenvolvidos na SVS visando firmar as ações de vigilância e direcionar esforços para o alcance do seu objetivo principal: atuar nos fatores desencadeantes, determinantes e condicionantes de doenças e agravos; bem como acidentes e agravos relacionados ao trabalho.

SVS	Serviço	Local
DIVEP	Programa de pesquisa, assistência e vigilância em violência para autores de violência - PAV Alecrim Serviço de Interrupção Gestacional prevista em lei (PAV-PIGL) Projeto piloto vacinação contra HPV (Papiloma Vírus Humano) Testes rápidos dengue, malária e leishmaniose visceral	CEREST HMIB Escolas públicas e privadas Serviços de saúde e equipe volante para malária
DIVAL	Plano de Controle de leishmaniose no DF Unidade Sentinela para População Exposta a Poluentes Atmosféricos Plano Integrado de Vigilância em Saúde de populações Expostas a Agrotóxicos - VISPEA	DIVAL FERCAL DIVAL
DIVISA	Programa de Categorização de Restaurantes* Programa de Sistema da Qualidade nas inspeções de farmácias e drogarias	DIVISA
LACEN	Incorporação de novas tecnologias com equipamentos: Sequenciador Genético e Equipamento de PCR para investigação de H1N1, pesquisa de surtos diarreicos e de endotoxinas bacterianas em medicamentos injetáveis e teste de esterilidade; 02 Cromatógrafos Gasosos para avaliação da segurança em ambientes de trabalho e Criação da Central Analítica	LACEN
CEREST	Implantação do Ambulatório de Saúde do Trabalhador em parceria com HUB CEREST região Norte e Sul	HUB Regiões Administrativas

Fonte: RAQs da SVS e relatório Anual de atividades, SVS, 2013.

* Programa proposto pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) onde Brasília foi a cidade piloto.

Construções, Ampliações e Reformas

Embora não tenha ocorrido execução em relação às construções, reformas e ampliações previstas para o exercício de 2013 no âmbito da Vigilância à Saúde, destaca-se a aprovação no Colegiado de Gestão da SES-DF por meio da Deliberação nº 13 de 18 de abril de 2013 do Projeto de Reforma e Ampliação do LACEN-DF. As obras estão previstas para ter início em 2014.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Vacinar 80% da população canina e felina na campanha anual de vacinação antirrábica e nos postos fixos de rotina	Meta não alcançada. Em 2012, o resultado foi de 65,51%. Houve baixa adesão por parte da população decorrente, em parte, da ausência de publicidade em mídia televisiva e da realização de duas campanhas em um mesmo ano. O fato de terem sido realizadas duas campanhas pode ter influenciado na decisão da população de não levar seus animais para vacinarem duas vezes, no mesmo ano letivo. Em maio de 2012, ocorreu a etapa urbana da campanha de vacinação antirrábica referente ao ano de 2011, pois houve atraso na entrega das vacinas por parte do Ministério da Saúde. E a Campanha de Vacinação Antirrábica de 2012 foi realizada em duas etapas: rural, em agosto, e urbana, em setembro. Os pontos a serem melhorados concentram-se principalmente na publicidade, ampliação dos recursos humanos e de postos de vacinação. Em 2013, 54,45% (147.781 animais vacinados). Meta não alcançada. Os principais pontos que dificultaram o alcance da meta foram o número insuficiente de vacinadores e o fato do DF ser considerado área livre de transmissão da raiva há muitos anos. O acesso da população a clínicas veterinárias particulares que ofertam a vacina antirrábica pode influenciar no número cães vacinados pela SES-DF.
2. Alcançar 80% de imóveis visitados 4 vezes/ano no DF para eliminação de criadouros de Aedes aegypti em relação ao número de imóveis existentes no DF	Meta não alcançada. Em 2012, o total de visitas foi de 1.435.633 realizadas em 2 (dois) ciclos, representando 69,28%. Embora os 4 ciclos não tenham sido realizados em pelo menos 80% dos imóveis do DF, como medida adicional, foram realizados 4 Levantamentos Rápidos de Infestação do Aedes aegypti – LIRAa - no território do DF, que auxiliou o direcionamento operacional das ações de controle para as áreas infestadas. Os imóveis das áreas apontadas com maior risco ou em alertas de surtos, de acordo com o LIRAa, foram priorizados e trabalhados em mais de 4 (quatro) ciclos, no referido ano. O resultado abaixo da meta estabelecida tem relação com o déficit do número de Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e a realização de movimentos reivindicatórios de todas as categorias do campo (servidores federais – FUNASA e MS – cedidos à Secretaria de Saúde e Agentes de Vigilância Ambiental), que paralisaram ou reduziram as atividades de campo nos meses de junho, julho e agosto, influenciando o resultado final. Em 2013 foram 46,55% (total de 1.117.258 inspeções realizadas). Meta não alcançada. A dificuldade em alcançar a meta reside principalmente no quantitativo de capital humano existente. São cerca de 400 agentes de vigilância ambiental em Saúde quando a necessidade é de, no mínimo, 800 agentes. Além disso, esses mesmos agentes realizam visitas domiciliares e outras atividades para controle vetorial para a dengue (borrificação costal, fumacê, instalação de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	armadilhas, visitas a pontos estratégicos e de investigação ambiental) e para outras zoonoses e ainda ações de manejo ambiental (vigilância da qualidade da água, do ar, do solo etc.).
3. Realizar 87,5% de coletas para análise da qualidade da água para consumo humano, em imóveis cadastrados no SAC (Sistema de Abastecimento Coletivo) e no SAA (Sistema de Abastecimento Alternativo), referente aos parâmetros microbiológicos, até 2015, com aumento de 2,5 pontos percentuais a cada ano	Meta alcançada. Em 2012, o resultado foi de 90,91%. Foram cadastrados no SISAGUA – Sistema de Informação do Programa VIGIAGUA/MS - 66 sistemas de abastecimento de água e 48 soluções alternativas coletivas de abastecimento, ambas de responsabilidade da Caesb; monitoraram-se parâmetros de qualidade da água para consumo humano em 1091 amostras. Visando a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, foram coletadas amostras de água para consumo humano em todos os hospitais públicos e nos hotéis do Plano Piloto. Reestruturou-se o monitoramento, com inspeções e coletas de amostras de água em 100% (41) dos postos de saúde rurais que e em 53% (92) das escolas rurais. Em 2013, meta alcançada com 107,8% (1.617 amostras coletadas). O número de amostras programadas para 2013 foi de 1.500 e o resultado foi de 1.617 amostras coletadas. Esse resultado foi decorrente dos aumentos do número de pontos de coleta trabalhados e do número de servidores de nível superior na realização dessa atividade de modo a atender o plano operacional de preparação para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.
4. Encerrar oportunamente 85% dos casos de Doenças de Notificação Compulsória – DNC até 2015	A meta alcançada foi de 95,50%, superando a meta desejada para 2012, em 13,51% o que representou um aumento real de 6,46%. Em 2013, meta alcançada, com 93,8%. As metas propostas para o quadriênio 2012-2015 basearam-se no resultado preliminar do ano de 2010 que era de 82,17%. Com a atualização do banco de dados, o resultado final foi de 85% e desde 2011 essa proporção tem se mantido acima disso. A disponibilidade de profissionais na área de vigilância epidemiológica tem sido fundamental para obtenção de melhores resultados.
5. Vacinar 95% das crianças menores de um ano com a vacina tetravalente/pentavalente de rotina do Calendário Básico de Vacinação	A cobertura vacinal tem sido um indicador que vem se superando ao longo dos anos. A meta desejada para 2012 foi de 95% e obteve o resultado de 99,80%, superando em 4,8% a proposta. Equivale dizer que a cobertura alcançou um percentual de 105,05% da população alvo.
6. Implantar em 80% das Regionais de Saúde o Plano de Promoção de Saúde/PPS até 2015	Meta alcançada. A meta prevista para 2012 foi de 20% das Regionais de Saúde e o resultado foi de 33%, considerando a implantação em São Sebastião, Sobradinho II, Riacho Fundo II e Paranoá.
7. Realizar, no próprio LACEN, exames em 100% das amostras biológicas encaminhadas ao LACEN	Meta alcançada. Em 2012, o LACEN-DF realizou exames laboratoriais de interesse das ações de vigilância epidemiológica em 100% das amostras encaminhadas. Em 2013, 100% da meta alcançada.
8. Realizar ensaios laboratoriais em 100% das amostras pactuadas com as diretorias de vigilância sanitária e ambiental do Distrito Federal	Meta alcançada. Em 2012, o LACEN-DF realizou ensaios de controle de qualidade de produtos - alimentos, águas, medicamentos, saneantes e cosméticos comercializados no DF - em 100% das amostras encaminhadas pela vigilância sanitária e ambiental. Em 2013, 100% da meta alcançada.
9. Aumentar, em pelo menos 20% no quadriênio, sendo 5% ao ano, o número de emissão de Licença Sanitária para estabelecimentos de interesse da	Em 2013, 5.709 licenças sanitárias emitidas. Meta não alcançada. A dificuldade em obter melhores resultados diz respeito à ausência de registro informatizado na vigilância sanitária dos estabelecimentos do setor regulado que necessitam da licença. Em dezembro de 2013, foi adquirido o sistema informatizado para que a vigilância sanitária possa identificar e

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
vigilância sanitária, considerando o valor inicial de 6.324 estabelecimentos licenciados em 2011	acionar os estabelecimentos que não possuírem a referida licença.
10. Aumentar em, pelo menos, 20 % no quadriênio, sendo 5% ao ano, o número de notificações de agravos relacionados à saúde do trabalhador, considerando o valor inicial de 1.562 notificações em 2011	Meta alcançada. Em 2012, o aumento foi de, aproximadamente, 15% em termos percentuais, o que correspondeu a 1.814 notificações. Em 2013 foram 1.722 notificações o que representou um aumento de 10% em relação ao valor inicial considerado como linha de base.
11. Compor as equipes de vigilância à saúde até 2015, baseado no levantamento de necessidades de pessoal e análise de competências pessoais e organizacionais	Meta não alcançada. Não houve formação de equipe para execução da atividade proposta no ano de 2012. Em 2013, meta parcialmente alcançada. Foi realizado o levantamento de necessidades de pessoal e a análise de competências pessoais e organizacionais está em andamento.
12. Implantar, pelo menos, um novo sistema de informação a cada ano, no âmbito da Subsecretaria de Vigilância à Saúde, até 2015	Meta não alcançada. Para cumprir a meta estavam previstas a implantação de sistema de geoprocessamento para Diretoria de Vigilância Ambiental e Diretoria de Vigilância Sanitária; implantação da nova versão do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização e implantação e módulos do Sistema GAL (Gerenciador de Ambiente Laboratorial) no Laboratório Central de Saúde Pública. No ano de 2012, nenhum dos sistemas foram implantados por dificuldades operacionais que foram analisadas pela SVS e SUTIS/SES e apresentadas soluções para início de 2013. Em dezembro de 2013, foi adquirido o sistema informatizado. Meta parcialmente alcançada.
13. Implantar ações integradas de prevenção e controle da dengue em 50% das equipes de Estratégia de Saúde da Família e de Agentes Comunitários da Saúde existentes, até 2015	Meta não alcançada. A meta prevista para 2012 foi de 12,5% das Equipes da Saúde da Família e o resultado foi de 8,6%, com a capacitação para 56 servidores entre supervisores de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para ACS em São Sebastião, para o desenvolvimento de ações integradas de prevenção e controle da dengue com a vigilância ambiental em saúde. Em 2013 está programada capacitação para multiplicadores de todas as regionais de saúde para que ações de controle se iniciem o mais breve possível em todo o DF. Em 2013, 8,6%. Meta não alcançada. A discussão do projeto de capacitação – imprescindível para o avanço dessa meta – pouco avançou no ano de 2013. A capacitação das equipes da atenção primária à saúde – estratégia saúde da família e agentes comunitários de saúde – foi realizada em 2012 na Coordenação Geral de São Sebastião, representando 8,6%. No início do ano de 2013, foram programadas reuniões com a finalidade de elaborar a proposta de capacitação para as demais coordenações gerais de saúde, no entanto, não aconteceram.
14. Realizar pelo menos, 05 Semanas Anuais de Prevenção da Dengue, de setembro de cada exercício a maio do ano subsequente.	Meta alcançada. Foram realizadas 7 Semanas Anuais de Prevenção da Dengue em 2012. Em 2013, houve realização de 33 Semanas. A meta corresponde à realização de, pelo menos, 05 Semanas de Prevenção da Dengue por Coordenação Geral de Saúde (CGS). Nesse caso, pode-se considerar que a meta foi sub-dimensionada. Em 2013, praticamente todas as CGS organizaram ao menos uma semana de prevenção e combate à dengue.
15. Alcançar 82% de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera curados nos anos das coortes	Embora o resultado apresentado tenha sido negativo, a diferença de 12,4% do pactuado representou um percentual de cobertura de 85,41% da população, bem superior ao ano de 2011 que foi de 52,85%, uma diferença de 27,67%. Houve um

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
até 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	aumento de abandono do tratamento dos portadores de tuberculose, principalmente dos moradores de rua, uma vez que o tratamento da doença é longo. O resultado ora apresentado refere-se à coorte do ano de 2011, tendo em vista, que o de 2012 somente será encerrado no final de 2013. Assim, os dados são provisórios devido à necessidade de maior intervalo de tempo para o fechamento da base de dados. Este indicador avalia a efetividade do tratamento de casos curados dos portadores de tuberculose, excluindo-se os casos de abandono, os casos de óbito ou de transferência. Assim, o resultadodeste indicador mesmo sendo com base em dados provisórios, sofre uma influência do aumento dos casos de abandono, principalmente de pacientes vivendo em situação vulnerável, de casos com tuberculose e HIV associados. Ressalta-se que o monitoramento dos dados é importante tanto para a SVS, quanto para as unidades que os geram. No campo da assistência, é preciso desenvolver ações que possam evitar o abandono do tratamento, visando maior possibilidade de cura, com destaque para estratégia do tratamento supervisionado, como por exemplo: a busca de faltosos e de pacientes em abandono, além do tratamento da informação. Para incrementar essa justificativa, faz-se necessário agregar informações oriundas da atenção primária que é onde o atendimento dos casos de tuberculose se realiza. No campo da vigilância, faz-se necessário ampliar a equipe que lida diretamente com o tratamento e análise dos bancos de dados dos sistemas de informação e da coordenação central da tuberculose. Em 2013, 56,4% (Apurado em junho de 2014). Meta não alcançada. A dificuldade de obter a cura em, pelo menos, 80% dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera está relacionada a vários fatores, dentre os quais se destacam: abandono do tratamento por portadores da doença que são usuários de álcool e drogas; cerca de 10% dos portadores de tuberculose apresentam co-infecção com HIV o que diminui a possibilidade de cura em torno de 50%; as transferências internas (dentro do território do DF) dos portadores da doença também interferem na cura aumentando as chances de abandono do tratamento, além da dificuldade de alimentação das informações pelo nível regional.
16. Alcançar 90% de casos novos de hanseníase diagnosticados curados nos anos das coortes, até 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Este indicador mede a qualidade do atendimento dos serviços de saúde para a hanseníase. Em 2012, a meta de 85% foi superada, alcançado 89,90%. Em 2013, 92,2% (banco de dados oficial com encerramento em 31/03/2014). Meta alcançada.
17. Manter 95% de registros de óbitos com causa básica definida	Em 2012 a meta foi superada. Foi alcançado 98,60%. A diferença de 3,6% entre a meta DF e a porcentagem alcançada representou um aumento de 3,79%. Em relação a 2011 foi superada em 3,4%, passando de 100,37% para 103,79%. Em 2013 foram 96,28%. Meta alcançada. A proporção de registro de óbitos com causa básica definida no DF tem se mantido acima da média nacional (90%) desde 2007, devido ao empenho da equipe de vigilância epidemiológica no processo de investigação dos óbitos, qualificação da codificação das causas de óbito e capacitação de médicos para o correto preenchimento da declaração de óbito aliado a outros fatores como acesso aos serviços de saúde e qualidade do registro dos atendimentos que também podem ter contribuído para a obtenção de melhores resultados.
18. Manter em 2,6/100.000 habitantes taxa de incidência de AIDS em menores de cinco anos	Este indicador é decrescente, quanto menor melhor. No ano de 2012 houve redução de mais de 60% em relação ao ano de 2011, ficando 50% acima da meta Brasil, cuja redução era de 10% a cada ano. Houve uma redução 0,51 caso /100.000.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	Em 2013, 1,46/100.000 habitantes em menores de cinco anos. Meta alcançada.
19. Reduzir o número absoluto de óbitos por dengue em relação ao ano anterior *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	O número absoluto de óbitos por dengue em 2012 reduziu quando comparado a 3 óbitos em 2011, correspondendo a 90% de redução de casos. Em 2012 houve registro de um óbito em residente do DF. A meta prevista para 2013 que era de 3 óbitos, não foi alcançada. O DF teve ocorrência de 11 óbitos em 2013, sendo seis (6) pacientes residiam no DF e cinco (5) no entorno: dois de Padre Bernardo-GO; um de Águas Lindas de Goiás-GO; um de Val paraíso e um de Santo Antônio do Descoberto. Em 2013 houve aumento de óbitos, pois foi um ano epidêmico; A SES, por intermédio da Subsecretaria de Vigilância à Saúde, investiga todos os casos graves, especialmente os óbitos, como determina o Ministério da Saúde.
20. Garantir 1 agente para cada 1000 imóveis nas atividades de visitas domiciliares para a prevenção e controle da dengue	Meta não alcançada. Em 2012, o número de imóveis para cada Agente de Vigilância Ambiental foi de 1.642. Em 2013 foi um Agente de Vigilância Ambiental para cada 1.950 imóveis. A dificuldade em alcançar a meta reside principalmente no quantitativo de capital humano existente. São cerca de 400 agentes de vigilância ambiental em Saúde quando a necessidade é de, no mínimo, 800 agentes.
21. Realizar pelo menos três Levantamentos Rápidos de Índice para Aedes aegypti (LIRAa) ao ano, nos meses de janeiro, março e outubro, respectivamente	Meta alcançada. Em 2012, foram realizados 4 LIRAa nos meses de janeiro, março, setembro e novembro. Em 2013 foram realizados quatro Levantamentos Rápidos do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRAa, nos meses de janeiro, maio, agosto e novembro, atingindo uma amostra de 26.199 imóveis, 27.357, 26.478 e 25.828 nos 1º, 2º, 3º e 4º levantamentos respectivamente.
22. Notificar, em até sete dias, casos suspeitos de dengue grave no Sinan	65,2% dos casos suspeitos de dengue grave foram notificados em até sete dias. Não foi definido percentual esperado para essa meta.
23. Encerrar pelo menos 95% dos casos graves de dengue em até 60 dias após a notificação no Sinan	Meta alcançada. Em 2012, foram encerrados 100% dos casos graves de dengue em até 60 dias. Já em 2013, a meta não alcançada, encerrados 82,6%. Devido à demora da suspeita de casos pela assistência, déficit de pessoal de vigilância epidemiológica e dificuldades de acesso ao SINAN *online*.
24. Notificar, em até 24 horas, óbitos suspeitos de dengue	Em 2012, meta alcançada. Em 2013, 45,2% dos óbitos suspeitos de dengue foram notificados em até 24hs. Não foi definido percentual esperado para essa meta. No entanto, destaca-se a deficiência de pessoal de vigilância epidemiológica para busca ativa e a não comunicação dos casos suspeitos pela assistência à vigilância.
25. Investigar, em até sete dias, óbitos suspeitos de dengue, com equipe composta pela vigilância e assistência.	Em 2012, meta alcançada. Em 2013, 00%. Meta alcançada. A equipe central foi ampliada com um responsável pelo acompanhamento dos casos graves e investigação de óbitos resultando na melhoria da interface da Vigilância Epidemiológica e assistência das Regionais.
26. Implantar remuneração variável para os agentes que executam ações de combate ao vetor	Meta não alcançada. Em 2012, houve a publicação da Portaria nº 147, de 26 de julho de 2012, instituindo grupo de trabalho para elaboração de proposta de programa de incentivo financeiro para agentes que realizam o controle da

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
da dengue, de acordo com indicadores de produtividade e resultados.	dengue, pago com recurso federal, conforme Portaria nº 2.557, de 28 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde. Até final do ano de 2012, a proposta estava sendo elaborada para abertura de processo pela Subsecretaria de Vigilância à Saúde. Em 2013 houve abertura de novo processo no âmbito da SVS, no entanto a remuneração não foi implantada em 2013.
27. Cadastrar anualmente 100 aparelhos emissores de radiação ionizante em uso no Distrito Federal	Meta não alcançada. Em 2012, foram cadastrados 9 aparelhos. De modo geral, as ações de Vigilância Sanitária apresentaram baixo desempenho devido à redução de sua força de trabalho em cerca de 30% no ano de 2012 (falecimento de servidores, aposentadoria e outros afastamentos legais), à falta de priorização das necessidades de aquisição de equipamentos e materiais e à inexistência de um sistema informatizado para melhorar a comunicação e registro das informações produzidas pelos auditores. Para sanar o déficit de servidores, encontra-se em tramitação processo para viabilizar a realização do novo certame em 2013, haja vista que o último concurso foi realizado em 1993. Em 2013 foram 80 aparelhos cadastrados. O não alcance da meta pode ser explicado pelo déficit de capital humano, especificamente de auditores de atividades urbanas, para atender a todas as demandas da vigilância sanitária. Devido à realização da Copa das Confederações e a preparação para a Copa do Mundo houve a necessidade de priorizar os programas diretamente relacionados com destaque para o de categorização de restaurantes e hotéis.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1260	Proporção de imóveis visitados para eliminação de criadouros de Aedes aegypti em relação ao número de imóveis existentes no DF	%	39,1	31/01/11	Mensal	**Desejado**	80	80	80	80	SISFAD/ DIVAL
						Alcançado	69,28	46,55	-	-	
1261	Proporção de coletas realizadas para análises da qualidade da água para consumo humano	%	76,88	31/12/10	Mensal	**Desejado**	80	82,5	85	87,5	SISAGUA/ DIVAL
						Alcançado	90,91	107,08	-	-	
1262	Proporção de população canina e felina vacinada	%	49,71	31/12/10	Anual	**Desejado**	80	80	80	80	DIVAL
						Alcançado	65,51	53,15	-	-	
1264	Proporção de casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) encerrados oportunamente	%	82,17	31/12/10	Trimestral	**Desejado**	82	83	84	85	SINAN/ DIVEP
						Alcançado	95,50	93,80	-	-	
1265	Cobertura vacinal com a vacina tetravalente/pentavalente em crianças menores de um ano	%	91,2	31/05/11	Trimestral	**Desejado**	95	95	95	95	SI-PNI
						Alcançado	99,8	97	-	-	SINASC/ DIVEP

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1266	Percentual de Regionais com Plano de Promoção de Saúde - PPS implantado	%	-	-	Semestral	**Desejado**	20	40	60	80	SAPS
						Alcançado	33	54	-	-	GEDANT/ DIVEP
1267	Proporção de exames laboratoriais realizados em amostras biológicas encaminhadas ao LACEN de interesse da vigilância epidemiológica	%	100	31/12/10	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	LABTRACK/ LACEN
						Alcançado	100	100	-	-	
1268	Proporção de ensaios de controle de qualidade de produtos – alimentos, águas, medicamentos, saneantes e cosméticos – em amostras pactuadas com as diretorias de vigilância sanitária e ambiental do DF	%	100	31/12/10	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	LACEN
						Alcançado	100	100	-	-	
1269	Nº de notificações de agravos à saúde do trabalhador	Unidade	1562	31/12/11	Anual	**Desejado**	1.640	1.722	1.808	1.898	SINAN/CERES T
						Alcançado	1.814	1722	-	-	
1270	Número de aparelhos emissores de radiação ionizante cadastrados em uso no Distrito Federal	Unidade	100	31/12/10	Mensal	**Desejado**	100	100	100	100	DIVISA
						Alcançado	9	80	-	-	
1271	Nº de Licenças sanitárias emitidas para estabelecimentos de interesse da vigilância sanitária do DF	Unidade	6324	31/12/11	Anual	**Desejado**	6.640	6.956	7.273	7.589	DIVISA
						Alcançado	6.038	5.709	-	-	
1272	Propor. Equip. Saúde da Família e de Agentes Comunitários da Saúde com ações integradas de prevenção e controle da dengue sobre equipes existentes	%	-	-	Anual	**Desejado**	12,50	25	37,50	50	DIPRODE/ SAPS e DIRAPS
						Alcançado	8,6	8,6	-	-	
1273	Nº de Semanas Anuais de Prevenção da Dengue realizadas (>=5)	Unidade	4	31/12/11	Anual	**Desejado**	5	5	5	5	DIPRODE/SV S
						Alcançado	7	33	-	-	
1274	Proporção de cura nas coortes de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera	%	81,80	31/12/11	Anual	**Desejado**	85	80	86	87	SINAN/DIVEP
						Alcançado	72,6	69,90	-	-	
1275	Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	%	90,70	31/12/11	Anual	**Desejado**	85	90	90	90	SINAN/DIVEP
						Alcançado	89,9	91,60	-	-	
1276	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	%	98,4	31/12/11	Quadrimestral	**Desejado**	95	95	95	95	SIM/DIVEP
						Alcançado	98,6	99,63	-	-	
1277	Taxa de Incidência de AIDS em menores de 5 anos	%/ 100.000	2,12	31/12/11	Anual	**Desejado**	2,6	2,6	2,6	2,6	SINAN/DIVEP
						Alcançado	0,51	1,7	-	-	
1278	Número absoluto de óbitos por dengue	Unidade	3	31/12/11	Anual	**Desejado**	3	3	3	3	SINAN/DIVEP
						Alcançado	1	9	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1260	Proporção de imóveis visitados para eliminação de criadouros de Aedes aegypti em relação ao número de imóveis existentes no DF	%	39,1	31/01/11	Mensal	**Desejado**	80	80	80	80	SISFAD/ DIVAL
						Alcançado	69,28	39,08	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 1260 Dados de jan-dez. A variação de 40,92 entre o desejado e o alcançado representou numa proporção de imóveis visitados de 48,85%, ou seja, ficando 51,15% abaixo da meta. Comparado ao ano de 2012 saiu de 69,28% para 48%, uma redução de 30,71%. Para atingir a meta de cobertura de todo o DF, será necessário o número de 800 (oitocentos) Agentes de Vigilância Ambiental, hoje a Rede Pública conta com 400 (quatrocentos) que realizam visitas domiciliares e outras atividades p/o controle vetorial da dengue.

Indicador 1261 Dados de jan a dez. A variação de 25,30% entre a meta e o alcançado representou um aumento de 30,67%. Se comparado ao ano de 2012 , a proporção passou de 90,91% para 107,80% , representando um aumento de 18,57%. O aumento do número de pontos de coletas, aliado ao aumento do capital humano de nível superior para a realização das análises, possibilitaram a superação da meta.

Indicador 1262 Dados de jan a dez. A diferença de 26,85% entre o desejado e alcançado representou a proporção de 66,43% da população canina e felina vacinada, ficando abaixo 33,65% da meta estabelecida.

Indicador 1264 Dados de jan-dez. A variação de 10,80 entre o desejado e o alcançado representou uma proporção de 113,01%, ou seja, um aumento de 13,01% superando a meta, porém diminuiu 1,7%, se comparado ao ano de 2012.

Indicador 1265 Dados jan-dez. A diferença de 2% na cobertura vacinal aumentou 102,11% superando a meta em 2,11%. Comparado ao de 2012 houve uma redução de 2,8%.

Indicador 1266 Dados jan-dez. A variação de 14% entre o desejado e o alcançado representou um percentual de 135% , superando a meta em 35%. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 63,64%.

Indicador 1267 Dados de jan-dez. Meta atingida. Não houve variação e comparado ao ano de 2012 a meta tem sido mantida.

Indicador 1268 Dados jan-dez. Meta alcançada. Comparado ao ano de 2012 a meta tem sido mantida.

Indicador 1269 Dados jan-dez. Meta alcançada. Comparado ao ano de 2012 houve uma redução de 5,07% devido as subnotificações dos agravos de doença da saúde do trabalhador que envolve todo o Distrito Federal.

Indicador 1270 Dados jan-dez. A variação de 20 entre o desejado e o alcançado representou um alcance de 80%. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 788,88%. O déficit de capital humano, especialmente, auditores de atividades urbanas e a priorização da Copa das Confederações e preparação da Copa do Mundo, impossibilitou o alcance da meta.

Indicador 1271 Dados jan-dez. A variação de 1.247 entre o desejado e o alcançado representou 82,07%. Houve uma redução de 17,92% da meta. Comparado ao ano de 2012 também houve uma redução de 5,44%. A dificuldade em obter melhores resultados diz respeito à ausência de registro informatizado na Vigilância Sanitária no ano de 2013, dos estabelecimentos do setor regulado que necessitam da licença. Para o ano de 2014 com a aquisição do sistema informatizado em fase de implantação este resultado será melhorado.

Indicador 1272 Dados de jan-dez. A variação de 16,4 entre o desejado e o alcançado representou uma proporção de 34,40%, ficando abaixo da meta estabelecida em 65,60%. Comparado ao ano de 2012 este indicador permaneceu constante. O resultado alcançado de 8,6% foi em razão da capacitação ter ocorrido apenas em uma Regional de Saúde (São Sebastião).

Indicador 1273 Dados de jan-dez. A variação de 28 entre o desejado e o alcançado representou um aumento de 560%. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 371,43%. A meta foi subestimada. Todas as Coordenações Gerais de Saúde realizaram pelo menos uma semana de prevenção e combate à dengue.

Indicador 1274 Dados de jan-dez. A variação de 9 entre o desejado e o alcançado representou uma proporção de cura de 88,75%, ou seja, ficando 11,25% menor que a meta estabelecida. Comparado ao ano de 2012 esta proporção ficou abaixo 3,72%. A dificuldade de obter a cura está relacionada a diversos fatores como: abandono do tratamento por portadores da doença que são usuários de álcool e drogas, além de 10% apresentarem co-infeção com HIV o que diminui a possibilidade de cura em torno de 50%.

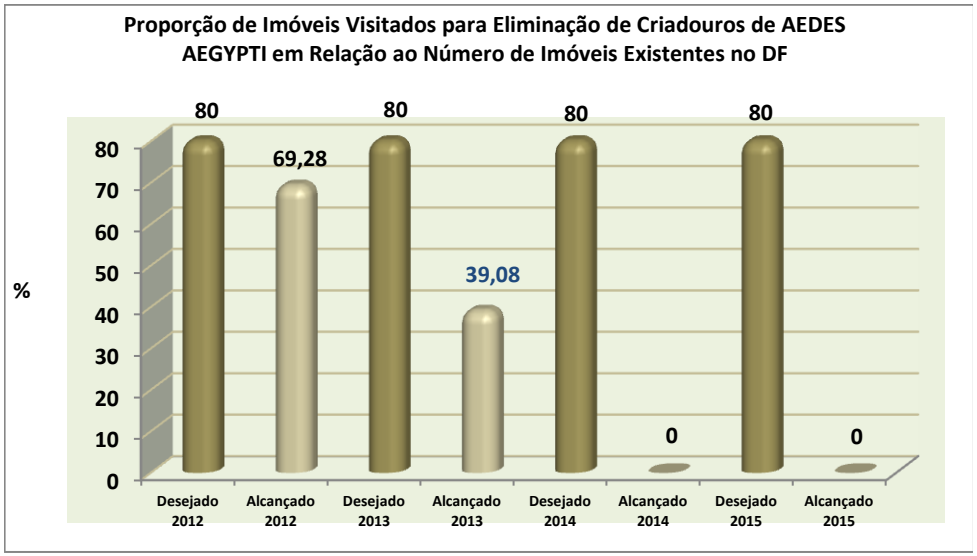
Indicador 1275 Dados jan-dez. Meta superada. A variação de 1,6 entre o desejado e o alcançado representou 101,78% na proporção de cura, ou seja houve um aumento de 1,78%. Comparado ao ano de 2012 o aumento foi de 1,89%.

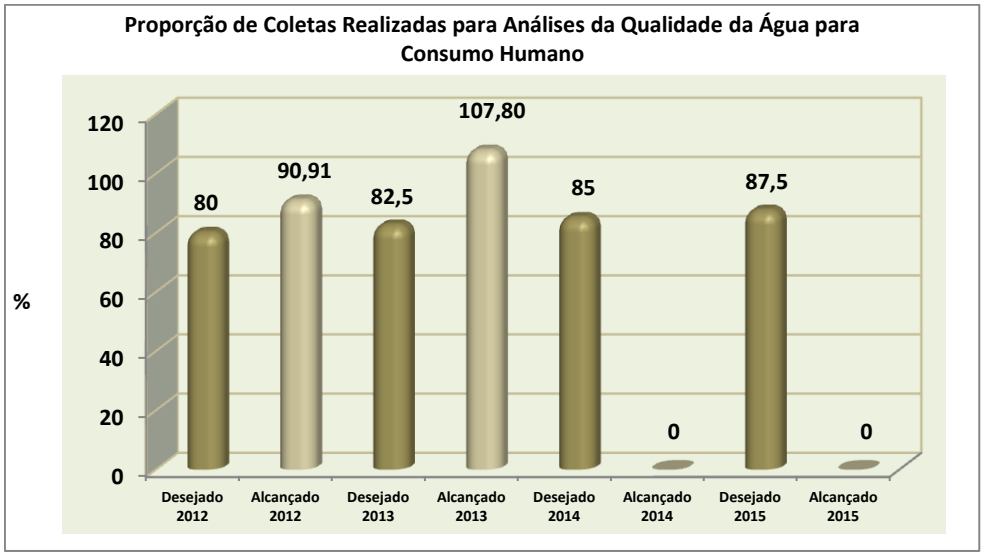
Indicador 1276 Dados de jan-dez. A variação de 4,63 entre o desejado e o alcançado representou 104,87% na proporção de registro de óbitos, ficando acima de 4,87%. Comparado ao ano de 2012 aumentou 1,04%. Este indicador tem se mantido acima da meta nacional (90%) devido ao empenho da equipe de Vigilância

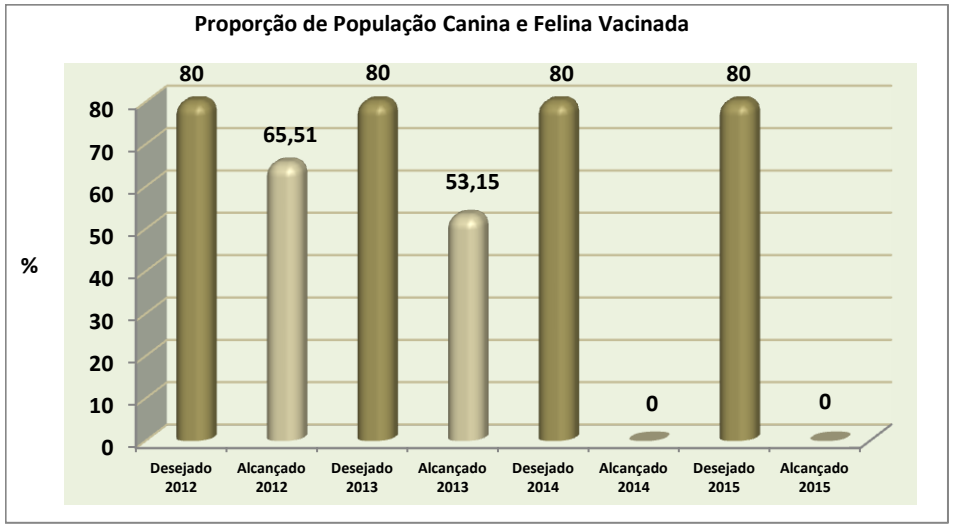
Epidemiológica no processo de investigação dos óbitos, qualificação da codificação das causas de óbito e capacitação de médicos no correto preenchimento da Declaração de Óbito.

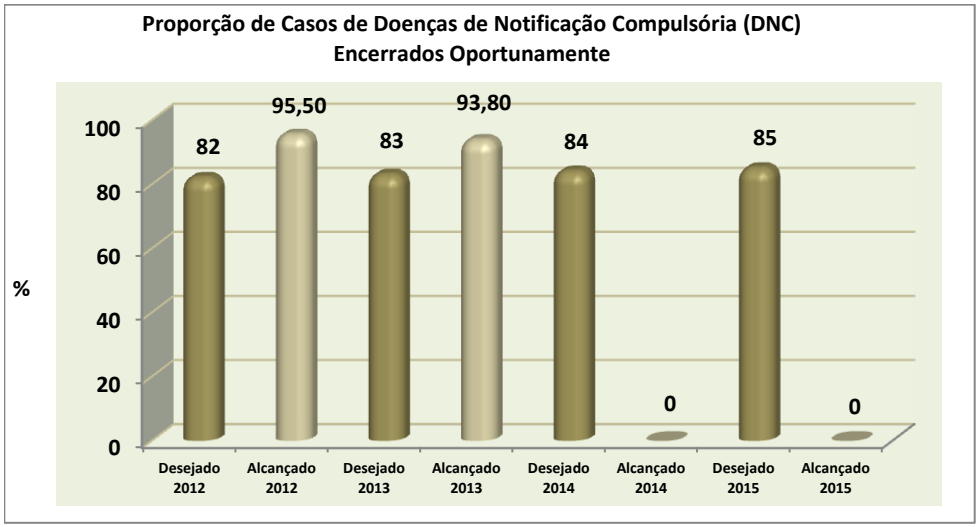
Indicador 1277 Dados de jan-dez, sujeito a alteração. A variação apresentada de 0,9 entre o desejado e o alcançado representou 65,38% na taxa de incidência de AIDS em menores de 5 anos. Este indicador é decrescente, quanto menor melhor. Houve uma redução de 34,62% comparado ao ano de 2012. Comparado com o resultado alcançado em 2012 de 0,51/100.000, foi de um caso, houve aumento de 233,33%, para 1,7/100.000, tendo tido 3 casos. Houve aumento do acesso das gestantes ao teste p/HIV por meio da Rede Cegonha.

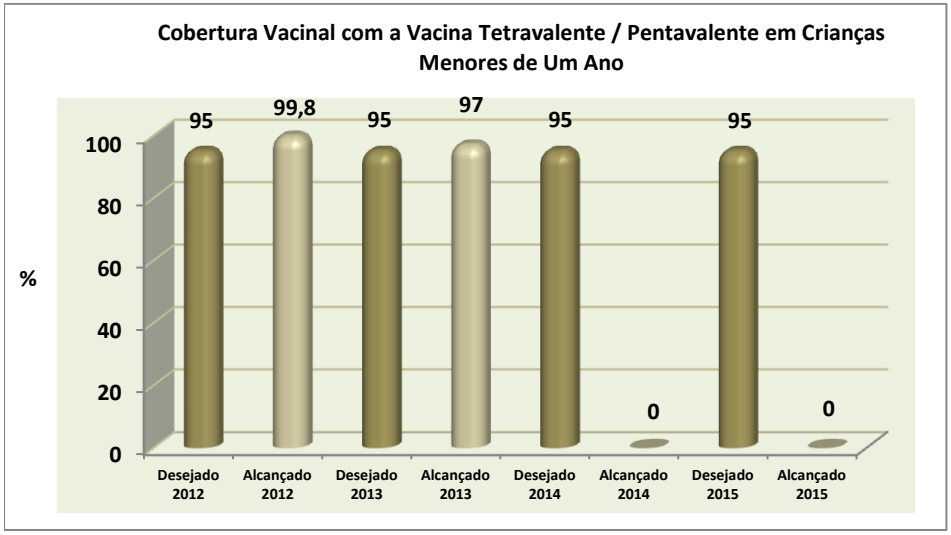
Indicador 1278 Dados jan-dez. A variação de 8 óbitos entre o desejado e o alcançado representou um aumento de 266,67%, ou seja, o número de óbitos por dengue foi o triplo. Comparado ao ano de 2012 o número de óbitos de 1 para 11, representou aumento de 1.100%. A Vigilância investiga todos os óbitos. Destes 8 pacientes eram da Rede Pública, 02 da Rede Privada e 01 do HFA. As conclusões das investigações estão à disposição na Vigilância.

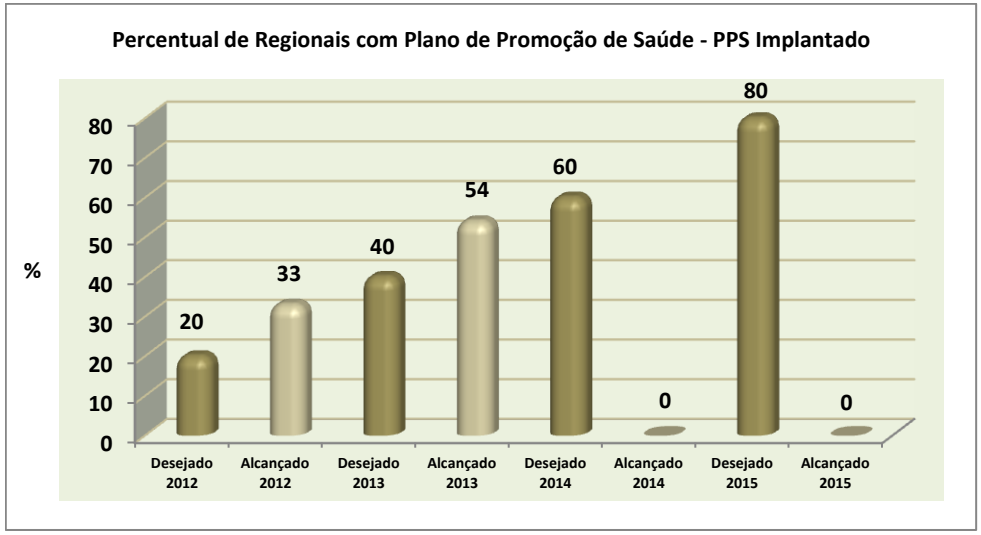


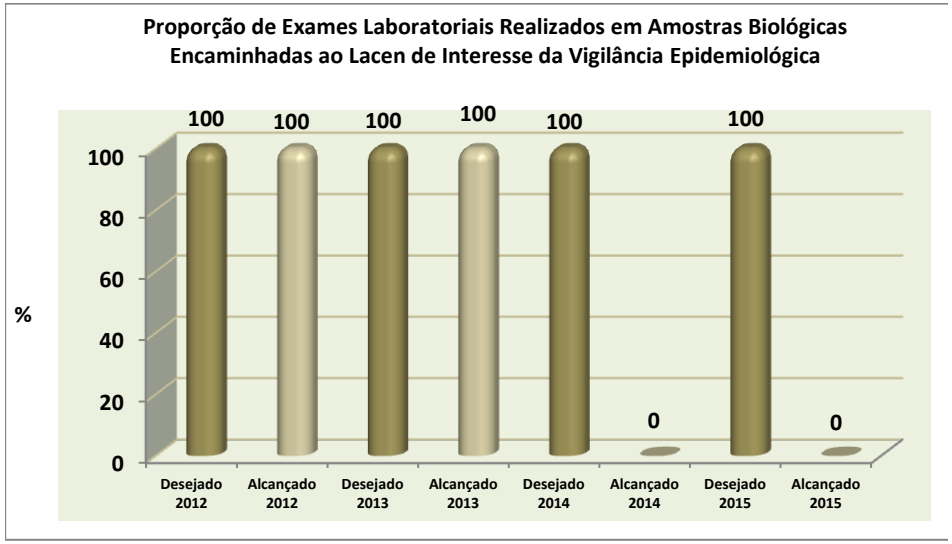


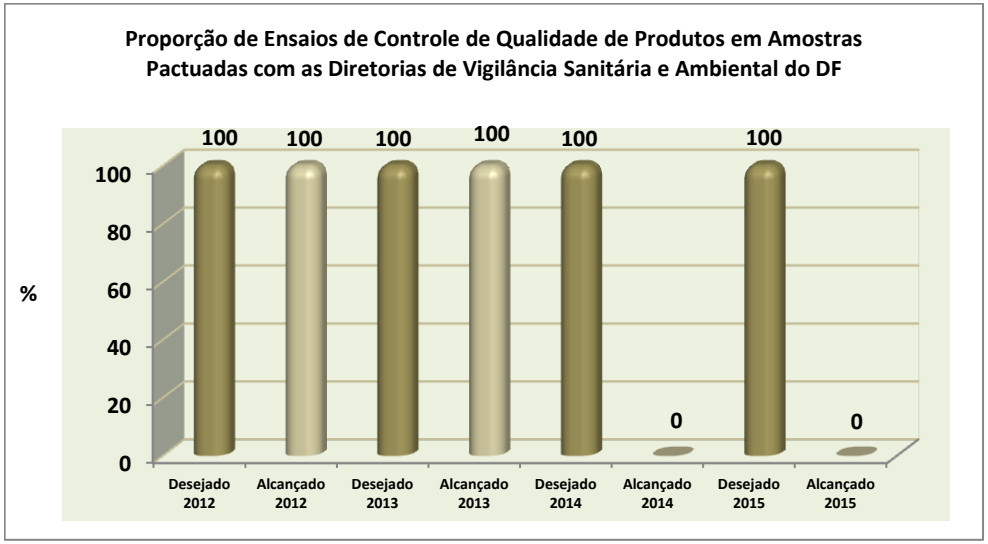

Proporção de População Canina e Felina Vacinada
%
0
10
20
30
40
50
60
70
80
80
65,51
80
53,15
80
0
80
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

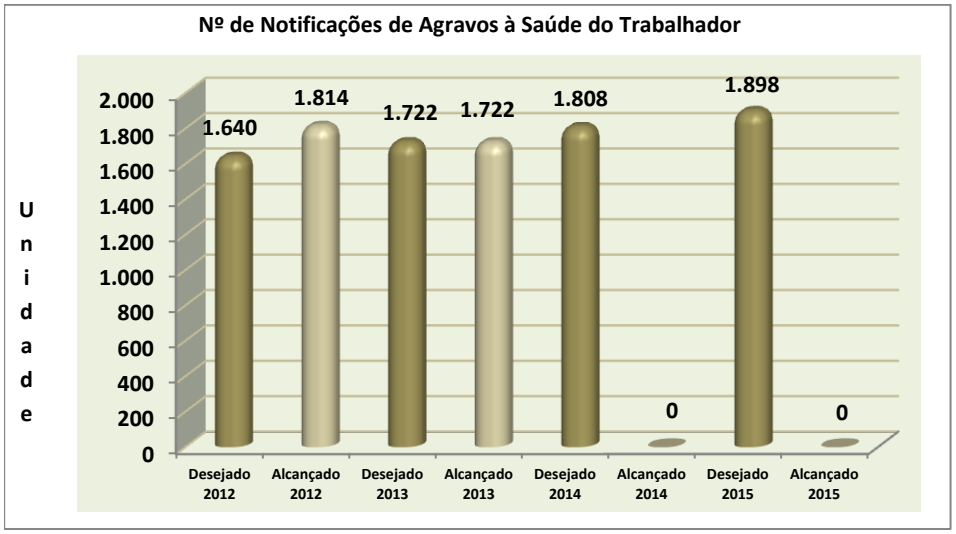

Proporção de Casos de Doenças de Notificação Compulsória (DNC) Encerrados Oportunamente
%
0
20
40
60
80
100
82
95,50
83
93,80
84
0
85
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

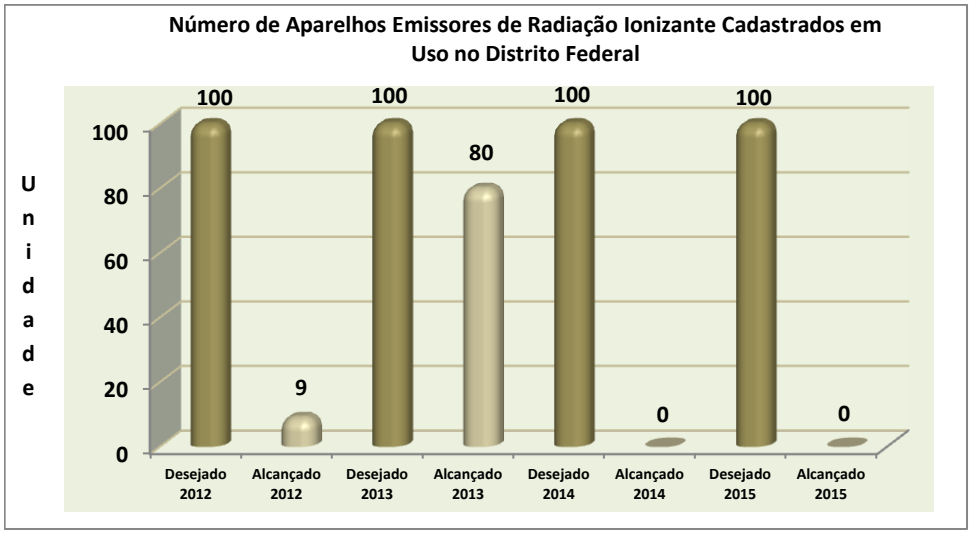

Cobertura Vacinal com a Vacina Tetravalente / Pentavalente em Crianças Menores de Um Ano
%
0
20
40
60
80
100
95
99,8
95
97
95
0
95
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

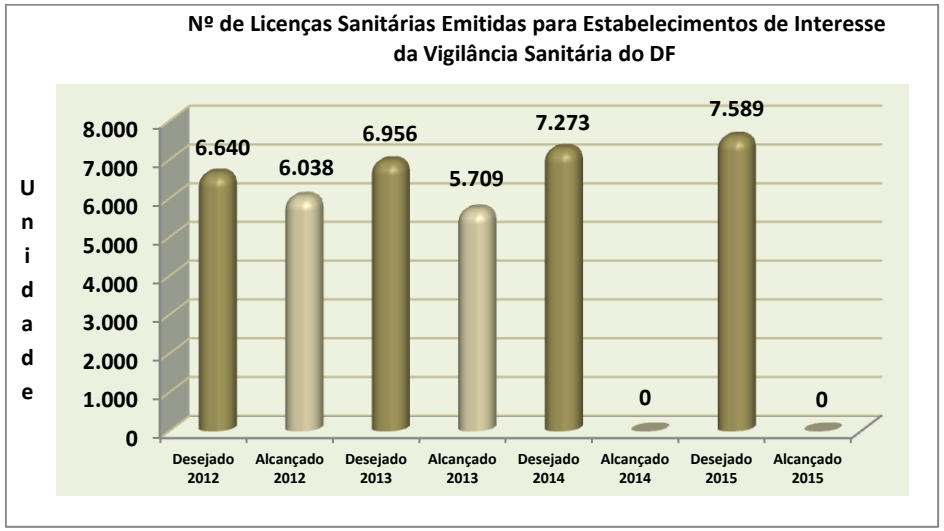

Percentual de Regionais com Plano de Promoção de Saúde - PPS Implantado
%
0
10
20
30
40
50
60
70
80
20
33
40
54
60
0
80
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

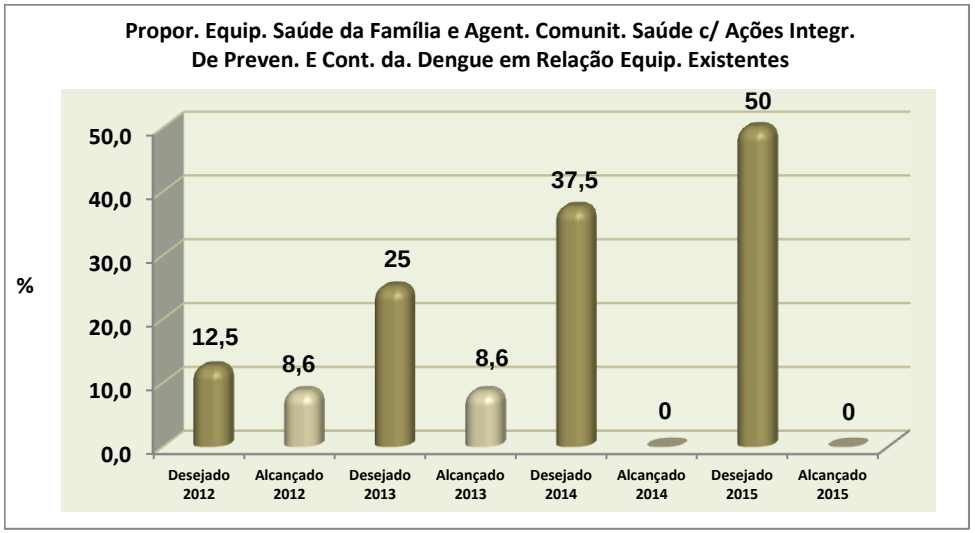

Proporção de Exames Laboratoriais Realizados em Amostras Biológicas Encaminhadas ao Lacen de Interesse da Vigilância Epidemiológica
%
0
20
40
60
80
100
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

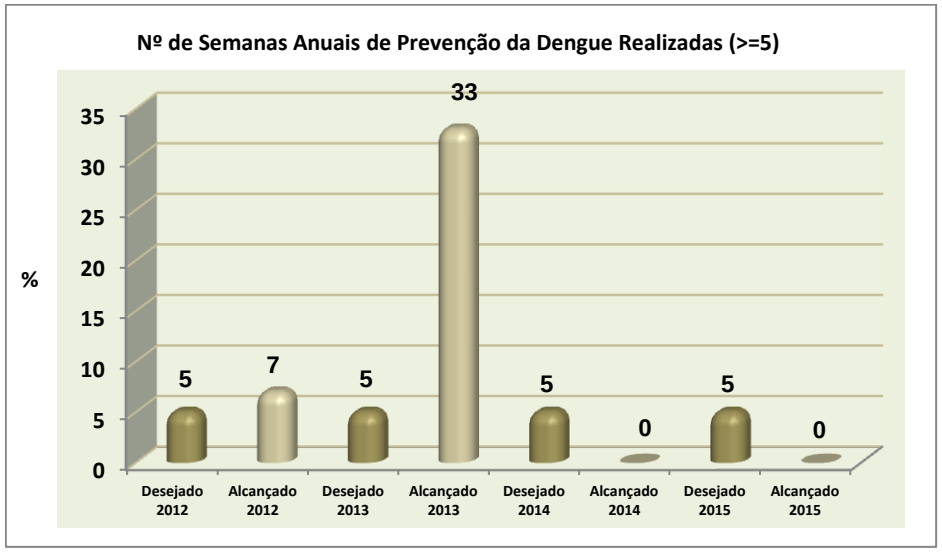

Proporção de Ensaios de Controle de Qualidade de Produtos em Amostras Pactuadas com as Diretorias de Vigilância Sanitária e Ambiental do DF
%
0
20
40
60
80
100
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

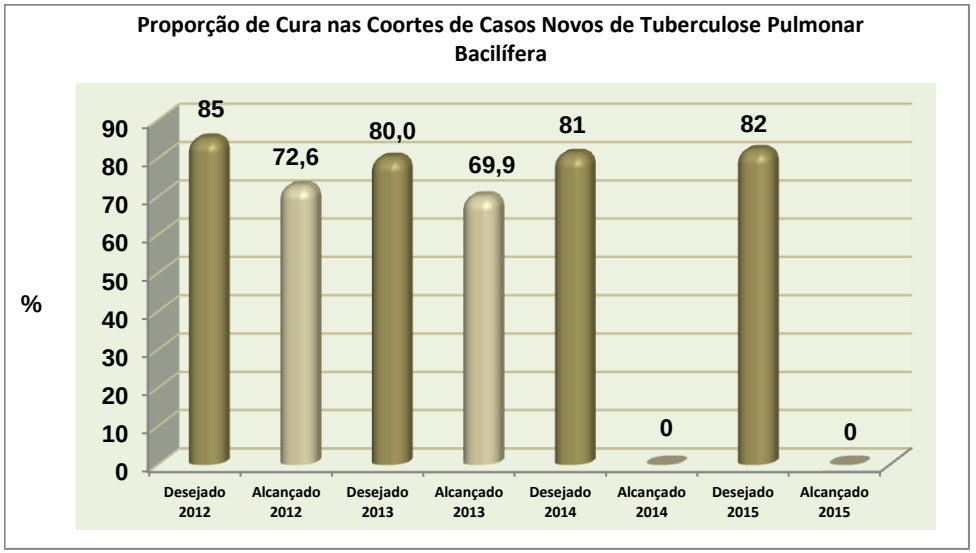

Nº de Notificações de Agravos à Saúde do Trabalhador
Unidade
0
200
400
600
800
1.000
1.200
1.400
1.600
1.800
2.000
1.640
1.814
1.722
1.722
1.808
0
1.898
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

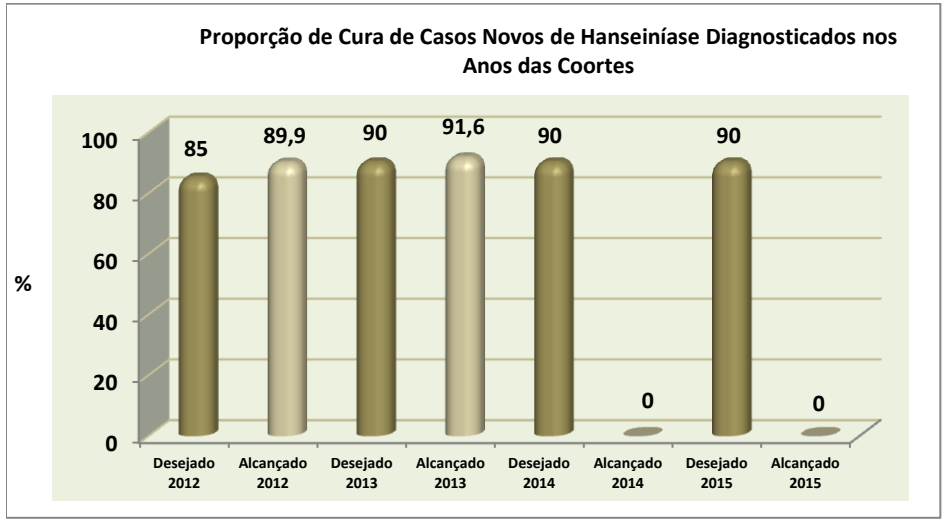

Número de Aparelhos Emissores de Radiação Ionizante Cadastrados em Uso no Distrito Federal
Unidade
0
20
40
60
80
100
100
9
100
80
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

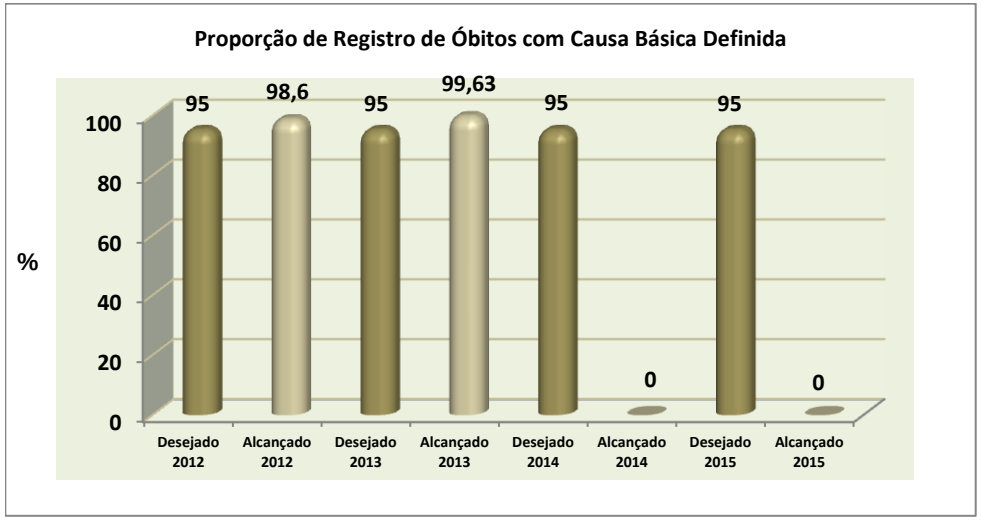

Nº de Licenças Sanitárias Emitidas para Estabelecimentos de Interesse da Vigilância Sanitária do DF
Unidade
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
6.640
6.038
6.956
5.709
7.273
0
7.589
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

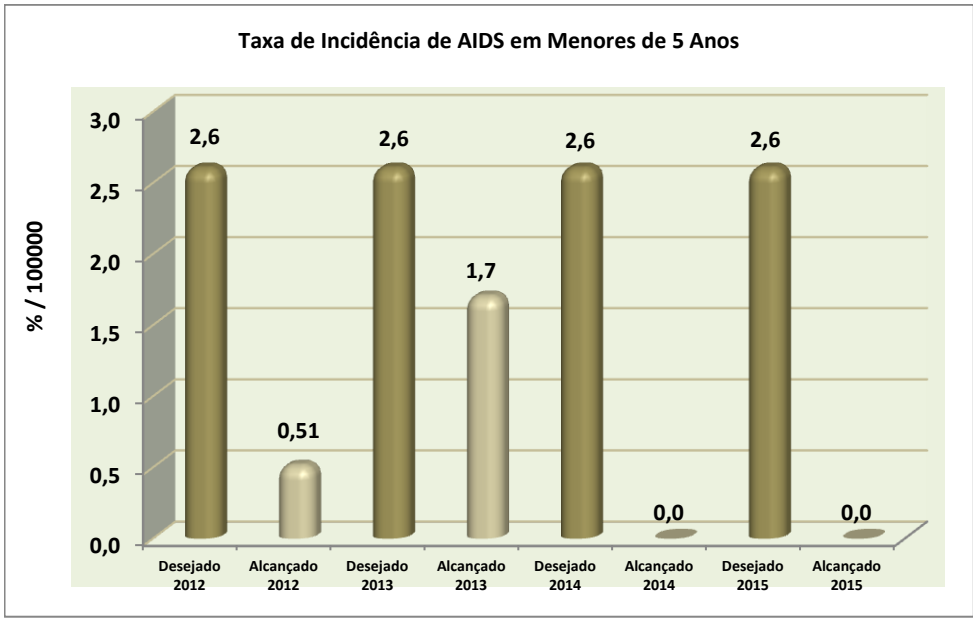

Propor. Equip. Saúde da Família e Agent. Comunit. Saúde c/ Ações Integr. De Preven. E Cont. da. Dengue em Relação Equip. Existentes
%
50,0
40,0
30,0
20,0
10,0
0,0
12,5
8,6
25
8,6
37,5
0
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

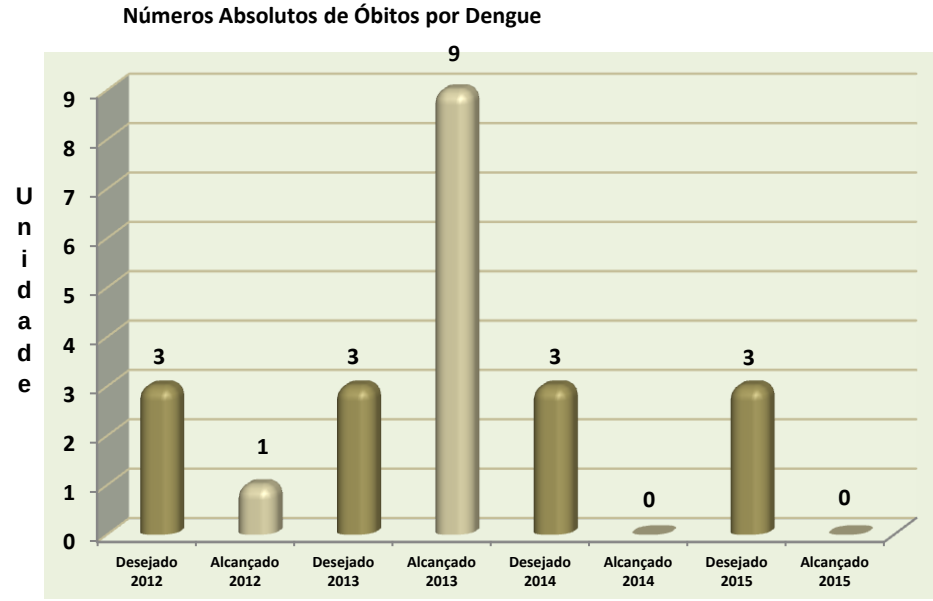

Nº de Semanas Anuais de Prevenção da Dengue Realizadas (>=5)
%
35
30
25
20
15
10
5
0
5
7
5
33
5
0
5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Proporção de Cura nas Coortes de Casos Novos de Tuberculose Pulmonar Bacilífera
%
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
85
72,6
80,0
69,9
81
0
82
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Proporção de Cura de Casos Novos de Hanseiníase Diagnosticados nos Anos das Coortes
%
100
80
60
40
20
0
85
89,9
90
91,6
90
0
90
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Proporção de Registro de Óbitos com Causa Básica Definida
%
100
80
60
40
20
0
95
98,6
95
99,63
95
0
95
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de Incidência de AIDS em Menores de 5 Anos
% / 100000
3,0
2,5
2,0
1,5
1,0
0,5
0,0
2,6
0,51
2,6
1,7
2,6
0,0
2,6
0,0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Números Absolutos de Óbitos por Dengue
Unidade
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0
3
1
3
9
3
0
3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 – Assistência Farmacêutica – Proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

As ações da Assistência Farmacêutica no ano de 2013 estiveram voltadas, principalmente, para o abastecimento da rede e para a melhoria nos serviços farmacêuticos prestados aos usuários, visando proporcionar à população do Distrito Federal acesso à assistência farmacêutica de qualidade e de forma integral, em todos os níveis de atenção.

Para que seja possível obter sucesso na execução do orçamento e, consequentemente, alcançar as metas do PPA 2012-2015, será necessário aperfeiçoar os procedimentos de aquisição na SES/DF. É também igualmente importante desenvolver mecanismos para que os fornecedores cumpram com os compromissos firmados com a SES/DF, visto que são inúmeros os problemas de atrasos nas entregas, solicitação de cancelamento de empenhos, troca de marcas, o que impede que os valores empenhados sejam liquidados.

Acerca dos serviços farmacêuticos na Atenção Primária à Saúde é primordial que todas as unidades de farmácia contem com pelo menos um farmacêutico. É meta do PPA 2012-2015 da SES/DF lotar farmacêuticos em 100% das Unidades de Atenção Primária à Saúde até 2015. Em 2013, obteve-se êxito com os pleitos de nomeação desses profissionais, assim, foi possível superar a meta anual de 60% das farmácias da Atenção Primária com farmacêutico, pois até o final do exercício alcançou 68%.

No que tange ao projeto de implantação do sistema de distribuição de medicamentos por dose individualizada nos Hospitais da SES/DF, superou-se a meta estabelecida para 2013, de 50%, sendo alcançado o valor de 50,67%. No entanto, para que se possa avançar nos próximos anos e atingir a meta do quadriênio 2012/2015 de 100%, faz-se necessário maior investimento de recursos financeiros e de pessoal, assim como dar celeridade nos processos de aquisição dos equipamentos e insumos para implantação da dose individualizada.

Outras Atividades

- Projeto de reestruturação do armazenamento e distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares na Farmácia Central.
- Contratação de empresa para manipulação das preparações de Nutrição Parenteral da rede SES/DF, visando atendimento adequado aos pacientes que requerem o uso dessas preparações.
- Ampliação da oferta de plantas medicinais e fitoterápicos à Atenção Básica e Promoção da Reintegração Social no Desenvolvimento da Cadeia Produtiva.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Manter regularizado o abastecimento de 100% dos medicamentos e Produtos para a Saúde padronizados na SES/DF	Nos últimos 3 anos,observa-se que os problemas no abastecimento vêm melhorando, sobretudo comparando-se o valor da despesa autorizada em relação aos valores empenhados para os programas de aquisição de medicamentos: 2011 - 80,84%, 2012 - 93,64% e 2013 - 96,36%; e os resultados da execução orçamentária: 2011 - 54,67%, 2012 - 72,10% e 2013 - 72,12%. Os esforços para que a população tenha acesso aos medicamentos são muitos, contudo ainda é necessário aprimorar os processos de aquisição desses insumos e mitigar atrasos e cancelamentos nas entregas, o que compromete a regularidade do abastecimento.
2. Adequar a estrutura física e organizacional de 100% das unidades de farmácia da SES/DF	Em 2013, foram elaborados seis processos para a aquisição de equipamentos e mobiliários para estruturar as farmácias das unidades de saúde da SES/DF, os quais se encontram em tramitação.
3. Atender 100% da necessidade de recursos humanos em número e qualificação adequada para a Assistência Farmacêutica da SES/DF	Devido à nomeação recente de farmacêuticos, quase foi possível atingir a meta anual de 2012, 40,28% em relação à meta desejada de 50%. Para que se possa prestar Assistência Farmacêutica adequada na Atenção Primária é primordial que todas as unidades de farmácia contem com farmacêutico. Em 2013, obtivemos êxito com os pleitos de nomeação de farmacêuticos, sendo possível superar a meta anual de 60% das farmácias da Atenção Primária com farmacêutico e,68% em 2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1280	Orçamento público liquidado com aquisição de medicamentos na SES/DF	%	72,12	31/12/10	Semestral	**Desejado**	80	90	100	100	Sistema de informação da SES/DF e FSDF
						Alcançado	77	74,84	-	-	
1281	Unidades de farmácia na atenção primária com profissional farmacêutico	%	40,28	30/06/10	Semestral	**Desejado**	50	60	80	100	SAPS/SES e DIASF/SAS/SES
						Alcançado	40,28	68	-	-	
1284	Unidades de medicamentos distribuídos para as unidades de saúde da SES/DF	Unidade	280.837.507	31/12/11	Semestral	**Desejado**	286.727.102	292.461.644	298.310.876	304.277.093	Sistema de informação da SES/DF
						Alcançado	590.026.338	0	-	-	

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1304	Número de Leitos do Hospitais da SES/DF com Implantação do Sistema de Distribuição por Dose Individualizada	%	39,30	30/06/12	Anual	**Desejado**	-	50	70	100	Farmácias Hospitalares da SES/DF
						Alcançado	-	50,67	-	-	

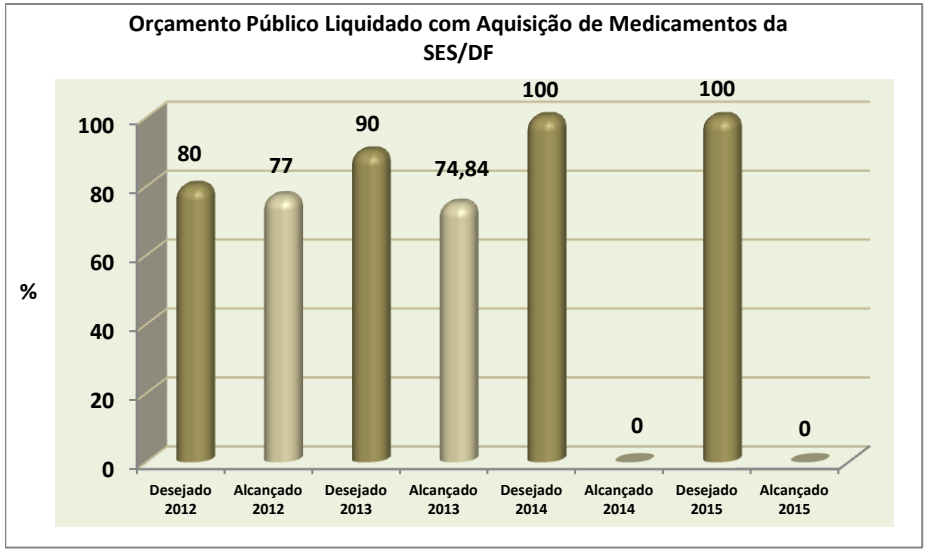
Justificativas 2013

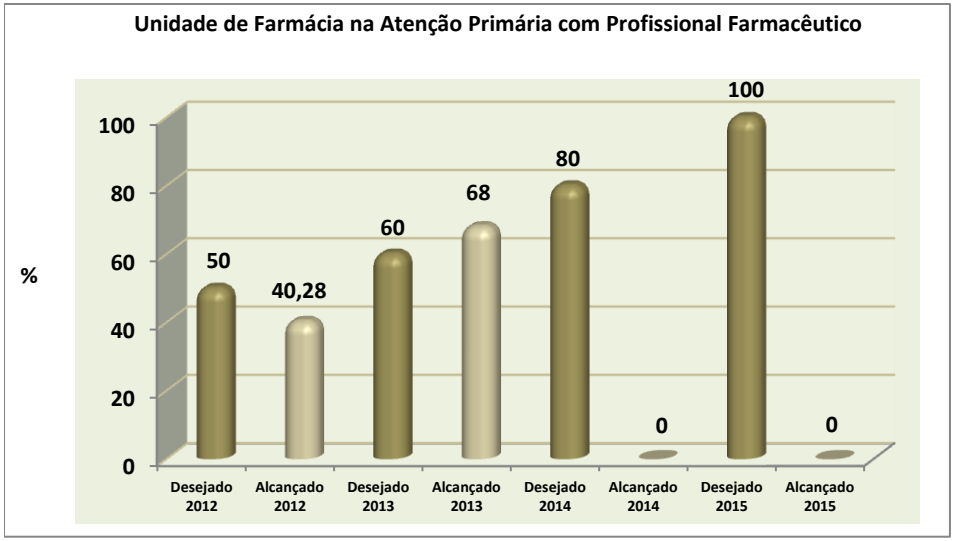
Indicador 1280 - Dados de jan-dez. A variação de 17,88 entre o desejado e o alcançado representou um alcance de 80,13% da meta. Comparado ao ano de 2012 houve uma queda de 6,34 %.

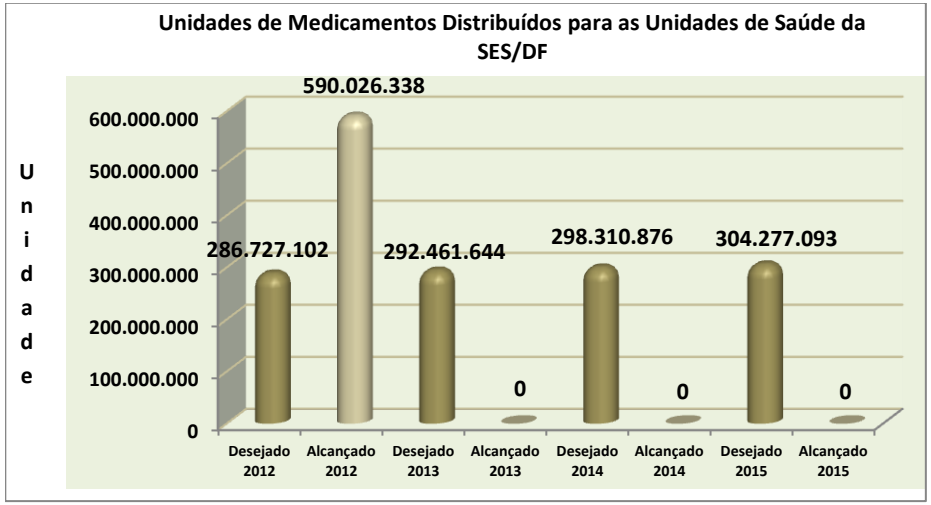
Indicador 1281 - Dados de jan-dez. A variação de 8 unidades de farmácia representou um aumento de 13,33% entre o desejado e o alcançado. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 68,82%. A meta foi superada em razão das nomeações dos farmacêuticos.

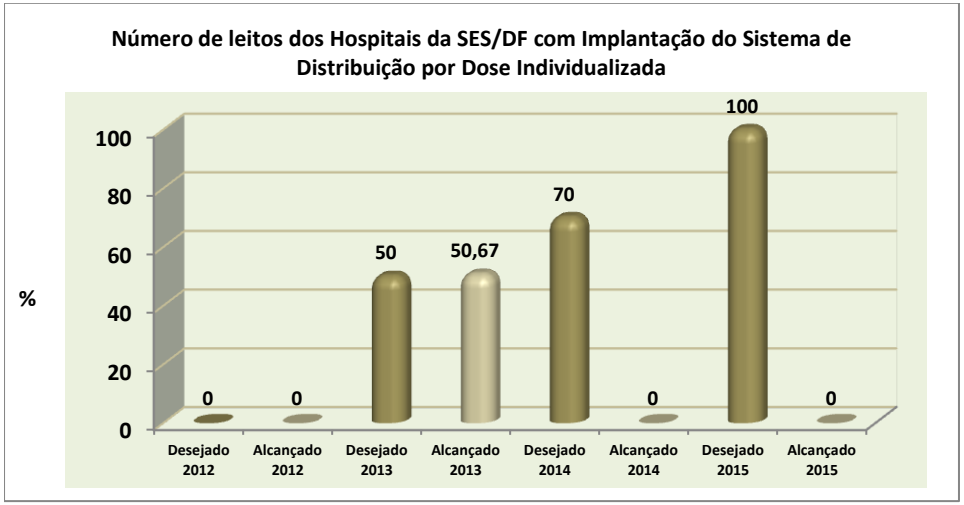
Indicador 1284 - Dados jan-dez. Não foi possível coletar os dados de medicamentos distribuídos, devido à inconsistência nos relatórios gerados no Sistema Alphalinc da SES. A correção foi solicitada para a área responsável pela Tecnologia da Informação da SES e a empresa responsável pelo Sistema Alphalinc, porém não houve retorno até 02/01/2014.

Indicador 1304 -Dados de jan-dez. A variação de 0,67% entre o alcançado e o desejado representou a superação da meta pactuada em 1,34%, ou seja, a implantação da dose individualizada tem evitado disperdícios de medicamentos e chegado até o cidadão-usuário, o maior beneficiário.


Orçamento Público Liquidado com Aquisição de Medicamentos da SES/DF
%
100
80
60
40
20
0
80
77
90
74,84
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Unidade de Farmácia na Atenção Primária com Profissional Farmacêutico
%
100
80
60
40
20
0
50
40,28
60
68
80
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Unidades de Medicamentos Distribuídos para as Unidades de Saúde da SES/DF
Unidade
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
286.727.102
590.026.338
292.461.644
0
298.310.876
0
304.277.093
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de leitos dos Hospitais da SES/DF com Implantação do Sistema de Distribuição por Dose Individualizada
%
100
80
60
40
20
0
0
0
50
50,67
70
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 005 – Gestão e Planejamento do SUS - Aprimorar os processos de planejamento, gestão, qualificação e formação de profissionais de saúde e do controle social no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e promover a transferência gradual de autonomia administrativa, financeira e responsabilização sobre os serviços especializados prestados nas Regionais de Saúde e Unidades de Referência com a integração de ações e serviços finalísticos, de maneira a imprimir qualidade e eficiência crescentes à atenção à saúde especializada no Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL
23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

A Gestão e Planejamento do SUS engloba a Modernização do Sistema de Informação, o Conselho de Saúde do DF, o Programa de Descentralização em Ações de Saúde – PDPAS, a Qualificação da Gestão do SUS e a Concessão de Bolsa de Estudos à Residentes.

Tecnologia da Informação

A tecnologia da informação da SES tem como projetos prioritários o gerenciamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS) para produção e operação dos produtos e serviços essenciais referentes ao processo de informatização; a atualização e ampliação da rede tecnológica de todas as unidades de saúde, mediante suprimento de equipamentos de software e hardware; a implantação e manutenção do Sistema Integrado de Saúde (intranet), a manutenção dos Sistemas de Cartão Saúde do Cidadão, o suporte ao portal de exames laboratoriais e do prontuário eletrônico, dos módulos que compõem o Gerenciamento das Farmácias e Almoxarifados da SES/DF; além do suporte aos sistemas de Regulação e de implantação de Gestão dos Leitos Gerais e de UTI, entre outros. Seu público alvo são os profissionais de saúde, gestores e a população em geral que demanda serviços de saúde no Distrito Federal.

Resultados Obtidos

Atividades	Total / Informatizados	Porcentagem
Portal de exames	Site pronto e em uso com aproximadamente 5000 pacientes / usuários / dia	100 %
Laboratórios (Projeto SIS)	27 laboratórios / 25 implantados	92,30 %
Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) (Projeto SIS)	14 Hospitais, 05 UPAS, 02 Centros da Regional de Saúde do Gama, 02 Centros da Regional de Saúde do Guará, 01 Centro da Regional de Saúde de Taguatinga, 02 Centros da Regional de Saúde do Núcleo Bandeirantes, 11 Centros da Regional de Saúde da Ceilândia, 03 Centros da Regional de Saúde de Sobradinho, 01 Centro de Saúde da Regional do Paranoá, 02 Centros de Saúde da Regional do Recanto das Emas, 04 Centros da Regional de Saúde Samambaia, 02 Centros da Regional de Saúde São Sebastião, 08 Centros da Regional de Saúde da	90 %

Atividades	Total / Informatizados	Porcentagem
	Asa Norte, 03 Centros da Regional de Saúde Asa Sul, 02 centros da Regional de Saúde de Brazlândia.	
Regulação de Leitos de UTI	Aproximadamente 423 leitos / 16 hospitais (públicos, contratados e conveniados)	100 %
Regulação de Cirurgias	Sistema pronto – Ortopedia e Cardiologia	100 %
Obtenção do ambiente e suporte para implantação da Sala de Situação	Em andamento	95%
Implantação de Datacenter	Expansão/Em andamento	100%
Radiologia (Projeto SIS)	14 hospitais, 05 UPAS	80 %
Update do Trakcare	Toda a rede	-
Regulação de Leitos de Pediatria	Toda a rede	Configuração 60%
Faturamento (Projeto SIS)	Toda a rede	100 %
Escala de Servidores	Toda a rede	100 %
Cartão Saúde do Cidadão	Implantado em toda a rede da SES/DF.	83,78 da população do DF está cadastrada no módulo do Cartão Saúde do Cidadão
Módulo de Agendamento de Consulta (Projeto SIS)	02 Centros da Regional de Saúde do Gama, 02 Centros da Regional de Saúde do Guará, 01 Centro da Regional de Saúde de Taguatinga, 02 Centros da Regional de Saúde do Núcleo Bandeirantes, 11 Centros da Regional de Saúde da Ceilândia, 03 Centros da Regional de Saúde de Sobradinho, 01 Centro de Saúde da Regional do Paranoá, 02 Centros de Saúde da Regional do Recanto das Emas, 04 Centros da Regional de Saúde Samambaia, 02 Centros da Regional de Saúde São Sebastião, 08 Centros da Regional de Saúde da Asa Norte, 03 Centros da Regional de Saúde Asa Sul, 02 centros da Regional de Saúde de Brazlândia, Fila de agendamento no HRT.	59,72 %
Gestão de leitos (NIA) (Projeto SIS)	Toda a rede treinada	100 %
Rede de Comunicação Coorporativa	Em andamento	80 %
Higienização dos dados do cartão Nacional de Saúde - CNS	Planejamento	50%
Vitro	Planejamento da Contratação (Levantamento) Gestão Contratos (em implantação)	30% 50%
Sala Segura	Elaboração	10%
Central de Marcação de Exames e Consultas	Processo de Contratação	10%
Implementação, Implantação e	HRSM, HRSAM, HRT, HBDF, HMIB, HRC, HRBZ, HRAN, HRPA, HRS, HSVP, HRGU, HCB, HRPL, HAB, HRSS, HRG	80%

Atividades	Total / Informatizados	Porcentagem
Capacitação da Sala de Situação		
Ponto Eletrônico	Toda Rede	Em andamento
Vigilância Eletrônica	Toda Rede	Em andamento

* O projeto SIS é utilizado nos hospitais e centros de saúde pelos profissionais da saúde da Secretaria de Saúde do DF

Outras realizações:

- Implementação, implantação e capacitação da Sala de Situação. A sala permite o acompanhamento de indicadores tais como (taxa de ocupação, abastecimento da rede, entre outros);
- Implantação e melhorias da Rede Saúde;
- Implementação e Implantação do Vitro (Sistema de Planej. Compras e Contratos);
- Ampliação do DataCenter;
- Formalização de aditivos que possibilitaram a aquisição de impressoras e micros;
- Implantação da Central de atendimento para suporte a infraestrutura de TI;
- Suporte e melhorias DOCControl;
- Criação da comissão do Projeto SIS;
- Implantação e manutenção de 90% do Projeto SIS nas Unidades de Saúde;
- Processo de sala segura para o DataCenter;
- Aquisição de nobreaks e estabilizadores para as unidades de saúde;
- Interfaceamento dos sistemas informatizados da SES-DF com o Projeto SIS, discussão continuada;
- Definição da política de segurança da informação da SES;
- Governança de riscos e conformidades (Metodologia de Gestão de Riscos e Segurança)

Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF

Em 2013, O Conselho de Saúde do Distrito Federal – CSDF, realizou 11 Reuniões Ordinárias e 10 Reuniões Extraordinárias. Destacam-se ainda as realizações seguintes:

- Iniciada a construção do site próprio do CSDF;
- Realizado Curso de Qualificação de Conselheiros a Distancia: qualificação para 150 Conselheiros de Saúde do DF (CSDF, Conselhos Regionais) feito em parceria com a Fiocruz;
- Realizada a III Plenária de Conselhos de Saúde do Centro Oeste.

- 1º Oficina de Planejamento Estratégico
- Criação do Fórum de Educação Permanente para o Controle Social – SUS/DF.

Programa de Descentralização em Ações de Saúde – PDPAS

A operacionalização do PDPAS dar-se-á mediante a alocação e transferência de recursos financeiros para, supletivamente, apoiar a execução de atividades desenvolvidas pelas URD. Em 2013, o Programa de Descentralização em Ações de Saúde – PDPAS contribuiu para a manutenção das atividades das Diretorias Gerais de Saúde no âmbito do Governo do Distrito Federal, preservando a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços de saúde à população, evitando prejuízos ao funcionamento geral das Unidades, suprindo necessidades diversas, como: reparação de instalações físicas das Unidades; retificação de equipamentos essenciais; aquisição de itens de Farmácia; reposição de materiais de almoxarifado; aquisição de vestuário hospitalar, bem como lençóis e cobertores, entre outros itens de relevância equivalente para o funcionamento das Unidades de Saúde do Distrito Federal.

Planejamento em Saúde

No âmbito do Planejamento e Programação em Saúde destacam-se como ações relevantes a apresentação de propostas junto ao Ministério da Saúde para a celebração de convênios para investimentos em unidades de saúde da SES DF, a integração entre os diversos instrumentos de planejamento da SES DF – Plano Plurianual, Plano de Saúde e Planejamento Estratégico, a coordenação do desenvolvimento do processo de gestão estratégica da SES DF, participação nos projetos QUALISUS RIDE, ParticipaSUS e PlanejaSUS do Ministério da Saúde, dentre outras ações.

A partir da coleta de dados nas unidades das Coordenações Gerais de Saúde e Hospitais de Referência da Rede SES-DF são produzidos dados estatísticos para o acompanhamento da produção de serviços à população do DF e Entorno.

De acordo com os parâmetros indicados na Portaria GM/MS n˚ 1.101/2002 para a cobertura assistencial, 4% a 10% do total de leitos gerais devem ser destinados como leitos de terapia intensiva adulta. A SES/DF disponibilizou em 2013, segundo o Resumo dos Serviços Médicos Hospitalares e Consultas - 2013, um total de 4.372 leitos gerais. Desta forma, aplicando-se os parâmetros e considerando apenas a população do DF (IBGE 2013: 2.789.761 habitantes), a necessidade mínima para leitos de UTI seria de 175 leitos (4% de cobertura) e a máxima de 437 leitos (10% de cobertura). Ao considerar a população do DF somada à população do Entorno (RIDE), cerca de 4.041.042 habitantes, esses valores aumentam consideravelmente, uma vez que não há na região do entorno do DF nenhum leito de UTI ativo pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Atividades		**Total**
Consultas e Atendimentos	Ambulatório	4.607.643
	Emergência	2.825.823
	Total	**7.433.466**
Internações		135.125

Saídas	Total (Altas + Óbitos)		134.763
Altas	**Altas**		131.014
Óbitos (enfermarias)		- 24 horas	742
		+ 24 horas	3.007
		Total	**3.749**
Cirurgias		Eletivas	32.263
		Emergência	24.591
		Total	**56.854**
Obstetrícia		Internações	41.630
		Altas	41.300
		Óbitos (1)	7
		Saídas	**41.307**
Partos		Normal	25.145
		Cirúrgico	15.865
		Total	**41.010**
Nascimentos		Nativivos	40.987
		Natimortos	421
		Total	**41.408**
Exames Radiológicos (Inclui a CRT)			1.319.876
Exames Patologia Clínica (Inclui o LRGu, LRC e LACEN)		Ambulatório	6.982.522
		Emergência	4.295.978
		Internação	2.110.153
		Total	**13.388.653**
Exames Anátomos Patológicos (2)			193.754
Necrópsias			472
Exames de Laboratório de Triagem Neonatal			417.615
Exames Hematológicos/Hemoterápicos/Imunológicos			1.324.466
Exames Especiais de Diagnose			407.277
Imaginologia		Radiodiagnóstico	1.047.796
		Raio X Odontologia	43.279
		Ultrassonografia	131.233
		Tomografia Computadorizada	92.405

	Ressonância Magnética		5.163
	Total		**1.319.876**
Anestesias Aplicadas			127.538
N° de Pacientes – Dia			915.769
N° de Leitos - Dia			1.221478
Leitos	Enfermaria	Operacionais	3.203
		Bloqueados	204
		Total	3.407
	Pronto Socorro	Operacionais	961
		Bloqueados	4
		Total	965
	Total	Operacionais	4.164
		Bloqueados	208
		Total	4.372

Fonte: NUEST/GEMOAS/DICOAS/SUPRAC - Relatórios Estatísticos Mensais das Coordenações Gerais de Saúde e Hospitais de Referência, jan a dez/2013. Dados sujeitos a atualizações. Nota: (1) Refere-se a pacientes internados em enfermarias de obstetrícia. (2) Inclui o item posterior.

Atendimentos a Pacientes Residentes Fora do DF - 2013

Unidade da Federação	Internação	Emergência
Goiás	23.179	350.019
Minas Gerais	1.235	6.466
Bahia	196	1.390
Outros Estados	350	3.167
Total de Atendimento a Pacientes Residentes Fora do DF	**24.960**	**361.042**
Total de Atendimento	**109.083**	**2.236.588**
Total de Atendimento DF	**84.091**	**1.875.546**

Fonte: NUEST/GEMOAS/DICOAS/SUPRAC - Relatórios Estatísticos Mensais das Coordenações Gerais de Saúde e Hospitais de Referência. Dados sujeitos a atualizações.

DIREG

O Complexo Regulador do Distrito Federal, para o pleno exercício de suas competências e o desenvolvimento de suas ações, pode implementar ações que incidam sobre prestadores de serviços, públicos e privados, de modo a orientar uma produção eficiente, eficaz e efetiva das ações de saúde, orientar às

diretorias dos hospitais próprios, conveniados e contratados da SES/DF, sobre a adoção de medidas administrativas e assistenciais necessárias ao funcionamento da rede de atenção ao paciente, controlar a oferta de leitos disponíveis, e a agenda de consultas, exames e procedimentos, padronizar solicitações de internação, consultas, exames e terapias especializadas, por meio de protocolos de regulação, estabelecer referência e contra-referência entre unidades, conforme fluxos e protocolos padronizados e organizar fluxos de referência especializada intermunicipal e interestadual.

Até o ano de 2013 foram implantadas ações de regulação do acesso aos seguintes leitos, internações, consultas, exames e procedimentos na rede própria, conveniada e contratada:

Consultas Especializadas em Cardiologia
Subespecialidades: Geral, Pediatria, Parecer, Arritmia, Cirurgia, Coronária, Fibrilação, Insuficiência Cardíaca, Risco Cirúrgico, Valvulopatia.
Consultas Especializadas em Dermatologia
Subespecialidades: Geral, Hanseníase, Psoríase, Tumores.
Consultas Especializadas em Oftalmologia
Subespecialidades: Geral, Pediatria, Catarata, Córnea, Degeneração Macular, Estrabismo, Glaucoma, Hanseníase, Plástica Ocular, Retina RN, Retina Geral, Transplante de Córnea, Uveíte.
Consultas Especializadas em Cirurgia Vascular
Subespecialidades: Arterial, Venoso e Linfático.
Consultas Especializadas em Pediatria (Hospital da Criança de Brasília)
Especialidades: Alergologia, Cardiologia, Cirurgia, Dermatologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Homeopatia, Imunologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Onco-Hematologia, Pneumologia, Reumatologia.
Consultas Especializadas em Ginecologia - Colposcopia
Consulta Especializada em Mastologia
Consultas Especializadas em Radioterapia
Consultas Especializadas em Oncologia Clínica
Consultas Especializadas em Cirurgia Plástica
Especialidades: câncer de pele, fissura lábio palatal, geral, hemangioma infantil, lesão medular, lipodistrofia, por antirretrovirais, pós bariátrica, ressecção mamaria por mastectomia, reconstrução de membros e triagem
Consultas Especializadas em Saúde Auditiva E Otorrinolaringologia
Consultas Especializadas em Alergologia Adulto
Exames Complementares e Procedimentos
Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Mamografia, Densitometria Óssea, Cateterismo, Angioplastia, Ecocardiografia, Estudo Eletrofisiológico, Teste Ergométrico, Holter 24h, MAPA, Tilt Teste, Biometria Ultrassônica, Campimetria Computadorizada, Ceratoscopia, Fotocoagulação à Laser, Gonioscopia, Mapeamento de Retina,

Microscopia Especular de Córnea, Paquimetria Ultrassônica, Retinografia, Teste de Glaucoma, USG do Globo Ocular, Vitrectomia.
Internações e Leitos Hospitalares
UTI Adulto Geral, UTI Coronariana, UTI Neuro-Trauma, UTI Neonatal, UTI Pediátrica.
Internações de Alta Complexidade de Pacientes Oriundos de Outros Estados (Central Estadual de Regulação da Alta Complexidade)
Especialidades e Procedimentos: Cardiologia, Oncologia, Neurocirurgia, Exploração Diagnóstica e Cirurgia para Epilepsia, Traumato-Ortopedia, Cirurgia Bariátrica.

Os procedimentos ambulatoriais regulados até 2013 são as consultas especializadas, exames e procedimentos em Alergologia, Dermatologia, Oftalmologia, Cardiologia, Cirurgia Vascular, Radioterapia, Ginecologia (Colposcopia), Mastologia, Saúde Auditiva, Otorrinolaringologia, Oncologia Clínica, Cirurgia Plástica e consultas pediátricas disponibilizadas no Hospital da Criança de Brasília – HCB, além de exames radiológicos como a Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Exames em Cardiologia, Mamografia e Densitometria Óssea, com a seguinte produção ao longo do ano de 2013:

Procedimentos	Produção
Consultas em Cardiologia	39.883
Exames em Cardiologia	61.367
Consultas em Dermatologia	33.134
Consultas em Oftalmologia	48.996
Procedimentos em Oftalmologia	16.334
Consultas em Radioterapia	1.769
Consultas Pediátricas	9.475
Consultas em Cirurgia Vascular	3.282
Consultas em Cirurgia Plástica	1.223
Consultas em Oncologia Clínica	4.772
Consultas em Ginecologia/colposcopia	2.067
Consultas em Mastologia	4.831
Consultas em Saúde Auditiva	221
Consultas em Otorrinolaringologia	707
Consultas em Alergologia Adulto	622
Mamografia	16.678
Ressonância Magnética	31.727
Tomografia Computadorizada	43.354
Densitometria Óssea	10.217

Fonte: SISREGIII.

No ano de 2013 passaram a ser regulados: consultas em cirurgia plástica e em oncologia clínica, em abril de 2013 as consultas em mastologia, em setembro as consultas em Alergologia adulto, ampliação das vagas da rede em Alergologia infantil e as consultas em Saúde Auditiva; e a partir de novembro as consultas especializadas em Otorrinolaringologia somando-se mais de 330.000 autorizações reguladas ao longo do ano.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar a cobertura do Cartão SUS para 70% dos habitantes do DF em 2015	No ano de 2012, a cobertura do cartão SUS alcançou 78,68. A superação da meta se deve ao aumento da informatização da Rede Hospitalar, descentralização da emissão do Cartão de Saúde, adequação das normas do Ministério da Saúde e demanda espontânea da população as unidades de saúde em busca do Cartão Nacional de Saúde. Em 2013, foram entregues cartões à 83,78% da população.
2. Ampliar o número de unidades hospitalares informatizadas para 100% em 2015	Meta para 2012 (51,25%) superada, alcance de 85% de informatização da rede. A Modernização do Sistema de Informação tem como projetos prioritários o gerenciamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS) para produção e operação dos produtos e serviços essenciais referentes ao processo de informatização; a atualização e ampliação da rede tecnológica de todas as unidades de saúde, mediante suprimento de equipamentos de software e hardware; a implantação e manutenção de Sistemas Informatizados. Em 2013, 90,1 % das unidades hospitalares informatizadas.
3. Manter sob regulação 50% das consultas em especialidades médicas em 2015	A regulação atua no primeiro acesso do paciente à consulta especializada, portanto a meta até 2015 é de regulação de 50% das consultas especializadas refere-se à totalidade das consultas de primeira vez. No ano de 2012, a meta proposta não foi alcançada (13%), devido a falta de customização do sistema para informatização das UCIN. Além disso, estava em fase de elaboração o projeto de implantação da regulação de todas as especialidades disponíveis na rede. No ano de 2013, foram atendidas em toda a rede 1.136.932 consultas. O total de consultas reguladas, no SISREGIII, foi de 153.844 agendamentos. Tendo em vista os dados acima, o percentual de consultas agendadas pela regulação em toda a Rede da SES foi de 13,53% consultas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1286	Cobertura Cartão SUS	%	54,49	31/12/10	Anual	**Desejado**	56	60	65	70	Relatório DITEC
						Alcançado	78,68	83,78	-	-	

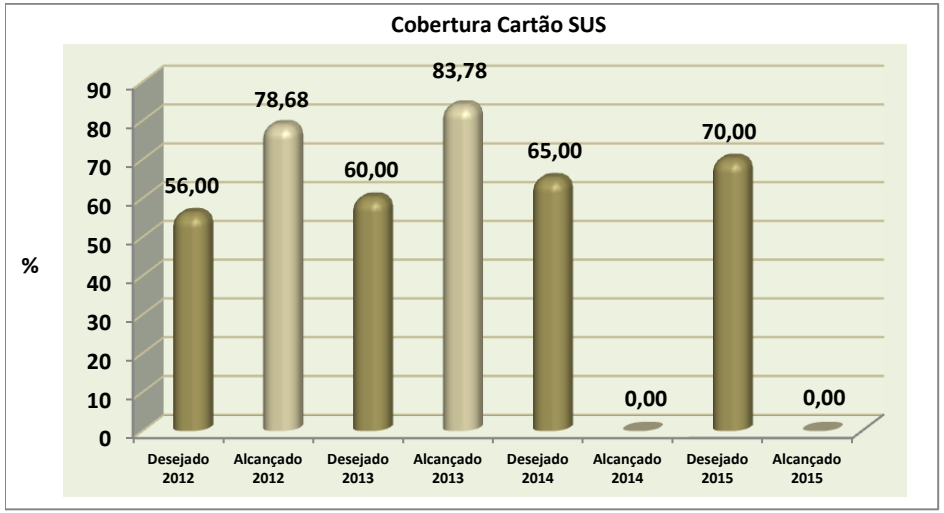
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1287	Informatização da rede	%	35	31/12/10	Anual	**Desejado**	51,25	67,5	83,75	100	Relatório DITEC
						Alcançado	85	90	-	-	
1288	Consultas especializadas reguladas	%	7,5	31/07/11	Anual	**Desejado**	15	27	35	50	SISREG
						Alcançado	13	21	-	-	

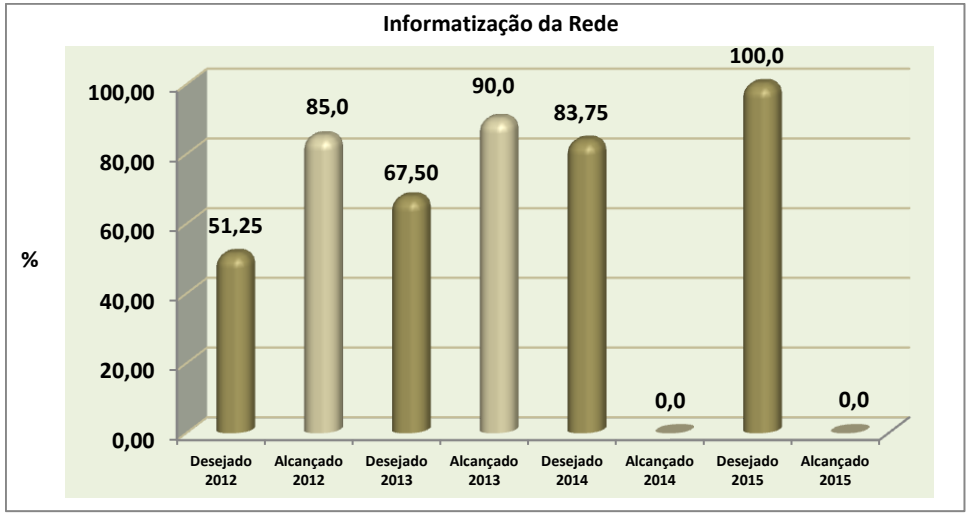
Justificativas 2013

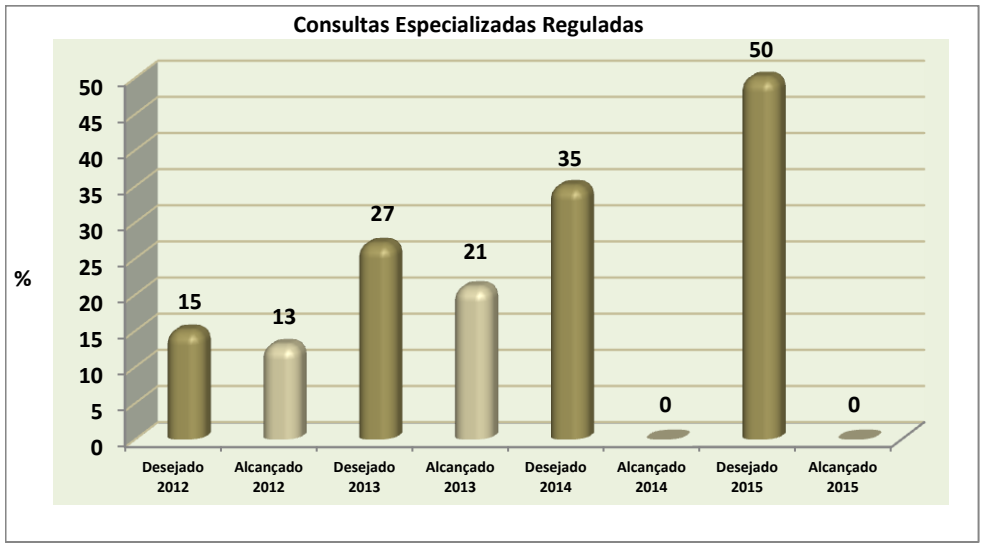
Indicador 1286 - Dados de jan-dez. A variação de 23,78 entre o desejado e o alcançado representou um aumento na cobertura de 39,63%. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 6,48%. O indicador continua subestimado pela área responsável.

Indicador 1287 - Dados de jan-dez. A variação de 22,50 entre o desejado e alcançado representou aumento de 33,33% de informatização da Rede. Comparado ao ano de 2012 o aumento foi de 5,88%. O indicador continua subestimado pela área responsável.

Indicador 1288 - Dados de jan-dez. A variação de 6 entre o desejado e o alcançado representou 77,78% da meta pactuada. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 61,54%.






Consultas Especializadas Reguladas
%
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
15
13
27
21
35
0
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 006 – Urgência e Emergência – Expandir e qualificar a rede de urgência e emergência, com o apoio a implantação e manutenção das unidades de pronto atendimento (UPAS) e do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU 192). (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

UNIDADE RESPONSÁVEL:
23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

As ações da Urgência e Emergência têm, entre outras atribuições, a organização das Unidades de Pronto Atendimento - UPA e a qualificação das "portas de entrada" das urgências nos hospitais. Além disso, para a realização de suas atividades os serviços de urgência e emergência contam com a implantação do SAMU 192 e a integração com as redes assistenciais de atenção básica e especializada.

Em 2013 foi realizado o mapeamento da estrutura atual de todos os componentes da Rede de Saúde do DF e suas necessidades. Houve também, ações específicas da Rede de Urgência e Emergência - RUE. Entre estas ações, foi estabelecido o roteiro para atendimento pré-hospitalar e hospitalar em apoio aos eventos da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014.

Além disso, realizaram-se os Planos de Ação referentes às Linhas de Cuidado do AVC e às Linhas de Cuidados dos Procedimentos Traumato-Ortopédicos de Média Complexidade - TOM. Foi definida juntamente com o Serviço Móvel de Urgência - SAMU a implementação da Central de Regulação de Urgências. Neste sentido, iniciou-se a elaboração de protocolos de regulação de urgência, fluxos e referências, tendo estes sido iniciado com os fluxos de atendimento às principais linhas de cuidado – IAM, AVC e Trauma.

Unidades de Pronto Atendimento - UPA

As Unidades de Pronto Atendimento prestam serviço a adultos e crianças em casos que necessitam de atendimento rápido e também nos casos em que há ameaça a vida, sofrimento intenso ou risco de lesão permanente. As UPAs são pré-hospitalares fixas de urgência e emergência que atuam de forma intermediária, servindo de retaguarda para a Atenção Básica (Postos de Saúde, Clínicas da Família e Unidades Básicas de Saúde) e encaminhando para os Hospitais somente os casos de alta complexidade.

Em 2013, estavam em operação 04 Unidades de Pronto Atendimento – UPA, no Distrito Federal. Essas unidades são de porte III, o que define uma capacidade média de 350 atendimentos por dia. Na Região Sudoeste estão em funcionamento duas UPAs - Recanto das Emas e Samambaia; na Região Leste a UPA - São Sebastião e na Região Centro Sul a UPA - Núcleo Bandeirante.

Para o Distrito Federal, foram programadas 15 UPAs porte III, em 2013, além das que estavam em funcionamento ainda iniciou a implantação de mais 4 UPAS localizadas 02 na Ceilândia, 1 em Sobradinho II e 1 no Gama.

As UPAs em funcionamento em 2013 realizaram juntas mais de 526 mil atendimentos nas especialidades de Clínica Médica, Pediatria e Odontologia, com média de 365 atendimentos diários e picos de 750 atendimentos por dia.

Também em 2013 foi constatado por meio dos registros do Sistema Integrado de Saúde (TRAKCARE) que as UPAs realizaram 33% dos atendimentos nas especialidades de Clínica Médica e Pediatria na rede pública de saúde do DF, composta por 17 Unidades de Urgênica e Emergência (sendo 13 Prontos Socorros e 4 UPAs). Encaminhando para as Unidades Hospitalares apenas 1% dos casos, ou seja, a resolutividade das UPAs é de 99%.

Desta forma, pode-se verificar que as UPAs realizam um trabalho essencial junto à população, atuando inclusive acima do que foi estipulado pelo Ministério da Saúde. O atendimento prestado pelas UPAs é resolutivo e qualificado, e somente são encaminhados aos Hospitais pacientes que necessitam de atendimento de alta complexidade.

SAMU

As ações de urgência e emergência para atendimento pré-hospitalar são efetuados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, pelas Salas Vermelhas e Amarelas do HRGu e HRC, pelo Centro de Trauma e Sala da Neuro-Cardio do HBDF. As atribuições destes serviços de atendimento pré-hospitalar e emergencial são voltadas para pacientes com patologias Clínicas, Traumáticas, Ginecológicas e Psiquiátricas, com redução do tempo resposta e agilidade no atendimento, de forma integrada com a rede assistencial de atenção básica e especialidade da SES/DF.

O SAMU é um setor de vigilância do sistema de saúde que tem a capacidade de monitorar de forma dinâmica e sistematizada em tempo real, todo o funcionamento do Sistema de Saúde, incluindo o processo de adoecimento da população, o atendimento às suas condições e as falhas existentes, tendo como objetivo gerar informações regulares para a melhoria do sistema de atenção às urgências e da saúde em geral.

Os cuidados de “Promoção, Prevenção e Vigilância em Saúde” da rede SES, assim como o SAMU-192 e sua Central de Regulação, são componentes da Rede de Atenção as Urgências, que têm como objetivo, estimular e fomentar o desenvolvimento de ações de saúde e educação permanente, voltadas para a vigilância e prevenção das violências e acidentes, das lesões e mortes no trânsito e das doenças crônicas não transmissíveis, além de ações intersetoriais, de participação e mobilização da sociedade visando à promoção da saúde.

O SAMU/DF atende uma população de 2.789.000 habitantes. É composto pela Central de Regulação de Urgência/192, pelas Ambulâncias de Atendimento Suporte Básico (USB), Ambulâncias de Suporte Avançado (USA), Motolâncias, Bikelâncias e transporte Aeromédico com aeronaves de transporte inter-hospitalar (convênio PRF/MS e SES/CBMDF/GDF), de equipes e órgãos ou tecidos humanos para captação.

Sob a coordenação da Central de Regulação, o Serviço Móvel de Urgência - SAMU192 atende a população em casos de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e lazer, vias públicas. Dispõe para tanto de 30 viaturas básicas (habilitadas), 8 avançadas (7 habilitadas pelo MS), e aeromédicos de asas fixas e rotativas, 22 Motolâncias (habilitadas) em movimento, trabalhando em dupla, 4 Bikelâncias, também em duplas, atuando no Parque da Cidade e no Zoológico nos finais de semanas e feriados, inclusive em passeios ciclísticos realizados em Brasília, coordenados pela Secretaria de Cultura Esporte e Lazer.

O serviço funciona 24hs por dia com equipes de profissionais de saúde: médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, assistente do serviço social e condutores de veículos de urgência, que atendem às urgências de natureza traumática; clinica; cirúrgica; gineco obstétrica e de saúde mental da população.

Como produtos das atividades do serviço de urgência e emergência podem ser destacados o mapeamento das patologias, dos atendimentos, das necessidades do cidadão, visando às linhas de cuidados prioritárias, das estruturas atualizadas dos componentes da rede de saúde da SES/DF (constantemente são inauguradas novas unidades de atendimentos), do melhor encaminhamento do paciente, principalmente nas patologias de maiores índices de mortalidade, como Infarto Agudo do Miocárdio - IAM, Acidente Vascular Cerebral - AVC e Traumas, que tiveram seus pontos de atenção definidos e seus fluxos estabelecidos.

Em programa de ensino à comunidade com o PROJETO SAMUZINHO há os seguintes de trabalhos: Projeto SAMU nas Escolas, existente desde 2010, com a intenção de resgatar a cidadania da população através das noções de primeiros socorros, até a chegada do Pré-Hospitalar; Projeto Escolas no SAMU, existente também desde 2010, mostrando à comunidade o funcionamento das ligações do 192 e qual o trâmite percorrido por este chamado até ao Médico Regulador; Projeto SAMU e você, tem o mesmo objetivo que o SAMU nas Escolas só que com público diferente, leigos fora das escolas.

O Núcleo de Ensino de Urgência/NEU/NEP/SAMU/DF mantém suas atividades de treinamentos e educação continuada e permanente para os servidores do SAMU/DF; como também para servidores da SES; PRF; outras entidades; escolas de saúde públicas e privadas.

Devido às atividades diversificadas do SAMU/DF, à partir das estatísticas dos atendimentos pré-hospitalares, foi necessário criar uma estrutura de apoio à vigilância em saúde, especificamente para urgência e emergência, denominado Observatório em Saúde. Este Observatório encontra-se em fase de estruturação, de forma parceira com diversos setores da SES-DF (CEREST, DISAM, NEPAV, FEPECS), do GDF (DETRAN) e outras instituições conveniadas.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Observatório destacam-se:

- Implementação do Núcleo de Saúde Mental em 2010, devido ao aumento do número de atendimentos de tentativa de autoextermínio e surtos psicóticos na população, como também a necessidade de monitoramento psicológico dos servidores, que de acordo com estudos científicos, trabalhadores em regime de estresse (emergências, UTIs, centro cirúrgicos, etc.) podem apresentar distúrbios psicológicos/psiquiátricos;

- Revisão das análises estatísticas de serviço, a partir da evidência do aumento de acidentes de trabalho em percurso, sendo criado um canal de comunicação direta com o CEREST, por intermédio da instalação de um link de informações em tempo real;

- Acompanhamento didático/ pedagógico, com a criação da preceptoria de internato e residência, além da elaboração de trabalhos científicos, junto aos internos e residentes das ESCS e da UCB;

- Encontra-se em fase de implementação, em cooperação técnica com a FEPECS, o Centro de Simulação Realística (CSR) do SAMU/DF, que contemplará atividades de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa.

- Criação do Serviço Aeromédico, estruturado em suas fases com apoio de profissionais (pilotos de asas rotativas e fixas) para gerenciamento e Coordenação de atividades, e da Agencia Nacional de Aviação Civil, para mobilizar o Setor Aeromédico do SAMU/DF-192.

De forma complementar, de acordo com situações extraordinárias, no plano geral de trabalho de Atendimento a Eventos em Massa e Desastre no DF, nos componentes pré-hospitalar e hospitalar, foi incluído o plano especifico para atendimento a vítimas de acidentes com agentes químicos, biológicos,

radioativos e eventos da natureza. Juntamente com outros órgãos como Vigilância, Saúde e Segurança Pública, a ANVISA efetuou um treinamento de 40hs, para os servidores do SAMU e dos Hospitais da rede SES.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantação de 14 Unidades Pré-Hospitalares Fixas de Pronto Atendimento (UPAS) até 2015	Para o DF estão programadas 14 UPAs tipo III cuja cobertura populacional é de 200.001 a 300.000 habitantes. Destas 14 UPAs, três foram inauguradas em 2012 (Núcleo Bandeirante, Recanto das Emas e São Sebastião). Foi efetuada a habilitação junto ao Ministério da Saúde para o repasse dos valores de custeio das quatro unidades em funcionamento no DF sendo iniciado o repasse em novembro de 2012. Em 2013 estão em operação 04 Unidades de Pronto Atendimento localizadas no Recanto das Emas, São Sebastião, Núcleo Bandeirante e Samambaia. Está prevista a entrega de quatro unidades em 2014.
2. Indução da regulação dos atendimentos de Urgência e Emergência, organizando fluxos de referência e contrarreferência entre os diferentes componentes da rede. *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 foi nomeado o Grupo de Trabalho da *Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE)* do DF, incumbido de discutir e desenhar os fluxos e protocolos para a rede de atenção às urgências do DF em todos os seus componentes, bem como sua pactuação e implantação. Para este fim, foram realizadas reuniões periódicas para discussão e finalização dos pontos relacionados a cada um dos componentes dentro das linhas de cuidado - IAM, AVC e Trauma - e dentro da rede de atenção à saúde do DF. Em 2013 a Regulação Médica do SAMU/DF, até setembro, usava o Sistema de Atendimento Pré-Hospitalar. Houve migração para o Sistema em Atendimento a Urgência (SAU), que até o momento está em customização para atender às exigências necessárias do serviço.
3. Implantação do acolhimento com classificação de riscos em unidades da rede de urgência e emergência do DF	Meta não alcançada em 2012. No início de 2013, estabeleceu-se contrato com o Grupo Brasileiro de Classificação de Risco de forma a capacitar e formar multiplicadores no Sistema Manchester de Classificação de Risco e assim implantar este método em todas as portas de entrada das emergências. Como meta estabeleceu-se então a implantação em toda rede de urgência e emergência até agosto de 2013. Em 2013 foi realizada a reorganização da rede de urgência e emergência com adoção da classificação de riscos. A classificação de risco foi implementada para organizar o fluxo de atendimentos por prioridades e tornar o processo dinâmico, identificando os pacientes que necessitam de tratamento imediato, de acordo com o potencial de riscos e agravos à saúde, através da utilização de pulseiras identificadoras. Com isto, houve a diminuição do tempo de atendimento a pacientes graves em todos os hospitais.
4. Qualificação da porta da urgência e emergência das unidades hospitalares, reorganizando fluxos e processos de trabalho	Foram programados cursos para qualificação dos servidores de todas as Unidades de Urgência e Emergência, os quais tiveram inicio em novembro de 2012 e deverão seguir grade de realização continua até 2014. Em 2013 foram implantadas salas vermelhas nos Hospitais de Base, Hospital Regional do Guará e Hospital Regional de Ceilândia. Houve a instituição das linhas de cuidado do AVC, IAM e trauma.
5. Renovação da frota (30 UBAS (Unidades Básicas de Saúde) e 07 USA) e equipamentos	A renovação da frota de veículos para o SAMU é realizada regularmente por doação de novos veículos pelo MS. Foram colocadas regularmente em funcionamento as 30 USB e as 7 USA com a nomeação de servidores para o quadro do SAMU.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	10 novas ambulâncias foram doadas pelo MS permitindo a manutenção de 10 ambulâncias como reserva técnica para atendimento a eventos ou em casos de necessidade de aumento de frota. Em 2013 houve renovação parcial da frota pelo Ministério da Saúde, Termo de doação Nº10100/2013, recebimento de 02 viaturas de acordo com Portaria Ministerial 2048/2002.
6. Aperfeiçoamento tecnológico e organizacional da Central de Regulação de urgência	Foi inaugurada a nova Central de Regulação de Urgências do SAMU em sua nova sede, com aperfeiçoamento tecnológico dos sistemas de regulação com implantação do monitoramento por câmeras alem do monitoramento por radio. Em 2013 a Central de Regulação do SAMU/DF trocou o sistema SAPH, para o sistema SAU.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1290	% de trotes recebidos	%	31,41	31/05/11	Mensal	**Desejado**	30	25	20	15	SAPH
						Alcançado	21,6	18,61	-	-	
1291	% de ligações pertinentes	%	42,8	31/05/11	Mensal	**Desejado**	45	50	55	60	SAPH
						Alcançado	30,4	81,39	-	-	
1292	Tempo resposta	Minuto	12,2	31/05/11	Diário/ mensal	**Desejado**	11	10	9	8	SAPH
						Alcançado	12,3	7,9	-	-	
1293	Óbitos em ambiente pré-hospitalar	%	5,16	31/05/11	Diário/ mensal	**Desejado**	1,3	1,2	1,1	1	SAPH
						Alcançado	1,3	0,34	-	-	
1294	Unidades de saúde com serviço de notificação de violência implantada	Unidade	73	31/12/11	Anual	**Desejado**	76	80	84	88	SINAN
						Alcançado	88	92	-	-	
1295	Implantação do Acolhimento e Classificação de Risco, em período integral, nos hospitais regionais do DF e HBDF	%	15	-	Anual	**Desejado**	15	20	30	40	Coordenação PNH
						Alcançado	15	22,20	-	-	

Justificativas 2013

Indicador 1290 - Dados de jan-dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de de 6,39 entre o desejado e o alcançado representou uma porcentagem de 74,44% de trotes recebidos. Houve uma queda no número de trotes recebidos de 13,84% em relação ao ano de 2012. As ações de educação nas escolas que estão sendo realizadas no Samu tem contribuído com esta redução.

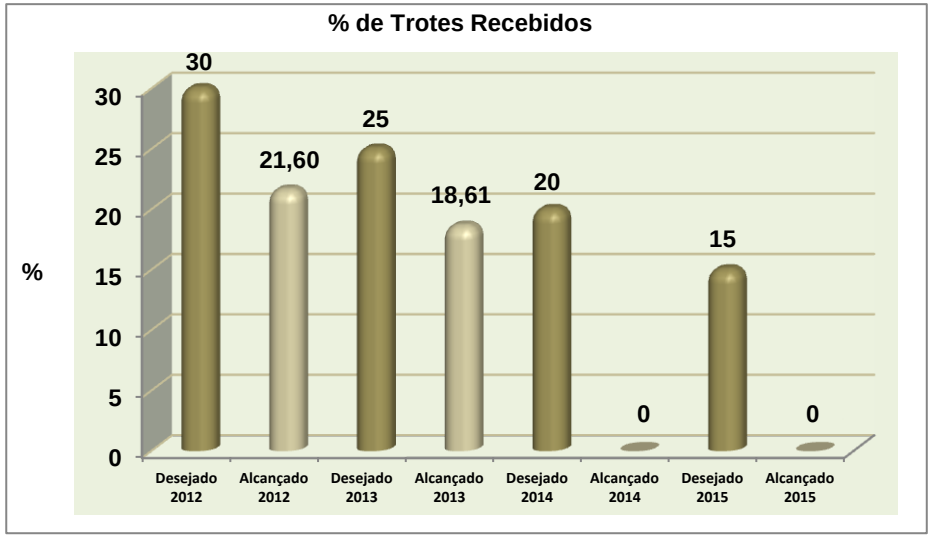
Indicador 1291 - Dados de jan-dez. A variação de 31,39 ligações pertinentes entre o desejado e o alcançado representou a superação da meta em 62,78%. Comparado ao ano de 2012, a percentagem de ligações pertinentes aumentou 167,73%. As ações educativas realizadas pelo SAMU, em especial, nas escolas reflete a melhoria deste indicador.

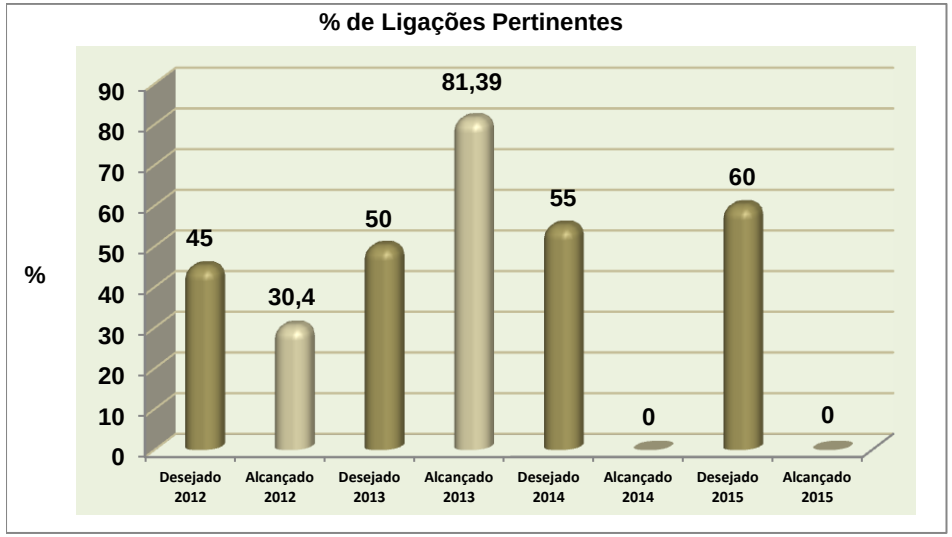
Indicador 1292 - Dados de jan-dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 2,1 minutos entre o tempo desejado e o alcançado representou um alcance de 79%. Houve superação da meta. Comparado ao ano de 2012 o tempo resposta diminuiu em 35,77% e tem melhorado a cada ano.

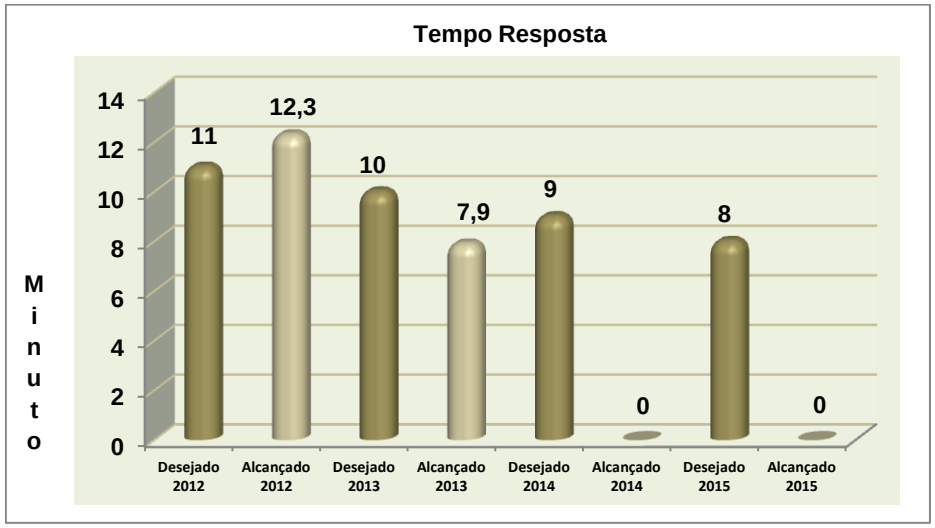
Indicador 1293 - Dados de jan-dez. O indicador é decrescente, quanto menor melhor. A variação de 0,86% de óbitos entre o desejado e o alcançado representou o alcance da meta em 28,33%, ou seja, houve melhoria. Comparado ao ano de 2012, os óbitos em ambiente pré-hospitalar reduziu 73,85%.

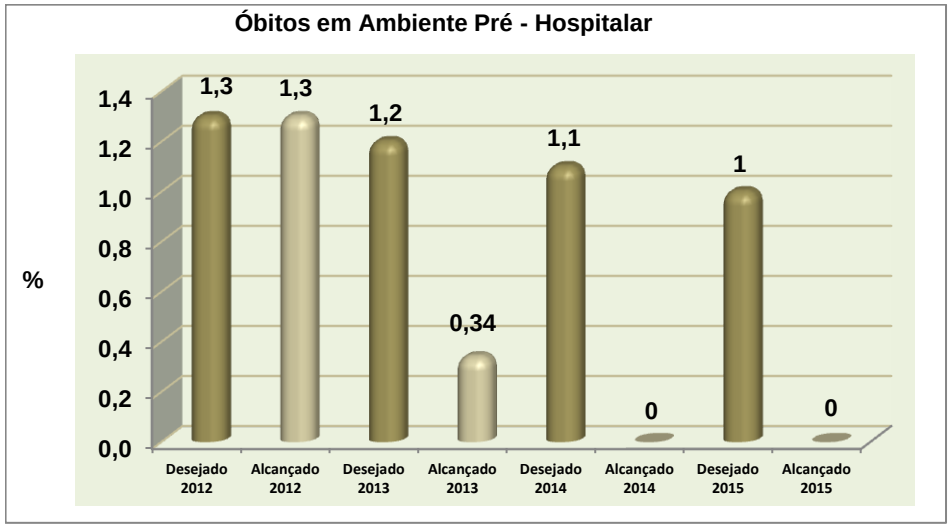
Indicador 1294 - Dados de jan-dez. A variação de 12 unidades entre o desejado e o alcançado representou aumento de 15% da meta pactuada. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 4,55% passando de 88 unidades em 2012 para 92 unidades notificadoras em 2013.

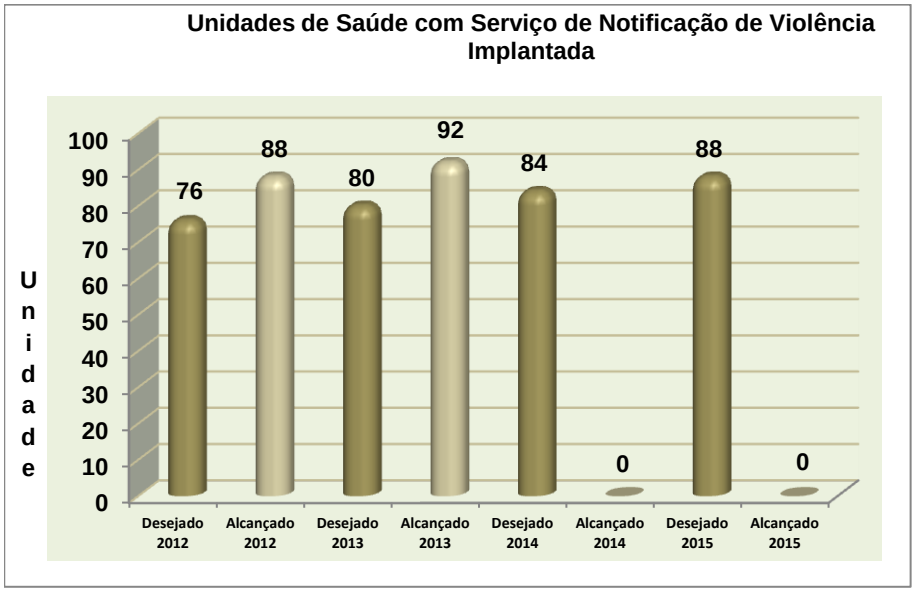
Indicador 1295 - Dados de jan-dez. A variação de 2,2 entre o desejado e o alcançado representou a superação da meta pactuada em 11%. Comparado ao ano de 2012, o aumento foi de 48%.

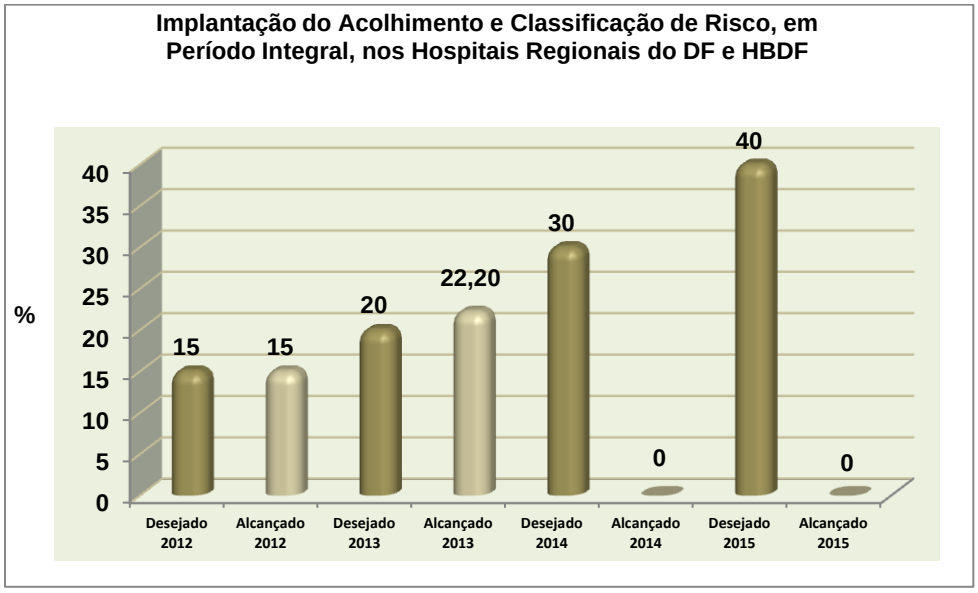





Tempo Resposta
Minuto
14
12
10
8
6
4
2
0
11
12,3
10
7,9
9
0
8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Óbitos em Ambiente Pré - Hospitalar
%
1,4
1,2
1,0
0,8
0,6
0,4
0,2
0,0
1,3
1,3
1,2
0,34
1,1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Unidades de Saúde com Serviço de Notificação de Violência Implantada
Unidade
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
76
88
80
92
84
0
88
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Implantação do Acolhimento e Classificação de Risco, em Período Integral, nos Hospitais Regionais do DF e HBDF
%
40
35
30
25
20
15
10
5
0
15
15
20
22,20
30
0
40
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 007 – Saúde Mental – Ampliar a cobertura assistencial em Saúde Mental de forma a propiciar qualidade na atenção e no cuidado do acometido de transtorno mental, familiar e servidores vinculados aos serviços, bem como o acesso universal a toda população do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
23.901 – FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – FSDF

Análise do Objetivo Específico

No ano de 2013, foram credenciados 4 (quatro) Centros de Atenção Psicossocial: CAPS AD de Santa Maria, CAPS AD III de Samambaia, CAPS AD do Itapoã e CAPS ADi III de Taguatinga. Significativamente, tais serviços ampliaram a taxa de cobertura para 0,67%, índice satisfatório e bem próximo à média nacional. Vale considerar, juntamente com a taxa de cobertura, a produção da rede ambulatorial dos Hospitais Regionais que, notadamente, contribui para a expansão da cobertura assistencial.

O processo de Supervisão Clínico Institucional permanece com a lacuna quanto à contratação do profissional supervisor. Mesmo assegurada a aprovação do projeto pelo Ministério da Saúde que disponibiliza recurso específico para tal, o processo de contratação dos supervisores, recorrentemente, é dificultado pela impossibilidade de atender a regulamentação local de contratação do supervisor.

No que compete à reforma de Unidades de atenção em Saúde Mental**,** não houve execução do recurso disponível, porém, estão em tramite processos de reforma de imóveis para a implantação de Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil – CAPSi de Sobradinho e CAPSi de Samambaia. Além destes, está em trâmite documento que contém projeto arquitetônico referente à reforma do CAPS II do Paranoá para ampliação da Unidade de Saúde visando extensão do horário e do número de atendimentos à comunidade. O CAPS III de Samambaia foi inaugurado com sede definitiva.

Quanto à implantação das Residências Terapêuticas, será aberto novo processo de aquisição de 5 (cinco) casas. O processo de locação do imóvel situado em Taguatinga está em vias de execução de reparos pelo proprietário.

Há previsão de implantação de 3 (três) Unidades de Acolhimento nas Regiões Administrativas: Asa Norte; Taguatinga e Ceilândia.

A SES-DF vem buscando desenvolver ações dirigidas à consolidação da Política Nacional de Saúde Mental.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Criar 31 serviços substitutivos em saúde mental, sendo 20 Centros Atenção Psicossocial – CAPS, 03 Residências Terapêuticas e 8 Unidades de Acolhimento *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	- CAPS: Credenciamento de 4 (quatro) Centros de Atenção Psicossocial. Ampliação da taxa de cobertura para 0,67%. - SRTs: será aberto novo processo de aquisição de 5 (cinco) casas. O processo de locação do imóvel situado em Taguatinga está em vias de execução de reparos no imóvel pelo proprietário. - UA: Implantação e habilitação junto ao Ministério de 1 Unidade de Acolhimento em Samambaia.

2. Construir a sede do Centro de Orientação Médico Psicopedagógica – COMPP *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Para o ano de 2014, como forma de assegurar os serviços de Saúde Mental voltados para crianças e adolescentes, foi incluído no orçamento da saúde mental o Programa de Trabalho específico que destina recursos para a construção de Unidade de Atenção à Saúde Mental – Centro de Atenção Psicossocial – COMPP.
3. Implantar leitos de atenção integral em Saúde Mental nas 15 Diretorias Gerais de Saúde da SES/DF, incluindo os destinados à infância/ adolescência e usuários de álcool/ drogas *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285nº 5285/2013)*	No ano de 2013 foram habilitados 43 novos leitos de Saúde Mental e Atenção Integral, a saber: 10 leitos no Hospital Materno Infantil de Brasília, 10 leitos no Hospital Regional de Sobradinho, 6 leitos no Hospital Regional de Santa Maria, 6 leitos no Hospital Regional do Gama, 5 leitos no Hospital Regional do Guará, 3 leitos no Hospital Regional de Ceilândia e 3 leitos no Hospital Regional do Paranoá.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

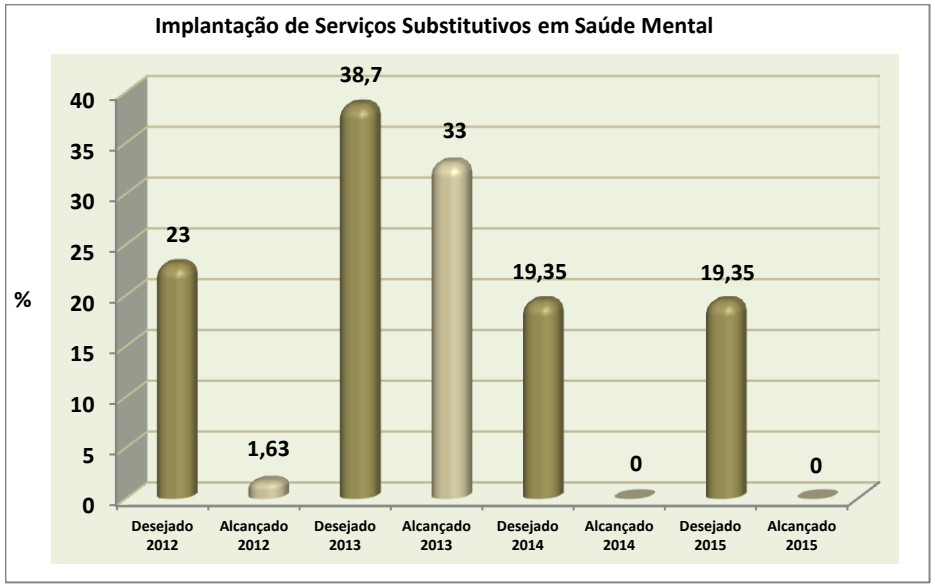
Indicadores:

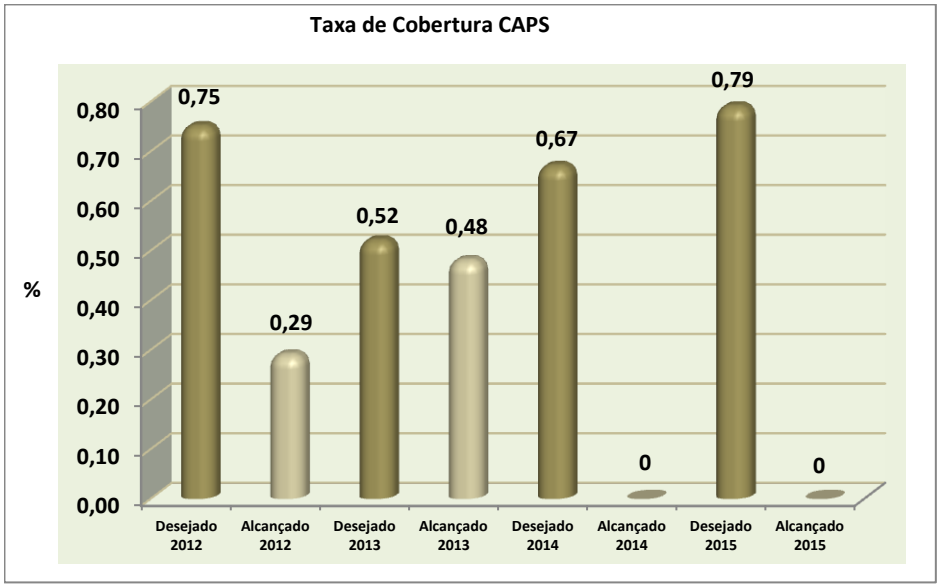
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1296	Implantação de serviços substitutivos em saúde mental	%	18	31/12/2010	Anual	**Desejado**	23	38,7	19,35	19,35	SES
						Alcançado	1,63	33	-	-	
1297	Taxa de cobertura CAPS	%	0,25	31/12/2010	Anual	**Desejado**	0,75	0,52	0,67	0,79	CNES e IBGE/ Estimativas populacionais
						Alcançado	0,29	0,48	-	-	

Justificativas 2013

Indicador 1296 - Dados de jan-dez. A variação de 57% entre o desejado e o alcançado representou o alcance de 85,27% , ou seja, 14 unidades de serviços credenciados e habilitados, sendo 13 CAPS e 01 unidade de acolhimento. Comparado ao ano de 2012 cujo resultado foi 1,63% houve um aumento de 1.924,54%.

Indicador 1297 - Dados de jan-dez. A variação de 0,04 pontos percentuais entre o desejado e o alcançado representou o alcance da meta pactuada em 92,31%, ficando 7,69% insatisfatório. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento na taxa de 65,52%. Para cálculo do indicador, o Ministério da Saúde só considera os CAPS credenciados e habilitados, com equipes e espaço físico consistido. Dessa forma, não entra os que estão funcionando sem credenciamento e habilitação.


Implantação de Serviços Substitutivos em Saúde Mental
%
40
35
30
25
20
15
10
5
0
23
1,63
38,7
33
19,35
0
19,35
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de Cobertura CAPS
%
0,80
0,70
0,60
0,50
0,40
0,30
0,20
0,10
0,00
0,75
0,29
0,52
0,48
0,67
0
0,79
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 008 – Assegurar sangue, seus componentes e exames especializados com qualidade e em quantidade adequada para a população no DF, de acordo com os princípios e diretrizes do SUS.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
23202- FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA – HEMOCENTRO

Análise do Objetivo Específico

Em 2013, a Fundação Hemocentro de Brasília - FHB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido junto à população no Distrito Federal: atendeu a 83,9% das solicitações rotineiras das Agências Transfusionais dos diversos hospitais da rede para reposição do seu estoque estratégico de hemocomponentes (46.647 bolsas), e a 100% das demandas fora da rotina, emergenciais (24.854 bolsas). Garantiu-se, assim, o índice de 100% de leitos emergenciais SUS atendidos e de leitos SUS atendidos por rotina.

O índice de doadores satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pela FHB ultrapassou a faixa dos 97% em 2013 (em 2012 foi de 96,3%), conforme pesquisa de satisfação do doador.

Consolidou-se, em 2013, a competência atribuída à FHB para coordenar e regular a atenção integral aos pacientes com coagulopatias hereditárias. Foram acompanhados, ao longo do ano, 451 pacientes portadores de coagulopatias hereditárias. As atividades do ambulatório multiprofissional, implantado em agosto de 2012, e da assistência farmacêutica atenderam 100% dos pacientes com hemofilia, cadastrados no DF, sendo que 86, que estão em profilaxia, receberam medicamento em domicílio.

Para garantir a excelência dos laboratórios de doadores e pacientes, foram realizadas importantes atualizações tecnológicas e de métodos, destacando-se a implementação do controle de qualidade interna e externa nos Laboratórios de Hemostasia e de Imunohematologia de Pacientes. O Laboratório de Hemostasia foi credenciado pela Federação Internacional de Hemofilia.

Cada vez mais a FHB vem assumindo sua responsabilidade institucional com a Hemorrede do Distrito Federal, acompanhando o estoque estratégico nas Agências Transfusionais e as boas práticas no ato transfusional, em toda rede da SES/DF. Em 2013, foram realizadas 24 visitas de supervisão a essas Agências, e também, o suprimento e a gestão de insumos; a aquisição e a gestão de equipamentos e o acompanhamento da manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais.

Em novembro de 2013, a FHB realizou o primeiro procedimento feito no DF de colher, processar e congelar células progenitoras hematopoiéticas para o transplante de medula óssea (MTO).

O desenvolvimento de ações educativas, para conscientizar e mobilizar a população, visando à doação fidelizada, contribuíram para o alcance do objetivo. Foram desenvolvidas ações educativas por meio de treinamentos e encontros com multiplicadores, palestras, campanhas internas, coletas externas e parcerias com instituições públicas e privadas. Foram realizadas 356 campanhas mobilizadoras no ano, atingindo um público de 3.069 pessoas.

Em 2013, as 53.113 doações efetivamente ocorridas, corresponderam ao índice de 2% de doações na população. Apesar de não ter havido elevação deste indicador em comparação ao ano de 2012, a FHB obteve um acréscimo de mais de 10% no quantitativo de doadores fidelizados, chegando ao índice de 46,3% de doadores fidelizados em 2013.

Os resultados alcançados em auditorias regulamentares demonstram que o Sistema de Gestão da Qualidade da FHB contribui fortemente para o alcance do objetivo: em auditoria realizada em março de 2013, pela ABNT, a FHB manteve a Certificação ISO 9001:2008, para o ciclo do sangue; em auditoria realizada pela Hemobrás, em março de 2013, para qualificação dos fornecedores de plasma excedente, a FHB obteve 98,5% de conformidade; em abril de 2013, a FHB recebeu os visitadores do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede, para avaliação técnica e gerencial do serviço de hemoterapia, e obteve 88% de conformidade; em inspeção sanitária conjunta realizada em outubro de 2013 pela VISA/DF, ANVISA/MS e pelo Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde – INCQS, da FIOCRUZ, para avaliar o controle da qualidade de insumos, produtos, ambientes e serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária, a FHB atingiu 97,13% de conformidade, sendo classificada como Instituição de saúde de BAIXO RISCO (em 2012, o índice foi de 91,13%, com a classificação de MÉDIO BAIXO RISCO).

Dentre os fatores mais relevantes, que dificultaram o alcance do objetivo, cita-se: o tempo decorrido entre a autuação dos processos de aquisição de insumos ou a prestação de serviços e a respectiva homologação da licitação; a dificuldade em elaborar os projetos de reforma e ampliação das áreas físicas da FHB e o quadro de pessoal, ainda inadequado às reais necessidades da FHB.

As principais previsões para o ano de 2014 são: manter o atendimento a 100% das solicitações de sangue pela Hemorrede do DF; aumentar o número de doações de sangue; elevar o percentual de doadores fidelizados; aumentar a coleta de hemocomponentes por aférese; buscar o contínuo fortalecimento e melhoria das Agências Transfusionais; completar a lotação dos profissionais necessários; adequar o espaço físico no Hemocentro, com o início das reformas previstas; providenciar a acreditação do Banco de Sangue de Células Umbilicais e Placentárias pela ABHH e pela AAB; fortalecer a cultura da Gestão Estratégica; dar ênfase contínua à qualificação do servidor; dar apoio ao processo de pesquisa; implantar o Sistema de Custos; informatizar os processos administrativos da FHB; manter a Certificação ISO 9001/2008 e o índice alcançado em 2013 na auditoria VISA-DF/ANVISA.

Meta 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Permanecer atendendo integralmente a demanda de leitos SUS emergenciais	As solicitações de hemocomponentes nas situações de emergência (fora da rotina) foram atendidas na sua totalidade.
2. Atingir 85% da demanda de rotina de leitos SUS	Em 2012, a demanda por sangue aumentou em 12,65% fazendo com que houvesse uma baixa no estoque estratégico da FHB. A FHB conseguiu atender 81,8% das solicitações por rotina (que compõe o estoque estratégico das Agências Transfusionais). Em 2013 atendeu-se 83,9% das solicitações rotineiras das Agências Transfusionais dos diversos hospitais da rede para reposição do seu estoque estratégico de hemocomponentes.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

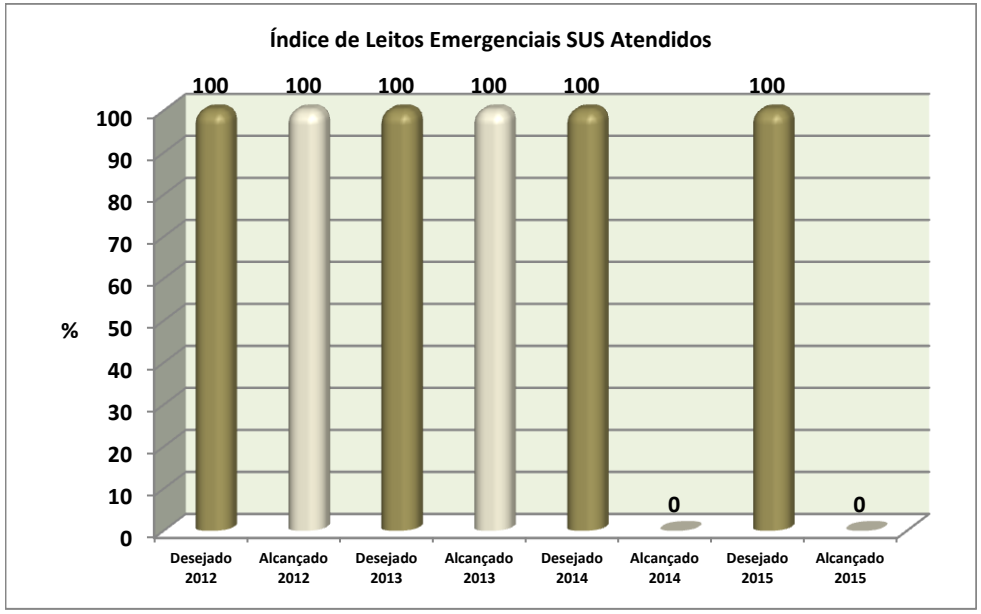
Indicadores:

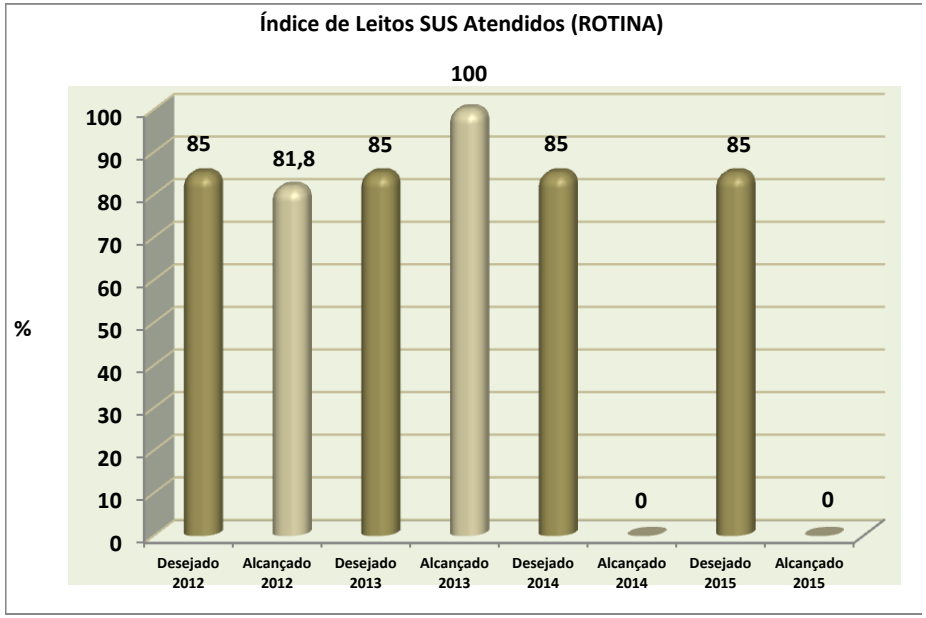
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1298	Índice de leitos emergenciais SUS atendidos	%	100	31/12/2011	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	FHB
						Alcançado	100	100	-	-	
1299	Índice de leitos SUS atendidos (rotina)	%	80	31/12/2011	Anual	**Desejado**	85	85	85	85	FHB
						Alcançado	81,8	100	-	-	

Justificativas 2013

Indicador 1298 - Dados de jan-dez. A meta foi atingida e não houve variação. O indicador tem se mantido estável.

Indicador 1299 - Dados de jan-dez. A variação de 15% entre o desejado e o alcançado representou a superação da meta pactuada em 17,65%. Comparado ao ano de 2012 houve um aumento de 22,25%.


Índice de Leitos Emergenciais SUS Atendidos
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Leitos SUS Atendidos (ROTINA)
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
85
81,8
85
100
85
0
85
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL: Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 11 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

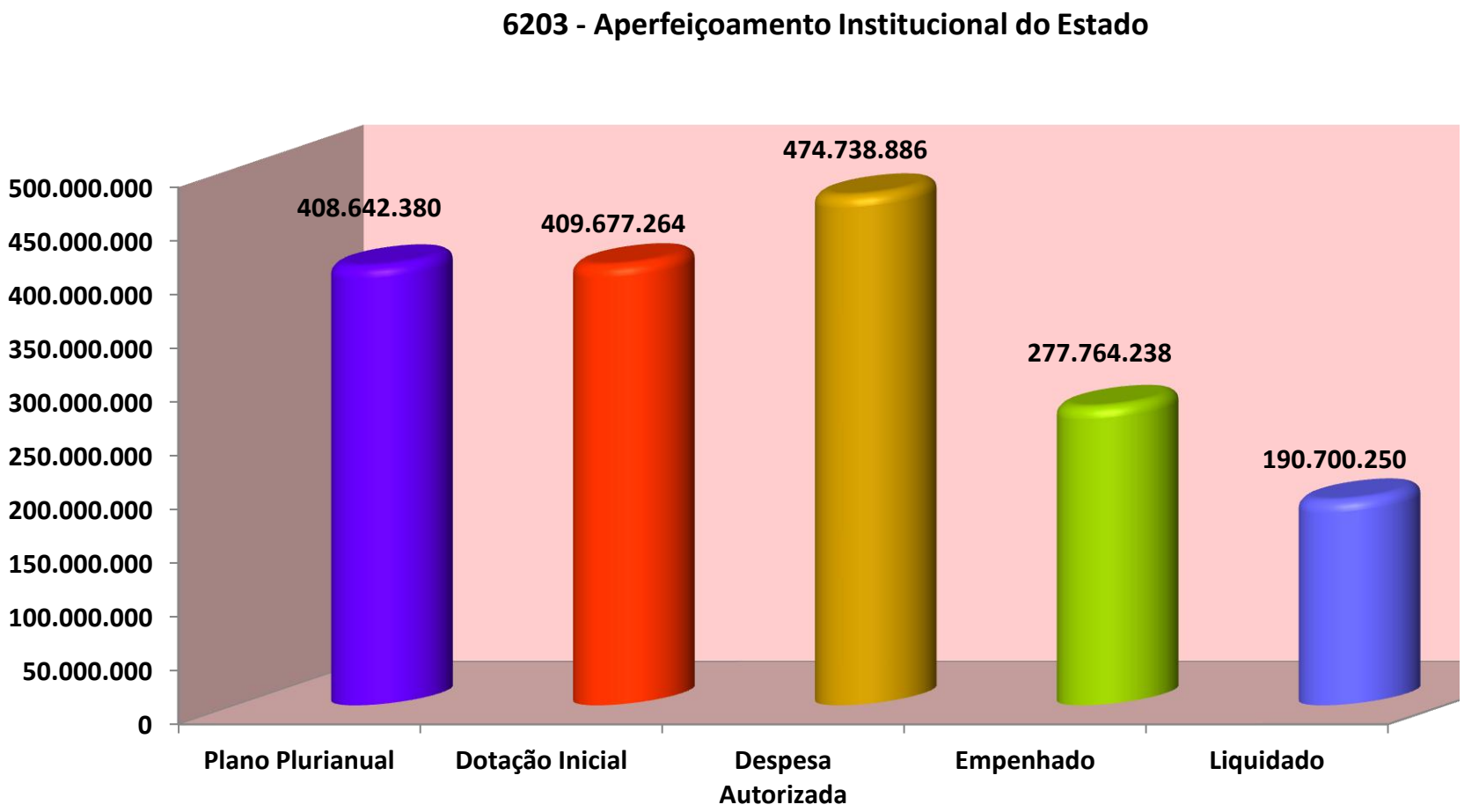
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Conduzir o processo de planejamento, orçamento e modernização da gestão no Distrito Federal, visando racionalizar o gasto e manter o equilíbrio das contas públicas, com participação social e transparência.	32.101
002 – Assegurar o equilíbrio fiscal e modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte, com base em modelo de gestão para resultados.	19.101
003 – Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade, recuperar danos causados ao erário e ampliar a transparência da gestão pública.	45.101
004 – Fortalecer o planejamento governamental do GDF por meio de um sistema de informações estratégicas, de modo a orientar a tomada de decisão em diversos níveis.	32.201
005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do DF serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.	21.206
006 – Planejar e implantar a Política de Fiscalização do DF por meio da gestão de projetos.	49.201
007 – Combater as desordens, reduzindo o número de invasões em áreas públicas e o comércio ilegal.	49.101
008 – Desenvolver políticas públicas orientadas à gestão dos servidores e empregados do Governo do Distrito Federal, dando ênfase as estratégias de recrutamento, formação continuada, democratização das relações do trabalho, aperfeiçoamento de ferramentas e processos e fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho, conferindo à valorização dos agentes públicos distritais o papel de principal vetor de aprimoramento da prestação de serviços aos cidadãos.	13.101
009 - Implementar monitoramento e avaliação de políticas sociais.	17.101
010 – Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem à preservação e o acesso à informação e ao patrimônio arquivístico histórico do GDF. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.)	11.134
011 – Conceder o benefício de plano de saúde complementar aos servidores do GDF, titulares, aposentados e pensionistas, bem como facilitar o acesso aos seus dependentes, de forma a contribuir na criação de uma política de saúde e segurança do servidor com base na ação de assistência à saúde.	13.202

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013

PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1077 - Construção de Centro de Capacitação	1.800.000	1.897.932	305.932	0	0	0	0
1329 - Gestão de Procedimentos Arquivísticos	50.000	24.000	5.950	5.950	5.950	12	12
1471 - Modernização de Sistema de Informação	39.201.146	9.854.351	14.483.041	11.888.407	7.142.389	30	18
1692 - Implantação do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC	25.000.000	10.000.000	40.623.166	5.687.230	5.544.000	23	22
1693 - Implantação do Centro de Gestão Integrada - CGI	57.369.050	21.688.106	0	0	0	0	0
2011 - (EP) Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - Agência de Fiscalização do Distrito Federal	1.666.000	0	0	0	0	0	0
2415 - Manutenção do Centro de Gestão Integrada - CGI	15.520.000	14.706.657	0	0	0	0	0
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	15.959.736	13.835.234	14.699.171	14.163.907	12.061.097	89	76
2912 - Estudos e Pesquisas Socioeconômicas	1.800.000	2.035.596	745.936	720.840	720.840	40	40
2985 - Manutenção da Rede GDF - NET / Internet	4.000.000	1.500.000	1.344.352	1.344.351	1.272.522	34	32
3046 - Modernização da Gestão Pública	15.551.032	13.330.000	23.231.081	16.238.782	10.949.681	104	70
3081 - Implantação do Sistema de Integração Operacional dos Órgãos Fiscalizadores	50.000	0	0	0	0	0	0
3102 - Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM	7.403.020	13.049.446	17.510.619	12.465.603	4.092.615	168	55
3103 - Integração Via Tecnologia da Informação	4.277.000	0	0	0	0	0	0
3104 - Programa de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal - PRODEFAZ-PROFISCO	14.354.000	11.929.000	11.929.000	0	0	0	0
3105 - Interação com o Cidadão	2.208.000	0	0	0	0	0	0
3143 - Implantação do Conselho de Consumidores de Serviços Públicos	61.500	55.000	55.000	0	0	0	0
3667 - Educação Fiscal	300.000	80.000	748.500	540.611	450.691	180	150
3678 - Realização de Eventos	710.000	0	700.000	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	12.614.120	4.333.499	3.395.899	0	0	0	0
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	375.000	0	0	0	0	0	0
4053 - Administração e Fiscalização de Áreas Públicas	2.025.000	95.000	215.000	190.000	153.911	9	8
4078 - Ações de Combate a Publicidade Ilegal	20.000	40.000	0	0	0	0	0
4079 - Ações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria	60.000	70.000	0	0	0	0	0
4080 - Ações de Combate ao Exercício Irregular das Profissões	40.000	40.000	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
4088 - Capacitação de Servidores	1.426.000	0	0	0	0	0	0
4089 - Capacitação de Pessoas	10.000	30.000	8.120	8.120	420	81	4
4090 - Apoio a Eventos	500.000	0	0	0	0	0	0
4093 - Controle, Correição e Transparência nas Aplicações dos Recursos Públicos	2.150.000	800.000	249.600	249.600	140.416	12	7
4105 - Estudos, Análises e Acompanhamento de Políticas Sociais	1.411.887	1.872.000	0	0	0	0	0
4106 - Gestão de Sistema de Informações Integradas e Georre-ferenciadas para o Planejamento	12.038.244	0	0	0	0	0	0
4136 - Revisão e Reajuste Tarifário de Serviços Públicos	1.500.000	630.000	630.000	70.000	70.000	5	5
4141 - Plano de Monitoramento Territorial	104.000	50.000	60.010	10.010	10.010	10	10
4163 - Regulação de Serviços Públicos	750.000	1.792.897	1.792.897	203.834	203.834	27	27
4180 - Monitoramento e Avaliação de Políticas Sociais	100.000	125.000	0	0	0	0	0
4214 - Implementação de Ações de Fiscalização	1.250.000	0	0	0	0	0	0
4221 - Ações de Combate à Poluição Sonora	60.000	40.000	0	0	0	0	0
4222 - Ações de Combate à Poluição Visual	25.000	0	0	0	0	0	0
4228 - Manutenção de Unidades Seccionais de Saúde e Segu-rança no Trabalho	315.000	0	0	0	0	0	0
4229 - Modernização de Biblioteca	30.000	8.000	0	0	0	0	0
4238 - (EP) Realização de Cooperação Técnica e Articulação Institucional	288.113	0	0	0	0	0	0
4949 - Manutenção do Serviço de Atendimento ao Cidadão	10.300.000	13.262.658	15.820.491	15.133.088	13.920.653	147	135
5014 - Implantação de Unidades Seccionais de Saúde e Segu-rança no Trabalho	200.000	0	0	0	0	0	0
5126 - (EP) Modernização da Rede GDF - NET/Internet	17.000.000	3.000.000	2.120.959	2.074.808	597.317	12	4
6057 - Realização de Atividades de Comunicação Social	53.000.000	250.000	232.617	232.618	232.618	0	0
6195 - Concessão de Plano de Saúde aos Servidores	20.840.000	127.980.821	127.180.821	0	0	0	0
7047 - Programa Nacional de apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do DF - PNAGE/DF	2.679.532	20.000	5.070.291	5.016.046	5.016.047	187	187
8505 - Publicidade e Propaganda	60.250.000	141.252.067	191.580.433	191.520.433	128.115.239	318	213
TOTAL DO PROGRAMA 6203	**408.642.380**	**409.677.264**	**474.738.886**	**277.764.238**	**190.700.250**	**68**	**47**


6203 - Aperfeiçoamento Institucional do Estado
500.000.000
450.000.000
400.000.000
350.000.000
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
408.642.380
409.677.264
474.738.886
277.764.238
190.700.250
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 – Conduzir o processo de planejamento, orçamento e modernização da gestão no Distrito Federal, visando racionalizar o gasto e manter o equilíbrio das contas públicas, com participação social e transparência.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
32.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento-SEPLAN buscou conduzir o processo de planejamento do Governo do Distrito Federal de forma a contribuir para a viabilização da execução das Políticas Públicas propostas nos objetivos estratégicos do governo. Nesse sentido, a SEPLAN elaborou os instrumentos institucionais de Planejamento (LDO, LOA, acompanhamento físico-financeiro das ações de governo e avaliação e revisão do PPA), em conjunto com os órgãos e entidades do GDF.

O papel principal da SEPLAN foi o de orientar as unidades a traduzirem as políticas públicas nos instrumentos de planejamento, conduzindo a execução de forma a definir prioridades, diante de um cenário de racionalização dos gastos públicos.

Nesse sentido, principalmente em face do que preconiza o PPA 2012-2015, buscou-se demonstrar as informações constantes dos instrumentos de planejamento de forma mais clara e transparente, permitindo a qualquer cidadão entender como se apresentava as políticas públicas à época da elaboração do Plano em 2011 e a expectativa de alcance de metas e objetivos do Governo no horizonte de quatro anos (2012-2015), e, ainda, sua execução ano a ano. Assim, em face das diretrizes constantes do PPA a SEPLAN demonstra, por meio da avaliação anual do Plano, os resultados da atuação do Governo no ano de 2013.

Visando manter o equilíbrio das contas públicas, a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal teve como grande desafio, no exercício de 2013, a busca de fontes de financiamentos destinadas a suprir as demandas, em especial às despesas com a folha de pagamento de pessoal, de forma a cumprir o compromisso governamental de manter os aumentos concedidos com a reestruturação de diversas carreiras e com a contratação de novos servidores, principalmente na área de saúde, bem como para atender os investimentos, em especial os Projetos Estruturantes.

Em que pese o aumento dos gastos com pessoal, as despesas se mantiveram dentro do limite percentual, em relação à RCL – receita corrente líquida, estabelecido pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, como pode ser observado no quadro abaixo. Ressalta-se que o índice de 2013 refere-se ao 3º Quadrimestre, última posição constante do Relatório de Gestão Fiscal até o fechamento do presente relatório, cujo percentual ficou em 45,02%.

Evolução da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida:

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
RCL	43,45	43,40	46,10	44,98	45,02

Fonte: 2013* RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, publicado no sítio da STC (www.transparencia.df.gov.br).

A Secretaria tem mantido esforços no sentido de racionalizar o gasto, reduzindo os custos e otimizando a prestação dos serviços corporativos com medidas concretas, especialmente no que se refere ao gerenciamento dos contratos contínuos, o que possibilitou, no ano de 2013, uma economia aproximada de R$ 4,5 milhões aos cofres públicos, buscando trazer maior eficiência na prestação dos serviços do GDF.

Ainda tratando dos contratos corporativos, várias foram as ações realizadas no intuito de disponibilizar sistemas e infraestrutura necessárias para atingir a meta no que se refere aos sistemas corporativos de Tecnologia da Informação e Comunicação no DF e da Rede GDFNet:

- Disponibilização das informações gerenciais e estratégicas para maior assertividade na tomada de decisões, controle, avaliação e monitoramento de atividades de diversas subunidades da SEPLAN, em formatos de relatórios gerenciais, consultas e gráficos em plataforma WEB;

- Disponibilização do sistema corporativo confiável e estável à Administração Pública do DF;

- Disponibilização do sistema corporativo de planejamento e orçamento público que permita automação dos processos de PPA, LDO e LOA;

- Aparelhamento do Datacenter, provendo infraestrutura capaz de suportar os serviços e sistemas corporativos do Estado;

- Expansão da Rede GDFNet, aperfeiçoando os serviços de comunicação e estrutura física de rede, promovendo a expansão da infraestrutura da rede metropolitana de dados;

- Portal de Dados Abertos, aprimorando a transparência do Estado junto ao cidadão;

- Aplicativo Móvel Visite Brasília, disponibilizando informações sobre serviços do Estado de interesse do visitante do DF, em português, inglês, espanhol e francês.

A persistência da crise global, com seus reflexos no câmbio, continuou atingindo a economia do Distrito Federal, afetando o crescimento da receita total que foi abaixo do esperado, forçando o Governo local a reduzir os gastos com o custeio da máquina pública na busca de alternativas para ampliação dos níveis de investimentos que, apesar do cenário da economia, apresentou um incremento na ordem de 39,61%. Dentre os investimentos responsáveis pela evolução do índice de 2013, destacam-se a conclusão da construção do Estádio Nacional – Mané Garrincha, a ampliação do Hospital da Criança de Brasília e a implantação de veículo leve sobre pneus – VLP Eixo Sul.

Evolução dos Investimentos

Ano	2009	2010	2011	2012*	2013*
Valores Investidos (em R$)	1.382.848.415,68	1.041.462.545,27	974.860.654,47	1.561.942.237,05	2.180.610.380,13
Variação %	31,58	-24,69	-6,40	60,22	39,61

Fonte: Consulta ao sistema SIGGO, balancete de encerramento do exercício.

Promovendo a busca de recursos para o financiamento de obras de melhorias e programas de cunho econômico e social no DF, destacam-se as seguintes operações:

Operações de Crédito Negociadas com Agentes Financeiros Nacionais

Em mil R$

Resumos das Operações		
Projetos por Fontes	**Recursos Pleiteados**	**Valor**
Emendas /Siconv	54	308.558
Financiamentos Nacionais contratados em 2013	07	1.890.152
Financiamentos Nacionais em processo de pleito 2013 - 2014	13	996.655
Total Geral	**74**	**3.195.365**

Fonte: Subsecretaria de Captação de Recursos e Modernização/SEPLAN-DF

Financiamentos Nacionais

Em mil R$

Operações de Crédito Contratadas em 2013	
Operação	**Valor**
PROINVESTE	311.152
* PAC - Sistema de Transporte de Passageiros - Eixo Sul	561.523
* PAC - Sistema de Transporte de Passageiros - Eixo Oeste	517.477
* PAC - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - Vicente Pires	397.961
* PAC - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - Arniqueiras 1ª Etapa	47.622
* PAC - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas – Buritis	19.382
* PAC - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - Porto Rico	35.035
Total	**1.890.152**

Em mil R$

Operações de Crédito Em Processo de Pleito 2013 - 2014	
Contrato	**Valor**
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Vargem da Bênção	98.109
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Riacho Fundo II - 4ª Etapa	25.358
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Planaltina	59.770
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Crixá	45.548
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Nacional	52.155
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Riacho Fundo II - 3ª Etapa	21.495
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Itapoã	46.775
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Riacho Fundo II - 5ª Etapa	67.787
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Recanto das Emas	27.758

Operações de Crédito Em Processo de Pleito 2013 - 2014	
Programa de Financiamento de Contrapartida do PAC - CPAC Nova Colina	40.690
* Eixo Norte	338.210
* Aquisição do Material Rodante - VLT	120.000
* PAC - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas Por do Sol	50.000
Total	**996.655**

Obs: * A partir de junho, o Decreto nº. 33.722, de 18/06/2012, (DODF nº. 118, de 19/06/2012) delegou à Casa Civil a Gestão do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Operações de Crédito Negociadas com Agentes Financeiros Internacionais (BID)

Em mil US$

Empréstimos solicitados	Valor Financiado	Contrapartida	Valor Total
Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial – Brasília Sustentável II	100.000	50.000	150.000
Projeto de Modernização Fiscal do Distrito Federal – Prodefaz/ Profisco -DF	31.997	4.743	36.740
Programa de Saneamento Ambiental BID III (Mutuário CAESB)	170.840	115.480	286.320
Programa de Desenvolvimento Econômico Do Distrito Federal – ADES - PROCIDADES	50.000	21.430	71.430
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – DF Rural Sustentável	112.000	28.000	140.000
Total	**464.837**	**219.653**	**684.490**

Detalhamento do quadro acima:

Em mil US$

Projetos em Fase de Preparação já com Recomendação Cofiex			
Projetos	**Valor Financiado**	**Contrapartida**	**Valor Total**
Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial – Brasília Sustentável II	100.000	50.000	150.000
Total	**100.000**	**50.000**	**150.000**

Em mil US$

Projetos em Fase de Avaliação pelo Tesouro Nacional			
Projetos	**Valor Financiado**	**Contrapartida**	**Valor Total**
PRODEFAZ	31.997	4.743	36.740
Saneamento Ambiental – BID III (CAESB)	170.840	115.480	286.320
PROCIDADES	50.000	21.430	71.430
Total	**252.837**	**141.653**	**394.490**

Em mil US$

Projetos em Fase de Preparação já com Recomendação Cofiex			
Projetos	**Valor Financiado**	**Contrapartida**	**Valor Total**
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – DF Rural Sustentável	112.000	28.000	140.000
Total	**112.000**	**28.000**	**140.000**

Em cumprimento às metas governamentais concernentes a resolução das inadimplências contidas no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC/SIAFI, e o compromisso da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento na obtenção de resultados definitivos acerca da matéria, destacam-se:

- Publicação do Decreto nº 35.109, de 28 de janeiro de 2014, estabelecendo regras para manutenção da regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do DF;

- Regularização do CNPJ do Governo do Distrito Federal que se encontrava inadimplente junto ao CAUC por irregularidade em 13 convênios firmados em anos anteriores, além de 03 inscrições no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, 02 registros por irregularidade quanto a contribuições previdenciárias, 01 por irregularidade em aplicação mínima de recursos na área de Educação e 01 por regularidade previdenciária; e
- 100% de adimplência no âmbito da Administração Direta relativo aos requisitos fiscais quanto às Obrigações de Adimplência Financeira, Adimplemento na Prestação de Contas de Convênios e Obrigações de Transparência do Cadastro Único do Convenio - CAUC, conquista singular para o Governo.

Esses resultados impactam diretamente nas ações relativas à captação de recursos com fontes de financiamentos internos e externos, propiciando a reconquista da credibilidade do Distrito Federal e viabilizando recursos no intuito de proporcionar benefícios a toda comunidade do DF.

Para melhor conduzir o processo de planejamento, orçamento e modernização da gestão no Distrito Federal, a SEPLAN investiu em torno de R$ 553.000,00 no Plano de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (PCDP), perfazendo um total de 286 capacitações.

Por meio da execução responsável e transparente dos planos/programas e orçamentos, a SEPLAN vem alcançando o objetivo específico em análise, mantendo sempre como foco em todas suas ações a melhoria e o aperfeiçoamento dos processos do ciclo de planejamento do Governo do Distrito Federal.

Metas 2012 – 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Modernizar e estruturar o sistema de planejamento governamental, focado na melhoria dos processos de elaboração, controle, acompanhamento e avaliação dos programas, inclusive com a participação da sociedade, visando à promoção de um serviço público ágil, transparente e comprometido com os resultados institucionais	A SEPLAN, como órgão central do sistema de planejamento do GDF tem atuado no sentido de adotar novas técnicas que permitam a modernização e estruturação do sistema de planejamento governamental. O trabalho desenvolvido busca a conscientização dos agentes públicos quanto à importância da cultura do planejamento focado na definição de prioridades, racionalização dos gastos públicos e mensuração dos resultados alcançados pela ação do Estado na implementação de políticas públicas que atendam as necessidades da população. Nesse sentido, a SEPLAN continuou, no exercício de 2013, desenvolvendo estudos para a utilização do Sistema SIOP/União na elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento. A expectativa é de que o Sistema

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	atenda melhor as necessidades das áreas de Planejamento e Orçamento do GDF e permita a melhoria dos processos de elaboração, controle e avaliação dos programas e ações de governo. No intuito de promover a transparência da ação governamental, a SEPLAN realizou audiência pública, em setembro de 2013, com a presença de 175 pessoas, para apresentação da primeira Avaliação do PPA 2012-2015, ano base 2012. A participação em reuniões e Grupos de Trabalho do Conselho Nacional de Secretários de Planejamento – CONSEPLAN e da Rede Nacional de Orçamento e Planejamento - RENOP busca promover a troca de experiências e boas práticas entre os entes federados e a atuação da equipe técnica da SEPLAN como multiplicadores dessas experiências no GDF.
2. Aperfeiçoar o processo de Avaliação Anual do Plano Plurianual, de modo a conferir maior efetividade ao ciclo de gestão, adotando parâmetros e procedimentos concretos de ajuste e redirecionamento da atuação governamental	A SEPLAN orientou os órgãos e entidades do GDF em reuniões técnicas e/ou atendimentos individualizados a avaliarem o que foi proposto no PPA e apresentarem os resultados efetivamente atingidos na sua atuação durante os exercícios de 2012-2013. A partir da avaliação dos resultados anual, a SEPLAN orienta as unidades orçamentárias quanto à proposição de revisões. As propostas de alterações ao PPA são analisadas pela equipe técnica da SUPLAN e, caso seja necessário, um redirecionamento, mesmo que pontual, da atuação governamental um projeto de lei de revisão do Plano poderá ser elaborado e entregue à CLDF até 15/09.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
962	Redução da Edição de Decretos de Crédito Suplementar	Unidade	108	31/08/2011	Anual	**Desejado**	205	195	185	173	SUORC/ SEPLAN
						Alcançado	183	409	-	-	
965	Execução de Despesas com Recursos de Convênios em Relação ao fixado	%	17,21	31/12/2010	Anual	**Desejado**	23	25	28	31	SUORC/ SEPLAN
						Alcançado	54,08	29	-	-	
969	Planejamentos Estratégicos Institucionais concluídos – PEIC	%	86	31/12/2010	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	100	100	-	-	
973	Índice de Órgãos estruturados	%	0,01	31/05/2011	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	100	100	-	-	
1105	Avaliação de execução das metas estabelecidas nos PEIC	%	100	31/10/2010	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	100	100	-	-	
1106	Produtos do PNAGE realizados	%	5,74	31/12/2010	Anual	**Desejado**	70	100	-	-	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	59	59	-	-	

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1107	Convênios inscritos no CAUC/SIAFI regularizados no exercício	%	-	-	Anual	**Desejado**	50	50	50	30	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	157	177	-	-	
1108	Índice de Órgãos analisados	%	-	-	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	100	100	-	-	
1109	Índice de Atendimento da demanda de qualificação de entidades como Organização Social (OS)	%	-	-	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	100	100	-	-	
1110	Índice de Atendimento da demanda de qualificação de entidades como OSCIP	%	-	-	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SMG/ SEPLAN
						Alcançado	100	100	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 962 - Os valores obtidos tiveram um incremento substancial, em relação a 2012, decorrentes do aumento de alterações orçamentárias geradas pelas solicitações da Junta de Execução Orçamentária - JEO, acarretando muitos ajustes orçamentários.

Indicador 965 - O aumento do número de convênios firmados entre os órgãos do GDF e/ou entre órgãos do GDF e o Governo Federal tem sido prática comum na busca de recursos alternativos para viabilizar a necessidade de novos investimentos em detrimento aos comprometimentos das receitas tributárias. Os convênios têm se mostrado cada vez mais eficazes, razão pela qual os gestores públicos tem se valido desta prática exitosa. A execução de despesas com recursos de convênio melhorou 6% em relação ao esperado.

Indicador 969 - Foram solicitados e atendidos 03 novos planejamentos estratégicos institucionais, a saber: Secretaria de Justiça, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Indicador 973 - A meta foi cumprida desde dezembro de 2012, pois a SEPLAN contou com a parceria da Comissão de Reestruturação dos Cargos em Comissão do Governo do Distrito Federal, instituída pelo Decreto nº 32.724, de 24 de janeiro de 2011, a qual conta com a CMI para prestar o suporte técnico aos trabalhos.

Indicador 1105 - Foi avaliada a execução de todas as 15 compromissadas com Planejamentos Estratégicos Institucionais (PEI's) vigentes, ou seja, 100% de avaliações de execução concluídas em 2013.

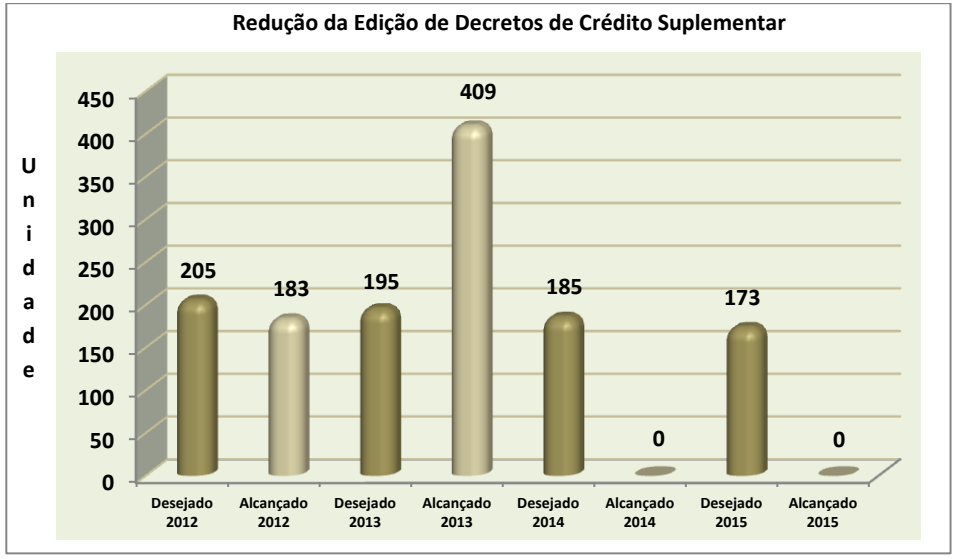
Indicador 1106 - O PNAGE/DF foi concluído em 2013 com valores acumulados de R$ 2.172.328,14, incluso os restos a pagar, totalizando a execução acumulada em 40,98%, sendo 18,25% recursos do BID e a diferença da contrapartida GDF. Fórmula: (100% x 40.98%) / 70% = 59%.

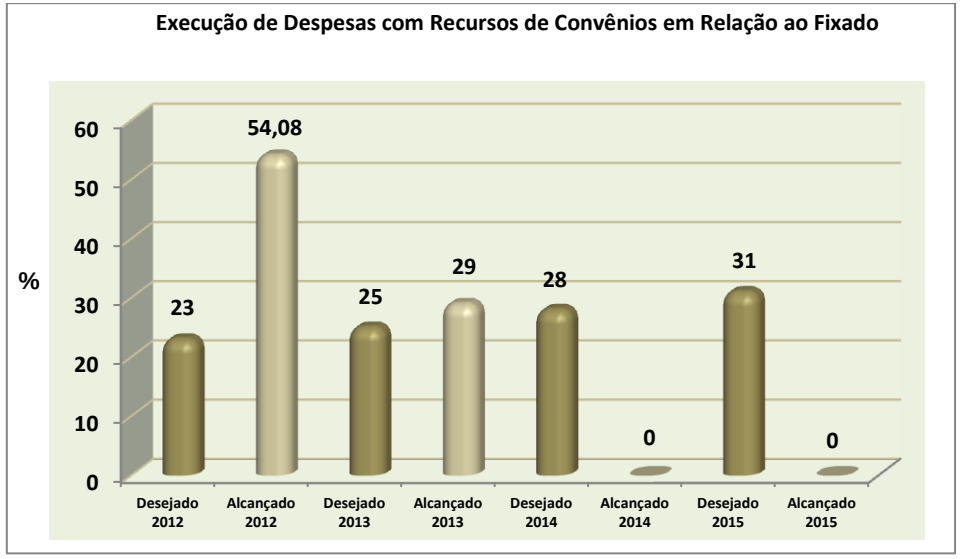
Indicador 1107 - Dos 09 Convênios inscritos no CAUC/SIAFI em 2013, 08 foram retirados, o equivalente a 88,9%. Meta superada. Fórmula: (100% x 88,9%) / 50% = 177%.

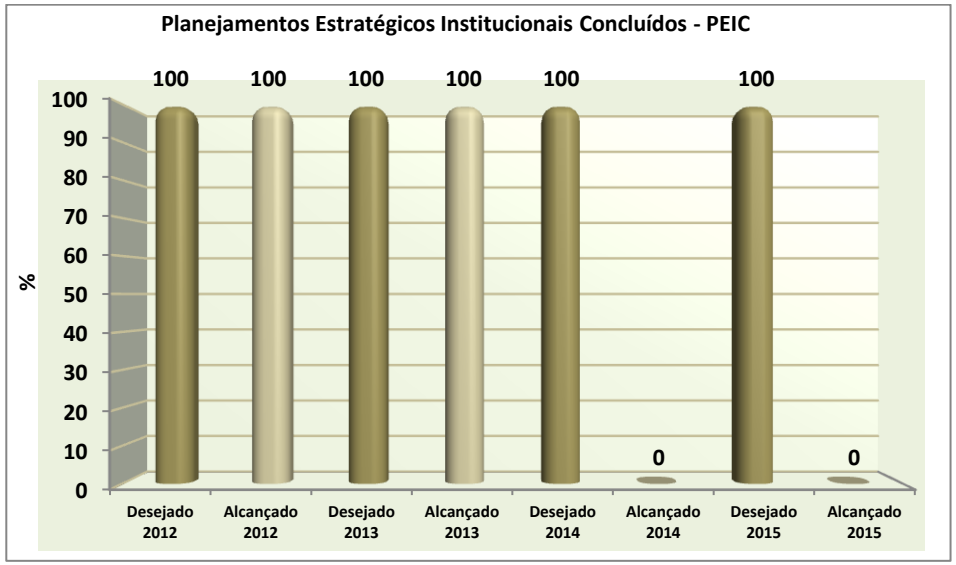
Indicador 1108 - Análise e melhoria de processo - Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - Unidade de Coordenação e Administração de Contratos e Convênios - Identificado 1 macroprocesso e 5 processos principais: formalização de contratos e convênios; avaliação, qualidade e métricas contratuais; acompanhamento econômico dos contratos; acompanhamento e aperfeiçoamento de projetos básicos; aprovação, formalização e execução de convênios.

Indicador 1109 - O indicador traduz-se por total de processos analisados/total de processos demandados. Todos os processos demandados foram analisados.

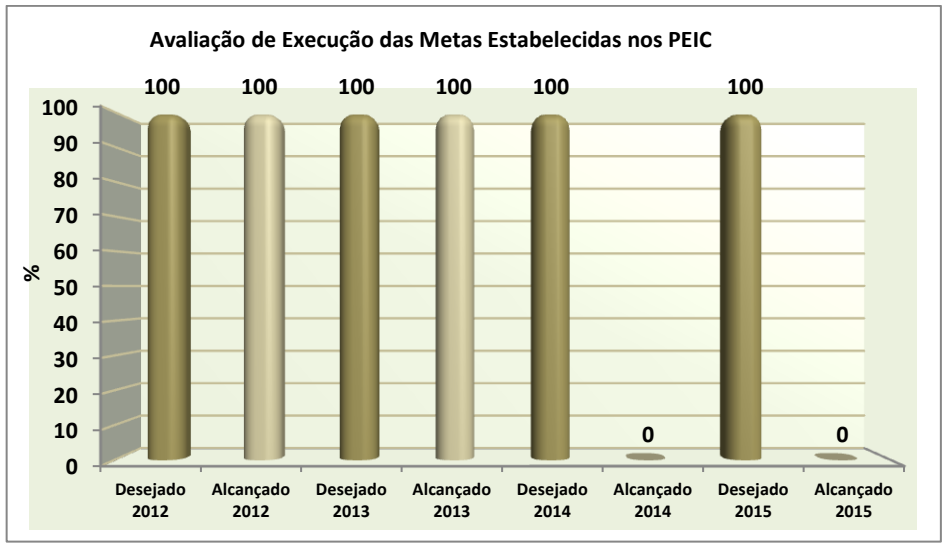
Indicador 1110 - O indicador traduz-se por total de processos analisados/total de processos demandados. Todos os processos demandados foram analisados.

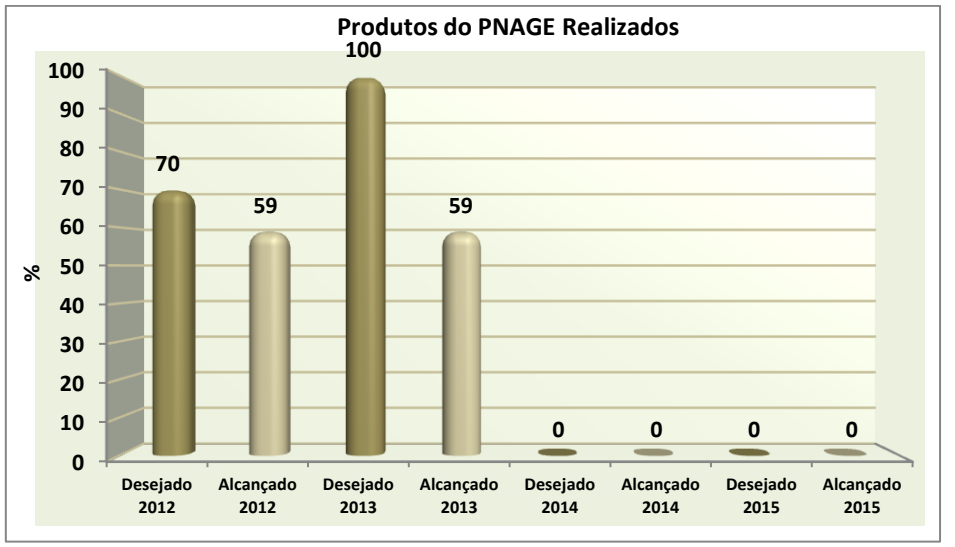


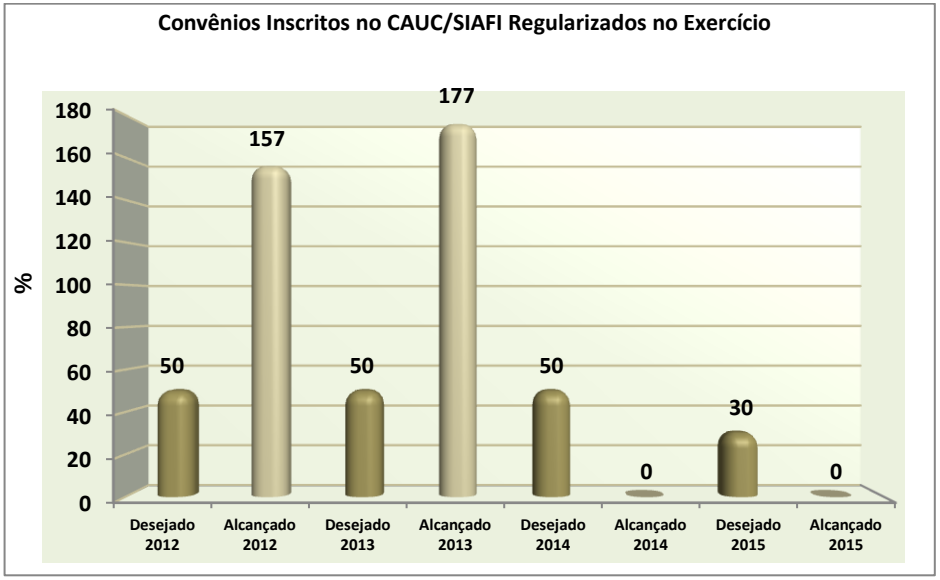


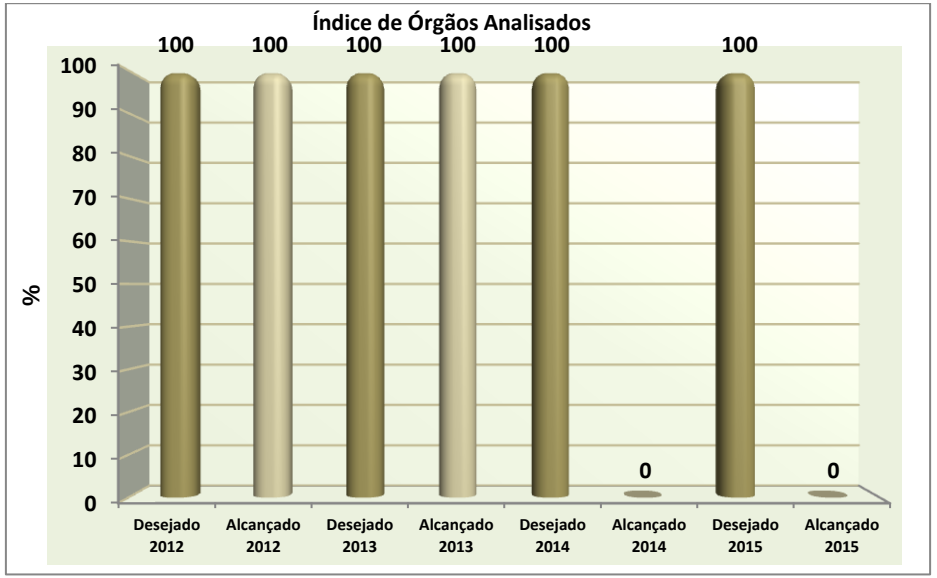

Planejamentos Estratégicos Institucionais Concluídos - PEIC
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100 100 100 100 100 0 100 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

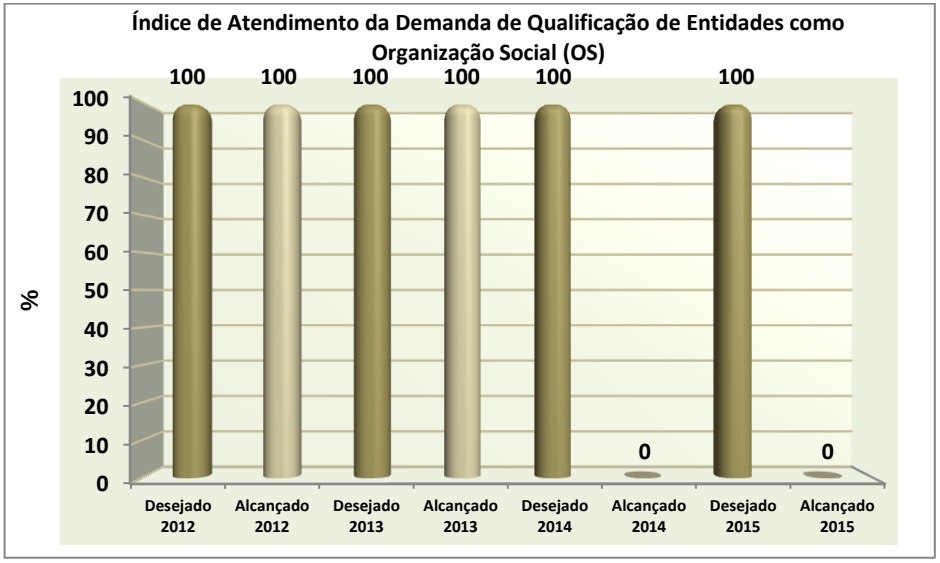
Índice de Órgãos Estruturados
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100 100 100 100 100 0 100 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

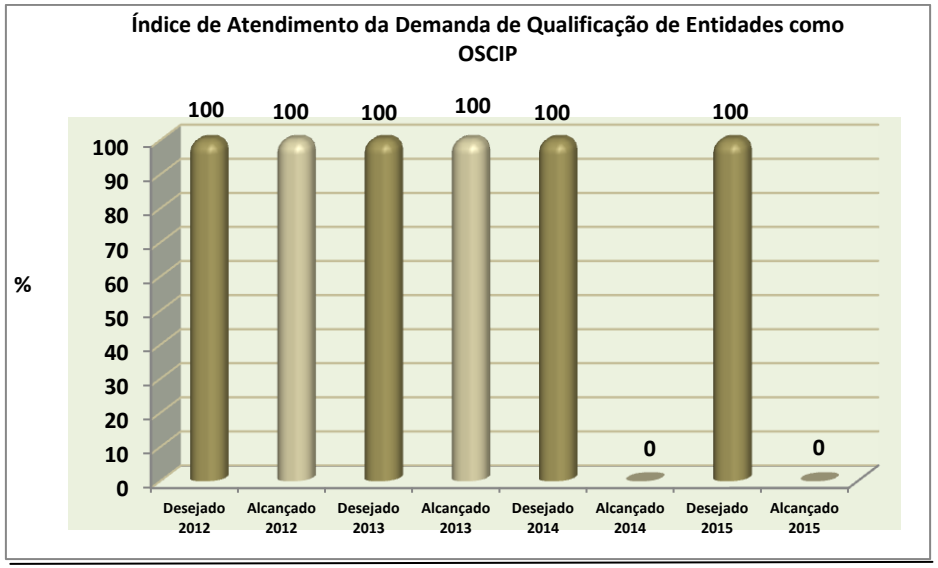

Avaliação de Execução das Metas Estabelecidas nos PEIC
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100 100 100 100 100 0 100 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Produtos do PNAGE Realizados
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
70 59 100 59 0 0 0 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Convênios Inscritos no CAUC/SIAFI Regularizados no Exercício
%
180
160
140
120
100
80
60
40
20
0
50
157
50
177
50
0
30
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Órgãos Analisados
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Atendimento da Demanda de Qualificação de Entidades como Organização Social (OS)
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Atendimento da Demanda de Qualificação de Entidades como OSCIP
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Assegurar o equilíbrio fiscal e modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte, com base em modelo de gestão para resultados.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
19.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEF

Análise do Objetivo Específico

A arrecadação de diversos impostos, a saber, do ISS, do ITBI e do ITCD, superou a previsão do PPA, sendo que o principal destaque nos dois períodos foi o ITCD, decorrente de cobranças sobre doações a partir das informações obtidas junto à Receita Federal.
O relevante acréscimo do ITBI, em especial em 2012, foi devido ao reajuste da pauta de valores imobiliários do tributo no 2º semestre de 2012.

Por outro lado, os demais tributos, com exceção do IPVA em 2012 cuja involução foi devida à Lei nº 4.733, de 29/12/2011, que isentou os veículos novos do imposto no exercício de sua aquisição, apresentaram incrementos reais, apesar de não atingirem a meta preestabelecida no PPA. Observa-se que mesmo o IPVA, em 2013, passa a apresentar acréscimo real que pode ser atribuído, em parte, ao aumento das alíquotas para os três anos subsequentes ao da aquisição do veículo novo, previsto na referida Lei.

Com relação ao ICMS, em 2013 houve queda real de arrecadação dos setores de energia elétrica, de comunicação e de combustíveis, ao passo que houve acréscimos reais no comércio, na indústria e no segmento com preços administrados pelo governo federal a exemplo da energia elétrica, como parte da política econômica de combate à inflação.

Destacamos como ponto relevante para o alcance do objetivo específico "modernizar o aparelho estatal para promover atendimento ágil e transparente ao contribuinte", as recentes reformas das Agências de Atendimento da Receita do SIA; Ceilândia, Gama, Planaltina, Sobradinho e Brazlândia, além da Agência Empresarial, as quais foram reaparelhadas com um novo padrão adotado por esta Secretaria para a melhoria do atendimento ao contribuinte.

A seguir são apresentadas informações sobre algumas das metas fixadas no PPA:

- No final do 3º quadrimestre de 2013, o Distrito Federal apresentou uma Receita Total realizada de R$ 16,9 bilhões contra uma Despesa Total empenhada de R$ 18,1 bilhões, gerando um déficit de aproximadamente 1,2 bilhão.

- Dentre as Receitas Correntes realizadas destacamos a Receita Tributária com uma participação de 70,22%, seguida das Transferências Correntes com 9,86% do total. O ICMS com 52,32% da Receita Tributária realizada foi o imposto que mais arrecadou e entre as Transferências Correntes destacamos os Recursos para o Sistema Único de Saúde – SUS com uma arrecadação de R$ 621 milhões.

- Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detiveram 57,33% da participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 30,29%. As despesas com Pessoal, com o índice de 45,02% da Receita Corrente Líquida de R$ 15,1 bilhões, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela LRF.

Metas 2012/2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Obter 6% a.a de Crescimento Real da Receita Tributária	As Receitas realizadas no 1º quadrimestre do ano de 2013, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram aproximadamente R$ 5,0 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 6,36 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 26,35% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2013. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias, e as transferências correntes, com participação de 67,95% e 11,05 % respectivamente, do total das receitas arrecadadas. As Receitas realizadas no 2º quadrimestre do ano de 2013, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R$ 11,0 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 8,74 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 56,12% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2013. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias, e as transferências correntes, com R$ 7,4 e R$ 1,1 bilhões respectivamente. As Receitas realizadas no 3º quadrimestre do ano de 2013, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R$ 16,9 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 7,66% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 82,78% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2013. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias, e as transferências correntes, com R$ 11,4 bilhões e R$ 1,6 bilhões respectivamente. Assim, a apuração quanto à obtenção da meta fixada de 6,6% a.a de crescimento real da receita, tendo como base os dados apresentados, a variação nominal média foi de 7,58 a.a, superando, portanto, a meta estabelecida. (Fonte: Boletim para Audiência Pública - CLDF do 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2013 - http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=724)
2. Alcançar Resultado Primário Positivo	Resultado primário na ordem de 0,93%, Receita Primária /Despesa Primária (≥ 1), resultado não alcançado, causas prováveis, despesa maior que a receita, inflação acima da média e outros fatores. (Fonte: SUCON)
3. Limitar a Despesa de Pessoal a 45% da Receita Corrente Líquida	Relativo à limitação da despesa de pessoal alcançada em 2013, obtivemos 45,02% sobre a RCL, diante do limite máximo de 49% e limite prudencial de 46,55%, a meta foi cumprida. (Fonte: Boletim para Audiência Pública - CLDF do 1º, 2º e 3º Quadrimestres de 2013 - http://www.fazenda.df.gov.br/area.cfm?id_area=724)
4. Ampliar para 35% a quantidade de atendimentos remotos aos contribuintes relativamente ao total de atendimentos no ano	56,1% dos atendimentos foram realizados de forma remota (via internet). Meta superada Total de atendimentos do ano: 1.083.722; Total de atendimentos de forma presencial: 475.726; Total de atendimentos remotos: 608.008; (Fonte: SUREC)
5. Limitar em 0,03% a quantidade de reclamações de contribuintes, relativamente ao total de atendimento ao ano	A quantidade de reclamações apuradas foi da ordem de 0,02%, configurando o alcance superior ao da meta fixada.
6. Ampliar para 8 (oito) a quantidade mensal de operações especiais de fiscalização	Realizadas 58 operações especiais de fiscalização em 2013, média mensal de 4,83. (Fonte: SUREC)

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
978	Receita Primária /Despesa Primária (≥)	%	1,003	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SUTES/ SEF
						Alcançado	0,98	-	-	-	
1123	ISS – Imposto sobre serviços de qualquer Natureza	%	1,073	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,06	1,06	1,06	1,06	SUREC/SEF
						Alcançado	1,079	1,07	-	-	
1124	ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços	%	1,074	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,06	1,06	1,06	1,06	SUREC/SEF
						Alcançado	1,047	1,02	-	-	
1125	IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano	%	1,041	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,10	1,10	1,10	1,10	SUREC/SEF
						Alcançado	1,014	1,039	-	-	
1126	IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	%	0,950	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,10	1,10	1,10	1,10	SUREC/SEF
						Alcançado	0,848	1,01	-	-	
1127	ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	%	1,160	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,02	1,02	1,02	1,02	SUREC/SEF
						Alcançado	1,263	1,12	-	-	
1128	ITCD- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos	%	1,233	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,02	1,02	1,02	1,02	SUREC/SEF
						Alcançado	1,306	2,72	-	-	
1129	TLP – Taxa de Limpeza Pública	%	0,975	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,02	1,02	1,02	1,02	SUREC/SEF
						Alcançado	1,016	1,09	-	-	
1130	DTP/RCL (≤) – Despesa Total de Pessoal/Receita Corrente Líquida	%	0,434	31/12/2010	Anual	**Desejado**	0,45	0,45	0,45	0,45	SUTES/ SEF
						Alcançado	0,4498	0,45	-	-	

Do ponto de vista do cumprimento dos indicadores de gestão fiscal, disciplinado pela LRF, a tabela acima mostra um resumo comparativo dos valores da determinação legal e dos valores apurados, demonstrando a evolução exercício 2012 para o de 2013.

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
978	Receita Primária /Despesa Primária (≥)	%	1,003	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SUTES/ SEF
						Alcançado	0,98	0,93	-	-	
1123	ISS - Imposto sobre serviços de qualquer Natureza	%	1,073	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,06	1,06	1,06	1,06	SUREC/SEF
						Alcançado	1,079	1,08	-	-	
1125	IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	%	1,041	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,10	1,10	1,10	1,10	SUREC/SEF
						Alcançado	1,014	1,04	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 978 – Despesas maiores que as receitas, inflação acima da média e outros fatores.

Indicador 1123 - Inflação acima da média.

Indicador 1124 - Desempenho positivo dos segmentos da indústria e do comércio, e negativo da energia elétrica, da comunicação e dos combustíveis.

Indicador 1125 - Incremento de imóveis no cadastro imobiliário procedentes de condomínios regulares e irregulares.

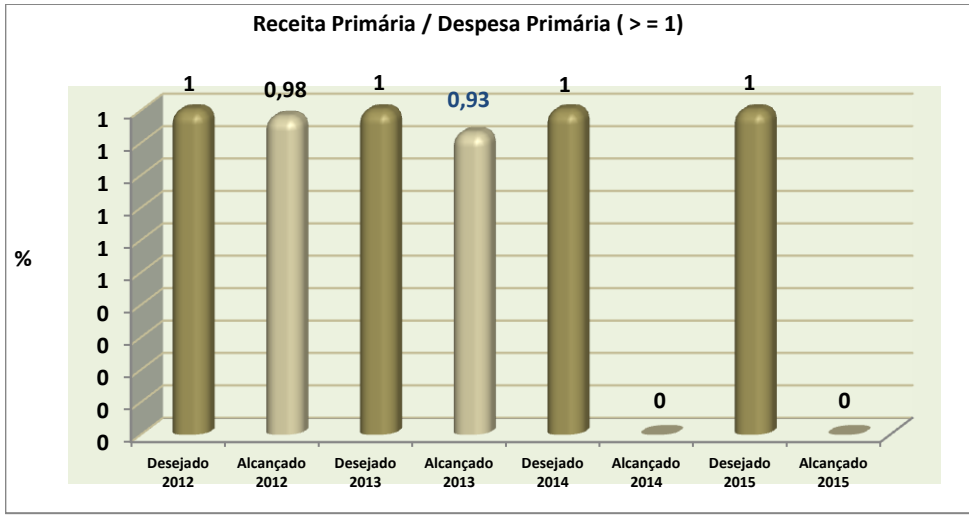
Indicador 1126 - Pequeno aumento real atribuído, em parte, ao aumento das alíquotas para os três anos subsequentes ao da aquisição do veículo novo, previsto na Lei nº 4.733 de 29/12/2011.

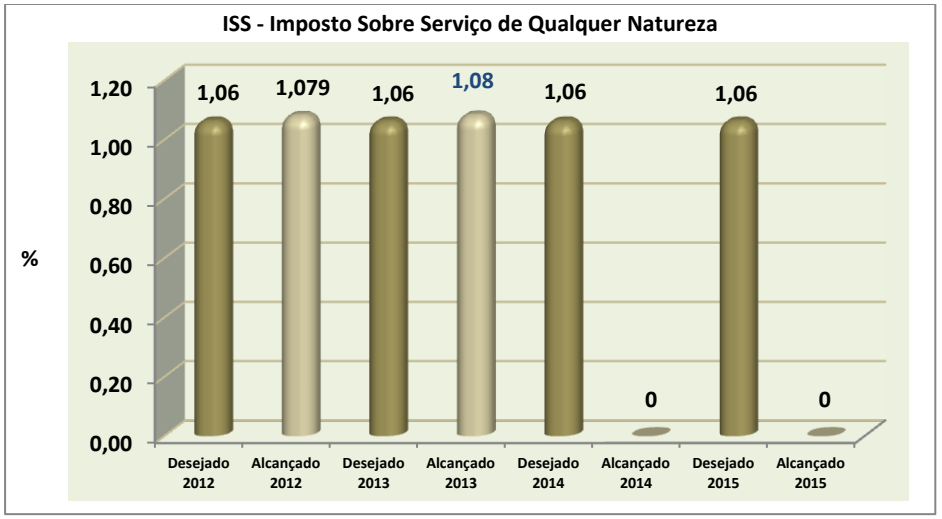
Indicador 1127 - Atualização da pauta imobiliária do ITBI em julho de 2012.

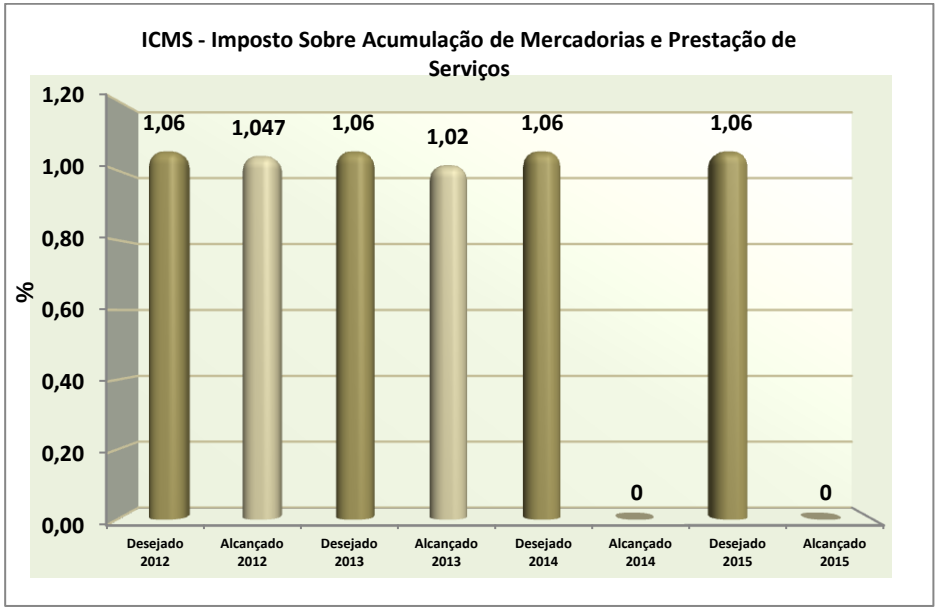
Indicador 1128 - Acréscimo alavancado pelos lançamento sobre doações ocorrida entre 2008 e 2011, cujas informações fiscais foram obtidos juntos à Receita Federal do Brasil. Recolhimentos incentivados e realizados via Programa RECUPERA DF.

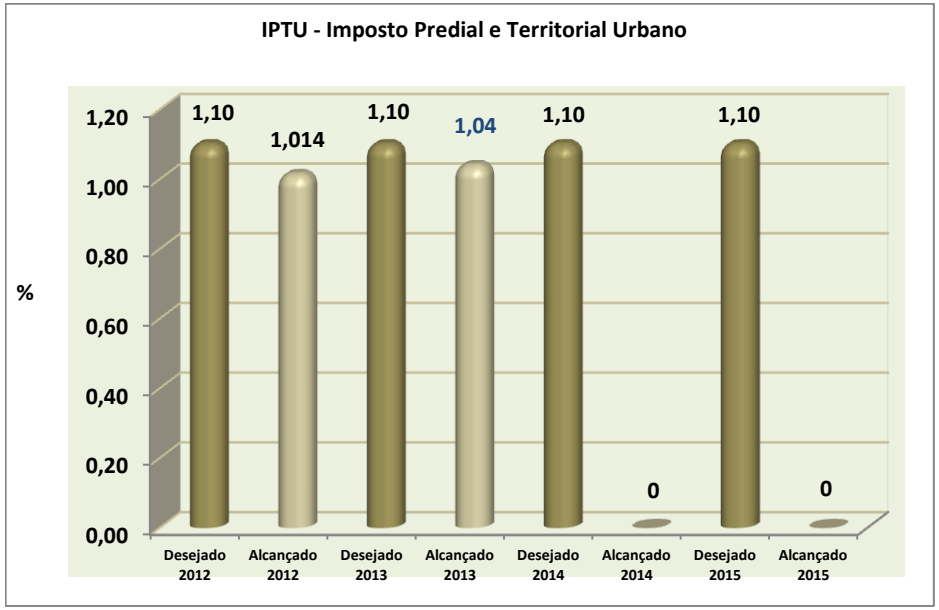
Indicador 1129 - Incremento de imóveis no cadastro imobiliário procedentes de condomínios regulares e irregulares.

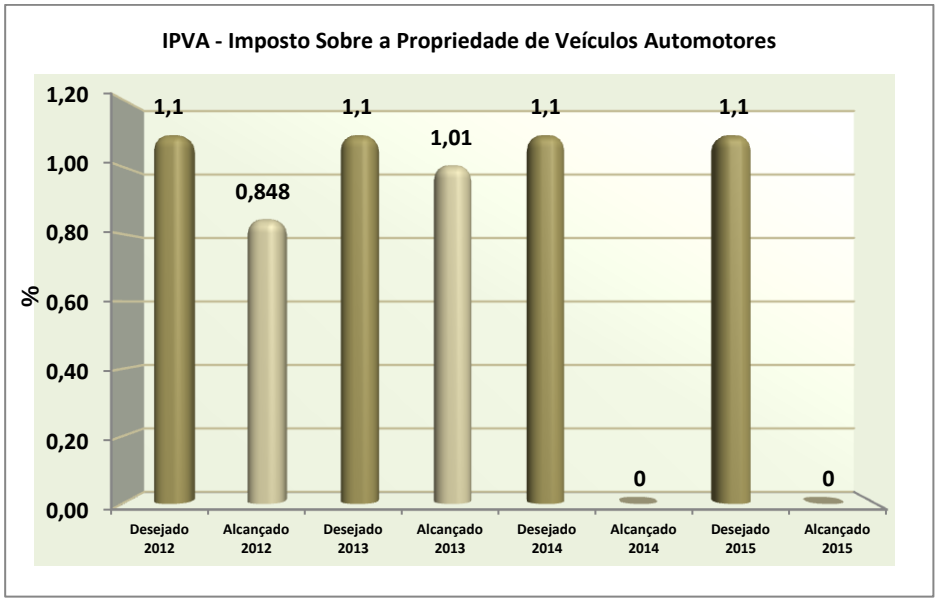
Indicador 1130 - DODF Nº 23, DE 30/01/2013 - PÁG.13. As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, do Poder Executivo, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida de 2013, dentro dos limites legais, permitidos pela LRF, alcançando 45,02 % da Receita Corrente Líquida apurada de R$ 15,8 bilhões. Tal objetivo foi alcançado em função da ação coercitiva da Subsecretaria do Tesouro para que os órgãos responsáveis pela política de pessoal do Distrito Federal possam respeitar os regramentos estabelecidos nas leis.

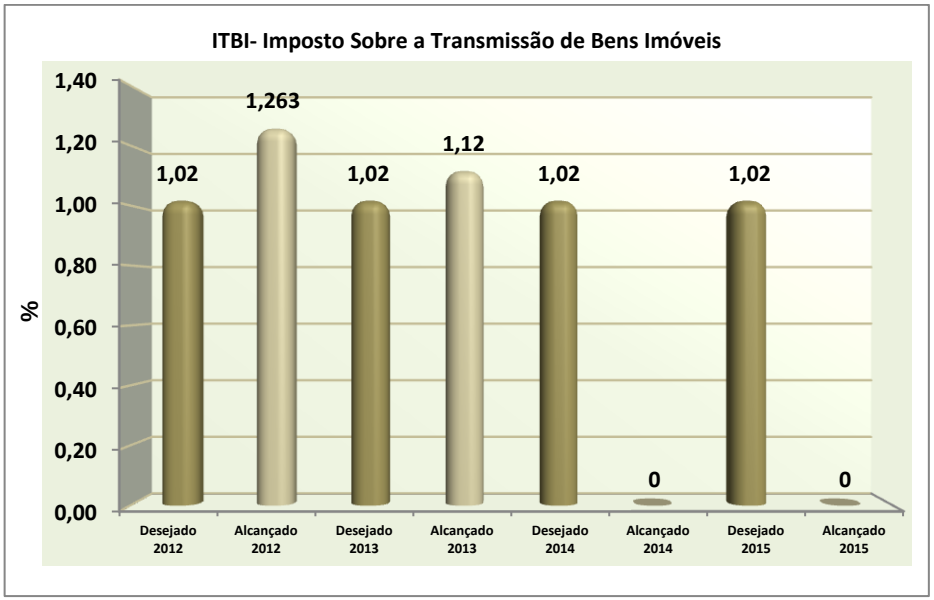


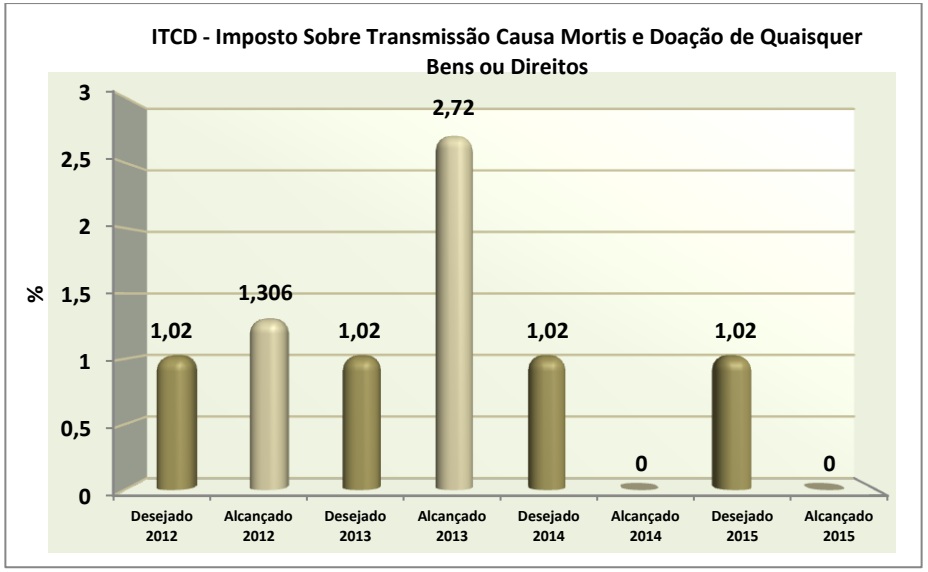


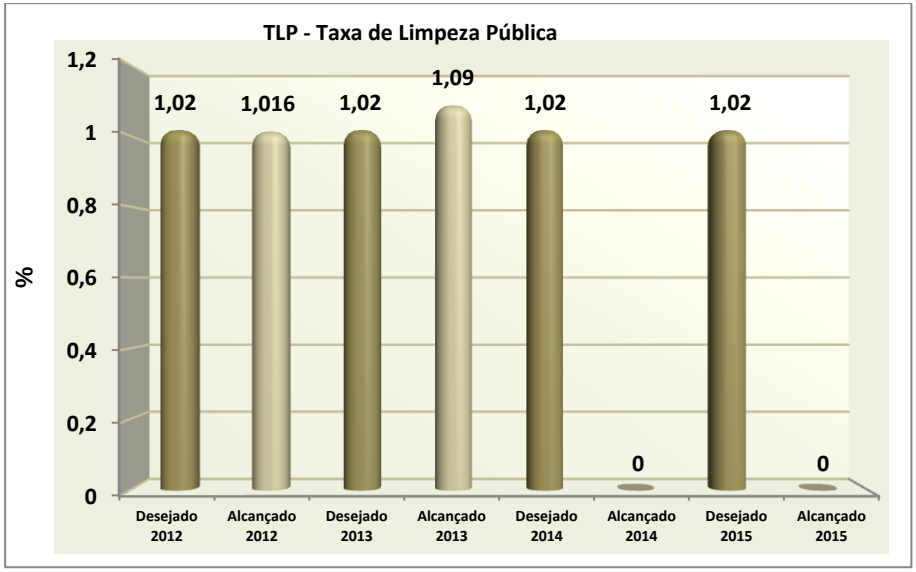

ICMS - Imposto Sobre Acumulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
%
1,20
1,00
0,80
0,60
0,40
0,20
0,00
1,06
1,047
1,06
1,02
1,06
0
1,06
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

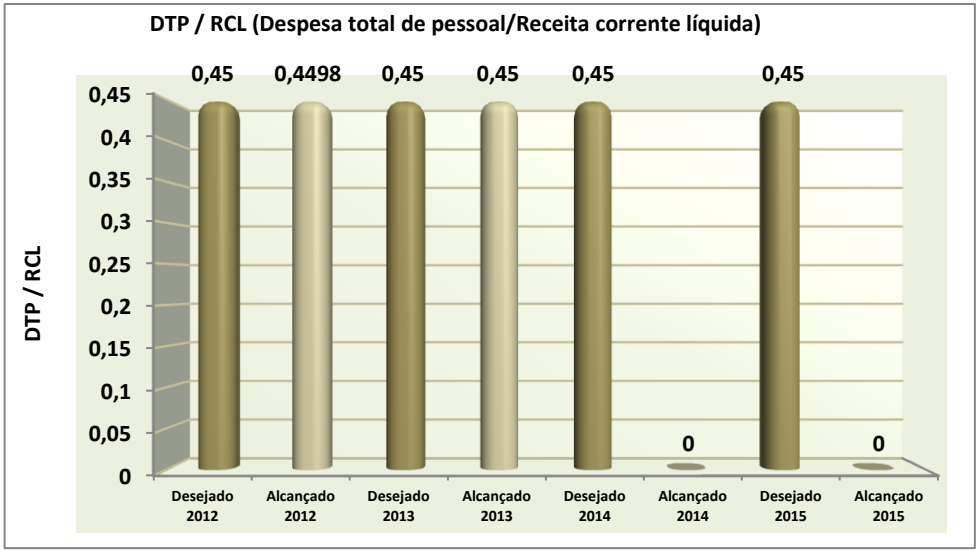

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
%
1,20
1,00
0,80
0,60
0,40
0,20
0,00
1,10
1,014
1,10
1,04
1,10
0
1,10
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


IPVA - Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
%
1,20
1,00
0,80
0,60
0,40
0,20
0,00
1,1
0,848
1,1
1,01
1,1
0
1,1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


ITBI- Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis
%
1,40
1,20
1,00
0,80
0,60
0,40
0,20
0,00
1,02
1,263
1,02
1,12
1,02
0
1,02
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


ITCD - Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
%
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
1,02
1,306
1,02
2,72
1,02
0
1,02
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


TLP - Taxa de Limpeza Pública
%
1,2
1
0,8
0,6
0,4
0,2
0
1,02
1,016
1,02
1,09
1,02
0
1,02
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


DTP / RCL (Despesa total de pessoal/Receita corrente líquida)
DTP / RCL
0,45
0,4
0,35
0,3
0,25
0,2
0,15
0,1
0,05
0
0,45
0,4498
0,45
0,45
0,45
0
0,45
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade, recuperar danos causados ao erário e ampliar a transparência da gestão pública.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

45.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DO DF - STC

Análise do Objetivo Específico

Visando contribuir para o atingimento do Objetivo Específico de "Desenvolver as atividades do sistema de controle interno", a Controladoria em 2013 atuou nas gestões dos diversos órgãos e entidades que compõem o Governo do Distrito Federal - GDF, por meio das Tomadas e Prestações de Contas Anuais, de auditorias especiais e inspeções e de auditorias nas Tomadas de Contas Especiais instauradas no âmbito do GDF. Nesse mesmo ano, houve a implantação do Observatório do Gasto Público – OGP no DF e foram realizados trabalhos de monitoramento automático na área de pessoal, a exemplo, vínculos empregatícios, folha de pagamento e benefícios de programas sociais. Do mesmo modo, foram implementadas várias Unidades de Controle Interno (UCIs), que tem como finalidade executar ações de controle, visando acompanhar e orientar a gestão do órgão, objetivando minimizar a ocorrência de desvios. Além disso, foram firmadas parcerias com diversos segmentos de controle e gestão, tanto no âmbito do GDF, como também na área federal, colaborando significativamente no avanço dos processos de trabalho de controle interno. Os fatores que contribuíram para o não atingimento da meta, dentre outros, foram: reduzido corpo de servidores, 43% a menos que em 2011; e acréscimo de procedimentos de auditoria, decorrentes da publicação da Portaria nº 89/2013.

Com os lançamentos oficiais do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG; Central 162 e o sítio www.ouvidoria.df.gov.br , foram ampliados os canais de controle e participação da sociedade junto ao governo. O sistema integrado de ouvidoria recebeu 125.535 manifestações no ano de 2013, onde 76% delas foram encerradas e encaminhadas respostas ao cidadão. Os pedidos de informação advindos da LAI totalizaram 4.165 pedidos, onde 86% foram atendidos.

Com estas e outras ações, a Ouvidoria Geral procurou garantir a participação popular na prestação de serviços públicos e contribuir para desenvolver a cultura de cidadania e também aprimorar os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Fomentar a fiscalização visando ao controle preventivo e concomitante, por meio de realização de auditorias especiais e inspeções	A Controladoria realizou em 2012, 08 auditorias especiais e 12 inspeções nos órgãos e entidades do complexo administrativo do Governo do Distrito Federal, já em 2013, foram deflagrados 26 processos de inspeções, e 23 processos de auditorias especiais, totalizando 49 processos.
2. Fortalecer os mecanismos de combate à fraude e corrupção nos procedimentos de contratação do GDF	Desenvolvimento e manutenção do novo Portal da Transparência do Distrito Federal; Realização do VII – Encontro Nacional dos Órgãos de Controle Interno – CONACI; Alimentação do Portal Copa 2014 das atualizações referentes a licenças, licitações e contratos no sistema SIT/COPA; Implementação da Lei de Acesso à Informação; Investimento em Infraestrutura tecnológica para a disponibilização de informações e melhorias dos processos.
3. Aprimorar os procedimentos de	Criação do Sistema de Correição do Distrito Federal – SICOR-DF, conforme a Lei nº 4.938, de 19/09/2012; Autuação de 378

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
instrução/condução de processos administrativos disciplinares	processos; Análise de 3.043 procedimentos; 1.505 processos solucionados/arquivados; Instauração de 17 processos administrativos disciplinares, de 05 sindicâncias, de 02 investigações preliminares e de 20 processos administrativos envolvendo fornecedores; Conclusão de 14 processos administrativos disciplinares e de 37 processos administrativos envolvendo fornecedores; Capacitação de 70 servidores no curso de Processo Administrativo Disciplinar, por intermédio da Escola de Governo do DF; 08 reuniões referentes ao Comitê Ficha Limpa que analisa casos que apresentam fortes indícios de impedimento para posse em cargos comissionados no âmbito do DF; 01 Inspeção Correicional na Administração Regional de Águas Claras.
4. Aprimorar os procedimentos de apuração de danos ao erário e sua recuperação	Implementou-se o Plano de Ação da SUTCE/STC, aprovado pela Decisão nº 3377/2012-TCDF, sendo encerrados 656 processos de TCE, correspondente a R$ 654.091.207,00. Composições na DIREC/SUTCE propiciaram ressarcimentos ao erário do DF no montante de R$ 2.122.297,60, incremento de 108% em relação ao exercício anterior. Visando disciplinar a instauração, a organização e o processamento das TCE no âmbito do Poder Executivo do DF, foi editada a Instrução Normativa nº 05, de 07/12/2012, publicada no DODF de 13/12/2012. Em complementação ao Plano de Ação da SUTCE/STC o qual foi encerrando em julho de 2013, foi elaborado Cronograma de Encerramento apresentado ao TCDF em agosto de 2013, no qual os Presidentes das Comissões estipularam os respectivos prazos para conclusão de seus processos. As composições realizadas pela GERAC/SUTCE no exercício de 2013 geraram o montante de R$ 3.115.332,61 e no exercício de 2014 estão no montante de R$ 967.836,00 até agora. Foi publicada a Portaria nº 38/2014-STC regulamentado o Art. 28, da Instrução Normativa nº 05/2012-STC, visando conferir maior celeridade aos processos com dano apurado até RS 16.000,00. Além da capacitação de outros órgãos e orientação no campo da tomada de contas especial.
5. Integrar todas as ouvidorias do GDF	No ano de 2013 foi lançado oficialmente o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, fortalecendo a rede de ouvidorias do GDF; implementou-se 96 ouvidorias especializadas nos órgãos e entidades do GDF, foram realizadas 43 reuniões/visitas importantes; participou de 21 treinamentos e eventos; concedeu 8 entrevistas; treinou 1.082 servidores no TAG. 500 servidores capacitados no E-Sic para receber as manifestações referentes à LAI. Participação em 11 edições do GDF Junto de Você, acolhendo as demandas da sociedade. Destaca-se a publicação da 6ª e 7ª edição do Informativo "Ouvidoria em Foco", publicação da Cartilha do Cidadão informando sobre a ouvidoria e as unidades de ouvidorias do GDF, criação da logomarca da rede de ouvidorias e o lançamento do telefone 162 e do site das ouvidorias (www.ouvidoria.df.gov.br).
6. Fomentar o controle social	Implantação da Lei de Acesso à Informação e Ampliação do Controle Social com as seguintes ações: Promoção de ações de divulgação do Portal da Transparência; Promoção de eventos que incentivem a participação popular; Discussão com as entidades civis com a finalidade de promover o controle social; Realização das Conferências Regionais e Distrital.
7. Estruturar os processos de planejamento e gestão da STC	Plano de Capacitação; Plano de Retenção de Talentos; Gestões para novo concurso de Auditor e Inspetor de Controle Interno e Especialista de Administração Pública; Planejamento estratégico, definindo: missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e plano de ação, com uso da metodologia de gerenciamento de projetos, orientando a gestão por projetos; Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

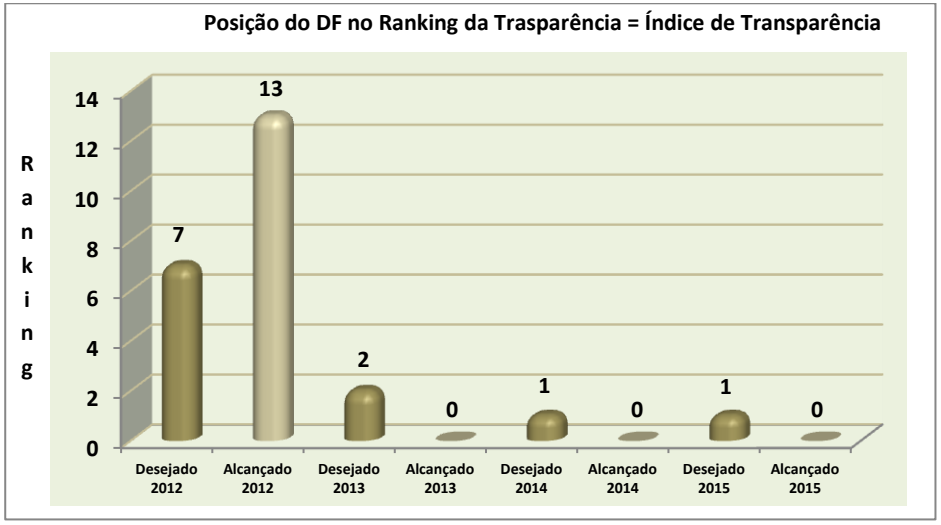
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1071	Posição do DF no ranking da transparência = Índice de Transparência	Ranking	14	30/06/2011	Anual	**Desejado**	7	2	1	1	SUTRA/STC
						Alcançado	13	0	-	-	
1131	Realização de fiscalizações pontuais (auditorias especiais e inspeções)	Unidade	130	30/06/2011	Anual	**Desejado**	100	110	120	130	Controladoria STC
						Alcançado	20	49	-	-	
1225	Redução do número de processos de Tomadas de Contas Especiais (TCE)	Unidade	191	30/06/2012	Anual	**Desejado**	191	507	377	636	SUTCE/ STC
						Alcançado	156	331	-	-	

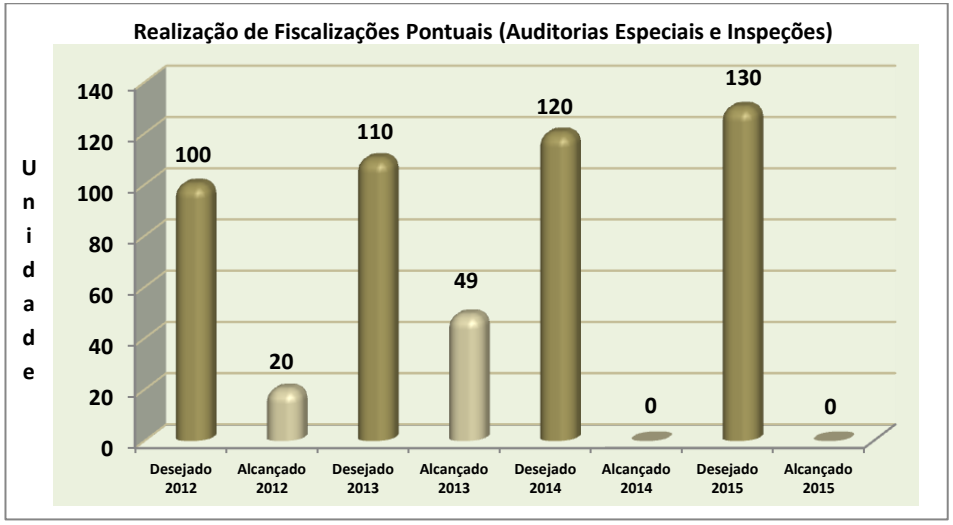
Justificativa 2013

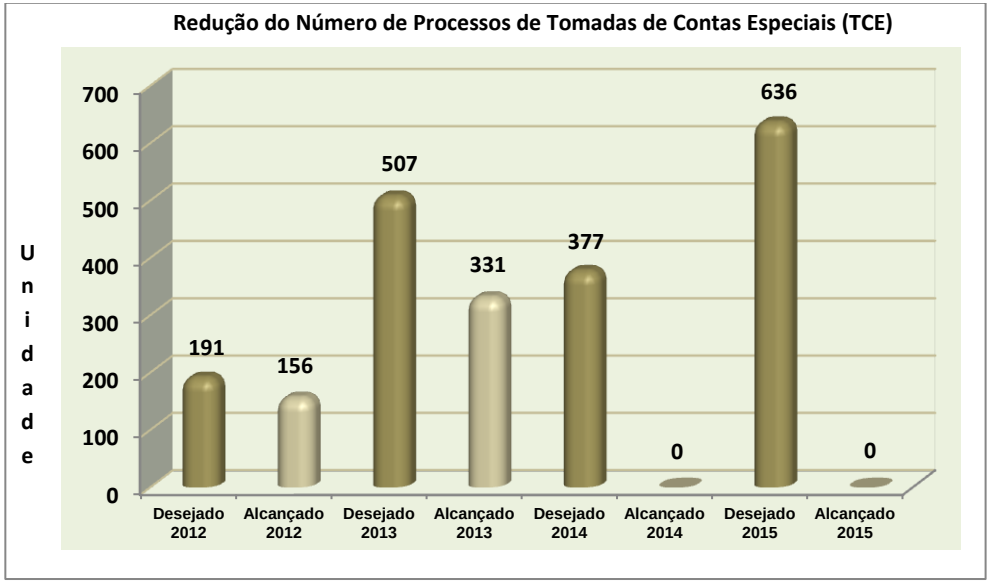
Indicador 1071- No exercício de 2014 ocorreu a avaliação do Índice de Transparência pela "Associação Contas Abertas" cuja divulgação ocorreu em 30/05/2014 tendo sido o Distrito Federal avaliado em 6º lugar entre os Estados do Brasil.
O Índice de Transparência, que está na terceira edição, leva em consideração três grandes temas para avaliação: Conteúdo, Série Histórica e Frequência de Atualização e Usabilidade. Nesta edição o Índice sofreu alterações na metodologia de avaliação, necessárias por conta da evolução da prestação de contas dos governos. Passou-se a cobrar mais conteúdo e o peso da usabilidade na nota final, isto é, com qual facilidade uma informação pode ser encontrada, aumentou. Portanto, não é possível comparar as notas desta edição com as anteriores. Nesse sentido entendemos que em face às mudanças de critérios de avaliação, o Distrito Federal teve um grande avanço na transparência da divulgação das informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Distrito Federal.

Indicador 1131- Em 2013, foram deflagrados 49 processos de auditoria, sendo 26 inspeções e 23 auditorias especiais. Os resultados apontam o cumprimento de apenas 45% do indicador desejado para 2013, porém pode-se afirmar que outras ações no sentido de fomentar a fiscalização visando ao controle preventivo e concomitante foram realizadas em 2013, como orientação e assessoramento prestados pelas Unidades de Controle Interno (UCIs) aos gestores, bem como o monitoramento automático por meio do Observatório do Gasto Público – OGP.

Indicador 1225 - A execução apurada demonstrou que em 2013 foram instaurados 86 processos e concluídos 331 processos. O cumprimento apenas parcial da meta prevista no indicador se deu em razão da alteração de foco na condução dos processos, priorizando aqueles considerados mais relevantes, o que fez com que os processos instaurados até 2010 ainda estejam em andamento, de acordo com o cronograma de encerramento acordado com o TCDF.


Posição do DF no Ranking da Trasparência = Índice de Transparência
Ranking
0
2
4
6
8
10
12
14
7
13
2
0
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Realização de Fiscalizações Pontuais (Auditorias Especiais e Inspeções)
Unidade
0
20
40
60
80
100
120
140
100
20
110
49
120
0
130
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Redução do Número de Processos de Tomadas de Contas Especiais (TCE)
Unidade
0
100
200
300
400
500
600
700
191
156
507
331
377
0
636
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 – Fortalecer o planejamento governamental do GDF por meio de um sistema de informações estratégicas, de modo a orientar a tomada de decisão em diversos níveis.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
32.201 - COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – CODEPLAN

Análise do Objetivo Específico

A missão institucional da CODEPLAN consolida em seu texto os objetivos específicos constantes do Plano Plurianual 2012/2015.

Apoiar o Governo do Distrito Federal nas atividades de planejamento, desenvolvimento econômico, social, urbano e ambiental, coletando, produzindo e disseminando informações para a tomada de decisões governamentais e a melhoria contínua da qualidade de vida da população do DF e da sua região de influência tem sido a pauta de realizações da CODEPLAN, desde 2007, quando do retorno aos seus objetivos de criação.

Inúmeros estudos e pesquisas vêm sendo desenvolvidos pelo corpo funcional da Companhia, além de produções técnico-científicas elaboradas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e outras instituições de planejamento filiadas à ANIPES.

Mesmo com um orçamento limitado e um quadro reduzido de técnicos e pesquisadores, a CODEPLAN superou em 2013 as metas de produção estabelecidas no PPA, suplantando em percentuais significativos os indicadores desejados.

A expectativa é que se supere em 2014 o desempenho de produção atingido no exercício ora avaliado.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Produzir 10 (dez) estudos e pesquisas anuais de natureza social, econômica, demográfica, cartográfica e georreferenciadas para o planejamento e promoção do desenvolvimento do Distrito Federal, da RIDE e de outras áreas de influência do DF	Em 2013, foram realizados 12 trabalhos do gênero: • Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios-PDAD; • Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; • Pesquisa Metropolitana por Amostra Familiar – PMAD; • Estudos Populacionais do DF- Mortalidade Negros no DF; • Estudo – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH/DF • Produto Interno Bruto – PIB/DF/Índice de Desenvolvimento Econômico do DF- IDECON; • DF – Síntese de informações Socioeconômicas; • Análise do Contexto Regional da Região de Influência do DF com base no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Geoeconômica de Brasília - PERGEB; • Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA; • Estudos populacionais: A Dinâmica Migratória na Área Metropolitana de Brasília/A Evolução dos Movimentos Migratórios para o DF;

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	• Publicação da Revista Brasília em Debate; • Síntese de Informações Socioeconômicas/Anuário Estatístico do DF. A produção alcançada ultrapassou em 20% a meta prevista no PPA para o exercício, não obstante as dificuldades enfrentadas com a restrição do orçamento e o número insuficiente de pesquisadores de campo. A expectativa para 2014 é de que sejam superados os indicadores previstos para o exercício.
2. Promover 08 (oito) estudos e pesquisas sociais e acompanhar e analisar as políticas públicas para subsidiar o Governo do Distrito Federal	Em 2013, foram realizados 12 trabalhos do gênero, com destaque para: • Pesquisa de Identificação Social e Percepção Social dos Usuários dos Restaurantes Comunitários do DF; • Retrato da Classe "C" no Distrito Federal; • Análise de Indicadores Sociais da PDAD 2011 e 2013; • Pesquisa Sobre o Perfil dos delegados da Conferência Distrital de Assistência Social; • As mulheres do DF e o Mercado de Trabalho; • Mapeamento e identificação das Metodologias das Instituições de Tratamento e reinserção Social de Usuários de Álcool, Crack, e outras Drogas no DF; • Perfil das Pessoas com deficiência no DF; • Trabalho Infantil – Diagnóstico/causas/soluções; • Análise de vulnerabilidade da Juventude negra no DF; • Perfil e percepção Social dos Adolescentes em Mediada Socioeducativa no DF; • Informativo Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM no DF e Área Metropolitana de Brasília; • Projeção Demográfica 2030 – Impacto nas Demandas nas Áreas de Emprego/Habitação/Saúde/Transporte e Educação; A produção alcançada ultrapassou em 37% a meta prevista no PPA, não obstante as dificuldades enfrentadas com a restrição orçamentária. A expectativa para 2014 é de que sejam superados os indicadores previstos para o exercício.
3. Implementar e gerir 01 (um) sistema de informações integradas e georreferenciadas para o planejamento do GDF	Durante o exercício de 2013 a Companhia desenvolveu um sistema de gestão de informações estatísticas e espaciais com o objetivo de disseminar a produção de dados provenientes das pesquisas realizadas, para apoiar o governo nas suas políticas públicas. Realizações: • Construção do modelo da infraestrutura de dados espaciais institucional da CODEPLAN; • Criação da infraestrutura de servidores virtuais na SUTIC/SEPLAN; • Disponibilização do 1º geoserviço (imagens da TERRACAP); • Criação de modelo de catálogo de dados; • Confecção de 100 (cem) mapas temáticos; Organização dos dados geoespaciais no banco.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
4. Manter e operacionalizar a Central Única de Atendimento Telefônico do Distrito Federal;	Em 2013, foram recebidas/efetuadas 2.102.533 ligações pela Central 156, representando um acréscimo de 25.4% sobre a meta prevista no PPA (150 mil ligações mês). A expectativa para 2014 é de que também sejam superados os indicadores previstos para o exercício, não obstante a racionalização dos serviços e a necessária redução de posições de atendimento decorrente da restrição orçamentária.

Meta 5 excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1111	Estudos e pesquisas de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica	Unidade	04	31/03/2011	Anual	**Desejado**	10	10	10	10	CODEPLAN
						Alcançado	12	13	-	-	
1112	Estudos e análises das políticas sociais de governo	Unidade	04	31/03/2011	Anual	**Desejado**	8	8	8	8	CODEPLAN
						Alcançado	11	13	-	-	
1113	Implementar e gerir sistema de informações integradas e georreferenciadas p/ o planejamento	Unidade	1	31/03/2011	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	CODEPLAN
						Alcançado	1	1	-	-	
1114	Manter e operacionalizar a Central Única de Atendimento Telefônico do GDF	Pessoa atendida	120.000	30/04/2011	Mensal	**Desejado**	150.000	150.000	150.000	150.000	CODEPLAN
						Alcançado	262.000	2.237.853	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1111	Estudos e pesquisas de natureza social, econômica, demográfica e cartográfica	Unidade	04	31/03/2011	Anual	**Desejado**	10	10	10	10	CODEPLAN
						Alcançado	12	12	-	-	
1112	Estudos e análises das políticas sociais de governo	Unidade	04	31/03/2011	Anual	**Desejado**	8	8	8	8	CODEPLAN
						Alcançado	11	12	-	-	
1114	Manter e operacionalizar a Central Única de Atendimento Telefônico do GDF	Pessoa atendida	120.000	30/04/2011	Mensal	**Desejado**	150.000	150.000	150.000	150.000	CODEPLAN
						Alcançado	262.000	227.433	-	-	

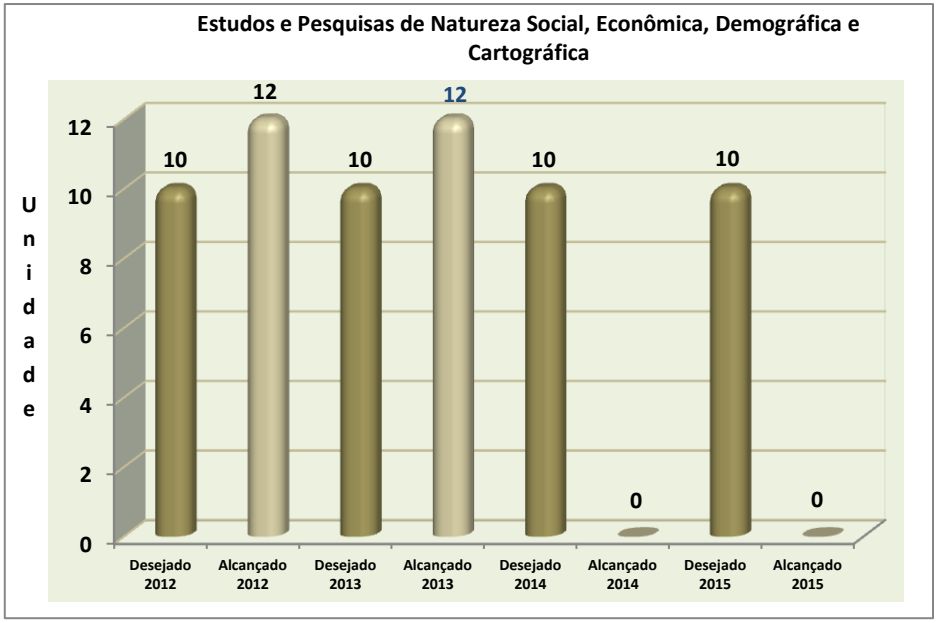
Justificativas 2013

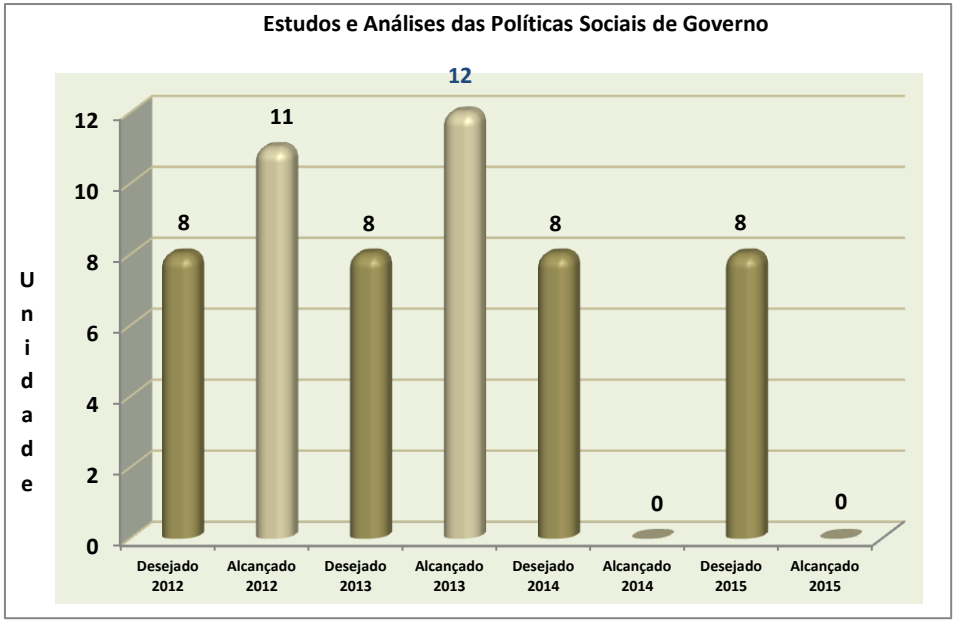
Indicador 1111 - Foram alcançados 12 (doze) os estudos e pesquisas realizados.

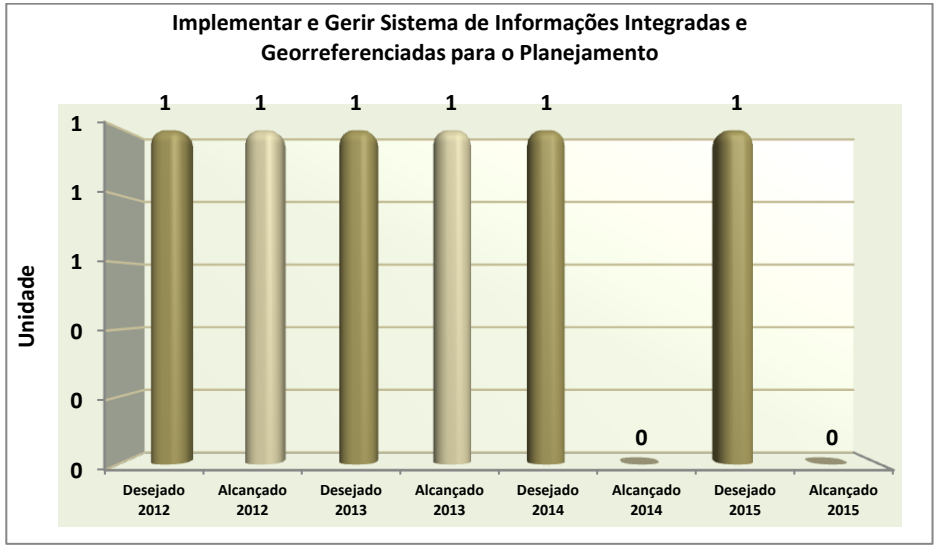
Indicador 1112 - Foram alcançados 12 (doze) os estudos e pesquisas realizados.

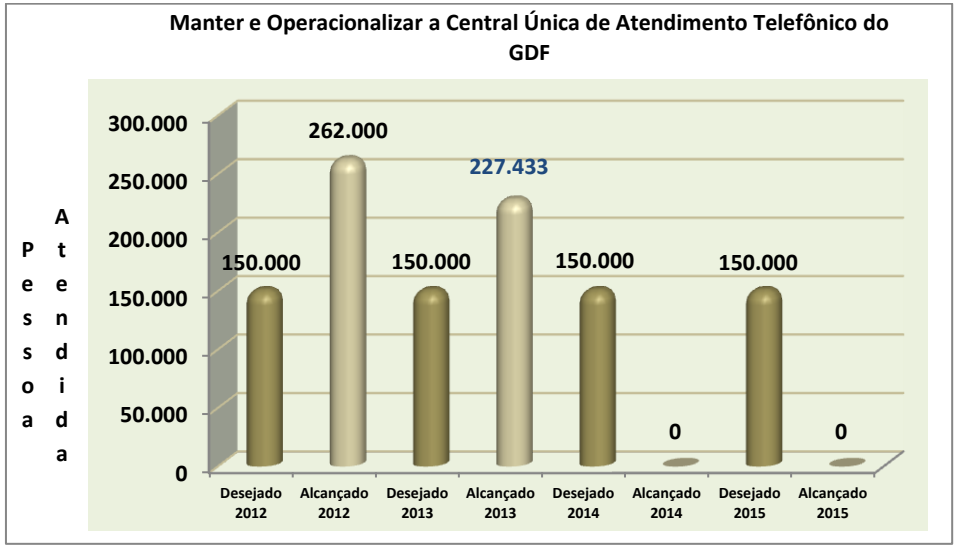
Indicador 1113 - Durante o exercício de 2013 foi implementado e gerido 01(um) Sistema de informação**.**

Indicador 1114 - Foram recebidas 227.433 ligações/mês.






Implementar e Gerir Sistema de Informações Integradas e Georreferenciadas para o Planejamento
Unidade
1
1
1
0
0
1
1
1
1
1
1
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Manter e Operacionalizar a Central Única de Atendimento Telefônico do GDF
Pessoa Atendida
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
0
150.000
262.000
150.000
227.433
150.000
0
150.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO - ADASA

Análise do Objetivo Específico

Em 2013, dentre as atividades de destaque na área de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, podem ser identificados: a definição da metodologia para avaliação de desempenho de ETE's e ETA's no DF, a inspeção de reclamações, denúncias e solicitação de informações do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF, o monitoramento e acompanhamento da qualidade do serviço prestado e a Cartilha de Educação Ambiental: Qualidade da Água.

Na regulação da área de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, pode-se destacar os estudos que visam subsidiar: a Resolução para definir os procedimentos para envio de informações; a Resolução de comunicação de incidentes e de interrupção programada dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; a Resolução que regulamenta o reuso de águas cinzas e aproveitamento de águas pluviais pelos usuários dos serviços de saneamento básico; a Resolução que conterá as diretrizes para o plano de exploração a ser Elaborado e Atualizado pelo Prestador de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no DF; a Resolução de padronização dos procedimentos de edição de normas regulatórias expedidas pela Adasa; a Resolução contendo indicadores de desempenho e metas para o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a Resolução de procedimentos de fiscalização.

Na regulação da área de serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, cabem destaques: a minuta do Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU e a Elaboração de Projeto de Lei para definição de responsabilidades dos grandes geradores de resíduos sólidos.

As principais atividades na área de serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos foram: o apoio para implementação das áreas de transbordo, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil – ATTR; a inspeção programada do sistema, instalações e infraestrutura do prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que integram as atividades de fiscalização a serem realizadas pela ADASA, em conformidade com a Lei Distrital n° 4.285/2008; o apoio na implementação do Aterro Sanitário Oeste e o apoio para implantação do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP/DF-GO.

Na área de estudos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos destacam-se: a construção de subsídios técnicos para elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos a partir das atividades relacionadas à IV Conferência Nacional do Meio Ambiente no DF; os estudos técnicos visando assegurar eficiência econômica e modicidade de custos na prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e os estudos técnicos no âmbito do CIISC-DF, visando estabelecer valor mínimo dos serviços prestados pelos catadores, a serem contratados pelo SLU.

Na área de drenagem urbana e manejo de águas pluviais destacam-se as seguintes atividades: a fiscalização programada de Bacias de Detenção, o monitoramento da qualidade dos lançamentos de águas pluviais no Lago Paranoá e a elaboração da minuta de contrato de concessão para o serviço de drenagem.

Na área de gás canalizado e energia, as principais atividades desenvolvidas foram: a fiscalização programada da distribuição de Gás Canalizado e a elaboração de minuta de contrato de concessão para exploração, com exclusividade pela CEBGÁS, em toda área do Distrito Federal, dos serviços de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado.

Dentre os projetos de destaque no processo de regulação das atividades econômico-financeiras, podem ser destacados: a 1ª Revisão Tarifária da CAESB, que propiciou o reposicionamento tarifário e fixou os valores das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal. Foi a primeira vez no País que uma agência reguladora realizou uma revisão periódica das tarifas dos serviços públicos de água e esgotamento sanitário, utilizando a metodologia de price cap (preço teto) e levantando todos os ativos a serviço da concessão. Usuários e a prestadora do serviço se beneficiaram: a prestadora manteve o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e conheceu mais detalhadamente seus ativos, enquanto os usuários tiveram assegurada a modicidade tarifária e a melhoria da eficiência dos serviços no curto, médio e longo prazos. Além disto, temos como destaque: o aperfeiçoamento da estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto; o monitoramento do desempenho econômico e financeiro da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário; o início dos estudos/trabalhos visando a elaboração do Manual de Contabilidade Regulatória que deverá ser seguido pela CAESB (este manual facilitará a gestão da empresa e conhecimento de todos os seus ativos) e o início dos trabalhos referentes à realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Conclusão de Propostas Prioritárias de Planos de Gerenciamento de Saneamento Básico e Gás Canalizado que viabilizem a ampliação da regulação da prestação destes serviços	Esta Meta já foi cumprida. A partir da Revisão do Planejamento Estratégico da ADASA, validada em dezembro de 2013, foram estabelecidos Objetivos Estratégicos (com metas e indicadores definidos) que garantem o cumprimento desta meta.
2. Conclusão da proposta de Plano de Universalização do saneamento básico em áreas rurais do DF	Este projeto foi cancelado. Resta o entendimento de que o projeto não é oportuno neste momento.
3. Implantação e funcionamento do Conselho de Consumidores de Saneamento Básico do DF	Desde 2012 houve discussões sobre questões técnicas para o desenho e apresentação deste projeto. Questões relacionadas à competência e organização; número de conselhos (único ou um para cada setor regulado); limites de atuação, dentre outros. A ADASA decidiu pela implementação de tantos Conselhos de Consumidores/Usuários quanto previsto nos Contratos de Delegação de Serviços. Atualmente, o Projeto do Conselho de Consumidores de Água e Esgotamento Sanitário encontra-se em execução, na fase de elaboração de normativos. Como previsto no Contrato de Concessão 01/2006 celebrado entre a ADASA e a CAESB, este Conselho é responsabilidade da concessionária, enquanto à ADASA, cabe definir suas diretrizes, o que vem sendo feito.
4. Conclusão de resoluções de estabelecimento de condições gerais de prestação e utilização de serviços públicos de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos em aterros sanitários	Conforme prevê a Lei de Reestruturação da ADASA, Lei 4285/2008, a ADASA deveria celebrar o Contrato de Gestão e Desempenho com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU. A minuta deste contrato foi elaborada em 2012 pela superintendência responsável e encaminhada à Diretoria Colegiada da ADASA para deliberação quanto ao encaminhamento, discussão e assinatura do documento junto ao SLU.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Em 2013, não foi possível chegar a um termo em relação à assinatura do Contrato de Gestão e Desempenho com o SLU e, por isso, houve poucos avanços. Entretanto, a partir da revisão do Planejamento Estratégico da ADASA, principalmente com o Objetivo Estratégico – Ampliar o conhecimento dos setores regulados – estão sendo realizados estudos preliminares e aprofundamento dos conhecimentos relativos ao setor que subsidiarão a elaboração das Resoluções previstas.
5. Conclusão de proposta do Plano de Ação para implementação dos resultados dos estudos visando o aperfeiçoamento da estrutura tarifária com análise da política de subsídio tarifário vigente dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF	Esta Meta já foi cumprida. Como desdobramento do Planejamento Estratégico da ADASA, foram estabelecidos Objetivos Estratégicos (com metas, planos de metas e indicadores definidos) que apontam os caminhos e diretrizes que nortearão as ações da Agência até 2020.
6. Conclusão de proposta do Plano de Ação para implementação dos resultados dos estudos visando assegurar a eficiência econômica e modicidade de custos na prestação de serviços públicos de saneamento básico e distribuição de gás canalizado do DF	Esta Meta já foi cumprida. Em 2012, foram realizados os estudos para os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Como desdobramento do Planejamento Estratégico da ADASA, foram estabelecidos Objetivos Estratégicos (com metas, planos de metas e indicadores definidos) que apontam os caminhos e diretrizes que nortearão as ações da Agência até 2020.
7. Conclusão da 1ª e 2ª revisões- tarifárias periódicas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Em dezembro de 2012, a ADASA estava com 90% de cumprimento dos estudos para finalização da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 1ª RTP. Em fevereiro de 2013, a ADASA estabeleceu os resultados finais da 1ª RTP da CAESB, tornando-se a primeira agência no país a estabelecer a revisão das tarifas dos serviços públicos de água e esgoto pelo método de regulação por incentivos. Ainda em 2013, tiveram sequência os trabalhos para realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica, que por solicitação da Concessionária e acordo entre as partes será concluída em 2015.
8. Reajustes tarifários anuais relativos à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário realizado	Em 2012, a ADASA realizou o reposicionamento tarifário que fixou, em caráter provisório, os valores das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Distrito Federal em 11,20%, que passou a vigorar no período de 1º de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, nos termos da Resolução nº 01 de 17/02/2012. Em 1º de março de 2013 entraram em vigor as Resoluções nº 01 e 02/2013, de 28 de janeiro de 2013. A primeira estabeleceu os resultados finais da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 1ª RTP e a segunda estabeleceu o reajuste das tarifas, a vigorar no período de 1º de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014, que foi composto pelo Reajuste Tarifário Anual de 2013 – IRT (Índice de Reajuste Tarifário) 2013 e das compensações financeiras referentes às diferenças de reajustes apurados de 2008 a 2012, em relação aos reajustes provisórios aplicados nos respectivos anos.
9. Implantação do Sistema de Informações de Saneamento Básico do Distrito Federal	A partir da revisão do Planejamento Estratégico da ADASA, chegou-se à conclusão de que a Agência necessita aprofundar seus conhecimentos dos setores regulados, gerando o Objetivo Estratégico – Ampliar o conhecimento dos setores regulados – este projeto encontra-se suspenso, uma vez que envolve todos os serviços de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	saneamento básico. A partir do aprofundamento do conhecimento dos setores regulados poderá se fazer um desenho melhor das necessidades de sistema para atender às demandas nesta área.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

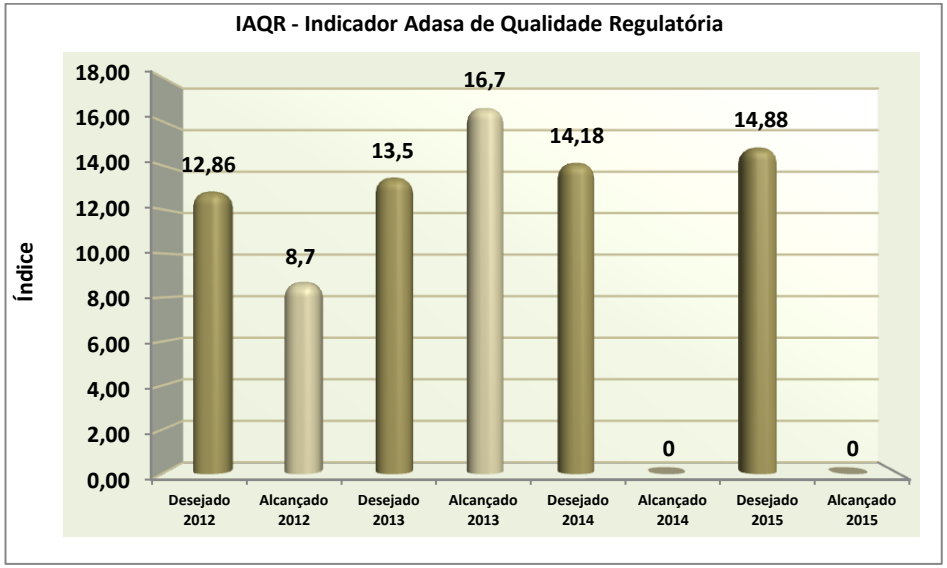
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
979	IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	Índice	12,25	31/12/2010	Anual	**Desejado**	12,86	13,50	14,18	14,88	Relatórios de Atividades Superintendência
						Alcançado	8,7	16,7	-	-	
1089	IES – Índice de Envolvimento Social	Índice	11,25	31/12/2010	Anual	**Desejado**	11,81	12,40	13,02	13,67	Relatórios de Atividades Superintendência e Inform. NAC
						Alcançado	7,7	14,7	-	-	
1090	IQT – Índice de Qualidade Técnica	Índice	0,5	31/12/2010	Anual	**Desejado**	0,525	0,551	0,58	0,609	Relatórios de Atividades Superintendência
						Alcançado	0,50	1	-	-	

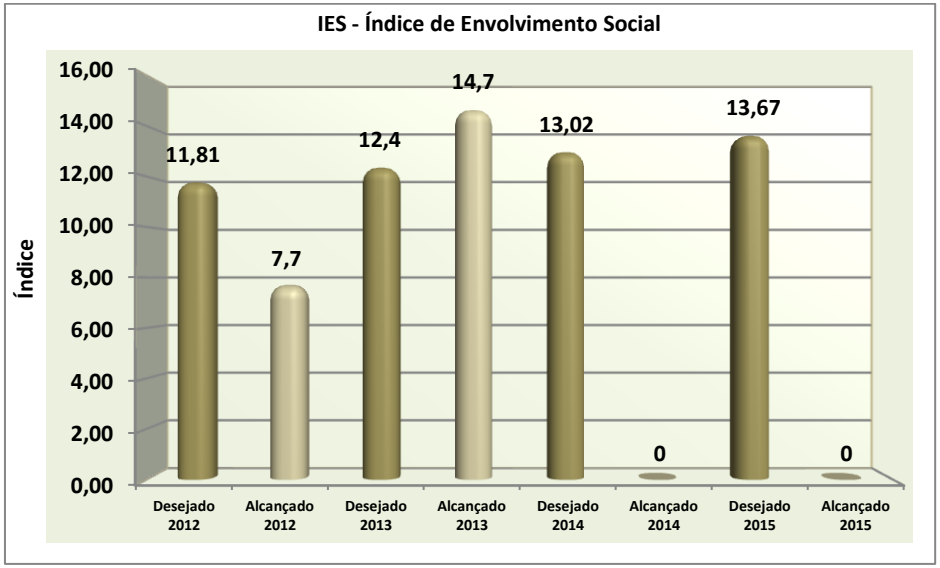
Justificativa 2013

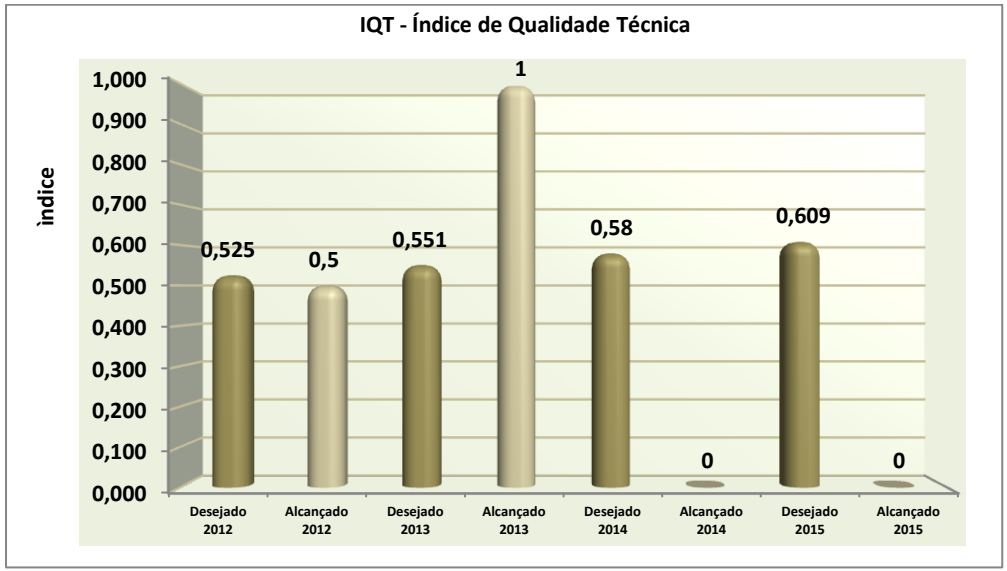
Indicador 979 - O índice é composto por outros dois indicadores - IES + 2 IQT. Assim sendo, são considerados os números relativos às audiências e consultas públicas realizadas pela ADASA, bem como a vigência dos atos regulatórios emitidos. Este resultado alcançado reflete, principalmente, a forte participação social (audiência e consulta pública), mas também o início do período de maturação dos atos normativos.

Indicador 1089 - O índice considera os números relativos às audiências e consultas públicas realizadas pela ADASA. Este resultado alcançado reflete a forte participação social (audiência e consulta pública) no período.

Indicador 1090 - Este índice considera os números relativos ao tempo de vigência dos atos regulatórios emitidos pela ADASA, buscando assim, aferir sua capacidade de perdurar no tempo, gerando segurança jurídica para os usuários e prestadores dos serviços regulados.


IAQR - Indicador Adasa de Qualidade Regulatória
Índice
18,00
16,00
14,00
12,00
10,00
8,00
6,00
4,00
2,00
0,00
12,86
8,7
13,5
16,7
14,18
0
14,88
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


IES - Índice de Envolvimento Social
Índice
16,00
14,00
12,00
10,00
8,00
6,00
4,00
2,00
0,00
11,81
7,7
12,4
14,7
13,02
0
13,67
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


IQT - Índice de Qualidade Técnica
ìndice
1,000
0,900
0,800
0,700
0,600
0,500
0,400
0,300
0,200
0,100
0,000
0,525
0,5
0,551
1
0,58
0
0,609
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: **006** – Planejar e implantar a Política de Fiscalização do DF por meio da gestão de projetos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
49.201 – AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DF - AGEFIS

Análise do Objetivo Específico

As ações fiscais foram pactuadas, por meio de projetos específicos vinculados aos objetivos estratégicos da Agência, no ambiente do Planejamento Estratégico 2011-2015 (Compromisso de Resultados 04/2012, DODF n^{0} 072, de 09/04/2013). No entanto, no exercício em tela, os recursos orçamentários, em especial para investimentos, foram insuficientes, comprometendo os resultados planejados e, consequentemente, os objetivos específicos.

O aprimoramento fiscal atrelado à gestão de projetos estruturados foi então motivado pela realização de algumas ações pontuais, de melhoria nos processos internos, de fácil viabilidade, alinhados abaixo. Ressalta-se que os recursos para os projetos da Agência, alocados no ano anterior, estão se perdendo em sua cronologia pela restrição no desembolso destas despesas, o que vem a atrasando a execução e a gestão dos projetos, comprometendo a estabilidade orçamentária para investimentos.

Realizações:

1. Foi estabelecida como premissa para 2013 a modernização da infraestrutura tecnológica da Agência, com a finalização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e seu encaminhamento para publicação. Neste cenário, foram adquiridos 280 computadores;
2. Na capacitação dos servidores, por meio do Projeto Qualidade de Vida na AGEFIS – Valorizando o Servidor (Pró-SERvidor), foram cumpridas as metas estabelecidas para 2013, quais sejam: Imunização de 74,6% do total de servidores em exercício e 60% de adesão dos servidores aos eventos presenciais que abordaram motivação no trabalho, saúde e bem-estar;
3. Pesquisa setorial para mapeamento e gestão por processos da AGEFIS que trouxe uma série de subsídios que estão sendo inseridos na pauta das ações estratégicas da Agência, para melhorias na dimensão da eficácia dos procedimentos administrativos das ações executadas. Foi detectado que a melhoria dos processos internos irá garantir maior agilidade nas atividades desempenhadas pela Agência, o que aumentará o controle e a adequação das demandas às expectativas da população;
4. Convênio entre a AGEFIS e o FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF), com a aquisição de 07 veículos vans e equipamentos complementares para compor as unidades móveis de fiscalização integrada dos espaços públicos e dos estabelecimentos, bem como para os grandes eventos COPA 2014 e Olimpíadas em 2016;
5. Foram aplicadas as Metodologias de Fiscalização no evento Copa das Confederações, realizado em 15 de junho de 2013, quando a AGEFIS se integrou à Secretaria de Segurança Pública participando do Centro de Comando e Controle Local e Regional. Cabe destacar que ocorreu a aplicação de Metodologia de Fiscalização para grandes eventos no Aniversário de Brasília e em outros jogos realizados em 2013, o que aprimorou o trabalho da Agência para o evento COPA do Mundo 2014. Na metodologia citada, foi utilizada a ferramenta SCI (Sistema de Comando em Incidentes) e foram criados nos dois primeiros bimestres 08 cenários de atuação da AGEFIS no processo de fiscalização de grandes eventos com sua integração no Caderno de Protocolos de Ações dos órgãos envolvidos na Copa,

desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública – SSP/ DF e nos Centros de Integração de Comando e Controle Local e Regional, coordenado pela Secretaria de Segurança e Polícia Federal;

6. Foi aprimorada a interface com outros órgãos governamentais e foram criadas parcerias com as prefeituras do entorno do DF (RIDE/DF), direcionadas à troca de conhecimento técnico relativo aos procedimentos e ações fiscais. Neste cenário, foram assinados três acordos de cooperação em 2013: Acordo de Cooperação Técnica s/n com a Prefeitura de Formosa, de 23 de março de 2013; Acordo de Cooperação Técnica n^0 001/2013, de 01 de outubro de 2013, com o Metrô/ GDF e Acordo de Cooperação Técnica n^0 001/2013, de 13 de dezembro de 2013, com a Administração Regional de Taguatinga/ DF;

7. No Projeto Ações Fiscais para Acessibilidade, Acessibilidade em Obras Públicas, foi realizado o treinamento de cerca de 50% dos Auditores e Auditores Fiscais de Obras da Agência e foram ministradas palestras sobre a temática no UNICEUB, UDF, UNIPLAN e UCB;

8. Várias ações de auditoria fiscal foram realizadas em 2013. A auditoria consiste em uma ação fiscal mais abrangente que visa à elaboração de um diagnóstico da situação geral, retratado em relatório técnico, o que possibilita um melhor conhecimento e, principalmente, o aprimoramento de procedimentos e processos internos da atuação fiscal e seu monitoramento, com reflexo direto nos resultados. Alguns temas específicos auditados em 2013: Auditoria em Estabelecimentos Comerciais que desenvolvem as atividades de Bares e Boates; Auditoria no Centro Comercial Gilberto Salomão; Auditoria nos Setores Hoteleiros Norte e Sul; Auditoria em Postos de Encontros Comunitários – PEC's; Auditoria em Edificações com Pilotis, Asa Norte e Sul e Auditoria das Passagens de Pedestres do Lago Sul.

Em face ao exposto, é importante destacar que as prioridades elencadas pela AGEFIS em relação à cartela de investimentos ainda estão sendo vislumbradas para a locação de recursos, dado que a estrutura de planejamento está cada vez mais sedimentada no ambiente das ações fiscais; porém tais recursos são insuficientes e diferem do que foi gravado no PPA.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Realizar o Planejamento Estratégico de todas as especialidades da AGEFIS (Fiscalização de Obras; Fiscalização de Atividades Econômicas; Vigilância de Produtos Animais, Vegetais e Agroindustriais e Fiscalização de Atividades de Limpeza Urbana)	Meta realizada no exercício de 2012. Um valioso produto de 2013 foi a avaliação e modernização do Regimento Interno da AGEFIS que forneceu o suporte legal às ações fiscais, assim como o início da revisão dos Manuais de Procedimentos Fiscais das Superintendências de Obras, Atividades Econômicas e a confecção do Manual de Limpeza Urbana. Também foi criado um grupo de trabalho para revisar os Procedimentos Administrativos Fiscais – PAF da AGEFIS, com o intuito de atualizar e agilizar tal rito para beneficiar a população. Todos estes recursos serão a base do Curso de Atualização, Reciclagem e Capacitação em Procedimentos Fiscais, que será realizado em 2014 para todos os auditores, auditores fiscais e inspetores fiscais da AGEFIS.
2. Unificar técnica, normas e procedimentos para a garantia da qualidade da execução e desenvolvimento da atividade de fiscalização	Todos os Manuais das especialidades fiscais da AGEFIS foram confeccionados e, em 2013, como mencionado, sofreram uma revisão e modernização de seus conceitos e marco legal para uma segunda edição. Para 2014, está previsto um curso de atualização e uniformização dos procedimentos fiscais básicos para a atuação dos Auditores, Auditores Fiscais e Inspetores Fiscais e, nesta ocasião, será entregue a versão atualizada do Manual.
3. Assegurar a estrutura física e humana para possibilitar	Na Superintendência de Planejamento, Normas e Procedimentos – SUPLAN da AGEFIS, por meio de sua Diretoria do

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
a melhoria contínua em gestão de projetos e das ações fiscais	Escritório de Projetos, criada pelas Instruções Normativas n0. 44 e 45, de 21 de setembro de 2011, foram realizados, em 2013, alguns ajustes para equalizar deficiências encontradas na execução dos projetos em andamento, com a repactuação do foco de cada um. Este é um processo natural, visto que o planejamento das ações por meio de projetos é algo novo no âmbito do Governo do Distrito Federal. Estão em andamento os seguintes projetos: Ações fiscais para Acessibilidade; AGEFIS nas Escolas; Fiscalização em Eventos: Copa 2014; e o citado Pro-SErvidor.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

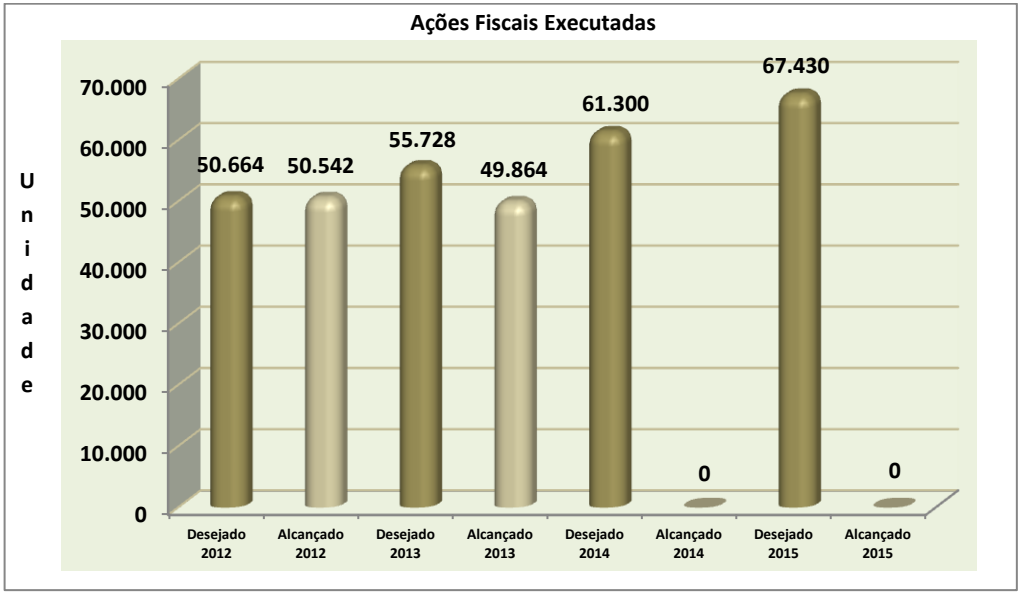
Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
980	Ações Fiscais Executadas	Unidade	46.062	31/12/2010	Anual	**Desejado**	50.664	55.728	61.300	67.430	DIPLAN/ AGEFIS
						Alcançado	50.542	49.864	-	-	

Justificativa 2013

Justificativa 980 - O quantitativo de ações fiscais executadas anualmente, conforme indicador acima, reflete as várias etapas dos procedimentos fiscais realizados pelas carreiras de Atividades Econômicas, Fiscalização de Obras e Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas (fiscalização de limpeza urbana). Em 2013, observa-se a redução de apenas 2% em relação ao exercício de 2012, demonstrando que as ações planejadas de prevenção (educação e capacitação) vêm impactando de forma gradual na atividade fim da Agência. O trabalho contínuo de prevenção que vem sendo realizado junto à população, com a disseminação de informação qualificada e a implementação de uma nova metodologia de fiscalização para temas específicos como o de acessibilidade e mobilidade urbana, áreas de deposição clandestina de resíduos, entre outros, e o monitoramento do território do DF, por meio de roteiros de auditorias e mapeamentos direcionados às ações fiscais, está se mostrando satisfatório. É importante frisar novamente que o aumento de ações fiscais executadas não consiste em um aumento na efetividade destas ações e em seu aprimoramento, e sim que um trabalho preventivo e de educação está sendo sistematicamente atualizado. Desta forma, a redução de 2% é considerada positiva, pois este é um processo contínuo e com resultados a longo prazo.

Cabe destacar que, em 2013, a Agência promoveu e capacitou agentes do governo para o Disque Acessibilidade, um campo especial da ouvidoria destinado a agilizar a resolução de problemas que envolvam as condições de autonomia e segurança do uso do espaço público pelas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A melhoria na plataforma de atendimento ao cidadão vem agregando valor às ações fiscais demandadas e o olhar refinado sobre o aprimoramento das ações fiscais a serem executadas é a maior exigência para próximo ano, 2014.


Ações Fiscais Executadas
Unidade
70.000
60.000
50.000
40.000
30.000
20.000
10.000
0
50.664
50.542
55.728
49.864
61.300
0
67.430
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 007 – Combater as desordens, reduzindo o número de invasões em áreas públicas e o comércio ilegal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

49.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL DO DF - SEOPS

Análise do Objetivo Específico

O Distrito Federal é uma das unidades da federação que mais sofre com o crescimento desordenado, ocupações irregulares de terras públicas e devastação do meio ambiente há muitos anos, resultado de antigas políticas que incentivavam as invasões de terra sem uma política habitacional justa e sustentável.

Em 2013, as ações de vigilância e operações de erradicação de ocupações irregulares do solo foram intensificadas, dando continuidades às ações estratégicas e bem sucedidas do Comitê de Combate ao Uso Irregular do Solo, coordenado pela Secretaria de Estado da Ordem Pública e Social, criado por este governo em maio de 2011, com a finalidade de desenvolver ações de prevenção, controle e erradicação das ocupações irregulares no Distrito Federal.

Em 2013, o Comitê intensificou ainda mais as operações, principalmente nas grandes áreas ocupadas irregularmente há muitos anos, com operações diárias como, por exemplo, no Setor Habitacional Sol Nascente e Por do Sol em Ceilândia, Núcleo Rural 26 de Setembro em Taguatinga, Cidade Estrutural, entre outras, num total de 826 operações, 34% a mais que em 2012.

No triênio 2011-2013, foi erradicado um total de 876.890 metros lineares de obstáculos (muros e cercas), o equivalente a aproximadamente 876 (oitocentos e setenta e seis) quilômetros de cercamentos irregulares, o que daria, como forma de ilustração, para cercar com cercas e muros uma distância superior entre Brasília e Belo Horizonte – MG (25% a mais a distância que separam as duas capitais).

Quanto ao comércio ilegal e a pirataria no DF os números impressionam. A constante atuação da SEOPS foi decisiva para a apreensão de mais de 1.461.000 materiais comercializados ilegalmente, tais como: CDs, DVDs, bebidas, alimentos, dentre outros.

Nas ações relacionadas ao combate à publicidade ilegal, a SEOPS apreendeu mais de 15.627 materiais afixados ilegalmente nas vias públicas de Brasília, tais como banners e faixas.

Os usuários de estacionamentos públicos também podem comemorar, pois em 2013 as operações de fiscalização e combate o exercício irregular das profissões de lavadores e guardadores de veículos resultaram na autuação de mais de 1.210 (hum mil duzentos e dez) indivíduos que exerciam ilegalmente a profissão.

Destaca-se também o papel da SEOPS no combate à poluição sonora, que executou mais de 158 (cento e cinquenta e oito) operações de fiscalização.

Estes números demonstram a preocupação da SEOPS em garantir o respeito e a dignidade humana dos habitantes do Distrito Federal, em conformidade com a linha de ação do governo.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Aquisição de softwares específicos para melhor operacionalização das ações preventivas e repressivas desenvolvidas pela Secretaria	Meta não alcançada em razão da falta de recursos orçamentário-financeiros para a aquisição do software. Essa meta foi reavaliada e classificada como não prioritária.
2. Manter disponíveis, para uso imediato, ao menos 60 viaturas	Meta atingida. Atualmente a frota da SEOPS é composta por 52 veículos próprios, 22 locados e 3 cedidos pela Coordenadoria das Cidades. A ampliação e fortalecimento da frota da SEOPS foi um posicionamento assertivo, pois graças a isto a SEOPS consegue estar presente de forma ostensiva em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, combatendo as desordens urbanas e reduzindo o número de invasões em áreas públicas.
3. Fortalecimento da Subsecretaria de Inteligência	Meta atingida. A Assessoria de Inteligência foi reestruturada passando para a ser denominada Subsecretaria de Inteligência, composta por 12 cargos. Além do incremento funcional teve seu aparato modernizado e ampliado.
4. Criação do acervo bibliográfico da SEOPS	Meta não atingida em razão da insuficiência de recursos orçamentários no exercício de 2013. O cumprimento da meta está previsto para o 2º semestre de 2014.
5. Aumentar em 10% as ações de fiscalização e combate às desordens urbanas (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	No exercício de 2013, as ações de fiscalização e combate às desordens urbanas ficaram inferiores às apuradas em 2012. Justifica-se o resultado negativo pela concentração dos esforços da força de trabalho da SEOPS nas Operações de Erradicação de Edificações Irregulares em terras públicas, que em 2013 compreenderam 826 operações. As campanhas de divulgação e conscientização da sociedade quanto às práticas ilegais associadas às desordens urbanas também afetaram os resultados encontrados. A Secretaria avaliou o alcance das metas por meio das seguintes ações: Combate à publicidade ilegal: foram apreendidos mais de 15.627 materiais (banners/faixas); Combate ao comércio ilegal e à pirataria no DF: foram apreendidos mais de 1.461.770 materiais (CDs, DVDs, bebidas, alimentos, dentre outros); Combate ao exercício irregular das profissões: foram autuados mais de 1.210 guardadores de veículos; e Combate às poluições sonoras: foram realizadas mais de 158 operações de fiscalização.
6. Qualificar o efetivo da SEOPS no uso de armamento não letal	Meta atingida. Em 2012, foi ministrado curso para 29 servidores da SEOPS sobre o emprego do Espargidor de Espuma de Pimenta – GL 108/E. No entanto, em 2013, não foi ministrado curso sobre armamento não letal aos servidores da SEOPS.
7. Aquisição de armamento não letal para ser utilizado por integrantes da SEOPS envolvidos na fiscalização das desordens urbanas e invasões de áreas públicas	Meta não atingida. A compra de armamento não letal pela SEOPS não pôde ser realizada por falta de regulamentação legal que permitisse a realização da compra.
8. Fortalecimento do Comitê de Combate a Pirataria, Delitos contra a Propriedade Intelectual e o Comércio Ilegal	Meta atingida. Houve um incremente de pessoal nas equipes operacionais, além da aquisição de diversos equipamentos tais como: máquinas fotográficas semiprofissional, notebook, tablet e veículos automotivos empregados nas operações de fiscalização, controle e desarticulação.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
9. Fortalecimento do Comitê de Combate ao Uso Irregular do Solo	Meta atingida. Com recursos providos pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB, foram adquiridos 20 novos veículos, quais sejam: 07 veículos automotivo tipo passeio; 07 veículos de serviço, tipo caminhonete pick-up; 01 veículo automotivo tipo furgão, adaptada para unidade de comando móvel; 01 veículo cavalo mecânico, com a 5ª roda, equipado com prancha rebaixada de 02 eixos; 01 caminhão toco, equipado com caçamba basculante para no mínimo 5,0m3; e 03 veículos automotivo tipo van para transporte de passageiros.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

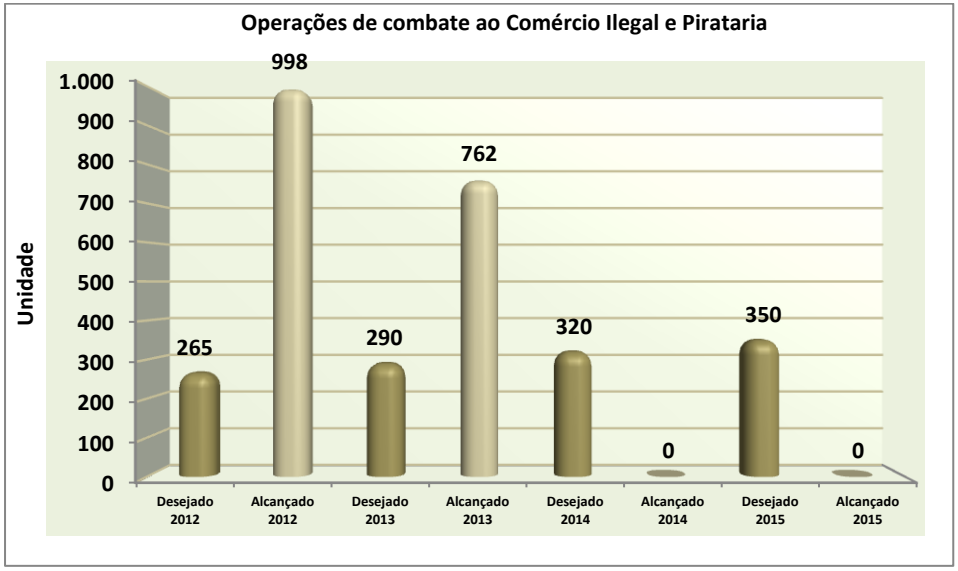
Indicadores:

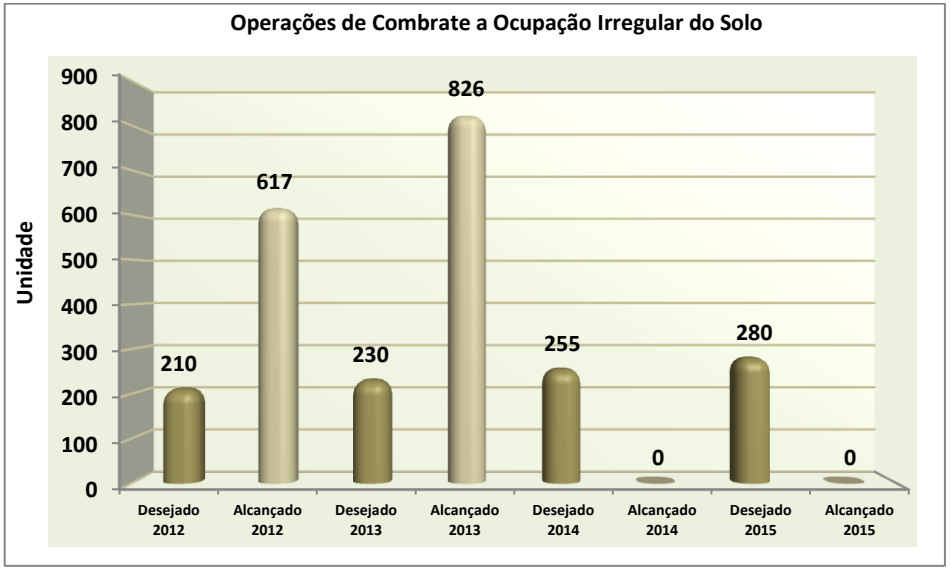
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1116	Operações de Combate ao Comércio Ilegal e Pirataria	Unidade	120	30/06/2011	Anual	**Desejado**	265	290	320	350	SEOPS
						Alcançado	998	762	-	-	
1117	Operações de Combate a Ocupação Irregular do Solo	Unidade	105	30/06/2011	Anual	**Desejado**	210	230	255	280	SEOPS
						Alcançado	617	826	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 1116 - O índice alcançado superou o índice desejado em mais de 163% em razão do fortalecimento das políticas de fiscalização, criação do Comitê de Combate à Pirataria e ações conjuntas com demais órgãos de fiscalização do Distrito Federal e da União. Em 2013, foram mais de 1.400.000 de materiais apreendidos nas operações relativas ao Combate ao Comércio Ilegal e à Pirataria.

Indicador 1117 - O índice alcançado superou o índice desejado em mais de 259% em razão do fortalecimento das políticas de fiscalização, criação do Comitê de Combate ao Uso Irregular do Solo e ações conjuntas com demais órgãos de fiscalização do Distrito Federal e da União. Resultaram das operações mais de 3.880 erradicações de edificações irregulares.


Operações de combate ao Comércio Ilegal e Pirataria
Unidade
1.000
900
800
700
600
500
400
300
200
100
0
265
998
290
762
320
0
350
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Operações de Combrate a Ocupação Irregular do Solo
Unidade
900
800
700
600
500
400
300
200
100
0
210
617
230
826
255
0
280
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 008 – Desenvolver políticas públicas orientadas à gestão dos servidores e empregados do Governo do Distrito Federal, dando ênfase às estratégias de recrutamento, formação continuada, democratização das relações do trabalho, aperfeiçoamento de ferramentas, processos e fomento da saúde e da qualidade de vida no trabalho, conferindo à valorização dos agentes públicos distritais o papel de principal vetor de aprimoramento da prestação de serviços aos cidadãos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

13.101 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DF – SEAP

Análise do Objetivo Específico

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. São apresentados a seguir os resultados alcançados neste objetivo específico, de responsabilidade da SEAP e suas unidades administrativas, SUGEP, SURET, SUBSAÚDE, OUVSER E EGOV.

A Subsecretaria de Gestão de Pessoas – SUGEP desenvolveu suas atividades em 2013 e em 2014 trabalhará na regulamentação da Lei Complementar 840/2011, no levantamento e sistematização de um conjunto de informações, tais como: o quantitativo de servidores ativos, inativos e pensionistas por carreira e/ou empresa, seu posicionamento na tabela de classes e padrões, gratificações existentes, remuneração mínima, média e máxima, tempo de serviço médio, faixa etária, comparativos entre carreiras e sempre que possível, também com os demais Estados da Federação e com a iniciativa privada.

Na busca constante de alcançar excelência na prestação de serviços, a Escola de Governo tem investido na adequação e aperfeiçoamento dos seus cursos por meio de parcerias com instituições aptas a desenvolverem capacitações. O conteúdo pedagógico dos cursos oferecidos no segundo semestre de 2013 foram revistos buscando conformidade com a solução dos principais problemas da gestão diagnosticados a partir de reuniões com os órgãos de controle e acompanhamento por algumas Secretarias. Esse levantamento realizado no início do semestre, além de orientar para o enfoque da ação de capacitação será utilizado como parâmetro para a avaliação do impacto da capacitação realizada junto aos órgãos demandantes. O aprimoramento desse trabalho permitirá, ao final de cada etapa de formação, a visualização dos resultados da capacitação a partir de dados qualitativos e não só quantitativos.

No aperfeiçoamento da gestão, houve avanço com o desenvolvimento e implantação do Sistema de Inscrição e Gestão da Informação que garante maior agilidade, controle, uniformização, ampliação do acesso e domínio do processo de inscrição nos cursos e eventos realizados pela Escola. O resgate do importante papel do Interlocutor de Formação, que passa a incorporar o referido sistema com participação direta e controle sobre algumas etapas do processo de formação das turmas, foi outro resultado importante. Os vínculos formais e sistematizados entre EGOV e Interlocutor de Formação permitem hoje a ampliação da divulgação e das informações sobre os cursos e melhor ajustamento entre o conteúdo do curso e o seu público alvo.

Na estratégia de atuação em Rede com as demais Escolas e áreas de formação do GDF os avanços são visíveis. O IV Encontro da Rede realizado em novembro último foi precedido de encontros preparatórios com as áreas de saúde, educação e segurança. O texto das Diretrizes da Rede desenhado pelo grupo e apresentado como pauta do Encontro aguarda outras contribuições para o encaminhamento à aprovação e publicação. A expectativa é de avanços a partir das bases do acordo expressos nas Diretrizes, que permitirão, dentre outras parcerias, o desenvolvimento de um Portal da Rede que facilitará com o acesso único e o alcance do servidor a todas as ações de formação e capacitação realizadas pelo GDF.

Outra iniciativa em fase de consolidação é a Semana Pedagógica**.** Realizada no mês de dezembro encerrou o ano com uma avaliação das realizações, dos avanços e dos problemas já identificados e, ao mesmo tempo uma prospecção e preparação para esse exercício com espaços para palestras, encontros, dinâmicas de grupo, atividades integrativas e comemorativas.

A Escola de Governo tem como desafio inaugurar canais de comunicação que atinjam o universo de servidores públicos do GDF, desta forma, incluir na cultura o acesso às informações de formação e capacitação.

A Subsecretaria de Relações de Trabalho, tendo em vista os vários pedidos e solicitações feitas pelos sindicatos, associações e servidores, tornou-se mais acolhedora, atendendo de forma cordial o público e a sociedade e compilando as várias reivindicações. As negociações com as entidades, o diálogo e a transparência exercidas junto com o gabinete da SEAP, trouxeram a satisfação de várias categorias. Para o exercício de 2014 será realizado um seminário de "Relações do Trabalho", para mostrar aos servidores e a sociedade a importância da democratização da relação de trabalho no serviço público do Distrito Federal.

A Subsecretaria de Saúde - SUBSAÚDE implantou a Política de Atenção à Saúde do Servidor em 2012. Em 2013, foi uma referência para muitos estados brasileiros. Coordenou diversos grupos técnicos nacionais, além da pesquisa nacional apresentada no 92º Fórum CONSAD. Para o exercício de 2014, a Subsaúde está buscando a aplicação de um instrumento nas 05 (cinco) regiões Brasileiras para identificar preditores de adoecimento e elaborar políticas públicas com o objetivo de promoção e prevenção, como também, criar o observatório de saúde do servidor para avaliar os Programas instituídos e a contratação de empresa para a realização de exames periódicos nos servidores.

Os serviços prestados pela SEAP junto ao servidor e à sociedade, por intermédio da atuação da Ouvidoria do Servidor ao longo do ano de 2013 foi bastante satisfatória, com o aumento significativo do número de registros recebidos, consequentemente refletindo no número total de casos respondidos.

A SEAP, por intermédio da ouvidoria, serve de canal de diálogo e intermédio entre os servidores, a sociedade e a Administração Pública. A agregação e a análise das demandas recebidas servem de subsídio para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as relações de trabalho, bem como concursos públicos, sobretudo prestando informações e esclarecimentos à sociedade; busca dia-a-dia viabilizar um atendimento qualificado e humanizado, além da satisfação dos demandantes. Para tanto, participou de conferências, vídeo conferências e reuniões, buscando obter novas estratégias pra o incremento da participação popular e ampliação dos serviços da Ouvidoria, bem como maior qualificação dos servidores do próprio Setor.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Promover a participação dos servidores na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas	- Seminário Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal – Lei Complementar nº 840/2011; - I Fórum – Encontro com Gestores de Pessoas; - Reunião dos interlocutores, com objetivo de confraternizar, esclarecer dúvidas e informar sobre a agenda de 2013; - Reestruturação de Carreiras sendo realizado no período janeiro a dezembro/2013, onde se obteve o equacionamento das demandas sindicais aos objetivos governamentais na área de gestão de pessoas; - Realização de concursos públicos no período de janeiro a dezembro/2013, com 18 concursos autorizados e mais de 11.600 nomeações; - Acompanhamento e gestão da folha de pagamento no ano de 2013, obtendo o controle dos gastos com pessoal, averiguando a evolução da Folha de Pagamento.
2. Implementar política democrática de	Cartilha de Orientações a Gestores de Dependentes Químicos, impressa e online (Portaria 55 de 21/05/2012);

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
formação continuada de gestores e servidores públicos do DF	- I Encontro SUBSAÚDE – Gestores de Pessoas e Unidades de Administração Geral para apresentação dos serviços da SUBSAÚDE e da Política Integrada de Atenção à Saúde do Servidor; - Programas de preparação para o período Pós-Carreira para Gestores. - Curso de capacitação aos gestores sobre o período pós-carreira para servidores estatutários, realizado em outubro/2013, com palestras e Semana Itinerante de Saúde Mental; -Implantação do Programa pós-carreira no período de janeiro a novembro/2013, atendimento feitos nas Secretarias de Estado de Agricultura, SEDEST e SECRIA, buscando preparar os servidores para aposentadoria.
3. Implementar sistema integrado de gestão de pessoas no DF	Projeto Básico sendo elaborado pela área responsável, de modo a viabilizar a implementação do sistema integrado de gestão de pessoas/DF; - Contrato de Manutenção do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, assinado em agosto/2013 e vigente até julho/2014, o qual permitira a correta execução do sistema, ante as demandas legais e dos órgãos de controle.
4. Democratizar as relações de trabalho por meio do diálogo permanente com os servidores	- Reuniões mediadoras de negociações coletivas, objetivando a celebração de Acordos Coletivos de Trabalho e Termos Aditivos entre as empresas públicas e sociedades de economia mista com os respectivos sindicatos representantes das categorias laborais; - Participação em reuniões da Mesa de Negociação do SUS em conjunto com representantes da Secretaria de Estado de Saúde do DF e entidades sindicais; - Reuniões de negociação com a categoria dos servidores ocupantes do cargo de ACS E AVAS, objetivando a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com SES e a SEAP/DF; - Acompanhamento de reuniões de negociação entre SEAP e sindicatos representantes de diversas categorias de servidores públicos do DF; - Edição da Lei 5.237, de 16 de dezembro de 2013, resultado das Reuniões de negociação com a categoria dos servidores ocupantes do cargo de ACS E AVAS, objetivando a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com SES e a SEAP/DF no período de janeiro a dezembro/2013; - Envio de aproximadamente 25 Projetos de Lei para CLDF, resultado das reuniões de negociação entre SEAP e sindicatos representantes de diversas categorias de servidores públicos do DF.
5. Implementar política de saúde e segurança do servidor	- Semana da Saúde Mental do SEDEST; - Manual de Saúde e Segurança do Trabalho, impresso e online (Portaria nº55 de 21/05/2012); - Publicação do Decreto 33.653/2012, que instituiu a Política Integrada à Saúde do Servidor; - Elaboração de cartilha referente ao Programa de Preparação para o Período Pós-Carreira; - Elaboração de folder sobre dependência química para distribuição nos órgãos atendidos pela SUBSAÚDE. - Realização de Pesquisa Nacional Absenteísmo e adoecimento, no período de março a outubro/2013; - Realização de atendimento em suporte psicológico no período de janeiro a novembro/2013, obtendo nesse período 1036 atendimentos; - Implantação do Programa de Prevenção à Violência no Trabalho, realizado nos meses de set. e out/2013, com 02 grupos formados para atendimento a servidores das Secretaria. - Realização de 3600 exames periódicos em servidores, no período de jan. a nov./2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

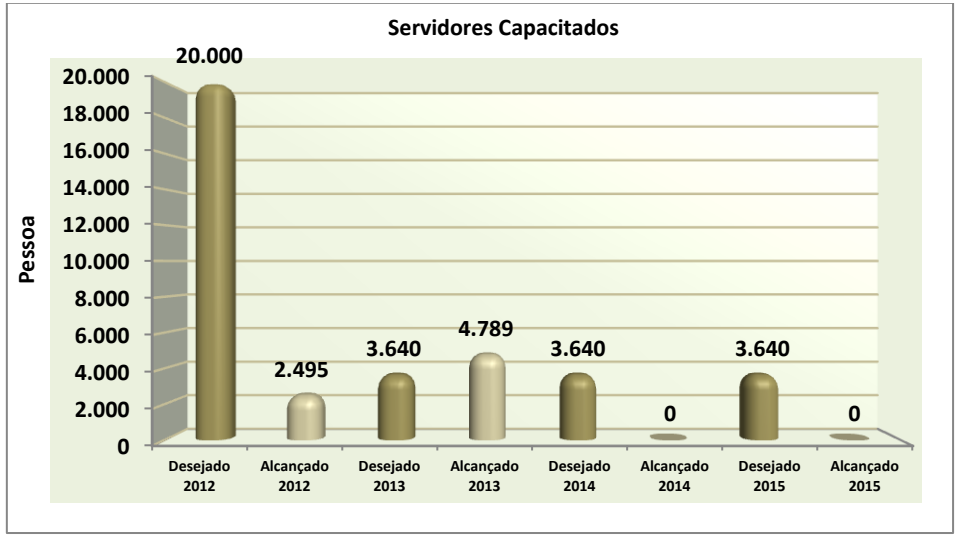
Indicadores:

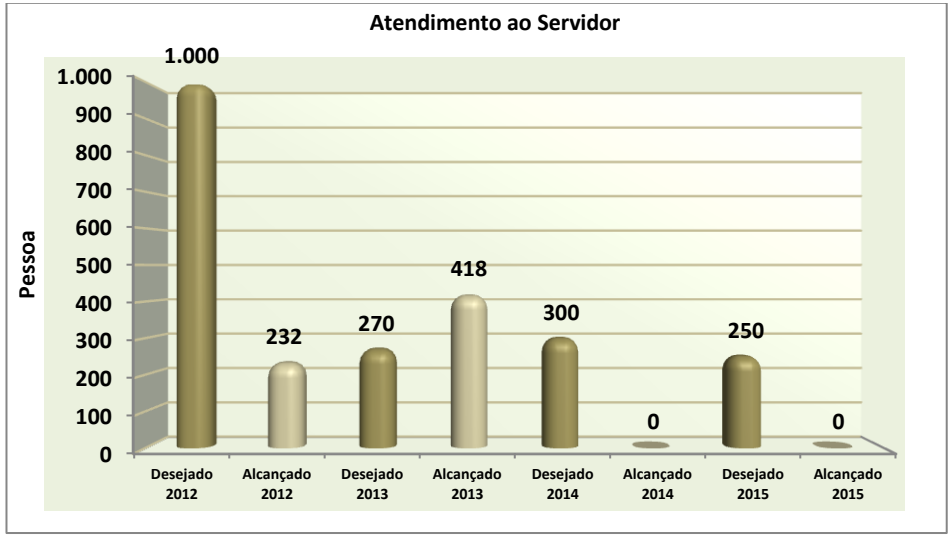
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1132	Servidores Capacitados	Pessoa	3.641	30/11/2012	Anual	**Desejado**	20.000	3.640	3.640	3.640	EGOV
						Alcançado	2.495	4.789	-	-	
1133	Atendimento ao servidor	Pessoa	201	30/11/2012	Anual	**Desejado**	1.000	270	300	250	OUVSER
						Alcançado	232	418	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 1132 - No primeiro semestre de 2013, foi publicada a regulamentação do artigo 100 da Lei Complementar nº 840/2011, que permite o pagamento de gratificação ao servidor que atua como instrutor na EGOV. Além disso, a realização de novas parcerias propiciou o elevado numero de servidores capacitados.

Indicador 1133 - Houve aumento significativo no número de registros recebidos e consequentemente, aumento no número de casos respondidos. Com a preocupação permanente no treinamento e formação de servidores que atuam na Ouvidoria, ao longo do exercício foram recebidas 204 reclamações, 105 solicitações, 72 informações, 18 denúncias, 14 sugestões e 5 elogios.





Objetivo Específico: 009 - Implementar monitoramento e avaliação de políticas sociais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEDEST

Análise do Objetivo Específico

Em 2013 a SEDEST consolidou a implantação do Plano DF Sem Miséria com ações em três eixos: transferência de renda, acesso aos serviços e inclusão produtiva. Seguindo a diretriz do Plano foram implementadas ações voltadas ao atendimento prioritário de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza.

As dificuldades que permearam o desenvolvimento das atividades em 2013 foram principalmente relacionadas aos processos administrativos licitatórios; a renovação da equipe; a falta de pactuações para o mapeamento dos processos das unidades finalísticas e a institucionalização, manutenção e ampliação do sistema integrado de desenvolvimento social – SIDS, que subsidiaria o monitoramento e avaliação de programas sociais da SEDEST.

O processo de concepção do desenho do SIDS – Sistema Integrado de Desenvolvimento Social foi uma tarefa árdua realizada pela secretaria e está em negociações a sua homologação, para logo em seguida prosseguir com sua especificação e desenvolvimento. Este processo apresenta importantes desafios para a área, tanto na esfera tecnológica quanto nas articulações de padronização de processos de trabalhos nas diversas unidades da secretaria.

Destaca-se em 2013: a institucionalização do SEDEST em Números; a Pesquisa de Impacto do DF Sem Miséria com o DIEESE; o informativo dos resultados do Plano DF Sem Miséria; o Relatório sobre Benefícios de Prestação Continuada na Escola segundo os dados do Cadastro Único; Negociações para realizar Convênio com a Universidade de Brasília para mapeamento dos processos de trabalho; a busca de padronização de conceitos funcionais dos serviços socioassistenciais e a revisão dos instrumentos de coleta de dados da SINOPSE.

Além dessas atividades a Secretaria realizou, em parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal, estudo sobre a situação do trabalho infantil no Distrito Federal, pesquisa sobre o perfil dos participantes da Conferência Distrital de Assistência Social e a análise dos dados sobre descumprimento de condicionalidades.

Tais realizações estão relacionadas diretamente ao objetivo específico de: contribuir para melhoria da gestão pública; subsidiar o desenvolvimento de avaliação de desempenho da SEDEST e do GDF; dar cobertura às demandas de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; subsidiar o desenho de programas sociais do Governo Federal e do GDF, observando os compromissos assumidos e expressos no planejamento estratégico, no Plano Plurianual e no Plano “DF Sem Miséria”.

A SEDEST, em relação ao exercício de 2014, tem por perspectiva a continuidade do processo de estruturação e implementação de ações que contribuam para a organização de estrutura operacional e formação de uma cultura de monitoramento e avaliação necessária à implementação de políticas públicas, em especial às Políticas de Assistência Social/Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional. Para isso, possui o objetivo de:

- Realizar “Avaliação do Impacto da Suplementação Financeira concedida pelo GDF às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Plano DF Sem Miséria”;
- Discutir processos de trabalho e levantar os requisitos para o SIDS;

- Homologar, diante das revisões apresentadas, os instrumentos de coleta de dados (Sinopse Estatística);
- Realizar e participar de seminários, encontros temáticos e cursos sobre monitoramento e avaliação, que contribuam para a capacitação de servidores e disseminação de informações referentes às políticas sob gestão da SEDEST, com vistas ao desenvolvimento de uma cultura de monitoramento e avaliação, necessária a melhoria da gestão e ao aperfeiçoamento institucional do Estado na implementação de politicas públicas;
- Discutir e implementar o sistema de vigilância de assistência social;
- Consolidar e ampliar parcerias com instituições públicas e privadas para realização de estudos e pesquisas; que contribuam para identificação das variáveis determinantes da situação de vulnerabilidade econômica e social vivenciada pela população; favorecendo o desenho de políticas e programas, a estruturação de serviços e a definição de indicadores para avaliação de impacto destas políticas na melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Ressalta-se, como imprescindível para o alcance dos objetivos: a garantia de recursos orçamentários e financeiros; realização de concurso público, com lotação de servidores na SEDEST com perfil adequado ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas; investimento em capacitação dos servidores hoje responsáveis pelas atividades relacionadas ao desenvolvimento de sistemas e ao monitoramento de políticas sociais sob gestão da SEDEST; adequação da estrutura física das Unidades da SEDEST, aquisição de equipamentos e programas necessários a implementação dos sistemas e subsistemas, em processo de desenvolvimento, que permita alcance das metas estabelecidas para o período de 2012 a 2015.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Implementar 01 sistema de monitoramento e avaliação da SEDEST	Meta com previsão de consolidação em 2015. Em 2012 foi Iniciada a construção de ferramentas informacionais para subsidiar o M&A das políticas sob gestão da SEDEST: mosaico social, sinopse Ilustrada, sistema de monitoramento de famílias em extrema pobreza; análise do PPA 2012 – 2015, quanto aos objetivos específicos, programas temáticos e indicadores, sob gestão da SEDEST, com elaboração de proposta de revisão de indicadores PPA 2012-2015 em relação aos exercícios de 2013, 2014, 2015; análise, revisão e adequação dos instrumentos de coleta de dados (Sinopse Estatística) das ações/programas sob gestão da SEDEST, buscando atender disposições normativas Resolução 04/2011 CIT/SNAS/ MDS e Portaria do TCDF. Em 2013 foi concluída minuta do desenho do escopo do sistema integrado de desenvolvimento social.
2. Implementar 01 subsistema de monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social	Meta com previsão de consolidação em 2015. Em 2012 foram realizadas ações iniciais relacionadas à implementação do Subsistema: desenho Inicial do Sistema Integrado de Desenvolvimento Social - SIDS/Módulo SUAS. Ressalta-se a não disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros e a insuficiência de pessoal técnico qualificado para desenvolvimento de atividades e necessários a implementação do subsistema, variáveis diretamente relacionadas ao não alcance da meta. Em 2013 foram realizadas as seguintes ações: - Levantamentos: do modelo conceitual; dos conceitos funcionais e dos instrumentais para avaliação do atual registro de informações cadastrais das unidades de execução; Pactuação entre SUBSAS e SUTRAR quanto ao alinhamento conceitual do Módulo Cadastro SIDS; discussões sobre as possibilidades de assinar convênio com a Universidade de Brasília-UNB para mapeamento de processo de trabalho.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
3. Implementar 01 subsistema de monitoramento e avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional	Meta com previsão de consolidação em 2015. Em 2012 neste módulo foi realizado a pactuação entre SUBSAGI e SUBSAN visando o mapeamento dos serviços para o levantamento de requisitos Em 2013 ressalta-se a não disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros e a insuficiência de pessoal técnico qualificado para desenvolvimento de atividades e necessários a implementação do subsistema, variáveis diretamente relacionadas ao não alcance da meta.
4. Implementar 01 subsistema de monitoramento e avaliação de Transferência de Renda	Meta com previsão de consolidação em 2015. Em 2012 neste módulo foi realizado a pactuação entre SUBSAGI e SUBSAN visando o mapeamento dos serviços para o levantamento de requisitos Em 2013 ressalta-se a não disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros e a insuficiência de pessoal técnico qualificado para desenvolvimento de atividades e necessários a implementação do subsistema, variáveis diretamente relacionadas ao não alcance da meta.
5. Realizar 22 (vinte e dois) estudos e pesquisas sobre temas relacionados com as políticas de proteção social no DF	Meta alcançada 2012 e 2013: 10 estudos e pesquisas Meta alcançada em 2012: 07 (sete), dos quais 06 estudos e 01 pesquisa, mediante articulação interinstitucional, observada a não disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros específicos para atividades previstas pela SEDEST, o que resultou em cooperação técnica e financeira, (CODEPLAN, IPEA, Banco Mundial, Conselhos Tutelares/DF, dentre outros) necessária ao desenvolvimento das atividades de estudos e pesquisas, referencia para implementação de monitoramento e avaliação das politicas de Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional. Meta alcançada em 2013: 03 (três) estudos. **1.** Institucionalização do relatório mensal do SEDEST em Número; **2.** Estudo sobre o perfil dos beneficiários do BPC na Escola. **3.** Estudo analítico sobre as Regiões Administrativas do DF para a XI Conferencia Distrital da Assistência Social.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
981	Políticas sociais monitoradas/avaliadas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	3	3	3	SUBPLAGI/ SEDEST
						Alcançado	-	3	-	-	
1134	Sistema consolidado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	-	-	1	SUBPLAGI/ SEDEST
						Alcançado	-	-	-	-	
1135	Subsistemas implementados	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	-	-	3	SUBPLAGI/ SEDEST
						Alcançado	-	-	-	-	
1136	Estudo/pesquisa realizado (a)	Unidade	1	28/02/2011	Anual	**Desejado**	6	5	6	5	SUBPLAGI/ SEDEST
						Alcançado	7	7	-	-	
1137	Evento de capacitação realizado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	2	2	2	2	SUBPLAGI/ SEDEST
						Alcançado	4	13	-	-	

Justificativa 2013

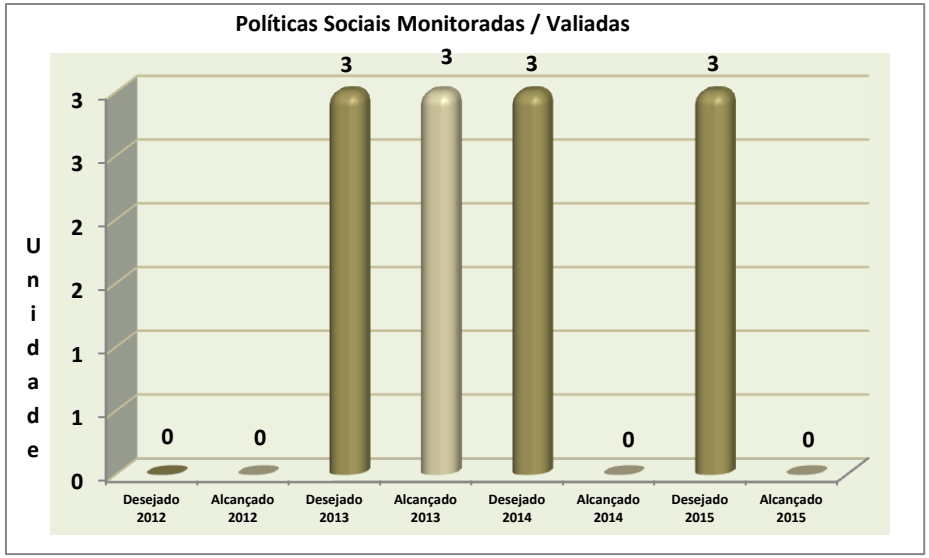
Indicador 981 - O número refere-se às três políticas sociais (assistência social, segurança alimentar e transferência de renda) monitoradas e avaliadas por meio das Informações Estatísticas recolhidas mensalmente e consolidadas e visitas sistemáticas às unidades de execução da SEDEST.

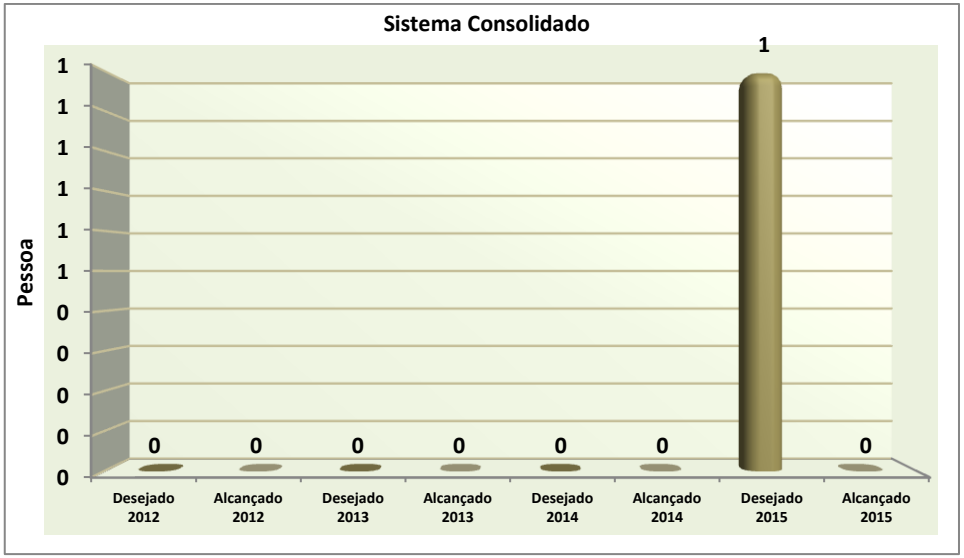
Indicador 1134 - Indicador previsto para ser atualizado em 2015.

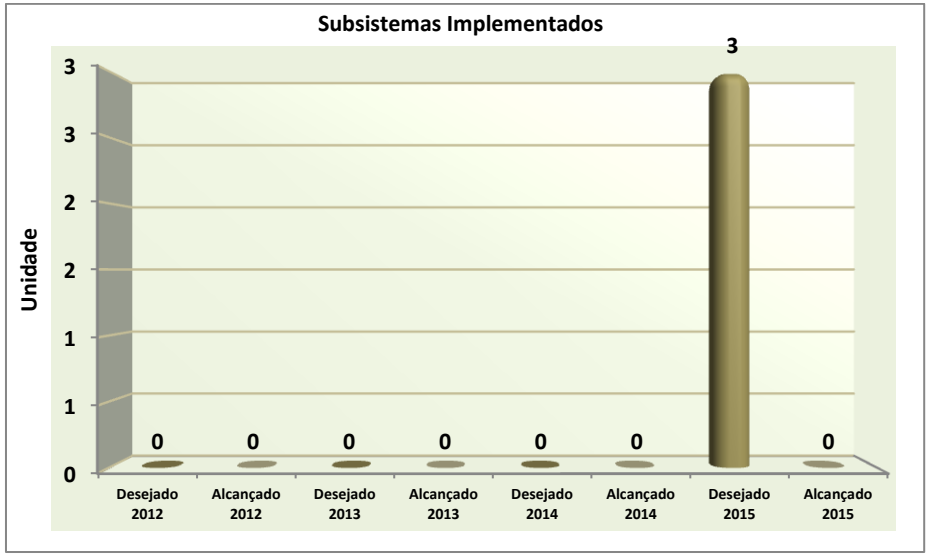
Indicador 1135 - Indicador previsto para ser atualizado em 2015.

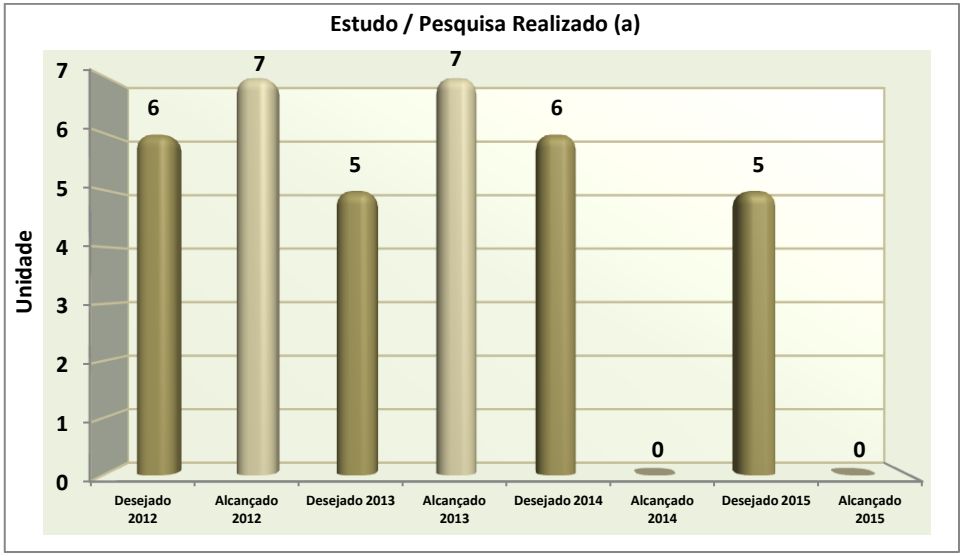
Indicador 1136 - Crédito orçamentário cancelado. No entanto, implantamos e implementamos linhas de estudos que possibilitaram realizar ações de planejamento, monitoramento e avaliação das nossas atividades e serviços. Ademais, ainda assim, mediante articulação interinstitucional iniciamos o processo de consolidação de parcerias referentes a avaliação do impacto da estratégia de suplementação financeira do Plano DF Sem Miséria, bem como convênio para a pesquisa de Modernização da Gestão da SEDEST.

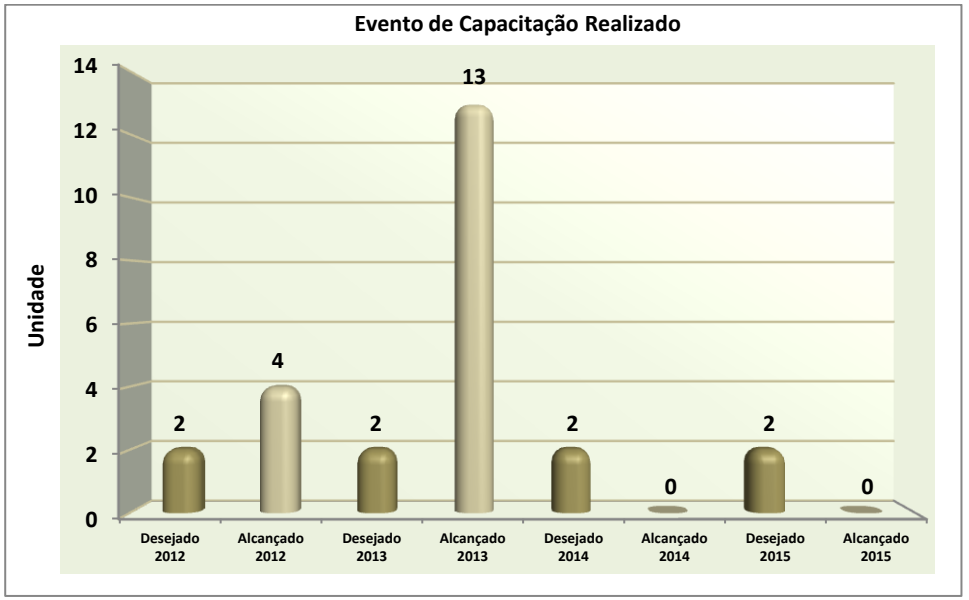
Indicador 1137 - Embora não tenhamos aplicado recursos financeiros para cursos de capacitação in lócus, foi viabilizada capacitação referente ao monitoramento e avaliação de políticas públicas mediante participação em eventos: cursos, seminários, oficinas, ofertados por diversos organismos e organizações locais.


Políticas Sociais Monitoradas / Valiadas
Unidade
0 1 1 2 2 3 3
0 0 3 3 3 0 3 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Sistema Consolidado
Pessoa
0 0 0 0 0 0 0 0 0 1
0 0 0 0 0 0 1 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Subsistemas Implementados
Unidade
0 1 1 2 2 3 3
0 0 0 0 0 0 3 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Estudo / Pesquisa Realizado (a)
Unidade
0 1 2 3 4 5 6 7
6 7 5 7 6 0 5 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Evento de Capacitação Realizado
Unidade
14
12
10
8
6
4
2
0
2
4
2
13
2
0
2
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 010 – Aperfeiçoar a gestão de documentos de arquivo de modo integrado às ações que visem à preservação e o acesso à informação e ao patrimônio arquivístico histórico do GDF. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.)

UNIDADE RESPONSÁVEL:

11.134 – ARQUIVO PÚBLICO DO DF - ARPDF

Análise do Objetivo Específico

A atuação do ArPDF, no sentido de alcançar o objetivo proposto, teve como principais realizações, no ano de 2013, um amplo conjunto de atividades técnicas executadas nas áreas de Gestão de Documentos de Arquivo e de Arquivo Histórico. Essas atividades compreenderam o tratamento técnico e a conservação preventiva do acervo, referentes à Preservação da Memória do DF, tendo em vista proporcionar o acesso a documentos e informações a cidadãos, a instituições e a pesquisadores. Nesse sentido, destaca-se a aplicação de recursos tecnológicos para a digitalização dos documentos, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Fundação de Apoio à Pesquisa/ GDF e, também, a incorporação ao acervo de cerca de 30 mil cópias digitais de documentos selecionados em diversos arquivos públicos e privados do país e do exterior. Foram realizados 95 atendimentos aos servidores da administração direta e indireta do GDF, para orientação técnica sobre a gestão de documentos de arquivo. Elaborada a proposta para a criação do Centro de Arquivamento Intermediário do GDF, a fim de guardar os arquivos dos órgãos que ocuparão o novo Centro Administrativo do GDF e, também, a participação na elaboração do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, visando implantar processos administrativos eletrônicos.

Vários fatores contribuíram favoravelmente para essas realizações, destacando-se a criatividade, o comprometimento e o desempenho profissional dos servidores do ArPDF, a reestruturação organizacional e a transversalidade no modo de gestão, com a adoção de Sete Macrometas, cujo propósito é alcançar a eficiência, a eficácia e a efetividade arquivística, visando contribuir para a transparência na administração pública e para a consolidação do Sistema de Arquivos do DF (SIARDF), bem como, para a preservação e a acessibilidade dos documentos históricos. Em contraposição, muitos fatores dificultaram as realizações do ArPDF, tais como: a infraestrutura física inadequada e insuficiente para recolhimento, higienização, tratamento e armazenagem de acervos históricos; a falta de manutenção de instalações elétricas e hidráulicas; as dificuldades no controle de acesso nas áreas técnicas; a inexistência de sistemas de prevenção contra sinistros de vandalismo; as dificuldades no controle dos níveis de umidade e temperatura nos locais de depósito de documentos; o mobiliário e equipamentos antiquados, obsoletos e danificados; a falta de EPI e limitados recursos materiais; a escassez de recursos orçamentários aliada ás dificuldades encontradas na relação com a Central de Compras do GDF; o quadro reduzido de servidores lotados no ArPDF e a falta de capacitação técnica dos mesmos; a precariedade dos recursos da Tecnologia da Informação; a falta de autonomia do ArPDF aliada à instabilidade da sua estrutura organizacional; a precariedade da gestão de documentos de arquivo em todas as unidades da administração direta e indireta do GDF; a inexistência de instrumentos técnicos arquivísticos; a desatualização da legislação pertinente à área; a necessidade de sede própria.

Para superação das dificuldades, a estratégia adotada foi a construção de parcerias, destacando os seguintes órgãos: Secretaria de Planejamento do GDF; Administrações Regionais; Secretária de Transparência e Controle; Secretária da Fazenda; Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Informação; Fundação de Apoio à Pesquisa; Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação; Corpo de Bombeiros Militares; Secretaria do Desenvolvimento

Urbano e Meio Ambiente; Secretaria da Mulher; Secretaria da Criança e do Adolescente; Câmara Legislativa do DF. No governo federal, merece destaque as parcerias firmadas como a Universidade de Brasília, com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Arquivo Nacional, juntamente como o Conselho Nacional de Arquivos e o Fórum Nacional de Arquivos Estaduais. Além destas, cabe notar, ainda, as parcerias com as prefeituras dos municípios goianos de Formosa, de Pirenópolis, de Luziânia, da Cidade de Goiás. O retorno da vinculação institucional do ArPDF à Secretaria de Estado da Casa Civil do DF possibilitou ao ArPDF alcançar maior efetividade no atendimento aos diversos públicos, que se compõe de servidores e gestores do GDF, de professores e estudantes do ensino fundamental, do nível médio do DF e do ensino superior, de doutorandos e pesquisadores de instituições públicas e privadas do país e do exterior.

Para o ano de 2014, está prevista a continuidade dos projetos relativos às seguintes macrometas: 1 – Infraestrutura: Criar condições adequadas para a preservação da documentação histórica; 2 – Gestão de pessoas: Constituir um quadro de servidores qualificados; 3- Marco regulatório: Definir a melhor personalidade jurídica do ArPDF, garantindo maior autonomia administrativa e financeira, atualizando a legislação arquivística do DF; 4 – Arquivo digital: tratar, descrever e digitalizar todos os documentos; 5 – Implantação do SIARDF: Integrado com as políticas de acesso a tecnologia da informação; 6 – Qualificação de professores: Contribuir para o aprimoramento da formação de professores para o ensino de História do Distrito Federal e História Local,; e 7 – Casa da memória: Descentralizar os serviços prestados pelo ArPDF em cada Administração Regional, facilitando o acesso ao acervo documental e a incorporação de documentos privados de interesse público para as comunidades.

Metas 2012 – 2015:

Metas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Implantar as bases para a consolidação do Sistema de Arquivos do DF (SIARDF), prestando orientação técnica às unidades organizacionais, aprimorando a capacitação de servidores, buscando a atualização da base legal e normativa e a melhoria dos procedimentos e da infraestrutura física e tecnológica para a gestão de documentos no GDF (*Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013*).	Em 2012, a meta desejada era de 20 orientações técnicas, mas foram realizadas 62. Em 2013, a meta era de 40 e foram realizadas 95. Foi também elaborado o Plano de Ações Conjuntas para a criação do Centro de Arquivamento Intermediário do novo Centro Administrativo do DF. Foram incluídos representantes do ArPDF nos comitês do Processo Eletrônico Nacional e definido o ArPDF, como projeto-piloto no âmbito do Distrito Federal, para o Sistema Eletrônico de Informações –SEI. Foram analisadas e aprovadas 2 listagens de eliminação documental, com a colaboração da Comissão Central de Arquivos – CCA/GDF. Para o ano de 2014 está prevista a continuidade das orientações técnicas realizadas em 2013, o estabelecimento de orientações técnicas aos órgãos em mudança para o Centro Administrativo do DF, a implantação do projeto-piloto do Sistema Eletrônico de Informação – SEI no ArPDF e a viabilização da criação do Centro de Arquivamento Intermediário do Centro Administrativo do DF como nova atribuição ao ArPDF.
2. Implantar serviços para acesso a informações bibliográficas e documentais, para o atendimento presencial e a distância aos estudantes, professores, pesquisadores e instituições públicas e privadas, tendo em vista a disseminação seletiva e o acesso democratizado a publicações, dados, informações e referências documentais sobre Arquivologia e sobre a História de Brasília, do DF e da RIDE (*Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013*).	No ano de 2011, iniciou-se a adsorção de conhecimento sobre os procedimentos adequados para a digitalização de acervos, tais como qualidade de resolução, tratamento e edição de imagens digitais, formas de armazenamento e segurança de imagem digital, métodos diferenciados de captura de imagem, indexação e descrição de documentos digitais e formas de acesso público e pesquisa via Internet. Em 2012 foi iniciada a aquisição dos equipamentos para digitalização de grandes formatos. Em 2013, foi implantado o serviço de digitalização de documentos no contexto do projeto Biblioteca Digital do Distrito Federal , em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação do Distrito Federal. Em 2014, além dos documentos textuais, terá início a digitalização do acervo de grandes formatos e de documentos audiovisuais, com a descrição dos filmes e a produção de cópias de segurança.

Metas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
3. Aprimorar os serviços e a infraestrutura necessários ao recolhimento, tratamento, armazenagem, preservação, digitalização e acesso aos documentos históricos do GDF, buscando parcerias e intercâmbios a fim de tornar ao Arquivo Público do DF a melhor fonte para a pesquisa e acesso remoto em rede de computadores a documentos e informações virtuais sobre a História do DF e da RIDE (*Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013*).	Em 2012, aconteceram reuniões técnicas para discussão do projeto arquitetônico para a sede do ArPDF e foi realizado um levantamento de edificações com características adequadas para a instalação de ArPDF como possível alternativa para a sede do ArPDF. Em 2013, foram realizadas adaptações e intervenções na estrutura predial, para garantir as condições adequadas para o armazenamento, a digitalização e a segurança do acervo, evitando que pessoas não autorizadas adentrem as áreas técnicas e de depósito. Foi ampliado o espaço físico de armazenamento do acervo de 404,66m² para 528,09m² e da área de tratamento técnico de 62,50m² para 362,36m². Em 2014, pretende-se ampliar o espaço físico na sede próprio do ArPDF, no conjunto de edificações cedidas pela Seplan ao ArPDF, modernizando o mobiliário do armazenamento, realizando o tratamento técnico do acervo e adquirindo materiais destinados a preservação e conservação .

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

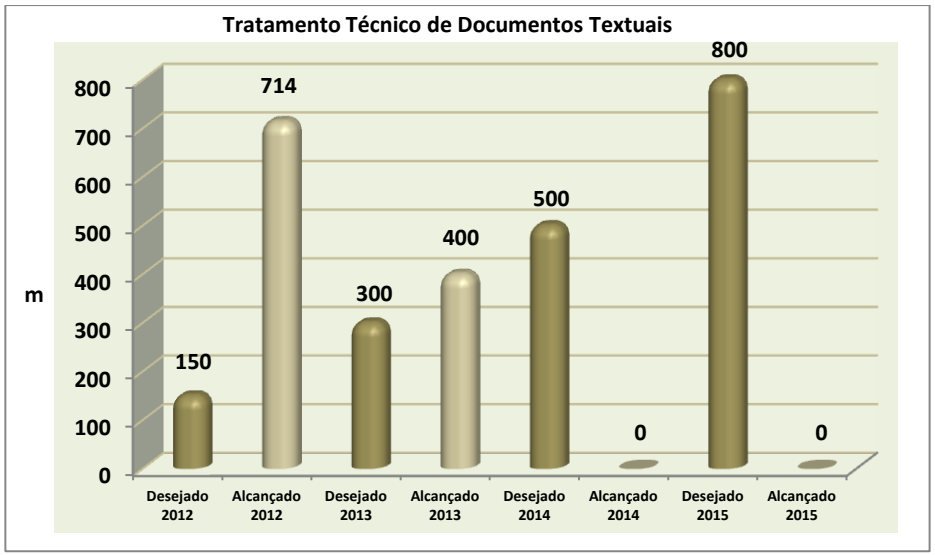
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1138	Tratamento técnico de documentos textuais	M	-	-	Bimestral	**Desejado**	150	300	500	800	Arquivo Público do DF
						Alcançado	714	400	-	-	
1139	Conservação preventiva de acervos textuais	M	-	-	Bimestral	**Desejado**	150	300	500	800	Arquivo Público do DF
						Alcançado	714	400	-	-	
1141	Atendimento com orientações técnicas aos órgãos do GDF	Unidade	-	-	-	**Desejado**	20	40	60	96	Arquivo Público do DF
						Alcançado	62	95	-	-	

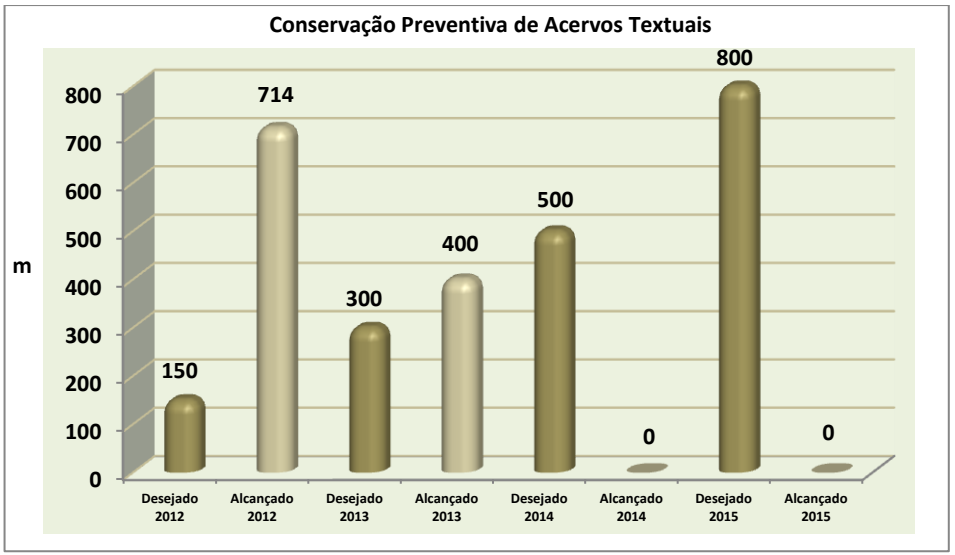
Justificativa 2013

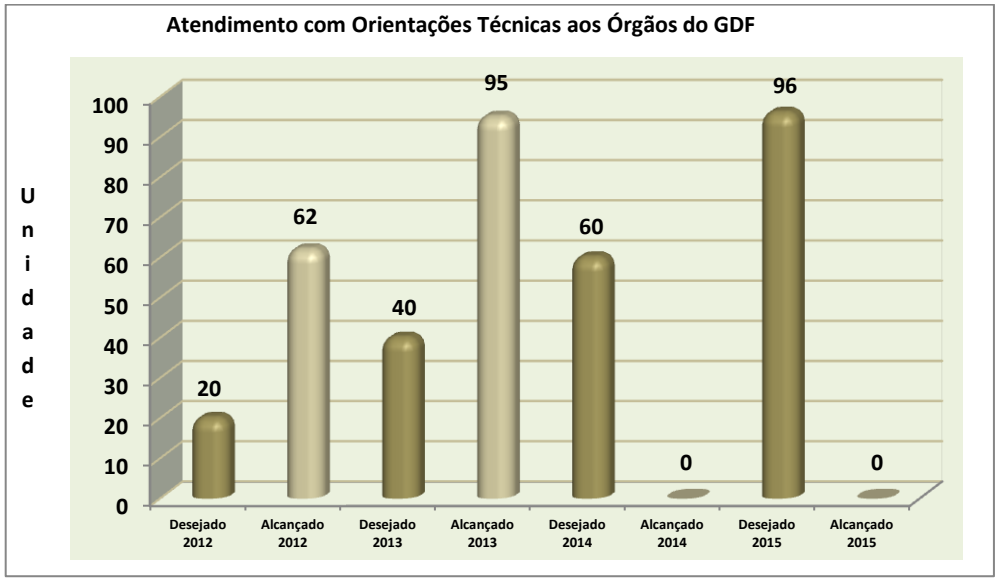
Indicador 1138 - A Meta foi superada em virtude da nomeação da Gerente de Acervo Textual e do Gerente de Acervo Digital, bem como a contratação de 07 (sete) estagiários.

Indicador 1139 - A meta foi superada devido à parceria com o Projeto Biblioteca Digital do DF da Secretaria de Ciência e Tecnologia/GDF. No qual conta com a participação de 120 (cento e vinte) pessoas.

Indicador 1141 - A tarefa de orientação técnica recebeu nova configuração sob a forma de curso de Gestão Documental, o que possibilitou a superação da meta.


Tratamento Técnico de Documentos Textuais
m
800
700
600
500
400
300
200
100
0
150
714
300
400
500
0
800
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Conservação Preventiva de Acervos Textuais
m
800
700
600
500
400
300
200
100
0
150
714
300
400
500
0
800
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Atendimento com Orientações Técnicas aos Órgãos do GDF
Unidade
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
20
62
40
95
60
0
96
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 011 – Conceder o benefício de plano de saúde complementar aos servidores do GDF, titulares, aposentados e pensionistas, bem como facilitar o acesso aos seus dependentes, de forma a contribuir na criação de uma política de saúde e segurança do servidor com base na ação de assistência à saúde.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

13.202 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO GOVERNO DO DF - INAS

Análise dos Objetivos Específicos

O objetivo do INAS é auxiliar a Administração Pública na melhoria das políticas públicas no que se refere a propiciar um auxílio de qualidade à saúde dos servidores públicos do Distrito Federal, nesse sentido, apresenta-se a seguir os resultados (soluções) alcançados no exercício de 2013 em cumprimento aos objetivos definidos no Plano Plurianual.

A execução deste objetivo específico está prevista para ser desenvolvida na SEAP, por meio do INAS, que procurou sedimentar e fortalecer as ações da secretaria e consequentemente do governo central, com vistas a alcançar os objetivos estabelecidos.

No exercício de 2013, assim como nos anteriores, não houve a possibilidade de atingir o objetivo específico tendo em vista o resultado esperado, conforme os relatos a seguir.

Em janeiro de 2013 a Secretaria de Administração incumbiu ao INAS a responsabilidade de buscar equacionar e solucionar as pendências administrativas e fiscais do INAS, que naquele momento estava com vários impostos, taxas e emolumentos sem efetuar o pagamento. Ao mesmo tempo, havia a incumbência de traçar novos cenários econômico-financeiros e operacionais para o ano em curso.

Simultaneamente reiniciou-se no Governo nova discussão sobre a adequabilidade dos modelos de contratação instituídos pelas leis 3831 de 14 de março de 2006 e 4330 de 08 de junho de 2009 às novas necessidades políticas, operacionais e financeiras do GDF. Bem como, sobre a prioridade de se voltar para investimento na rede pública de saúde, voltada para o atendimento universal de seus cidadãos.

Adicionalmente também foram estabelecidos e solicitados os valores financeiros do PPA necessários para a operacionalização do INAS em 2013.

Em 2013 o INAS não conseguiu realizar o seu objetivo específico, proposto no PPA. Na realidade, o que foi proposto como objetivo específico do PPA, refere-se ao que está determinado nas Leis N°.3.831, de 14 de março de 2006 e 4.330 de 08 de junho de 2009, ou seja, a implantação de um plano privado de assistência à saúde, como benefício para os servidores civis e militares, ativos, inativos, aposentados e beneficiários de pensão da administração pública direta, autárquica e fundacional, além de seus dependentes, o que teria um custo próximo a R$300 milhões anuais.

Alguns fatores contribuíram para o avanço de ações do INAS em 2013, quando a Secretaria de Administração incumbiu o INAS de planejar e implantar o auxílio saúde dos Policiais Civis do Distrito Federal. Foram realizadas visitas técnicas com o Ministério do Planejamento, Polícia Federal e várias reuniões com o Departamento de Polícia Civil.

Em maio, a Secretaria de Administração Pública do DF (SEAP) realizou reunião para a assinatura da Portaria conjunta entre a SEAP e Polícia Civil do DF, que instituiu o subsídio ao plano de saúde para policiais civis, nos mesmos moldes aplicados aos servidores federais já para 1º de julho e para os dependentes dos policiais a partir de 1º de dezembro.

Nas reuniões técnicas realizadas a convite do Secretário de Administração, o INAS recomendou que, a modalidade de assistência à saúde complementar que melhor se adapta à realidade financeira do GDF, seria o auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido. Nessa modalidade, o beneficiário poderia buscar no mercado de saúde do DF, o plano privado que melhor lhe atendesse e à sua família, o que reduziria muito a estrutura para administrar uma modalidade como esta e teria um custo muito menor aos cofres públicos. Tal opção dependeria de um Decreto, regulamentando a LC 840/11 e um projeto de lei a ser enviado à Câmara Legislativa do DF.

Por outro lado, haveria necessidade de investimentos em fiscalização e controle, pois o servidor deveria justificar mensalmente às unidades de recursos humanos que está aplicando o auxílio oferecido a um determinado Plano de Saúde. Entretanto, caso a folha de pagamento dos servidores do Distrito Federal, sustentasse um módulo de consignação, a exemplo do SIAPE no Ministério do Planejamento, isso poderia reduzir muito a fiscalização e controle, pois mensalmente o SIGRH listaria quem paga e quem não paga o plano de saúde contratado, fazendo jus a cada mês do auxílio financeiro oferecido pelo Distrito Federal.

Atualmente são quase 200.000 servidores e seus dependentes diretos, no que diz respeito ao auxílio financeiro. Existem ainda outros fatores que devem ser levados em conta, como, faixa etária relacionada à remuneração, a exemplo do que faz o Governo Federal. Quanto mais ganha, menos auxílio e quanto menos idade, menos auxílio. Assim, seria publicada uma tabela semestralmente ou anualmente, dividida por faixa etária e por remuneração, para que todos soubessem quanto teriam direito, mensalmente, para fazer frente ao pagamento de seu plano de saúde.

A previsão era que no segundo semestre de 2013, seria iniciada a implantação do auxílio-saúde como novo modelo de gestão de saúde complementar, para os servidores do DF.

Metas 2012/2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas Alcançadas até 2013
1. Atingir, já no primeiro ano (2012) uma cobertura média de 84% dos servidores do GDF	Diante do objetivo específico proposto, o INAS não conseguirá atingir nenhuma meta prevista. Estamos propondo um novo objetivo específico, com novas metas.
2. Atingir no segundo ano (2013) uma cobertura média de 88%	
3. Atingir no terceiro ano (2014) uma cobertura média de 92%	
4. Chegar a 2015 com um índice de satisfação dos servidores em torno de 90% com os serviços prestados pelo plano de saúde complementar	

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

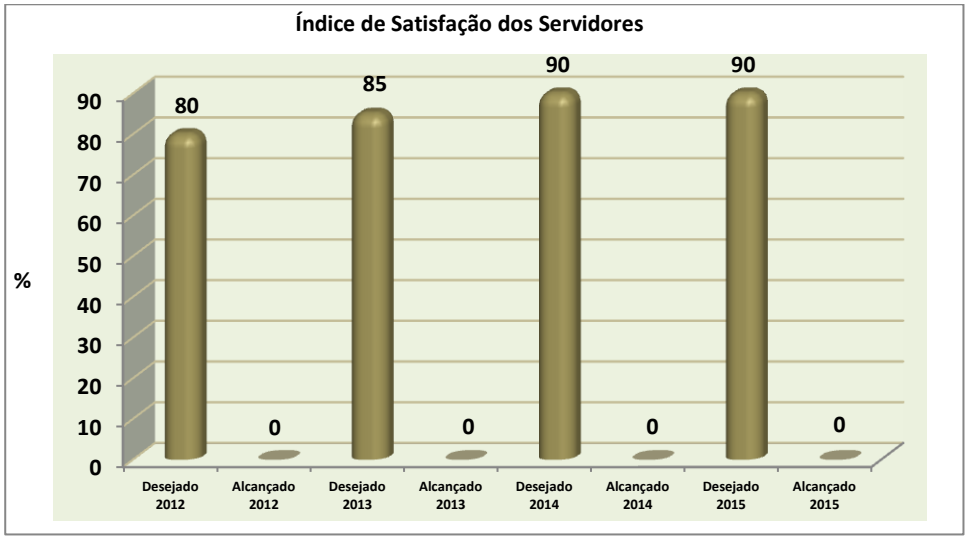
Indicadores:

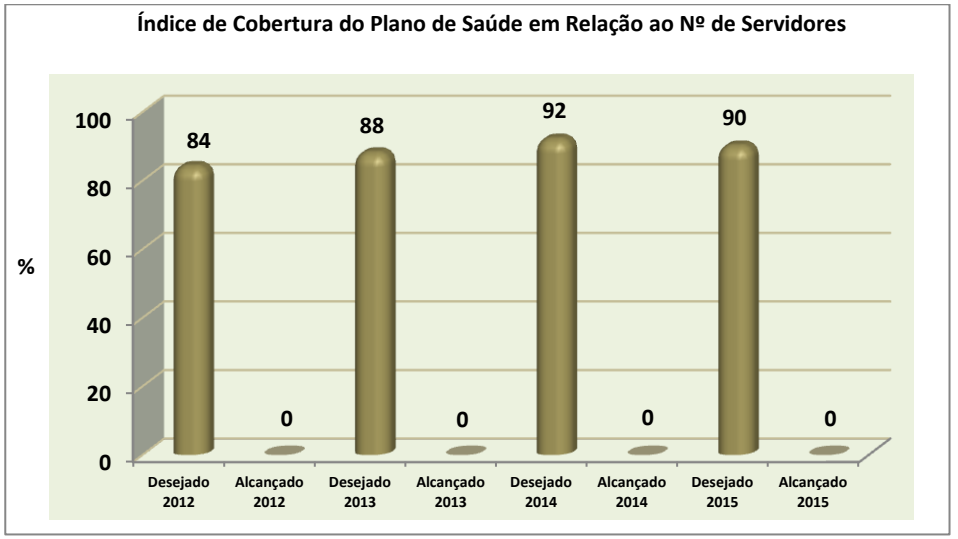
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
983	Índice de Cobertura do Plano de Saúde em relação ao nº de Servidores	%	-	-	Mensal	**Desejado**	84	88	92	90	Estatísticas do INAS
						Alcançado	0	0	-	-	
1143	Índice de Satisfação dos Servidores	%	-	-	Anual	**Desejado**	80	85	90	90	Estatísticas do INAS
						Alcançado	0	0	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 983 - Diante do Objetivo específico proposto, o INAS não conseguirá atingir nenhuma meta prevista até 2015. Será proposto um novo objetivo especifico, com novas metas.

Indicador 1143 - Diante do Objetivo específico proposto, o INAS não conseguirá atingir nenhuma meta prevista até 2015. Será proposto um novo objetivo especifico, com novas metas.


Índice de Satisfação dos Servidores
%
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
80
0
85
0
90
0
90
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Cobertura do Plano de Saúde em Relação ao Nº de Servidores
%
100
80
60
40
20
0
84
0
88
0
92
0
90
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6204 – ATUAÇÃO LEGISLATIVA

OBJETIVO GERAL: Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão.

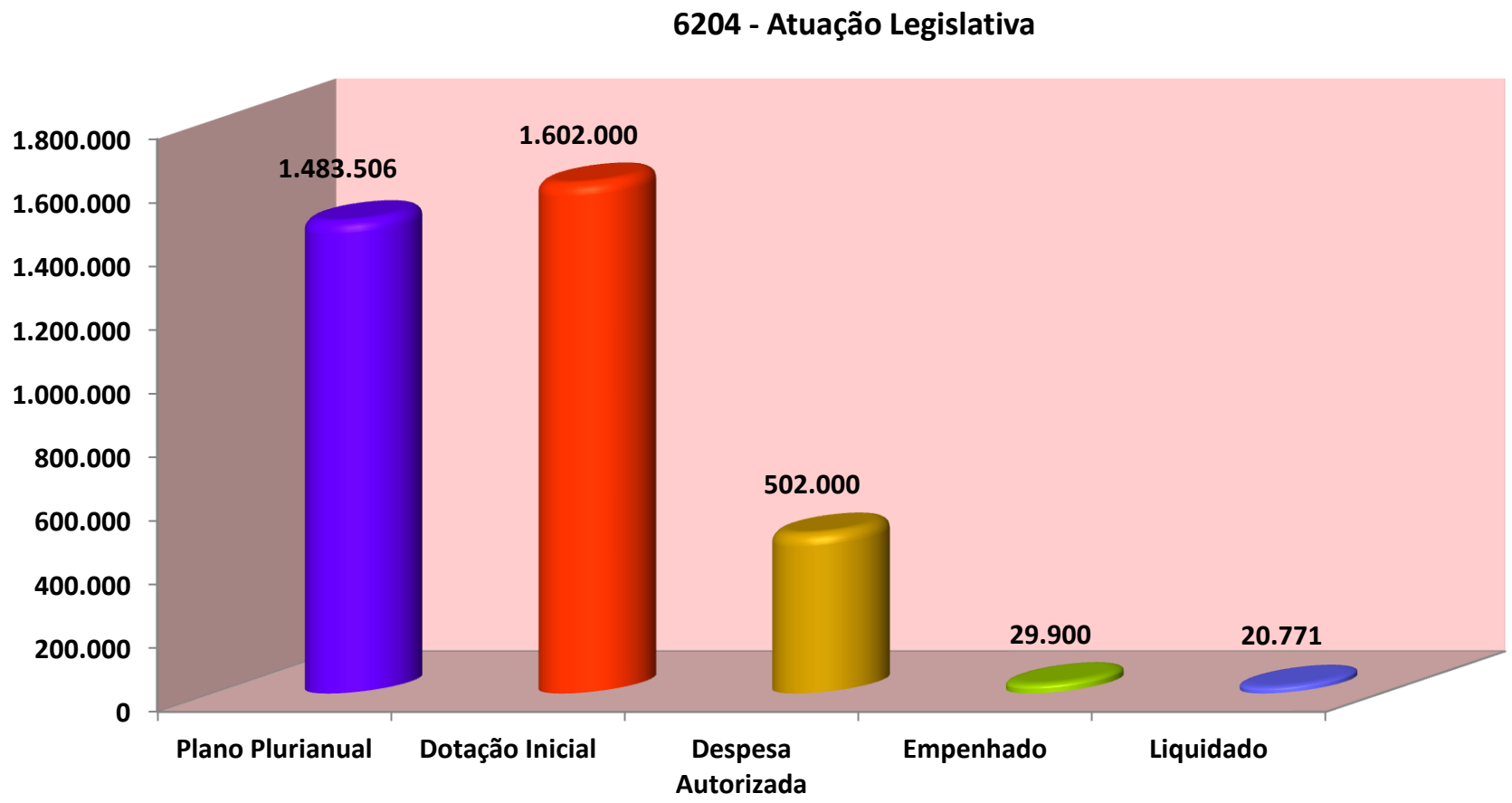
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 1 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.	01.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4143 - Execução de Projetos de Educação Política pela CLDF	317.702	408.000	258.000	7.900	0	2	0
4191 - Aperfeiçoamento das Ações de Fiscalização e Controle Externo pela CLDF	150.000	0	0	0	0	0	0
4192 - Desenvolvimento e Implementação de Sistema de Captação e Tratamento de Informações pela Ouvidoria da CLDF	591.850	380.000	30.000	830	501	0	0
4193 - Promoção de Eventos de Integração da CLDF com a Sociedade	423.954	814.000	214.000	21.170	20.270	5	5
TOTAL DO PROGRAMA 6204	**1.483.506**	**1.602.000**	**502.000**	**29.900**	**20.771**	**2**	**1**


6204 - Atuação Legislativa
1.800.000
1.600.000
1.400.000
1.200.000
1.000.000
800.000
600.000
400.000
200.000
0
1.483.506
1.602.000
502.000
29.900
20.771
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 - Promover a cidadania por meio da instituição de políticas públicas, da representação popular, do exercício da função fiscalizadora e demais prerrogativas legais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

01101 – CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL - CLDF

Análise do Objetivo Específico

No transcorrer 2013, no quesito representação foram realizadas 102 audiências públicas. Portanto, um pouco abaixo do esperado que era de 135. No entanto, audiências públicas realizadas foram significativas. Para ilustrar essa percepção cita-se algumas audiências públicas realizadas: Ciclos e semestralidade na rede pública de ensino do DF, Políticas Públicas para as Mulheres, Adicional de insalubridade dos vigilantes, Violência contra a mulher no Distrito Federal; Reforma Agrária no Distrito Federal; Erradicação da Extrema Pobreza no Distrito Federal; Políticas públicas Saúde Mental; Debater questões relativas à criação Conselho Tutelares; Questões relativas às creches públicas e privadas, entre outras. Outro canal importante na dimensão representativa é o atendimento realizado pela ouvidoria que, no transcorrer dos anos 2012 e 2013, disponibilizou o serviço DDG 0800.

Na questão fiscalizatória, como anteriormente informado, apesar da criação da Comissão Permanente de Fiscalização e Governança, Transparência e Controle, a atuação desta ficou prejudicada em decorrência do veto ao PL n° 1272/2012.

Quanto ao número de proposições produzidas no ano de 2012 (7.217 proposições) e no ano de 2013 (6.633 proposições), é importante ressaltar que grande parte dessas proposições foram indicações (4.997). Quanto aos projetos de leis propostos no ano de 2013 (441), o total de 137 foram transformados em leis. Além da perspectiva quantitativa, é preciso observar a questão qualitativa do que foi produzido, assim, ressaltam-se algumas normas de repercussão social: Preferência na contratação com órgãos do poder público do Distrito Federal, Empresas do setor da construção civil que promovam a alfabetização de trabalhadores, Sistema seletivo de lixo para o armazenamento e a coleta das sucatas das oficinas mecânicas e os rejeitos das empresas químicas e metalúrgicas do Distrito Federal. A obrigatoriedade do Governo do Distrito Federal em divulgar os dados, informações e demonstrativos relativos à gestão pública do sistema de saúde do Distrito Federal, Instituição da obrigatoriedade do fornecimento de auxílio alimentação, equivalente a 5% (cinco por cento) do salário mínimo, aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela administração pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

Metas 2012 – 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Elaborar e implementar projeto de fiscalização e controle das Políticas Públicas do DF	Norma que regulamenta o funcionamento da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, aprovada somente em 13/12/2012, que inviabilizou a elaboração do primeiro relatório neste ano. Em 2013, não foram divulgados relatórios dessa natureza, o relatório passou a ser de responsabilidade compartilhada de todas as Comissões Permanentes e da própria Mesa Diretora.
2. Desenvolver capacidades de formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas	Estabelecimento de parcerias com o CEFOR - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, ILB – Instituto Legislativo Brasileiro e INTERLEGIS, viabilizando a realização de curso de Especialização em Análise Política e Políticas Públicas, pela UNB, contando com a participação de 32 servidores em 2012. Em 2013, foi realizado o curso de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Especialização em Análise Política e Políticas Públicas, sendo exigido para sua conclusão trabalho monográfico voltado para políticas publicas e temas legislativos do interesse do Distrito Federal.
3. Criar e aperfeiçoar mecanismos de aproximação da CLDF com a população	Foram desenvolvidas diversas ações junto aos meios de comunicação, com o objetivo de divulgar a produção legislativa e seu beneficio junto à comunidade. É importante ressaltar que, no ano de 2013; foi otimizado o portal da CLDF que permite a sociedade um maior accountability.
4. Desenvolver estratégias de captação de informações junto à população	Buscou-se, por meio das audiências públicas, a obtenção de informações com a finalidade de melhoria das leis. O número de audiências realizadas no ano de 2013 foi um pouco menor ao registrado em 2012, porém as audiências são uma entre os vários eventos realizados pela Coordenadoria de Cerimonial.
5. Obter sistema de tratamento de informações da Ouvidoria	Contrato firmado com a EMBRATEL para a disponibilização do serviço DDG 0800. Inicialmente os índices alcançados por esta meta estão abaixo do esperado.
6. Realizar 140 encontros do Projeto Cidadão do Futuro, com a participação de 12.600 estudantes do ensino fundamental.	Em 2012 foram realizadas 79 edições do projeto Cidadão do Futuro, superando o programado para 2012 em 125,71%, com participação de 6.679 estudantes do ensino fundamental e de 448 professores. Realizadas palestras sobre os três Poderes, com ênfase nas atribuições da Câmara Legislativa e do Deputado Distrital. Em 2013, esse projeto não foi desenvolvido em virtude da morosidade na conclusão dos processos licitatórios para contratação de transporte escolar e de lanche para os participantes.
7. Realizar 112 encontros do Projeto Jovem Cidadão, com a participação de 10.080 estudantes do ensino médio.	Em 2012 realizadas 04 edições do Projeto Jovem Cidadão, representando 14,28% do programado para 2012, com a participação de 335 estudantes do ensino médio e de 13 professores. Nesse projeto também foram realizadas palestras sobre os três Poderes, com ênfase nas atribuições da Câmara e do Deputado Distrital. Não foram realizadas outras edições do Projeto por incompatibilidade entre a agenda das entidades e a disponibilidade de utilização do auditório da CLDF. No ano de 2013, esse projeto não foi desenvolvido em virtude da morosidade na conclusão dos processos licitatórios para contratação de transporte escolar e de lanche para os participantes.
8. Realizar 16 encontros do Projeto Cidadania para Todos, com a participação de 480 pessoas da terceira idade	Em 2012 foi realizada 01 edição do Projeto Cidadania para Todos, representando 25% do programado para 2012, com 08 integrantes da Associação dos Idosos de Taguatinga. Foi realizada palestra sobre a história do Parlamento e as suas funções. Não foram realizadas outras edições do Projeto por incompatibilidade entre a agenda das entidades e a disponibilidade de utilização do auditório da CLDF. No ano de 2013, esse projeto não foi desenvolvido em virtude da morosidade na conclusão dos processos licitatórios para contratação de transporte escolar e de lanche para os participantes.
9. Realizar 32 encontros do Projeto Interação "Uma Conversa sobre Cidadania", com a participação de 2.080 estudantes do ensino médio e superior	Não foi realizado o Projeto Interação – Uma Conversa sobre Cidadania, por falta de contrato para funcionamento da TV Distrital.
10. Realizar 8 cursos de Educação Política, com a participação de 400 pessoas	Em 2012 foi realizado o primeiro Curso de Educação Política, aberto para a sociedade, com carga horária de 64 horas, em dois módulos, e 18 participantes. A baixa adesão ao projeto determinou a sua paralisação. No ano de 2013, foi realizado 1 (um) Curso de Educação Política sobre Lei Orçamentária Anual para Vereadores e Assessores da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno – RIDE, com carga horária de quinze horas e com dez participantes.
11. Realizar 8 seminários, com a participação de 800 pessoas	Em 2012 foram realizados 03 seminários, superando o programado para o primeiro ano, que envolveram a presença de 231 participantes, com uma carga total de 30 horas. No ano de 2013, foram realizados dois seminários, conforme programado, com

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	130 participantes, carga horária de 10 horas, e sem custo para a CLDF, visto que os palestrantes participaram gratuitamente.
12. Realizar 120 eventos "Você Mais Perto da Câmara Legislativa", com a participação de 24.000 pessoas	Por decisão da Mesa Diretora o projeto "Você Mais perto da Câmara" foi descartado por se mostrar inviável.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
799	Relatórios de fiscalização divulgados	Unidade	-	-	Semestral	**Desejado**	1	2	2	2	Rel. de ativ. da ASFICO
						Alcançado	0	0	-	-	
800	Atendimentos realizados pela Ouvidoria	Unidade	700	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.000	2.500	3.000	3.500	Relatório da Ouvidoria
						Alcançado	594	770	-	-	
801	Nº de encontros e de participantes do Projeto Cidadão do Futuro	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	35/3.150	35/3.150	35/3.150	35/3.150	Relatório da ELEGIS
						Alcançado	79/6.679	0	-	-	
802	Nº de encontros e de participantes do Projeto Jovem Cidadão	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	28/2.520	28/2.520	28/2.520	28/2.520	Relatório da ELEGIS
						Alcançado	4 /348	0	-	-	
803	Nº de encontros e de participantes do Projeto Cidadania para Todos	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	4 /120	4 /120	4 /120	4 /120	Relatório da ELEGIS
						Alcançado	1/8	0	-	-	
804	Nº de encontros e de particip. do Proj. Educ. Política	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	2/100	2/100	2/100	2/100	Relatório da ELEGIS
						Alcançado	1/18	4 / 213			
805	Nº de Seminários Realizados e seus participantes	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	2/200	2 /200	2 /200	2 /200	Relatório da ELEGIS
						Alcançado	3/231	2 / 130	-	-	
806	Nº de proposições produzidas	Unidade	3.600	31/12/2010	Anual	**Desejado**	4.500	4.800	4.500	3.500	Relatório LEGIS
						Alcançado	7.217	6.633	-	-	
807	Nº de encontros e de participantes do Proj. "Uma Conversa s/ Cidadania"	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	8 /720	8 /720	8 /720	8 /720	Relatório da ELEGIS
						Alcançado	0/0	0	-	-	
808	Audiências Públicas realizadas	Unidade	130	31/12/2010	Anual	**Desejado**	130	135	140	150	Relatório Cerimonial
						Alcançado	119	102	-	-	
809	Nº de eventos e de particip. do proj. "Você Mais Perto da CLDF" realizados	Unidade	-	-	Semestral	**Desejado**	30/6.000	30/6.000	30/6.000	30/6.000	Relatório da Comunicação Social
						Alcançado	0	0	-	-	

Justificativas – 2013

Indicador 799 - Aprovação da Resolução nº 261, em 16/01/2013 que criou a Comissão Permanente de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Redação final do PL nº 1272/2012 aprovada em 13/12/2012 e vetada, integralmente, pelo Senhor Governador. Diante do quadro, o relatório passou a ser de responsabilidade compartilhada de todas as Comissões Permanentes e da própria Mesa Diretora. Em 2013 não foram divulgados relatórios dessa natureza pelas comissões pertinentes.

Indicador 800 - Em 2013, foram registrados 770 atendimentos, desses predominantemente são reclamações (50%). Não obstante o serviço do 0800 estar disponibilizado para população, há, até hoje, incidência maior de contatos via email.

Indicador 801 - O Projeto Cidadão do Futuro não foi realizado, ao longo do ano de 2013, em virtude da demora excessiva para conclusão dos processos licitatórios para contratação de transporte escolar e fornecimento de lanche ao público alvo. As licitações já foram concluídas e os contratos estão em fase de assinatura.
Indicador 802 - Este projeto não foi realizado, durante o ano de 2013, também, em virtude da demora para conclusão dos processos licitatórios. Esses processos visam o fornecimento de transporte escolar e de lanche aos participantes. Os processos estão concluídos e encontram-se em fase de assinatura.

Indicador 803 - O projeto Cidadania para Todos não foi realizado, durante o ano de 2013, por não terem sido concluídos os processos licitatórios para contratação de transporte escolar e de fornecimento de lanche aos participantes. Os processos já estão concluídos e os contratos estão em fase de assinatura.

Indicador 804 - Foram realizados 4 eventos de educação política para o público externo, com 213 participações, dentre estudantes, professores, servidores, agentes públicos e comunidade em geral.
Indicador 805 - Foram realizados 2 (dois) Seminários, 100% do programado, com 130 participantes e carga horária total de 10 horas, sem custo para a CLDF, uma vez que os palestrantes participaram gratuitamente, o que gerou economia para o erário no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) destinados para contratação de palestrantes.

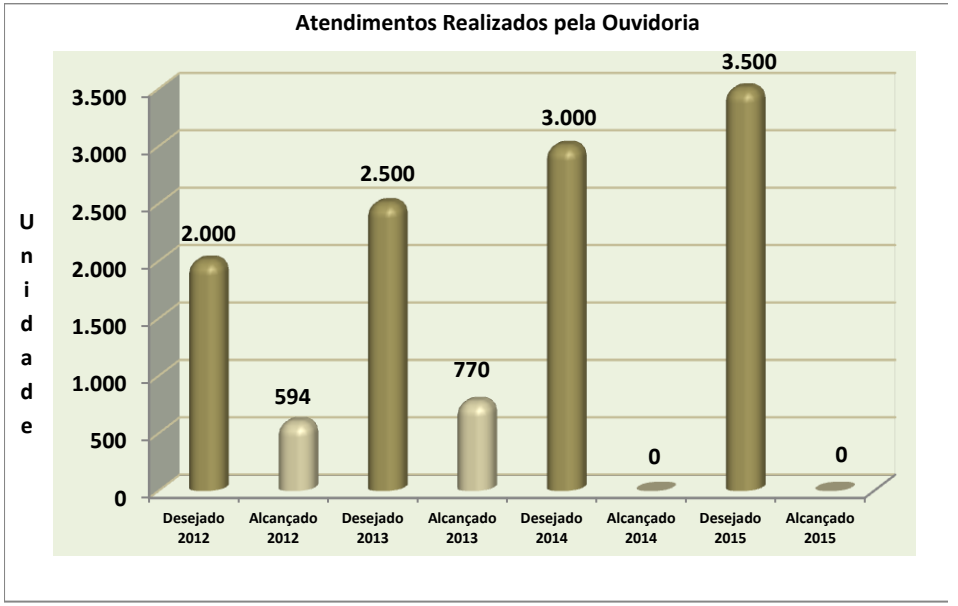
Indicador 806 - Em 2013, o número de proposições produzidas superou o desejado, porém dentre as proposições produzidas nota-se um aumento expressivo do número de indicações, visto que é o meio mais rápido para atender às reivindicações da população junto ao Poder Executivo.

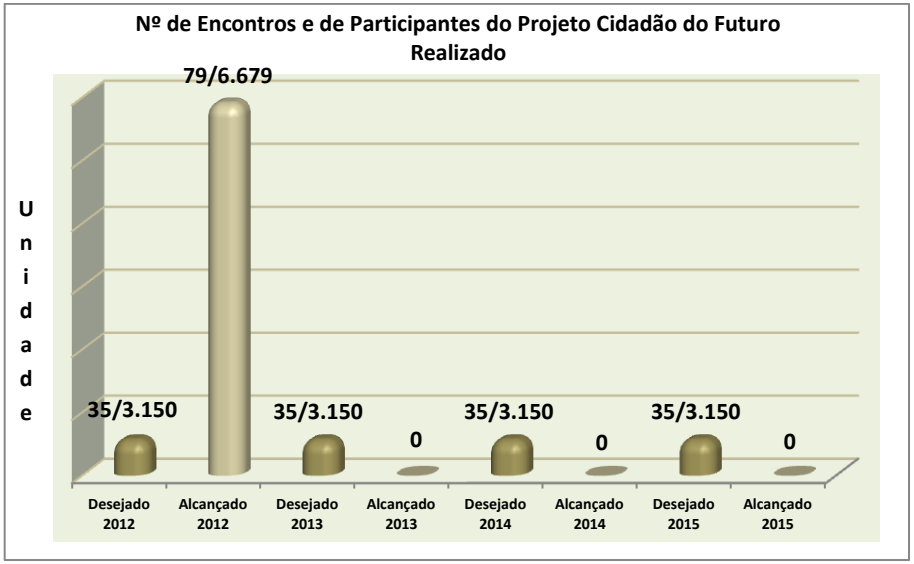
Indicador 807 - O Projeto Interação - "Uma Conversa sobre Cidadania" é um projeto realizado pela Escola do Legislativo - ELEGIS em parceria com a TV Legislativa que, em 2013, permaneceu fora do ar por falta de contrato para operar a transmissão de áudio e vídeo para a TV Distrital.

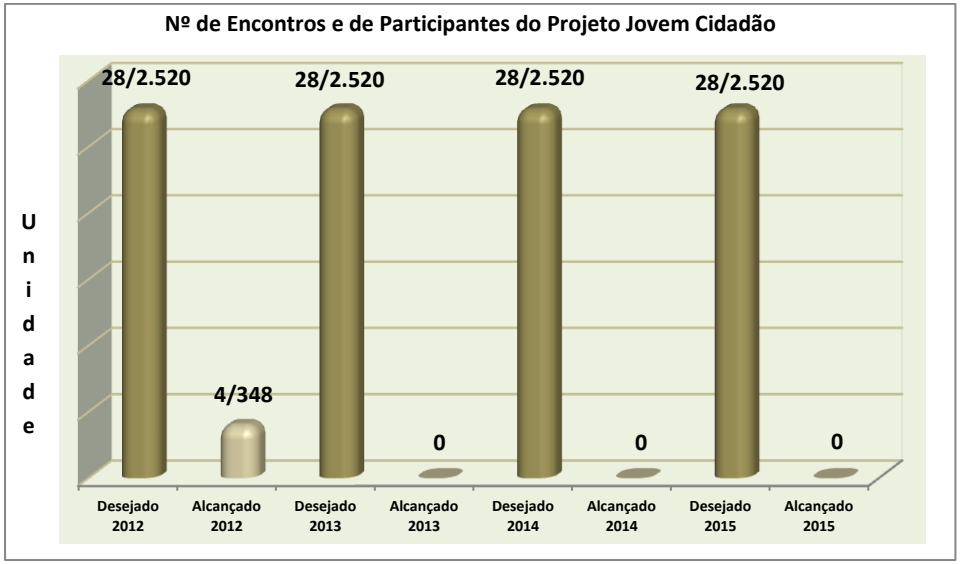
Indicador 808 - No decorrer do ano de 2013 foram realizadas 102 audiências públicas, número abaixo do esperado. No entanto esse número é apenas um entre os vários eventos realizados pela Coordenadoria de Cerimonial.

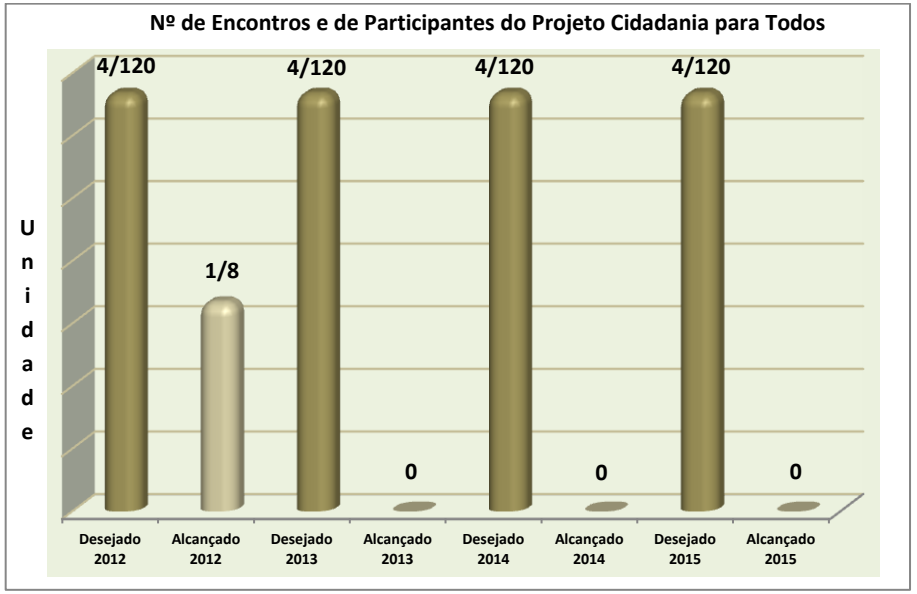
Indicador 809 - Segundo informações prestadas pela Coordenadoria de Comunicação Social o projeto "Você mais perto da Câmara legislativa" não foi implementado ao longo do ano de 2013.

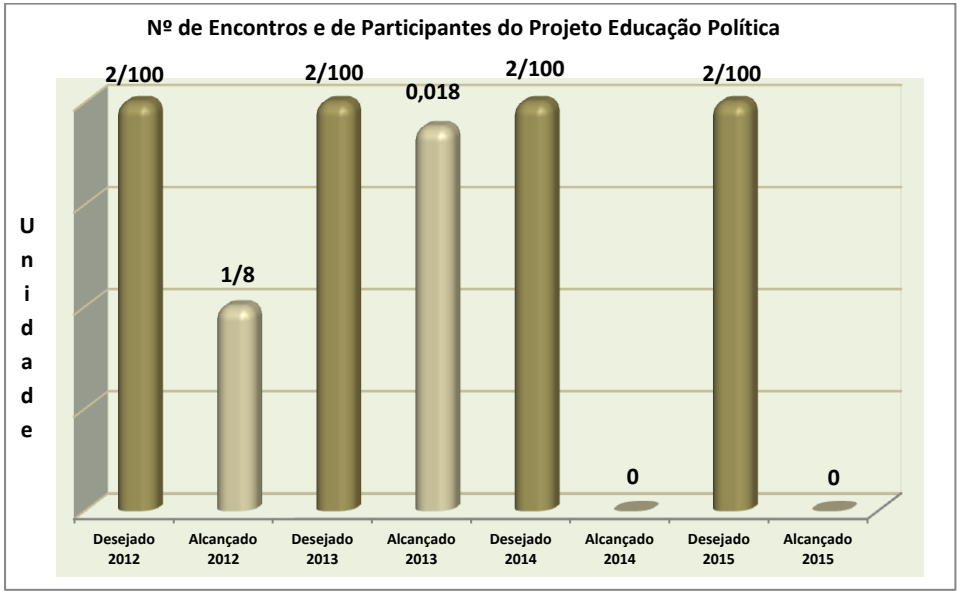
Relatórios de Fiscalização Divulgados
Unidade
1
0
2
0
2
0
2
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

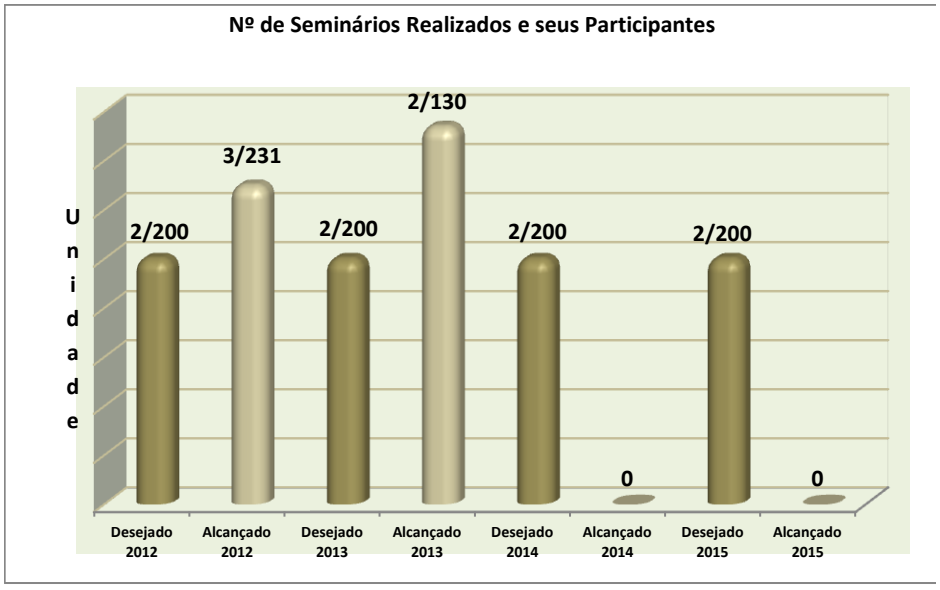

Atendimentos Realizados pela Ouvidoria
Unidade
2.000
594
2.500
770
3.000
0
3.500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

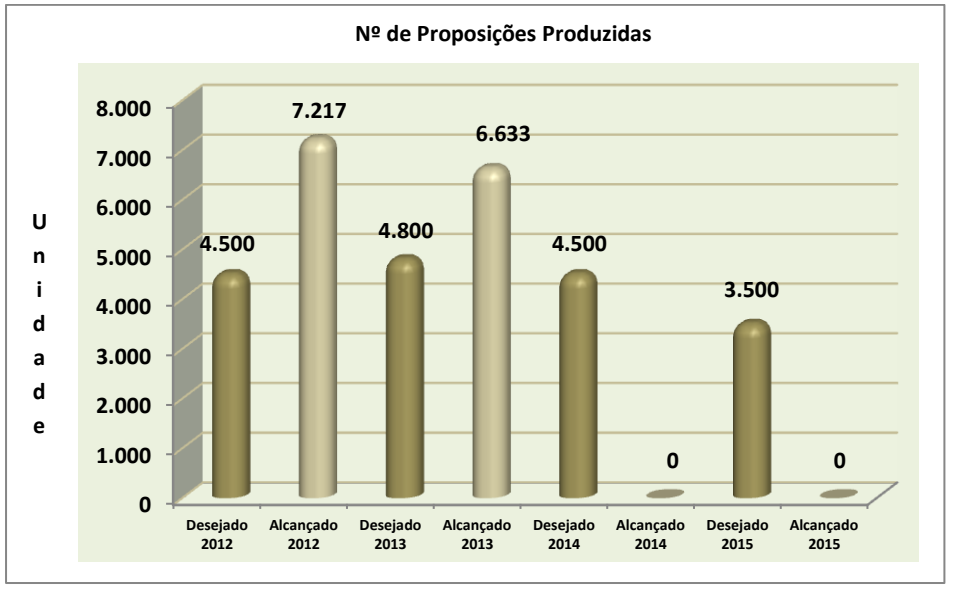

Nº de Encontros e de Participantes do Projeto Cidadão do Futuro Realizado
Unidade
35/3.150
79/6.679
35/3.150
0
35/3.150
0
35/3.150
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

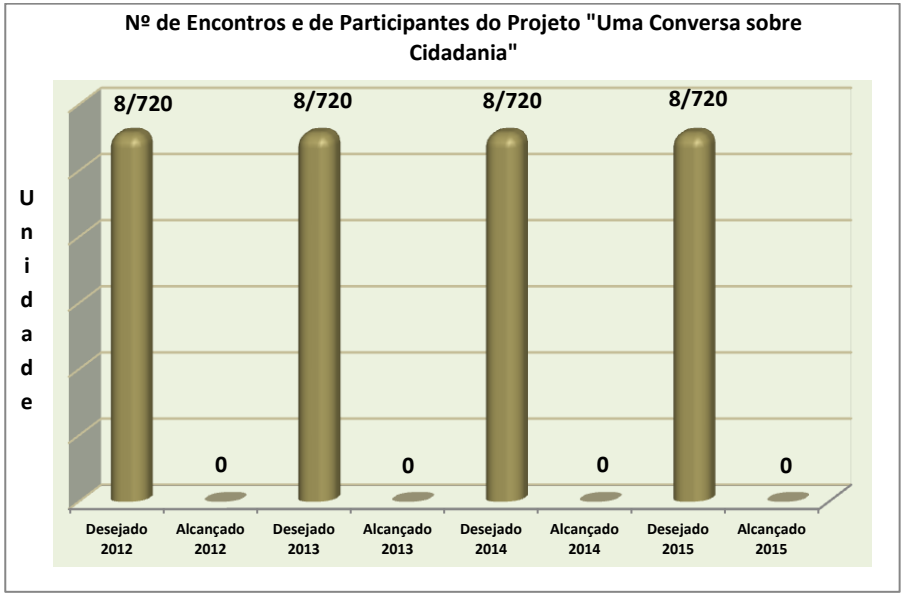

Nº de Encontros e de Participantes do Projeto Jovem Cidadão
Unidade
28/2.520
4/348
28/2.520
0
28/2.520
0
28/2.520
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

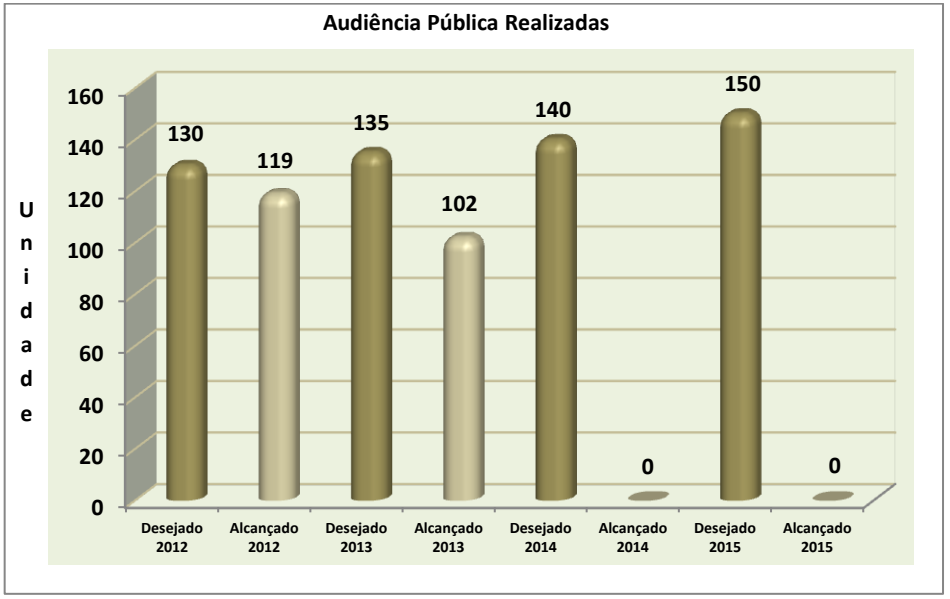

Nº de Encontros e de Participantes do Projeto Cidadania para Todos
Unidade
4/120
1/8
4/120
0
4/120
0
4/120
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

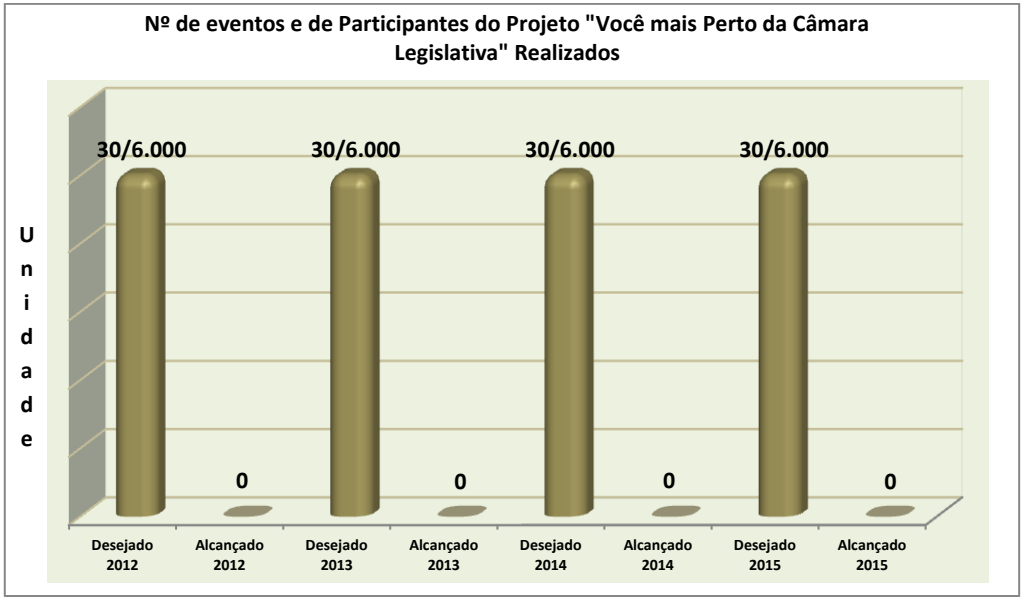

Nº de Encontros e de Participantes do Projeto Educação Política
Unidade
2/100
1/8
2/100
0,018
2/100
0
2/100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Seminários Realizados e seus Participantes
Unidade
2/200
3/231
2/200
2/130
2/200
0
2/200
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Proposições Produzidas
Unidade
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
4.500
7.217
4.800
6.633
4.500
0
3.500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Encontros e de Participantes do Projeto "Uma Conversa sobre Cidadania"
Unidade
8/720
0
8/720
0
8/720
0
8/720
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Audiência Pública Realizadas
Unidade
160
140
120
100
80
60
40
20
0
130
119
135
102
140
0
150
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de eventos e de Participantes do Projeto "Você mais Perto da Câmara Legislativa" Realizados
Unidade
30/6.000
0
30/6.000
0
30/6.000
0
30/6.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6205 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

OBJETIVO GERAL: Projetar o Distrito Federal como um centro produtor e irradiador de conhecimento, produtos e serviços de alta tecnologia.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Propiciar uma educação pública, democrática e de qualidade para todos;
- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 5 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

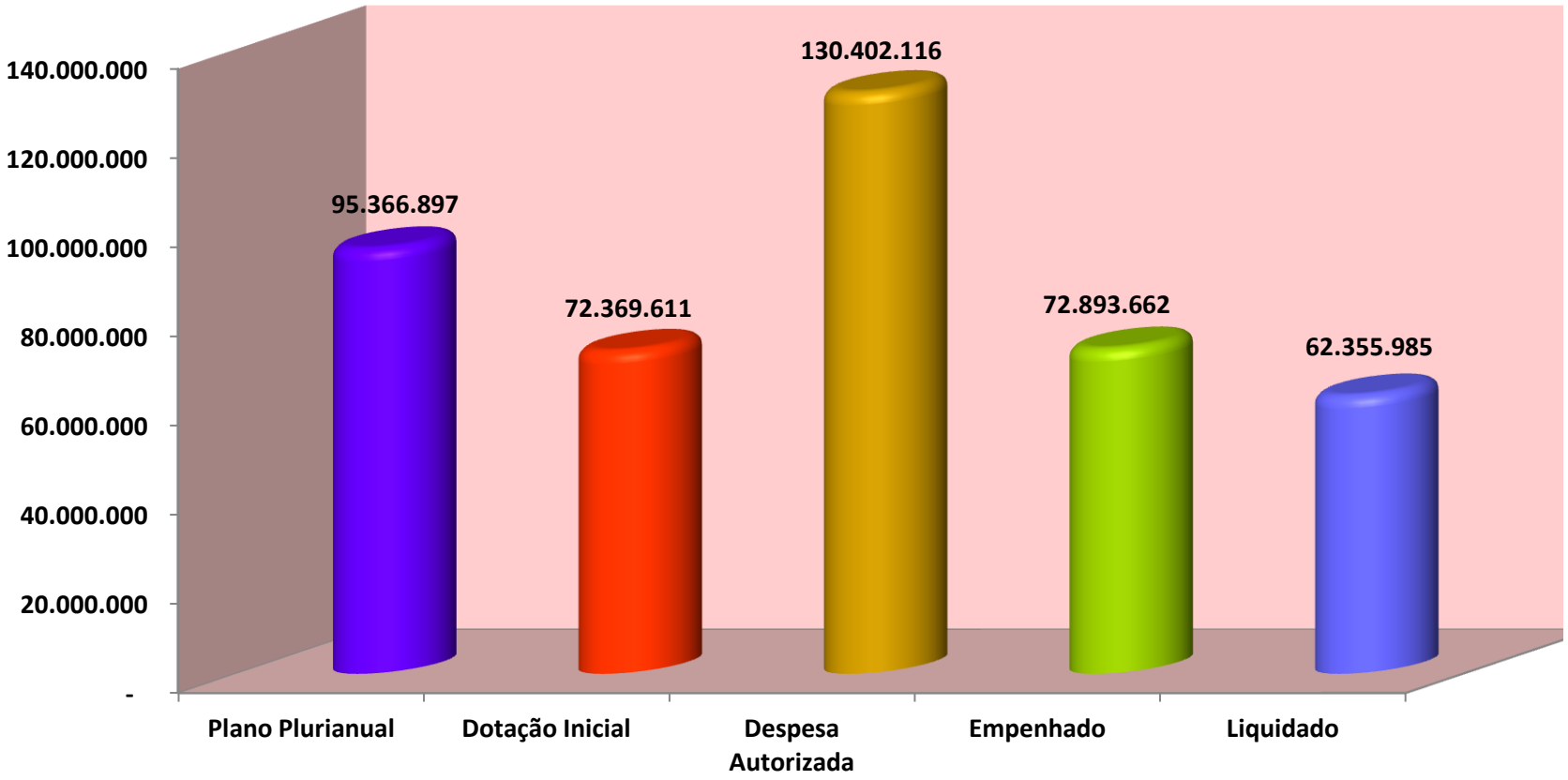
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Disponibilizar à população o acesso à internet na área urbana e rural do Distrito Federal.	40.101
002 - Promover a emancipação digital e social da população do Distrito Federal, proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas e conteúdos do conhecimento por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs.	40.101
003 - Implantar pólo científico em saúde e biotecnologia e pólo tecnológico de TV Digital.	40.101
004 – Implantar Parque Tecnológico Capital Digital.	40.101
005 – Fomentar, desenvolver, incentivar e apoiar a realização de pesquisas, planos, programas e projetos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal revelando talentos, investindo em estudantes e profissionais que procuram alternativas por meio de produtos e processos que melhorem ou apresentem inovação em Ciência e Tecnologia no DF.	40.201

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1023 - (EP) Incorporação e Difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S) na Área Rural	275.000	0	0	0	0	0	0
1035 - (EP) Informatização de Escolas Públicas da Área Rural	150.000	0	0	0	0	0	0
1175 - (EP) Implantação Do Projeto Museu da Ciência e Tecnologia	1.000.000	0	0	0	0	0	0
1176 - (EP) Implantação do Projeto Biblioteca Digital	1.000.000	0	0	0	0	0	0
1984 - Construção de Prédios e Próprios	2.000.000	0	0	0	0	0	0
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	500.000	500.000	0	0	0	0	0
2786 - Difusão de Ciência e Tecnologia	10.000.000	8.935.384	7.857.384	6.062.822	6.060.934	61	61
2921 - Desenvolvimento de Projetos de Pesquisas	970.000	3.000.000	15.570.000	11.542.000	8.521.000	1190	878
3033 - Instalação da Torre de TV Digital	1.609.083	240.000	204.750	204.750	0	13	0
3198 - Implantação de Centros Tecnológicos Comunitários	700.000	45.001	0	0	0	0	0
3201 - Implantação de Centros Especiais de Práticas Tecnológicas	600.000	10.000	0	0	0	0	0
3226 - Implantação da Iluminação Digital	1.000.000	1	50.000	0	0	0	0
3229 - Implantação de Polos Científicos e Tecnológicos	300.472	0	0	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	900.000	250.000	0	0	0	0	0
3701 - Implantação de Centro de Gestão e Inovação	600.000	10.001	0	0	0	0	0
4067 - Concessão de Bolsa Universitária	8.300.000	17.729.000	17.772.000	17.650.324	17.650.324	213	213
4090 - Apoio a eventos	450.000	0	0	0	0	0	0
4091 - Apoio a Projetos	4.110.984	3.835.000	5.758.309	4.370.220	4.364.327	106	106
4210 - Gestão da Iluminação Digital	600.000	10.000	4.999.754	4.999.753	0	833	0
4224 - Gestão do Projeto de Inclusão Digital	7.000.000	1.264.000	10.000	0	0	0	0
5832 - Implantação do Parque Tecnológico Capital Digital	1.800.000	10.000	0	0	0	0	0
5900 - Realização de Pesquisa em Políticas Públicas	1.000.000	1.000.000	8.000	0	0	0	0
6026 - Execução de Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	46.676.358	25.531.224	63.121.919	19.618.058	18.886.748	42	40
6037 - Análise e Avaliação de Procedimentos e Proje-	100.000	1.000.000	400.000	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
tos							
8505 - Publicidade e Propaganda	725.000	4.000.000	2.650.000	1.981.247	408.164	273	56
9083 - Concessão de Bolsas de Estudo	3.000.000	5.000.000	12.000.000	6.464.488	6.464.488	215	215
TOTAL DO PROGRAMA 6205	**95.366.897**	**72.369.611**	**130.402.116**	**72.893.662**	**62.355.985**	**76**	**65**

6205 - Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Digital



Objetivo Específico: 001- Disponibilizar à população o acesso à internet na área urbana e rural do Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:

40.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SECTI

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria vem conduzindo as ações de implementação do Projeto Rede Metropolitana Sem fio gratuita. Este projeto tem por finalidade disponibilizar em áreas públicas estratégicas, com relevante circulação de pessoas e em pontos de presença do GDF como escolas, hospitais, delegacias, entre outros, cobertura de internet sem fio gratuita, com disponibilidade e qualidade, aos cidadãos do Distrito Federal.

O projeto está em fase de implementação, com pontos de cobertura em funcionamento na área central de Brasília e em expansão para a etapa de implementação nas regiões administrativas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Possibilitar que 90% da população do Distrito Federal e Entorno tenha acesso à internet nas áreas urbanas e rurais	Os desafios da implementação consistem em modernizar a infraestrutura da Secretaria e investir na capacitação de servidores para atuarem nos projetos que estão sendo desenvolvidos nesta área. Realizações: a) Adequação do processo de contratação, de acordo com ressalvas feitas pelos Órgãos competentes de controle do Distrito Federal, pela contratação de empresa para implantação da infraestrutura tecnológica, incluindo os ativos de rede, equipamentos para solução sem fio e operação assistida do projeto; b) Realização do processo licitatório para contratação da empresa mencionada no item "a" e início dos trabalhos para implementação do objeto, conforme contratado, com ênfase na 1ª etapa do projeto – área central de Brasília; c) Adequação do processo de contratação das empresas fornecedoras do "link" (conectividade), conforme orientações dos Órgãos competentes de controle do Distrito Federal; e d) Realização do processo licitação para contratação das empresas fornecedoras de link de internet que servirão ao projeto. Expectativas para o próximo período: plena execução da 1ª etapa do projeto com cobertura da área central de Brasília e início da execução da 2ª etapa do projeto com cobertura de áreas com relevante circulação de pessoas nas regiões administrativas, começando pela Ceilândia.

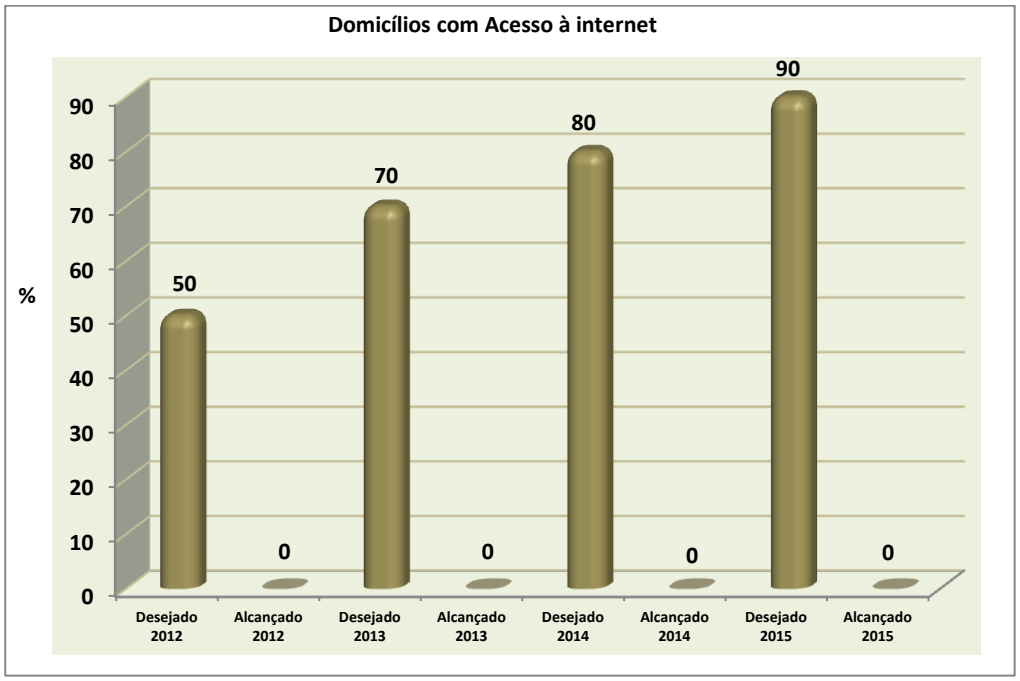
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
795	Domicílios com acesso à internet	%	40	31/10/2010	Anual	**Desejado**	50	70	80	90	SECTI
						Alcançado	0	0	-	-	

Justificativa 2013

Indicador 795 - Devido a reformulação do programa, não houve realizações no exercício. Para o próximo período aguarda-se aporte de recursos e pessoal capacitado para execução do programa.



Objetivo Específico: 002 - Promover a emancipação digital e social da população do Distrito Federal, proporcionando a universalização do acesso aos meios, ferramentas e conteúdos do conhecimento por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

40.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SECTI

Análise do Objetivo Específico

Considerando a necessidade de democratização do acesso da população às Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e à Internet, promovendo a inclusão digital e social das populações em risco social e a contribuição do Distrito Federal para possibilitar a redução do mapa de exclusão digital no País, o Governo do Distrito Federal, por meio da SECTI, elaborou a Política Distrital de Inclusão Digital e Social (PDIDS), definindo as diretrizes, os objetivos e as metas que nortearão o Plano de Inclusão Digital e Social em todo o DF, com o intuito de atender uma das propostas do atual Governo no segmento de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Apesar de a PPIDS ter sido elaborada e inicialmente executada, o processo de inclusão digital foi suspenso por decisão judicial, o que interrompeu as atividades planejadas e as que estavam sendo executadas anteriormente à implantação da Política Pública.

No dia 15/06/2012, foi publicada a Instrução nº 30, declarando nulidade do Contrato de Gestão nº 01/2009 – FAPDF, firmado em 1º de abril de 2009, entre a Fundação de Apoio à Pesquisa do DF – FAPDF e a Fundação Gonçalves Ledo – FGL, conforme processo nº 193.000.228/2008, que teve por objeto a gestão e a operacionalização do Programa "DF-Digital". Desde a publicação da nulidade deste contrato, foram desativados os Espaços e os Telecentros.

Em virtude disso, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do DF está remodelando o processo de Inclusão Digital para proporcionar a universalização do acesso aos meios, ferramentas e conteúdos do conhecimento por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Este novo modelo considera os estudos recentemente realizados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, publicados em 2012, que coloca o Distrito Federal em primeiro lugar no ranking nacional de acesso a computadores (66,48%) e internet no domicílio (58,69%).

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Estimular 30% dos telecentros já existentes no Distrito Federal, fomentando conteúdos tecnológicos que estimulem o desenvolvimento de habilidades e competências em Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs (*Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013*).	Desde publicada a nulidade do Contrato de Gestão nº 01/2009, foram desativados os espaços e os Telecentros. Em virtude disso, a SECTI/DF remodelou o processo de Inclusão Digital para proporcionar a universalização do acesso aos meios, ferramentas e conteúdos do conhecimento através das Tecnologias de Informação e Comunicação TICs. Este novo modelo considera os estudos que colocam o DF em primeiro lugar no ranking nacional de acesso a computadores (66,48%) e internet no domicílio (58,69%). Destaca-se que o processo de inclusão digital no DF difere do restante do país.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
2. Alcançar 2.000 certificações em Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs (*Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013*).	Meta prevista para 2014-2015.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

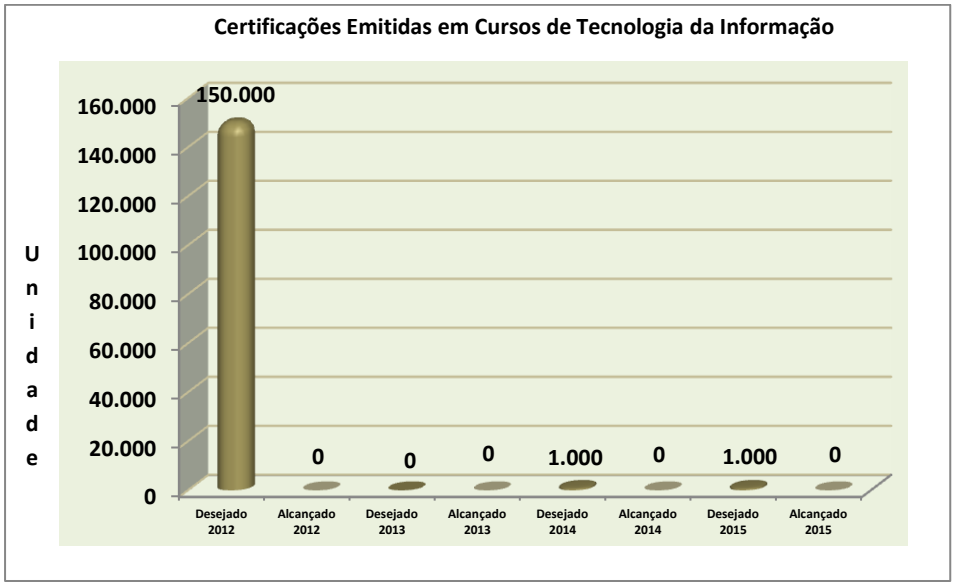
Indicadores:

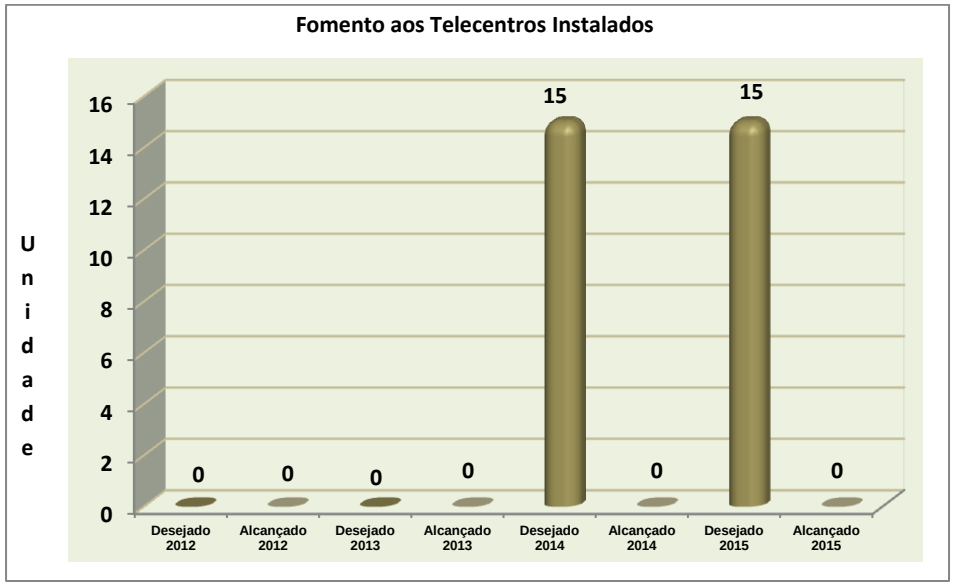
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
796	Certificações emitidas em cursos de tecnologia da informação	Unidade	686.701	31/05/2011	Anual	**Desejado**	150.000	0	1.000	1.000	SECTI
						Alcançado	0	-	-	-	
797	Fomento aos Telecentros Instalados	Unidade	102	30/06/2011	Anual	**Desejado**	-	-	15	15	SECTI
						Alcançado	0	-	-	-	

Justificativa-2013

Indicador 796 - Devido a reformulação do programa, não houve realizações no corrente exercício, não foram emitidas certificações, aguarda-se para o próximo exercício a modernização da infraestrutura da SECTI, bem como investimento na capacitação de servidores para atuarem nos projetos que estão sendo desenvolvidos.

Indicador 797 - Devido a reformulação do programa, não houve realizações no corrente exercício. Aguarda-se para o próximo exercício a modernização da infraestrutura da SECTI, bem como investimento na capacitação de servidores para atuarem nos projetos que estão sendo desenvolvidos.


Certificações Emitidas em Cursos de Tecnologia da Informação
Unidade
160.000
140.000
120.000
100.000
80.000
60.000
40.000
20.000
0
150.000
0
0
0
1.000
0
1.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Fomento aos Telecentros Instalados
Unidade
16
14
12
10
8
6
4
2
0
0
0
0
0
15
0
15
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 - Implantar pólo científico em saúde e biotecnologia e pólo tecnológico de TV Digital.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
40.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SECTI

Análise do Objetivo Específico

Quando a atual gestão assumiu a pasta, em 30 de outubro de 2012, não havia nenhuma iniciativa para o tema, seja planejamento ou execução. Assim não havia previsão orçamentária para o tema, para o ano de 2013. Ainda assim, em 06 de junho de 2013 a Secretaria instruiu o processo nº 290.000.124/2013 que versa sobre a contratação de consultoria com o objetivo de realizar estudo de viabilidade técnica e financeira para o Polo de Biotecnologia e Saúde do DF.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Criar grupo gestor para cada pólo até dezembro de 2012	Como não havia nenhuma iniciativa realizada quando a atual gestão assumiu a pasta, não havia tempo hábil para o cumprimento da meta. A projeção atual é que a meta seja cumprida ao término do estudo de viabilidade técnica e financeira do Pólo Científico da Saúde e Biotecnologia.
2. Concluir 100% dos Estudos de Viabilidade técnica e financeira	No exercício de 2012, não foram iniciados os estudos de viabilidade técnica e financeira. A Secretaria está em busca de recursos para efetivação do projeto e, em junho de 2013, foi aberto o processo nº 290.000.124/2013 para contratação de consultoria para a realização deste trabalho. Expectativas para o próximo período: • Implementação de solução robótica para atendimento médico remoto por sistema de telemedicina; • Contratação de empresa especializada na organização e execução de eventos e serviços; • Projeto para contratação de serviços técnicos profissionais de consultoria especializados em elaboração do Plano de Desenvolvimento do Pólo Biotecnológico; • Eventos referentes ao Desenvolvimento Biotecnológico e científico.
3. Criar entidade gestora para viabilização dos parques até 2013	O cumprimento da meta está previsto para após o término do projeto de estudo de viabilidade técnica e financeira do Pólo Científico da Saúde e Biotecnologia. Expectativas para o próximo período: • Soluções de software para a área de saúde e gestão.

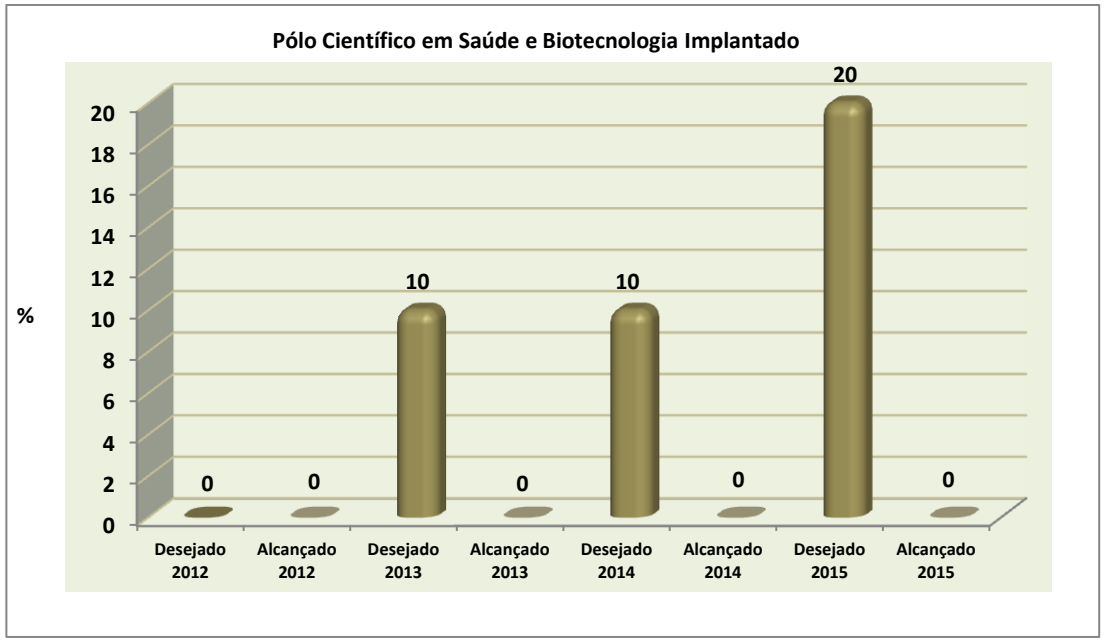
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1144	Polo Científico em Saúde e Biotecnologia Implantado	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	10	10	20	SECTI
						Alcançado	-	0	-	-	

Justificativa-2013

Indicador 1144 - Estão em andamento os estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação do pólo. Aguarda-se a conclusão destes estudos bem como aporte de recursos para execução do projeto.



Objetivo Específico: 004 – Implantar Parque Tecnológico Capital Digital

UNIDADE RESPONSÁVEL:

40.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SECTI

Análise do Objetivo Específico

A implantação do Parque Tecnológico Capital Digital (PTCD) é o pilar estruturante para a consecução do desenvolvimento sócio econômico e científico do Distrito Federal.

O processo de estruturação do PTCD está sendo construído por intermédio da iniciativa privada e apoiado pelo poder público. As condicionantes de estruturação deste processo estão sendo integradas às políticas do GDF referentes ao desenvolvimento urbano, regional e ambiental.

Este processo vem gerando um número de empregos significativo na construção das edificações e, futuramente, fomentará e gerará um contingente de mão de obra especializada e não especializada em TIC, voltado ao funcionamento das instituições que lá se instalarão.

As obras de infraestrutura básica de responsabilidade direta do DGF, como urbanização, luz e água, estão concluídas.

A nova subestação da CEB, necessária aos empreendimentos de grande demanda de energia, está pronta e prestes a entrar em funcionamento.

O complexo referente à construção do DATACENTER do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal está pronto e prestes a entrar em funcionamento.

Foi publicado pela TERRACAP, em 13/03/2013, o Edital nº 002/2013, voltado à realização de Parceria Público Privada- PPP que tem por objetivo prestar, pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) anos, serviços de administração, implantação, desenvolvimento, operação, manutenção e gestão de negócios de infraestrutura do PTCD a ser por ela projetado, estruturado e edificado, no lote 1 do PTCD.

As principais dificuldades para o desenvolvimento das metas, no que diz respeito à SECTI, prendem-se às deficiências de recursos humanos e orçamentários, bem como ao alto grau de complexidade do projeto.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Inaugurar a Subestação da CEB até dezembro de 2012	Meta não atingia em 2012, sendo 99,5% concluída em março de 2013.
2. Inaugurar os empreendimentos do Lote 3 - Complexo Datacenter Capital Digital (BB e CEF) até 2012	Meta não atingida em 2012, sendo 100% atingida em março de 2013.
3. Inaugurar os empreendimentos do Lote 4 – Sede da FAP e IBTI até dezembro de 2013	Foi elaborado processo referente ao Acordo de Cooperação Técnica com a NOVACAP visando a construção do Edifício Sede da SECTI e da FAPDF. No referido processo já foram definidas as especificações técnicas para a licitação necessária à construção da edificação. O processo de licitação elaborado pela NOVACAP encontra-se no TCDF, aguardando deliberação Tribunal e recursos orçamentários para continuidade dos trabalhos.
4. Inaugurar as escolas técnicas (pública e particular) Lotes 2 e 5 até	Estão sendo elaborados estudos, com a Secretaria de Educação, voltados para criação das

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
dezembro de 2014	condicionantes necessárias ao cumprimento da meta.
5. Criar a SPE para gestão do Lote 1 até dezembro de 2015	Minuta do estatuto social elaborada. Esta meta está a cargo da TERRACAP.
6. Licitação do Lote 1 até dezembro de 2015	Edital lançado pela TERRACAP para realização de parceria público privada – PPP, na modalidade de concessão patrocinada, por meio da constituição do SPE Parque Tecnológico Capital Digital S.A (SPE), com abertura prevista para 17.07.2013.

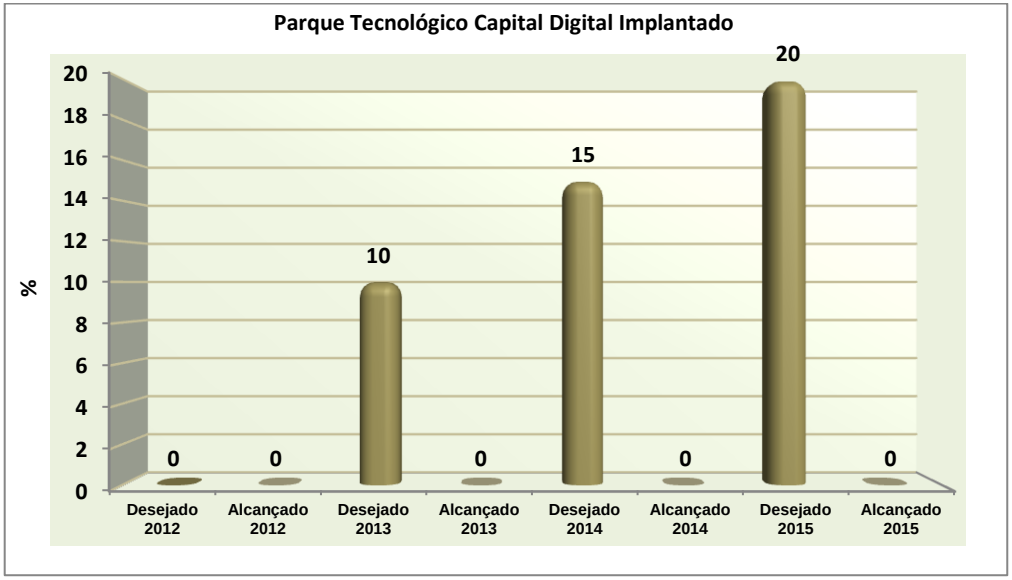
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1145	Parque Tecnológico Capital Digital implantado	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	10	15	20	SECTI
						Alcançado	-	0	-	-	

Justificativa-2013

Indicador 1145 - O Parque Tecnológico Capital Digital é um projeto que envolve vários órgãos do GDF e também o setor privado, por esta Secretaria não houve nenhuma realização, devido as deficiências de recursos humanos e orçamentários, bem como ao alto grau de complexidade do projeto.



Objetivo Específico: 005 – Fomentar, desenvolver, incentivar e apoiar a realização de pesquisas, planos, programas e projetos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Distrito Federal revelando talentos, investindo em estudantes e profissionais que procuram alternativas por meio de produtos e processos que melhorem ou apresentem inovação em Ciência e Tecnologia no DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
40.201 - FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DF - FAP

Análise do Objetivo Específico

Foram selecionados e aprovados vários projetos por meio de editais, convênios e contratos, incentivando, por meio de recursos próprios e recursos obtidos junto a órgãos da União, o incremento de pesquisas e projetos científicos em diversas áreas do conhecimento, o pagamento de bolsa-pesquisador, o financiamento de projetos de pesquisas de caráter científico, além da compra de bens, produtos e insumos para pesquisadores, utilizados nos projetos de pesquisa apresentados.

O apoio financeiro aos pesquisadores por meio da promoção de eventos de caráter científico e o incentivo à participação de eventos científicos foram também estimulados, sendo uma atividade constante da Fundação, em que o pesquisador é motivado a participar e promover encontros para o desenvolvimento e para a implementação da inovação tecnológica do Distrito Federal.

Em 2013, foram aprovados 238 projetos de participação em eventos no Brasil e no exterior e realizados 25 projetos de promoção de eventos públicos de caráter científico no âmbito do Distrito Federal.

No programa de fomento ao campo cientifico envolvendo diretamente a comunidade acadêmica do DF, para a promoção da inovação tecnológica e a produção de pesquisas, foi aplicado R$ 832.629,00 do projeto estruturante intitulado “Instituto Brasília de Tecnologia e Inovação”, visando obter elementos constitutivos e subsídios para a implantação do polo Parque Tecnológico de Ciência e Desenvolvimento - PTCD no Distrito Federal, na cidade Digital do DF.

Visando o fortalecimento do CENSIPAM, relativo à inovação e capacitação, como instituição capaz de integrar informações da segurança nacional, foi estabelecido um programa de atuação conjunta para operacionalização do Programa de Capacitação Cientifico e Tecnologia para Desenvolvimento de estudos e Projetos aplicados ao CENSIPAM, tendo como aporte o total de R$ 1.382.807,00. O projeto foi finalizado em 2013.

Na área da saúde do DF, foi investido o montante de R$ 4.106.322,00 referente o desenvolvimento de programas, projetos e atividades de aperfeiçoamento de recursos humanos nas áreas de pesquisa em saúde pública e biomédica, gestão em ciências e tecnologia apoio técnico e administrativo à pesquisa, produção e serviços, incluindo também a Implantação do Programa de Pesquisa para o SUS - Sistema Única de Saúde: Gestão compartilhada em saúde no Distrito Federal, Edição 2011, projetos em parceria com a FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz e o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - autarquia ligado Ministério de Ciência e Tecnologia.

Com respaldo na lei de inovação federal, foi aplicado nas empresas, por meio de parceria com a FINEP, o projeto PAPPE INTEGRAÇÃO - cujo objetivo é operar recursos, sob a forma de subvenção econômica, destinados a empresas nacionais, para o desenvolvimento de atividade inovadora de microempresas e empresas de pequeno porte nacional, nos temas priorizados pela Política de Desenvolvimento Científico. Nesta parceira, foram aplicados R$ 5.713.239,00.

Nesta linha de fomento, a pesquisa foi conveniada, junto ao CNPq, para apoiar a implementação no âmbito do Distrito Federal do Programa de Apoio a Núcleo de Excelência, mediante suporte financeiro às atividades de pesquisa cientifica, tecnológica e de inovação, conforme seleção pública de propostas apresentadas e aprovadas por meio de edital. Durante o ano de 2013, foi aplicado o total R$ 3.198.297,00.

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal apresentou, durante o exercício de 2012 e 2013, problemas internos na esfera administrativa como consequência do reduzido quadro técnico de pessoal e a ausência do Conselho Superior e das Câmaras de Assessoramento Técnico Científico, imprescindível para definição das diretrizes, coordenação, supervisão e proposição das alterações pertinentes à execução do Órgão.

Entretanto, não obstante os embaraços administrativos que a FAP passou, acarretando dificuldade na execução dos programas e projetos, a gestão atual juntamente com seus conselhos deliberativos ensejarão esforços para a realização eficiente dos trabalhos no sentido de sanar as dificuldades organizacionais, elaboração e aplicação de um Plano de Trabalho com ações estratégicas de fortalecimento e desenvolvimento institucional para alcançar a melhoria dos serviços prestados para a comunidade acadêmica e científica do DF, em compatibilidade com as metas definidas no PPA.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atingir a realização plena e efetiva do percentual mínimo 0,5% da RCL do repasse à FAPDF, por meio da LODF, possibilitando 100% de acesso aos pesquisadores do Distrito Federal ao suporte financeiro de seus projetos	Foram repassados 0,25% do percentual mínimo de 0,5% a ser aplicado até 2015 neste programa, de acordo com o PPA. Efetivamente esse índice representa 52% em 2013, acumulando um total de 88% de repasse na área de Ciência e Tecnologia no DF dos recursos orçamentários recebidos pela FAP.

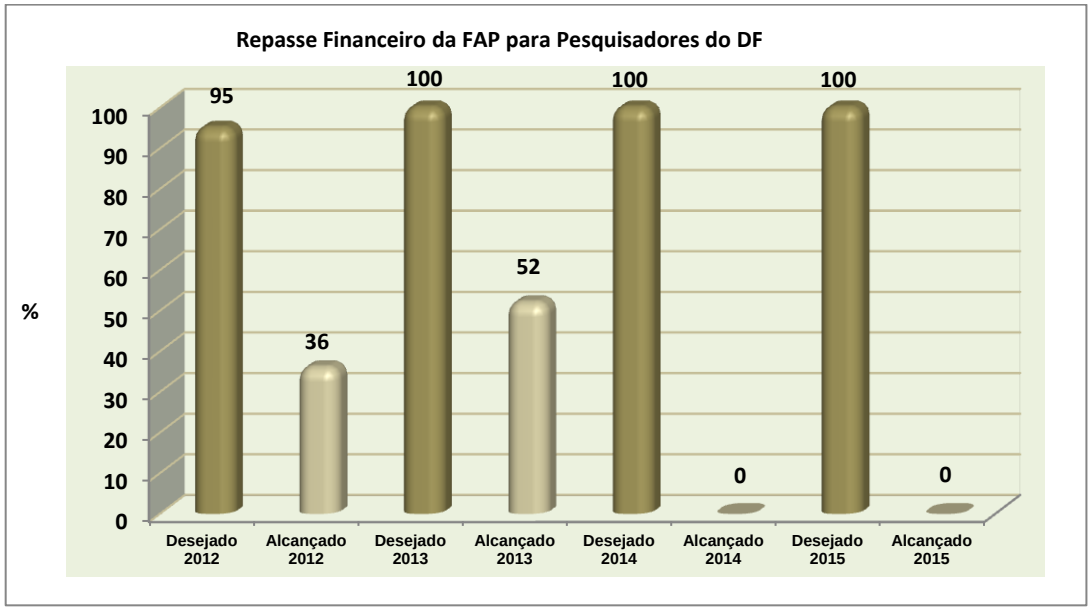
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
798	Repasse financeiro da FAP para pesquisadores do DF	%	50	31/12/2010	Anual	**Desejado**	95	100	100	100	FAP
						Alcançado	36	52	-	-	FAP

Justificativa 2013

Indicador 798 - Foi repassado efetivamente no exercício de 2013 o percentual de 52% na área de Ciência e Tecnologia no DF dos Recursos recebidos pela FAP, conforme LOA.


Repasse Financeiro da FAP para Pesquisadores do DF
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
95
36
100
52
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6206 – ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

OBJETIVO GERAL: Garantir à sociedade brasiliense o acesso à prática esportiva e inserir Brasília na rota dos grandes e mega eventos esportivos.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Propiciar uma educação pública, democrática e de qualidade para todos;
- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 4 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Introduzir e consolidar o hábito da prática esportiva em todo o Distrito Federal, por meio da oferta de oportunidades de prática esportiva à população, tanto no fomento, implementação e execução dos programas e projetos quanto na disponibilização de equipamentos esportivos de qualidade para atender as demandas sociais.	34.101/34.902
002 – Estimular, apoiar, implementar e executar ações esportivas para o Distrito Federal, contemplando as três manifestações esportivas: esporte educacional, de participação e de alto rendimento.	34.101/34.902
003 - Construir e manter uma rede de infraestrutura que propicie a prática esportiva no Distrito Federal.	34.101
004 – Consolidar Brasília no cenário de grandes eventos esportivos mundiais, bem como dotar a cidade de infraestrutura adequada a estes eventos, entre eles: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Copa América 2015.	SECOPA

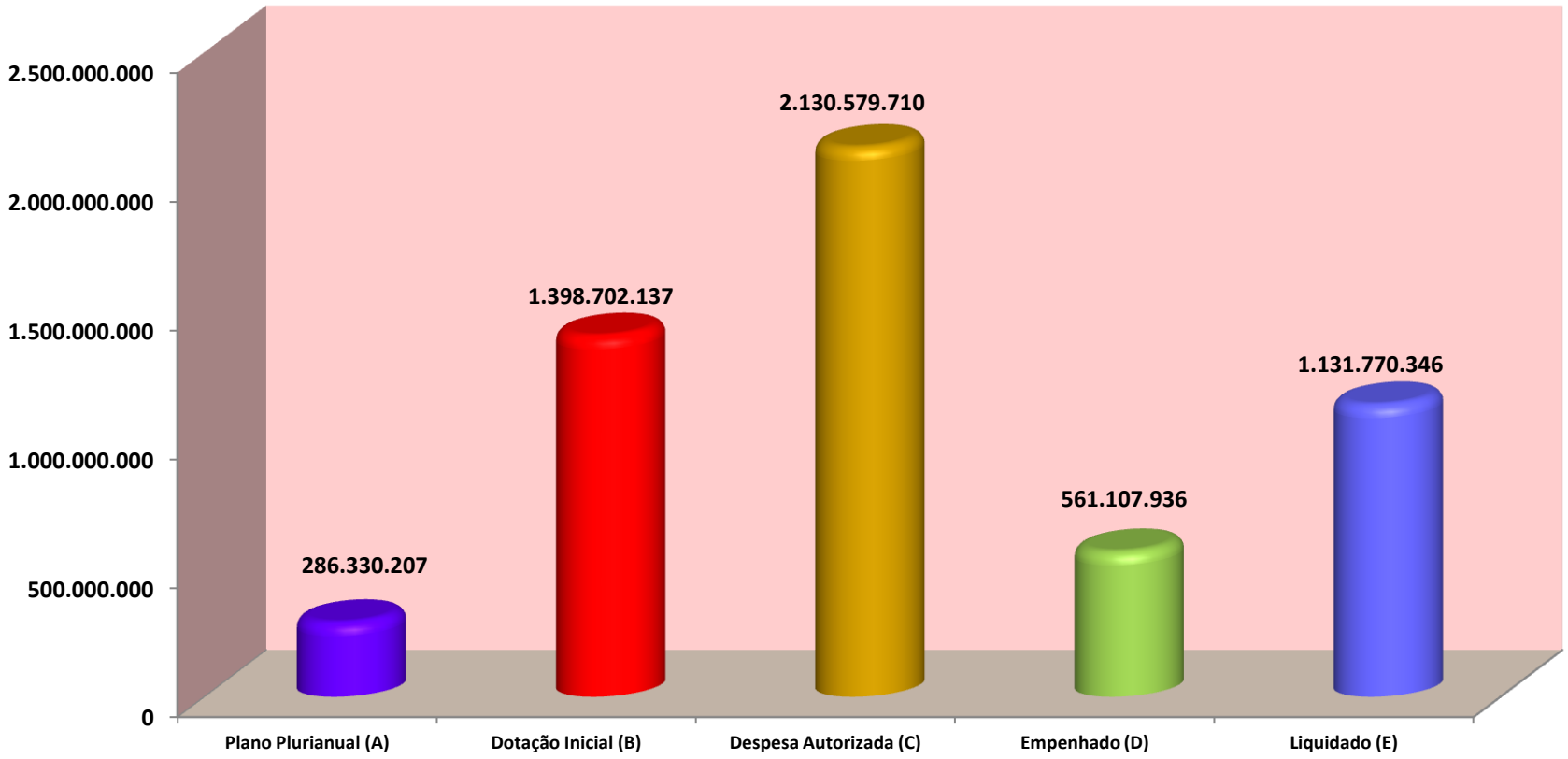
Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1079 - Construção de Centros Poliesportivos	6.500.000	200.000	0	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	4.730.200	100.000	462.653	462.265	459.255	10	10
1606 - Construção de Praça de Esporte e Cultura	9.439.000	4.998.000	9.439.046	5.272.826	1.350.440	56	14
1745 - Construção de Quadras de Esportes	8.748.208	22.863.942	12.931.953	6.612.780	4.755.835	76	54
2015 - (EP) Apoio ao Desporto e Lazer para os Idosos	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2024 - (EP) Apoio ao Desporto e Lazer para a Juventude do Distrito Federal	1.000.000	1.010.000	62.682	58.383	57.051	6	6
2287 - (EP) Apoio Financeiro ao Atleta Brasiliense	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2425 - Manutenção de Estádios Desportivos	1.950.000	1.425.000	1.146.687	1.146.687	849.046	59	44
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	2.329.400	15.000	49.932	49.054	45.162	2	2
3047 - Implantação de Espaços Esportivos	760.904	3.615.000	1.530.055	297.999	0	39	0
3048 - Reforma de Espaços Esportivos	2.500.000	14.695.666	16.082.463	15.264.579	7.669.543	611	307
3078 - Reforma e Ampliação do Estádio Nacional de Brasília (Copa 2014)	180.000.000	771.002.468	1.392.891.968	470.409.304	768.717.852	261	427
3132 - Copa 2014	1.289.524	20.000	32.017	32.017	32.017	2	2
3440 - Reforma de Quadras de Esportes	4.849.807	23.717.712	23.301.749	5.546.535	6.645.846	114	137
3596 - Implantação de Infra-Estrutura Esportiva	2.610.000	9.438.332	7.520.792	5.443.164	272.173	209	10
3678 - Realização de Eventos	4.740.552	4.401.895	2.288.026	1.796.843	1.421.607	38	30
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	300.000	30.000	0	0	0	0	0
4035 - Manutenção de Centros Esportivos	25.295.666	43.885.995	29.063.013	29.063.013	24.529.845	115	97
4089 - Capacitação de Pessoas	600.000	0	0	0	0	0	0
4090 - Apoio a Eventos	11.035.968	22.269.357	11.399.774	9.952.200	7.939.631	90	72
4091 - Apoio a Projetos	3.872.612	4.256.405	6.961.068	4.833.340	2.948.362	125	76
4170 - Manutenção de Espaços Esportivos	3.900.000	2.582.500	2.783.800	2.782.300	1.895.428	71	49
4177 - Incentivo à Participação de Atletas em Eventos Esportivos	550.000	30.000	0	0	0	0	0
4178 - Apoio ao Esporte para Portadores de Necessidades Especiais	575.000	550.000	250.000	250.000	81.405	43	14
5474 - Reforma de Ginásio de Esportes	80.000	0	0	0	0	0	0
7112 - Construção de Ginásio de Esportes	1.387.200	6.830.000	7.168.083	987.515	987.515	71	71
7244 - Reforma de Estádio	2.986.166	717.865	5.166.949	47.132	38.824	2	1
9084 - Concessão de Bolsa Atleta	2.300.000	800.000	800.000	800.000	726.412	35	32

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
TOTAL DO PROGRAMA 6206	**286.330.207**	**1.398.702.137**	**2.130.579.710**	**561.107.936**	**1.131.770.346**	**196**	**395**

([1]) Na coluna "D" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna "E" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.

6206 - Esportes e Grandes Eventos Esportivos



Objetivo Específico: 001 – Introduzir e consolidar o hábito da prática esportiva em todo o Distrito Federal, por meio da oferta de oportunidades de prática esportiva à população, tanto no fomento, implementação e execução dos programas e projetos quanto na disponibilização de equipamentos esportivos de qualidade para atender as demandas sociais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
34101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES - SESP
34902 – FUNDO DE APOIO AO ESPORTE - FAE

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria de Esporte oferece apoio à infraestrutura e logística para realização de eventos esportivos e de lazer no âmbito do Distrito Federal. No exercício de 2013 houve a execução de 51 eventos, somados aos 80 eventos realizados por meio do Programa Boleiros, que é responsável pelo fomento ao futebol amador do Distrito Federal, com a realização de serviços de arbitragem. Desta forma, ao realizar o somatório do exercício de 2012 e 2013 constata a realização de 185 eventos esportivos que beneficiaram um total de 81.363 pessoas.

O destaque dos Eventos Esportivos ocorreu com a Gymnasiade 2013 – Jogos Mundiais Escolares, o maior evento escolar do mundo, realizado nesta capital, no período de 28 de novembro a 03 de dezembro de 2013. Este evento reuniu atletas na faixa etária entre 14 e 17 anos, regularmente matriculados nos ensinos fundamental e médio, que representaram 35 países, e disputaram oito modalidades: atletismo; ginásticas aeróbica, artística e rítmica; natação; judô; karatê e xadrez. Beneficiou diretamente um público de aproximadamente 17.206 pessoas e possibilitou a conquista de 63 medalhas para a Capital do País, sendo 18 medalhas de ouro.

O apoio a projetos esportivos, apesar de estar diretamente relacionado ao objetivo específico de número 02, também contribuiu para o alcance deste objetivo. Foram apoiados os seguintes projetos:

- Compete Brasília: beneficiou cerca de 3.699, pessoas, entre atletas e equipes técnicas.
- Ligas de Futebol Amador do DF: realizados 3.942 jogos em 2012, que beneficiaram aproximadamente 36.000 atletas inscritos e gerou emprego para cerca de 600 árbitros. Atingiu uma média de 394.200 expectadores, totalizando 754.800 beneficiados. Em 2013 foram realizados 8.189 jogos que beneficiaram aproximadamente 50.000 atletas inscritos e gerou emprego para cerca de 600 árbitros. Atingiu em média de 818.900 expectadores, totalizando 877.689 beneficiados.

Desta forma, entende-se que o objetivo específico foi alcançado de forma integral considerando que a meta estabelecida para o segundo ano do PPA foi cumprida e a quantidade de 81 eventos foi superada em 61,73%, como pode ser observado por meio dos quadros: Metas PPA e Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores.

Quanto ao indicador de desempenho: “Quantidade de Projetos Esportivos Apoiados e/ou Realizados” não foi possível o atingimento da meta inicialmente estabelecida na forma justificada no quadro de apuração dos índices alcançados pelos indicadores de desempenho.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Beneficiar 700.000 pessoas com atendimentos diretos nos programas e projetos da Secretaria de Estado de Esporte do DF.	Esta meta prevista representa o alcance da execução anual. No exercício de 2012 foram beneficiadas em torno de 545.251 pessoas diretamente beneficiadas, alcançando 77,89% da meta estabelecida, como segue: - Centros Esportivos = 387.058 pessoas atendidas - Escolas de Esporte = 9.243 alunos matriculados - Programa Bolsa Atleta = 1.332 atletas beneficiados - Programa Compete Brasília = 1.308 atletas beneficiados - Eventos = 146.310 pessoas beneficiadas No exercício de 2013 foram beneficiadas diretamente em torno de 751.509 pessoas, superando em 7,36% da meta inicialmente estabelecida, como segue: - Centros Esportivos = 465.075 pessoas atendidas - Escolas de Esporte = 4.273 alunos matriculados - Programa Bolsa Atleta = 1.440 atletas beneficiados em média/ano. - Programa Compete Brasília = 2.391 atletas beneficiados - Programa Ligas de Futebol Amador = 50.000 atletas beneficiados com a realização dos jogos das Ligas. - Eventos = 228.330 pessoas beneficiadas (SUEL+ GYMNASÍADE/2013 + Centros Olímpicos) Ao efetuar o somatório das realizações ocorridas nos exercícios de 2012 e 2013 constata-se que foram beneficiadas diretamente 1.150.450 pessoas, alcançando 82,18% da meta inicialmente estabelecida, na forma especificada a seguir: - Centros Esportivos: 852.133 pessoas atendidas. Desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Esporte, baseados na política pública do Governo do Distrito Federal de inclusão social, por meio do esporte, os Centros Esportivos estam distribuídos nas regiões administrativas de Sobradinho, Setor O, Riacho Fundo I, Brazlândia, Santa Maria, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, São Sebastião, Ceilândia e Samambaia. Neles são realizados diversos atendimentos como: escola de esporte, apoio social para pessoas portadoras de necessidades especiais e espaço de convivência social nos finais de semana. - Escolas de Esporte: 13.516 alunos matriculados. São ofertadas diversas modalidades esportivas: Alongamento, Condicionamento Postural, Ginástica Localizada, Mat Pilates, Ritmos, Judô, Karatê, Musculação, Ginástica Acrobática, Natação, Natação Adaptada, Polo Aquático, Deep Water, Saltos Ornamentais, Nado Sincronizado, Tênis de Campo e Ciclismo, com turmas em dois dias semanais (3ª e 5ª ou 4ª e 6ª) com horários entre 06h e 22h. - Programa Bolsa Atleta: 2.772 atletas beneficiados em média/ano. O Programa garante recursos para a manutenção pessoal dos atletas em plena atividade esportiva e busca oferecer-lhes as condições necessárias para que possam dedicar-se aos treinamentos esportivos e participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. - Programa Compete Brasília: 3.699 atletas beneficiados. Tem por objetivo incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais, estimulando o treinamento e contribuindo para a formação da identidade esportiva da cidade. - Programa Ligas de Futebol Amador = 50.000 atletas beneficiados com a realização dos jogos das Ligas.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	- Eventos = 228.330 pessoas beneficiadas nos eventos realizados e/ou apoiados, com destaque para os Jogos Escolares – Gymnasíade/2013 – e Centros Esportivos.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

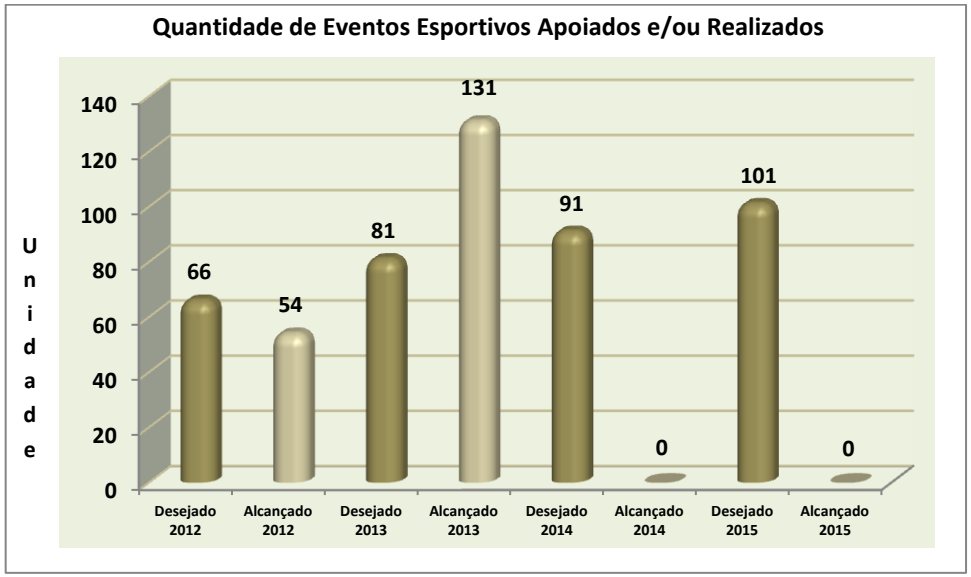
Indicadores:

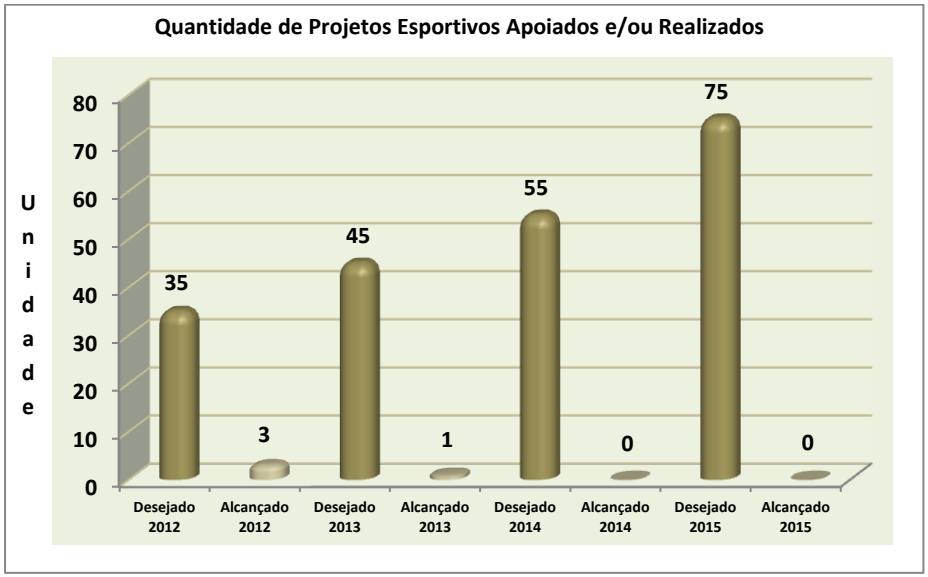
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
956	Quantidade de Eventos Esportivos Apoiados e/ou Realizados	Unidade	45	31/12/2010	Anual	**Desejado**	66	81	91	101	SDPEL
						Alcançado	54	131	-	-	
957	Quantidade de Projetos Esportivos Apoiados e/ou Realizados	Unidade	-	31/12/2010	Anual	**Desejado**	35	45	55	75	SDPEL
						Alcançado	03	1	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 956 - A superação da meta inicialmente estabelecida no PPA de 61,73% deve-se a realização 51 eventos apoiados com implantação de infraestrutura esportiva e de mais 80 eventos relacionados ao futebol amador do Distrito Federal por meio do apoio com serviços de arbitragem realizados pelo Programa Boleiros. A fonte de informações são oriundas da Subsecretaria de Esporte e Lazer - SUEL e Subsecretaria de Políticas Sociais para o Esporte – SUBPOSE

Indicador 957 - No SIGGO, consta a execução de 01 projeto apoiado: IX CORRIDA TIRADENTES, conforme processo de nº 220.000.080/2013. A justificativa deve-se ao fato da ocorrência de remanejamentos de recursos para atender outras ações consideradas prioritárias e relevantes da Gestão atual. A fonte de informações são oriundas do SAG e da Subsecretaria de Esporte e Lazer - SUEL.


Quantidade de Eventos Esportivos Apoiados e/ou Realizados
Unidade
140
120
100
80
60
40
20
0
66
54
81
131
91
0
101
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Projetos Esportivos Apoiados e/ou Realizados
Unidade
80
70
60
50
40
30
20
10
0
35
3
45
1
55
0
75
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Estimular, apoiar, implementar e executar ações esportivas para o Distrito Federal, contemplando as três manifestações esportivas: esporte educacional, de participação e de alto rendimento.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES - SESP
34.902 – FUNDO DE APOIO AO ESPORTE - FAE

Análise do Objetivo Específico

Os atletas assistidos pela Secretaria de Estado de Esportes são contemplados nos Programas: Compete Brasília e Bolsa Atleta.

- Programa Compete Brasília: foi criado com o objetivo de incentivar a participação de atletas de alto rendimento das mais diversas modalidades em campeonatos nacionais e internacionais. Contribui para estimular o treinamento visando à formação da identidade esportiva da cidade. O apoio é realizado por meio da concessão de passagens aéreas ou terrestres que neste período alcançou 3.699 atendimentos, distribuídos desta forma: 1.308 atendimentos realizados no exercício de 2012 e 2.391 atendimentos realizados em 2013.

- Programa Bolsa Atleta: foi criado por meio da Lei nº 2.402, de 15 de janeiro de 1999 e visa garantir recursos para a manutenção pessoal dos atletas em plena atividade esportiva, que não possuem patrocínio. Ao mesmo tempo, o programa busca dar condições necessárias para que os atletas possam dedicar-se ao treinamento esportivo e participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras. As bolsas são pagas mensalmente variam entre o valor mínimo de R$183,60 a um valor máximo de R$2.763,00. Neste período foi possível o atendimento, em média anual, de 231 atletas em 16 modalidades olímpicas distintas, sendo: 111 no exercício de 2012 e 120 no exercício de 2013.

Ressalta-se que a quantidade de atletas contemplados com as bolsas consiste na média mensal, sendo que em sua maioria permanecem com o benefício durante os doze meses do exercício.

Desta forma, a meta inicialmente estabelecida no segundo ano do PPA de 1.950 Atletas Assistidos, foi ultrapassada em 28,87% tendo em vista o atendimento de 2.513 atletas nos dois programas avaliados no exercício de 2013.

As ações abaixo além de contribuírem para o alcance deste objetivo contribuíram também, para o alcance do objetivo específico 01 por desenvolverem as três manifestações esportivas.

- Manutenção dos Centros Esportivos: Estão em funcionamento onze Centros Esportivos localizados em: Sobradinho, Setor O, Riacho Fundo I, Brazlândia, Santa Maria, Estrutural, Gama, Recanto das Emas, São Sebastião, Ceilândia e Samambaia.

O demonstrativo abaixo explicita o atendimento ao público por Centro Esportivo, os quais abrangem, no exercício de 2013, um total em torno de: 465.075 pessoas beneficiadas com a utilização dos espaços.

Atendimento Realizados	Anos		Total
	2012	2013	
Alunos efetivos	90.629	40.618	**131.247**
Espaço de Convivência e lazer (ECL)	91.532	133.007	**224.539**
Atendimentos e participação em eventos de segunda a sexta	120.000	45.531	**165.531**
Atendimento da Gerência de Apoio Social	5.926	3.000	**8.926**
Transversalização - Vencendo o Jogo Juntos	71.580	167.837	**239.417**
Mala do livro	5.359	6.562	**11.921**
Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	270	188	**458**
Programa de Saúde da Família (PSF)	14.230	56.886	**71.116**
Qualificação Social	00	11.320	**11.320**
Centro de iniciação desportiva (CID)	00	126	**126**
Total	**399.526**	**465.075**	**864.601**

- Manutenção de Espaços Esportivos: Destina-se à execução das escolinhas da SESP-DF, nas quais são ofertadas diversas modalidades para a prática desportiva como: alongamento, condicionamento postural, ginástica localizada, mat pilates, ritmos, judô, karatê, musculação, ginástica acrobática, natação, natação adaptada, polo aquático, deep water, saltos ornamentais, nado sincronizado, tênis de campo e ciclismo.

Em 2012 foram ofertadas para a comunidade 5.082 vagas, em 17 modalidades de práticas desportivas, no 1º semestre e 5.157 vagas no 2º semestre. Em 2013, a oferta foi de 4.761 vagas 1º semestre sendo que 4.273 destas foram preenchidas.

Em decorrência das obras de reforma no Complexo Aquático, para recepcionar o evento GYMNASÍADE, o calendário de 2013 foi diferenciado, não oferecendo matriculas novas para o 2º semestre deste ano.

Alunos Atendidos nas Escolas de Esporte da SESP	Ano		Total
	2012	2013	
Vagas ofertadas	10.239	4.761	**15.000**
Alunos matriculados	9.243	4.273	**13.516**

Os Centros Esportivos em conjunto com as Escolas de Esporte da SESP desenvolvem o esporte educacional e de participação. Diante do exposto, e conforme demonstrado nos quadros relativos às Metas do PPA e de Apuração dos Índices Alcançados Pelos Indicadores, verifica-se o alcance parcial do objetivo específico.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Elevar o número de atendimentos nos programas, projetos e ações da Secretaria de Esporte para 40% de praticantes de esporte educacional, 30% de praticantes de esporte de participação e 30% de praticantes de esporte de alto rendimento.	De acordo com as informações prestadas pela Subsecretaria de Esporte e Lazer-SUEL/SEsp, a Secretaria alcançou, em 31/12/2012, 78,83% da meta estabelecida no PPA-2012/2015 para o exercício de 2012, sendo: - Esporte Educacional: Participação de alunos das Escolas Públicas - jovens de 06 a 17 anos: 1522 alunos, apresentando um acréscimo de 34,09% comparados ao exercício anterior. - Esporte de Participação: Escolas de Esporte e Centros Esportivos: 80.823 pessoas beneficiadas, apresentando um acréscimo de 63,44%, comparado ao exercício anterior. - Esporte de Alto Rendimento: atletas federados assistidos no programa Bolsa Atleta e Compete Brasília. Alcançou: 1.419 atletas ano, apresentando uma queda de 43,96% comparados ao ano anterior. A justificativa recai sobre a necessidade de alteração da legislação pertinente ao programa bolsa atleta na forma especificada na apuração dos índices alcançados pelos indicadores de desempenho exercício 2012. No exercício de 2013 observam-se as realizações descritas a seguir: - Esporte Educacional: Realizado nas Escolas de Esporte e Centros Olímpicos por alunos provenientes das Escolas Públicas - jovens de 06 a 17 anos: 1721 alunos no exercício de 2013, apresentando um acréscimo de 13,07 % em relação ao ano de 2012. - Esporte de Participação: Realizado por meio de corridas de rua. - Esporte de Alto Rendimento: realizado pelos programas: Bolsa Atleta e Compete Brasília por meio do atendimento a atletas federados. No exercício de 2013 foi possível a realização de 2.513 atendimentos, apresentando um acréscimo de 77,09% em relação a 2012.

*OBS: - **desporto educacional**, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

- **desporto de participação**, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação.

- **desporto de rendimento**, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
956	Quantidade de Eventos Esportivos Apoiados e/ou Realizados	Unidade	45	31/12/2010	Anual	**Desejado**	66	81	91	101	SDPEL
						Alcançado	54	131	-	-	
957	Quantidade de Projetos Esportivos Apoiados e/ou Realizados	Unidade	-	31/12/2010	Anual	**Desejado**	35	45	55	75	SDPEL
						Alcançado	03	1	-	-	
960	Quantidade de Atletas Assistidos	Unidade	1.743	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.800	1.950	2.150	2.250	SDPEL
						Alcançado	1.419	2.513	-	-	
1148	Pessoas atendidas nas Unidades da SESP	Pessoa	51.064	31/12/2011	Anual	**Desejado**	53.000	53.000	62.031	62.031	SEAE
						Alcançado	47.621	42.279	-		

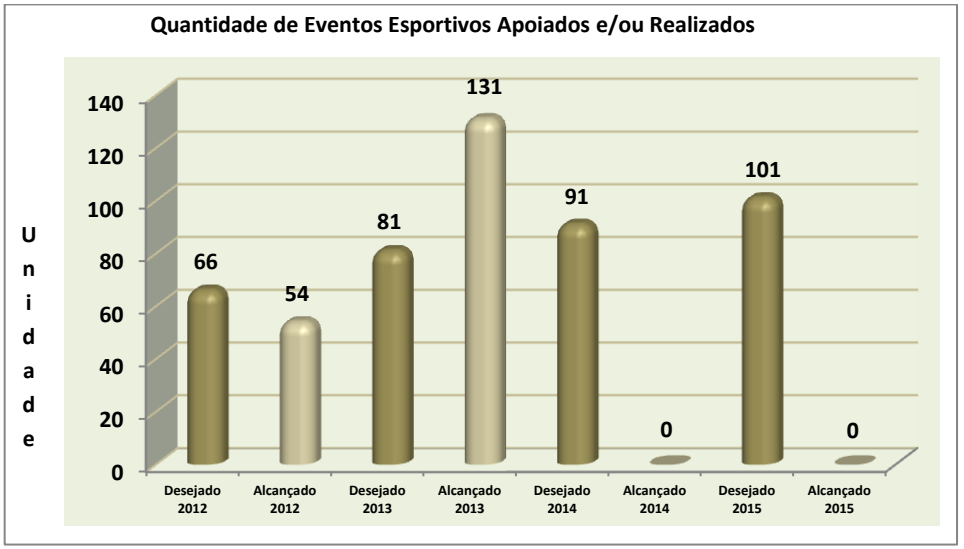
Justificativa – 2013

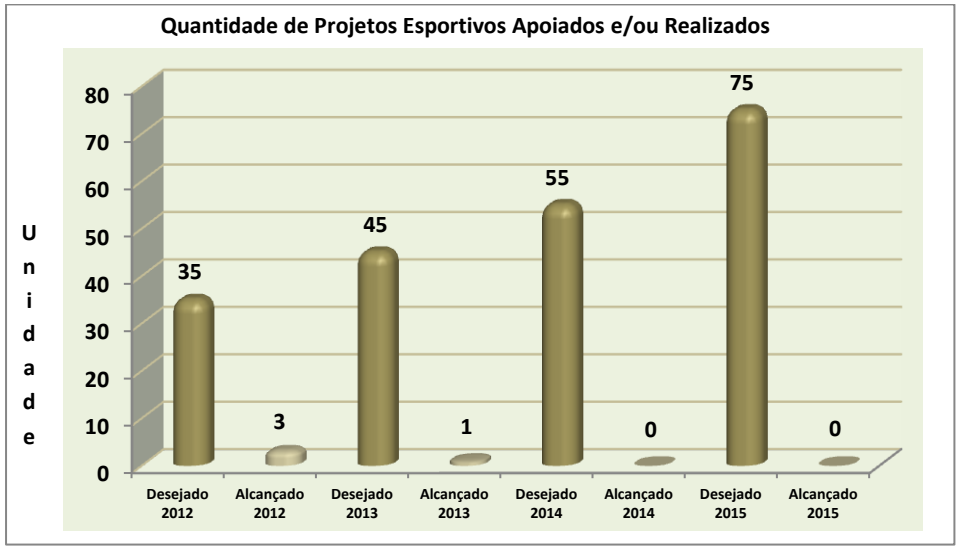
Indicador 956 - A superação da meta inicialmente estabelecida no PPA de 61,73% deve-se a realização 51 eventos apoiados com implantação de infraestrutura esportiva e de mais 80 eventos relacionados ao futebol amador do Distrito Federal por meio do apoio com serviços de arbitragem realizados pelo Programa Boleiros.A fonte de informações são oriundas da Subsecretaria de Esporte e Lazer - SUEL e Subsecretaria de Políticas Sociais para o Esporte – SUBPOSE

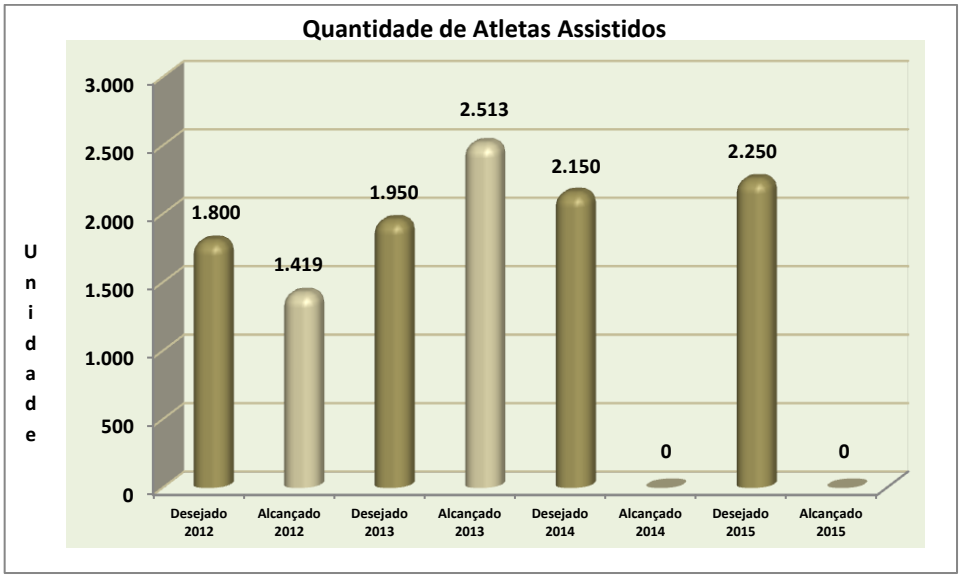
Indicador 957 - No SIGGO, consta a execução de 01 projeto apoiado: IX CORRIDA TIRADENTES, conforme processo de nº 220.000.080/2013. A justificativa deve-se ao fato da ocorrência de remanejamentos de recursos para atender outras ações consideradas prioritárias e relevantes da Gestão atual. A fonte de informações são oriundas do SAG e da Subsecretaria de Esporte e Lazer - SUEL.

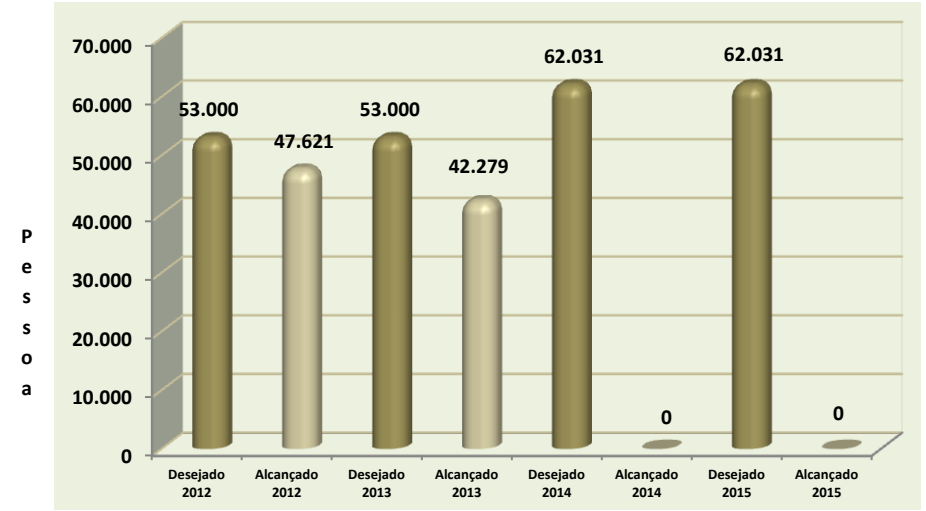
Indicador 960 - Meta superada em 28,87% considerando que os atletas assistidos pela Secretaria de Esporte são contemplados pelos programas: Compete Brasília que alcançou o atendimento de 2.391 pessoas e o Bolsa Atleta com atendimento em média de 122 atletas/ano em 16 modalidades olímpicas distintas. A fonte das informações são as Diretorias de Apoio ao Atleta e de Apoio as Atividades Esportivas subordinadas a Subsecretaria de Esporte e Lazer - SUEL.

Indicador 1148 - O indicador de desempenho: Pessoas atendidas nas Unidades da SESP abrange todos os usuários dos onze Centros Esportivo: 465.075 e das Escolinhas de Esporte: 4.273 perfazendo um total de atendimentos de 469.348 pessoas. Desta forma, a meta inicialmente estabelecida no segundo ano do PPA de 53.000 pessoas atendidas por Centro Esportivo obteve um alcance de 42.279 pessoas atendidas, alcançando parcialmente a meta em torno de 79,77%. A fonte é oriunda da Subsecretaria de Espaços Esportivos.


Quantidade de Eventos Esportivos Apoiados e/ou Realizados
Unidade
140
120
100
80
60
40
20
0
66
54
81
131
91
0
101
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Projetos Esportivos Apoiados e/ou Realizados
Unidade
80
70
60
50
40
30
20
10
0
35
3
45
1
55
0
75
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Atletas Assistidos
Unidade
3.000
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
1.800
1.419
1.950
2.513
2.150
0
2.250
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Pessoas Atendidas nas Unidades da SESP
Pessoa
70.000
60.000
50.000
40.000
30.000
20.000
10.000
0
53.000
47.621
53.000
42.279
62.031
0
62.031
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 - Construir e manter uma rede de infraestrutura que propicie a prática esportiva no Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

34.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES - SESP

Análise do Objetivo Específico

Esta Secretaria foi contemplada pelo Ministério do Esporte – ME, por meio de emendas ao Orçamento Geral da União, para execução de Convênios no decorrer do exercício de 2013 das ações especificadas a seguir:

- Reformas e revitalizações dos estádios: Elmo Serejo Farias – SEREJÃO em Taguatinga, Antônio Otoni Filho – CAVE no Guará e Valmir Campelo Bezerra – Bezerrão no Gama.

- Construção de campo com grama sintética nas Regiões Administrativas do Gama e do Guará.

A execução destes citados convênios não ocorreu no exercício 2013, permanecendo a perspectiva de execução em 2014 apenas da reforma e revitalização do Estádio CAVE, no Guará bem como a inclusão de contratos de repasses para reformas de diversas quadras poliesportivas distribuídas em várias regiões.

Metas 2012-2015:

Conforme descrito no Quadro Metas é possível verificar que a conexão dos Centros Esportivos com outras Unidades do Governo encontra-se em construção ao longo do período. Iniciou-se em 2012 e, em 2013 além de manter as inclusões iniciadas foram incluídas duas novas Unidades: Secretaria de Estado de Educação com a inclusão do programa CID – Centro de Iniciação Desportiva e Escola Integral com 6.562 beneficiados e a Secretaria do Idoso com o programa Escola de Avós totalizando 2.162 atendimentos realizados no período.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Conectar a rede de infraestrutura esportiva da Secretaria de Esporte do DF às da Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública, demais Secretarias e Administrações Regionais	- Secretaria de Estado da Criança: parceria com o programa de prestação de serviços à comunidade (PSC) liberdade e semi-liberdade com atendimento de 458 jovens beneficiados com o programa. - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda: parceria com os Centros de Orientação Socioeducativa - COSE, com 3.018 alunos matriculados. - Secretaria de Estado da Saúde: Programa Saúde da Família - PSF, com 68.163 atendimentos nos onze Centros Esportivos. - Secretaria de Estado da Cultura: Programa Mala do Livro, com 11.921 beneficiados com os empréstimos de livros. - Secretaria de Estado de Educação: Programa CID – Centro de Iniciação Desportiva e Escola Integral com 6.562 beneficiados. - Secretaria do Idoso do Governo Federal: com o programa Escola de Avós totalizando 2.162 atendimentos realizados nos Centros Olímpicos.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
964	Espaços Esportivos Disponibilizados	Unidade	05	31/12/2010	Anual	**Desejado**	10	12	14	16	SESP
						Alcançado	09	02	-	-	
967	Espaços Esportivos Mantidos	Unidade	05	31/12/2010	Anual	**Desejado**	08	12	12	17	SESP
						Alcançado	09	15	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
964	Espaços Esportivos Disponibilizados	Unidade	05	31/12/2010	Anual	**Desejado**	10	12	14	16	SESP
						Alcançado	09	11	-	-	

Justificativa 2013:

Indicador 964 - Neste caso é correto afirmar que o somatório do período, ou seja, o somatório dos espaços esportivos disponibilizados no exercício de 2012 aos do exercício 2013 mensuram o alcance da execução realizada no período.

As dificuldades encontradas para execução das ações neste exercício tiveram início em julho de 2012, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária/2013, devido às condições oferecidas pelo órgão central – Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal. Os tetos orçamentários oferecidos não correspondiam à verdadeira demanda desta Secretaria, gerando alocação de recursos orçamentários em desacordo com as demandas atuais.

Vale ressaltar que a época da elaboração da proposta, esta secretaria informou ao órgão central sobre a necessidade de liberação de extra teto com o objetivo de atender às demandas e minimizar as alterações orçamentárias no decorrer do exercício de 2013. Solicitações estas que não foram atendidas.

Além disto, ocorreram cortes significativos na previsão orçamentária estabelecida no Projeto da Lei Orçamentária Anual, acrescido dos constantes contingenciamentos realizados no Orçamento desta Unidade, o que gerou uma pane na execução orçamentária, logo no primeiro trimestre do exercício, ao ponto de comprometer o limite disponibilizado na LOA - Lei Orçamentária Anual.

Considerando a inviabilidade da execução orçamentária em diversas ações houve a necessidade de suplementação orçamentária, por meio de projeto de lei, com o objetivo de adequar o orçamento para possibilitar a execução de ações essenciais como:

- Manutenção dos Centros Esportivos,
- Manutenção de Espaços Esportivos Escolinhas da SESP,

- Manutenção de Estádios Desportivos,
- Apoio a Projetos – Ligas de Futebol Amador do DF,
- Concessão de Bolsa Atleta,
- Compete Brasília e
- Apoio a Eventos Esportivos no DF.

Ficou prejudicada, por falta de recursos, a execução de várias ações previstas na proposta orçamentária e consideradas relevantes para o incentivo ao esporte e lazer. As ações que tiveram os recursos totalmente cancelados foram: Implantação de Espaços Esportivos; Apoio ao Projeto Olimpíadas Escolares; Incentivo a Participação de Atletas em Eventos Esportivos; Apoio ao Desporto e Lazer para a Juventude do DF; Apoio ao Evento World Bike Tour; Apoio ao Projeto Caravana Esportiva; além do cancelamento dos recursos constantes em 15 ações oriundas de emendas parlamentares disponibilizadas para execução.

Neste exercício, o orçamento destinado ao programa 6206, Esportes e Grandes Eventos Esportivos, foi contemplado com 61 subtítulos, dentre eles, 34 eram procedentes de Emendas Parlamentares, o que representa aproximadamente 55,74% dos subtítulos disponibilizados para execução nesta Unidade. Apenas 10 subtítulos oriundos de emendas parlamentares foram executados, os demais foram canceladas pelo órgão central - Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN.

As perspectivas para o exercício 2013, em atendimento ao evento Gyminasiade foram parcialmente executadas, conforme especificado abaixo:

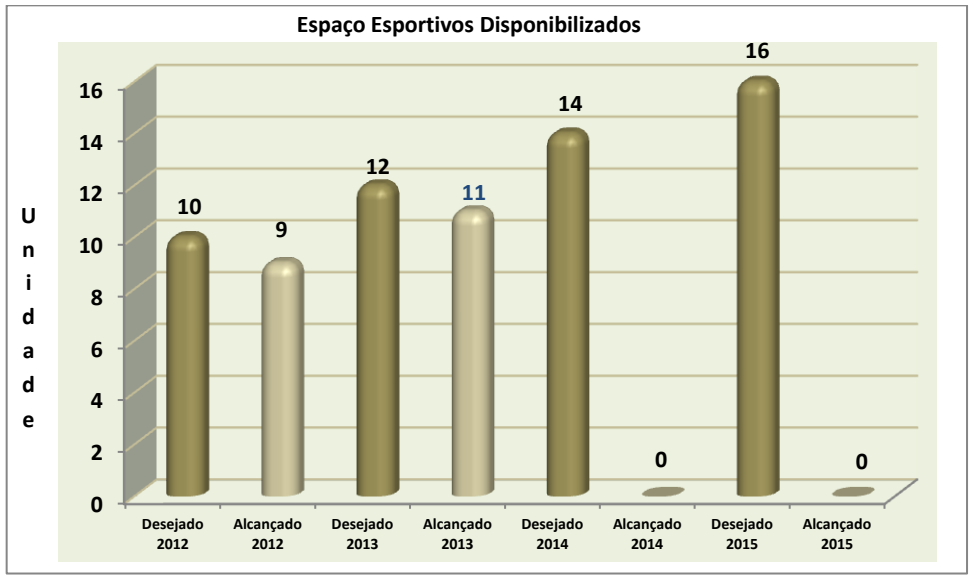
- Não foi possível realizar a cobertura da Piscina Olímpica devido à falta de tempo hábil para execução da obra. No entanto, foram realizadas as reformas das arquibancadas e vestiários da Piscina do Complexo Aquático Ayrton Senna.

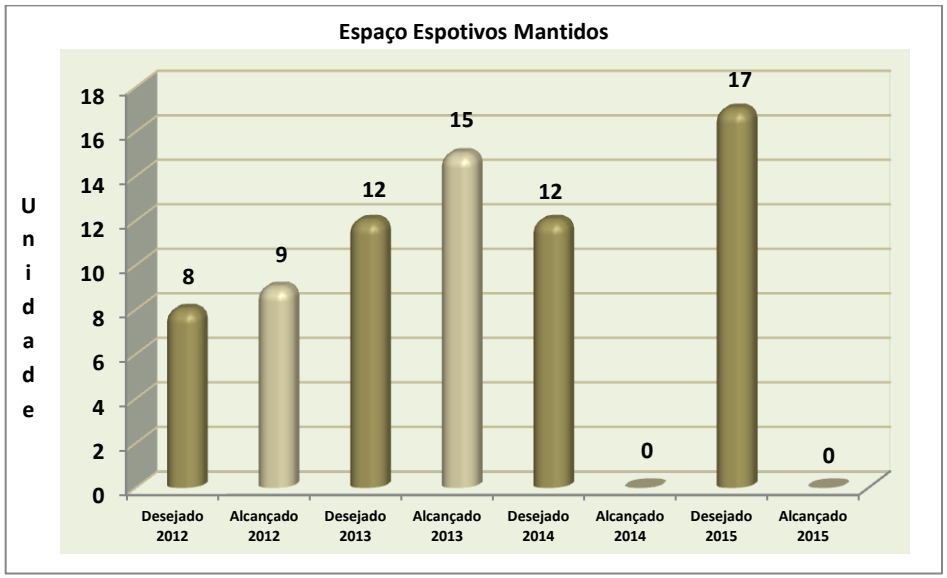
- Foram realizadas reformas das instalações de vários setores do Ginásio Nilson Nelson, bem como no Centro de Capacitação Física do Corpo de Bombeiro Militar do DF.

Quanto à Unidade Orçamentária – 34902 – FUNDO DE APOIO AO ESPORTE. No exercício de 2013 não houve execução das ações disponibilizadas pela LOA/2013, porque o Fundo de Apoio ao Esporte não firmou convênios com nenhuma entidade devido à necessidade primária de publicação de seu regulamento no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF e, Regimento Interno do Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte – CONFAE. Este Regulamento foi publicado em 17 de julho de 2013, no DODF n° 146, por meio do Decreto nº 34.522, de 16 de julho de 2013, que regulamenta e rege as atuações deste Fundo de Apoio ao Esporte.

A partir desta data, o Fundo de Apoio ao Esporte pode dar início às atividades de sua competência, dentre elas, a elaboração de Edital de Chamamento Público para firmar Convênios, que necessitam da análise e aprovação da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF, antes de sua publicação. Desta forma, o Fundo de Apoio ao Esporte aguarda parecer favorável da análise do Edital de Chamamento Público afim de proporcionar a execução das ações para o exercício de 2014.

Indicador 967 - Foram registrados 15 espaços esportivos mantidos no exercício de 2013 tais como: onze Centros Esportivo, o Estádio de Futebol Bezerrão, o Ginásio Nilson Nelson, Complexo Aquático Ayrton Senna e o Autódromo Internacional de Brasília. Desta forma, a meta estabelecida no PPA foi superada em 25%.Fonte de informações: SAG e Subscritaria de Espaços Esportivos - SUBSAE.


Espaço Esportivos Disponibilizados
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
14
16
10
9
12
11
14
0
16
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Espaço Espotivos Mantidos
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
14
16
18
8
9
12
15
12
0
17
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 – Consolidar Brasília no cenário de grandes eventos esportivos mundiais, bem como dotar a cidade de infraestrutura adequada a estes eventos, entre eles: Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Copa América 2015.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COPA 2014

Análise do Objetivo Específico

Concluída a obra do estádio Nacional de Brasília em maio de 2013, objetivando consolidar Brasília no cenário de grandes eventos esportivos mundiais, a Secretaria Extraordinária da Copa (SECOPA), com objetivo de coordenar atividades, obras e programas do Governo do Distrito Federal relacionadas a grandes eventos e também pela gestão da agenda do estádio (decretos 33915/2012 e 34561/2013), promoveu a articulação entre as ações Secretarias de Estado, Empresas Públicas e Governo Federal. Nesse sentido podemos destacar as ações:

A SECOPA apoiou em 2013 o Ministério do Esporte na seleção e o treinamento de candidatos a voluntários para a Copa do Mundo. A seleção se realizou em ambiente on line gerenciado pela Universidade de Brasília, onde também se realizava treinamento à distância nos temas sustentabilidade, hospitalidade, turismo, história do futebol, grandes eventos, dentre outros. Concluída a etapa à distância, os candidatos foram reunidos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães para o treinamento presencial em voluntariado, primeiros socorros, mobilidade urbana, atrativos turísticos locais e segurança. Devido à realização em Brasília da abertura da Copa das Confederações da FIFA 2013, o total previsto de voluntários treinados precisou ser adiantado, sendo atingida precocemente a meta de 2014.

Além disso, estudantes da rede pública se preparam no Centro Integrado de Línguas (CIL), em inglês, francês, espanhol, alemão ou japonês, para receber os turistas estrangeiros. Parte desses alunos já tem auxiliado na orientação do público nos eventos teste no Estádio Nacional, como parte da preparação da cidade para os grandes eventos futuros.

O documento de candidatura para a Copa do Mundo 2014 previa 3 campos oficiais para treinamento de seleções: Centro de Capacitação Física do CBMDF, CAVE e Bezerrão, o primeiro uma edificação nova e os dois últimos, reformas. Até o final de 2013 havia sido concluída a construção do Centro de Capacitação Física do CBMDF, um importante equipamento esportivo, extremamente útil na formação dos quadros da Corporação, tendo recebido certificações do Comitê Olímpico Brasileiro. Na Copa das Confederações, o CECAF CBMDF, recebeu treinos da Seleção Brasileira. O Bezerrão recebeu melhorias no gramado, limpeza e pintura, tendo sido utilizado pela Seleção Japonesa na Copa das Confederações 2013. Ambos foram utilizados no amistoso Brasil X Austrália, ocorrido em setembro/2013. Infelizmente devido a entraves e contestações jurídicas, as obras do CAVE não avançaram, ficando para 2014 o prazo de início e término das obras.

Quanto à realização de grandes eventos, além do jogo de abertura da Copa das Confederações entre Brasil e Japão, o Estádio Nacional de Brasília foi palco de dois grandes shows internacionais e outros dez jogos do Campeonato Brasileiro, atraindo em média 44 mil torcedores por partida, número três vezes

superior a média do campeonato, que foi de 13,7 mil espectadores. O amistoso Brasil x Austrália, a Copa Coca Cola de Futebol Mirim, o Torneio Internacional de Futebol Feminino também foram disputados no Estádio Nacional no ano de 2013.

O planejamento do FIFA Fan Fest foi outra importante ação da SECOPA. Trata-se um evento destinado a exibir em ambiente público os jogos televisionados da Copa do Mundo 2014, com uma programação cultural específica. O FIFA Fan Fes consta no Acordo das Cidades Sedes, (Host City Agreement) celebrado entre o Governo do Distrito Federal e a Federation Internationale de Football Association (FIFA) 28 de julho de 2010, aditado pela Primeira Emenda de 18 de maio de 2012. Em Brasília, será realizado no período de 12 de junho a 13 de julho de 2014 – previsto inicialmente na Esplanada dos Ministérios, mas foi transferido para o Taguaparque, com acesso gratuito até o limite de sua capacidade máxima para 50 mil espectadores. Seu planejamento envolve articulações entre o Governo do Distrito Federal, TV GLOBO, detentora dos direitos de transmissão dos jogos, FIFA e patrocinadores oficiais. O grande desafio aqui é conciliar os interesses comerciais dos patrocinadores, previstos Acordo das Cidades Sedes com os da população, que é de um evento público, gratuito, seguro e de qualidade.

Finalmente, a SECOPA promoveu em 2013, em parceria com os Ministérios do Esporte, das Cidades, de Minas e Energia, Meio Ambiente, com a Secretaria Nacional Segurança para Grandes Eventos, Secretaria de Turismo, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Transportes, CEB, NOVACAP, SLU e o Comitê organizador da Copa do Mundo da FIFA 2014, dentre outros, dois eventos para discussão e alinhamento de planos operacionais nas áreas de energia, telecomunicações, turismo, segurança, mobilidade, limpeza urbana e gerenciamento de resíduos, antes e depois da realização da Copa das Confederações com objetivo de promover o alinhamento das ações e a avaliação das operações realizadas. Essa prática será de grande valia na execução da Copa do Mundo de 2014.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até o final 2013
1. Receber a contento a Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Copa América 2015 e preparar-se para outros grandes eventos.	Além de outros eventos, Brasília recebeu o jogo de abertura da Copa das Confederações da FIFA 2013, em que estiveram presentes no Estádio Nacional de Brasília mais de 69mil espectadores. Apesar de alguns ajustes que se mostram necessários, a infraestrutura foi adequada e a operação transcorreu com absoluto sucesso, principalmente quanto à mobilidade e segurança. A realização desses eventos significou um incremento de R$ 12,3 milhões na economia local, segundo conclusões da CODEPLAN. Para 2014 e 2015, a SECOPA continuará desenvolvendo, em parceria com outras Secretarias e Empresas Públicas, estudos e estratégias para operação de grandes eventos, captação de usos futuros e a viabilização das instalações. Certamente a meta de 2014 será alcançada, entretanto, cabe destacar que a Copa América 2015 não mais será realizada no Brasil.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
986	Obra do Estádio Nacional de Brasília	%	34	31/07/2011	**Mensal**	**Desejado**	100	-	-	-	TERRACAP
						Alcançado	87	-	-	-	
1088	Voluntários capacitados	Pessoa	-	-	**Semestral**	**Desejado**	800	1.500	2.000	-	SECOPA
						Alcançado	900	2.580	-	-	
1149	Reforma dos Campos Oficiais de Treinamento (3 campos)	%	-	-	**Trimestral**	**Desejado**	80	100	-	-	SECOPA
						Alcançado	80	-	-	-	
1150	Grandes eventos futuros	Unidade	3	31/07/2011	**Anual**	**Desejado**	3	4	5	7	SECOPA
						Alcançado	0	-	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
986	Obra do Estádio Nacional de Brasília	%	34	31/07/2011	**Mensal**	**Desejado**	100	-	-	-	TERRACAP
						Alcançado	87	100	-	-	
1149	Reforma dos Campos Oficiais de Treinamento (3 campos)	%	-	31/12/2013	**Trimestral**	**Desejado**	80	100	-	-	SECOPA
						Alcançado	80	80	-	-	
1150	Grandes eventos futuros	Unidade	3	31/12/2013	**Anual**	**Desejado**	3	4	5	7	SECOPA
						Alcançado	0	16	-	-	

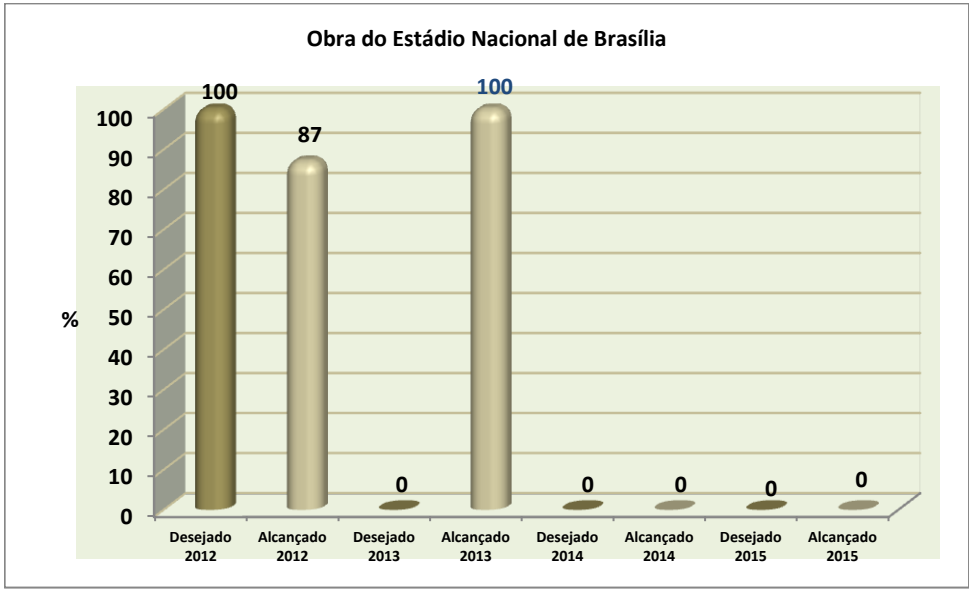
Justificativa – 2013

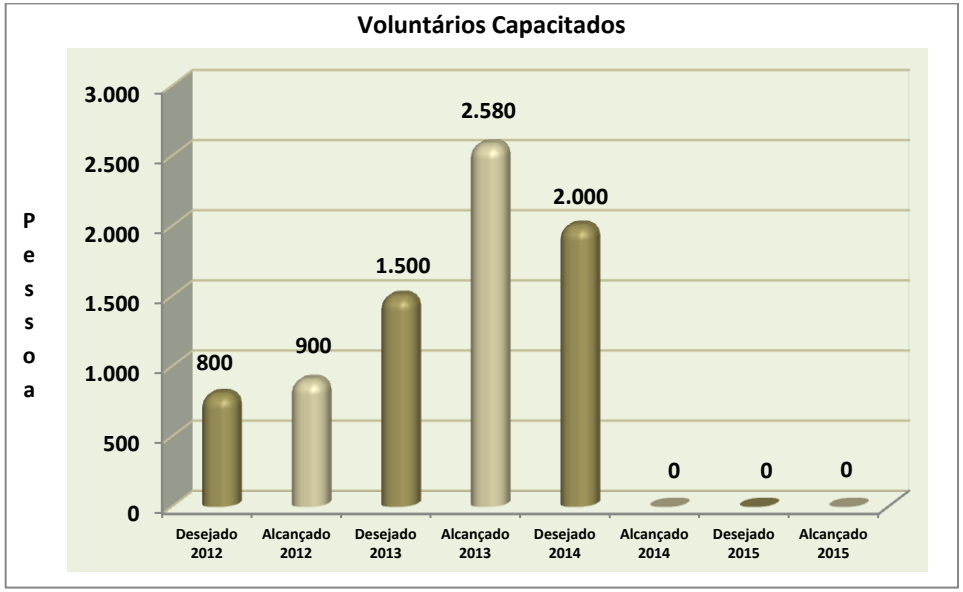
Indicador 986 – Obra Concluída.

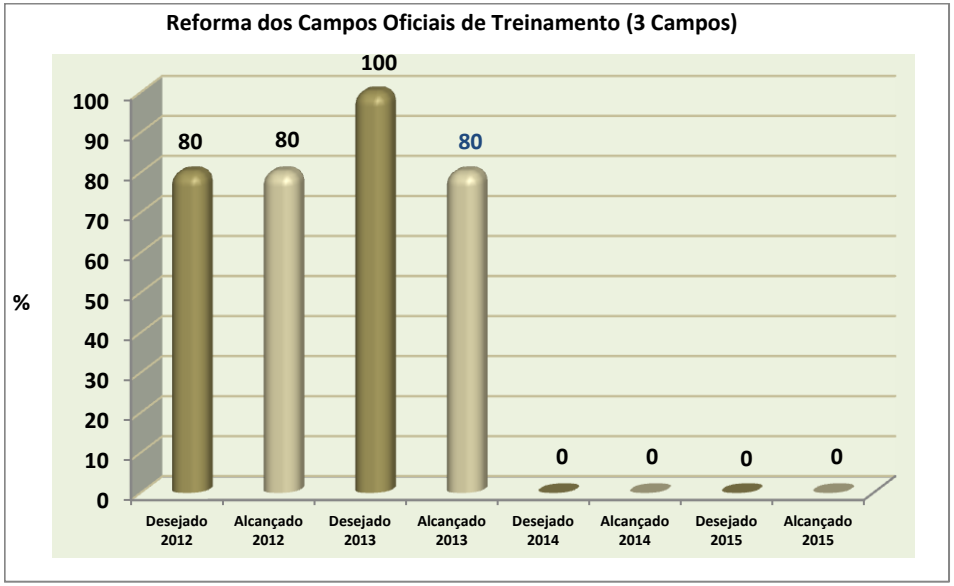
Indicador 1088 - A meta foi superada devido à necessidade de se contar com todos os voluntários capacitados antes do início da Copa do Mundo 2014.

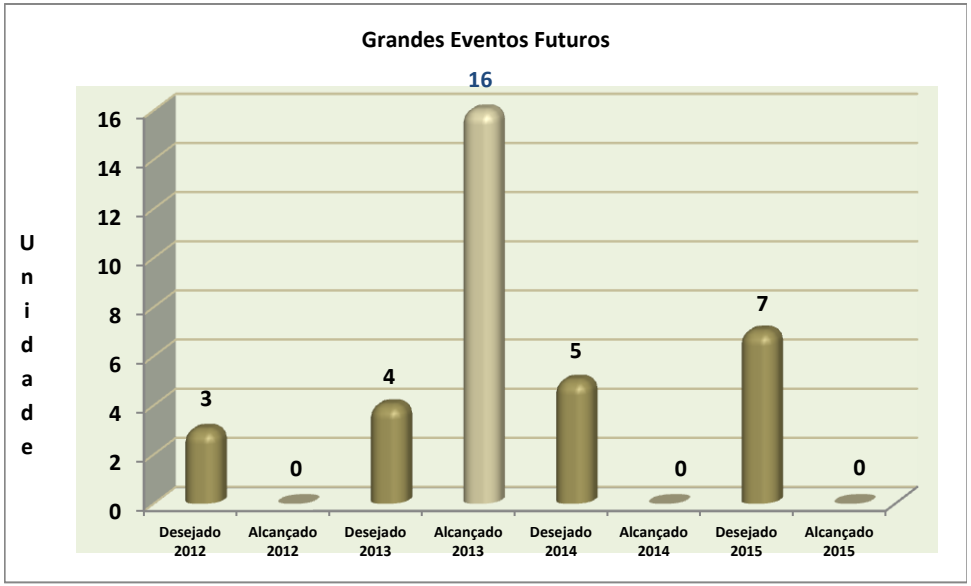
Indicador 1149 - Meta não atingida devido às dificuldades de aprovação do projeto arquitetônico do CAVE, pelo impedimento de novas obras na RA do Guará que não tenham fins residenciais de uso unifamiliar. Esse impedimento se deve ao vácuo entre a suspensão de parte do Plano Diretor Local (PDL) da cidade e a falta de aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que vai definir os limites das novas construções em todas as regiões DF. Apenas o Centro de Capacitação Física do CBMDF e Bezerrão estão em operação.

Indicador 1150 - A meta foi atingida. Brasília recebeu a Copa das Confederações, dois shows internacionais e 01 jogo amistoso da seleção brasileira de futebol.


Obra do Estádio Nacional de Brasília
%
100
87
0
100
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Voluntários Capacitados
Pessoa
800
900
1.500
2.580
2.000
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Reforma dos Campos Oficiais de Treinamento (3 Campos)
%
80
80
100
80
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Grandes Eventos Futuros
Unidade
3
0
4
16
5
0
7
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6207 – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO GERAL: Promover e Articular Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

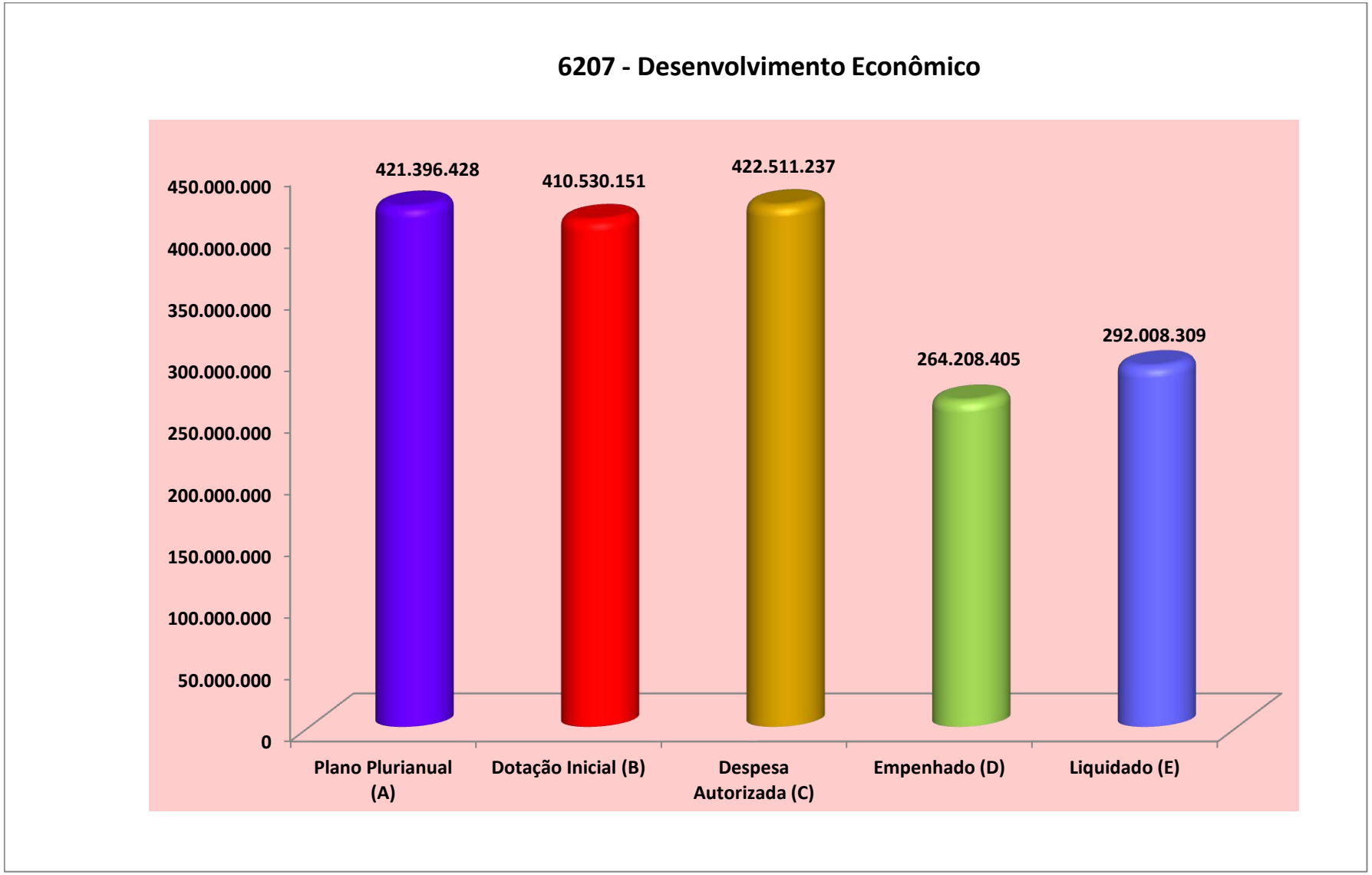
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Promover e articular Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal.	20.101
002 - Promover o desenvolvimento econômico e sustentável do DF e Entorno, mediante a formalização, ampliação, capacitação, inovação, apoio, fomento, atendimento, integração e fortalecimento da Micro e Pequena Empresa (MPE), Empreendedor Individual (EI) e Economia Solidária (Ecosol).	53.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1111 - (EP) Implantação do Setor de Indústria Complementar	1.000.000	0	-	0	0	0	0
1302 - Construção de Feiras	500.000	3.900.000	206.304	206.304	206.304	41	41
1471 - Modernização de Sistema de Informação	49.690.790	69.320.172	69.243.862	3.690	22.102.598	0	44
1490 - (EP) Construção do Shopping Popular de Taguatinga	550.000	0	-	0	0	0	0
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	350.000	50.000	30.368	0	0	0	0
3003 - Implantação do Sistema Integrado da Gestão	450.000	300.000	1.309	0	0	0	0
3045 - Instalação de Pontos de Atendimento	7.777.000	37.707.550	37.707.550	0	3.291.973	0	42
3106 - Ação de Qualificação Profissional com Unidade Móvel	600.000	695.000	-	0	0	0	0
3171 - Construção de Aeroporto - PPP	100.000	0	-	0	0	0	0
3176 - Implantação do Projeto Cidade Aeroportuária	100.000	10.000	-	0	0	0	0
3193 - Implantação do Projeto-Piloto de Bancos Comunitários e Moeda Social	750.000	125.000	-	0	0	0	0
3194 - Implantação do Centro Público de Economia Solidária (CPES)	450.000	100.000	-	0	0	0	0
3247 - Reforma de Feiras	8.002.331	10.633.000	5.011.175	379.192	983.369	5	12
3467 - Aquisição de Equipamentos	100.000	100.000	100.000	0	0	0	0
3501 - Reforma de Pontos de Atendimento	8.918.956	2.832.500	2.832.500	0	1.804.845	0	20
3678 - Realização De Eventos	600.000	280.000	-	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	1.100.000	46.872	-	0	0	0	0
3779 - Ampliação do Modelo de Atendimento Integrado - Na Hora	550.000	50.000	-	0	0	0	0
3954 - Implantação das Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADES	1.723.000	40.000	-	0	0	0	0
4058 - Manutenção do Sistema de Call Center	300.000	10.000	-	0	0	0	0
4089 - Capacitação de Pessoas	400.000	500.000	-	0	0	0	0
4090 - Apoio a Eventos	2.753.000	2.090.000	11.500	11.500	11.500	0	0
4094 - Promoção da Educação Ambiental e Ações Sustentáveis	350.000	10.000	-	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4103 - Fomento ao Desenvolvimento do Artesanato, Associativismo e Cooperativismo	101.166	0	-	0	0	0	0
4167 - Fomento ao Micro-Crédito, Crédito e Investimentos	950.000	10.000	-	0	0	0	0
4168 - Incentivo ao Empreendedorismo	350.000	1.000	1.000	0	0	0	0
5011 - Implantação de Infraestrutura e Integração da RIDE	7.623.958	1.550.000	-	0	0	0	0
5021 - Modernização e Melhoria da Infraestrutura das Áreas De Desenvolvimento Econômico do DF - PROCIDADES	33.542.000	20.778.878	13.033.000	0	0	0	0
5670 - Modernização das Áreas de Desenvolvimento Econômico	1.623.000	60.000	-	0	0	0	0
5708 - Construção de Pontos de Atendimento	2.138.125	0	-	0	0	0	0
9003 - Participação Acionária em Empresas do Distrito Federal	250.000	0	40.040.000	40.000.000	40.000.000	16000	16000
9015 - Incentivo Tarifário a Grandes Consumidores Industriais de Água	3.300.000	0	-	0	0	0	0
9061 - Financiamentos Vinculados a Incentivos Creditícios do ICMS	185.497.000	0	1.000.000	0	0	0	0
9062 - Empréstimo Especial para o Desenvolvimento	98.906.102	259.330.179	253.292.669	223.607.719	223.607.720	226	226
TOTAL DO PROGRAMA 6207	**421.396.428**	**410.530.151**	**422.511.237**	**264.208.405**	**292.008.309**	**63**	**69**

([1]) Na coluna “D” constam os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6207 - Desenvolvimento Econômico
450.000.000
400.000.000
350.000.000
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
421.396.428
410.530.151
422.511.237
264.208.405
292.008.309
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 - Promover e articular Política de Desenvolvimento Econômico no Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:

20.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

Análise do Objetivo Específico

Em 2012, a SDE concluiu a formulação da Política de Desenvolvimento Econômico do DF. Em 2013 revisou e reelaborou a Política de Desenvolvimento Econômico que se tornou a Política de Desenvolvimento Produtivo. A Política foi desenvolvida para integrar iniciativas e programas já existentes (tais como Pró-DF, Ideas Industrial, Ideas Comércio e Serviço), além de promover a reestruturação e diversificação da matriz produtiva da economia do DF.

O Procidades - Programa de Desenvolvimento Econômico do DF - participou da redação do Decreto nº 34.619, de 30 de agosto de 2013 com a designação e nomeação dos servidores para compor a Unidade Gestora do Programa.

A SDE iniciou tratativas em 2012 junto à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR) com vistas à celebração de convênio entre o DF e a União para delegação de exploração do Aeródromo de Planaltina (SWPV). Em 2013 ocorreu a assinatura do Convênio nº 036/2013 para a exploração do Aeródromo de Planaltina por um período de 35 anos.

Ocorreram eventos de divulgação das ações de fomento ao desenvolvimento econômico para empresas instaladas e no DF. Houve plena participação de equipes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico com entidades privadas nos esforços de melhoria no processo de condução e de atração de novos projetos junto ao público. Foram realizadas também ações de capacitação e apoio à Política de Desenvolvimento Econômico do GDF e áreas de região integrada de desenvolvimento.

Metas 2012/2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Formular a Política de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal até Dezembro/ 2013 *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	A Política foi revisada e reelaborada e se tornou a Política de Desenvolvimento Produtivo.
2. Implantar a Política de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal até 2015 *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Estava prevista a aprovação da Política de Desenvolvimento Produtivo em 2013, que por diversas razões alheias à SDE não ocorreu. A Política de Desenvolvimento Produtivo aguarda para o próximo ano a sua aprovação para que sejam implementados os programas, projetos e ações por ela propostos.

Meta 03 excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

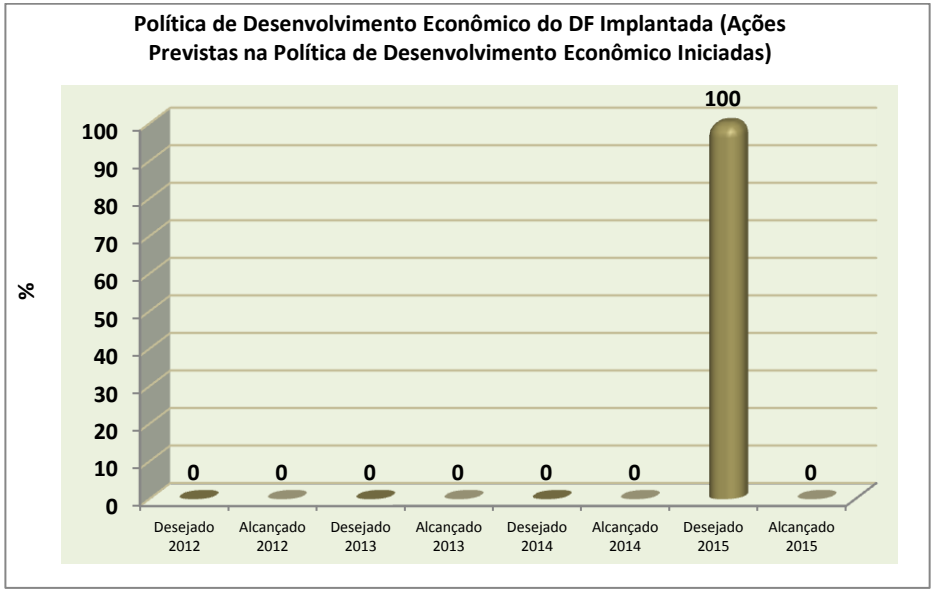
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1308	Política de Desenvolvimento Econômico do DF Implantada (Ações Previstas na Política de Desenvolvimento Econômico Iniciadas)	%	-	31/12/2015	Anual	**Desejado**	-	-	-	100	SDE
						Alcançado	-	-	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1308 - A Política de Desenvolvimento Econômico aguarda aprovação para que sejam implementados os programas, projetos e ações por ela propostos.



Objetivo Específico: 002 - Promover o desenvolvimento econômico e sustentável do DF e Entorno, mediante a formalização, ampliação, capacitação, inovação, apoio, fomento, atendimento, integração e fortalecimento da Micro e Pequena Empresa (MPE), Empreendedor Individual (EI) e Economia Solidária (Ecosol).

UNIDADE RESPONSÁVEL:
53.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE MICROEMPRESA – SMPES

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária promoveu, no ano de 2013, algumas ações com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico e sustentável do DF e Entorno.

A principal ação nesta direção foi a realização do programa Cartão Material Escolar, em parceria com Secretaria de Educação, a fim de garantir a compra direta de materiais a aproximadamente 130 mil alunos, filhos de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), diretamente das papelarias do DF. Neste programa, as famílias vão até as papelarias credenciadas, por meio de chamada pública, compram o seu próprio material e, ainda, beneficiam a economia do Distrito Federal, fomentando a atividade comercial das micro e pequenas empresas, aumentando consequentemente a arrecadação fiscal e a geração de emprego da cidade. Em 2013, havia 212 papelarias cadastradas e foram beneficiados aproximadamente 90.000 alunos.

Dessa forma, esta ação contribuiu para o alcance do objetivo específico da SEMPES no que se refere à formalização de empresas, inovou no formato de compras públicas, fomentou o segmento de papelarias e fortaleceu o setor, gerando emprego e renda no DF.

Outro destaque, em 2013, foi a construção do Programa Prioriza MPE que congregará um conjunto de ações voltadas ao fomento dos pequenos negócios. Uma ação de destaque do programa é o lançamento de um portal de serviços, em fase de construção, para as entidades preferenciais. Esse portal centralizará todas as informações referentes às compras públicas: legislação, editais, programas do governo, cursos de capacitação, eventos, dentre outros. No portal, as entidades poderão se cadastrar em um banco de dados e, a partir deste, receber por e-mail informações sobre os procedimentos licitatórios abertos no âmbito do governo.

Neste sentido, o objetivo do Programa Prioriza MPE é promover ações para integrar e fomentar o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais nas compras governamentais.

Para o ano de 2014, está prevista a publicação de decreto regulamentando o Programa Prioriza MPE, a capacitação de gestores públicos das Secretarias e Autarquias do GDF, a capacitação das entidades preferenciais para comprar com o GDF, a aprovação dos Editais Padrão para uso em todos os órgãos do GDF e a aprovação e publicação de legislações regulatórias e complementares à Lei n.º 4.611/2011.

Por último, no ano de 2013, a Secretaria trabalhou na elaboração do projeto Agência do Empreendedor, que tem por objetivo oferecer, aos empreendedores e empresários do Distrito Federal, produtos e serviços voltados ao desenvolvimento empreendedor e empresarial, concentrados em um único local, de modo a cumprir a missão institucional da SEMPES, conforme Decreto nº 32.716/2011. Este instrumento legal estabeleceu sua criação, os objetivos preconizados na Lei nº 4.611/11, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, e na Lei nº 4.899/12, que institui a política distrital de fomento à economia popular e solidária.

Como primeira ação deste projeto, foi estabelecido acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Justiça, com vistas à implantação e operacionalização de unidade fixa de atendimento da SEMPES no NA HORA do Riacho Fundo I, cuja finalidade é prestar atendimento ao Empresário e ao Empreendedor, disponibilizar Ouvidoria Empresarial, auxiliar o Empreendedor Individual na Formalização, Declaração Anual e Impressão de Guias de Pagamento.

Para o ano de 2014, será ampliado o atendimento para a unidade do NA HORA de Taguatinga e implantado o projeto piloto da Agência do Empreendedor, com ampliação dos serviços na sede da SEMPES, situada na 509 norte.

Metas 2012 – 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ter formalizado 150 mil Micro e Pequena Empresa (MPE), 80 mil Micro Empreendedores Individuais (EI) e ter 20 mil pessoas envolvidas com empreendimentos da Economia Solidária (Ecosol) até 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Até 2013, a meta alcançada foi de 143.65 empresas formalizadas no DF, em conjunto com o SEBRAE, a Junta Comercial, o Portal do Empreendedor e a SEMPES, que desenvolvem ações para fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas. A SEMPES realizou várias ações com o objetivo de sensibilizar o empreendedor individual quanto à necessidade da sua formalização. O resultado obtido foi de 68.614 mil formalizações. Pessoas envolvidas com empreendimentos da Economia Solidária (Ecosol): 5.000.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

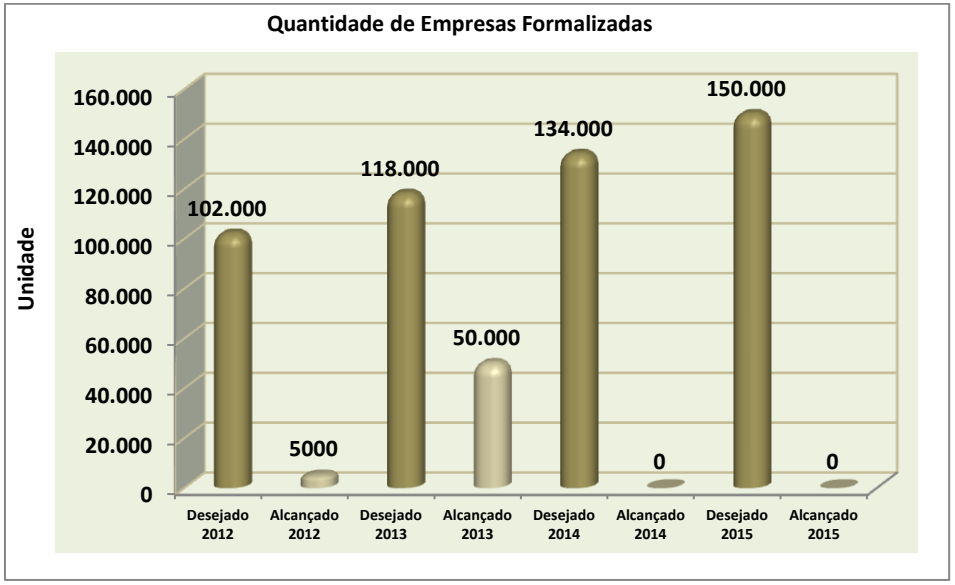
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
873	Qtde de empresas formalizadas	Unidade	87.000	31/12/10	Anual	**Desejado**	102.000	118.000	134.000	150.000	SEBRAE
						Alcançado	5.000	230.655	-	-	
874	Qtde de empreendedores individuais formalizados	Unidade	20.000	31/12/10	Anual	**Desejado**	15.000	50.000	65.000	80.000	SEBRAE
						Alcançado	500	68.614	-	-	
875	Qtde de pessoas envolvidas c/ empreendim. solidários	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	5.000	10.000	15.000	20.000	SMPES
						Alcançado	4.000	5.000	-	-	

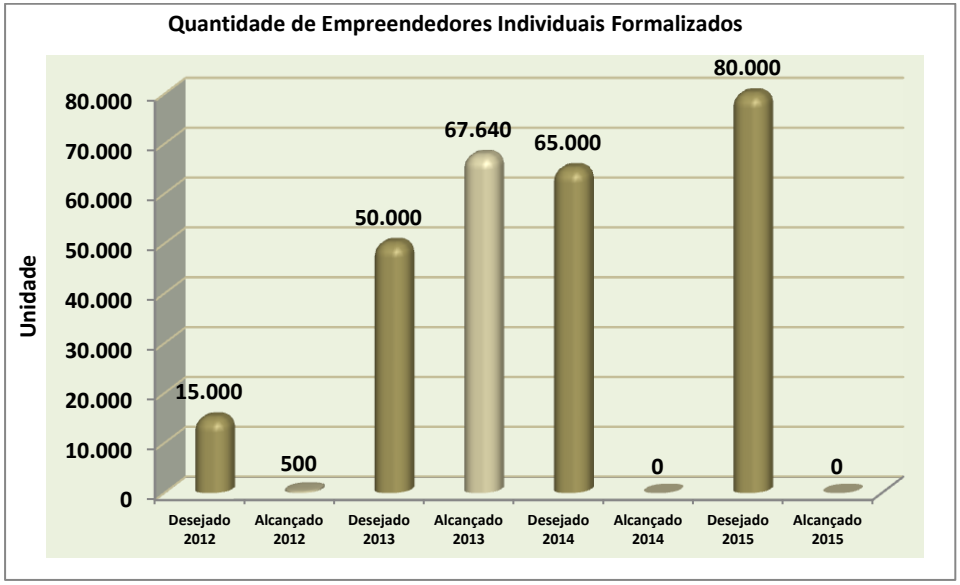
Justificativa – 2013

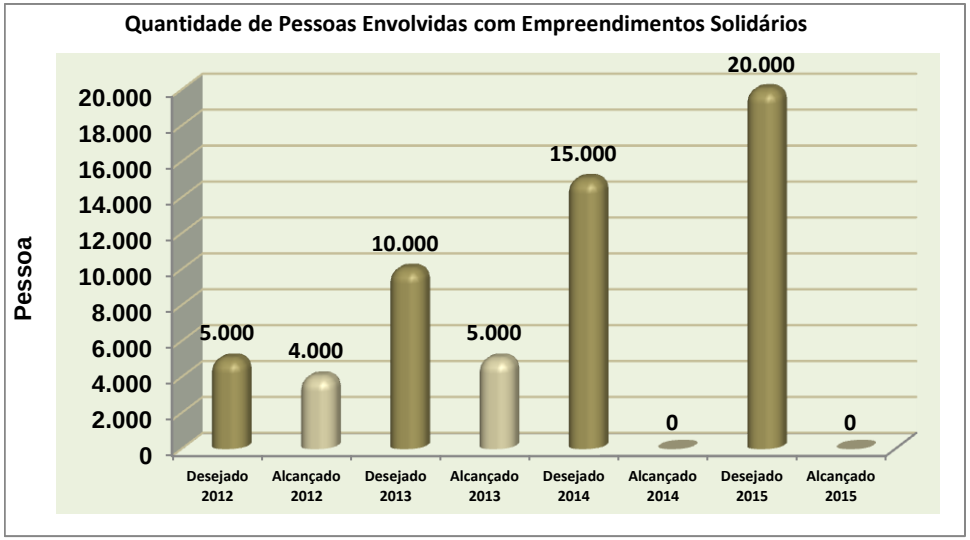
Indicador 873 - Conforme o resultado do índice, houve aumento considerado em relação o ano anterior. Conforme apuração realizada no site www.empresometro.com.br, constatou-se que as metas nos anos de 2012 e 2013 foram superadas. As formalizações estão sendo realizadas juntamente com a SEBRAE, Junta Comercial, portal do Empreendedor e Secretaria da Micro e Empresa.

Indicador 874 - O índice desejado foi alcançado com satisfação. Conforme apuração realizada no site www.portaldoempreendedor.gov.br, constatou-se que as metas nos anos de 2012 e 2013 foram superadas e que as ações de formalização desenvolvidas pela SEMPES têm obtido resultados junto ao Empreendedor Individual.

Indicador 875 - O índice desejado não foi alcançado conforme o esperado.







PROGRAMA TEMÁTICO: 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO

OBJETIVO GERAL: Promover o desenvolvimento sustentado do Distrito Federal, mediante ações de planejamento, monitoramento e controle urbano e territorial.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 6 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

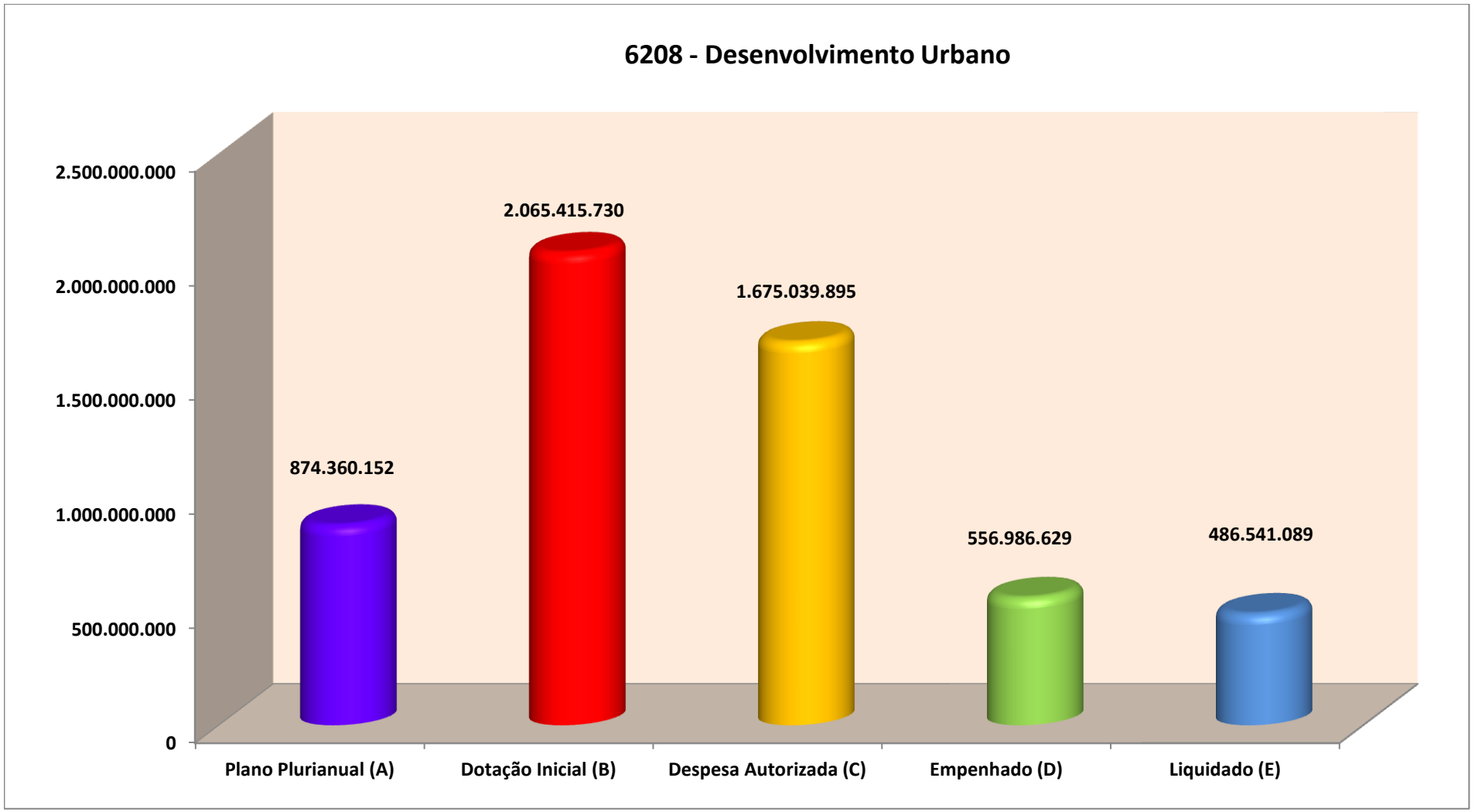
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Monitoramento Territorial e Controle Urbano - Acompanhar a ocupação e a utilização dos espaços existentes na cidade, de forma primordial, e no território, de forma coligada, levantando, atualizando e monitorando as informações urbanas e territoriais que subsidiarão o planejamento e o desenvolvimento urbano, bem como nortearão a implementação do Plano de prevenção à ocupação irregular do solo.	28.101
002 – Recuperar a capacidade de planejamento urbano e territorial, em articulação com as políticas de habitação e de regularização.	28.101
003 – Promover o uso e a ocupação democrática das áreas urbanas centrais, propiciando a permanência da população residente e a atração de população não residente, por meio de ações integradas que fomentem a diversidade funcional e social, a identidade cultural e a vitalidade econômica.	28.101
004 – Criar parcelamentos urbanos sustentáveis para suprir a demanda por imóveis de todos os segmentos da sociedade, por meio de elaboração de projetos, registro em cartório de imóveis e implantação de infraestrutura básica.	28.201
005 – Atender as demandas futuras por lotes, a partir do uso planejado das terras públicas e da exploração de empreendimentos em áreas públicas, para dar sustentabilidade econômica e financeira ao Governo.	28.201
006 – Promover o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural do Distrito Federal, por meio da execução de obras de urbanização e infraestrutura urbana para proporcionar melhoria da qualidade de vida da população.	22.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1085 - Aquisição e Recuperação de Imóveis	8.000.000	9.000.000	9.000.000	0	7.888.175	0	99
1101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização	219.682	2.301.000	1.272.350	1.272.343	238.683	579	109
1110 - Execução de Obras de Urbanização	242.023.550	839.011.698	729.420.001	357.131.854	259.949.479	148	107
1287 - (EP) Alargamento de Vias	2.000.000	0	0	0	0	0	0
1337 - Recuperação de Áreas Urbanizadas	1.000.000	10.000	0	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	14.575.512	4.658.296	4.658.296	394.064	394.064	3	3
1539 - Implementação e Operacionalização dos Sistemas de Informação para o Planejamento Urbano, Territorial e Habitacional	970.000	0	0	0	0	0	0
1710 - Atualização da Base Cartográfica	625.001	0	0	0	0	0	0
1950 - Construção de Praças Públicas e Parques	8.521.829	17.065.000	12.545.386	3.784.385	4.813.584	44	56
1968 - Elaboração de Projetos	16.981.127	15.979.260	14.871.355	12.095	1.529.953	0	9
2402 - Monitoramento das Áreas do Território do Distrito Federal	6.249.315	9.694.638	13.071.608	1.588.998	403.180	25	6
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	630.000	0	0	0	0	0	0
2903 - Manutenção de Redes de Águas Pluviais	1.041.140	6.518.324	7.940.949	7.699.431	6.203.811	740	596
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.806.000	13.960.300	13.960.300	0	0	0	0
3058 - Execução de Obras de Urbanização - Pró-Moradia	108.012.682	76.683.659	42.301.000	634.166	634.166	1	1
3089 - Requalificação de Espaços Urbanos	11.453.049	11.047.201	11.181.856	3.178.724	613.222	28	5
3145 - Implementação dos Instrumentos de Planejamento Territorial e Urbano	900.000	21.500	0	0	0	0	0
3147 - Implantação de Projetos de Requalificação de Espaços Urbanos	1.070.000	10.000.000	1.000.000	1.000.000	0	93	0
3148 - Elaboração de Projetos de Circulação Intermodal	688.500	0	0	0	0	0	0
3150 - Implementação de Projetos de Negócios Imobiliários	644.000	3.308.000	3.308.000	0	68.000	0	11
3151 - Conferência das Cidades	251.000	0	0	0	0	0	0
3159 - Realização da Política Ambiental para Parcelamento do Solo	12.000.000	5.200.000	5.200.000	0	818.659	0	7
3163 - Realização do Mapeamento Remoto do Território do DF	3.000.000	2.000.000	2.000.000	0	816.320	0	27

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
3246 - Construção de Centro Comunitário	1.500.000	10.000	256.645	256.645	256.645	17	17
3615 - Manutenção e Conservação Urbanística	2.020.000	11.283.832	9.499.304	9.151.295	4.151.041	453	205
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	5.700.000	18.000.000	18.000.000	0	495.840	0	9
3749 - Realização de Serviço de Vídeo Inspeção Robotizada	5.250.000	10.000	0	0	0	0	0
3902 - Reforma de Praças Públicas e Parques	1.858.660	16.989.323	1.366.190	1.366.189	981.884	74	53
3938 - Revitalização de Áreas Urbanizadas	5.612.146	17.867.180	359.877	359.877	358.397	6	6
3941 - Revitalização de Edificações	2.867.752	22.582.001	15.247.867	11.571.941	9.991.878	404	348
4092 - Manutenção de Praças Públicas e Parques	2.420.000	1.600.000	321.303	321.302	311.363	13	13
4139 - Gestão das Informações Urbanas e Territoriais	625.000	21.500	0	0	0	0	0
4140 - Plano de Prevenção à Ocupação Irregular do Solo	875.000	0	0	0	0	0	0
4141 - Plano de Monitoramento Territorial	355.000	0	0	0	0	0	0
4965 - Monitoramento Territorial e Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal	750.000	21.500	0	0	0	0	0
4984 - Elaboração de Normas Urbanísticas	625.000	10.000	0	0	0	0	0
5003 - Consolidação do Sistema de Geoprocessamento	2.000.000	2.500.000	2.500.000		309.009	0	15
5005 - Preservação de Áreas Públicas	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	265.000	0	27
5006 - Execução de Infraestrutura em Parcelamentos	180.000.000	732.754.000	597.354.000	0	54.890.364	0	30
5695 - Execução de Obras de Prevenção, Controle e Combate à Erosão	1.050.000	5.100.000	1.064.144	1.038.338	512.475	99	49
5968 - Construção de Espaço Cultural	250.000	0	0	0	0	0	0
7451 - Implantação do Taguaparque no Pistão Norte	1.350.000	0	0	0	0	0	0
8508 - Manutenção de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas	214.589.207	209.207.518	156.339.464	156.224.982	129.645.897	73	60
TOTAL DO PROGRAMA 6208	**874.360.152**	**2.065.415.730**	**1.675.039.895**	**556.986.629**	**486.541.089**	**64**	**56**

(¹) Na coluna "D" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
(²) Na coluna "E" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6208 - Desenvolvimento Urbano
2.500.000.000
2.000.000.000
1.500.000.000
1.000.000.000
500.000.000
0
874.360.152
2.065.415.730
1.675.039.895
556.986.629
486.541.089
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 – Monitoramento Territorial e Controle Urbano - Acompanhar a ocupação e a utilização dos espaços existentes na cidade, de forma primordial e no território, de forma coligada, levantando, atualizando e monitorando as informações urbanas e territoriais que subsidiarão o planejamento e o desenvolvimento urbano, bem como nortearão a implementação do Plano de prevenção à ocupação irregular do solo.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

Em 2013 o foco da SEDHAB foram os projetos voltados para melhorias na eficiência da gestão de informações urbanas e territoriais do Distrito Federal, dando continuidade a uma série de ações desenvolvidas no exercício anterior, bem como serviços relativos ao planejamento urbano, social, habitacional e de meio ambiente, de forma a orientar o processo de tomada de decisões e o planejamento governamental e ainda, auxiliar na avaliação da eficácia das políticas públicas de intervenção (Cadastro Territorial Multifinalitário - CTM).

Da análise dos resultados das atividades desempenhadas visando alcançar o Objetivo Específico, em 2013, depreende-se que a SEDHAB atingiu o percentual de 66% das metas previstas para o exercício. As dificuldades encontradas do último exercício, bem como as perspectivas para o exercício vindouro estão apontadas na descrição das metas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar e interligar as bases (orgânicas) do Sistema de Planejamento Territorial Urbano (Sisplan)	Visando atingir a meta foram realizadas as seguintes ações: **a)** Elaboração das Especificações Técnicas dos Dados Geoespaciais do Distrito Federal em parceria com o Exército e a TERRACAP: Elaboração das Especificações Técnicas para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais – ET-EDGV - atividade 80% realizada;Elaboração das Especificações Técnicas para Produtos de Conjunto de Dados Geoespaciais – ET-PCDG - atividade 30% realizada; Elaboração das Especificações Técnicas para Aquisição de Dados Geoespaciais Vetoriais – ET-ADGV – atividade não iniciada; **b)** Atualização no SITURB dos Projetos Urbanísticos, sendo esta uma atividade de rotina onde 100% dos projetos recebidos foram atualizados no sistema; **c)** Atualização das bases de dados das CEB e CAESB, sendo esta uma atividade de rotina onde 100% das bases recebidas foram atualizados no sistema; **d)** Disponibilização das poligonais de Levantamentos Topográficos no SITURB, sendo esta uma atividade de rotina onde 100% dos levantamentos executados foram atualizados no sistema; **e)** Disponibilização das informações referentes aos Equipamentos Públicos Comunitários – EPC no SITURB. Essa é uma atividade de rotina onde os dados fornecidos foram 100% espacializados. Referentes às bases da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Secretaria de Estado de Educação; **f)** Utilização da infraestrutura de tecnologia da informação da SEPLAN para hospedagem da Base de Dados do SITURB, atividade 70% realizada; **g)** Disponibilização das fotografias aéreas de 2013 para os demais órgãos do GDF via SEPLAN, atividade recentemente iniciada 5%;

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Destacam-se, como fatores positivos na realização das atividades listadas acima, a parceria com o Exército na elaboração das Especificações Técnicas, o estabelecimento de rotinas internas para atualização do SITURB, o repasse das bases de dados da CAESB e informatização da referida Companhia originando bases mais precisas, e a atuação do Comitê Gestor de Geoinformações do Distrito Federal – COMGEO como integrador facilitando a comunicação entre os órgãos do GDF. No que diz respeito às dificuldades aponta-se o reduzido número de profissionais qualificados em geoprocessamento e cartografia nos órgãos do GDF, a falta de definição do fluxo de informações entre os órgãos que produzem projetos, a ausência de repasse dos Levantamentos Topográficos realizados pelos órgãos do GDF e a dificuldade de espacialização dos EPC, uma vez que as bases repassadas não são georreferenciadas. Expectativas para o ano de 2014 referem-se: à conclusão e publicação das Especificações Técnicas, dar continuidade a atualização das bases de dados (Projetos Urbanísticos, EPC, Levantamentos Topográficos, CEB e CAESB) e sistematizar o repasse de informações geoespaciais entre os órgãos do GDF.
2. Adequação do Siturb para absorção do cadastro multifinalitário	Neste âmbito, as principais realizações desenvolvidas envolvem: **a)** Nova Modelagem do Banco de Dados do SITURB, atividade 50% realizada; **b)** Desenvolvimento de nova versão para a aplicação do SITURB, atividade 50% realizada em 2013. **c)** Visita técnica nos órgãos no intuito de agregar as informações produzidas ao SITURB e CTMULTI, atividade iniciada 10%; Como fatores positivos na realização das atividades listadas acima, ressalta-se a modelagem do Banco de Dados, seguindo a ET-EDGV. Quanto aos fatores que dificultaram o alcance da meta aponta-se a dificuldade de contratação de profissionais da área de tecnologia da informação que possuam conhecimento em geoprocessamento, a falta de espaço de armazenamento em disco, o baixo desempenho da rede da SEDHAB e a necessidade de aquisição de licenças, muito onerosas, para amenizar os problemas de desempenho e armazenamento. As expectativas a serem alcançadas em 2014 referem-se à conclusão das visitas técnicas, padronização das informações coletadas, conclusão do desenvolvimento da nova aplicação e melhorar o desempenho do SITURB.
3. Implantação do Cadastro Multifinalitário	Neste âmbito as principais realizações desenvolvidas envolvem: **a)** Proposta de padronização do endereçamento do Distrito Federal, esta demanda foi 80% realizada em 2013; **b)** Elaboração de termo de referência para contratação de Levantamento Aerofotogramétrico da Área Urbana do DF, atividade 100% realizada em 2013; **c)** Cadastro da Vila Planalto, 80% realizado em 2013; **d)** Proposta de endereçamento oficial para a Estrutural, 50% realizado. Quanto aos fatores positivos na realização das atividades listadas acima há que ressaltar a participação dos órgãos afins por meio das Câmaras Técnicas de Cadastro e Endereçamento do COMGEO, o repasse da base cartográfica em escala cadastral da Vila Planalto elaborada pela TERRACAP, o trabalho de campo em conjunto com a AGEFIS para resolução de pendências na Vila Planalto e o repasse do levantamento de endereços em campo por parte da CAESB. No que diz respeito às dificuldades apresenta-se a multiplicidade de padrões de endereçamento, a falta de definição de órgão com atribuição específica referente ao endereçamento e a ausência de levantamento aerofotogramétrico em escala cadastral. As expectativas para o exercício de 2014 envolvem a contratação de atualização da cartografia, conclusão da primeira

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	etapa de implementação do CTM referente ao Cadastro da Vila Planalto e conclusão das propostas de endereçamentos oficiais da Estrutural, Vila Planalto, Nova Colina e Fercal, Territorial Multifinalitário – CTM, referente ao Cadastro da Vila Planalto.
4. Aquisição de imagens de satélites e treinamento	Neste âmbito as principais realizações desenvolvidas na SIURB envolvem: **a)** Relatório de Monitoramento do Uso e Ocupação do Solo 2013 foi realizado utilizando as fotografias aéreas de 2009 e 2013 resultantes de voo aerofotogramétrico realizado pela TERRACAP, contemplando a Estrutural, Vicente Pires, Sol Nascente, Jardim Botânico, São Bartolomeu e Polo JK, atividade 80% concluída. Fator positivo na realização dessa atividade está na evolução da metodologia do monitoramento através de imagens tanto orbitais quanto aerotransportadas. A metodologia de monitoramento será melhor aplicada com a aquisição de imagens de satélite multiespectrais, tendo em vista que com essa característica é mais simples aplicar índices na classificação da imagem o que refinaria o resultado do monitoramento. Quanto às dificuldades destacamos a suspensão dos treinamentos do SITURBWEB devido ao baixo desempenho do sistema quando da utilização por um grande número de usuários. Espera-se que em 2014 o monitoramento do uso e ocupação do solo utilizando imagens do satélite RapidEYE, sistematizar de forma mais automatizada o sistema de monitoramento e retomar os treinamentos do SITURBWEB agora em sua nova versão.
5. Criação de método para constituição e posterior implantação do Observatório Imobiliário	Realizações no âmbito desta meta: a) A compatibilização dos dados da Secretaria de Fazenda com dados do Sistema de Informações Territoriais e Urbanas – SITURB visando à construção da Base de Dados do Observatório Imobiliário; b) Espacialização da base de dados do Observatório Imobiliário; **c)** renovação do Termo de Cooperação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA para o desenvolvimento da Metodologia e implantação do Observatório Imobiliário. Os principais fatores que dificultaram o alcance da meta foram às mudanças na forma de condução do processo, que seria executado com o apoio de uma consultoria externa, contudo esta proposta foi alterada para a consecução direta pelo ente governamental. A expectativa é que em 2014 seja finalizado o desenvolvimento da metodologia e efetiva implantação do Observatório Imobiliário. Apesar dos dados já serem apresentados trimestralmente, através do Boletim do Observatório Imobiliário, a metodologia e a sistematização do tratamento dos dados é fundamental para subsidiar políticas públicas e projetos governamentais. Assim, o processo mostra-se de extrema importância prospectiva para o Governo do Distrito Federal.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

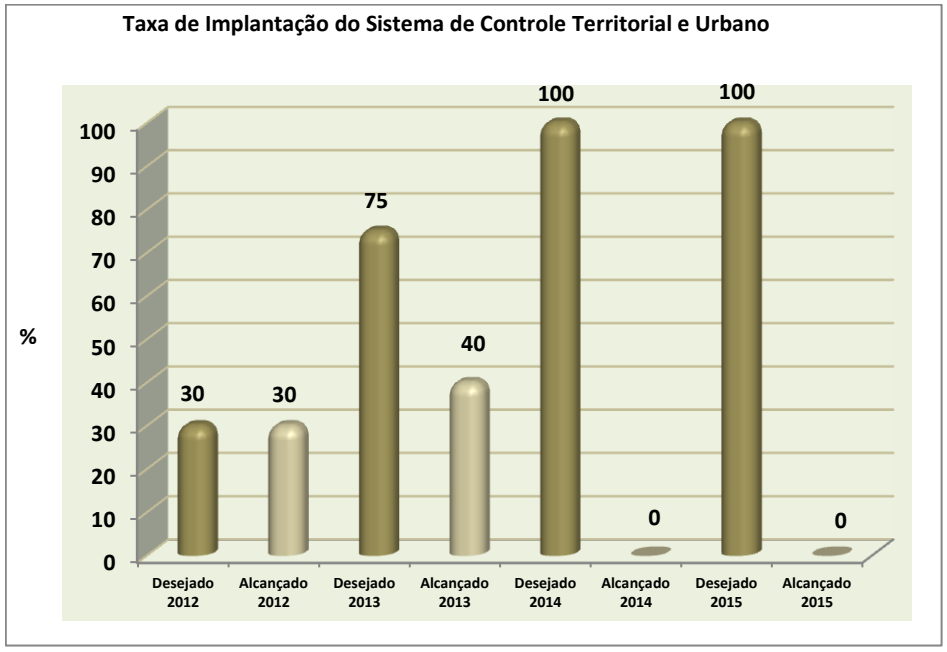
Indicadores:

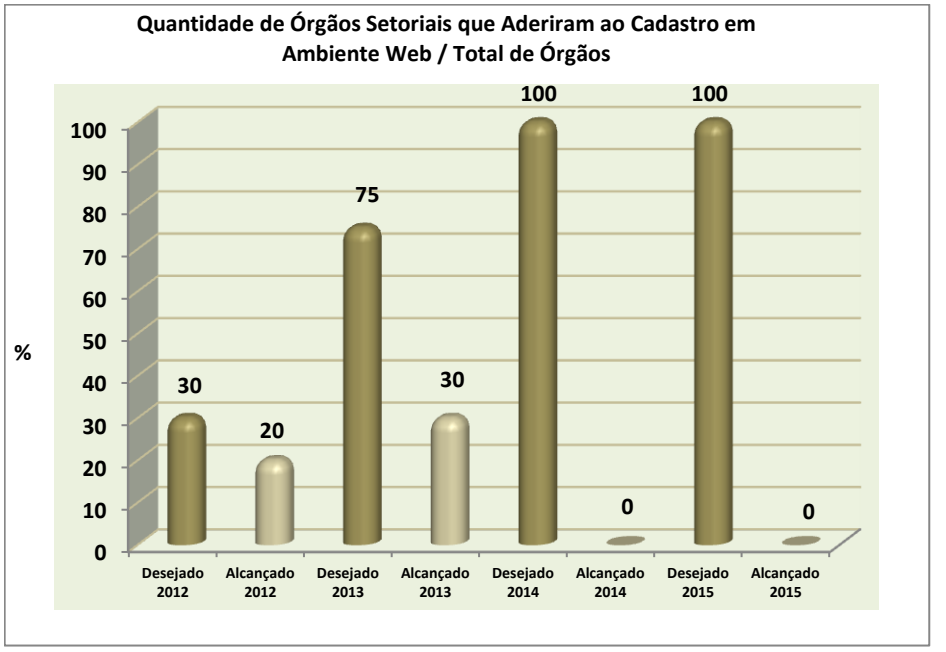
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Período de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
909	Taxa de implantação do sistema de controle territorial e urbano	**%**	**-**	-	Anual	**Desejado**	30	75	100	100	SIURB/ SEDHAB
						Alcançado	30	40	-	-	
911	Índice de efetividade do SITURB - Sistema de Informações Territoriais e Urbanas	%	**-**	-	Anual	**Desejado**	30	75	100	100	SIURB/ SEDHAB
						Alcançado	20	30	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 909 - A nova versão do Sistema SITURB WEB está em fase de desenvolvimento pela Unidade de Tecnologia da SEDHAB. De toda sorte, o resultado alcançado teve um relativo avanço tendo em vista o aprimoramento da base de dados com sua migração para a SEPLAN e a manutenção e inserção de novos mapas no sistema que está ativo, por exemplo, mapas de acompanhamento do Programa Morar Bem e dos levantamento topográficos realizados pela SEDHAB.

Indicador 911- Duas atividades estão sendo desenvolvidas pela SIURB/SEDHAB: a visita técnica a órgãos do GDF e o fornecimento dos dados que compõem o SITURB por serviços web WFS e WMS, na tentativa de sistematizar o fluxo de informações no SITURB com vista auxiliar o desenvolvimento do CTM/DF e a disponibilização de informações espaciais para os diferentes órgãos do GDF.


Taxa de Implantação do Sistema de Controle Territorial e Urbano
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
30
30
75
40
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Órgãos Setoriais que Aderiram ao Cadastro em Ambiente Web / Total de Órgãos
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
30
20
75
30
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Recuperar a capacidade de planejamento urbano e territorial, em articulação com as políticas de habitação e de regularização.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

No exercício de 2013, a SEDHAB manteve como foco das ações de desenvolvimento, planejamento e controle urbano a atualização e revisão dos instrumentos normativos que fundamentam a estratégia do Planejamento do Território. Assim, merece destaque a realização de audiências públicas e eventos de publicização e discussão democrática destes instrumentos e normas, ampliando e fortalecendo os canais de comunicação com a sociedade e fortalecendo a gestão democrática dos espaços.

Quanto ao alcance das metas previstas para 2013, pode-se considerar que houve um resultado satisfatório, mesmo que cumpridas em parte em face de fatores externos à gestão pública e ainda pelo fato de terem sido priorizados, nesta seara, os projetos de lei da LUOS e PPCUB. Os projetos de lei foram alterados e reapresentados à Câmara Legislativa do Distrito Federal no ano de 2013, assim, ainda estão pendentes de aprovação.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Elaboração do Projeto de Lei da LUOS – Lei do Uso e Ocupação do Solo	Em 2013, as principais realizações para elaborar a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal foram: a) Instrumento elaborado em 2012 e reapresentado em 2013 à Câmara Legislativa recebendo identificação de PLC n° 79/2013; Contribuíram para a realização da meta: a) Processo de construção participativo e democrático, com efetiva participação popular; b) O Comprometimento das equipes envolvidas, sobretudo da Subsecretaria de Planejamento Urbano, Gestão das Informações Urbanas e Territoriais e de Controle Urbano; c) Discussão de propostas e apresentação de sugestões amplamente divulgada, especialmente através do sítio www.luos.df.gov.br. Alguns fatores como: a) Alta complexidade técnica do instrumento legal, que estabelece os usos e parâmetros de ocupação admitidos em lotes urbanos do Distrito Federal, excluídos aqueles da área tombada. b) a sua abrangência territorial, que atinge 24 (vinte e quatro) regiões administrativas, o processo de análise das sugestões e demandas envolvendo a LUOS; dificultaram o alcance da meta; Em 2014, espera-se a aprovação legislativa da Lei, permitindo sua efetiva aplicação. O processo de elaboração da LUOS desenvolveu-se em fases, sendo a primeira na Conferência Extraordinária das Cidades, momento no qual realizaram-se 15 reuniões preparatórias, abrangendo todas as cidades. Após este evento, foram realizadas reuniões técnicas com as equipes de órgãos do Governo do distrito Federal, diretamente envolvidos com o tema, sobretudo

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	AGEFIS, Administrações Regionais, ADASA, CMBDF, entre outros. Também foram realizadas seis oficinas de trabalho, organizadas por Unidade de Planejamento Territorial - UPT. Ainda, foram realizadas 26 (vinte e seis) reuniões preparatórias para a Audiência Pública e, finalizando o processo de construção da Lei, a Audiência Pública para apresentação e discussão da LUOS em 29/09/2012. Após a realização da referida Audiência Pública, a Câmara Legislativa, por iniciativa própria realizou novas audiência em todas as cidades, o que resultou na apresentação de 127 emendas parlamentares ao PLC, as quais foram analisadas pelas equipes técnicas. Importante também mencionar que a LUOS contempla uma proposta inovadora, na medida em que procura também, conforme diretriz governamental, identificar estratégias visando à regularização de ocupações irregulares e usos desconformes já consolidados.
2. Planos de Desenvolvimento Local	Não houve a publicação de Planos de Desenvolvimento Local - PDL em 2012 e 2013, a expectativa é a realização de PDLs, com previsão de início no 1º semestre de 2014. O fator que mais dificultou a realização da meta diz respeito a capacidade operacional da SEDHAB, que priorizou à LUOS e ao PPCUB.
3. Elaboração do Projeto de Lei Complementar do PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília	Instrumento elaborado em 2012, mas reapresentado em 2013 à Câmara Legislativa recebendo identificação de PLC n° 78/2013, com adequações provenientes de debates com o IPHAN; Contribuíram para a realização da meta: a) Processo de construção participativo e democrático, com efetiva participação popular; b) o comprometimento das equipes envolvidas, sobretudo da Subsecretaria de Planejamento Urbano, Gestão das Informações Urbanas e Territoriais e de Controle Urbano; c) Visita técnica da equipe da UNESCO para avaliação; Dificultaram o alcance da meta a alta complexidade técnica do instrumento legal, que estabelece os usos e parâmetros de ocupação admitidos em lotes urbanos do Distrito Federal, excluídos aqueles da área tombada, bem como, devido a importância do tombamento do conjunto Urbanístico de Brasília, e consequente titulação, pela Unesco, de Patrimônio Histórico da Humanidade, os debates são mais complexos, sobretudo acerca de alterações dos padrões vigentes. A construção de consenso entre as diversas entidades envolvidas no processo, desta forma, foi trabalhosa. Por fim, a instabilidade jurídica, principalmente com a invalidação da decisão de instância aprovadora (CONPLAN). Em 2014, espera-se a aprovação legislativa da Lei, permitindo sua efetiva aplicação. Para a realização das atividades estabelecidas em Plano de Trabalho de Finalização do PPCUB foi instituído Grupo de Trabalho com o objetivo de sistematizar, complementar e aperfeiçoar as proposições preliminares do Plano; elaborar o documento do Prognóstico; revisar, sistematizar e complementar índices e diretrizes das planilhas de parâmetros urbanísticos e de preservação – PURP; revisar e elaborar mapas e descrições de poligonais das áreas de preservação - AP e unidades de preservação – UP; elaborar a minuta do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Tendo em vista a rescisão unilateral, pela SEDHAB, ocorrida em 2012, do Contrato de Consultoria Técnica Especializada n° 014/2009, a Secretaria assumiu as atribuições da consultoria e encaminhou, naquele mesmo ano a minuta de projeto de lei do PPCUB, o qual recebeu o número PLC 52/2012. Após uma série de alterações sofridas no PLC e a retirada do mesmo da CLDF para revisão, foi realizada a quarta audiência pública e o PLC foi reapresentado à CLDF, que recebeu o nº de PLC 78/2013, o qual se encontra sobrestado na Câmara Legislativa, aguardando decisão judicial acerca da validade da aprovação deste projeto de lei pelo CONPLAN.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
4. Plano Distrital de Habitação de Interesse Social	Meta alcançada em 2012. O Plandhis — um dos temas tratados na conferência — tem por objetivo planejar a política habitacional de interesse social do Distrito Federal, que será executada pelo governo. Compõem o Plandhis todas as ações e estratégias do governo para o enfrentamento do déficit habitacional do DF de forma ambientalmente sustentável, em especial para as famílias com renda na faixa 1 (até R$ 1.600,00) do Programa Morar Bem. A elaboração do Plandhis é uma exigência do Governo Federal, já que o GDF aderiu ao Sistema Nacional de Habitação, que garante acesso aos recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, do PAC da Mobilidade e do PAC do Saneamento. Dentre as ações do Plandhis, destaca-se o Projeto de Lei (1.251/2012) — enviado à Câmara Legislativa do DF —, que estabelece a Política de Regularização Fundiária de Interesse Social. O documento foi elaborado com a participação da sociedade civil representada pelos delegados eleitos na oficina realizada no dia 20 de outubro de 2012.
5. Lei Específica do Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios	Apesar de ter sido apontada como uma meta do PPA, esta meta não foi realizada pela SEDHAB, em razão de ter sido priorizado outros projetos estruturantes. Entretanto, tem-se como expectativa de realização para 2014 a elaboração de Decreto disciplinando os casos de remembramento, alterando a INTC nº 1/98.
6. Lei Específica da Compensação Urbanística	Foram incorporados aos PL's da LUOS e do PPCUB alguns dispositivos referentes ao tema,porém a lei específica ainda não foi iniciada, em virtude de outras prioridades. Não há previsão de início dos trabalhos, uma vez que o assunto está sendo tratado nos PL's da LUOS e do PPCUB, ainda não aprovados.
7. Lei Específica do Direito de Preempção	Apesar de ter sido apontada como uma meta do PPA, esta meta não foi realizada pela SEDHAB, em razão de ter sido priorizado outros projetos estruturantes. Desta forma, nenhuma ação foi realizada para elaborar uma lei específica do direito de preempção. O início dos trabalhos está previsto para o 1º semestre do ano de 2015.
8. Revisão da Norma Técnica para a Implantação de Equipamentos Públicos Comunitários	Sem previsão de início, devido à necessidade de governo em rever os pedidos e políticas setoriais, não teve consecução. Entretanto, para o Programa Morar Bem, foram levantadas as áreas necessárias para o atendimento às demandas das Secretarias.
9. Revisão das Leis de Outorga Onerosa do Direito de Construir - ODIR *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	O PL está em fase de finalização, com 80% dos trabalhos conclusos; Como fatores que dificultaram o alcance da meta temos a problemática na obtenção dos dados relativos ao ITBI de modo a inseri-los no SITURB. A expectativa de realização para 2014 é a finalização e encaminhamento à CLDF para aprovação;
10. Revisão do PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial (2013)	A revisão do PDOT está prevista para o ano de 2015, após avaliação de sua pertinência. Ou seja, ela ainda não foi iniciada. A atualização foi concluída no ano de 2012. O trabalho foi desenvolvido pelas assessorias técnicas do GAB/SUPLAN/SEDHAB e GAB/SEDHAB, resultando na aprovação da Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, que atualiza a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.
11. Alteração de Uso – ONALT *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	O PL está em fase de finalização, com 75% dos trabalhos conclusos; Como fatores que dificultaram o alcance da meta, temos a problemática na obtenção de informações de valores de glebas e de usos que acarretem maior valorização. A expectativa de realização para 2014 é a finalização e encaminhamento à CLDF para aprovação;

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
12. Elaborar Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Resultado alcançado em 2013. A Lei 5.022 foi publicada em 4/2/2013.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

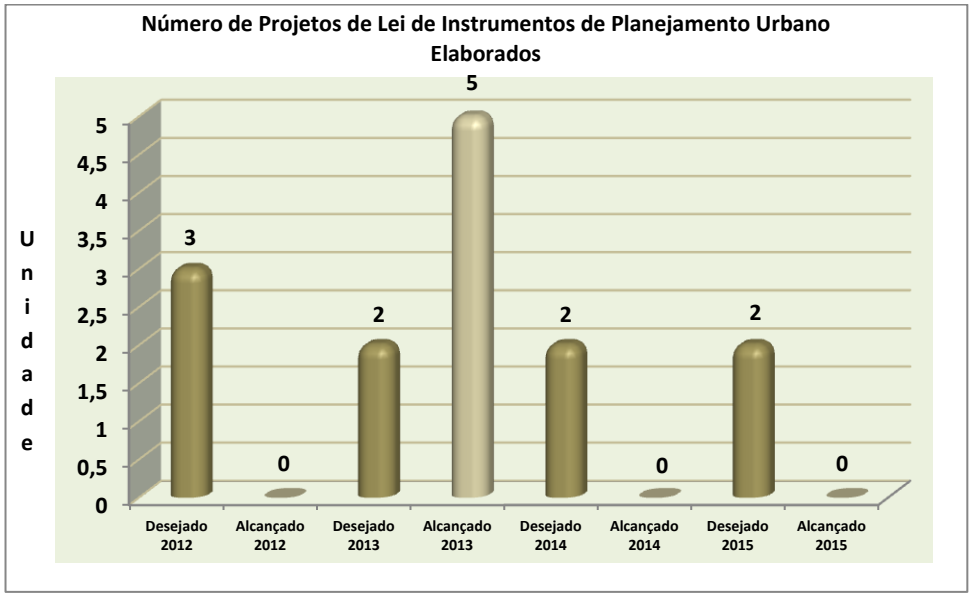
Indicadores:

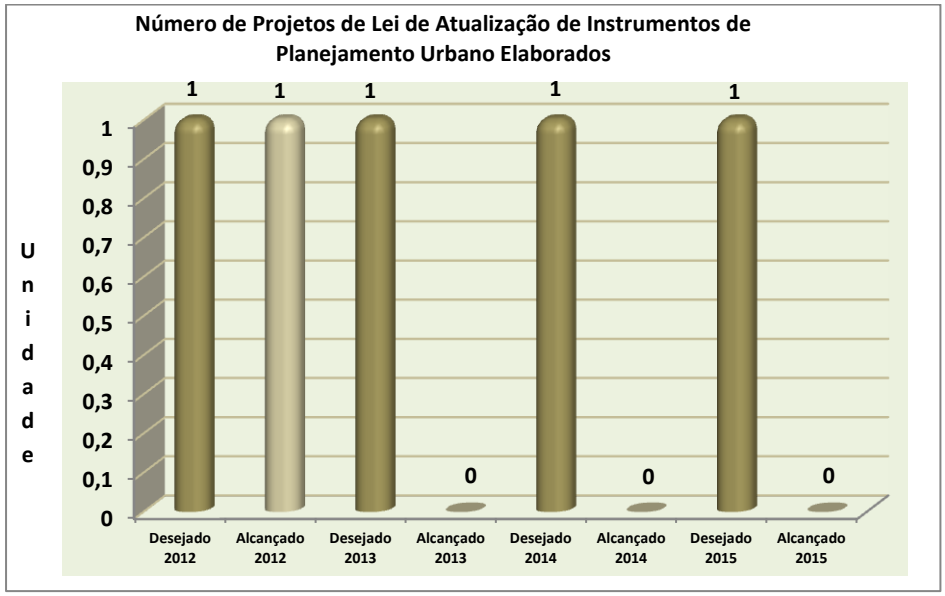
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Período de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
912	Números de projetos de lei de instrumentos de planejamento urbano elaborados	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	3	2	2	2	SUPLAN e SUCON /SEDHAB
						Alcançado	0	5	-	-	
913	Número de projetos de lei de atualização de instrumentos de planejamento urbano e revisão de normas técnicas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SUPLAN e SUCON /SEDHAB
						Alcançado	1	0	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 912 - Projetos de Lei de Instrumentos de Planejamento Urbano elaborados: LUOS (elaborada em 2012), PPCUB, Lei de Estudo de Impacto da Vizinhança, Lei de Adoção das Praças e Lei de Estações Transmissoras de Radiofrequência.

Indicador 913 - Os instrumentos estão em fase de elaboração e tem como previsão de término do projeto de lei para o 1° semestre de 2014.


Número de Projetos de Lei de Instrumentos de Planejamento Urbano Elaborados
Unidade
5
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
3
0
2
5
2
0
2
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Projetos de Lei de Atualização de Instrumentos de Planejamento Urbano Elaborados
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
1
1
1
0
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Promover o uso e a ocupação democrática das áreas urbanas centrais, propiciando a permanência da população residente e a atração de população não residente, por meio de ações integradas que fomentem a diversidade funcional e social, a identidade cultural e a vitalidade econômica**.**

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

A Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB desenvolveu, no exercício de 2013, atividades diversas relacionadas ao planejamento estratégico da Secretaria e às atribuições que lhe são afetas, conforme disposto no Decreto Nº 34.184, de 04 de março de 2013, que aprova seu Regimento Interno. Foram concretizadas ações vinculadas aos seguintes Projetos Prioritários: a) do Eixo Morar Bem; e b) do Eixo Planejamento Urbano (Projeto: LUOS, Requalificação Urbana).

Neste exercício, foram desenvolvidas ainda, projetos para revitalização urbana, contendo obras de paisagismo, mobiliário urbano, estacionamentos, parques, ciclovias, intervenções viárias e reformas.

Além de projetos de urbanismo e paisagismo no Distrito Federal, foram elaborados normas urbanísticas, diretrizes urbanísticas para padronização de processos de parcelamento, além de planos de ocupação e estudos urbanísticos.

Os resultados positivos foram motivados pelo comprometimento do Governo em alcançar as metas propostas a despeito de ter havido alguns fatores que contribuíram negativamente para o não atingimento da meta prevista para o período. Esses se encontram expostos a seguir quando da análise das metas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Estimular a utilização de imóveis urbanos vazios ou subutilizados	Estão previstos no PDOT instrumentos para o cumprimento dessa meta, que necessitam de regulamentação. É o caso da regulamentação do IPTU progressivo, da Lei de parcelamento e edificação ou utilização compulsória. Atividade não iniciada.
2. Recuperar moradias localizadas em áreas de risco e insalubres	Avaliações de risco e negociação com a comunidade, voltadas para a remoção e reassentamento de famílias em áreas de risco - especialmente nos parcelamentos do Por do Sol, Sol Nascente e Estrutural. Estas ações foram prioritariamente conduzidas pela Subsecretaria de Regularização Fundiária e pela CODHAB;
3. Readequar áreas centrais e equipamentos urbanos	O Programa de Revitalização de Setores Centrais de Brasília atende às definições da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que cria a estratégia de revitalização de conjuntos urbanos. A proposta de requalificação dos Setores Centrais busca uma configuração capaz de proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das atividades existentes, priorizando a circulação de pedestres e a acessibilidade, paisagismo de identificação, iluminação para uso do espaço urbano e mobiliário urbano.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	O Programa compreende seis setores de atuação, quais sejam: a) Setor Comercial Sul; b) Setores Comercial, Hoteleiro, Médico-Hospitalar e Rádio e Televisão Norte; c) Praças de articulação entre os Setores Comercial e Setor de Rádio e TV, norte e sul; d) Articulação norte-sul, para pedestres e veículos; e) Setores de Autarquias e Bancário Norte e Sul; e f) Setores Hoteleiro, Médico-Hospitalar e Radio e Televisão Sul. Como principais realizações de 2013, temos: a) Revitalização dos Setores Centrais de Brasília; b) Revitalização da W3 Sul; c) Revitalização das entrequadras de Ceilândia; d) Revitalização das áreas públicas das quadras 10, 11 e 12 de Sobradinho; e) Revitalização da Avenida Boulevard Sul e Norte de Águas Claras; f) Restauração da Igreja de São Sebastião, em Planaltina; g) Revitalização do Complexo de Lazer de Brazlandia; h) Paisagismo e Urbanização da Praça do Posto de Saúde da Quadra 21 – Paranoá; i) Paisagismo e Urbanização para a Implantação da Praça Linear 3 – São Sebastião; j) Revitalização da Avenida Brasília – QS11 Areal; k) Ajuste Viário no Setor Comercial Sul; l) Centro de Exposição Agropecuária de Planaltina; m) Reconstrução da Igreja São Geraldo; n) Obras de Acessibilidade no Setor Comercial Sul; o)Reforma do Cine Brasília; p) Restauração da Igreja São José Operário; q) Projeto das Ciclovias; Como fatores que contribuiram para a realização da meta, temos: a) Processo de construção participativo e democrático, com efetiva participação popular; b) Compromentimento das equipes envolvidas; c) Disponibilidade orçamentária e financeira, por tratar-se de recursos do Fundurb. Fatores como a morosidade nos processos de licitação e contratação, processos conduzidos por outras unidades orçamentárias, dificultaram o monitoramento das ações e consequente averiguação de efetividade da meta; Como expectativa para 2014, deve haver baixa execução, devido às externalidades relacionadas à disponibilidade de recursos, em face da realização da Copa e das eleições. Há que Considerar, também, que os recursos do Fundurb foram transferidos para a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, incorrendo em uma redução drática na disponibilidade de recursos para a realização destas ações, a expectativa é de que a meta não seja inteiramente alcançada.
4. Estimular o aproveitamento do patrimônio cultural nas áreas centrais	Visando atingir esta meta, ressalta-se a elaboração da minuta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, a fim de preservar as áreas integrantes do conjunto urbano tombado. Outras frentes atendidas: Requalificação de espaços públicos das via W2 Sul e avenida W3 Sul, a Requalificação de praças nos Setores Hoteleiros Sul e Norte e, ainda, requalificação de espaços públicos nos Setores Bancários Norte e Sul. Como contribuição para a realização da meta podem ser considerados o processo de participação popular na discussão do PPCUB e a Missão de Monitoramento Icomos/Unesco do sítio urbano tombado, ocorrida em março de 2012. As principais realizações de 2013 foram: a) Revitalização da Avenida Boulevard Sul e Norte de Águas Claras; b) Restauração da Igreja de São Sebastião, em Planaltina; c) Revitalização do Complexo de Lazer de Brazlândia; d) Paisagismo e Urbanização da Praça do Posto de Saúde da Quadra 21 – Paranoá; e) Paisagismo e Urbanização para a Implantação da Praça Linear 3 – São Sebastião; f) Centro de Exposição Agropecuária de Planaltina; g) Reconstrução da Igreja São Geraldo; h)Reforma do Cine Brasília; i) Restauração da Igreja São José Operário; j) Projeto das Ciclovias. Considerando que os recursos do FUNDURB foram transferidos para a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal,

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	incorrendo em uma redução drástica na disponibilidade de recursos para a realização destas ações, a expectativa é de que a meta não seja inteiramente alcançada. Ainda, acrescenta-se a este fato a realização da Copa e das eleições em 2014 diminuirá o ritmo das ações a partir do 2º semestre, o que comprometerá o cumprimento da meta proposta.

01 Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

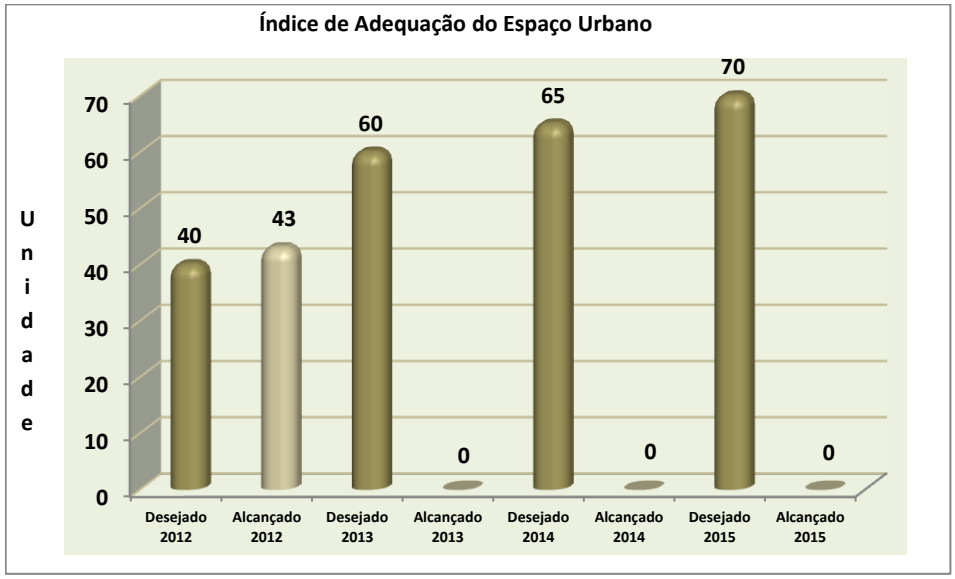
Indicadores:

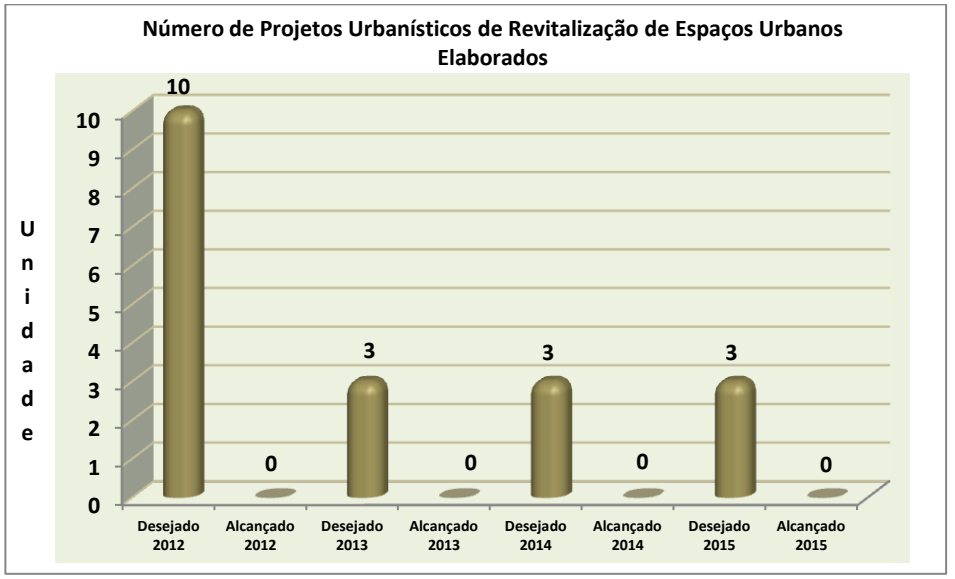
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Período de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
914	Índice de adequação do espaço urbano	Unidade	35	28/02/2003	Anual	Desejado	40	60	65	70	SUPLAN E SUCON/ SEDHAB
						Alcançado	43	0	-	-	
916	Número de projetos urbanísticos de revitalização de espaços urbanos elaborados	Unidade	20	28/02/2003	Anual	Desejado	10	3	3	3	SEDHAB
						Alcançado	0	0	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 914 - A SEDHAB irá propor à SEPLAN a revisão do índice visando ajustar à realidade da Secretaria.

Indicador 916 - Foram encaminhados à Secretaria de Obras diversos estudos para serem contratados os seguintes projetos: Parque Beira Rio Núcleo bandeirante, Parque Urbano Sul Águas Claras, revitalização da Av. Boulevard e Norte de Águas Claras. Além disso, existe o concurso dos Parques Urbano do Paranoá, de Planaltina e do Gama, que tiveram seus resultados sobrestados pela Procuradoria do DF, impossibilitando a realização dos projetos.


Índice de Adequação do Espaço Urbano
Unidade
0
10
20
30
40
50
60
70
40
43
60
0
65
0
70
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Projetos Urbanísticos de Revitalização de Espaços Urbanos Elaborados
Unidade
0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
10
0
3
0
3
0
3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 – Criar parcelamentos urbanos sustentáveis para suprir a demanda por imóveis de todos os segmentos da sociedade, por meio de elaboração de projetos, registro em cartório de imóveis e implantação de infraestrutura básica.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.201 - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

Para alcançar esse objetivo, a TERRACAP necessita desenvolver várias ações que são financiadas com os recursos provenientes das vendas de imóveis. A criação de parcelamentos urbanos envolve várias etapas que iniciam com a elaboração dos projetos urbanístico, ambientais, tráfego, assim como, obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação e por fim o registro no cartório de imóveis.

Após cumprir todas as etapas, os lotes ficam disponíveis para alienação, seja por meio de licitação pública para os empreendedores imobiliários e outras pessoas jurídicas e físicas; concessão de direito de uso para os programas governamentais de exploração de áreas rurais e de implantação e ampliação de atividades produtivas de serviços e indústrias, assim como de doação ao Distrito Federal e a União para suprir a demanda da população inscrita nos programas habitacionais do Governo ou para construção de órgãos e equipamentos públicos distritais ou federais.

Essas ações são complementares entre si e realizadas para que a Empresa cumpra a sua função institucional de executora da política de ocupação do solo do Distrito Federal, assim como, a sua função de Agência de Desenvolvimento, investindo em programas de interesse do Distrito Federal.

Em 2013, a TERRACAP realizou investimentos que totalizaram R$ 78,0 milhões, os quais foram aplicados para execução de obras de urbanização, com vistas a consolidar os parcelamentos implantados; na elaboração de estudos e projetos de novos empreendimentos, estabelecendo a melhor forma de uso e ocupação das áreas; na elaboração de projetos de engenharia e ambientais; na realização de ações para preservação do patrimônio público. Entre as ações realizadas destacam-se a Execução de Infraestrutura em Parcelamentos no valor de aproximadamente R$ 54,9 milhões e a Execução de Obras de Urbanização no valor de R$ 8,1 milhões.

No cumprimento das Legislações ambientais, foram realizadas várias ações objetivando encontrar formas legais para interagir as intenções de ocupação do solo com a capacidade de suporte do meio ambiente, propiciando a adequação entre as necessidades de crescimento urbano e a sobrevivência dos recursos naturais existentes. Dos projetos realizados destacam-se, entre outros: Elaboração de RIVI para o Setor de Áreas Especiais Aeroporto, Certificação LEED do Setor Noroeste, Plano de Manejo da ARIE Cruls e Bananal, Plantio de 300 mil mudas nativas do Bioma Cerrado para recuperação e reflorestamento de áreas, Elaboração de PCA/PRAD para a Placa das Mercedes 2a Etapa, Análises de água referente à drenagem pluvial do Setor Noroeste, Monitoramento do Aquífero Poroso do SCIA, Elaboração de RIVI para a quadra 16 do SCIA e Elaboração de Inventário Florístico do Setor Dom Bosco.

Com o objetivo de contribuir com o crescimento econômico do Distrito Federal, foram concedidos 167 lotes em áreas de desenvolvimento econômico, para empreendimentos geradores de renda e captadores de mão de obra. Esses contratos de concessão preveem um investimento de R$ 159,7 milhões e criação de 2.028 empregos diretos.

Além dessas concessões, foram vendidos em 2013, com descontos, diretamente para os beneficiários do Pró-DF, 129 imóveis. Essas vendas, com descontos, somaram R$ 51,2 milhões. Os descontos concedidos, no valor de R$ 55,2 milhões, representaram um investimento que a TERRACAP fez para gerar 1.540 empregos formais. Assim, para cada emprego gerado pelo PRÓ-DF, foram investidos em média R$ 33 mil.

A comercialização de imóveis é uma das atividades finalísticas da TERRACAP. É por meio desta que a Empresa arrecada a receita para investir em obras de infraestrutura dos parcelamentos urbanos, obras de urbanização e demais obras e serviços de interesse institucional e governamental.

Em 2013, 1.276 lotes ofertados foram alienados, por meio de licitação pública, 548 terrenos localizados em setores diversos e com destinações variadas, o que representa um percentual de vendas de 43%. O resultado alcançado aquém da meta estabelecida de 53% de alienação de lotes ofertados em licitação pública foi influenciado pela diminuição dos investimentos em implantação de novas atividades produtivas no Distrito Federal, bem como, pelo comportamento do mercado imobiliário do Distrito Federal, que a exemplo de outras unidades da federação sofreu um arrefecimento, principalmente com relação às vendas de novas unidades habitacionais.

Visando alcançar o presente objetivo específico, no ano de 2013 foram criados 6.448 lotes por meio dos projetos de parcelamentos e áreas urbanas destinadas a suprir as demandas dos diversos segmentos do mercado imobiliário. Desse total, 6.041 lotes foram destinados a atender a demanda dos programas de assentamento populacional do GDF, 1 (um) para Aterro sanitário, restando para serem comercializados pela TERRACAP 407 lotes.

Assim a meta definida para o período do PPA 2012/2015 foi ultrapassada, totalizando nos anos 2012/2013 acumulando a disponibilização de 14.506 lotes com projetos urbanísticos. O resultado muito acima do programado se deve, sobretudo ao esforço despendido para solucionar as pendências e agilizar procedimentos de projetos cuja população a ser beneficiada foi a de famílias de classe menos favorecida, como o Trecho 1, etapa 1 do Setor Sol Nascente – Ceilândia com 3.703 lotes, 3ª Etapa – QS-01 a 10, 12, 14, 16, 17, 18, 20 e 22 a 31 – Riacho Fundo II e 133 lotes para criação das Quadras 01 a 04 do Paranoá. Os empreendedores imobiliários também foram beneficiados com o registro de 284 lotes na 2ª etapa de Setor Noroeste.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Alienar 60 % dos lotes ofertados em licitação pública	Em 2013 foram alienados 43% dos lotes ofertados em licitação pública, o que representa um índice acumulado no período 2012/2013 de 38 %.
2. Disponibilizar 9.862 lotes por meio dos projetos urbanísticos	A meta alcançada ultrapassa a estabelecida para todo o período do PPA em 68%, uma vez que a meta acumulada até 2013 é de 14.506 lotes.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

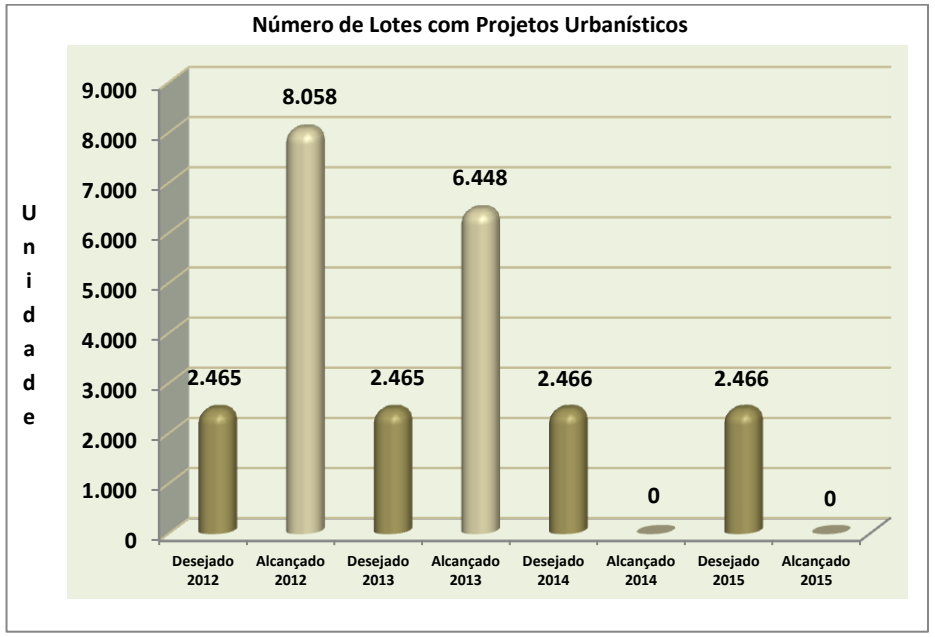
Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
918	Índice de alienação dos imóveis ofertados	%	47	31/12/2010	Anual	**Desejado**	50	53	56	60	GECOM / TERRACAP
						Alcançado	34	43	-	-	
919	Número de lotes com projetos urbanísticos	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	2.465	2.465	2.466	2.466	GEPRO / TERRACAP
						Alcançado	8.058	6.448	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 918 - A crise econômica afetou o mercado imobiliário o que reduziu a demanda por imóveis ofertados pela TERRACAP, via licitação pública.

Indicador 919 - O registro do Trecho 1, Etapa 1, do Sol Nascente com 3.703 lotes registrados não estava previsto quando da elaboração do PPA.



Objetivo Específico: 005 – Atender as demandas futuras por lotes, a partir do uso planejado das terras públicas e da exploração de empreendimentos em áreas públicas, para dar sustentabilidade econômica e financeira ao Governo.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.201 - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

No momento da elaboração do PPA 2012/2015, o mercado imobiliário do Distrito Federal se encontrava em plena expansão. O cenário e as variáveis consideradas à época levavam a acreditar num crescimento nas atividades econômicas do Distrito Federal e do Brasil.

A situação atual aponta para uma estagnação e desaceleração no crescimento econômico do Brasil e esse fator reflete diretamente na TERRACAP, que precisa do mercado para vender seus produtos.

A intenção de dar continuidade aos estudos de prospecção de ocupação de áreas urbanas vazias e a posterior formatação de Projetos de Negócios para ser ofertada no mercado continua. Entretanto, o mercado atual não oferece as condições necessárias para captar empreendedores interessados em explorar esses empreendimentos, seja por meio de Parceria Público Privada - PPP, Sociedade de Propósito Específico - SPE ou outras formas de exploração. Os recursos são escassos e aqueles que se destinavam a esses projetos foram transferidos para outros projetos que tem a possibilidade de trazer um retorno mais imediato na obtenção de receitas necessárias para aplicar nas Políticas do Governo do Distrito Federal.

Assim, muitos dos Projetos em andamento, tiveram suas ações desaceleradas, pois as oportunidades antes vislumbradas, no momento não são satisfatórias. Por esse motivo, a maioria das ações que dependiam do patrocínio da alta administração da TERRACAP e do Governo deixou de ser prioritárias e encontra-se em “stand by” aguardando o momento oportuno para continuidade.

Apesar do cenário macroeconômico desfavorável, com vistas a alcançar o Objetivo Específico, em 2013 várias ações dos projetos de negócios para exploração de empreendimentos imobiliários e estudos de prospecção imobiliária foram realizadas. A situação de cada projeto está discriminada nas planilhas abaixo. O público-alvo beneficiado é bem diverso e pode ser identificado pelo setor de localização - Região Administrativa.

Áreas de interesse/ Tipo de Intervenção.	Situação em 31/12/2013
Metrô Estação 30 entre a QSD e a QSE de Taguatinga - Interbairros Etapa 2 Trecho 2 **- RA III** - Estudo de Formatação -Termo de Referência	Concluído
Metrô Estação 30 entre a QSD e a QSE de Taguatinga - Interbairros Etapa 2 Trecho 2 - **RA III** - Estudo de Formatação-Edital do PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse.	Andamento Normal
Setor Habitacional Taquari Etapa 1 Trecho 2 **- RA XVIII** - Avaliação dos parâmetros urbanísticos da Proposta de Adensamento com elaboração de maquete eletrônica	Andamento Normal
Projeto Downtown - SMAS Trecho 3 Lote 8 - **RA I** - Termo de Referência para o Projeto de Negócio	Concluído
Setor Habitacional Quaresmeira - **RA X** - Formatação de Empreendimento Imobiliário Residencial	Concluído
Portal Oeste da EPTG - **RA XX e RA XXX** - Estudo de Formatação- Termo de Referência	Concluído
Portal Oeste da EPTG **- RA XX e RA XXX** - Estudo de Formatação-Edital do PMI - Procedimento de Manifestação de Interesse;	Andamento Normal
Centro Esportivo de Brasília - **RA I** - Edital- Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	Concluído
Col. Agr. Vereda da Cruz - Interbairros 3ª Etapa Trecho 1 **- RA XX** - Estudo de Formatação.	Andamento Normal
SDS Lotes 2, 3 e 4 (CONIC) - **RA I** - Edital- Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	Andamento Normal

Estudos	Objetivos	Situação em 31/12/2013
Análise dos Empreendimentos da Terracap	Pesquisa com o objetivo de avaliar o desempenho econômico dos parcelamentos urbanos: Setor Habitacional Taquari - Etapa1 - Trecho 1- **RA XVIII** - Lago Norte; Setor Habitacional Jardim Botânico - 3ª Etapa - **RA XXVIII** Setor Noroeste - RA I - Brasília	Concluído
Estudo de Viabilidade Econômica Financeira do Setor Habitacional Quaresmeira	Este estudo tem por objetivo investigar a Viabilidade Econômica e Financeira da implementação do Setor Habitacional Quaresmeira, segundo os parâmetros do projeto do parcelamento em processo de licenciamento - **RA X** - Guará.	Concluído
Estudo de Viabilidade Econômica do Projeto Downtown - Pousadas	Avaliação, sob o ponto de vista das empresas privadas e da Terracap, dos empreendimentos previstos para a área do Projeto Downtown **- RA I** - Brasília.	Concluído
Análise Socioeconômica das Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs.	Realizar análise socioeconômica do resultado do Programa de Desenvolvimento Econômico - PRÓ-DF com aplicação de uma metodologia de avaliação do impacto em três áreas relevantes para o estudo amostral: **ADE Águas Claras - RA XX - Águas Claras; Polo JK - RA XIII - Santa Maria; SIA Trecho 17- RA XXIX – SCIA**	Concluído

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Realizar e implementar 7 projetos de negócios para exploração de áreas e empreendimentos públicos	Nenhum projeto de negócio implantado. Entretanto, foram realizadas 36 ações num universo total de 100 ações planejadas para o período.
2. Elaborar 13 ações de prospecção imobiliária e estudos urbanísticos *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Até 2013 foram realizadas 5 ações das 13 ações planejadas para o período.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

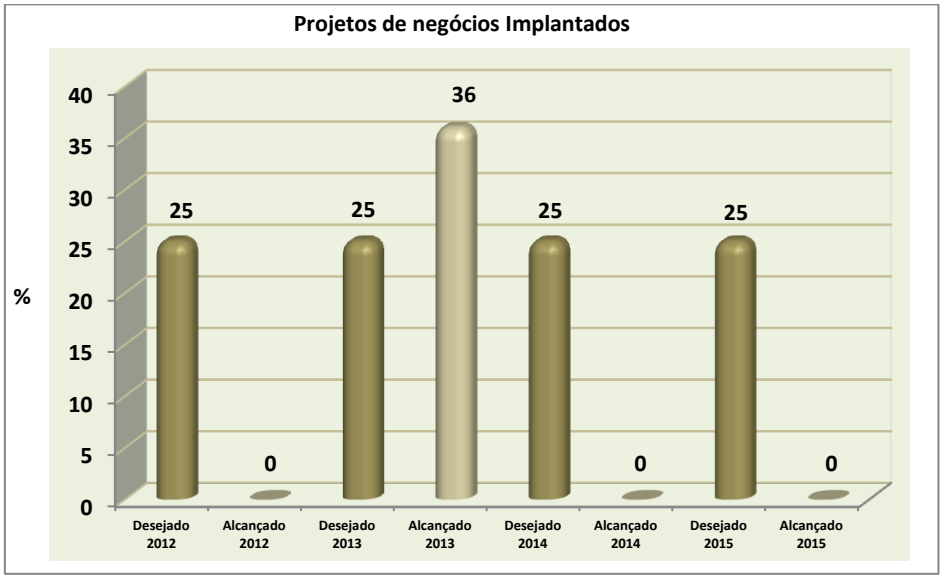
Indicadores:

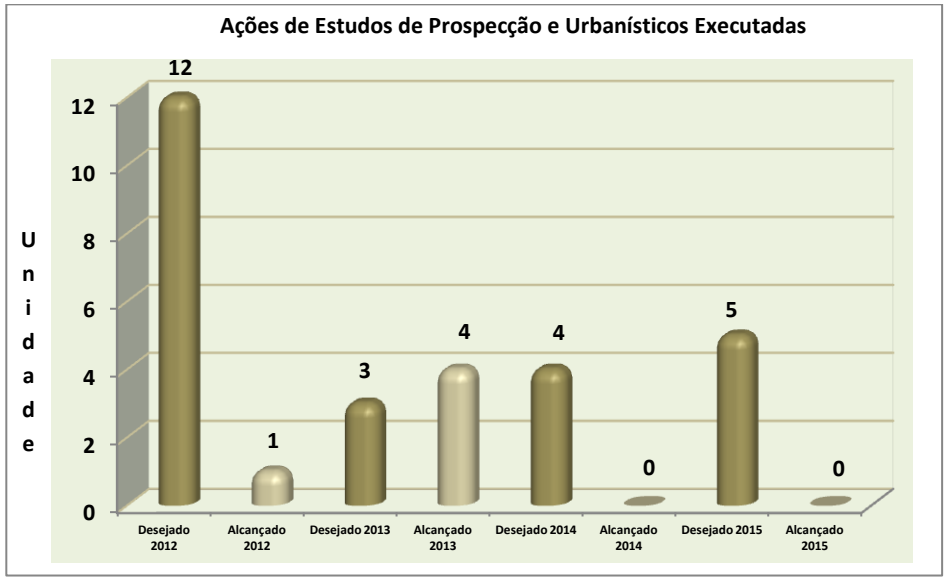
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
928	Projetos de Negócios implantados	%	-	-	Anual	Desejado	25	25	25	25	DIPRE /TERRACAP
						Alcançado	0	36	-	-	
931	Ações de estudos de prospecção e urbanísticos executadas	Unidade	-	-	Anual	Desejado	12	3	4	5	DIPRE / TERRACAP
						Alcançado	1	4	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 928 – As ações para implantar Projetos de Negócios tiveram um melhor desempenho.

Indicador 931 – Em 2013, foram realizadas e concluídas 4 ações.


Projetos de negócios Implantados
%
40
35
30
25
20
15
10
5
0
25
0
25
36
25
0
25
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Ações de Estudos de Prospecção e Urbanísticos Executadas
Unidade
12
10
8
6
4
2
0
12
1
3
4
4
0
5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 006 – Promover o desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural do Distrito Federal, por meio da execução de obras de urbanização e infraestrutura urbana para proporcionar melhoria da qualidade de vida da população.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS – SO

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

A execução de obras de urbanização e infraestrutura urbana em 2013 envolveu 389 obras, serviços e projetos, de forma diversificada, vinculados a este Objetivo Específico. Desses, 240 foram concluídos e o restante está em desenvolvimento. As responsabilidades financeira e de gestão direta estiveram presentes nos contratos e abrangeram também o planejamento conjunto, as gestões administrativas e de recursos financeiros, as vistorias dos serviços e as avaliações quanto a qualidade das obras sob a responsabilidade direta das diversas unidades.

Deu-se destaque às ações de reconstrução e implantação de obras nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal que permitiram a promoção do desenvolvimento socioeconômico, de segurança e ambiental do território. No que tange a logradouros e edificações públicas, os resultados alcançados neste exercício foram importantes e os principais se destacaram:

- Iniciada a implantação do Programa Asfalto Novo no Plano Piloto como melhoria do sistema viário para a Copa do Mundo 2014;
- Continuação da implantação de infraestrutura do Parque Burle Marx e do Setor Noroeste;
- Continuação e intensificação de recuperação de vias em diversas cidades do Distrito Federal;
- Continuação de implantação de ciclovias e passeios em diversas Cidades para incrementar a mobilidade urbana e atividades esportivas;
- Continuação da infraestrutura e urbanização do Polo JK em Santa Maria;
- Conclusão de Projetos de Engenharia com a finalidade de viabilizar a execução de obras de alcance social, em especial o projeto integrado de regularização dos Condomínios Sol Nascente e Pôr-do-Sol, em Ceilândia, e efetivadas novas contratações de grande número de projetos de engenharia e arquitetura;
- Implantação de drenagem pluvial em diversos locais do Distrito Federal; e
- Manutenção de áreas urbanizadas (tapa buracos, manutenção de ajardinamento e paisagismo, redes de drenagem pluvial, meios-fios e passeios) em todo o Distrito Federal.

Em uma análise mais ampla, além do estrito registro dos aspectos orçamentários, há a continuação e ampliação do programa Asfalto Novo para atingir todo o Distrito Federal, o que impactará as futuras intervenções viárias em 2014.

Além desses destacam-se a finalização de procedimentos que permitirão a contratação e execução de obras de urbanização do Setor Habitacional Sol Nascente - 1ª Etapa, a construção da via de ligação da Entrequadra 912/913 Sul e o Parque da Cidade Sarah Kubitschek, no Plano Piloto – DF, e as licitações das urbanizações dos Setores Habitacionais Porto Rico, Vicente Pires, Buritizinho e parte de Arniqueira. Destacam-se também as licitações para construção do acesso ao Núcleo Rural Sobradinho dos Melos, no Paranoá, para construção de calçadão, ancoradouro em madeira e praça às margens do Lago Paranoá - Asa Sul do Plano

Piloto de Brasília, e para implantação de certificação de qualidade de execução de pavimentação de vias urbanas e rodovias do DF para beneficiar toda a população do Distrito Federal.

Metas 2012-2015:

Em 2012 os resultados obtidos, tanto para o indicador de pavimentação 933 que foi de 1.723.802 m², quanto para o de drenagem pluvial 935 que foi de 47.551 m, ficaram abaixo do desejado, pois se anteviam empreendimentos custeados por Financiamentos para execução de obras de infraestrutura em áreas que ainda não estavam regularizadas e obras para atender as urbanizações para a Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014, as quais não se efetivaram. O seu baixo índice deve considerar, também que parte dos procedimentos licitatórios para as obras não apresentaram desfecho naquele exercício.

Já no exercício de 2013 houve um superávit na meta de pavimentação de vias no Distrito Federal devido, principalmente, à implementação do "Programa Asfalto Novo", o qual refletiu consideravelmente no índice alcançado, 2.871.430 m² de área pavimentada. Porém quanto às realizações referentes à drenagem pluvial, a impossibilidade de início de urbanização dos novos parcelamentos (Sol Nascente, Vicente Pires, Buritizinho, parte de Arniqueiras e Setor Ribeirão/Porto Rico), limitou o alcance do índice, 23.703 m de rede implantada.

Os resultados alcançados até o exercício de 2013, os quais seguem acumulados no quadro abaixo, para o objetivo específico 6, do Programa 6208, concentraram-se nos dados apurados e consolidados pela NOVACAP, a principal executora dos serviços, obtidos pelo aporte significativo de recursos dessa Unidade.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Executar Pavimentação de Vias das Cidades – Área pavimentada estimada em 6.800.000 m² para o período 2012-2015	4.595.232
2. Executar Rede de Águas Pluviais – Comprimento de redes estimado em 650.000 m para o período 2012-2015	71.254

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

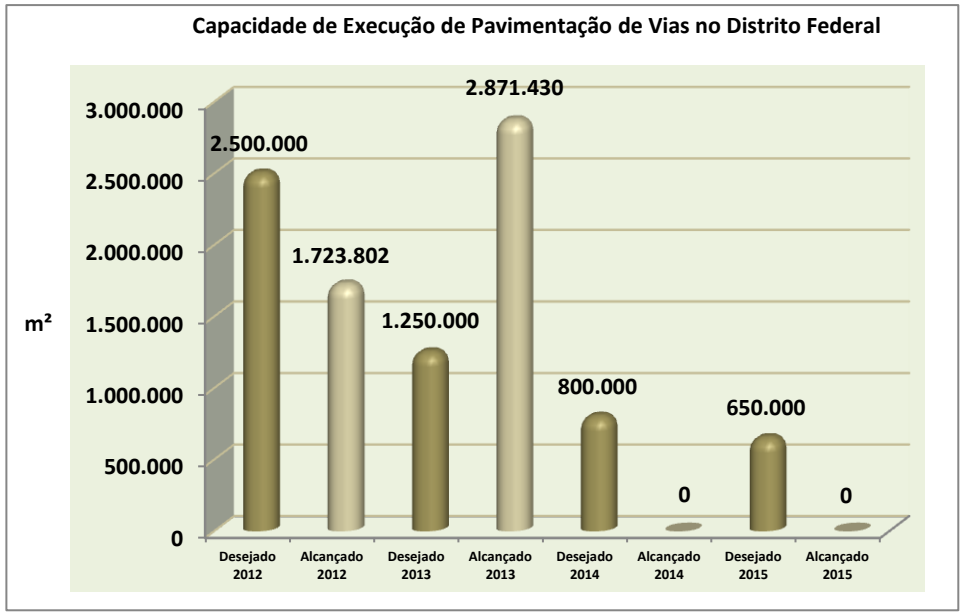
Indicadores:

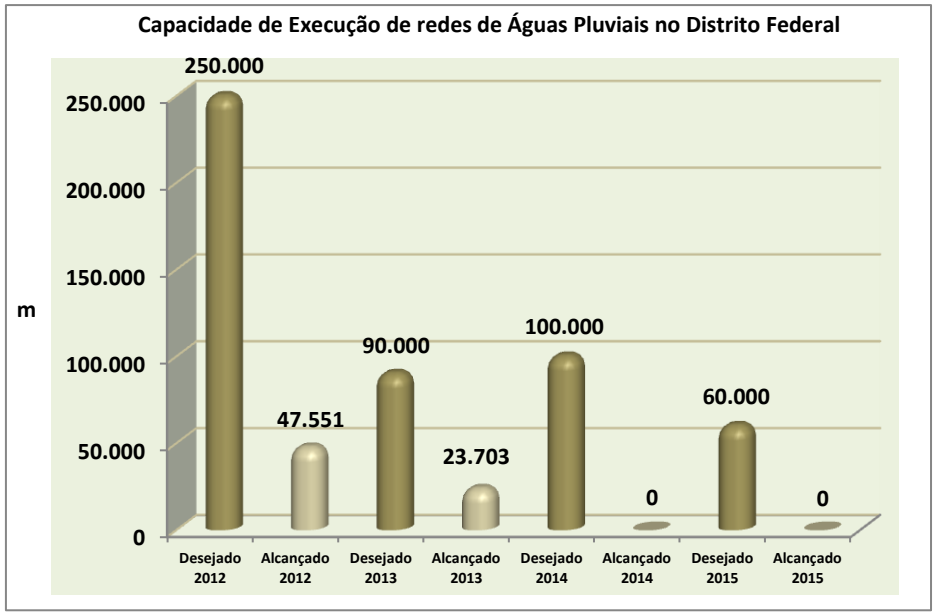
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
933	Capacidade de Execução de Pavimentação de Vias no Distrito Federal	M²	-	-	Anual	**Desejado**	2.500.000	1.250.000	800.000	650.000	Secretaria de Obras
						Alcançado	1.723.802	2.871.430	-	-	
935	Capacidade de Execução de Redes de Águas Pluviais no Distrito Federal	M	-	-	Anual	**Desejado**	250.000	90.000	100.000	60.000	Secretaria de Obras
						Alcançado	47.551	23.703	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 933 O resultado alcançado foi devido, principalmente, à implementação do "Programa Asfalto Novo", inicialmente não previsto pela Secretaria de Obras quando do estabelecimento da meta desejada. Há de se considerar, também, que parte dos procedimentos licitatório para obras que abrangiam pavimentação viária não apresentaram desfecho neste exercício.

Indicador 935 A impossibilidade de início de urbanização dos novos parcelamentos (Sol Nascente, Vicente Pires e Setor Ribeirão/Porto Rico) limitou o alcance das realizações em 2013. Há ainda que se deve considerar que parte dos procedimentos licitatórios para obras com impacto neste indicador não apresentaram desfecho neste exercício.





PROGRAMA TEMÁTICO: 6209 - ENERGIA

OBJETIVO GERAL: Atender integralmente às necessidades de energia, em níveis de qualidade, quantidade e custos compatíveis com as exigências de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

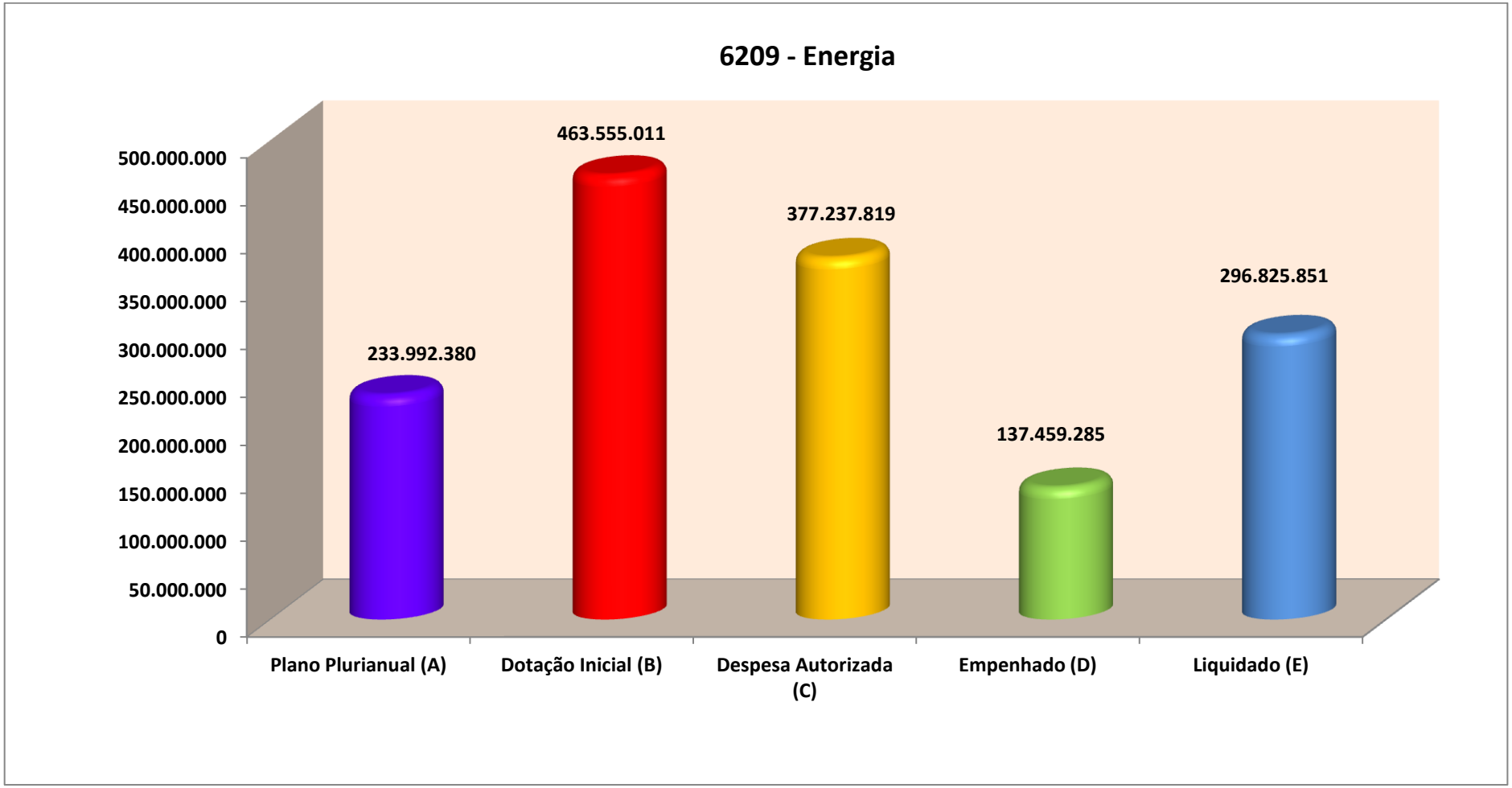
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal.	22.210
002 - Atender integralmente às necessidades dos segmentos de mercado mediante fornecimento de energia elétrica, em níveis de qualidade, quantidade e custos compatíveis com as exigências de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.	22.211

Execução Orçamentária e Financeira do Programa – 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1133 - Implantação de Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica	119.600.000	283.110.000	214.614.190	5.459.237	211.659.801	5	177
1763 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública	24.914.752	59.723.475	57.730.343	57.728.948	11.555.095	232	46
1768 - Implantação de Infra-Estrutura para Distribuição de Gás	1.000.000	900.000	900.000	0	0	0	0
1836 - Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	2.027.402	1.764.000	740.782	740.780	0	37	0
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	50.000	0	0	0	0	0	0
3094 - Ampliação na Participação em Empresas de Energia	5.000.000	5.000.000	3.700.000	0	80.635	0	2
3164 - Modernização dos Sistemas Mecânicos das Unidades Geradoras	1.553.500	1.553.500	1.553.500	0	0	0	0
3170 - Modernização dos Sistemas Elétricos das Unidades Geradoras	1.533.500	1.553.500	1.553.500	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	869.000	0	0	0	0	0	0
7046 - Implantação de Sistema de Armazenagem e Distribuição de Gás	750.000	1.000.000	1.000.000		0	0	0
8507 - Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	76.694.226	108.950.536	95.445.504	73.530.320	73.530.320	96	96
TOTAL DO PROGRAMA 6209	**233.992.380**	**463.555.011**	**377.237.819**	**137.459.285**	**296.825.851**	**59**	**127**

([1]) Na coluna “D” constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6209 - Energia
500.000.000
450.000.000
400.000.000
350.000.000
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
233.992.380
463.555.011
377.237.819
137.459.285
296.825.851
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 – Expandir a distribuição do gás natural canalizado no Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:
22.210 – COMPANHIA BRASILIENSE DE GÁS - CEBGÁS

Análise do Objetivo Específico

Os planos da CEBGAS para ampliação do mercado de gás natural no Distrito Federal tiveram como base a expansão do gás natural veicular e o fornecimento de gás natural para o ambiente industrial, através da logística do gás natural liquefeito (GNL) e do gás natural comprimido (GNC). Entretanto, alguns fatores vêm causando impacto ao crescimento pretendido e que motivaram a queda das vendas em 2013, dentre os quais:

1. A estabilidade do preço da gasolina, ao contrário do que vinha ocorrendo com o gás natural liquefeito, vem impactando negativamente a demanda pelo produto gás natural veicular (GNV), motivando não só a redução do consumo, mas também a quantidade de clientes finais.

Visando minimizar a instabilidade no preço do gás veicular, a CEBGAS realizou ações junto ao fornecedor do gás natural, e após exaustivas negociações, foi revisado o índice de reajustes, trazendo uma estabilidade futura dos preços frente à gasolina.

O próximo passo que vem sendo tomado junto ao cliente principal do GNV é a diversificação geográfica para melhor atender os clientes, assunto que se encontra em negociação.

Ações governamentais de incentivo ao GNV têm sido desenvolvidas em outros estados da União, com relativo sucesso, tais como a redução de alíquotas de tributos como IPVA e o ICMS, bem como linhas de financiamento especiais para a conversão de veículos.

2. Com relação ao mercado industrial, o alto preço do GNL tornou o preço do GNC desinteressante e as ações estão voltadas ao suprimento de mercados de grande consumo industrial, que são poucos e se encontram em fase de negociação.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Aumentar o volume comercializado do Gás Natural Canalizado de 10.618 m3/diário para 50.000 m3/diários, visando atender aos segmentos industrial, comercial, residencial e automotivo.	O volume de gás natural canalizado em 2012 alcançou 8.900 m³/dia. O crescimento esperado para 2012 viria da expansão do mercado de gás natural veicular (GNV) através da adequação do posto Colorado, localizado na EPIA, em Sobradinho, atendendo à uma estratégia de captura de mercado através da diversificação geográfica. O volume de gás natural canalizado em 2013 alcançou 7.574 m³/dia, em função da perda da competitividade do gás natural frente ao concorrente principal, no caso, a gasolina, no ano.

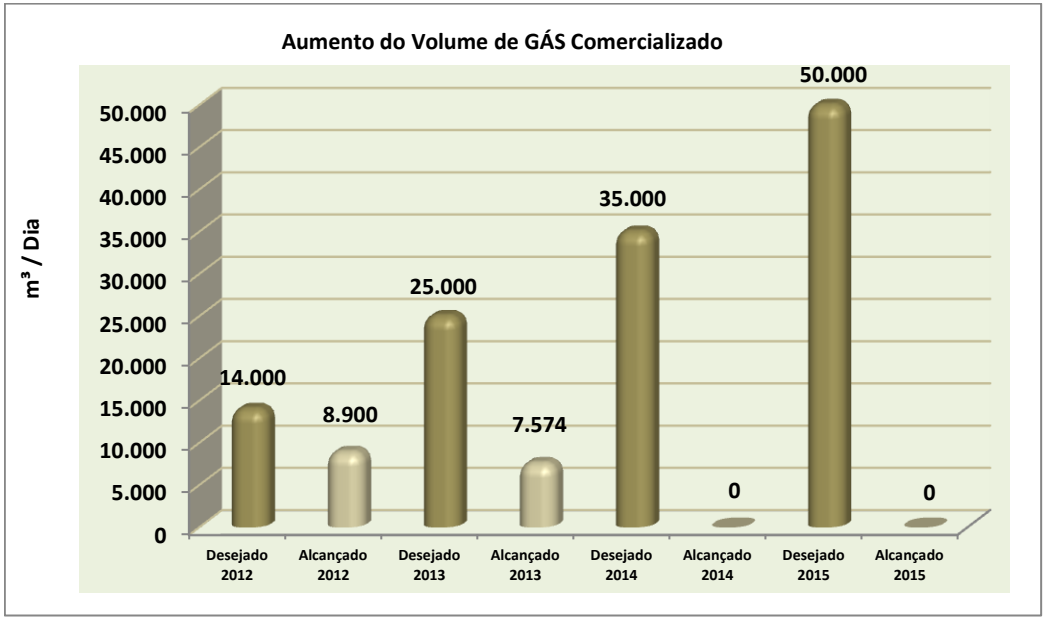
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
787	Aumento do volume de gás comercializado	M³ / DIA	10.618	31/12/2010	Diário	**Desejado**	14.000	25.000	35.000	50.000	CEBGAS
						Alcançado	8.900	7.574	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 787 - Não implantação do terceiro Posto de GNV, redução do consumo de gás natural veicular,falta de competitividade frente aos demais combustíveis.



Objetivo Específico: 002 - Atender integralmente às necessidades dos segmentos de mercado mediante fornecimento de energia elétrica, em níveis de qualidade, quantidade e custos compatíveis com as exigências de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

22.211 – CEB DISTRIBUIÇÃO S/A

Análise do Objetivo Específico

Seguindo na linha do ano de 2012 que foi marcado pelo maior volume de investimentos realizados na história da CEB Distribuição, em 2013, a Companhia conseguiu ampliar o total investido diretamente no sistema de distribuição, para R$ 208.598.411,00. Assim, nesse ano, houve um recorde de investimento, no montante de R$ 67.468.351,00, o que representa um aumento de 47,8% em relação ao ano de 2012. Esses valores representam grandes avanços na política de energia do Governo do Distrito Federal, na medida em que contribuem para a elevação nos níveis de qualidade do fornecimento. Um eficiente serviço de distribuição proporcionará elevação nos índices de qualidade de vida da população e potencializará o crescimento econômico do DF e região.

Resultado de uma ação conjunta entre as diversas instituições do Governo do Distrito Federal, como Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), a CEB Distribuição pôde ampliar o número de clientes, atingindo a meta estabelecida em seu planejamento estratégico.

Houve continuidade à execução do projeto Agente CEB, que tem como objetivo a substituição de eletrodomésticos eficientes em comunidades de baixo poder aquisitivo. A substituição dos eletrodomésticos refere-se ao recolhimento dos equipamentos antigos, enviando-os para a manufatura reversa e a correta destinação sob o ponto de vista ambiental. Ao longo de dois anos de execução, o programa beneficiou 46.360 famílias das cidades de Ceilândia, Estrutural, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, Samambaia, Santa Maria, Varjão, Sobradinho e Vila São José (Brazlândia). Nesse período, 370.294 lâmpadas econômicas e 9.389 refrigeradores foram distribuídos a famílias de baixa renda do Distrito Federal. Até o final de 2014, o Programa almeja alcançar a meta de distribuir 450.000 lâmpadas e 15.000 refrigeradores.

O Programa de Energização dos Semáforos de Brasília, cujo objetivo é adaptar o sistema de forma que os impactos de uma eventual queda no fornecimento sejam minimizados, teve sua conclusão prorrogada para 2014 em decorrência de dificuldades no processo de licitação para aquisição dos focos semafóricos. Esse programa terá impactos positivos no trânsito da capital.

O planejamento das obras realizadas pela CEB Distribuição no sistema elétrico para o ano de 2013 teve suas demandas compiladas do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), apresentado anualmente à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com um horizonte de 5 e 10 anos, esse plano é composto por projetos de média e baixa tensão, além de ações de subtransmissão. Os estudos que basearam esse planejamento fizeram uso de análises mercadológicas acerca do aumento do consumo e, consequentemente, da carga a ser disponibilizada, bem como da condição dos sistemas elétricos que abastecem os clientes da CEB Distribuição. As análises tiveram como premissas básicas a garantia do fornecimento de energia elétrica à população do Distrito Federal e a qualidade do serviço de distribuição aos seus clientes.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC para 11,95h e 11,90 vezes/ano, respectivamente, até 2015 OBS: O DEC indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente mensal. O FEC indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora (residência, comércio, indústria etc).	Os valores alcançados em 2012 para as metas de DEC e FEC são 18,00 e 20,23 respectivamente. Os fatores que contribuíram para o não atingimento das metas previstas para o DEC e FEC são: Investimentos no sistema de distribuição de energia elétrica aquém das necessidades nos últimos dez anos; escassez no quadro de pessoal e falta de manutenções preventivas no sistema elétrico. Com a retomada dos investimentos, espera-se a obtenção de melhores resultados nos anos seguintes. Apesar dos investimentos realizados em 2012 e 2013, o retorno é percebido no médio e longo prazo, portanto, o reflexo no indicador de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) ainda é pouco perceptível. É possível, no entanto, verificar uma pequena melhora no DEC, que passou de 18,0 em 2012 para 17,6 em 2013 (melhora de 2%). O FEC, por sua vez, melhorou consideravelmente, passando de 20,2 em 2012 para 15,6 em 2013 (melhora de 23%). Os baixos investimentos no sistema elétrico na primeira década do século XXI ainda comprometem o sistema e por isso o indicador ainda está abaixo da meta estabelecida pela ANEEL e almejada pela CEB Distribuição.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
788	Ampliação de Subestações de Transmissão – PINST	MVA	2.170	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.612	2.868	3.028	3.188	CEB D
						Alcançado	2.336	2.486	-	-	
789	Extensão de Linha de Transmissão – LTINST	KM	998	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.115	1.139	1.146	1.149	CEB D
						Alcançado	1.071	1.122	-	-	
790	Extensão de Rede de Distribuição Subterrânea – RDSINST	KM	2.041	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.121	2.163	2.205	2.248	CEB D
						Alcançado	2.193	2.255	-	-	
791	Extensão de Rede de Distribuição Aérea – RDAINST	KM	14.315	31/12/2010	Anual	**Desejado**	14.611	14.762	14.914	15.068	CEB D
						Alcançado	14.600	14.772	-	-	
792	Duração Equivalente de Interrupção – DEC	Horas	14,80	31/12/2010	Anual	**Desejado**	12,11	12,05	12	11,95	CEB D
						Alcançado	18,00	17,88	-	-	
793	Frequência Equivalente de Interrupção – FEC	Nº de Interrupções	14,79	31/12/2010	Anual	**Desejado**	12,05	12	11,95	11,90	CEB D
						Alcançado	20,23	15,94	-	-	
794	Ligação de Unidades Consumidoras – UCLIG	Unidade	851.787	31/12/2010	Anual	**Desejado**	913.682	944.747	978.758	1.013.015	CEB D
						Alcançado	910.911	945.148	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
792	Duração Equivalente de Interrupção – DEC	Horas	14,80	31/12/2010	Anual	**Desejado**	12,11	12,05	12	11,95	CEB D
						Alcançado	18,00	17,60	-	-	
793	Frequência Equivalente de Interrupção – FEC	Nº de Interrupções	14,79	31/12/2010	Anual	**Desejado**	12,05	12	11,95	11,90	CEB D
						Alcançado	20,23	15,60	-	-	
794	Ligação de Unidades Consumidoras – UCLIG	Unidade	851.787	31/12/2010	Anual	**Desejado**	913.682	944.747	978.758	1.013.015	CEB D
						Alcançado	910.911	947.324	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 788 - Por diretriz estratégica, a CEB Distribuição S/A direcionou os seus esforços de investimento para obras na média e baixa tensão, o que explica o não alcance da meta traçada para o indicador.

Indicador 789 - Por diretriz estratégica, a CEB Distribuição S/A direcionou seus investimentos no ano de 2013 para obras na média e baixa tensão, o que explica o não alcance da meta traçada para o indicador.

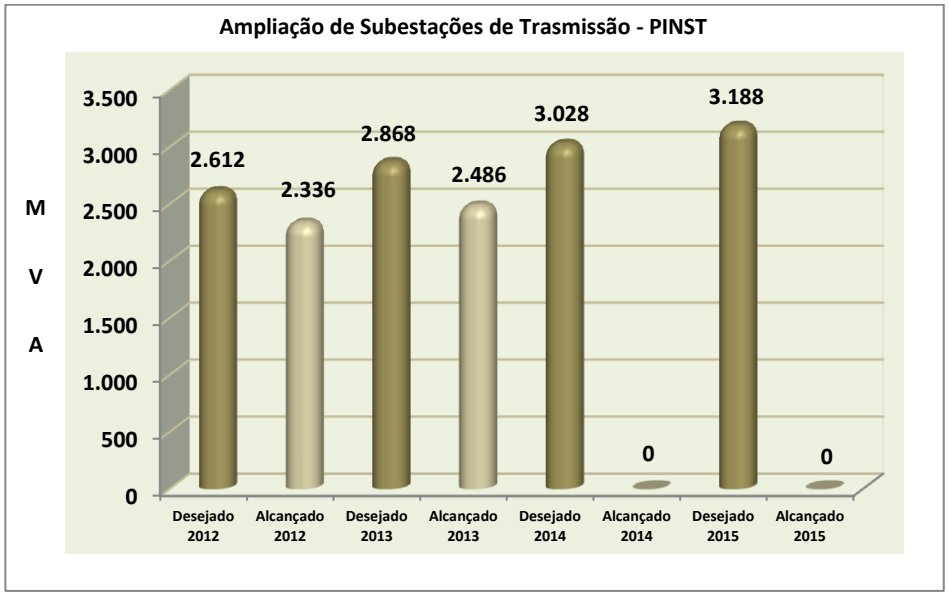
Indicador 790 - Resultado dos pesados investimentos realizados pela empresa na baixa e média tensão, o RDSINST e RDAINST cresceram acima dos valores desejados para o ano de 2013.

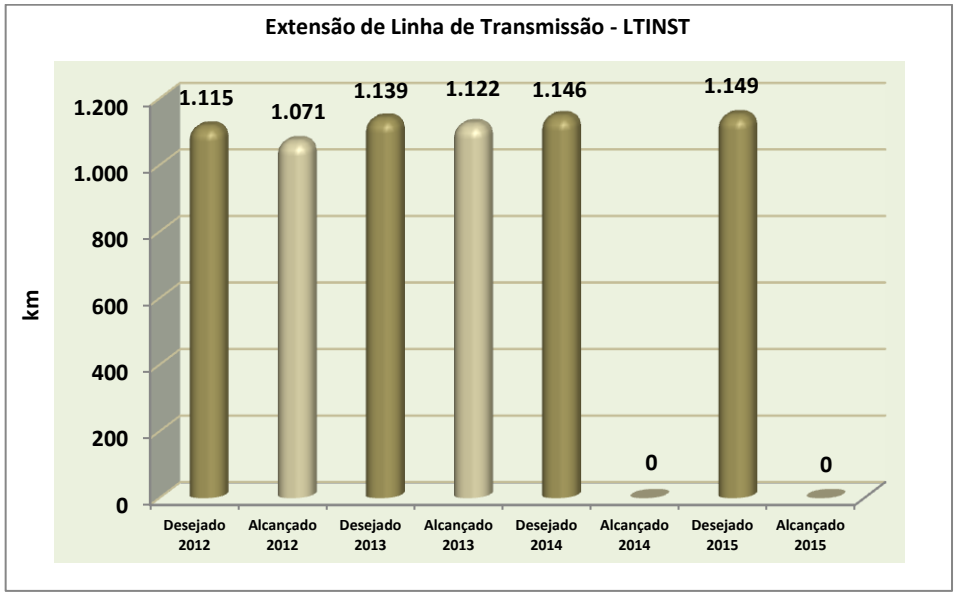
Indicador 791 - Resultado dos pesados investimentos realizados pela empresa na baixa e média tensão, o RDSINST e RDAINST cresceram acima dos valores desejados para o ano de 2013.

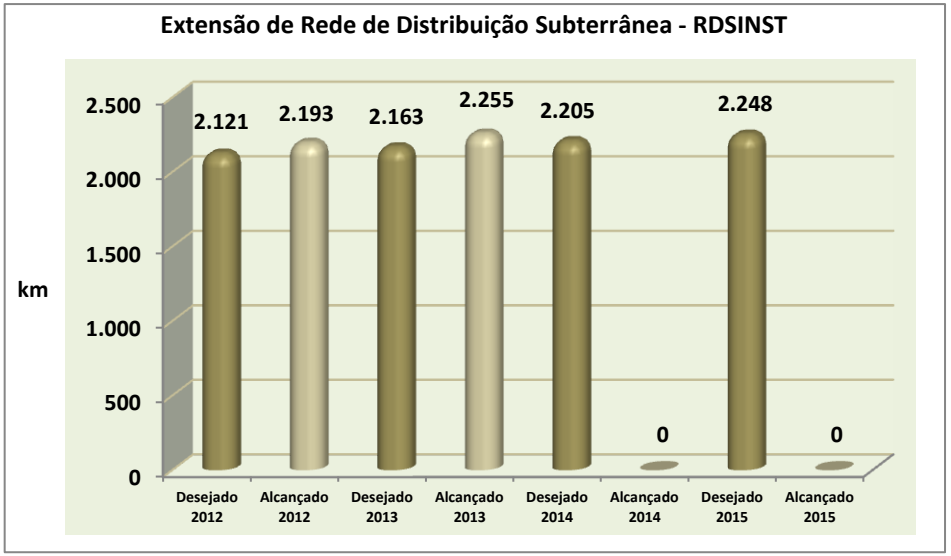
Indicador 792 - Apesar dos altos investimentos, o retorno é no médio e longo prazo, portanto, o reflexo no indicador de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) ainda é pouco perceptível. É possível, no entanto, verificar uma pequena melhora no DEC, que passou de 18,0 em 2012 para 17,6 em 2013 (melhora de 2%). Devido à complexidade do cálculo do DEC e à necessidade de realizar auditorias para validação do valor final, não foi possível, ter o dado fechado em 20 de janeiro de 2014.

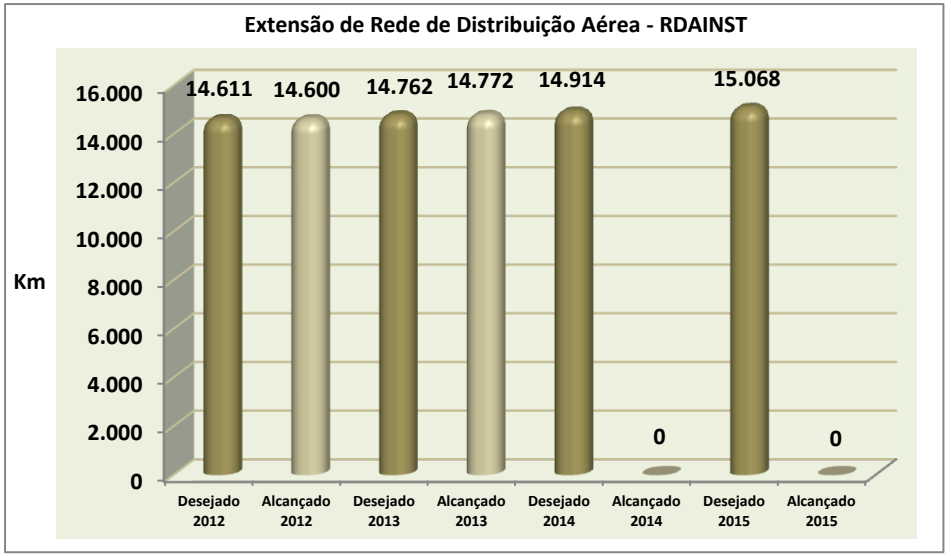
Indicador 793 - Apesar dos altos investimentos, o retorno é no médio e longo prazo, portanto, o reflexo no indicador de qualidade e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica (DEC e FEC) ainda é pouco perceptível. O FEC, por sua vez, melhorou consideravelmente, passando de 20,2 em 2012 para 15,6 em 2013 (melhora de 23%). Devido à complexidade do cálculo do FEC e à necessidade de realizar auditorias para validação do valor final, não foi possível, ter o dado fechado em 20 de janeiro de 2014.

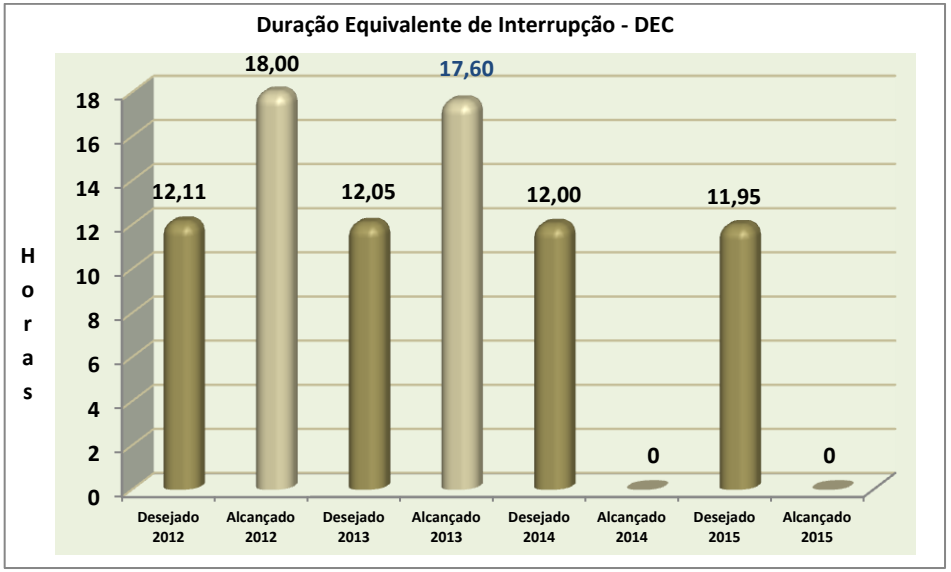
Indicador 794 - O aumento acima de 18% no número de clientes residenciais foi impulsionado por uma ação conjunta entre a CEB, CAESB, TERRACAP e SEDAHB (Tabela 7). Esse trabalho permitiu levar a infraestrutura mínima de saneamento básico e energia elétrica a comunidades em regiões irregulares. Foi necessário realizar ajustes nos sistemas para chegar ao número final de unidades consumidoras ligadas em 2013.

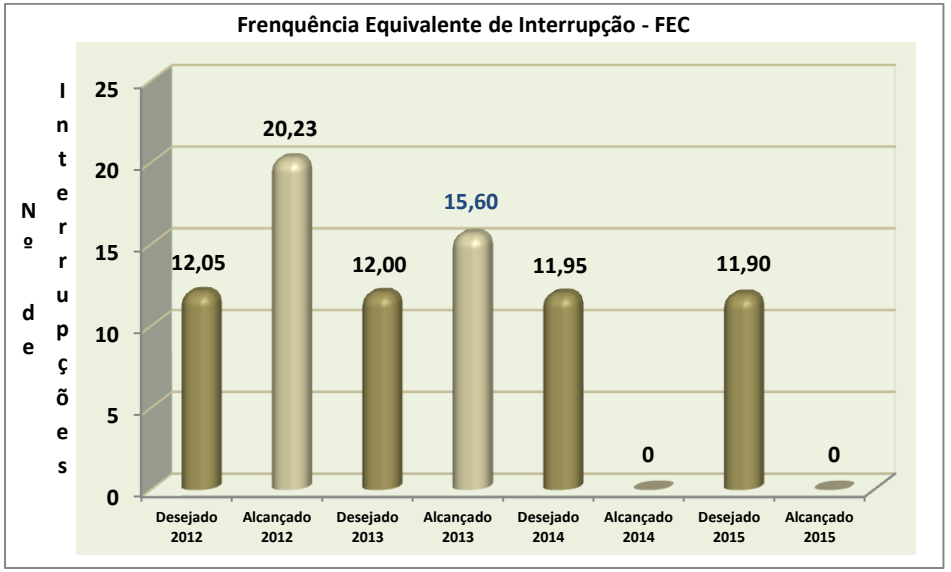


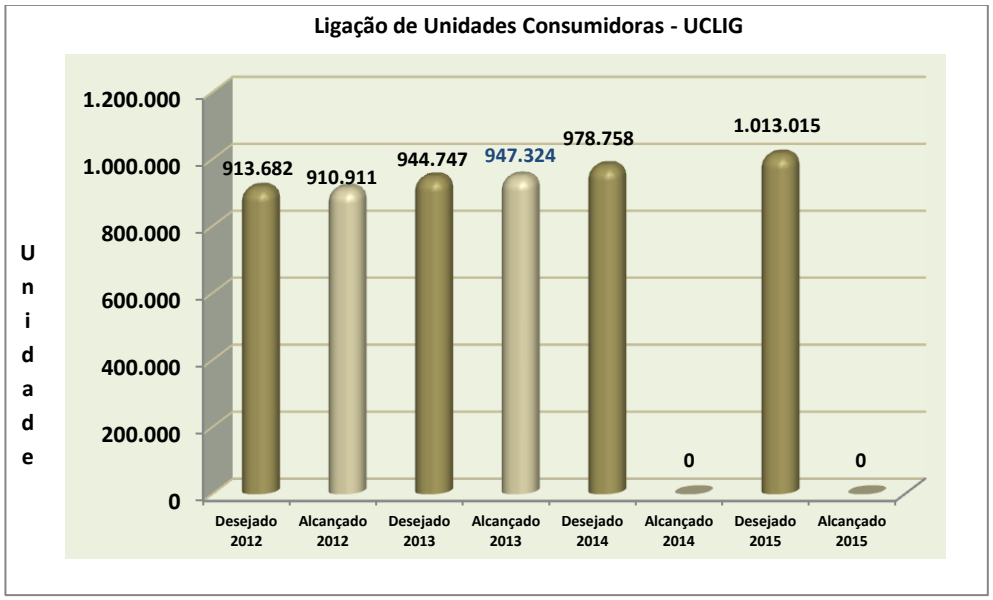



Extensão de Rede de Distribuição Subterrânea - RDSINST
km
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
2.121
2.193
2.163
2.255
2.205
0
2.248
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Extensão de Rede de Distribuição Aérea - RDAINST
Km
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
14.611
14.600
14.762
14.772
14.914
0
15.068
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Duração Equivalente de Interrupção - DEC
Horas
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
12,11
18,00
12,05
17,60
12,00
0
11,95
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Frenquência Equivalente de Interrupção - FEC
Nº de Interrupções
25
20
15
10
5
0
12,05
20,23
12,00
15,60
11,95
0
11,90
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Ligação de Unidades Consumidoras - UCLIG
Unidade
1.200.000
1.000.000
800.000
600.000
400.000
200.000
0
913.682
910.911
944.747
947.324
978.758
0
1.013.015
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 12 Objetivos Específicos, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Formular políticas nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos sólidos, saneamento ambiental, conservação da biodiversidade, educação ambiental, saúde ambiental e condomínios urbanísticos na área do Distrito Federal.	21.101
002 – Propor, organizar, fomentar e coordenar sistemas de informações e bancos de dados	21.101
003 – Financiar projetos com vistas à execução da política ambiental do Distrito Federal.	21.901
004 – Preservar e Conservar os Recursos Naturais do Bioma Cerrado reduzindo os incêndios florestais, catalogando, manejando e produzindo mudas das espécies nativas, recuperando e construindo infraestrutura para implantação das coleções científicas e preparando ambiente para acolhimento do público da Copa do Mundo de 2014.	21.106
005 – Tornar o Jardim Botânico de Brasília um Centro de Referência do Bioma Cerrado.	21.106
006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.	21.206
007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.	21.206
008 - Aprimorar os serviços conservacionistas e educativos da fundação Jardim Zoológico de Brasília, por meio de sua reestruturação, capacitação dos trabalhadores e melhoria do atendimento ao público visitante	21.207
009 – Mitigar e controlar os riscos de danos ao meio ambiente, ocasionados por acidentes e pela implantação de atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras.	21.208
010 – Promover a educação ambiental para melhoria da qualidade vida da população do Distrito Federal	21.208
011 – Gerar informações para suporte à gestão ambiental e às práticas sustentáveis no Distrito Federal	21.208
012 – Promover a sustentabilidade das áreas protegidas e o manejo de recursos florestais do Distrito Federal	21.208

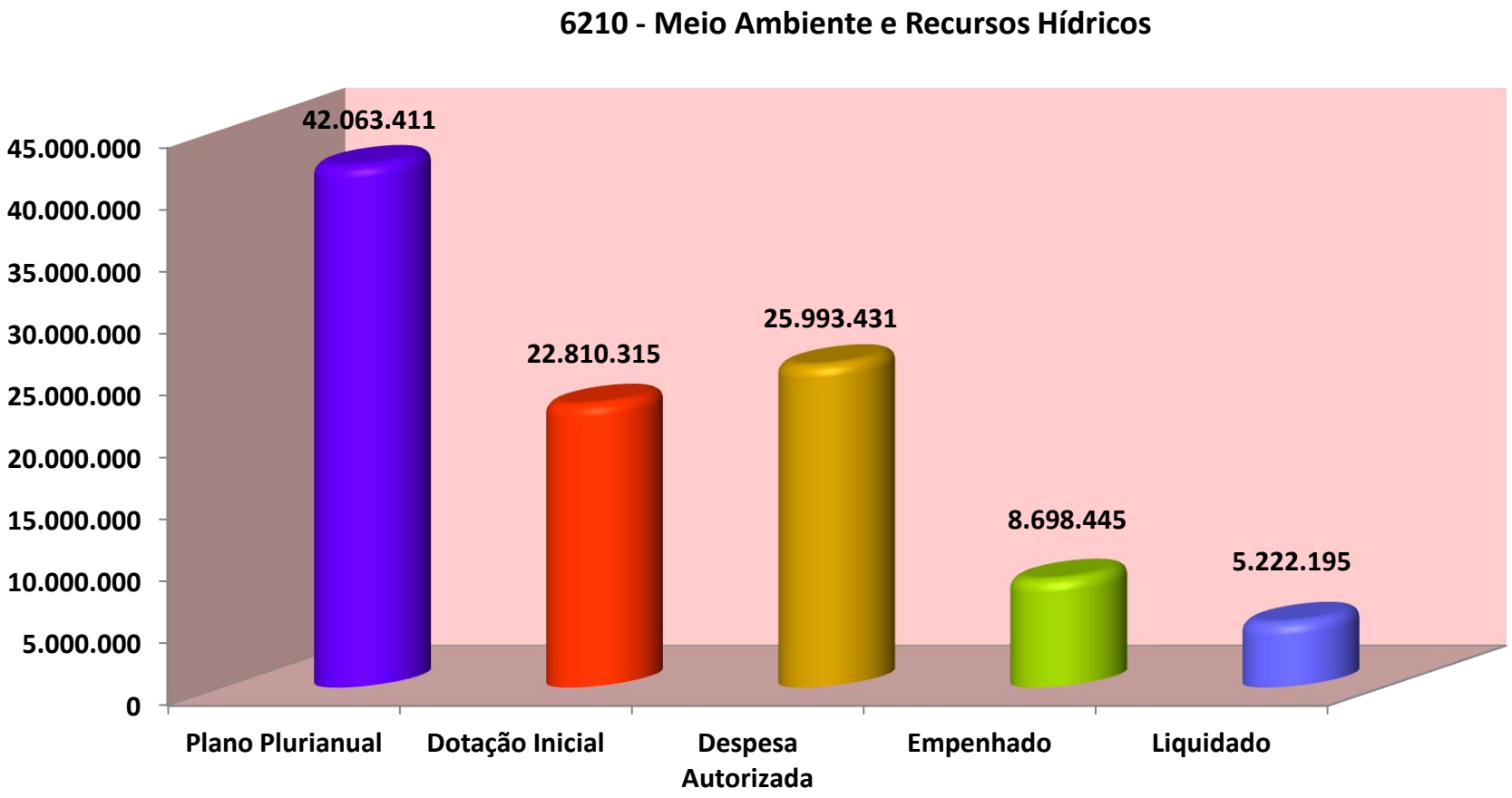
Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013

PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1020 - (EP) Implantação de Parque Ecológico	1.900.000	80.000	0	0	0	0	0
1057 - (EP) Ações de Repovoamento de Fauna e Flora	3.300.000	0	0	0	0	0	0
1234 - (EP) Implantação de Parque Ecológico no Setor de Mansões de Taguatinga	500.000	0	0	0	0	0	0
1262 - (EP) Brasília Sempre Verde	1.500.000	0	0	0	0	0	0
1278 - (EP) Revitalização do Lago Paranoá	2.000.000	5.000	0	0	0	0	0
1295 - (EP) Implantação do Parque Centro de Lazer e Cultura Viva de Sobradinho	3.000.000	5.000	0	0	0	0	0
1670 - Gestão do Projeto de Conservação Ambiental	400.000	400.000	809.821	7.805	7.805	2	2
1766 - Construção de Recintos Para Animais no Jardim Zoológico	131.675	366.000	0	0	0	0	0
1998 - Projeto - Zôo de Conscientização e Educação Ambiental	982.169	310.000	17.053	11.873	11.873	1	1
2214 - (EP) Plano de Preservação do Cerrado e Combate as Queimadas	1.300.000	10.000	0	0	0	0	0
2932 - Preservação das Áreas da Estação Ecológica e do Jardim Botânico de Brasília	469.682	105.000	30.021	30.021	30.021	6	6
3070 - Implantação de Unidades de Conservação	7.758.711	6.000	1.000	0	0	0	0
3092 - Implantação de Agendas Ambientais	79.441	40.000	153.960	8.645	550	11	1
3114 - Realização de Ações para o Manejo dos Recursos Naturais	300.000	0	0	0	0	0	0
3116 - Publicação de Material Científico e Técnico	40.000	0	0	0	0	0	0
3117 - Fortalecimento de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	55.000	0	0	0	0	0	0
3118 - Construção do Museu do Cerrado (Copa 2014)	50.000	0	0	0	0	0	0
3122 - Construção de Complexo Veterinário	250.000	0	0	0	0	0	0
3123 - Construção de Complexo Alimentar e Nutricional	149.730	0	0	0	0	0	0
3124 - Construção de Museu de Ciências Naturais	100.000	0	0	0	0	0	0
3129 - Reforma de Recintos para Animais	319.805	210.000	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
3130 - Construção de Cinema	3.743	0	0	0	0	0	0
3210 - Execução da Política Ambiental	1.481.407	17.000	7.467.628	46	46	0	0
3211 - Elaboração do Plano Diretor de Drenagem	130.000	0	0	0	0	0	0
3212 - Elaboração de Diagnóstico Ambiental	100.000	36.000	0	0	0	0	0
3214 - Implantação de Agendas Ambientais e A-genda 21 Local	90.000	134.600	0	0	0	0	0
3216 - Implantação do Zoneamento Ecológico Econômico	80.000	0	0	0	0	0	0
3217 - Implantação do Programa de Inspeção Veícular	110.000	50.563	0	0	0	0	0
3218 - Construção dos Centros de Inspeção Veícu-lar	100.000	0	0	0	0	0	0
3219 - Elaboração e Divulgação de Mapas Temáti-cos	160.000	25.000	0	0	0	0	0
3220 - Publicação do Atlas Ambiental	100.000	89.923	0	0	0	0	0
3221 - Implantação da Política de Resíduos Sólidos	185.000	131.000	4.459.632	0	0	0	0
3467 - Aquisição de Equipamentos	200.000	60.000	130.000	129.800	129.800	65	65
3489 - Recuperação de Áreas Degradadas	560.000	50.000	0	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	430.000	322.000	1.032.500	1.032.500	584.299	240	136
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	80.000	200.000	200.000	0	0	0	0
3743 - Fortalecimento e Reestruturação do Sistema de Monitoramento dos Recursos Hídricos	1.268.674	1.897.488	1.897.488	1.077.287	988.752	85	78
3983 - Contratação de Consultorias e Auditorias	395.000	32.000	0	0	0	0	0
4086 - Assistência a Animais	2.141.006	1.990.000	1.883.535	1.825.000	1.825.000	85	85
4088 - Capacitação de Servidores	100.000	0	37.117	37.116	37.116	37	37
4089 - Capacitação de Pessoas	580.287	0	0	0	0	0	0
4094 - Promoção da Educação Ambiental e Ações Sustentáveis	120.804	135.000	225.862	84.642	71.414	70	59
4095 - Realização das Atividades de Fiscalização Ambiental	378.006	129.700	378.186	173.775	172.725	46	46
4096 - Realização das Atividades de Licenciamento Ambiental	233.899	129.700	157.872	119.700	119.700	51	51
4097 - Informações para Gestão Ambiental e Práti-cas Sustentáveis	1.766.989	340.000	1.024.370	497.463	489.708	28	28
4098 - Preservação de Áreas Protegidas e Recursos Florestais	904.709	390.000	813.452	456.181	400.475	50	44
4099 - Atendimento de Emergências Ambientais	750.338	492.000	483.332	142.484	106.907	19	14

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4100 - Modernização da Gestão Ambiental	415.937	300.000	324.602	150.085	150.085	36	36
4112 - Realização de Expedições	30.000	0	0	0	0	0	0
4113 - Produção de Mudas da Flora do Cerrado	30.000	551.000	533.000	31.473	19.959	105	67
4135 - Fiscalização de Recursos Hídricos	350.000	350.000	350.000	960	960	0	0
4235 - Educação Ambiental	400.000	563.000	563.000	75.000	75.000	19	19
5183 - Revitalização de Parques	3.801.399	12.857.341	3.020.000	2.806.589	0	74	0
TOTAL DO PROGRAMA 6210	**42.063.411**	**22.810.315**	**25.993.431**	**8.698.445**	**5.222.195**	**21**	**12**


6210 - Meio Ambiente e Recursos Hídricos
45.000.000
40.000.000
35.000.000
30.000.000
25.000.000
20.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
0
42.063.411
22.810.315
25.993.431
8.698.445
5.222.195
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 - Formular políticas nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos, resíduos sólidos, saneamento ambiental, conservação da biodiversidade, educação ambiental, saúde ambiental e condomínios urbanísticos na área do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – SEMARH

Análise do Objetivo Específico

Considerando as metas propostas para o exercício de 2013 e buscando atingir êxito na consolidação das ações para uma efetiva Política de Gestão dos Resíduos Sólidos no DF em consonância com as Políticas Nacionais com vistas ao desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população do DF e entorno, foi efetivado em 30/07/2013 o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº. 13.2.0402.1/2013, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES, cujo objetivo é concessão financeira ao Distrito Federal no valor de R$ 21.300.000,00 (vinte e um milhões e trezentos mil reais) com vistas a promover a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis e gerar benefícios ambientais, a partir de um modelo integrado de gestão de resíduos sólidos. Este projeto tem como meta à implantação de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis que irão atender aproximadamente 33 cooperativas/associações, a maioria sem estrutura adequada para trabalhar. Ainda com relação às atividades na área de Políticas de Resíduos Sólidos, em 2013 a Semarh sanou todas as pendências relativas às "Cláusulas Suspensivas" que impediam a execução do Contrato de Repasse nº. 375357-39/2011, firmado entre o Ministério do Meio Ambiente – MMA, intermediado pela Caixa Econômica Federal, cujo objeto é a Elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no Distrito Federal, incluindo o programa de coleta seletiva. O edital de licitação "Pregão Eletrônico nº 01/2014" foi realizado no dia 03 junho de 2014 e possui prazo de 07 meses para conclusão do objeto licitado.

Objetivando uma maior conscientização e sensibilização na área de Educação Ambiental, a Semarh atendeu por meio de palestras e oficinas aproximadamente de 110 mil pessoas (instituições de ensino, órgãos do governo e população em geral), no período compreendido entre fevereiro a novembro de 2013.

Com relação às ações na área de saúde ambiental, estas são desenvolvidas mediante Plano de Gestão Integrada da Qualidade Ambiental estruturada numa gestão integrada de dados/informações e ações governamentais conjuntas com vistas à melhoria da qualidade ambiental e consequentemente da qualidade de vida da população do DF. Dentre as ações educativas desenvolvidas em 2013 destacam-se: "Campanha de Qualidade Ambiental" (medição de poluentes atmosféricos, níveis de ruídos e índice de radiação solar ultravioleta); "Campanha Ambiental no Trânsito – Operação Ar Puro" e "Projeto Soa Bem" (medição do nível de ruídos).

Com referência à implantação de Agendas ambientais e Agenda 21 a Semarh atuou fazendo a Coordenação do Fórum da Agenda 21 do DF.

Outra ação de grande importância realizada por esta Secretaria no exercício de 2013 foi o lançamento do projeto do Hospital Veterinário que será construído com recursos de compensação ambiental e a entrega de obras em diversos Parques no Distrito Federal conforme quadro abaixo:

Parques com Obras Entregues em 2013

Ítem	Parque	Local
01	Cortado	Taguatinga
02	Uso Múltiplo Da Asa Sul	Asa Sul
03	Tres Meninas	Samambaia
04	Bosque Do Sudoeste	Sudoeste
05	Olhos D´Água	Asa Norte
06	Saburo Onoyama	Taguatinga
07	Jequitibá	Sobradinho
08	Dom Bosco	Lago Sul
09	Ezequias Heringer	Guará
10	Areal	Águas Claras

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atualizar 100% do marco legal de cada área temática, apresentando e consolidando 10 (dez) instrumentos legais	**Avaliação 2012** - A previsão de alcançar três marcos legais para 2012 conforme estabelecido no PPA, foi concretizada, atingimos 100% da meta proposta, com a publicação no mês de agosto de 2012 do Decreto nº 33.853/2012; Decreto nº 33.854/2012 e Decreto nº 33.686/2012, que tratam de adequar e consolidar os instrumentos legais a Política Distrital de Meio Ambiente. A expectativa para 2013 encontra-se na publicação de trabalhos da agenda 21, zoneamento ecológico e políticas de resíduo sólido. **Avaliação 2013 -** Em 2013 a previsão de alcançar 03 marcos legais foi 100% atingida com as seguintes publicações: Decreto n.º 34.472, de 19 de junho de 2013 – Dispõe sobre Grupo de Trabalho para discussão sobre a priorização da não geração de resíduos e estimulação da Coleta Seletiva no Distrito Federal; Decreto nº 34.664, de 12 de setembro de 2013 – Dispõe sobre a instituição do comitê Inter setorial da Política Distrital aos animais e por fim o Decreto nº 34.429, de 10 de junho de 2013 – Dispõe sobre convocação para a IV Conferência Distrital do Meio Ambiente - CDMA.
2. Firmar 04 (quatro) parcerias com organismos nacionais e internacionais buscando fortalecer as políticas ambientais do Distrito Federal	**Avaliação 2012 -** Firmamos uma parceria para 2012 conforme estabelecido no PPA, com entidade pública federal. Através da celebração do convênio nº 768835/2011 Ministério do Meio Ambiente - MMA atingimos 100% da meta proposta. A expectativa para 2013 é a conclusão dos trabalhos de proposta do convênio – MMA - do Zoneamento Ecológico e Econômico do Distrito Federal. O desafio para implementação é compor um quadro técnico que possa desenvolver e monitorar os trabalhos dentro do plano de trabalho proposto. **Avaliação 2013 -** Em 2013 atingimos 100% da meta estabelecida no PPA 2012/2015 (01 parceria). Em 30/07/2013 foi assinado o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 13.2.0402.1/2013, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDES, cujo objetivo é a concessão de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	colaboração financeira ao Distrito Federal com objetivo de promover a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais, a partir de um modelo integrado de gestão de resíduos sólidos no DF.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

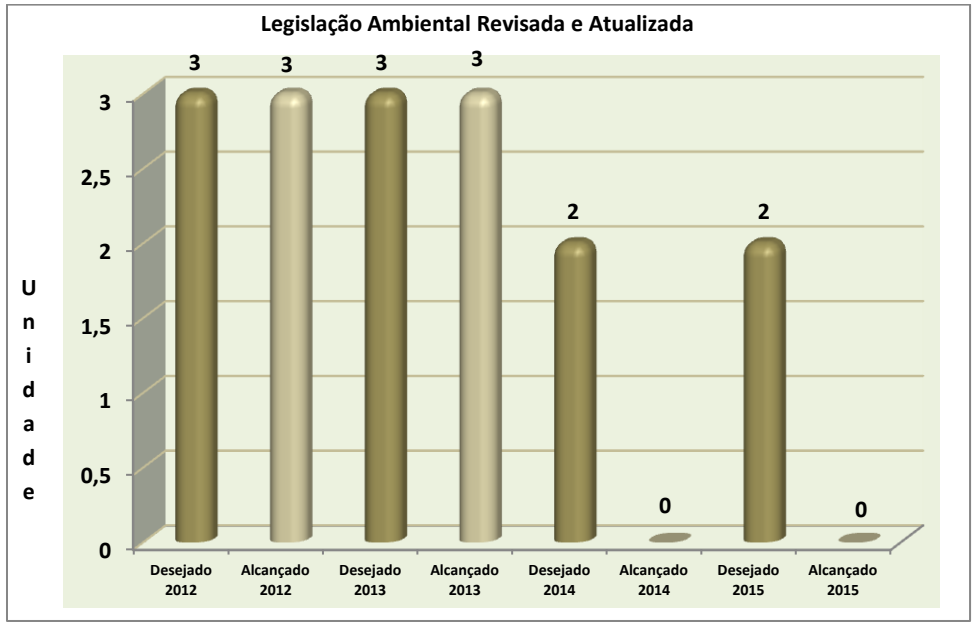
Indicadores:

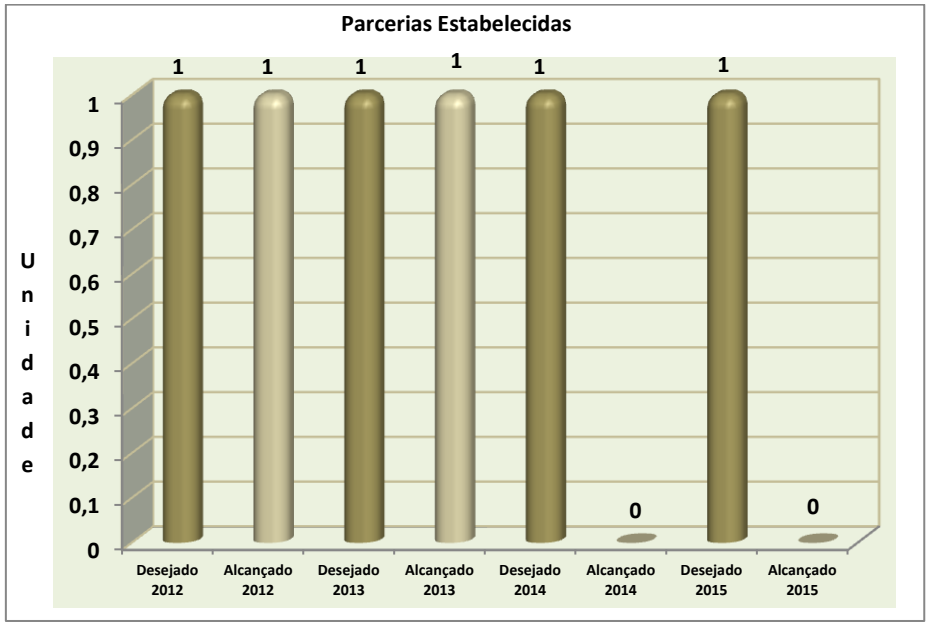
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1009	Legislação Ambiental revisada e atualizada	Unidade	-		Anual	**Desejado**	3	3	2	2	SEMARH
						Alcançado	3	3	-	-	
1010	Parcerias estabelecidas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SEMARH
						Alcançado	1	1	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador - 1009 - Publicação do Decreto nº 34.472, de 19 de junho de 2013, referente ao Grupo de Trabalho para discussão sobre a priorização da não geração de resíduos e estimulação da Coleta Seletiva no Distrito Federal; Decreto nº 34.664, de 12 de setembro de 2013, referente a instituição do comitê intersetorial da Política Distrital aos animais e por fim o Decreto nº 34.429, de 10 de junho de 2013 que trata da convocação para a IV Conferência Distrital do Meio Ambiente-CDMA.

Indicador - 1010 - Efetivado o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 13.2.0402.1/2013 - processo nº 002.000.128/2013, junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES em 30/07/2013, cujo objetivo é a concessão ao DF de colaboração financeira destinada a promover a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais a partir de um modelo intergrado de gestão de resíduos sólidos.


Legislação Ambiental Revisada e Atualizada
Unidade
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
3
3
3
3
2
0
2
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Parcerias Estabelecidas
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
1
1
1
1
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Propor, organizar, fomentar e coordenar sistemas de informações e bancos de dados para a gestão ambiental do território do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL – SEMARH

Análise do Objetivo Específico

As metas relacionadas a este objetivo específico "Implantação de um Sistema de Informação Geográfica-Ambiental – SIG e Publicação do Atlas do Distrito Federal" estavam previstas para serem iniciadas em 2013 e possuíam como pré-requisito a finalização dos estudos de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do DF – ZEEDF que seria realizado mediante formalização de Convênio entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Meio Ambiente MMA, tendo como um dos produtos a elaboração de diversos mapas temáticos que seriam necessários à publicação do Atlas. O estudo do ZEEDF se constitui em um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, que em linhas gerais, tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico e da conservação ambiental, baseando-se em diagnósticos de meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional e no estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial identificada. Assim o estudo visa reunir esforços para a sistematização de dados e informações para subsidiar na identificação e análise de problemas ambientais, com vistas a propor diretrizes legais e programáticas para elaboração de programas, planos e políticas para um desenvolvimento sustentável do território. Desta forma será possível estabelecer ações voltadas à correção de impactos ambientais danosos eventualmente identificados e contribuir com a racionalização do uso e da gestão dos territórios, reduzindo ações predatórias e apontando atividades mais adaptadas às particularidades de cada região.

O referido convênio foi formalizado em 2012 sob nº 40005/2012 e registrado no SICONV sob nº 777033/2012 e tinha execução prevista para ser iniciada no exercício seguinte. Ocorre que em 2013 o referido Convênio não entrou em execução devido ao não repasse de recursos financeiros pela concedente por conta de pendências no CAUC – Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias relativas ao CNPJ principal do GDF. Desta forma, o MMA por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDER, publicou no Diário Oficial da União nº 252, de 30 de dezembro de 2013 – Seção 3, o "Aviso de Cancelamento", tornando sem efeito a publicação do Extrato do Convênio, finalizando assim o instrumento de cooperação. Desta forma não foi possível atingir as metas relacionadas a este objetivo.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar um Sistema de Informação Geográfico-Ambiental do Distrito Federal na SEMARH, compatibilizando-o com outros já existentes em suas unidades vinculadas (2013)	Meta prevista para iniciar em 2013 e não atingida, conforme exposto no item anterior.
2. Elaborar o Atlas Ambiental do DF, em parceria com outras unid. e atualizado a cada 2 anos (2013)	Meta prevista para iniciar em 2013 e não atingida, conforme exposto no item anterior.
3. Disponibilizar informações ambientais às instituições públicas e particulares, às entidades da sociedade civil organizada e ao público em geral (2014/2015)	A iniciar no ano de 2014.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

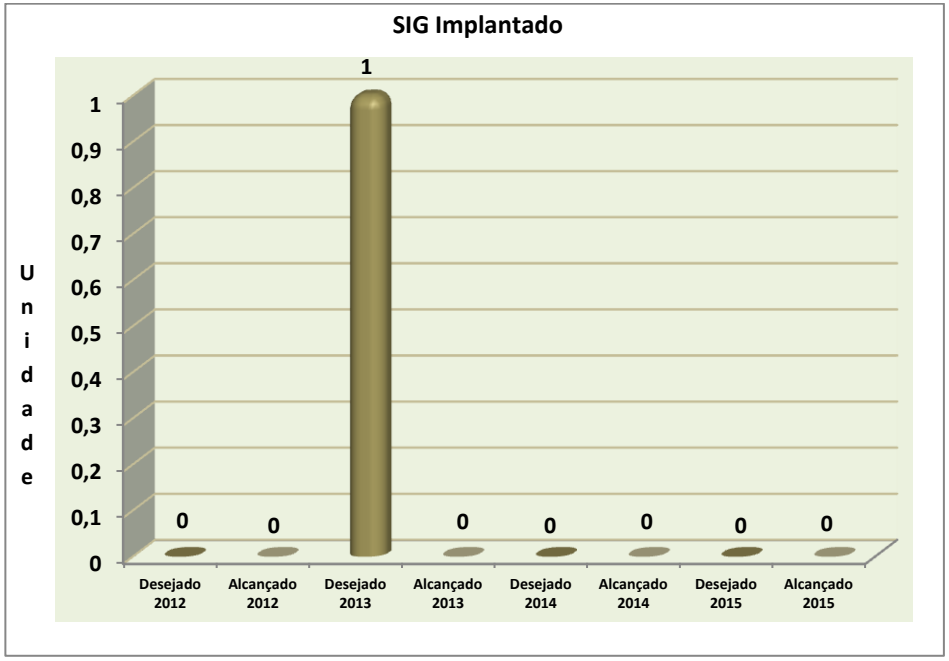
Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1011	SIG implantado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	1	-	-	SEMARH
						Alcançado	-	0	-	-	
1012	Atlas disponibilizado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	1	-	1	SEMARH
						Alcançado	-	0	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1011 - A implantação do Sistema de Informação Geográfica - Ambiental - SIG e a publicação do Atlas do Distrito Federal, possuem como pré-requisito a finalização dos estudos de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do DF. O Convênio nº 40005/2012, registrado no SICONV sob nº 777033/2012 que objetivava a Qualificação e Finalização do Zoneamento Ecológico Econômico do DF - ZEEDF teve o Aviso de Cancelamento publicado no DOU de 30/12/2013, finalizando o instrumento de cooperação.

Indicador 1012 - A implantação do Sistema de Informação Geográfica - Ambiental - SIG e a publicação do Atlas do Distrito Federal, possuem como pré-requisito a finalização dos estudos de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do DF. O Convênio nº 40005/2012, registrado no SICONV sob nº 777033/2012 que objetivava a Qualificação e Finalização do Zoneamento Ecológico Econômico do DF - ZEEDF teve o Aviso de Cancelamento publicado no DOU de 30/12/2013, finalizando o instrumento de cooperação.


SIG Implantado
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
0
0
1
0
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Atlas Disponibilizado
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
0
0
1
0
0
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Financiar projetos com vistas à execução da política ambiental do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.901 – FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL - FUNAM

Análise do Objetivo Específico

O FUNAM em observação ao disposto no art. 2º do Regimento Interno – RI/FUNAM/DF *(Art.2º. São objetivos do FUNAM/DF: I - apoiar programas e projetos voltados para a execução da política ambiental do Distrito Federal; II - promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do Distrito Federal.)* e com o objetivo de apoiar programas e projetos voltados para execução da política ambiental do Distrito Federal, o FUNAM/DF desenvolveu as seguintes atividades:

No que se refere ao indicador "*Editais lançados*", foi elaborada a minuta de Edital nº 01/2013, que se enquadra na modalidade de demanda induzida e tem como objetivo promover a participação da sociedade civil na solução dos problemas ambientais do DF. Este edital foi encaminhado em 05/11/2013 à Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF para avaliação e retornou à SEMARH em 27/12/2013 com observações a serem sanadas. Em virtude das recomendações de adequações sugeridas pela PGDF o edital não foi publicado na data prevista (primeiro trimestre de 2014) e encontra-se em fase de conclusão das adequações propostas. Portanto a meta e/ou indicador previstos para 2013 não foram alcançados.

Quanto ao indicador "*Projetos Apoiados*", o Conselho de Administração do Fundo Único do Meio Ambiente – CAF/FUNAM/DF, em acordo com o disposto no art. 8° do RI/FUNAM/DF e com o objetivo de fomentar a execução da política ambiental do Distrito Federal, aprovou o apoio financeiro a 03 projetos quais sejam: "Consolidação e Informatização da legislação Ambiental do DF"; "Estruturação Física e Institucional da SEMARH/DF" e "Plano de Controle de Poluição Veicular do Distrito Federal – PCPV/DF", por meio de demandas espontâneas. Entretanto, ainda se encontram em tramitação para efetivação do repasse de recursos.

A proposta do projeto de Consolidação e Informatização da Legislação Ambiental do DF foi aprovada pelo CAF/FUNAM e encaminhado para a apreciação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que recomendou a não realização do projeto nos moldes propostos, recomendando adequações diversas para sua consecução. O CAF/FUNAM avaliou as sugestões propostas pela PGDF e decidiu não alterar o escopo do objetivo proposto, decidindo pelo arquivamento do processo e o não financiamento do mesmo.

Os demais projetos aprovados pelo CAF/FUNAM/DF estão em fase de tramitação interna para encaminhamento à apreciação da PGDF.

[1] Art. 8º. Para fins de gestão, fortalecimento e estruturação institucional e execução da política ambiental do Distrito Federal poderão ser propostos programas e projetos pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal - SEDUMA e pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, independentemente de publicação de editais, exigida a aprovação do projeto pelo Conselho de Administração do Fundo - CAF/DF e execução direta pelo FUNAM/DF, com respectiva prestação de contas na forma da legislação vigente.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Lançar 01 edital / ano por demanda induzida	**Avaliação 2012 -** A meta de lançar 01 edital no ano de 2012 não foi alcançada, devido à falta de estrutura administrativo-financeira do FUNAM. A expectativa para 2013 decorre de ter sido solicitado a Casa Civil do Distrito Federal a implantação de estrutura mínima para funcionamento do FUNAM, e dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Executiva de Órgãos Colegiados-SEORC/SEMARH junto ao Conselho Administrativo do Fundo. **Avaliação 2013 –** Embora a estrutura do FUNAM não esteja consolidada a contento, a meta de 01 edital lançado foi alcançada **parcialmente**, sendo que foi elaborada a minuta do Edital de Demanda Induzida e encaminhada á apreciação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, que recomendou ajustes de adequações, o que impediu sua publicação em 2013.
2. Apoiar financeiramente 03(três) projetos por ano	**Avaliação 2012 -** No ano de 2012 a meta de alcançar três projetos não foi alcançada, pelos mesmos motivos apresentados no item 1. Para 2013 temos a expectativa de apoiar financeiramente os Projetos de Revitalização do Parque Recreativo do Gama – Prainha do Gama e Projeto de contratação de consultoria para elaboração do guia de legislação ambiental consolidado. **Avaliação 2013 -** Quanto aos projetos Apoiados pelo CAF/FUNAM/DF não houve alcance total das metas, visto que os mesmos encontram-se em fase interna de avaliação.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

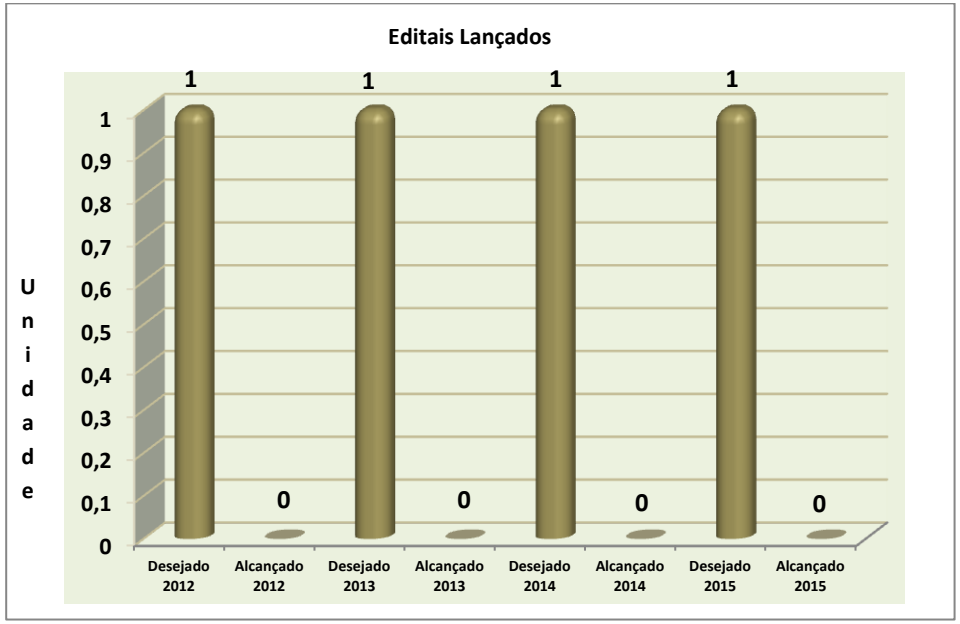
Indicadores:

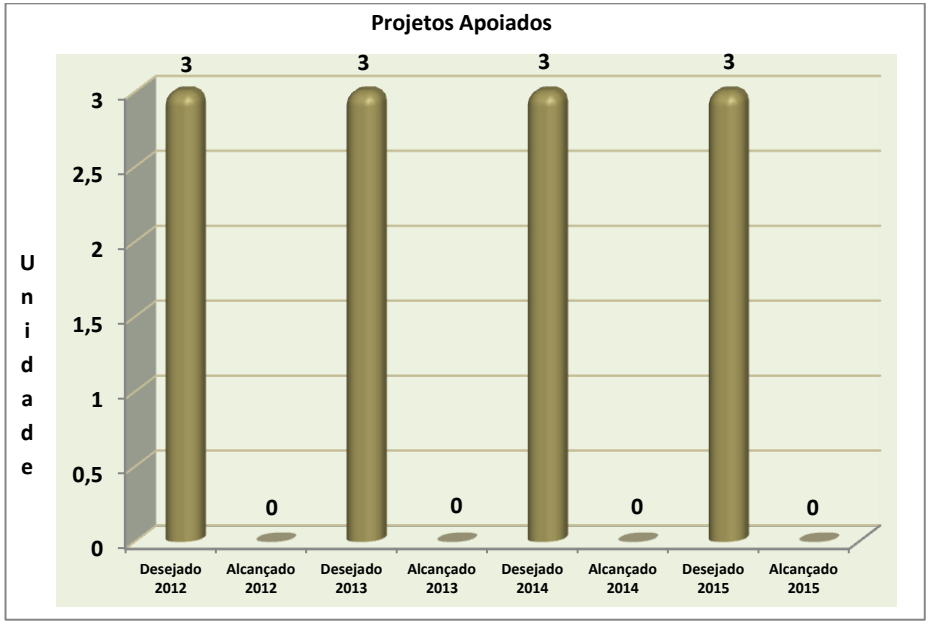
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1013	Editais lançados	Unidade	1	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SEMARH
						Alcançado	0	0	-	-	
1014	Projetos apoiados	Unidade	1	31/12/2010	Anual	**Desejado**	3	3	3	3	SEMARH
						Alcançado	0	0	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1013 - Foi elaborado o edital 01/2013 de demandas induzidas para financiar projetos de educação ambiental, controle ambiental e saneamento ambiental. Edital já avaliado pela PGDF, porém não foi possível publicá-lo, com previsão de publicação no primeiro trimestre de 2014.

Indicador 1014 - O Projeto PCPV - Plano de Controle de Poluição Veicular/DF encontra-se em fase de análise pela comissão técnica; O Processo nº 393.000.107/2013 está em fase de ajustes das recomendações feitas pala PGDF. O Processo nº 393.000.126/2013 também encontra-se em fase de ajustes das recomendações feitas pela PGDF.


Editais Lançados
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
1
0
1
0
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Projetos Apoiados
Unidade
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
3
0
3
0
3
0
3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 – Preservar e Conservar os Recursos Naturais do Bioma Cerrado reduzindo os incêndios florestais, catalogando, manejando e produzindo mudas das espécies nativas, recuperando e construindo infraestrutura para implantação das coleções científicas e preparando ambiente para acolhimento do público da Copa do Mundo de 2014.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.106 – JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - JBB

Análise do Objetivo Específico

Um dos grandes desafios do JBB é a manutenção da integridade dos limites da EEJBB e do próprio JBB.

Devido ao crescimento urbano acelerado no entorno da EEJBB e JBB nossas áreas vem sofrendo pressão antrópica por ciclista, banhistas, pedestres, bem como animais domésticos que formam bandos e atacam os animais silvestres e ameaçam a integridade da Unidade de Conservação. Outro fator refere-se aos incêndios florestais provenientes da queima de podas nas áreas limítrofes. Portanto, o JBB necessita de vigilância sistemática e continuada para evitar os abusos relatados. O JBB ainda não dispõe de cargos específicos de fiscalização ambiental em seu quadro de pessoal para fazer frente às suas necessidades mínimas de proteção e vigilância. O pessoal encarregado destas tarefas (quatro servidores para 5.000 ha) aborda sistematicamente invasores no interior das unidades e, sem o necessário poder de polícia e de punição, tem dificuldades em coibir novas situações. É urgente e necessário que o JBB disponha de pessoal habilitado para o cumprimento deste que é o principal objetivo e a missão maior da Instituição: Conservar os recursos naturais do interior da Estação Ecológica do JBB.

O combate aos incêndios florestais foi realizado com sucesso. Os poucos focos de incêndio identificados no interior das Unidades de Conservação, foram controlados antes que atingissem maiores proporções. Essa realidade é resultado do treinamento de brigadas de incêndio que está sendo realizado de forma continuada pelo JBB.

Foi construída estufa de vidro e implantada amostra da coleção de Cactos, aberta à visitação pública. Esta coleção conta com 1.400 indivíduos, de 40 espécies. Foram construídas mais três estufas para a apresentação ao público visitante das coleções de aráceas e bromélias.

Em 2013 foram produzidas 20.000 (vinte mil) mudas de árvores nativas do Cerrado no viveiro do JBB, as quais deverão ser utilizadas na recuperação de áreas degradadas das Unidades de Conservação.

A preparação do ambiente interno para o acolhimento dos turistas da Copa do Mundo de 2014 atingiu seus objetivos, conforme pode ser demonstrado no aumento de 35% do público visitante e da consequente arrecadação. Foi aberto o café-restaurante no centro de visitantes do JBB, após licitação da exploração do local, o que tem contribuído para a satisfação e aumento do público visitante.

Foi possível recuperar 5(cinco) hectares de áreas degradadas no JBB e na EEJBB, utilizando somente a mão-de-obra disponível para a manutenção das áreas de visitação do JBB e através de parcerias com a sociedade civil. Com a contratação de mão-de-obra específica, espera-se um incremento na atividade de recuperação de áreas degradadas.

Foi concluída, em dezembro de 2013, a contratação de empresa para suprimento da mão-de-obra para a produção de mudas no Viveiro Jorge Pelles.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir 100% dos riscos de incêndios florestais causados pela ação humana	Em 2012, os incêndios florestais na área do JBB/EEJBB foram reduzidos, sendo afetada apenas 1% (um por cento) da área das Unidades de Conservação. Como medida preventiva foram enviadas correspondências à comunidade alertando sobre o risco de incêndio e da proibição de uso de fogo principalmente de queima de podas e de lixo, houve ainda o fortalecimento da fiscalização, a limpeza de aceiros internos e externos e a realização de aceiros negros (uso de fogo) na margem da DF 001 em seu limite com o JBB, EEJBB, Reserva do Roncador do IBGE e Fazenda Água Limpa. Em 2013 a prevenção e combate a incêndios florestais ocorreu com a execução de 26 km de aceiro negro e 93 km de aceiro com máquina, com apoio do Prevfogo/IBAMA. Foi realizado o curso para brigadistas voluntários sendo possível treinar 25 pessoas, entre os quais servidores do Jardim Botânico. Essas medidas foram importantes para que houvesse a redução no número de ocorrência de incêndios no JBB e Estação Ecológica, sendo registrados somente 5 eventos de baixa magnitude, até outubro de 2013, o que corresponde 95% (noventa e cinco por cento) da meta prevista.
2. Catalogar 80% das espécies de flora e fauna existente no JBB e EEJBB	Até 31/12/2012, Foram coletadas e catalogadas 326 amostras de plantas, 30 amostras de madeira, 280 exemplares de frutos e 44 lâminas de pólens de espécies do cerrado que depois do tratamento adequado, foram catalogadas e arquivadas no Herbário do Jardim Botânico de Brasília. O indicie desejado não foi alcançado devido a falta de contratação de profissionais especialistas em botânica. Em 2013 foram incorporadas ao acervo do Herbário 1.020 (hum mil e vinte) exemplares de plantas, sendo: 282 (duzentos e oitenta e duas) proveniente de coleta e 738 (setecentos e trinta e oito) de intercâmbio com outras instituições, que após a devida catalogação foram arquivados no Herbário do JBB. O acervo possui atualmente 30.000 exsicatas (amostra de planta prensada e seca numa estufa com etiqueta contendo informações sobre o vegetal). Para o Monitoramento da fauna o Jardim Botânico de Brasília utilizou várias metodologias tais como: observação direta, Câmara Trap, registro de vestígios (pegadas e fezes). Nos últimos meses de 2013 foram registradas mais 35 espécies da fauna residentes no JBB, sendo: 23 de mamíferos e 12 répteis.
3. Implantar 100% da infraestrutura necessária à manutenção das coleções científicas, até 2014	Até 31/12/2012 o projeto para construção de estufas necessárias à manutenção das coleções científicas, encontrava-se em fase de elaboração. Em 2013, (100%) cem por cento da meta prevista foi atingida com a conclusão da obra de construção de 03 estufas na área de visitação pública para abrigar as coleções científicas existentes e 300 m² de calçamento integrando essa área às demais áreas de visitação do JBB. Foi construída ainda uma estufa de vidro na qual foi implantada amostra da coleção de Cactos, aberta à visitação pública, esta coleção conta com 1.400 indivíduos, de 40 espécies.
4. Produzir 500.000 mudas de espécies nativas do Cerrado	Em 2012, foram preparados 1300 frascos de meio de cultura e reproduzidas 69.650 (sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta) mudas de orquídeas, de 14 espécies ameaçadas de extinção, no laboratório deste Jardim Botânico de Brasília utilizando-se a técnica de micro propagação, superando o índice desejado para o primeiro ano. Em 2013 a técnica de micro propagação continuou a ser utilizada no Laboratório do JBB, foram preparadas por volta de 1.300 frascos de meio de cultura e reproduzidas, aproximadamente 20.000 mudas de orquídeas ameaçadas de extinção. A contratação de empresa para suprimento da mão-de-obra para a produção de mudas no Viveiro Jorge Pelles, foi concluída somente em dezembro de 2013, por este motivo a produção de mudas não atingiu a meta estabelecida no PPA para 2013, no entanto, foram produzidas, aproximadamente, 20.000 (vinte mil) mudas de espécies arbóreas nativas do Cerrado que deverão ser plantadas nas áreas degradadas da Estação Ecológica do JBB, a perspectiva e que no ano de 2014 a meta seja superada.
5. Recuperar 60% das áreas	Em parceria com a Aeronáutica foi realizado o reflorestamento de áreas queimadas e serviços gerais de limpeza das trilhas, poda e

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
degradadas existente no JBB e EEJBB	erradicação de espécies invasoras. Foi recuperado 1 hectare de área degradada no JBB/EEJBB, não sendo alcançada a meta esperada devido a falta de pessoal e mão de obra especializada para a produção de mudas de áreas nativas do cerrado que seriam utilizadas nas áreas degradadas, sendo utilizadas as mudas em estoque para o plantio da área de 1 hectare. Em 2013 a meta prevista no PPA para a recuperação de 10 hectares de áreas degradadas da Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília – EEJBB, não foi atingida na sua totalidade, por falta de mão-de-obra e, consequentemente, de mudas de árvores prontas para plantio. Parte das mudas produzidas foram plantadas na recuperação do modelo filogenético, no jardim da contemplação e demais jardins temáticos do JBB, perfazendo, aproximadamente, 05 hectares de plantio.
6. Implantar e manejar 08 (oito) coleções científicas	No exercício de 2012 não foi iniciado o manejo de espécies nativas ameaçadas de extinção, tendo em vista que não foram nomeados técnicos especializados na área. O JBB trabalhou na manutenção de 4 coleções, Em 2013 as 04 (quatro) coleções científicas existentes foram remanejadas para as estufas recentemente construídas na área de visitação. O manejo e curadoria das coleções de orquídeas, cactos e bromélias estão sendo realizados, embora o JBB ainda ressinta a falta da contratação de consultorias especializadas para a identificação, classificação e catalogação de algumas espécies dessas coleções.
7. Realizar 16 expedições para qualificação das coleções	Em 2012 foram realizadas expedições internas nas áreas da EEJBB e JBB e externas na APA do Cafuringa/DF, no Condomínio Belvedere Green- Lago Sul e no Tororó, com o objetivo de coletar material botânico para o acervo existente no Herbário deste JBB. Em 2013 foram realizadas expedições internas nas áreas da EEJBB e JBB para a coleta de material botânico e expedições externas para a cidade de Fortaleza/CE, com o objetivo de participação no 1º Simpósio sobre Cultivo de Orquídeas, Rio de Janeiro/RJ para participação no Seminário Rotas para Vanguarda e em Reunião Técnica na Petrobras e Cidade de São Paulo/SP para capacitação de servidora do Herbário no Curso de Gerenciamento de Herbário, bem como, à zona rural do município de Nova Roma/GO, para realização de coletas de sementes para a produção de mudas nativas do cerrado.
8. Realizar 78 eventos de capacitação, culturais e de divulgação	Em 2012 foi realizada a capacitação de 40 militares em Técnicas de Reflorestamento, combate a incêndio, jardinagem, conservação e manutenção de áreas silvestres do Cerrado; capacitação de 45 moradores de comunidades de baixa renda do Complexo do Alemão em Permacultura, na cidade do Rio de Janeiro, por ocasião do evento Rio + 20; e ainda a capacitação de 50 pessoas da comunidade brasiliense e 06 servidores do JBB no curso de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, entre os meses de maio e julho de 2012. Em 2013 O Jardim Botânico de Brasília em parceria com o IPEA; IBRAM e Ministério de Desenvolvimento Social, realizou eventos externos em comemoração a Semana de Saúde e Qualidade de Vida, Semana de Ciência e Tecnologia, nos quais foram beneficiadas várias pessoas da comunidade em geral. Com o projeto Orquídeas nas quadras foram implantadas 200 orquídeas na praça da igrejinha Nossa Senhora de Fátima em homenagem as vítimas do incêndio em, Santa Maria – RS, sendo uma muda de orquídea para cada jovem que perdeu a vida e ainda a implantação de 100 (cem) mudas de orquídeas no condomínio Belvederes Green Lago Sul/DF. O JBB firmou Acordos de Cooperação com o IBICT – Instituto Brasileiro de Iniciação a Ciência e a Tecnologia, que tem por objetivo o desenvolvimento de atividades conjuntas visando à implantação de sistemas de informação e outras ferramentas informacionais para a atividade de gestão, educação ambiental, pesquisa e divulgação de conteúdos técnico-científicos; e outro com a Universidade Católica, com o objetivo de implementar a cooperação técnica visando ao desenvolvimento de políticas para coleções botânicas e conservação *ex situ* (incluindo a viabilização técnica e financeira de um programa de resgate de flora em áreas impactadas por obras e projetos de desenvolvimento, curadoria de coleções botânicas e intercâmbio de acervo) e ao desenvolvimento de pesquisa nas áreas de biodiversidade, tecnologias ambientais e biotecnologia.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1015	Área degradada recuperada do JBB e EEJBB	Hectare	-	-	Semestral	**Desejado**	10	10	35	35	Jardim Botânico
						Alcançado	01	01	-	-	
1016	Espécie catalogada (fauna e flora)	%	50	31/12/2010	Anual	**Desejado**	55	60	70	80	Jardim Botânico
						Alcançado	52.5	57,8	-	-	
1017	Manejo de espécie ameaçada de extinção	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	1	2	2	Jardim Botânico
						Alcançado	0	0	-	-	
1018	Produção de mudas	Unidade	7.000	30/06/2011	Quadrimestral	**Desejado**	56.000	107.500	159.000	210.000	Jardim Botânico
						Alcançado	69.650	20.000	-	-	
1019	Manejo das coleções	Unidade	2	30/06/2011	Semestral	**Desejado**	3	5	6	8	Jardim Botânico
						Alcançado	4	4	-	-	
1020	Reprodução *in vitro* de espécies nativas e híbridas	Unidade	14	30/06/2011	Anual	**Desejado**	16	18	20	22	Jardim Botânico
						Alcançado	14	14	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1015 - Foi recuperado 1 hectare de área degradada do modelo filogenético, no Jardim de contemplação, e demais Jardins temáticos do JBB, com a plantação de mudas do cerrado. O índice desejado não foi alcançado devido a falta de mão de obra, e consequentemente, de mudas de árvores prontas para plantio, por motivo de a contratação de mão de obra ter ocorrido somente ao final do referido exercício.

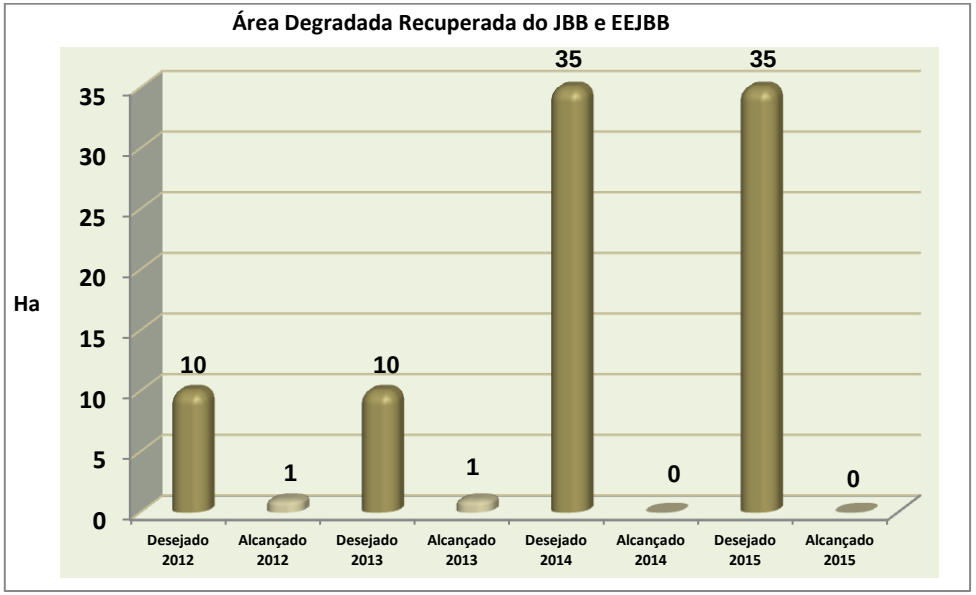
Indicador 1016 - Durante este ano, foram incorporadas 1020 exemplares de excicatas, sendo 268 provenientes de coleta e 738 recebidas por meio de intercâmbio com outras instituições que após a catalogação foram devidamente arquivadas no Herbário do JBB

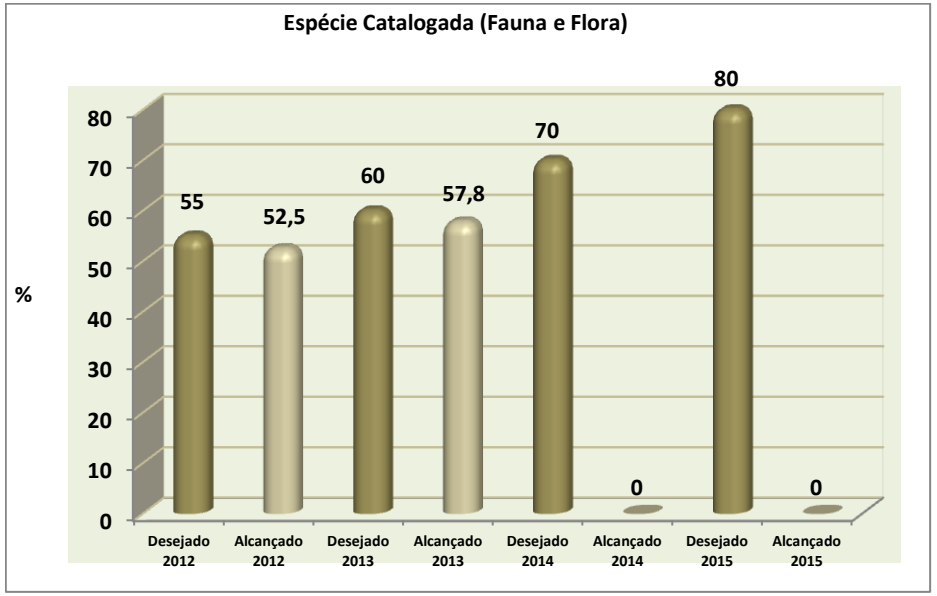
Indicador 1017 - O manejo de recursos naturais continuou prejudicado em 2013, não sendo iniciado o manejo de espécie nativas ameaçadas de extinção, tendo em vista que não foram nomeados os técnicos especializados nesta área.

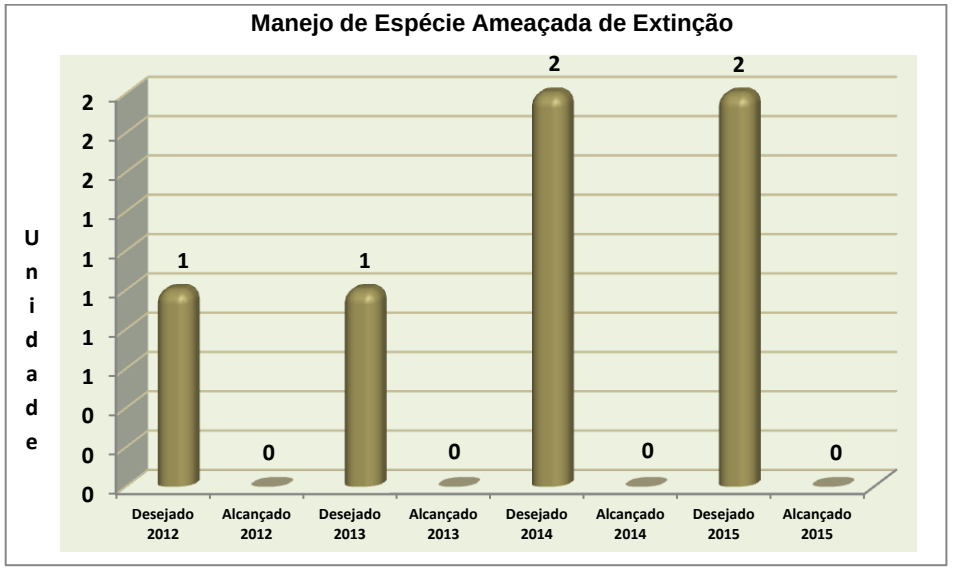
Indicador 1018 - Entre maio e outubro de 2013 foram produzidas 20.000 (vinte mil) mudas de espécies arbóreas nativas do Cerrado. Em dezembro de 2013 ocorreu a contratação de empresa com mão de obra especializada que irá contribuir para atingir os índices desejados no próximo exercício.

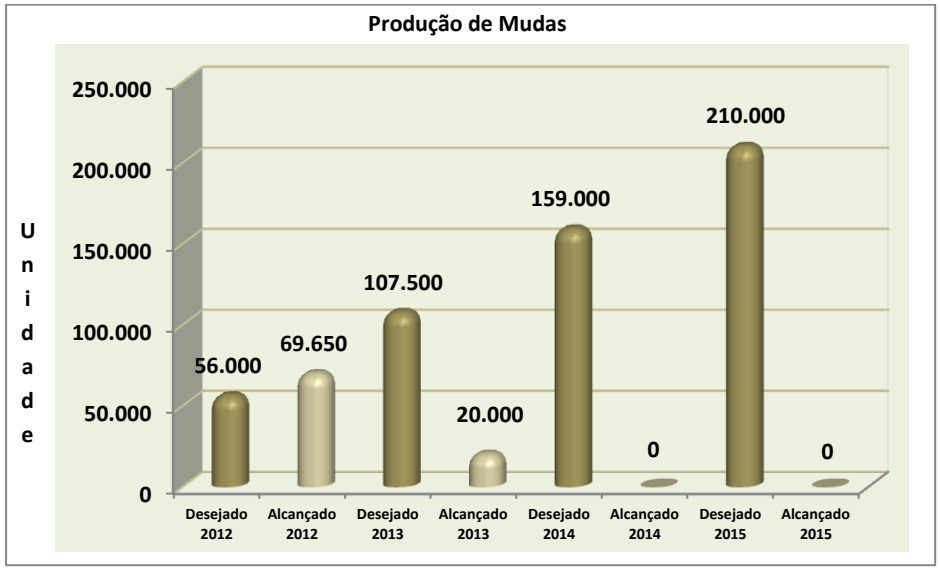
Indicador 1019 - Embora o JBB ressinta a falta de contratação de consultorias especializadas para a identificação, classificação e catalogação de algumas espécies, continua em adequação o manejo e a ampliação das coleções, que dependem de mão de obra especializada e de jardineiros para o manejo adequado. Foram construídas 03 estufas para abrigar as coleções de plantas e 300 metros de calçamento integrando essa área as demais áreas de visitação do JBB.

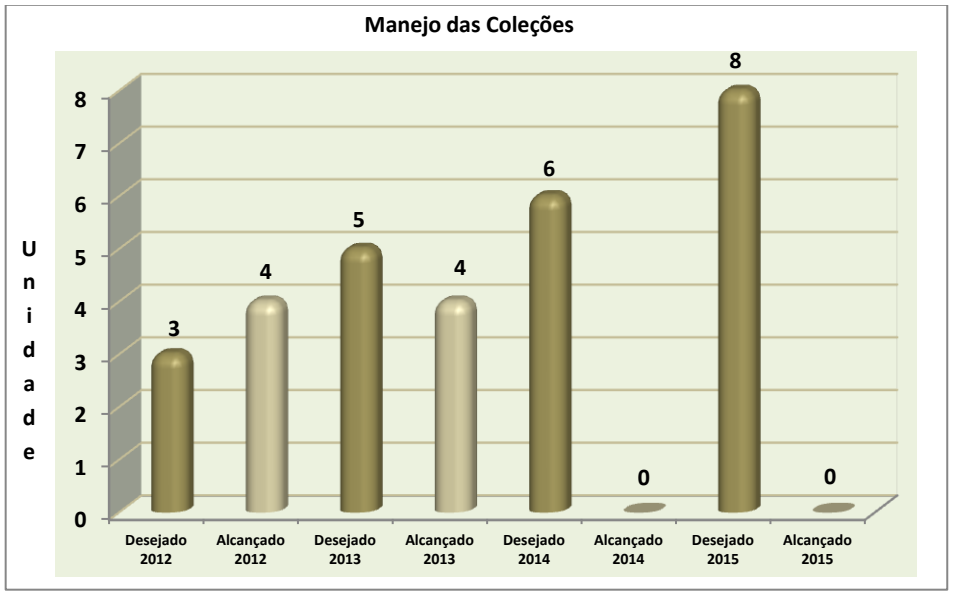
Indicador 1020 - Continuam sendo reproduzidas 14 espécies de orquídeas, utilizando a técnica de micropropagação. Não foi possível aumentar o índice de 14 para 18 as espécies que são reproduzidas in vitro devido a falta de especialista dedicado à pesquisa e revisão bibliográfica para apoiar a iniciativa.

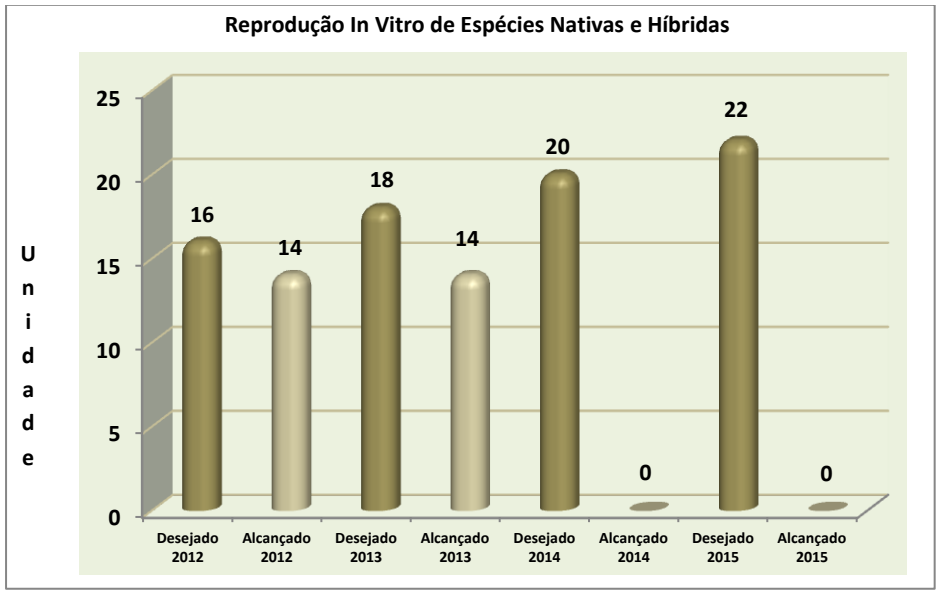





Manejo de Espécie Ameaçada de Extinção
Unidade
0
1
2
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015
1
0
1
0
2
0
2
0


Produção de Mudas
Unidade
0
50.000
100.000
150.000
200.000
250.000
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015
56.000
69.650
107.500
20.000
159.000
0
210.000
0


Manejo das Coleções
Unidade
0
1
2
3
4
5
6
7
8
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015
3
4
5
4
6
0
8
0


Reprodução In Vitro de Espécies Nativas e Híbridas
Unidade
0
5
10
15
20
25
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015
16
14
18
14
20
0
22
0

Objetivo Específico: 005 – Tornar o Jardim Botânico de Brasília um Centro de Referência do Bioma Cerrado.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.106 – JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - JBB

Análise do Objetivo Específico

Durante o exercício de 2013 o Jardim Botânico de Brasília - JBB tomou a iniciativa de propor aos administradores das outras Unidades de Conservação da APA Gama e Cabeça-de-Veado a implantação de um consórcio de Unidades de Conservação, convocando algumas reuniões com a participação do setor responsável do Ministério do Meio Ambiente. As discussões evoluíram para a formação do consórcio e está aguardando a formação da secretaria executiva, com membros de todas as unidades de conservação, para sua real constituição.

Foi iniciada a construção da sede do Centro de Excelência do Cerrado – CEEX, no final de 2013, a qual deverá estar concluída no final de 2014, início de 2015. Novamente, o JBB convocou reuniões com a comunidade científica do DF e do Brasil, incluindo universidades, centros de pesquisas, organizações não governamentais, entre outras associações e agremiações, para discutir a composição e constituição do CEEX. Está em finalização, documento resultante das reuniões, que indica as principais diretrizes do Centro: Missão, Objetivos e Estratégias.

Foi aberto o café-restaurante no centro de visitantes do JBB, após licitação da exploração do local, o que tem contribuído para a satisfação e aumento do público visitante. Também, contribuiu para este fato, a construção de mais três estufas para exposição de coleção de bromélias e aráceas, construção de ambiente em vidro para a exposição da coleção de cactos, construção de passeios e calçadas, fomento da coleção de orquídeas, promoção de eventos culturais na área do JBB, entre outros.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Fortalecer 3 cadeias de produtos da sociobiodiversidade	Ação não iniciada até 31/12/2012. Em 2013 foram realizadas exposições, cursos e palestras para pequenos produtores de mel e orquídeas, contribuindo para o fortalecimento dessas cadeias produtivas.
2. Construir o Museu do Cerrado, até 2014	Ação não iniciada até 31/12/2012 A concepção do Museu evoluiu para a implantação de um Centro de Excelência de Estudos do Cerrado, a construção da Sede do Centro de Excelência do Cerrado foi iniciada em 2013, O espaço físico disporá de biblioteca virtual do Cerrado, auditórios, salas de aulas, espaços para exposições e apresentações em geral.
3. Aumentar em 75% o público visitante anual do Jardim Botânico de Brasília	Em 2012 o público visitante anual do Jardim Botânico superou a meta estipulada passando de 50.000 pessoas/ano para 60.000 pessoas/ano aproximadamente, sendo: 39.540 público pagante, 8.848 pessoas de grupos atendidos pela Educação Ambiental e 12.000 pessoas praticantes de caminhada matinal. Em 2013 A visitação do JBB aumentou de, aproximadamente, 60.000 pessoas/ano para 80.000 pessoas/ano em 2013, o que representa 35% a mais de público visitante. Sendo que 17.663 foram atendidas pela equipe de educadores ambientais Em novembro de 2013 foi firmado o contrato de concessão de uso do espaço denominado Café do Centro, na área de visitação

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	pública do JBB, para a comercialização de alimentos com a finalidade de disponibilizar aos visitantes um local adequado à alimentação e possibilitar aumento do tempo de permanência no órgão e satisfação dos serviços prestados. Entre as atividades orientadas pela equipe destacam-se as trilhas interpretativas nas quais os alunos tem oportunidade de conhecer as fitofisionomias do cerrado, conhecer as principais espécies da flora e da fauna que ocorrem no Jardim e Estação Ecológica. No Jardim Evolutivo podem perceber a diferença entre as plantas mais primitivas e as evoluídas, no jardim de cheiro conhecem as espécies de ervas utilizadas na farmacopeia popular que as usam para diferentes fins, aprendem também sobre o valor econômico de algumas espécies.
4. Realizar 12 eventos de cultura socioambiental	A meta para realização de eventos de cultura socioambiental foi superada, sendo realizados até 31/12/2012 o total de 22 eventos, entre eles: 04 Feiras de Orquídeas, Feira do Mel, Palestra sobre os "Rios Voadores", Concertos no Jardim em parceria com a Escola de Música de Brasília, Exposições fotográficas, Festival Land Art, Oficinas Fotográficas, Circuito Cross Parque de Corrida, Acampamento de Escoteiros, Projeto Correndo nas Trilhas, entre outros. Em 2013 O Projeto Concerto no Jardim em sua edição de 2013 consistiu de 5 apresentações, sendo três no primeiro semestre e duas no segundo, com um público estimado de 380 pessoas. Em agosto de 2013 o JBB preparou uma extensa programação para o mês do cerrado dentre elas: Exposição patrocinada pela Caixa Econômica Federal: Patrimônio de todo o Brasileiro – fotos e textos sobre as edificações e espaços considerados Patrimônios da União. Recepção de estudantes com realização de trilhas, observações de aves, apresentação de vídeos e palestra sobre o Cerrado. Avistar Brasília – Atividade de identificação das aves, voltada para crianças e adolescentes, acompanhados de técnicos especialistas, promovida em conjunto com a Sociedade de Ornitologia de Brasília no JBB. Celebração Musical: Show com Eduardo Rangel, com a Banda Os Mokambos e concerto da Escola de Música de Brasília. Lançamento do jogo virtual infanto-juvenil "Vamos Caryocar?" desenvolvido em parceria com o IBICT e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Intervenção urbana no dia do Cerrado: campanha "não deixe o Cerrado Queimar", Plantio de mudas de espécies nativas do Cerrado com a Escola Classe Jardim Botânico. Realização da Feira Nacional de Orquídeas e Feira do Mel
5. Publicar 2 livros técnicos	Até 31/12/2012 o Jardim Botânico de Brasília atingiu a meta estipulada para o exercício de 2012 com a elaboração e a publicação de 04 volumes da revista "HERINGERIANA", contendo trabalhos de pesquisa e levantamento da fauna e da flora do bioma Cerrado e a elaboração e publicação do livro: "VIDA, UMA POESIA AO CERRADO", por meio de parceria com a Gráfica do Senado Federal. Em 2013 O JBB elaborou e publicou 2 volumes da revista científica "HERINGERIANA", contendo trabalhos de pesquisa e levantamentos da fauna e da flora do bioma Cerrado.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1021	Cadeia produtiva fortalecida	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	0	1	1	1	Jardim Botânico
						Alcançado	0	0	-	-	
1022	Aumento de visitação	%	-	-	Anual	**Desejado**	10	10	40	15	Jardim Botânico
						Alcançado	20	35	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

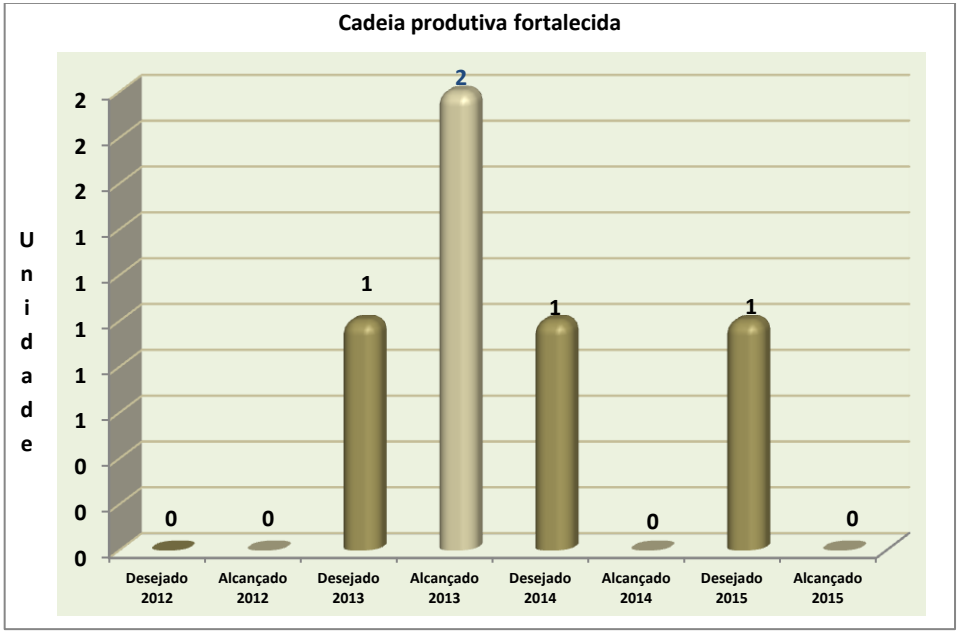
Indicadores:

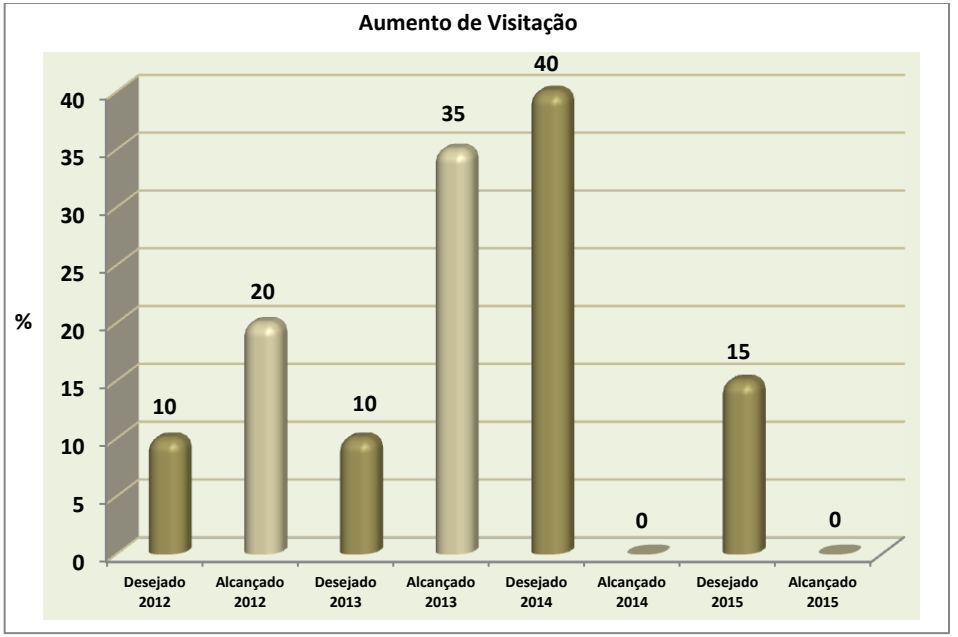
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1021	Cadeia produtiva fortalecida	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	0	1	1	1	Jardim Botânico
						Alcançado	0	2	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1021- Em função das parcerias com a Associação de Apicultores do Distrito Federal e com a Associação de Orquidófilos do Distrito Federal, foram realizados cursos, exposições e palestras, no JBB, que contribuíram para o fortalecimento das cadeias produtivas desses produtos.

Indicador 1022 - A visitação aumentou aproximadamente de 60.000 para 80.000 pessoas/ano, o que representa 35% a mais de publico visitante no JBB. sendo que 17.663 pessoas foram atendidas pelos Educadores Ambientais. Foi firmado o contrato de concessão de uso do Café do Centro, na área de visitação pública para comercialização de alimentos, que disponibilizou aos visitantes um espaço adequado à alimentação possibilitando maior permanência deles no Órgão.


Cadeia produtiva fortalecida
Unidade
0
0
1
2
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Aumento de Visitação
%
10
20
10
35
40
0
15
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Análise do Objetivo Específico

As ações vinculadas a este objetivo estão voltadas aos processos de Regulação, Monitoramento, Outorga e Fiscalização dos usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no âmbito do Distrito Federal. Objetivando uma gestão integrada, tornam-se imperativas ações focadas na adequação da demanda à limitada oferta de água no Distrito Federal, buscando fazer frente à crescente demanda quali-quantitativa por esses recursos. Visando o desenvolvimento pleno dessas atividades, é necessária e fundamental a existência de normativos que possibilitem, não só ao regulador como também ao usuário, conhecer os procedimentos que norteiam as decisões para disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos.

Dentre as ações realizadas em 2013, voltadas a estes fins, destacam-se: a regularização de captação de água subterrânea e superficial por meio de outorgas; o fortalecimento do monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal por meio da rede de estações hidrometeorológicas e poços; as ações de fiscalização de recursos hídricos e a edição e revisão de normativos relacionados aos recursos hídricos.

Mais especificamente, na área de regulação, destacam-se: a revisão textual da Resolução nº 163 que estabelece as sanções para as ações de fiscalização dos usos de recursos hídricos no Distrito Federal; a partir desta revisão ocorre a separação entre o normativo que trata das sanções aplicáveis e os procedimentos de fiscalização, os quais estão sendo tratados em uma Resolução conjunta para todas áreas que exercem a atividade de fiscalização na ADASA; a Resolução de concessão de outorga para captação por meio de caminhão-pipa e a Resolução sobre o Enquadramento dos Corpos Hídricos.

Na área de Outorga, a ADASA, desde maio de 2005, já emitiu 13.854 outorgas do direito de uso de recursos hídricos, sendo 2.623 emitidas em 2013.

O monitoramento da qualidade das águas superficiais do Distrito Federal é feito desde 2009 e ocorre, com a periodicidade trimestral, em 57 estações localizadas em todas as Unidades Hidrográficas (UH's). Além disso, também são monitorados todos os pontos localizados a montante e a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da Caesb. Em cada campanha de monitoramento são analisados 18 (dezoito) parâmetros qualitativos incluindo coliformes, fósforo, nitrogênio, DBO, dentre outros. A partir de março de 2013 as águas subterrâneas também passaram a ser monitoradas, com periodicidade semestral, nos 84 (oitenta e quatro) poços que compõem a rede de monitoramento do DF. Em cada campanha foram analisados 11 (onze) parâmetros qualitativos incluindo cloretos, ferro, manganês, coliformes, dentre outros. Além disto, em 2013, foram produzidos gráficos históricos de vazão e pluviosidade para todas as estações da ADASA. A implantação da rede de monitoramento das águas subterrâneas foi concluída em novembro de 2012, com a entrega de 42 (quarenta e dois) pares de poços. O monitoramento quantitativo (nível estático) e qualitativo foi iniciado em março de 2013 por uma empresa especializada contratada, sob a supervisão de técnicos da Coordenação de Informações Hidrológicas da ADASA.

Foi iniciado, em 2013, a fase de implantação de um Centro de Operações das Águas (COA). O COA consistirá em um núcleo de geração de informações para o público interno da ADASA e para toda sociedade. No COA, as informações geradas a partir do monitoramento, outorga, fiscalização e regulação de recursos

hídricos serão compiladas, trabalhadas e visualizadas de maneira rápida e prática. Além disto, foi dada continuidade às atividades relacionadas ao geoprocessamento como parte da rotina da ADASA e são produtos de demandas internas e externas. Os cálculos de áreas de contribuição, elaboração de mapas, plotagem de pontos, elaboração de shapes, etc, são imprescindíveis para as atividades da ADASA e para a divulgação das informações produzidas. Além disto, o Sistema de Recursos Hídricos (SISRH) que foi entregue em setembro de 2012, foi homologado e colocado em produção em abril de 2013. Este sistema auxiliou na padronização de processos de trabalho, assim como no armazenamento único de dados sobre os usuários de recursos hídricos, outorga, fiscalização e monitoramento.

As ações de fiscalização de recursos hídricos retiram seu fundamento legal da Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, e da Lei Distrital nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, que reestrutura a ADASA e dispõe sobre recursos hídricos e serviços públicos no Distrito Federal e dá outras providências. Foram recebidas através do Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação de Conflitos – SAM, 127 (cento e vinte e sete) denúncias pertinentes à fiscalização de recursos hídricos. Em 2013, foram emitidos 860 (oitocentos e sessenta) atos de fiscalização resultantes de atividades de atendimento a denúncias, solicitações de órgãos internos e externos divididos em: 117 Relatórios de Vistoria, 723 Termos de Notificação, 12 Termos de Vistoria, 07 Autos de Infração de Advertência, 01 Auto de Infração de Multa e 06 Termos de Responsabilidade por Lacração de Poços.

No período de janeiro a dezembro de 2013, foram feitos 2649 (dois mil seiscentos e quarenta e nove) atendimentos aos usuários de recursos hídricos. Estes atendimentos relativos a recursos hídricos englobam informações sobre andamento de processos, anexação de documentos ao processo, entregas de outorgas, entradas de outorga, informações sobre outorga e informações sobre fiscalização. Dos 2649 atendimentos realizados relativos à área de recursos hídricos 77% foram presenciais.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar e operar a rede de monitoramento de águas subterrâneas do Distrito Federal contendo 128 poços piezométricos	A implantação da rede de monitoramento das águas subterrâneas foi concluída. Foram realizados ajustes no projeto original, chegando à perfuração de 42 dos 64 pares de poços previstos. Em função de atrasos e descumprimento parcial do contrato (entregas não conformes, ausência da instalação de equipamentos previstos) pela empresa vencedora do certame licitatório, o contrato foi rompido pela ADASA e tomadas as medidas cabíveis por parte da Agência. Em função destes problemas a ADASA reavaliou a necessidade desta expansão, visto que todos os sistemas hidrogeológicos do DF já estão contemplados por conjunto de poços de monitoramento, chegando à conclusão que o sistema atende muito bem suas finalidades, sem necessidade da perfuração do restante dos poços. Assim sendo, a rede está concluída com 84 poços piezométricos. Análises quantitativas (nível estático) e qualitativas são realizadas desde março de 2013.
2. Reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais do Distrito Federal de forma articulada com demais órgãos (CAESB, ANA e afins)	A rede de monitoramento de águas superficiais do Distrito Federal atualmente é composta por 61 estações, distribuída nas suas sete principais bacias hidrográficas, sendo que 44 delas são compostas por equipamentos modernos que permitem a leitura e o registro contínuos de dados de nível de água e da quantidade de chuva, além de serem os pontos de referência de coleta de amostras de água para a determinação da qualidade da água dos rios. Nos outros 17 pontos análises trimestrais de qualidade de água são realizadas. A partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a ANA para o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas, nove estações da ADASA foram escolhidas para compor a rede nacional de qualidade das águas. Atualmente todas as 40 Unidades Hidrográficas do Distrito Federal são cobertas com algum tipo de monitoramento, possibilitando a criação de mapas de criticidade em relação à qualidade e quantidade de água.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
3. Cadastrar e regularizar 80% dos usuários da Unidade de Análise Hidrológica – UAH 33 da Bacia do Descoberto	Em 2012, foram emitidos 2.544 atos de outorga de direito de uso de recursos hídricos nas 40 UH do DF. Em 2013 foram emitidos mais 2.623 atos de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Neste período inicial ainda não foi possível a concentração dos trabalhos especificamente nesta UH em razão das altas demandas em todo o DF, porém foi elaborado um projeto (em função dos resultados do monitoramento realizado pela agência) que define as UH's prioritárias.
4. Elaborar normativos visando à padronização de procedimentos de outorga, fiscalização e monitoramento dos recursos hídricos, considerando-se as especificidades das regiões do Distrito Federal	Foi realizada a revisão textual da Resolução nº 163 que estabelece as sanções para as ações de fiscalização dos usos de recursos hídricos no Distrito Federal; A partir desta revisão ocorre a separação entre o normativo que trata das sanções aplicáveis e os procedimentos de fiscalização, os quais estão sendo tratados em uma Resolução conjunta para todas áreas que exercem a atividade de fiscalização na ADASA. Foi elaborada a Resolução nº 13/2014 que estabelece os critérios e procedimentos para captação de água por meio de caminhão pipa. Caminhão-pipa: Atividade culturalmente realizada no Distrito Federal ainda não possuía critérios normativos. Em 2013, a ADASA propôs à sociedade, em parceria com as associações que representam o segmento dos proprietários de caminhão-pipa normatização que pudesse regularizar a atividade e inibir captações clandestinas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1023	IAGRH – Indicador ADASA de Gestão de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	**Desejado**	0,336	0,567	0,737	0,869	Relatório de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	0,639	0,907	-	-	
1024	IRRH – Índice de Regularização de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	**Desejado**	0,109	0,197	0,269	0,329	Relatório de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	0,338	0,508	-	-	
1025	IFRH – Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos	%	-	-	Anual	**Desejado**	0,227	0,370	0,468	0,540	Relatório de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	0,301	0,3988	-	-	
1026	IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	%	8,72	31/12/2010	Anual	**Desejado**	9,15	9,61	10,09	10,59	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	9,19	10,33	-	-	
1027	IES – Índice de Desenvolvimento Social	%	7,4	31/12/2010	Anual	**Desejado**	7,77	8,15	8,57	8,99	Relatórios de Atividades Núcleo de Atendimento ao Cliente – NAC/ADASA
						Alcançado	8,64	9,43	-	-	
1028	IQT – Índice de Qualidade Técnica	%	0,66	31/12/2010	Anual	**Desejado**	0,69	0,73	0,76	0,80	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	0,27	0,45	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1023 - O índice é composto por outros dois indicadores - IRRH + IFRH. Assim sendo, são considerados os números de outorga e de fiscalização do uso de recursos hídricos. Este resultado alcançado reflete as 2623 outorgas concedidas e os 860 atos de fiscalização realizados no período.

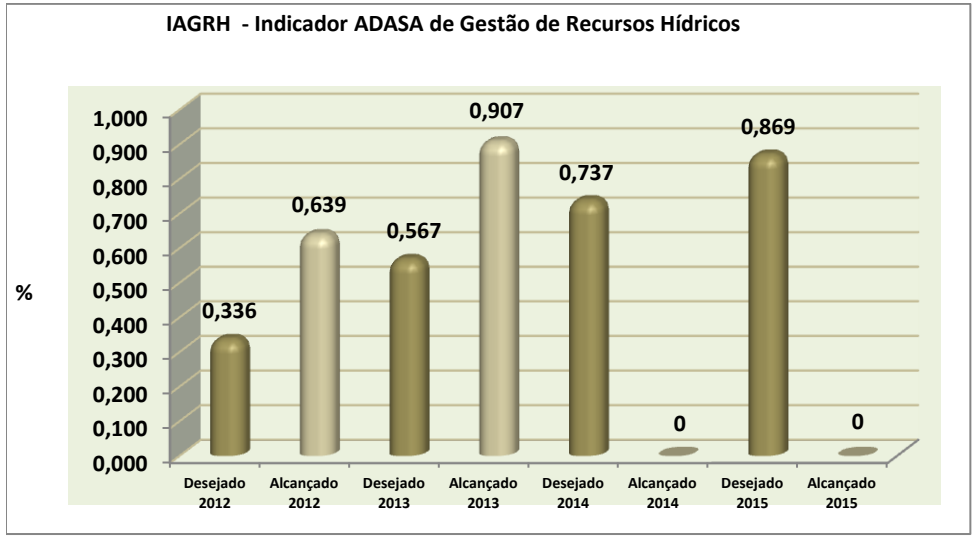
Indicador 1024 - O índice reflete o total de outorgas de uso de recursos hídricos concedidas pela ADASA, relacionando as que ocorreram dentro do atual ciclo de PPA com o total. Neste caso a superação da meta traz o impacto das 2623 outorgas concedidas no ano de 2013.

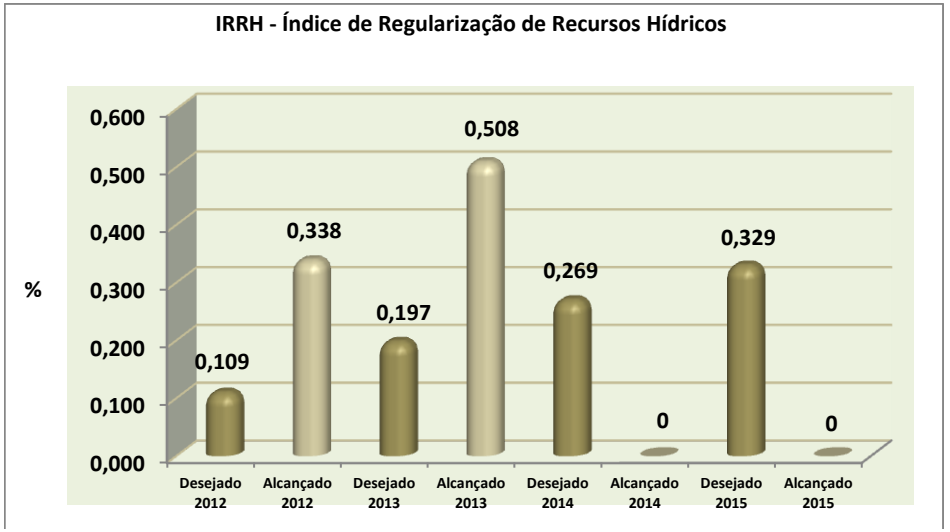
Indicador 1025 - O índice reflete o total de atos de fiscalização de uso de recursos hídricos emitidos pela ADASA, relacionando os que ocorreram dentro do atual ciclo de PPA com o total. Neste caso a superação da meta traz o impacto das 860 atos de fiscalização no ano de 2013.

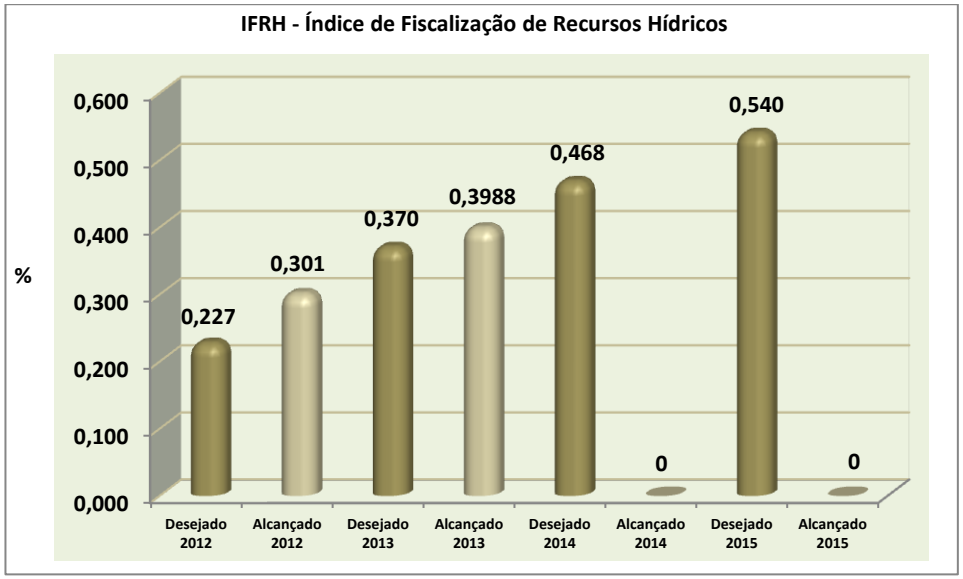
Indicador 1026 - O índice é composto por outros dois indicadores - IES + 2 IQT. Assim sendo, são considerados os números relativos às audiências e consultas públicas realizadas pela ADASA, bem como a vigência dos atos regulatórios emitidos. Este resultado alcançado reflete principalmente a forte participação social (audiência e consulta pública) no período.

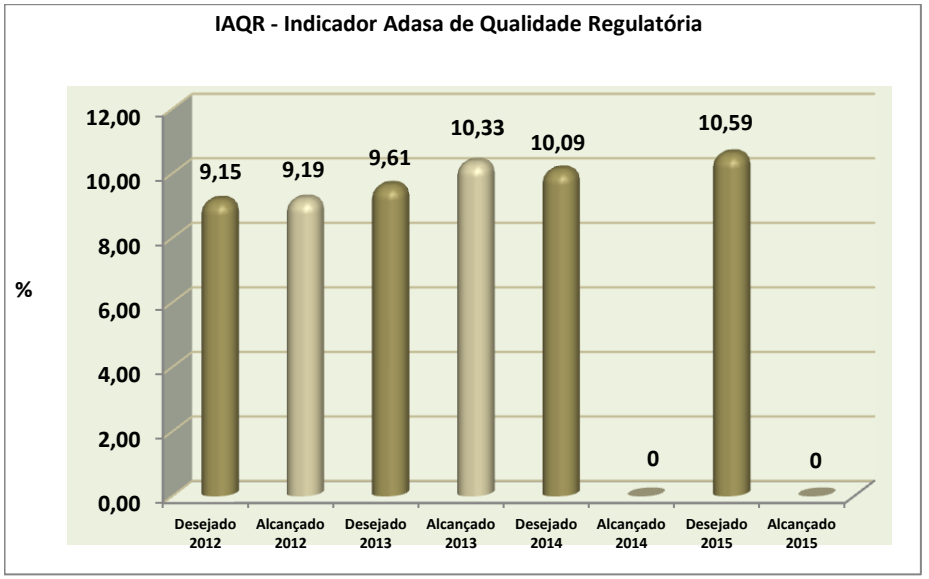
Indicador 1027 - O índice considera os números relativos às audiências e consultas públicas realizadas pela ADASA. Este resultado alcançado reflete a forte participação social (audiência e consulta pública) no período.

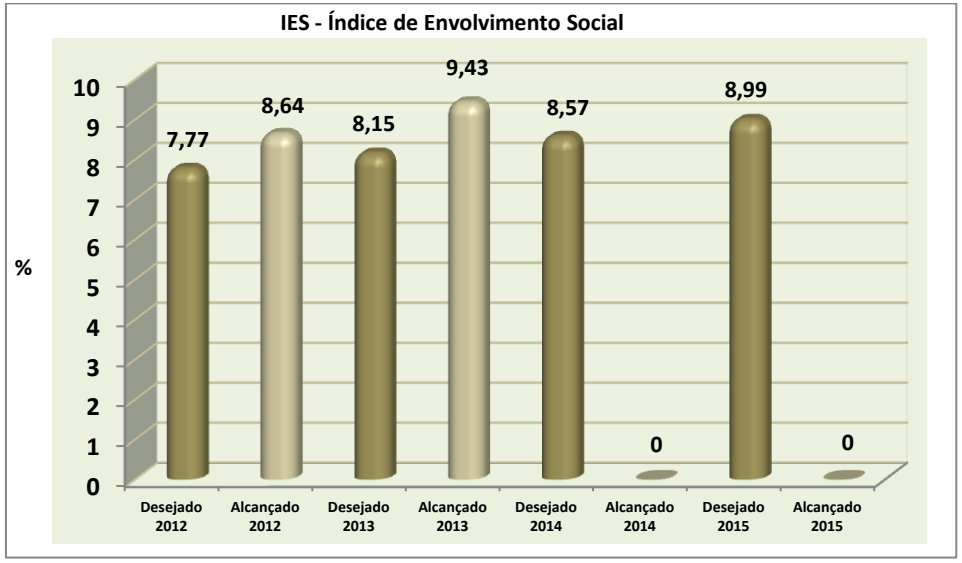
Indicador 1028 - Como a Agência ainda é relativamente nova a grande maioria das Resoluções, ainda não tem 02 anos de vigência e, portanto, não entram no indicador. Este indicador já iniciou a tendência e crescimento e, com o amadurecimento das legislações, no próximo período já deve ultrapassar a meta proposta.

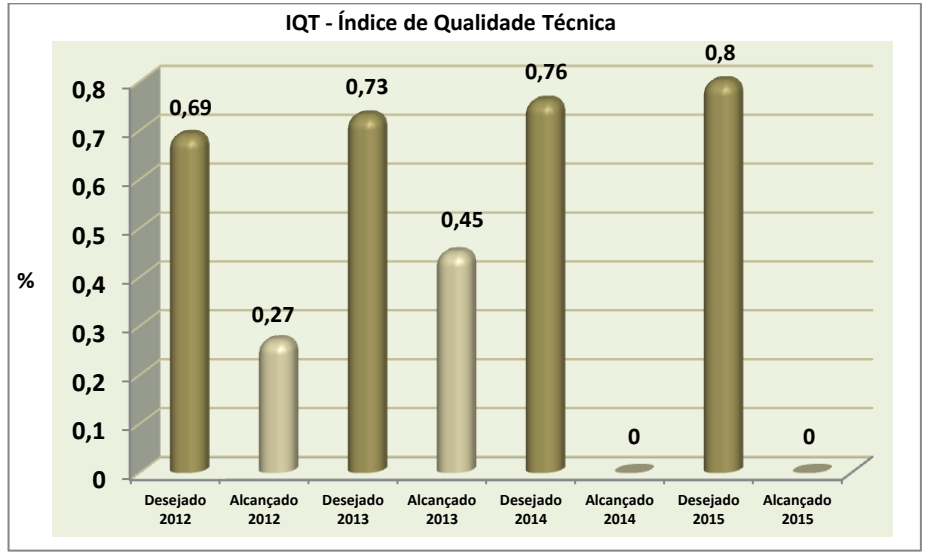





IFRH - Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos
%
0,600
0,500
0,400
0,300
0,200
0,100
0,000
0,227
0,301
0,370
0,3988
0,468
0
0,540
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


IAQR - Indicador Adasa de Qualidade Regulatória
%
12,00
10,00
8,00
6,00
4,00
2,00
0,00
9,15
9,19
9,61
10,33
10,09
0
10,59
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


IES - Índice de Envolvimento Social
%
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0
7,77
8,64
8,15
9,43
8,57
0
8,99
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


IQT - Índice de Qualidade Técnica
%
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
0,69
0,27
0,73
0,45
0,76
0
0,8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.206 – AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUA, ENERGIA E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA

Análise do Objetivo Específico

Vinculam-se a esse objetivo as ações voltadas à Gestão do Projeto de Conservação Ambiental e as de Educação Ambiental. As ações de Gestão do Projeto de Conservação relacionam-se ao desenvolvimento de Projetos específicos, todos voltados, com destaque, à manutenção quali-quantitaiva dos recursos hídricos superficiais, no âmbito do Distrito Federal. São destaques as bacias hidrográficas do rio São Bartolomeu, sub-bacia do ribeirão Pipiripau e a bacia do rio Descoberto, região do lago formado pela barragem do Descoberto, que é o maior manancial de abastecimento para a população do Distrito Federal.

O Projeto Descoberto Coberto é uma iniciativa distrital baseada em um arranjo institucional que tem como objetivo promover a recuperação, a proteção e a consolidação de uma faixa de proteção de 125 metros do Lago Descoberto, bem como a reabilitação ambiental das propriedades rurais na orla do lago, a formação de agentes multiplicadores e o apoio à gestão dos recursos hídricos e florestais da bacia hidrográfica do rio Descoberto. Desde 2009, quando as ações foram iniciadas, até os dias atuais, foram plantadas cerca de 160.000 mudas de espécies nativas do Cerrado nas propriedades localizadas na orla do Lago Descoberto.

O Programa Produtor de Água, concebido pela Agência Nacional de Águas, e incorporado pela ADASA, tem como objetivo a revitalização ambiental de bacias hidrográficas. O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA é um dos pilares do Projeto Produtor de Água no Pipiripau. Ainda que os benefícios indiretos trazidos pelo Projeto às propriedades sejam muito superiores aos benefícios diretos, estes constituem um incentivo à adesão voluntária, que é uma característica precípua do Projeto. Os dois primeiros Pagamentos por Serviços Ambientais– PSA na bacia do ribeirão Pipiripau, e também no DF, ocorreram em dezembro de 2013 e são referentes aos dois primeiros contratos celebrados entre a ADASA e os produtores rurais no âmbito do Projeto Produtor de Água. O total de valores assinalados para cobrir os atuais 17 contratos de Pagamento por Serviços Ambientais diretamente aos produtores é de R$ 167.053,63 ao longo dos 5 anos.

Havia a previsão do início das capacitações às comunidades rurais, atendidas de forma precária, com o objetivo de propiciar às mesmas criar instrumentos e construir soluções alternativas de saneamento dentro de parâmetros técnicos e ambientais adequados. Em 2013, a partir da revisão do Planejamento Estratégico da ADASA, esta ação foi repensada, em função da possibilidade de choque de atribuições e competências com outros Órgãos do Sistema de Recursos Hídricos do DF. Após a análise de pertinência, além da conveniência e oportunidade, em 2014 este projeto deve passar por uma reestruturação, podendo ser objeto de revisão do PPA.

Em relação à Educação Ambiental, é ponto de destaque o Projeto ADASA na Escola, criado em 2010 e que tem como principal objetivo, dar conhecimento à comunidade, em caráter permanente, sobre a necessidade de conscientização e medidas educativas sobre a importância do uso racional da água, sua preservação e garantia às futuras gerações no acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em 2013 este projeto alcançou 14.719 alunos em 48 escolas de ensino fundamental e educação infantil do Distrito Federal. No segundo semestre de 2013, 900 professores também foram contemplados com material

de apoio e palestras orientadoras sobre educação ambiental hídrica. Este projeto direciona seu foco ao processo de educar alunos da rede de ensino do DF a desenvolverem hábitos de redução, reaproveitamento e reciclagem na produção de resíduos e quanto a importância do uso racional dos recursos hídricos. A metodologia utilizada conta com a realização de palestras, por servidores da ADASA, utilizando como material de apoio: cartilha – Guardião da Água, CD's educativos (Lagoas e Cachoeiras) e brindes diversos. Assim, são levadas à população do DF informações tanto sobre a necessidade de se combater o desperdício, como o incentivo ao uso inteligente e racional da água.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. 300 escolas visitadas – Recursos Hídricos	Este projeto tem por objetivo promover e implantar uma Educação Ambiental, fortalecendo os objetivos da política de recursos hídricos do DF, chamando atenção da população à conservação do bem natural mais importante da humanidade – ÁGUA. As ações são executadas junto às escolas da rede pública e privada do Ensino Fundamental do Distrito Federal. A metodologia específica é utilizar uma estratégia didático-pedagógica por meio da realização de palestras com material básico constituído por cartilhas – Guardião da Água, CD's educativos (Lagoas e Cachoeiras) e outros brindes diversos. No ano de 2012 foram visitadas 22 instituições de ensino, nas quais se contou com a participação de cerca de 6.000 alunos. No ano de 2013 foram visitadas 48 instituições de ensino, nas quais se contou com a participação de cerca de 14.719 alunos e 900 professores.
2. 30 escolas visitadas – Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos	Durante o ano de 2012 foram realizadas as visitas e palestras relativas a recursos hídricos em 22 instituições de ensino, nas quais contou com a participação de cerca de 6.000 alunos. Em algumas destas ações também foram entregues materiais relativos aos demais componentes do saneamento básico. No ano de 2013 foram visitadas 48 instituições de ensino, nas quais se contou com a participação de cerca de 14.719 alunos e 900 professores e houve a inclusão da abordagem dos outros competentes do Saneamento Básico. Na abordagem relativa aos recursos hídricos, também são contemplados os aspectos importantes acerca do abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de outros aspectos do Saneamento básico. Para os anos seguintes estão sendo traçados planos de visitas/palestras que enfatizem ainda mais estes componentes.
3. 30 Administrações regionais visitadas	Em 2012 - Foram realizados trabalhos junto a algumas administrações regionais, como por exemplo, a ação desenvolvida com a Administração de Sobradinho no sentido de revitalizar o Ribeirão Sobradinho. Também há um intenso esforço de regularização de todos os usuários da Bacia do Ribeirão Pipiripau, (junto com a Administração Regional de Planaltina) na qual ocorrem reuniões periódicas na região visando o controle e a promoção do uso compartilhado dos recursos hídricos desta bacia. Em 2013 – continuaram os trabalhos junto a algumas Administrações Regionais, principalmente foi intensificada a ação desenvolvida com a Administração de Sobradinho no sentido de revitalizar o Ribeirão Sobradinho. Este trabalho gerou um projeto interinstitucional no âmbito do DF, coordenado pela ADASA. Teve continuidade o intenso esforço de regularização dos usuários da Bacia do Ribeirão Pipiripau, (junto com a Administração Regional de Planaltina), onde está sendo desenvolvido o Programa Produtor de Águas, também coordenado pela ADASA.
4. 300 pessoas dos núcleos rurais da UAH – 33 capacitadas em Metodologia Alternativa de	Esta ação - ADASA no Campo – objetiva criar instrumentos que permitam à comunidade rural, atendida de forma precária, construir soluções alternativas de saneamento dentro de parâmetros técnicos e ambientais adequados. Os recursos originalmente previstos para esta ação, em 2012, não puderam ser utilizados por força de decisão do TCDF (607/2012), que limitou o uso da fonte 114 (TLP) às

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Saneamento voltado para Áreas Rurais	ações relacionadas à limpeza pública (resíduos sólidos). Em 2013, a partir da revisão do Planejamento Estratégico da ADASA, esta ação foi repensada, em função da possibilidade de choque de atribuições e competências com outros Órgãos do Sistema de Recursos Hídricos do DF. Após a análise de pertinência, além da conveniência e oportunidade, em 2014 este projeto deve passar por uma reestruturação, podendo ser objeto de revisão do PPA.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1029	Indicador de efetividade da capacitação para mobilização social- IECMS	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	33,33	66,66	100	ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1030	Indicador de eficácia da capacitação em metodologia alternativa de saneamento – IECMAS	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	33,33	33,33	33,33	ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1031	Indicador da eficiência da capacitação- IEC	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	20	40	60	ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1032	Indicador da eficácia de educação ambiental (IEEA)	%	-	-	Anual	**Desejado**	18,9	22,8	26,6	31,7	ADASA
						Alcançado	7	19,44	-	-	

Justificativa – 2013

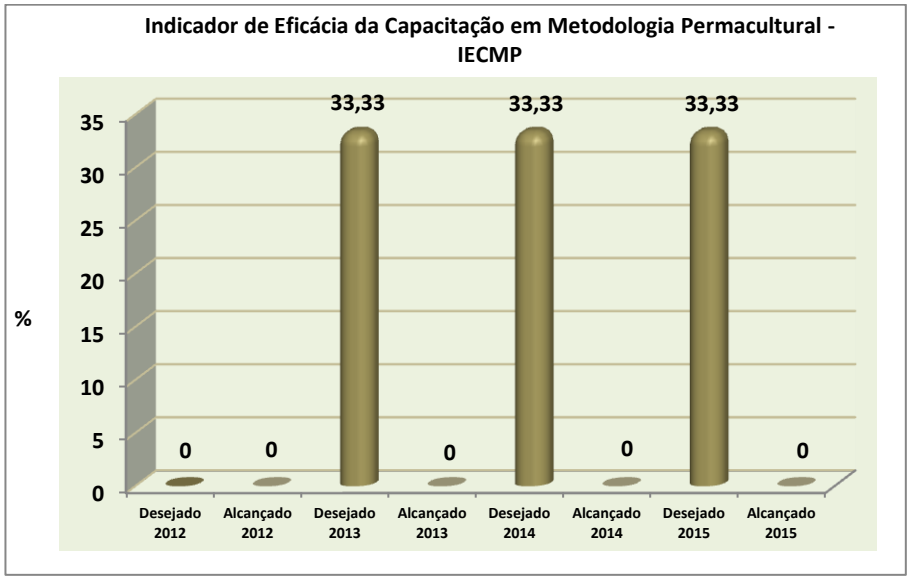
Indicador 1029 - Em função da reestruturação da ADASA, essa ação ficou sem a estrutura (área/pessoas) inicialmente pensada para executá-la. Assim sendo, não foi possível inicia-la em 2013 conforme previsto.

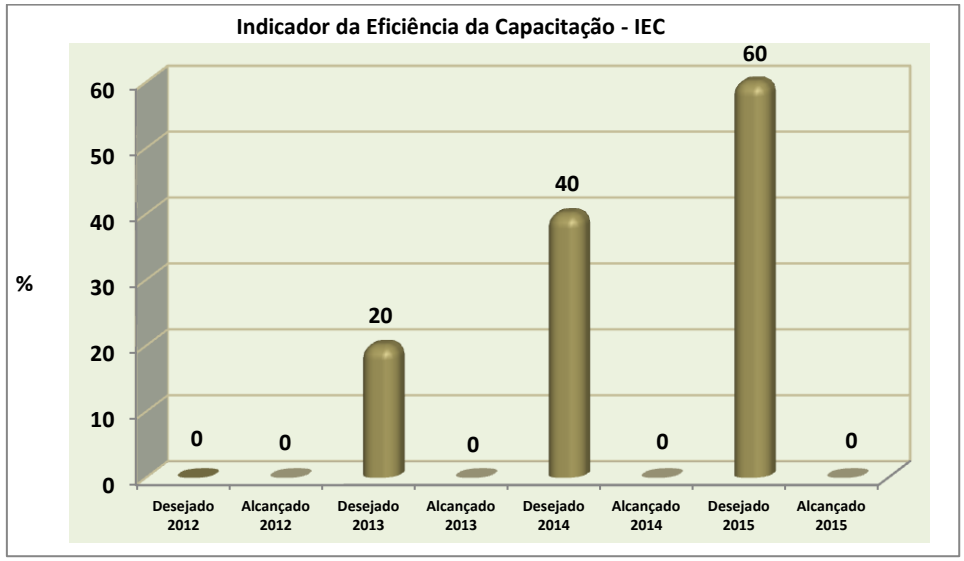
Indicador 1030 - Em função da reestruturação da ADASA, essa ação ficou sem a estrutura (área/pessoas) inicialmente pensada para executá-la. Assim sendo, não foi possível iniciá-la em 2013 conforme previsto.

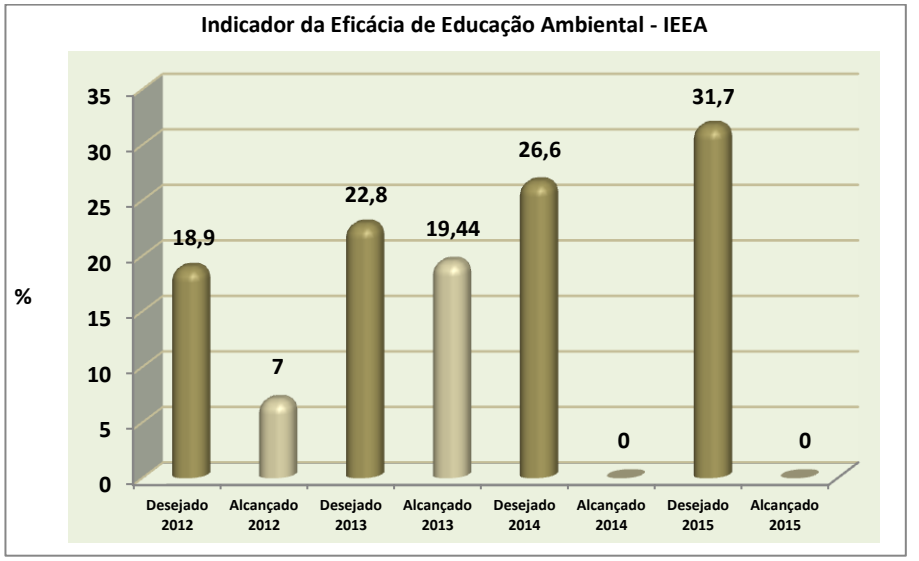
Indicador 1031- Em função da reestruturação da ADASA, essa ação ficou sem a estrutura (área/pessoas) inicialmente pensada para executá-la. Assim sendo, não foi possível iniciá-la em 2013 conforme previsto.

Indicador 1032 - Este indicador, apesar de ainda não ter atingido a meta proposta em relação ao número de escolas, teve um aproveitamento excelente em relação ao número de alunos atingidos, chegando próximo de 15.000. Nota também uma recuperação muito boa em relação ao primeiro ano e, com a montagem da equipe, que ocorreu no segundo semestre de 2013, suas metas serão superadas já em 2014.

Indicador de Efetividade da Capacitação para Mobilização Social - IECMS
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
33,33
0
66,66
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Indicador de Eficácia da Capacitação em Metodologia Permacultural - IECMP
%
35
30
25
20
15
10
5
0
0
0
33,33
0
33,33
0
33,33
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Indicador da Eficiência da Capacitação - IEC
%
60
50
40
30
20
10
0
0
0
20
0
40
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Indicador da Eficácia de Educação Ambiental - IEEA
%
35
30
25
20
15
10
5
0
18,9
7
22,8
19,44
26,6
0
31,7
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 008 - Aprimorar os serviços conservacionistas e educativos da fundação Jardim Zoológico de Brasília, por meio de sua reestruturação, capacitação dos trabalhadores e melhoria do atendimento ao público visitante.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.207 – FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA – FJZB

Análise do Objetivo Específico

Dentre os principais fatores que contribuíram para a realização do objetivo específico desta Fundação foram: as reformas de recintos em especial - jacaré, sucuri, ariranha e orangotango (novas espécies de animais), aquisição de equipamentos e material permanente (aparelho completo de raio- X, conjunto de vídeo cirurgia, sistema digital, balança eletrônica para pesar animais de grande porte, balança digital, mesa cirúrgica, mesa de atendimento em aço inox, maca em aço inox, bomba de seringa, canil em aço, carro de parada cardíaca adulto, detector fetal, mocho, suporte de soro com rodízios e oxímetro de pulso, sistema de controle térmico para microscopia, conjunto de aparelhos de micromanipulação celular, geladeira, freezers, aparelhos de micro-ondas) para o Hospital Veterinário reformado em 2012, como também promoveram melhorias na qualidade do atendimento veterinário e da nutrição dos animais por meio de pesquisas, capacitações e alterações de manejo, além de uma FJZB melhor equipada e preparada para aderir ao Programas de Reprodução para Conservação das espécies de animais silvestres.

Em 2013, por meio da Superintendência de Educação e Lazer (SUEL) elevou-se o atendimento em diversos programas de educação ambiental tais como: Zoo Noturno, Zoo Toque (deficientes visuais), Zoo vai à Escola (educação ambiental por meio de palestras e o museu itinerante para as escolas do DF) e das Visitas Monitoradas (estudantes) e deu-se continuidade ao Zoo Ginástica.

Destacam-se também os projetos: Zoo vai aos Parques - que fomenta uma integração com o Zoológico e comunidade, através do Parque, estimulando o processo educativo informal por meio de visitação diária e interação com um ambiente arborizado em contato direto com a natureza e Zoo Colônia de Idosos - promove atividades, Cursos e Palestras diversas, que possam envolver os idosos usando em cada ação, a Valorização, Inclusão, defesa e Prevenção, Capacitação, Educação, e tudo o que venha dar uma melhor qualidade de vida ao idoso.

O projeto: Ressocialização, parceria entre a Fundação Jardim Zoológico de Brasília e a Secretaria de Estado da Criança, visa ao atendimento de jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativas, permanece ativo com 100% de adesão e frequência, não sendo detectada qualquer tipo de reincidência destes jovens, favorecendo a formação profissional dos jovens por meio de atividades laborativas, além de prevenir a reincidência nos atos infracionais.

O sistema de bilhetagem implantando permitiu um maior controle entre o público isento e o público pagante, assim como, mais transparência na prestação de contas das receitas próprias. A Fundação ainda enfrenta: carência de servidores efetivos, onde continua aguardando a realização de concurso público e insuficiência de recursos financeiros para manter a qualidade do plantel e melhorar as estruturas físicas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reestruturar a FJZB e melhorar a qualidade de vida dos animais: • Reforma de 10 recintos dos animais; • Construção de 15 recintos; • Construção do complexo veterinário (hospital veterinário, laboratório, setor de internação, cirurgia, enfermagem e necropsia, bem como, demais instalações hospitalares); • Construção de complexo alimentar e nutricional (cozinha, biotério e fábrica de ração); • Construção do museu de ciências naturais	Em 2013 Reforma de 04 recintos dos animais: Sendo 01(um) recinto do jacaré, 01(um) recinto sucuri, 01(um) recinto ariranha e 01(um) recinto orangotango. Em 2012 Foram reformados: 05 (cinco) recintos na galeria África (Elefantes, girafas, Hipopótamos, Waterbucks, Zebra), 01 (um) recinto de tamanduá bandeira, 01 (um) módulo de recintos para internação no Hospital Veterinário, e os recintos de 02 (dois) setores denominados canídeos e gatário. Há necessidade de captação de recursos para a reforma dos demais recintos, em especial os de grandes felinos que apresentam riscos à segurança dos trabalhadores e do público visitante. Foram construídos: 01 (um) recinto para jabutis, 01 (um) módulo de recintos para tratamento de animais no hospital veterinário. Há necessidade de captação de recursos visando a construção de novos recintos para o recebimento de novas espécies animais. Construção do novo Hospital Veterinário. Até 31/12/2012 encontrava-se finalizado o projeto de arquitetura e em andamento a elaboração, pela NOVACAP, dos demais projetos executivos necessários para a realização do certame licitatório. Construção do novo setor de nutrição animal. Até 31/12/2012 encontrava-se finalizado o projeto de arquitetura e em andamento a elaboração, pela NOVACAP, dos demais projetos executivos necessários para a realização do certame licitatório. Em novembro de 2013, foi inaugurado o Museu de Ciências Naturais, tendo um público visitante de aproximadamente 7.265 entre os meses de novembro e dezembro.
2. Melhorar o Atendimento ao Público Visitante: • Implantação de mais 5 projetos de lazer e educativos; • Aumento do número de visitantes em 150%; • Aprimorar a qualidade das informações técnicas sobre os animais e sinalização do Zoológico, com renovação de 100% das placas informativas	Em 2013 Foram implantados 02 (dois) novos projetos de educação e de lazer: Zoo vai aos Parques - visitação em parques ecológicos da cidade (com 2.800 atendimentos) e Colônia dos Idosos (com 70 atendimentos). Em 2012 Foram implantados 04 (quatro) novos projetos de educação e de lazer, a saber: Zoo Ginástica (com 60 atendimentos), Projeto ressocialização (com atendimento de 106 jovens cumprindo medidas socioeducativas), Aniversário no Zoo (com 255 atendimentos), e, Cross Parque (com 400 corredores atendidos). Estes projetos serão reforçados em 2013 e integrando o rol de 17 projetos educativos ou de lazer do Zoo Brasília. Em 2013 após a implantação do sistema de bilhetagem foi aferido a quantidade de público isentos de 14.359 (crianças menores de 05 anos e idosos acima de 60 anos) e pagante de 524.636. Em 2011 o público de pagante foi de 373.166 e, em 2012, de 519.310, representando um aumento de 39,16%. O sistema utilizado até 2012 permitia apenas aferir o público pagante, com a implantação do novo sistema de bilhetagem espera-se que, em breve, possa ser aferido o número real de visitantes, entre pagantes e isentos. Até 31/12/2012, foram remodeladas aproximadamente 30% das placas indicativas de recintos e de sinalização. Espera-se que antes da Copa do Mundo de 2014 todas as placas estejam com a nova identidade visual do Zoo Brasília, utilizando-se de QR code (primeiro zoológico brasileiro a se utilizar deste sistema) e com informações em inglês e espanhol, além do português.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

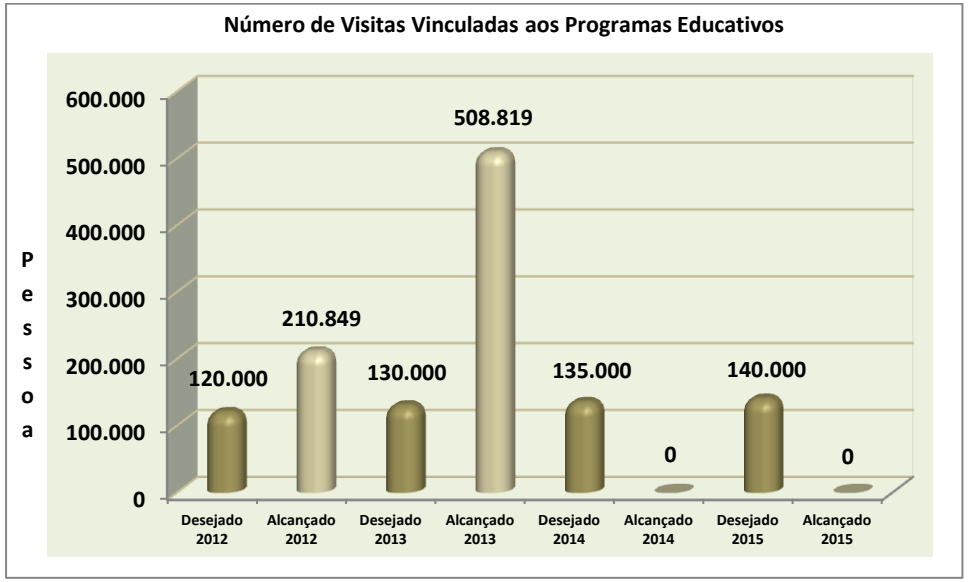
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1033	Número de visitas vinculadas aos programas educativos	Pessoa	106.425	31/12/2010	Mensal	Desejado	120.000	130.000	135.000	140.000	FJZB
						Alcançado	210.849	508.819	-	-	
1034	Número de público pagante	Pessoa	194.299	31/12/2010	Diária	Desejado	300.000	400.000	900.000	600.000	FJZB
						Alcançado	519.310	524.636	-	-	
1035	Recintos construídos	M^2	-	-	Anual	Desejado	6.000	2.750	13.000	3.600	FJZB
						Alcançado	625	181	-	--	

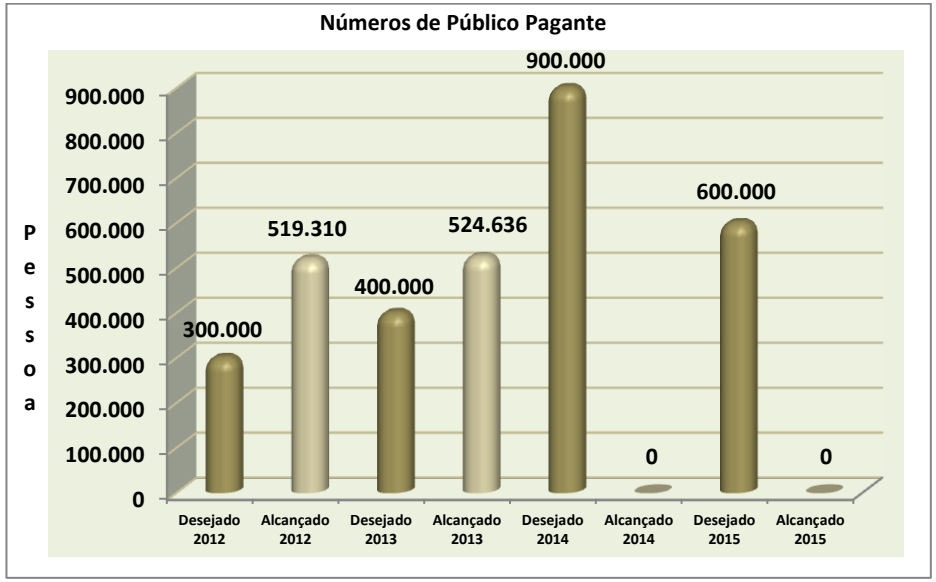
Justificativa – 2013

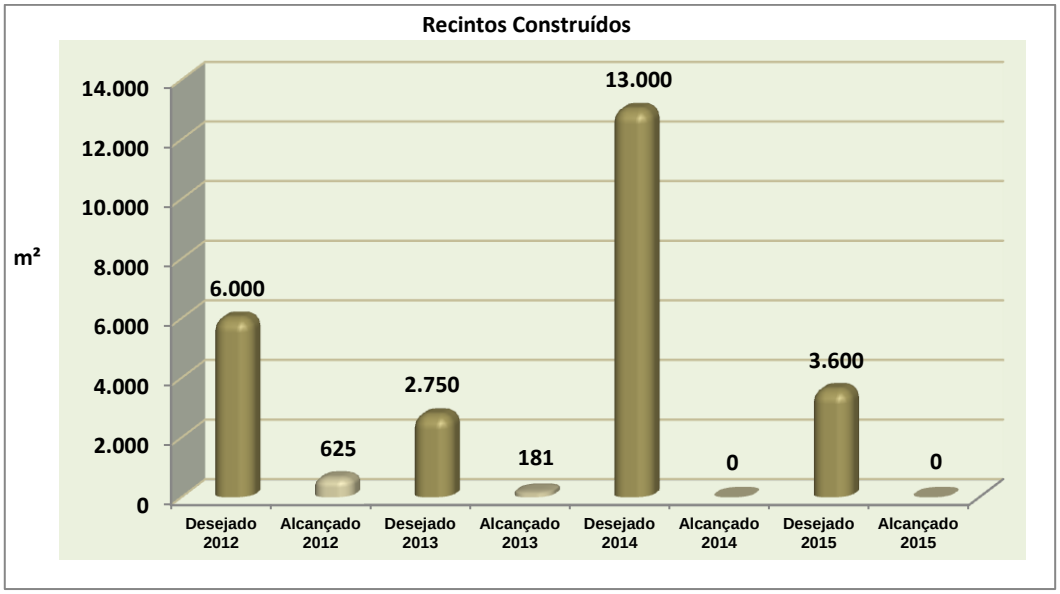
Indicador 1033 - Houve um aumento na quantidade de visitantes devido à aberta do Museu e Borboletário ao público, às visitas não monitoradas por escolas públicas e particulares.

Indicador 1034 - Houve um aumento na quantidade de visitantes devido à aberta do Museu e Borboletário ao público, às visitas não monitoradas por escolas públicas e particulares.

Indicador 1035 - Houve uma diminuição da quantidade de metros construídos devido ao contingenciamento orçamentário.


Número de Visitas Vinculadas aos Programas Educativos
Pessoa
600.000
500.000
400.000
300.000
200.000
100.000
0
120.000
210.849
130.000
508.819
135.000
0
140.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Números de Público Pagante
Pessoa
900.000
800.000
700.000
600.000
500.000
400.000
300.000
200.000
100.000
0
300.000
519.310
400.000
524.636
900.000
0
600.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Recintos Construídos
m²
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
6.000
625
2.750
181
13.000
0
3.600
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 009 – Mitigar e controlar os riscos de danos ao meio ambiente, ocasionados por acidentes e pela implantação de atividades utilizadoras de recursos ambientais e potencialmente poluidoras.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
21.208 – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IBRAM

Análise do Objetivo Específico

No decorrer de 2013 as metas do Procedimento Fiscalizatório, mesmo com algumas dificuldades enfrentadas como a escassez da mão de obra e procedimentos, tiveram um resultado positivo e satisfatório. Considerando a grande diversidade de temáticas abordadas nas operações planejadas e executadas por esta coordenação, julgamos de extrema valia, em muitas ocasiões, palestras ou minicursos que subsidiem os auditores quanto ao conhecimento técnico das áreas a serem vistoriadas. Além disso, um diálogo intra-institucional que apresente as nuances de cada setor do IBRAM e sua área de atuação contribuiria para o acesso as principais demandas de fiscalização já existentes no órgão. Para uma melhoria das metas no ano de 2014, recomendamos a assinatura de convênios com a CAESB, ADASA e AGEFIS, a fim de atuarem conjuntamente em operações, com isso, torna-se possível a economia de meios materiais e logísticos na realização dos trabalhos de fiscalização. Importante ressaltar que atualmente o IBRAM conta com um número escasso de motoristas e carros oficiais, e medidas que permitam a utilização conjunta de veículos com outros órgãos permitirão um atendimento mais eficaz das demandas por parte da fiscalização.

Atualmente, o funcionamento das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental encontra-se numa situação onde o numero de servidores é insuficiente para o seu ideal apesar das nomeações ocorridas no ultimo ano. Considerando as necessidades do Distrito Federal relacionadas ao meio ambiente, fazem-se necessárias novas nomeações de servidores

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Diminuir em 50% o passivo de processos de licenciamento, conforme Resolução Conama 237/97, artigo 14 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	As atividades desenvolvidas no Licenciamento Ambiental e seus instrumentos produzidos (licenças, autorizações, pareceres, informações técnicas, entre outros) vêm possibilitando uma maior celeridade na análise dos processos**.** Houve aumento do número de Gerências para tratar do Licenciamento Ambiental e reforço no quadro de analistas de atividades do meio ambiente e técnicos administrativos. A descentralização do gerenciamento das diferentes atividades licenciáveis proporcionou um aumento na eficiência e na qualidade das análises técnicas. Em 2012 foram produzidas 1.108 Informações Técnicas, 798 Pareceres Técnicos e 19 Relatórios de Vistoria relativos ao licenciamento ambiental de empreendimentos públicos e privados, gerando a emissão de 59 Autorizações Ambientais, 18 Licenças Prévias, 48 Licenças de Instalação e 112 Licenças de Operação com média de 19,75 licenças/autorizações mensais. Os parâmetros relativos aos prazos máximos para concessão de licenças foram alterados de Resolução do CONAMA, portanto a meta deve ser modificada para**: "***Diminuir em 50% o passivo de processos de licenciamento, conforme Resolução CONAMA 237/97, artigo 14",* ou seja, retira-se o parâmetro de até 180 dias.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Obs: Para melhor esclarecer destaca-se o que dispõe o art. 14 da resolução do CONAMA: *Art. 14 - O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.* Em 2013 foram produzidos 1.007 pareceres técnicos referentes ao Licenciamento Ambiental de empreendimentos públicos e privados.
2. Aumentar em 50% a expedição de atos administrativos correspondentes a licenças e autorizações ambientais *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2013, conseguimos um aumento de 26% em relação a 2012, o desempenho seria melhor se houvesse maior número de servidores, pois se observou uma redução do quadro de força de trabalho no decorrer do período causada pelos pedidos de exoneração dos recém empossados, pois foram motivados pelo ingresso em outros concursos públicos. Foram produzidos 701 Informações técnicas e 307 Pareceres Técnicos de empreendimentos de interesse público e privado
3. Aumentar os procedimentos de fiscalização ambiental em 30% em 2013, 20% em 2014 e 20% em 2015 *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2013 o Procedimento Fiscalizatório foi de 1520. Em que pese às dificuldades enfrentadas por esta Coordenação, como a escassez de mão de obra e procedimentos, os resultados das atividades realizadas no decorrer do ano, foi positivo. Mas para uma melhoria, julgamos ser de extrema valia, em muitas ocasiões palestras ou minicursos que subsidiem os auditores quanto ao conhecimento mais técnicos das áreas a serem vistoriadas.

Meta 04 excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1036	Procedimento fiscalizatório	Unidade	1.232	31/12/2010	Anual	**Desejado**	4.480	1.500	1.950	2.085	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	4.000	1.708	-	-	
1037	Parecer técnico conclusivo de licenciamento	Unidade	932	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.540	2.200	2.640	2.640	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	798	811	-	-	
1309	Informação técnica Licenciamento	Unidade	1.108	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	1.400	1.680	2.016	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	811	-	-	
1310	Informação técnica licenciamento	Unidade	18	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	25	30	36	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	27	-	-	
1311	Licenças ambientais Instalações	Unidade	48	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	60	72	87	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
	concedidas					**Alcançado**	-	61	-	-	
1312	Licenças ambientais operações concedidas	Unidade	112	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	140	162	202	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	107	-	-	
1313	Autorizações ambientais concedidas	Unidade	59	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	70	84	100	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	99	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1036	Procedimento fiscalizatório	Unidade	1.232	31/12/2010	Anual	**Desejado**	4.480	1.500	1.950	2.085	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	4.000	1.520	-	-	
1037	Parecer técnico conclusivo de licenciamento	Unidade	932	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.540	2.200	2.640	2.640	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	798	1.007	-	-	
1309	Informação técnica Licenciamento	Unidade	1.108	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	1.400	1.680	2.016	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	701	-	-	
1310	Informação prévia licenciamento	Unidade	18	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	25	30	36	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	61	-	-	
1312	Licenças ambientais operações concedidas	Unidade	112	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	140	162	202	IBRAM (OBJ ESP 9 – IBRAM)
						Alcançado	-	108			

Justificativa – 2013

Indicador 1036 - Quanto às metas de 2013 alcançadas por essa Coordenação, mesmo com a escassez de mão de obra, os resultados foram positivos. Recomendamos, visando a otimização dos recursos e condições de trabalho dos auditores fiscais na realização de vistorias, a assinatura de convênios com a CAESB, ADASA E AGEFIS, a fim de atuarem conjuntamente em operações. Com isso, torna-se possível a economia de meios materiais e logísticos na realização dos trabalhos de fiscalização. Ressaltamos que atualmente o IBRAM conta com um número escasso de motoristas e carros oficiais, e medidas que permitam a utilização conjunta de veículos com outros órgãos permitirão um atendimento mais eficaz das demandas por parte da fiscalização.

Indicador 1037 – Foram expedidos 1.007 Pareceres Técnicos de Licenciamento, inferiores aos 2.200 desejados, visto à complexidade dos processos analisados neste ano de 2013, principalmente voltados a regularização de Setores Habitacionais de população de baixa renda e obras de infraestrutura.

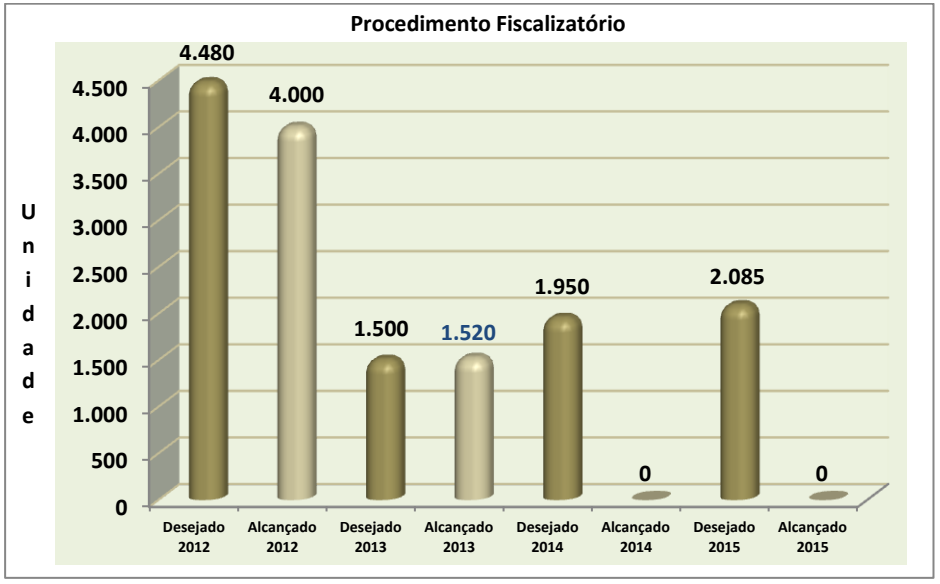
Indicador 1309 – Foram emitidos 701 Pareceres Técnicos de Licenciamento, inferiores aos 1.400 desejados, visto a evasão de Analistas de Atividades de Meio Ambiente para outras carreiras, ocasionando baixo rendimento nas análises dos processos.

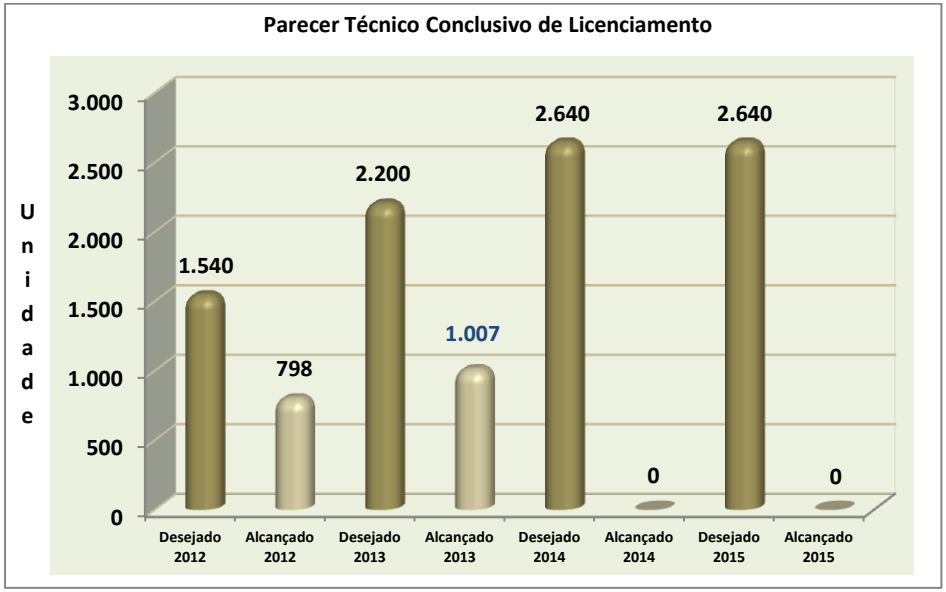
Indicador 1310 – As 61 Licenças Ambientais Prévias emitidas superam a meta desejável de 25, contudo demonstra uma eficiência no processo de licenciamento de alguns empreendimentos como Postos de Gasolina.

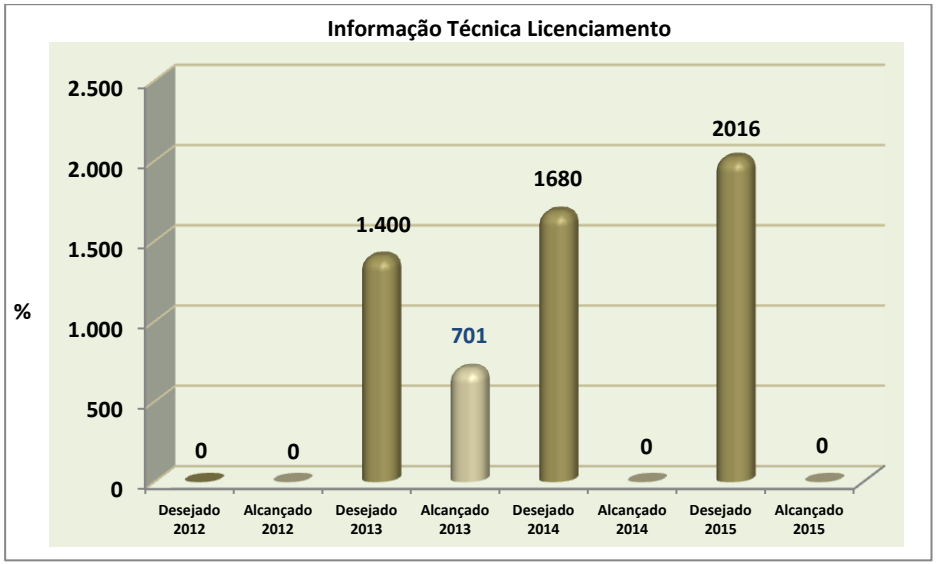
Indicador 1311 - 61 Licenças Ambientais de Instalações foram emitidas em 2013 atingindo a meta desejável, contudo a redução da força de trabalho no Licenciamento Ambiental dificulta a celeridade de análise de processos.

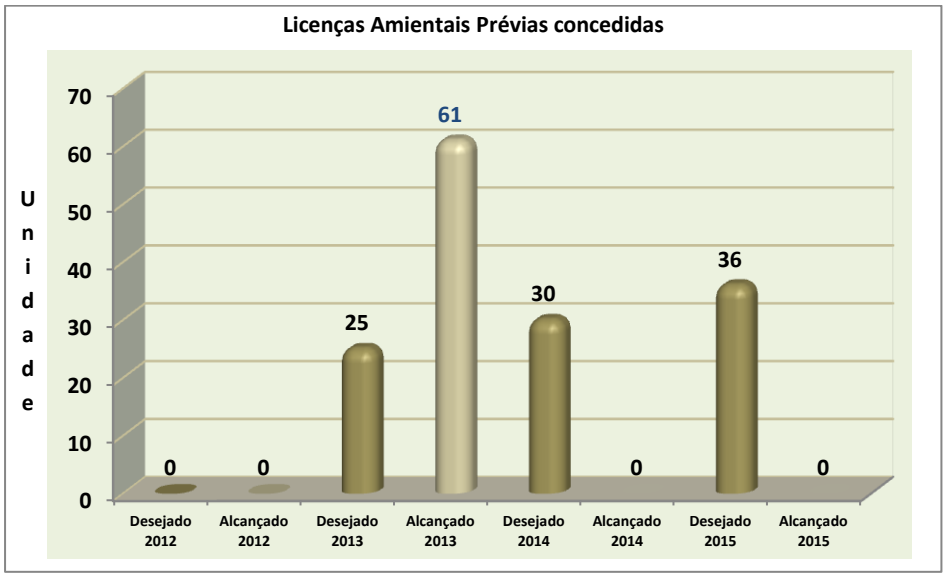
Indicador 1312 – 108 Licenças Ambientais de Operações foram expedidas em 2013, inferiores as 140 desejáveis, demonstrando também que a redução da força de trabalho no Licenciamento Ambiental dificulta a celeridade de análise de processos.

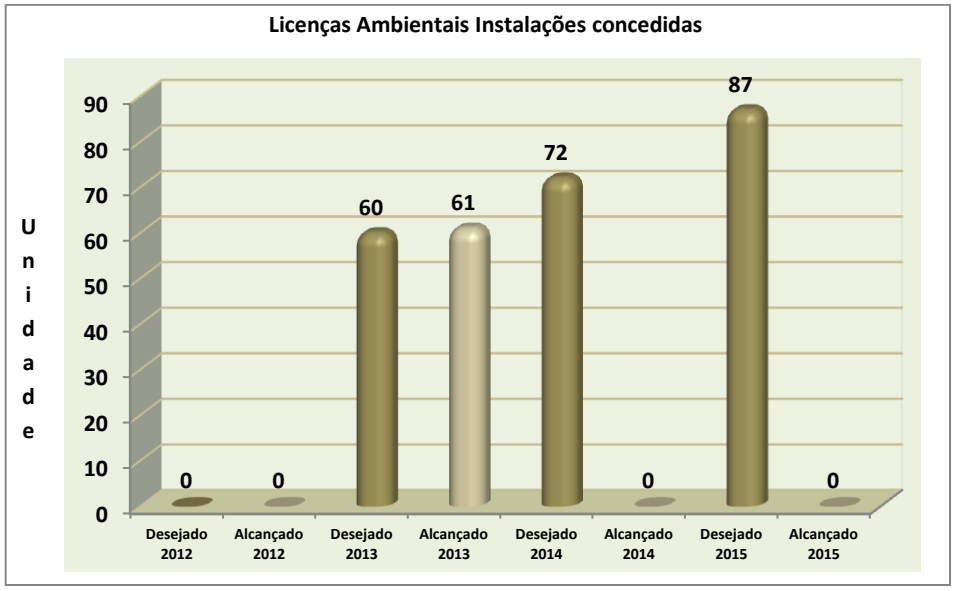
Indicador 1313 - 99 Autorizações Ambientais emitidas em 2013, superam o indicador desejável de 70, demonstrando eficiência no processo de licenciamento de alguns empreendimentos.

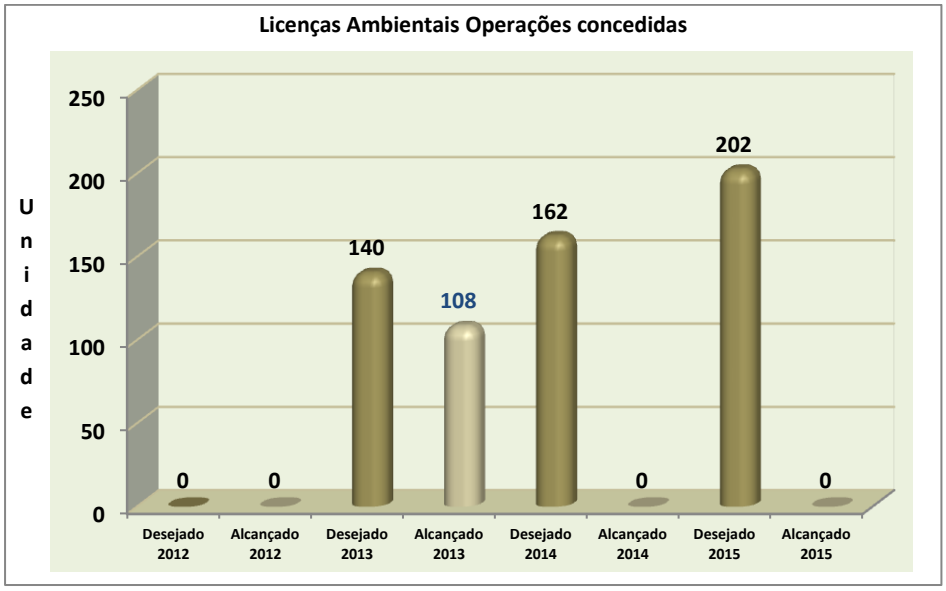


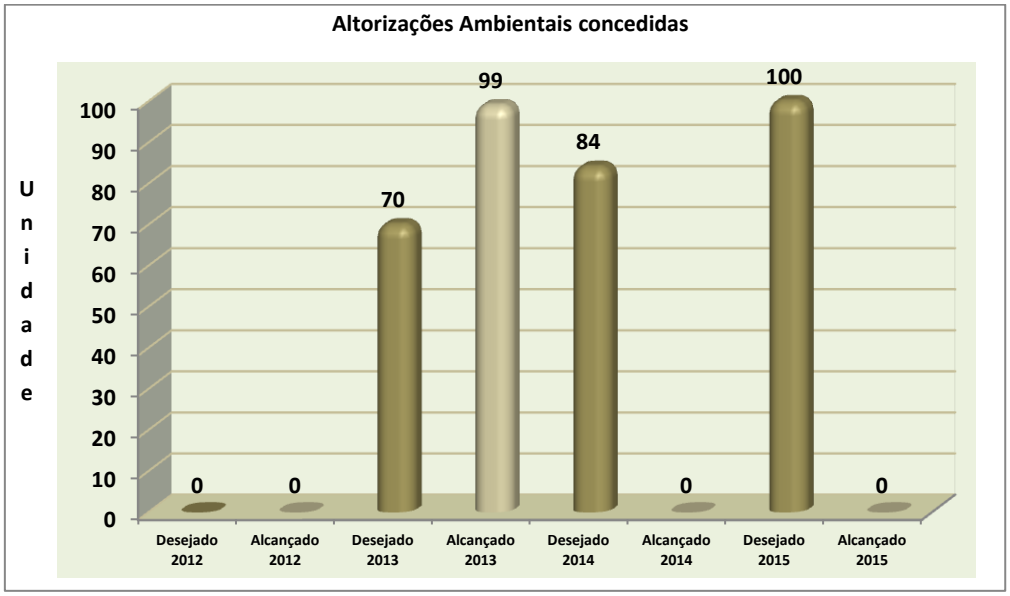



Informação Técnica Licenciamento
%
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
0
0
1.400
701
1680
0
2016
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Licenças Amientais Prévias concedidas
Unidade
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
25
61
30
0
36
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Licenças Ambientais Instalações concedidas
Unidade
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
60
61
72
0
87
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Licenças Ambientais Operações concedidas
Unidade
250
200
150
100
50
0
0
0
140
108
162
0
202
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Altorizações Ambientais concedidas
Unidade
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
70
99
84
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 010 – Promover a educação ambiental para melhoria da qualidade vida da população do Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:
21.208 – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IBRAM

Análise do Objetivo Específico

Em 2013 foram atendidas 5.459 pessoas em um trabalho feito pela CODEA, que com o empenho e dedicação de sua equipe alcançaram e superaram as metas do ano. Mas para um impacto ainda maior da Educação Ambiental na qualidade de vida da população, ainda falta articular melhor as diversas instituições públicas e privadas, que atuam nessa área, realizando um planejamento conjunto, com maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos. O sucesso dos resultados foram obtidos através de eventos, cursos e congressos.

O Fórum Diagnóstico e Novos Rumos para a Educação Ambiental, foi um evento realizado com o objetivo de construir propostas para superação e aproveitamento dos potenciais no campo da Educação Ambiental identificados na pesquisa realizada no âmbito do Contrato IBRAM/UNESCO, seu público alvo foram atores chave na área de educação ambiental, onde 38 pessoas foram atendidas. Em 05 de junho de 2013 foi inaugurado o Centro de Práticas Sustentáveis do IBRAM, com o objetivo de promover a educação ambiental e a difusão de práticas sustentáveis (horta orgânica, viveiro e fomento ao empreendedorismo ambiental) aos alunos de rede pública, alunos de cursos de engenharia e arquitetura e a comunidade em geral. Foram 76 pessoas nos cursos e atividades desenvolvidas.

O Curso Reeditor Ambiental (10ª Ed.), foi criado para formar multiplicadores em Educação Ambiental, ele teve uma carga horária de 180 horas, onde seu público alvo eram professores da rede pública e ativistas sociais e capacitou 32 multiplicadores. Em 2014 pretende-se realizar a 11ª Edição do curso no Parque Ecológico de Águas Claras. Ao final de cada Curso do Reeditor Ambiental, os alunos dos professores participantes realizaram uma pesquisa de opinião baseada na metodologia NEPSO (Nossa Escola Pesquisa sua opinião). Essa pesquisa foi apresentada no 10º Congresso Reeditor Ambiental, realizado em 12 de novembro de 2013, onde seu público alvo eram professores e alunos da rede pública de ensino. O congresso obteve a participação de 535 alunos e 65 professores e alunos universitários. Em 2014 pretende-se realizar o 11º Congresso. A metodologia NEPSO, foi aplicada na Escola Classe ETA 44 de Planaltina, aonde seu público alvo eram os alunos da rede pública e obteve a participação de 28 alunos. Foi aplicada também no parque de Águas Claras, com os freqüentadores do parque e servidores, onde o assunto eram temas polêmicos, tendo a participação de 60 pessoas.

Para obter a aproximação da comunidade da Estação Ecológica de Águas Emendadas foram realizadas oficinas do corpo, com auto-massagem e danças circulares, foram atendidas 1.100 pessoas. No parque também é realizada a monitoração de trilhas onde seu público alvo são alunos e professores da rede pública e particular e a comunidade em geral, foram atendidas 797 pessoas.

O Projeto ParticiParque, tem o objetivo de valorizar essas unidades e atrair a comunidade por meio de atividades lúdicas Foram 1.620 pessoas atendidas e em 2014 esses atendimentos serão realizados no âmbito do Projeto Parque Educador. A ação comunitária realizada no Núcleo Rural de Taquara em Planaltina, promovida pela EMATER em parceria com o IBRAM atendeu 200 pessoas. A campanha fogo apagou criada para prevenção de incêndios florestais, teve 440 pessoas de comunidade rurais atendidas. Em 2014 a campanha irá ser estendida as escolas rurais.

Houve a continuidade da implantação da Agenda Ambiental do IBRAM (Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P), iniciada em 2010, que trabalhou no sentido de reduzir o desperdício de água, energia, materiais de expediente e copos descartáveis, destinar corretamente os resíduos produzidos no Instituto e promover a qualidade de vida de seus servidores, tendo atendido 500 pessoas e 45 multiplicadores capacitados.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Estabelecimento de 8 Termos de Cooperação entre o IBRAM e outras instituições	No ano de 2012 foram assinadas 5 cooperações com os seguintes interessados: 1) Associação dos Pilotos de Ultraleve de Brasília - APUB com vigência de 3 anos a partir de 26/09/2012; 2) Instituto Nacional de Meteorologia - INMET com vigência de 5 anos a partir de 25/07/2012; 3) Sociedade Sahaja Yoga do Brasil com vigência de 2 anos a partir de 10/01/2012; 4) Sindicombustíveis com vigência de 1 ano a partir de 07/12/2012; e 5) UNESCO e Agência Brasileira de Cooperação - ABC (Projeto 914BRZ2001), com vigência de 2 anos a partir de 10/01/2012. A meta a ser alcançada em 2013 é estabelecer 4 cooperações, o que já foi cumprido a contento visto que já foram assinadas 6 cooperações com os seguintes interessados: 1) Fernando 2) SEMARH (Plano de Gestão Integrada da Qualidade Ambiental do DF) 3) TERRACAP e NOVACAP (Monitoramento Acústico, por tempo determinado, provisório do Estádio Nacional de Brasília) 4) MMA (Implementação do Cadastro Ambiental Rural) com vigência de 3 anos a partir de 19/03/2013;5) Termo de Cooperação Técnica IBRAM-Ecóanama(Gestão do Centro de Práticas Sustentáveis; e 5) UNESCO e Agência Brasileira de Cooperação - ABC (Projeto 914BRZ2001), com vigência de 2 anos a partir de 10/01/2012. A meta a ser alcançada em 2013 é estabelecer 4 cooperações, o que já foi cumprido a contento visto que já foram assinadas 7 cooperações com os seguintes interessados: 1) Fernando 2) SEMARH (Plano de Gestão Integrada da Qualidade Ambiental do DF) 3) TERRACAP e NOVACAP (Monitoramento Acústico, por tempo determinado, provisório do Estádio Nacional de Brasília) 4) MMA (Implementação do Cadastro Ambiental Rural) com vigência de 3 anos a partir de 19/03/2013;5)Termo de Cooperação Técnica IBRAM-Ecóanama (Gestão do Centro de Práticas Sustentáveis). A meta de 2012 foi alcançada, pois o IBRAM se empenhou na prospecção de 2 cooperações durante o ano de 2011, culminando em suas assinaturas em 2012. As outras 3 cooperações assinadas em 2012 foram propostas pelos interessados, o que não permite um planejamento anterior do Instituto, pois depende de interesse da outra parte em procurar o IBRAM e propor nova parceria. Da mesma forma, em 2013 o IBRAM se empenhou em prospectar 4 novas cooperações para atingir a meta proposta pelo PPA e, ao mesmo tempo, realizar as atividades das cooperações já assinadas, principalmente o Projeto 914BRZ2001 com a UNESCO e ABC, que é o foco principal do setor de convênios atualmente. Os demais termos assinados seguem o mesmo princípio do ano anterior e foram propostos pelos interessados. No decorrer de 2013 foram mantidos os Projetos com a UNESCO e ABC.
2. Pessoas atendidas em Educação Ambiental – 1.000 em 2013, 1.200 em 2014 e 1.500 em 2015 *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Considerando todo o período de 2013, foi atendido um total de 4.959 pessoas, entre professores e alunos da rede pública de ensino no Distrito Federal e a comunidade em geral, superando, em quase 5 (cinco) vezes a meta estabelecida. Além disso, nas ações de sensibilização internas do Instituto (A3P) foram atendidos 500 servidores, totalizando 5.459 pessoas.
3. Multiplicadores capacitados em Educação	Foram capacitados 32 multiplicadores em Educação Ambiental por meio da 10ª Edição do Curso Reeditor Ambiental,

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Ambiental – 30 em 2013, 40 em 2014 e 50 em 2015 *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	sendo 23 professores e 9 (nove) participantes da comunidade, IBRAM e SEMARH. O Reeditor é um curso de 180h, e por isso é normal ocorrer desistências ao longo do curso, no entanto, ainda assim, a meta proposta foi superada. Além disso, foram capacitados 40 servidores em Contratações Públicas Sustentáveis e 15 funcionários terceirizados em Coleta Seletiva, no âmbito da A3P no IBRAM. Dessa forma totalizaram-se 87 multiplicadores capacitados.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

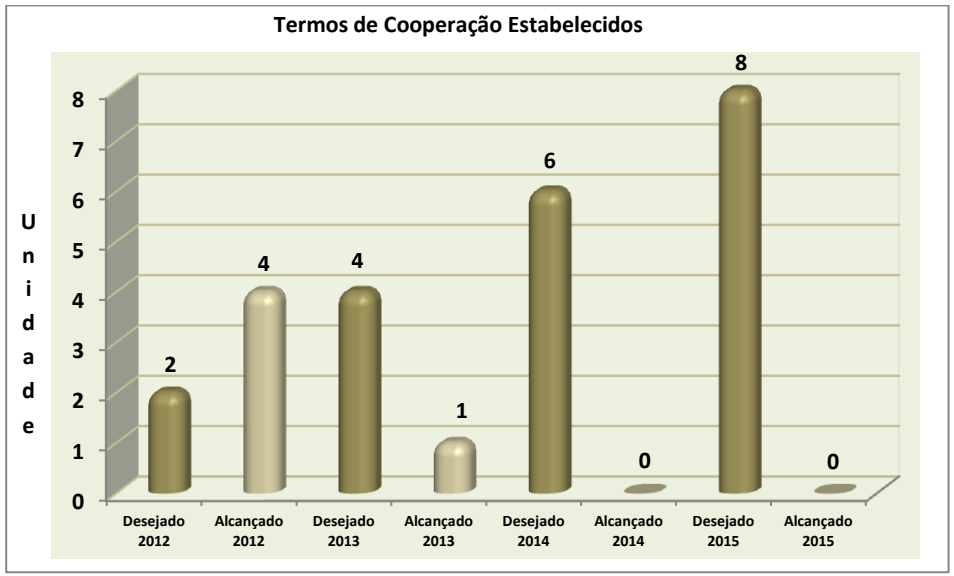
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1041	Termos de cooperação estabelecidos	Unidade	1	30/06/2011	Anual	**Desejado**	2	4	6	8	IBRAM
						Alcançado	4	1	-	-	
1314	Multiplicadores capacitados em educação ambiental	Pessoa	-		Anual	**Desejado**	-	30	40	50	IBRAM
						Alcançado	-	32	-	-	
1315	Pessoas atendidas em educação ambiental	Pessoa	-		Anual	**Desejado**	-	1.000	1.200	1.500	IBRAM
						Alcançado	-	4.999	-	-	

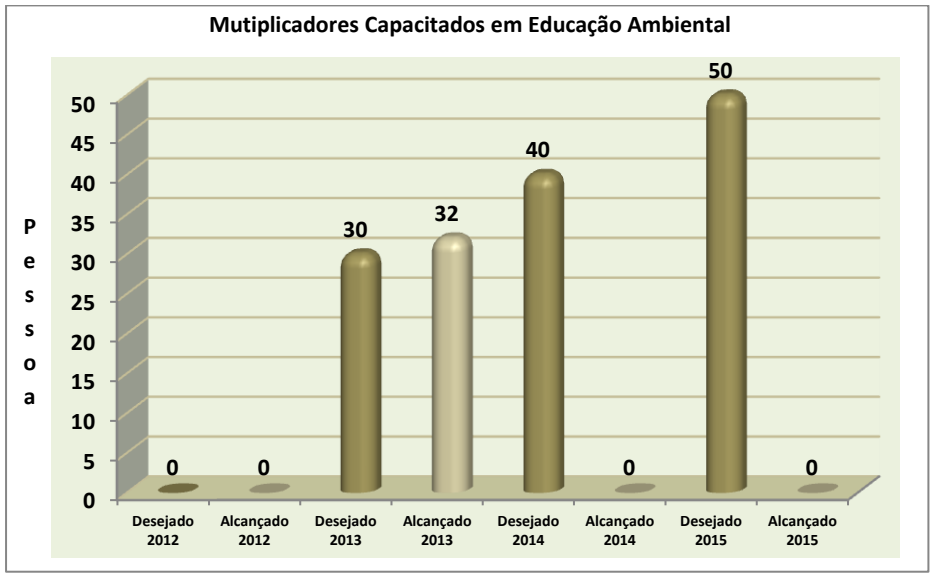
Justificativa – 2013

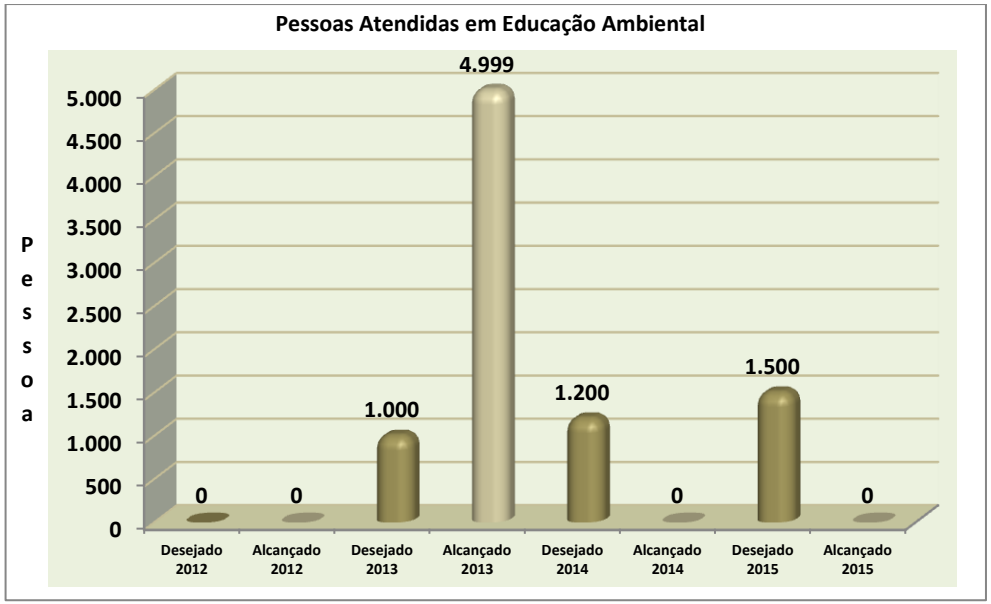
Indicador 1041 - Execução do Termo de Cooperação Técnica 391.000.205/2013 Implantação do Plano de Gestão Integrada da Qualidade Ambiental do Distrito Federal.

Indicador 1314 – Este indicador foi mensurado com os resultados do Projeto Reeditor Ambiental que contou com a capacitação de 32 educadores ambientais.

Indicador 1315 – O indicador foi mensurado por meio do somatório das pessoas atendidas nas seguintes ações: Fórum Diagnóstico e Novos Rumos para a Educação Ambiental, Centro de Práticas Sustentáveis do IBRAM, Trilha Monitorada – ESEC – AE, ParticiParque, Oficina – Núcleo Rural Taquara, Fogo Apagou, X Congresso Reeditor Ambiental, NEPSO – Escola Classe ETA 44, NEPSO – Parque Águas Claras.


Termos de Cooperação Estabelecidos
Unidade
0
1
2
3
4
5
6
7
8
2
4
4
1
6
0
8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Mutiplicadores Capacitados em Educação Ambiental
Pessoa
0
5
10
15
20
25
30
35
40
45
50
0
0
30
32
40
0
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Pessoas Atendidas em Educação Ambiental
Pessoa
0
500
1.000
1.500
2.000
2.500
3.000
3.500
4.000
4.500
5.000
0
0
1.000
4.999
1.200
0
1.500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 011 – Gerar informações para suporte à gestão ambiental e às práticas sustentáveis no Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
21.208 – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IBRAM

Análise do Objetivo Específico

Em 2013 foram realizadas ações de monitoramento ambiental por meio de programas desenvolvidos no âmbito da Gerência de Monitoramento da Qualidade Ambiental e Gestão de Recursos Hídricos – GENON, subordinada a Coordenação de Estudos, Programas e Monitoramento da Qualidade Ambiental – CODEM, subordinada à Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental - SUPEM. Além das áreas de parques e outras regiões de preservação, esses programas contemplam todo o Distrito Federal. O monitoramento ambiental pode ser dividido em 5 áreas temáticas: Água, Ar, Clima, Fauna e Flora. O Projeto Rodofauna registra e georreferencia os animais atropelados ao longo das Zonas Núcleo da Reserva da Biosfera do Cerrado. O Projeto de Mapeamento de Áreas Degradadas e Fitofisionomias do Distrito Federal, realiza o monitoramento através de trabalho de campo e captação de pontos com uso de GPS e análise de imagens de satélite. A primeira etapa do projeto consistiu em mapear as UCs do Distrito Federal. Os dados dessa fase foram concluídos. Ao todo, 83 parques já foram visitados e os mapas de áreas degradadas e fitofisionomias estão finalizados ou em fase de finalização. O Monitoramento da Qualidade do Ar consiste na medição, pelo menos 1(uma) vez por semana da concentração de Partículas Totais em Suspensão – PTS e Fumaça, de forma pontual, utilizando equipamentos manuais, instalados em cinco pontos do Distrito Federal. O PROTERM-DF visa realizar o monitoramento do campo térmico, de forma sistematizada para caracterizar e compreender o comportamento da temperatura na superfície, correlacionando com o padrão de uso e cobertura da terra, e assim, identificar áreas que favoreçam a formação de ilhas de calor na região urbana. Atualmente 1 estação de monitoramento do tempo e clima está em funcionamento no prédio do IBRAM, realizando medições de Velocidade e Direção do Vento, Temperatura e Umidade Relativa do Ar, Precipitação, Pressão Atmosférica, Radiação Solar Global e Radiação Ultra Violeta (UV). O Monitoramento da Fauna é responsável pelas espécies de vertebrados e invertebrados, endêmicas ou não, apontando em quais ambientes do Cerrado elas aparecem com mais freqüência e destacar as que estão sofrendo algum tipo de risco, de acordo com a lista dos animais ameaçados do Ministério do Meio Ambiente e da International Union for Conservation of Nature. Atualmente está em fase de contratação de consultores para compilação das fichas das espécies de ocorrência no DF e GO. O monitoramento da qualidade da água é realizado através do Programa Adote uma Nascente, que realiza o monitoramento quali-quantitativo, trimestralmente em 16 pontos nas Unidades Hidrográficas Mestre D' Armas e Vereda Grande. O Ruído ambiental tem como objetivo monitorar os ruídos geradores de poluição sonora, para isso, serão utilizados equipamentos de medição de nível de pressão (sonômetros), fixos ou móveis e softwares de predição para a geração de mapas. A GEMON aguarda a aquisição de equipamentos de monitoramento e de software de predição de ruídos, para que em 2014 se inicie o monitoramento de ruído ambiental no DF. A PROMAQ visa á identificação e avaliação das áreas queimadas, em 2013 vistoriou 66 parques e 10 unidades de conservação, alcançando a meta de 100% de parques monitorados, mapeando uma área total de 1.898,18 ha de área queimada. Para 2014, pretende manter a marca de 100% de monitoração, contando com a ajuda dos agentes de parque e unidades de conservação. A PROMAE, que visa a identificação e avaliação das áreas erodidas, em 2013 monitorou 13 pontos de erosões nos Parques e Unidades de Conservação. A PROMPP, visa a prevenção e monitoramento de produtos perigosos e análise de seus riscos, em 2013 foi feita a definição de 50 pontos de monitoramento da manipulação, produção e armazenamento desses produtos. Também foram selecionados 20 pontos adicionais para monitoramento de áreas para descarte de pilhas e baterias. Foram

registrados 13 ocorrências de acidentes envolvendo produtos perigosos, sendo 1 derramamento de produto químico, com geração de nuvem tóxica; 4 vazamentos de gás, 1vazamento de cloro;1vazamento de fosfato de alumínio,1 artigo explosivo e vazamento de óleo diesel no Lago Paranoá, sendo todos esses acidentes monitorados.

Em 2013, foi apurado um total de 197 pontos. A apuração do indicador em 2013, foi obtida a partir da soma dos pontos: 5 qualidade do ar, 16 qualidade da água e vazão das nascentes, todos trechos monitorados pelos projetos e programas RODOFAUNA(3),MAPEAR(83),PROTERM(1),PROMAQ(76, sendo 66 parques e 10 unidades de conservação) e PROMAE(13), totalizando os 197 pontos monitorados no ano de 2013. Em relação a meta de atendimento ás emergências relativas aos riscos ambientais, em 2012 houve 100% do atendimento. Para o ano de 2013, foi apurado o atendimento de 100% das 13 emergências com produtos perigosos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar para 70 pontos de monitoramento da qualidade ambiental	No ano de 2012, os pontos monitorados foram ampliados para 87, com acréscimo de 16 pontos de monitoramento de qualidade da água em nascentes do Programa Adote uma Nascente, com a aquisição de suprimentos para Sonda Multiparamétrica de qualidade da água, a inclusão de 33 unidades de conservação no (PROMAQ), monitoramento de 13 áreas de contaminação por produtos perigosos e a instalação de uma estação de monitoramento de tempo e clima (estações meteorológicas), utilizada para o estudo de ilhas de calor. Foram retirados 4 (quatro) pontos de monitoramento de vazão, dos 20 que eram realizados em 2011. Em 2013 foi alcançado o total de 197 pontos de monitoramento.
2. Atender todas as emergências relativas aos riscos ambientais notificadas no DF	No ano de 2013, o IBRAM tomou ciência de 13 acidentes de produtos perigosos, prestando o auxílio, quando necessário. Mesmo o IBRAM não dispondo de capacitação técnica, equipamentos de proteção individual e de materiais e equipamentos para pronto atendimento, de acidentes com produtos perigosos, ficando essa atribuição a cargo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, é feito o trabalho de monitoramento de riscos ambientais relativos aos produtos perigosos, realizado por meio de acompanhamento da expedição de licenças dessa natureza e visitas à locais que atuam nessa atividade, com vistas ao levantamento de dados sobre a atividade.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

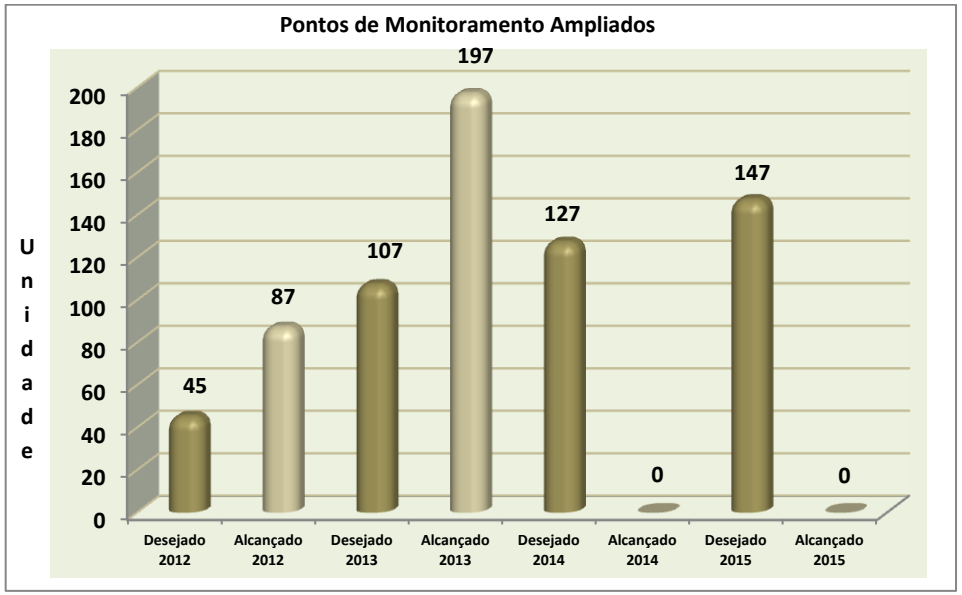
Indicadores:

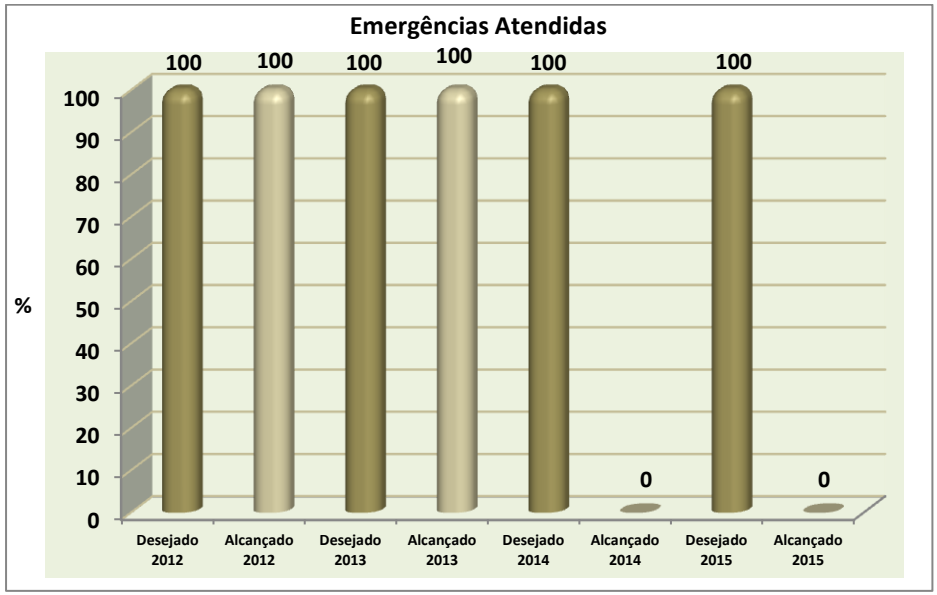
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1042	Pontos de monitoramento ampliados	Unidade	34	30/06/2011	Anual	**Desejado**	45	107	127	147	IBRAM
						Alcançado	87	197	-	-	
1043	Emergências Atendidas	%	-	-	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	IBRAM
						Alcançado	100	100	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1042 - Para compor a apuração deste indicador, foram somados os pontos monitorados da qualidade do ar (5), qualidade da água e vazão das nascentes (16), trechos monitorados pelo projeto RODOFAUNA (3), pelo projeto MAPEAR (83), do PROTERM (1), do PROMAQ (76 pontos, sendo 66 parques e 10 unidades de conservação), do PROMAE (13), totalizando os 197 pontos monitorados no ano de 2013.

Indicador 1043 - Em relação a este indicador, foram atendidas 100% das emergências comunicadas à unidade responsável, o que corresponde a 13 emergências com produtos perigosos.





Objetivo Específico: 012 – Promover a sustentabilidade das áreas protegidas e o manejo de recursos florestais do Distrito Federal

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.208 – INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - IBRAM

Análise do Objetivo Específico

A Coordenação de Unidades de Uso Sustentável e Biodiversidade, além de promover a preservação e conservação das áreas protegidas de categoria Uso Sustentável, deve promover também a integração da comunidade com essas unidades, propondo espaços e equipamentos adequados ao uso da população. Para a consecução desse objetivo, além de vistorias técnicas e estudos das reivindicações da comunidade da Região Administrativa onde a UC será implantada, são elaborados os Planos de Uso para identificação da área de uso intensivo e equipamentos a serem instalados. O Plano de Uso estabelece todos os equipamentos que poderão ser instalados, porém sua execução depende primordialmente dos recursos disponíveis. Os recursos utilizados para implantação dos parques têm sido, até o momento, originados de compensações ambientais e dependendo do montante, são definidos quais os equipamentos a serem inicialmente instalados, prosseguindo a instalação à medida que novos recursos forem disponíveis.

Os entendimentos são realizados através da SUGAP, Câmara de Compensação Ambiental e o Agente que deverá fazer a compensação ambiental, o qual toma conhecimento das propostas da SUGAP e executa as obras ou serviços que são estabelecidos, usando meio e pessoal próprios.

Quando um parque é implantado, a comunidade se agrega, utilizando as áreas de maneira induzida pelos equipamentos instalados, promovendo tanto a proteção do meio ambiente como a qualidade de vida do cidadão.

São realizadas visitas periódicas nas Unidades de Conservação, onde os agentes de parque, durante todo ano, produzem relatórios e imagens que comunicam a situação em que se encontram, bem como práticas irregulares que possam estar ocorrendo e demais comunicados de interesse do órgão gestor da unidade para a tomada das providências cabíveis.

As unidades de Conservação de Proteção Integral apresentam inúmeras dificuldades que impedem sua consolidação. Dentre as quais: ausência de demarcação de poligonais, problemas de regularização fundiária, ausência de plano de manejo, ausência de servidores e orçamento próprio. Seria melhor se houvesse maior número de servidores (técnicos e analistas) lotados, visto que das 8 unidades de Conservação de Proteção Integral, apenas a ESEC-AE possui sede e equipe própria, composta por técnicos de atividades de meio ambiente e servidores cedidos por outros órgãos do DF, que são responsáveis por atividades rotineiras da UC (manutenção de cerca e demais equipamentos necessários ao manejo da UC).

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar equipamentos em 23 Unidades de Conservação *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2013 a meta desejável era de 18 Unidades de Conservação com equipamentos instalados, porém, pela necessidade de organização na captação de recursos através de Compensação Ambiental, apenas uma Unidade de Conservação (Parque do Areal), recebeu a melhoria no final do ano. Houve a necessidade de adequação das metas anuais informadas anteriormente para que seja viável o objetivo de 23 (vinte e três) Unidades para 2015.
2. Estabelecer nas 8 Unidades de Conservação de Proteção Integral mecanismos de Conservação Ambiental *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2013, foi publicado o Plano de Manejo da Arie Granja do Ipê, elaborado com a participação de técnicos do IBRAM, apesar de se tratar de Unidade de Conservação de uso sustentável. A análise do Plano de Manejo da APA do São Bartolomeu foi finalizada e o produto encaminhado à Câmara Legislativa do DF.
3. Aumentar em 50% a efetividade da compensação florestal	O número de termos de compromisso de compensação ambiental e florestal foi satisfatório e dentro da meta planejada para o ano de 2012/2013, perfazendo um valor total de aproximadamente 17 milhões de reais que serão destinados a obras de reforma e implantação de equipamentos para manutenção e gestão das unidades de conservação do DF. Além disso, a instrução n° 050/IBRAM de 02 de março de 2012 mostrou-se um avanço amplamente reconhecido no âmbito do Distrito Federal na medida em que regulamentou, por meio do estabelecimento de critérios e prazos, a apresentação e aprovação dos orçamentos para o plantio de mudas, tornando mais transparente, objetivo e célere o cálculo da conversão da compensação florestal em prestação de serviços e doação de bens e equipamentos em benefício ao meio ambiente em detrimento do simples plantio de mudas. Em 2013 mantivemos a quantidade de mudas efetivamente plantadas, até julho de 2013 foram: 60.000.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1044	UC-USO Implantadas	Unidade	15	31/05/2011	Anual	**Desejado**	17	20	25	30	IBRAM
						Alcançado	5	25	-	-	
1316	UC-INT Recategorizadas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	2	10	20	IBRAM
						Alcançado	-	0	-	-	
1318	Programas dos Planos de Manejo Implantados em UC-INT	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	1	3	5	IBRAM
						Alcançado	-	3	-	-	
1319	Número de Mudas Plantadas Resultantes da Compensação Florestal	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	150.000	200.000	250.000	IBRAM
						Alcançado	-	60.000	-	-	
1320	Quantidade de Mudas destinadas para o plantio	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	500.000	500.000	500.000	IBRAM
						Alcançado	-	343.000	-	-	

Justificativa – 2013

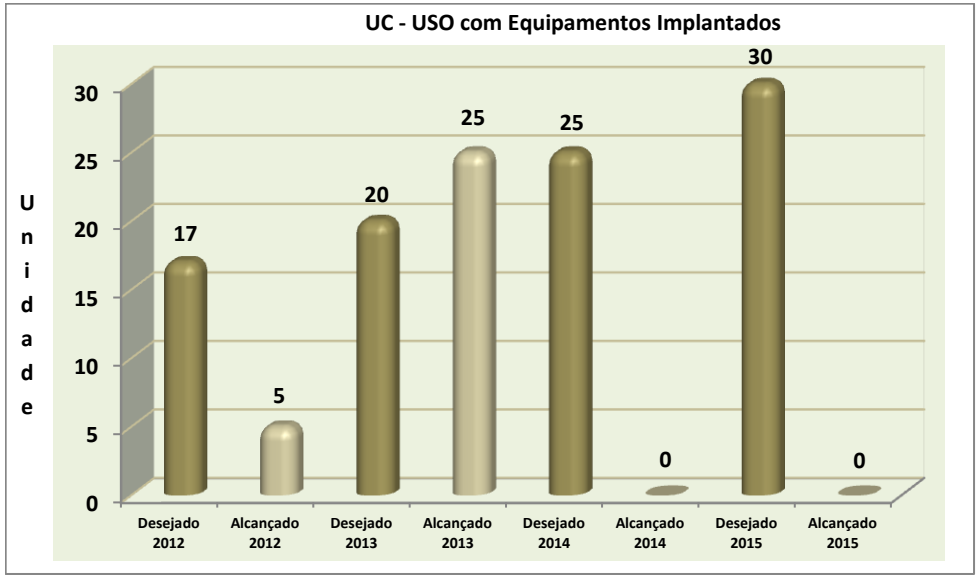
Indicador 1044 - O investimento médio em cada unidade de conservação de uso sustentável entregue foi R$ 2,5 milhões, sendo 08 beneficiadas em 2013: Parque Três Meninas, Parque Urbano Bosque do Sudoeste, Parque Areal, Parque Ecológico Saburo Onoyama, Parque Ecológico Águas Claras, dentre outros;Logo se chegou ao número de 25 UC-USO implantadas, superando a meta prevista de 20 para 2013, sendo resultado dos termos de compromisso assinados em 2012 pela compensação ambiental.

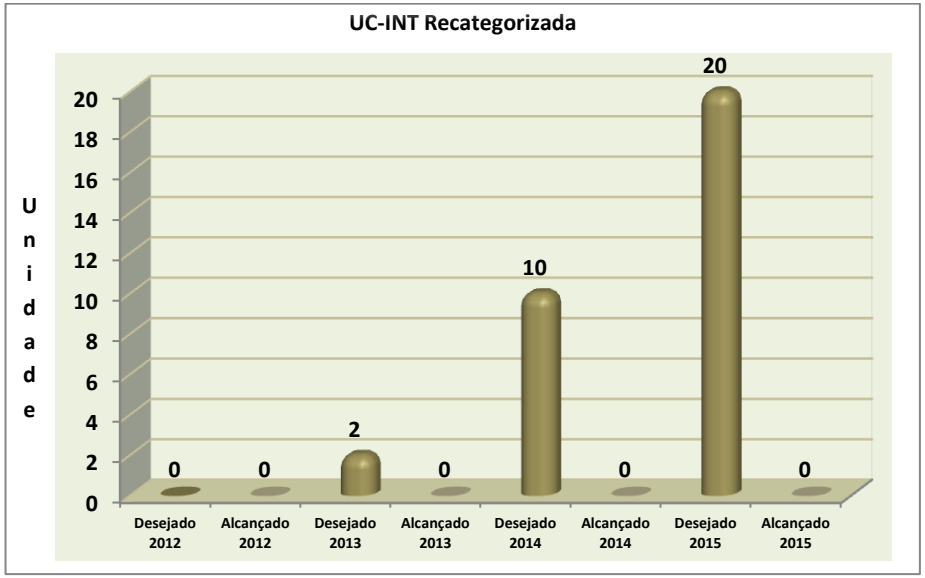
Indicador 1316 – Em 2013, nenhuma Unidade de Conservação foi recategorizada devido à falta de servidores destinados à análise das condições ambientais de cada uma. Estão em processo de criação três (3) Unidades de conservação de proteção integral: Parque Distrital do Salto Tororó, Refúgio de vida silvestre das Magnólias e Refúgio de vida silvestre da Mata Seca.

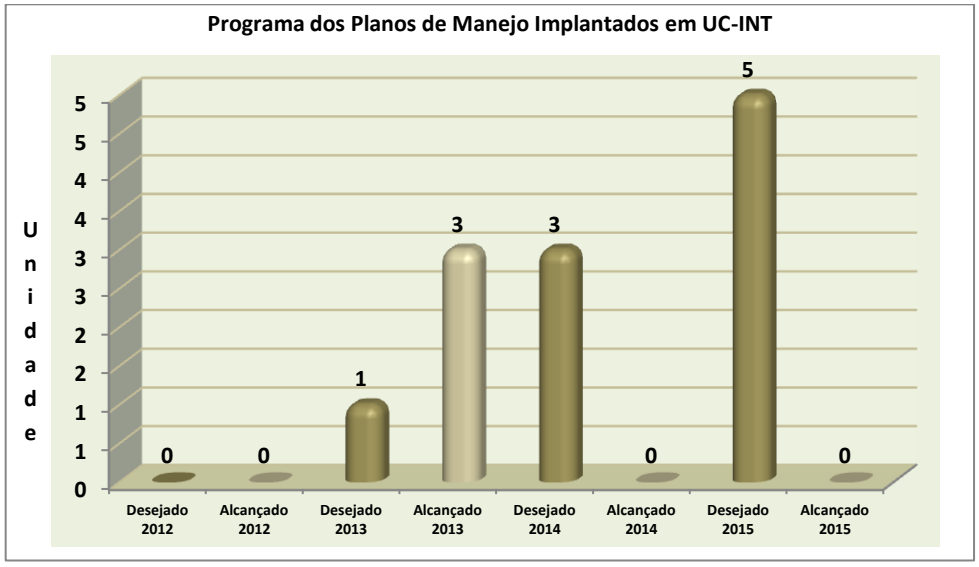
Indicador 1318 – Em 2013, foram implantados 03 programas do Plano de Manejo da ESEC-AE (Estação Ecológica Águas Emendadas): Programa de Pesquisa, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Programa de Proteção e Fiscalização, superando a meta prevista de 01 programa implantado, porém a falta de servidores destinados a tal finalidade dificulta a execução deste procedimento.

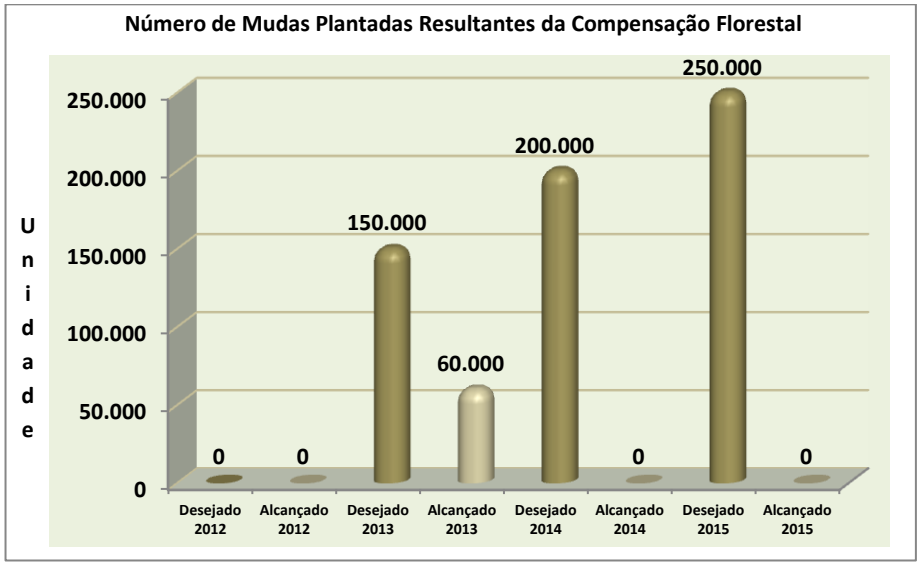
Indicador 1319 – Foram plantadas 60.000 mudas, correspondente a 40% da meta prevista para 2013, devido a falta de servidores para análise dos processos, monitoramento e cobrança da execução efetiva do plantio, visto que o período das águas destinado ao plantio das mudas corresponde aos meses de novembro, dezembro e janeiro.

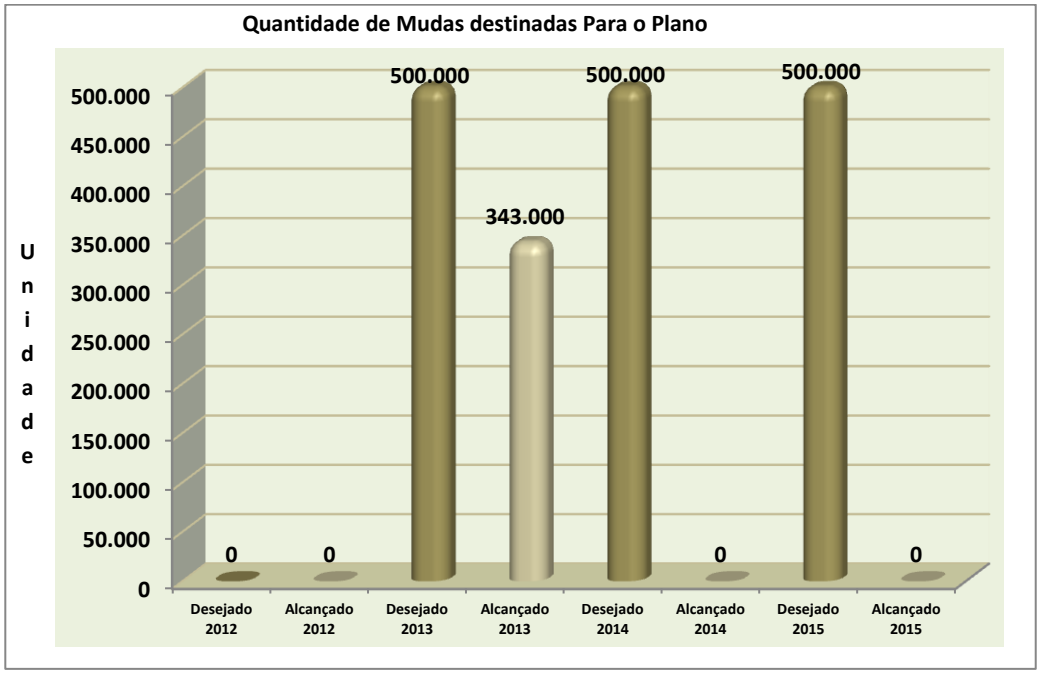
Indicador 1320 – Foram destinadas 343.000 mudas para o plantio, inferior ao planejado para 2013, devido a falta de servidores para análise de processos referentes à Compensação Florestal. Para o melhor aproveitamento das compensações florestais, foi realizado o levantamento de possíveis áreas para receberem plantio de compensação florestal nas Unidades de Conservação e encaminhado à gerencia de interesse. Existe a possibilidade de alocação de novas áreas que deverão ser mapeadas.


UC - USO com Equipamentos Implantados
Unidade
0
5
10
15
20
25
30
17
5
20
25
25
0
30
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


UC-INT Recategorizada
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
14
16
18
20
0
0
2
0
10
0
20
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Programa dos Planos de Manejo Implantados em UC-INT
Unidade
0
1
1
2
2
3
3
4
4
5
5
0
0
1
3
3
0
5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Mudas Plantadas Resultantes da Compensação Florestal
Unidade
0
50.000
100.000
150.000
200.000
250.000
0
0
150.000
60.000
200.000
0
250.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Mudas destinadas Para o Plano
Unidade
500.000
450.000
400.000
350.000
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
0
0
0
500.000
343.000
500.000
0
500.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – GARANTIA DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO GERAL: Universalizar a proteção social não contributiva como sistema de provisão de serviços e benefícios sociais instituídos e garantidos pelo Estado para enfrentar situações de risco social ou privações sociais já instaladas e implementar a gestão de Sistema Único de Assistência Social, com centralidade na família e no território onde esta vive.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

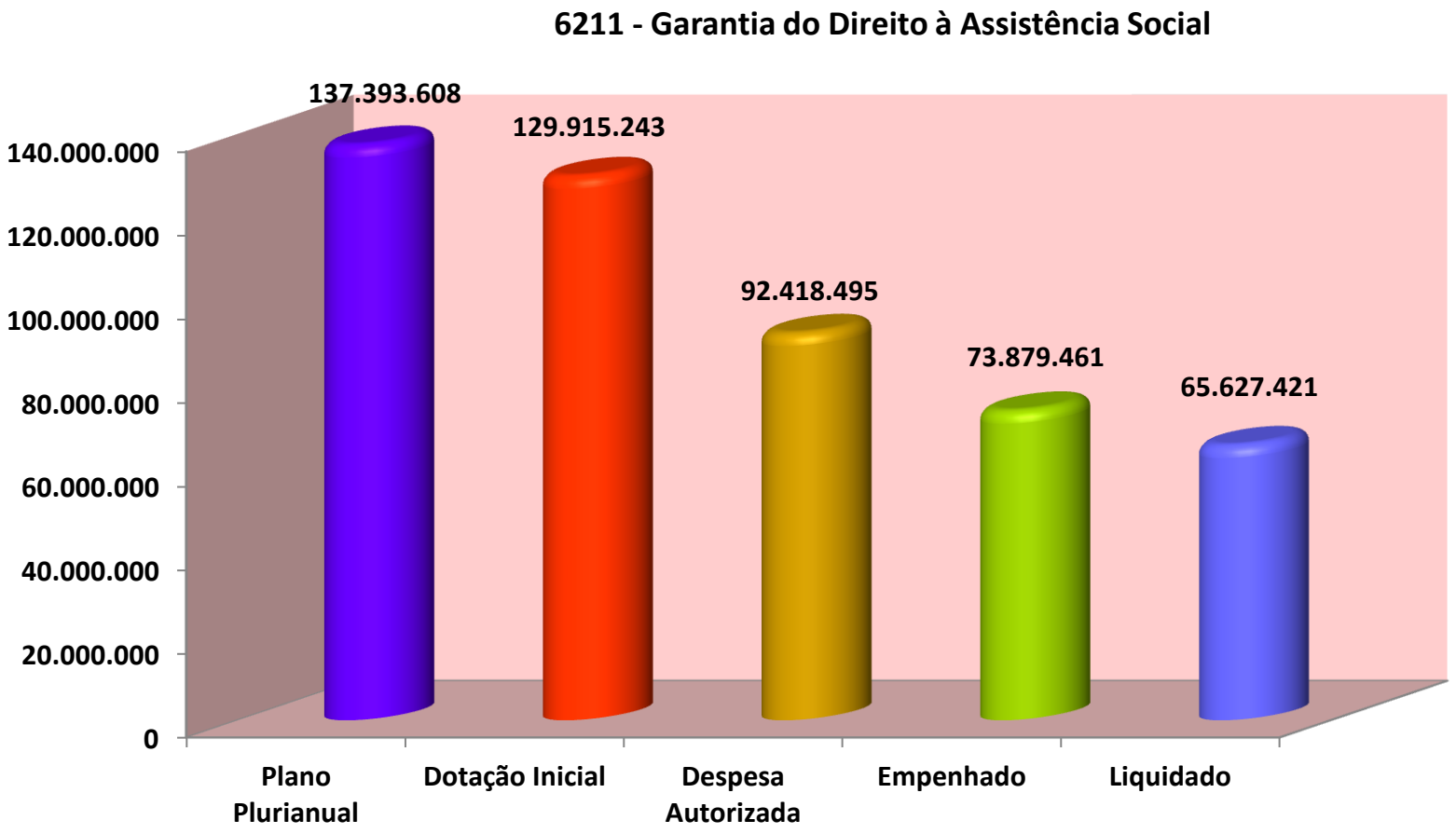
O programa temático é composto de 4 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Aprimorar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Distrito Federal, Conferindo Eficiência e Eficácia à Rede de Atendimento e Proteção Social dos Usuários da Política de Assistência.	17.101 / 17.902
002 - Garantir Proteção Social Especial às Famílias e Indivíduos em Situação de Risco Pessoal e Social, com Violação de Direitos e/ou Vínculos Familiares Fragilizados ou Rompidos.	17.902
003 - Garantir proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal, fortalecendo sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários e promovendo o acesso e usufruto de direitos socioassistenciais e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições.	17.902
004 - Reduzir a exclusão social capacitando jovens, mulheres e produtores rurais no manejo sustentável dos recursos naturais do cerrado e capacitação de jovens para guiar visitantes para a COPA 2014.	21.106

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1095 - (EP) Implantação de Centro de Convivência Social para Portadores de Necessidades Especiais Surdos e Mudos	500.000	200.000	0	0	0	0	0
1235 - Construção de Centro de Referencia da Assistência Social - CRAS	2.950.000	4.200.000	350.000	0	0	0	0
1237 - Construção de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do SUAS	3.390.000	2.400.000	0	0	0	0	0
1583 - Reforma de Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	2.800.000	1.400.000	800.000	800.000	650.000	29	23
2094 - Promoção de Assistência Social Comunitária	1.600.348	1.085.236	15.001	0	0	0	0
2411 - Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS	512.104	512.112	1.228.843	134.000	0	26	0
2693 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Assistência Social - CAS	130.000	58.000	12.043	12.043	12.043	9	9
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	883.000	1.907.632	3.188.139	0	0	0	0
3184 - Construção de Centro de Referência Especializado de Assistência Social	4.080.000	3.000.000	0	0	0	0	0
3185 - Construção de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CRE POP)	1.361.000	1.200.000	400.000	0	0	0	0
3186 - Construção de Unidades de Acolhimento - UACS	2.620.000	3.850.000	5.166.746	5.166.746	3.258.669	197	124
3188 - Reforma de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1.200.000	250.000	250.000	250.000	85.075	21	7
3189 - Reforma de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CRE POP)	1.000.000	100.000	100.000	100.000	0	10	0
3190 - Reforma de Unidades de Acolhimento (UACS)	2.080.000	400.000	400.000	400.000	0	19	0
3192 - Reforma de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	2.550.000	750.000	0	0	0	0	0
3202 - Criação dos Territórios da Cultura e	1.000.000	0	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
Cidadania							
3246 - Construção de Centro Comunitário	2.500.000	400.000	503.041	323.041	0	13	0
3678 - Realização de Eventos	2.180.405	1.867.793	900.710	900.709	884.509	41	41
4089 - Capacitação de Pessoas	40.000	1.470.000	300.000	0	0	0	0
4118 - Acolhimento Institucional	22.313.483	28.160.663	26.346.650	22.020.836	20.533.629	99	92
4138 - Desenvolvimento de Ações de Serviços Sociais	825.000	770.000	730.000	330.182	305.182	40	37
4153 - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	3.325.934	2.551.344	977.159	794.067	413.938	24	12
4154 - Abordagem Social a Famílias e Indivíduos	291.198	1.047.715	3.564.003	3.508.550	3.336.812	1205	1146
4155 - Atendimento Especializado para Pessoas em Situação de Rua	1.227.105	857.987	489.395	450.738	350.389	37	29
4156 - Acolhimento em Família Acolhedora	118.239	501.328	0	0	0	0	0
4157 - Acolhimento em República	500.001	0	0	0	0	0	0
4158 - Proteção Social Especial para Pessoas com deficiência, Idosos e suas Famílias	3.070.507	4.999.363	8.451.493	8.224.927	8.224.927	268	268
4159 - Ações Complementares de Proteção Social Especial	477.158	262.680	98.377	98.376	9.636	21	2
4179 - Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	15.357.000	11.448.131	2.803.780	1.390.152	1.298.264	9	8
4181 - Vigilância Social nos Territórios	1.431.475	1.500.000	0	0	0	0	0
4182 - Gestão do Trabalho e Capacitação no Sistema Único de Assistência Social - SUAS	2.719.803	1.214.680	422.908	624	624	0	0
4183 - Divulgação e Disseminação das Ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	1.558.399	1.938.660	1.249.656	0	0	0	0
4185 - Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	26.636.855	28.017.804	21.141.399	19.600.284	17.800.204	74	67
4186 - Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	338.572	121.173	0	0	0	0	0
4187 - Concessão de Benefícios Assistenciais	12.829.894	10.623.902	7.418.364	7.418.363	6.897.016	58	54
4188 - Ações Complementares de Proteção Social Básica	8.396.128	9.314.040	4.759.524	1.604.560	1.566.504	19	19
7294 - Construção de Centro de Convivência de Idosos	2.600.000	1.535.000	351.264	351.263	0	14	0
TOTAL do PROGRAMA 6210	**137.393.608**	**129.915.243**	**92.418.495**	**73.879.461**	**65.627.421**	**54**	**48**


6211 - Garantia do Direito à Assistência Social
137.393.608
129.915.243
92.418.495
73.879.461
65.627.421
140.000.000
120.000.000
100.000.000
80.000.000
60.000.000
40.000.000
20.000.000
0
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivos Específico: 001 - Aprimorar a Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Distrito Federal, Conferindo Eficiência e Eficácia à Rede de Atendimento e Proteção Social dos Usuários da Política de Assistência.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

17.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL - SEDEST

17.902 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FAS

Análise do Objetivo Específico

Adotadas as seguintes providências no sentido de qualificar a gestão do SUAS: previsão de capacitação de gestores, dirigentes, trabalhadores e conselheiros de assistência social; desenvolvimento de projetos prevendo a expansão qualificada a partir do reordenamento de serviços socioassistenciais; reforma de unidades existentes e de espaços físicos em que funcionarão novas unidades; estabelecimento de parâmetros de custeio dos serviços socioassistenciais ofertados pela rede complementar e de protocolos e fluxos de atendimento intersetoriais.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Realizar 03 estudos e pesquisas no âmbito da Política de Assistência Social no DF *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Após a conclusão do plano amostral da pesquisa referente ao impacto da suplementação do DF Sem Miséria, foram adotadas providências no sentido de contratar instituto de pesquisa para realizar 01 estudo em 2014.
2. Realizar 02 capacitações de gestores da política de assistência do Distrito Federal qualificando seu papel no SUAS *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foi realizada a adesão ao programa CapacitaSuas, com a elaboração do Plano do Distrito Federal para Capacitação de Trabalhadores, Gestores, Dirigentes e Conselheiros de Assistência Social, devidamente aprovado pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Em 2013 foram adotadas providências com o fim de contratar Instituição de Ensino Superior para execução dos cursos relativos ao programa CapacitaSuas, entretanto o pregão fracassou. Desse modo, estão sendo adotadas providências visando a contratação em 2014.
3. Realizar 01 capacitação de conselheiros de assistência social do Distrito Federal qualificando seu papel no SUAS *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foi realizada a adesão ao programa CapacitaSuas, com a elaboração do Plano do Distrito Federal para Capacitação de Trabalhadores, Gestores, Dirigentes e Conselheiros de Assistência Social, devidamente aprovado pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal. Em 2013 foram adotadas providências com o fim de contratar Instituição de Ensino Superior para execução dos cursos relativos ao programa CapacitaSuas, entretanto o pregão fracassou. Desse modo, estão sendo adotadas providências visando a contratação em 2014.
4. Realizar 01 capacitações da Rede Socioassistencial privada *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foi realizada a adesão ao programa CapacitaSuas, com a elaboração do Plano do Distrito Federal para Capacitação de Trabalhadores, Gestores, Dirigentes da rede socioassistencial privada e Conselheiros de Assistência Social, devidamente aprovado pelo Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Em 2013 foram adotadas providências com o fim de contratar Instituição de Ensino Superior para execução dos cursos relativos ao programa CapacitaSuas, entretanto o pregão fracassou. Desse modo, estão sendo adotadas providências visando a contratação em 2014.
5. Realizar 02 Conferências de Assistência Social no Distrito Federal	Foi realizada a X Conferência de Assistência Social no Distrito Federal, precedida de 16 conferências regionais, com a participação total de cerca de 3000 pessoas.
6. Realizar 30 fóruns, seminários e eventos similares afetos à política de assistência social no DF	São realizados anualmente os seguintes eventos: Seminário sobre o resultados do Programa DF Sem Miséria; Seminário sobre Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no DF; eventos sobre o dia internacional da Criança Desaparecida; contra o Trabalho Infantil; FESTAR (Crianças que brincam não trabalham); SOLETRA (evento do Serviço de Convivência); Miss na Rua (específico para População em Situação de Rua); para o enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; visitas de comitivas internacionais às unidades do SUAS no DF, entre outros.
7. Reformar 02 casas localizadas na Granja das Oliveiras para instalação de Casas Lares para Idosos *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	As reformas nas casas no espaço da Granja das Oliveiras foram reprogramadas para 2015, tendo em vista as restrições orçamentárias.
8. Construir, em 2012, 33 equipamentos do SUAS, sendo: 06 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 05 Centros de Convivência Intergeracional (COSEs), 02 Centros de Convivência de Idosos (CCI), 05 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), 02 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (CREPOP), 06 Casas Lares para crianças e adolescentes, 01 Casa de Passagem para crianças e adolescentes em situação de rua, 02 repúblicas para jovens, 01 república para população em situação de rua, 02 abrigos Institucionais para famílias e indivíduos adultos, 01 Instituição de Longa Permanência para Idosos	Com o recurso disponível para investimento, em 2012, foi possível realizar as seguintes construções: continuidade da construção de 03 CRAS (praças do PAC), 01 abrigo institucional para adultos e famílias (iniciadas em 2012); 01 CREAS (QNR 02, Lote 02 – Ceilândia), concluído 90% da obra de construção dos Coses de Santa Maria e Gama Leste (área total de 1778 m²). Com o orçamento disponível para investimento em 2013 foi possível realizar as seguintes construções: conclusão da construção dos Coses de Santa Maria e Gama Leste, continuidade da construção de 03 CRAS (praças do PAC), o CREAS (QNR 02, lote 02 – Ceilândia) não foi viabilizado, e o recurso foi utilizado na construção do abrigo institucional para adultos e famílias. Foram adotadas ainda providências para construção de 01 CREAS (Santa Maria). Os outros equipamentos serão construídos de acordo com disponibilidade orçamentária.
9. Ampliar, em 2012, a Casa de Passagem para Adultos, localizada na L2 Sul, demandando a construção de novo bloco com estrutura para acolher mais 30 usuários	Foi iniciada a reforma nas instalações da QNF 24, AE, para mudança da Unidade de Acolhimento para Idosos, visando à liberação do espaço da L2 Sul para construção e reforma das instalações para implantação da Casa de Passagem. Em 2013, finalizada a reforma nas instalações da QNF 24, AE, realizou-se a mudança da Unidade de Acolhimento para Idosos. Entretanto, tendo em vista as limitações orçamentárias, as ações foram reprogramadas.
10. Construir, em 2013, 31 equipamentos do SUAS, sendo: 06 CRAS, 03 COSES, 06 CREAS, 02 CREPOP, 03 Casas Lares para crianças e adolescentes, 03 Repúblicas para Jovens, 01 Moradia	Foi elaborado o projeto de acolhimento institucional em Moradia Transitória para População em Situação de Rua, uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e o Ministério das Cidades; instalados 02 Centros Pop (Taguatinga e Brasília), elaborado Termo de Referência visando

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Transitória para População de Rua, 01 abrigo Institucional para gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, 01 república para população de rua, 02 abrigos Institucionais para famílias e indivíduos adultos, 02 Instituições de Longa Permanência para Idosos, 01 Centro Dia para Idosos	chamamento público para os serviços de república para jovens, Centro-dia e Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Em 2013 foram adotadas providências visando a ampliação de vagas, por meio de execução indireta, para Acolhimento de Idosos (ILPI), Acolhimento de Crianças e Adolescentes, Centro-dia, Acolhimento de Adultos e Famílias e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
11. Construir em 2014, 08 equipamentos do SUAS, sendo: 03 CRAS, 02 CREAS, 01 Centro POP e 02 UACs *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Meta reprogramada, em virtude das restrições orçamentárias, para o exercício 2014.
12. Construir, em 2015, 02 CRAS	Meta mantida para 2015.
13.Reformar, até 2015, 16 equipamentos, sendo: 02 CRAS, 02 CREAS, 02 Centro POP, 07 COSES, 03 UACs *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Iniciada a reforma da Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (UNACAS), no total de 500m², reforma do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Taguatinga (COSE Parada), reforma da Unidade de Acolhimento para Adultos e Famílias (UNAF-Tag) em Taguatinga. Meta mantida para 2015.
14. Assegurar a manutenção e reforma dos novos equipamentos construídos *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	As novas unidades estão contempladas no plano de manutenção da SEDEST. Em decorrência das reformas foram instalados 01 CRAS (Areal) e 01 Centro POP (Taguatinga).
15. Implantar o sistema de vigilância social regionalizado, com sistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no DF.	Está em desenvolvimento o Sistema de Desenvolvimento Social, módulo SUAS, o qual conta com a implantação de algumas etapas, como o protocolo de cestas emergenciais e de Benefícios Eventuais. Está prevista a implantação de novas etapas para o próximo período, como a de Prontuário único dos usuários da Assistência Social.
16. Implantar o Plano de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS do Distrito Federal.	Em 2012 foi elaborado Termo de Referência para contratação de Instituição de Ensino Superior para execução do Plano, com previsão para 2013/2014. Em 2013, foram adotadas providências visando a contratação de Instituição de Ensino Superior para execução dos cursos relativos ao programa CapacitaSuas, entretanto o pregão fracassou. Desse modo, estão sendo adotadas providências visando a implantação em 2014.
17. Promover a divulgação/comunicação e socialização das ações do SUAS no DF, permitindo a disseminação dos conteúdos e práticas, a orientação, a unicidade da intervenção, a ampliação do alcance das ações, entre outros aspectos de aprimoramento do SUAS	Foram desenvolvidas ações e veiculadas campanhas permitindo à disseminação dos conteúdos e práticas, a orientação, a unicidade da intervenção sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, à exemplo da realizada no período de carnaval.
18. Produzir material técnico, informativo e de socialização sobre vulnerabilidades e riscos sociais, violações de direitos, serviços e benefício socioassistenciais e demais temas afetos ao SUAS	Foram produzidos diversos informativos relativos a temas afeto ao Sistema Único de Assistência Social, à exemplo da publicação da revista DF Sem Miséria.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
19. Realizar o mapeamento da rede socioassistencial pública e privada do DF	O mapeamento da rede socioassistencial pública e privada do Distrito Federal foi atualizado, contabilizando 101 entidades socioassistenciais inscritas no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
20. Qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no DF por meio da regulamentação sistemática das ações	Foi criado o Grupo de Trabalho, pela Portaria n° 30 de 06 de julho de 2012, para definir parâmetros de custeio dos serviços socioassistenciais e composição dos valores de referência por pessoa/serviço da rede socioassistencial complementar do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito do Distrito Federal. Foi publicada a Lei n° 5.165, de 04 de setembro de 2013, que dispõe sobre os benefícios eventuais da Política de Assistência Social e da outras providências. Houve ainda, a publicação da Portaria n° 31 de 20 de maio de 2013, para definir parâmetros de custeio dos serviços socioassistenciais e composição dos valores de referência por pessoa/serviço da rede socioassistencial complementar do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito do Distrito Federal.
21. Estruturar a Rede de Proteção Social no DF, na perspectiva de novas práticas integradas e qualitativas, no atendimento às demandas sociais.	Em 2012 foram estabelecidos protocolos e fluxos de atendimento com Entidades e Organizações de Assistência Social, Conselho Tutelar, Secretaria de Estado de Saúde, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, Agência de Fiscalização (AGEFIS), Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Civil. Em 2013 estes protocolos e fluxos de atendimento foram revisados.
22. Fortalecer o Fundo de Assistência Social visando ampliar a capacidade de recursos financeiros para custeio das ações socioassistenciais	Foram definidas e realizadas ações de acompanhamento pela Subsecretaria de Assistência Social, junto à Diretoria do Fundo de Assistência Social, assim como fluxos e protocolos para aprimoramento da execução dos recursos financeiros das ações socioassistenciais. Pode-se observar que a partir da gestão do orçamento de 2012, o qual serviu de base para elaboração do PLOA 2013, os recursos financeiros destinados ao Fundo de Assistência Social cresceram cerca de 89%, passando de 54,3 milhões para 102,9 milhões de reais.
23. Fortalecer e dar apoio logístico ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal/CAS-DF para o efetivo exercício do controle social	Foi mantida a estrutura física, de pessoal e logística de apoio às atividades do Conselho de Assistência Social – CAS/DF. A SEDEST forneceu apoio à realização da X Conferência de Assistência Social no Distrito Federal.
24. Estabelecer parcerias e ações integradas com municípios do Entorno do DF, para qualificar a execução dos serviços de proteção social do SUAS	Em 2012 foi elaborada a proposta para o 1° Encontro para Integração do SUAS na Região Integrada de Desenvolvimento Metropolitano (RIDE), a ser realizado em 2013, entre os prefeitos e Secretários de Estado/Municipais das cidades do entorno com o Distrito Federal, Estado de Goiás e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Realizado, em 2013, o 1° Encontro para Integração do SUAS na Região Integrada de Desenvolvimento Metropolitano (RIDE).
25. Qualificar a gestão e a prestação de serviços de proteção social do SUAS por meio de equipes de trabalho adequadas e suficientes , em conformidade com a regulamentação nacional	Foi solicitada a autorização para realização de concurso público, visando a contratação de recursos humanos para recomposição do quadro de pessoal, prevendo também novos servidores para atuação em novas unidades, obedecendo aos quantitativos previstos pelas regulamentações nacionais. Além disso, foi

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	firmado termo de cooperação com a Secretaria de Estado de Saúde para cessão de servidores para atuação nas unidades operativas da Assistência Social, no âmbito do Plano do Crack. Foi autorizada a realização de concurso público, obedecendo aos quantitativos previstos pelas regulamentações nacionais. Alterada, a Lei da Carreira Pública de Assistência Social (Lei n° 5.184/2013).

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
961	Nº de estudos e pesquisas afetas ao SUAS realizadas	Unidade	4	31/07/2011	Anual	**Desejado**	6	5	7	7	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	1	5	-	-	
1154	Sistema de vigilância social implantado	%	-	-	Anual	**Desejado**	40	60	80	100	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	40	60	-	-	
1155	Plano de Capacitação do SUAS do DF implementado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	01	02	03	04	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	01	0	-	-	
1156	Nº de Conferências de Assistência Social no DF realizadas	Unidade	09	31/12/2011	Bianual	**Desejado**	09	10	10	11	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	09	10	-	-	
1157	Nº de fóruns, seminários e eventos similares afetos à política de assistência social realizados no DF	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	07	14	22	30	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	13	16	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 961 - Foram realizados estudos e pesquisas, entre os quais podemos destacar "Trabalho Infantil no DF" e sobre as políticas sobre gestão da SEDEST para as Pré-Conferências e para a X Conferência Distrital de Assistência Social.

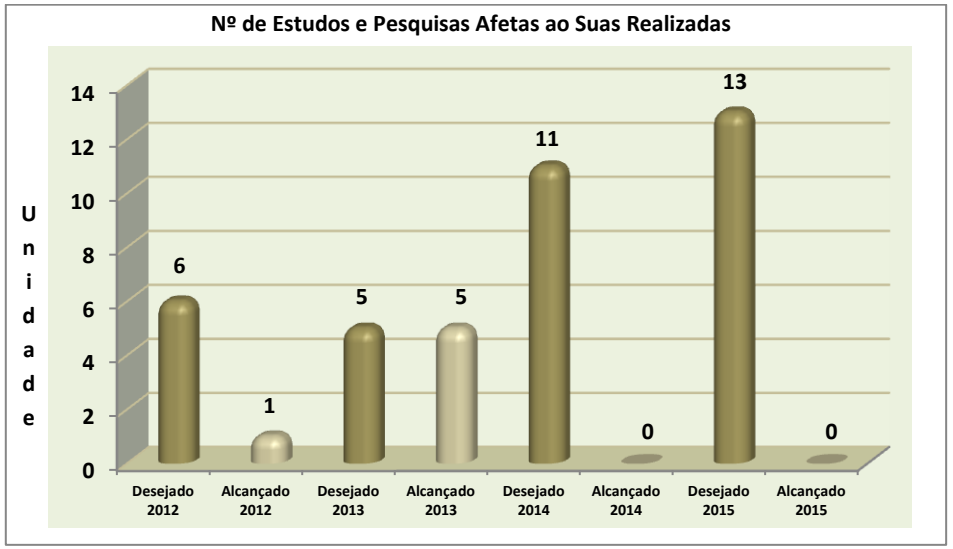
Indicador 1154 - Está sendo desenvolvido pela unidade de tecnologia da SEDEST um sistema informatizado de Vigilância Social. Este sistema , embora não concluído, está em funcionamento parcial nas unidades da Subsecretaria de Assistência Social.

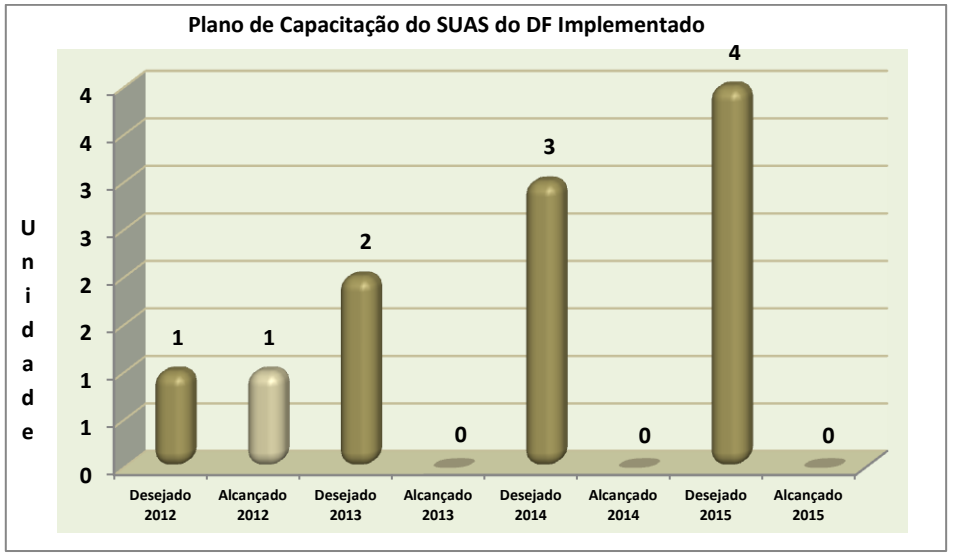
Indicador 1155 - Após elaboração do Plano Distrital para Capacitação no âmbito do SUAS, da aprovação pelo CAS/DF e Elaboração do Projeto Básico para contratação da Instituição de Ensino para executar o referido Plano. Iniciou se o processo de Licitação.

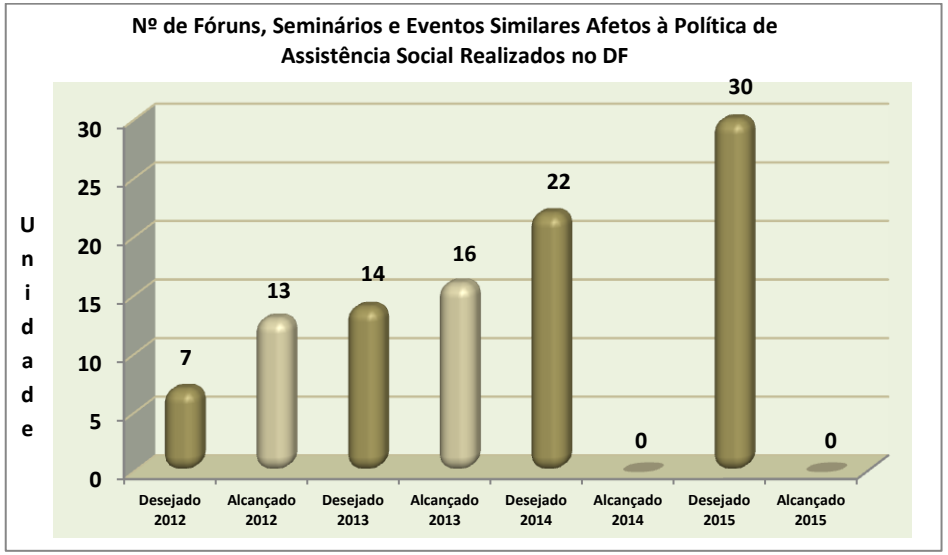
Indicador 1156 - Realização da 10º Conferência de Assistência Social do Distrito Federal. Que contou com a participação de 851 pessoas.

Indicador 1157 - Foram realizados 16 eventos preparatórios para a 10ª Conferência de Assistência Social, regionalizados nas varias Regiões Administrativas do

Distrito Federal .






Nº de Fóruns, Seminários e Eventos Similares Afetos à Política de Assistência Social Realizados no DF
Unidade
30
25
20
15
10
5
0
7
13
14
16
22
0
30
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Garantir Proteção Social Especial às Famílias e Indivíduos em Situação de Risco Pessoal e Social, com Violação de Direitos e/ou Vínculos Familiares Fragilizados ou Rompidos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

17.902 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FAS

Análise do Objetivo Específico

Foram adotadas providências visando o reordenamento de serviços socioassistenciais de alta complexidade; a expansão qualificada dos serviços socioassistenciais de proteção social especial; a implantação de mais um CENTRO POP; bem como, a adoção de providências visando a realização de chamamento público para entidades e organizações de assistência social.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar 03 Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS no Distrito Federal *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	As implantações dos Centros de Referencia Especializadas de Assistência Social – CREAS estão vinculadas a conclusão das obras dos equipamentos, foram iniciados os procedimentos para implantação de 01 CREAS (Samambaia). Em 2013 este CREAS foi implantado.
2. Implantar 04 Centros de Referência Especializados para População em situação de rua – Centro POP no Distrito Federal (*Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foi implantado 01 CENTRO POP (Brasília) em 2012 e 01 CENTRO POP (Taguatinga) em 2013.
3. Implantar 04 unidades de acolhimento para crianças e adolescentes no Distrito Federal ou ampliar o serviço de acolhimento – OCA em 50 vagas *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Previsão de implantação de 01 unidade de acolhimento para crianças e adolescentes em 2013. Foi celebrado convênio emergencial para acolhimento de crianças e adolescentes em Abrigo Institucional, totalizando 20 vagas. Realizado o aditamento de um convênio, ampliando em mais 20 vagas o acolhimento em casa-lar. Também foram adotadas providências visando a realização de chamamento público para mais 80 vagas em 2014.
4. Implantar 06 unidades de acolhimento para famílias e indivíduos adultos no Distrito Federal ou ampliar o serviço de acolhimento em 450 vagas (*Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Estão em fase de construção 03 unidades de acolhimento para indivíduos famílias, com previsão de conclusão até 2015. Concluída a construção de 01 unidade de acolhimento em Ceilândia. Outras duas estão em construção, com previsão de conclusão até 2015.
5. Implantar 04 unidades de acolhimento para idosos no Distrito Federal ou ampliar o serviço de acolhimento em 50 vagas (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	Há previsão de conveniamento com entidades de assistência social para oferta de 50 vagas para acolhimento de idosos, ampliando a meta atual. Para essa ação foi elaborado o Termo de Referência. Em 2013, foi realizado chamamento público para ampliação das vagas, porém, fracassou. Adotadas novas providências para realização de novo chamamento público em 2014.
6. Implantar 04 unidades de acolhimento para jovens no Distrito	Foi elaborado Termo de Referência para conveniamento com entidade de assistência social, para oferta

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Federal ou abrir 24 vagas no serviço de acolhimento (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	do serviço de acolhimento de jovens – em República. Meta reprogramada para 2015, tendo em vista as restrições orçamentárias.
7. Qualificar as ações de reintegração familiar e comunitária de pessoas em situação de acolhimento no Distrito Federal	Em 2012 foi intensificada a ação de reordenamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, por meio da constituição de um grupo de trabalho com a participação das entidades de acolhimento inscritas no CAS/DF, sob a coordenação da SEDEST. Em 2013, houve ações de reordenamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, como a implantação da Central de Vagas, alterações de meta em convênios e providências visando a realização de chamamento público em 2014.
8. Encaminhar 2.500 em situação de rua para atendimento em unidades da Rede de Proteção Social do Distrito Federal (aqueles que aceitarem os serviços) (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	As pessoas em situação de rua, atendidas pela SEDEST, receberam encaminhamentos para diversas ações da rede de proteção social no DF. Foram atendidas 2.941, em 2012. Embora a pesquisa realizada ainda não esteja concluída, todas as pessoas em situação de rua atendidas receberam encaminhamento para os serviços da SEDEST. Foi celebrado convênio com entidade de assistência social para execução do serviço socioassistencial de Abordagem Social, com meta de 2160 pessoas. Ao final do exercício de 2013 foram totalizados 16.007 atendimentos prestados.
9. Encaminhar 100% dos casos identificados de crianças e adolescentes em situação de trabalho e suas famílias à Rede de Proteção Social do Distrito Federal *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 foram realizados 3260 atendimentos em atividades socioeducativas, destinadas às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Embora a pesquisa realizada ainda não esteja concluída, todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil identificadas receberam encaminhamento para os serviços da SEDEST. Em 2013 foram realizados 788 atendimentos em atividades socioeducativas, destinadas às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil identificadas receberam encaminhamento para os serviços da SEDEST.
10. Encaminhar 100% dos casos identificados de pessoas em situação de violência sexual e suas famílias à Rede de Proteção Social do Distrito Federal (*Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foram realizados 454 atendimentos psicossociais, destinados a pessoas em situação de violência sexual. Embora a pesquisa realizada ainda não esteja concluída, todas as pessoas em situação de violência sexual identificadas receberam encaminhamento para os serviços da SEDEST. Em 2013 foram realizados 1030 atendimentos psicossociais, destinado a pessoas em situação de violência sexual. Todas as pessoas identificadas nesta situação receberam encaminhamento para os serviços da SEDEST.
11. Garantir atendimento especializado a 100% das famílias e indivíduos nas demais situações de violação de direitos que demandarem os serviços do SUAS (negligência, abandono, violência doméstica, etc.)	Realizados atendimentos psicossociais, destinados a famílias em situação de violação de direitos (diversas), sendo 6.182 atendimentos em 2012 e 12.176 em 2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
966	Taxa de acolhimento de crianças e adolescentes em família acolhedora	%	-	-	Anual	**Desejado**	16	32	50	100	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	-	0	-	-	
968	Taxa de acolhimento de adultos (em processo de saída das ruas) e jovens em república	%	-	-	Anual	**Desejado**	45	60	80	100	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	-	0	-	-	
971	Taxa de cobertura das abordagens sociais no DF	%	-	-	Anual	**Desejado**	67	80	96	100	Sinopse Estatística e Censo de População de Rua – SEDEST
						Alcançado	70	86	-	-	
1058	Taxa de inserção de crianças e adolescentes em situação de trabalho e suas famílias na Rede de Proteção Social do DF	%	7	31/07/2011	Anual	**Desejado**	21	43	78	100	Sinopse estatística SEDEST CODEPLAN/ PDAD
						Alcançado	-	0	-	-	
1158	Nº de CREAS implantados no DF	Unidade	08	31/07/2011	Anual	**Desejado**	15	09	11	11	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	08	09	-	-	
1159	Nº de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua /CENTRO POP implantado no DF	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	04	02	03	04	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	01	02	-	-	
1160	Nº de unidades de acolhimento para crianças e adolescentes implantadas	Unidade	08	31/07/2011	Anual	**Desejado**	12	08	09	09	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	08	03	-	-	
1161	Nº de unidades de acolhimento para jovens implantadas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	02	02	04	04	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	01	01	-	-	
1162	Nº de unidades de acolhimento para famílias e indivíduos adultos implantadas	Unidade	02	31/07/2011	Anual	**Desejado**	04	03	05	06	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	02	02	-	-	
1163	Nº de unidades de acolhimento para idosos implantadas	Unidade	01	31/07/2011	Anual	**Desejado**	04	02	04	04	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	01	01	-	-	
1167	Taxa de inserção de pessoas em situação de violência sexual e suas famílias na Rede de Proteção Social do DF	%	-	-	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	Dados do Disque 100 e da Central de Denúncias de Violação de Direitos da SEDEST
						Alcançado	-	0	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 966 - O orçamento liberado na LOA foi aquém do necessário inviabilizando a instalação de novos equipamentos, bem como a falta de concurso público que viabilize a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades. Foram tomadas medidas para implantação do serviço, tais como, elaboração de termo de referencia e edital de chamamento público.

Indicador 968 - O orçamento liberado na LOA foi aquém do necessário inviabilizando a instalação de novos equipamentos, bem como a falta de concurso público que viabilize a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades. Foram tomadas medidas para implantação do serviço, tais como, elaboração de termo de referencia e edital de chamamento público.

Indicador 971 - No ano de 2013 foram abordadas/atendidas 21.595 pessoas em situação de Rua no DF.

Indicador 1058 - Foram realizados 788 atendimentos em atividades socioeducativas destinadas às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Embora a pesquisa ainda não esteja concluída, todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil identificadas receberam encaminhamento para o serviço da SEDEST.

Indicador 1159 - Foi inaugurado o Centro Pop Taguatinga.

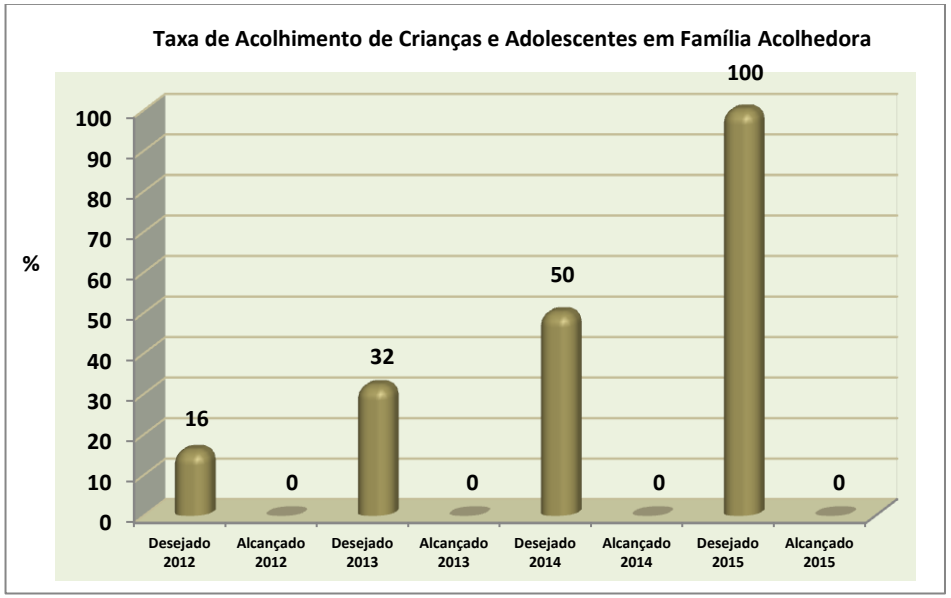
Indicador 1160 - Foi realizado o reordenamento do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, e medidas para a ampliação da rede conveniada por meio de chamamento público.

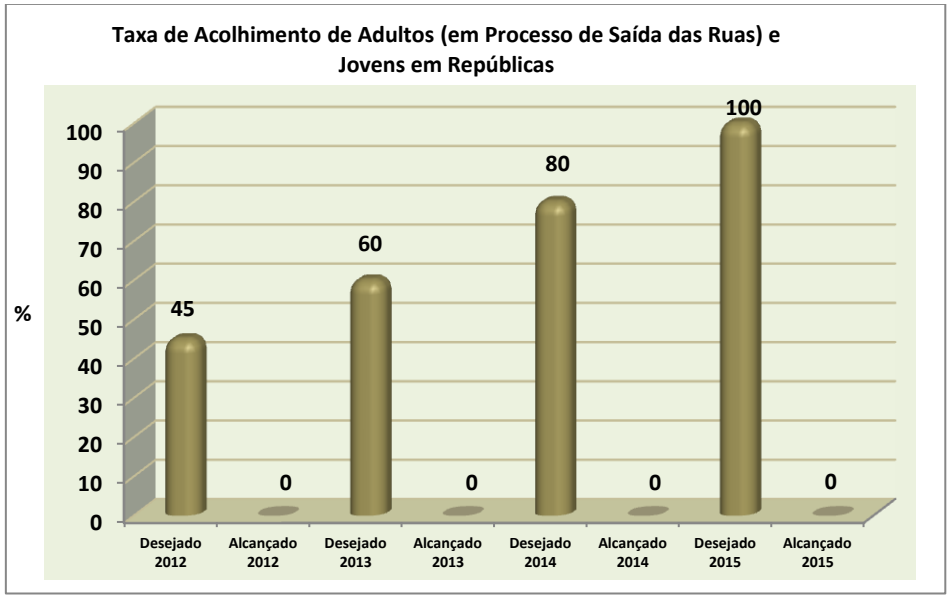
Indicador 1161 - O orçamento liberado na LOA foi aquém do necessário, prejudicando a instalação de novos equipamentos, além disso, verificou-se a necessidade de realização de concurso público que viabilizasse a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades. Foram tomadas medidas para ampliação da rede conveniada por meio de chamamento público.

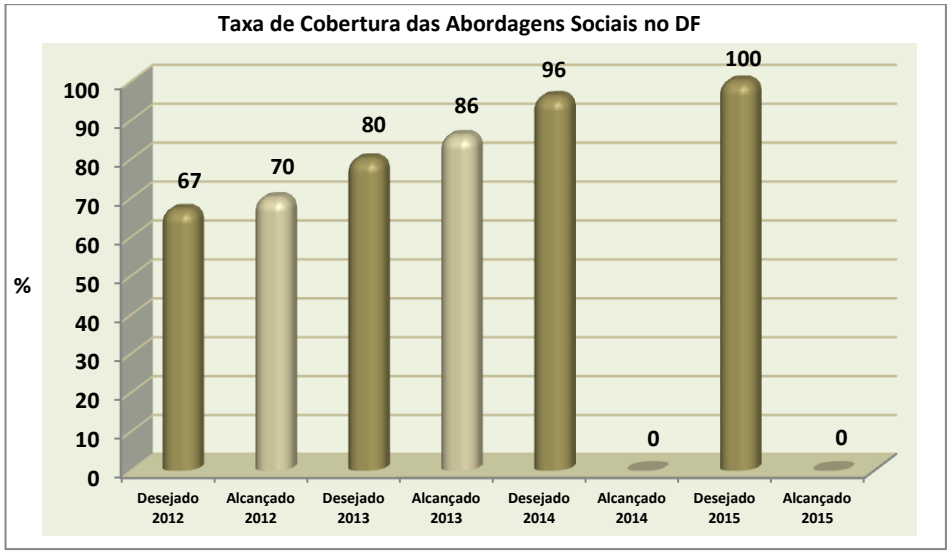
Indicador 1162 - O orçamento liberado na LOA foi aquém do necessário, prejudicando a instalação de novos equipamentos, além disso, verificou-se a necessidade de realização de concurso público que viabilizasse a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades. Foram tomadas medidas para ampliação da rede conveniada por meio de chamamento público.

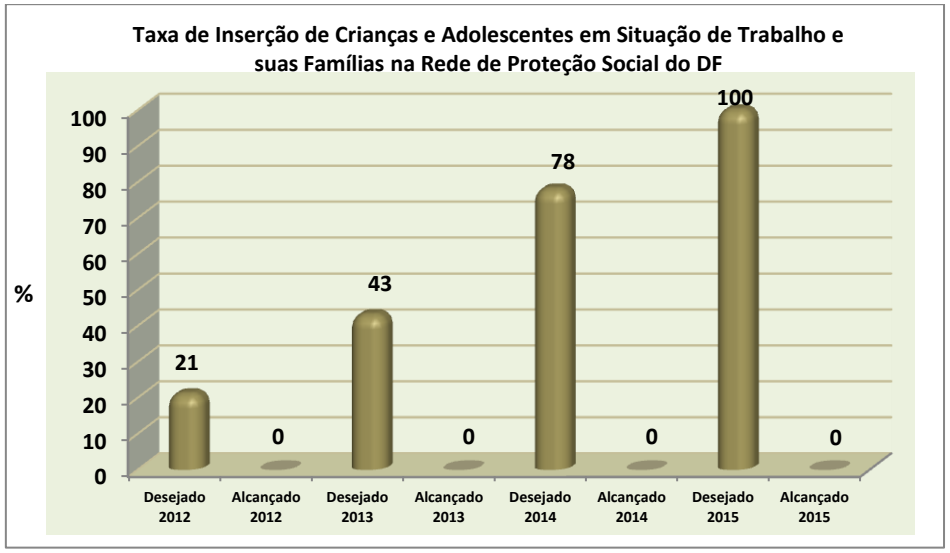
Indicador 1163 - O orçamento liberado na LOA foi aquém do necessário, prejudicando a instalação de novos equipamentos, além disso, verificou-se a necessidade de realização de concurso público que viabilizasse a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades. Foram tomadas medidas para ampliação da rede conveniada por meio de Chamamento público.

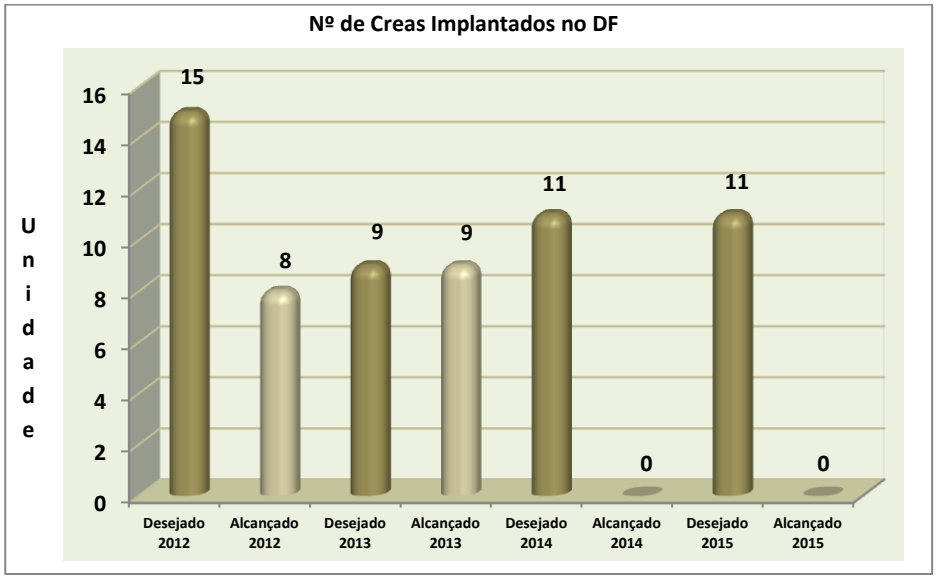
Indicador 1167 - Foram realizados 1.030 atendimentos psicossociais, destinados a pessoas em situação de violência sexual. Embora a pesquisa ainda não esteja concluída, todas as pessoas em situação de violência sexual identificadas receberam encaminhamento para os serviços da SEDEST.

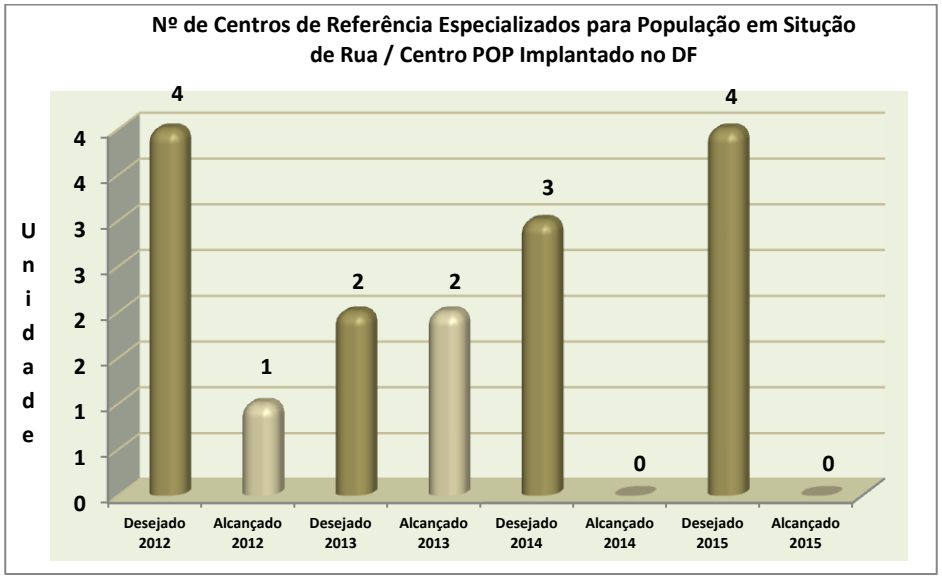

Taxa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
16
0
32
0
50
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

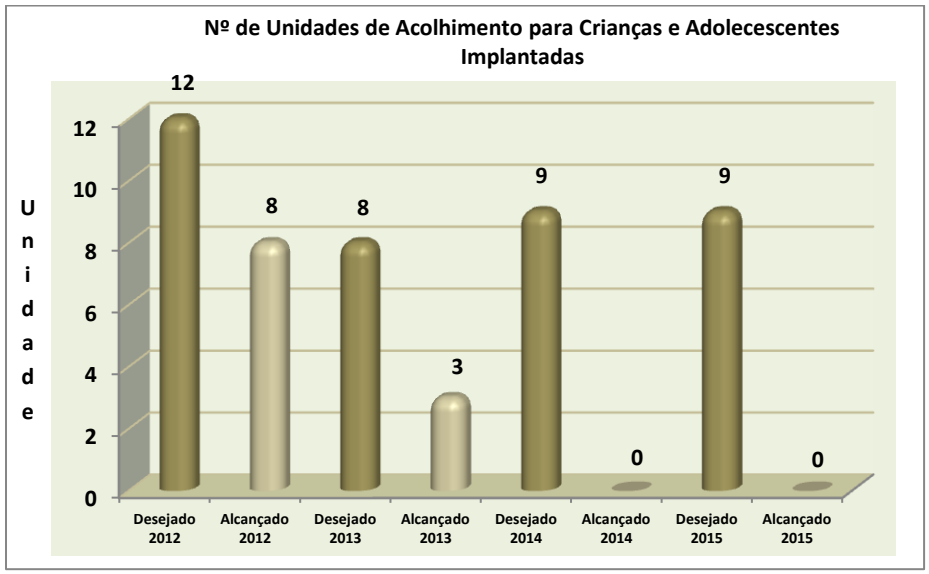

Taxa de Acolhimento de Adultos (em Processo de Saída das Ruas) e Jovens em Repúblicas
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
45
0
60
0
80
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

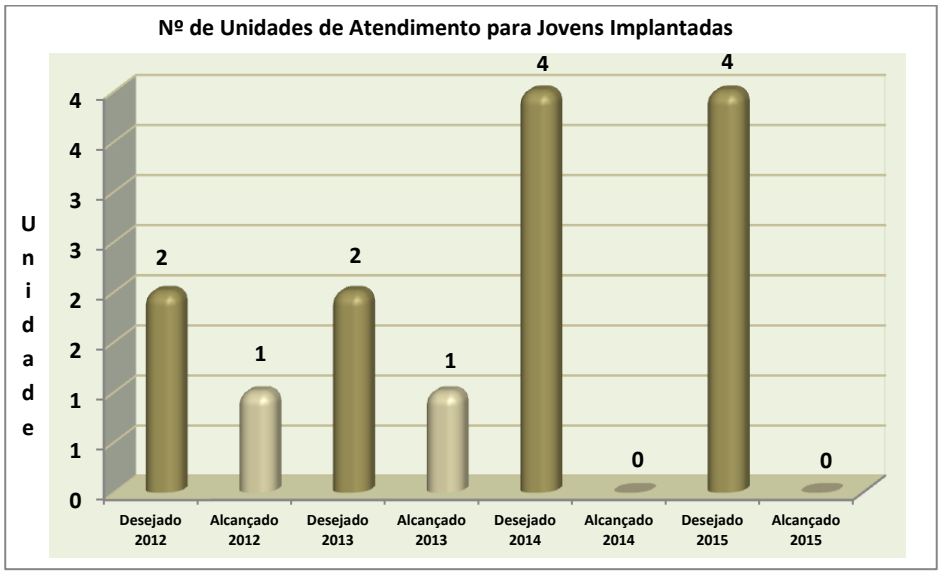

Taxa de Cobertura das Abordagens Sociais no DF
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
67
70
80
86
96
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

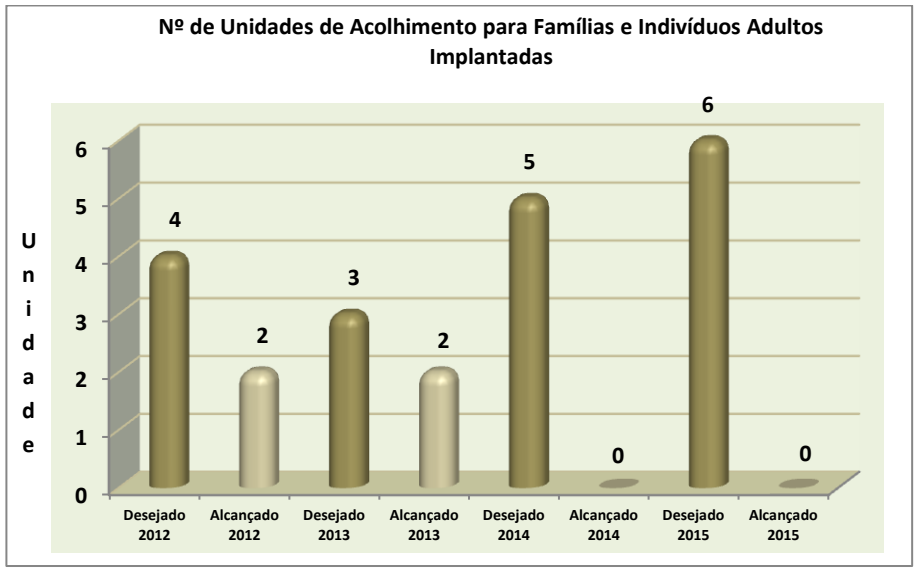

Taxa de Inserção de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho e suas Famílias na Rede de Proteção Social do DF
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
21
0
43
0
78
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

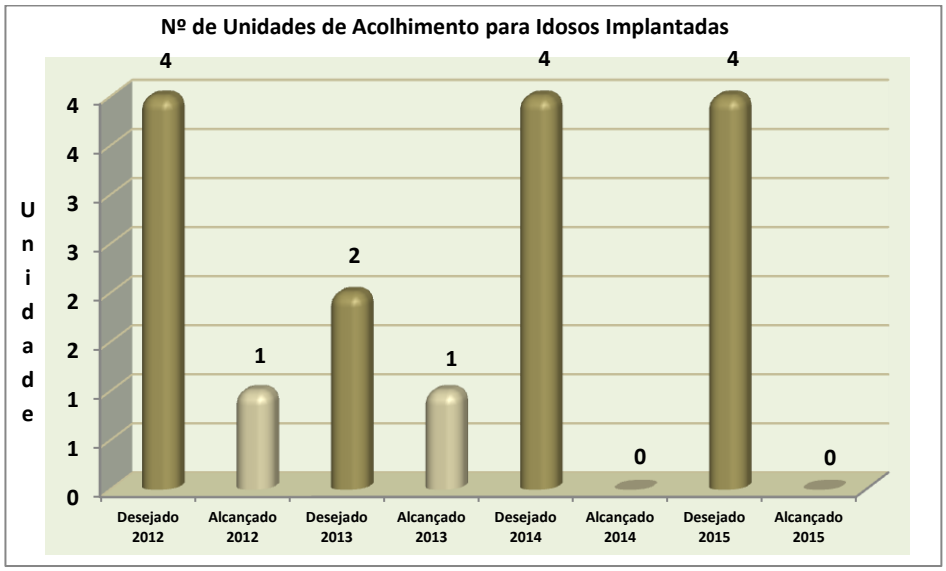

Nº de Creas Implantados no DF
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
14
16
15
8
9
9
11
0
11
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

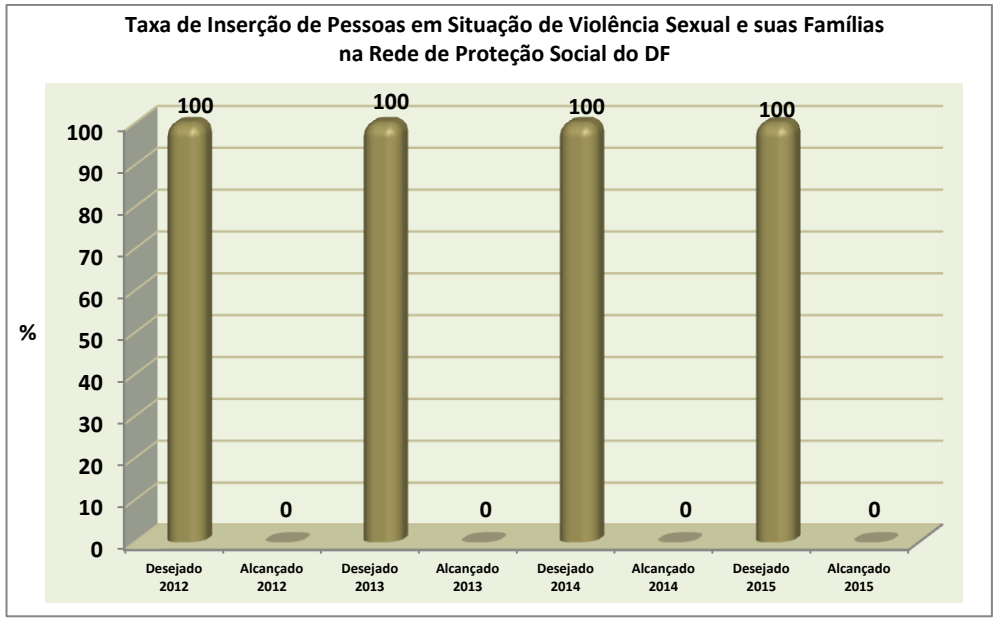

Nº de Centros de Referência Especializados para População em Situção de Rua / Centro POP Implantado no DF
Unidade
0
1
1
2
2
3
4
4
4
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolecescentes Implantadas
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
12
8
8
3
9
0
9
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Unidades de Atendimento para Jovens Implantadas
Unidade
0
1
1
2
2
3
4
4
2
1
2
1
4
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Unidades de Acolhimento para Famílias e Indivíduos Adultos Implantadas
Unidade
0
1
2
3
4
5
6
4
2
3
2
5
0
6
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Unidades de Acolhimento para Idosos Implantadas
Unidade
0
1
1
2
3
4
4
1
2
1
4
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de Inserção de Pessoas em Situação de Violência Sexual e suas Famílias na Rede de Proteção Social do DF
%
0
10
20
30
40
50
60
70
80
90
100
100
0
100
0
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 - Garantir proteção social básica às famílias em situação de vulnerabilidade social no Distrito Federal, fortalecendo sua função protetiva e os vínculos familiares e comunitários e promovendo o acesso e usufruto de direitos socioassistenciais e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

17.902 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL - FAS

Análise do Objetivo Específico

Foram atendidas mais de 154.885 mil famílias nos serviços de proteção social básica, com inserção de mais de 3.200 mil pessoas no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e mais de 7.500 atendimentos em atividades socioeducativas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar 09 novos Centros de Referência de Assistência Social em territórios vulneráveis no Distrito Federal (detalhado no Objetivo específico de aprimoramento da gestão do SUAS) *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 foi iniciada a construção de 03 CRAS (praças do PAC). Há previsão de inauguração de 05 CRAS em 2013 e de mais 04 para 2014, totalizando 34 equipamentos implantados até 2014. Continuou-se a construção de 03 CRAS (praças do PAC).
2. Implantar 04 novas unidades de oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Distrito Federal (COSEs) ou ampliar o serviço em 1.000 vagas *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 não houve construção de nenhum Centro de Convivência, uma vez que não houve disponibilização orçamentária para construção das unidades previstas. Está prevista a construção de novos COSES em 2013 e 2014. Foram abertas 200 novas vagas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, por meio de convênio. Foram adotadas providências visando a realização de chamamento público em 2014 para ampliação da rede socioassistencial. Além disso, iniciou-se o processo de reordenamento do serviço de convivência.
3. Implantar 02 Centros de Convivência de Idosos (CCI) ou ampliar o serviço em 1.000 vagas *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 não houve construção de nenhum Centro de Idoso, uma vez que não houve disponibilização orçamentária para construção da unidade prevista. Em 2013 foram adotadas providências visando a realização de chamamento público em 2014.
4. Encaminhar 500 idosos e pessoas com deficiência elegíveis para avaliação, pelo órgão competente, para inclusão no Benefício de Prestação Continuada *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 foram inseridas 2.943 pessoas no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2013 esta quantidade aumentou, sendo realizadas 3.258 inserções de pessoas no referido benefício. Houve dificuldade em auferir o percentual alcançado em função de o benefício ser concedido pelo INSS.
5. Encaminhar 100% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil identificadas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Embora a pesquisa realizada ainda não esteja concluída, todas as crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil foram inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Também em 2013, as crianças e adolescentes identificadas e retiradas do trabalho infantil foram inseridas no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
6. Encaminhar 100% dos lavadores e guardadores de veículos e catadores de materiais recicláveis cadastrados nas unidades do SUAS para serviços e benefícios de proteção social básica e proteção social especial, quando for o caso *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Tanto em 2012, quanto em 2013, 100% dos catadores de materiais recicláveis foram encaminhados para os serviços da proteção social básica. Entretanto, com relação ao número de lavadores e guardadores não é possível aferir a quantidade de inseridos nos serviços e benefícios.
7. Realizar estudo quanto à viabilidade de implantação do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas idosas e pessoas com deficiência elegíveis *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Esse serviço ainda não foi implantado.
8. Acompanhar 100% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento das condicionalidades, por meio do PAIF *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	100% das famílias em descumprimento de condicionalidades estão em acompanhamento pelo PAIF.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1169	Nº de Centros de Referência de Assistência Social implantados no DF	Unidade	27	31/07/2011	Anual	**Desejado**	33	31	34	36	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	27	27	-	-	
1170	Nº de famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo Serviço de proteção e atendimento integral a famílias/PAIF	Unidade	9.938	31/05/2011	Anual	**Desejado**	24.390	26.780	29.948	31.150	Sinopse Estatística SEDEST
						Alcançado	34.533	132.402	-	-	
1171	Nº de unidades de oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos implantados no DF (COSEs)	Unidade	17	31/07/2011	Anual	**Desejado**	22	18	20	21	Sinopse Estatística SEDEST
						Alcançado	17	17	-	-	
1172	Nº de Centros de Convivência de Idosos implantados	Unidade	01	31/07/2011	Anual	**Desejado**	03	03	03	03	Sinopse Estatística SEDEST
						Alcançado	01	0	-	-	
1173	Famílias do DF beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família em descumprimento das condicionalidades, acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às famílias /PAIF	Unidade	440	31/07/2011	Anual	**Desejado**	555	660	755	775	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	550	632	-	-	

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1174	Taxa de inclusão de guardadores e lavadores e veículos e de catadores de material reciclável residentes no DF no Cadastro Único	%	-	-	Anual	**Desejado**	30	50	70	100	Cadastro Único
						Alcançado	37	37	-	-	
1175	Percentual de catadores associados a cooperativas e associações	%	-	-	Anual	**Desejado**	81	90	95	100	SEDEST/ SUPAR
						Alcançado	80	94	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1169 - A construção de novas instalações está prevista para o primeiro semestre de 2014, além disso, verificou-se a necessidade de realização de concurso público que viabilizasse a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades.

Indicador 1170 - Famílias, seus membros e indivíduos ou grupos de famílias, em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outro evento causador de insegurança / risco social, inclusive as pessoas com deficiência e/ou com doenças crônicas.

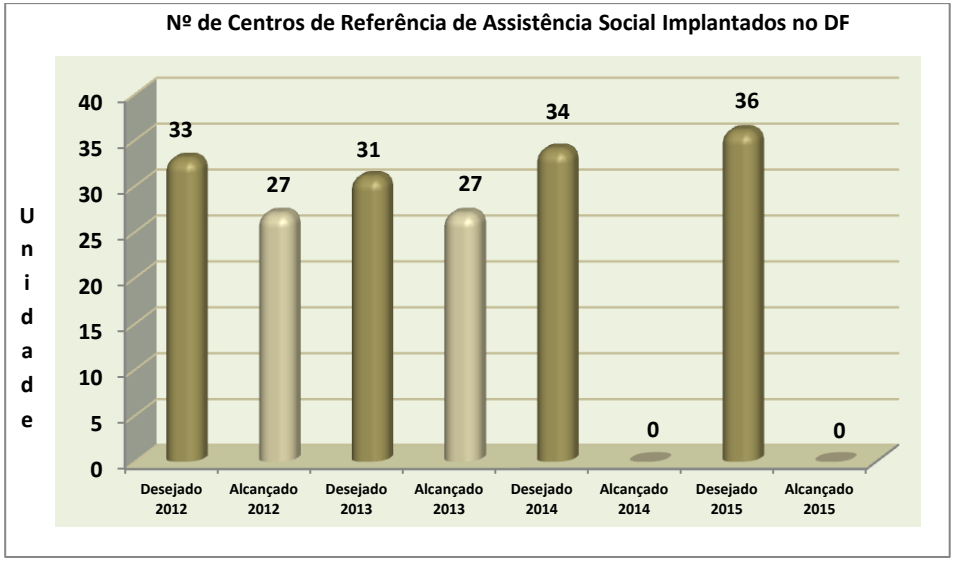
Indicador 1171 - Verificou-se a necessidade de realização de concurso público que viabilizasse a contratação de mais servidores para atuar nas novas unidades.

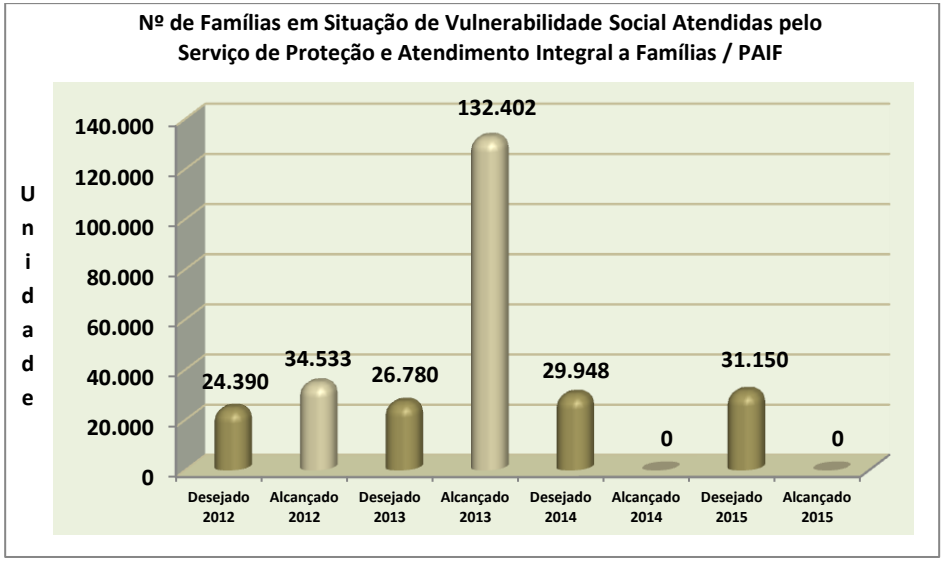
Indicador 1172 - Verificou-se a necessidade de realização de concurso público que viabilizasse a contratação de mais servidores para atuar nas unidades. Foram tomadas medidas para ampliação da rede conveniada por meio de Chamamento Público.

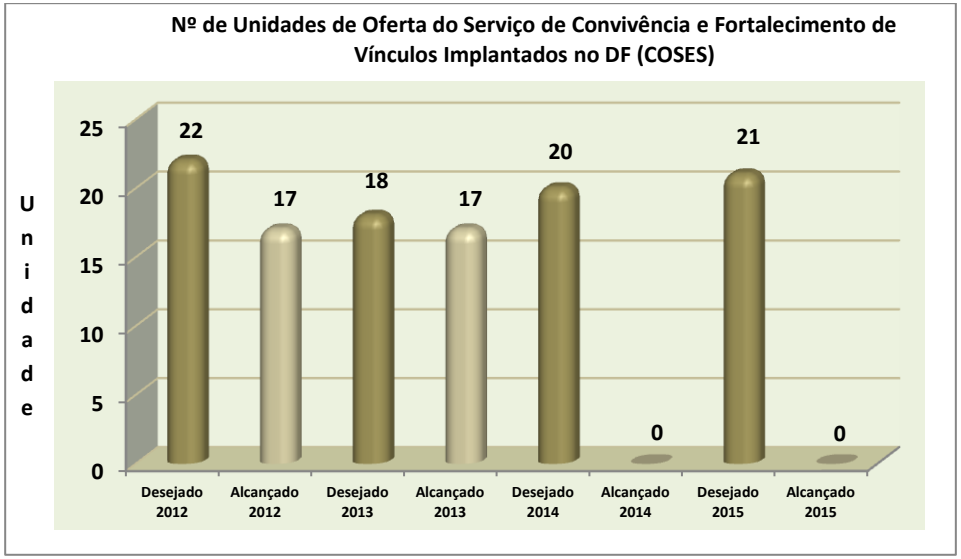
Indicador 1173 - No ano de 2013, foram acompanhadas cerca de 630 famílias em descumprimento de condicionalidade. Este acompanhamento foi feito tanto em grupos de reflexão, bem como por meio do atendimento particularizado das Famílias

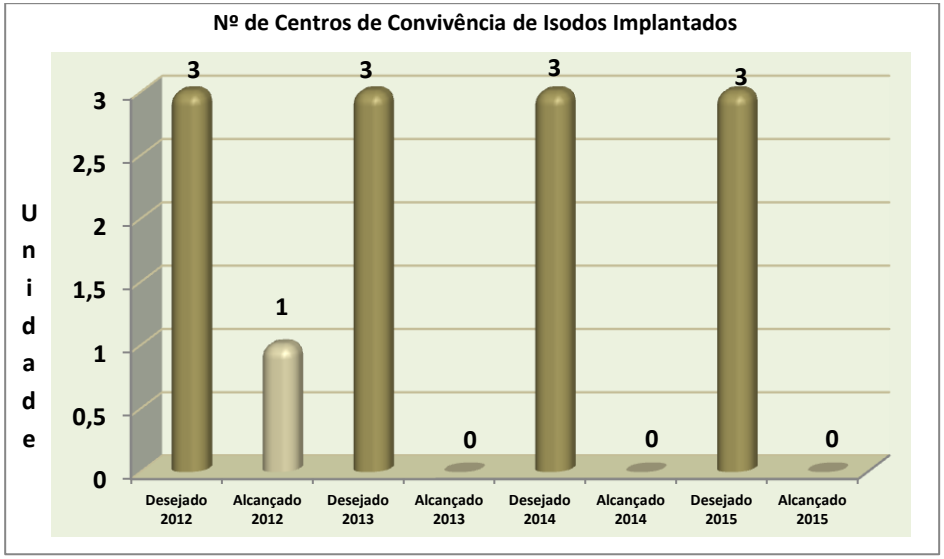
Indicador 1174 - Em 2013 as equipes dos CRAS estiveram empenhadas no cadastramento dos catadores.

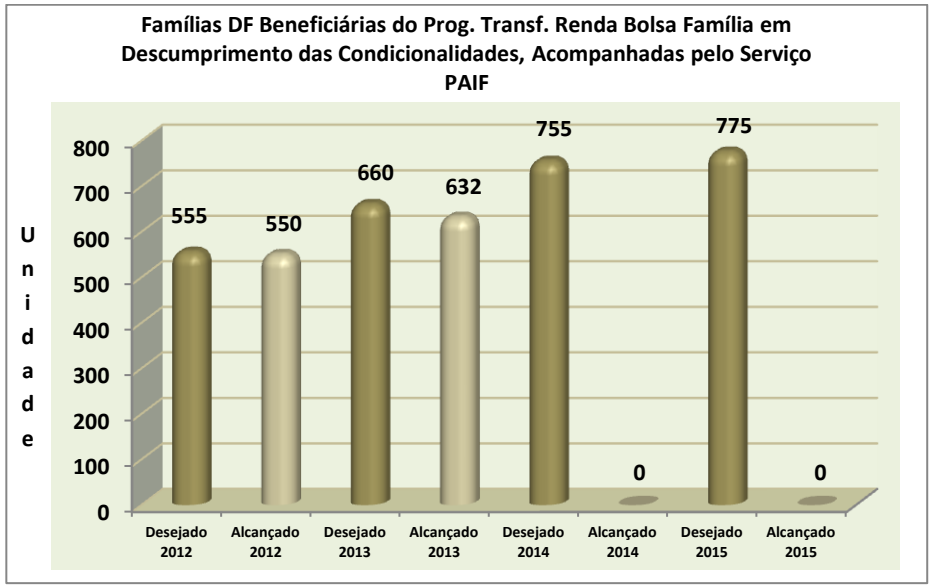
Indicador 1175 - Em decorrência dos trabalhos de apoio da SUPAR/SEDEST às cooperativas e aos catadores de material reciclado no Distrito Federal (Capacitação do agente ambiental, realização do 12º Festival Lixo e Cidadania, Instalação de Central de informação ao Catadores - Icatador, mutirões de regularização e retirada de documentação, captação de novos recursos e provimento alimentar com doações de lanches no lixão da Estrutural) favoreceu o crescimento de número cooperados nas entidades, conforme informações.

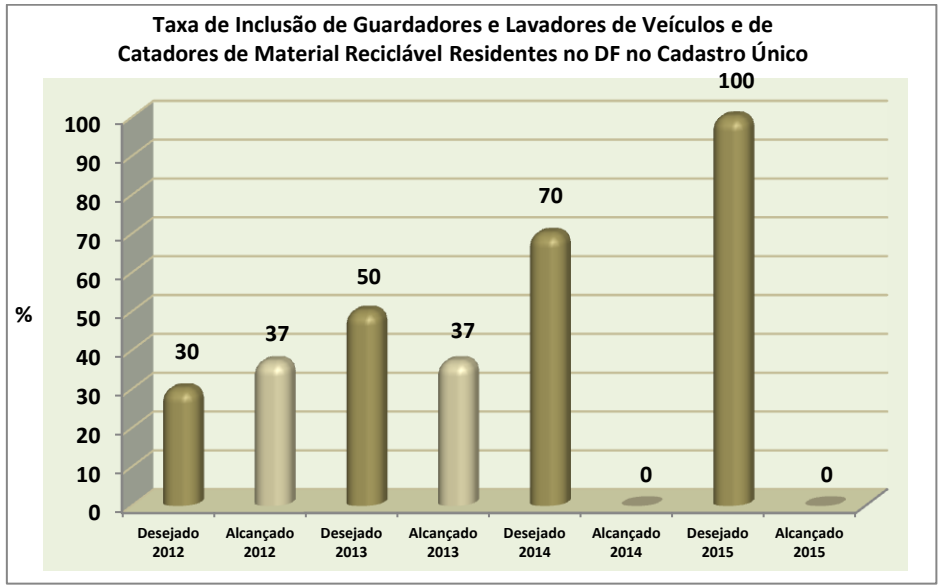

Nº de Centros de Referência de Assistência Social Implantados no DF
Unidade
40
35
30
25
20
15
10
5
0
33
27
31
27
34
0
36
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

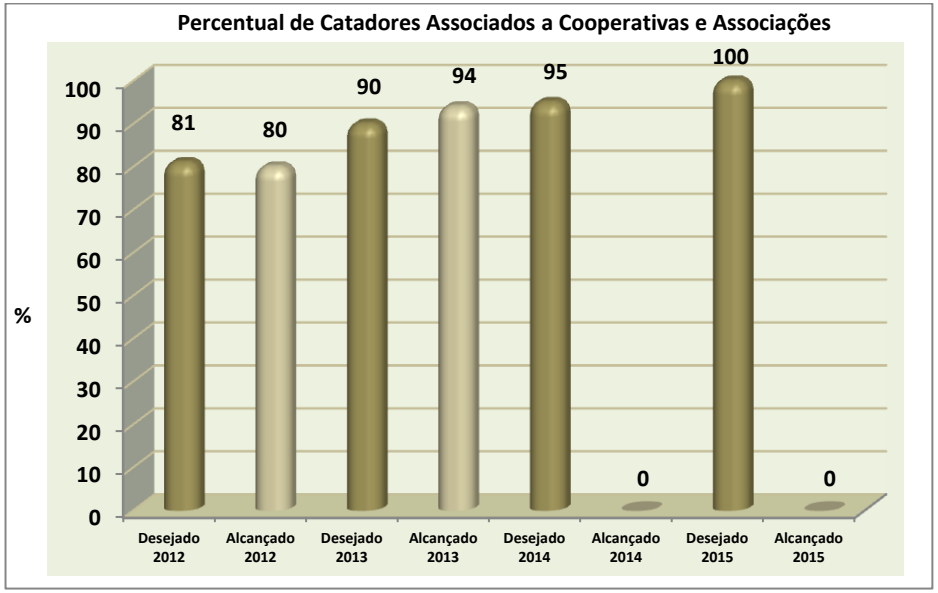

Nº de Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social Atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias / PAIF
Unidade
140.000
120.000
100.000
80.000
60.000
40.000
20.000
0
24.390
34.533
26.780
132.402
29.948
0
31.150
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Unidades de Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Implantados no DF (COSES)
Unidade
25
20
15
10
5
0
22
17
18
17
20
0
21
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Centros de Convivência de Isodos Implantados
Unidade
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
3
1
3
0
3
0
3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Famílias DF Beneficiárias do Prog. Transf. Renda Bolsa Família em Descumprimento das Condicionalidades, Acompanhadas pelo Serviço PAIF
Unidade
800
700
600
500
400
300
200
100
0
555
550
660
632
755
0
775
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de Inclusão de Guardadores e Lavadores de Veículos e de Catadores de Material Reciclável Residentes no DF no Cadastro Único
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
30
37
50
37
70
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Percentual de Catadores Associados a Cooperativas e Associações
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
81
80
90
94
95
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 - Reduzir a exclusão social capacitando jovens, mulheres e produtores rurais no manejo sustentável dos recursos naturais do cerrado e capacitação de jovens para guiar visitantes para a COPA 2014.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.106 – JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA - JBB

Análise do Objetivo Específico

O Jardim Botânico tomou a iniciativa de fazer parceria com a Secretaria da Infância e da Juventude para desenvolver as ações deste objetivo. A ressocialização de jovens apenados em atividades dentro do JBB teve início embora não tenha persistido. Houve dificuldade de acompanhamento contínuo e sistemático dos jovens de modo a estimular a mudança de comportamento destes.

A formação de guias para visitantes não foi iniciada por falta de pessoal especializado para a execução desta tarefa.

O projeto de capacitação de produtores rurais das áreas do entorno da Estação Ecológica do JBB também não teve início. Novamente, a indisponibilidade de pessoal especializado para esta atividade foi a principal causa. No entanto o JBB capacitou trabalhadores na produção de mudas de espécies nativas e no manejo de ambiente natural.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Capacitar 100 produtores rurais, até 2015	A meta não foi iniciada em 2012, a despeito dos esforços envidados pelo JBB, contudo a perspectiva é de iniciar a capacitação ainda em 2013. A meta deverá ser cumprida até 2015. Em 2013 Foi realizada a Capacitação de 20 (vinte) Assistentes Técnicos em jardinagem e em técnicas de eliminação de espécies invasoras, como Pinus e Eucalipto (curso com manejo de motosserra). Capacitação de 03 voluntários no viveiro para a produção de mudas, coleta de sementes, germinação e Educação Ambiental Foi realizado também um curso para brigadista voluntário, com apoio do Prevfogo/IBAMA por intermédio do qual foi possível treinar 25 pessoas, entre os quais servidores do JBB.
2. Capacitar 100 jovens até 2013 para a Copa do Mundo 2014	Em 2012 foi iniciada uma parceria com a SEDEST para capacitação em caráter experimental de jovens que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa. Foi capacitado um total de 14 jovens nos cursos de Jardinagem e Serviços Gerais, sendo que a maior dificuldade encontrada é manter a continuidade dos jovens até a conclusão do curso no tempo previsto, haja vista a evasão dos mesmos.
3. Capacitar 200 mulheres até 2014	A meta não foi iniciada em 2012, a despeito dos esforços envidados pelo JBB, contudo a perspectiva é de iniciar a capacitação em 2013. Em 2013 foram capacitadas 60 (sessenta) mulheres de comunidades carentes do entorno do Jardim Botânico de Brasília, no Curso de Hortas Caseiras, ministrado pela Educação Ambiental deste JBB.
4. Realizar 16 eventos até 2015	A meta não foi iniciada em 2012. O JBB vem envidando esforços no sentido de iniciar parcerias para cumprimento da meta que deverá ser cumprida até 2015. Acordo de Cooperação assinado entre o JBB e a Secretaria da Criança. Esses jovens foram encaminhados pela UAMA de São Sebastião e do Paranoá e atuaram na revitalização da área de piquenique, Casa de Permacultura, Biblioteca e Sala Verde.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

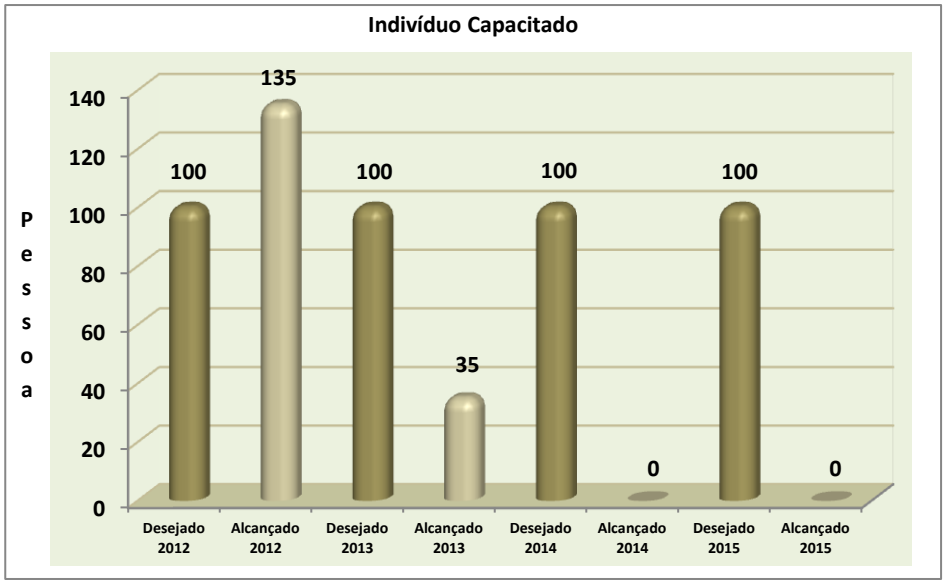
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1102	Indivíduo capacitado	Pessoa	-	-	Semestral	**Desejado**	100	100	100	100	Jardim Botânico e Administrações Regionais
						Alcançado	135	35	-	-	
1103	Evento realizado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	4	4	4	4	Jardim Botânico
						Alcançado	0	1	-	-	
1104	Publicação impressa e editada	Unidade	1	30/06/2011	Semestral	**Desejado**	3	3	3	3	Jardim Botânico
						Alcançado	4	2	-	-	

Justificativa – 2013

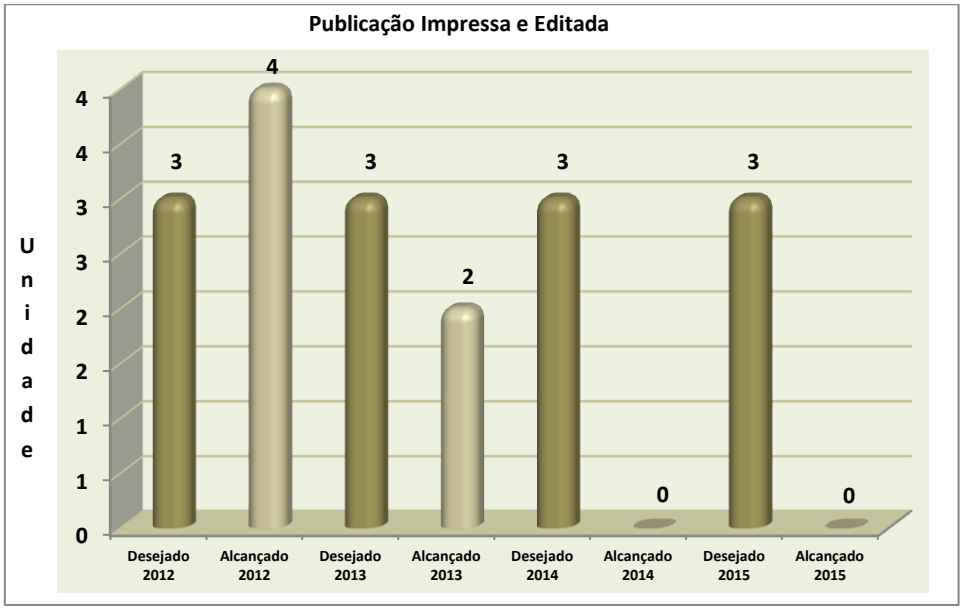
Indicador 1102 - Foram capacitados 07 (sete) técnicos de jardinagem em técnicas de eliminação de espécies invasoras, como pinus e eucalipno. Capacitação de 03 voluntários no viveiro para a produção de mudas, coleta de sementes, germinação e Educação Ambiental. Foi realizado ainda o curso de brigadista voluntário, com o apoio do Prevfogo/IBAMA, sendo capacitadas 25 pessoas.

Indicador 1103 – Foi realizado um acordo de cooperação técnica entre o JBB e a Secretaria da Criança, para a revitalização da área de piquenique, casa de permacultura, biblioteca e sala verde do JBB.

Indicador 1104 - O JBB elaborou e publicou 02 volumes da revista científica Heringeriana, contendo trabalhos de pesquisa e levantamentos da fauna e da flora do bioma Cerrado.


Indivíduo Capacitado
Pessoa
0
20
40
60
80
100
120
140
100
135
100
35
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Evento Realizado
Unidade
0
1
1
2
2
3
3
4
4
4
4
4
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Publicação Impressa e Editada
Unidade
0
1
1
2
2
3
3
4
4
3
4
3
2
3
0
3
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6212 – RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO GERAL: Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

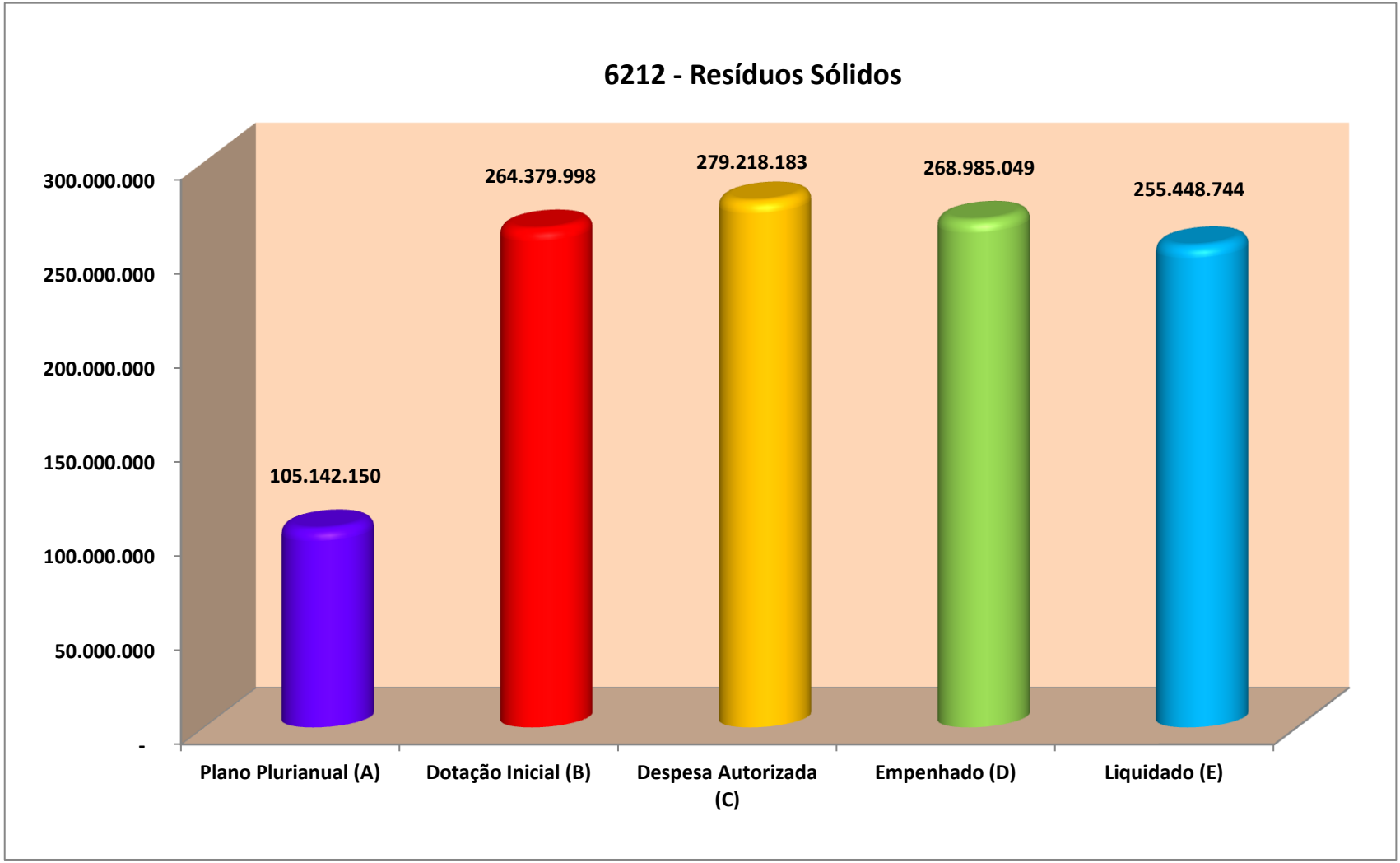
O programa temático é composto de 1 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável. (SLU)	21.203

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013

PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
2079 - Manutenção das Atividades de Limpeza Pública	102.709.086	232.999.353	273.032.002	262.829.869	252.901.731	256	246
3001 - Encerramento e Recuperação do Aterro do Jóquei	5.000	10.000	0	0	0	0	0
3002 - Implantação de Ecopontos	46.286	1.870.666	0	0	0	0	0
3004 - Construção de Centros de Triagem de Materiais Recicláveis	82.726	2.353.329	0	0	0	0	0
3099 - Construção de Áreas de Transbordo e Triagem - ATT'S	15.000	7.000.000	0	0	0	0	0
3101 - Construção de Aterro Sanitário	5.000	19.960.650	6.165.181	6.155.180	2.547.013	123.104	50.940
3107 - Construção de Núcleos Regionais de Limpeza	73.592	10.000	10.000	0	0	0	0
3108 - Construção de Unidades de Compostagem de Resíduos Orgânicos	16.988	10.000	0	0	0	0	0
3111 - Recuperação Ambiental da Área da Usina de Incineração de Lixo Especial - UILE	10.000	10.000	0	0	0	0	0
3112 - Ampliação de Núcleos Regionais de Limpeza	48.031	10.000	10.000	0	0	0	0
4110 - Expansão da Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis	825.441	145.000	0	0	0	0	0
4169 - Apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários	1.300.000	1.000	1.000	0	0	0	0
8505 - Publicidade e Propaganda	5.000	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6212	**105.142.150**	**264.379.998**	**279.218.183**	**268.985.049**	**255.448.744**	**256**	**243**


6212 - Resíduos Sólidos
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
-
105.142.150
264.379.998
279.218.183
268.985.049
255.448.744
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 – Implementar gestão integrada dos resíduos gerados pela população conforme preconiza o Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, orientando o desenvolvimento do sistema de limpeza pública e estabelecendo diretrizes para o desenvolvimento sustentável.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

21.203 – SERVIÇO DE LIMPEZA URBANO DO DISTRITO FEDERAL - SLU

Análise do Objetivo Específico

O SLU tem como programas de trabalho o desenvolvimento de ações que envolvem tanto o público gerador de resíduos, as empresas contratadas para a realização dos serviços de limpeza pública, a destinação adequada dos resíduos coletados para as usinas de triagem e compostagem operadas pelo SLU , para as associações de catadores de materiais recicláveis, ou para empresas que realizam a destinação de resíduos especiais como pneus e resíduos eletroeletrônicos, como também para o aterro controlado do Jóquei que deverá ser desativado e recuperado, e substituído pelo primeiro aterro sanitário do DF, em fase de construção e licitação da operação.

Foram estabelecidas metas de aproveitamento dos materiais coletados que não atingiu o resultado previsto de 16% no ano 2013, meta que será revista face os questionamentos colocados pela Secretaria de Transparência e Controle – STC que questiona a presença do rejeito do tratamento nos quantitativos. Os rejeitos do tratamento representam cerca de 75% dos quantitativos que são processados nas usinas de tratamento e compostagem, e devido ao fato de serem posteriormente aterrados, a STC entende que não são resíduos tratados. As metas estabelecidas em 14, 16, 18 e 20%, com a nova metodologia de cálculo, atingiu o resultado de 7,86% no ano 2013, ou seja, de 847.207 toneladas de resíduos domiciliares e comerciais que foram coletados, 66.570 toneladas foram aproveitados como materiais recicláveis ou composto orgânico, embora 200.766 toneladas fossem processadas nas usinas ou no próprio aterro do Jóquei, pelo trabalho de triagem realizado pelos catadores que atuam nestes locais. Convém salientar que ainda não dispomos dos quantitativos de aproveitamento de materiais realizados por todas as associações de catadores, que viria a dar resultados mais consistentes, e elevar estes percentuais. Além disso, a construção de 4 centros de triagem de materiais recicláveis, com início das obras no ano 2014, dará um novo patamar no aproveitamento dos recicláveis, oferecendo condições de trabalho mais adequadas aos trabalhadores do ramo, vários deles trabalhando no aterro do Jóquei.

O programa de coleta seletiva em todo o DF sofreu atraso por conta de questionamentos no processo de licitação, quando a homologação do resultado só ocorreu no início do ano 2014. Destarte, a meta, para o ano 2013, de 6% dos resíduos coletados serem provenientes da coleta seletiva não foi atingida. Enquanto foram coletados 847.207 toneladas de resíduos domiciliares e comerciais pelo sistema convencional, apenas 7.377 toneladas foram coletadas pela coleta seletiva dentro do projeto piloto, assim chamado por ser realizado apenas em algumas quadras, órgãos públicos e localidades. Assim, no ano 2013, foi atingido o resultado de 0,9%. Existem perspectivas melhores para o ano 2014, com o início de operação da coleta seletiva em todo o DF a partir de meados de fevereiro de 2014, inclusive com o alcance da meta estipulada, conforme o maior engajamento da população do DF.

Quanto à redução do aterramento de resíduos domiciliares em relação ao quantitativo coletado, das 847.207 toneladas coletadas, 795.546 toneladas foram aterradas, representando 6,10% de redução. Como foi estipulado 6% de redução, esta meta foi atingida, como também é esperado o alcance das metas para os próximos anos em decorrência das exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que determina que apenas os rejeitos do tratamento sejam aterrados. Conforme comentado, com a construção de 4 centros de triagem de materiais recicláveis, licitados pelo SLU no ano 2013, e a previsão de construção de

outros 8 centros de triagem de materiais recicláveis com recursos do BNDES, existe a perspectiva de processamento da totalidade dos resíduos gerados pela população do DF. A recuperação e reforma das duas usinas de tratamento em operação, uma delas com 50 anos de vida útil, é condição imprescindível para o alcance destas metas, programa que está no rol das ações a serem desenvolvidas.

Alguns programas de trabalho não tiveram execução física-financeira devido entraves burocráticos quanto à liberação de áreas para o desenvolvimento das atividades, como a construção de ecopontos, dependente de orientações da Casa Civil juntamente com as Administrações Regionais, como também a construção de áreas de transbordo e triagem - ATT para destinação de resíduos da construção civil. No ano 2013, apenas a ATT do Gama/Santa Maria, localizada às margens da rodovia distrital BR 489 foi autorizada pelos órgãos ambientais, permitindo que este local receba exclusivamente resíduos da construção civil. Áreas degradadas em Planaltina, Ceilândia e Gama estão sendo analisadas para a instalação de ATT's. A Novacap, também, estuda a construção de duas ATTR's, com a instalação de máquinas para a reciclagem de entulhos, nas localidades do Paranoá e da cidade Estrutural.

Os resíduos de serviços de saúde - RSS da rede pública de atendimento estão sendo coletados pelo SLU por acordo governamental, até que os devidos geradores tenham rubricas orçamentárias específicas para este atendimento. Os geradores de RSS da rede particular são responsáveis pela geração à destinação destes, devendo proceder à contratação própria de empresas especializadas para a destinação ambientalmente adequada.

Quanto aos resíduos especiais, pneus e resíduos eletroeletrônicos, o SLU mantém entrepostos de armazenamento em algumas unidades operacionais para posterior recolhimento por empresas afins processadoras.

O SLU tem como foco a inclusão social das associações de catadores de materiais recicláveis, que deverão ser transferidas do aterro do Jóquei, em processo de fechamento, para centros de triagem de materiais recicláveis em construção, oferecendo condições dignas de trabalho e renda. Para isso conta com o apoio institucional de outras esferas governamentais como a Sedest, Casa Civil e Semarh.

A modernização tecnológica e o controle operacional por sistemas remotos estão em fase de contratação, que permitirá melhor acompanhamento dos serviços e a adequação dos trechos de coleta convencional e seletiva de resíduos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir, em 10%, o encaminhamento de resíduos recicláveis, sem tratamento, diretamente à destinação final (aterro sanitário) *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Houve redução de 6,10% dos resíduos domiciliares aterrados (795.546 t), em relação aos resíduos coletados (847.207 t), em comparação aos 6% previstos em 2013. O trabalho de triagem realizado por catadores de materiais recicláveis instalados nas unidades operacionais do SLU (Usinas de Tratamento de Lixo da Asa Sul e Ceilândia, nas Unidades de Transbordo do Gama e Sobradinho e Asa Norte e no aterro do Jóquei) permitiu a produção de 17.483,43 toneladas de materiais recicláveis, e 49.085,34 toneladas de composto orgânico, com destinação adequada. Considerando apenas os resíduos recicláveis em relação ao total coletado, excetuando composto orgânico, 2,06% do quantitativo coletado foram aproveitados como materiais recicláveis
2. Dar tratamento a 20% dos resíduos domiciliares e comerciais coletados	23,7% dos resíduos coletados foram processados em usinas de tratamento no ano 2013. Com a produção de rejeitos deste processamento, resultou em 66.570 toneladas de materiais recicláveis e composto orgânico, ou 7,86% de aproveitamento dos resíduos, seja na agricultura ou na indústria. O funcionamento regular das unidades de tratamento, sem paralisações extensivas como ocorria, além da realização de turno extra (3º turno), proporcionou melhoria no índice. A construção de 4 centros de triagem prevista para implantação em 4 bases operacionais do SLU

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	proporcionará aumento dos resíduos processados e, consequentemente, aumento nos índices de tratamento. Há previsão, também, de construção de outros 8 centros de triagem de materiais recicláveis com recursos federais do BNDES.
3. Reduzir em 20% a coleta de resíduos públicos (de remoção) destinados em depósitos irregulares	Esta meta será eliminada, devido informações inconsistentes.
4. Coletar de forma seletiva 10% dos resíduos gerados pela população	Foi lançado o resultado alcançado, em 2013, de 1,6% de forma errônea. O resultado alcançado no ano 2013, de 0,9% em relação à coleta convencional, expressou o atraso na definição dos vencedores da licitação, em decorrência dos questionamentos feitos pelo TCDF, quanto ao edital de contratação das empresas da operação da coleta seletiva. Apenas o projeto piloto da coleta seletiva continuou em desenvolvimento. A licitação lançada no ano 2012 e concluída no final do ano 2013 estipula a coleta de 15% dos resíduos gerados nos 4 lotes de serviços, e a possibilidade de atingimento da meta prevista no ano 2013. A participação popular, bem como o engajamento político-administrativo de todas as esferas do Governo será determinante no sucesso do programa.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
783	Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	Desejado	14	16	18	20	SLU
						Alcançado	18,53	22,84	-	-	
784	Índice de redução de aterramento de resíduos domiciliares	%	4	28/02/2011	Anual	Desejado	96	6	8	10	SLU
						Alcançado	0,78	2,92	-	-	
786	Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	Desejado	4	6	8	10	SLU
						Alcançado	1,60	1,6	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

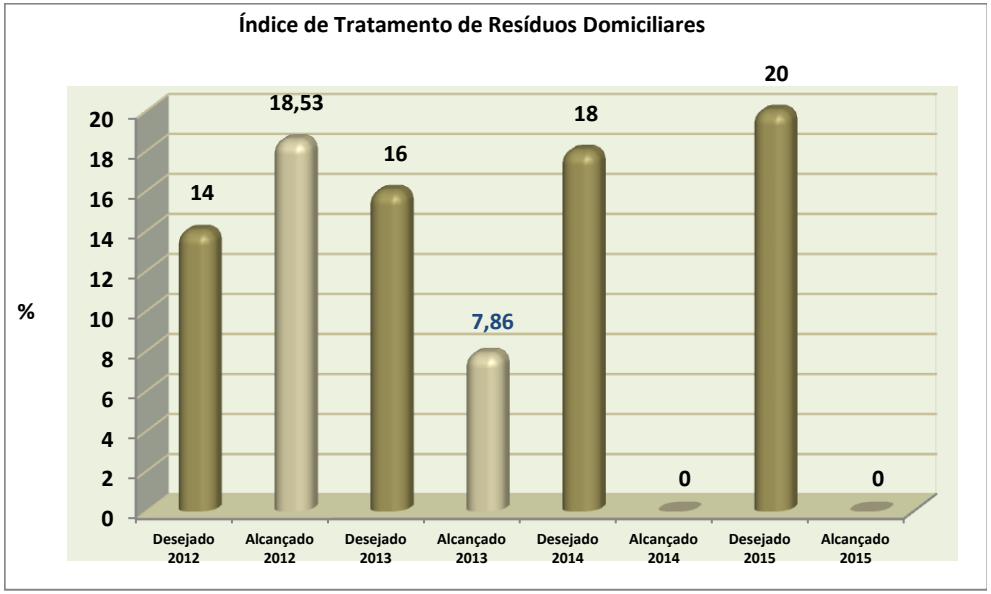
Indicadores:

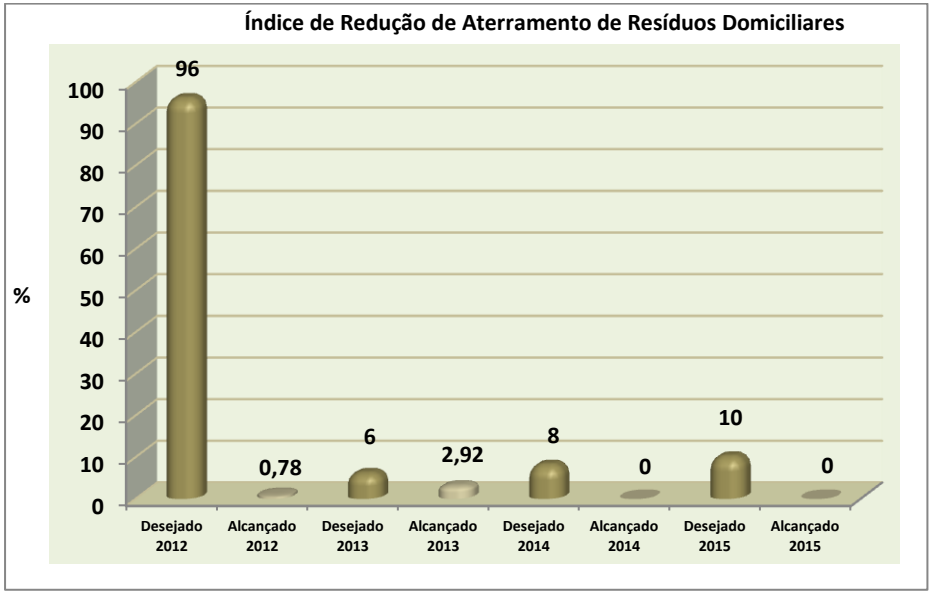
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
783	Índice de tratamento de resíduos domiciliares e comerciais	%	13,2	28/02/2011	Anual	**Desejado**	14	16	18	20	SLU
						Alcançado	18,53	7,86	-	-	
786	Índice de participação da coleta seletiva em relação à coleta normal	%	1,9	28/02/2011	Anual	**Desejado**	4	6	8	10	SLU
						Alcançado	1,60	0,90	-	-	

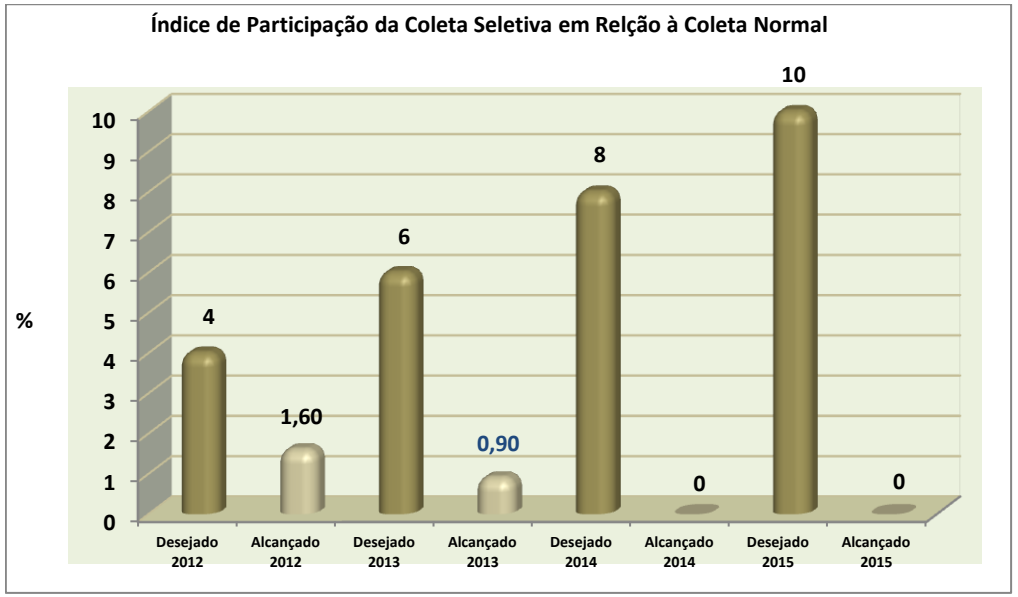
Indicador 783 – O índice alcançado de 2013 foi alterado de 22,84 para 7,86 devido à nova metodologia utilizada. Os rejeitos do tratamento do lixo representam cerca de 75% do quantitativo que são processados nas usinas de tratamento e compostagem, e devido ao fato de serem posteriormente aterrados, a STC entende que não são resíduos tratados.

Indicador 784 – Considerados resíduos domiciliares aterrados não coletados pelo SLU , além de outros resíduos não domiciliares aterrados (gordura, lodos de esgoto, animais mortos), que veio a baixar o índice. Caso sejam excluídos, o índice alcançado é de 6,22%, dentro das previsões oferecidas. A construção de 4 Centros de Triagem no ano 2014 favorecerá o aumento do índice previsto.

Indicador 786 – Concorrência inicial resultou deserta, forçando a abertura de outra Concorrência, de nº 03/2013, com homologação das empresas vencedoras dos 4 lotes de serviços apenas no início de 2014. Assim, apenas o programa piloto foi desenvolvido. Houve um erro de cálculo no índice de 2013, o correto é 0,90%.


Índice de Tratamento de Resíduos Domiciliares
%
20
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
14
18,53
16
7,86
18
0
20
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Redução de Aterramento de Resíduos Domiciliares
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
96
0,78
6
2,92
8
0
10
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Participação da Coleta Seletiva em Relção à Coleta Normal
%
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0
4
1,60
6
0,90
8
0
10
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6213 - SANEAMENTO

OBJETIVO GERAL: Planejar, projetar, executar, operar e manter os sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgotos sanitários, visando a acessibilidade e a universalização da prestação dos serviços a toda população do Distrito Federal.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

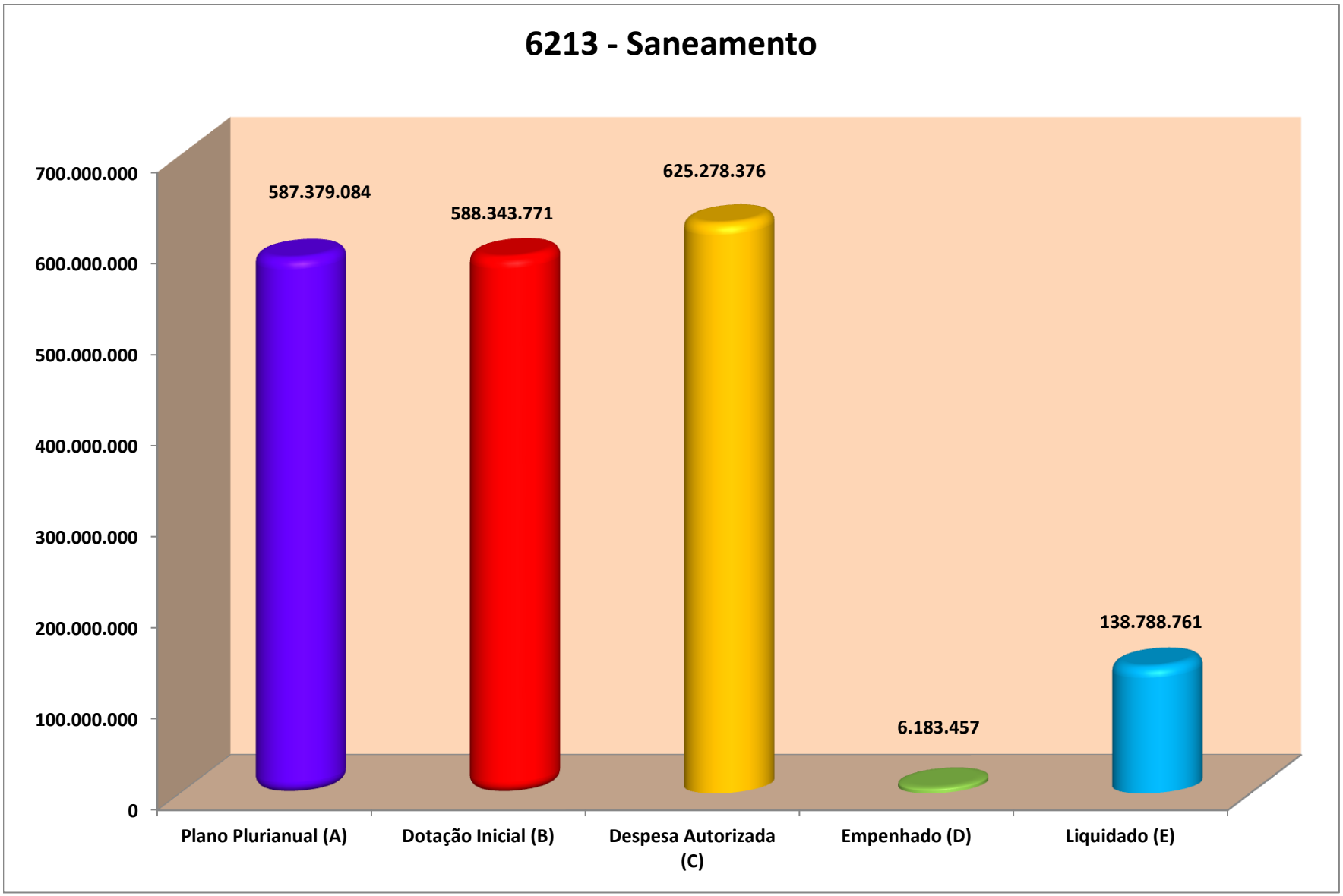
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Planejar, projetar, executar, operar e manter os sistemas de tratamento e abastecimento de água, visando à universalização da prestação dos serviços.	22.202
002 – Planejar, projetar, executar, operar e manter os sistemas de coleta e de tratamento de esgotos para atender à população do Distrito Federal, visando à universalização da prestação dos serviços.	22.202

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1968 - Elaboração de Projetos	9.408.532	9.408.532	4.551.000	0	5.579.000	0	59
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	37.100.000	20.245.210	19.569.587	1.666.484	0	4	0
3034 - Adequações em Ligações Prediais de Água	1.162.500	1.162.500	6.472.000	0	4.672.000	0	402
3057 - Implantação do Sistema Produtor de Água - Corumbá Sul	119.942.240	220.148.197	181.308.241	4.145.789	94.720.876	3	79
3574 - Perfuração de Poços	4.033.201	4.033.201	3.956.000	0	5.106.000	0	127
3590 - Implantação de Adutoras	17.344.373	17.344.373	0	0	0	0	0
3592 - Implantação de Cercas e Alambrados de Proteção	375.000	375.000	260.000	0	444.000	0	118
3662 - Instalação de Hidrômetros em Ligações Prediais de Água	9.668.000	9.668.000	9.668.000	0	8.827.580	0	91
3665 - Implantação de Redes de Distribuição de Água	33.485.967	34.725.967	28.620.629	223.222	47.104.044	1	141
3669 - Implantação de Redes de Esgotos	31.252.942	31.552.942	8.121.962	147.962	13.521.523	0	43
3822 - Construção de Emissários de Esgotos Sanitários	850.000	850.000	0	0	0	0	0
3904 - Reforma de Reservatórios	10.671.280	10.671.280	2.107.000	0	2.832.000	0	27
3932 - Regularização e Desapropriação de Áreas	1.000.000	1.000.000	200.000	0	31.790.000	0	3179
3952 - Substituição e Setorização de Redes de Distribuição Água	2.062.214	2.062.214	4.465.000	0	4.664.000	0	226
3983 - Contratação de Consultorias e Auditorias	20.810.133	20.810.133	6.736.000	0	6.570.800	0	32
3995 - Desenvolvimento de Programas Empresariais	22.080.000	22.080.000	0	0	0	0	0
5713 - Construção de Estações de Tratamento de Água	95.319	95.319	60.000	0	312.100	0	327
5714 - Construção de Estações Elevatórias de Água	16.570.985	16.570.985	0	0	0	0	0
5715 - Construção de Estações Elevatórias de Esgotos Sanitários	990.000	990.000	410.000	0	0	0	0
5725 - Construção de Reservatórios	2.528.500	2.528.500	2.723.000	0	2.723.000	0	108
7006 - Melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água	50.119.005	50.119.005	5.038.000	0	2.456.000	0	5
7007 - Aquisição de Equipamentos e Materiais	28.174.777	28.274.777	30.686.000	0	30.642.954	0	109

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
Para os Sistemas de Abastecimento de Água							
7009 - Reforma de Estações de Tratamento de Água	4.102.300	4.102.300	555.000	0	614.000	0	15
7011 - Aquisição de Equipamentos e Materiais para os Sistemas de Esgotamento Sanitário	15.026.192	15.026.192	31.815.000	0	32.152.358	0	214
7012 - Melhorias nos Sistemas de Esgotamento Sanitário	34.002.443	34.002.443	32.739.000	0	27.194.000	0	80
7038 - Implantação de Sistema de Abastecimento de Água	29.298.398	42.288.787	31.934.714	0	26.109.000	0	89
7040 - Programa de Saneamento Básico	600.000	600.000	0	0	0	0	0
7316 - Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário	75.270.319	107.112.534	149.776.252	0	138.373.577	0	184
7462 - Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Programa Pró-Moradia CEF	7.601.849	7.851.849	250.000	0	0	0	0
7463 - Abastecimento de Água em Área de Desenvolvimento Econômico - ADE no Distrito Federal - Programa Pró-Cidade CEF	103.241	103.241	0	0	0	0	0
7464 - Esgotamento Sanitário em Áreas de Desenvolvimento Econômico - ADE no Distrito Federal - Programa Pró-Cidade CEF	1.649.374	1.649.374	0	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6213	**587.379.084**	**717.452.855**	**562.022.385**	**6.183.457**	**486.408.812**	1	83

([1]) Na coluna “D” constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6213 - Saneamento
700.000.000
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
587.379.084
588.343.771
625.278.376
6.183.457
138.788.761
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 – Planejar, projetar, executar, operar e manter os sistemas de tratamento e abastecimento de água, visando a universalização da prestação dos serviços.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

22.202 – COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

Análise do Objetivo Específico

Considerando-se o fechamento do exercício de 2013, a CAESB, para suprir de água à população urbana do Distrito Federal, conta, atualmente, com uma vazão outorgada de 11.656 l/s, capacidade de produção instantânea de 9.565 l/s e capacidade de produção diária do sistema de 9.006 l/s, tendo produzido, no exercício, uma vazão média de 7.774 l/s e produção total de 245.166.512m3 de água, volume captado tanto em mananciais subterrâneos como superficiais que constituem os cinco sistemas produtores de água para abastecimento urbano, abrangendo um total de 468 unidades operacionais em operação, além de adutoras de água bruta e tratada.

Com seus 8.506 km de redes de abastecimento de água, 616.298 ligações ativas, atende, atualmente, a cerca de 2,74 milhões de habitantes com serviços de tratamento e abastecimento de água, chegando-se a um índice de atendimento de 98,2% da população do Distrito Federal.

No entanto, estima-se que até o ano de 2040, a população do Distrito Federal deverá atingir a cerca de 3,47 milhões de habitantes, de acordo com projeções do Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal, exigindo diversos investimentos em novos empreendimentos para que a CAESB mantenha e ainda melhore a qualidade e a abrangência dos serviços.

Um dos principais aspectos a ser solucionado é a produção de água potável para o abastecimento dessa população crescente, que exigirá a implantação de novos sistemas produtores ainda nos próximos 4 anos, dado que os atuais mananciais utilizados já estão próximos do limite de produção. Planeja-se, dessa forma, a implantação de dois novos sistemas produtores, o Sistema Corumbá e o Sistema Paranoá, além da implantação de um subsistema complementar, com a captação de água do córrego Bananal.

Nas áreas mais distantes dos grandes aglomerados urbanos, o crescimento e adensamento populacional serão atendidos através de micro sistemas independentes, com a utilização de poços profundos. Essa medida busca atender áreas distantes como os núcleo rurais Rajadinha e Água Quente.

Ainda para atender a esse crescimento populacional, deverão ser implantadas novas adutoras, elevatória e reservatórios, com o forma de conduzir a água adicional disponibilizada pelos novos sistemas produtores a regiões que deverão sofrer carências nos próximos anos, como Santa Maria, Gama, São Sebastião, Sobradinho e Planaltina. Esses excedentes também serão direcionados aos novos núcleos urbanos criados através do Plano Morar Bem do Governo do Distrito Federal, cujos sistemas de infraestrutura serão implantados através de parcerias com empreendedores privados. Em alguns centros urbanos, também é previsto um aumento no gabarito construtivo, acarretando um sensível adensamento populacional, também deverão receber reforços e ampliações nos sistemas de distribuição de água existentes, como é o caso de Samambaia, Cruzeiro, Guará e Gama.

A CAESB deverá ainda reduzir a parcela da população não atendida com serviços de abastecimento de água, atingindo populações de áreas em processo de regularização, localizadas na zona rural das cidades de Sobradinho, Planaltina, Santa Maria e Gama. Os atuais sistemas deverão receber extensões

para atendimento dessas áreas, sem que cause impacto na qualidade de atendimento das atuais zonas atendidas. Essa ação, apesar de extremamente positiva para grande parcela da população, deverá superar barreiras jurídicas e normas ambientais, exigindo a negociação com os organismos de controle e fiscalização.

O atraso na implantação de novos empreendimentos de abastecimento de água terá impacto extremamente negativo no desenvolvimento do Distrito Federal, causando atraso na regularização fundiária e na implementação das expansões habitacionais. Nesse contexto haverá um impacto direto na vida da população, que terá uma grande parcela desprovida de abastecimento de água com qualidade garantida, podendo gerar, inclusive, problemas de saúde pública.

Metas 2012-2015:

Previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atingir os 99,25% de abastecimento de água no Distrito Federal	98,1% - Em 2012 a meta sofreu um decréscimo, dado que a nova metodologia de cálculo adotada considera os dados disponibilizados pelo CENSO 2010, as estimativas populacionais do IBGE e o cadastro comercial da CAESB. 98,2% - Em 2013, levando em conta as modificações ocorridas no ano anterior, o alcance da meta foi em decorrência das variações entre a taxa de crescimento de unidades de consumo e populacional, que ficaram no mesmo patamar.
2. Ampliar a capacidade de produção de água potável em até 5%	Foi dada a continuidade aos trabalhos de implantação da adutora de água bruta do Sistema Corumbá, além de contratada a implantação da futura Estação de Tratamento de Água desse sistema. Também foi obtida a licença de Instalação para a implantação do Sistema Bananal e a Licença Prévia para a implantação do Sistema Produtor Paranoá. Os três sistemas já possuem recursos garantidos para a execução das obras. Também foram concluídas as ligações de abastecimento das novas quadras do Riacho Fundo II (4ª e 5ª etapas de expansão) e Paranoá.
3. Recuperar unidades operacionais degradadas, regularizando seu funcionamento.	Automação da ETA Paranoá; Conclusão da automação das válvulas de entrada e saída de dezoito reservatórios; Instalação de equipamentos e adequações das unidades para automação da ETA Brazlândia; Conclusão da obra de Substituição da adutora do pólo de Cinema; Conclusão da obra da Adutora de interligação dos subsistemas Taquari ao Bairro Colorado e Mini Chácaras; Implantação do abastecimento do condomínio Dinossauros por meio do subsistema Grande Colorado; Inicio da pré operação da Estação de Tratamento de Sobradinho 02; Conclusão da obra do reservatório do Queima Lençol; Substituição do Reservatório Elevado 020 do Arapoanga; Adequações da adutora de água bruta do Paranoazinho para abastecimento da Estação de Tratamento de Sobradinho 02; Adequações nas redes que interligam o Reservatório Apoiado Sobradinho 06 ao Reservatório Apoiado de Sobradinho 01 e ao Reservatório Apoiado de Sobradinho 04; Adequação da rede de saída do REL.AGQ.001 para as quadras 1 e 2 do Condomínio São Francisco, na localidade de Água Quente; Instalação de 3 taças na área do REL.AGQ.001; Aquisição de bombas dosadoras e tanques de armazenamento de produtos químicos; Substituição das trocas de válvulas de gaveta por borboleta para automação dos reservatórios RAP.SB1.001, RAP.SB1.002, RAP.SB1.003 e RAP.SB1.004; Instalação de 27 macro medidores, compreendendo o projeto de automação e demanda da PPAM; Aquisição de um novo caminhão de limpeza de reservatórios para substituir o antigo que estava em uso há mais de 15 anos; Substituição de bomba, barrilete e quadro de comando com automação simplificada em diversos poços profundos operados pela PPA .

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

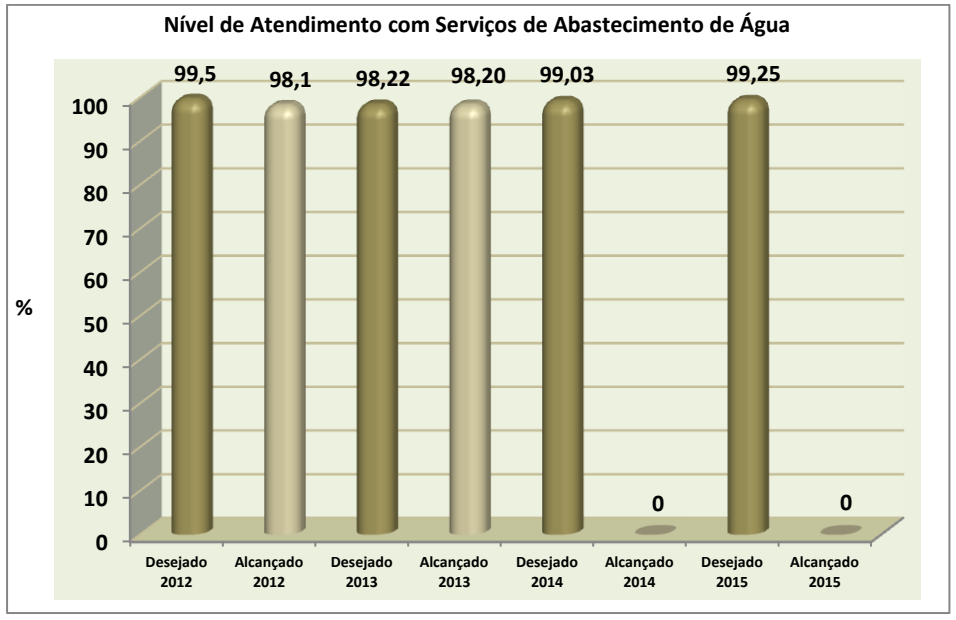
Indicadores:

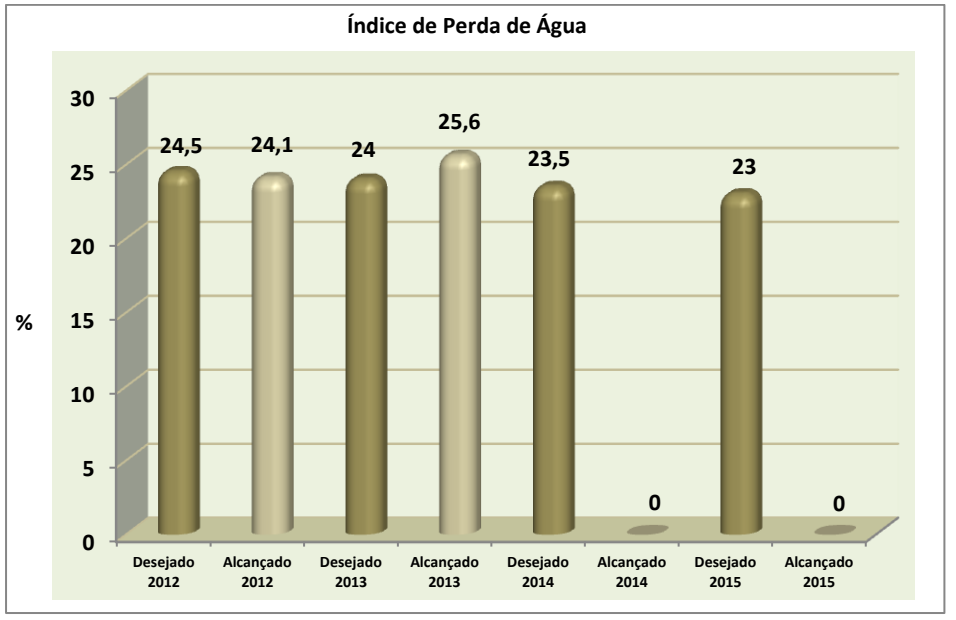
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
889	Nível de Atendimento com Serviços de Abastecimento de Água	%	99,4	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	99,5	98,22	99,03	99,25	CAESB
						Alcançado	98,1	98,20	-	-	
891	Índice de Perda de Água	%	24,6	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	24,5	24	23,5	23	CAESB
						Alcançado	24,1	25,6	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 889 – Indicador alcançado, sem muita variação, em decorrência de que as variações entre a taxa de crescimento de unidades de consumo e de crescimento populacional ficaram no mesmo patamar.

Indicador 891 – O indicador teve um crescimento, porém ainda em níveis aceitáveis, em virtude de um conjunto de fatores.





Objetivos Específico: 002 – Planejar, projetar, executar, operar e manter os sistemas de coleta e de tratamento de esgotos para atender à população do Distrito Federal, visando a universalização da prestação dos serviços.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

22.202 – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Análise do Objetivo Específico

A Companhia com seus 5.531km de redes de esgotos sanitários, 493.772 ligações ativas, atende, atualmente, cerca de 2,31 milhões de habitantes com serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários, chegando-se a um índice de atendimento de 82,73% e de tratamento da ordem de 100% do esgoto coletado, da população do Distrito Federal. No exercício de 2013, efetuou o tratamento de um volume total de 122.309.224 m³ /ano.

A CAESB para realizar os serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários conta com um sistema composto de 16 Estações de Tratamento e 59 Estações Elevatórias, distribuídas em todo o território do Distrito Federal. Para otimizar os procedimentos da prestação dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, o "Sistema de Esgotamento Sanitário da Companhia" é composto por quatro subsistemas, atendidos por Estações de Tratamento de Esgotos específicas e divididos pelas seguintes bacias hidrográficas: Bacia do Lago Paranoá; Bacia do Rio São Bartolomeu; Bacia do Rio Ponte Alta/Rio Alagado; e Bacia do Rio Descoberto/Melchior.

No entanto, estima-se que até o ano de 2040, a população do Distrito Federal deverá atingir a cerca de 3,47 milhões de habitantes, de acordo com projeções do Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal, exigindo diversas ações de forma que a CAESB reduza essa parcela da população ainda não atendida e acompanhe o crescimento da população previsto para os próximos anos. Ainda caberão ações no sentido de criar condições para a recuperação ambiental dos recursos hídricos do Distrito Federal através da melhoria dos processos de tratamento e o aumento da confiabilidade de funcionamento do sistema de transporte de esgotos.

No campo da expansão dos sistemas, um dos principais objetivos a ser buscado é o atendimento e a implantação de sistemas de esgotamento sanitário em áreas onde a CAESB ainda não atua. Estas áreas situam-se principalmente em região em processo de regularização dos parcelamentos urbanos, sendo que as regiões de Sobradinho, Jardim Botânico, Paranoá e Gama apresentam ocupações consolidadas e com densidade suficiente para justificar a implantação de sistemas complexos de esgotamento sanitário. Também restam áreas regulares sem o atendimento da CAESB com a coleta de esgotos do Park Way e parte do Lago Sul, que também estão sofrendo intervenções de saneamento.

Sob a ótica das ações para melhoria da saúde pública e da salubridade do ambiente antrópico, a CAESB também deverá atuar na implantação do saneamento em áreas de interesse social, onde é vital a implantação do esgotamento sanitário como forma de obter a salubridade do ambiente. Intervenções em áreas da Ceilândia (Sol Nascente e Por de Sol), Samambaia (ARIS Primavera), Sobradinho (BASEVI e Fercal) e São Sebastião (Residencial Vitória e Morro da Cruz) estão sendo executadas ou previstas com esse fim.

Sob o aspecto da proteção e melhoria do meio ambiente, são previstas ações no sentido de evitar potenciais impactos, como a redução de problemas de odor, melhorias de tratamento e segurança de funcionamento, em áreas sensíveis do Distrito Federal, devido ao funcionamento dos sistemas de esgotamento sanitário, em regiões como Lago Paranoá, bem como Brazlândia. Também deverão ser feitas ações de ampliação de redes e unidades operacionais para fazer

frente ao crescimento e adensamento populacional previsto para as próximas décadas, como é o caso da região industrial do Guará, Águas Claras e Zona Central do Gama. Essa ampliação da área de atendimento também deve englobar os novos núcleos urbanos criados através do Plano Morar Bem do Governo do Distrito Federal, cujos sistemas de infraestrutura serão implantados através de parcerias com empreendedores privados.

O retardamento na implantação de novos empreendimentos de esgotamento sanitário terá impacto extremamente negativo no desenvolvimento do Distrito Federal, com reflexos nos processos de regularização fundiária e na saúde pública da população. Nesse contexto, terá ainda impacto direto na qualidade de vida da população, com grande parte das áreas parceladas ainda sem condições de acomodação e com maiores concentrações populacionais. Outra consequência negativa é a degradação do ambiente antrópico gerado pelo comprometimento da salubridade devido ao esgoto "in natura" correndo a céu aberto, nas vias públicas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atingir o índice de coleta de esgotos sanitários de até 86,9%, mantendo-se o índice de tratamento de 100% dos esgotos coletados	82,2% - Em 2012, o indicador sofreu um decréscimo em virtude da mudança da metodologia de cálculo que agora considera os dados disponibilizados pelo CENSO 2010, as estimativas populacionais do IBGE e o cadastro comercial da CAESB. 82,7% - Em 2013, levando em conta as modificações ocorridas no ano anterior, a meta foi superada em decorrência do crescimento de unidades de consumo.
2. Reduzir os impactos ambientais provocados pelo funcionamento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário da CAESB	No período, foram reduzidos os extravazamentos crônicos no funcionamento do Sistema Coletor de Esgotos de Águas Claras, melhorando a qualidade da água dos afluentes ao Lago Paranoá. Também foram concluídas as redes coletoras de esgotos do Lago Norte, 1º trecho de implantação do Sol Nascente e as novas quadras do Riacho Fundo II e Paranoá.
3. Recuperar unidades operacionais degradadas dos Sistemas de Esgotamento Sanitário	**ETE Sul**: Instalação do novo triturador; Instalação das novas sondas de oxigênio; Instalação de aparelho de análise de ortofosfato; Consolidação do sistema de desidratação de lodo; Instalação de bomba autoescorvante, Instalação de válvulas motorizadas dos sopradores. **ETE Riacho Fundo:** Instalação de tubulação e adaptador no sistema de recebimento de sulfato; Construção de uma nova rede de by-pass; Execução de rede do extravasor; Instalação de rede para a drenagem do digestor; Início da automação da estação; Instalado um reator de leito móvel. **ETE Norte:** Instalação da 3ª prensa na desidratação mecânica; Montagem da rede de transferência entre os reatores, Substituição de equipamentos analisadores em linha de pH e de ortofosfato; Substituição da rede da BPR-1; Implantação de sistema de desidratação mecânica. **ETE Paranoá:** Manutenção de dois reatores; Recuperação total da cobertura das câmaras do reator 1 e 3; Instalação de novo gerador para emergências; Instalação de bomba reserva; Recuperação de duas caixas de distribuição de vazão; Automação do poço de descarte de lodo dos reatores anaeróbios; Instalação de 4 poços piezométricos; Ampliação da capacidade hidráulica; reforma de unidades antigas. Instalação de gerador na Elevatória do Areal; Melhorias nos raspadores dos flotadores da **ETE Recanto das Emas**; Início de monitoramento/operação da elevatória interna ao CIAGO IDP Recanto das Emas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

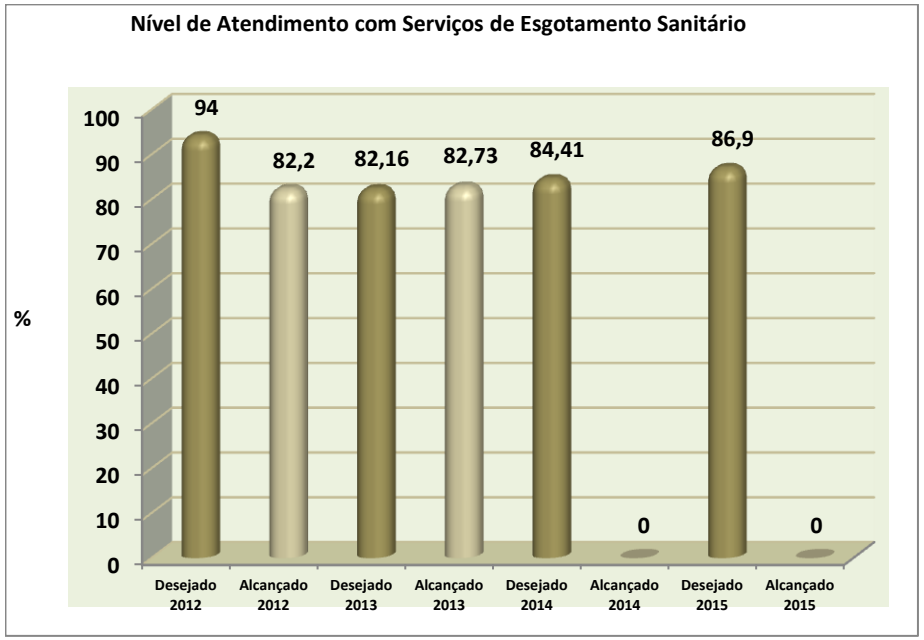
Indicadores:

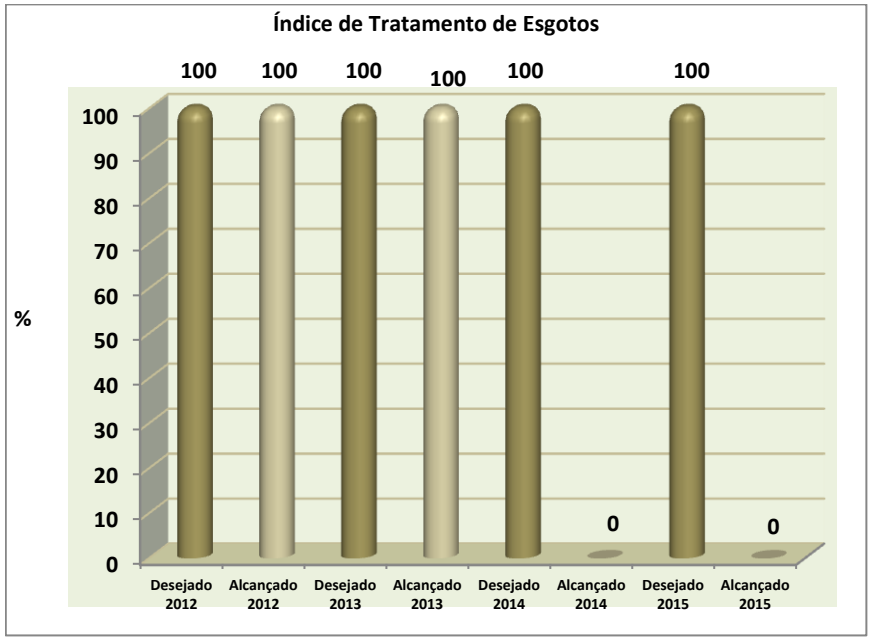
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
892	Nível de Atendimento com Serviços de Esgotamento Sanitário	%	93,7	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	94	82,16	84,41	86,9	CAESB
						Alcançado	82,2	82,73	-	-	
894	Índice de Tratamento de Esgotos	%	100	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	100	100	100	100	CAESB
						Alcançado	100	100	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 892 – Indicador superado em decorrência do crescimento de unidades de consumo.

Indicador 894 - Índice de excelência alcançado desde o exercício de 2007.





PROGRAMA TEMÁTICO: 6214 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

OBJETIVO GERAL: Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do DF, por meio do fortalecimento do Sistema Público de Emprego, garantindo qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra, seguro desemprego, trabalho decente, além de apoiar o setor produtivo, as micros e pequenas empresas, fortalecendo o artesanato, a economia solidária e o empreendedorismo.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF.
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

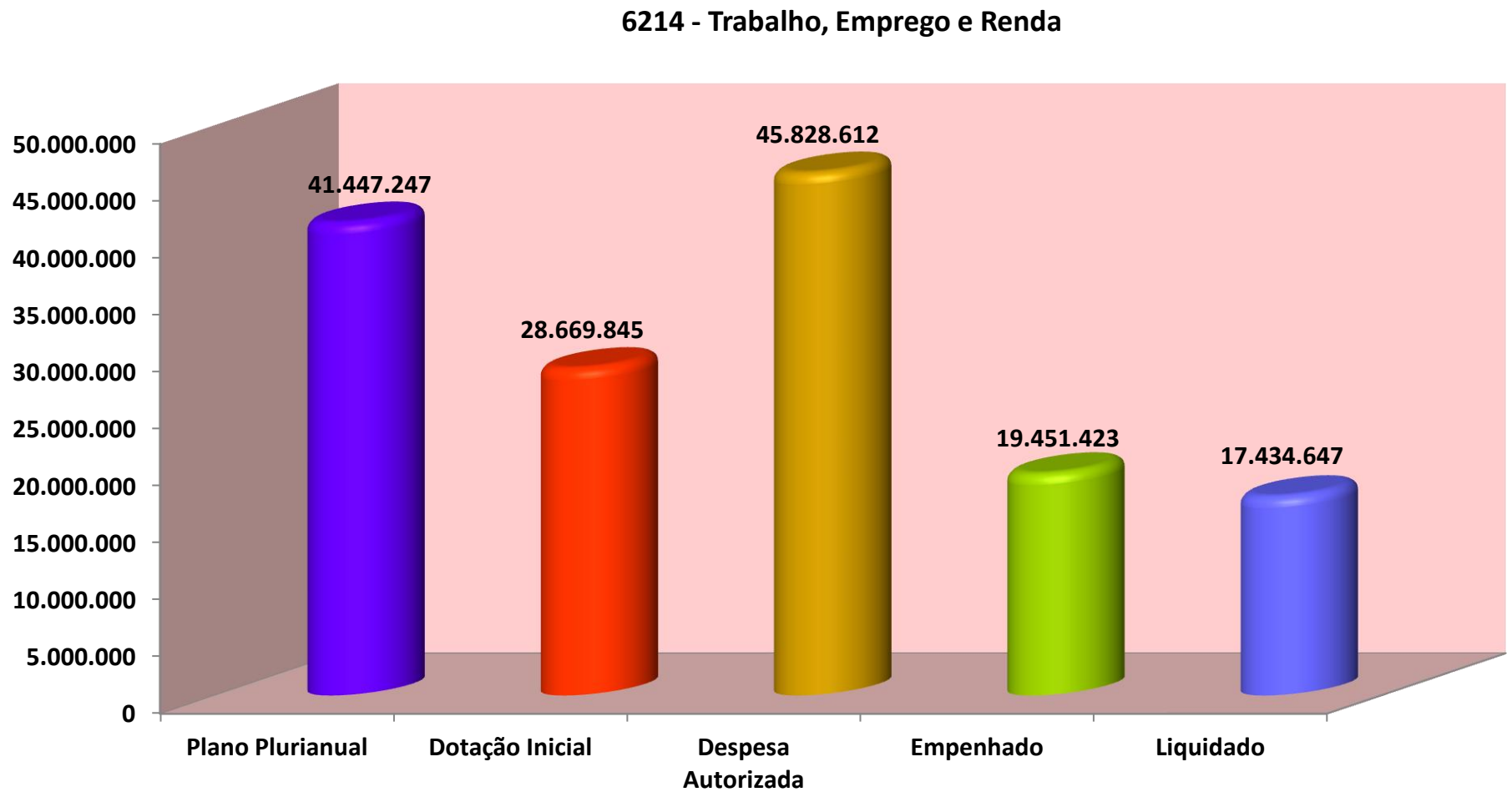
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 3 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, através do fortalecimento do Sistema Público de Emprego, por meio da qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra e seguro desemprego, garantindo o trabalho decente para combater a Pobreza e as Desigualdades Sociais.	25.101
002 – Fomentar a geração de ocupação, emprego e renda para estimular o setor produtivo, os micros e pequenos empreendedores, assim como o artesanato, a economia solidária e o empreendedorismo visando garantir o Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.	25.101
003 – Fomentar e financiar as micro e pequenas empresas, artesãos, cooperativas e associações de trabalho ou produção, bem como as demais iniciativas empreendedoras, promovendo a universalização do acesso ao microcrédito produtivo orientado.	25.902

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1107 - (EP) Implantação de Feira de Artesanato	500.000	0	0	0	0	0	0
2114 - (EP) Apoio ao Primeiro Emprego	1.620.000	10.000	0	0	0	0	0
2130 - (EP) Capacitação Beneficiários Programas Sociais	2.400.000	0	0	0	0	0	0
2227 - (EP) Modernização dos Recursos Tecnológicos	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2233 - (EP) Qualificação Social e Profissional	1.500.000	230.100	0	0	0	0	0
2239 - (EP) Bolsa do Menor Aprendiz	1.000.000	89.500	89.500	32.173	32.173	3	3
2900 - Projovem Trabalhador	1.440.025	840.888	9.408.970	3.164.484	1.547.973	220	107
3106 - Ação de Qualificação Profissional com Unidade Móvel	1.500.000	800.000	0	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	255.000	550.000	500.000	61.200	61.200	24	24
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	2.009.588	100.000	0	0	0	0	0
4088 - Capacitação de Servidores	140.000	50.000	50.000	8.400	8.400	6	6
4089 - Capacitação de Pessoas	11.720.000	6.658.964	6.258.156	1.634.475	1.634.475	14	14
4090 - Apoio a Eventos	1.155.000	200.000	0	0	0	0	0
4102 - Desenvolvimento do Sistema Público de Emprego	1.313.611	6.315.154	10.283.589	7.008.634	6.608.369	534	503
4103 - Fomento ao Desenvolvimento do Artesanato, Associativismo e Cooperativismo	700.000	0	0	0	0	0	0
4239 - (EP) Apoio a Cooperativas e Associações	1.200.000	100.000	0	0	0	0	0
8505 - Publicidade e Propaganda	191.000	0	0	0	0	0	0
9081 - Financiamento a Pequenos Empreendedores Econômicos	11.803.023	12.725.239	19.238.397	7.542.057	7.542.057	64	64
TOTAL DO PROGRAMA 6214	**41.447.247**	**28.669.845**	**45.828.612**	**19.451.423**	**17.434.647**	**47**	**42**


6214 - Trabalho, Emprego e Renda
50.000.000
45.000.000
40.000.000
35.000.000
30.000.000
25.000.000
20.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
0
41.447.247
28.669.845
45.828.612
19.451.423
17.434.647
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 – Estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, através do fortalecimento do Sistema Público de Emprego, por meio da qualificação social e profissional de jovens e adultos, intermediação de mão de obra e seguro desemprego, garantindo o trabalho decente para combater a Pobreza e as Desigualdades Sociais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO - SETRAB

Análise do Objetivo Específico

No ano de 2013 foi executada a última turma do "Qualificopa" que é um programa de qualificação social e profissional promovido pela Secretaria de Trabalho. Essa qualificação teve como objetivo melhorar a qualidade dos serviços prestados no DF, qualificar os trabalhadores para atender a demanda dos setores econômicos, diminuir a taxa de desemprego, aumentar a geração de renda, implantar a cultura de qualificação profissional permanente e dar oportunidade a esses trabalhadores de atualizar os seus conhecimentos para que possam entrar, retornar ou se fortalecer no mercado de trabalho. Nesse programa em 2013 foram qualificados 428 alunos. Esse número foi inferior as expectativas em função de relativa burocracia, do fim da vigência dos contratos firmados com a empresas executoras e da não finalização do processo licitatório do Qualifica Grandes Eventos. Para o ano de 2014 em função de esforços envidados ainda em 2013 pela SETRAB, serão qualificados aproximadamente 11.000 pessoas.

Outro programa de qualificação social e profissional lançado em 2013 foi o Projovem Trabalhador, que teve como público alvo, jovens e adultos com idade entre 18 e 29 anos. O objetivo do programa era ampliar o atendimento aos jovens e adultos em condições de vulnerabilidade e risco social, com vistas à reintegração educacional e social por meio de cursos de qualificação social e profissional e inserção no mundo do trabalho. Em Agosto de 2013 foram inscritos 3.272 alunos que iniciaram o processo de qualificação, (sendo certificados 2.844 em 2014 por conta da carga horária dos cursos nas áreas de Saúde, Administração, Construção e Reparos I, Construção e Reparos II e Turismo e Hospitalidade).

Nas Agências do Trabalhador foram inscritos 97.731 trabalhadores e captadas 61.934 vagas para realizar as ações de intermediação de mão-de-obra. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 15.073 trabalhadores foram efetivamente inseridos no mercado de trabalho. Comparando com o ano de 2012, houve um acréscimo de 31,7% no numero total de colocados no mercado de trabalho pela SETRAB.

O número de vagas captadas pela SETRAB e para preenchimento aumentou em 22,4% comparando com o ano de 2012. No total foram 61.934 novas oportunidades de trabalho disponibilizadas a população do Distrito Federal. Destacar-se que foram oferecidas também 5.633 vagas para Pessoas com Deficiência (PCD) e 173 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho.

No que se refere à política de inserção de trabalhador no mercado de trabalho foi concebido em 2013 o Projeto para criação da Agência Modelo, que por questões de restrições orçamentárias será inaugurada em 2014 no Plano Piloto. Ainda em 2013 foi dado inicio à modernização das demais Agências do Trabalhador, com a melhoria de infraestrutura e atendimento ao cidadão.

O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social que tem por objetivo, além de prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado sem justa causa, auxiliá-lo na manutenção e na busca de emprego, promovendo para tanto, ações integradas de orientação,

recolocação e qualificação profissional. Em 2013 foram requeridos 102.985 benefícios por intermédio da SETRAB. O número de requerentes do seguro desemprego em 2013 subiu 2% comparado ao ano de 2012 e 6,52% quando comparado ao ano de 2011.

A taxa de desemprego, apesar de sofrer algumas oscilações no decorrer dos meses, manteve-se estável no comparativo dos meses janeiro e setembro de 2013. Em janeiro, a taxa de desemprego foi de 12% (175 mil desempregados), assim como Setembro, representando as menores taxas registradas no ano. Em março, a taxa de desemprego total no Distrito Federal teve sua maior alta do ano e atingiu 13,3%.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Qualificar 49.000 mil pessoas, sobretudo os cidadãos em áreas de maior vulnerabilidade social e econômica, entre os anos de 2012 e 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Objetivando melhorar a qualidade dos serviços prestados no Distrito Federal, qualificar os trabalhadores para atender a demanda dos setores econômicos, diminuir a taxa de desemprego, aumentar a geração de renda, em 2013 a SETRAB qualificou através do Programa Qualificopa 428 pessoas em diversas áreas. Além desses cursos ofertados pelo Qualificopa, foram inscritos 3.272 nos cursos do Projovem Trabalhador, que em 2013 estavam em processo de qualificação. A meta de 15.248 de pessoas qualificadas para 2013 não foi atingida em função da não finalização de processo licitatório do Programa Qualifica Grandes Eventos, que está previsto para inicio ainda no 2º semestre de 2014. Considerando os anos de 2012 e 2013 foram qualificadas ao todo 9.567 pessoas por intermédio da SETRAB.
2. Inserir em torno de 57.000 cidadãos no mundo do trabalho do DF nos principais segmentos da economia até 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	O total de trabalhadores encaminhados para emprego no ano de 2013 foi de 133.039 pessoas, sendo que desse total 15.073 foram efetivamente inseridos no mundo do trabalho, o que representa apenas 11% de aproveitamento do número de encaminhados. No período foram captadas 61.934 vagas por intermédio das iniciativas da SETRAB. Ressaltamos que a meta estabelecida para inserção no mercado de trabalho era de 15.000 e que esse índice foi superado em virtude de ações e melhorias nos processos de trabalho das agências do trabalhador e otimização do sistema Mais Emprego do MTE.
3. Qualificar 9.000 jovens pelo Programa Federal PROJOVEM Trabalhador e inserir de cerca de 2.700 no mercado de trabalho, até 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em Agosto de 2013 foram iniciadas as turmas do Projovem Trabalhador com a oferta de 4.522 vagas. No período foram inscritos 3.272 jovens. Do total de inscritos, foram certificados em 2014, 2.844 jovens. Existem ainda 826 vagas remanescentes que poderão ser preenchidas em 2014. Ressaltamos que o Projovem não será mais executado no âmbito do DF em função da finalização do Convênio e gasto dos recursos ainda em 2014 e não haver previsão de continuidade nos próximos anos.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
848	Pessoas Qualificadas	Pessoa	500	31/01/2011	Anual	**Desejado**	8.485	15.248	15.419	15.419	SETRAB
						Alcançado	9.159	428	-	-	
849	Trabalhador inserido no mercado de trabalho	Pessoa	13.145	31/12/2010	Anual	**Desejado**	12.000	13.000	15.000	15.000	SETRAB
						Alcançado	11.446	15.073	-	-	
851	Redução da taxa de desemprego no DF	%	13,6	30/04/2011	Anual	**Desejado**	12,8	11,6	11,5	11,5	DIEESE e SETRAB
						Alcançado	12,3	12,0	-	-	
1305	Pessoas Qualificadas X Inseridas no Mercado de Trabalho	%	30	31/01/2011	Anual	**Desejado**	30	30	30	30	SETRAB
						Alcançado	-	29,5	-	-	
1306	Trabalhador segurado reinserido no mercado de trabalho	%	0,5	31/12/2012	Anual	**Desejado**	1	1	1	1,5	SETRAB
						Alcançado	-	6	-	-	

Justificativa – 2013

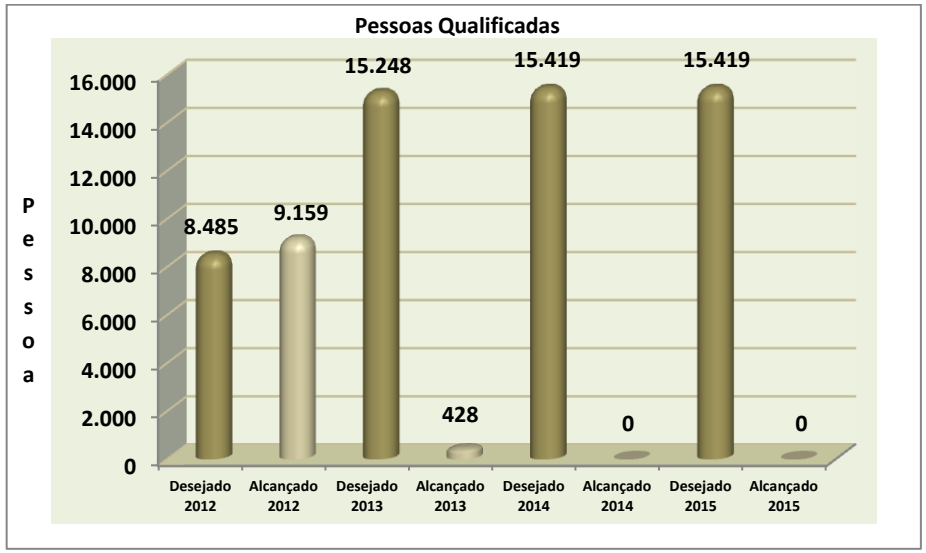
Indicador 848 – A meta não foi alcançada em virtude do término do contrato com empresa que executava o Qualificopa. Em 2014 será realizado o Qualificopa Plural, considerando que o processo licitatório será finalizado no ainda no 1º semestre de 2014.

Indicador 849 – A meta foi superada em virtude do desenvolvimento de ações voltadas para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho, como a melhoria nos serviços prestado à sociedade, treinamento dos servidores responsáveis pelo atendimento ao cidadão e melhoria das condições de infraestrutura física e de tecnologia da informação.

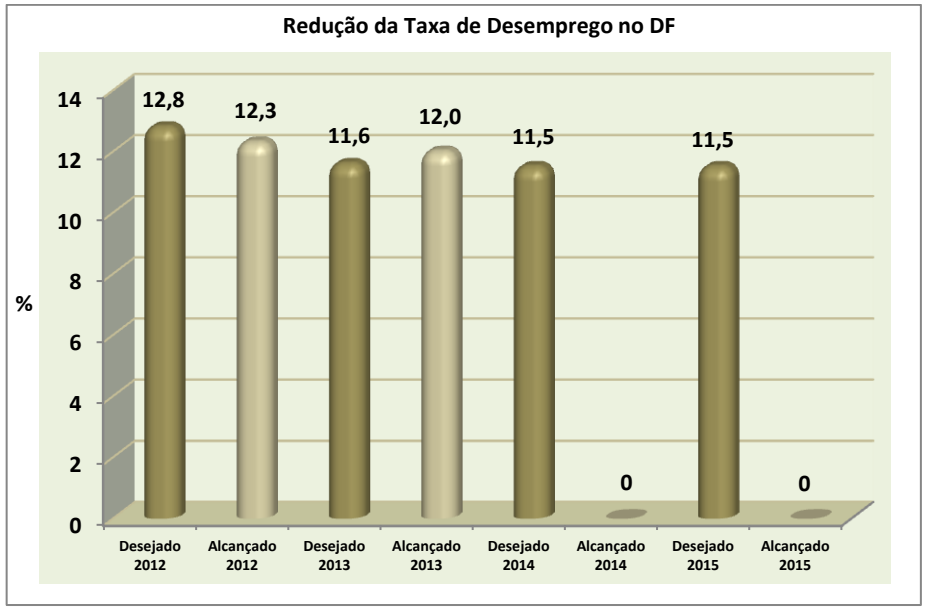
Indicador 851 - A meta foi superada, em virtude do número elevado de inserção de trabalhadores no mercado de trabalho pela SETRAB. As ações da SETRAB contribuíram de uma maneira considerável para melhoria da redução da taxa de desemprego no âmbito do Distrito Federal.

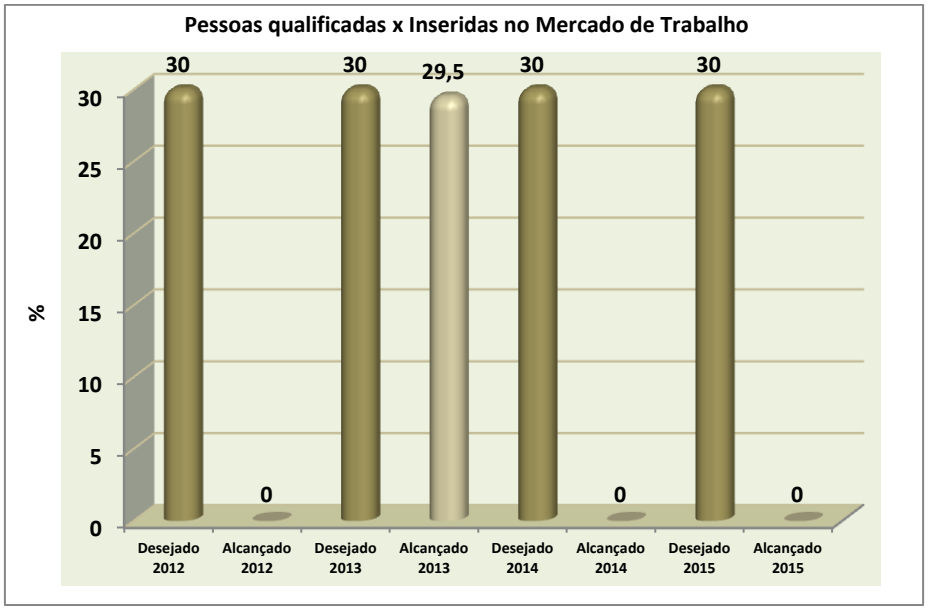
Indicador 1305 - A meta foi praticamente cumprida considerando que dos 427 alunos qualificados pelo Programa Qualificopa na 7ª Turma, 126 alunos foram inseridos no mercado de trabalho, em cumprimento ao percentual de 30% estipulado no contrato.

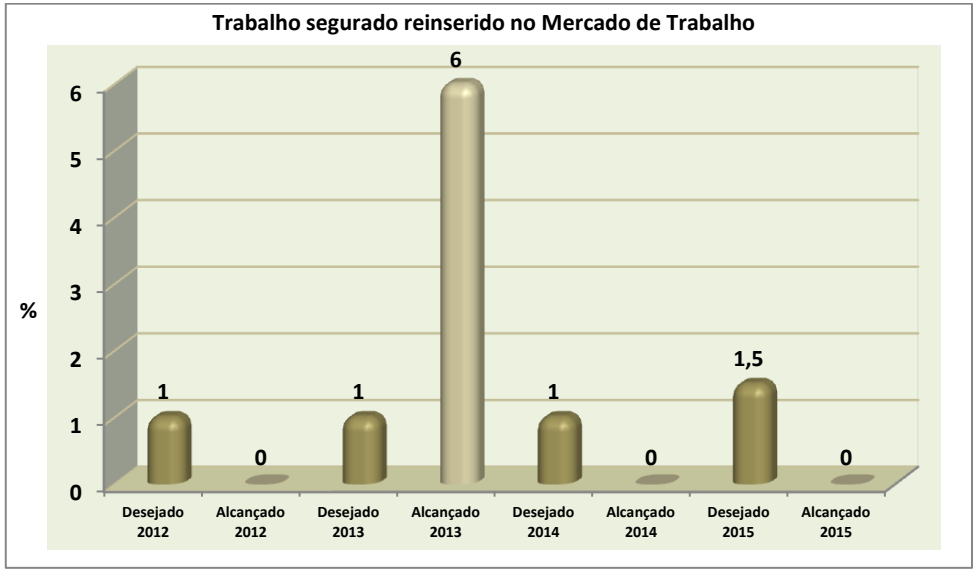
Indicador 1306 - Conforme informações repassadas pelo MTE no ano de 2013, 6% dos 11.886 trabalhadores beneficiários do Seguro Desemprego, ou seja, 729 foram reinseridos no mercado de trabalho. A meta foi superada em virtude do encaminhamento assertivo dos beneficiários para recolocação no mercado de trabalho.


Pessoas Qualificadas
Pessoa
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
8.485
9.159
15.248
428
15.419
0
15.419
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Trabalhador Inserido no Mercado de Trabalho
Pessoa
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
12.000
11.446
13.000
15.073
15.000
0
15.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Redução da Taxa de Desemprego no DF
%
14
12
10
8
6
4
2
0
12,8
12,3
11,6
12,0
11,5
0
11,5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Pessoas qualificadas x Inseridas no Mercado de Trabalho
%
30
25
20
15
10
5
0
30
0
30
29,5
30
0
30
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015



Objetivo Específico: 002 – Fomentar a geração de ocupação, emprego e renda para estimular o setor produtivo, os micros e pequenos empreendedores, assim como o artesanato, a economia solidária e o empreendedorismo visando garantir o Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO – SETRAB

Análise do Objetivo Específico

A SETRAB como órgão competente para propor, articular, planejar, programar e acompanhar políticas públicas voltadas para a promoção de oportunidades de trabalho, ocupação e renda para a população do Distrito Federal, tem dentre as atribuições o papel de promover o trabalho relacionados ao artesanato, cooperativismo e associativismo.

Reconhecendo a importância do setor na inclusão social na geração de trabalho e renda, a SETRAB vem estimulando o fortalecimento dessa expressão cultural por meio de incentivo à produção artesanal do Distrito Federal, visando criar e ampliar a renda, integrando iniciativas de valorização da cultura regional, sendo responsável pelas ações de cadastramento dos artesãos do DF, emissão da Carteira do Artesão, incentivo à comercialização dos produtos artesanais em feiras e exposições locais, nacionais e internacionais.

Os resultados dessas ações foi que no ano de 2013, foram comercializados R$ 534.573,00 (quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e setenta e três reais) de produtos de artesãos cadastrados nesta Pasta, em eventos de artesanato, cooperativismo e associativismo.

Em 2013 foi promovida a qualificação de artesãos em cursos e oficinas de aperfeiçoamento profissional, seminários e workshop e seu posterior encaminhamento para o acesso à linha de crédito assistido.

No que se refere às ações voltadas para os trabalhadores autônomos, a SETRAB por intermédio da Agência do Trabalhador Autônomo, inseriu 2.593 trabalhadores autônomos no Mundo do Trabalho, verificando um crescimento de 55% em relação aos atendimentos realizados em 2012. Em relação às Cooperativas e Associações a SETRAB atendeu em 2013, 15 cooperativas, esse atendimento compreendeu orientação na formalização de Cooperativas, formatação de Estatuto, Regimento e outros documentos legais, bem como seu encaminhamento para comercialização de seus produtos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Promover a inserção produtiva do artesão, por meio de realização de 40 eventos até 2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	No ano de 2013, no que se refere ainda às ações de artesanato, a SETRAB incentivou os artesões do DF a comercializar seus produtos em feiras e exposições locais, nacionais e internacionais. Foram realizadas mais de 70 rotas de artesanato, sendo que a SETRAB também participou de feiras como a Feira Internacional do Artesanato – FINNAR, Feira de Mato Grosso do Sul, Feira de Artesanato de Salvador e a Fenearte em Recife, onde comercializados R$ 534.573,00 (quinhentos e trinta e quatro mil e quinhentos e setenta e três reais) de produtos de artesãos cadastrados, além de debates com os artesãos de Brasília, na casa do Artesão. A quantidade de eventos promovidos pela SETRAB nos anos de 2012 e 2013 foram: 136 Rotas do Artesanato e participação em 10 eventos de artesanato nacionais e internacionais por todo o Brasil, como feiras, e exposições.
2. Cadastrar 1.400 artesãos junto a SETRAB até 2015 *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Com o objetivo de criar e ampliar a renda, integrando iniciativas de valorização da cultura regional foi realizado o cadastramento e renovação de 769 artesãos. Nos anos de 2012 e 2013 a SETRAB já cadastrou 1.729 artesãos de todo o DF.
3. Formalizar 24 cooperativas e associações até 2015 (Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	No ano de 2013, a SETRAB atendeu 15 cooperativas, esse atendimento incidiu na orientação para a formalização dessas cooperativas, formatação de Estatuto, Regimento e outros documentos legais. Nos anos de 2012 e 2013 a SETRAB já promoveu a formalização de 26 cooperativas nos mais diversos segmentos.
4. Encaminhar 40 cooperativas e associações para eventos de comercialização até 2015 *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2013 por intermédio da SETRAB foram encaminhadas 15 cooperativas para participar de eventos de comercialização de seus produtos.

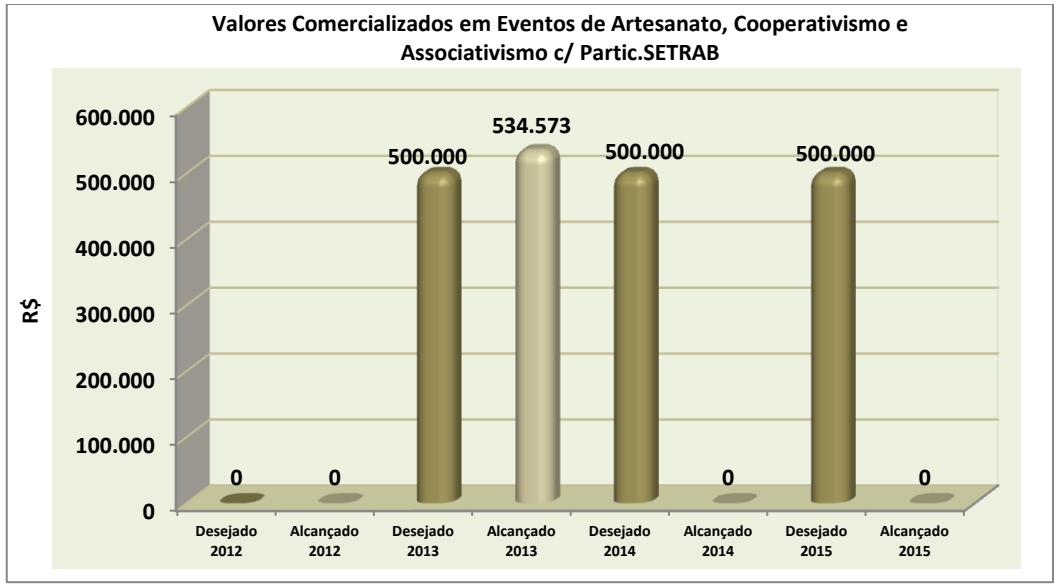
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1307	Valores comercializados em eventos de artesanato, cooperativismo e associativismo c/ partic.SETRAB	R$	474.000	31/12/2012	Anual	**Desejado**	-	500.000	500.000	500.000	SETRAB
						Alcançado	-	534.573			

Justificativa – 2013

Indicador 1307 - A meta foi superada em virtude da expansão do número de participação da SETRAB em feiras e eventos de artesanato, como a Rota do Artesanato, Finnar 2013, Expominas, Renda-se, Capital Fashion dentro outros, além do cadastramento dos artesãos e promoção de cursos de qualificação, oficinas e workshop para o aperfeiçoamento dos artesãos.



Objetivo Específico: 003 – Fomentar e financiar as micros e pequenas empresas, artesãos, cooperativas e associações de trabalho ou produção, bem como as demais iniciativas empreendedoras, promovendo a universalização do acesso ao microcrédito produtivo orientado.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

25.902 - FUNDO PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA – FUNGER

Análise do Objetivo Específico

O FUNGER/DF foi criado pela Lei Complementar Nº 704/2005, com a finalidade de promover a geração de renda e de novas ocupações de trabalho por meio da concessão de empréstimos aos micro e pequenos empreendedores do DF, formalizados e informais. Os recursos do Fundo são executados por meio do Programa de Microcrédito Prospera, beneficiando empreendedores que, por sua condição sócio-econômica, são desprezados pelo sistema bancário tradicional. Com o FUNGER, o GDF combate a pobreza e garante o direito ao crédito aos segmentos acima citados.

A meta estabelecida para 2013 foi a de 4.000 operações de crédito, sendo alcançado o resultado de 1.129. No ano o programa contou com apenas 07 Agentes de Crédito, servidores que atuam diretamente nas concessões de crédito. Para ampliar a capacidade de atendimento do programa estava prevista a vinda de 15 jovens aprendizes, iniciativa que estava sendo tratada por meio de uma proposta de Termo de Parceria entre a SETRAB e o BRB – Banco de Brasília, que não se concretizou. Também não se concretizou a proposta de contratação de instituições de microcrédito (OSCIP's e Cooperativas de Crédito) para atuarem com os recursos do FUNGER na modalidade denominada "2º Piso". Ressalte-se que a legislação do Fundo foi alterada contemplando esta possibilidade, bem como a de atender clientes moradores da RIDE/DF – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal, que inclui municípios dos Estados de Goiás e de Minas Gerais.

A meta referente a Taxa de Formalidade para 2013 era de 10%, sendo alcançado o índice de 15% , o que pode ser creditado, ao menos em parte, ao fato de o tema ser tratado nas palestras de educação financeira e ao trabalho de orientação aos tomadores feito pelos agentes de crédito.

O volume de crédito estabelecido para 2013 foi de R$ 16 milhões, sendo alcançado R$ 7.542.056,86, a meta não foi atingida pelas mesmas razões acima referidas em relação às "operações de crédito".

No ano o Programa emprestou R$ 7.542.056,86 para 1.129 empreendedores. Destes, 965 da carteira urbana, para os quais foram liberados R$ 5.436.618,52. Na carteira rural, para pequenos produtores rurais classificados como agricultores familiares, foram liberados R$ 2.105.438,34, em 164 operações de crédito, para finalidades diversas como correção de solo, aquisição de equipamentos de irrigação, matrizes bovinas, implementos agrícolas, estufas, micro tratores, implantação de culturas perenes e agroindústrias, em apoio a atividades de piscicultura, turismo rural, avicultura, agricultura e pecuária, agregando valor à produção e contribuindo para melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares do DF. Considerando as duas carteiras, o programa de microcrédito, tendo como referência as 1.129 operações de créditos realizadas, contribuiu para a geração/manutenção de mais de 2.000 ocupações de trabalho.

Em parceria com a Coordenadoria de Integração das Ações Sociais - CIAS, da Secretaria de Estado Extraordinária da Copa 2014, ocorreu, somente no mês de dezembro, o atendimento a 20 trabalhadoras da Fábrica Social, programa do GDF que consiste em um Centro de Capacitação Profissional criado com o objetivo de promover cidadania por meio da capacitação e da qualificação de pessoas beneficiárias do Programa DF Sem Miséria. As trabalhadoras atendidas, proprietárias de pequenos negócios familiares, com os empréstimos têm a oportunidade de aumentar suas rendas e deixar a condição de pobreza, e não mais necessitar do apoio de programas governamentais de transferência de renda, que devem ser provisórios.

Importante ação refere-se ao apoio a aproximadamente 70 feirantes da cidade de Sobradinho que, por determinação do GDF, tiveram que se instalar em novo local e construir boxes padronizados, o que foi realizado com os recursos do FUNGER/DF.

Para tornar o programa mais conhecido foram realizadas diversas ações junto à clientela alvo do programa. Dentre elas, mutirões de divulgação em feiras e no comércio local em cidades classificadas como de baixa renda como o Varjão, Itapoã, Ceilândia, Sobradinho II, Samambaia, São Sebastião, Riacho Fundo II, Recanto das Emas, dentre outras.

Entendido como programa de microcrédito produtivo e orientado, o Prospera tem especial preocupação com a capacitação gerencial de seus clientes. Por isso, ao longo do ano foram ministradas 33 palestras de educação financeira com distribuição de cartilha com conteúdo específico, proporcionando aos tomadores noções de controle financeiro, estoques, compras, marketing, mercado, concorrência, ao mesmo tempo em que foram estimulados a saírem da informalidade para terem maior segurança em seus empreendimentos, e gozarem das vantagens das proteções sociais proporcionadas pela formalidade, tais como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio – maternidade e outras. Igualmente, e em ação integrada com a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, ocorreram 33 palestras sobre a Lei Maria da Penha e os direitos patrimoniais e financeiros das mulheres.

Para recuperar créditos inadimplentes foram realizadas diversas ações, com destaque para o encaminhamento para inscrição em dívida ativa de 880 contratos, representando mais de 16 milhões de reais de dívidas remanescentes a 2013, e a quitação de 237 contratos, representando R$ 1.476.718,38 em saldo devedor recuperado. Outros 54 contratos passaram a ser adimplentes, representando R$ 467.386,01 em saldo devedor recuperado. Todas as ações voltadas à recuperação de créditos resultaram na movimentação de mais de 18 milhões em créditos inadimplentes que, combinadas com o acompanhamento sistemático das carteiras de clientes pela equipe de agentes, garantiram uma inadimplência de 7% no que tange aos empréstimos concedidos nos anos de 2012 e 2013.

Diante dos resultados obtidos no exercício de 2013, ainda que as metas tenham sido apenas parcialmente atendidas pelas causas acima citadas, e da realidade sócio-econômica do DF, com muitos cidadãos ainda vivendo na pobreza, o FUNGER/DF tem contribuído para o incremento da economia das comunidades atendidas, gerando oportunidades para o crescimento de renda e de criação/manutenção de novas ocupações de trabalho. Sem direito ao crédito, muitos empreendedores de baixa renda não teriam como manter seus negócios, o que traria desemprego e aumento nos gastos governamentais com programas sociais. Esta contribuição pode ser ainda maior com uma melhor estruturação do programa de microcrédito, inclusive para o atendimento na RIDE/DF, combinado com ações de divulgação mais abrangentes.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Operações de Crédito – realizar 19.000 (dezenove mil) operações de créditos até 2015	Em 2012 e 2013, foram realizadas 2.034(dois mil e trinta e quatro) operações de créditos. contribuindo para geração/manutenção de mais de 4.000 ocupações de trabalho no Distrito Federal.
2. Volume de Operações de Crédito – conceder o volume R$ 79.000.000,00 (setenta e nove milhões) de crédito até 2015	Em 2012 e 2013, foram executados R$ 11.423.389,18 (onze milhões, quatrocentos e vinte três mil, trezentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos)em empréstimos contratados.
3. Empreendedores atendidos – atender 18.050(dezoito mil) empreendedores com créditos concedidos	Em 2012 e 2013, foram atendidos 2.034 micro e pequenos empreendedores com operações de créditos, contribuindo para geração/manutenção de mais de 4.000 ocupações de trabalho no Distrito Federal.
4. Capacitação – capacitar 6.500 pessoas (	Foram capacitados 2.034 empreendedores no curso de educação financeira com distribuição de cartilha com conteúdo

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
micros e pequenos empreendedores, artesãos, cooperados e associados) até 2015.	específico, proporcionando aos tomadores noções de controle financeiro, estoques, compras, marketing, mercado, concorrência, ao mesmo tempo em que foram estimulados a saírem da informalidade para terem maior segurança em seus empreendimentos, e gozarem das vantagens das proteções sociais proporcionadas pela formalidade, tais como aposentadoria, auxílio-doença, auxílio – maternidade e outras. Igualmente, e em ação integrada com a Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal, ocorreram 33 palestras para esses empreendedores sobre a Lei Maria da Penha e os direitos patrimoniais e financeiros das mulheres. Não houve despesa orçamentária com esta ação.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
853	Operações de Crédito	Unidade	835	31/12/2010	Anual	**Desejado**	3.000	4.000	6.000	6.000	SETRAB
						Alcançado	905	1.129	-	-	
854	Clientes ativos (microcrédito)	Pessoa	792	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.850	3.800	5.700	5.700	SETRAB
						Alcançado	4.579	3.763	-	--	
855	Taxa de Formalidade de microempreendedores	%	-	-	Anual	**Desejado**	10	10	20	20	SETRAB
						Alcançado	11,5	15	-	-	
1176	Volume de crédito	R$	5.846.013	31/12/2010	Anual	**Desejado**	15.000.000	16.000.000	24.000.000	24.000.000	SETRAB
						Alcançado	3.881.332	7.542.056	-	-	

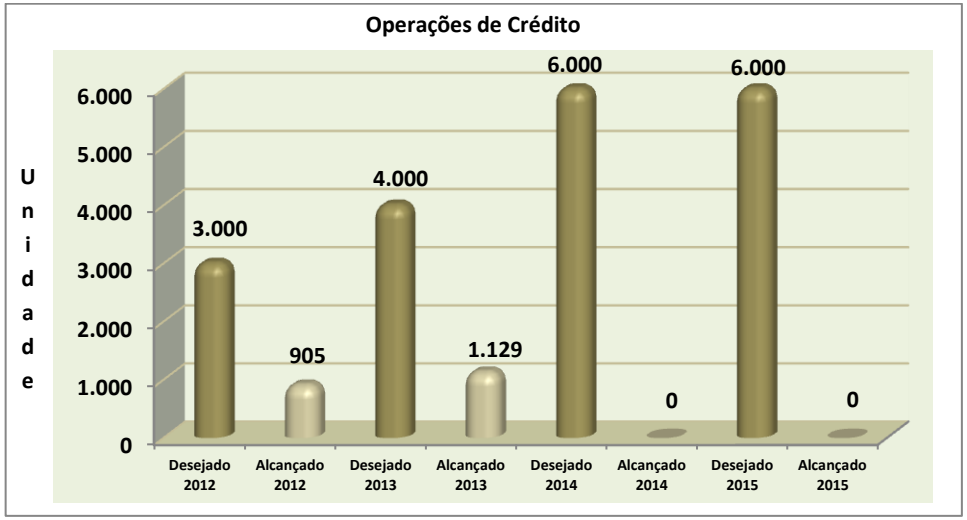
Justificativa – 2013

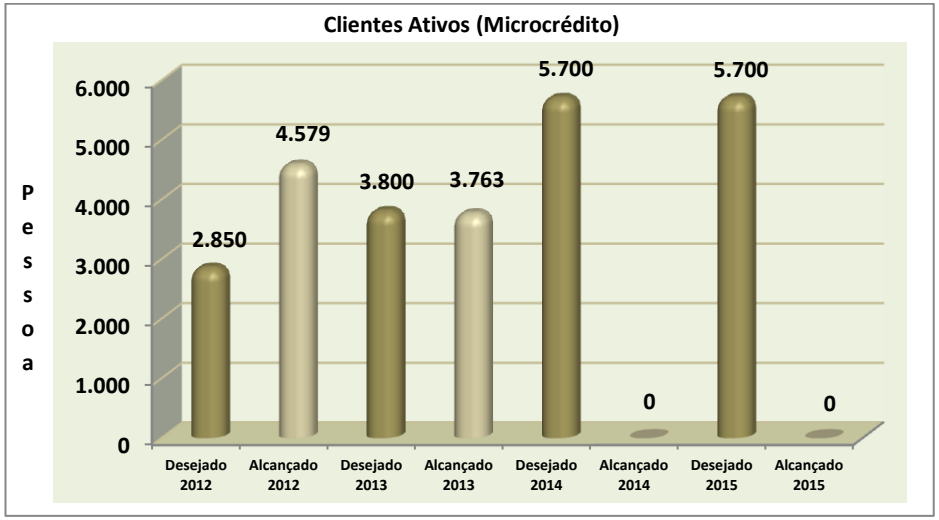
Indicador 853 - A meta não foi alcançada em virtude da estrutura de servidores reduzida, que contou com apenas 07 servidores pra as concessões de crédito. Não foi concretizada a proposta de atuação do programa na modalidade denominada 2º Piso.

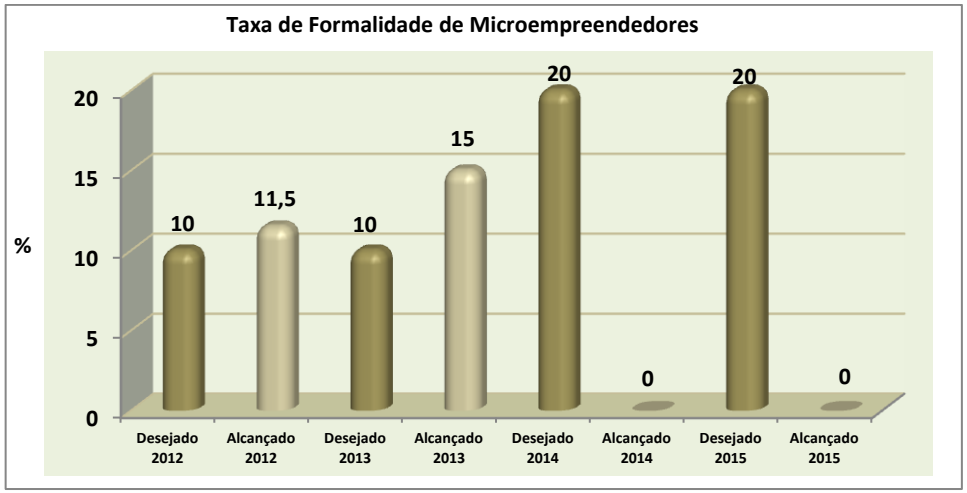
Indicador 854 - A meta foi praticamente cumprida e bem dimensionada para a realidade do programa de microcrédito e representa os beneficiários que estão com o crédito em vigor e em fase de amortizações.

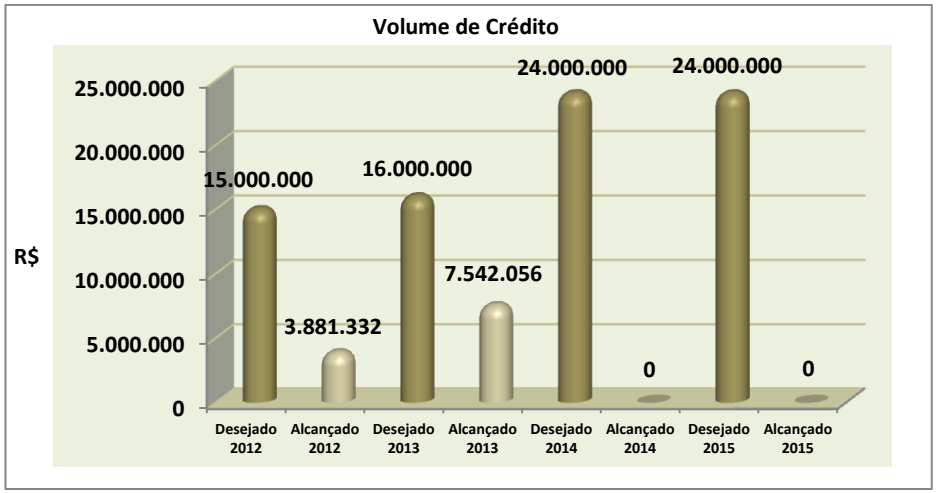
Indicador 855 - A meta foi superada considerando em função do crescimento de micro e pequenos empreendedores que formalizaram suas atividades. A lei do Micro empreendedor Individual - MEI contribuiu consideravelmente para o aumento da taxa de formalização dos empreendimentos assistidos, além de garantir direitos aos empreendedores.

Indicador 1176 - A meta não foi alcançada em virtude da escassa estrutura de recursos humanos disponibilizada para as atividades de concessão de crédito, que contava apenas com 07 servidores para atender todo o Distrito Federal. A não concretização de parcerias com instituições para aumentar o efetivo de servidores também prejudicou o alcance da meta estabelecida.









PROGRAMA TEMÁTICO: 6215 – TRÂNSITO SEGURO

OBJETIVO GERAL: Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo o Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Garantir segurança pública por meio do uso inteligente dos recursos humanos e tecnológicos.

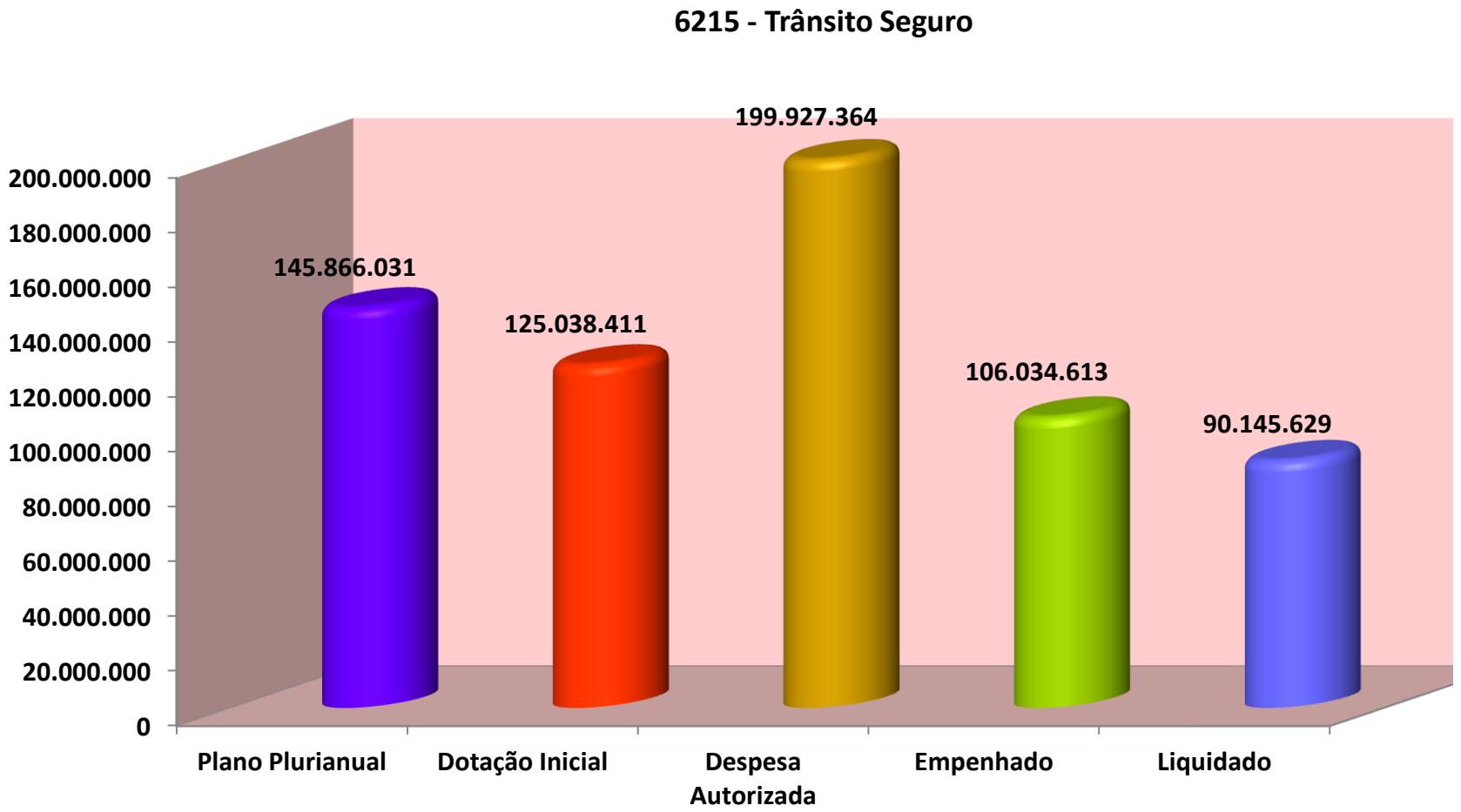
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 1 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público.	24.201

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1471 - Modernização de Sistema de Informação	4.000.000	100.000	100.000	0	0	0	0
1564 - Reforma de Unidade de Atendimento	2.182.500	2.525.000	635.616	0	0	0	0
1571 - Ampliação de Unidade de Atendimento	790.000	616.000	0	0	0	0	0
2460 - Campanhas Educativas de Trânsito	11.001.000	8.429.397	19.653.195	6.102.930	3.274.269	55	30
2469 - Gerenciamento Eletrônico de Trânsito	58.545.000	46.575.103	71.703.898	49.428.536	44.266.941	84	76
2541 - Policiamento e Fiscalização de Trânsito	31.535.000	34.404.411	62.891.564	32.015.069	28.548.601	102	91
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	3.000.000	279.000	279.000	0	0	0	0
2904 - Manutenção da Escola Vivencial de Trânsito	293.600	550.000	434.999	46.629	46.629	16	16
3095 - Construção da Academia de Trânsito	1.750.000	300.000	0	0	0	0	0
3096 - Construção de Unidades de Atendimento do DETRAN	900.000	400.000	0	0	0	0	0
3208 - Implantação de Sinalização Semafórica	857.000	950.000	708.879	0	0	0	0
3209 - Implantação de Sinalização Estatigráfica	1.000.000	3.000.000	1.680.000	793.158	793.158	79	79
4034 - Integração DER/DETRAN - Gerenciamento de Tráfego - Trânsito Inteligente	991.000	50.000	50.000	0	0	0	0
4101 - Sinalização Horizontal e Vertical	11.436.000	10.059.500	12.492.439	8.414.651	4.067.340	74	36
4197 - Manutenção da Sinalização Estatigráfica	7.428.931	5.000.000	10.000.000	7.676.884	7.676.883	103	103
4198 - Manutenção da Sinalização Semafórica	1.200.000	1.200.000	1.274.000	1.215.376	1.215.376	101	101
5027 - Implantação de Sinalização(Copa 2014)	400.000	600.000	341.380	341.380	256.432	85	64
8505 - Publicidade e Propaganda	8.556.000	10.000.000	17.682.394	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6215	**145.866.031**	**125.038.411**	**199.927.364**	**106.034.613**	**90.145.629**	**73**	**62**


6215 - Trânsito Seguro
200.000.000
180.000.000
160.000.000
140.000.000
120.000.000
100.000.000
80.000.000
60.000.000
40.000.000
20.000.000
0
145.866.031
125.038.411
199.927.364
106.034.613
90.145.629
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 - Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização, a engenharia e o atendimento ao público.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

24.201 – DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN

Análise do Objetivo Específico

Com a finalidade de Reduzir os índices de acidentes com vítimas fatais em todo Distrito Federal, aperfeiçoando a educação para o trânsito, a fiscalização e a engenharia, o DETRAN-DF implementou diversas realizações finalísticas.

A Educação de Trânsito atendeu diversos segmentos da sociedade, além de resgatar projetos educacionais de relevância para a sociedade.

Por meio de uma proposta pedagógica em educação de trânsito, foi realizado o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização das atividades pedagógico-administrativas desenvolvidas pelas Instituições de Ensino de Trânsito credenciadas pelo Detran-DF.

Foi realizada a análise pedagógica de cerca de 140 Projetos Políticos Pedagógicos – PPP, dos Centros de Formação de Condutores do Distrito Federal, bem como a elaboração de Termos de Referências para a aquisição de bens e utensílios para atividades realizadas em sala de aula. Dentre as ações lúdicas realizadas, destacam-se as apresentações das peças teatrais e dos jogos educativos de trânsito. Essas apresentações representaram atendimento direto a cerca de 300 mil pessoas no período de janeiro a dezembro de 2013. Os jogos educativos de trânsito - Minicidade, GIROTRAN, JOGOTRAN, os bonecos lúdicos "Família DETRAN" e o grupo musical de repentistas, atuou em escolas, órgãos públicos, instituições e empresas privadas, e ainda, em blitz educativas de trânsito nas vias públicas e bares da cidade atendendo motoristas e pedestres.

Foram realizadas também 191 Palestras Educativas de Trânsito em diversas instituições privadas e órgãos públicos, com atendimento a 10.896 pessoas. Foram realizados 11 cursos, distribuídos em 217 turmas, dentre eles: Direção Defensiva, Reciclagem para Condutor Infrator, Examinador de Trânsito, Mecânica para Mulheres e Iniciação a Superação do Medo de Dirigir, somando o atendimento a 5.305 pessoas. Em todas as atividades realizadas, foram tratados os diversos temas que resultam na problemática do trânsito como exemplo: álcool x direção, excesso de velocidade, respeito ao pedestre na faixa, cinto de segurança, período de chuva, volta às aulas, férias/viagem segura e Semana Nacional de Trânsito. Foi efetuada a reprodução gráfica de apostilas, provas e certificados de vários cursos incluindo as provas do processo de obtenção da CNH, perfazendo um total de 379.209 reproduções. Realizou-se ainda 22 Coordenações Pedagógicas de cursos e materiais didáticos.

O Policiamento e Fiscalização de Trânsito teve como meta a preservação da vida nas suas diversas formas de coibir o acidente de trânsito em vias urbanas, e também em rodovias através de apoios e planejamentos que pudessem auxiliar os outros órgãos competentes para fiscalização em rodovias. Houve a intensificação da fiscalização para coibir o uso de bebidas alcoólicas, impedindo condutores de dirigir conversando ao celular e cobrando o uso de cinto de segurança por parte dos condutores e passageiros. Destaca-se, dentre as operações desencadeadas, a Último Gole, Rescaldo, Lince, Cartas Marcadas, Funil e a participação do DETRAN-DF no Programa Ação Pela Vida nas Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, sendo as duas últimas com foco na integração entre os órgãos da Secretaria de Segurança Pública e órgãos de Trânsito, como o DER e PRF. Todas essas operações se destacam por serem mais efetivas, objetivas e

planejadas, já que utilizam de dados estatísticos que mapearam os locais de risco no Distrito Federal (vias urbanas e rodovias). As datas, horários e locais (DHL) das operações são definidos com base nestes dados estatísticos.

A operação Mega Cerco foi lançada no final do ano e teve como foco reduzir os acidentes fatais em períodos festivos como réveillon, carnaval, entre outros.

Além das operações de policiamento e fiscalização, foi realizada a renovação tecnológica desta diretoria, com a aquisição de viaturas mais modernas e potentes, guinchos, guindastes de última geração, opacímetros portáteis, material de sinalização (cones, barreiras, fitas, grades, cama de pregos), entre vários outros equipamentos e materiais.

Destacamos realizações também importantes em 2013 que foram a conclusão do Projeto do Centro de Controle Operacional de Policiamento, o início da operação da Gerência de Controle Operacional e a implantação do Sistema Integrado de Gestão Móvel.

A Engenharia de Trânsito desenvolveu projetos de mudança viária visando melhorar a fluidez e a segurança dos veículos. As atividades rotineiras de pintura horizontal e sinalização vertical e semafórica nas vias foram consideradas satisfatórias, atendendo praticamente a todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal, exceto, àquelas em algumas vias dependiam de pavimentação asfáltica. Foram implantados 146.140,84 m² de Sinalização Horizontal; 5.017 placas de Sinalização Vertical; 24.069 unidades de Tacha e Tachão e 01 novo cruzamento semaforizado. Destaca-se ainda a execução das principais atividades este ano: Desenhos georreferenciados e cadastros dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos semaforizados; Mapa com os pontos dos equipamentos eletrônicos e cruzamentos georreferenciados; Cadastros e atualizações das aferições realizadas pelo Inmetro; Inserções dos dados de movimentações e infrações fornecidos pelas empresas; Relatórios de funcionamentos dos equipamentos para os pagamentos de fatura; Fornecimento de consultas geradas pelo SIGDETRAN para usuários internos e externos; Inserções nos mapas georreferenciados dos pontos dos acidentes fatais.

A conclusão é que o objetivo foi alcançado, pois o DF atingiu o menor número de mortos em acidentes de trânsito desde 1995, 375 vítimas. Este número comparado à frota de veículos do Distrito Federal representou o índice de 2,5 mortos por 10.000 veículos, o qual é registrado abaixo do sugerido pela ONU, que é de 03 mortos por 10.000 veículos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar a Academia de Trânsito do Distrito Federal até 2014	2012 - A área para construção da Academia encontra-se em fase de negociações. O GDF indeferiu a área previamente escolhida, pelo fato do Governo Federal ter dado outra destinação, a de abrigar creche. Tal fato trouxe atraso para a implantação da unidade. Estão sendo realizadas gestões para a escolha de outra área. 2013 – Atualmente, encontra-se em negociação com o INCRA a doação de terreno de 90.000m², em Brazlândia, a fim de atender a demanda. Devido alteração no regimento interno desta Autarquia, por se tratar de proposta de formação funcional, a demanda passou a ser enquadrada como meta da Diretoria de Administração Geral, uma vez que o NUDEC (Núcleo de Desenvolvimento e Capacitação) encontra-se subordinado a esta diretoria.
2. Realizar ações educativas em todas as regiões administrativas do DF	2012 - Todas as regiões administrativas do Distrito Federal foram atendidas por pelo menos uma ação educativa, seja por meio de palestras, apresentações teatrais, atendimento em escolas, cursos, abordagem em bares, blitz e campanhas educativas.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	2013 – Todas as regiões administrativas do Distrito Federal foram atendidas por pelo menos uma ação educativa, seja por meio de palestras, apresentações teatrais, atendimento em escolas, cursos, abordagem em bares, blitz e campanhas educativas. Ao longo do ano foi dado enfoque às áreas com maior índice de acidentes de trânsito, tomando por base relatórios estatísticas e reuniões realizadas junto à GEREST, (Gerência de Estatística de Acidentes de Trânsito), motivo pelo qual algumas regiões apresentaram maior número de ações educativas.
3. Completar quadro de servidores do DETRAN/DF	2012 - 40 servidores foram empossados, sendo 15 Técnicos e 04 Analistas de Trânsito aprovados em concurso público realizado em 2009, além de 21 Assistentes de Trânsito aprovados em 2010. Foram concedidas ainda 34 aposentadorias, sendo: 9 Técnicos, 12 Assistentes, 1 Analista e 12 Agentes de Trânsito. 2013 - Foram empossados 269 novos servidores, sendo 8 Técnicos de Trânsito, 52 Analistas Administrativos de Trânsito, 2 Especialistas de Trânsito e 207 Auditores Fiscais de Trânsito. No mesmo exercício, foram concedidas 25 aposentadorias, sendo 4 Técnicos de Trânsito, 10 Analistas Administrativos de Trânsito, 3 Especialistas de Trânsito e 8 Auditores Fiscais de Trânsito.
4. Ampliar os serviços oferecidos no site do DETRAN/DF	2012 - O sítio do DETRAN/DF foi remodelado ao padrão estabelecido pelo Governo do Distrito Federal - GDF - aos sítios da internet dos órgãos e entidades governamentais locais. Desde então essa ferramenta não parou de oferecer novas funcionalidades e serviços a seus usuários. Dessa forma, foi aberto o Canal de Acesso à Informação, com a finalidade de dar transparência às ações da autarquia, conforme o estabelecido na Lei de Acesso à Informação - LAI. Também houve a disponibilização da funcionalidade de matrícula para os cursos oferecidos pela DIREDUC, como, por exemplo, os cursos de Iniciação à Superação do Medo de Dirigir, Mecânica para Mulheres, entre outros, bem como a liberação do módulo de administração dos referidos cursos para aquela diretoria. Da mesma forma, houve a liberação de formulário para preenchimento de quantitativo das diversas forças participantes da operação funil, objetivando o registro de informações para a formulação de estatísticas posteriormente disponibilizadas à população por este Departamento de Trânsito. Igualmente, foi criada a funcionalidade de pré-agendamento de vistorias veiculares pela internet, além da concessão do aplicativo DETRAN Móvel na página da internet da autarquia para dispositivos móveis que executam o sistema operacional Android, houve ainda a disponibilização de diversos links, e a criação de contas nas mídias sociais, para facilitar a comunicação entre a entidade e o cidadão. 2013 - Além da melhoria contínua nos serviços já prestados pelo antigo site da autarquia e dos novos confeccionados no ano anterior, o sítio passou a fornecer informações sobre os serviços prestados pela biblioteca da autarquia e sobre a divulgação da campanha de doação de livros às bibliotecas do Distrito Federal. Outra funcionalidade disponível no sítio do DETRAN/DF consiste na habilitação do acesso direto ao sítio do Seguro DPVAT, com o intuito de divulgar esse importante serviço para a sociedade. No sítio da autarquia, há, ainda, informações diversas sobre os leilões de veículos realizados periodicamente pelo DETRAN/DF. Por fim, também foram realizadas ações no sentido de oferecer um número maior de informações sobre veículos e condutores na página principal do site.
5. Abrir três unidades de atendimento presencial até 2015	2012 - Foi implantado na Região Administrativa do Recanto das Emas o Núcleo Regional de Trânsito. Nesse Núcleo são disponibilizados os serviços presenciais de habilitação e vistoria de veículos. 2013 - Encontram-se em andamento negociações relativas à doação de áreas em Planaltina, Brazlândia, Samambaia e Guará, com o propósito de implantação de unidades de atendimento, sendo que, para as duas primeiras, as áreas serão utilizadas para ampliação e melhor adequação das unidades já existentes.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	2. Samambaia - a área destinada à construção de uma nova unidade do DETRAN/DF na localidade já foi doada pelo GDF à SSP/DF, restando pendentes alguns trâmites burocráticos para formalizar a cessão de uso da SSP/DF ao DETRAN/DF, cujo termo já foi apreciado pela PGDF. 3. Brazlândia - está em andamento a doação de imóvel rural pertencente à União (INCRA), em favor do DF, com destinação de uso ao DETRAN/DF. Encontram-se devidamente concluídas as tratativas entre as entidades e órgãos envolvidos, mas a concretização da doação depende de prévia edição de ato legislativo, de iniciativa do Poder Executivo, que autorize o recebimento do imóvel pelo DF. O DETRAN/DF encaminhou ao GDF uma exposição de motivos e solicitou o encaminhamento de proposição de lei autorizativa à CLDF. 4. Guará - está em andamento a negociação de cessão de uso de uma área na localidade, para implantação de uma unidade de atendimento, ainda no exercício 2014. 5. Shopping Popular - está em curso uma obra de adaptação de uma área de 800m2 (oitocentos metros quadrados), para a qual será transferida a unidade de atendimento que atualmente funciona no Setor de Indústrias e Abastecimento - SIA. 6. Sobradinho - recentemente, foi autorizada pelo Diretor-Geral a locação de imóvel na localidade, para instalação e funcionamento da COPOL Leste .
6. Implantar sistema eletrônico de monitoramento e segurança de trânsito	2012 - O projeto foi reavaliado, tendo em vista a implantação do CICCR (Centro Integrado de Comando e Controle Regional) pela Secretaria de Segurança. 2013 - Foram licitados 48 novos cruzamentos semafóricos em várias cidades do Distrito Federal, sua implantação está prevista para 2014. Foi iniciado o processo de licitação para a aquisição de 200 no-breaks com a finalidade de dar mais segurança aos principais cruzamentos semafóricos quando houver interrupção de fornecimento de energia por parte da CEB. Em uma parceria com a CEB foi iniciado um processo de aquisição de lâmpadas à Led para troca de todas as lâmpadas dos semáforos (5.882 lâmpadas), visando a eficiência energética. Iniciou-se a licitação para contratação de novos equipamentos de fiscalização eletrônica com tecnologia mais avançada e mais recursos de monitoramento.
7. Implantar a Inspeção Técnica Veicular-ITV	2012 - DETRAN-DF e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMARH elaboraram projeto básico para a implantação da Inspeção Técnica Veicular – ITV. O projeto passa por ajustes para sua implantação. 2013 – Houve formulação do Plano de Trabalho e celebração do convênio com a SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, indispensável para a execução da IVA, por força da Resolução 418/2009 (e ulteriores), do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
8. Capacitar 80% dos servidores do DETRAN/DF	2012 - Foram capacitados 199, ou seja, 19% do total dos 1021 servidores do DETRAN/DF, embora tenham sido oferecidas 1.236 vagas em cursos e treinamentos. 2013 - Foram capacitados 776 servidores, o que equivale a 65,6% do total de 1.182 servidores que integravam o quadro de pessoal do DETRAN/DF em 31/12/2013. Somados os 199 servidores capacitados em 2012 aos 776 capacitados em 2013, atingimos um total de 975 servidores capacitados, ou seja, 82,48%. Assim, a meta em questão foi antecipadamente atingida.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
825	Proporção de mortos por 10.000 veículos	1/10.000	3,74	30/ 06/2011	Mensal	**Desejado**	3,70	3,65	3,50	3,45	NUPED
						Alcançado	2,9	2,51	-	-	
846	Nota mínima de satisfação do usuário nas unidades de atendimento presencial – ISU/UA - Nota 1 a 5 (>=)	Nota	-	-	Mensal	**Desejado**	4	4	4	4	DIRAU
						Alcançado	-	3,89	-	-	
847	Nota mínima de satisfação do usuário no call center (154) – ISU/CC - Nota 1 a 5 (>=)	Nota	-	-	Mensal	**Desejado**	4	4	4	4	DIRAU
						Alcançado	4,55	4,54	-	-	
1177	Abrangência das campanhas educativas – ACE	Proporção	1,45	31/12/2010	Trimestral	**Desejado**	1,50	1,55	1,59	1,64	DIREDUC
						Alcançado	15,10	2,52	-	-	
1178	Inserção de campanhas educativas nos meios de comunicação de massa - ICE	Unidade	-	-	Trimestral	**Desejado**	1	1	1	1	DIREDUC
						Alcançado	-	0	-	-	

Justificativa – 2013

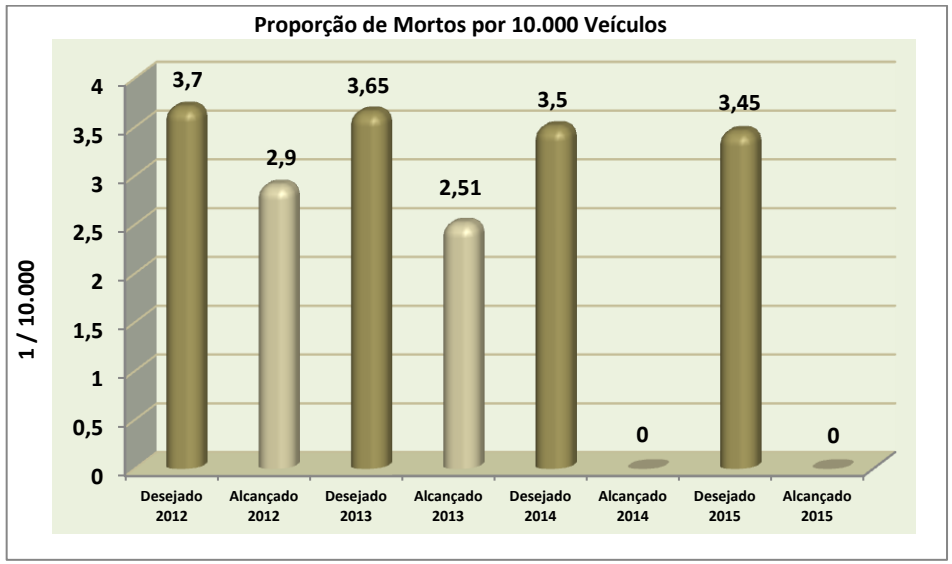
Indicador 825 - O índice alcançado superou o desejado em função da contratação de novos servidores, das ações das áreas de educação, policiamento e engenharia, tais como: campanhas educativas, sinalização eficiente das vias, operações de blitz, etc.

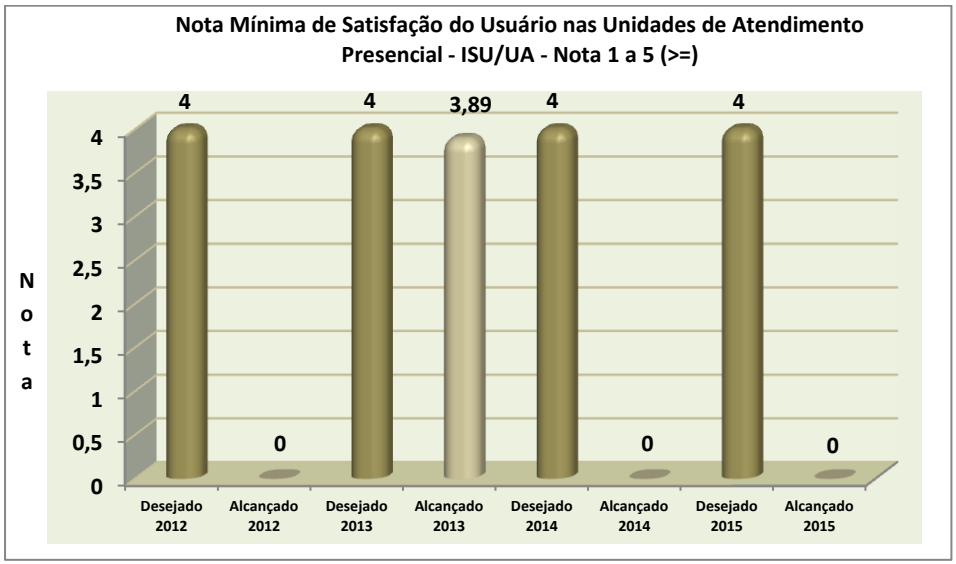
Indicador 846 - O índice foi atingido, apesar do crescimento da frota de veículos e do número de habilitados, em função da criação de novas unidades de atendimento (Recanto das Emas e Shopping Popular) e da contratação de novos servidores, ocasionando maior satisfação do usuário.

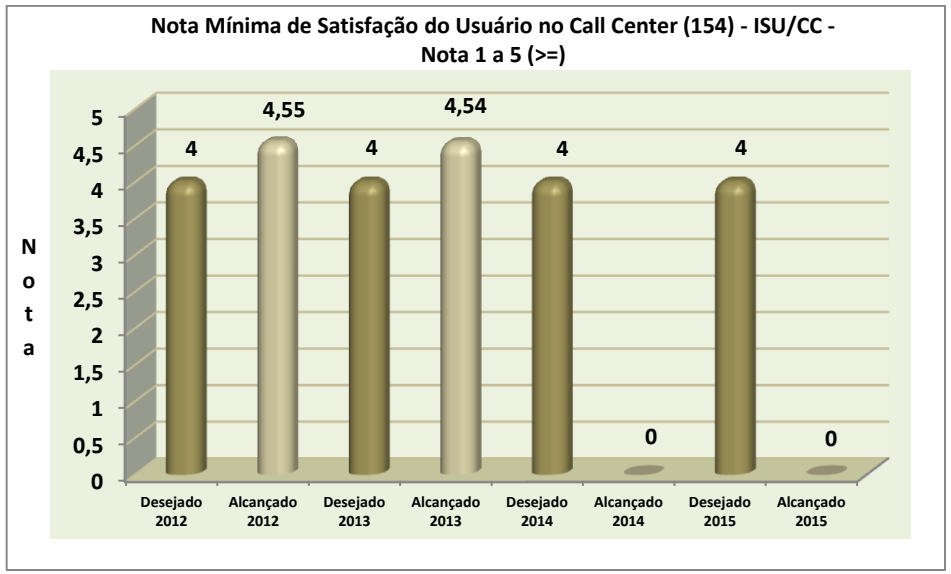
Indicador 847 - O índice alcançado superou o desejado em função de um controle maior do DETRAN sobre a empresa terceirizada, bem como de treinamento oferecido aos funcionários, contribuindo para uma melhor qualificação, o que gerou um maior atendimento das soluções das demandas dos usuários também por meio de telefone.

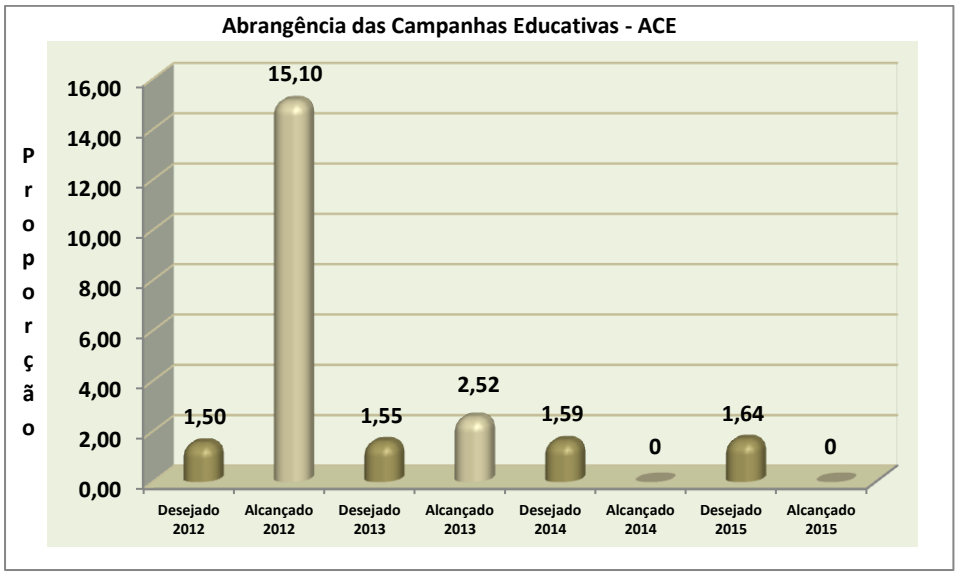
Indicador 1177 - O índice alcançado superou o desejado em função da contratação de novos servidores, que possibilitou um aumento no número de ações da área de educação de trânsito, contribuindo para uma maior abrangência das campanhas educativas.

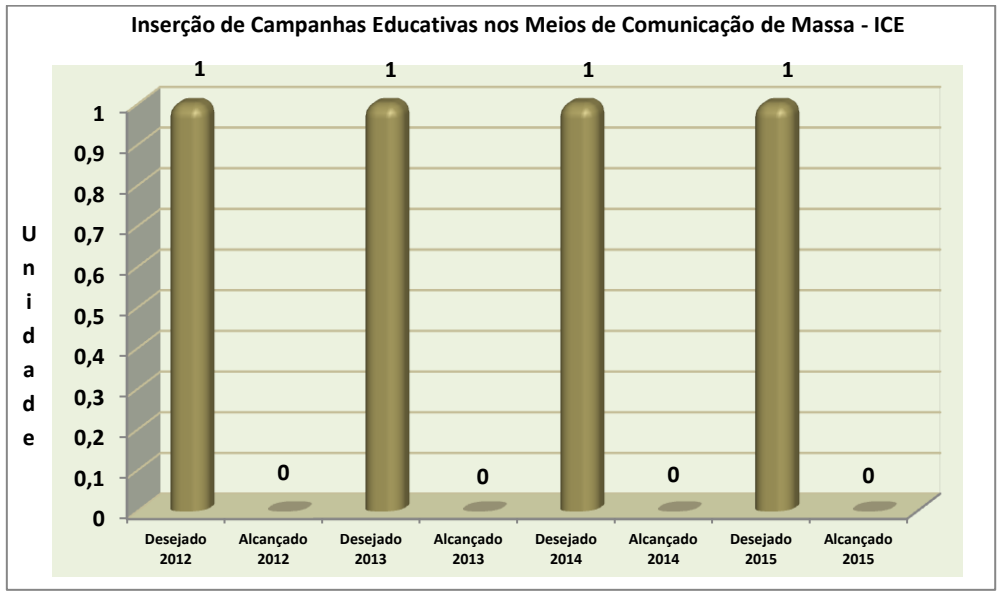
Indicador 1178 - O índice não foi alcançado. O processo licitatório para realização de publicidade e propaganda de utilidade pública encontra-se paralisado na Secretaria de Publicidade Institucional, não sendo possível a inserção das campanhas educativas na mídia.


Proporção de Mortos por 10.000 Veículos
1 / 10.000
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
3,7
2,9
3,65
2,51
3,5
0
3,45
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nota Mínima de Satisfação do Usuário nas Unidades de Atendimento Presencial - ISU/UA - Nota 1 a 5 (>=)
Nota
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
4
0
4
3,89
4
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nota Mínima de Satisfação do Usuário no Call Center (154) - ISU/CC - Nota 1 a 5 (>=)
Nota
5
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
4
4,55
4
4,54
4
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Abrangência das Campanhas Educativas - ACE
Proporção
16,00
14,00
12,00
10,00
8,00
6,00
4,00
2,00
0,00
1,50
15,10
1,55
2,52
1,59
0
1,64
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Inserção de Campanhas Educativas nos Meios de Comunicação de Massa - ICE
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
1
0
1
0
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

OBJETIVO GERAL: Melhorar as condições de mobilidade e de acessibilidade da população do Distrito Federal a partir da implantação de um sistema de transportes moderno e eficiente.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 7 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Implantar e manter a infraestrutura de transporte rodoviário, visando soluções que priorizem o transporte coletivo e a melhoria da mobilidade e acessibilidade da população, além da expansão e modernização dos equipamentos de apoio.	26.101
002 – Implantar e manter a infraestrutura de transporte ferroviário.	26.206
003 – Desenvolver e estimular o uso de modos não motorizados de transporte, a partir da implantação de infraestrutura adequada e com acessibilidade universal.	26.101
004 – Garantir o deslocamento, a fluidez do tráfego e a segurança viária mediante a modernização e a manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.	26.205
005 – Proporcionar à população do Distrito Federal um Sistema de Transporte Público Coletivo com qualidade, eficiência e racionalizado, mediante a implantação de Sistema Inteligente de Transporte – ITS, a manutenção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, a melhoria da infraestrutura de transporte, a integração tarifária e o aprimoramento contínuo da gestão dos serviços de transporte público coletivo.	26.204
006 – Modernizar o transporte público individual e de pequenas cargas, visando proporcionar à população usuária serviços eficazes, eficientes, seguros e de qualidade.	26.101
007 – Aprimorar a gestão dos serviços de transporte visando proporcionar à população usuária um serviço seguro integrado e de qualidade.	26.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

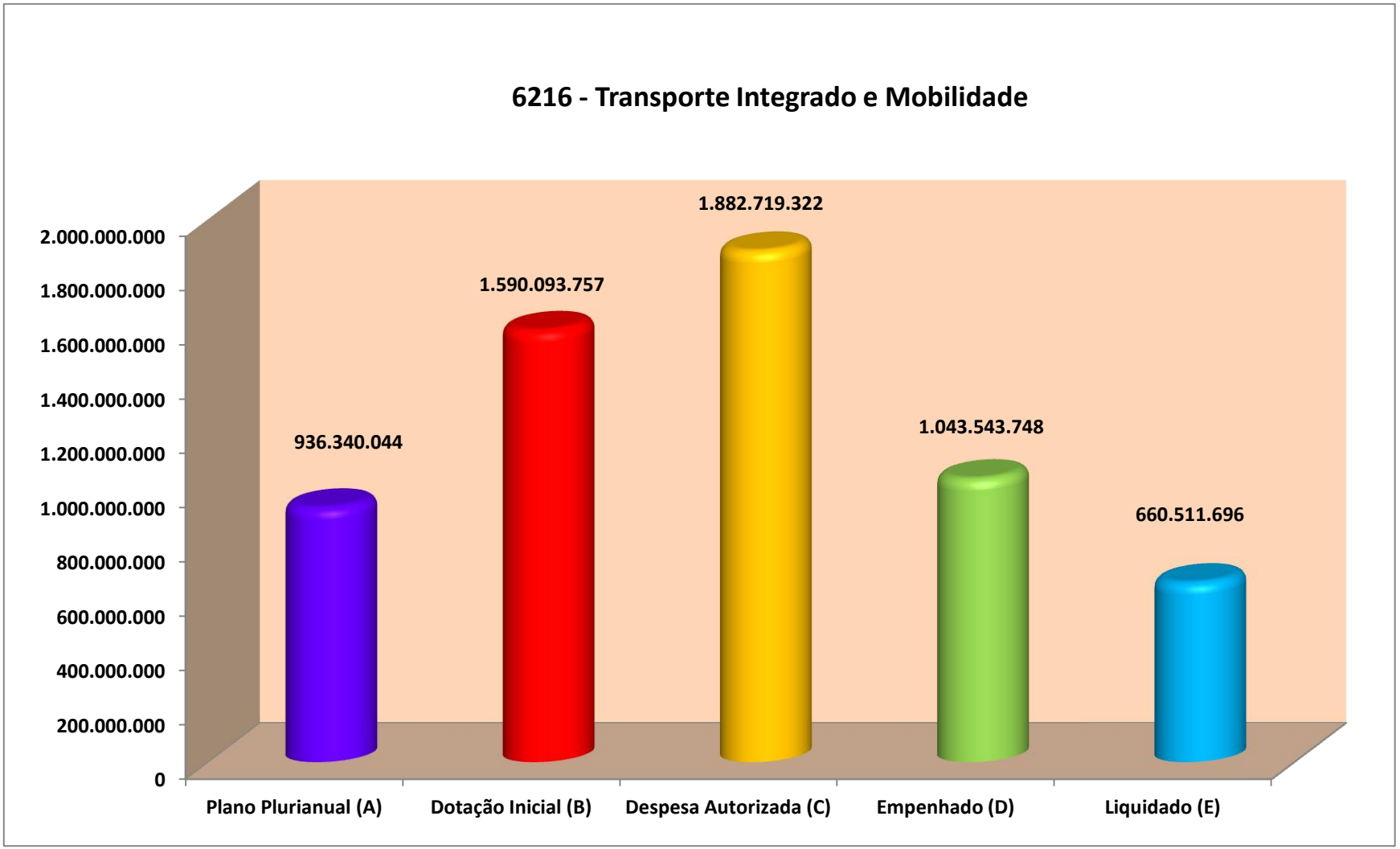
Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1142 - Aquisição de Veículos	4.353.004	4.450.000	29.707.727	1.416.700	1.201.700	33	28
1144 - Implantação do Sistema Ferroviário de Integração	550.000	0	0	0	0	0	0
1223 - Recuperação de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas e Viadutos	5.600.000	626.866	229.683	122.585	0	2	0
1226 - Compensação Ambiental em Áreas de Interesse do Transporte	570.000	1.364.966	286.528	277.255	277.255	49	49
1230 - Recuperação Ambiental em Áreas de Interesse do Transporte	1.375.000	80.000	0	0	0	0	0
1284 - Construção de Terminal de Ônibus Urbano	252.088	0	0	0	0	0	0
1309 - (EP) Pavimentação de Vias	1.000.000	0	0	0	0	0	0
1310 - (EP) Duplicação de Rodovias	2.000.000	0	0	0	0	0	0
1347 - Construção de Passarela	4.150.000	5.300.000	4.473.179	2.973.091	2.043.343	72	49
1458 - (EP) Implantação de Corredores Exclusivos para Motocicletas	500.000	0	0	0	0	0	0
1460 - Implantação de Rodovias	9.520.000	4.549.037	0	0	0	0	0
1475 - Recuperação de Rodovias	33.350.000	79.532.174	66.011.563	36.490.226	26.217.786	109	79
1506 - Construção de Abrigos para Passageiros de Ônibus	4.951.655	1.090.000	543.351	0	0	0	0
1689 - Construção do Anel Viário	9.000.000	3.401.740	12.326.530	9.300.027	9.264.264	103	103
1794 - Implantação de Veículo Leve Sobre Pneus - VLP Eixo Sul	169.102.000	279.391.874	663.711.015	617.209.619	314.720.329	365	186
1816 - Implementação da Linha 1 do Metrô	14.387.613	29.178.402	785.587	285.587	0	2	0
1968 - Elaboração de Projetos	2.500.000	11.936.526	10.616.714	8.624.002	6.716.562	345	269
2054 - Manutenção do Departamento de Sistema Viário	420.000	0	0	0	0	0	0
2316 - Manutenção de Obras de Arte Especiais - Pontes, Passarelas E Viadutos	800.000	11.198.558	10.946.595	802.063	752.436	100	94

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
2319 - Manutenção de Obras de Arte Correntes - Bueiros e Calhas	500.000	50.000	0	0	0	0	0
2329 - Desapropriação em Áreas de Interesse do DER	4.003.407	10.000	0	0	0	0	0
2455 - Manutenção do Equilíbrio Financeiro do Sistema de Transporte Público Coletivo - STPC	50.000	0	0	0	0	0	0
2725 - Manutenção da Rodoviária do Plano Piloto	2.728.289	1.579.626	3.148.000	3.110.729	1.735.923	114	64
2756 - Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário	230.882.210	180.615.565	180.590.654	177.622.368	168.587.960	77	73
2885 - Manutenção de Máquinas e Equipamentos	4.950.000	1.500.000	2.480.907	1.461.095	1.460.585	30	30
2886 - Conservação de Áreas Urbanizadas em Rodovias	250.000	10.000	0	0	0	0	0
3007 - Ampliação da Linha 1 do Metrô	10.000.000	144.799.215	80.615.168	5.614.229	2.122.007	56	21
3014 - Implantação do Metrô- Leve - VLT	105.000.000	151.023.864	103.088.560	88.560	88.560	0	0
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	3.200.000	1.790.000	1.670.000	0	0	0	0
3054 - Construção de Túnel	1.500.000	27.000.000	24.239.517	239.516	0	16	0
3056 - Construção do Trevo de Triagem Norte	20.323.128	86.654.243	80.000.000	0	0	0	0
3060 - Construção de Garagens e Zonas de Estacionamento em Áreas Públicas - PPP	1.000.000	0	0	0	0	0	0
3071 - Construção de Passagem Subterrânea - Centro de Convenções/Estádio	2.000.000	21.700.000	0	0	0	0	0
3087 - Execução de Obras de Acessibilidade	4.386.940	2.380.000	2.723.863	2.723.863	64.007	62	1
3090 - Implantação de Ciclovias	15.805.000	60.274.385	59.610.194	4.497.146	1.800.321	28	11
3119 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Oeste (Linha Verde)	20.479.500	86.500.000	89.854.434	11.854.433	4.992.851	58	24
3125 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Sudoeste	10.556.749	0	0	0	0	0	0
3126 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo do Eixo Norte	25.979.029	229.650.217	219.000.000	0	0	0	0
3127 - Implantação do Corredor de Transporte Coletivo da Área Central	7.297.608	0	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
3128 - Implantação da Gestão do Programa de Transporte Urbano	5.000.000	8.508.444	13.902.227	6.784.173	5.868.519	136	117
3133 - Implantação do Metrô-Leve Subterrâneo-VLT Esplanada	1.000.000	100.000	0	0	0	0	0
3134 - Aquisição de Trens	24.065.000	17.805.999	21.804.404	1.515.836	1.515.836	6	6
3157 - Construção de Viaduto W4/W5 Sul/Norte	2.000.000	0	0	0	0	0	0
3179 - Construção de Baias para Ônibus	14.236.384	100.000	148.246	145.281	0	1	0
3180 - Implantação do Sistema de Transporte Inteligente - ITS	6.306.324	11.821.665	5.200.000	0	0	0	0
3181 - Reforma de Abrigos para Passageiros de Ônibus	3.982.613	20.000	0	0	0	0	0
3182 - Reforma de Terminais Rodoviários	6.476.311	8.602.332	8.316.101	0	0	0	0
3197 - Construção de Unidades do DER	3.000.000	50.000	100.000	0	0	0	0
3205 - Remanejamento de Rede	400.000	100.000	342.418	114.089	114.089	29	29
3207 - Ampliação da DF-047- Estrada Parque Aeroporto (Copa 2014)	9.000.000	51.560.300	59.587.621	51.420.953	16.823.049	571	187
3361 - Construção de Pontes	2.100.000	1.120.000	499.318	498.977	141.824	24	7
3467 - Aquisição de Equipamentos	9.500.000	5.033.616	1.013.925	418.990	410.793	4	4
3678 - Realização de Eventos	1.261.265	0	0	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	3.638.253	445.000	441.858	146.883	146.883	4	4
3983 - Contratação de Consultorias e Auditorias	200.000	50.000	0	0	0	0	0
4002 - Manutenção de Terminais Rodoviários	1.600.000	1.906.426	2.039.727	1.919.259	1.806.406	120	113
4039 - Manutenção de Veículos	18.208.122	7.499.777	10.818.109	9.108.838	9.108.838	50	50
4082 - Manutenção do Sistema de Bilhetagem Automática	10.090.119	12.300.000	7.750.000	7.667.771	6.222.382	76	62
4088 - Capacitação de Servidores	360.000	700.000	85.000	69.623	69.623	19	19
4125 - Modernização do Sistema Metroviário	24.000.000	2.000.000	0	0	0	0	0
4195 - Manutenção das Rodovias do Distrito Federal	30.324.500	4.500.000	8.668.806	8.543.502	8.543.502	28	28
4233 - Supervisão de Serviços de Engenharia em Rodovias	2.500.000	50.000	0	0	0	0	0
4234 - Manutenção da Infraestrutura para o Transporte Público Individual e de Pequenas	10.000	450.000	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
Cargas							
4993 - Licenciamento para Execução de Obras Rodoviárias	400.000	50.000	1.470.348	1.441.194	1.441.194	360	360
5002 - Reforma das Edificações do Sistema Metroviário	4.850.000	500.000	89.522	89.522	89.522	2	2
5010 - Implantação de Novos Serviços de Transporte Público Individual e de Pequenas Cargas	10.000	0	0	0	0	0	0
5024 - Expansão da Infraestrutura para o Transporte Público Individual e de Pequenas Cargas	10.000	0	0	0	0	0	0
5071 - Construção de Estacionamentos	420.000	1.450.000	147.005	147.005	0	35	0
5902 - Construção de Viaduto	2.500.000	11.767.856	11.291.258	7.753.402	7.331.075	310	293
6150 - Fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo	630.632	5.000	66.610.363	56.722.574	56.722.574	8995	8995
7028 - Reforma das Plataformas da Rodoviária do Plano Piloto	50.000	120.000	0	0	0	0	0
7220 - Construção de Terminais Rodoviários	7.518.507	12.840.084	12.828.297	4.040.932	1.827.848	54	24
8505 - Publicidade e Propaganda	5.418.794	1.000.000	2.905.000	281.850	281.850	5	5
TOTAL DO PROGRAMA 6216	**936.340.044**	**1.590.093.757**	**1.882.719.322**	**1.043.543.748**	**660.511.696**	**111**	**71**

([1]) Na coluna “D” constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6216 - Transporte Integrado e Mobilidade
2.000.000.000
1.800.000.000
1.600.000.000
1.400.000.000
1.200.000.000
1.000.000.000
800.000.000
600.000.000
400.000.000
200.000.000
0
936.340.044
1.590.093.757
1.882.719.322
1.043.543.748
660.511.696
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 – Implantar e manter a infraestrutura de transporte rodoviário, visando soluções que priorizem o transporte coletivo e a melhoria da mobilidade e acessibilidade da população, além da expansão e modernização dos equipamentos de apoio.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF - ST

Análise do Objetivo Específico

A modernização do Sistema de Transporte no que tange à prestação e exploração do Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF iniciou-se em 2012 com a realização de licitação que teve por objeto a outorga de Concessão para a operação de veículos de transporte coletivo de passageiros, distribuídos em 05 áreas (bacias). Além da regularização das delegações o Governo pretende com as novas concessões implantar o modelo integrado e renovar/modernizar a frota de veículos. Serão renovados, aproximadamente, 2.580 veículos. A licitação dos ônibus que operaram no DF foi concluída no ano de 2013, com renovação de 65% dos Operadores, sendo que 56% dos novos ônibus já começaram a rodar nas 5 bacias.

A rede viária em implantação é composta de seis principais eixos de circulação do DF: 1) O Eixo Sul, que abrange Gama, Santa Maria e Plano Piloto; 2) O Eixo Sudoeste, que inclui Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Candangolândia e Núcleo Bandeirantes; 3) O Eixo Oeste, que se circunscreve à região de Brazlândia, Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Vicente Pires, Guará e Águas Claras; 4) O Eixo Norte,que abrange cidades como Sobradinho e Planaltina e 5) O Eixo Leste, abrangendo o Jardim Botânico, Lago Sul, São Sebastião e Paranoá, e eixo 6) Àrea Central.

Os corredores estruturantes cujas linhas troncais (rodoviária e metroviária) serão alimentadas por um grupo de linhas alimentadoras. Essa rede tem como objetivo atender da melhor forma todo o Distrito Federal, aumentando a cobertura espacial e reduzindo os tempos de espera e de viagem dos usuários, bem como otimizar a operação, reduzindo a superposição das linhas.

Compõem ainda, a melhoria no atendimento à população do DF, investimentos em infraestrutura de apoio operacional: terminais, estações, pontos de parada, passarelas etc. As licitações de reforma e construção de terminais estão ocorrendo gradativamente nesta ST, de acordo com a liberação dos editais pelo órgão de fiscalização (Tribunal de Contas do DF). Já o processo de implantação de passarelas, estações e pontos de parada estão seguindo os procedimentos previstos nos órgãos responsáveis (DER, Metrô e DFTRANS).

A implantação dos corredores de transporte coletivo acompanha a Lei Federal que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU/DF. O Governo do DF está priorizando as obras de implantação do BRT Sul que deverá ser concluída até maio de 2014. Com vistas à agilizar a implantação dos projetos que compõem os Planos de Aceleração de Crescimento - PAC o DF vêm implantando o Regime Diferenciado de Contrato – RDC, onde o projeto executivo é elaborado concomitantemente à obra. Dessa forma inclui-se o projeto do Eixo Norte, em elaboração e do eixo Oeste que está sendo reavaliado por equipe interinstitucional com o objetivo de atender a novos assentamentos (Sol Nascente), regularizado recentemente.

Em 2013 não foi alçado os índices dos indicadores referentes à implantação de corredores. O grande avanço se deu em relação ao corredor sul, com realização de 70% da obra e a previsão para término em maio de 2014. O corredor oeste houve avançou em relação aos projetos elaborados pela Secretaria de Obras e com a conclusão de 40% da obra do viaduto da estrada setor policial militar - SESPM com a Via W3 Sul.

Quanto aos andamentos das obras de construção e reformas de terminais rodoviária, os quais fazem parte do programa de transporte urbano – PTU, convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal e o BID, para melhoria do atendimento da população usuária, estão detalhados a seguir na análise das metas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar eixos estruturantes: Eixo Oeste, Eixo Sul, Eixo Norte, Eixo Sudoeste e Área Central	O **Corredor Oeste** compreende diversos trechos viários, estando cada um em diferente fase de projeto/execução. Levantamentos Topográficos e Consultas a Interferências. A execução dos serviços a serem contratados pela Secretaria de Obras (SO) visa ajuste do sistema viário e compatibilização das propostas anteriormente elaboradas para a implantação do Corredor Oeste de Transporte Público do Distrito Federal e vias complementares ao sistema, com a elaboração de projetos executivos, corroborados pelos estudos de tráfegos anteriormente desenvolvidos e estudos de tráfego complementares, para o tratamento viário das vias, readequações e interseções já elencadas. O contrato firmado com o Consórcio Transoeste, contrato nº 13/2013-SO, teve como objeto a readequação viária do Corredor Oeste de Transporte Público do Distrito Federal, relativos à Avenida Hélio Prates, Avenida SAMDU Norte, Avenida Comercial Norte, Estrada Setor Policial Militar, Estrada de Indústrias Gráficas, e ainda da interseção da Avenida Hélio Prates com a DF-001 (Pistão Norte), interseções das Avenidas SAMDU Norte e Comercial Norte com vias locais e coletoras, interseção da Estrada Setor Policial Militar com as vias W3-Sul e Via de Ligação do Terminal da Asa Sul, além de vias complementares à todo o sistema, menos o trecho da EPTG já incluído no âmbito do PDTU, com vistas à operação do sistema de transportes coletivos de massa proposto pelo Programa de Transporte Urbano do DF. Estudos de Tráfegos e Projetos Geométricos Conceituais de todos os trechos já foram desenvolvidos e aprovados pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Recebimento de Produtos com previsão de entrega dos demais produtos (projetos) em Abril/2014. Percentual dos projetos já finalizados: 63%, com relação ao cronograma físico financeiro do contrato. O projeto executivo do Viaduto da ESPM com a Via W3 Sul (integrante do trecho correspondente à ESPM) já foi desenvolvido e aprovado, com obras já iniciadas, tendo 40% da obra concluída em 2013. O projeto do Viaduto de ligação do Setor Sudoeste com o Parque da Cidade, na interseção com a EPIG já foi desenvolvido e aprovado pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Recebimento de Produtos, tendo sido remetido à CEF, com vistas à liberação de recursos. As obras ainda não foram iniciadas. O projeto executivo do Túnel Rodoviário sob a Av. Central de Taguatinga é objeto de licitação ainda em andamento. A implantação do **Corredor Sul** (renomeado como "Expresso DF"), liga às cidades de Gama, Santa Maria e Park Way, além do Entorno Sul à região do Plano Piloto. teve 70% de sua obra concluída em 2013.O novo sistema terá ramais no Gama (8,7 km de extensão) e em Santa Maria (5,3 km). O trecho se tornará único a partir de um ponto de encontro na BR – 040, a 27,8 km de dois pontos de desembarque no Plano Piloto (Terminal Asa Sul e Rodoviária do Plano Piloto). O Corredor Eixo Sul terá dois terminais (Gama e Santa Maria), 15 estações e 15 passarelas. O sistema terá um padrão de controle operacional semelhante aos projetos metroviários, como é utilizado no Metrô – DF. A obra foi iniciada em 06 de dezembro de 2011, em 2012 executou 20%, em 2013 executou 50% da obra, alcançando 70% de acumulado. Apesar de não ter alcançado o índice desejado, observa-

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	se um avanço de 50% da obra em 2013, mesmo com todos obstáculos enfrentados, tais como demora na liberação de recursos do Governo Federal, o índice alcançado foi bastante significativo. O **Corredor Norte**, que abrange cidades como Sobradinho e Planaltina; encontra-se em fase de elaboração de projetos executivos pelo DER: Trecho de Triagem Norte e implantação de marginais e ampliação do eixo viário do Torto ao Colorado. Projeto de engenharia e EIA/RIMA, com 66% realizado. As obras do balão do Torto Colorado, que também faz parte do corredor, foi licitada por meio da concorrência 004/2013. A Construção do Trevo de Triagem Norte – Ponte do Bragueto – Concorrência 002/2013. Valor do Orçamento R$ 98.098.366,38, foi adiada Sine Die. Supervisão das obras de implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN) – Concorrência 008/2013 – valor do orçamento R$ 8.542.504,67. Encontra-se em fase de análise julgamento habilitação pela comissão de licitação. Implantação do **Corredor Sudoeste** - BRT Sudoeste, O Eixo Sudoeste inclui Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Candangolândia e Núcleo Bandeirante. Em fase do projeto executivo de engenharia e EIA/RIMA, 4,05%, elaborado pelo DER. **Eixo área Central** – A partir do Plano Diretor de Transporte Urbano esta ação foi transformada em modal ferroviário. Portanto, deve ser alterada a denominação do indicador, desconsiderando os quantitativos previstos no Plano Plurianual.
2. Construir terminais rodoviários	Em 2013, a construção dos terminais rodoviários não atingiu a meta desejada. Licitações concluídas, após liberação do TCDF, para a construção de 4 Terminais de Ônibus: Gama Leste, QNR Ceilândia. AR 25-Sobradinho II e QS 18 - Riacho Fundo II. Contratos assinados em dezembro/2013. Licitações, em fase final, após liberação do TCDF, para construção de 4 Terminais de Ônibus: Recanto das Emas I, Recanto das Emas II, Área Especial - Samambaia Norte e Área Especial - Samambaia Sul. Licitação concluída e contrato assinado em dezembro/2013 para os serviços de Supervisão, acompanhamento técnico e controle tecnológico das obras civis dos projetos e dos fornecimentos para as obras de implantação e de reforma de Terminais de Ônibus urbanos e de implantação de Ciclovias do PTU/DF.
3. Reformar terminais rodoviários	Licitações, em fase final, após liberação do TCDF, para a reforma de 9 Terminais de Ônibus: P Sul Ceilândia, Guará I e Núcleo Bandeirante; Taguatinga Setor "M" Norte, Guará II e Paranoá; e Taguatinga Sul, Planaltina e Cruzeiro Novo. Preparação de edital para a contratação das obras de reforma dos Terminais de ônibus do Gama Setor Central, Sobradinho I Centro e Brazlândia Centro. Conclusão da obra de reforma e ampliação do Terminal Setor O – Ceilândia, apresentada ao BID como contrapartida do PTU/DF.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
896	Implantação do Corredor Linha Verde	%	29	-	Trimestral	**Desejado**	38	64	89	100	ST/Sec.Obras
						Alcançado	30	30	-	-	
898	Implantação do Corredor Sul	%	-	-	Trimestral	**Desejado**	47	100	100	100	ST
						Alcançado	20	70	-	-	
899	Implantação do Corredor Norte	%	-	-	Trimestral	**Desejado**	-	-	40	100	DER
						Alcançado	0	-	-	-	
900	Implantação de Corredor na Área Central	%	-	-	Trimestral	**Desejado**	38	76	100	100	ST
						Alcançado	0	0	-	-	

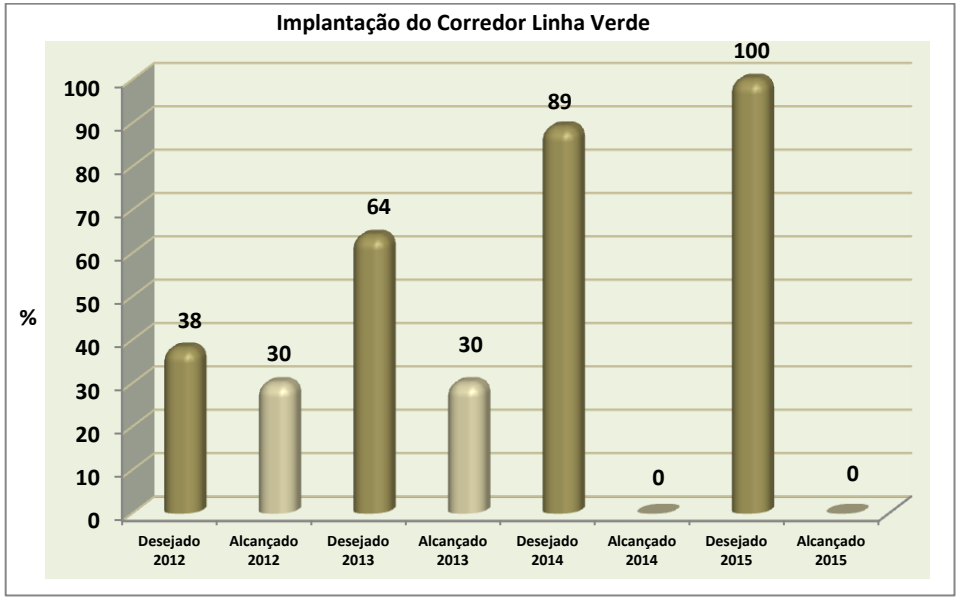
Justificativa – 2013

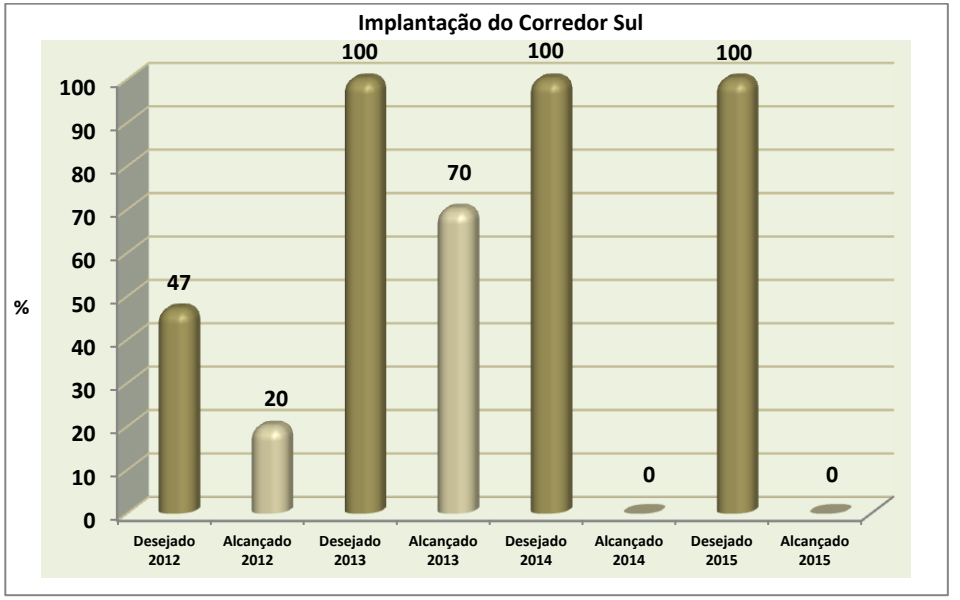
Indicador 896 – A Secretaria de Obras visa ao ajuste do sistema viário e compatibilização das propostas anteriormente elaborados para implantação do Corredor Oeste e vias complementares ao sistema, com elaboração de projetos executivos e estudos de tráfego complementares. Foi incluído o Viaduto da ESPN com a Via W3 Sul, estando com 40% de Obra concluída.

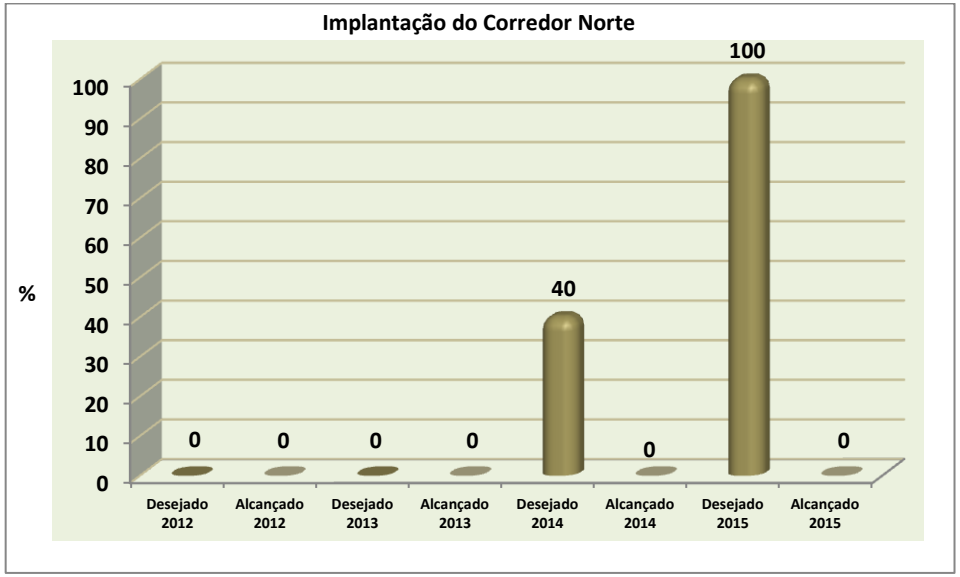
Indicador 898 – Apesar de não ter alcançado o índice desejado, observa-se um avanço de 50% da obra em 2013.

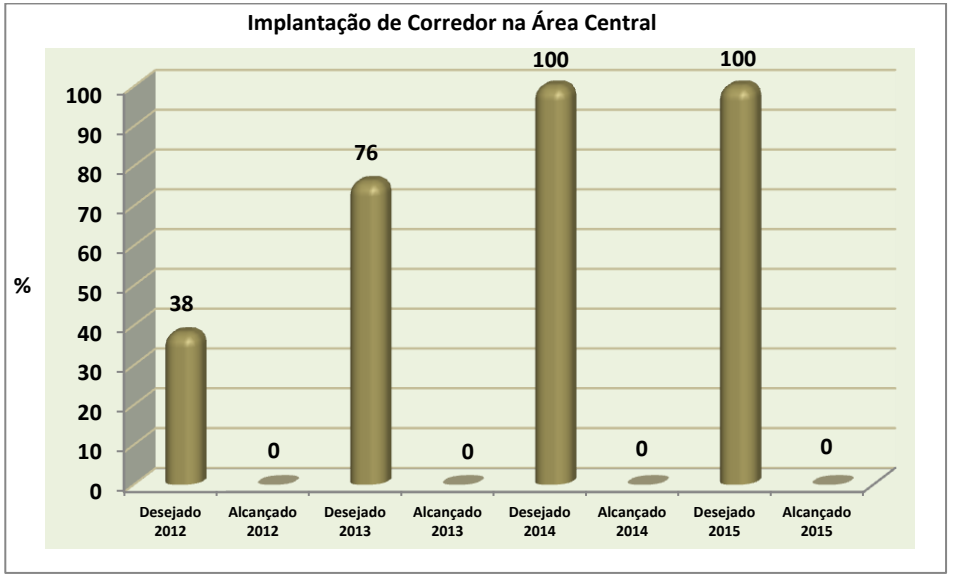
Indicador 899 – Não há previsão de execução em 2013.

Indicador 900 – A partir do Plano Diretor de Transporte Urbano esta ação foi transformada em modal ferroviário. Portanto, deve ser alterado a denominação do indicador, desconsiderando os quantitativos previstos no Plano Purianual.


Implantação do Corredor Linha Verde
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
38
30
64
30
89
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Implantação do Corredor Sul
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
47
20
100
70
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Implantação do Corredor Norte
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
0
0
40
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Implantação de Corredor na Área Central
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
38
0
76
0
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Implantar e manter a infraestrutura de transporte ferroviário.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.206 – COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL – METRÔ

Análise do Objetivo Específico

O sistema de transporte de passageiros sobre trilhos, administrado pela Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, está consolidado como o principal modal e transporte de massa do Distrito Federal. O METRÔ-DF é, atualmente, o melhor exemplo de transporte para a população, o fazendo com rapidez, conforto e segurança.

Com o objetivo de garantir o crescimento, qualidade, capacidade e segurança, em 2013, o Metrô-DF deu andamento à contratação de serviços Técnicos Especializados para a Revisão do Projeto Funcional-Operacional e a elaboração dos Projetos Básicos e Executivo das Obras Civis e Sistemas Fixos para a Ampliação da Linha 1 do Metrô (Trecho Asa Norte, Ceilândia e Samambaia), bem como o Projeto de Modernização dos sistemas fixos da Linha 1.

Ainda neste contexto, foram contratados a execução dos Serviços Técnicos Especializados visando a Elaboração de Orçamento e documentos técnicos para compor futura licitação, a fim de concluir as obras das Estações 104, 106 e 110 Sul e respectivas passagens de pedestres - Linha 1 do Metrô-DF e a Elaboração dos Projetos Executivos da Estação Arniqueiras em Águas Claras, que objetiva a adequação à acessibilidade para todos os usuários.

Com a exclusão do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT da Matriz da Copa 2014, e sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento, nova documentação foi encaminhada e aprovada pela Caixa Econômica Federal - CEF, visando prorrogação do contrato de operação de crédito para o Trecho – Aeroporto JK ao Terminal Asa Sul.

Nas atividades de Operação e Manutenção do Sistema Metroviário vinculada às realizações finalísticas do METRÔ-DF, ao longo do ano de 2013, pode-se destacar a manutenção da oferta de serviço de transporte público com a incorporação de melhoria do conforto nas viagens com a condução dos trens por meio da operação do Sistema de Condução Automática de Trens (ATO) e a utilização de 24 trens nos horários de pico, totalizando 32 trens na Companhia.

Também com o propósito de reforçar a infraestrutura do sistema metroviário foi contratada a modernização do Sistema de Transmissão de Dados que irá compor o sistema de alta confiabilidade para sinais de voz, dados e vídeo, interligando estações metroviárias, subestações retificadoras, pátios e Centro de Controle Operacional do Metrô-DF, por meio do fornecimento e instalação de cabos ópticos, bastidores, distribuidores gerais e acessórios, aumentará a capacidade do meio de transmissão de dados, possibilitando a expansão das funcionalidades de telefonia, rádio, sinalização e controle, CFTV e atualização dos já existentes.

O sistema operacional do METRÔ-DF, responsável pelo alto nível de qualidade do atendimento retribuído à população do DF, obteve ao longo de todo o ano um grande percentual de realização de viagens perante a programação. Atingiu-se picos de 100,06% de viagens realizadas em relação à quantidade de viagens programadas para o mês de Junho, por exemplo. Ao todo, foram previstas 115.792 viagens para todo 2013 e foram executadas 114.473 viagens, totalizando 98,86%.

A capacitação de empregados na área fim da empresa, atingiu-se 2.271 participações dos funcionários da Operação e Manutenção e um total de 25.194 horas/homem de treinamento, que foram oferecidos ao longo do ano.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Linha 1 do METRÔ-DF: Estações operacionais – 2011 (24) para 2012/2015 (33)	**2012:** Conclusão de todas as pendências de obras, emissão dos Projetos "as built" e Certificados de Recebimento Definitivo – CRD de 24 Estações. **2013:** Contratação de orçamentos para execução das obras civis e sistemas fixos para as estações 104, 106 e 110 Sul e suas respectivas passagens subterrâneas.
2. Ampliação da Linha 1 do METRÔ-DF: construção de 05 novas estações para 2012/2015: 01 Asa Norte, 02 Ceilândia, 02 Samambaia	**2012:** Contratação dos Projetos da Ampliação da Linha 1: Asa Norte, Ceilândia e Samambaia. **2013:** Projetos Básico e de Orçamento da Ampliação da Linha 1: Asa Norte (Estação Galeria do Trabalhador), Ceilândia e Samambaia em andamento.
3. Ampliação da Linha 1 do METRÔ-DF: conclusão de 04 novas estações para 2012/2015: Onoyama, 104 Sul, 106 Sul e 110 Sul	**2012:** Foram desenvolvidas ações para viabilizar recursos visando à conclusão da Estação 104 Sul. **2013:** Contratação de orçamentos para execução das obras civis e sistemas fixos para as estações 104, 106 e 110 Sul e suas respectivas passagens subterrâneas.
4. Linha 1 do METRÔ-DF: Trens – 2011 (32) para 2012/2015 (34)	**2012:** Modernização dos trens da série 1000. **2013:** Modernização dos trens da série 1000 – 19 trens.
5. Ampliação do total de passageiros transportados pelo METRÔ-DF: de 38,5 milhões de usuários em 2010, para 74,8 milhões em 2015	**2012:** Foi atendida a expectativa para 2012: foram transportados 38,9 milhões de usuários. **2013:** Ampliação do total de passageiros transportados pelo METRÔ-DF para 43,77 milhões de usuários em 2013. Crescimento de 12,52% em relação ao exercício de 2012.
6. Implantação do VLT (Aeroporto/W3) para 2015	**2012/2013:** Contratação de perícia das obras parcialmente executadas. Acordo de Cooperação Técnica para elaboração de anteprojeto de engenharia do trecho Aeroporto – Terminal Asa Sul.
7. Implantação do VLT subterrâneo (Esplanada) até 2015	**2012:** Início de estudos internos de viabilidade. **2013:** Continuação dos estudos internos de viabilidade.
8. Construção de estacionamentos nas estações metroviárias	**2012:** Gestões junto à TERRACAP e SEDHAB visando viabilizar lotes para construção dos estacionamentos nas estações metroviárias. **2013:** Continuação das gestões junto à TERRACAP e SEDHAB visando viabilizar lotes para construção dos estacionamentos nas estações metroviárias.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

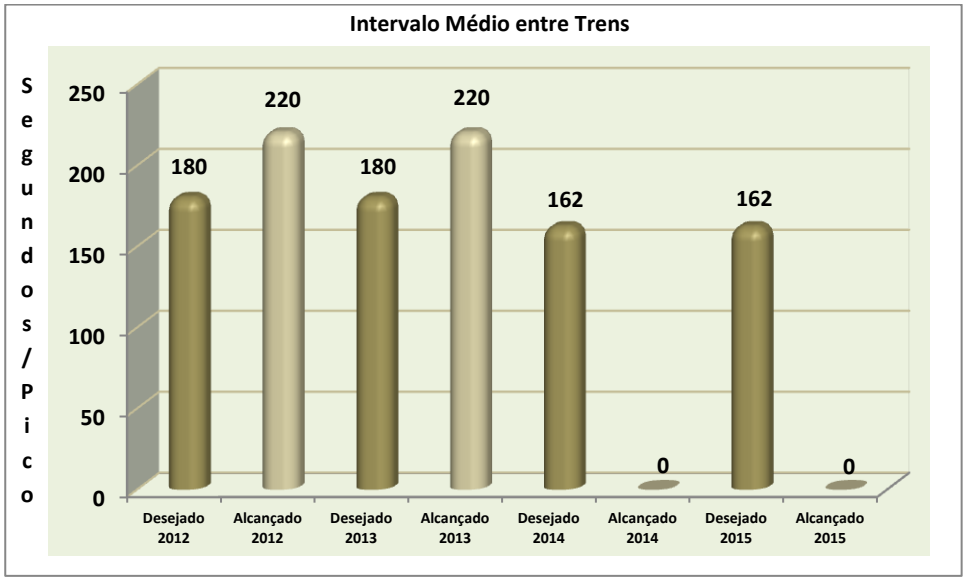
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
906	Intervalo médio entre trens	Segundos/ Pico	240	30/06/2011	Diária	**Desejado**	180	180	162	162	METRÔ
						Alcançado	220	220	-	-	
907	Satisfação do usuário	%	75,5	30/11/2010	Anual	**Desejado**	80	80	80	80	METRÔ
						Alcançado	84,60	84,40	-	-	
1119	Passageiros transportados/ mês (x 1000)	Pessoa	3.380	30/06/2011	Mensal	**Desejado**	4.420	4.940	5.720	6.240	METRÔ
						Alcançado	3.243	3.647	-	-	

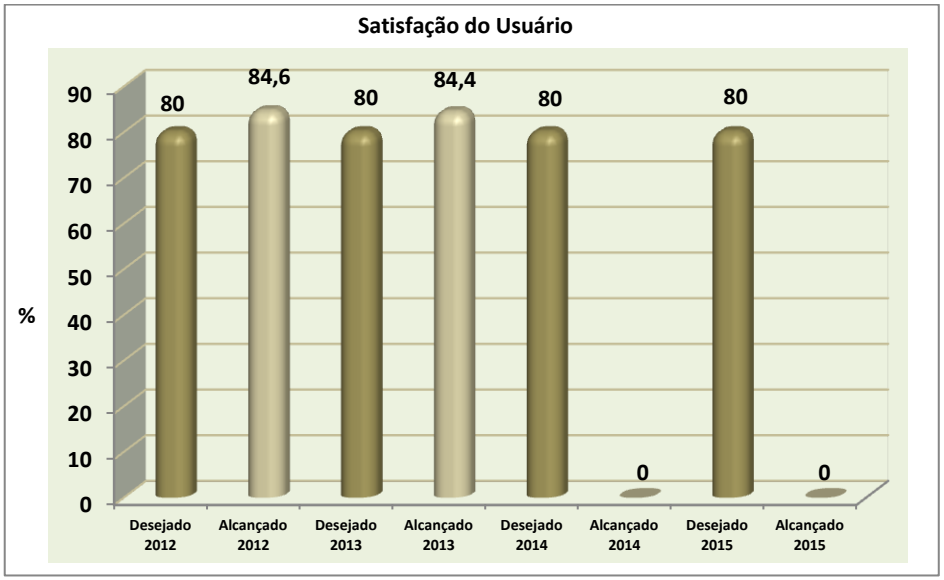
Justificativa – 2013

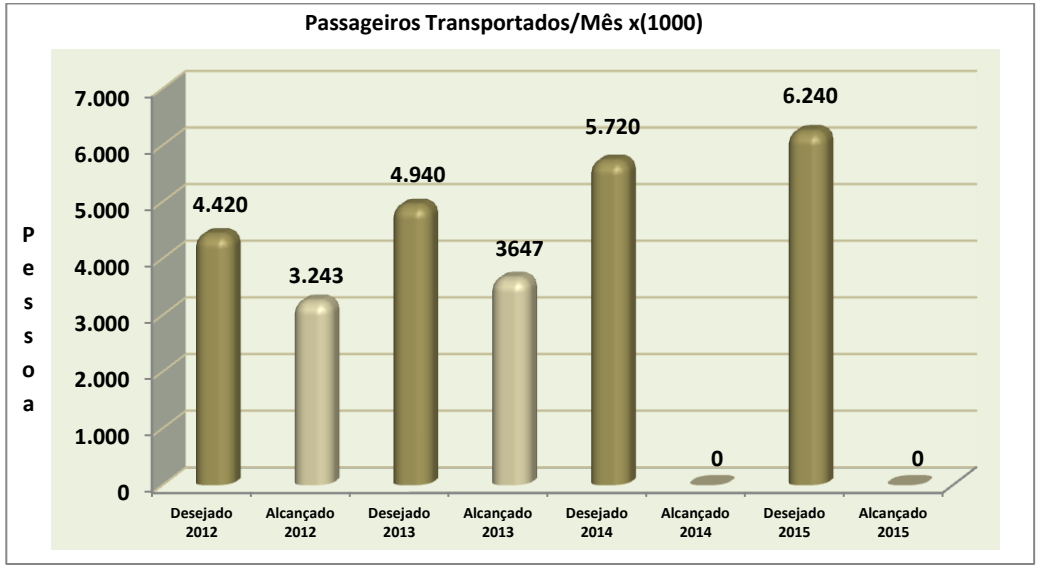
Indicador 906 – A capacidade de injeção de trens no sistema metroviário é afetada pela limitação de fornecimento de energia ao longo da via, impossibilitando a redução do intervalo médio entre trens nos horários de pico. O atual intervalo obtido (220 segundos - 3 minutos e 40segundos) é bastante satisfatório, porém o Metrô-DF trabalha focando seus esforços no intuito de se obter o intervalo ideal de 180 segundos (3 minutos).

Indicador 907 - Segundo informações colhidas junto à Ouvidoria do METRÔ-DF, foi realizada pesquisa de satisfação dos usuários do sistema metroviário ao final de 2013, avaliando demandas provenientes dos usuários/cidadãos, onde apurou-se um índice de satisfação de 84,4%.

Indicador 1119 - Embora a integração tarifária ainda não tenha sido implementada, ocorreu um aumento de 12,52% no total de usuários transportados em 2013, com um total de 43.770 mil usuários, e uma média mensal de 3.647 mil passageiros. No mês de Agosto/2013 foi atingido o maior valor mensal com 4.012 mil usuários.


Intervalo Médio entre Trens
Segundos/Pico
250
200
150
100
50
0
180
220
180
220
162
0
162
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Satisfação do Usuário
%
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
80
84,6
80
84,4
80
0
80
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Passageiros Transportados/Mês x(1000)
Pessoa
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
4.420
3.243
4.940
3647
5.720
0
6.240
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Desenvolver e estimular o uso de modos não motorizados de transporte, a partir da implantação de infraestrutura adequada e com acessibilidade universal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF - ST

Análise do Objetivo Específico

Os deslocamentos não motorizados (a pé e por bicicletas) constituem parcela significativa do total de viagens realizadas no DF e o Governo continua promovendo ações no sentido de incentivar esse modal, contudo, constatou-se que em 2013, morreram 27 ciclistas em acidentes de trânsito no (DETRAN/DF), fato este que continua requerendo ações do poder público.

A Secretaria de Estado de Transportes tem adotado medidas que visam a mobilidade do cidadão usuário dos meios não motorizados, garantindo o conforto e a segurança, inclusive daquele com dificuldade de locomoção. As ações adotadas contemplam a construção de calçadas, ciclovias, implantação de passarelas e faixas de pedestres, inserção no sistema de veículos adaptados para portadores de mobilidades reduzidas, seja no transporte coletivo, seja no individual, além da adequação física dos espaços urbanos e edificações às normas de acessibilidade universal.

A inserção da bicicleta nos atuais sistemas de transporte é possível, mas ela deve ser considerada como elemento integrante do novo desenho urbano necessário para dar suporte à Mobilidade Urbana Sustentável, incorporando-se a construção de ciclovias e ciclofaixas, principalmente nas áreas de expansão urbana. Torna-se necessária também a ampliação da abordagem para incluir faixas compartilhadas e rotas operacionais de ciclismo. Neste sentido, considerando o Sistema Cicloviário do Distrito Federal criado pela Lei nº 4.397, de 27 de agosto de 2009, o DF tem trabalhado para a implantação de ciclovia, ciclofaixa e faixas compartilhadas.

A meta do GDF é alcançar 600 km de malha cicloviária implantada até 2014, incluindo ciclovias e ciclofaixas. As ciclovias concluídas em 2013 totalizam 106 km.

Após realização de estudo, encontra-se em fase de conclusão, processo para licitação de bicicletas públicas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantar rede cicloviária	Com o objetivo de priorizar a mobilidade urbana, por meio do uso do transporte não motorizado, em 2013 a implantação de ciclovia em rodovias alcançou 2,4 km de ciclovia e ciclofaixa na via de acesso a Vila Basevi. Encontram-se em fase de licitação, no âmbito do PTU/DF, as obras para construção de 39 km de Ciclovias em Rodovias: DF-015/ DF-001 (trechos entre a interseção com a DF-005 e a DF-250), DF-087 (trecho da DF-085 à DF-095), DF-290 (trecho de acesso ao Gama/ BR-040), DF-001 (trecho da DF-025 até o km 22,9), DF-001 (trecho do 3º DR à DF-480). A meta do GDF é alcançar 600 km de malha cicloviária implantada até 2014, incluindo ciclovias e ciclofaixas. As ciclovias concluídas em 2013 são: Sudoeste (8,6 km), Ceilândia (39 km), Santa Maria (15 km), Recanto das Emas (33,2 km) e Paranoá (3 km). Ciclovias em fase de execução: 1ª etapa do plano piloto (62 km), Guará (5,7 km), Gama (13 km), Riacho Fundo II (8 km), Samambaia (4,5 km), Park Way (38,5 km) e Lago Sul (29 km). As ciclovias em outras RAs estão em fase de licitação. Deste modo, foram apresentadas pelo PTU ao BID, como contrapartida, obras de 170 km de ciclovias, contratadas pela Novacap, abrangendo as seguintes regiões: Plano Piloto, Ceilândia, Santa Maria, Gama, Guará, Recanto das Emas e Paranoá. Os contratos concluídos correspondem a 106 km de ciclovias. Conforme arquivo fotográfico abaixo. Continua ainda em fase de licitação as obras para construção de 32 km de Ciclovias em Brazlândia, Planaltina e São Sebastião.
2. Adquirir equipamentos – bicicletas e capacetes	Não foi realizada nenhuma ação para aquisição de equipamentos. Contudo, em parceria com o DER e DETRAN, está sendo realizada campanha de conscientização do uso de equipamentos de segurança para ciclistas através da elaboração do Manual do Ciclista Urbano.

01 Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

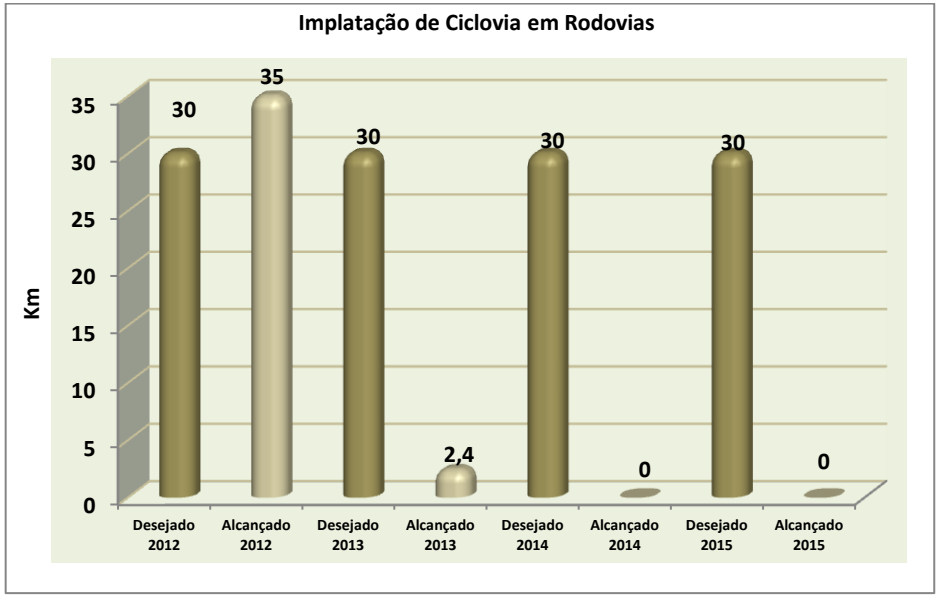
Indicadores:

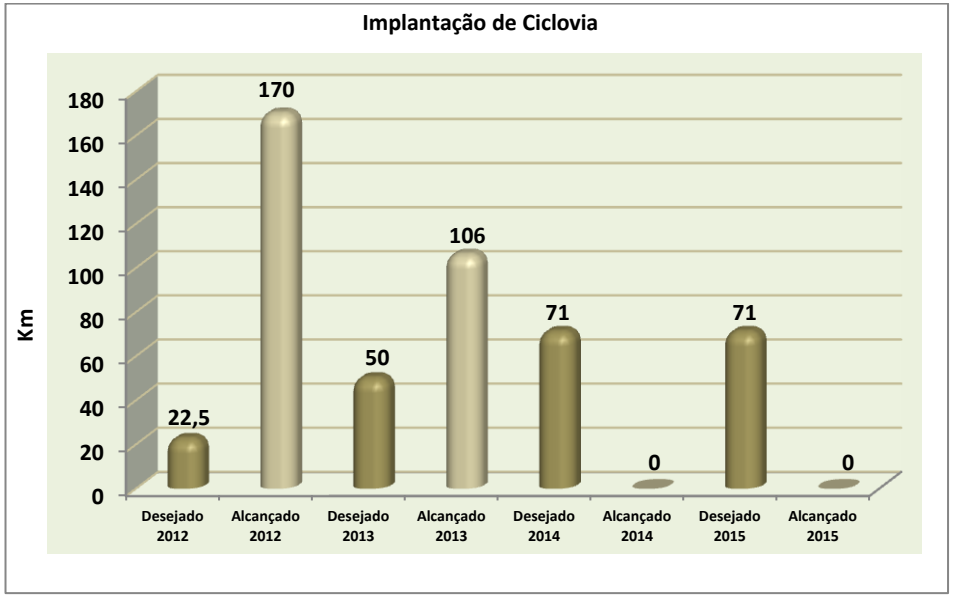
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
917	Implantação de ciclovia em rodovias	Km	-	-	Trimestral	**Desejado**	30	30	30	30	DER
						Alcançado	35	2,4	-	-	
1005	Implantação de ciclovia	Km	0	-	Trimestral	**Desejado**	22,5	50	71	71	ST
						Alcançado	170	106	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 917 – Em 2013 a implantação de ciclovia em rodovias implantou 2,4 KM de ciclovia e ciclofaixa na via de acesso a Vila Basevi Sobradinho. Encontram-se em fase de licitação, no âmbito do PTU/DF, as obras para construção de 39 Km de Ciclovias em Rodovias.

Indicador 1005 – Foram apresentadas como contrapartida do PTU obras de 170 Km de ciclovias, contratadas pela Novacap, abrangendo as seguintes regiães: Plano Piloto, Ceilândia, Santa Maria, Gama, Guará, Recanto das Emas e Paranoá, sendo executado 106 km, em 2013.





Objetivo Específico: 004 – Garantir o deslocamento, a fluidez do tráfego e a segurança viária mediante a modernização e a manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.205 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER

Análise do Objetivo Específico

O Departamento tem sempre atuado de forma proativa e acredita que um dos sucessos da implementação do Objetivo Específico 004 no contexto do GDF é de buscar garantir o alcance dos resultados previstos, com qualidade, mesmo com recursos escassos.

Obtivemos êxito, no exercício de 2013, na condução deste Objetivo executando importantes investimentos rodoviários e alcançado a maioria das metas políticas desejáveis no PPA para o exercício de 2013.

Das três metas políticas do Objetivo Específico 004, as ações sob a responsabilidade direta do DER/DF, todas contribuíram para uma evolução positiva em 2013, a saber: Meta 1- Reduzir o índice de acidentes fatais de trânsito em rodovias/10.000 veículos para 1,60% em 2013; Meta 2- Implantar a Política de Segurança de Trânsito e Meta 3- Recuperar e Melhorar Rodovias – 50 km em 2013. Todas tiveram resultados positivos.

Estamos integrados com as prioridades do Governo do Distrito Federal e o setor de transporte rodoviário tem recebido investimentos para a construção e ampliação da infraestrutura de rodovias sendo este um modal importante para a economia do Distrito Federal, razão pela qual requer especial atenção do Governo do Distrito Federal e da União no segmento de suas políticas.

As ações dos Programas: 6216 - Transporte Integrado e Mobilidade e algumas do 6215 - Trânsito Seguro pertinentes diretamente ao Departamento, bem como os indicadores do Programa 6216, estão compatíveis com este Objetivo Específico que tem como resultado alcançado o de garantir o deslocamento, a fluidez do tráfego e a segurança viária mediante a modernização e a manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal.

O rol de nossas ações contempla atuação nos diversos segmentos, a saber: a da Engenharia, a da Fiscalização e a da Educação.

Avançamos significativamente na capacidade de executar com os recursos orçamentários disponibilizados, finalizando o ano de 2013 com um desempenho de 80,6% em relação à dotação autorizada, expressa na Lei Orçamentária Anual de 2013, demonstrando a excelente performance do órgão no cumprimento do Objetivo Específico 004, principalmente em relação a realização anual das ações orçamentárias (projetos, atividades e operações especiais) mediante a quantificação das metas orçamentárias e a alocação dos recursos. Convém ressaltar que o DER/DF não fez mais por questões de limitação financeira por parte do GDF. Não avançamos como pretendíamos na Construção do Anel Viário de Brasília, tendo sido executado apenas as obras de restauração em parte da DF-180, porém tivemos participação técnica significativa na Implantação dos Corredores Exclusivos/Prioritários para tráfego de veículos de transporte coletivo do BRT - Eixo Sul e no acompanhamento dos projetos Executivo de Engenharia de EIMA/RIMA de implantação do sistema de transporte coletivo de passageiros entre as cidades de Planaltina, Sobradinho e Plano Piloto – Corredor Eixo Norte - BRT - Eixo Norte e do BRT - Eixo Sudoeste, iniciando-se prioritariamente pela DF-075 (EPNB).

As prioridades e metas do DER/DF em 2013 foram decorrentes da programação estabelecida no PPA 2012-2015, LDO/2013, LOA/2013, e das diretrizes internas do DER/DF. Executamos com um gerenciamento constante, que envolveu todos os níveis da organização, introduzindo inovações de gestão,

firmando parcerias com outros órgãos do governo, visando o aperfeiçoamento constante e a integração entre o planejamento, o orçamento e a gestão. O que não foi alcançado foi devido a limitações de ordem orçamentário-financeira.

O Governo do DF tem priorizado a duplicação de rodovias estratégicas, o aumento de capacidade e a adequação de trechos das mais importantes rodovias existentes, a construção de vias de contornos em áreas urbanas e a eliminação de pontos de estrangulamento de alguns trechos que se encontram sobrecarregados, visando estas intervenções a melhoria da capacidade operacional de importantes fluxos de transporte, em especial, daqueles que se encontram saturados e que estão submetidos a condições de trafegabilidade desfavoráveis ou que apresentam elevado número de acidentes.

Entre as principais ações de construção e adequação destacam-se as seguintes que foram efetuadas em 2013 (posição de 31/12/2013):

1) Obras de Pavimentação/Artes Especiais:

•Acesso a Vila Basevi (entre a DF-001 - EPCT e a Vila Basevi) – 2,4 km (obra concluída);

•DF-230, Trecho compreendido entre seu entroncamento com a DF-345 até o entroncamento com a DF-410, identificado como Lote 1 (km 10,20 ao km 13,50) – 3,3 km (obra concluída);

•DF-230 no trecho compreendido entre seu entroncamento com a DF-345 até o entroncamento com a DF-410, identificado como Lote 2 (km. 13,50 ao km. 19,10 - até o asfalto existente) – 5,6 km (obra em andamento);

•DF-355, Trecho compreendido entre o entroncamento da DF-120 com a DF-320 - Lote 01 – da estaca 0 até a estaca 3 + 480 – 3,5 km (obras sendo finalizadas);

•DF-355, Trecho compreendido entre o entroncamento da DF-120 com a DF-320 - Lote 02 - da estaca 3 + 480 até a estaca 6+960 - 3,5 km(obras sendo finalizadas);

•DF-355, Trecho compreendido entre o entroncamento da DF-120 com a DF-320 - Lote 03 - da estaca 6 + 960 até a estaca 10 + 440 – 3,5 km (obras sendo finalizadas);

•DF-355, Trecho compreendido entre o entroncamento da DF-120 com a DF-320 - Lote 04 - da estaca 10 + 440 até o entroncamento com a DF-320 – 3,5 km (obras sendo finalizadas);

•DF-355 – Elaboração de projeto executivo e a construção de Obras de Arte Especial – tipo ponte sobre o Córrego Jardim (obra concluída).

2) Obras de Restauração:

•DF-180, Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-070/DF-190, identificado como Lote 01 – 4,3 km (obra concluída);

•DF-180, Trecho compreendido entre o entroncamento do subtrecho DF-190 até a VC 311, identificado como Lote 02 – 6,7 km (obra concluída);

•DF-180, Trecho compreendido entre o entroncamento do subtrecho da VC-311 até a BR- 060, identificado como Lote 03- 5,7 Km (obra concluída);

•DF-345 e implantação das interseções desta com as rodovias DF-205 e VC-111 no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-010 (A)/Divisa GO/DF com a BR-020 - 11 km (obra em andamento).

3) Obras de Duplicação de Rodovias:

•DF-451, Trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia BR-070 até a VC-561 - 1,39 km (obra concluída).

4) Obras de Recuperação de Rodovias:

• DF-003/BR-450 - Execução das obras de recuperação da pista do Balão do Colorado, implantação da faixa de aceleração na rodovia BR-450/DF-003 (EPIA) e a realização dos serviços complementares na DF-150, inclusos os serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras complementares e de recuperação do meio ambiente – 2,428 km (obra em fase de conclusão);

5) Obras de Ampliação de Capacidade de Rodovias:

• DF-003 (EPIA) – Construção de acesso (agulha) à DF-003 (EPIA), trecho: DF-095 (EPCL)/DF-010 (EPAA), com implantação de baia de parada de ônibus e remanejamento do abrigo existente (próximo a Rodoferroviária) (obra concluída);

• DF-047 (EPAR) - Execução da obra de aumento de capacidade e melhoramento na Rodovia DF-047 (EPAR). Trecho Aeroporto a DF-051, com extensão de 3,9 km. As obras englobam os serviços de terraplanagem, pavimentação rígida e flexível, drenagem, sinalização, contenção de taludes, obras de arte especiais, obras complementares e de recuperação do meio ambiente (obras em andamento sob a responsabilidade direta da Secretaria de Transportes).

6) Projetos Executivo de Engenharia:

• DF-131 – Projeto básico de engenharia para pavimentação de 6,3 km da DF-131, trecho: DF-205 a DF-128 (projeto finalizado);

• Projeto Executivo de Engenharia e de EIA/RIMA, destinados à implantação do sistema de transporte coletivo de passageiros entre as cidades de Planaltina, Sobradinho e Plano Piloto – Corredor Eixo Norte (em andamento);

• CORREDOR SUDOESTE DF-075 - Entr. DF-003 (EPIA) a entr. DF-001 (EPCT). Elaboração do projeto executivo de engenharia e EIA/RIMA, destinado a implantação do Sistema de Transporte Coletivo de passageiros entre as cidades do Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Samambaia, Taguatinga, Núcleo Bandeirante e o Plano Piloto (em andamento).

7) Obras de Sinalização em Rodovias:

• Sinalização horizontal em vários trechos de rodovias do SRDF (já finalizado);

• Sinalização de advertência de travessia de animais silvestres na DF-001 (EPCT) e na DF-003 (EPIA), em torno do Parque Nacional de Brasília (já finalizado);

• Sinalização para orientação de destino específico para eventos do Comitê Organizador da Copa 2014 (em execução).

8) Obras e Serviços de Engenharia realizadas pelos Distritos Rodoviários (SUOBRA):

• O DER executou, até 31 de dezembro de 2013, diversos serviços e obras tais como: pavimentação, terraplenagem, implantação de meios fios, acessos, retornos e as demais obras pertinentes à conservação e manutenção das rodovias do Distrito Federal e entorno para promover a segurança no tráfego;

- Executou também serviços de sinalização horizontal e vertical, que consiste respectivamente na execução de marcas viárias no pavimento de acordo com projeto do DER/DF e a instalação de placas, sinais destinados à regulamentação, advertência, informação e educação e, marcos quilométricos.

9) Análise e auditoria em determinados pontos das rodovias do SRDF:

Foram sugeridas e implementadas algumas pequenas intervenções viárias de modo a proporcionar melhorias pontuais no trânsito, as quais se destacam:

- Alteração da velocidade de trecho em pista simples da DF- 463 entre a DF- 001 (EPCT) e a Cidade de São Sebastião de 80 km/h para 60 km/h;
- Readequação/implantação de novas Placas de Sinalização Vertical em diversas rodovias sob circunscrição do DER - DF;
- Implantação de semáforos na DF – 001 (EPCT) no km 69 (Granja Modelo), e na DF – 001 (EPCT) no km 27 (Jardim Botânico);
- Implantação de ondulações transversais em vários trechos de rodovias, entre as quais, na DF-128, DF-005, DF-180, DF – 290, DF – 475, DF – 205 leste e oeste e DF-430, em atendimento à demanda dos usuários;
- Readequação de retorno, com execução de caixa de acomodação, na DF – 003 (EPIA) em frente ao Walmart – sentido Sobradinho – DF;
- Implantação de rotatória DF – 001 (EPCT), km 14, acesso ao Paranoá – DF.

Em 2013, foram implantados os novos equipamentos relativos à fiscalização eletrônica da velocidade, avanço semafórico, reconhecimento automático das placas dos veículos através da tecnologia OCR além, de 04 câmeras de monitoramento instaladas nos cruzamentos da DF-051 (EPGU), cruzamento da DF-085 (EPTG), cruzamento da DF-047 (EPAR) e cruzamento na DF-003/BR-020, no Colorado.

Mantivemos o reforço da fiscalização na DF-002 (Eixo Rodoviário Norte/Sul), da DF-085 (EPTG), DF-051 (EPGU) e DF-003 (EPIA), em função das obras de readequação que passaram a ser efetuadas nas mesmas, com implantação de vias marginais. O fato é que no ano de 2013, houve uma diminuição de aproximadamente 2,8 %, em relação ao ano anterior, de acidentes com morte nas rodovias sob circunscrição do DER/DF, o que é de se comemorar.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir o índice número de acidentes fatais de trânsito em rodovias/10.000 veículos para 1,5% em 2015	A meta foi plenamente alcançada. O índice do número de acidentes fatais de trânsito em rodovias/ 10.000 veículos, foi alcançado em 2013 o valor de 1,19% com 178 acidentes fatais e frota de 1.491.539 veículos.(índice = nº de acidentes fatais/frota de 2013/10.000 veículos) O número de acidentes com mortes nas Rodovias Distritais, que são controladas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF), diminuiu no ano de 2013. Essa diminuição deve-se a esforços conjuntos de várias áreas que envolvem o trânsito. Este resultado é fruto de ações integradas envolvendo a engenharia, fiscalização e educação.
2. Implantar política de segurança de trânsito (controle de velocidade, tratamento de pontos críticos, fiscalização de segurança de trânsito,	Meta alcançada em 2013 = 40% A meta foi iniciada em 01/01/2012 com a definição de políticas públicas relativas às áreas de estacionamento e de carga e descarga, a segurança de trânsito (de pedestres, de veículos motorizados, de duas rodas, de tração animal), entre outras e das Políticas públicas de destinação e uso do solo urbano, relativas à geração de viagens.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
etc.) tendo como metas respectivamente: 2012 – 20%, 2013 – 40%, 2014 – 70%, e em 2015 – 100%.	Quanto aos Estudos e Diagnósticos realizaram-se atividades atinentes à volumes de tráfego (motorizado ou não motorizado); contagens de pedestres; polos geradores de tráfego; acidentes de trânsito e aspectos físicos da geometria viária e demais elementos presentes na via. No que se refere aos Projetos Viários realizou-se estudos de implantação e programação de semáforos; implantação de dispositivos de fiscalização eletrônica; localização de equipamentos de segurança para pedestres; modificações em projetos geométricos de vias existentes; análise de projetos de acessos a estacionamentos e terminais; análise de projetos de circulação. Realizou-se também estudos preliminares para a implantação de sinalização vertical específica para a Copa das Confederações FIFA (realizada em junho/2013) e para a Copa do Mundo FIFA (realizada em junho/2014), resultando na locação de cerca de 40 semi-pórticos e para a implantação e operação de balanças para o controle de excesso de carga em rodovias do SRDF, com a elaboração do Termo de Referência. Relativo à Fiscalização do Trânsito, destaca-se a continuidade do convênio com o BPRv e com o DETRAN/DF. Foram planejadas ações conjuntas desenvolvidas pelo BPRv, juntamente com o DER/DF e o DETRAN/DF, mediante Convênio existente entre o DER/DF e o BPRv, bem como do Convênio em entre o DER/DF e o DETRAN/DF. Quanto às ações relacionadas à Educação de Trânsito, destacam-se os programas de educação de trânsito do DER/DF que estão sustentados nos princípios da ética, cidadania e respeito ao próximo e voltado para motoristas, pedestres e ciclistas. Esse conceito leva em conta não apenas a responsabilidade dos motoristas nas vias, mas de todos aqueles que interagem no espaço público. Estamos realizando o monitoramento da rodovias com 14 câmeras instaladas nas seguintes rodovias :1. Entroncamento da DF-003/DF-095 – monitora a EPIA e ESTRUTURAL, na altura do viaduto Airton Senna; 2. DF-095 – altura da cidade do Automóvel – monitora a ESTRUTURAL; 3. DF-095 – altura do Vicente Pires, entre o posto da BPRV e o Pistão Norte; 4. Entroncamento da DF-003/DF-085 – monitora a EPIA e a EPTG, na altura do viaduto do SIA; 5. DF-085 - altura da entrada do Guará I – monitora a EPTG; 6. Entroncamento da DF-085/DF-087 – monitora a EPTG e a EPVL, na altura do viaduto do Jóquei; 7. DF-085 - altura do acesso à Aguas Claras (UNIEURO) – monitora a EPTG; 8. Entroncamento da DF-003/DF-055 – monitora a EPIA e EPGU, na altura do viaduto do Zoologico/Parkshopping; 9. Entroncamento da DF-003/DF-075 – monitora a EPIA e a EPNB, na altura do viaduto da Candangolandia; 10. DF-075, na altura do Riacho Fundo – monitora o tráfego da EPNB; 11. DF-047/DF-055 – monitora a EPAR e a EPGU, na altura do viaduto Camargo Correia; 12. DF-002 – monitora o Eixão Sul na altura da Quadra 206; 13. DF-002 – monitora o Eixão Norte na altura da quadra 206; 14. Entroncamento da DF-003/DF-007, Balão do Torto – monitora a EPIA e a EPTT. Há ainda 15ª e 16ª cameras, que não fazem parte do contrato mas que estão disponibilizadas no DER que é a da Ponte JK e a do túnel sob o Balão do Aeroporto.
3. Recuperar e Melhorar Rodovias – 50 km/ano	Esta meta tinha inicialmente a previsão de 30 obras para 2013, ou seja, 30 rodovias a serem recuperadas de alguma forma no Distrito Federal. Dessas, apenas 4 foram totalmente concluídas, 10 estão em andamento normal, 8 em processo licitatório e 8 não foram ainda iniciadas. Em relação às obras que foram efetivamente executadas em 2013, percebe-se no que tange ao cumprimento da meta prevista para essa ação que 14 obras das 30 obras inicialmente previstas, foram totalmente concluídas ou estão em andamento normal, conseguindo-se ultrapassar a meta prevista de 50 km/ano constante no PPA 2012-2015, alcançando-se em 2013, 62 km. Contribui

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	para este resultado o quantitativo de obras iniciadas em exercícios anteriores e que foram concluídas somente em 2013. Em 2013 os investimentos previstos em infraestrutura foram direcionados a ações de adequação, melhoramento e aumento de capacidade principalmente para as rodovias: DF-047 (EPAR), DF-180, DF-230, DF-345, DF-355; a elaboração de projetos, construção, duplicação e recuperação de rodovias e objetivaram melhor trânsito da Saída Norte, facilitar o trânsito de moradores do Plano Piloto e Administrações Regionais e também eliminar os constantes engarrafamentos verificados no final da Asa Sul, na DF-085 (EPTG), na DF-075 (EPNB) e na DF-055 (EPGU); ampliar a capacidade de transporte dos eixos de ligação Plano Piloto com as cidades satélites com a criação de faixas exclusivas para transporte público, ciclovias, viadutos, dentre outras.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
920	Índice de acidentes fatais em rodovias / 10.000 veículos	Coeficiente /10.000	1,69	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1,65	1,60	1,55	1,50	DER/DF
						Alcançado	1,25	1,19	-	-	
921	Expansão das faixas de rolamento pavimentadas	km	2.084	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.104	2.134	2.164	2.194	DER/DF
						Alcançado	2.534	2.782	-	-	
923	Índice de malha rodoviária pavimentada em estado ótimo ou bom/total da malha pavimentada	%	48	31/12/2010	Anual	**Desejado**	53	58	63	68	DER/DF
						Alcançado	53	44	-	-	
924	Índice de malha viária sinalizada em bom ou ótimo estado/total da malha viária pavimentada	%	48	31/12/2010	Anual	**Desejado**	53	58	63	68	DER/DF
						Alcançado	53	63	-	-	

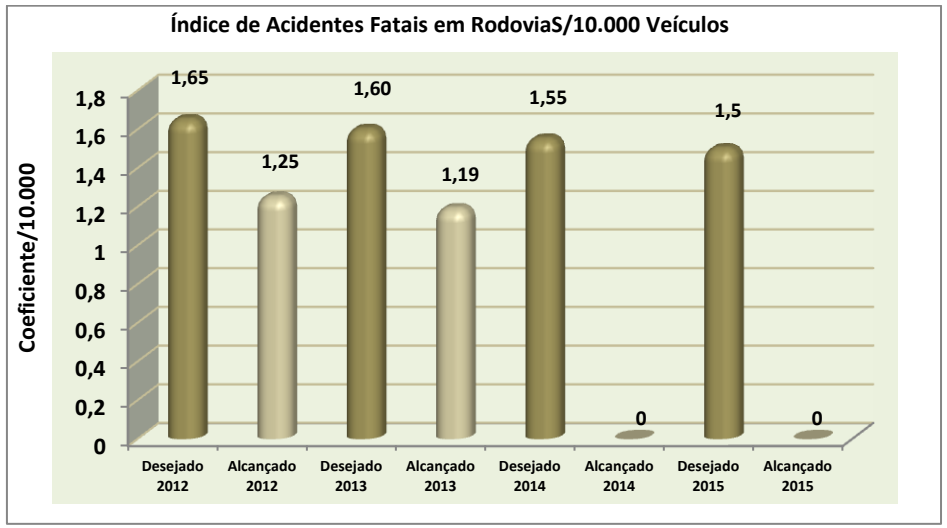
Justificativa – 2013

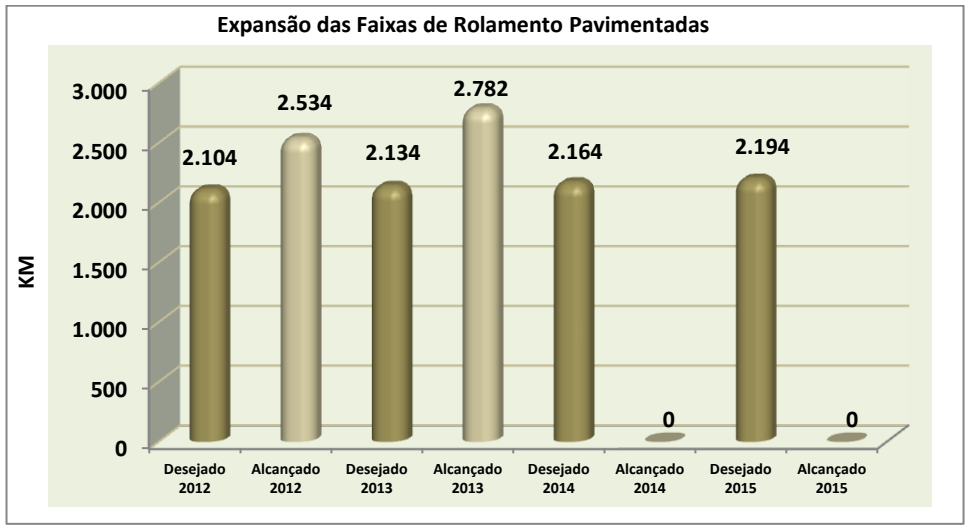
Indicador 920 – Alcançado com sucesso. O índice de acidentes com mortes nas Rodovias Distritais que são controladas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF) diminuiu no ano de 2013. Essa diminuição deve-se a esforços conjuntos de várias áreas que envolvem o Trânsito. Este resultado é fruto de ações integradas envolvendo a engenharia, fiscalização e educação. Nº de Acidentes Fatais em 2012= 178 acidentes com morte/ Frota Veículos - DF em 2013 = 1.491.539 veículos/ 10.000 veículos.

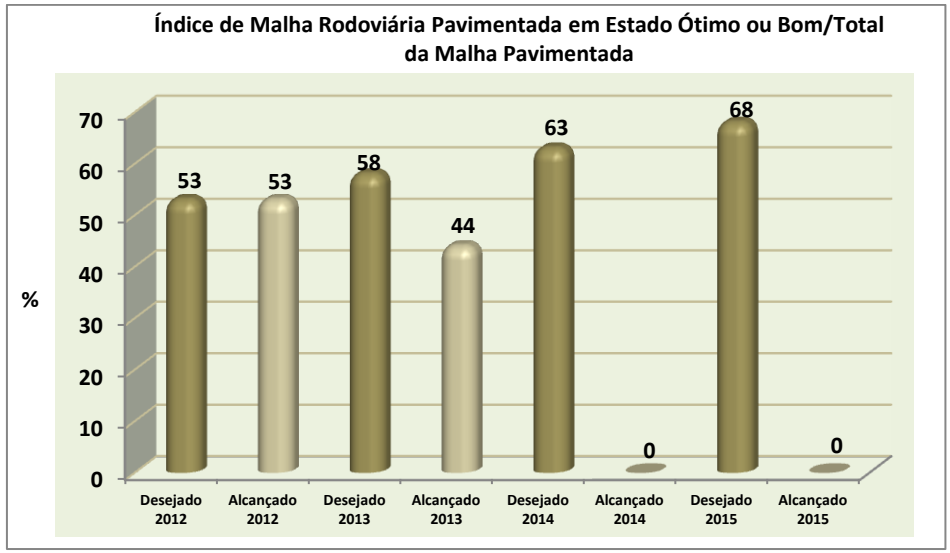
Indicador 921 - Alcançado com sucesso. Em 2012 foi revista a metodologia interna de apuração sendo considerado os 2 sentidos da pista, o nº das faixas de rolamento 2 ou mais faixas e vias marginais, totalizando em 2013 = 2.782 Km de faixas de rolamento pavimentadas. fonte de Consulta: Sistema Rodovipario do Distrito Federal - SRDF de 2013.

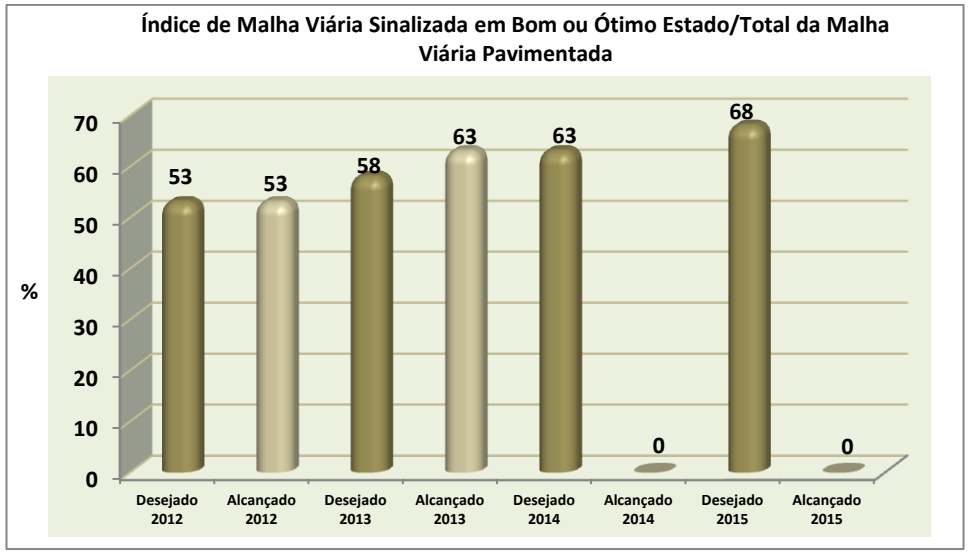
Indicador 923 - Indice não alcançado. Atingido 75% da meta desejada.

Indicador 924 - Indice Alcançado com sucesso . Informações obtidas junto aos Cinco Distritos Rodoviários do DER/DF . Fonte: Planejamento Estratégico do DER/DF, ano base 2013.









Objetivo Específico: 005 – Proporcionar à população do Distrito Federal um Sistema de Transporte Público Coletivo com qualidade, eficiência e racionalizado, mediante a implantação de Sistema Inteligente de Transporte – ITS, a manutenção do Sistema de Bilhetagem Automática – SBA, a melhoria da infraestrutura de transporte, a integração tarifária e o aprimoramento contínuo da gestão dos serviços de transporte público coletivo.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.204 – TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS

Análise do Objetivo Específico

O DFTRANS, autarquia gestora e fiscalizadora do transporte público do Distrito Federal, trabalha intensivamente para atingir o objetivo específico em questão, sendo que em 2013 realizou diversas ações nesse sentido, e espera atingir as metas propostas dentro do período do atual Plano Plurianual, ou seja, até 2015. Para tanto, foram executados diversos tipos de esforços, que poderiam ser sintetizadas em implantação de processos, investimentos em tecnologias e fortalecimento institucional do órgão.

No exercício em questão, foram iniciadas atividades de rastreamento dos ônibus por meio de GPS. Um Centro de Supervisão Operacional (CSO) foi instalado na autarquia, em caráter provisório, para uma estrutura de informações que permita que dados sejam obtidos pelo usuário em tempo real. Por meio de painéis de vídeo e de relatórios gerenciais, o DFTRANS supervisionará o Sistema de Transporte Público do Distrito Federal (STPC/DF). Todos os novos ônibus deverão ser monitorados 24 horas por dia, ocorrendo a transmissão de dados sobre a posição e a velocidade do veículo, por meio de equipamentos instalados dentro dos coletivos. Os dados gerados permitirão saber onde cada veículo está a qualquer instante e ajudarão nas atividades de planejamento e programação de linhas, na fiscalização do sistema e na transmissão de informações aos passageiros.

Além da informatização do STPC/DF, em atendimento à Lei n° 5.171/2013, publicada no dia 12 de setembro 2013, o DFTRANS possibilitou aos usuários de ônibus do Distrito Federal acesso aos dados completos relativos ao sistema de transporte público coletivo rodoviário, estando as informações disponíveis no site (www.dftrans.df.gov.br), no banner “Dados sobre o Transporte Público Coletivo Rodoviário do DF”. No local, os passageiros encontrarão um novo layout para tornar o acesso mais prático. As consultas por linhas e itinerários poderão ser feitas por nome ou número, por cidades ou pontos de rede – locais específicos nas regiões administrativas.

O novo Sistema de Transporte Público Coletivo, licitado pela Secretaria de Estado de Transportes, está em fase final de implantação, sendo que todas as bacias licitadas já se encontram com novos ônibus operando, trazendo conforto aos usuários. Além disso, a renovação do transporte público não foi somente com a entrega de novos ônibus para a população. Iniciou-se, ainda, o treinamento e a capacitação dos motoristas e cobradores para operarem os veículos do novo sistema de transporte com mais segurança.

Com o objetivo de melhorar o atendimento aos turistas na Copa do Mundo, que acontece este ano, uma parceria entre o DFTRANS, a Secretaria de Transportes e o Ministério do Turismo, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), possibilitou a inscrição de 150 motoristas e cobradores em cursos de língua estrangeira, os quais atuarão em linhas especiais durante o evento.

Outras ações buscando a melhoria no atendimento ao público surtiram efeitos, como a unidade móvel do DFTRANS, que, após um ano de funcionamento, registrou mais de 15 mil atendimentos aos estudantes beneficiados pelo Passe Livre Estudantil (PLE). Desse total, 12 mil foram relacionados à recarga dos cartões – os demais serviços se referem à atualização cadastral, inscrição no PLE, entre outros.

A recarga embarcada, sistema que permite inserir créditos dos cartões nos validadores dos ônibus, já beneficia 100% dos alunos das redes pública e privada de ensino contemplados com o Passe Livre Estudantil – o que garantiu um atendimento mais prático, confortável e sem filas nos postos de atendimento do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA/DFTRANS). Com a carga embarcada, o estudante não precisará mais se deslocar até os postos do SBA/DFTRANS para renovar sua matrícula e receber carga em seu cartão. O processo é automatizado e tais informações são enviadas eletronicamente à DFTRANS pela instituição de ensino onde o aluno estuda.

Buscando maior comodidade aos estudantes da área rural, os alunos que fazem a recarga dos cartões do Passe Livre Estudantil (PLE) nos validadores instalados nos próprios ônibus não precisam comparecer aos postos do SBA/DFTRANS para atualizar o cadastro. A atualização está sendo feita automaticamente para mais de 7 mil alunos da área rural.

Além disso, o transporte das linhas especiais gratuitas, que oferecem serviço aos alunos Portadores de Necessidades Especiais, hoje conta com o auxílio de um assistente de bordo, que, entre outras atribuições, ajuda os estudantes durante o embarque e desembarque, além de zelar pela sua identificação.

Para 2014, está prevista a finalização da implantação do novo modelo de transporte urbano no DF, o que consolidará um novo nível de elevada qualidade ao usuário. Estão previstas também a realização das seguintes atividades, entre outras: 1) implementação de ações visando o equilíbrio operacional e financeiro do novo STPC, à luz do Edital nº 01/2011-ST, assim como, com esse foco, elaborar curso para capacitação de servidores na composição tarifária; 2) implementação do Escritório de Gerenciamento de Projetos; 3) realização de ações de planejamento de monitoramento operacional; 4) reestruturação da comercialização de bilhetagem, tendo em vista a implementação de meios mais acessíveis aos usuários.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implantação dos Sistemas Inteligentes de Transporte – ITS	Previsão de início de implantação para 2014, com a finalização dos processos licitatórios necessários. Foram realizadas em 2012 consultas públicas para especificação de tecnologias a serem adquiridas, além do início da confecção dos respectivos Projeto Básico e Termo de Referência. Em 2013, foram finalizados o Projeto Básico, Termo de Referência e edital de licitação para contratação do serviço de Solução de Supervisão Operacional (SSO), publicados em 2014, sendo este último com a licitação suspensa por determinação do TCDF. Foram também confeccionados os projetos básicos para contratação dos componentes de Sistema de Informação em Transportes Urbanos (SITU), Sala de Situação e Bilhetagem. Os concessionários das bacias vencedores da licitação realizada pelo Edital nº 01/2011 da Secretaria de Transportes também contrataram soluções de tecnologia embarcada e controle de forta, os quais envolvem equipamentos embarcados e Centro de Controle de Operação de Frota (CCO).
2. Instalação de GPS em toda a frota do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF	Implantação iniciada em agosto de 2013, após a homologação dos equipamentos pela Secretaria de Estado de Transportes. Até dezembro de 2013, menos da metade da nova frota de ônibus do DF, já entregue e circulando, possuíam os equipamentos de monitoramento instalados. A partir de outubro de 2013 foi iniciado o monitoramento, em fase experimental, pela unidade criada pelo DFTRANS, para exercer tal função. O Centro Experimental de Supervisão Operacional começou a realizar testes de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	tecnologia, customização da ferramenta alocada em caráter experimental, qualidade dos dados, criação de relatórios, bem como o próprio aprendizado com a nova ferramenta.
3. 100% de frota monitorada através do Centro de Controle Operacional – CCO	Implantação iniciada em outubro de 2013, onde foi iniciado, em fase experimental, o monitoramento da frota pelo Centro Experimental de Supervisão Operacional do DFTRANS, realizando testes de tecnologia, customização da ferramenta alocada em caráter experimental, qualidade dos dados, criação de relatório bem como o próprio aprendizado com essa nova ferramenta. O monitoramento da frota realizado pelo próprio concessionário sinalizou, aproximadamente, 70% de GPS transmitindo, e o realizado pelo DFTRANS chegou a picos de verificação de 40%. Isso decorre do monitoramento do DFTRANS ser, ainda, experimental. Efetivamente, até o final de 2013, dos 3.089 veículos operando no Serviço Básico, 480 ônibus estavam sendo monitorados em caráter experimental, ou seja, 15,53% da frota total. Atualmente, há processo licitatório em andamento para contratação definitiva desse serviço. A licitação oriunda do edital nº 01/2011 da Secretaria de Estado de Transportes prevê que a nova frota de ônibus seja 100% monitorada até o final de 2015.
4. Implantação da Câmara de Compensação de Receitas e Créditos – CCRC	Não realizada. Prevista para 2014.
5. Elevação da aprovação do Sistema de Transporte Urbano Coletivo do Distrito Federal por parte da população do DF	Em 2012, foram registradas 7.883 reclamações em relação ao itinerário e/ou horário, número consideravelmente abaixo da meta estipulada para o período. Em 2013, foram realizados 16.063 registros na Ouvidoria do DFTRANS, entre reclamações, sugestões e elogios, das quais 8.911 foram qualificados como reclamações em relação ao itinerário e/ou horário. Houve aumento em relação ao número registrado em 2012 devido à alteração de sistema de ouvidoria para o sistema TAG a partir de 2013. Além disso, o DFTRANS iniciou e ampliou ações a fim de dar maior comodidade à população do Distrito Federal, como o DFTRANS Móvel, recarga embarcada, ampliação dos postos do SBA, entre outros, cumprindo o objetivo de elevar a satisfação do usuário. Por fim, com a implantação do novo sistema de transporte público coletivo, realizado por bacias, iniciado em 2013, contando com ônibus novos, que emitem 180 vezes menos partículas poluentes que os anteriores, com monitoramento por GPS, monitores de TV, ar-condicionado e câmbio automático, piso equipado com elevador ou plataforma de embarque e desembarque para pessoas com deficiência e superfície antiderrapante, espera-se que tal índice possa se elevar ainda mais.
6. Ampliação e reforço das ações de fiscalização do STPC	Em comparação ao ano de 2011, houve aumento de 8,7% no número de autuações emitidas pelos fiscais do DFTRANS em 2012, e de 6,25% em 2013. Foram iniciados em 2012 os trabalhos de reforma e ampliação de espaço para funcionamento das Gerências de Apoio Operacional e Vistoria.
7. Integração tarifária integral	Realizada parcialmente. Há integração em algumas linhas de ônibus com o serviço metroviário. Em 2012, foram realizados trabalhos tendo em vista o início da implantação gradual da integração tarifária, como a assinatura de convênio com o BRB – Banco de Brasília – para confecção de cartões pré-pagos para utilização da integração tarifária. Em 2013, foi confecionado, em conjunto com o Metrô/DF, o Termo de Referência do Sistema de Bilhetagem Único (SBU) do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF). Previsão de implantação integral nos próximos anos.
8. Ampliação quantitativa e qualitativa da concessão de gratuidades	Metas alcançadas até o momento. Em 2012, houve aumento de aproximadamente 10%, e em 2013, de aproximadamente 5%, no número de beneficiários com as gratuidades com Passe Livre Estudantil e para Portadores de Necessidades Especiais, além de maior volume de recursos repassados para tais gratuidades. Além disso, os postos de recarga dos benefícios foram ampliados, as gratuidades foram estendidas a alunos com altas habilidades e a cardíacos crônicos, foi implantada a Recarga Embarcada dentro

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	dos ônibus para 100% dos estudantes do Distrito Federal, e as linhas especiais gratuitas para os alunos PNEs ganharam agentes de bordo, auxiliando no embarque e desembarque.
9. Reestruturação e fortalecimento do Órgão Gestor de Transportes – DFTRANS	Em 2012, foram empossados 90 servidores concursados – 74 analistas e 16 técnicos - que passaram a reforçar o quadro do Transporte Urbano do Distrito Federal. Além disso, foram treinados 129 agentes públicos em cursos atinentes a sua área de atuação, através de cursos externos e *workshops* internos. Em 2013, foram treinados e qualificados 60 agentes públicos, com destaque para a presença de grande número de servidores da autarquia no 19º Congresso Brasileiro de Transportes e Trânsito, elaborado pela ANTP – Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbanos, que reuniu diversos especialistas da área de transporte a nível nacional para discutir temas como Planos de Mobilidade Urbana nas cidades brasileiras, Segurança Viária e redução dos acidentes, Meio Ambiente e matriz energética.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

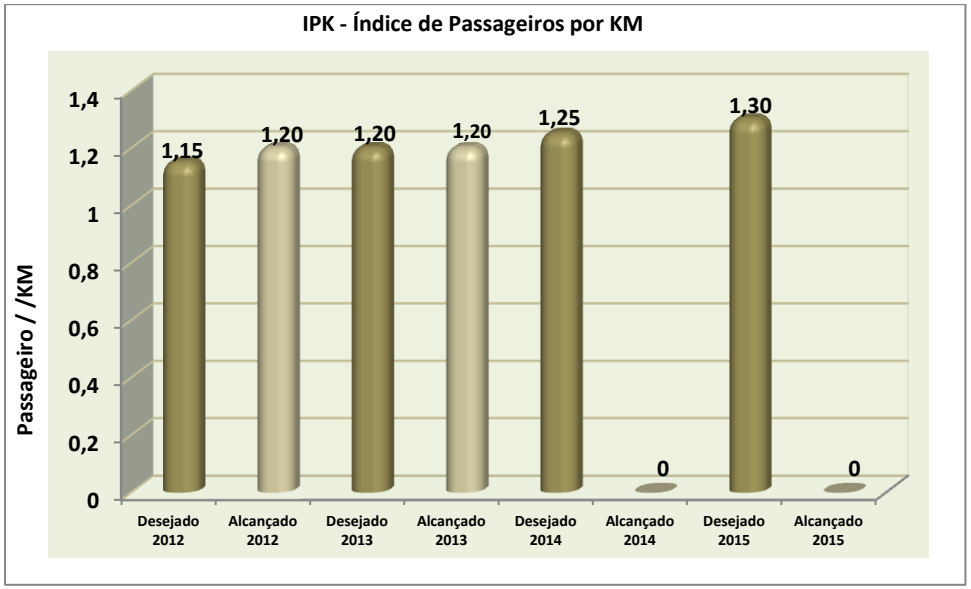
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1002	IPK – Índice de Passageiros por KM	Passageiro/ KM	1,08	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	1,15	1,20	1,25	1,30	GCT DFTRANS
						Alcançado	1,20	1,20	-	-	
1003	Número das reclamações recebidas pela DFTRANS em relação ao itinerário e/ou horário	Unidade	13.638	31/12/2010	Anual	**Desejado**	11.000	10.000	8.000	6.000	Ouvidoria DFTRANS
						Alcançado	7.931	8.911	-	-	
1004	Frota piloto do serviço básico monitorada a partir de Centro de Controle Operacional – CCO	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	10	50	100	DTI DFTRANS
						Alcançado	-	15,53	-	-	

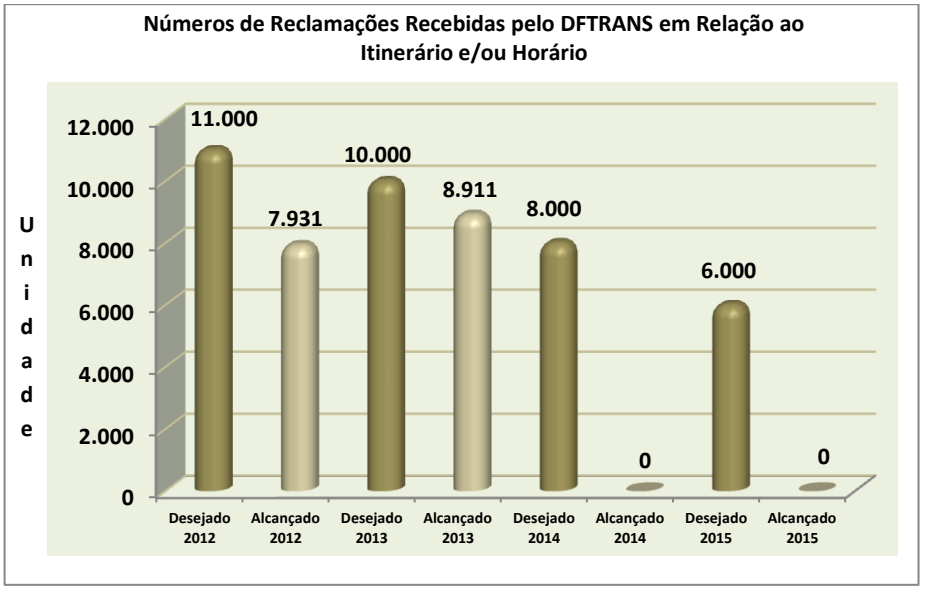
Justificativa – 2013

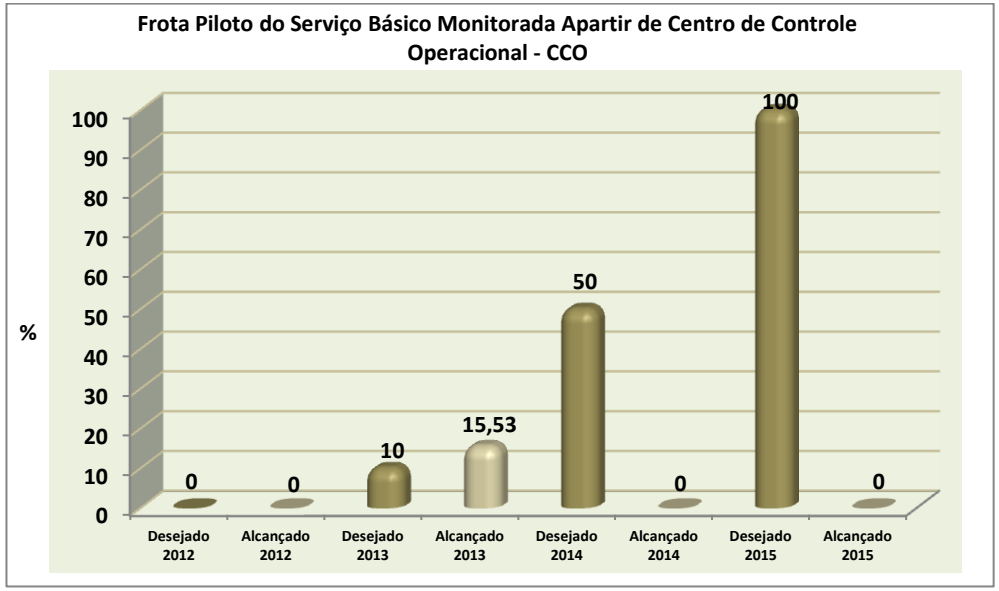
Indicador 1002 - Alcançado o índice desejado. Meta cumprida.

Indicador 1003 - Alcançado o índice desejado. Meta cumprida. Foram realizados 16.063 registros na Ouvidoria do DFTRANS, entre reclamações, sugestões e elogios, das quais 8.911 foram qualificados como reclamações em relação ao itinerário e/ou horário. Houve aumento em relação ao número registrado em 2012 devido à alteração de sistema de ouvidoria para o sistema TAG a partir de 2013.

Indicador 1004 - Alcançado o índice desejado. Meta cumprida. A licitação da nova frota de ônibus foi finalizada em 2013 e, dos 3.089 veículos operando no Serviço Básico, 480 ônibus estavam sendo monitorados em caráter experimental em dezembro de 2013. Há processo licitatório em andamento para contratação definitiva de rastreamento de frota por parte da DFTRANS, com previsão de publicação de edital para 2014.


IPK - Índice de Passageiros por KM
Passageiro / /KM
1,4
1,2
1
0,8
0,6
0,4
0,2
0
1,15
1,20
1,20
1,20
1,25
0
1,30
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Números de Reclamações Recebidas pelo DFTRANS em Relação ao Itinerário e/ou Horário
Unidade
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
11.000
7.931
10.000
8.911
8.000
0
6.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Frota Piloto do Serviço Básico Monitorada Apartir de Centro de Controle Operacional - CCO
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
10
15,53
50
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 006 – Modernizar o transporte público individual e de pequenas cargas, visando proporcionar à população usuária serviços eficazes, eficientes, seguros e de qualidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF - ST

Análise do Objetivo Específico

O transporte público individual no Distrito federal é caracterizado pelos serviços de táxi, mototáxi e motofrete. No ano de 2013 a Secretaria de Estado de Transportes promoveu a capacitação de 3.048 taxistas englobando os cursos de formação e reciclagem de condutores e curso de línguas estrangeiras, atualmente ministrados pelo Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SEST/SENAT.

A Secretaria de Estado de Transportes vem trabalhando para dotar o setor responsável pela gestão dos serviços de mecanismos de controle e de fiscalização que propiciem maior segurança e melhores níveis de serviço aos usuários.

Dentre as ações destacam-se a modernização da legislação, a implantação de novas categorias de serviço e a entrada de novos operadores no sistema.

Grande empenho vem sendo realizado para a melhoria do Serviço de Transporte Público Individual – táxis no DF. Espera-se para o ano de 2014 a entrada de novos operadores e a capacitação de 100% da categoria, com vista à Copa do Mundo, em 2014.

Quanto ao indicador *número de motofretistas cadastrados*, a meta, também em 2014, não foi alcançada em virtude de decisão judicial suspendendo a obrigatoriedade de cadastramento (fonte DETRAN).

O indicador *número de veículos táxi* o indice previsto não foi alcançado visto que o processo de licitação de 646 novas permissões ainda se encontra em fase de elaboração, cujos requisitos estão a cargo do Grupo de Trabalho designado para esse fim.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Edição de nova legislação regulatória sobre os serviços de táxi *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	O Projeto de Lei da edição de nova legislação regulatória sobre os serviços de táxi encontra-se em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na Comissão de Constituição e Justiça.
2. Implementação de novas categorias de serviço de táxi *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Estudos visando implementar esta meta estão sendo realizados pelo Grupo de Trabalho, instituídos pela Portaria nº 46, de 05-07-2013, cuja atribuição, entre outras, é a elaboração do edital de licitação de 646 novas permissões de taxi no Distrito Federal. A perspectiva é concluir os trabalho em 2014.
3. Entrada de novos operadores para o serviço de táxi *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Aguardando a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho, instituídos pela Portaria nº 46, de 05-07-2013. Previsão de conclusão para 2014.
4. Conclusão de prédio próprio para a instalação das estruturas de gestão do transporte público individual *(Nova redação,*	A construção do prédio próprio ainda não foi definida. Objetivando oferecer maior comodidade para os usuários do transporte público individual.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	
5. Treinamento de 100% dos taxistas, incluindo o aperfeiçoamento em língua estrangeira *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foram capacitados em parceria com o SEST/SENAT 3.048 taxistas, sendo 1.673 taxistas passaram por atualização profissional; 616 com capacitação profissional; e 759 por formação profissional.
6. Cadastro e licenciamento dos operadores de transporte de pequenas cargas – motofretistas *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foram capacitados 1.534 motofretistas no ano de 2013 em parceria com o SEST/SENAT. Não alcançou o índice desejado em virtude da suspensão da obrigatoriedade, no ano de 2013, retornado a fiscalização em janeiro de 2014 pelo DETRAN/DF.
7. Adequação da alocação de serviços de táxi no Distrito Federal, em função do evento da Copa do Mundo de Futebol de 2014 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Realização de estudos visando atender a meta. Entre estes, está previsto que, para a Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol, a ST e a SECOPA, por meio do Grupo de Trabalho de Mobilidade, realizarão diversas adequações de acessibilidade e a realocação de pontos especiais para taxistas durante o evento.
8. Evolução da qualidade dos serviços de táxi, mediante indicadores operacionais, de satisfação do usuário e de mercado *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Encontra-se em fase de estudos.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

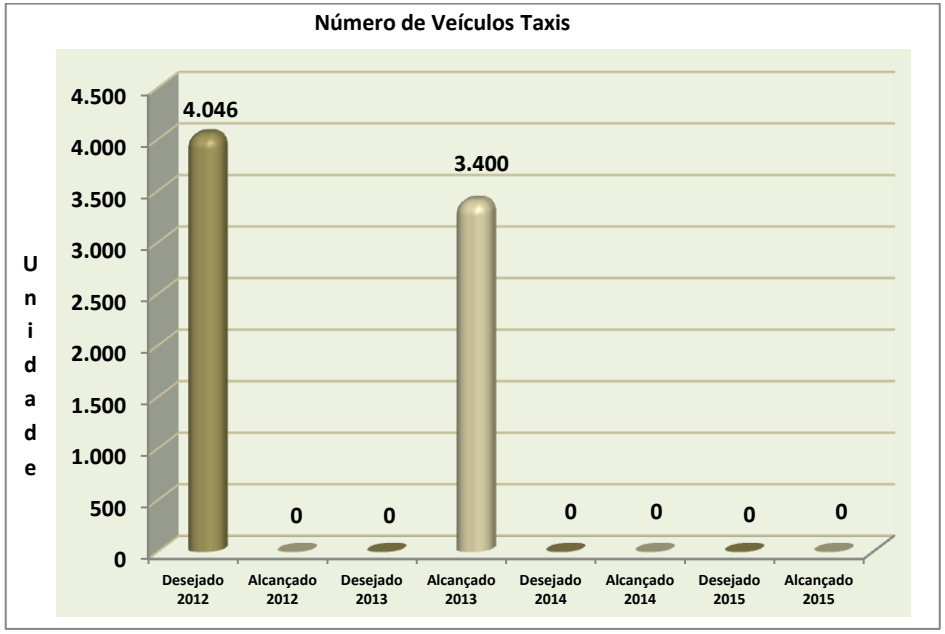
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1006	Número de veículos taxis	Unidade	3.400	31/01/2011	Anual	**Desejado**	4.046	-	-	-	SUTRANSP/ST
						Alcançado	-	3.400	-	-	
1007	Número de taxistas capacitados	Pessoa	3.000	31/01/2011	Anual	**Desejado**	4.900	6.800	-	-	SUTRANSP/ST
						Alcançado	3.000	3.048	-	-	
1008	Número de Moto fretista cadastrado	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	5.000	10.000	15.000	20.000	SUTRANSP/ST
						Alcançado	1.565	1.534	-	-	

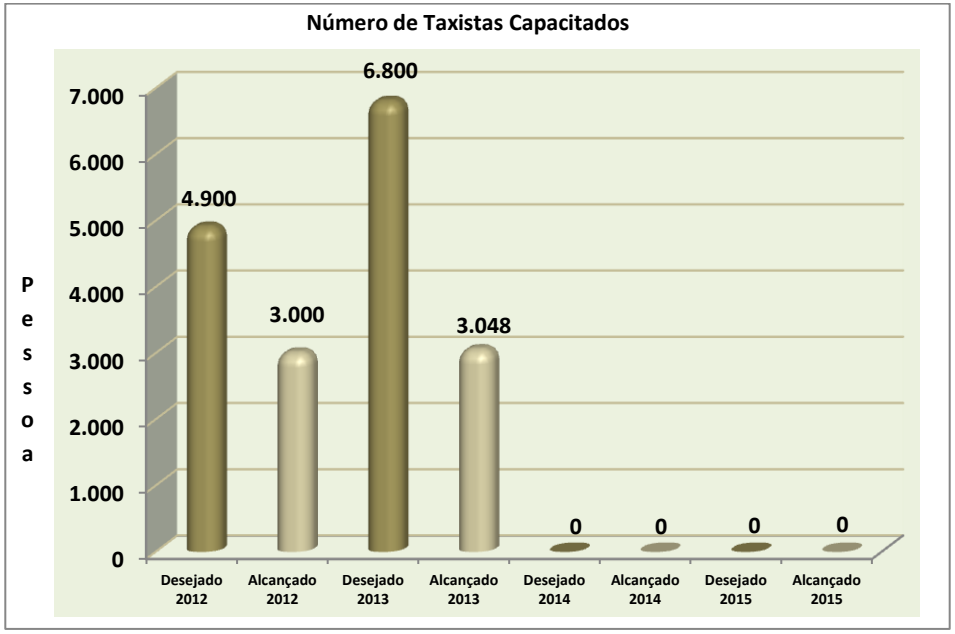
Justificativa – 2013

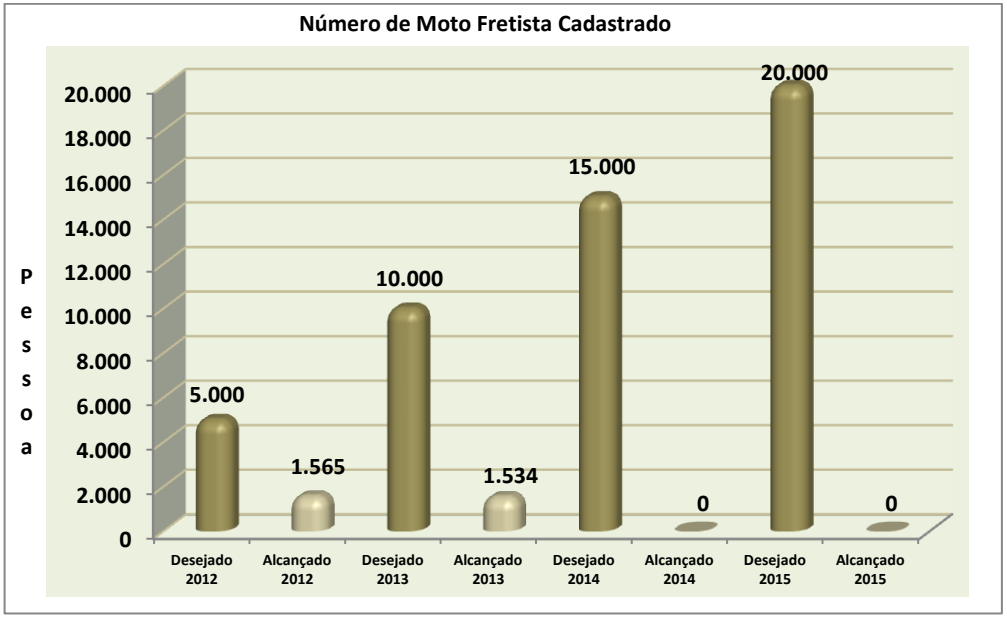
Indicador 1006 – Índice não alcançado visto que ainda se encontra em fasede licitação de novas permissões. Esta previsto para 2014 ampliação da frota de 3.400 para 4.046 permissões.

Indicador 1007 - Foram capacitados em parceria com o SEST/SENAT 3.048 taxistas.

Indicador 1008 - Foram capacitados em parceria com o SEST/SENAT 1.534 motofretistas no ano de 2013. Não alcançou o índice desejado em virtude da suspensão


Número de Veículos Taxis
Unidade
4.500
4.000
3.500
3.000
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
4.046
0
0
3.400
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Taxistas Capacitados
Pessoa
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
4.900
3.000
6.800
3.048
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Moto Fretista Cadastrado
Pessoa
20.000
18.000
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
5.000
1.565
10.000
1.534
15.000
0
20.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 007 – Aprimorar a gestão dos serviços de transporte visando proporcionar à população usuária um serviço seguro integrado e de qualidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

26.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF - ST

Análise do Objetivo Específico

No sentido de alcancer este Objetivo Específico, está em curso um processo licitatório para a contratação de consultoria para a implantação de modelo de Gestão por Processos no âmbito da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, envolvendo mapeamento, diagnóstico, proposição de melhorias, redesenho de processos, remodelagem da arquitetura organizacional do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF e o apoio necessário na implantação desse modelo de gestão por processos e das soluções tecnológicas dele decorrentes.

Encontra-se também em andamento a elaboração de termos de referência relativos às contratações das necessidades acessórias do Sistema Inteligente de Transportes - ITS.

No âmbito deste Objetivo ainda foram realizadas ações no sentido de elaborar planejamento e preparação das contratações de serviços para o Fortalecimento Institucional; apoiar à ST no processo de licitação para Concessão do Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF (Concorrência Nº 01/2011) e nos trabalhos subsequentes; aquisição de Equipamentos de Monitoramento da Poluição do Ar e Sonora, bem como a capacitação de técnicos do IBRAM na utilização dos mesmos.

Destaca-se ainda as licitações em curso para a contratação de consultoria para o Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental e para o Programa de Educação Socioambiental.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Expansão e modernização do Parque Tecnológico do Sistema de Transporte	Em 2012 foram adiquiridos 300 microcomputadores para a utilização de servidores da ST. Em 2013 não ocorreram novas ações em virtude da previsão de mudança da ST para o novo Centro Administrativo, que já possuirá toda estrutura tecnológica.
2. Publicação de Concurso Público para atualização do Quadro de Pessoal	Encontra-se em fase de estudos, iniciados em 2012.
3. Capacitação de recursos humanos	A capacitação de servidores se deu em parceria com a Escola de Governo do DF (EGOV), capacitando 67 servidores em 2013, além das capacitações externas com recursos do Fundo Pró Gestão. Atendendo aproximadamente 105 servidores capacitados.

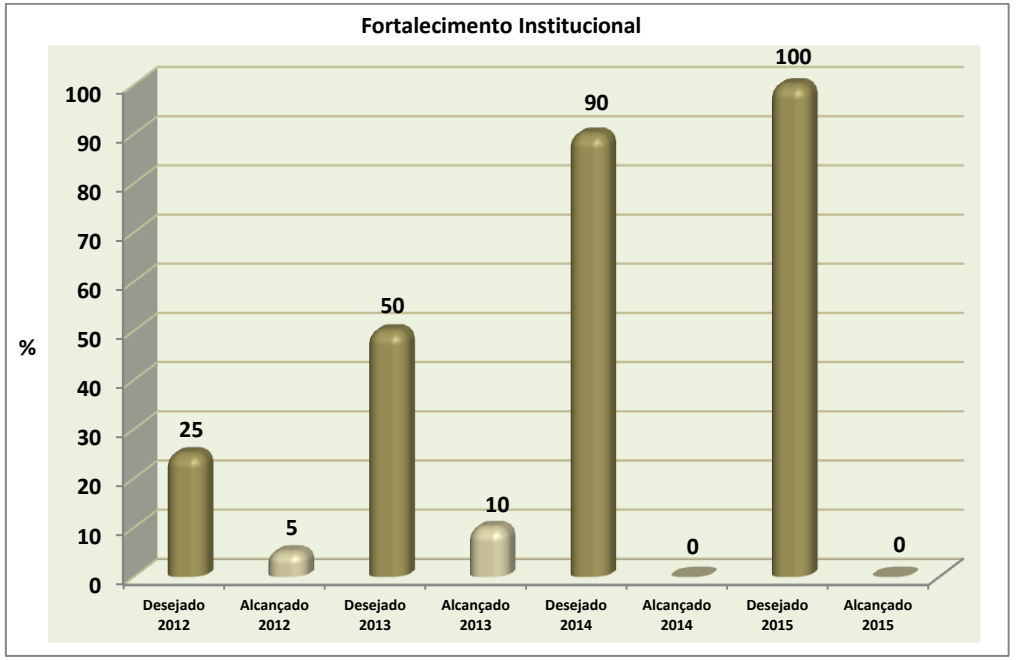
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
955	Fortalecimento Institucional	%	-	-	Anual	**Desejado**	25	50	90	100	ST
						Alcançado	5	10	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 955 - O programa de fortalecimento da gestão ambiental para a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), assim como a implementação do Programa de Educação Socioambiental estão em fase de licitação, sendo que já foram adquiridos os equipamentos de monitoramento da qualidade do ar e sonora.



PROGRAMA TEMÁTICO: 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO GERAL: Preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações destinadas ao aprimoramento da segurança pública, do Sistema Penitenciário e do atendimento à comunidade.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Garantir segurança pública por meio do uso inteligente dos recursos humanos e tecnológicos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O Programa temático é composto de 9 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os níveis de violência de forma imediata e permanente.	24.101
002 - Preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal.	24.101
003 – Aprimorar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal com ações que visam garantir custódia segura e digna aos encarcerados, sua reintegração e ressocialização, bem como reduzir a reincidência criminal e o déficit de vagas nas unidades prisionais.	24.101/ 24.908
004 – Aumentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por Policiais Militares altamente capacitados.	24.103/ 24.904
005 - Proporcionar segurança adequada a grandes eventos, por meio da utilização de modernas técnicas operacionais, emprego do policiamento ostensivo e de tecnologia de ponta, estando em condições de fazer frente a possíveis atos terroristas.	24.103/ 24.904
006 - Ampliar o atendimento à comunidade brasiliense, por meio dos projetos sociais desenvolvidos pela Polícia Militar, buscando melhoria no inter-relacionamento entre polícia e comunidade.	24.103
007 - Promover atendimento diuturno nas emergências atinentes às atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, visando a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente.	24.104/ 24.905
008 – Promover a Segurança Pública, realizando com proficiência as atividades de Polícia Judiciária e elevar os índices de resolução de crimes por meio da elaboração de procedimentos formais.	24.105/ 24.906
009 - Ressocializar, assistir e desenvolver a qualificação educacional e profissional do sentenciado, gerando oportunidades de emprego para promover sua reintegração à sociedade, bem como reduzir a reincidência criminal.	24.202/ 24.908

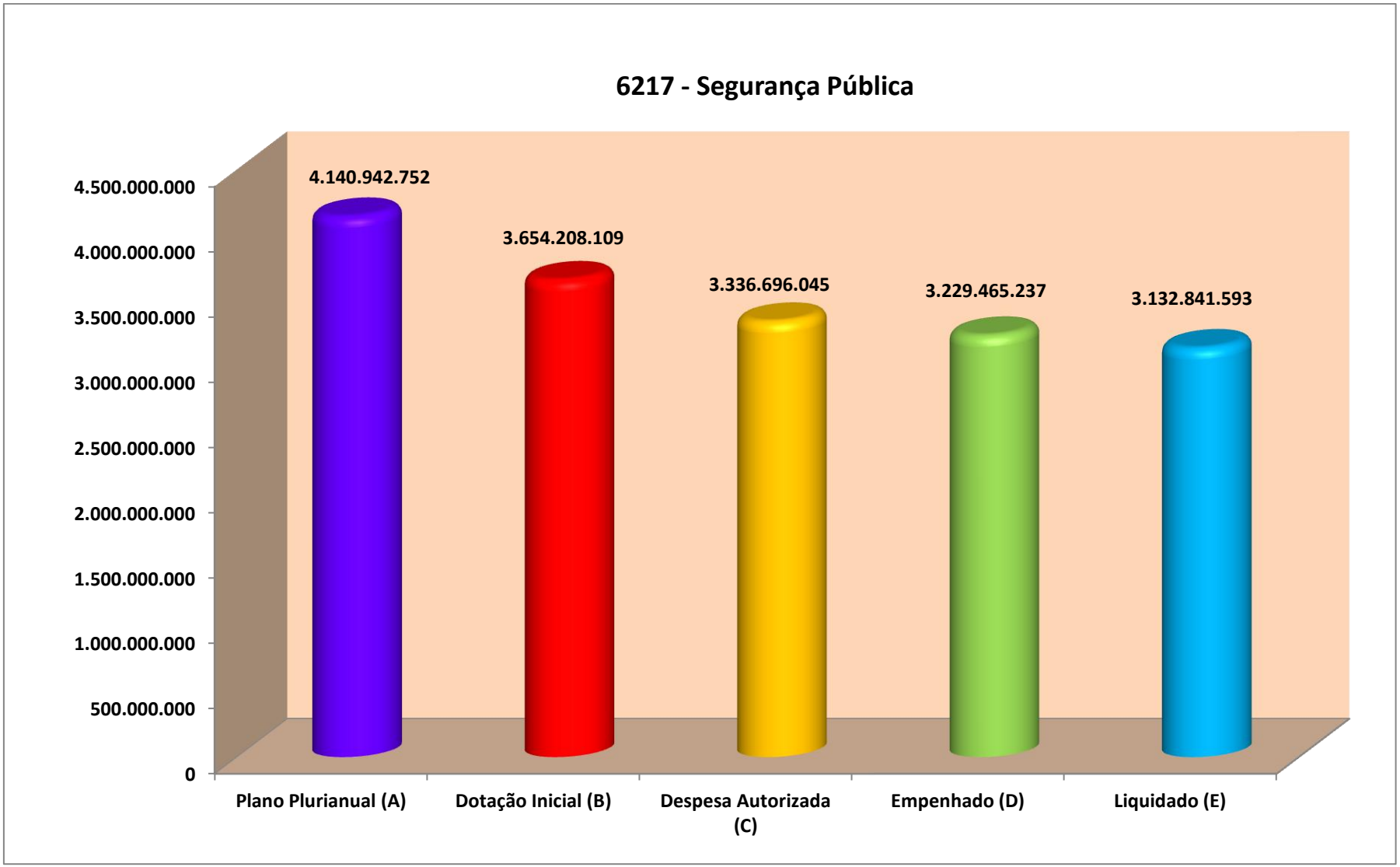
Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1169 - (EP) Implantação de Postos Policiais Comunitários	27.460	240.000	0	0	0	0	0
1172 - (EP) Reforma e Ampliação do Instituto de Criminalística	5.000.000	0	0	0	0	0	0
1197 - (EP) Implantação do Projeto do Batalhão Rural	1.000.000	0	0	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	13.387.674	4.794.242	4.860.673	4.805.673	4.805.673	36	36
1474 - Construção de Quartéis	57.234.702	220.000	0	0	0	0	0
1482 - Reforma de Quartéis	13.887.853	1.000.000	0	0	0	0	0
1569 - Desenvolvimento dos Programas Nacionais de Segurança Pública	39.213.308	16.500.000	36.808.859	6.843.414	5.984.197	17	15
1575 - Implantação de Unidade Administrativa	1.700.000	2.033.860	0	0	0	0	0
1685 - Melhoria das Estruturas Físicas do Sistema Penitenciário	549.206	0	0	0	0	0	0
1709 - Construção de Unidades do Sistema Penitenciário	14.499.038	49.650.000	24.186.804	2.061.916	1.726.791	14	12
1720 - Reforma de Unidades do Sistema Penitenciário	1.670.094	150.000	29.864	28.034	25.231	2	2
1984 - Construção de Prédios e Próprios	1.599.553	5.000.000	2.750.000	250.000	250.000	16	16
2007 - (EP) Capacitação de Detentos	600.000	0	0	0	0	0	0
2191 - Ressocialização e Assistência ao Sentenciado	9.291.079	15.379.055	19.052.646	16.035.365	14.837.478	173	160
2362 - Centro Piloto de Prevenção ao Uso de Drogas	1.178.829	0	0	0	0	0	0
2405 - Avaliação de Desempenho e Produtividade	486.000	0	0	0	0	0	0
2540 - Fornecimento de Alimentação aos Presidiários	27.460.300	54.585.560	45.508.132	45.025.132	41.352.107	164	151
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	218.500	0	0	0	0	0	0
2885 - Manutenção de Máquinas e Equipamentos	500.000	0	0	0	0	0	0
2947 - Central do Disque Segurança	3.185.395	0	0	0	0	0	0
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	247.000	0	0	0	0	0	0
3029 - Modernização e Reequipamento das Unidades de Segurança Pública	88.102.442	19.888.334	50.823.566	25.921.032	17.679.145	29	20

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
3097 - Construções de Unidades Policiais e delegacias	15.601.052	202.000	0	0	0	0	0
3098 - Reforma de Unidades Policiais e Delegacias	1.196.759	700.000	200.000	200.000	67.654	17	6
3175 - Implantação de Museu	800.000	0	0	0	0	0	0
3419 - Reequipamento e Reaparelhamento das Unidades da Segurança Pública	18.587.303	11.525.000	10.330.421	3.314.529	1.856.241	18	10
3467 - Aquisição de Equipamentos	100.000	1.000	0	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	2.464.804	520.000	224.528	148.197	148.197	6	6
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	2.052.618	650.000	0	0	0	0	0
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	219.682	2.000.000	0	0	0	0	0
4031 - Monitoramento por Câmera de Vídeo	773.682	30.548.000	13.276.868	11.046.674	0	1428	0
4088 - Capacitação de Servidores	8.812.775	1.129.500	557.350	460.536	331.618	5	4
4189 - Implementação de Projetos Junto à Comunidade - PM	4.171.206	250.000	0	0	0	0	0
4190 - Bases Comunitárias Móveis da Polícia Militar	540.000	0	0	0	0	0	0
4220 - Gestão de Recursos de Fundos	8.766.190	4.785.383	21.492.745	6.766.437	1.283.973	77	15
6204 - Manutenção do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública	1.757.459	0	0	0	0	0	0
7037 - Construção de Postos da Polícia Rodoviária	200.000	0	0	0	0	0	0
8502 - Administração de Pessoal	3.664.285.064	2.981.681.988	2.864.956.454	2.864.955.749	2.856.832.302	78	78
. Recursos do OFSS	970.708	3.939.586	4.164.052	4.163.347	4.163.347		
. Recursos do FCDF - *Pessoal([1])*	**3.663.314.356**	**2.977.742.402**	**2.860.792.402**	**2.860.792.402**	**2.852.668.955**	78	78
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	129.575.725	743.112	4.137.212	4.137.210	3.516.988	3	3
Recursos do FCDF - *Custeio([2])*		**99.695.617**	**97.608.018**	**97.603.310**	**86.371.940**	0	0
Recursos do FCDF - *Investimento ([3])*		**350.335.458**	**139.891.905**	**139.862.029**	**95.772.058**	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6217	**4.140.942.752**	**3.654.208.109**	**3.336.696.045**	**3.229.465.237**	**3.132.841.593**	**78**	**76**

([1])Excluídos valores referentes a inativos

([2]) e ([3]) Os valores não foram somados na coluna do PPA porque já constam diluídos nas ações específicas de custeio e investimento. Na execução da despesa, foram agregados dessa forma porque não há como desmembrá-los nas ações específicas conforme previsto no PPA.


6217 - Segurança Pública
4.500.000.000
4.000.000.000
3.500.000.000
3.000.000.000
2.500.000.000
2.000.000.000
1.500.000.000
1.000.000.000
500.000.000
0
4.140.942.752
3.654.208.109
3.336.696.045
3.229.465.237
3.132.841.593
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 - Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os níveis de violência de forma imediata e permanente.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria de Estado de Segurança Pública, coordenadora do Sistema de Segurança Pública do Distrito Federal, o qual é integrado, ainda, pela Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal, como órgãos vinculados à SSP, tem empreendido ações e atividades numa busca constante da melhoria da segurança pública em todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal com a finalidade de resgatar a sensação de segurança que deve permear o cotidiano dos residentes e visitantes da Capital Federal, com vistas à melhoria da qualidade de vida, promoção do bem estar e garantia da vida e do patrimônio de toda a população do Distrito Federal.

A integração das forças de segurança pública foi ponto de grande relevância para se evitar o crescimento da criminalidade, pois pensar, preparar e executar juntos possibilita a união de esforços em torno de objetivos comuns, quando agregadas outras atividades de interesse da segurança pública, como a ordem social, a fiscalização de posturas e ocupação de logradouros públicos, o combate à venda de produtos ilícitos ou o defrontamento do comércio irregular, aumenta o poder operacional dos órgãos vinculados à SSP/DF, considerando-se também a participação da sociedade civil por meio dos Conselhos de Segurança Comunitários e demais segmentos do Executivo local.

Nesta sintonia, a modernização das atividades de segurança pública, citando-se como exemplo o uso da tecnologia da informação, o desenvolvimento de programas de segurança pública voltados à realidade de cada ente federativo e também a construção de ambientes mais adequados ao ofício dos servidores da área (quartéis e delegacias) e monitoramento por câmeras de vídeo, somada à utilização dos recursos tecnológicos, treinamento dos quadros de pessoal dos órgãos, aquisição de equipamentos com tecnologia avançada para a ampliação do esforço dos agentes integrantes dos efetivos da PMDF, PCDF, CBMDF e DETRAN/DF, agregou valor ao trabalho de enfrentamento às diversas práticas criminais rotineiramente percebidas na sociedade moderna no ano de 2013.

Na contramão dos fatores que contribuíram para o êxito das ações de segurança pública, passamos a elencar algumas atividades e circunstâncias que dificultaram o nosso trabalho, como a manutenção do desemprego; a grande quantidade de pessoas em situação de rua, os quais são autores e vítimas de crimes diversos; o aumento da participação de menores em diversos atos infracionais cooptados por pessoas maiores de idade com o fito de utilizar-se dos benefícios do Estatuto da Criança e do Adolescente, quando apreendidos, isentando-se os maiores que estão sujeitos às penas de maior reprimenda; os benefícios legais que permitem ou determinam a soltura de presos em datas específicas, os quais como regra, se envolvem em modalidades diversas de práticas criminais.

Mesmo diante de cenários desfavoráveis, a Secretaria de Segurança Pública está perseguindo a redução criminal proposta pelo Governo do Distrito Federal, buscando cada dia mais, a integração das forças e pastas de interesse do quadro da Administração Pública local e aprimorando seus programas de entretenimento, de educação para a cidadania e de promoção da cultura, todos focados para a prevenção da violência social no intento de colaborar na construção de uma sociedade mais justa, solidária e segura.

As Expectativas para 2014 são a Mudança na legislação penal e no Estatuto da Criança e adolescente; a Estruturação do sistema prisional para acomodar todos os autores de crime e que contribuam para a regeneração do interno; a Criação de estruturas que possibilitem a ressocialização dos menores infratores; a Implantação de políticas públicas para atender a demanda da população em situação de rua de maneira a retirá-la desta condição, pondo fim à sua vulnerabilidade; e, a Adoção da internação compulsória para os usuários de drogas lícitas e ilícitas, diagnosticados com doenças crônicas que os impeçam de decidir sobre a necessidade da submissão ao tratamento.

Metas 2012 – 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir a criminalidade de forma global em 8%, com foco nos crimes violentos, letais e internacionais, através de ações integradas	No exercício de 2012 a Meta alcançada foi de +6,7%, sendo o desejado como índice de redução da criminalidade -8%. No exercício de 2013 o índice alcançado foi de 5,62%, tendo como fatores determinantes para o resultado alcançado: - O período de greve dos policiais civis do DF, que se estendeu de 24 de agosto a 12 de novembro de 2012, fez com que diversas ocorrências deixassem de ser registradas naquele período. Isso trouxe um impacto negativo para a comparação com os dados de 2013, pois foram feitas comparações com números abaixo do esperado e não representativos da realidade de 2012. - A prevenção do crime, em especial nas Cidades Satélites, restou prejudicada pelo grande número de policiais deslocados de suas unidades de lotação, para fazer frente às necessidades dos eventos esportivos e das manifestações ocorridas na região central de Brasília. O acompanhamento da evolução de tais índices é feito pela variação percentual do índice de criminalidade atual em relação ao período equivalente anterior (VIC). O valor é extraído das fórmulas: $\mathrm{IC} = \frac{\sum \mathrm{Crimes}}{\mathrm{População}} \times 100.000 \quad \mathrm{VIC} = 1 - \frac{\mathrm{IC}}{\mathrm{IC\ anterior}} \times 100.$

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1050	Redução da criminalidade	%	6,1	31/12/2010	Anual	Desejado	8	8	8	8	SOSP/ SSP
						Alcançado	+6,7	+9,9	-	-	

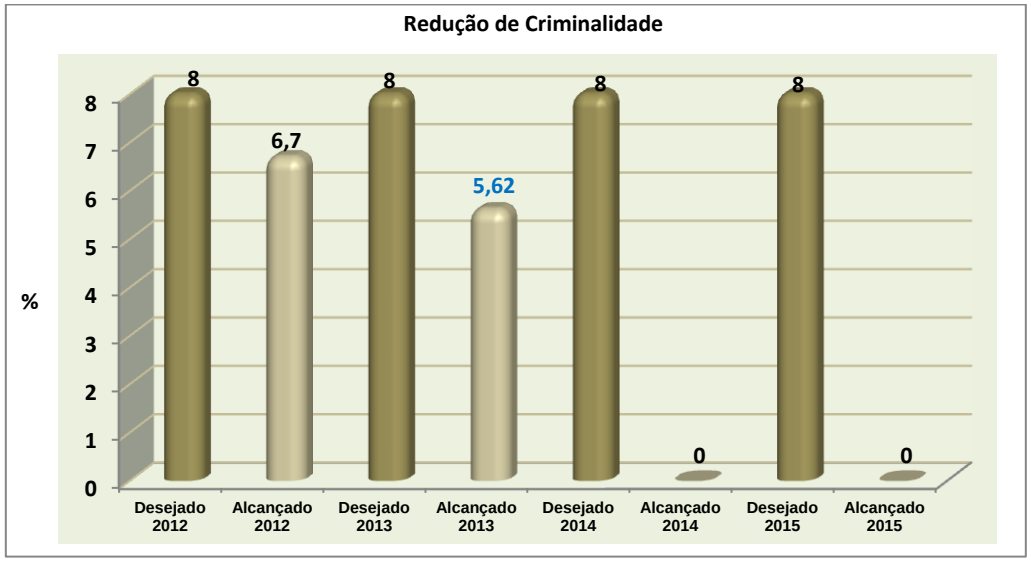
Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1050	Redução da criminalidade	%	6,1	31/12/2010	Anual	Desejado	8	8	8	8	SOSP/ SSP
						Alcançado	+6,7	+5,62	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1050 - O indicador de Criminalidade para o ano de 2013, em relação a 2012, foi impactado pelo período de Greve da Polícia Civil do Distrito Federal, pelo aumento dos crimes contra o patrimônio praticado por usuário de entorpecentes para manter o vício e pelo deslocamento de efetivo policial para cobrir as manifestações na área central de Brasília durante a copa das confederações.



Objetivo Específico: 002 - Preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

Análise do Objetivo Específico

O planejamento e coordenação dos trabalhos de organização da Copa das Confederações-FIFA/Brasil-2013, capitaneando todas as ações da segurança pública para garantir a ordem, a preservação dos direitos e garantias individuais em detrimento do anseio dos atores em manifestações realizadas à época do evento são exemplos de grandes feitos desta Secretaria de Estado. Em continuação, este árduo trabalho prosseguiu ao longo do ano na coordenação das atividades de planejamento do grande evento Copa do Mundo-FIFA/Brasil-2014, sem deixar à margem a tarefa de tensionar os órgãos vinculados na intensificação das ações preventivas/repressivas na esfera criminal, de primeiros socorros e de enfrentamento às infrações e delitos de trânsito.

Neste trabalho de preparação da segurança para os grandes eventos, já inserindo as Olimpíadas/2016, vez que algumas modalidades esportivas da aludida competição serão realizadas no Distrito Federal, o trabalho de coordenação não sofreu qualquer solução de descontinuidade com o encerramento do primeiro evento (Copa das Confederações), ao contrário, percebeu-se o surgimento de novas demandas, a intensificação dos trabalhos em andamento como, por exemplo, as soluções em tecnologia com o processo de monitoramento por câmeras, a capacitação dos servidores que absorverão missões específicas nos jogos da copa do mundo e demais atividades vitais para o pleno êxito dos jogos que serão realizados em Brasília/DF, desde a recepção no Aeroporto Internacional, condução à rede de hotelaria, escolta para os Centros de Treinamento de Seleções, proteção no deslocamento para reconhecimento do gramado no Estádio Nacional de Brasília e outros trabalhos correlatos.

A organização da segurança pública, para bem se conduzir durante os grandes eventos, em parceria com a Secretaria Extraordinária para a Segurança de Grandes Eventos (SESGE) foi de fundamental importância para a interação entre os diversos órgãos públicos envolvidos nas atividades previstas, como forma de prevenir e reprimir qualquer possibilidade de condutas ou comportamentos que possam implicar no cancelamento de jogos da copa ou na realização de modalidades esportivas das Olimpíadas. Como exemplo de integração, pode-se mencionar a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR) com o objetivo de coordenar todas as ações dos atores empregados no evento, firmando-se os protocolos necessários, estando em fase de conclusão o treinamento e a capacitação dos operadores do sistema integrado.

Quanto às câmeras de monitoramento, a segurança pública já está colhendo os frutos do projeto, obviamente com a utilização daquelas instaladas na área central de Brasília e nas proximidades do Estádio Nacional de Brasília e no Parque Dona Sarah Kubitschek, pois as demais ainda estão sob os ajustes necessários ao pleno funcionamento.

Ademais, ressalte-se que a relação de urbanidade e cordialidade existente entre os segmentos com ações nos grandes eventos tem contribuído para o bom funcionamento dos preparativos, além, é claro, da prevalência de interesses convergentes para o mesmo foco, fator que tem provocado a aproximação, o intercâmbio e a ajuda mútua entre todos os órgãos encarregados do planejamento dos grandes eventos.

Por outro lado, realça-se dificuldade na elaboração de normativos que regulamentem certos comportamentos de risco durante os grandes eventos, atos que são essenciais para a garantia da segurança das pessoas e dos patrimônios envolvidos; outro fator a ser considerada é a resistência deste ou daquele

órgão na cessão de seu espaço para que outro o ocupe temporariamente, circunstâncias que estão sendo suprimidas a cada dia, pois o caminho da integração não permite retorno à situação anterior.

As expectativas para 2014 são a conclusão das obras prediais do CICCR e a instalação dos equipamentos e softwares para operacionalização das ações integradas, essa estrutura atenderá as demandas para os grandes eventos vindouros e também servirá como centro de atendimento aos pedidos de socorros de urgência, atuação policial emergencial e demais medidas de pronto atendimento na área de segurança pública, bem como de outras afins que vierem a ser agregadas ao nosso trabalho.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Coordenar e preparar os órgãos do Sistema de Segurança Pública para atuação em grandes eventos	A meta alcançada em 2013 foi a realização da integração entre as forças policiais, de socorros de urgência e de trânsito, circunstância que contribuiu sensivelmente para o sucesso na atuação dos órgãos, vinculados à SSP, durante a Copa das Confederações.
2. Reequipar e reaparelhar o Sistema de Segurança Pública com aquisição de 2400 equipamentos *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	No exercício de 2012 a Meta alcançada foi de 739 equipamentos adquiridos e no exercício de 2013 foram adquiridos 1.558 novos equipamentos, destacando-se o Sistema de Monitoramento por Câmeras de Vídeo que é composta por 835 câmeras, que propiciará uma ação rápida e eficaz da polícia antes e durante a realização dos grandes eventos na Capital Federal, a partir de 2014.
3. Capacitar 4.200 servidores por ano até dezembro de 2015 a fim de garantir a segurança em grandes eventos	No exercício de 2012 a Meta foi alcançada com 4.900 capacitações e no exercício de 2013 foram 16.703 capacitações, sendo 6.989 voltadas para Preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal. A meta foi alcançada devido às participações dos servidores da Secretaria de Segurança Pública em seminários e simpósios acerca do Comitê Organizador da Copa e Segurança em grandes eventos esportivos e na realização do Seminário Nacional sobre o Observatório de Segurança Pública. Houve também, a realizações de workshops, simulacros e simulados em ações conjuntas entre os órgãos vinculados, direcionados para o gerenciamento dos grandes eventos, a oferta de cursos de especialização lato Sensu, como Análise Criminal e Gestão de Pessoas, o curso técnico em Ações Integradas de Segurança Pública em Grandes Eventos, curso básico na língua inglesa.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

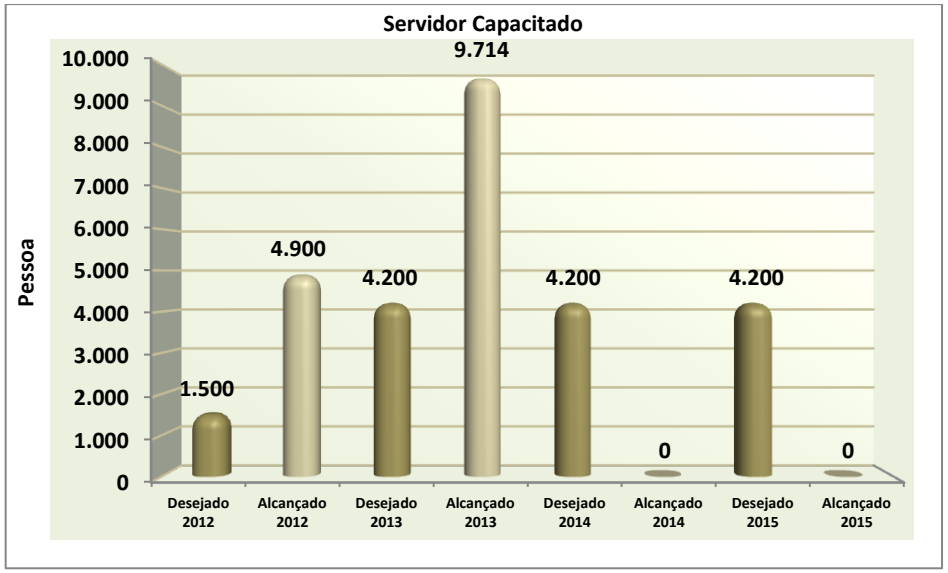
Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1179	Servidor capacitado	Pessoa	10	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.500	4.200	4.200	4.200	SSP
						Alcançado	4.900	9.714	-	-	
1300	Equipamento adquirido	Unidade	30	31/12/2010	Anual	**Desejado**	500	1.000	800	100	SSP
						Alcançado	739	1.558	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1179 - Durante o Exercício de 2013 foram realizados diversos cursos de aperfeiçoamento nas modalidades Presenciais e a Distância - EAD, totalizando 9.714 capacitações, sendo 6.989 Agentes de Segurança Capacitados e 2.725 capacitações para servidores administrativos.

Indicador 1300 - Foram adquiridos 1.558 equipamentos com a finalidade de reequipar e reaparelhar as Unidades da Secretaria de modo a modernizar a Segurança Pública do Distrito Federal.



Objetivo Específico: 003 – Aprimorar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal com ações que visam garantir custódia segura e digna aos encarcerados, sua reintegração e ressocialização, bem como reduzir a reincidência criminal e o déficit de vagas nas unidades prisionais.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

24.908 – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - FUNPDF

Análise do Objetivo Específico

O Sistema Penitenciário do Distrito Federal, no exercício de 2013, passou por diversas melhorias para garantir a custódia segura e digna aos encarcerados. Durante todo o ano foram realizadas melhorias nas estruturas físicas das penitenciárias, tendo em vista que, a rotina penitenciária é dinâmica e demanda pequenas obras e reparos, devido aos danos causados pelos internos ou por eventos da natureza.

Dentro dos seus objetivos, visando o aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário, e a manutenção da custódia segura dos presos e sua reintegração e ressocialização, o Fundo Penitenciário, através de sua Secretaria Executiva, responsável pela Gestão Orçamentária e Financeira e pela execução de suas atividades, efetivou os seguintes projetos no ano de 2013:

- Reforma dos blocos desativados da PFDF (Penitenciária Feminina do DF), contribuindo para aproveitar melhor o espaço e reduzir os déficits de vagas;
- Kit de vestimentas para internas do PFDF, o que possibilitou a padronização das vestimentas das presas, viabilizando um melhor monitoramento e maior controle dos procedimentos de segurança do Sistema Penitenciário;
- Reforma do Alojamento do CIR (Centro de Internação e Reeducação), contribuindo para melhoria na higiene e conforto para os servidores;
- Recuperação de portas e portais dos blocos “D”, “E”, “F”, “G” da PDF I (Penitenciária do DF I) o que possibilitou a recuperação dos portais desgastados, possibilitando maior segurança prisional;
- Reforma do controle de 04 Blocos e do Controle do portão principal PDF I, proporcionando melhorias no ambiente destinado aos servidores, promovendo maior segurança interna no local de trabalho;
- Estruturação da Escola Penitenciária por meio de aquisição de forro PVC para os espaços pedagógicos e administrativos, contribuindo para melhorias no ambiente de trabalho e de ensino dos Servidores do Sistema Penitenciário do Distrito Federal;
- Aquisição de 01 Viatura tipo Furgão para a Ala de Tratamento Psiquiátrico da PFDF o qual proporcionou aumentar o numero de escoltas diárias de internos que necessitam de tratamento no Instituto de Saúde Mental, da Secretaria de Estado de Saúde;
- Aquisição de 02 Viaturas tipo Furgão, que proporciona atender as demandas da SESIPE, no transporte de preso ao comparecimento em audiências designadas pelo Poder Judiciário, bem como Ministério Público do Distrito Federal, alem de atender as diversas atividades rotineiras e administrativas dos diversos setores do Sistema Penitenciário.

No tocante ao déficit de vagas do Sistema Prisional da Capital Federal, foram iniciadas três obras que juntas ampliarão em 1.400 novas vagas, sendo: ampliação do Centro de Progressão Penitenciária – CPP em 600 vagas, da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF em 400 vagas e do Centro de Detenção Provisória – CDP em 400 vagas, obras previstas para término no exercício de 2014.

O atendimento aos familiares dos apenados foi modernizado com a utilização de *Scanners Corporais* nas revistas íntimas durante o ingresso nos estabelecimentos penais, através de um processo mais célere e menos constrangedor. Essa mudança foi feita para aumentar a segurança dos internos ao não permitir entrada de objetos ilegais nos estabelecimentos penais por visitantes.

Durante o exercício de 2013 foi realizada a integração das informações de inteligência entre as unidades prisionais e delas com unidades de segurança pública, conforme relacionado abaixo:

- Integração das informações de inteligência entre as unidades prisionais do Distrito Federal;
- Elaboração do banco de dados sobre facções criminosas com atuação no sistema penitenciário do Distrito Federal;
- Difusão das informações de inteligência penitenciária à Polícia Civil do Distrito Federal para fins de investigação;
- Difusão das informações de inteligência penitenciária à Polícia Militar do Distrito Federal para fins de monitoramento;
- Difusão das informações de inteligência à Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal para fins de conhecimento e monitoramento;
- Produção de relatórios de inteligência difundidos para diversos órgãos de segurança e de inteligência no âmbito do Distrito Federal e entidades congêneres federais.

A Secretaria de Segurança Pública, visando melhorar a qualidade do atendimento dos serviços prestados pelos servidores do sistema prisional, capacitou 505 servidores penitenciários. Os cursos foram realizados em parceria com a Direção Penitenciária de Operações Especiais (DPOE):

- Gerenciamento de crise;
- Escolta Armada;
- Motopatrulhamento;
- Curso de Intervenção Rápida em Recinto Carcerário;
- Cursos de Inglês Básico;
- “Jornada de Excelência” (parceria com o CDP);
- Docência no Ensino Superior (convênio PMDF);
- Formação de Tutores à distância (convênio DEPEN/UFMG);
- Gestão de saúde prisional (convênio Depen/UFMG).

Para o ano de 2014 estão previstos os seguintes projetos aprovados na 1º Reunião ordinária, 1º Reunião Extraordinária e 2º Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do FUNPDF:

- Aquisição de 360 cadeiras executivas do tipo caixa alta;
- Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação do Núcleo de Ensino do Centro de Detenção Provisória – CDP;
- Aquisição de 07 veículos pick-up, caracterizado com cubículo;

- Um veículo pick-up, com capota de fibra; 05 veículos hatch caracterizado e 05 veículos hatch descaracterizado;
- Contratação de empresa especializada para atuar em projeto para melhoria da qualidade de vida e do potencial de recuperação dos internos, por meio da capacitação psicológica e interrelacional dos servidores no âmbito do Sistema Penitenciário do Distrito Federal – SESIPE;
- Aquisição de 40 veículos, sendo 20 do tipo hatch e 20 tipo sedan, equipados conforme exigências do DENATRAN;
- Aquisição de mobiliários e assentos para atender a demanda das unidades do Sistema Penitenciário do Distrito Federal;
- Contratação de Empresa especializada para realizar calçamento de todo o perímetro externo do Centro de Detenção Provisória – CDP e
- Aquisição de kit vestimentas padrão aos reclusos da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF.

Quanto às dificuldades encontradas na execução dos projetos, citamos a falta de tempo hábil para conclusão dos procedimentos licitatórios e dificuldades na elaboração dos projetos.

Dentre as metas propostas do acumulado de 2012 a 2013, com as medidas adotadas com os recursos do FUNPDF, houve um aperfeiçoamento dos serviços de segurança nos presídios, redução do déficit de vagas no complexo penitenciário do DF e buscou-se atingir o desenvolvimento pessoal e social da população carcerária através de ações socioeducativas, visando a sua reintegração.

As expectativas para 2015 é a construção 04 Centros de Detenção Provisória - CDP's, com capacidade de 800 vagas cada, totalizando as 3.200 vagas, serão construídos também 06 Blocos de Apoio, complementando o complexo de CDP's, sendo: 02 Blocos de Administração, 02 Blocos de Recepção e Revista e 02 blocos de Saúde. O início das obras está previsto para o 2º semestre de 2014 e o prazo de conclusão é de 24 meses.

Contudo ainda é necessário o aperfeiçoamento do Sistema Penitenciário como um todo, e para que os resultados abrangentes possam ser atingidos, é indispensável a continuidade de ações na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas na área prisional.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Assistir 15.656 presos até 2015 em Estabelecimentos Penais	O aumento de detentos nas unidades prisionais é o resultado da nova política governamental no combate ao crime, que está diretamente ligada à intensidade da atuação da segurança pública em operações policiais, bem como aos cumprimentos de mandados de prisão; e a atuação da Vara de Execuções Penais no tocante as progressões e regressões de pena dos sentenciados. O Sistema Penitenciário do Distrito Federal assistiu 11.106 presos no ano de 2012 e ano de 2013 foram estimados 13.019 presos, todavia, a administração penitenciária acolheu 12.278 presos. A diferença apresentada entre a estimativa e o índice alcançado, percebida durante a avaliação da meta, pode ser atribuída a uma política de não encarceramento. Ou seja, a Lei 12.403/11 que veio com a finalidade instituir diversas medidas cautelares processuais penais de natureza pessoal, com o objetivo de assegurar a subsidiariedade da prisão temporária, colocando em prática os preceitos de nossa Lei Maior. A lei 12.403/11 alterou dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares, e tem por finalidade limitar o excesso das prisões processuais e criar medidas cautelares alternativas à prisão e que também sejam aptas a assegurar a aplicação da lei penal e a ordem processual.
2. Reduzir em 1.297 o Déficit de	A Secretaria de Segurança Pública realizou no ano de 2012 as sondagens para análise geotécnica do solo, para ampliação do Centro de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Vagas no Sistema Penitenciário até o ano 2015	Progressão Penitenciária – CPP, em 600 vagas, da Penitenciária Feminina do Distrito Federal – PFDF em 400 vagas e do Centro de Detenção Provisória – CDP em 400 vagas. No exercício de 2013 teve início às obras, acima, e o término está previsto para 2014, o que reduzirá o déficit do sistema em 1.400 vagas.

Meta 3 excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

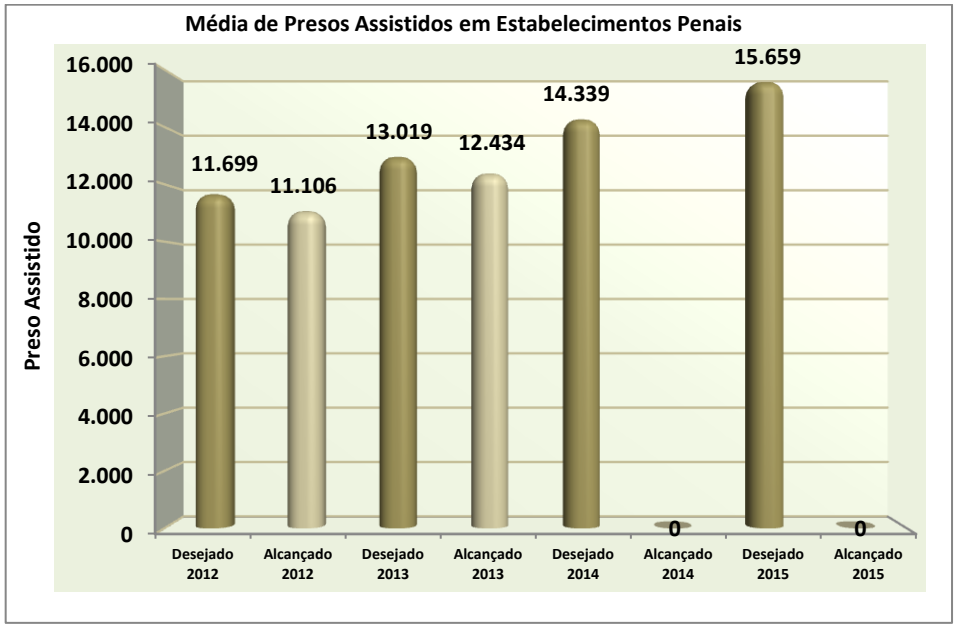
Indicadores:

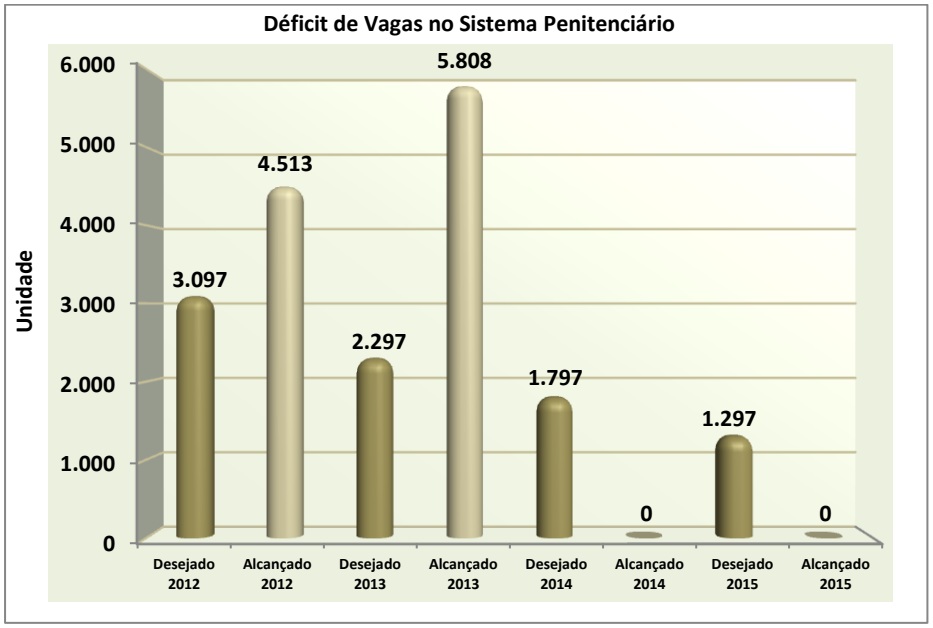
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1047	Média de presos assistidos em estabelecimentos penais	Preso Assistido	9.858	31/12/2011	Anual	**Desejado**	11.699	13.019	14.339	15.659	SESIPE/SSP
						Alcançado	11.106	12.434	-	-	
1048	Déficit de vagas no sistema penitenciário	Unidade	3.897	31/12/2011	Anual	**Desejado**	3.097	2.297	1.797	1.297	SESIPE/SSP
						Alcançado	4.513	5.808	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1047 - O exercício de 2013 iniciou com a população carcerária em 11.106 internos e, em 31/12/2013, fechou com um acréscimo de 1.328 internos, totalizando 12.434 internos, o que corresponde a um aumento de 10,68% na população carcerária do Distrito Federal.

Indicador 1048 - Devido ao aumento de 10,68% na população carcerária em 2013, isso resultou no aumento do Déficit de Vagas no Sistema Penitenciário para 5.808 vagas.


Média de Presos Assistidos em Estabelecimentos Penais
Preso Assistido
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
11.699
11.106
13.019
12.434
14.339
0
15.659
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Déficit de Vagas no Sistema Penitenciário
Unidade
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
3.097
4.513
2.297
5.808
1.797
0
1.297
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 – Aumentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, e com o uso de modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por Policiais Militares altamente capacitados.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.103 – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF

24.904 – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – FUNPMDF

Análise do Objetivo Específico

A Polícia Militar do Distrito Federal com a finalidade de atingir o proposto no objetivo específico tem envidado esforços, investindo em tecnologia de ponta, adquirindo novos equipamentos e trabalhado incessantemente com o fim de aumentar a eficácia do processo de gestão (mais integrada e estratégica) e também na capacitação de Policiais Militares. Dentro desta linha de ação, destacamos os seguintes investimentos: aperfeiçoamento da infraestrutura de tecnologia da informação, aquisição de redes de transmissão de dados, implantação do sistema de georeferenciamento em todo o DF, implantação de sistemas de comunicação e de inteligência; Aquisição de 47 viaturas administrativas, 695 viaturas operacionais e 12 viaturas especiais - para o controle de distúrbios em grandes aglomerações – totalizando 754 novas viaturas adquiridas.

A Corporação tem investido também na otimização de processos finalísticos a fim de prestar um serviço de excelência ao seu cliente final, que é a Sociedade do Distrito Federal, fomentando e implementando o aperfeiçoamento e a especialização contínua do seu efetivo; visando a sinergia nos processos que visam desenvolver a sensação de segurança e bem-estar público na População; buscando manter o policial militar plenamente apto para responder prontamente a qualquer situação que o ofício lhe exigir, sempre atualizado para acompanhar o desenvolvimento das ciências que norteiam a Segurança Pública; e, ainda, ensejando que o miliciano busque novos horizontes no campo do conhecimento, visando melhor atender à população e responder com sabedoria aos desafios que se impõem cotidianamente.

No que tange às medidas institucionais adotadas pela PMDF na implementação de programas de governo, voltadas à integração entre os diversos segmentos da Segurança Pública, a Corporação (no ano de 2013) realizou 2.118 apoios a outros órgãos, no combate permanente e imediato da criminalidade no Distrito Federal, desenvolvendo ações conjuntas, integradas - reduzindo a criminalidade de forma global.

Ademais, a PMDF desencadeou várias operações (209 no total), por meio de Ordens de Serviço (aos Comandos Regionais de Policiamento, os quais estão divididos em Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP), objetivando reduzir de maneira eficaz a ação delituosa de criminosos no Distrito Federal, em consonância com o Programa de Governo “Ação pela Vida – Integração e Cidadania” (em seus oito eixos de enfrentamento à violência social).

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir os índices de violência e criminalidade a níveis desejáveis para uma convivência harmônica e pacífica de toda a sociedade brasiliense	Com a finalidade de alcançar a meta proposta, a Corporação fez investimentos em tecnologia da informação adquirindo: 23 Torres para transmissão de dados; 4000 aparelhos de telefonia celular com tecnologia 4G; 36 antenas para comunicação de dados; roteadores; 56 servidores; 01 Storage; 46 servidores para as Unidades Policiai; implantação do sistema de georeferenciamento em todo o DF; sistemas de comunicação e sistemas de inteligência. A frota da Corporação foi renovada e ampliada com aquisição de mais 754 viaturas novas, perfazendo um total de 3.618 viaturas em uso (atualmente, viaturas administrativas, aeronaves, motos, carros velados, embarcações, especializadas e não especializadas e, operacionais). A corporação realizou 2.118 apoios a outros órgãos do GDF, e desenvolveu ainda, 209 Operações preventivas em concordância com o proposto no Programa de Governo "Ação pela Vida – Integração e Cidadania". Por conseguinte, houve um "aumento" na quantidade de armas apreendidas (acréscimo de 13%) e da localização de uma quantidade considerável de veículos furtados/roubados – 6.825 (aumento de 16,7%); houve redução do número de ocorrências de diversas naturezas – Atentado violento ao pudor (50%), corrupção de menores (32%), dano ao bem público (28%), estupros (34%), furto/tentativa (37%), homicídio (22%), tentativa de homicídio (25%), lesão corporal (28%), roubo/tentativa (13%), roubo a banco (34%), sequestro e cárcere privado (23%), tumultos (66%). Dados estatísticos comprovam e consubstanciam a efetividade da PMDF na consecução da sua missão na segurança pública.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

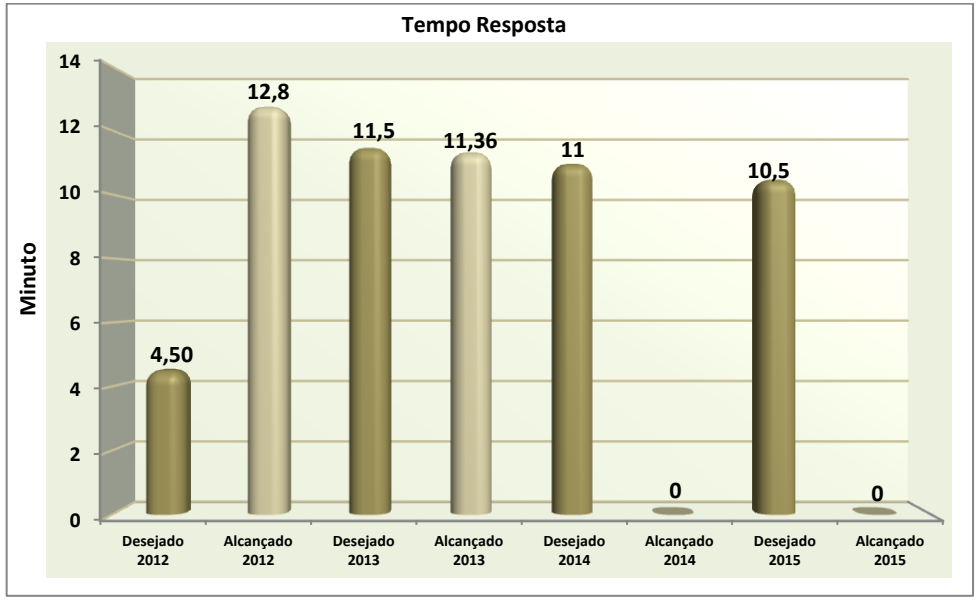
Indicadores:

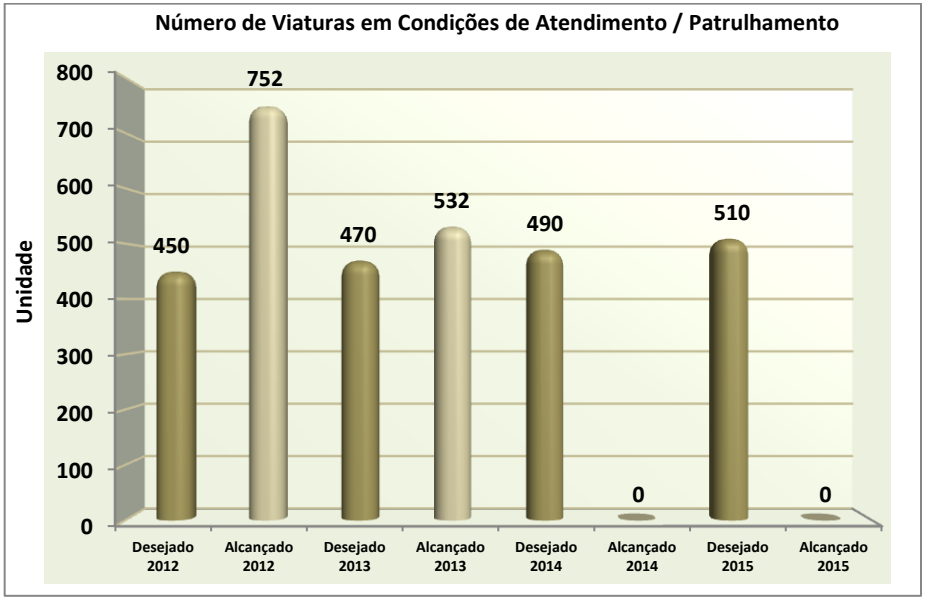
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade De Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1051	Tempo resposta	Minuto	12,3	31/12/2010	Mensal	**Desejado**	4,50	11,5	11	10,5	PMDF
						Alcançado	12,8	11,36	-	-	
1181	Número de viaturas em condições de atendimento/ patrulhamento	Unidade	430	31/12/2010	Turno de serviço de 24 horas	**Desejado**	450	470	490	510	Mapa de controle de viaturas do DOP
						Alcançado	752	532	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1051 - A malha viária do DF é deficitária, não permitindo acesso rápido a algumas localidades, há aproximadamente 1.300.000 veículos em circulação, o que prejudica a fluidez do trânsito. Em países desenvolvidos, onde há fortes investimentos em segurança pública, as características culturais e urbanas são diferentes das encontradas no DF, o tempo de atendimento a ocorrências é geralmente da ordem de 10 min, o que justifica o redimensionamento do indicador ora mensurado, face aos óbices apresentados.

Indicador 1181 - O alcance da meta ocorreu devido à implementação de um programa de aquisição de viaturas.





Objetivo Específico: 005 - Proporcionar segurança adequada a grandes eventos, por meio da utilização de modernas técnicas operacionais, emprego do policiamento ostensivo e de tecnologia de ponta, estando em condições de fazer frente a possíveis atos terroristas.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.103 – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF

24.904 – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – FUNPMDF

Análise do Objetivo Específico

A Polícia Militar do Distrito Federal, com escopo de proporcionar segurança adequada a grandes eventos, tem despendido esforços para a contratação de novos policiais militares, bem como a capacitação, especialização e treinamento do efetivo policial, buscando mantê-lo atualizado e apto para responder prontamente a qualquer situação que o ofício lhe exigir, instruindo o efetivo policial com modernas técnicas operacionais de emprego do policiamento ostensivo. Logo, a fim de proporcionar maior segurança, foi necessário o reequipamento e aparelhamento das OPM's (Organizações Policial Militar), com a aquisição de tecnologia de ponta, buscando preparar-se para fazer frente à ocorrência de criminalidade e possíveis atos terroristas.

Na ação de Modernização de Sistema de Informação, foram realizadas aquisições de torres para transmissão de dados e aparelhos de telefonia celular com tecnologia 4G. A instituição estruturou todo seu cabeamento de fibra ótica, adquiriu ainda antenas para comunicação de dados e roteadores, servidores, Storage e servidores para as Unidades Policiais Militares. A rede de tecnologia da informação da PMDF encontra-se em contínua expansão, visando atender as necessidades do mundo globalizado e dos grandes eventos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Assegurar a tranquilidade e segurança aos participantes do evento, aos turistas (estrangeiros ou brasileiros), e aos moradores do Distrito Federal durante a realização dos eventos.	A Polícia Militar, por meio de ações desenvolvidas de forma multidisciplinar em conjunto com outros órgãos, vem otimizando seus processos finalísticos, se modernizando e se reequipando, renovando sua frota, investindo em tecnologia da informação, e melhorando seus processos de gestão, de forma a atingir todos os níveis, desde o operacional, tático até o estratégico. A capacitação e o aperfeiçoamento continuam em plena execução, com vistas a deixar toda a Corporação devidamente capacitada a atender as demandas de segurança Pública requeridas pelos grandes eventos que ora se avizinham.

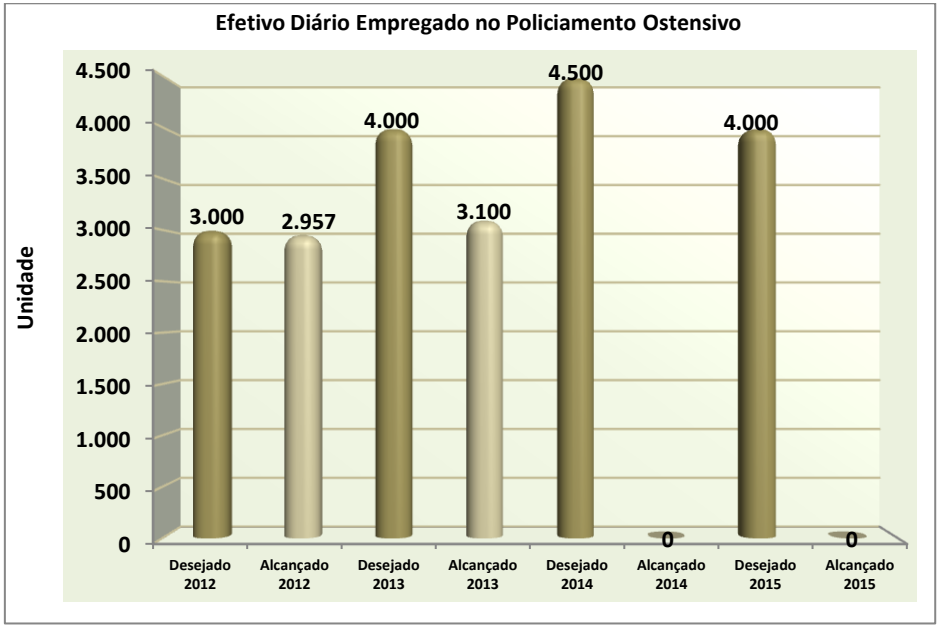
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1049	Efetivo diário empregado no policiamento ostensivo	Unidade	3.000	31/12/2010	Diária	**Desejado**	3.000	4.000	4.500	4.000	Seção de Planejamento do Departamento Operacional – Mapa de Efetivo Diário
						Alcançado	2.957	3.100	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1049 - O presente índice não foi alcançado como planejado, pelo respectivo indicador do objetivo específico, tendo em vista o déficit do efetivo de policiais Militares. Tal fato obstou esta instituição para alcançar a meta desejada, porém há a previsão de ingresso de novos Policiais (em 2014) para recomposição do efetivo.



Objetivo Específico: 006 - Ampliar o atendimento à comunidade brasiliense, por meio dos projetos sociais desenvolvidos pela Polícia Militar, buscando melhoria no inter-relacionamento entre polícia e comunidade.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

24.103 – POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - PMDF

Análise do Objetivo Específico

A Polícia Militar do Distrito Federal com o objetivo ampliar o atendimento à comunidade brasiliense, por meio dos projetos sociais desenvolvidos pela Polícia Militar vem trabalhando incessantemente, principalmente nos programas multidisciplinares de prevenção primária, e atuações profícuas da PMDF na melhoria do inter-relacionamento entre a Corporação e a Comunidade Brasiliense, pautado na defesa e respeito aos direitos humanos em busca da Cultura da Paz, criando novos projetos sociais que visem à aproximação com a comunidade e iniba o crescimento da violência, dentro da filosofia de Polícia Comunitária Inteligente.

Com o objetivo de inibir o crescimento da violência, vem se desenvolvendo ações principalmente dentro das escolas e entre os jovens. Assim, a Polícia Militar do Distrito Federal vem ampliando sua rede de atendimento à Comunidade, dentro dos vários Programas Sociais, os quais são desenvolvidos simultaneamente. Ademais, deve-se salientar que todos os anos, há a realização de vários eventos com a participação da comunidade Brasiliense e com a finalidade de aproximar a instituição de seu público-alvo.

O Plano Estratégico da PMDF 2011-2022 inaugurou uma nova instância de sistema de gestão administrativa. Esse sistema administrativo empreende iniciativas para readequar estruturas organizacionais, modelos de gestão, recursos humanos e materiais em prol da sociedade. Assim, indicadores e ações são estabelecidos a partir das iniciativas estratégicas (IE) com o intuito de cumprir objetivos advindos dos diagnósticos e das análises dos diversos cenários futuros. Isto é, conhecendo onde nos encontramos e onde queremos chegar.

São Iniciativas Estratégicas estabelecidas para a formação em Polícia Comunitária, capacitar 700 policiais militares como multiplicadores de Polícia Comunitária até 2014 e capacitar 7.000 policiais militares para Promotores de Polícia Comunitária até 2014. Conforme tal demanda, foram alcançados os resultados na formação de promotores e multiplicadores nos últimos anos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Assegurar que toda a população do Distrito Federal, que necessite e deseje, seja atendida pelos projetos sociais desenvolvidos pela Polícia Militar,	A Polícia Militar atendeu, no ano de 2012, 155.051 pessoas, em todos os seus programas de prevenção primária, e em 2013 foram atendidas 172.710 pessoas. Entre estes, no que tange a 2013, podem ser elencados: o “Projeto Educs” (com 565 pessoas/famílias, em contexto de violência e

contribuindo para interação polícia e comunidade e redução dos índices de violência e criminalidade.	drogas, atendidas pelo "Currículo Família Segura"; 45 atendimentos entre jovens e adultos em alfabetização pelo currículo "Além de ler**";** e 86 realizações de palestras e reuniões, pelo Currículo "Inserção Social"; realização de 101 cadastros de lideranças e 5.280 Reuniões Comunitárias; 9.183 visitas Comunitárias e solidárias (vítimas de ocorrências de diversas naturezas); 29.038 pessoas atendidas pelo Grupo de Prevenção e Educação para o Trânsito (teatro rodovia); 28.352 pessoas atendidas pelo Teatro lobo Guará; 8.001 pessoas atendidas pelo Grupo de Teatro Arte tática I; e 19.069 pessoas atendidas pelo Grupo Arte Tática II; o PROERD (Programa Educacional de Resistência às drogas), atendeu um total de 72.172 pessoas; a Divisão de Direitos Humanos (responsável pelo atendimento ao público interno e externo) promoveu 90 cursos Tático Operacional, 41 Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO, 300 Fórum Mundial de Direitos Humanos; e o Policiamento comunitário atendeu a 14.901 pessoas. Os investimentos estão sendo realizados com a finalidade de se aumentar estes números e agir diretamente na prevenção primária.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

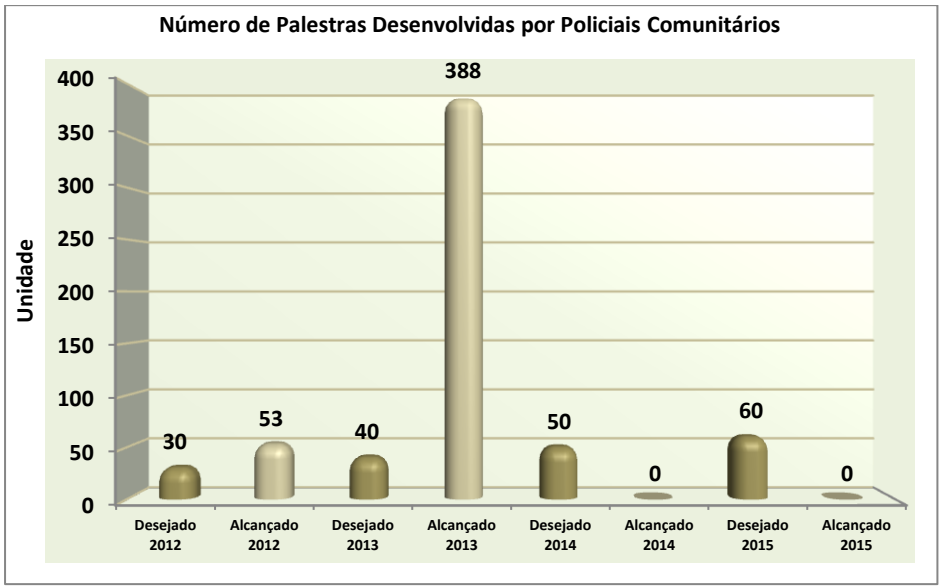
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1182	Número de reuniões comunitárias com participação da Polícia Militar	Unidade	4	31/12/2010	Mensal	Desejado	10	15	18	20	Sistema DITEL
						Alcançado	396	420	-	-	
1183	Número de palestras desenvolvidas por Policiais comunitários	Unidade	20	31/12/2010	Mensal	Desejado	30	40	50	60	Relatórios das Unidades
						Alcançado	53	388	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1182 - O Centro de Polícia Comunitário e Direitos Humanos, por meio das unidades Policiais Militares, desencadeou, durante o ano, várias atividades comunitárias de aproximação da instituição com a sociedade. O trabalho foi intenso no desenvolvimento de palestras e realização de reuniões com a comunidade, o que foi refletido diretamente na mensuração deste indicador.

Indicador 1183 - O Centro de Polícia Comunitário e Direitos Humanos, por meio das unidades Policiais Militares, desencadeou, durante o ano, várias atividades comunitárias de aproximação da instituição com a sociedade. O trabalho foi intenso no desenvolvimento de palestras e realização de reuniões com a comunidade, o que foi refletido diretamente na mensuração deste indicador.

Número de Reuniões Comunitárias com Participação da Polícia Militar
Unidade
450
400
350
300
250
200
150
100
50
0
10
396
15
420
18
0
20
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Palestras Desenvolvidas por Policiais Comunitários
Unidade
400
350
300
250
200
150
100
50
0
30
53
40
388
50
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 007 - Promover atendimento diuturno nas emergências atinentes às atividades do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, visando a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.104 – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CBMDF

24.905 – FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - FUNCBMDF

Análise do Objetivo Específico

A segurança pública é composta por diversos segmentos, dentre os quais se encontra inserido o Corpo de Bombeiros, cuja missão precípua é a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente.

O ano de 2013, como nos anos anteriores, não foi diferente a atuação da Corporação, a qual diuturnamente procurou atender a comunidade do Distrito Federal da melhor maneira possível. Para tanto, investimentos foram realizados.

Inicialmente é importante destacar o recebimento de 30 viaturas de combate a incêndio urbano, 5 escadas mecânicas e 25 viaturas de combate a incêndio florestal. Estas viaturas, apesar de terem sido adquiridas em exercícios financeiros anteriores, foram entregues e recebidas em 2013, passando a compor o poder operacional disponível da Instituição.

Para o alcance do objetivo, foram consignados os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), sendo realizados importantes investimentos, principalmente nas áreas de Produtos Perigosos e Salvamento, bem como o ingresso de novos militares.

A renovação parcial do efetivo é merecedora de destaque. Assim, em 2013, ingressaram 575 novos bombeiros, distribuídos para quadros de oficiais combatentes, complementares e praças.

Sem o equipamento adequado, a permanência do bombeiro no teatro de operações é na maioria das vezes impraticável, comprometendo com isso a eficácia e eficiência do atendimento executado, expondo ainda o bombeiro ao perigo.

Deste modo, novas aquisições de equipamento de proteção individual foram realizadas, dentre os quais: 1740 botas de combate a incêndio, 60 botas para motociclista, 1180 capacetes de combate a incêndio, 543 capacetes de salvamento.

O Líquido Gerador de Espuma (LGE) é um produto de conhecimento do CBMDF há várias décadas, entretanto a evolução tecnológica proporciona diversos tipos de LGE que podem ser empregados nos mais diversos tipos de incêndio e não somente nos incêndios com líquidos inflamáveis.

Com a chegada e emprego operacional das novas viaturas de combate a incêndio, adquiridas em 2011 e 2012, o CBMDF começou a contar a partir de 2013 com um dos sistemas mais modernos no combate ao incêndio, amplamente utilizada na Europa e Estados Unidos, a viatura contém um sistema próprio para geração de espuma de classes “A” e “B”. Cabendo ao operador do veículo, simplesmente a escolha da técnica a ser empregada.

A utilização de LGE propicia antes de qualquer coisa, uma maior rapidez na extinção de incêndios, redução na reignição e uma redução significativa na quantidade de água empregada durante a operação.

Assim, não se trata apenas de uma aquisição de um produto de consumo, mas, uma mudança de doutrina na extinção de incêndios, que se consolidou em 2013.

Deste modo, foram investidos R$ 571.351,05 na aquisição de 405 galões de LGE, para as classes de incêndio “A” e “B”.

Uma das ocorrências mais críticas atendidas pela Corporação é o acidente de trânsito no qual a vítima se encontra presa às ferragens. Neste sentido, a Corporação optou em garantir a manutenção à capacidade operacional de todas as equipes de atendimento para este tipo de ocorrência, investindo R$ 6.470.030,00 na aquisição de 137 equipamentos de desencarceramento.

Também foram adquiridas 22 viaturas mistas de combate a incêndio e salvamento. Esta aquisição representa um investimento da ordem de R$ 37.418.179,70, bem como uma escada mecânica de 25 m, a fim de atender a locais onde viaturas de maior porte não possam atuar, representando um investimento de R$ 2,5 milhões.

Segundo dados do Centro de Operações do CBMDF, são atendidas em média, 354 ocorrências ao ano, envolvendo incidentes que vão desde o manejo de Gás Liquefeito de Petróleo até acidentes rodoviários no transporte de Produtos Perigosos.

A aquisição destes equipamentos correspondeu a um investimento de R$ 3.127.120. o que representa uma ampliação da capacidade operacional exigida para grandes eventos, sejam eles esportivos, religiosos ou políticos.

Com o advento da chegada das 25 viaturas de combate a incêndio florestal, houve a necessidade de equipá-las com os materiais necessários a sua operação.

Quanto à capacitação, ao longo de 2013 o CBMDF disponibilizou 31 cursos aos seus integrantes, sendo que 42% dos cursos destinados à área administrativa, 35% pós-graduação, 16% cursos operacionais e 6% para tecnólogo, representando um investimento de R$ 3,9 milhões. Ao todo foram ou estão sendo capacitados 1.093 militares, sendo que 3 cursos ainda terão continuidade em 2014.

O CBMDF possui várias edificações estruturalmente inadequadas, tanto pelos severos anos de utilização, como também pela concepção original do projeto, de modo que muitas delas não comportam adequadamente ao efetivo atual, não dispondo do suporte e abrigo adequado às necessidades operacionais de hoje. Em 2013 foram realizadas grande parte das obras e reformas como, modernização de quartéis, ampliação da capacidade operacional e melhoramento da infraestrutura, como se segue: 37º GBM, Samambaia - 100% concluído; - 32º GBM, Recanto das Emas – 100% concluído, 10º GBM, Paranoá – 100% concluído, 18º GBM – Santa Maria – 100% concluído, 21º GBM – Riacho Fundo- 100% concluído, 7º GBM – Brazlândia – 50% concluído, 17º GBM – S. Sebastião – 30% concluído, 34º GBM – Lago Norte – 100% concluído, 41º GBM – Ceilândia (BR070) – 100% concluído, 45º GBM – Sudoeste – 100% concluído.

Os recursos do FUNCBM foram aplicados ao longo de 2013 de modo a complementar os investimentos realizados nas áreas de produtos perigosos e atendimento pré-hospitalar. Assim, foram adquiridos 342 itens, dentre os quais se destacam 10 ambulâncias e equipamentos destinados a varreduras QBRN (emergências Químicas, Biológicas, Radiológicas e Nucleares).

Tais aquisições são avanços importantes em áreas estratégicas, como atendimento emergencial, tendo sido realizadas de modo a garantir à sociedade do Distrito Federal e a seus visitantes, um serviço de atendimento a emergências eficiente e dotado de capacidade operacional adequada às suas demandas presentes e futuras.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Manter as Unidades do CBMDF em condições de atender direta (unidades operacionais) e indiretamente (unidades administrativas) à comunidade do Distrito Federal, com um percentual de atendimento de 90% das ocorrências solicitadas	Em 2012, foram realizados 81.164 atendimentos. 10.509 ocorrências deixaram de ser atendidas pelo CBMDF (atendimentos realizados pelo SAMU, PMDF, populares, familiares e o não atendimento por falta de viaturas). Desta maneira, o índice de atendimento de ocorrências demandadas, em 2012, foi de 88,53% (geral) e a meta é atender 90% da demanda. Deste modo o índice aferido foi de 98,37% da meta. Em 2013, o índice de atendimento de ocorrências demandadas foi de 83,28% (geral). Entretanto, a meta para 2013 era atender 95% do total de ocorrências destinadas ao CBMDF. Assim, foi atingido o índice de 92,22%, em relação à meta, ficando assim, a Corporação 2,78 pontos percentuais abaixo da meta estabelecida.
2. Atender 90% das ocorrências operacionais de incêndios e salvamentos solicitados em até 8 minutos	O tempo-resposta para incêndio sempre foi um indicador de difícil aferição, pois há dois tempos a serem considerados para o cidadão. O primeiro é o tempo de comunicação entre o solicitante e a CIADE e o segundo é a partir do momento da comunicação da ocorrência ao CBMDF e a chegada da primeira viatura no local. Em 2012, o tempo resposta para incêndio disponível era de 11 minutos. Em 2013, após vários esforços do CBMDF, conseguiu-se informatizar esse processo de aferição, resultando um índice de 9 minutos e 46 segundos. O resultado ainda está acima da meta, porém com a chegada das viaturas de combate a incêndio, a expectativa é que para o ano de 2014 conseguiremos atender a meta, que é de 8 minutos para o atendimento de uma ocorrência de incêndio urbano.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1052	Ocorrências Atendidas	%	89	31/12/2010	Anual	**Desejado**	94	95	96	97	CIADE
						Alcançado	98,37	92,22	-	-	
1053	Tempo-Resposta Incêndio	Minuto	12,87	31/12/2010	Anual	**Desejado**	8	8	8	8	DESEG/CBMDF
						Alcançado	11	9,46	-	-	
1184	Unidade Mantida	Unidade	80	31/12/2010	Anual	**Desejado**	85	90	95	100	EMG/CBMDF
						Alcançado	80	71	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

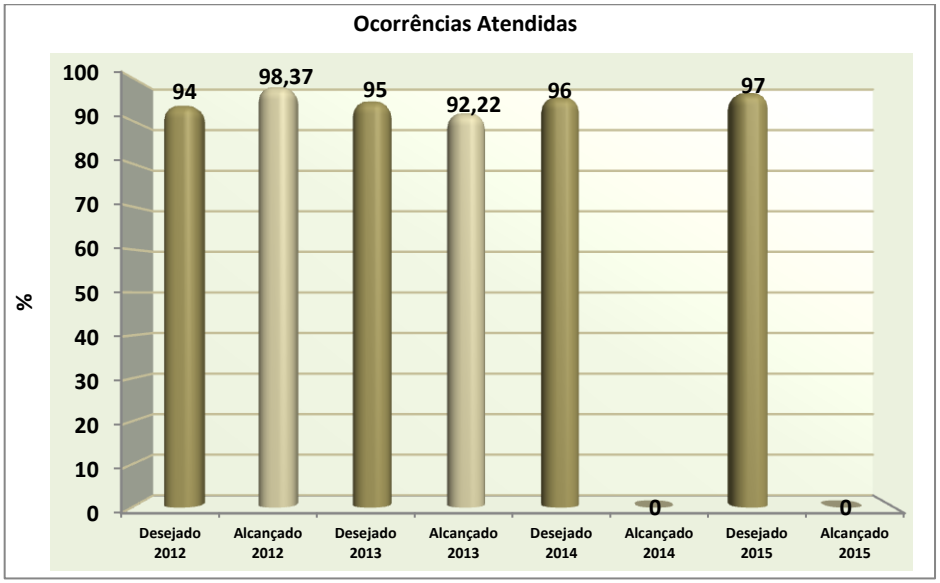
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1184	Unidade Mantida	Unidade	80	31/12/2010	Anual	**Desejado**	85	90	95	100	EMG/CBMDF
						Alcançado	80	79	-	-	

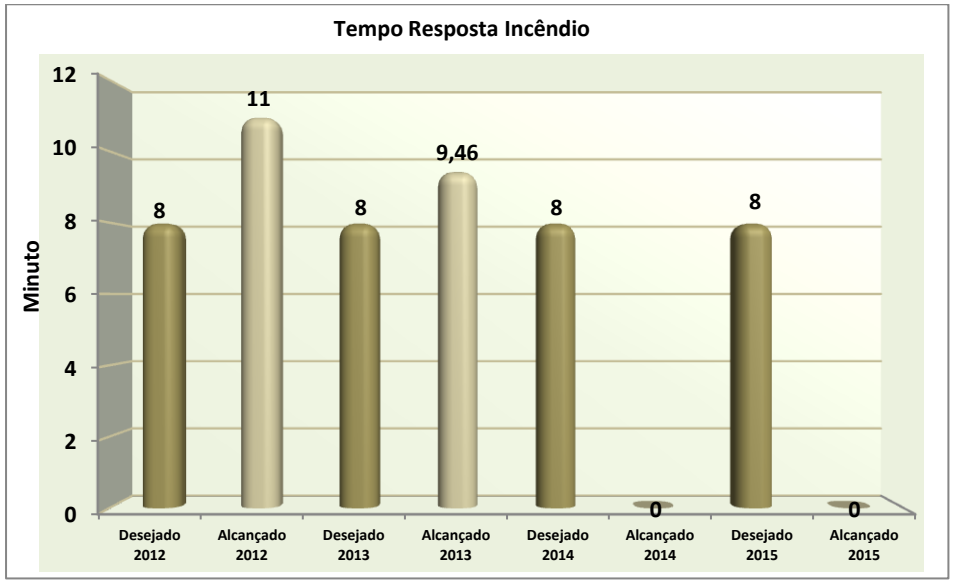
Justificativa – 2013

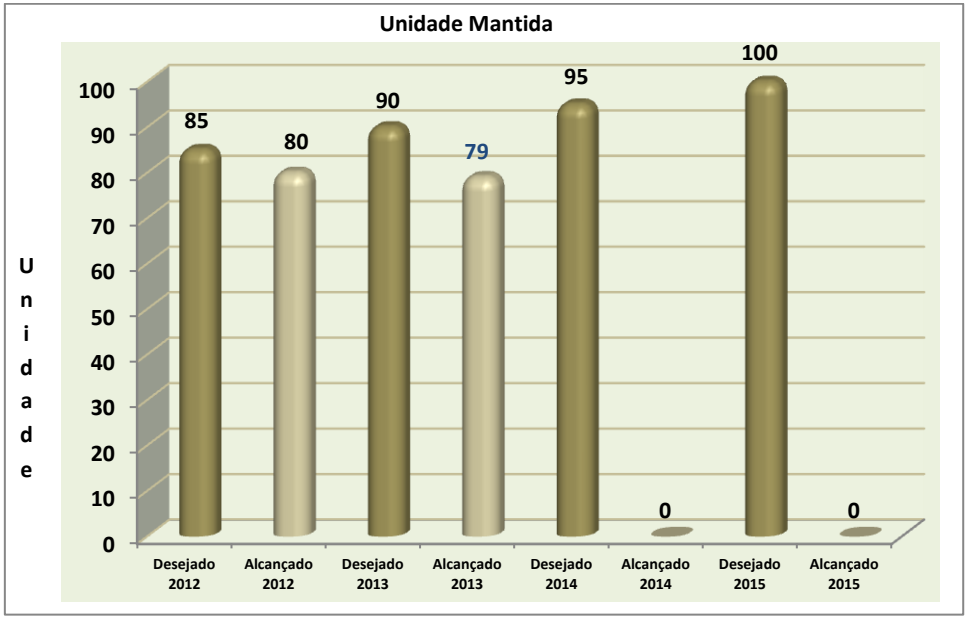
Indicador 1052 - O indicador constitui-se na razão entre o total de ocorrências que deveriam ter sido atendidas pela Corporação e nº de ocorrências que de fato foram atendidas pela Corporação. O índice aferido em 31.12.2013 fpo de 92,22%, sendo observado que a Corporação em 2013 enfrentou problemas relativos à manutenção de suas ambulâncias, bem como não foi possível antecipar a entrega de novas ambulâncias, fatos estes que influenciaram para o não atingimento da meta e que estarão solucionados em 2014.

Indicador 1053 - Após vários esforços do CBMDF em 2013, conseguiu-se informatizar o seu processo de aferição. O resultado ficou um pouco acima da meta, porém com a chegada das viaturas de combate a incêndio, a expectativa que para o ano de 2014 conseguiremos atender dentro da meta fixada.

Indicador 1184 - O indicador é definido pelo número de unidades implantadas, visando assim aferir a adequação da instituição à legislação vigente. Em 2013, o CBMDF desmobilizou o 5º GBM – Aeroporto, passando para 79 unidades mantidas, de um total previsto de 113, sendo aferido em 31.12.2013.


Ocorrências Atendidas
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
94
98,37
95
92,22
96
0
97
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Tempo Resposta Incêndio
Minuto
12
10
8
6
4
2
0
8
11
8
9,46
8
0
8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Unidade Mantida
Unidade
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
85
80
90
79
95
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 008 – Promover a Segurança Pública, realizando com proficiência as atividades de Polícia Judiciária, e elevar os índices de resolução de crimes por meio da elaboração de procedimentos formais.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

24.105 – POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - PCDF

24.906 –FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - FUNPCDF

Análise do Objetivo Específico

No tocante ao proposto no Objetivo especifico do Plano Plurianual – PPA (2012/2015), a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF alcançou os índices previstos para realização das metas indicadas para o 2º Ano (2013), vejamos:

1. Taxa de Inquéritos Relatados, previsto 72% - alcançado 78,12%;
2. Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios, previsto 51,48% - alcançado 51,20%;
3. Índice de prisões em Flagrante por Tráfico de Drogas, previsto 5% - alcançado 0%.

No exercício de 2013 foram assegurados importantes investimentos na PCDF, todos com vista a assegurar melhores condições de trabalho aos seus servidores e maior eficiência no desempenho da missão institucional, sendo investido, ao final do exercício o montante de R$ 38.447.500,00 em equipamentos e obras.

No rol dos itens previstos para o período, destacamos a permanente capacitação dos servidores e a realização das seguintes obras e serviços de engenharia: Construção da Guarita, Prédio de Apoio e Galpões do Complexo Regional Norte (78,34% concluída); Construção do Edifício Sede (100% concluída); Construção da DCA II (35,34% concluída); Instalação da Subestação do Edifício Sede (100% concluída) e Instalação do Sistema de Climatização do Edifício Sede (100% concluída).

Tais metas foram alcançadas sem que houvesse acréscimos dos valores orçamentários previstos e, diante da incontida redução do efetivo de pessoal, em consequência das aposentadorias de policiais civis de diversas categorias funcionais.

Para lograr tal êxito, consideramos como ação não orçamentária, o engajamento pessoal dos profissionais de policia que diuturnamente cumpriram o desiderato institucional da PCDF, que dentre outros, é reprimir e apurar os crimes e contravenções no âmbito do Distrito Federal, oferecendo ao nosso público alvo, ou seja, a população do Distrito Federal, a sensação de segurança e bem estar social.

Destacamos a contratação da Fundação Dom Cabral para desenvolver o Programa de Gestão Avançada para Resultados da Polícia Civil do Distrito Federal por meio do Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF, com duas principais linhas de trabalho:

- Capacitação de membros da PCDF em Gestão Estratégica - execução e monitoramento;
- Construção conjunta - FDC e PCDF – do Modelo de Gestão Estratégica da PCDF

Esse modelo é denominado de "Modelo de Inteligência de Execução Estratégica – MIEE". – que será fruto da formulação prévia da estratégia – fornecerá à PCDF metodologias e ferramentas para sistematizar a gestão estratégica do desempenho por meio de um sistema de monitoramento, permitindo a visualização do Mapa Estratégico, Objetivos Estratégicos e Indicadores de Desempenho, Iniciativas e Projetos Estratégicos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Elevar a Taxa de Inquéritos Relatados anualmente em 1% até dezembro de 2015	Previsto para 2013: 73% - Alcançado: 78,12%
2. Elevar o atual Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios em 10% até dezembro de 2015	Previsto para 2013: 51,48% - Alcançado: 51,20%
3. Elevar o Índice de Prisões em Flagrante por tráfico de drogas anualmente em 5% até dezembro de 2015	Previsto para 2013: 5% - Alcançado: 0%.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1055	Taxa de Inquéritos Relatados	%	71	31/12/2010	Anual	**Desejado**	72	73	74	75	CGP
						Alcançado	74	78,12	-	-	
1056	Índice de Resolução dos Crimes de Homicídios	%	49	31/12/2010	Anual	**Desejado**	50,22	51,48	52,76	54,08	CGP
						Alcançado	47,5	51,20	-	-	
1185	Índice de Prisões em Flagrante por Tráfico de Drogas	%	-	-	Anual	**Desejado**	5	5	5	5	DEPO
						Alcançado	7,69	0	-	-	

Justificativa – 2013

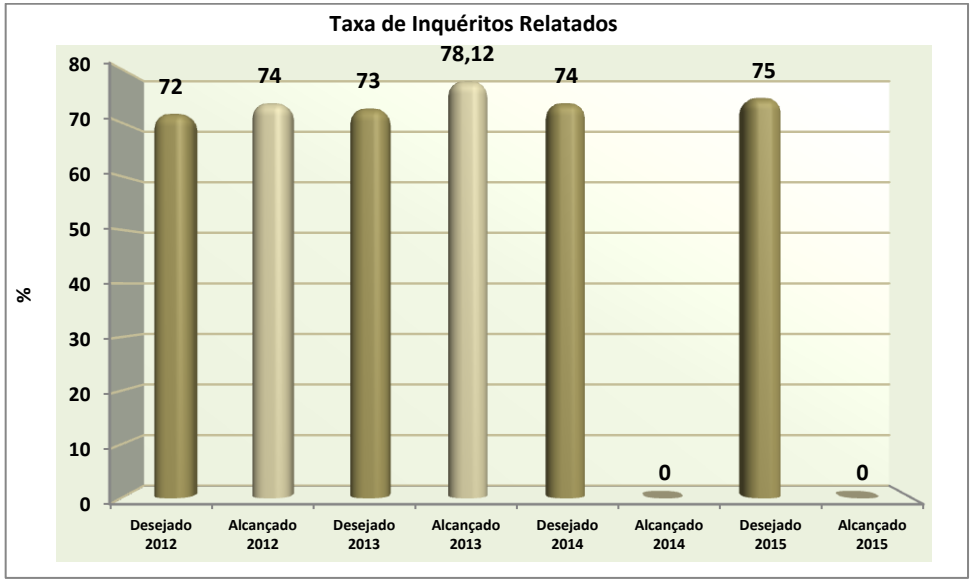
Indicador 1055 - O índice alcançado superou o índice desejado em 5,12% em razão de ações institucionais, tais como: força tarefa para oitivas diversas, envolvimento e apoio da Corregedoria Geral de Polícia junto as Unidades Policiais e realocação de servidores em Unidades com déficit de RH.

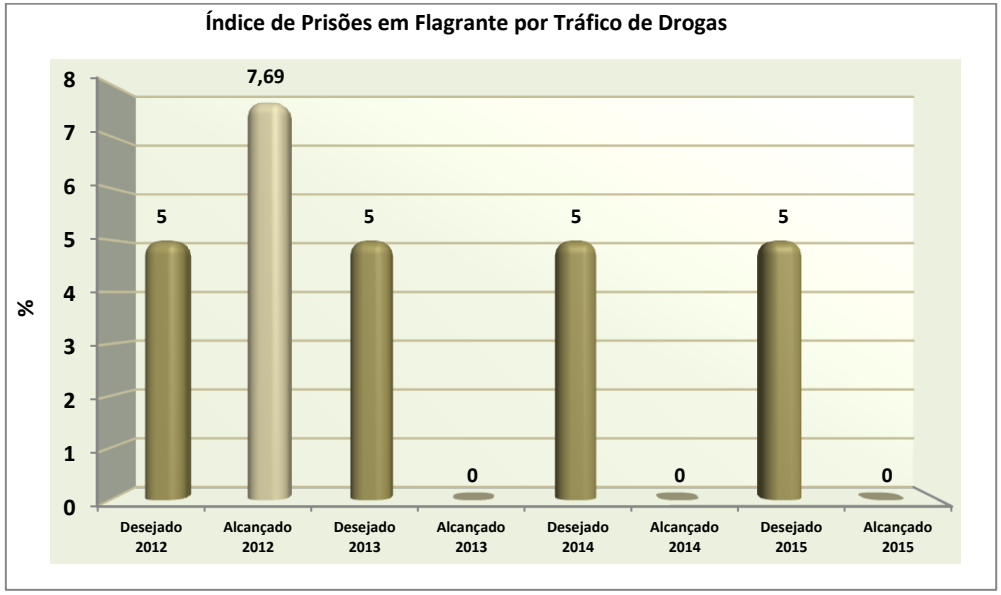
Indicador 1056 - Índice abaixo do desejado em virtude do número de servidores da PCDF está abaixo do ideal.

Indicador 1185 - A PCDF está em fase de elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2014 a 2020, onde será estabelecido uma sistemática de execução e monitoramento de ações e resultados, definição de objetivos estratégicos, metas e novos indicadores. O Índice de Prisão em Flagrante por Tráfico de Drogas está sendo reavaliado principalmente quanto as suas propriedades, tais como: relevância, validade, grau de cobertura, factibilidade para obtenção, dentre outras.

A propósito, considerando a escassez de recursos humanos na PCDF que culminou com a parcial desmobilização das Seções de Repressão às Drogas vinculadas às Delegacias Circunscricionais, a Direção Geral da PCDF, através da Coordenação de Repressão às Drogas – CORD adotou a estratégica investigativa com foco na

qualidade da prisão, qual seja: prisão em flagrante de grandes traficantes (grandes fornecedores de drogas) e correlata apreensão de grande volume de substancias entorpecentes diversas. Frise-se, ainda, que em face da estratégica adotada pela Direção da PCDF no combate ao tráfico de drogas, no decorrer do ano 2013, em comparação com o ano de 2012, houve um incremento no volume de apreensões e prisões em flagrante em 2012: 1.816 flagrantes por tráfico de drogas – em 2013: 1.828 flagrantes por tráfico de drogas. Frise-se que no comparativo dos períodos assinalados, houve acréscimo correspondente a 0,66% no que se refere ao número de prisões em flagrante por tráfico de drogas.




Índice de Prisões em Flagrante por Tráfico de Drogas
%
8
7
6
5
4
3
2
1
0
5
7,69
5
0
5
0
5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 009 - Ressocializar, assistir e desenvolver a qualificação educacional e profissional do sentenciado, gerando oportunidades de emprego para promover sua reintegração à sociedade, bem como reduzir a reincidência criminal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

24.202 – FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO - FUNAP

Análise do Objetivo Específico

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF, com o objetivo de ressocializar, oportunizando o trabalho, a formação profissional e a educação no ano de 2013, esta Fundação pactuou novos contratos de trabalho externo por intermédio do Programa Reintegra Cidadão, com os seguintes Órgãos/Empresas Privadas: FCB Transporte e Logística, Secretaria da Mulher e Direcional Engenharia entre outros, proporcionando o atendimento médio de 1.200 sentenciados/mês regime aberto e semiaberto e outros 400 sentenciados/mês no Sistema Penitenciário, regime fechado.

Nas atividades desenvolvidas nos Estabelecimentos Prisionais, a FUNAP/DF esta modernizando e reequipando suas oficinas de trabalho: costura industrial, padaria, serralheria, marcenaria, serigrafia, fábrica de bolas e materiais esportivos. Foi implantado uma nova Padaria Industrial no Sistema Penitenciário, na qual será possível empregar até 40 internos e produzir aproximadamente 70.000 pães/dia.

Em 2013, foi iniciado também, o projeto para implantação de uma fabrica de colchões.

O convênio com a TERRACAP esta produzindo mudas nativas do cerrado, utilizando a mão de obra dos sentenciados dos regimes fechado e semiaberto.

O atendimento educacional foi um dos principais pilares para o processo de ressocialização no ano de 2013, com o atendimento de 1.554 alunos por mês nos Estabelecimentos Penais do Distrito Federal, com a equipe de 64 professores e auxiliares cedidos por um Convênio com a Secretaria de Estado de Educação do DF, proporcionando desde a alfabetização até o ingresso no ensino superior, através da Educação de Jovens e Adultos –EJA.

No que diz respeito à formação profissional, foram capacitados 109 (cento e nove) internos do Sistema Penitenciário, nos cursos de: informática, assistente administrativo e de vendas, recepcionista, etc.

Nesse contexto, as atividades desenvolvidas pela FUNAP/DF, proporcionaram a educação, a qualificação profissional, e o trabalho remunerado para os sentenciados do Distrito Federal, contribuindo para o resgate da sua autoestima e o desenvolvimento da cidadania e dos valores essenciais ao convívio em sociedade.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Proporcionar o atendimento a 12.000 sentenciados/ ano recolhidos em todos os Estabelecimentos Prisionais do Distrito Federal, bem como os que se encontram nos Regimes Aberto, com Livramento Condicional e em Prisão Domiciliar, com os programas de Educação, Formação Profissional e Trabalho intramuros e extramuros *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*	A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF ultrapassou o estabelecido para o ano de 2012, que tinha como meta o atendimento a 1.000 sentenciados/mês, e foi possível atender a uma média 1.400 sentenciados por mês, ocorrido em razão da realização de vários contratos com órgãos do GDF, Governo Federais e também particulares, bem como, um Convênio com a TERRACAP para a produção de mudas nativas do cerrado com a utilização da mão de obra de sentenciados dos regimes fechado e semiaberto. Obs. A meta prevista consta de 12.000 atendimentos por ano e um média de 1000 atendimentos aos sentenciados por mês. Este item será corrigido na próxima revisão do PPA 2013.

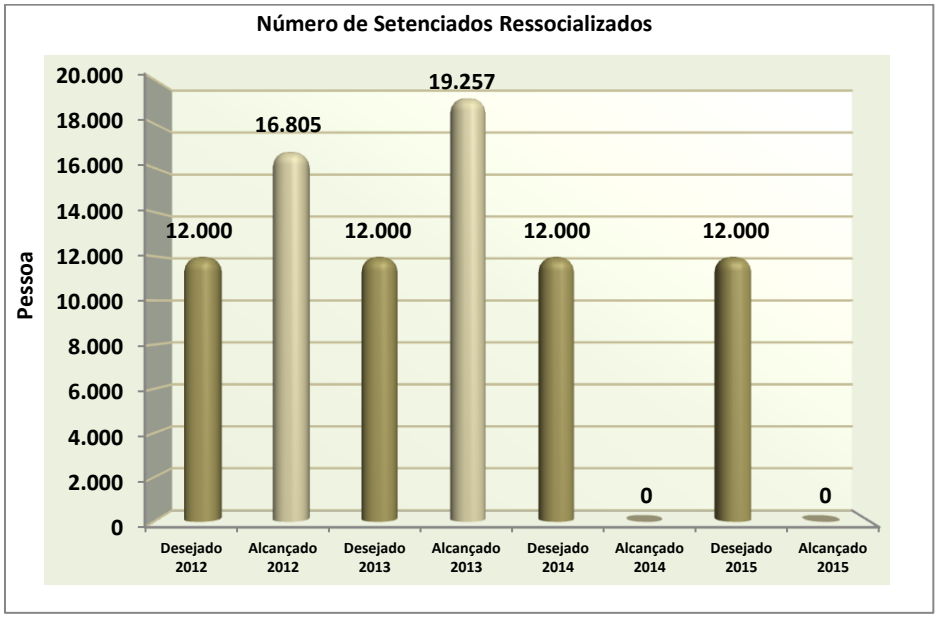
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1054	Número de sentenciados ressocializados	Pessoa	-	30/06/2011	Anual	**Desejado**	12.000	12.000	12.000	12.000	FUNAP/DF
						Alcançado	16.805	19.257	-	-	

Justificativa - 201

Indicador 1054 - A FUNAP/DF teve como meta prevista atender 1.000 sentenciados /mês, sendo que, no ano de 2013, foram atendidos 1.604 sentenciados/mês, isto é, 60% a mais do que o previsto. Informamos ainda que os recursos humanos juntamente com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis são insuficientes para atender a massa carcerária de 12.434 internos.


Número de Setenciados Ressocializados
Pessoa
20.000
18.000
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
12.000
16.805
12.000
19.257
12.000
0
12.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6218 - HABITAÇÃO

OBJETIVO GERAL: Construir 100 mil unidades habitacionais e recuperar créditos da carteira imobiliária.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

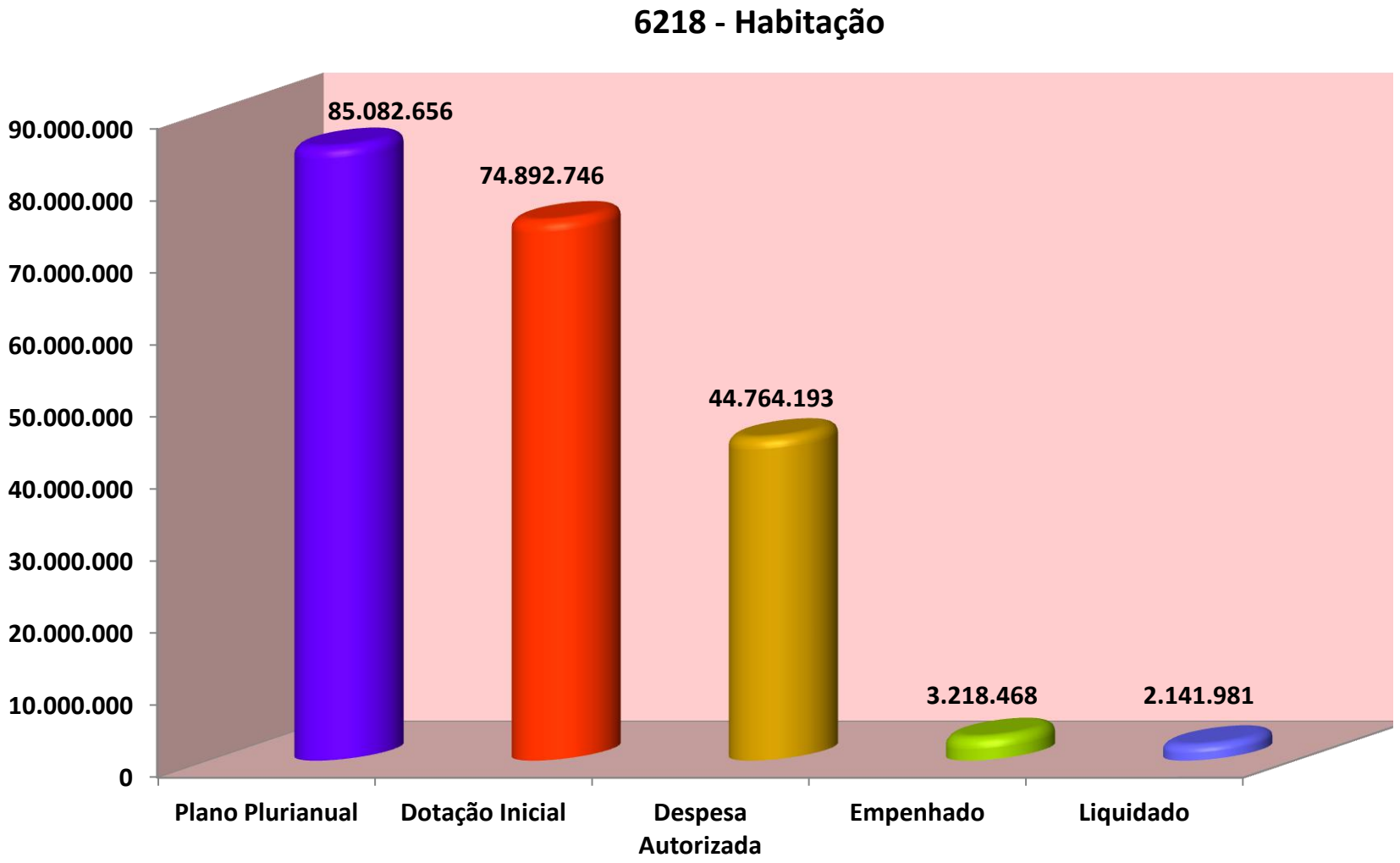
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Reduzir o déficit habitacional local, mediante a construção de 100 mil unidades habitacionais nos próximos quatro anos.	28.101
002 – Recuperar créditos oriundos da carteira imobiliária.	28.209

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1018 - (EP) Moradia para Pessoas com Deficiência	7.666.000	0	0	0	0	0	0
1033 - Criação de Setores Habitacionais	500.000	10.000	0	0	0	0	0
1213 - Construção de Unidades Habitacionais	200.000	20.000	1.360.000	0	0	0	0
1658 - Melhoria de Unidades Habitacionais	500.000	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0
1968 - Elaboração de Projetos	5.492	283.000	283.000	32.301	0	588	0
2194 - Gerenciamento e Administração de Imóveis do Fundo Habitacional do Distrito Federal	215.289	0	0	0	0	0	0
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	17.441.000	18.125.380	11.323.757	733.966	0	4	0
3059 - Construção de Unidades Habitacionais - Pró-Moradia	43.699.781	50.186.764	21.665.207	615.988	502.287	1	1
3149 - Urbanização de Setores Habitacionais	4.000.000	0	0	0	0	0	0
3152 - Provimento de Unidades Habitacionais	2.274.380	242.000	242.000	0	0	0	0
3571 - Melhorias Habitacionais	3.441.714	483.000	483.000	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	109.000	0	0	0	0	0	0
4013 - Administração da Carteira Imobiliária	640.000	420.000	469.156	434.141	413.770	68	65
4033 - Manutenção do Setor Habitacional Mangueiral - PPP	2.100.000	1.985.602	1.682.072	1.402.072	1.225.924	67	58
4045 - Gestão de Política Habitacional	700.000	0	6.256.001	0	0	0	0
4231 - Tratamento de Acervo Documental	1.090.000	50.000	0	0	0	0	0
5035 - Recuperação dos Créditos do Fundo de Compensação de Variáveis Salariais - FCVS	500.000	2.087.000	0	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6218	**85.082.656**	**74.892.746**	**44.764.193**	**3.218.468**	**2.141.981**	**4**	**3**


6218 - Habitação
90.000.000
80.000.000
70.000.000
60.000.000
50.000.000
40.000.000
30.000.000
20.000.000
10.000.000
0
85.082.656
74.892.746
44.764.193
3.218.468
2.141.981
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 – Reduzir o déficit habitacional local, mediante a construção de 100 mil unidades habitacionais nos próximos quatro anos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB

Análise do Objetivo Específico

A redução do déficit habitacional do Distrito Federal tem por base a adoção da meta de contratação e construção de 100.000 Unidades Habitacionais até o fim do ano de 2014. A política publica habitacional é concretizada por meio do Programa Morar Bem. A estratégia visa zerar o Déficit Habitacional no Distrito Federal, com foco prioritário nos projetos de provimento habitacional de interesse social.

Ainda em 10/05/2011 a SEDHAB lançou o Programa Morar Bem, apresentando o primeiro pacote de habitações de interesse social com 10 mil unidades habitacionais. O programa visa ao provimento de solução habitacional completa com infraestrutura e equipamentos públicos; adensamento de áreas urbanas para otimização da infraestrutura implantada; e financiamento das unidades habitacionais, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com a finalidade de oferecer a oportunidade da casa própria para quem precisa e em condições especiais.

As unidades habitacionais são situadas em cidades com infraestrutura completa: rua asfaltada, água encanada, luz e escritura em nome dos beneficiários.

Os fatores que contribuíram para a realização da Meta foram o esforço conjunto dos diversos Setores da Secretaria e da CODHAB na implementação e acompanhamento do Programa Habitacional - Morar Bem, além da integração entre as Secretarias e Órgãos de Governo nas esferas Federal e Distrital, na busca de resultados e soluções dos problemas encontrados para implementação do programa habitacional. Outro fator relevante foi a criação do GRUPOHAB. O não atingimento da meta de entrega do numero de unidades habitacionais para os anos de 2013, foi devido a diversos fatores externos que extrapolaram o planejamento. Dentre eles pode-se citar: Dificuldades no registro cartorial dos empreendimentos, motivados por disputas judicias e impugnações de registro propostos por terceiros, demora na contratação do financiamento junto ao Agente Financeiro, impossibilidade de reajustamento nos preços das unidades habitacionais, fato este, que levou algumas empresas a declinarem da assinatura do contrato, tudo isto, aliado a dificuldade para efetivar a remoção e a indenização de benfeitorias existentes em áreas de projeto.

A expectativa para 2014 é de que sejam entregues 15.000 Unidades Habitacionais e contratadas 45.000.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Promover a criação e ampliação de setores habitacionais, de forma a atender à dinâmica de crescimento populacional do Distrito Federal	Ao todo, foram criados 34 novos setores habitacionais destinados à construção de moradias para as faixas de renda 1, 2 e 3. Em 2012, foram construídas 8.000 e entregues 1.274 unidades habitacionais. Como principais realizações em 2013 temos a entrega de 7000 U.H, licitação de 20.000 U.H, aprovação de Projeto Urbanístico e Licenciamento Ambiental de 40.000 U. H. Os fatores que contribuíram para a realização da Meta foram o esforço conjunto dos diversos Setores da Secretaria e da CODHAB na implementação e acompanhamento do Programa Habitacional - Morar Bem, além da integração entre as Secretarias e Órgãos de Governo nas esferas Federal e Distrital, na busca de resultados e soluções dos

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	problemas encontrados para implementação do programa habitacional. Outro fator relevante foi a criação do GRUPOHAB. O não atingimento da meta de entrega do numero de unidades habitacionais para os anos de 2013, foi devido a diversos fatores externos que extrapolaram o planejamento. Dentre eles podemos citar: Dificuldades no registro cartorial dos empreendimentos, motivados por disputas judicias e impugnações de registro propostos por terceiros, demora na contratação do financiamento junto ao Agente Financeiro, impossibilidade de reajustamento nos preços das unidades habitacionais, fato este, que levou algumas empresas a declinarem da assinatura do contrato, tudo isto, aliado a dificuldade para efetivar a remoção e a indenização de benfeitorias existentes em áreas de projeto. A expectativa para 2014 é de que sejam entregues 15.000 Unidades Habitacionais e contratadas, outras 45.000. Deve-se, ainda, concluir os Projetos de PPP - 2ª Etapa Mangueiral e Setor Meireles, bem como, contratar Infraestrutura e EPC'S nos empreendimentos lançados ou em fase de lançamento. Ainda, o lançamento de novos Editais de chamamento para áreas habitacionais.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

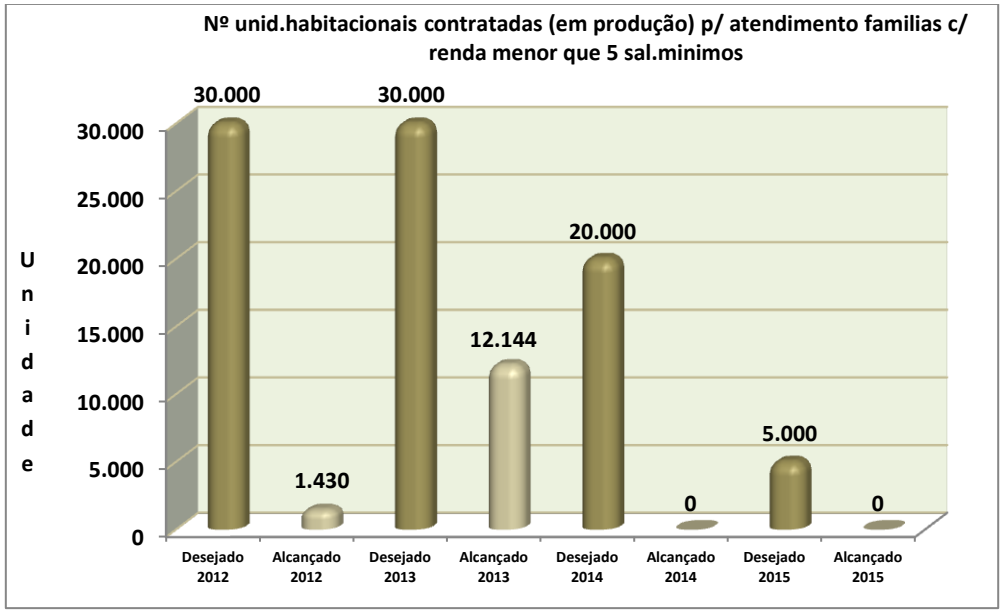
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
883	Nº Unid. Habitacionais contratadas (em produção) p/ atendimento famílias c/ renda menor que 5 Sal. Mínimos	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	30.000	30.000	20.000	5.000	SUHAB/SEDHAB
						Alcançado	1.430	12.144	-	-	SUREG/SEDHAB

Justificativa – 2013

Indicador 883 - O não atingimento da meta deve-se por inúmeros fatores, dentre eles, podemos citar: as questões fundiárias e cartoriais, registros das unidades mobiliárias em cartório, licenciamento ambiental - obtenção das licenças, aprovação dos projetos de infraestrutura nos diversos órgãos responsáveis e complexidade para contratação junto ao Agente Financeiro Credenciado.


Nº unid.habitacionais contratadas (em produção) p/ atendimento familias c/ renda menor que 5 sal.minimos
Unidade
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
30.000
1.430
30.000
12.144
20.000
0
5.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Recuperar créditos oriundos da carteira imobiliária.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

28.209 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB

Análise do Objetivo Específico

A carteira imobiliária da CODHAB totaliza aproximadamente 81 mil contratos em situação de adimplência, inadimplência, ativos, inativos, cobertos ou não pelo FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais). Em 2011, foi estimado que essa dívida seria de aproximadamente R$ 9 milhões de reais. Entretanto, essa estimativa foi feita a partir de contratos antigos, que precisavam ser depurados para apuração do valor total da dívida. Em 2013, parte desses contratos foram depurados, e em julho daquele ano, o valor total da dívida em atraso somou aproximadamente R$ 98 milhões de reais.

Em outubro de 2013, verificou-se irregularidade na aplicação dos juros sobre as dívidas por parte da CODHAB, e para corrigir o problema, foi utilizada uma fórmula da Caixa Econômica Federal que reduziu a aplicação dos juros, diminuindo a dívida para R$ 37.756.858,80 em dezembro de 2013, valor ainda muito acima do desejado (R$ 4.000.000,00). Espera-se que em 2014 esse valor seja reduzido drasticamente.

A novação dos 58.809 contratos imobiliários que contam com a cobertura do Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS (CAIXA) não pôde ser realizada no ano de 2013.

O principal entrave à depuração da totalidade dos contratos de crédito imobiliário é o fato de a Companhia não dispor de quantitativo suficiente de pessoal com a devida qualificação técnica para a atividade. A solução encontrada para superar tal gargalo foi a contratação de uma empresa especializada em prestação de serviços de tratamento dos contratos de financiamento habitacional da CODHAB.

A licitação na modalidade pregão aconteceu no ano de 2013, mas logo foi suspensa pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. Apesar de todos os questionamentos e pedidos de informação terem sido respondidos pela Companhia ao TCDF, a contratação segue suspensa. Até que o "de acordo" daquele Tribunal seja dado para que o processo possa ser reiniciado, o valor potencial de 365 milhões em créditos junto ao FCVS permanece pendente de apuração. Este valor é suficiente para efetivar a quitação do saldo devedor da dívida fundada com o agente gestor do Sistema Financeiro da Habitação (CAIXA) que gira em torno de 185 milhões.

No aguardo da decisão do Tribunal, a CODHAB segue habilitando os beneficiários, etapa que antecede a novação dos mesmos. Até o final de 2013, mais de 20.000 contratos já haviam sido habilitados.

Ainda no âmbito do presente objetivo específico, foi publicada em 30 de dezembro de 2013 a Lei Distrital nº 5.287, que concede remissão dos débitos dos contratos de compra e venda e de concessão de uso com opção de compra e venda dos imóveis habitacionais da Carteira de Credito Imobiliário da CODHAB, exceto os localizados na Região Administrativa de Brasília e os de destinação de uso comercial, que se concretizarão nos primeiros meses de 2014. Trata-se de uma importante ação, já que distorções na forma de cálculo do extinto SFH (Sistema Financeiro de Habitação) fizeram com que parte grande das dívidas dos mutuários fosse atribuída a incidência dos juros de mora no saldo devedor da casa própria. Tal fato ocasionava as dívidas "impagáveis", em que o mutuário nem sempre sabia que estava devendo ou continuava pagando sem a perspectiva de quitação, mesmo que o valor do imóvel já houvesse sido superado.

Para o atendimento da demanda advinda da Lei de remissão, a CODHAB estruturou equipe, composta de funcionários terceirizados, para trabalharem, no ano de 2014, nos Postos de Atendimento localizados tanto na sede da Companhia, quanto nas regiões administrativas que concentram maior

número de beneficiários da Lei. Os atendentes terceirizados foram cedidos temporariamente das equipes de atendimento da Regularização e Habitação e os mutuários poderão agendar seu atendimento com antecedência pelo telefone 156 de serviços públicos do GDF. As medidas visam facilitar o acesso ao serviço público dos mutuários que pretendem adquirir sua escritura, consolidando a efetividade da referida Lei.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Depurar 41.000 contratos de crédito imobiliário	**2013 –** Mantido o número anterior. Foram depurados 1.232 contratos. Visando atingir a meta, foram aprovadas as Súmulas DIFIN/CODHAB nº 006/2011 de 29/09/2011, n° 02/2012 de 28/02/2012 e nº 06/2013, de 23/04/2013, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de tratamento dos contratos de financiamento habitacional da CODHAB, com vista a ressarcimento dos créditos junto ao FCVS, que tem as etapas de depuração, habilitação e homologação. Em 02/07/2013, foi realizado pregão eletrônico nº 10/2013, no qual se sagrou vencedora a empresa Eloneth – Habitação Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, para executar o serviço. Entretanto, no mesmo dia, o Tribunal de Contas do Distrito Federal suspendeu o pregão. A CODHAB respondeu e providenciou todas as correções e adequações, em conformidade às recomendações do TCDF pelos Ofícios nº 100.001.307/2013- PRESI de 04/07/2013; nº 100.002.455/2013-PRESI de 29/11/2013; e nº 100.000.697/2014-PRESI, de 15/05/2014. O processo desde então se encontra paralisado, aguardando decisão final do Tribunal. A contratação da empresa é fundamental para que esta Companhia possa perseguir a meta prevista e avançar nos números que se mantiveram no ano de 2013. **2012 -** Foram depurados 1.232 contratos, número inexpressivo frente à demanda, fato que será solucionado com a contratação de empresa especializada em depuração, habilitação e homologação de créditos junto ao FCVS. Processo em andamento.
2. Realizar a novação de 72.000 contratos de crédito imobiliário com cobertura do FCVS	**2013 –** Não houve progresso. Visando atingir a meta, foram aprovadas as Súmulas DIFIN/CODHAB nº 006/2011 de 29/09/2011, n° 02/2012 de 28/02/2012 e nº 06/2013, de 23/04/2013, para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de tratamento dos contratos de financiamento habitacional da CODHAB, com vista a ressarcimento dos créditos junto ao FCVS, que tem as etapas de depuração, habilitação e homologação. Em 02/07/2013, foi realizado pregão eletrônico nº 10/2013, no qual sagrou-se vencedora a empresa Eloneth – Habitação Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda, para executar o serviço. Entretanto, no mesmo dia, o Tribunal de Contas do Distrito Federal suspendeu o pregão. A CODHAB respondeu e providenciou todas as correções e adequações, em conformidade às recomendações do TCDF pelos Ofícios nº 100.001.307/2013- PRESI de 04/07/2013; nº 100.002.455/2013-PRESI de 29/11/2013; e nº 100.000.697/2014-PRESI, de 15/05/2014. O processo desde então se encontra paralisado, aguardando decisão final do Tribunal. A contratação da empresa é fundamental para que esta Companhia possa perseguir a meta prevista. **2012 –** Não houve progresso no atingimento dessa meta tendo em vista o exíguo quadro de pessoal da CODHAB, atrelado ao atraso no processo de licitação/contratação de empresa especializada na análise, depuração, homologação, habilitação e novação desses contratos, iniciado em 2011. A expectativa é que até meados do segundo semestre de 2013 haja formalização de contrato com a empresa vencedora do certame e início dos trabalhos.
3. Realizar a cobrança de R$ 9 milhões dos valores em atraso	**2013 –** Com a nova metodologia de cobrança – contato, convocação, recepção ao beneficiário, na busca por incremento no número de comparecimentos à CODHAB para regularização de dívidas – a Companhia arrecadou R$ 557.263,48 em 2012 e R$ 530.691,99 em 2013, totalizando R$ 1.087.955,47. Ainda, em 30/12/2013, foi publicada a Lei nº 5.287/2013 que concede remissão de parte das dívidas da Carteira de Crédito Imobiliário, buscando fomentar a quitação.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	2012 – Houve prorrogação do prazo em 180 dias para definitiva quitação com desconto dos valores em atraso e saldo devedor, conforme Lei nº 4.898/2012. A CODHAB deu inicio a uma metodologia nova de cobrança – contato, convocação, recepção ao beneficiário, na busca por um incremento no número de comparecimento à CODHAB com vistas à regularização de dívidas, sendo 34 contratos quitados em 2012 e R$ 70.766,08 arrecadados aos cofres públicos.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

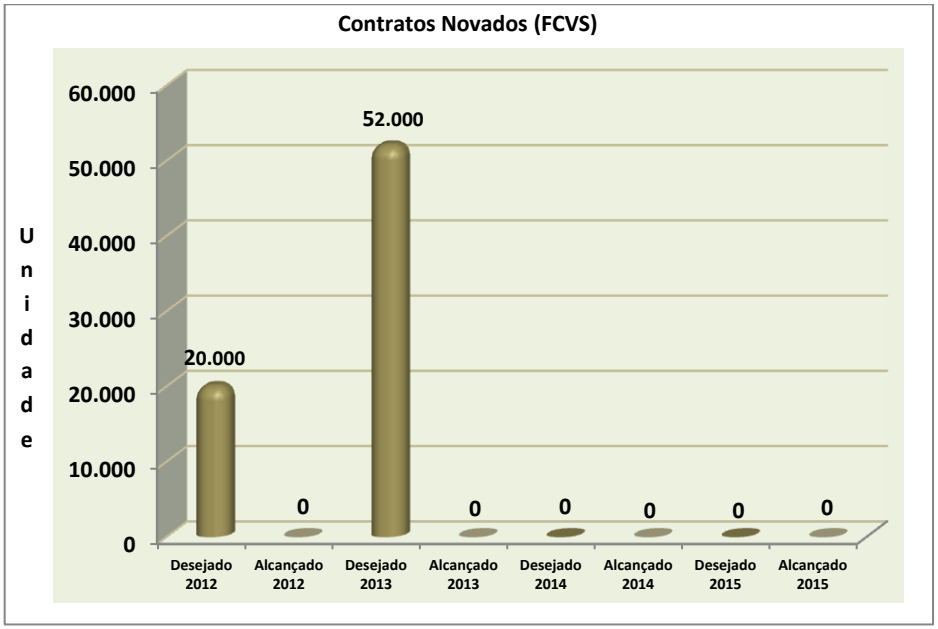
Indicadores:

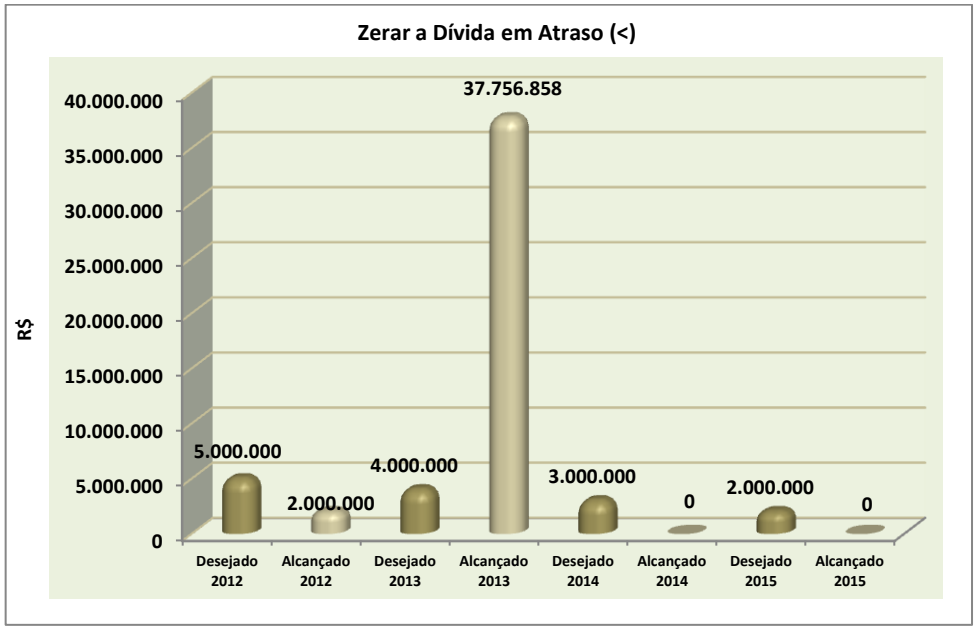
Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
888	Contratos Novados (FCVS)	Unidade	-	-	Mensal	**Desejado**	20.000	52.000	-	-	DIFIN
						Alcançado	0	0	-	-	
893	Zerar a Dívida em Atraso (<)	R$	9.000.000	31/05/2011	Mensal	**Desejado**	5.000.000	4.000.000	3.000.000	2.000.000	DIFIN
						Alcançado	2.000.000	37.756.858	**-**	**-**	

Justificativa – 2013

Indicador 888 - A contratação de empresa especializada para proceder à depuração, habilitação e homologação dos créditos junto ao FCVS não foi concluída por ter sido suspensa pelo TCDF. Até que o "de acordo" daquele Tribunal seja dado para que o processo possa ser reiniciado, o valor de 365 milhões em créditos junto ao FCVS permanece pendente de apuração. De qualquer forma, é importante informar que 20.623 contratos já estão em fase de habilitação, etapa que antecede o procedimento de novação contratual.

Indicador 893 - O índice inicial (2012) de R$ 9mi, após a depuração dos contratos, elevou-se para R$ 98mi. Após uma revisão do cálculo de juros, esse valor foi reduzido, no final de 2013, para R$ 37mi. Ainda assim, espera-se que em 2014 esse valor seja reduzido drasticamente. Em 30/12/13 foi publicada a Lei Distrital nº 5.287, que concede remissão dos débitos dos contratos de compra e venda e de concessão de uso com opção de compra e venda dos imóveis habitacionais da carteira imobiliária da CODHAB. O total dos valores a serem redimidos é de R$ 8.430.466,71.


Contratos Novados (FCVS)
Unidade
60.000
50.000
40.000
30.000
20.000
10.000
0
20.000
0
52.000
0
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Zerar a Dívida em Atraso (<)
R$
40.000.000
35.000.000
30.000.000
25.000.000
20.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
0
5.000.000
2.000.000
4.000.000
37.756.858
3.000.000
0
2.000.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6219 – CULTURA

OBJETIVO GERAL: Lançar as bases para um novo ciclo de desenvolvimento do Distrito Federal de forma a promover a cultura como direito da cidadania, instrumento de integração social e fator econômico relevante na sociedade do conhecimento, por meio de ações de incentivo a leitura, a preservação do patrimônio cultural e a promoções de atividades culturais.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Propiciar uma educação pública, democrática e de qualidade para todos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 4 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

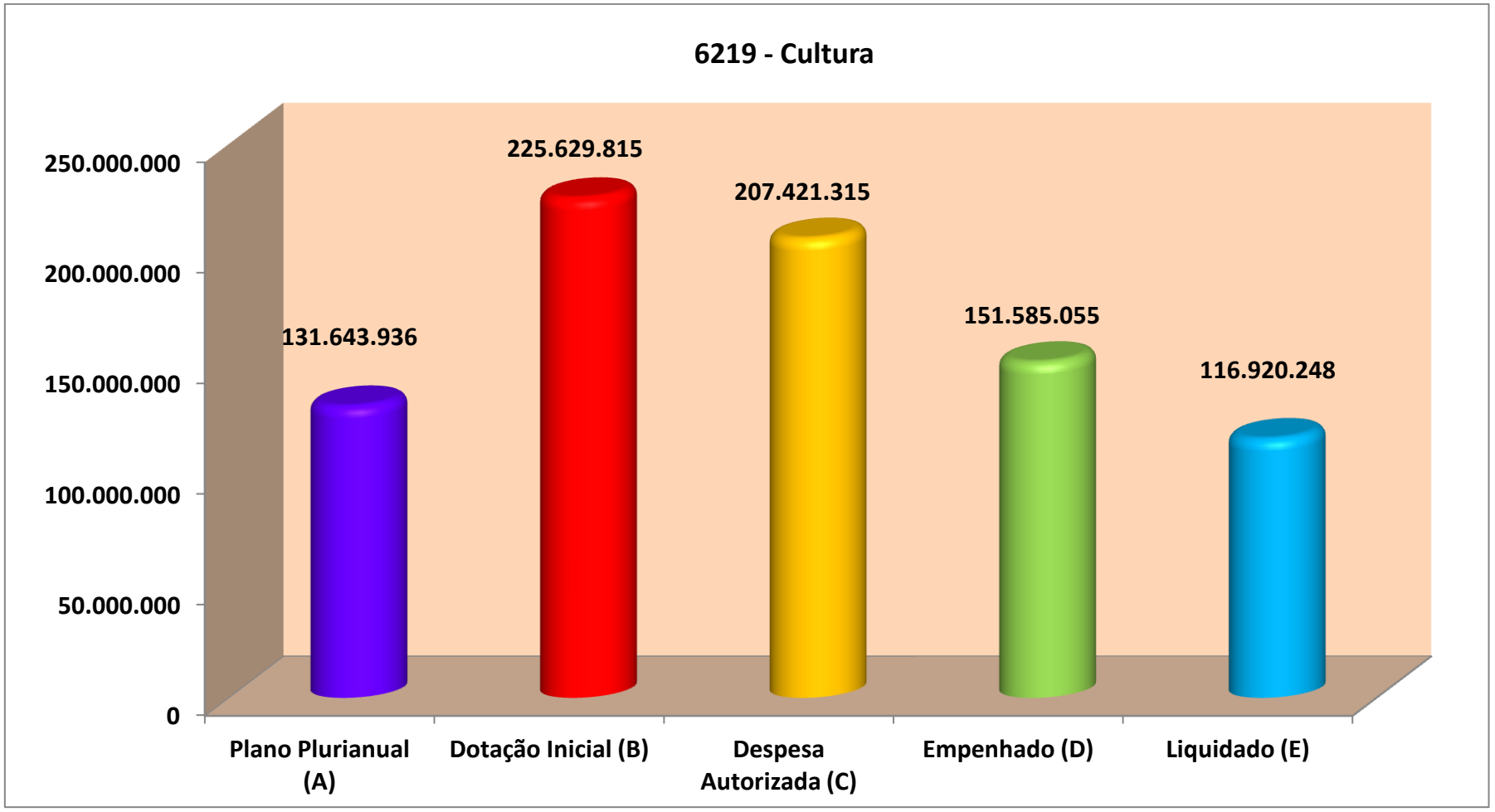
Objetivo Específico	Unidades Responsáveis
001 - Promover a estruturação da política do livro e da leitura, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural da população do Distrito Federal e a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, através de ações de formação, estruturação de bibliotecas, ampliação da mala do livro e apoio a cadeia produtiva do livro.	16.101
002 – Promover a manutenção, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Distrito Federal, por meio de ações de restauração, educação patrimonial e memória, revitalizando os espaços culturais existentes e construindo novos.	16.101
003 - Promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo.	16.101 / 16.903
004 – Pesquisar e divulgar a documentação de caráter histórico relacionada com o Distrito Federal. *(Objetivo incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*	11.134

Execução Orçamentária e Financeira do Programa – 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
2277 - (EP) Apoio Financeiro ao Artista Brasiliense	750.000	0	0	0	0	0	0
1285 - (EP) Implantação de Plano de Incentivo à Leitura	1.200.000	1.330.000	620.000	0	0	0	0
1488 - (EP) Construção do Memorial dos Pioneiros em Taguatinga	1.250.000	0	0	0	0	0	0
1694 - Implantação de Sistema Integrado de Bibliotecas	300.000	312.000	533.600	0	0	0	0
2396 - Manutenção e Conservação do Patrimônio Público	1.000.000	3.026.000	970.490	970.484	955.837	97	96
2417 - Manutenção da Rádio Cultura	700.000	700.000	125.330	125.330	112.743	18	16
2463 - Divulgação da História do Distrito Federal e RIDE	141.000	82.000	15.310	15.310	15.310	11	11
2465 - Preservação da Memória Documental do DF e RIDE	60.000	23.000	9.988	9.988	9.988	17	17
2467 - Pesquisa Sobre a História do Distrito Federal e RIDE	30.000	25.000	0	0	0	0	0
2478 - Manutenção da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro	1.400.000	500.000	500.000	497.390	497.390	36	36
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	354.000	950.000	796.000	0	0	0	0
3026 - Revitalização de Monumentos	100.000	1.000.000	0	0	0	0	0
3110 - Revitalização do Pólo de Cinema	500.000	10.000	0	0	0	0	0
3174 - Brasília Capital Criativa	600.000	1.996.810	3.054.321	0	0	0	0
3178 - Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico	16.620.000	62.782.301	29.488.143	5.332.837	7.600.593	32	46
3467 - Aquisição de Equipamentos	900.000	450.000	450.000	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	18.656.552	42.000.131	55.288.434	48.752.245	41.088.435	261	220
3750 - Construção do Conjunto Cultural da República	100.000	0	0	0	0	0	0
4089 - Capacitação de Pessoas	1.508.334	3.425.000	358.000	358.000	358.000	24	24

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
4090 - Apoio a Eventos	16.481.667	43.624.000	40.018.373	38.695.900	33.890.169	235	206
4091 - Apoio a Projetos	46.420.058	50.866.331	70.333.583	52.747.910	28.657.549	114	62
4152 - Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania	350.000	0	0	0	0	0	0
4196 - Apoio a Programas Culturais pela CLDF	408.252	390.000	390.000	220.000	205.500	54	50
4220 - Gestão de Recursos de Fundos	1.676.375	1.687.242	1.687.242	1.077.160	864.295	64	52
5928 - Implantação de Bibliotecas Públicas	4.869.828	860.000	0	0	0	0	0
5968 - Construção de Espaço Cultural	11.239.486	4.850.000	46.735	46.735	45.735	0	0
6059 - Manutenção da Rede de Bibliotecas Públicas	2.028.384	2.300.000	295.766	295.766	178.704	15	9
9112 - Apoio Financeiro ao Memorial JK	2.000.000	2.440.000	2.440.000	2.440.000	2.440.000	122	122
TOTAL DO PROGRAMA 6219	**131.643.936**	**225.629.815**	**207.421.315**	**151.585.055**	**116.920.248**	**115**	**89**

([1]) Na coluna “D” constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6219 - Cultura
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
131.643.936
225.629.815
207.421.315
151.585.055
116.920.248
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 - Promover a estruturação da política do livro e da leitura, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural da população do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno – RIDE, através de ações de formação, estruturação de bibliotecas, ampliação da mala do livro e apoio a cadeia produtiva do livro.

UNIDADE RESPONSÁVEL :

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SC

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

A Secretaria de Estado de Cultura firmou três convênios com o Governo Federal, visando a estruturação das políticas do livro e da leitura. Os convênios firmados tiveram as seguintes finalidades: aquisição de equipamentos, catalogação de acervo no sistema de bibliotecas, criação de um circuito de feiras literárias em 10 cidades, com o papel de ser um agente fomentador da leitura e a capacitação e organização de agentes de leituras nas bibliotecas públicas juntos as cidades do DF.

Um dos incentivos para o alcance do objetivo específico foi a realização da I e II Bienal do Livro e da Leitura, cuja ação faz parte do Plano do Distrito Federal do Livro e da Leitura. A ação foi prevista para acontecer em 2012 e 2014. As duas edições foram realizadas na Esplanada dos Ministérios, com entrada gratuita, durante dez dias. O evento foi considerado parte integrante do Aniversário de Brasília. Em 2012, a Bienal teve um público de 250 mil pessoas, 350 editoras, 330 mil títulos comercializados, 158 estandes e R$ 6 milhões em venda de livros. Em 2014 a participação do público foi de 300 mil pessoas, 400 editoras, 445 mil títulos comercializados, 15 estandes e R$ 8 milhões em vendas de livros.

Outro fator que contribuiu para o alcance do objetivo foi a manutenção da rede de bibliotecas públicas. O panorama atual das bibliotecas públicas e da Biblioteca Nacional de Brasília apresenta-se da seguinte forma: Aproximadamente 400 mil livros constituem os acervos e a frequência é de 500 mil pessoas por ano.

A Biblioteca Nacional de Brasília até 2011, não tinha acervo, funcionava apenas como espaço de estudo multimídia. Em 2013, foi iniciada a construção do acervo e o empréstimo de livros para o público. De 2009 a 2014 aconteceram eventos e a frequência de 820.440 mil pessoas.

Os investimentos ocorreram com a aquisição de 161 computadores novos para telecentros de 13 bibliotecas públicas; encontra-se em andamento convênios entre o GDF e o Minc para a modernização de 13 bibliotecas públicas, para o Circuito de Feiras do Livro e para o Projeto Agentes de Leitura. Para essas ações os investimentos do GDF somam mais de 642 mil; realização de concurso público para atende às bibliotecas; revitalização de três bibliotecas públicas e outras 4 obras estão em andamento: Cruzeiro (concluída), Núcleo Bandeirante (concluída), Sobradinho (concluída), Gama (em andamento), Biblioteca de Artes Ethel de Oliveira Dornas (Espaço Cultural Renato Russo, 508 sul em andamento), Biblioteca do Museu Vivo da Memória Candanga (em andamento), Biblioteca Nacional de Brasília (em andamento).

O Projeto “Bibliotecas do Cerrado 2013” foi atendido com a revitalização de três bibliotecas públicas: do Cruzeiro, Núcleo Bandeirante e Biblioteca Nacional de Brasília. Como resultado em quatro meses o Projeto foi frequentado por 58.373 mil pessoas e beneficiou 30 mil pessoas com atividades culturais nas bibliotecas públicas no período de 2013 a 2014.

O Programa Mala do Livro teve mais de 350 pontos de leitura no Distrito Federal e Entorno, sendo 60 mil pessoas atendidas em 2013.

Um importante avanço para o incentivo à cultura foi a publicação da Lei nº 5.021 de 22 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 35.325 de 11 de abril de 2014, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para a realização de projetos culturais. Os recursos para 2014 representaram R$ 43 milhões por meio de abatimento fiscal de ICMS ou ISS. Até julho de 2014, quatro empresas foram habilitadas, com o montante de recursos de R$ 10,3 milhões.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Manutenção de 100% dos equipamentos culturais que foram viabilizados	Parte dos acervos das bibliotecas públicas foi ampliado e renovado com a aquisição de 314 livros, mantendo-se a rede, o que equivale a aproximadamente 31%.
2. Ampliação do acesso à população das regiões administrativas em percentuais de 60% quando integradas aos espaços e atividades realizadas	O acesso ao livro e às diferentes plataformas de informação ocorreu com a realização da 1ª Bienal do Livro e da Leitura, o que correspondeu a 20% de realização.
3. Formação continuada a 100% dos inscritos nos Programas Mala do Livro e Agentes da leitura, bem como os funcionários terceirizados e Servidores da Secretaria de Cultura	Não houve alcance da meta em 2012 e em 2013, pois não foram realizados cursos de capacitação.
4. Construção de 04 (quatro) complexos culturais nas cidades satélites de menor IDH no Distrito Federal	Não foram alcançadas as metas previstas por não ter sido construído nenhum dos complexos no exercício 2012 e nem no exercício 2013, a expectativa é de, pelo menos, 01 complexo construído em 2014.
5. Realização de (01) uma ação, por ano das cadeias criativa, mediadora e produtiva do livro e leitura em todas as cidades do Distrito Federal	Realização da 1ª Bienal do Livro e da Leitura, desenvolvendo na população o hábito de ler e ampliando os recursos da Mala do Livro com a aquisição de novos livros para atender a demanda. O próximo desafio deste projeto está previsto para 2014, a 2ª edição.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1061	Bibliotecas públicas modernizadas	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	5	5	5	5	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	
1062	Pontos de Leitura instalados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	10	10	10	10	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	
1063	Edição de livros em formatos especiais (Braile, áudio-livro e e-book) título - ano	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	10	20	30	40	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	

1064	Agentes da Mala do Livro capacitados e qualificados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	500	500	500	500	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	
1190	Bibliotecas instaladas	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	5	5	5	5	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	
1191	Bibliotecários e auxiliares capacitados e qualificados em mediação de leitura	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	20	40	60	80	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	
1192	Atividades, ações e projetos sociais de leitura apoiados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	10	10	10	10	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	
1193	Prêmio para reconhecimento às ações de incentivo às práticas sociais de leitura no Distrito Federal	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	1	1	1	1	CPLL
						Alcançado	0	0	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1064	Agentes da Mala do Livro capacitados e qualificados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	500	500	500	500	CPLL
						Alcançado	0	90	-	-	
1192	Atividades, ações e projetos sociais de leitura apoiados	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	10	10	10	10	CPLL
						Alcançado	0	2	-	-	
1193	Prêmio para reconhecimento às ações de incentivo às práticas sociais de leitura no Distrito Federal	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	1	1	1	1	CPLL
						Alcançado	0	2	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1061 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista a falta de apresentação de projeto para a realização.

Indicador 1062 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista a falta de apresentação de projeto para a realização.

Indicador 1063 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista a falta de apresentação de projeto para a realização.

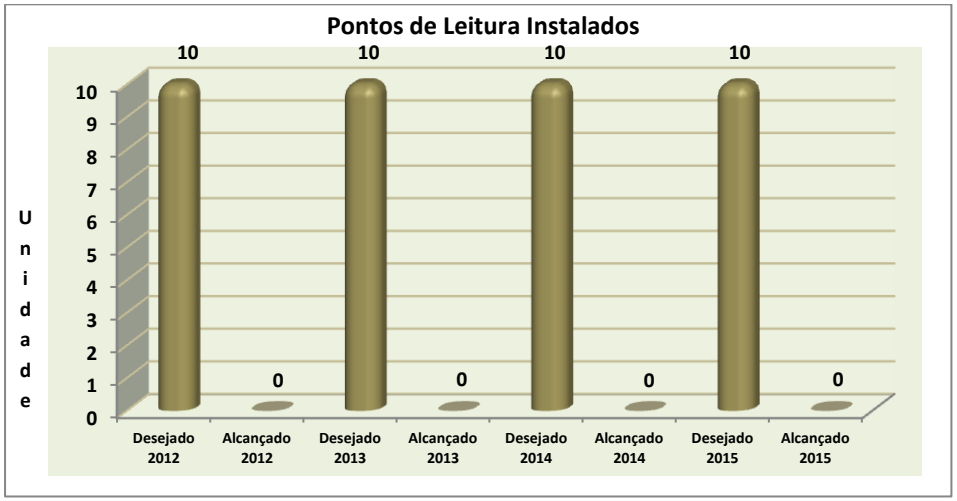
Indicador 1064 - O objetivo foi alcançado parcialmente, pois houve capacitação de agentes da mala do livro, durante a Bienal Brasil do Livro em 2012 e capacitações em 3 comunidades de atuação da mala do livro em 2013.

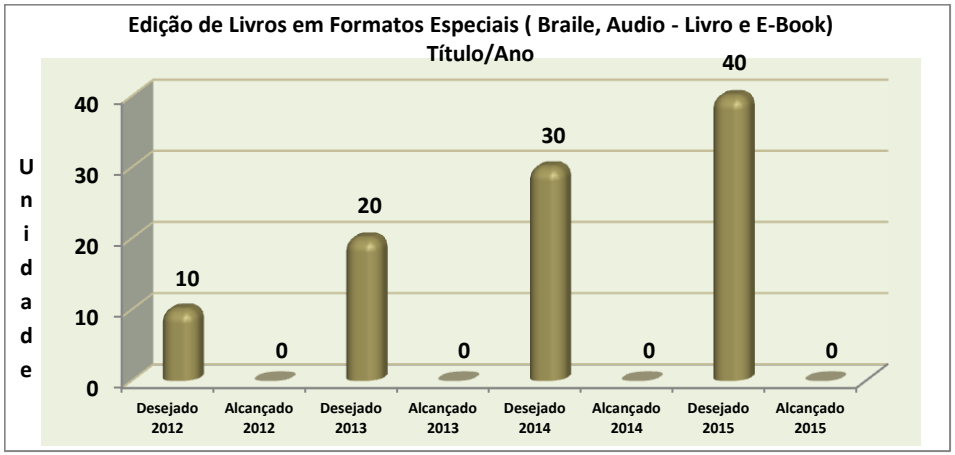
Indicador 1190 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista que não houve apresentação de projeto para a realização.

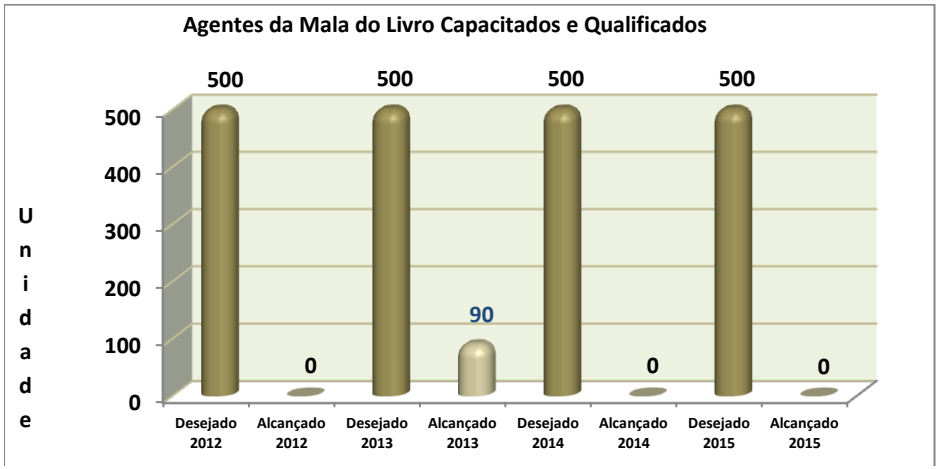
Indicador 1191 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista a falta de apresentação de projeto para a realização.

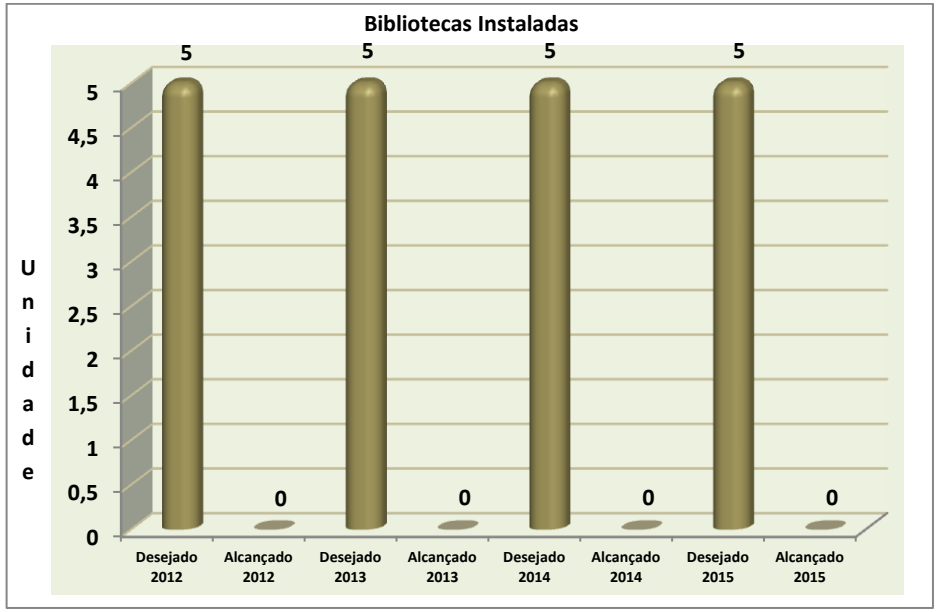
Indicador 1192 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista que não houve apresentação de projeto para a realização.

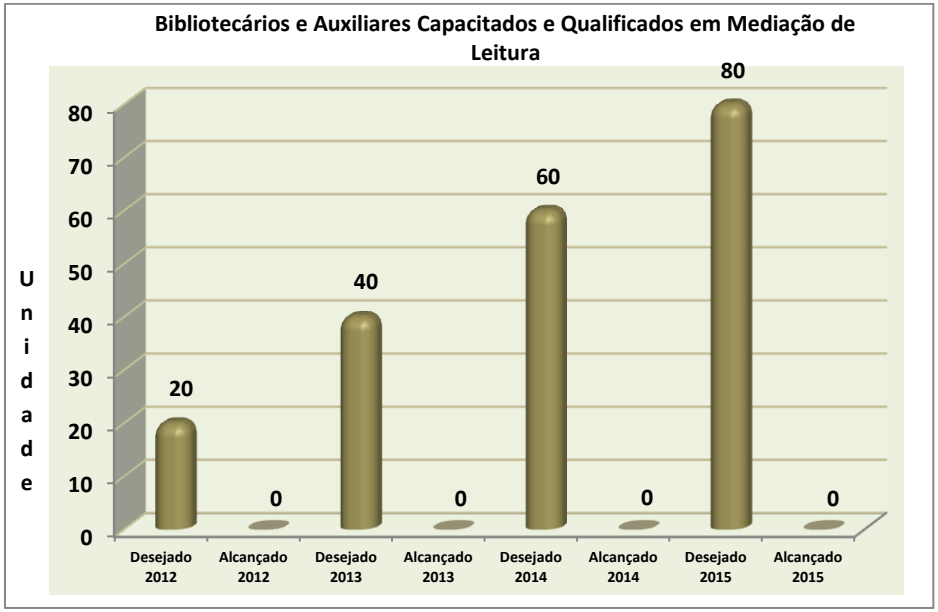
Indicador 1193 - Foi realizado durante a Bienal do Livro um prêmio literário para escritores e outro prêmio literário para alunos da rede pública de ensino, sendo

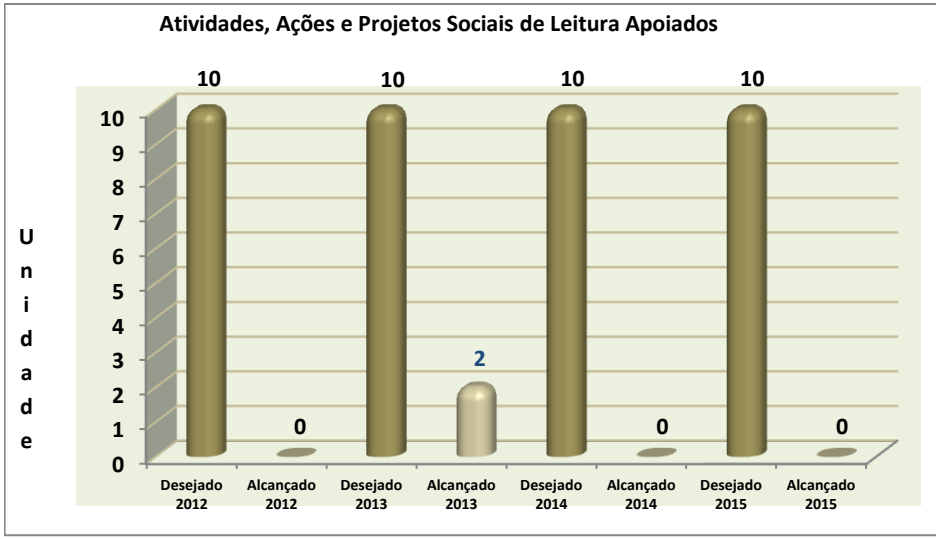


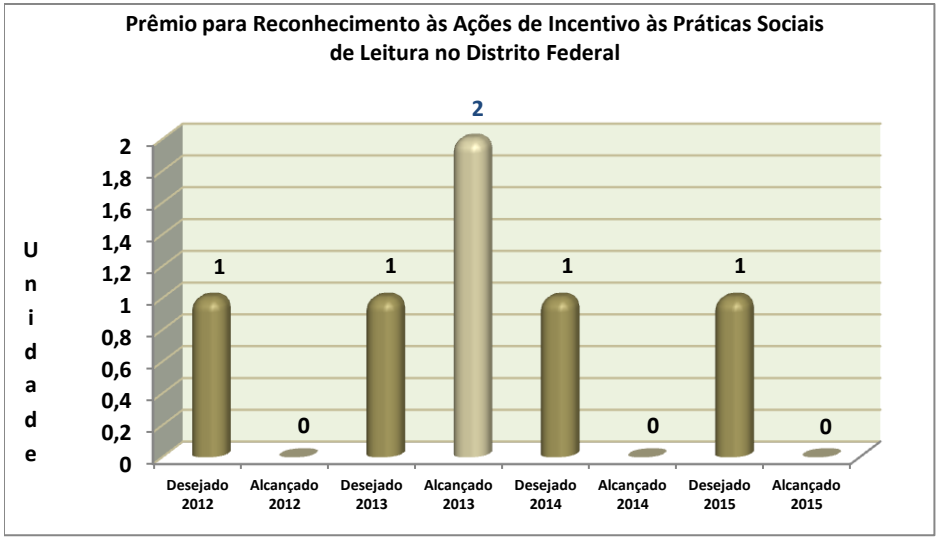





Bibliotecas Instaladas
Unidade
5
0
5
0
5
0
5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Bibliotecários e Auxiliares Capacitados e Qualificados em Mediação de Leitura
Unidade
20
0
40
0
60
0
80
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Atividades, Ações e Projetos Sociais de Leitura Apoiados
Unidade
10
0
10
2
10
0
10
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Prêmio para Reconhecimento às Ações de Incentivo às Práticas Sociais de Leitura no Distrito Federal
Unidade
1
0
1
2
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Promover a manutenção, preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Distrito Federal, por meio de ações de restauração, educação patrimonial e memória, revitalizando os espaços culturais existentes e construindo novos.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SC

Análise do Objetivo Específico (resultados de 2013)

No exercício 2013 a Secretaria de Cultura promoveu a restauração e manutenção de estruturas em 12 espaços culturais, dentre eles: reforma do mobiliário do Panteão da Pátria; do portão de entrada do Museu do Catetinho e confecção de placas indicativas para o Museu e para o Teatro Nacional Cláudio Santoro; troca de vidros trincados das portas e manutenção do motor WEG do Museu Nacional da República; desobstrução da rede pluvial da Secretaria; restauração do harmônio da igreja São Sebastião, em Planaltina; manutenção dos aparelhos de ar condicionado da Secretaria e de seus Próprios Culturais; do sistema de captação de imagens e reparo no teto de gesso da Biblioteca Nacional de Brasília; manutenção corretiva e preventiva das instalações hidráulicas e elétricas do Teatro Nacional Cláudio Santoro; reparo no forro de gesso do Centro de Danças: trincas recompostas e reparadas; molduras e cantoneiras recolocadas nos forros das salas, totalizando 22m² de forro de gesso recebidos e colocados; manutenção do Memorial JK; da Rádio Cultura FM; dos elevadores da Secretaria de Estado de Cultura e do Teatro Nacional Cláudio Santoro; das instalações elétricas da Biblioteca Nacional e da Casa do Cantador. Considera-se alcançado o objetivo proposto em relação a essas realizações.

A Secretaria criou, ainda em 2011, o Plano de Recuperação do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural. Nos últimos quatro anos foram R$ 20,7 milhões para recuperação de espaços culturais do DF.

Obras entregues: Catetinho; Cine Brasília; Casa do Cantador; Igreja São José Operário, em Candangolândia; Igreja São Geraldo, no Paranoá; Igreja São Sebastião, em Planaltina; Museu Histórico de Planaltina; Centro Cultural Três Poderes e Panteão da Pátria.

Em obras: Galeria Athos Bulcão e Concha Acústica.

Projeto pronto: Teatro Nacional.

Em 2014, nova legislação permitirá que espaços culturais importantes para a cidade se mantenham abertos e em condições adequadas para atender a comunidade. A lei permitirá que o GDF arque com 90% das despesas de manutenção e conservação do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Espaço Lúcio Costa; Espaço Oscar Niemeyer; Espaço Israel Pinheiro; Memorial da Liberdade Presidente João Goulart; Museu dos Ex-combatentes do Brasil e Museu Casa da Fazenda do Gama.

Os fatores que mais contribuíram para a concretização desses objetivos foram: disponibilidade orçamentária; aprovação dos projetos de restauro dos Próprios Culturais; processo de licitação para execução dos trabalhos.

Os fatores que dificultaram o alcance dos objetivos foram: morosidade quanto à liberação dos recursos orçamentários bloqueados; na análise e aprovação dos projetos de restauro; nas licitações, tendo em vista as diversas fases; e na apreciação e análise dos processos até chegar ao setor financeiro para finalização.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reforma de 80% dos Próprios Culturais da Secretaria de Cultura e dos Espaços Culturais do DF	Conclusão da reforma do Panteão da Pátria; reposição de carpetes no Espaço Cultural Renato Russo – 508 Sul; projetos de reforma do Museu de Artes de Brasília – MAB e do Cine Brasília; restauração da igreja São Sebastião, em Planaltina e da igreja São José Operário, na Candangolândia, equivalente a 2,4%. Outras reformas: mobiliário do Panteão da Pátria; do portão de entrada do Museu do Catetinho; confecção de placas indicativas para o Museu e para o Teatro Nacional Cláudio Santoro; troca de vidros trincados das portas e manutenção do motor WEG do Museu Nacional da República; desobstrução da rede pluvial da Secretaria; restauração do harmônio da igreja São Sebastião, em Planaltina; manutenção dos aparelhos de ar condicionado da Secretaria e Próprios; do sistema de captação de imagens e reparo no teto de gesso da Biblioteca Nacional de Brasília; manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas e elétricas do Teatro Nacional Cláudio Santoro; reparo no forro de gesso do Centro de Danças; manutenção do Memorial JK, da Rádio Cultura FM; dos elevadores da SECULT e do Teatro Nacional Cláudio Santoro; das instalações elétricas da Biblioteca e da Casa do Cantador, equivalendo a aproximadamente 70% da meta prevista.
2. Implantação do Sistema de Museus do DF – SIM-DF e criação do comitê gestor	Não foram alcançadas as metas previstas por não ter sido implantado o sistema.
3. Criar a Reserva Técnica Central e os Laboratórios de Restauro para a recuperação do acervo com a digitalização e catalogação das obras de arte	Não foram alcançadas as metas previstas por indisponibilidade no orçamento.
4. Consolidar as Áreas de Memória em todas as cidades do DF	Não foram alcançadas as metas previstas por indisponibilidade no orçamento
5. Implantar a Educação Patrimonial nas escolas públicas do DF	Foi elaborada uma cartilha com a finalidade de promover a educação patrimonial e ampliado a parceria com o Instituto Brasileiro e Geográfico que atua diretamente na educação patrimonial.
6. Construir 16 Espaços Culturais em cidades do DF e no Plano Piloto	Não houve realização, por falta de dotação orçamentária na LOA.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1065	Acervo digitalizado e restaurado	%	10	Anual	31/05/2011	**Desejado**	30	60	70	80	SUPHAC
						Alcançado	0	0	-	-	
1066	Quantidade de Áreas de Memória criadas	Unidade	-	Semestral	31/05/2011	**Desejado**	10	15	20	30	SUPHAC
						Alcançado	0	0	-	-	
1194	Quantidade de patrimônio reformado	%	20	Anual	31/05/2011	**Desejado**	30	40	70	80	SUPHAC
						Alcançado	2,4	12	-	-	
1195	Quantidade de museus integrado ao sistema criado	Unidade	-	Semestral	31/05/2011	**Desejado**	10	30	40	66	SUPHAC
						Alcançado	0	0	-	-	
1196	Quantidade de espaços culturais construídos	Unidade	-	Anual	31/05/2011	**Desejado**	1	5	5	5	SUPHAC
						Alcançado	0	0	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1194	Quantidade de patrimônio reformado	%	20	Anual	31/05/2011	**Desejado**	30	40	70	80	SUPHAC
						Alcançado	2,4	35	-	-	

Justificativa – 2013

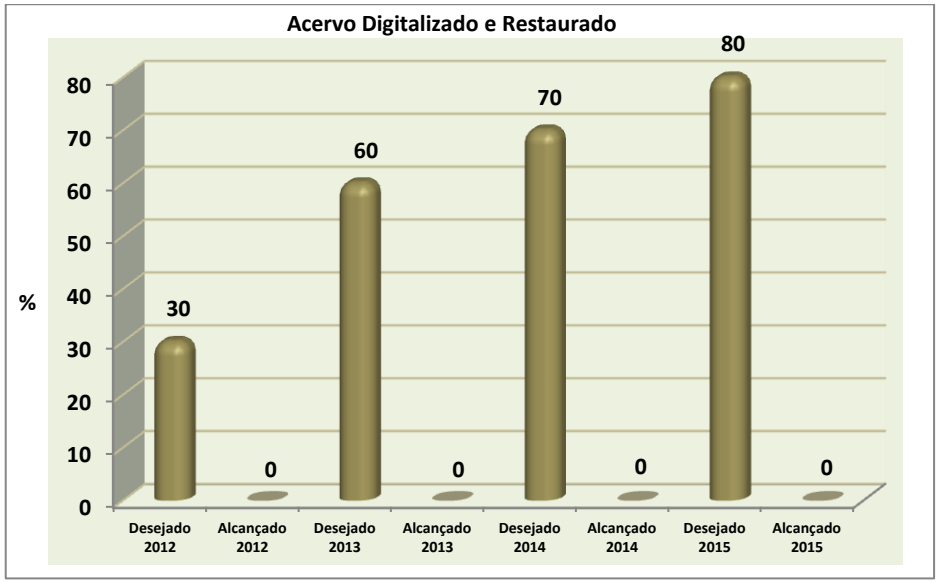
Indicador 1065 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista a falta de apresentação de projeto para a realização.

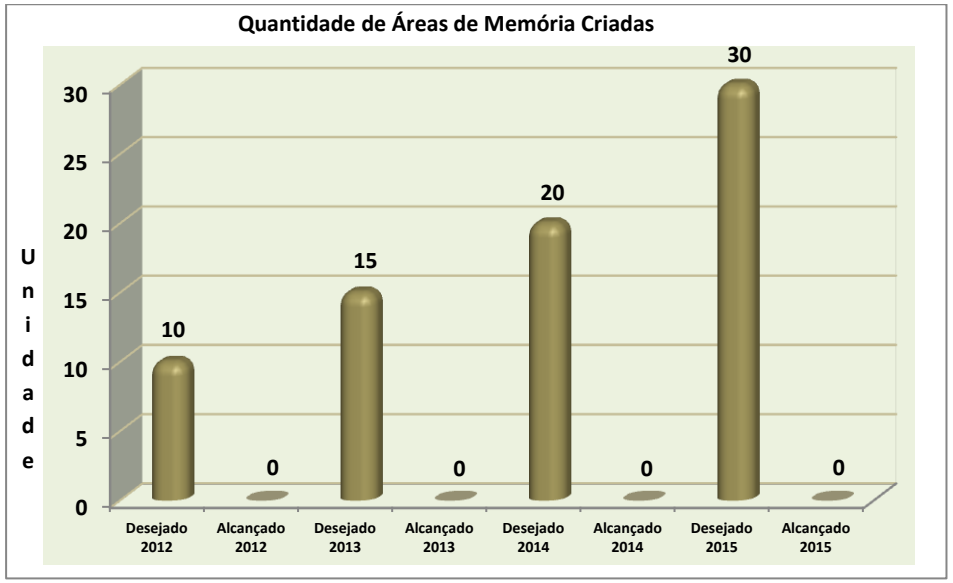
Indicador 1066 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista a falta de apresentação de projeto para a realização.

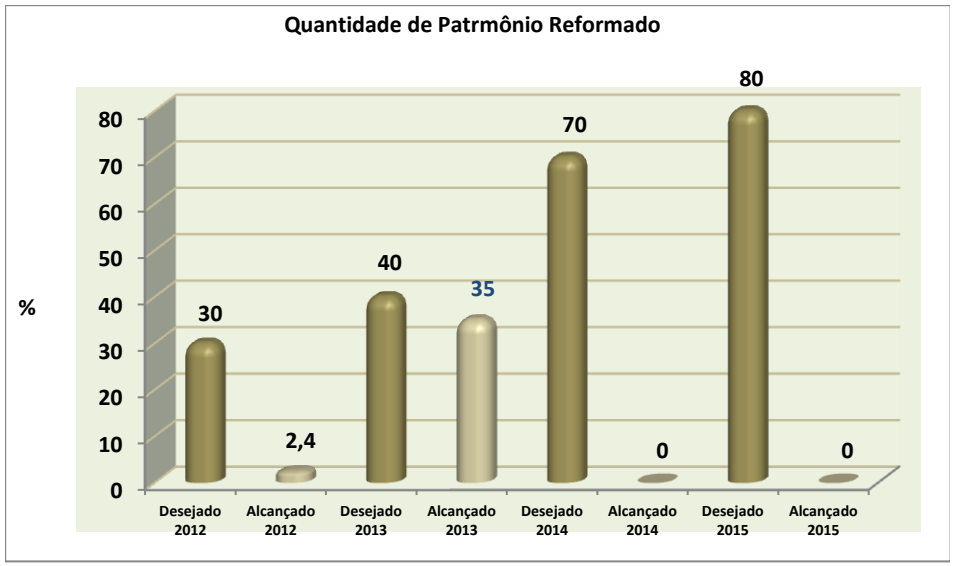
Indicador 1194 - Em 2013 houve a restauração e manutenção de estruturas a saber: reforma do mobiliário do Panteão da Pátria e do portão do Museu do Catetinho; confecção de placas indicativas para o Museu do Catetinho e para o Teatro Nacional Cláudio Santoro; troca de vidros trincados do Museu Nacional; manutenção no sistema de captação de imagens da SEC; reparo no forro de gesso do Centro de Danças e da Biblioteca Nacional, reparo do Polo de Cinema dentre outros.

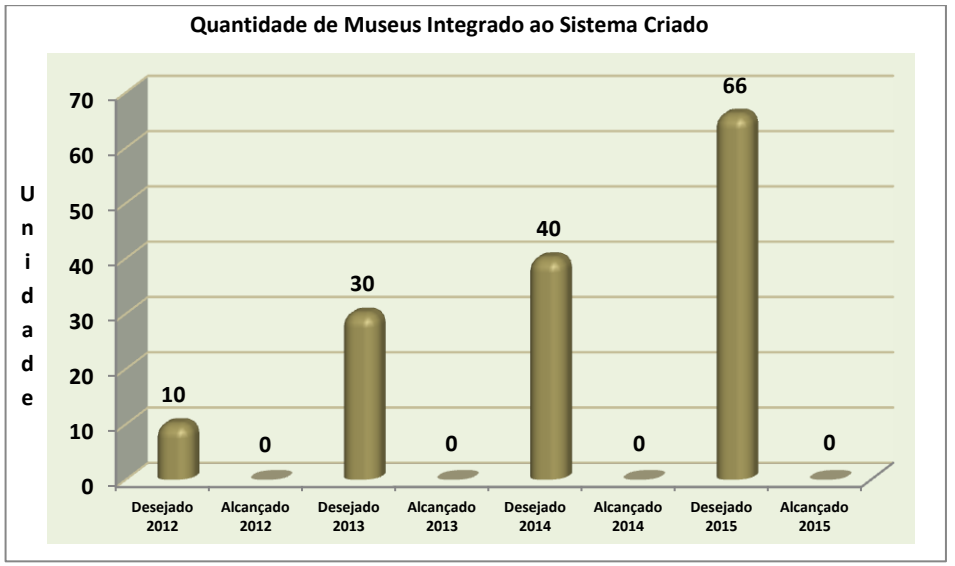
Indicador 1195 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista que não houve apresentação de projeto para a realização.

Indicador 1196 - O objetivo não foi alcançado, tendo em vista que não houve apresentação de projeto para a realização.






Quantidade de Patrmônio Reformado
%
80
70
60
50
40
30
20
10
0
30
2,4
40
35
70
0
80
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Museus Integrado ao Sistema Criado
Unidade
70
60
50
40
30
20
10
0
10
0
30
0
40
0
66
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Quantidade de Espaços Culturais Construídos
Unidade
5
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
1
0
5
0
5
0
5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 - Promover e difundir a produção cultural no Distrito Federal das diferentes expressões locais, oriundas das diversas regiões brasileiras e das expressões culturais do mundo.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

16.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SC

16.903 – FUNDO DA ARTE E DA CULTURA - FAC

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria com a perspectiva de promover e difundir a cultura e sobretudo procurando alcançar o referido objetivo específico, vem executando o fomento cultural por meio dos projetos, ampliando, diversificando e aprimorando os acessos da população à cultura.

Uma das formas de aprimoramento foi a implantação do Sistema de Contratação Artística do Distrito Federal – SISCULT, com isso, foram alteradas as regras para contratações artísticas, com o objetivo de tornar o processo mais democrático e transparente. As contratações artísticas, após o SISCULT, entre os meses de outubro/2013 e julho/2014, foram de 2.100 contratações, representando uma média de 210 artistas por mês.

No que diz respeito ao Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal, foi publicado em novembro de 2013, o Decreto nº 34.785/2013, para fortelecer o apoio aos projetos culturais.

Em 2013 foram várias as realizações que contribuíram para promover e difundir a produção cultural no DF, dentre elas:

Atividades de valorização da cultura brasileira apoiadas: 16 (citadas apenas algumas) e 6 projetos apoiados pelo FAC

- Ato de Adesão do DF ao Sistema Nacional de Cultura, e 4ª Conferência de Cultura, com público estimado de 2.000 pessoas;
- O Maior São João do Cerrado, com público estimado de 800.000 pessoas;
- Temporada 2013 da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro, com público estimado de 36.450 pessoas;
- III Festival de Ópera de Brasília, com público estimado de 11.763 pessoas;
- Carnaval em todo o DF, com público estimado de 912.000 pessoas;
- Meio dia em Ponto 2013 – Um projeto de Cultura Popular - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Circuito Rural Cordel Para Crianças- Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Em Canto dos Mamulengos - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- 2ª Edição – Circuito Instrumental Itinerante - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Redescobrindo o Brasil - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Semana Cultural da Negritude- Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012.

Quantidade de Festivais Artístico-Culturais apoiados: 29 Secult (citados apenas alguns) e 10 projetos apoiados pelo FAC

- Festival PERC Brasil – Música e Cidadania, com público estimado de 15.000 pessoas;
- Festival Regional de Repentistas do DF, com público estimado de 75 pessoas;
- 46º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, no Teatro Nacional Cláudio Santoro, com público estimado de 30.000 pessoas;
- Festival Cerrado Virtual 2013, com público estimado de 5.000 pessoas;
- 13º Encontro de Violeiros no Distrito Federal, com público estimado de 600 pessoas;
- Festival das Águas, com público estimado de 30.000 pessoas;
- Festival Limpa Brasil – Let's Do It e Lixo e Cidadania, com público de 15.000 e 18.000 pessoas, respectivamente;
- II FestFAC – realizado pelo FAC;
- Festival Ferrock - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Cena Contemporânea - Festival Internacional de Teatro de Brasília 2013 - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- 12º Festival Internacional de Bonecos - Etapa 3 – Projeto apoiado pelo FAC - editais 2013;
- Dance Brasil - Festival Verão Dança Brasília 2013 – Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- BIFF 2013 – Brasília International Film Festival/Festival Internacional de Cinema de Brasília - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- VI Mostra Zezito de Circo - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Festival do Teatro Brasileiro - CENA DF- Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Jogo de Cena - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- Circuito Rural do Teatro de bonecos 2013 - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012.

Quantidade de Atividades Culturais Prioritárias do GDF realizadas: 12 (citados apenas alguns) e 2 projetos apoiados

- GDF Junto de Você, relacionado às ações sociais do governo em prol da população em todo o DF;
- 53º Aniversario de Brasília em todo o Distrito Federal, com público estimado de 800.000 pessoas;
- Sexta do Repente, na Casa do Cantador, na Ceilândia, valorizando a música caipira, com público estimado de 2.300 pessoas;
- Conscientização e Sustentabilidade do Lago Paranoá – 24 Horas de Mergulho, com público estimado de 500 pessoas;
- Plano Decenal de Cultura;
- Copa das Confederações, com público estimado de 25.000 pessoas;
- Temporadas no Parque- Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- - Visite o Catetinho, uma viagem lúdica e interativa pela história da construção de Brasília - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012.

Quantidade de Atividades Locais organizadas pelas RA's apoiadas: 57 (citadas apenas algumas) e 3 projetos apoiados pelo FAC

- Ação Cidade Cidadã e Feira Cultural 2013 nas Regiões Administrativas do DF, com público estimado de 8.200 pessoas;
- Feicotur, em Sobradinho, dentro das comemorações do aniversário da cidade, com público estimado de 43.500 pessoas;
- Marcha pela Família e contra as Drogas, com público aproximado de 2.000 pessoas;
- 19ª Caminhada da Paz, com público estimado de 300 pessoas;
- 1ª Etapa Festcultura e Arte Urbana;
- Mês da Consciência Negra – Beleza Negra Fashion Show;
- Dia da Intolerância Racial;
- Cantando São Francisco Rio Abaixo, com público estimado de 500 pessoas;
- O Sábado Cultural – Paranoá FM Mostra Sua Voz;
- 13º Encontro de Violeiros de Brazlândia – Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- - Mostra Recanto de Arte Cultura - Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012;
- - Quarta Edição Gama FESTINECO- Projeto apoiado pelo FAC – editais 2012.

Quantidade de Eventos Artístico-Religiosos apoiados: 16 (citadas apenas algumas) e 1 projeto apoiado pelo FAC

- Realização da Semana Santa nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, com público estimado de 600.000 pessoas;
- 40ª Quermesse do Templo Budista, com público estimado de 80 pessoas por dia, totalizando em torno de 800 pessoas;
- XII Festa da Santíssima Trindade, com público estimado de 3.000 pessoas durante todo o evento;
- XII Encontro de Folia de Reis no DF, com público estimado foi de 15.000 pessoas durante todo o evento;
- 28º Chamepe – Chamada para Avivamento de Mocidades Evangélicas Pentecostais;
- Celebrar Brasília 2013, no Museu da República, e Árvore dos Sonhos, com público estimado de 800 pessoas;
- Corpus Christi e Festival de Música Gospel em todo o Distrito Federal, com público estimado de 8.000 pessoas;
- Hallel, evento evangélico, que aconteceu em 14/12/2013;
- Natal Começa Aqui, com público estimado de 300 pessoas e festividades de final de ano, com público de 800.000 pessoas;
- Projeto brilho da luz – Iluminação e feitos de luz – Via Sacra Planaltina – Projeto apoiado FAC - 2013

Os fatores que mais contribuíram para a concretização desses objetivos foram: Disponibilidade orçamentária; Processo de licitação na modalidade Pregão para o Carnaval, obtido com êxito. Empenho na análise de cachês para as devidas contratações.

Os fatores que dificultaram o alcance dos objetivos foram morosidade: Quanto à liberação dos recursos orçamentários bloqueados; na análise dos valores de cachês, submetidos à aprovação da Assessoria Jurídica; e nas licitações e na apreciação e análise dos processos até chegar ao setor financeiro para finalização.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Contribuir com a realização do Carnaval do DF	O Carnaval 2012 foi realizado no Ceilambódromo, na Ceilândia e contou com a presença de um público aproximado de 500.000 pessoas. No exercício 2013 o carnaval foi realizado na passarela da alegria, no estacionamento do Ginásio Nilson Nelson e em várias localidades do DF, com público estimado de 912.000 pessoas.
2. Apoiar até 8 festivais	29 Festivais apoiados: Festiarte – com público estimado de 100.000 pessoas; 5ª edição do Festival de Filmes Curtíssimos; Festival de Repentistas do DF e Entorno, em 9 edições na casa do cantador na Ceilândia – com público de 2.500 pessoas; Festival de Ópera – com estimativa de 30.000 pessoas presentes; e 2º Festival Contra as Drogas, em Samambaia – com público de 3.000 pessoas; Festival de Música Candango Cantador, com público estimado de 800 pessoas; Festival Perc Brasil – Música e Cidadania, com público estimado de 15.000 pessoas; Festival Porão do Rock, com público estimado de 500.000 pessoas; Festival Regional de Repentistas do DF, com público estimado de 75 pessoas; 46º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, com público estimado de 30.000 pessoas; Festival de Ópera de Brasília; Festival Cerrado Virtual 2013, com público estimado de 5.000 pessoas; 13º Encontro de Violeiros no DF, com público estimado de 600 pessoas; Festival das Águas, com público estimado de 30.000 pessoas; Festival Limpa Brasil – Let's Do It, com público de 15.000 pessoas; Festival de Arte e da Cultura Candanga – FACC; II Festival Internacional de Cinema de Brasília – BIFF; Elefante Festival de Música, com público de 8.000 pessoas dentre outros. Em relação Fundo de Apoio à Cultura, em 2012, foram contemplados com apoio financeiro 8 importantes festivais da cidade, mobilizando um investimento de R$ 2.341.284,75 com destaque para eventos como o Festival Internacional de Cinema de Brasília, o Festival do Teatro Brasileiro e o Cena Contemporânea. Além desse espectro, de julho a outubro de 2012, ocorreu a primeira edição do FestFAC, envolvendo 43 atividades entre shows, oficinas, espetáculos e palestras oferecidas gratuitamente à 3.690 pessoas que usufruíram da extensa programação. Em 2013, o Fundo de Apoio a Cultural, contemplou com apoio financeiro 11 festivais, mobilizando um investimento de R$ 3.152.465,77, com destaque para o Festival Ferrock, o Festival Taguatinga de Cinema e o 12º Festival Internacional de Bonecos. Também foi realizado o II FestFAC, entre os dias 04 e 15 de setembro de 2013, no SESC – Gama, no SESC Taguatinga e na Funarte, oferecendo gratuitamente para a população 47 atividades culturais, para um público estimado de 2.160 pessoas. Ao todo, entre 2012 e 2013, foram 17 festivais contemplados com apoio financeiro do FAC, além da realização de duas edições do FestFAC.
3. Realizar as atividades culturais prioritárias para o GDF	Em 2013 as atividades que foram consideradas como prioritárias do GDF foram 14: GDF Junto de Você em todas as Regiões Administrativas do DF; 53º aniversário de Brasília, com público estimado de 800.000 pessoas; Sexta do Repente, na Casa do Cantador, com público estimado de 2.300 pessoas; Conscientização e Sustentabilidade do Lago Paranoá – 24 Horas de Mergulho, com público estimado de 500 pessoas; Plano Decenal de Cultura; Temporadas no Parque; Visite o Catetinho, uma viagem lúdica e interativa pela história da construção de Brasília; Copa das Confederações, com público estimado de 25.000 pessoas; Projeto Mérito Empreendedor, com público estimado de 300 pessoas, alcançando o objetivo proposto. **O Fundo de Apoio à Cultura é voltado ao atendimento das demandas e das necessidades culturais da população do Distrito Federal, não estando orientado pelas demandas do Governo em si. Em 2012, o FAC contemplou através de seus**

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	editais e programa de passagem e diárias 359 projetos, com um investimento total de R$ 34.527.396,42. Em 2013 foram 295 projetos contemplados e um investimento de R$ 36.506.645,07. Entretanto, algumas atividades de investimento mantém a estrutura das ações regulares de fruição da população local, com destaque para os apoios financeiros a eventos do calendário, festejos dos ciclos juninos e natalinos das Regiões Administrativas e projetos educativos em museus. Em 2012, os investimentos alcançaram R$ 1.173.218 por meio de 8 projetos contemplados, bem como a ativação de espaços de interesse público por meio de circuitos de difusão cultural, mobilizando 27 projetos e R$ 2.058.339. Em 2013 o investimento voltado a eventos do calendário, festejos dos ciclos juninos e natalinos das Regiões Administrativas e projetos educativos em museu alcançaram R$ 1.025.575,62 por meio de 4 projetos contemplados. Também foram ativados espaços de interesse público através de circuitos de difusão cultural, mobilizando 14 projetos e R$ 1.347.086,08. Em 2013, dentro da caravana "GDF junto com você" o FAC realizou cursos de capacitação sobre o acesso aos recursos do FAC. O curso foi realizado nas RA's de São Sebastião, Sobradinho, Planaltina e Gama, sendo dividido em dois módulos: o primeiro sobre a regulamentação, o histórico, a estrutura e o acesso ao Fundo e o segundo sobre a elaboração de projetos para concorrer aos editais de seleção. Além dos cursos, foi disponibilizado guichê de atendimento para orientação sobre cadastro no CEAC e outras informações. Também foram oferecidas oficinas, palestras e apresentações de dança e teatro através de contrapartidas de projetos apoiados pelo FAC.
4. Apoiar 120 ações de intercâmbio e diversos eventos artísticos	Pela Secretaria de Estado de Cultura não houve nenhuma atividade de intercâmbio cultural no exercício 2013. Já pelo FAC, em 2013, foram contemplados 23 projetos no programa de passagens e diárias, que totalizaram um investimento de R$ 322.625,37 e beneficiou 89 agentes culturais. Outras diversas modalidades contribuem para o intercâmbio cultural, como os 11 festivais já citados anteriormente. Também foram apoiados outros 34 projetos que estavam dentro do Edital de Difusão e Circulação, e contribuem diretamente para o intercâmbio cultural, totalizando 68 apoios diretos a ações de intercâmbio. Em 2012 o FAC já havia contemplado 18 projetos no Programa de Apoio a Passagens e Diárias, que totalizaram um investimento de R$ 328.115,49 e beneficiaram mais de 100 agentes culturais. Entre 2012 e 2013, foram 41 projetos contemplados no Programa de Passagens e Diárias, totalizando um investimento de R$ 650.740,86, sendo beneficiados mais de 180 agentes culturais.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1067	Quantidade de ações integradas com vistas à Copa do Mundo de 2014	Unidade	01	Anual	30/06/2011	**Desejado**	5	5	5	-	SME
						Alcançado	0	0	-	-	
1068	Quantidade de Festivais Artísticos/Culturais apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	**Desejado**	8	8	8	8	SME
						Alcançado	11	24	-	-	
1069	Quantidade de Atividades Locais organizadas pelas RA´s apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	**Desejado**	45	45	45	45	SME
						Alcançado	51	57	-	-	
1070	Quantidade de ações de Intercâmbio Cultural apoiados	Unidade	02	Anual	30/06/2011	**Desejado**	40	40	40	40	SME
						Alcançado	90	0	-	-	
1197	Quantidade de atividades de valorização da cultura brasileira apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	**Desejado**	8	8	8	8	SME
						Alcançado	6	16	-	-	
1198	Quantidade de Atividades Culturais Prioritárias do GDF realizadas	Unidade	08	Anual	30/06/2011	**Desejado**	10	10	10	10	SME
						Alcançado	35	12	-	-	
1199	Quantidade Eventos Artístico-Religiosos apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	**Desejado**	6	6	6	6	SME
						Alcançado	0	16	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1067	Quantidade de ações integradas com vistas à Copa do Mundo de 2014	Unidade	01	Anual	30/06/2011	**Desejado**	5	5	5	-	SME
						Alcançado	0	2	-	-	
1068	Quantidade de Festivais Artísticos/Culturais apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	**Desejado**	8	8	8	8	SME
						Alcançado	11	39	-	-	
1069	Quantidade de Atividades Locais organizadas pelas RA´s apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	**Desejado**	45	45	45	45	SME
						Alcançado	51	60	-	-	
1070	Quantidade de ações de Intercâmbio Cultural apoiados	Unidade	02	Anual	30/06/2011	**Desejado**	40	40	40	40	SME
						Alcançado	90	68	-	-	

1197	Quantidade de atividades de valorização da cultura brasileira apoiadas	Unidade	07	Anual	30/06/2011	**Desejado**	8	8	8	8	SME
						Alcançado	6	32	-	-	
1198	Quantidade de Atividades Culturais Prioritárias do GDF realizadas	Unidade	08	Anual	30/06/2011	**Desejado**	10	10	10	10	SME
						Alcançado	35	14	-	-	
1199	Quantidade Eventos Artístico-Religiosos apoiados	Unidade	05	Anual	30/06/2011	**Desejado**	6	6	6	6	SME
						Alcançado	0	17	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1067 - Foi realizada a copa das confederações, a atividade comemorativa com diversas atrações foi realizado pela Secult na Esplanada dos Ministérios com a participação de 300 mil pessoas.

Indicador 1068 - Devido à grande demanda de Emendas Parlamentares enviadas á Secretaria de Estado de Cultura para a realização de Festivais, a quantidade superou o previsto inicialmente. Realizaram-se os seguintes festivais dentre outros: Festival de Música Candango Cantador; Festival Internacional de Teatro de Brasília; Perc Brasil - Música e Cidadania; Festival Porão do Rock; Ferrock de Canto a Canto 2013; Festival de Cinema de Brasília e outros. Indicador atingido acima da meta.

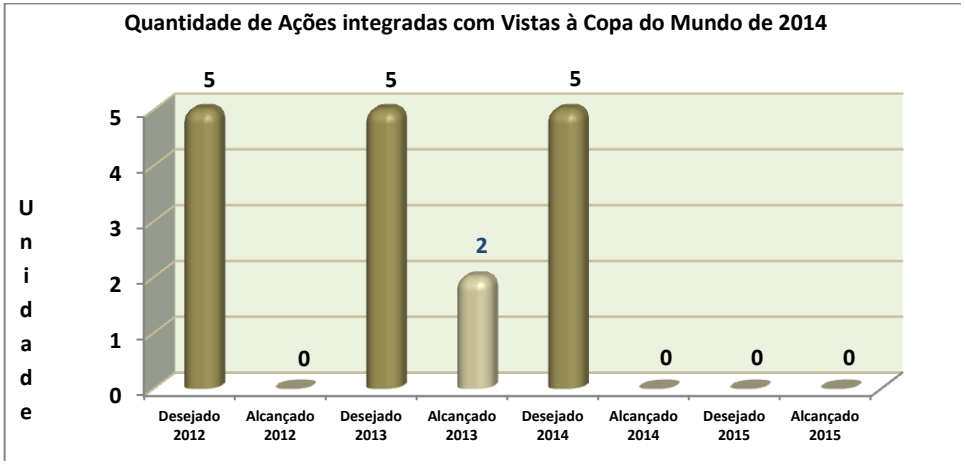
Indicador 1069 - Devido à grande demanda de Emendas Parlamentares enviadas à Secretaria de Estado de Cultura para a realização de atividades locais, a quantidade superou o previsto inicialmente. Realizaram-se as seguintes atividades dentre outras: Aniversários das Regiões Administrativas no DF; Dia da Diversidade LGBT 2013; Ação Cidade Cidadã e Feira Cultural; Festa Comunitária de Planaltina; 13º Circuito de Quadrilhas Juninas; Feicotur; Marcha pela Família e Contra as Drogas; 19ª Caminhada da Paz. Indicador atingido acima da meta.

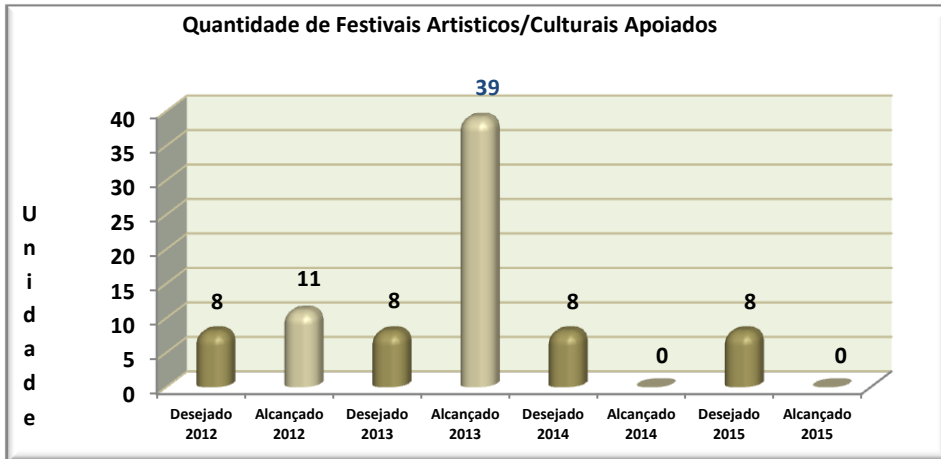
Indicador 1070 - Foram realizadas 68 atividades de intercâmbio apoiadas pelo Fundo de Apoio à Cultura, circulando diversos produtos culturais no brasil e outros países. Indicador atingido acima da meta.

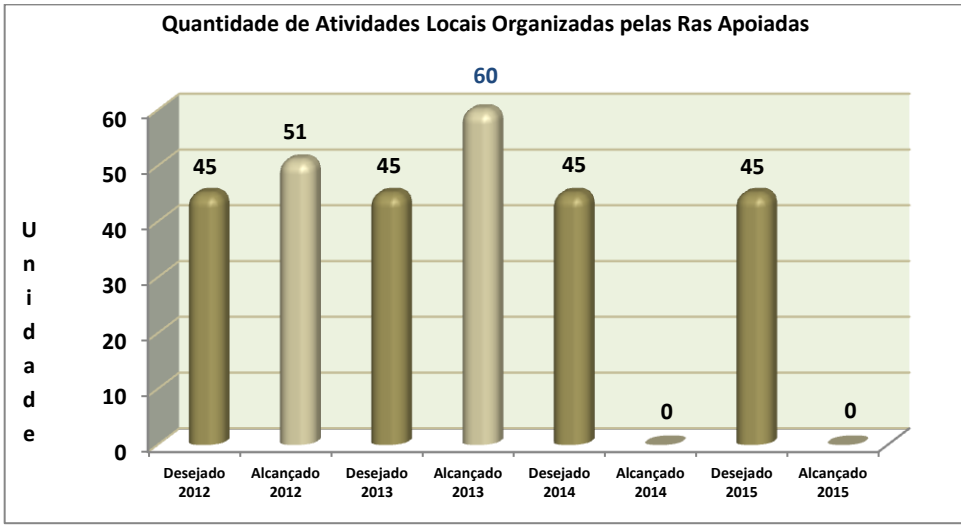
Indicador 1197 - Em 2013 as atividades apoiadas foram: 4ª Conferência de Cultura do DF; Temporada 2013 da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro; III Festival de Ópera de Brasília; Gira Cultura; O Maior São João do Cerrado; Cinema a Céu Aberto; Viva Arte Viva; Nona Sinfonia de L. Van Beethoven; Carnaval em todo o DF dentre outros, superando o previsto inicialmente. Indicador atingido acima da meta.

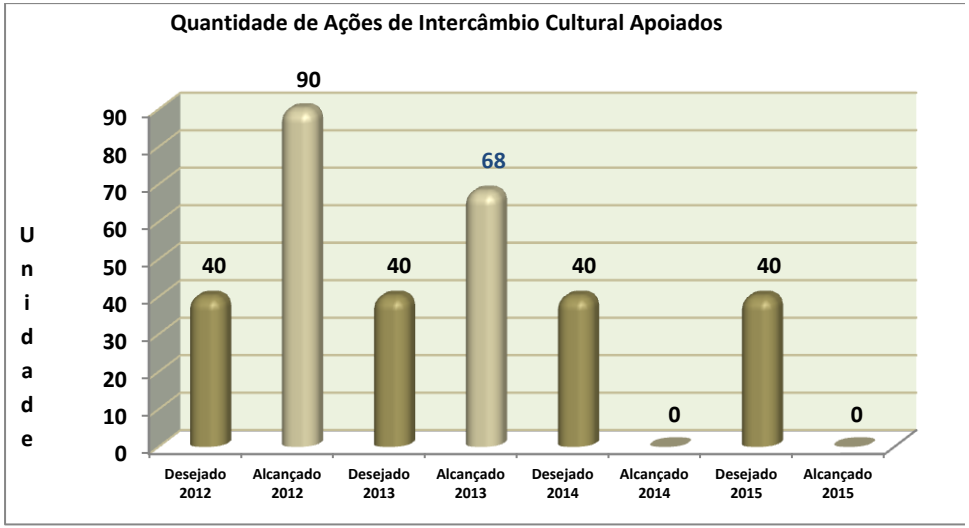
Indicador 1198 - Dentre as atividades prioritárias em 2013, destacaram-se: Prêmio José Aparecido de Oliveira; GDF Junto de Você; 53º Aniversário de Brasília; Plano Decenal de Cultura; Conscientização e Sustentabilidade do Lago Paranoá - 24 Horas de Mergulho; Copa das Confederações dentre outras, superando o previsto. Indicador atingido acima da meta.

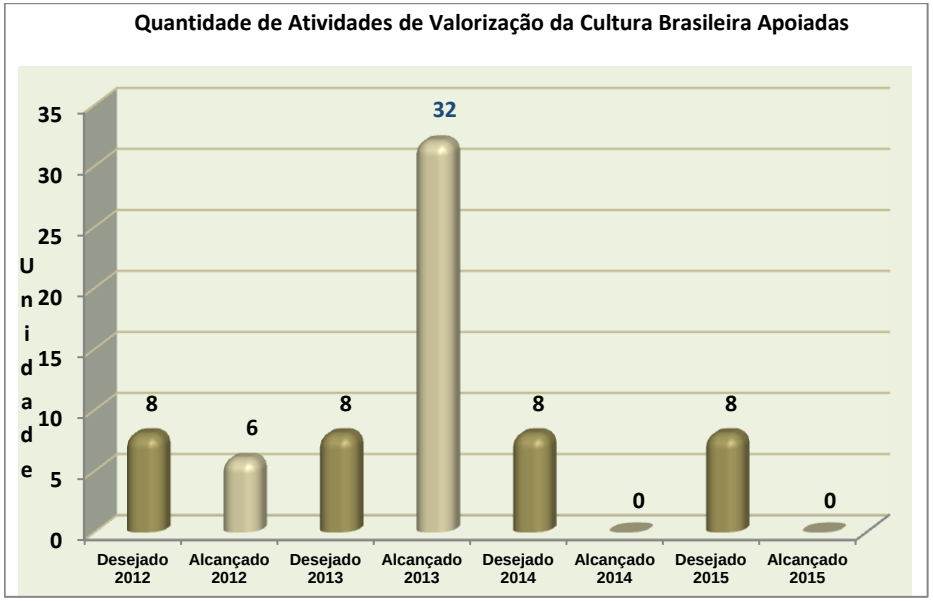
Indicador 1199 - Em 2013 aconteceram os seguintes eventos religiosos: Semana Santa; 40ª Quermesse do Templo Budista; XII Festa da Santíssima Trindade; Cultural Festa de Ogum 2013; XII Encontro de Folia de Reis no DF; 28ª Chamepe; Festa de Santa Rita e de Pentecostes; II Encotro Cultural Gospel; Festa dos Padroeiros; Caravana da Igualdade Racial; Corpus Christi e Festival de Música Gospel; Hallel; Natal dentre outros, superando o previsto. Indicador atingido acima da meta.



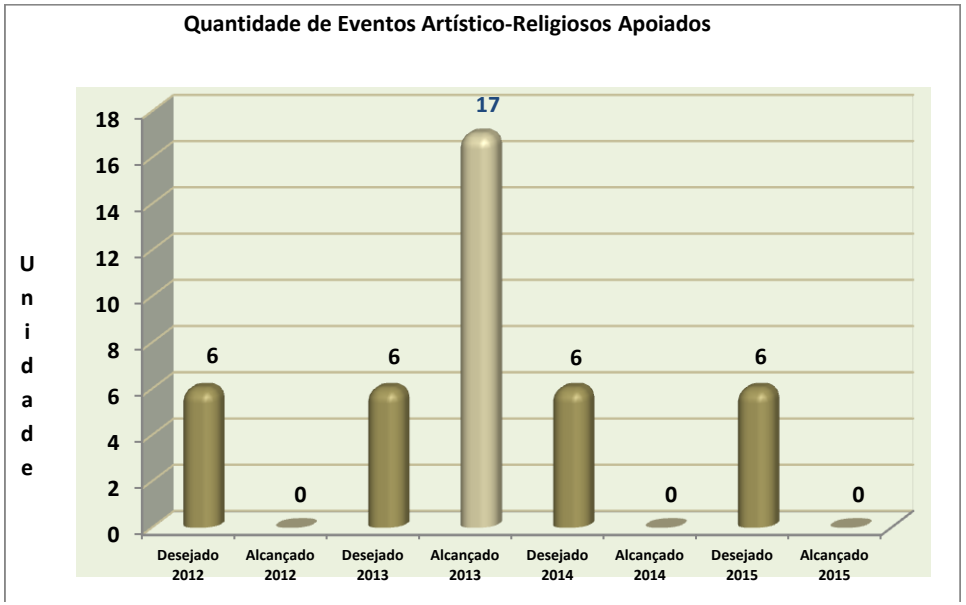







Quantidade de Atividades de Valorização da Cultura Brasileira Apoiadas
Unidade
35
30
25
20
15
10
5
0
8
6
8
32
8
0
8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Quantidade de Atividades Culturais Prioritárias do GDF Realizadas
Unidade
35
30
25
20
15
10
5
0
10
35
10
14
10
0
10
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de Eventos Artístico-Religiosos Apoiados
Unidade
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
6
0
6
17
6
0
6
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 - Pesquisar e divulgar a documentação de caráter histórico relacionada com o Distrito Federal. (Objetivo incluído, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).

UNIDADE RESPONSÁVEL:
11.134 – ARQUIVO PÚBLICO DO DF

Análise do Objetivo Específico

A atual gestão do Arquivo Público do DF buscou um planejamento de pesquisa e divulgação que tivesse como método teórico e prático a integração entre os documentos históricos que estão em posse do órgão desde sua criação em 1985, e os novos dados recolhidos e analisados recentemente, seguindo ainda as diretrizes da Lei 5.285/2013, estabelecidas nos Decretos nº 34.956/2013 e nº 097/2014. Para tal trabalhou-se em dois níveis, um diálogo teórico entre a História Administrativa do Distrito Federal, narrativa pautada pela história de grandes lideranças e a construção de Brasília como uma epopeia nacionalista; e uma crítica social, que questiona as Histórias Oficiais e a posição de exclusividade dos heróis nacionais como representantes do poder político e econômico. As narrativas dos construtores da cidade, pioneiros das mais diversas origens geográficas e condições sociais, desta forma, vêm se mostrando fundamentais para que parte da história de Brasília possa ser recontada ou, ao menos, contraposta a narrativas oficiais. A partir deste direcionamento conceitual, a apropriação intelectual dos dados históricos buscou conexão direta com a prática de pesquisa, onde novamente a história oral dos pioneiros foi linha mestra.

As ações previstas e realizadas pelas áreas de Pesquisa, Educação e Cultura no ano de 2013 compartilharam muitos objetivos e procedimentos metodológicos, de forma que para uma compreensão dos avanços obtidos, faz-se necessário um olhar transversal sobre os resultados obtidos. Notou-se a necessidade de conectar as informações obtidas por meio do Programa de História Oral e os documentos em posse do ARPDF, esforço que logrou ainda integrar a pesquisa e divulgação da história do Distrito Federal, aos dois objetivos específicos indicados como responsabilidade, do ARPDF, e respectivamente as ações orçamentárias 2467 e 2463 indicadas no PPA 2012/2015. Neste sentido, os Chás da Memória organizados nas cidades do Núcleo Bandeirante e Cruzeiro são exemplos da conexão direta entre os trabalhos de pesquisa e divulgação, enquanto se colocam como rica oportunidade para realizar contatos e obter dados, mas também como espaço de divulgação das pesquisas já realizadas.

Os indicadores de produtividade propostos, quais sejam, a realização de pesquisas temáticas, de entrevistas com pioneiros da cidade e o tratamento técnico destas, assim como a produção de exposições, materiais impressos e audiovisuais, a realização de ações educativas e a instalação das Casas de Memória, têm como objetivo final a descentralização da consulta ao acervo histórico do ArPDF por meio de sedes locais. No campo da pesquisa foi fundamental a realização de parcerias com o Canal Educação e com as Administrações Regionais do DF, possibilitando resultados efetivos em meio à dificuldade geral orçamentária e de pessoal. A decisão por reduzir os temas de investigação ao número de oito se deu também pela percepção sobre a integração entre os diversos campos de pesquisa e o potencial de aumentar a produção efetiva de dados. As entrevistas realizadas com pioneiros em 2013 se deram, especialmente, a partir da experiência e contatos estabelecidos nos Chás de Memória, o que se deu de forma pouco sistematizada, impossibilitando o atingimento da meta de realização de trinta entrevistas.

A digitalização do acervo histórico do ArPDF foi de fundamental importância para melhoria da gestão, simultaneamente, como método de ampla divulgação do material e abrindo a possibilidade do próprio órgão rever ou analisar mais profundamente seu acervo histórico. Este trabalho teve continuidade em

2014 e vem se ampliando ainda mais para outros públicos, reforçando os objetivos específicos indicados acima, e mesmo levando em conta as dificuldades orçamentarias e de pessoal. Devido ao período de finalização de gestão, busca-se consolidar um produto impresso e outro audiovisual ao final de 2014, ambos indicados ao uso por professores, alunos, pesquisadores e público geral. O produto impresso é um livro sobre cartografia histórica do Centro Oeste, que está sendo elaborado e é resultante da digitalização de 60 mapas históricos. Quanto ao produto audiovisual, constitui-se numa sequência de vídeos educativos temáticos, perpassando as narrativas orais de pioneiros e a reconstituição de material fotográfico.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Pesquisar temas relevantes relacionados com a história do Distrito Federal e RIDE	Dentre as realizações do ArPDF no ano de 2013 destacam-se 19 exposições e a produção de 05 materiais audiovisuais, números que superam as metas propostas inicialmente. A parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (EAPE), possibilitou ações efetivas pela capacitação de professores sobre a História do Distrito Federal. Outras atividades relevantes ficaram prejudicadas quanto ao atingimento da meta prevista para o período, destacando-se como fatores que dificultaram o alcance das metas: a ausência de pessoal qualificado e em número suficiente para atendimento da demanda e de recursos orçamentários condizentes com a necessidade decorrente de metas mais abrangentes. As dificuldades identificadas, como se observa, estão relacionadas com aspectos estruturais, de forma que sua solução é imprescindível para o alcance de melhores resultados.
2. Realizar entrevistas no Programa de História Oral	
3. Tratar tecnicamente o material produzido a partir das entrevistas e dos temas pesquisados	
4. Realizar exposições para divulgação do acervo histórico do DF e RIDE	
5. Produzir material audiovisual relacionado com a história do DF e RIDE	
6. Produzir material impresso relacionado com a história do DF e RIDE	
7. Ministrar cursos, aulas e palestras com conteúdo relacionado com a história do DF e RIDE (Ações Educativas)	
8. Descentralizar o atendimento do ArPDF por meio da instalação gradativa de Casas da Memória em cada Região Administrativa	

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1345	Temas pesquisados	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	16	15	16	ArPDF
						Alcançado		08			
1346	Entrevistas realizadas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	30	40	50	ArPDF
						Alcançado		11			
1347	Tratamento técnico de entrevistas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	30	50	60	ArPDF
						Alcançado		07			
1348	Exposições realizadas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	16	10	10	ArPDF
						Alcançado		19			

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1349	Materiais audiovisuais produzidos	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	03	06	06	ArPDF
						Alcançado		05			
1350	Materiais impressos produzidos	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	-	04	04	ArPDF
						Alcançado		-			
1351	Ações Educativas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	10	100	100	ArPDF
						Alcançado		09			
1352	Casas da Memória instaladas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	01	02	12	ArPDF
						Alcançado		02			

Justificativa – 2013

Indicador 1345 - Descontinuidade de ações programadas e dificuldade de acesso a fontes.

Indicador 1346 - Falta de recursos materiais para a realização de entrevistas.

Indicador 1347 - Dificuldades na contratação de serviços especializados e de estagiários.

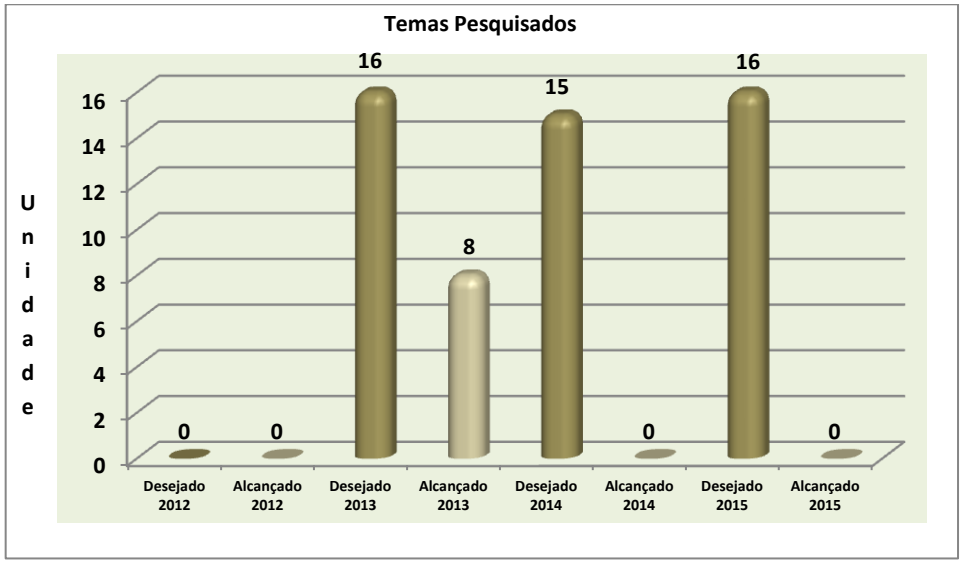
Indicador 1348 - Parcerias com outros órgãos contribuíram para a superação da meta.

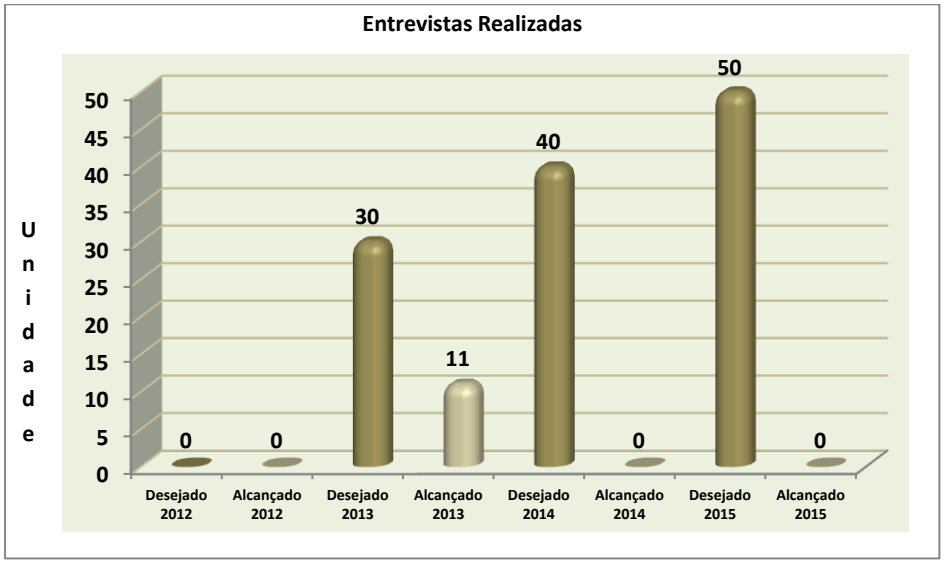
Indicador 1349 - Parcerias com outros órgãos favoreceram a superação da meta.

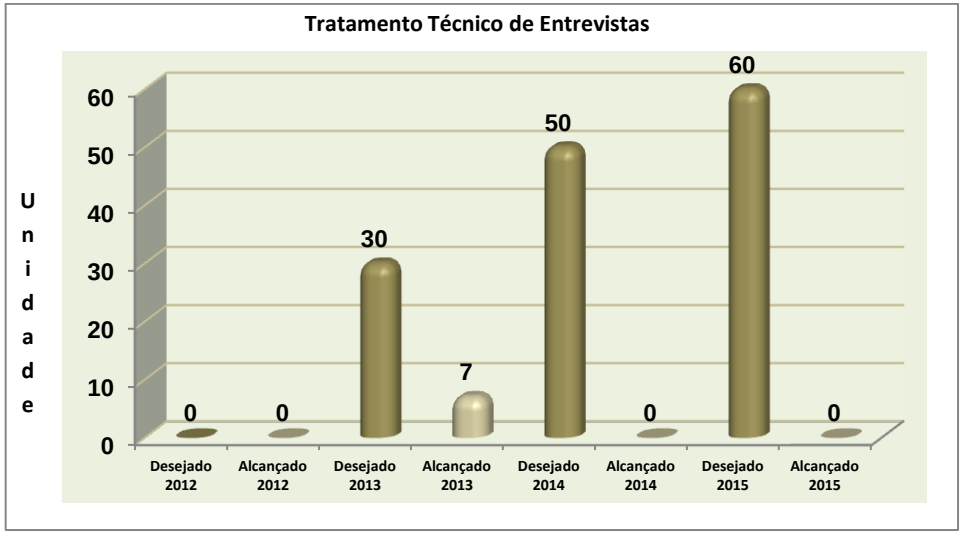
Indicador 1350 -

Indicador 1351 - Necessidade de adiamento do evento programado, devido dificuldades operacionais.

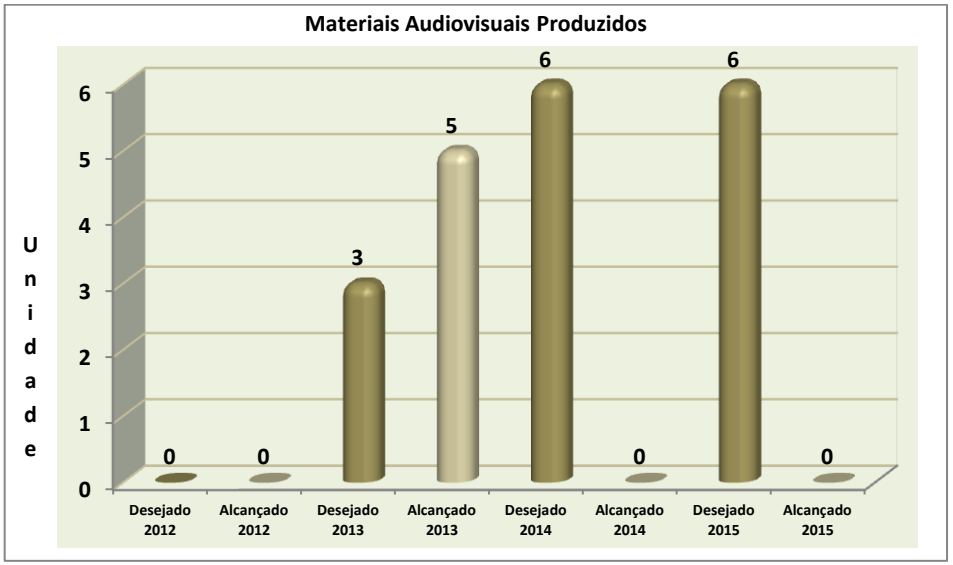
Indicador 1352 - Surgiu a oportunidade, a partir da proposta da RA interessada.

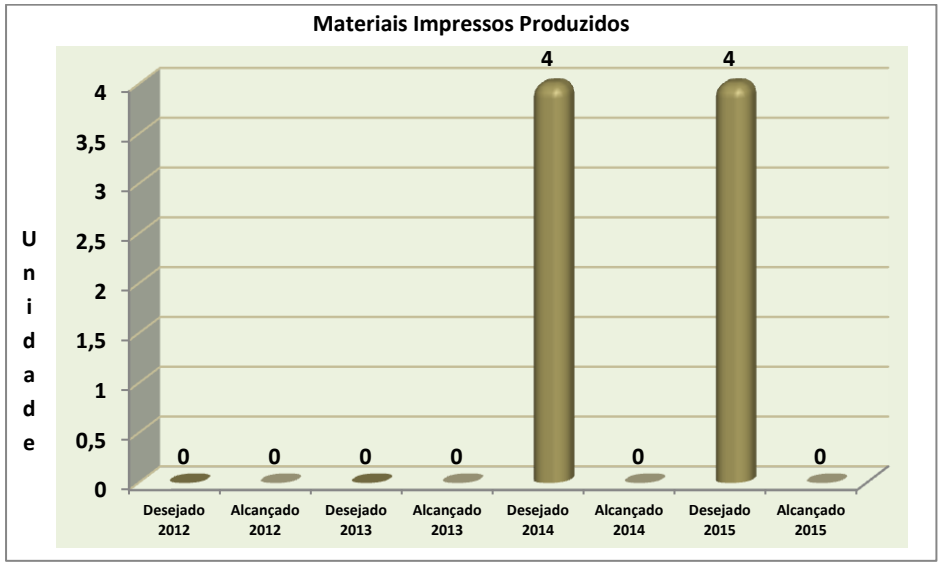

Temas Pesquisados
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
14
16
0
0
16
8
15
0
16
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

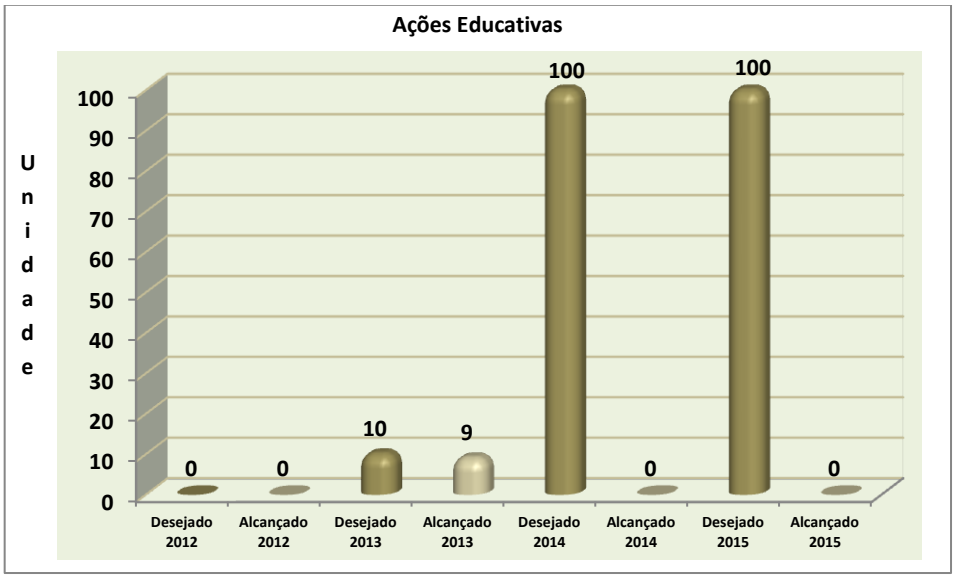

Entrevistas Realizadas
Unidade
0
5
10
15
20
25
30
35
40
45
50
0
0
30
11
40
0
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

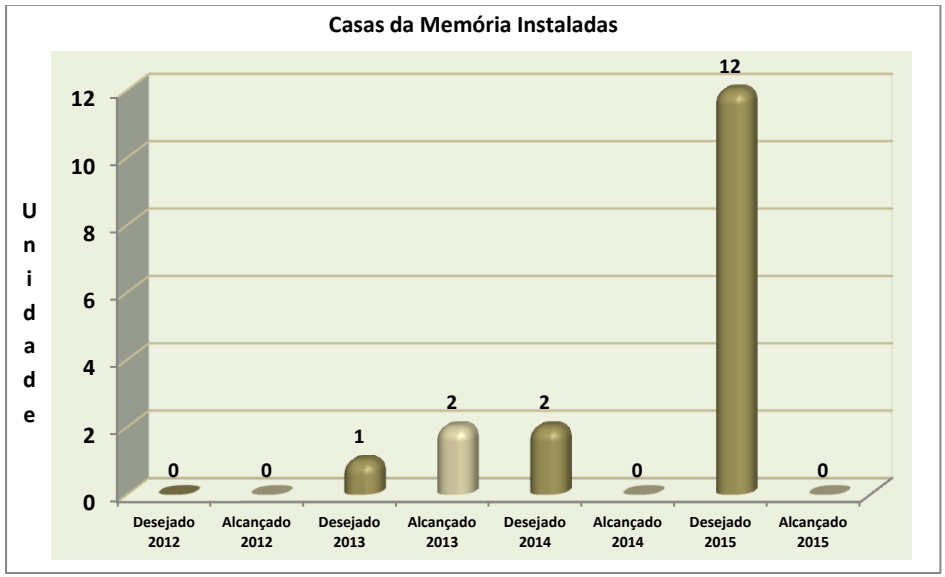

Tratamento Técnico de Entrevistas
Unidade
0
10
20
30
40
50
60
0
0
30
7
50
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Exposições Realizadas
Unidade
0
5
10
15
20
0
0
16
19
10
0
10
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Materiais Audiovisuais Produzidos
Unidade
0
1
2
3
4
5
6
0
0
3
5
6
0
6
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Materiais Impressos Produzidos
Unidade
0
0,5
1
1,5
2
2,5
3
3,5
4
0
0
0
0
4
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Ações Educativas
Unidade
0
10
20
30
40
50
60
70
80
90
100
0
0
10
9
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Casas da Memória Instaladas
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
0
0
1
2
2
0
12
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6220 – (EP) EDUCAÇÃO SUPERIOR

OBJETIVO GERAL: Garantir acesso ao ensino superior e à formação profissional com qualidade, socialmente referenciada e orientada para o atendimento da crescente demanda por serviços no âmbito do Distrito Federal.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Propiciar uma educação pública, democrática e de qualidade para todos.

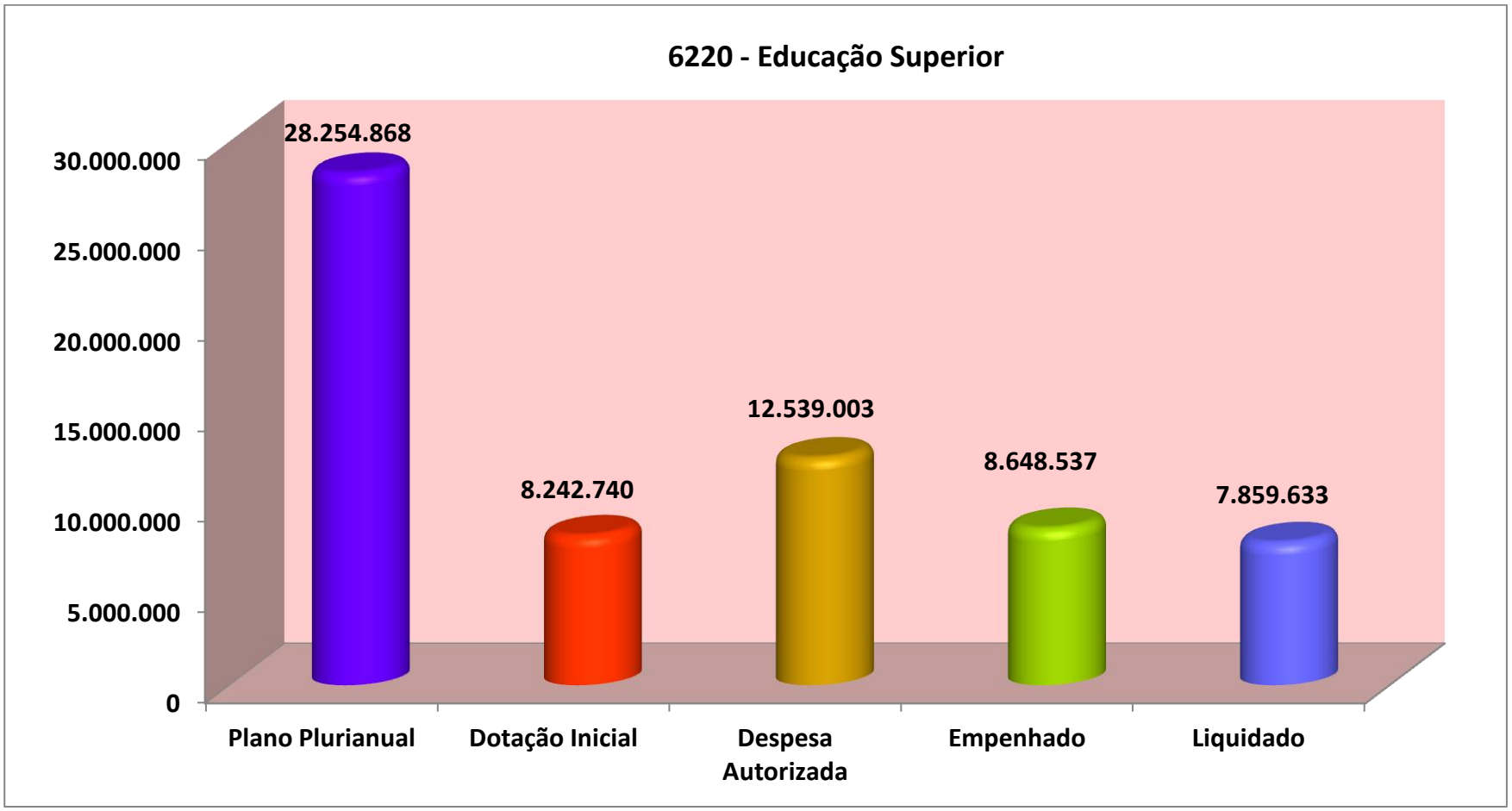
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 5 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Estruturar jurídica e administrativamente a Universidade Pública do Distrito Federal.	13.101
002 – Ofertar cursos de formação superior e técnico-profissional, prioritariamente, nas áreas de saúde, educação, cultura, gestão governamental, segurança pública e administração públicas.	13.101
003 – Ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito, mediante a implantação de *campus* da UnB nas regiões administrativas.	18.101
004 - Apoiar e executar ações na educação superior orientada à saúde, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, preparando profissionais para a gestão e o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.	23.203
005 - Ofertar cursos de educação profissional, permanente e continuada, preparando profissionais para a gestão e o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.	23.203

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1054 - (EP) Implantação de Programas Intersetoriais nas Áreas Temáticas Estratégicas de Governo	100.000	0	0	0	0	0	0
1092 - (EP) Implantação da Estrutura Física da Universidade Pública do DF	2.750.000	1.000	0	0	0	0	0
1094 - (EP) Implantação de Infraestrutura Informatizada	1.450.000	0	0	0	0	0	0
1131 - (EP) Implantação de Centro de Treinamento e Avaliação de Práticas Profissionais de Saúde	0	0	0	0	0		
1241 - (EP) Construção do Campus da UNB (Universidade de Brasília)	1.500.000	0	0	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	40.000	44.500	0	0	0	0	0
1684 - Ampliação de Unidade de Ensino	652.000	0	0	0	0	0	0
2030 - (EP) Implementação da Gestão Matricial entre as Unidades Acadêmicas e os Serviços Públicos Correspondentes	300.000	0	0	0	0	0	0
2033 - (EP) Formação e Qualificação do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	600.000	0	0	0	0	0	0
2043 - (EP) Fomento à Pesquisa	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2083 - Desenvolvimento de Cursos de Graduação	227.462	151.900	108.785	17.606	17.606	8	8
2119 - Desenvolvimento de Cursos de Educação Profissional	80.000	47.000	7.438	3.208	3.208	4	4
2175 - Fomento à Pesquisa em Saúde	600.000	600.000	600.000	550.568	550.568	92	92
2230 - Gestão da Informação em Saúde	200.000	427.225	40.418	35.470	35.470	18	18
2554 - Desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação	250.000	743.000	161.967	121.967	121.967	49	49
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	250.000	195.807	162.431	115.969	115.969	46	46
3046 - Modernização da Gestão Pública	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	15.000	17.800	0	0	0	0	0
4089 - Capacitação de Pessoas	35.916	596.129	3.936.412	1.329.360	618.860	3701	1723
8502 - Administração de Pessoal	14.600.850	4.334.459	5.557.612	5.557.611	5.479.207	38	38
8517 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais	2.050.000	0	0	0	0	0	0
9060 - Concessaõ de Bolsas de Iniciação Científica	91.200	190.000	207.860	207.860	207.860	228	228
9083 - Concessão de Bolsas de Estudo	409.640	797.920	702.313	667.103	667.103	163	163
9108 - Concessão de Bolsa Monitoria	52.800	96.000	53.767	41.815	41.815	79	79
TOTAL DO PROGRAMA 6220	**28.254.868**	**8.242.740**	**12.539.003**	**8.648.537**	**7.859.633**	**31**	**28**


6220 - Educação Superior
30.000.000
25.000.000
20.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
0
28.254.868
8.242.740
12.539.003
8.648.537
7.859.633
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 – Estruturar jurídica e administrativamente a Universidade Pública do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

13.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Análise do Objetivo Específico

Para estruturar jurídica e administrativamente a Universidade Pública do Distrito Federal, é preciso, inicialmente, instituir sua mantenedora. Em 2013, a mantenedora da Universidade foi instituída jurídica e administrativamente, conforme a legislação seguinte:

A Lei nº 5.141, de 31 de julho de 2013, autoriza a criação da Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal e dá outras providências. Consta no artigo primeiro: "Fica o Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei autorizado a criar a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB, instituição mantenedora da educação superior do Distrito Federal, vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com foro na cidade de Brasília-DF".

O Decreto nº 34.591, de 22 de agosto de 2013, institui a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e dá outras providências. Consta no artigo 2º: "A FUNAB tem por única finalidade manter o ensino superior público do Distrito Federal, desenvolver pesquisas e promover atividades de extensão universitária, promovendo sua inserção regional mediante atuação multicampi e multiespacial, obedecidos os princípios da Lei nº 9.394/96". Parágrafo único: "Excetuam-se os cursos da área de saúde mantidos pela Fundação de Ensino, Pesquisa e Ciências da Saúde – FEPECS".

O terreno onde será construída a Universidade foi cedido pela União para o Distrito Federal, no dia 27/06/2014: CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO do imóvel com área de 2,0409 ha e perímetro de 804,44 m, localizado às margens da BR-020, km 11,2, inserido na Fazenda Sálvia, com área de 10.846,66 ha, Distrito Federal, que entre si fazem, como Outorgante Cedente a UNIÃO e como Outorgado Cessionário o DISTRITO FEDERAL, conforme Processo nº 04991.002491/2013-91 e RIP Utilização nº 9701 32980.500-4.

O núcleo inicial de gestão da FUNAB nomeado, até o momento, está responsável por iniciar os atos de implantação da Universidade Pública do Distrito Federal, portanto, todas as questões referentes à Universidade passam a ser respondidas pela mantenedora localizada, provisoriamente, no 2º andar do Edifício Phenícia, no Setor Bancário Norte, quadra 2 – bloco C, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF).

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Fundação mantenedora instituída	A fundação mantenedora FUNAB foi instituída pelo Decreto nº 34.591/2013. Está em processo de nomeação da sua estrutura administrativa, conforme artigo 9º do Decreto. Em novembro e dezembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal a nomeação de alguns membros. Em junho de 2014, a diretora-executiva da FUNAB e outros membros foram nomeados.
2. Sede administrativa da Universidade em atividade	Em 2013, realizaram-se negociações para cessão de terreno. O terreno onde será construída a Universidade foi cedido pela União para o Distrito Federal, 27/06/2014,

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	por meio do Contrato de cessão de uso gratuito.
3. Infraestrutura administrativa implantada	A Universidade não está criada, mas está a cargo da FUNAB. A infraestrutura administrativa que está sendo implantada é da mantenedora que está localizada, provisoriamente, no 2º andar do Edifício Phenícia, no Setor Bancário Norte, quadra 2 – bloco C, na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. O Decreto n.º 34.591/2013 institui a FUNAB, com sede no SGAS 907, bloco D, Brasília/DF, local onde funciona a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), que entrará em reforma em breve.
4. Pessoal administrativo contratado	A Universidade não está criada. Consta na Lei n.º 5.141, de 2013, no artigo 13º: "O desenvolvimento e o funcionamento da parte administrativa da FUNAB são exercidos por servidores estáveis da carreira Assistência à Educação do Distrito Federal", ou seja, sob a responsabilidade da SEDF.
5. Corpo docente instituído, incorporado e formado	O corpo docente da Universidade não está instituído, uma vez que a Universidade não está criada. O Decreto n.º 34.591/2013, no artigo 8º, determina que "O magistério público na FUNAB é exercido por professores escolhidos em processo seletivo interno, pela FUNAB, podendo participar os servidores públicos estáveis do Distrito Federal".
6. Gestão matricial entre unidades acadêmicas e órgãos de governo do DF em atuação	Meta não alcançada, pois a universidade ainda não existe.

Objetivo Específico: 002 – Ofertar cursos de formação superior e técnico-profissional, prioritariamente, nas áreas de saúde, educação, cultura, gestão governamental, segurança pública e administração públicas.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

13.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Análise do Objetivo Específico

Os cursos de graduação oferecidos no ano de 2013 foram exclusivamente na área de saúde, pela Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) da FEPECS.

Nas áreas de educação, cultura, gestão governamental, segurança pública e administração pública, não houve oferta para cursos de graduação.

Na segurança pública, a PMDF, por meio do processo nº 201100815, recebeu, do Ministério da Educação (MEC) – Portaria nº 716, de 8/8/2013 – credenciamento do Instituto Superior de Ciências Policiais, com autorização para realização de dois cursos de graduação Bacharelado em Ciências Policiais e Tecnólogo em Segurança Pública – Portaria nº 405, de 30/8/2013. A primeira turma de tecnólogo iniciará em agosto/2014, com 50 vagas para o público interno e convidados e, posteriormente, com previsão para atender ao público em geral.

Quanto à oferta de cursos técnicos, os números são informados pela Coordenação de Educação Profissional da SEDF, com base nas três escolas técnicas, e pela Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Cursos de graduação em Administração Pública e Gestão Governamental, Medicina, Enfermagem, Música, Segurança Pública e Pedagogia implantados.	A ESCS/FEPECS ofereceu vagas para os cursos de Medicina e de Enfermagem. Na Segurança Pública, a PMDF, por meio da Portaria do MEC n.º 716, de 8/8/2013, conseguiu o credenciamento do Instituto Superior de Ciências Policiais, com autorização para os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Ciências Policiais e Tecnólogo em Segurança Pública. Os cursos de graduação de Pedagogia, Música, Administração Pública e Gestão Governamental não foram ofertados. A previsão é que o curso de Pedagogia seja ofertado em 2015. Em 2013, a Escola de Governo do Distrito Federal iniciou diálogo com o Centro de Estudos Avançados de Governo e de Administração Pública (CEAG) da Universidade de Brasília (UnB) para firmar parceria na elaboração de um projeto político-pedagógico para a Faculdade de Administração do DF.
2. Cursos técnicos na área de Saúde e Música ampliados.	Dados da Coordenação de Educação Profissional (CEPROF) da SEDF: Cursos ampliados, em 2013, no Centro de Educação Profissional de Saúde (CEP Saúde) da SEDF: - Uma turma de Saúde Bucal - Uma turma de Nutrição e Dietética - Uma turma de enfermagem

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	- Três turmas de Análises Clínicas No início de 2013, houve um aumento de cerca de 15 vagas para o total dos cursos técnicos oferecidos na Escola de Música de Brasília (EMB), tendo havido também a oferta de cadastro de reserva. Dados da Secretaria de Saúde: A ETESB, em 2013, ofereceu 120 vagas para cursos técnicos na área de saúde.
3. 2.000 (dois mil) estudantes na graduação matriculados.	Saúde: 748 estudantes de graduação matriculados, sendo 497, no curso de Medicina, e 251, no curso de Enfermagem. Segurança Pública: Não houve vagas em 2013. Serão ofertadas 50 vagas para o 2o semestre de 2014 e 50 para 2015, no curso de Tecnologia em Segurança Pública. Pedagogia e Música: Não houve vagas em 2013 Administração Pública e Gestão Governamental: Não houve vagas em 2013.
4. 2.000 (dois mil) estudantes em cursos técnicos matriculados.	Dados da CEPROF/SEDF: Total de vagas oferecidas para os diversos cursos técnicos da Educação Profissional de Nível Médio no ano de 2013: - 1º semestre de 2013: foram abertas 137 vagas para os cursos técnicos. Houve um aumento de 11 (onze) vagas ofertadas em comparação às vagas ofertadas no 2º semestre de 2012. - 2º semestre de 2013: foram oferecidas 229 vagas, havendo, portanto, um aumento de 92 (noventa e duas) vagas ofertadas, comparativamente à oferta do 1º semestre de 2013. -Número de matrículas, em 2013, no CEP Saúde: 665 -Número de matrículas, em 2013, para a EMB: 332 (1º semestre) e 303 (2º semestre). -O Centro de Educação Profissional da Ceilândia (CEP Ceilândia) ofereceu os seguintes cursos em 2013: Técnico em Administração: 1.126 matrículas; Técnico em Informática:1.160 matrículas; Técnico em Administração PROEJA à Distância: 581 matrículas; Técnico em Informática PROEJA a Distância: 355 matrículas; Pro funcionário: 700 matrículas; Dados da ETESB/FEPECS:120 alunos formados pela ETESB.

Objetivo Específico: 003 – Ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito, mediante a implantação de *campus* da UnB nas regiões administrativas.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SE

Análise do Objetivo Específico

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Concluir o campus da UnB na Região Administrativa do Gama	Conclusão da Unidade de Ensino e Docência e do Módulo de Serviços e Equipamentos Esportivos.
2. Concluir o campus da UnB na Região Administrativa de Ceilândia	Executados 57% da obra. As obras da faculdade de Ceilândia serão concluídas em 2013, ampliando a oferta de vagas e contribuindo para o maior conforto do corpo docente e discente daquela comunidade.

Objetivo Específico: 004 - Apoiar e executar ações na educação superior orientada à saúde, por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, preparando profissionais para a gestão e o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS

Análise do Objetivo Específico

O Objetivo Específico foi concebido para a concretização de uma proposta metodológica que prioriza o ensino a partir da atenção primária da saúde, por intermédio de metodologias inovadoras de ensino, com ênfase no conhecimento baseado na prática e nos pressupostos do SUS. Objetivou-se, desta forma, o incremento de atividades de formação e capacitação de profissionais de nível superior, ofertando, sistematicamente, profissionais com habilidades e atitudes compatíveis com as necessidades do Sistema de Saúde do Distrito Federal.

A Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), instituição de ensino superior pública mantida pela FEPECS, é a responsável em ministrar, desenvolver e aperfeiçoar o ensino-aprendizagem das Ciências da Saúde, mediante a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e residências, bem como o fomento a pesquisas na área da saúde.

Os cursos de graduação em medicina e enfermagem, implantados em 2001 e 2009, respectivamente, oferecem, anualmente, 160 novas vagas (80 para cada curso), por meio de concurso vestibular, a egressos do ensino médio, sendo 64 delas (40% por curso) reservadas a alunos que comprovem ter cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas do Distrito Federal.

Os cursos estão fundamentados em uma formação científica e humanista, com práticas inovadoras, tendo como pressupostos a aprendizagem baseada em problemas (ABP), com currículo centrado no estudante e orientado à comunidade.

Os princípios pedagógicos que regem o desenvolvimento do ensino de graduação na Escola baseiam-se em metodologias problematizadoras de ensino-aprendizagem, interação ensino-serviços e a docência realizada por servidores da SES-DF. Em ambos os cursos, a práxis pedagógica ocorre nos serviços de saúde da SES-DF, que servem como cenários de ensino para a aprendizagem em uma ação coletiva, pactuada e integrada, envolvendo estudantes e docentes com as equipes da rede de atenção à saúde.

A partir de 2007 e 2012, novos médicos e enfermeiros, respectivamente, foram disponibilizados para o Sistema de Saúde do Distrito Federal — 626 médicos e 87 enfermeiros —, cumprindo, assim, a proposta de formação de profissionais para a gestão e o desenvolvimento de ações de saúde no Distrito Federal.

Em 2013, manteve-se a oferta de 160 novas vagas para os cursos de graduação (80 medicina, 80 enfermagem) por meio de concurso vestibular, além de vagas disponibilizadas para as transferências *ex-officio* e para alunos reprovados em 2012. Desta forma, ingressaram 177 estudantes nas 1ªˢ séries dos cursos, totalizando 726 estudantes em atividades acadêmicas na Escola (todas as séries).

Os programas de pós-graduação apoiados pela FEPECS têm por finalidade a ampliação da base do conhecimento científico e a qualificação de pessoal, com aptidão ao exercício de atividades profissionais na área da saúde, de ensino e pesquisa.

Em 2013, foram oferecidos, na modalidade de pós-graduação, o mestrado profissional em Ciências da Saúde (*stricto sensu*), duas especializações (*lato sensu*) e cursos de extensão, beneficiando 1.565 profissionais de saúde e estudantes.

A FEPECS consolida também, na pós-graduação, desde longa data, a coordenação das atividades técnico-administrativas dos Programas de Residência oferecidos pela SES/DF. Em 2013, estiveram na SES/DF 947 residentes distribuídos em 138 programas nas áreas médica, enfermagem, nutrição, odontologia, psicologia e fisioterapia, desenvolvendo atividades por um período que varia de 2 a 5 anos. O Programa de Residência da SES/DF é considerado um dos maiores do país e fundamental para a qualificação de profissionais de saúde, tanto no Distrito Federal quanto em outras Unidades Federativas.

Essas modalidades de ensino favorecem um melhor desempenho técnico-profissional, impactando de forma significativa na qualidade dos serviços oferecidos pelo Sistema de Saúde do Distrito Federal à sociedade.

Na área da pesquisa, em 2013, foram financiados 13 projetos, tendo por finalidade promover pesquisas para o aprimoramento do SUS/DF, da educação em saúde e da qualidade de vida e saúde da população, em consonância com os eixos de pesquisa prioritários da FEPECS e SES/DF.

Além disso, foram concedidas 03 modalidades de bolsas de estudo: permanência (universitária) — 52; monitoria — 32; iniciação científica — 72, beneficiando até 156 estudantes, considerando a variação mensal das concessões. Neste caso, objetiva-se apoiar e preparar tecnicamente o corpo discente, favorecendo uma educação de qualidade para todos.

Registra-se a limitação orçamentária no programa temático (fontes 100 e 220) como uma das dificuldades para o incremento de ações: 2012/2013 — incremento orçamentário de 11,2%; 2013/2014 — decremento orçamentário de 3,6%. Para 2014, a instituição se propõe manter as metas concernentes à graduação e à pós-graduação, mantidas as mesmas condições atuais.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Manter a oferta de vagas na graduação: medicina - 80 novas vagas anuais; enfermagem - 80 novas vagas anuais.	Em 2012, a Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS/Fepecs) ofertou 160 novas vagas na graduação: 80 – medicina e 80 – enfermagem, por meio de concurso vestibular. Em 2013, manteve-se a mesma oferta de 160 novas vagas: medicina (80), enfermagem (80). No Plano de Saúde 2012-2015 foi prevista a duplicação do número de vagas no curso de graduação em medicina (80 para 160 novas vagas) e a implementação da 3ª graduação (ainda não definida). No entanto, tais metas estão atreladas à criação da Universidade de Ciências da Saúde do Distrito Federal (UNISUS), que visa reestruturar o sistema educacional FEPECS/ESCS/ETESB/EAPSUS. A este complexo educacional caberá a responsabilidade de ampliar a integração entre os serviços da rede SES/DF e o campo de ensino-pesquisa, de forma a consolidar, no DF, um amplo sistema de saúde-escola. Considerando o biênio 2012/2013, confirma-se o oferecimento de 320 vagas na graduação. Analisando o desempenho até o momento, verifica-se uma tendência para o alcance da meta prevista no PPA até 2015.
2. Manter a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização e mestrado).	No ano de 2012, foram oferecidas vagas em cursos de pós-graduação (mestrado profissional e especialização). Em 2013, foram oferecidas vagas nas mesmas modalidades de pós-graduação, quais sejam: • 01 Mestrado Profissional (*stricto sensu)* em Ciências da Saúde para 36 profissionais de saúde; • 02 Especializações (lato sensu): - Nutrição Enteral e Parenteral: 10 profissionais de saúde; Homeopatia: 10

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	profissionais de saúde. Desta forma, manteve-se a meta concernente à oferta de novas turmas de pós-graduação. Para 2014, a instituição almeja ofertar, no mínimo, 03 (três) novas turmas entre as modalidades *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado). Analisando o desempenho até o momento, verifica-se uma tendência para o alcance da meta prevista no PPA até 2015.
3. Implementar a modalidade de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado).	Em 2012, foram iniciados estudos com a finalidade de promover diagnóstico situacional das demandas do Sistema de Saúde do DF, visando, com isso, oferecer esta modalidade em consonância com as prioridades de pesquisa em saúde do Distrito Federal. Assim, em 2013 decidiu-se pela implantação do Dinter (doutorado interinstitucional), que tem como objetivo permitir a utilização da competência de programas de pós-graduação avaliados com nota igual ou superior a 5 e reconhecidos pelo CNE/MEC para, com base em formas bem estruturadas de cooperação interinstitucional, viabilizar a formação de doutores. No entanto, tal modalidade não foi oferecida pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no ano em análise. Para 2014, a instituição planeja submeter projeto de Dinter próprio da ESCS/Fepecs na Plataforma Sucupira para apreciação de seu credenciamento junto à Capes. O projeto dependerá ainda da aprovação do órgão. Alguns ajustes necessários não estão descartados. Finalizados com êxito todos os procedimentos, o Dinter estará disponível para início em 2016. Significa dizer que não há certeza quanto à implantação do doutorado ainda no PPA 2012-2015; porém, no período do Plano, providências estão sendo desencadeadas a cada ano para o cumprimento da meta, ainda que no próximo PPA.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte de Informação
							2012	2013	2014	2015	
925	Número de concluintes de cursos de graduação na área da saúde	Unidade	84	31/12/2010	Anual	**Desejado**	130	140	150	160	ESCS/ FEPECS
						Alcançado	118	126	-	-	
926	Número de cursos/turmas de pós-graduação oferecidos no ano	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	03	03	03	03	ESCS/ FEPECS
						Alcançado	03	03	-	-	
930	Percentual de progressão de conhecimentos dos alunos de graduação em medicina do último ano	%	59	31/12/2010	Anual	**Desejado**	60	60	60	60	ESCS/ FEPECS
						Alcançado	53	61	-	-	
1317	Percentual de progressão de conhecimentos dos alunos de graduação em enfermagem do último ano	%	-	-	Anual	**Desejado**	-	60	60	60	ESCS/ FEPECS
						Alcançado	-	60	-	-	

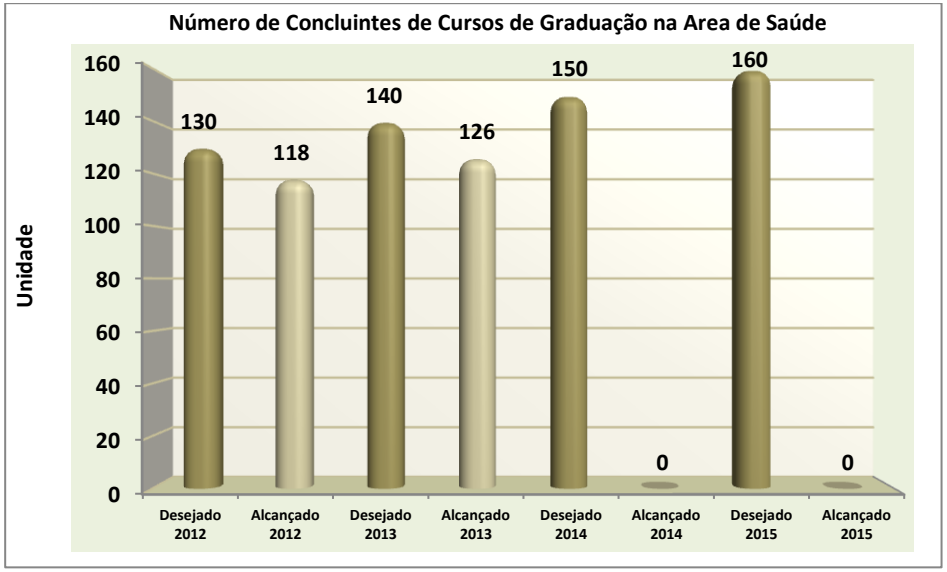
Justificativa – 2013

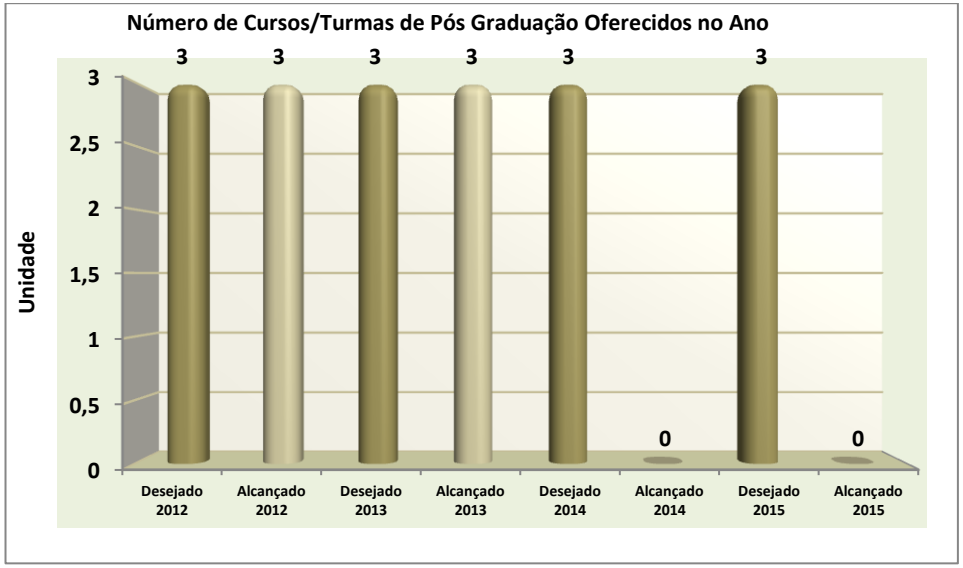
Indicador 925 – Demonstra o número absoluto de estudantes que concluíram os cursos de graduação em medicina e enfermagem da ESCS, no ano considerado, evidenciando a oferta potencial de novos profissionais de saúde de nível superior formados pelo sistema educacional do DF. O índice aquém do planejado (90%) tem sua explicação nas reprovações e desistências da turma de graduação em enfermagem ao longo dos 04 anos do curso. Observa-se que o índice foi plenamente alcançado no curso de graduação em medicina.

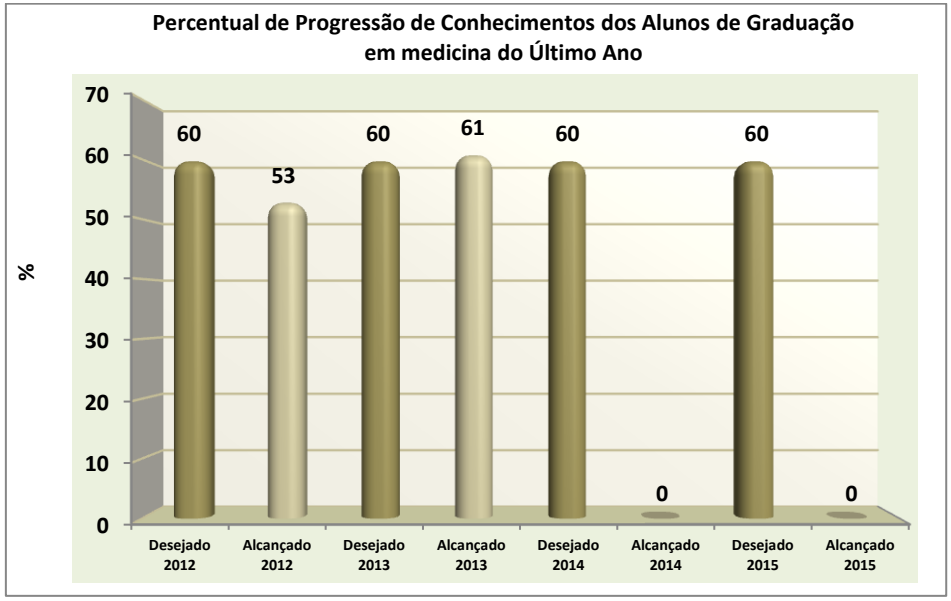
Indicador 926 - Demonstra a oferta potencial de novos cursos ou turmas na modalidade de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) no ano considerado, evidenciando a capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico para o Sistema de Saúde do Distrito Federal. Neste item, o índice foi plenamente alcançado.

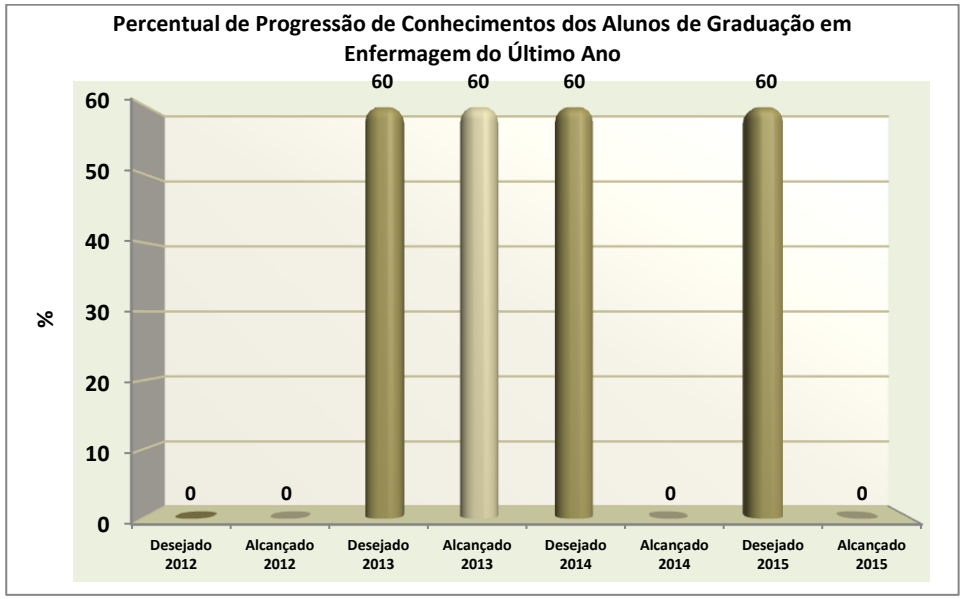
Indicador 930 – Demonstra a progressão do estudante com relação aos seus conhecimentos cognitivos e a evolução ou não do conhecimento ao longo do curso. É mensurado por meio do percentual de acertos em uma avaliação de competências cognitivas pertinentes ao final do Curso de Graduação em Medicina da ESCS. O índice alcançado (61%) demonstra que o curso de graduação em medicina (último ano) obteve desempenho cognitivo esperado.

Indicador 1317 – Demonstra o nº absoluto de pessoas capacitadas na modalidade de educação permanente e continuada, evidenciando a capacidade de desenvolvimento de competências técnicas e profissionais para ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do SUS/DF. Verifica-se a obtenção de 123% com relação ao índice planejado. Foram consideradas as capacitações realizadas pela FEPECS e por diferentes setores da SES/DF, fato que justifica a superação da meta.






Percentual de Progressão de Conhecimentos dos Alunos de Graduação em medicina do Último Ano
%
70
60
50
40
30
20
10
0
60
53
60
61
60
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Percentual de Progressão de Conhecimentos dos Alunos de Graduação em Enfermagem do Último Ano
%
60
50
40
30
20
10
0
0
0
60
60
60
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 005 - Ofertar cursos de educação profissional, permanente e continuada, preparando profissionais para a gestão e o desenvolvimento de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

23.203 – FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE - FEPECS

Análise do Objetivo Específico

O setor saúde caracteriza-se particularmente pela necessidade de profissionais com qualificação técnica e domínio de temas e competências inerentes ao corpo de conhecimentos específicos da profissão exercida. Apesar disso, é necessário, ainda, atualizações constantes dessas habilidades e competências em face da dinâmica do conhecimento da área da saúde. Esta lógica orientou a elaboração do objetivo específico 005, com ênfase na educação profissional, permanente e continuada.

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB), instituição de ensino profissional pública mantida pela FEPECS, oferece a Educação Profissional, também chamada de Ensino Técnico de Nível Médio, por meio da oferta de cursos técnicos e pós-técnicos regulares. Fora deste percurso, oferta também a Formação Inicial e Continuada de trabalhadores na área da saúde. As especificidades requeridas para cada uma dessas modalidades incluem:

- Cursos técnicos (educação profissional) — sujeitos à aprovação da Secretaria de Estado de Educação do DF (SE/DF); são oferecidos para aqueles que possuem o nível médio e idade mínima de 18 anos.
- Cursos pós-técnicos (educação profissional) — sujeitos à aprovação da Secretaria de Estado de Educação do DF (SE/DF); destinam-se àqueles que já possuem o curso técnico completo.
- Formação Inicial e Continuada de trabalhadores — inclui a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, podendo ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Em 2013, a Escola formou 430 pessoas sendo, 184 nas modalidades “Cursos Técnicos e Pós-Técnicos Regulares”; e, 246 na modalidade “Formação Inicial e Continuada”. A população-alvo incluiu comunidade, servidores da SES/DF e SEAP/DF e conveniados (Corpo de Bombeiros e Polícia Militar).

Registra-se como dificuldade da educação profissional no ano de 2013 a ausência de corpo docente próprio, o que inviabilizou a oferta regular de cursos técnicos e pós-técnicos.

No 1º quadrimestre de 2014, a ETESB manteve 314 pessoas em atividades acadêmicas, incluindo comunidade e servidores do GDF.

A FEPECS, por meio da Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS/FEPECS), é responsável pela oferta de ações educacionais para o desenvolvimento e aprimoramento de competências dos profissionais de saúde e servidores da SES/DF. Os processos de Educação Permanente e Continuada, pautados em diferentes aportes teóricos e metodológicos e no acesso a novas tecnologias do trabalho em saúde, ampliam o escopo e qualificam a atuação profissional no âmbito da assistência e da gestão, de modo articulado com as demandas dos serviços.

A EAPSUS tanto elabora, propõe e executa projetos educacionais como apoia as ações que ocorrem no âmbito da SES/DF, atuando em parceria com a Gerência de Educação em Saúde/SUGETES e os Núcleos de Educação Permanente (NEPS) nas Regionais .

Em 2013, as ações educativas propostas atingiram 9.817 servidores. Deste total, 16,1% (1.578) das participações foram relacionadas a ações executadas diretamente pela EAPSUS, sendo as demais atividades (83,9%) coordenadas pelos NEPS Regionais com apoio da Escola.

Este contingente de servidores em constante atualização tem proporcionado o cumprimento das responsabilidades previstas nos princípios do SUS, no tocante à formação de recursos humanos para a saúde no Distrito Federal.

Para 2014, o desafio da EAPSUS é a elaboração de seu regimento interno e de um Projeto Pedagógico que consolide o propósito da Escola, de tomar como referencial a pedagogia progressista, utilizando prioritariamente como metodologia de ensino a problematização, com vistas à construção de um conhecimento crítico e inovador.

Registra-se a limitação orçamentária no programa temático como uma das dificuldades para o incremento de ações e possível limitador para o cumprimento da meta para o ano.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Aumentar a oferta de vagas na educação profissional técnica de nível médio em 20%	A meta refere-se ao indicador "Número de estudantes matriculados na Educação Profissional Técnica e Pós-Técnica de Nível Médio na ETESB". Representa o aumento percentual progressivo de vagas na educação profissional ao longo dos 4 anos até o total de 20% em 2015, tendo como parâmetro o ano de 2012 (marco zero). Com efeito, a Escola programou-se para ofertar, no mínimo, 528 vagas até 2015. Em 2012, das 440 vagas previstas para a educação profissional, a Escola obteve o índice de 459 estudantes em atividades, representando um aumento percentual de 104%. Em 2013, planejou-se a oferta de 287 vagas na educação profissional. No entanto, a Escola manteve 184 pessoas em atividades acadêmicas, representando o alcance de 64% da meta estabelecida para o ano. Justifica-se tal resultado em virtude de dificuldades técnico-operacionais, o que acarretou a não ocorrência de processo seletivo em tempo hábil para matrículas ainda no ano de 2013. Além disso, a Escola ainda não conseguiu formar um corpo docente próprio, o que tem inviabilizado a oferta regular de novos cursos técnicos e pós-técnicos. Analisando o desempenho da educação profissional no biênio 2012/2013 e os problemas referidos, surge a hipótese quanto à possibilidade de não alcance da meta prevista no PPA até 2015. A situação sinaliza para a necessidade de monitoramento e avaliação mais pontuais com possibilidade de revisão das metas para o biênio 2014/2015.
Aumentar a oferta de vagas na educação permanente e continuada em 66%	A meta representa o aumento percentual progressivo de vagas ao longo dos 4 anos até o total de 66% em 2015, tendo como parâmetro o ano de 2012 (marco zero). Com efeito, a Escola de Aperfeiçoamento do SUS (EAPSUS/Fepecs) programou-se para ofertar, no mínimo, 10.956 vagas até 2015. Em 2012, previu-se a oferta de 6.600 vagas para a educação permanente e continuada. No entanto, foram efetivamente utilizadas 16.499 vagas. Tal situação não implica na necessidade de manutenção desse resultado para os demais exercícios, tendo sido tratado como uma singularidade do ano. Em 2013, programou-se ofertar 7.935 vagas. Os resultados mostram um total de 9.817 participantes em ações educativas, representando um aumento percentual de 123%. Analisando o desempenho da educação permanente e continuada no biênio 2012/2013, verifica-se uma tendência para o alcance da meta prevista no PPA até 2015.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

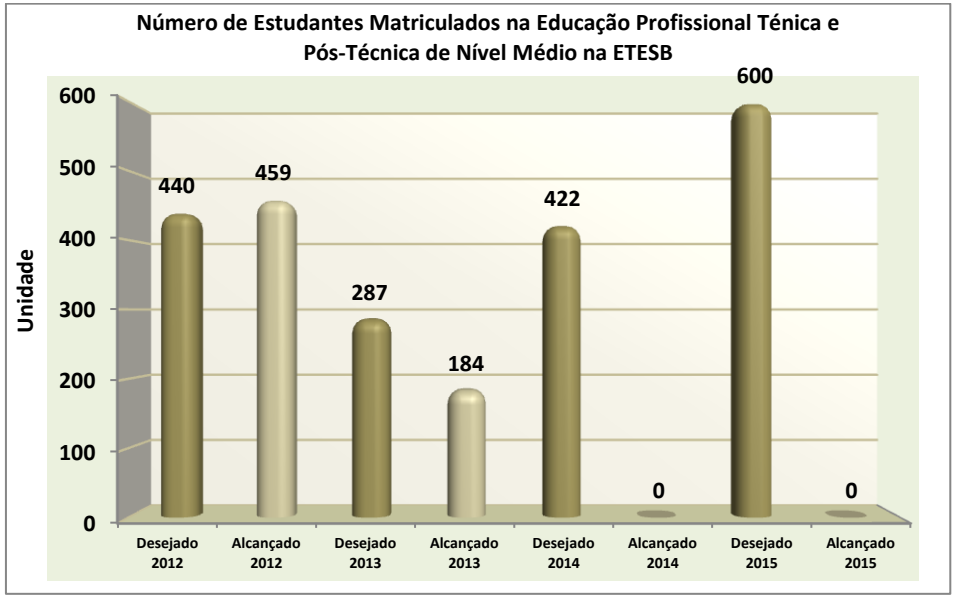
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte de Informação
							2012	2013	2014	2015	
932	Número de estudantes matriculados na Educação Profissional Técnica e Pós-Técnica de Nível Médio na ETESB	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	440	287	422	600	ETESB/ FEPECS
						Alcançado	459	184	-	-	
934	Número de pessoas capacitadas no ano	Unidade	5.200	31/12/2010	Anual	**Desejado**	6.600	7.935	8.956	9.985	CODEP/ FEPECS
						Alcançado	13.974	9.817	-	-	
1321	Número de estudantes matriculados na formação inicial e continuada de trabalhadores na ETESB	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	243	315	410	ETESB/ FEPECS
						Alcançado	-	246	-	-	

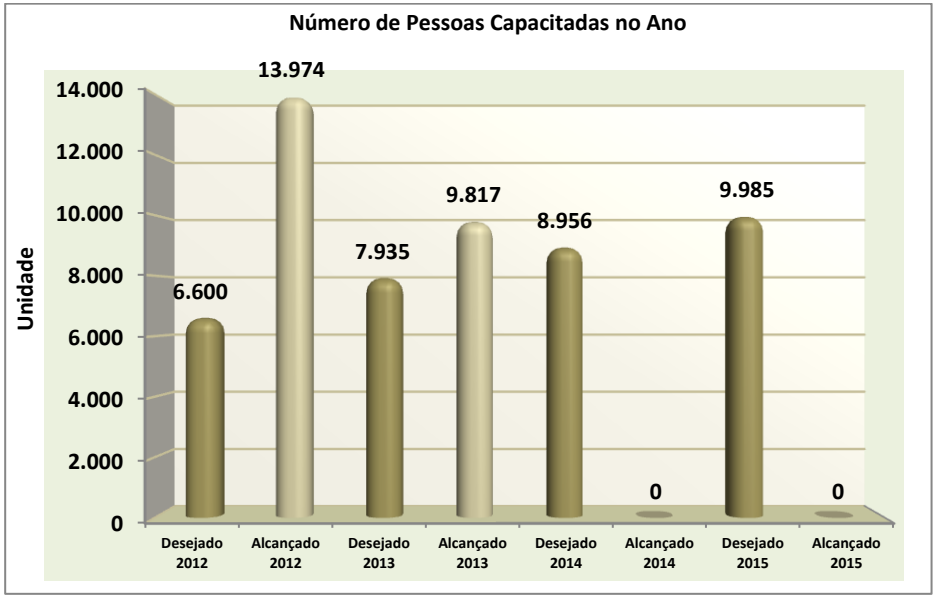
Justificativa – 2013

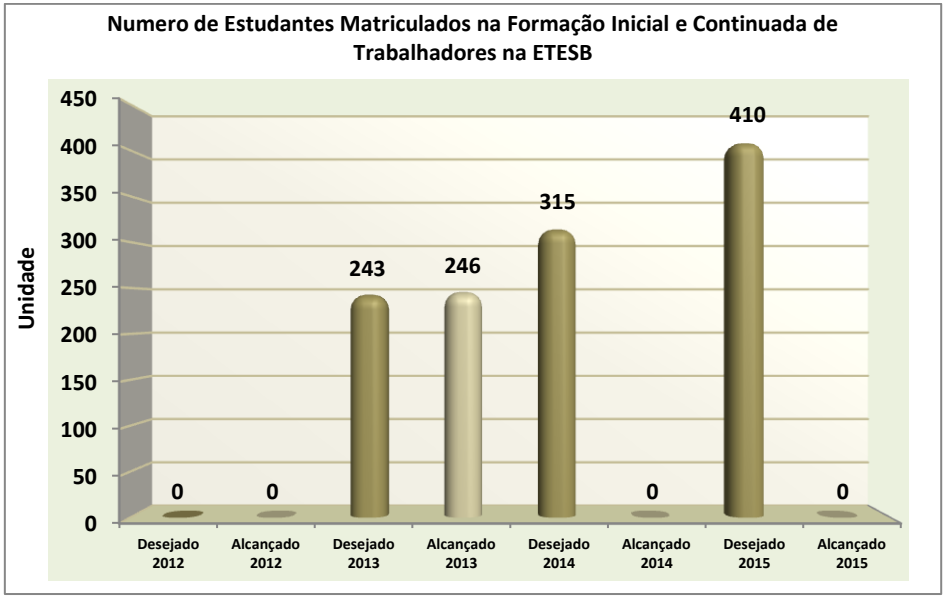
Indicador 932 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na modalidade de educação profissional técnica e pós-técnica de nível médio na área da saúde na ETESB, no ano considerado. Verifica-se o alcance de 64% do índice esperado. Justifica-se tal resultado em virtude de dificuldades técnico-operacionais, o que acarretou a não ocorrência do processo seletivo em tempo hábil para matrículas ainda no ano de 2013. No entanto, a oferta das novas turmas dos cursos técnicos está prevista para janeiro/2014.

Indicador 934 - Demonstra o nº absoluto de pessoas capacitadas na modalidade de educação permanente e continuada, evidenciando a capacidade de desenvolvimento de competências técnicas e profissionais para ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em consonância com as estratégias e prioridades do SUS/DF. Verifica-se a obtenção de 123% com relação ao índice planejado. Foram consideradas as capacitações realizadas pela FEPECS e por diferentes setores da SES/DF, fato que justifica a superação da meta.

Indicador 1321 - Demonstra o número absoluto de estudantes matriculados na modalidade de formação inicial e continuada de trabalhadores, em qualquer nível de escolaridade, na área da saúde na Escola Técnica de Saúde de Brasília- ETESB/FEPECS, no ano considerado. Neste item, o índice foi plenamente alcançado.


Número de Estudantes Matriculados na Educação Profissional Ténica e Pós-Técnica de Nível Médio na ETESB
Unidade
600
500
400
300
200
100
0
440
459
287
184
422
0
600
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Pessoas Capacitadas no Ano
Unidade
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
6.600
13.974
7.935
9.817
8.956
0
9.985
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Numero de Estudantes Matriculados na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores na ETESB
Unidade
450
400
350
300
250
200
150
100
50
0
0
0
243
246
315
0
410
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO GERAL: Garantir acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Propiciar uma educação pública, democrática e de qualidade para todos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 8 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade.	18.101/ 18.903
002 – Melhorar os índices de desempenho e corrigir a distorção idade/série dos estudantes do ensino fundamental.	18.101/ 18.903
003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.	18.101/ 18.903
004 – Ampliar e qualificar a oferta de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal.	18.101
005 – Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.	18.101/ 18.903
006 – Alfabetizar jovens, adultos e idosos, assegurando a oferta para continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).	18.101
007 – Atender as demandas, da rede pública de ensino, referentes à Educação Física Escolar, Esporte e Lazer.	18.101
008 – Reestruturar e implantar a Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal garantindo além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.	18.101/ 18.903

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

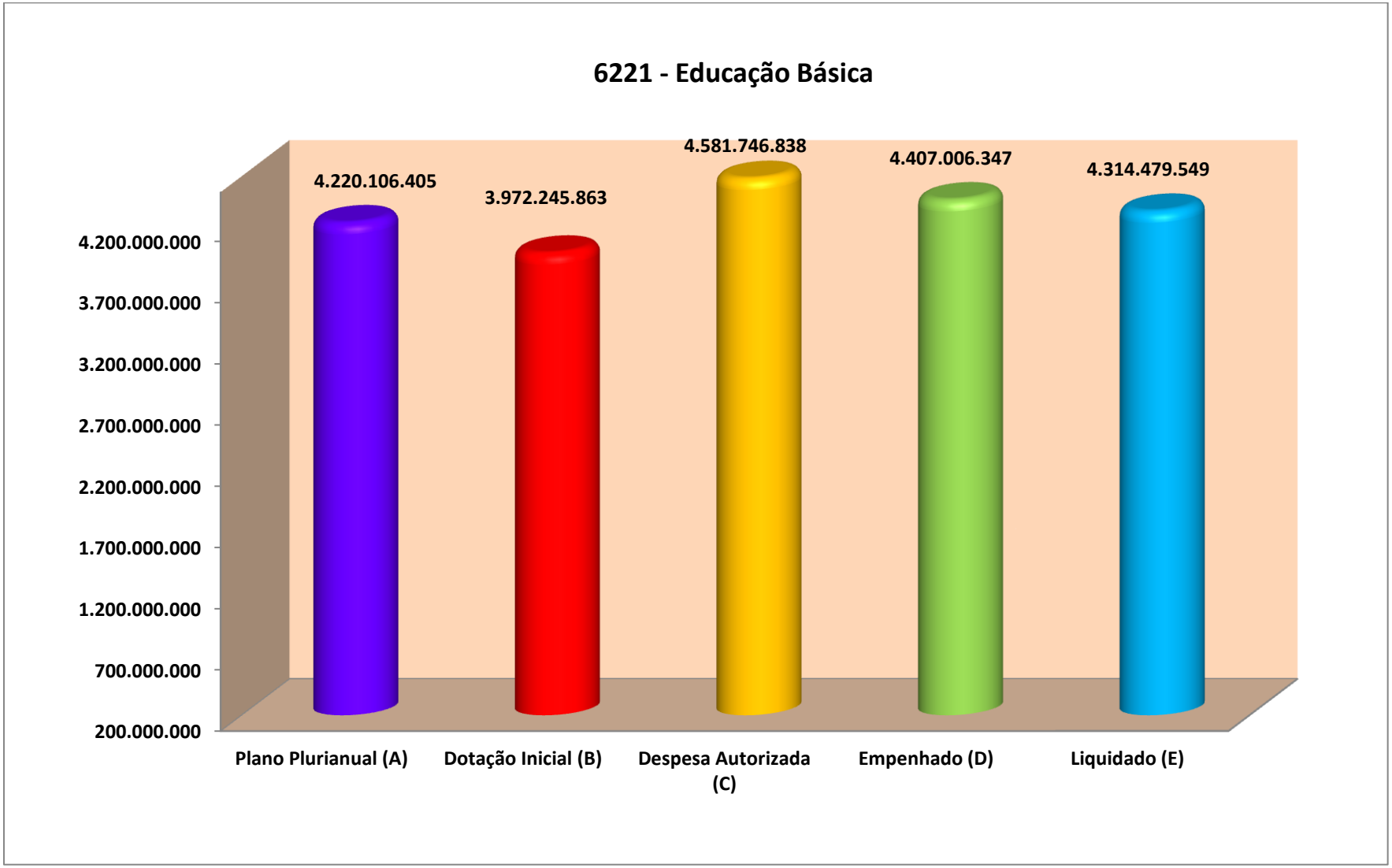
Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1968 - Elaboração de Projetos	500.000	610.000	10.000	0	0	0	0
1001 - (EP) Construção de Creches	550.000	500.000	500.000	0	0	0	0
1002 - (EP) Construção de Creches no Distrito Federal	2.000.000	3.826.000	1.326.000	0	0	0	0
1229 - (EP) Bom de Escola vai à Copa	400.000	0	0	0	0	0	0
1421 - (EP) Padronização de Escolas Públicas	3.000.000	6.001.000	1.000	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	10.000.000	3.458.389	2.170.629	2.170.094	1.509.944	22	15
1745 - Construção de Quadras de Esportes	260.000	0	0	0	0	0	0
1755 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnico e Emprego - PRONATEC	15.190.400	0	7.595.200	0	0	0	0
2160 - Manutenção das Atividades de Educação Física	1.000.000	4.129.619	3.699.154	3.693.981	2.180.035	369	218
2216 - (EP) Aperfeiçoamento e Capacitação de Docentes	1.000.000	0	0	0	0	0	0
2387 - descentralização de Recursos Financeiros para As Escolas	45.000.000	20.704.684	25.048.376	25.041.665	25.039.485	56	56
2388 - Manutenção da Educação Infantil	92.000.000	49.966.321	74.610.964	71.042.741	69.530.748	77	76
2389 - Manutenção do Ensino Fundamental	110.000.000	147.954.984	296.610.973	261.593.932	246.975.369	238	225
2390 - Manutenção do Ensino Médio	77.600.000	44.740.790	85.376.254	78.699.658	74.378.084	101	96
2391 - Manutenção da Educação Profissional	9.000.000	6.912.925	6.887.997	6.296.965	6.264.967	70	70
2392 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	10.000.000	12.182.913	11.545.191	2.279.902	1.851.032	23	19
2393 - Manutenção da Educação Especial	2.000.000	2.543.275	3.711.165	1.827.909	1.186.543	91	59
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	4.000.000	275.041	1.134.596	910.467	828.092	23	21
2964 - Alimentação Escolar	330.514.662	54.697.423	84.197.482	73.274.029	43.275.267	22	13

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
3023 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	13.422.400	25.602.752	46.337.782	23.287.312	12.615.943	173	94
3178 - Reforma de Edificações e Espaços Culturais do Patrimônio Histórico	1.200.000	100.000	0	0	0	0	0
3230 - Ampliação de Unidades de Educação Infantil	1.500.000	100.000	0	0	0	0	0
3231 - Ampliação de Unidades de Ensino Médio	1.500.000	500.000	4.337.967	3.628.228	2.539.108	242	169
3232 - Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental	1.500.000	400.000	3.232.455	2.749.302	1.904.037	183	127
3234 - Construção de Unidades de Ensino Profissionalizante	5.700.000	14.949.938	30.196.691	0	0	0	0
3235 - Reconstrução de Unidades de Ensino Fundamental	3.000.000	200.000	10.485.744	10.041.209	9.047.997	335	302
3236 - Reforma de Unidades de Ensino Fundamental	3.525.000	1.050.000	2.272.822	22.822	22.822	1	1
3237 - Reforma de Unidades de Ensino Médio	3.225.000	2.151.000	601.000	0	0	0	0
3238 - Reforma de Unidades de Educação Infantil	1.850.000	200.000	0	0	0	0	0
3239 - Reforma de Unidades de Ensino Profissional	3.500.000	100.000	0	0	0	0	0
3241 - Reconstrução de Unidades de Ensino Médio	1.500.000	200.000	0	0	0	0	0
3242 - Reconstrução de Unidades de Educação Infantil	5.000.000	100.000	958.322	958.321	416.371	19	8
3271 - Construção de Unidades da Educação Infantil	12.440.484	902.000	33.018.487	31.831.406	27.250.515	256	219
3272 - Construção de Unidades do Ensino Médio	3.250.000	241.000	1.955.431	1.814.430	1.571.397	56	48
3632 - Saúde Escolar	12.250.000	2.566.608	1.061.991	624.049	152.872	5	1
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	150.000	100.000	0	0	0	0	0
4088 - Capacitação de Servidores	8.000.000	19.201	0	0	0	0	0
4150 - Manutenção de Unidade de Ensino	3.966.030	1.700.000	508.220	0	0	0	0
4202 - Concessão de Passe Livre	47.888.082	63.000.000	92.361.415	89.361.415	84.160.002	187	176
4976 - Transporte de Alunos	62.000.000	28.407.420	86.397.270	79.564.856	65.487.265	128	106
5023 - Construção de Unidade de Ensino	1.390.801	1.000	0	0	0	0	0
5051 - Construção de Unidade do Ensino Médio no Vale do Amanhecer em Planaltina(EP)	2.402.905	50.000	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
5112 - (EP) Construção de Unidades do Ensino Especial	1.801.611	100.000	0	0	0	0	0
5924 - Construção de Unidades do Ensino Fundamental	2.500.000	100.000	0	0	0	0	0
8502 - Administração de Pessoal	3.301.629.030	3.158.901.580	3.351.596.260	3.324.291.654	3.324.291.654		
. Recursos do OFSS	1.138.151.650	2.931.960.690	3.000.681.475	2.973.376.869	2.973.376.869	261	261
. Recursos do FCDF - Pessoal(¹)	2.163.477.380	226.940.890	350.914.785	350.914.785	350.914.785	16	16
Recursos do FCDF - Custeio(²)		312.000.000	312.000.000	312.000.000	312.000.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6221	**4.220.106.405**	**3.972.245.863**	**4.581.746.838**	**4.407.006.347**	**4.314.479.549**	**104**	**102**

(¹)Excluídos valores referentes a inativos

(²) e (³) Os valores não foram somados na coluna do PPA porque já constam diluídos nas ações específicas de custeio e investimento. Na execução da despesa, foram agregados dessa forma porque não há como desmembrá-los nas ações específicas conforme previsto no PPA.


6221 - Educação Básica
4.220.106.405
3.972.245.863
4.581.746.838
4.407.006.347
4.314.479.549
4.200.000.000
3.700.000.000
3.200.000.000
2.700.000.000
2.200.000.000
1.700.000.000
1.200.000.000
700.000.000
200.000.000
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 - Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Análise do Objetivo Específico

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade. Por se tratar de atendimento à crianças pequenas, necessita de ações conjuntas com a família e a comunidade. Considerando o exposto na normatização explícita da Emenda Constitucional n° 59, a qual altera os incisos I e VII do art. 208 da CF/88, o atendimento dos 4 aos 17 anos se torna obrigatório, como estratégia de universalização da Educação Básica, a ser equalizada até 2016, ou seja, a universalização da pré-escola deverá ser finalizada até o final deste PPA.

Avaliando ainda a necessidade de ampliação progressiva das vagas em creches, a fim de garantir o direito das crianças, bem como o direito das famílias, especialmente das mulheres, a SEDF, no ano de 2013, aderiu ao Programa PROINFANCIA, com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, para a construção de 112 Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIS) para atendimento a 12.432 crianças, sendo 5.328 na pré-escola e 7.104 na creche, em tempo integral; propiciou a realização da Chamada Pública n° 03/2013 com a finalidade de firmar convênios com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para atendimento à crianças de 0 a 5 anos, visando ampliação da oferta a essa faixa etária, e ainda promoveu a aditivação dos convênios já existentes, para atendimento à Educação Infantil com a revisão das metas pactuadas no intuito de ampliar a oferta, considerando a demanda da região e os espaços físicos destas instituições.

Para o ano de 2014, está em curso o chamamento público para a gestão dos Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIS), a ser realizado pela SUBEB/SUPLAV/SUAG, com o intuito de alcançar a meta estabelecida tanto para a pré-escola quanto para a creche.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1.Universalizar para 100% as matrículas referentes ao atendimento da pré-escola (4 e 5 anos), no período de 2012-2015	Na esfera da rede pública, 03 Centros de Educação Infantil foram inaugurados em 2012 (Estrutural, Brazlândia e São Sebastião), com jornada de 07 horas diárias. O Chamamento Público n°01/2012 não ampliou significativamente as matrículas porque não existe quantidade suficiente de instituições sem fins lucrativos que se enquadrem nos critérios legais e técnicos para atendimento à Educação Infantil. Além disto, estas instituições não se localizam nos territórios de vulnerabilidade social, onde existe maior demanda reprimida. Ainda assim, tais instituições passaram a atender 3.479 crianças na pré-escola. Cabe esclarecer que no ano de 2012 a Associação Assistencial de Santa Maria, que mantinha convênio para atendimento de 1.348 crianças (sendo 760 de 0 a 3 anos e 588 de 4 e 5 anos), teve seu atendimento suspenso por irregularidades, o que

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	justifica, de certo modo, a referida redução. Em 2012 houve atendimento de 43% da demanda, o que aumentou consideravelmente em relação ao ano anterior devido a vigência da Resolução 06/2010 que alterou a data de corte de entrada das crianças na pré-escola para 31/03. Em 2013, foram inaugurados 02 Centros de Educação Infantil (Riacho Fundo e Planaltina), propiciando mais 480 novas vagas com jornada de 10 horas diárias para pré-escola. Estas Unidades recebem acompanhamento pedagógico da CEINF (Coordenação de Educação Infantil) e CREs (Coordenações Regionais de Ensino). Avaliou-se, porém, que a jornada de 10 horas, ainda que desejável, limita a ampliação de vagas, visto que uma unidade escolar que atende neste formato acolhe apenas metade da demanda que a infraestrutura predial permite. A SEDF atendeu 57% das novas solicitações de matrículas captadas por meio do Telematrícula – 156. A reorganização do atendimento das escolas que ofertam a Educação infantil, com vistas à ampliação do número de alunos, gerou em 2013, 2.397 novas matrículas na Pré–Escola da SEDF, segundo o Censo Escolar.
2. Ampliar para 19% as matrículas referentes ao atendimento da creche (0 a 3 anos), no período de 2012-2015	Em 2012, a quantidade insuficiente de monitores, a urgente necessidade de construção de escolas específicas e a inexistência do sistema Telematrícula para a creche são fatores que têm impedido a ampliação das matrículas. Ainda assim, Na esfera da rede pública, foi inaugurado em 2012, um Centro de Educação Infantil em Brazlândia, com jornada de 07 horas diárias para atendimento à creche. Essa escola é acompanhada pedagogicamente pela CEINF (Coordenação de Educação Infantil) e CRE (Coordenação Regional de Ensino). O Chamamento Público n°01/2012 não ampliou significativamente as matrículas porque não existe quantidade suficiente de instituições sem fins lucrativos que se enquadrem nos critérios legais e técnicos para atendimento à Educação Infantil, especialmente na faixa etária da creche. Além disto, estas instituições não se localizam nos territórios de vulnerabilidade social, onde existe maior demanda reprimida. Apesar das dificuldades mencionadas, conseguimos aumentar em 1% a oferta de matrículas, sendo que este aumento ocorreu porque as instituições conveniadas aumentaram as vagas de 0 a 3 anos. Também foram abertas novas turmas de 3 anos, em salas ociosas, nos Jardins de Infância, Centros de Educação Infantil e CAICS da Rede Pública. Em 2013 a SEDF realizou a formalização dos convênios, objeto da Chamada Pública n°01/2012, para manutenção da oferta de Educação Infantil, de modo a atender 6.540 crianças em creches. A reorganização do atendimento das escolas que ofertam a Educação infantil, com vistas à ampliação do número de alunos, gerou em 2013, 141 novas matrículas na Pré–Escola da SEDF, segundo o Censo Escolar

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

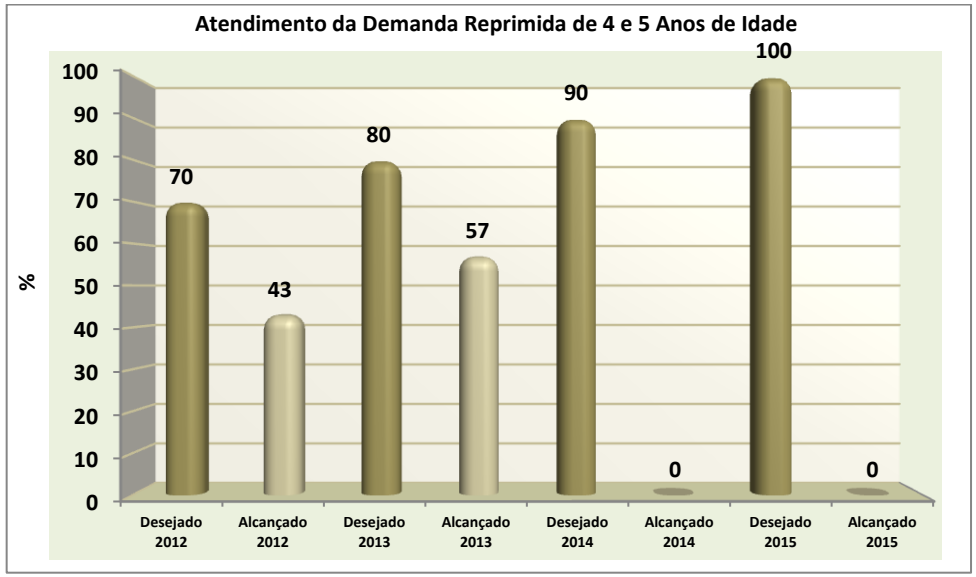
Indicadores:

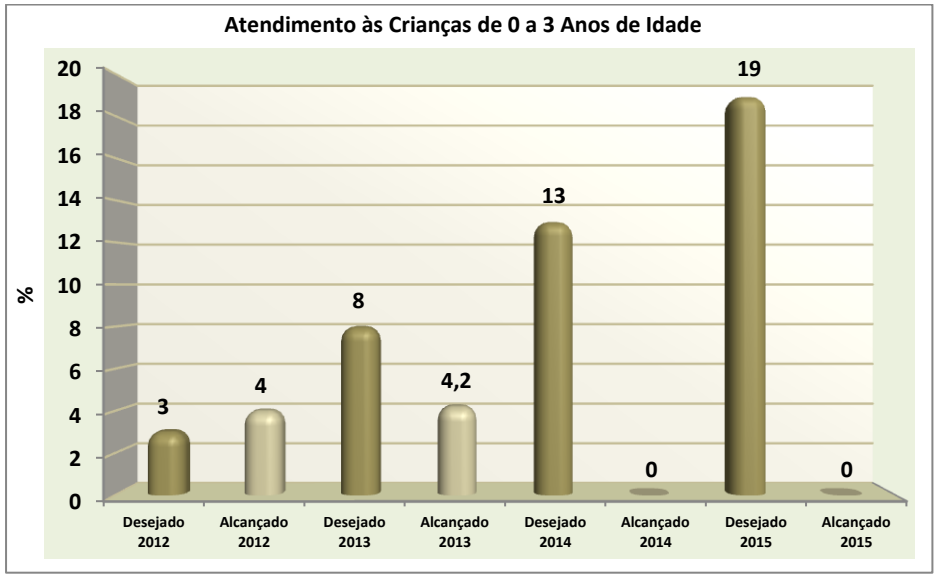
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
936	Atendimento da demanda reprimida de 4 e 5 anos de idade	%	67	13/07/2011	Anual	**Desejando**	70	80	90	100	CEINF
						Alcançado	43	57	-	-	
937	Atendimento às crianças de 0 a 3 anos de idade	%	3	13/07/2011	Anual	**Desejando**	3	8	13	19	CEINF
						Alcançado	4	4,2	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 936 No que tange o atendimento aos alunos de 4 a 5 anos, o índice alcançado foi de 57% segundo dados do Telematrícula (fevereiro -2013). O não alcance desta meta se deve a uma procura recorde nesta etapa da Educação Infantil.

Indicador 937 Em um ano, a SEDF realizou dois chamamentos públicos para conveniar creches, porém não tivemos adesões suficientes para atender a demanda desta etapa. Por esta razão a SEDF está construindo 112 CEPIs (Centro de Educação de Primeira Infância) cujas obras serão concluídas em 2014 e 2015, e entregamos 6 CEIs (Centro de Educação Infantil) ainda em 2014.





Objetivo Específico: 002 - Melhorar os índices de desempenho e corrigir a distorção idade/série dos estudantes do ensino fundamental.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Análise do Objetivo Específico

Em 2012, a Subsecretaria de Educação Básica, diante dos índices levantados quanto a defasagem idade/série no Ensino Fundamental, implementou o Projeto "Correção da Distorção Idade/Série (CDIS)" como estratégia para o alcance do objetivo proposto.

O projeto prevê um trabalho diferenciado com os estudantes, baseado no lúdico e na interdisciplinaridade, exigindo das unidades escolares uma nova organização do trabalho pedagógico, cujo tempo e espaço são diferenciados, o que interferiu na administração escolar. Para isso, em 2013, foi necessária uma Revisão do documento "Orientações Pedagógicas das Turmas de Correção da Distorção Idade-Série", realizada no período de 17/09 a 25/10/2013.

Em 2013 foram atendidos aproximadamente 6.600 estudantes em defasagem idade/série, o que representa 10% do total destes estudantes**,** dos quais 43%, aproximadamente, avançaram dois anos, corrigindo o fluxo escolar, e 23% avançaram um ano. Foi realizada nesse período, formação continuada em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), oferecida a todos os professores das turmas de CDIS.

Além disso, a realização de encontros com os gestores das unidades escolares, com o foco na organização do trabalho pedagógico dessas turmas e na inclusão desses estudantes em outras atividades desenvolvidas pela escola, foi de grande importância para o trabalho com os estudantes em defasagem idade/série.

Entretanto, a ausência de espaço físico nas unidades escolares para a enturmação dos estudantes pode ser apontada com uma das principais dificuldades identificadas na implementação desse Projeto, sendo necessária a construção de novas escolas, ou salas de aula. Além disso, a ausência de coordenadores intermediários específicos para o acompanhamento pedagógico e material pedagógico específico para as turmas de CDIS, também constituíram dificultadores para a realização do referido projeto.

Pode-se afirmar que, para a correção da distorção idade/série é necessária a readequação de política pública voltada para esses estudantes retidos no ensino fundamental, reajustando as estratégias apresentadas no Projeto. Além desse aspecto, outros também são fundamentais como: a elaboração de material pedagógico para os professores que atuam em classes de CDIS; aumento do quantitativo de estudantes atendidos nas turmas de Correção da Distorção Idade/Série nas unidades escolares de tempo integral; Proposição de trabalho colaborativo entre a Coordenação de Ensino Fundamental e a Coordenação de Educação em e para os Direitos Humanos, visando alcançar os estudantes em vulnerabilidade.

Além dessas ações referentes à defasagem idade/série, com o objetivo de possibilitar a aprendizagem de todos os estudantes do Ensino Fundamental e, por consequência, a melhoria do desempenho, foram realizadas ao longo de 2013, ações no âmbito dos Anos Iniciais e Finais, tais como a reelaboração do Projeto de Ciclos, apresentado e aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, por meio do Parecer nº 225/2013 e pela Portaria nº 285, de 5 de dezembro de 2013 da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Esta ação estabelece o 2º Ciclo para as Aprendizagens, composto pelo 1º bloco – Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) e 2º bloco (4º e 5º anos), sendo que o 2º bloco foi implantado por adesão, em 245 Escolas Classes que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental e 05 unidades escolares que ofertam os Anos Finais.

Documentos institucionais foram elaborados e entregues para a rede pública orientando o processo educativo, tais como: reformulação do Currículo da Educação Básica revisado à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais e das contribuições dos profissionais da rede de ensino do DF; composição de GT (Grupo de Trabalho) para a elaboração das Diretrizes Pedagógicas para o 2º Ciclo e 3º Ciclo e Diretrizes Avaliativas também foram implementadas; orientações e acompanhamento pedagógico para as 14 Coordenações Regionais de Ensino (CREs) sobre a aplicação e intervenções a partir dos resultados obtidos pela Provinha Brasil; adesão e implementação das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); realização de Fóruns e reuniões de trabalho com os coordenadores intermediários dos Anos Iniciais e articuladores do Centro de Referência em Alfabetização (CRA), para discussão e encaminhamentos de ações de caráter pedagógico e administrativo referentes aos Anos Iniciais; e o acompanhamento pedagógico às escolas pela coordenação intermediária e articuladores do CRA.

Para o alcance do objetivo específico em relação aos Anos Finais é necessário reorganizar e fortalecer o Fórum Central, Regional e Local (espaço de encontros periódicos realizados com os coordenadores intermediários para discussão que questões de cunho pedagógico), oferta de formação específica para as escolas que implementam o 3º Ciclo; diálogo com as diversas instâncias da Secretaria de Educação e Governo Federal; além da criação de mecanismos de divulgação dos projetos que acontecem nas escolas.

O atendimento somente a aproximadamente 3.300 estudantes nas turmas de CDIS, está relacionado, entre outros, aos seguintes fatores: Aumento do número de matrículas no Ensino Fundamental a cada ano; ausência de espaço físico nas unidades escolares que atendem o Ensino Fundamental, inviabilizando a formação de turmas de CDIS; Ausência de construção de escolas e/ou salas de aula para o Ensino Fundamental.

Com relação aos Anos Finais alguns aspectos dificultaram o desenvolvimento do trabalho em 2013 tais como, a ausência de uma política pública específica para os Anos Finais; a falta de um mecanismo de articulação e comunicação entre as Secretarias de Estado do Distrito Federal; a ausência de uma formação específica para professores que atuam como Coordenadores Central e Intermediário; e a falta de recursos humanos para operacionalização de uma política educacional.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Reduzir em 100% o quantitativo de estudantes que apresentam distorção de idade em relação à série/ano no Ensino Fundamental, até 2015	Em 2012, o Conselho de Educação do DF aprovou por meio do parecer nº 238/2012 – CEDF, o documento: "Orientações Pedagógicas das Turmas de Correção da Distorção de Idade/Série que auxiliou aproximadamente 9.030 estudantes em distorção idade/série, o que equivale a 15% do total de alunos em distorção idade-série." A realização de formação continuada em parceria com a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação) a 492 professores que atuam em turmas de Correção da Distorção Idade/Série - CDIS; os 19 encontros do Fórum Permanente CDIS com os coordenadores intermediários das 14 Coordenações Regionais de Ensino - CRES, para avaliação e acompanhamento das ações; os 12 encontros com gestores e professores da CDIS das unidades escolares que atenderam as respectivas turmas; e o Curso de filosofia nas escolas coordenado pela Coordenação de Educação Infantil/SEDF, vem contribuindo para o alcance da meta. De outra forma, não foi possível atender os 20 mil alunos, conforme meta estabelecida, devido à ausência de espaço físico para enturmação nas unidades escolares e a não inclusão de Coordenadores Intermediários específicos para a CDIS na Portaria de Distribuição da Gerência de Educação Básica (GEB).

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	A Coordenação de Ensino Fundamental planeja para 2013, o aumento do atendimento dos alunos da CDIS na estratégia de matrícula para 2014; aquisição de tecnologias educacionais para subsidiar a organização do trabalho pedagógico dos professores; disponibilização de mais salas de aulas para abertura de turmas e atendimento de 20 mil alunos; aumento o quantitativo de turmas em tempo integral; atenderem 100% da formação oferecida pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE; além de dispor de recursos tecnológicos nas salas de aulas. Em 2013, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF passou a disponibilizar R$ 2.000,00 por sala de aula em turmas com distorção idade/série, ampliando as possibilidades de desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos. A realização de: 14 encontros nas Coordenações Regionais de Ensino CREs, denominado Conversas Pedagógicas, com a função de esclarecer o projeto e propor ações para os desafios encontrados; 12 encontros no Fórum Permanente de Discussão, com os coordenadores intermediários das 14 Regionais de Ensino para discussão e revisão da orientação pedagógica; acompanhamento das ações realizadas em cada Regional de Ensino; distribuição de livros de literatura para as unidades escolares com turmas de correção da distorção idade-série, por meio do projeto Tesouro Monteiro Lobato e distribuição de 15 kits de mídias DVDs, contendo filmes da TV Escola; oferta de curso de Filosofia na Escola em parceria com a EAPE para Orientadores Educacionais e Coordenadores Pedagógicos Locais das unidades escolares que possuem turmas de correção da distorção idade/série, por meio de 4 encontros, no segundo semestre de 2013 e a participação no seminário "Política de Adequação Idade/Ano Escolar para jovens de 15 a 17 anos retidos no Ensino Fundamental" vem contribuindo para o alcance da meta .
2. Aumentar em 20% os índices de desempenho dos estudantes de Ensino Fundamental no IDEB, até 2015	Em 2012, a ampliação (por adesão), dos Ciclos no Ensino Fundamental: 4º e 5º ano em 363 escolas e 07 escolas nos Anos Finais; a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, junto ao Ministério da Educação; a reformulação do Currículo do Ensino Fundamental, por meio da construção coletiva do Currículo em Movimento; o acompanhamento pedagógico junto às 14 CREs – Coordenações Regionais de Ensino, sobre a aplicação e resultados da Provinha Brasil (INEP); a realização de reuniões quinzenais ao longo do ano com os coordenadores intermediários do Ensino Fundamental, em caráter pedagógico, administrativo e de formação; a ampliação do quantitativo de articuladores do CRA (Centro de referência de Alfabetização); a realização de encontros pedagógicos com as CREs para as discussões sobre a transição da Educação Infantil para os Anos Iniciais, bem como dos Anos Iniciais para os Anos Finais; a realização da 1ª e 2ª edição (2011 e 2012) do Circuito de Ciências das Escolas Públicas do DF nas 14 CREs, envolvendo aproximadamente 40 mil alunos de toda a Educação Básica e a publicação da Portaria nº 39 de 09 de março de 2012, que institui e normatiza o atendimento aos alunos com Transtornos Funcionais Específicos - TFE, por meio da implantação das Salas de Apoio à Aprendizagem. Todas estas ações foram realizadas visando a otimização do atendimento da meta. Alguns fatores contribuíram negativamente para tal alcance como a falta de espaços físicos adequados nas unidades escolares; a demora na implantação das salas de apoio aprendizagem e da autorização de movimentação/lotação de profissionais (pedagogos e psicólogos) para atuar nesses espaços; o pequeno quantitativo de salas de apoio para atendimento aos alunos com transtornos funcionais; a lentidão na aprovação e publicação do novo currículo do Ensino Fundamental; a demora na redução do quantitativo de alunos em sala de aula; a morosidade no reequipamento dos laboratórios de ciência e abertura de novos laboratórios; além da falta de ampliação e adesão aos ciclos de aprendizagem (2º e 3º ciclo).

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Nesse ano, não houve avaliação dos estudantes do Ensino fundamental porque o IDEB possui avaliação bianual. Em 2013 a Coordenação participou de discussões sobre a ampliação do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA para o 4º e 5º ano nos fóruns de Coordenadores Intermediários e Coordenadores Pedagógicos CRA/PNAIC; do Curso de formação para os Orientadores de Estudo – PNAIC/Articuladores; do Curso de formação para os professores alfabetizadores da SEDF; de discussões nos Fóruns Pedagógicos e dos CI para ampliação de estratégias e diretrizes do BIA aos 4º e 5º anos. Realizou ainda, 17 encontros denominados de Fóruns Pedagógicos, com Articuladores do CRA/Orientadores de Estudo – PNAIC das 14 Coordenações Regionais de Ensino para acompanhamento das ações realizadas em cada regional; 11 encontros com os Coordenadores Intermediários – CI de 4º e 5º anos visando articulação com o CRA e ampliação das Diretrizes pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização - BIA ao 4º e 5º ano; 15 encontros do Fórum Central de Anos Finais além de reuniões coletivas setorizadas para melhor acompanhamento das ações dos Coordenadores Intermediários; encontros mensais com as escolas que implementaram o 3º Ciclo para as Aprendizagens no ano de 2013; 13 encontros em parceria com a EAPE abordando os “Ciclos para as Aprendizagens”, os quais foram replicados em mesmo número para todas as Regionais de Ensino e escolas; reuniões quinzenais com os coordenadores intermediários do Ensino Fundamental, em caráter pedagógico, administrativo e de formação; e ainda, realizou o 1º Seminário de Anos Finais, uma escola em transformação, com presença do MEC e socialização do trabalho realizado no decorrer do ano em algumas escolas. A apresentação dos documentos pela Coordenação de Ensino Fundamental - COENF às Gerências de Educação Básica (GEB); a apresentação às Unidades Escolares, do roteiro do Currículo em Movimento; Unidades Escolares; a orientação e acompanhamento do trabalho pedagógico realizado pelos coordenadores intermediários de Anos Finais; a imersão dos profissionais da Casa para iniciar a elaboração das Diretrizes Pedagógicas do 3º Ciclo para as Aprendizagens; a elaboração do Projeto de 3º Ciclo, apresentado e aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal por meio do Parecer 251/2013; a análise e parecer sobre os projetos pedagógicos das escolas; a elaboração do Currículo em Movimento de Anos Finais e a implantação da “Educação com Movimento” - Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com o acompanhamento permanente de ambas as Coordenações - Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar – CEFDESC e a Coordenação de Ensino Fundamental - COENF/NUANIN, foram mais alguns trabalhos realizados visando o atingimento da meta.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

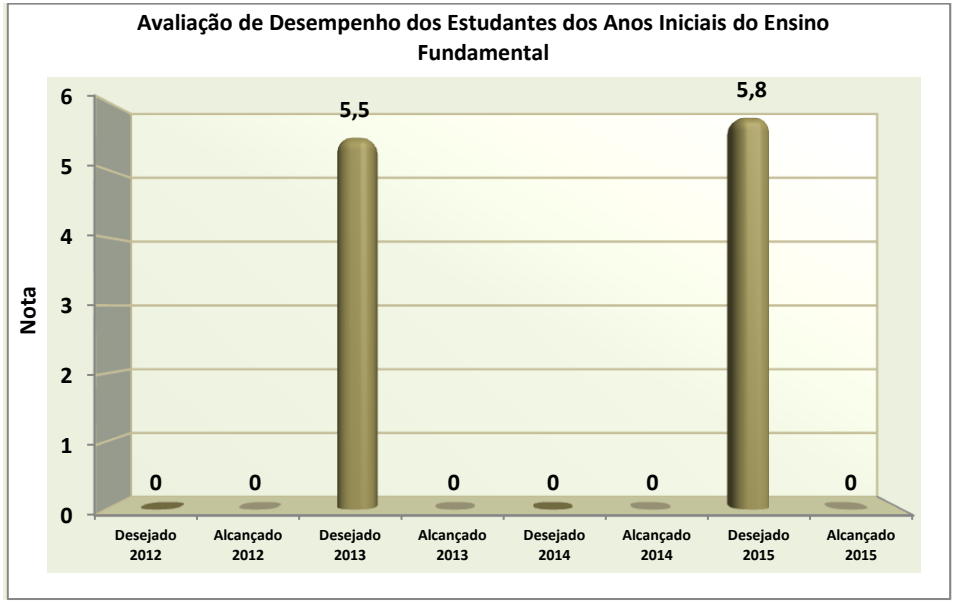
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1200	Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Nota	5,4	31/12/2011	Bianual	**Desejado**	-	5,5	-	5,8	IDEB/INEP
						Alcançado	-	-	-	-	
1201	Avaliação de desempenho dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental	Nota	3,9	31/12/2011	Bianual	**Desejado**	-	4,1	-	4,5	IDEB/INEP
						Alcançado	-	-	-	-	
1202	Quantitativo de alunos em distorção idade-série	Unidade	70.000	31/07/2011	Anual	**Desejado**	20.000	20.000	20.000	10.000	COENF
						Alcançado	9.030	7.000	-	-	

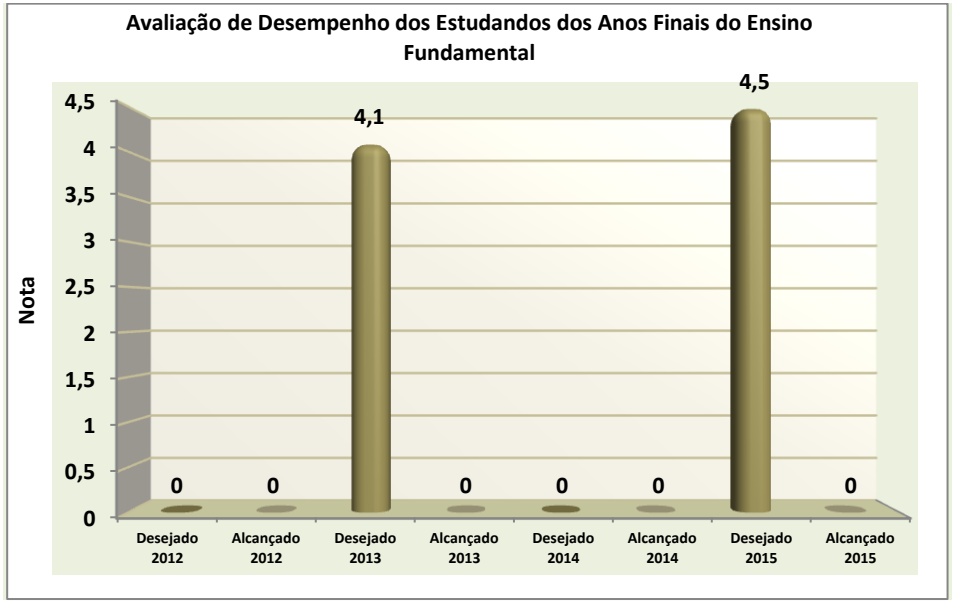
Justificativa - 2013

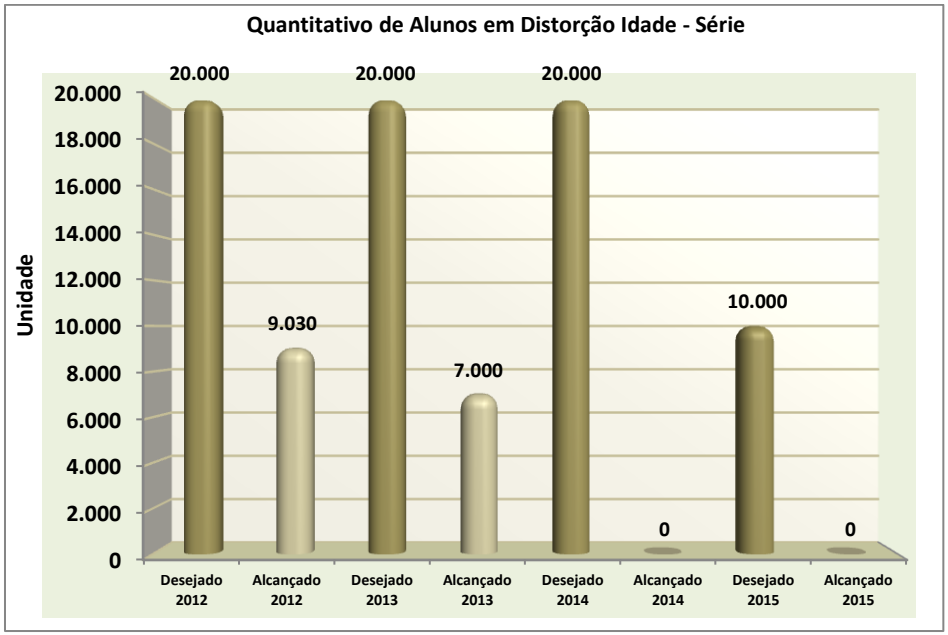
Indicador 1200 - O resultado do IDEB é divulgado em Julho do ano subsequente ao ano da aplicação da prova, ou seja, será divulgado em julho de 2014. Até a presente data, 05 de junho de 2014, os dados do IDEB 2013 ainda não foram divulgados.

Indicador 1201 - O resultado do IDEB é divulgado em Julho do ano subsequente ao ano da aplicação da prova, ou seja, será divulgado em julho de 2014. Até a presente data, 05 de junho de 2014, os dados do IDEB 2013 ainda não foram divulgados.

Indicador 1202 - As salas de aula utilizadas neste projeto são aquelas que não estão sendo utilizadas no ano letivo regular. Em 2013, com o aumento de alunos atendidos no ano letivo regular, houve carência de espaço físico para a realização do atendimento em turmas de correção da idade/série.


Avaliação de Desempenho dos Estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nota
6
5
4
3
2
1
0
0
0
5,5
0
0
0
5,8
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Avaliação de Desempenho dos Estudandos dos Anos Finais do Ensino Fundamental
Nota
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
0
0
4,1
0
0
0
4,5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantitativo de Alunos em Distorção Idade - Série
Unidade
20.000
18.000
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
20.000
9.030
20.000
7.000
20.000
0
10.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Ampliar o atendimento dos jovens de 15 a 17 anos, consolidando modelo de currículo que estimule a permanência dos alunos no ensino médio.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Análise do Objetivo Específico

Durante o ano de 2013, foram formados Grupos de Sistematização do Currículo do Ensino Médio. No início do ano de 2014, foram lançados os novos cadernos do Currículo em Movimento do Ensino Médio da Secretaria de Educação, incluindo, em seus pressupostos teóricos, a adoção da concepção de Educação Integral, que valoriza o ser humano e favorece práticas e projetos que contribuam para a aprendizagem dos alunos.

Simultaneamente ao lançamento do novo currículo, a Secretaria de Educação tem incentivado a implantação da semestralidade nas escolas de Ensino Médio. A diferenciação na organização da semestralidade proporciona aos estudantes um arranjo diferenciado do espaço e tempo escolar, favorecendo a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, o desenvolvimento do senso crítico e a autonomia intelectual. O professor também é beneficiado neste processo, uma vez que há a ampliação da carga horária de alguns componentes curriculares (exceto Língua Portuguesa, Matemática e Educação Física, que continuam as mesmas). Isso permite uma organização que contemple um atendimento diversificado, de acordo com a necessidade de cada estudante.

Ressalta-se que a adoção de políticas públicas e programas propostos pelo Ministério da Educação (MEC), voltados para o Ensino Médio, tem auxiliado a modernização e melhoria no atendimento aos estudantes, como revela o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), responsável pelo financiamento de projetos pedagógicos inovadores com foco no acompanhamento pedagógico, iniciação científica, leitura e letramento. Outro Programa é o Pacto Nacional do Ensino Médio (PNEM), uma ação conjunta entre MEC, Universidade de Brasília (UnB) e Secretaria de Educação (SEDF) cuja meta pauta-se na formação continuada dos professores que atuam no Ensino Médio.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar para 50% o atendimento aos jovens de 15 a 17 anos *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*	Meta alcançada de 64,5%, considerando que se estabeleceu para o primeiro ano o percentual de atendimento já existente, no entendimento de que as ações só começariam a produzir efeitos a partir do segundo ano de vigência do Plano. Assim, espera-se para 2013, a ampliação para 70% dos jovens de 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio..
2. Ampliar para 23 unidades a oferta do Ensino Médio Regular Noturno integrado à educação profissional	Meta não alcançada, pois está em fase de elaboração, uma proposta curricular para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, incluindo o turno noturno. Ressalte-se que a implantação da Semestralidade favorece a integração curricular voltada para Educação Profissional.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Em 2013, a SEDF ampliou os esforços visando o alcance da meta proposta por meio da implantação do Fórum da Semestralidade, onde foram realizadas discussões a respeito da elaboração de uma proposta curricular para o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, incluindo o turno noturno. Foi realizado Seminário da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos. O encontro tem por objetivo apresentar as Orientações Pedagógicas da Integração, bem como promover a socialização de experiências pedagógicas bem sucedidas no âmbito do Distrito Federal e demais estados brasileiros. O evento ocorrerá no dia 31 de julho de 2014, nos turnos vespertino (13h às 18h) e noturno (19h às 22h). Outras ações também realizadas no decorrer do exercício: publicação do documento "Orientações Pedagógicas da Integração da Educação Profissional com o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos"; recebimento das atas de adesão das Unidades Escolares que deliberarem sobre o Projeto de Escola de Ensino Médio Integrado ao Curso Profissionalizante (EMI). Aguarda-se o pronunciamento das Unidades Escolares, que podem facultativamente aderir à proposta para 2015 e 2016, além da Avaliação e elaboração de parecer, por parte da Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – SUPLAV, das condições estruturais de implantação da Integração do Ensino Médio com a Educação Profissional nas Unidades Escolares-.

01 Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

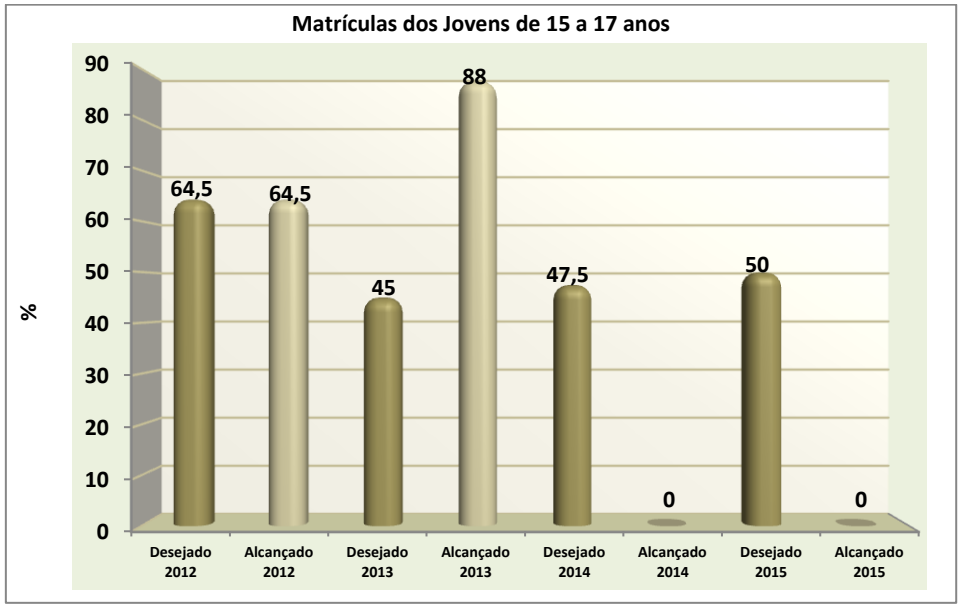
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
939	Matrículas dos jovens de 15 a 17 anos	%	42	30/06/2011	Anual	**Desejando**	64,5	45	47,5	50	IBGE - Censo Demográfico/ 2010
						Alcançado	64,5	88	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 939 - Uma das ações da SEEDF que resultou no aumento no atendimento dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Médio foi o rearranjo das turmas resultando em mais espaço disponível nas Instituições Educacionais com capacidade para este atendimento. Além dos rearranjos realizados no ano de 2012, que aumentaram a capacidade de atendimento, a adoção de políticas de correção de fluxo no Ensino Fundamental contribuiu para o aumento do índice de matrículas.



Objetivo Específico: 004 - Ampliar e qualificar a oferta de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

Análise do Objetivo Específico

O objetivo de ampliar e qualificar a oferta de educação profissional na rede pública de ensino do Distrito Federal foi atingido parcialmente no ano de 2013.

Não houve a ampliação do número de Unidades que ofertam Educação Profissional vinculadas à SEDF. Apesar de serem obras de grande importância, ainda estão aguardando fluxo de atendimento. Por se tratar de obra de grande porte, não há como garantir a ampliação e/ou construção de salas de aula em tempo hábil, de forma a atingir a meta no ano de 2014.

No que diz respeito à ampliação de oferta de cursos técnicos, superou-se a meta estabelecida devido ao realinhamento dos parâmetros organizacionais das Instituições de Ensino ofertantes de Educação Profissional. No entanto, em 2013, a SEDF não ofereceu vagas para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC/Bolsa Formação Estudante e as mesmas foram repactuadas para 2014. Com relação à educação a distância, a

SEDF ampliou significativamente a oferta em 2013, com a parceria do Programa Rede e-Tec Brasil/MEC e do Programa Profuncionário/MEC cujo público-alvo são os servidores desta Secretaria da carreira assistência e auxiliar à educação.

Não foi possível atingir a meta prevista para oferta de vagas na modalidade Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e PROEJA (Programa de Educação para Jovens e Adultos), devido à falta de ampliação das UEs já mencionada anteriormente.

A oferta de vagas de Formação Inicial e Continuada (FIC) superou significativamente a meta estabelecida. O aumento da oferta deveu-se à parceria da SEDF, como demandante da Bolsa Formação/PRONATEC, com o SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e IFB. Para 2014, estima-se um aumento na oferta de vagas, pois a SEDF será também ofertante da Bolsa Formação/PRONATEC.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar de 05 para 12 as unidades escolares destinadas à oferta de Educação Profissional	Não houve ampliação do número de Unidades que ofertam Educação Profissional vinculadas à SEDF. Esse quantitativo permaneceu em 05 Unidades porque não se efetivou a construção de 04 Escolas Técnicas, conveniadas em 2011, cujo 1º Repasse Orçamentário do FNDE para esta ação foi em Julho/2012. A SEDF apresentou em 2013 à SETEC/MEC, a solicitação de construção de mais 03 Escolas Técnicas e a reforma e ampliação de 04 CEM para oferta de Médio Integrado à Educação Profissional, o que dependerá do envolvimento de outros setores competentes da SEDF. Em 2013, não houve ampliação do número de Unidades que ofertam Educação Profissional vinculada à SEDF. Apesar de serem obras de grande importância para a SEDF estão aguardando fluxo de atendimento.
2. Ofertar 8.000 vagas de cursos técnicos de nível médio na modalidade presencial	Em 2012, foram oferecidas 4.842 vagas, considerando-se as matrículas novas e as renovações. Houve aumento do número de vagas por turno/curso, o que resultou no alcance da meta de 4.500, estabelecida para o ano de 2012, devido ao realinhamento dos parâmetros organizacionais das Instituições de Ensino que oferecem de Educação Profissional. Em 2013, foram oferecidas 5.591 vagas, considerando as matrículas novas e as renovações. Houve aumento do número de vagas por turno/curso, o que resultou, mais uma vez, no alcance da meta de 5.000 estabelecida para o ano. Isso ocorreu devido ao realinhamento dos parâmetros organizacionais das Instituições de Ensino ofertantes de Educação Profissional. Nesse ano, a SEDF não concedeu vagas do Programa PRONATEC/Bolsa-Formação, sendo as mesmas, repactuadas para 2014. Para 2014 estão previstas 6.000 novas vagas em Cursos Técnicos de Nível Médio, incluídas as vagas do PRONATEC/Bolsa-Formação Estudante.
3. Ofertar 1.000 vagas de cursos técnicos de nível médio na modalidade educação à distância	Em 2012, por meio do Programa Rede e-Tec Brasil/MEC (ação com foco na oferta de cursos técnicos a distância, e de formação inicial e continuada à trabalhadores egressos do ensino médio ou da educação de jovens e adultos), a SEDF ofertou 1.144 vagas em cursos técnicos de nível médio à distância. Dentre esses quantitativos, incluem-se 980 vagas ofertadas aos servidores pelo Programa Profuncionário/MEC (programa que visa a formação dos servidores em efetivo exercício nas escolas, em habilitação compatível com a atividade que exerce). Em 2013, a SEDF ofertou 2.585 vagas em cursos técnicos de nível médio à distância pelo Programa Rede e-Tec Brasil/MEC. O número alcançado foi superior ao estimado devido à inclusão de 745 vagas oferecidas aos servidores, por meio do Programa Profuncionário/MEC. Em 2014, a expectativa é a oferta de 2.800 novas vagas em cursos técnicos de nível médio à distância.
4. Ofertar 8.000 vagas de Educação Profissional	A oferta de vagas na modalidade Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e PROEJA - Programa Nacional de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
Integrada ao Ensino Médio na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e adultos (PROEJA)	Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em 2012, foi de 800 vagas. Como até o momento a construção não se concretizou devido às dificuldades apontadas acima, a oferta não pôde ser ampliada. No ano de 2013, a oferta de vagas na modalidade Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e PROEJA, foi de 1.092 vagas. À época do estabelecimento da meta de 1.500 vagas, foi considerado o Convênio existente entre a SEDF e o FNDE/MEC, para construção de 04 Escolas Técnicas, com previsão de entrega e funcionamento em dezembro/2013, porém, como a SEDF ainda não construiu e nem ampliou as UEs, não foi possível atingir a meta prevista de 1.500 vagas ofertadas.
5. Ofertar 4.000 vagas de Formação Inicial e Continuada (FIC)	Em 2012, a oferta de vagas foi superior à meta estabelecida, sendo estimada em 4.934 vagas. Estão sendo envidados esforços no sentido de reformular os Planos de Cursos de todos os cursos FICs a fim de que estes cumpram com as determinações das novas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional, cuja carga horária mínima para os FICs encontra-se definida em 160 horas. Em 2013, a concessão de vagas foi superior à meta estabelecida de 3.000, sendo alcançado o total de 8.793 vagas. O aumento da oferta deveu-se à parceria da SEDF, como demandante da Bolsa Formação/PRONATEC, com o SENAC, SENAI, SENAR, SENAT e IFB.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
941	Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio	Unidade	3.586	31/07/2011	Semestral	**Desejado**	4.500	5.000	6.000	8.000	Censo/ SUPLAV/ SEDF
						Alcançado	4.842	5.591	-	-	
942	Vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio na modalidade educação à distância	Unidade	150	31/07/2011	Semestral	**Desejado**	150	500	800	1.000	Censo/SUPLAV/ SEDF
						Alcançado	1.144	2.585	-	-	
1213	Unidades escolares com oferta de educação profissional	Unidade	5	31/07/2011	Anual	**Desejado**	5	5	8	12	Censo /SUPLAV/ SEDF
						Alcançado	5	5	-	-	
1214	Vagas ofertadas na forma Ensino Médio Integrado na modalidade regular (EMI/EPT) e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	Unidade	520	31/07/2011	Semestral	**Desejado**	724	1.500	5.000	8.000	Censo/SUPLAV/ SEDF
						Alcançado	800	1.092	-	-	
1215	Vagas ofertadas em cursos de formação inicial e continuada (FIC)	Unidade	2.700	31/07/2011	Bimestral	**Desejado**	2.700	3.000	3.500	4.000	Censo/SUPLAV/ SEDF
						Alcançado	4.934	8.793	-	-	

Justificativa – 2013

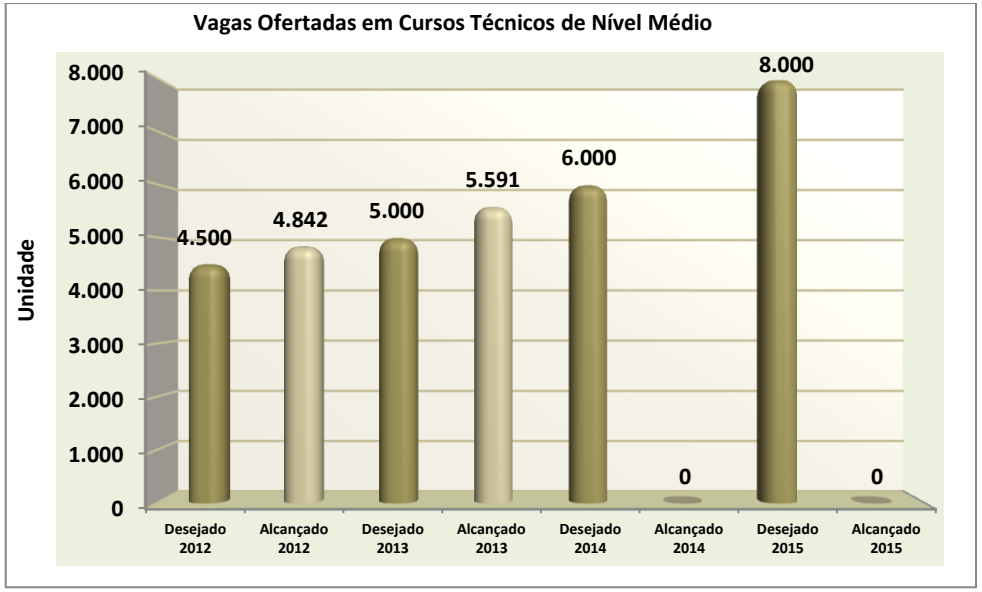
Indicador 941 - A vinculação das instituições profissionalizantes às regionais de ensino possibilitou uma divulgação dos cursos muito mais ampla que anteriormente.

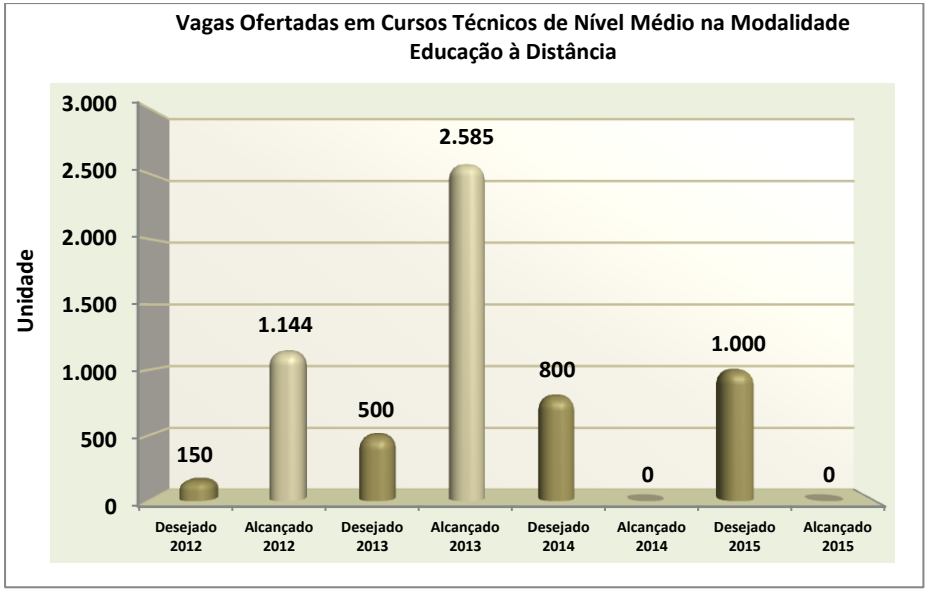
Indicador 942 - O aumento do índice foi possível com a implementação de programas governamentais e com a utilização do potencial pedagógico de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

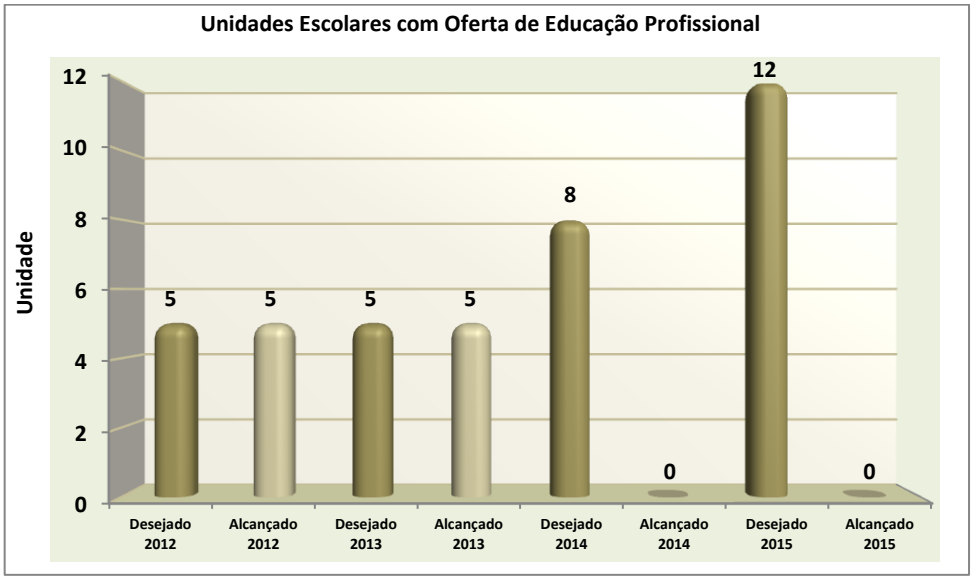
Indicador 1213 - Neste ano a meta continuou inalterada, porém a construção de 4 novas instituições para a Educação Profissional estão em fase de projeto, regularização de terrenos e licitação.

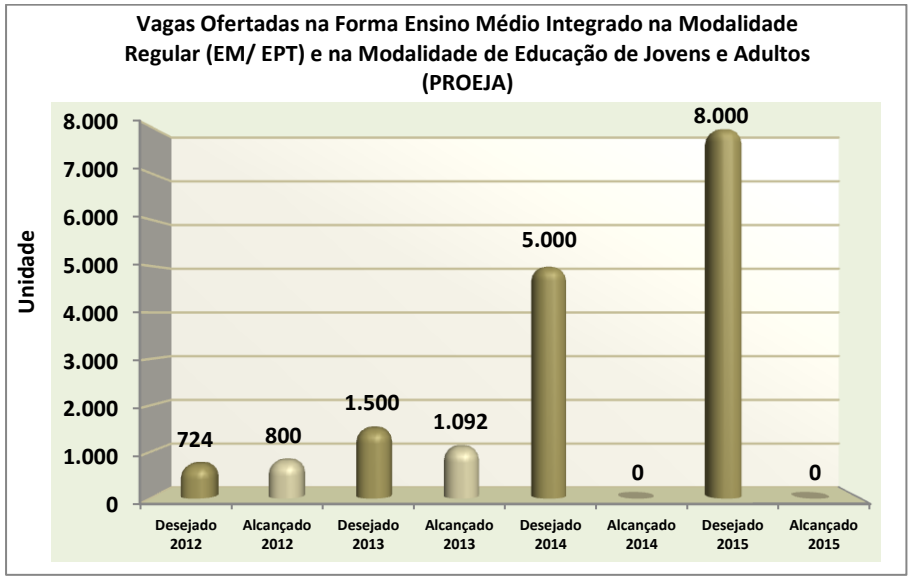
Indicador 1214 – O número de vagas aumentou, porém a meta não foi alcançada. O fator dificultador foi a distância entre os polos e a residência dos estudantes, configurando assim dificuldade de acesso.

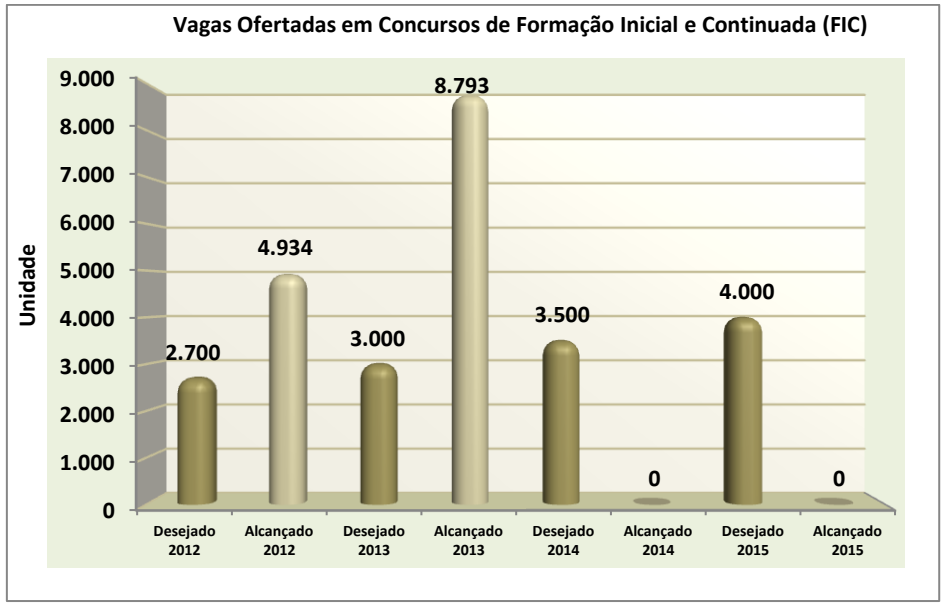
Indicador 1215 - Este indicador subiu consideravelmente devido a oferta de cursos de curta duração, bem como a oferta de cursos por meio de programas e parcerias com o Ministério da Defesa, e a ampliação de 3 turnos.






Unidades Escolares com Oferta de Educação Profissional
Unidade
12
10
8
6
4
2
0
5
5
5
5
8
0
12
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Vagas Ofertadas na Forma Ensino Médio Integrado na Modalidade Regular (EM/ EPT) e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)
Unidade
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
724
800
1.500
1.092
5.000
0
8.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Vagas Ofertadas em Concursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)
Unidade
9.000
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
2.700
4.934
3.000
8.793
3.500
0
4.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 005 - Propiciar aos estudantes da educação especial um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

18.903 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

Análise do Objetivo Específico

A função institucional da Coordenação de Educação Especial é promover e criar políticas públicas efetivas para a Educação Especial, na perspectiva de uma Educação Inclusiva.

Em 2013, 22,23% da população do Distrito Federal apresentou algum tipo de deficiência. Deste número, uma fração considerável na fase escolar, ou seja, 10.207 estudantes com alguma deficiência. Diante disso, foi estabelecido como meta atingir 80% de acessibilidade arquitetônica e atitudinal para os estudantes até 2015. No entanto já em 2013 conseguimos alcançar 1% a mais do que o previsto pela meta.

Aconteceram ações de conscientização e divulgação dos "Direitos da Pessoa com Deficiência", TGD (Transtornos Globais de Desenvolvimento) e Altas Habilidade/Superdotação. Entre as ações de divulgação e formação continuada, a Coordenação de Educação Especial realizou em parceria com a Coordenação Regional do Guará, a IV Conferência de Educação Especial e Dificuldades de aprendizagem que contou com a participação de 1.600 profissionais. Em parceria com a Universidade de Brasília UnB, produziu o software educacional Participar e com a Tecassistiva/Acessibilidade Brasil que resultou na doação do software educacional GRID PLAYER 2. Realizou capacitação de gestores das Unidades Escolares da rede, no Circuito organizado pela Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB. Outro momento de formação promovido pela Coordenação da Educação Especial foi o Seminário sobre Altas Habilidades/Superdotação com a participação de 150 profissionais.

Dentre outras realizações, destaca-se a articulação com vários setores da SEDF para a implantação da Escola Bilingue. Outra ação conjunta, desta vez com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, foi o Seminário de Formação Intersetorial com a finalidade de qualificar agentes para o levantamento de dados sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC. Ocorreu também a capacitação de professores das salas de recursos. Um dos marcos foi a adesão do Governo do Distrito Federal ao Plano Viver Sem Limites onde a Coordenação da Educação Especial é responsável pela monitoração dos projetos do eixo educação que tem beneficiado todos os estudantes da rede com deficiências, TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento), Altas Habilidades/Superdotação.

Constatou-se que os principais resultados alcançados foram viabilizados com a formalização de parcerias, no que tange ao desenvolvimento de projetos educacionais, políticos e sociais. Foram observados ainda, aspectos facilitadores com a integração entre coordenadores de núcleo, assim como entraves relacionados a natureza jurídica do órgão, liberação de recursos financeiros dentre outros que dificultaram a execução de algumas ações, e que vem fortalecer a importância das parcerias.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Garantir acessibilidade dos estudantes com deficiência em 80% das unidades escolares.	- Em 2012 foi alcançada a taxa de acessibilidade de 77% da meta desejada de 76%. Isso só foi possível porque a Coordenação envidou esforços para que 117 escolas recebessem recursos do Programa "Dinheiro Direto na Escola" para aplicação em acessibilidade; 70 unidades escolares recebessem licenças do Software GRID2, ampliando a acessibilidade da comunicação alternativa para alunos com autismo; 655 unidades escolares recebessem licenças do "Software Participar" para colaborar com as ferramentas pedagógico-tecnológicas, promovendo a acessibilidade dos estudantes com deficiência intelectual à alfabetização; 08 escolas fossem reformadas, tornando-as acessíveis e 08 novas escolas fossem construídas com acessibilidade arquitetônica. Segundo registros desta Coordenação, em 2013 foi alcançada a taxa de 78,5 de acessibilidade por meio da reconstrução de 05 escolas com garantia de acessibilidade; execução da ampliação de 01 escola tornando-a acessível; construção de 04 novas escolas com acessibilidade arquitetônica.*
2. Implementar políticas públicas de inclusão educacional em 100% das unidades escolares do DF *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*	Em 2012, buscando o alcance da meta, a Coordenação atuou na sistematização de reuniões periódicas com os coordenadores intermediários e diretores de Centros de Ensino Especial; no acompanhamento e avaliação das atividades pedagógicas realizadas nas Coordenações Regionais de Ensino; na formação continuada em articulação com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação; na realização e participação em encontros e eventos sobre Educação Inclusiva; da reestruturação dos Centros de Ensino Especial; na implantação de políticas de inclusão em 100% das escolas da rede pública de ensino. Em 2013, para implementação de Políticas Públicas de Inclusão Educacional, foram realizadas: reuniões periódicas com os coordenadores intermediários e diretores de Centros de Ensino Especial; divulgação de práticas pedagógicas de sucesso, pesquisas e políticas públicas em Educação Especial; desenvolvimento de ações articuladas para educação especial, pela implantação e manutenção de intercâmbio dos demais setores do Governo relacionados a oferta de serviços aos estudantes com deficiência. Plano "Viver sem Limite"; a formação continuada em articulação com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação. Diante dos trabalhos desenvolvidos, a Coordenação avalia de forma positiva a articulação de todos os setores envolvidos que possibilitaram o alcance das metas.
3. Implementar o atendimento educacional especializado para 100% dos estudantes da Educação Especial	Implantação de 51 novas salas de Recursos multifuncionais. 100% dos alunos da Educação especial contam hoje com atendimento especializado. Implantação de 55 novas salas de Recursos multifuncionais. Em 2013, a SEDF permanece com 100% dos alunos da Educação Especial tendo atendimento especializado, realizando ainda a implantação do Programa de Distribuição de Salas de Recursos Multifuncionais e a articulação das Políticas para o atendimento educacional especializado.

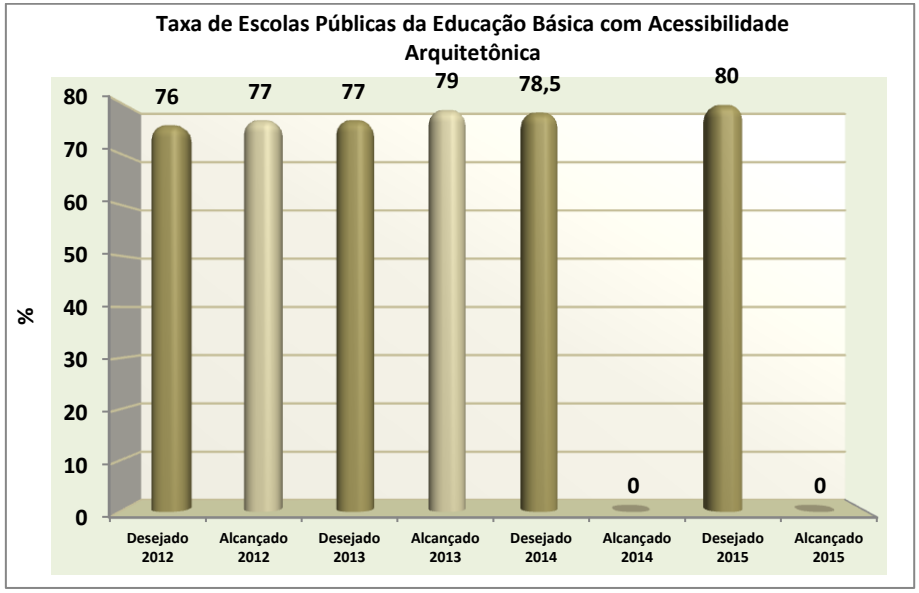
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1216	Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Arquitetônica	%	75,3	31/12/2011	Anual	**Desejado**	76	77	78,5	80	Censo Escolar
						Alcançado	77	79	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1216 - Este índice cresceu devido as reformas e novas construções que ocorreram em 2013.



Objetivo Específico: 006 – Alfabetizar jovens, adultos e idosos, assegurando a oferta para continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

UNIDADE RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

Análise do Objetivo Específico

Considerando o objetivo específico 006 do PPA e os seus respectivos indicadores, que se referem ao "Programa DF Alfabetizado", aos 1º, 2º e 3º segmentos da Educação de Jovens e Adultos e ao PROEJA, Conclui-se que o enunciado "Alfabetizar jovens, adultos e idosos, assegurando a oferta para a continuidade dos estudos na Educação de Jovens e Adultos" é inadequado, pois os referidos indicadores tratam de toda a modalidade, do início do processo de alfabetização (Programa DF Alfabetizado) passando pelos correspondentes ao ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e ensino médio (3º segmento) e seguindo até a integração da modalidade com a Educação Profissional (PROEJA).

Nessa perspectiva, a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos avalia que o atual enunciado não contempla toda a amplitude da Educação de Jovens e Adultos.

Quanto ao desenvolvimento do atual objetivo específico, as pessoas não alfabetizadas são atendidas no 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos, equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental que por sua vez é dividido em quatro (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) etapas, sendo que as duas primeiras se destinam ao início do processo de alfabetização, e no Programa DF Alfabetizado, que tem como objetivo alfabetizar os sujeitos da EJA, assegurando a oferta para a continuidade dos estudos no 1º segmento da EJA.

Quanto a publicação denominada de Indicadores Sociais Municipais, uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010, divulgada pelo IBGE, em 16/11/2011, revela que o índice de analfabetismo no DF é de 3,50%, o que corresponde a 68.114 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever. Nessa perspectiva, o Distrito Federal é a unidade da federação com o menor índice de analfabetismo do país.

Em 09 de maio de 2014, o Ministério da Educação entregou oficialmente o Selo de Território Livre do Analfabetismo ao Distrito Federal, tendo em vista que, conforme o Art. 11, do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, da Presidência da República: "Fica instituído o Selo de Município Livre do Analfabetismo, que será conferido pelo MEC aos municípios que atingirem mais de 96% de alfabetização, com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE.".

Tudo isso só foi possível porque houve avanços no modelo de gestão, inspirados na concepção libertadora de alfabetização, guiadas a partir dos princípios político-pedagógicos das experiências da educação popular; na complementação da bolsa para os alfabetizadores e alfabetizadores-coordenadores de turmas, no valor de R$ 400,00 mensais; na aquisição de kits pedagógicos com dicionário, lápis, borracha, caderno e demais materiais de uso pedagógico para todos os alfabetizandos; no oferecimento de uma alimentação balanceada oriunda da agricultura familiar para as turmas do DF Alfabetizado; e ainda, na garantia de pagamento retroativo aos meses de outubro/novembro/dezembro de 2013, da Bolsa-Alfabetização (Bolsa-Alfa) no valor de R$ 30,00 mensais destinada aos integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que estão em processo de alfabetização, tanto no Programa DF Alfabetizado quanto no 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (1ª e 2ª etapas).

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ofertar alfabetização para 65.000 (sessenta e cinco mil) pessoas jovens, adultas e idosas no quadriênio 2012-2015. A previsão é realizar 06 (seis) edições do DF Alfabetizado, a saber: - 1ª edição (2012): 3.000 (três mil) pessoas; - 2ª edição (2012/2013): 7.000 (sete mil) pessoas; - 3ª edição (2013): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas; - 4ª edição (2014): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas; - 5ª edição (2014/2015): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas e - 6ª edição (2015): 13.750 (treze mil, setecentas e cinquenta) pessoas.	Na 1ª edição do programa DF Alfabetizado, realizada em 2012, 3.209 jovens, adultos e idosos foram cadastrados. Desses, 2.694 concluíram o Programa, o que representa 83,9% dos cadastrados e 89,9 % da meta desejada (3.000). O principal motivo identificado para o não atingimento da meta foi a dificuldade, por parte dos voluntários alfabetizadores, de mobilizar os alfabetizandos nos territórios onde o Programa aconteceu: Ceilândia, Paranoá, Itapoã, Cidade Estrutural, Sobradinho, Recanto das Emas, Taguatinga e Samambaia. Os alfabetizadores são responsáveis pela mobilização, cadastro e montagem das turmas. A Secretaria de Estado de Educação realizou a formação de mais de 250 alfabetizadores, o que corresponderia a um potencial cadastro de 5.000 alfabetizandos. Do total de voluntários alfabetizadores formados e aptos para assumir turmas, 141 atuaram efetivamente no Programa. Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação do DF promoveu a alfabetização a 3.126 estudantes jovens, adultos e idosos na rede pública de ensino do DF, nas 1ª e 2ª etapas do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os quais correspondem à fase de alfabetização. Sendo assim, no ano de 2012, foi promovida a alfabetização a cerca de 5.820 pessoas no Programa DF Alfabetizado e no 1º Segmento de EJA na rede pública. Destacam-se ainda, as demais ações realizadas em 2012: a) pagamento da complementação da bolsa; b) compra de kits de materiais pedagógicos; c) assinatura do Decreto nº 33.800, de 26 de julho de 2012, que institui a Agenda Territorial, e do Decreto 33.828, de 08 de agosto de 2012, o qual regulamenta a execução do Programa DF Alfabetizado. Em 2013, na 2ª Edição do Programa DF Alfabetizado, há 3.849 pessoas inscritas. Ademais, há 2856 pessoas (dados preliminares do Censo Escolar) com 15 anos ou mais matriculadas em turmas de alfabetização nas 1ª e 2ª Etapas do 1º Segmento de EJA, totalizando 6.705 jovens e adultos em processo de alfabetização. A ampliação do atendimento na 2ª Edição do Programa está em andamento (publicação de edital público de seleção de voluntários, formação de alfabetizadores e coordenadores de turma, e mobilização de alfabetizadores). A previsão é atender mais 3.651 pessoas não alfabetizadas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado Em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
943	Nº de pessoas atendidas no programa DF Alfabetizado	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	3.000	13.000	35.000	65.000	CEJAd
						Alcançado	2.694	7.687	-	-	
1218	Nº de estudantes matriculados no 1º Segmento da EJA	Unidade	7.126	31/07/2011	Semestral	**Desejado**	7.300	7.700	8.000	9.000	Censo Escolar - SEDF
						Alcançado	6.594	6.131	-	-	
1219	Nº de estudantes matriculados no 2º segmento	Unidade	25.316	31/07/2011	Semestral	**Desejado**	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar - SEDF
						Alcançado	24.250	21.839	-	-	
1220	Nº de estudantes matriculados no 3º Segmento	Unidade	25.389	31/07/2011	Semestral	**Desejado**	25.500	27.500	29.500	32.000	Censo Escolar - SEDF
						Alcançado	24.521	22.376	-	-	
1221	Nº de turmas de EJA na modalidade PROEJA	Unidade	5	30/06/2011	Semestral	**Desejado**	5	10	20	40	CEJAd
						Alcançado	12	46	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1221	Nº de turmas de EJA na modalidade PROEJA	Unidade	5	30/06/2011	Semestral	**Desejado**	5	10	20	40	CEJAd
						Alcançado	12	45	-	-	

Justificativa – 2013

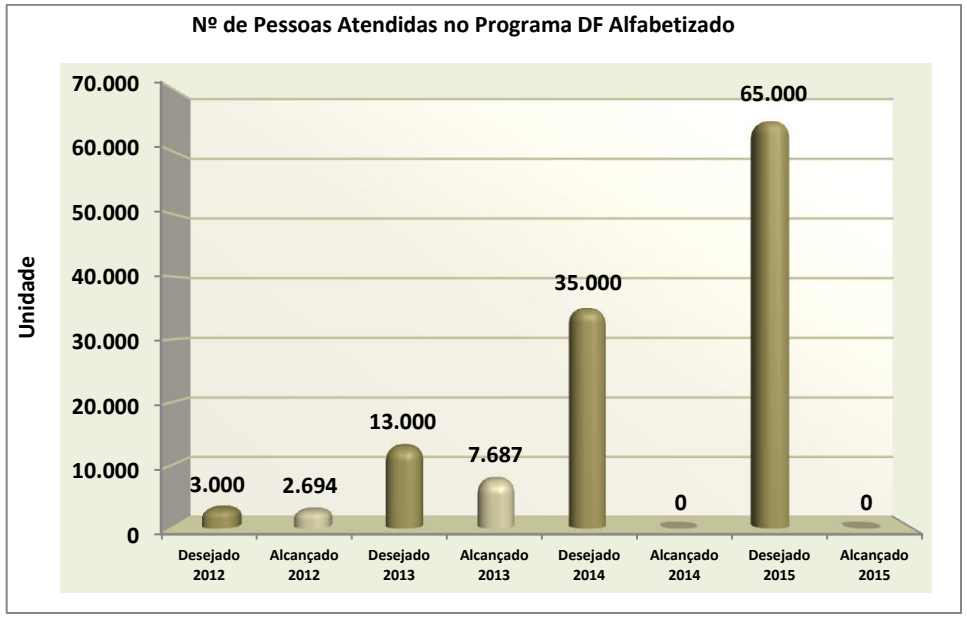
Indicador 943 Embora a SEDF tenha realizado a formação de alfabetizadores em todas as 14 Coordenações Regionais de Ensino, o principal motivo identificado para o não atingimento da meta foi a dificuldade em mobilizar os alfabetizandos nos territórios onde o programa aconteceu, sobretudo com o histórico de exclusão social.

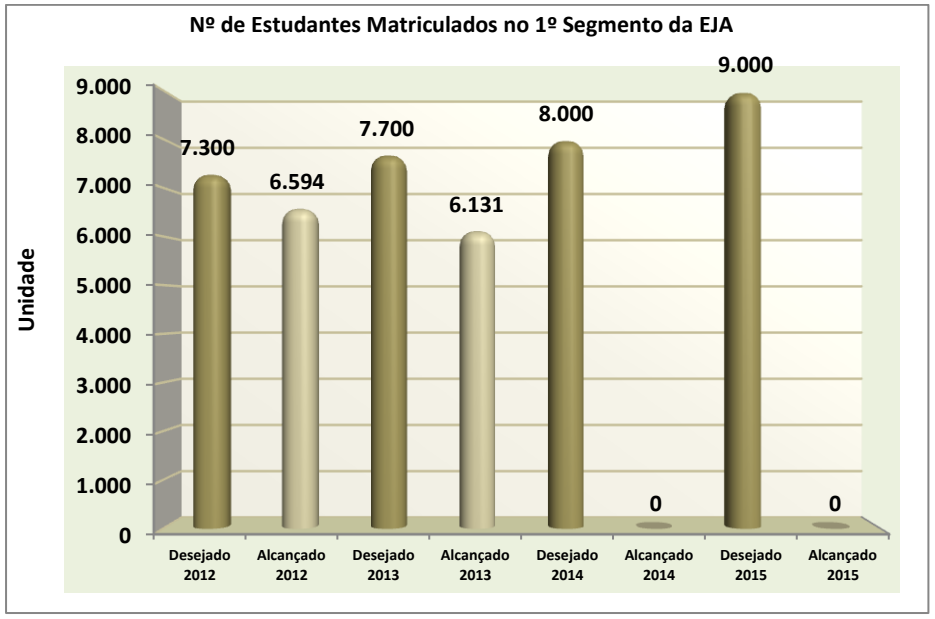
Indicador 1218 Os principais motivos para a queda das matrículas de EJA são a dificuldade em mobilizar os estudantes e a necessidade de reorganizar o formato de atendimento na modalidade EJA. Quanto aos desafios da mobilização, a SEDF participa do Grupo de Trabalho Pró-alfabetização, objetivando fortalecer a relação do poder público com a sociedade civil e as Coordenações Regionais de Ensino que também foram orientadas a mapear a rede social em seu território para intensificar a divulgação para o público.

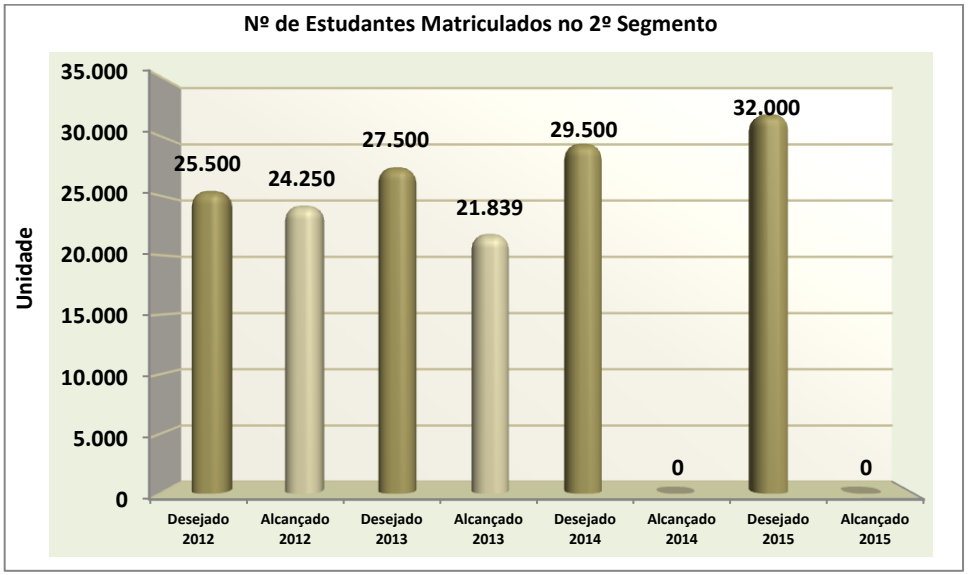
Indicador 1219 Os principais motivos para a queda das matrículas de EJA são a dificuldade em mobilizar os estudantes e a necessidade de reorganizar o formato de atendimento na modalidade EJA. Quanto aos desafios da mobilização, a SEDF participa do Grupo de Trabalho Pró-alfabetização, objetivando fortalecer a relação do poder público com a sociedade civil e as Coordenações Regionais de Ensino que também foram orientadas a mapear a rede social em seu território para intensificar a divulgação para o público.

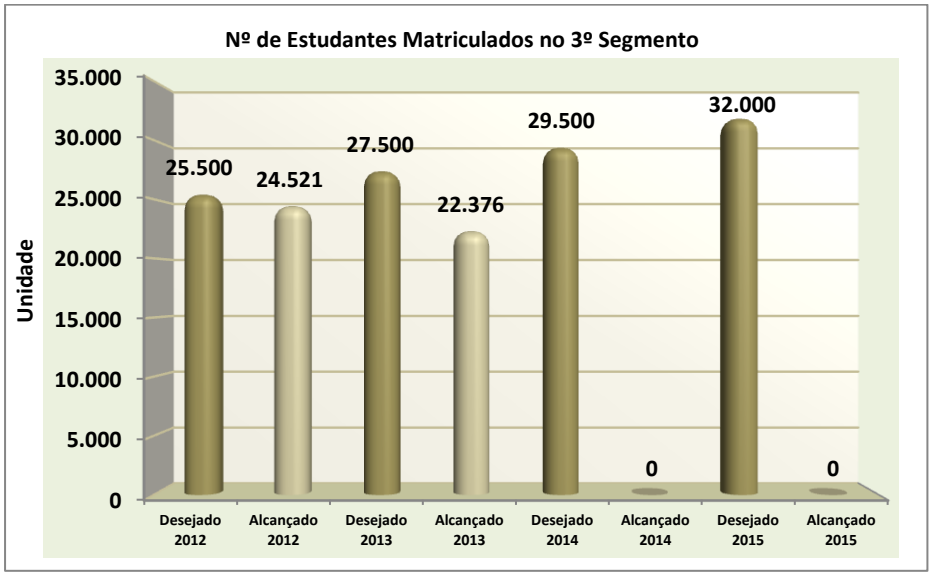
Indicador 1220 Os principais motivos para a queda das matrículas de EJA são a dificuldade em mobilizar os estudantes e a necessidade de reorganizar o formato de atendimento na modalidade EJA. Em 2013, a CEJAd (Coordenação de Jovens e Adultos) realizou um processo de construção das Diretrizes Operacionais da EJA, com plenárias que contemplaram as 14 CREs. A perspectiva é que as Diretrizes Operacionais da EJA possibilitem a diversidade de formatos de oferta para atendimento dos estudantes, o que potencializa o aumento de matrículas na modalidade. Quanto aos desafios da mobilização, a SEDF participa do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização – Fórum de Educação de Jovens e Adultos do DF (GTPA-FÓRUM EJA/DF), objetivando fortalecer a relação do poder público com a sociedade civil e as CREs também foram orientadas a mapear a rede social em seu território para intensificar a divulgação para o público.

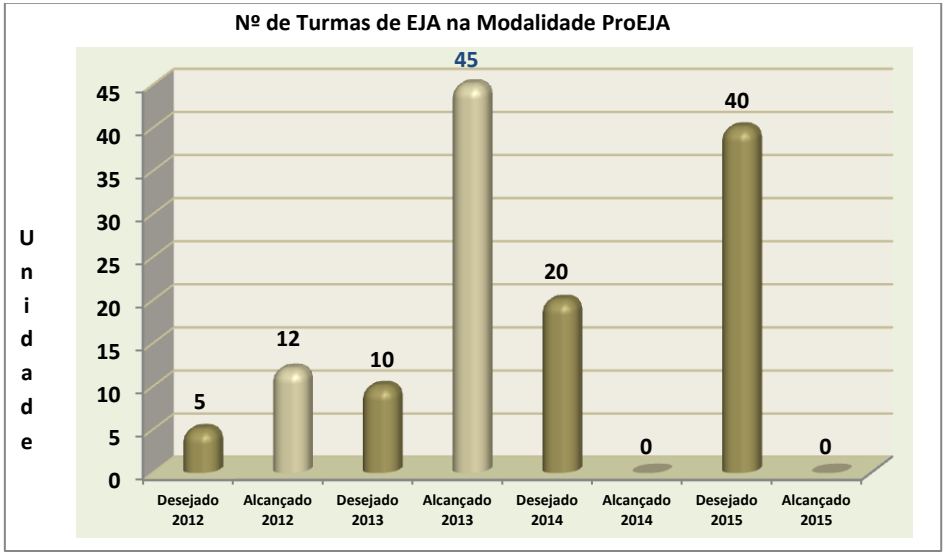
Indicador 1221 – As turmas citadas pertencem ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O número de turmas do PROEJA está em um movimento crescente, haja vista uma maior articulação entre a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos. Os cursos ofertados proporcionam a formação inicial e continuada dos estudantes da classe trabalhadora.






Nº de Estudantes Matriculados no 2º Segmento
Unidade
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
25.500
24.250
27.500
21.839
29.500
0
32.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Estudantes Matriculados no 3º Segmento
Unidade
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
25.500
24.521
27.500
22.376
29.500
0
32.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Turmas de EJA na Modalidade ProEJA
Unidade
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
5
12
10
45
20
0
40
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 007 - Atender as demandas, da rede pública de ensino, referentes à Educação Física Escolar, Esporte e Lazer.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SE

Análise do Objetivo Específico

Ao avaliar o cumprimento do objetivo específico, a CEFDESC (Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar) apresenta as seguintes considerações:

- Em janeiro de 2013 foi realizado o Projeto Piloto Colônia de Férias, que atendeu cerca dois mil estudantes da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, sendo promovidas visitas à pontos turísticos de Brasília; exibição de filmes; participação em atividades físicas, visitação a locais públicos de entretenimento.
- Quanto ao projeto Centro de Iniciação Desportiva – CID, procuramos promover a manutenção dos polos e horários de atendimento, porém, devido aos processos de aposentadorias e desistência de alguns professores, ocorreu uma pequena diminuição do número de polos. Com a disponibilidade da verba do PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) especifico para Projeto, tivemos em 2013, a melhoria das condições dos materiais esportivos pedagógicos e o aumento da participação dos alunos em eventos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação e outras Instituições, atingindo as metas estabelecidas para o Projeto no período. Foi concluído o processo para uniformização do Projeto CID, tendo sido recebido no final do semestre, camisetas, shorts e bermudas, para todos os participantes.
- Houve a ampliação da participação das escolas públicas nos Jogos Escolares do Distrito Federal em 2013, devido a melhor divulgação dos Jogos junto às escolas, além da disponibilização de recursos para transporte e alimentação, atendendo todas as escolas participantes. Foram oferecidos vários serviços, tais como arbitragem, transporte, brigadistas e premiações para a realização dos Jogos Regionais em cada Coordenação Regional de Ensino. Destaca-se que algumas Coordenações, como Guará e Plano Piloto, não realizavam tais Jogos há vários anos. Também foram oferecidas as mesmas condições para a realização dos Jogos Escolares do Noturno – Corujão. No final de 2013, a CEFDESC encaminhou às Coordenações Regionais de Ensino, as premiações a serem entregues para os participantes dos Jogos Regionais de 2014, garantindo, dessa forma, a continuidade do processo;
- Quanto à formação continuada, a CEFDESC em parceria com a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação), ofereceu 05 cursos em 2013, todos voltados à professores de Educação Física da rede, denominado FOCO ESPORTE, tendo como polos as cidades de Taguatinga e Sobradinho. Notou-se uma baixa adesão dos professores em busca de formação. Porém, os participantes dos cursos elogiaram a iniciativa e a qualidade do professores e dos cursos;
- Foi realizado em novembro de 2013 o Seminário de Experiências Exitosas, com a apresentação de trabalhos dos professores de Educação Física da Rede. O evento aconteceu no Centro de Ensino Especial nº 02 do Plano Piloto, no período matutino e vespertino
- Com a criação de um canal de interlocução (site) com os professores de Educação Física da rede, redimensionou-se a interação com os pares, favorecendo a divulgação de diversas ações relacionadas à área;
- Implantação em parceria com a Coordenação de Ensino Fundamental – COENF, do Projeto Piloto “Educação com Movimento”, inserindo o professor de Educação Física em escolas que oferecem séries iniciais de Educação Básica.

- Foram quantificados os materiais esportivos e pedagógicos disponíveis por esta CEFDESC. Após análise, tais materiais foram disponibilizados às escolas públicas, de acordo as solicitações enviadas à CEFDESC.

Ressaltamos, na época da elaboração das metas, as mesmas foram pensadas considerando o número total de escolas públicas (651) do Distrito Federal no ano de 2011, desconsiderando suas tipologias. Hoje, após análise, temos apenas 242 escolas públicas (CEF, CEM e CED – dados do Censo Escolar 2013) atendem a clientela apta a participar dos Jogos Escolares do DF, pois a faixa etária atendida nos Jogos Escolares compreende estudantes de 12 a 17 anos.

Destacamos que houve um aumento significativo de 67% na participação das escolas públicas entre os anos de 2011 a 2013, passando de 143 para 239 escolas públicas. Este resultado expressivo se deve, em grande parte, pelo acréscimo de serviços e materiais, tais como: uniformes, transporte, serviços de saúde e alimentação.

Em 2014, a perspectiva é o aumento do número de participação de estudantes e não tão somente o quantitativo de escolas públicas nos JEDF (Jogos Escolares do DF), visto que em 2013, já chegamos muito próximo do número de escolas que podem ser atendidas.

Quanto ao quantitativo de participantes no JEDF, tivemos em 2013 a participação de 3.442 estudantes da rede pública de ensino e para 2014 a meta é alcançar o número superior a 4.000 participantes.

Além disso, temos a intenção de aumentar a quantidade e qualidade dos materiais e serviços oferecidos nos JEDF para conseguirmos alcançar uma maior adesão.

Nos Jogos Escolares Noturnos nossos objetivos são fortalecer, ampliar e proporcionar sua maior visibilidade nos níveis Central, Regional e Local, oferecendo serviços e materiais que viabilizem sua melhor execução.

Nos Jogos Escolares Regionais, os objetivos em 2014 são de ampliação das ações da Unidade Central em ofertar materiais, além de proporcionar o aumento dos números de serviços, tais como, transporte, alimentação, arbitragem, premiação, serviços de saúde e segurança, dentre outros, possibilitando uma melhoria qualitativa, e por sua vez, fazendo ampliar o número de adesão de escolas.

Os Jogos Paraolímpicos do DF, como parte integrante dos Jogos Escolares e apropriando-se das mesmas ações, tem como objetivo a ampliação da adesão de escolas que atendem alunos com deficiência e, consequentemente, o número de estudantes atendidos nestes Jogos.

Salientamos que os Jogos Escolares são muito importantes para a formação integral dos nossos estudantes, sendo um instrumento pedagógico, pois por meio destes, é possível transmitir valores como disciplina, cooperação, solidariedade e respeito, características que permeiam os Direitos Humanos e auxiliam na redução da desigualdade social, além de ter um grande poder socializador entre os jovens.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Cobrir e/ ou reformar 335 das quadras poliesportivas da rede pública de ensino *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*	Conforme adequação do PPA realizada em 2012, esta meta passou a ser quantificada em números absolutos (unidades), não mais em percentuais. Quanto à reforma e cobertura das quadras poliesportivas, há quadras em processo de licitação, em processo de execução e outras aguardando recursos federais.
2. Ampliar a participação das escolas públicas em 60% nos Jogos Escolares do Distrito Federal	Conforme adequação do PPA realizada em 2012, esta meta passou a ser quantificada em números

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	absolutos (unidades), não mais em percentuais. As estratégias de divulgação do evento na rede, somadas a um maior engajamento dos professores de Educação Física ao Projeto, refletiu um aumento da participação das escolas nos Jogos, passando de 143 em 2011 para 165 em 2012, dessa forma, a participação das escolas nos Jogos Escolares aumentou 15%. Com o fornecimento de transporte e lanche, a expectativa para 2013 é de superar a meta estabelecida para o período. As estratégias de divulgação do evento na rede, somadas a um maior engajamento dos professores de Educação Física ao Projeto e a oferta de transporte e alimentação às escolas públicas participantes, promoveu um aumento da participação das escolas nos Jogos, passando de 143 em 2011 para 239 em 2013. Dessa forma, a participação das escolas nos Jogos Escolares aumentou em 67%.
3. Implementar em 80% das escolas da rede pública os programas, projetos e ações: Colônia de Férias, Educação com Movimento: Educação Física nos anos iniciais, Diagnóstico da Educação Física, Educação Campeã nas escolas de ensino fundamental e médio, Programa de Formação Continuada	A partir dos esforços reunidos por essa Coordenação, no ano de 2012, 25% das escolas da rede pública foram beneficiadas pelos programas, projeto e ações voltados à Educação Física Escolar, Esporte e Lazer. A projeção para 2013 é da ordem de 40% da meta prevista. Em 2013, a SEDF atendeu a dois mil alunos da CRE de Ceilândia por meio da Colônia de Férias; o projeto piloto "Educação em Movimento" atendeu a sete escolas de séries iniciais; realizou cursos de formação continuada como o FOCO ESPORTE em dois polos (Taguatinga e Sobradinho); além da realização do diagnóstico da Educação Física: cadastramento de professores de Educação Física da Rede através de site. Preenchimento de questionário referente a realidade escolar.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

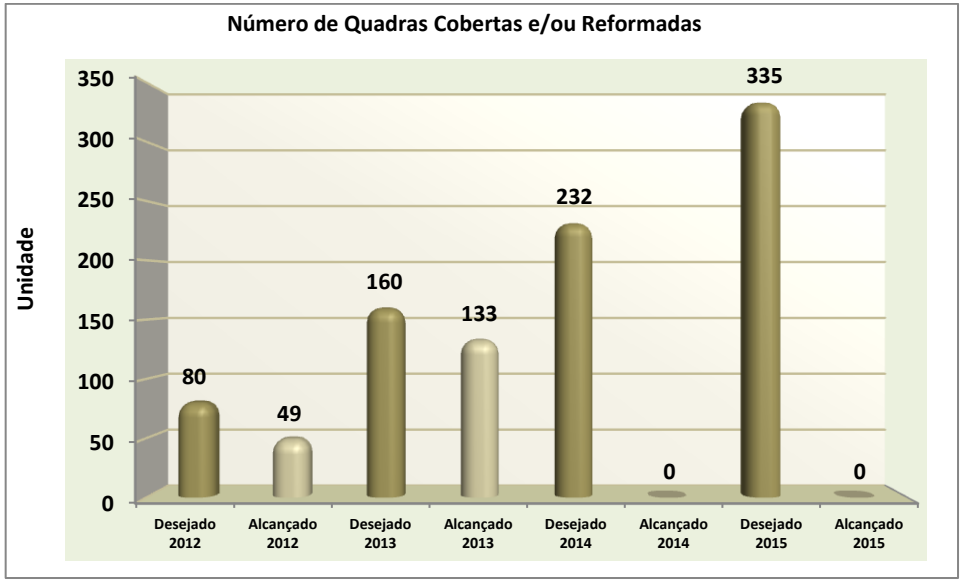
Indicadores:

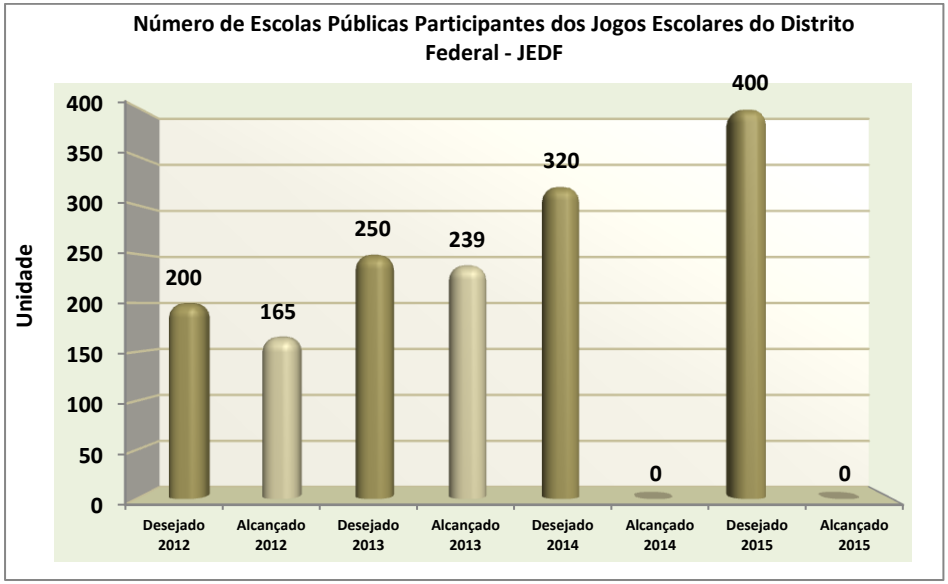
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
945	Número de quadras cobertas e/ou reformadas	Unidade	49	31/07/2011	Anual	**Desejado**	80	160	232	335	Diretoria de obras
						Alcançado	49	133	-	-	
946	Número de escolas públicas participantes dos Jogos Escolares do Distrito Federal - JEDF	Unidade	150	31/07/2011	Anual	**Desejado**	200	250	320	400	CEFDESC
						Alcançado	165	239	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 945 - Com a construção de 112 CEPIs (Centro Educacional de Primeira Infância) exaurimos nossos recursos de pessoal neste projeto. No entanto ainda somamos esforços para reformar e/ou cobrir 74 quadras. Sendo assim não atingimos a meta, porém os processos administrativos para reforma e cobertura, das demais, seguem em execução.

Indicador 946 - Novas adesões ocorreram a este projeto por razão de novos serviços que foram oferecidos pela SEDF aos alunos participantes do projeto, tais como: transporte, alimentação, uniformes, serviços de saúde. Apesar do resultado ser um pouco aquém do esperado o crescimento do evento foi satisfatório.





Objetivo Específico: 008 - Reestruturar e implantar a Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal garantindo além da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, a aprendizagem do cidadão em suas múltiplas dimensões e na perspectiva da cidadania, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

18.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

18.903 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

Análise do Objetivo Específico

Ao longo do ano de 2013, foi implantado o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI em 23 Unidades Escolares distribuídas nas 14 Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal, totalizando 6.373 estudantes, sendo que cada uma destas unidades escolares puderam atender 100% de seus estudantes matriculados com jornada diária de 10 horas de duração.

Consolidou-se ainda, o projeto CEI (Centro de Educação Infantil) Integral, com oferta de Educação em tempo integral a 100% dos estudantes matriculados nos 3 Centros de Educação Infantil selecionados, sendo proporcionado 7 horas de atividades diárias para cada estudante.

No ano de 2013, foi ampliada a participação de unidades escolares no Programa Mais Educação – PME, do Ministério da Educação, sendo cadastradas 255 escolas, das quais, 224 tiveram acesso a recursos financeiros oriundos do PME.

Ressalta-se também a implementação do Projeto "Jovem Educador Voluntário", que consiste na seleção de Jovens maiores de 16 anos, para auxiliarem as escolas que ofertam jornada de tempo integral, na realização das diversas atividades de Educação Integral, sanando a carência de recursos humanos para realização destas atividades. Foram selecionados mais de 3.400 jovens no programa para atuar nas escolas de educação integral, em laboratórios de informática e no apoio a implementação da política de semestralidade nas escolas – 1863 jovens foram designados especificamente para atender às escolas com oferta de educação em tempo integral.

O ano de 2013 finalizou com 274 escolas com oferta de atividades em jornada de tempo Integral, com atendimento de 07 a 10 horas diário, parcial (uma fração dos estudantes matriculados são atendidos) ou integral (todos os alunos matriculados permanecem em tempo integral).

As 14 Coordenações Regionais de Ensino oferecem atividades de Educação em tempo Integral, atendendo um total de 43.168 estudantes matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental (series iniciais e finais) e Ensino Médio.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Proporcionar a oferta de Educação Integral em todas as escolas públicas do Distrito Federal, garantindo o atendimento em tempo integral para, no mínimo, 10% de alunos matriculados	Quanto à meta de 2012, em 31/12/2012, houve a oferta de Educação Integral em 272 Unidades de Ensino, o que corresponde a 83% da meta proposta. O maior motivo para o não alcance da meta refere-se à carência de espaços para realização de atividades complementares. Em 2012, houve também, a diminuição do quantitativo de Bolsistas Universitários, que no DF são responsáveis pelo atendimento dos estudantes que permanecem em tempo integral. No início de 2012, havia 700 bolsistas e, ao final do ano, havia apenas 300.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	O recurso do PDAF, que garante a manutenção da Política de Educação Integral do DF, assim como a contratação de monitores, só foi disponibilizado em novembro de 2012. Quanto à meta de 2013, aferida com data base de 31/12/13, houve oferta de Educação integral em 274 escolas, o que corresponde a 64% da meta proposta que consiste em oferta de Educação Integral a um mínimo de 10% dos estudantes matriculados, em 430 unidades escolares. Apesar da baixa ampliação no quantitativo de escolas com oferta de Educação Integral (aumento de 272 para 274 escolas), houve aumento significativo no quantitativo total de estudantes atendidos, ampliando de 30.362 estudantes, para 43.168 atendidos, que garante uma ampliação de 12.806 estudantes correspondendo a 42%. Tal crescimento, foi possível devido à implementação do Projeto de Educação integral em tempo Integral – PROEITI, bem como do Projeto CEI Integral, que conseguiram atender 100% dos estudantes matriculados em cada escola.
2. Implementar o Projeto Piloto de Educação Integral em 52 unidades escolares, com atendimento em tempo integral a 100% dos alunos matriculados, no período de 2012-2015 *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*	Quanto à meta de 2012, em 31/12/2012, apenas 05 instituições de ensino atenderam todos os seus estudantes em tempo integral, sendo que destas unidades, 03 correspondem aos Centros de Educação Infantil – CEI, inaugurados no decorrer do ano letivo. No ano de 2013, a SEDF implantou a proposta de atendimento em jornada de tempo integral a 100% dos estudantes matriculados em 26 escolas, sendo 23 escolas com jornada de 10h diárias e 03 escolas com jornada de 07 horas diárias. Conforme previsto, durante o ano de 2013, implementou-se o Projeto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI em 23 escolas, bem como o Projeto CEI Integral em 03 escolas, que conseguiram atender 100% dos estudantes matriculados em cada escola. Esses projetos foram implantados em um total de 26 escolas, que acrescidos de outras duas escolas (Escola parque da Cidade -PROEM (Promoção Educativa do Menor) e CEMI - Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica do Gama) perfizeram o total de 28 escolas com atendimento em tempo integral a 100% dos alunos matriculados. A meta estabelecida para o ano de 2013 previa a oferta de atendimento em tempo integral a 100% dos alunos matriculados em 26 escolas, portanto, a meta foi superada em 2 escolas, perfazendo 108% da meta alcançada. O sucesso ocorreu devido a liberação de professores para acompanhar o projeto, assim como a ampliação na quantidade Jovens Educadores Voluntários, que deram suporte a implementação do projeto.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

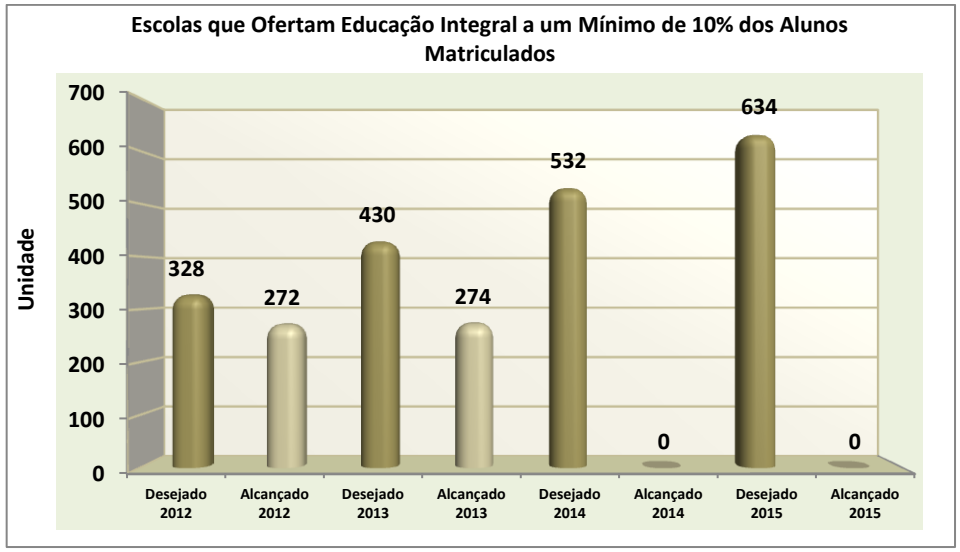
Indicadores:

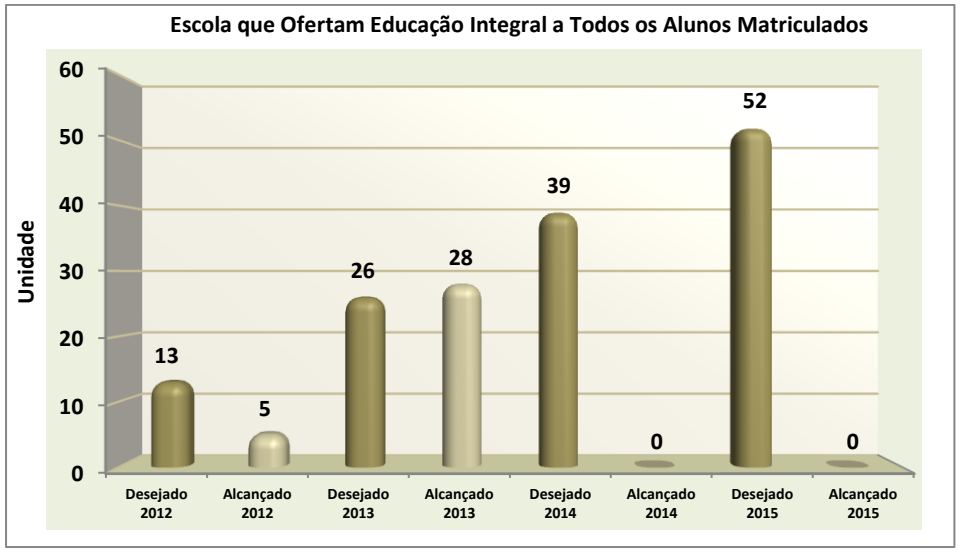
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
947	Escolas que ofertam Educação Integral a um mínimo de 10% dos alunos matriculados	Unidade	226	31/07/2011	Anual	**Desejado**	328	430	532	634	CEINT
						Alcançado	272	274	-	-	
1222	Escolas que ofertam Educação Integral a todos os alunos matriculados	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	13	26	39	52	CEINT
						Alcançado	5	28	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 947 Apesar dos esforços da SEDF, em 2014, não foi possível ampliar consideravelmente este atendimento, porém para 2014 já está em andamento um projeto piloto que será implantado em Brazlândia no qual toda a região terá educação integral, a intenção é que este projeto se estenda a todas as regiões administrativas.

Indicador 1222 O resultado foi possível devido a liberação de verba via PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) para possibilitar a escola autonomia na gestão de recursos direcionados aquisição de material para suporte das atividades pedagógicas; ao esforço da SEDF na adaptação de espaços para realizar as atividades pedagógicas; e disponibilização de professor para este projeto.





PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

OBJETIVO GERAL: Promover a defesa e garantia dos direitos humanos, assegurando à pessoa ou indivíduo o pleno exercício do direito à cidadania.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão;
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

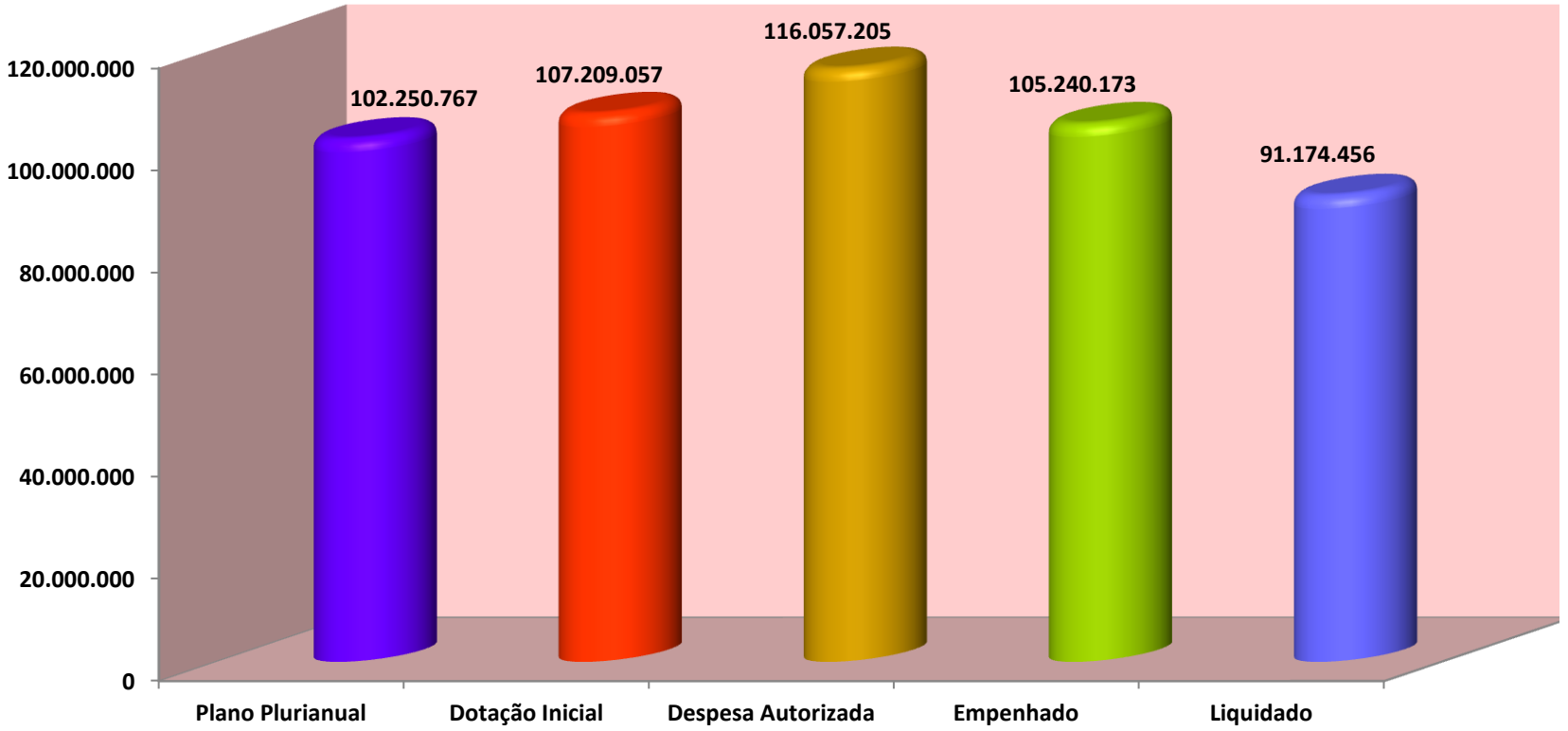
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Promover a cidadania, defesa e garantia dos direitos humanos, contribuindo para a conscientização do cidadão dos direitos sociais básicos, reinserção social e igualdade, com participação efetiva na sociedade no Distrito Federal.	44.101/ 09.101/ 09.904/ 44.906
002 – Ampliar e prestar atendimento, proteção, orientação e defesa dos direitos do cidadão, estabelecendo uma cultura de excelência, assegurando, na prestação dos serviços, alto padrão de qualidade, eficiência, agilidade e respeito, simplificando as obrigações de natureza burocrática e ampliando os canais de comunicação entre o estado e a população.	44.101 / 44.902

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1078 - (EP) Implementação do Programa Distrito Federal Pela Promoção da Igualdade Racial	2.500.000	0	0	0	0	0	0
1173 - (EP) Programa Mão na Roda	4.000.000	0	0	0	0	0	0
1269 - (EP) Ampliação e Reestruturação dos Centros de Convivência de Idosos - CCI'S do Distrito Federal	850.000	1.550.000	0	0	0	0	0
1270 - (EP) Implantação de Unidades para Execução da Política de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	5.000.000	0	0	0	0	0	0
1423 - (EP) Implantação de Sede Própria para os Conselhos Tutelares	500.000	0	0	0	0	0	0
1471 - Modernização de Sistema de Informação	2.601.000	0	0	0	0	0	0
2044 - (EP) Capacitação Profissional do Trabalhador Preso e do Egresso do Sistema Penitenciário	1.250.000	1.000	0	0	0	0	0
2158 - (EP) Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	5.000.000	350.000	100.000	100.000	0	2	0
2179 - Assistência aos Dependentes Químicos do Distrito Federal	2.139.524	3.400.000	1.713.852	1.303.610	952.775	61	45
2267 - Assistência ao Consumidor	4.958.877	803.203	6.326.146	752.775	0	15	0
2268 - Assistência ao Idoso	999.524	1.800.000	432.560	432.559	211.650	43	21
2322 - Bombeiro Amigo	200.000	300.000	0	0	0	0	0
2360 - Identidade Solidária	110.000	0	206.908	73	73	0	0
2426 - Reintegra Cidadão	11.542.833	10.721.054	14.136.399	13.880.865	11.823.325	120	102
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	750.000	1.153.000	941.700	87.280	38.700	12	5
2593 - Proteção às Vítimas, Testemunhas e seus Familiares - PROVITA	340.000	350.000	1.155.195	1.150.000	1.150.000	338	338
2616 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital de Promoção e Defesa de Direitos Humanos	50.000	760.000	776.973	541.463	442.543	1083	885
2665 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CODDEDE/DF	50.000	10.000	0	0	0	0	0
2989 - Manutenção das Unidades de Atendimento Integrado - Na Hora	18.635.526	20.000.000	21.615.496	21.615.495	19.417.582	116	104
3678 - Realização de Eventos	300.000	1.700.000	300.000	250.000	250.000	83	83
3711 - Realização de Estudos e Pesquisas	450.000	360.000	360.000	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
3779 - Ampliação do Modelo de Atendimento Integrado - Na Hora	2.600.000	500.000	117.318	117.318	117.318	5	5
4083 - Implementação de Programas Comunitários e Sociais	439.365	1.750.000	109.532	59.532	59.532	14	14
4089 - Capacitação de Pessoas	136.192	0	100.000	0	0	0	0
4121 - Assistência à Pessoa com deficiência	100.000	1.000.000	0	0	0	0	0
4122 - Proteção Social Básica às Famílias em Situação de Risco - PROVÍTIMA	50.000	4.479.200	85.200	0	0	0	0
4123 - Promoção da Igualdade Racial	200.000	2.811.600	1.556.704	1.411.844	438.039	706	219
4202 - Concessão de Passe Livre	35.117.926	53.000.000	66.023.222	63.537.359	56.272.919	181	160
4207 - Ações de Prevenção e Combate a Homofobia	1.230.000	100.000	0	0	0	0	0
4209 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares do DF - PROVITA/DF	50.000	0	0	0	0	0	0
6031 - Manutenção e Funcionamento do Conselho dos Direitos do Idoso	50.000	50.000	0	0	0	0	0
6032 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos do Negro	50.000	260.000	0	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6222	**102.250.767**	**107.209.057**	**116.057.205**	**105.240.173**	**91.174.456**	**103**	**89**

6222 - Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania



Objetivo Específico: 001 – Promover a cidadania, defesa e garantia dos direitos humanos, contribuindo para a conscientização do cidadão dos direitos sociais básicos, reinserção social e igualdade, com participação efetiva na sociedade no Distrito Federal.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:

44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUS

09.101 – CASA CIVIL – SECRETARIA ESPECIAL DO IDOSO – SECRETARIA ESPECIAL DA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. 09.904 – FUNDO DE APOIO E ASSISTÊNCIA AO IDOSO DO DISTRITO FEDERAL - FAAI

44.906 – FUNDO ANTIDROGAS DO DISTRITO FEDERAL - FUNPAD

Análise do Objetivo Específico

Secretaria de Estado de Justiça Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS / Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD

No decorrer do exercício 2013, foram realizadas inúmeras atividades destinadas ao pleno exercício da cidadania e da defesa dos direitos da pessoa humana, por meio das Subsecretarias e Órgãos Vinculados a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania SEJUS/DF. Houve considerável abrangência na prestação de serviços públicos, sendo direcionadas e executadas políticas públicas a fim de assegurar e promover os direitos das pessoas com deficiência, o enfrentamento ao uso indevido de drogas, o enfrentamento ao tráfico de pessoas, a proteção às vítimas de violência, a proteção aos direitos do consumidor e o atendimento com eficiência ao cidadão, proporcionando melhoria na qualidade de vida da população do Distrito Federal.

Em virtude de contingenciamentos/bloqueios e cancelamentos ao orçamento previamente planejado, ocorreram prejuízos no andamento das atividades, o que tornou inviável a execução de alguns projetos, a exemplo da Implantação do Centro de Atendimento às Pessoas com Deficiência/CIAPED, por força do Decreto de n.º 34.125, de 28 de janeiro de 2013.

A SEJUS, com suas atividades, beneficiou um público de 4.116.338 (quatro milhões, cento e dezesseis mil trezentos e trinta e oito) pessoas.

Consoante Planejamento Estratégico instituído e suas respectivas metas para o exercício 2013, consideram-se, de forma geral, positivos os índices alcançados nas atividades realizadas.

O Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD, por meio do Edital de Credenciamento de instituições habilitadas a prestar serviços de atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, mediante a celebração de contrato de prestação de serviço com estas instituições e a SEJUS, para atendimento assistencial em saúde, na modalidade de internação de dependentes em regime de residência, disponibilizou no ano de 2013, 250 (duzentos e cinquenta) leitos por mês, assistindo 1.811 (Hum mil, oitocentos e onze) residentes.

Já a Coorsex/SUBDH, assegura o atendimento e assistência a comunidade LGBT em situação de discriminação em decorrência de violência doméstica e familiar, a partir do disposto na lei Maria da Penha, elabora e consolida pesquisas que vislumbraram ações afirmativas, com recorte sobre a comunidade LGBT e especificações quanto às modalidades de violência homofóbica, bifóbica, lesbofóbica e transfóbica, praticadas no âmbito dos sistemas nacionais de Segurança Pública e de Justiça Criminal.

O PRO-VÍTIMA – Programa Multidisciplinar às Vitimas de Violência, que presta assistência em núcleos de atendimentos instalados nas Regiões Administrativas do Paranoá, Estação Metrô 114 Sul, Estação Rodoferroviária , ganhou dois novos núcleos nas regiões de Ceilândia e Guará contabilizando, 12.020 (Doze mil e vinte) procedimentos no período, aí incluídos atendimentos psicológicos, jurídicos e intervenções no âmbito social, às vítimas e/ou familiares de vítimas de violência

O Programa de Proteção PROVITA faz parte da Política de Proteção a Testemunhas que integra o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçada, promoveu o II Seminário Nacional, fortalecendo a parceria com diversas instituições públicas e privadas, e nesse sentido, o Distrito Federal passa a ser o primeiro estado a regulamentar, por meio de gestões do Conselho Deliberativo, junto ao Tribunal de Justiça do DF, a prioridade na tramitação dos Processos nos quais envolvam vítimas, testemunhas ou réus colaboradores. No decorrer do ano de 2013, 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) pessoas, foram atendidas pelo programa.

A SUBDEF/SEJUS contabilizou 91.206 (noventa e um mil, duzentos e seis) atendimentos, desenvolvendo diversas atividades, tais como: articular as ações do Governo dentro do seguimento da pessoa com deficiência; orientar e conscientizar a população quanto às questões voltada às pessoas com deficiência. A CORDE - Coordenação de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, inclui as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, discute as práticas de gestão das organizações, visando a capacitação e qualificação profissional, no tocante à ética e à responsabilidade social. A COODHAB acompanhou os processos de cartas convocatórias, atualizando o cadastro no Programa Habitacional para Pessoas com Deficiência. A Central de intérprete e guias-intérpretes de libras para Surdos e Surdo-Cegos, facilita o acesso aos serviços públicos e a todas as ações do Governo do Distrito Federal. A Diretoria de Utilidade Pública intermedeia o pleito de Títulos de Utilidade Pública a entidades, bem como avalia os processos habitacionais.

Ademais, consideram-se positivos os índices alcançados nas atividades realizadas, em cumprimento ao objetivo para a qual a Secretaria foi criada. Essas ações contribuirão para a promoção da cidadania e garantia dos direitos humanos, proteção dos direitos do consumidor, ampliando, consequentemente, a eficiência e eficácia no atendimento à população do Distrito Federal.

Secretaria Especial do Idoso

A Secretaria Especial do Idoso trabalha para que os direitos da pessoa idosa previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) sejam de fato respeitados. Através do Programa Ciclo de Palestras, buscou conscientizar e despertar a população idosa no que tange a exercer e fazer valer seus diretos, além de abordar diversos temas que visam promover um processo de envelhecimento de qualidade. No desenvolvimento deste trabalho, tem-se observado um aumento na qualidade de vida do idoso, pois de posse da informação de pronto colocam em prática as orientações passadas, buscando hábitos que fazem a diferença no dia a dia da pessoa idosa. Na oportunidade são inclusas palestras que tem por finalidade promover junto a população em geral a conscientização da importância de valorizar o idoso e respeitar seus direitos. Inclui-se também, neste programa, o desenvolvimento de ações junto às escolas de ensino infantil, fundamental e médio, que trazem à tona situações de violência, abandono, agressão e desrespeito vivenciadas pelo idoso no âmbito familiar, objetivando alertar/conscientizar crianças, adolescentes e jovens do importante papel que a pessoa idosa desempenha junto a família.

Neste período, a Secretaria ampliou programas, que tem como foco promover cultura e lazer, estimulando as funções cognitivas, a criatividade, a autoconfiança, autoestima através da interação e socialização da pessoa idosa. A socialização é um fator de suma importância para a integração destes idosos no contexto sociocultural, permitindo através de atividade de lazer, de cultura, intelectual e afins, uma maior interação com a família e a comunidade. O convívio

social os retira do ócio e faz com que haja uma troca de experiências, promovendo assim um aumento na qualidade de vida e da autoestima. Conclui-se que o a inclusão social é de fundamental para a valorização individual do idoso, fortalecendo vínculos e levando-os a fazer uma re-significação da sua vida.

No ano de 2013, a Secretaria realizou 03 (três) grandes campanhas de conscientização e 01 (um) grande evento de inserção social – 2ª Semana de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa (Junho/2013) / Dia Nacional do Idoso (Outubro/2013) / 3ª Semana de Valorização da Pessoa Idosa (Dezembro/2013) / 1º Festival de Música da Pessoa Idosa (Dezembro/2013).

Durante o exercício de 2013, a Secretaria Especial do Idoso desenvolveu campanhas de conscientização de valorização da pessoa idosa e implantou diversos programas que proporcionam a população idosa acesso a direitos que lhe são garantidos pelo estatuto do idoso.

Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial – SEPIR

A Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial criada no dia 09 de agosto de 2011 pelo Decreto nº 32716 de 1º de janeiro de 2011, apresenta como seu principal objetivo promover a igualdade racial por meio de ações afirmativas, consolidadas por políticas públicas transversais, que proporcionem o acesso da população negra, indígena, cigana e comunidades tradicionais, etnias historicamente excluídas, a uma vida digna e de qualidade. Neste contexto, compreende-se a necessidade de ações que evidenciem e materializem a intenção da promoção da igualdade racial no cotidiano da sociedade do Distrito Federal e do Entorno. Estas ações objetivam a superação da desigualdade racial, a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos humanos.

Importante destacar que durante a elaboração do PPA 2012-2015, as ações relacionadas à promoção da igualdade racial estavam alocadas na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal.

No ano de 2013 a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial - SEPIRDF, promoveu atividades de formação e culturais realizadas em parceria com outras Secretarias de Estado do DF. A realização das atividades culturais e de formação em 05 cidades do DF garantiu a participação de 50 mil pessoas, incluindo estudantes da Rede Pública de Ensino em oficinas de percussão, de percussão corporal, de máscaras, de grafite, de samba de roda, de capoeira, de turbante, de penteados e tranças, de bonecas abayomi, de maculelê, de danças, de teatro, feira de sabores e saberes, exposição de trabalhos estudantis e apresentações artísticas e musicais. Apoiou atividades realizadas pela população negra, indígena, cigana e comunidades tradicionais. Realizou atividades de sensibilização, prevenção e conscientização a respeito da saúde da população negra, em parceria com a Universidade de Brasília, culminando na instalação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra.

A instalação do Conselho de Defesa dos Direitos de Negras e Negros e a realização da Conferência Distrital da Promoção da Igualdade Racial garantiram a participação de 300 delegados que definiram as diretrizes para a elaboração do Plano Distrital da Promoção da Igualdade Racial do DF.

A criação do Disque Racismo, abriu um canal direto com a população do Distrito Federal e do entorno, possibilitando informações acerca do enfrentamento do racismo e do combate ao preconceito, sugestões e esclarecimentos.

Ações de formação e sensibilização foram desenvolvidas visando ao cumprimento da Lei 10.639/03 que altera o Art. 26 da LDB nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira:

1- Foi instituída a Portaria Conjunta SEDF/SEPIR-DF nº 10, de 05 de Junho de 2013;

2- Foram atendidos em torno de 20% dos alunos de escolas públicas desenvolvendo ações de promoção da cultura africana e afro-brasileira, dando ênfase à implementação da Lei 10.639/03 e do Artigo 26-A da LDB nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que preveem a importância de

fomentar "*aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil*."

3- Estudantes e professores da SEDF participaram das Rodas de Conversa Griô, atividades realizadas nas bibliotecas das cidades em parceria com a SECULT, dentro do Projeto Bibliotecas do Cerrado.

Na certeza de que para a garantia da cidadania e proteção dos direitos humanos necessita-se de políticas transversais que promovam a igualdade racial, é de fundamental importância a intensificação do diálogo com outras secretarias, outros órgãos e com a sociedade civil para a realização de ações coletivas que atendam às necessidades e as demandas e que potencializem o acesso da população negra, indígena, cigana e comunidades tradicionais, possibilitando assim a superação das desigualdades raciais.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implementar plano de ação, por meio de convênios com a esfera federal, parcerias com entidades e pela própria Unidade, visando prestar atendimento nas áreas: de drogas, pessoa idosa, pessoa com deficiência, igualdade racial e de gênero, vítimas de crimes violentos e de pessoas que se encontram sob ameaça	**Secretaria Especial do Idoso/FAAI** **2012 –** A Secretaria Especial do Idoso/FAAI, como coordenadora das políticas públicas voltadas à Pessoa Idosa, articulou junto aos Órgãos Públicos e Entidades Privadas ações que beneficiam a população idosa. Por meio de parcerias, promoveu cursos de inclusão digital, acesso à cultura, ao lazer, destacando sempre a prioridade no atendimento, entre outros. **2013 –** A Secretaria Especial do Idoso/FAAI lançou o Plano de Ação para Pessoa Idosa, que tem por objetivo incrementar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Ademais, em parcerias, tanto públicas como privadas, ampliou o número de idosos beneficiados com cursos de inclusão digital, com atendimento prioritário em diversos serviços públicos, proporcionou um maior acesso à cultura e ao lazer, promoveu campanhas de incentivo a prática de denúncia em caso de violência ou desrespeito a seus diretos, ampliando os canais de denúncias com a implantação do Disque Idoso - 156 Opção "8", entre outras ações que ofereceram ao idoso um atendimento de qualidade e cidadania. **Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD** Disponibilização de 250 leitos para atendimento às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Houve 12.020 atendimentos psicológicos, jurídicos e intervenções no âmbito social, às vítimas e/ou familiares. Foram feitos enfrentamento a Homofobia, capacitação de servidores, distribuição de materiais gráficos, Promoção e defesa dos direitos humanos e cidadania LGBT. Exposição Itinerante em espaços do DF. Convênio com SDH/Presidência da República. Foi feita uma parceria entre a SEJUS e a AGEFIS, visando a redução do prazo de atendimento. **Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial- SEPIR** **2012** -5.000 pessoas foram atendidas em atividades de formação, palestras, oficinas e atividades culturais realizadas, principalmente, durante a Semana da Consciência Negra, em novembro de 2012. Foi firmado convênio com a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República para a realização do projeto SEPIR COMUNIDADE, que combina uma estratégia de diagnóstico participativo com ações de capacitação para lideranças locais por meio de seminários, palestras, oficinas e minicursos. O intuito é o de descentralizar as ações da Secretaria, interagindo com os movimentos sociais e tentando compor redes pelas diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal,

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	especialmente aquelas em que há presença mais ostensiva da população negra. A ênfase do projeto será sobre temas referentes aos direitos humanos, geração de renda, educação e saúde da população negra. **2013** – Firmado convênio com a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial da PR para a realização do projeto Caravana da Juventude Negra que associa-se ao Plano Juventude Viva, incorporando a dimensão preventiva à violência, articulando políticas sociais nos campos da educação, trabalho, cultura, esporte, saúde, acesso à justiça e à segurança pública para ampliação dos direitos da juventude negra. Em agosto realizou-se a Conferência Distrital da Promoção da Igualdade Racial, com a participação de 300 delegados, com o objetivo de indicar os representantes do DF na Conferência Nacional e discutir as diretrizes para a elaboração do Plano Distrital da Promoção da Igualdade Racial. Em novembro foram realizadas, com a participação de 50 mil pessoas, em várias cidades como Planaltina, Ceilândia, Gama, Brasília, São Sebastião, Recanto das Emas e Sobradinho oficinas com temáticas da cultura negra, mostra de cinema, exposições, feira de saberes e sabores com comidas típicas, desfiles, além de shows musicais com Jorge Aragão, Rita Benneditto, Ellen Oléria, Olodum, Ilê Ayê, MV Bill, GOG, Dhi Ribeiro, entre outros grupos e artistas do Distrito Federal.
2. Ampliar o atendimento aos cidadãos, em 2012-2015, nas áreas de garantia de direitos humanos e cidadania em mais de 1 milhão de atendimentos	**Secretaria Especial do Idoso/FAAI** **2012** – A população idosa do Distrito Federal tem sido assistida por Programas desenvolvidos pela Secretaria Especial do Idoso, que no exercício de 2012 desenvolveu diversas ações promovendo cerca de 15.440 atendimentos, objetivando conscientizar os idosos de seus direitos. **2013** – Nas diversas ações realizada pela Secretaria Especial do Idoso, por intermédio de seus programas, cerca de 15.570 idosos foram assistidos; *in loco*, o número alcançou aproximadamente 3.000 idosos; e através do Disque Idoso (Lançado em 12/12/2013), 827 pessoas. Perfazendo, assim, um total de 19.400 assistidos. **Fundo Antidrogas do Distrito Federal – FUNPAD** Expansão das atividades nas Regiões Administrativas. Ampliação ao atendimento LGBT. Campanha pelos direitos das mulheres por uma vida digna e atendimento multidisciplinar às Vítimas de Violência. Variação de 43% para a 52% da procura do Programa de Proteção. Aumento de 32 % na Central de Libras, 43% na CORDE e 57% Habitacional. **Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial – SEPIR** **2012** Nível de alcance pela divulgação de políticas públicas e atos de promoção da igualdade racial: foram atendidos em torno de 20% dos alunos de escolas públicas em formação prevista na Lei nº 10.639/2003 e arts. 26 e 26-A da LDB. **2013** **O Disque Racismo criado** para receber, acolher e acompanhar as denúncias de práticas discriminatórias étnico-raciais, ocorridas no DF, também informa, presta esclarecimentos e recebe sugestões. No ano em pauta, recebeu 10.136 ligações, sendo atendidas 7.967. No mês de novembro realizou-se o Seminário: 10 Anos das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, organizado em parceria com

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	a Secretaria de Estado de Educação do DF com a participação de professores e estudantes, totalizando 200 pessoas, em celebração ao 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. **Projeto SEPIR nas Escolas** - Desenvolveu ações de promoção da cultura africana e afro-brasileira, além da cigana, indígena, matriz africana e quilombola. O objetivo é dar ênfase à implementação da Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008. Para isso, foi instituída a Portaria Conjunta SEDF/SEPIR-DF nº 10, de 05 de Junho de 2013. Foram atendidos 20% dos estudantes da Rede de Ensino. **Projeto Tenda Escola:** Tem como foco atender a comunidade Cigana de Etnia Calon, visando à inclusão social e a formação de jovens e adultos, através do programa DF Alfabetizado. Foram atendidos 40 ciganos no Acampamento Córrego do Arrozal, em Sobradinho. **Encontros Inter-Religiosos** – Os encontros buscam junto à comunidade, em especial os praticantes religiosos, a harmonia necessária às diversas práticas religiosas, o respeito e a convivência digna, por meio do diálogo, entre os adeptos. Eles acontecem nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Participaram 150 pessoas. **Projeto Roda de Conversa Griô-** A SEPIR-DF promove o protagonismo das matriarcas e o empoderamento das mulheres crianças, adolescentes, jovens e adultas: ciganas, indígenas, matriz africana, negra e quilombola através do projeto que tem como objetivo geral fomentar a divulgação da tradição oral e enfrentar a discriminação, o preconceito e o racismo de que são vítimas nas comunidades tradicionais. Participaram do projeto cerca de 10% dos estudantes da Rede Pública de Ensino. **Instalação do Comitê Técnico de Saúde da População Negra** – Decreto nº 34.23, de 14 de março de 2013, publicado no DODF nº 54, de 15/03/13, instituído pela portaria nº 43, de 06 de março de 2013, da Secretaria de Estado de Saúde do DF. O objetivo do Comitê é articular programas, projetos e ações na área da saúde, desenvolvidas pelo Ministério da Saúde e demais órgãos e setores relacionados, para contribuir com sugestões de melhorias nos investimentos, além de atividades preventivas e contínuas nas políticas de saúde voltadas à população negra. Primeiro Cadastramento das Pessoas com Doença Falciforme- A partir desse cadastramento vai ser possível identificar quem são, onde estão e quantas são as pessoas com doença falciforme no DF. No ano em pauta foram cadastradas 1000 pessoas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1187	Promoção da inclusão da pessoa com deficiência (média mensal)	Pessoa	1.358	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.500	3.000	2.500	3.000	SUBCID/ CODDEDE
						Alcançado	8.380	7.966	-	-	
1188	Média mensal de atendimento ao afro descendente	Pessoa	1.672	31/12/2010	Anual	**Desejado**	1.700	1.800	2.000	2.500	CDDN/ SEJUS
						Alcançado	5.000	50.000	-	-	
1189	Número de vitimas protegidas (média mensal)	Pessoa	597	31/12/2010	Anual	**Desejado**	633	685	735	785	PROVÍTMA/PROVITA / SEJUS
						Alcançado	893	960	-	-	
1223	Nível de atenção na conscientização, prevenção ao uso indevido de drogas (média mensal)	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	9.746	14.805	14.805	19.896	SUBPPUD/ SEJUS
						Alcançado	6.694	15.210	-	-	
1224	Média mensal de idosos assistidos	Pessoa	1.933	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.500	2.500	2.500	2.500	SUBATI/ SEJUS Casa Civil/ SEI
						Alcançado	1.439	1.147	-	-	
1226	Nível de alcance pela divulgação de políticas públicas e atos de Promoção da igualdade Racial	%	40	31/12/2010	Anual	**Desejado**	40	40	40	40	Sec. Casa Civil (OBJ ESP 1 -SEPIR/ FAAI/FUNPAD)
						Alcançado	20	40	-	-	
1322	Instituições de Abrigamento e Reinserção Social de Dependentes Químicos Cadastradas e Inspecionadas	%	100	31/12/2010	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SUBPPUD/ SEJUS
						Alcançado	-	100	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1224	Média mensal de idosos assistidos	Pessoa	1.933	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.500	2.500	2.500	2.500	Sec. Casa Civil(OBJ ESP 1FAAI/FUNPAD
						Alcançado	1.439	1.297	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1187 - As ações desenvolvidas com finalidade de formular, fiscalizar, propor e executar políticas públicas relativas à pessoa com deficiência, superou o índice desejado através de um considerável aumento do número de pessoas atendidas na Praça do Cidadão CODDEDE, localizada na estação metrô 114/214 sul, onde são esclarecidas dúvidas e apuradas denúncias envolvendo irregularidades no cumprimento da lei nº 4.317/09.

Indicador 1188 - Considerando a parceria com as Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Administrações Regionais, Universidade de Brasília, diversas ações foram realizadas como palestras e oficinas nas escolas, rodas de conversa griô nas bibliotecas das cidades envolvendo estudantes, professores e a comunidade local, alfabetização no acampamento cigano, os encontros inter religiosos com a participação de estudantes, profissionais da educação e acadêmicos. A criação do serviço do Disque Racismo prestou atendimento e esclarecimento à população, e as ações voltadas à saúde da população negra foram intensificadas por meio de conscientização e ações preventivas.

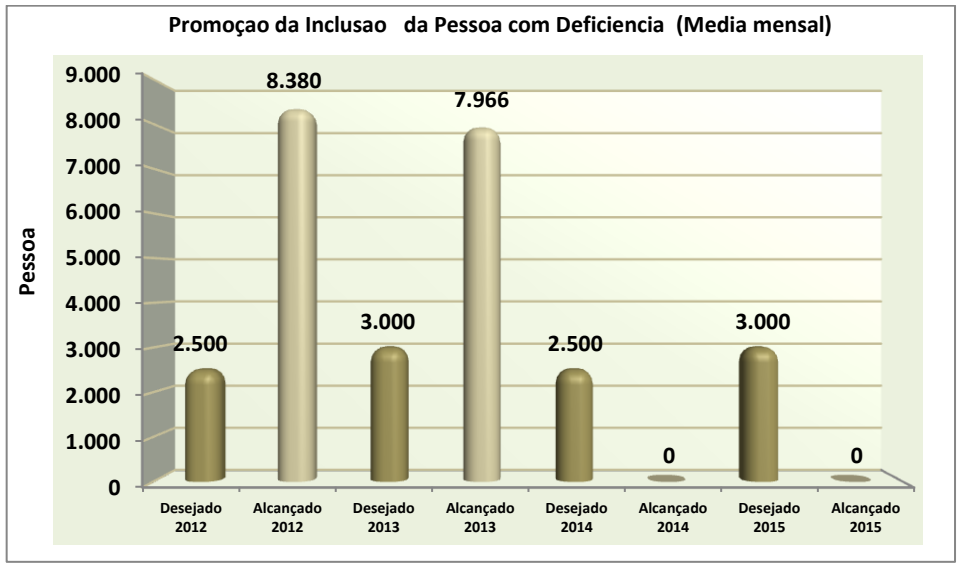
Indicador 1189 - A meta estabelecida foi superada em razão da expansão das unidades de atendimento do PRÓ-VÍTIMA, com a inauguração de novos núcleos nas Regiões Administrativas de Ceilândia e Guará.

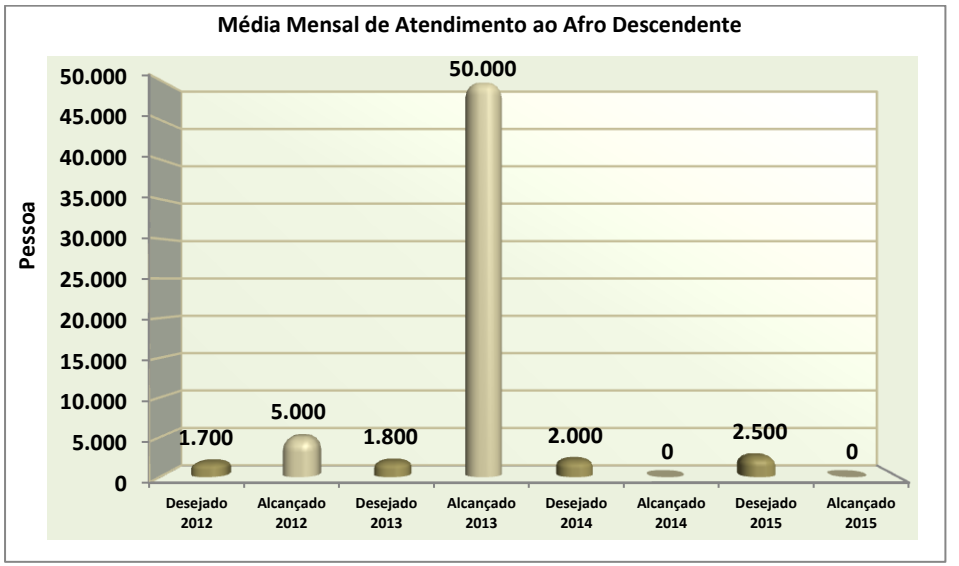
Indicador 1223 - O índice desejado foi superado em decorrência do aumento de palestras realizadas em escolas públicas do DF com intuito de conscientizar alunos, profissionais e familiares sobre o uso indiscriminado de drogas ilícitas. Aonda, por meio de cursos para formação de multiplicadores sociais em Prevenção ao Uso e Abuso de Substancias Psicoativas.

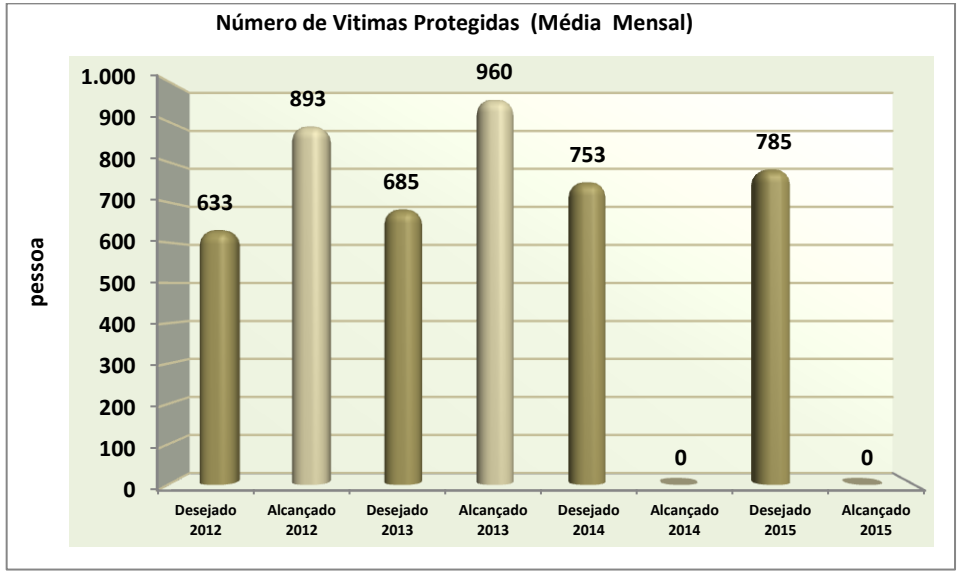
Indicador 1224 – O número de idosos, especificados na "Média Mensal de Idosos Assistidos", trata-se apenas daqueles assistidos/atendidos in loco e pelos programas desenvolvidos pela Secretaria Especial do Idoso. Não estando inclusos os atendimentos referentes a Secretaria de Estado de Saúde - SES/DF e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transparência de Renda - SEDEST/DF. Ademais, não foram incluídos, equivocadamente, a participação dos idosos no Dia Nacional do Idoso, que apresentou uma redução na participação de idosos, neste ano de 2013, por se tratar de um evento focado apenas na Região Sul do Distrito Federal.

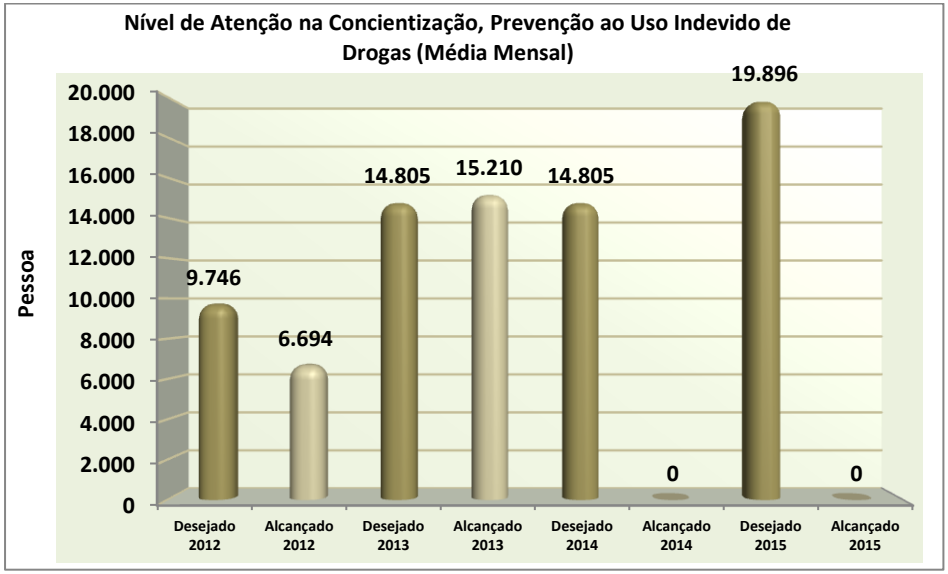
Indicador 1226 - Considerando a organização e a realização da Conferência Distrital da Promoção da Igualdade Racial e o planejamento das atividades de formação por meio de seminários, oficinas culturais, de saberes e sabores, exposições, mostra de cinema, e atrações musicais a participação do público foi relevante garantindo assim, ações efetivas de promoção da igualdade racial e proteção aos direitos humanos.

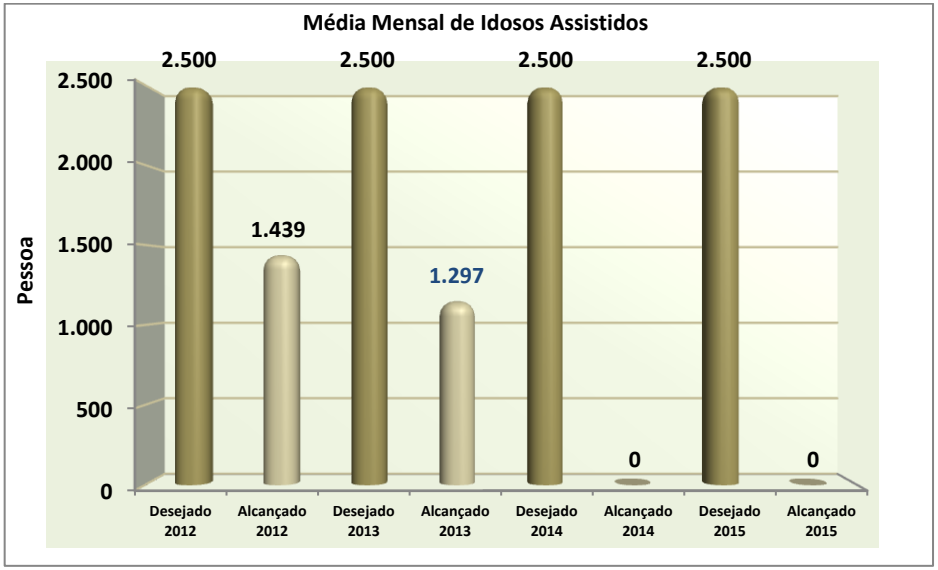
Indicador 1322 - O índice desejado foi alcançado por meio de (09) comunidades terapêuticas que através de contratos celebrados pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania disponibilizam leitos para tratamento de dependentes de químicos.

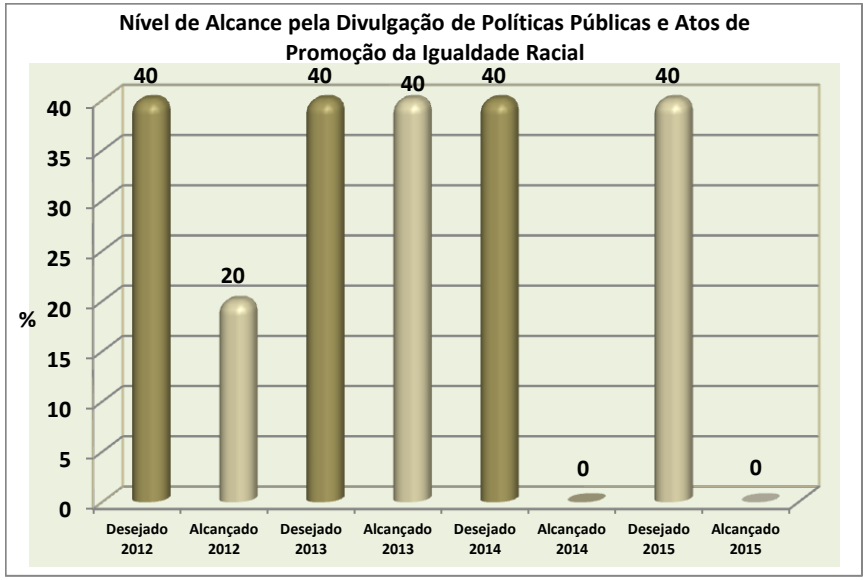

Promoçao da Inclusao da Pessoa com Deficiencia (Media mensal)
Pessoa
9.000
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
2.500
8.380
3.000
7.966
2.500
0
3.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

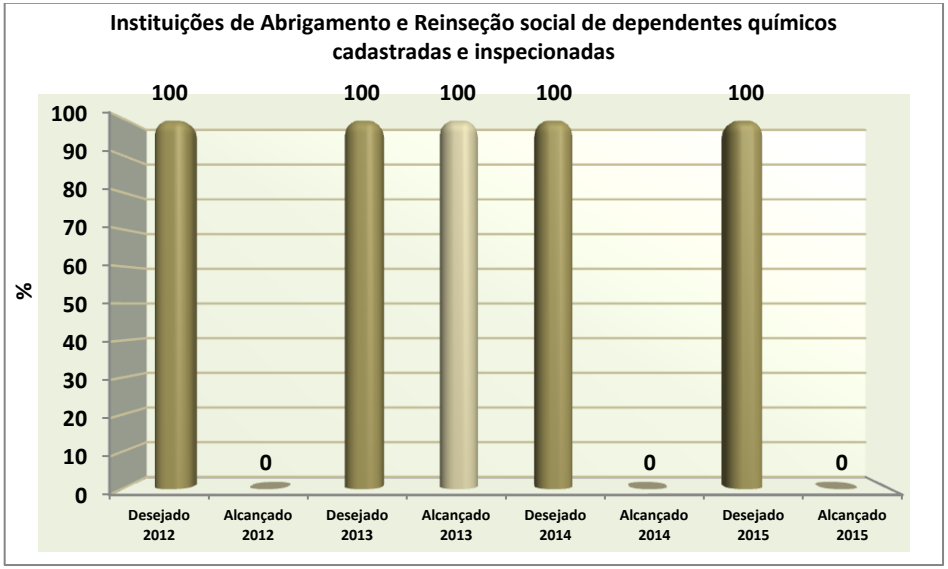

Média Mensal de Atendimento ao Afro Descendente
Pessoa
50.000
45.000
40.000
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
1.700
5.000
1.800
50.000
2.000
0
2.500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Vitimas Protegidas (Média Mensal)
pessoa
1.000
900
800
700
600
500
400
300
200
100
0
633
893
685
960
753
0
785
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nível de Atenção na Concientização, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (Média Mensal)
Pessoa
20.000
18.000
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
9.746
6.694
14.805
15.210
14.805
0
19.896
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Média Mensal de Idosos Assistidos
Pessoa
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
2.500
1.439
2.500
1.297
2.500
0
2.500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nível de Alcance pela Divulgação de Políticas Públicas e Atos de Promoção da Igualdade Racial
%
40
35
30
25
20
15
10
5
0
40
20
40
40
40
0
40
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Instituições de Abrigamento e Reinseção social de dependentes químicos cadastradas e inspecionadas
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
100
0
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 – Ampliar e prestar atendimento, proteção, orientação e defesa dos direitos do cidadão, estabelecendo uma cultura de excelência, assegurando, na prestação dos serviços, alto padrão de qualidade, eficiência, agilidade e respeito, simplificando as obrigações de natureza burocrática e ampliando os canais de comunicação entre o estado e a população.

UNIDADES RESPONSÁVEIS:
44.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUS
44.902 – FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR - FDDC

Análise do Objetivo Específico

O Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor tem por finalidade precípua o desenvolvimento de atividades voltadas à proteção e defesa dos direitos do consumidor.

O Fundo implementa programas e projetos aprovados por seu Conselho de Administração bem como promove eventos relacionados com a tutela de direitos do consumidor, a defesa da concorrência e as relações mercadológicas de consumo, incluída a elaboração de material de divulgação.

Constituem receitas do FDDC/DF, os valores oriundos de sanções pecuniárias resultantes das condenações, multas ou indenizações, determinadas ou aplicadas em razão de quaisquer ações judiciais que impliquem a obrigação de ressarcimento de danos morais ou patrimoniais a direito ou interesses difusos , coletivos ou individuais homogêneos de consumidores; das multas e rendimentos auferidos da aplicação dos recursos do Fundo; das dotações orçamentárias; das receitas de convênios, consórcios e contratos celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros e outros recursos.

Em decorrência de concurso público, o PROCON ampliou no ano de 2013, seu quadro de servidores, com a nomeação de 151 (cento e cinquenta e um) servidores, ampliando as ações de conscientização do consumidor por meio da ESCOLA DO CONSUMIDOR em diversas regiões administrativas do DF.

Foram realizados durante o exercício de 2013 um total de 211.188 (Duzentos e onze mil, duzentos e oitenta e oito) atendimentos presenciais e telefônicos na sede, postos de atendimentos e por meio do Procon Digital.

O Na Hora, conta com seis unidades fixas de atendimento, e realizou no ano de 2013, 3.582.467 (Três milhões, quinhentos e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e sete) atendimentos. Quanto à capacitação de servidores, houve seminários, palestras e realização de cursos de capacitação para servidores, cujo foco foi a reciclagem dos servidores em atendimento ao cidadão e melhoria organizacional.

Metas 2012-2015:

As metas institucionais desta Secretaria UO 44.101 foram monitoradas pela equipe de Avaliação e Monitoramento da SEPLAN, em conjunto da COMGE/SEJUS, lançadas no Sistema de Gerenciamento de Planejamento Estratégico- GEPLANES e demonstram que a UO alcançou, no ano de 2013, 76,24% dos índices estabelecidos para o exercício, sendo que os não alcançados serão reavaliados para correção de possíveis anomalias encontradas.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar a prestação de serviços públicos por meio da implantação de novas unidades	Foi inaugurada no ano de 2013 a nova unidade de Taguatinga do NA HORA com Posto de Conciliação do Procon; o Posto do Departamento de Polícia Federal e o Posto da Polícia Civil na unidade NA HORA - Riacho Fundo; implantação do serviço de Recadastramento Biométrico do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal na unidade do NA HORA-Rodoviária.
2. Disponibilizar informações e prestação de serviços de forma “on-line”	Elaborou-se, com aprovação pelo Conselho de Administração FDDC, Edital de Chamamento Público para seleção de projetos em 2014.
3. Aprimorar a gestão de atendimento integrado mediante a aplicação de ferramentas inovadoras, oferecendo aos cidadãos serviços de qualidade, com eficiência e eficácia, distribuídos nas Unidades Na Hora e PROCON	Implantou o serviço de Recadastramento Biométrico do TRE do Distrito federal na Rodoviária, confeccionou o novo Manual do usuário do NA HORA, visando esclarecer à população como melhor utilizar os serviços ofertados em suas unidades. Lançamento do Mascote “Na Horinha” e a Revistinha “Hora da Diversão”,direcionados ao público infantil. Confecção do novo Manual do Usuário do Na Hora, visando esclarecer à população como melhor utilizar serviços ofertados em suas unidades. Lançamentos dos Projetos Procon Mirim; Procon Móvel; operações Barrados no Baile; Linha Dura e De Olho na Validade.
4. Alcançar em 2012-2015 uma média mensal de 3.900.000 atendimentos nas Unidades do Na Hora	Com a inauguração da nova unidade de Taguatinga, o NA HORA, com suas seis unidades fixas de atendimento, Rodoviária Plano Piloto, Taguatinga, Ceilândia,Sobradinho, Gama e Riacho Fundo, realizou no ano de 2013 3.582.467 atendimentos. Desde sua inauguração, os atendimentos somam 22.677.020. As médias em 2013 foram de 95,72% de índice de satisfação, de 10 min 10 seg de tempo de espera e de 06 min 51 seg de tempo de atendimento.
5. Alcançar em 2012-2015 uma média mensal de 420 atendimentos nas Unidades do PROCON	Media mensal de 615 atendimentos entre todas as unidades, superando a meta estabelecida.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
952	Média mensal de atendimento do Na Hora	Pessoa	275.993	31/12/2010	Anual	**Desejado**	282.755	290.728	298.926	330.355	Na Hora/ SEJUS
						Alcançado	288.319	298.539	-	-	

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
953	Tempo médio de espera nas unidades do Na Hora	Minuto	9,07	31/12/2010	Anual	**Desejado**	7	7	7	7	Na Hora/ SEJUS
						Alcançado	08:41	10.10	-	-	
954	Média mensal de atendimento ao consumidor	Pessoa	20.336	31/12/2010	Anual	**Desejado**	25.000	28.000	30.000	35.000	PROCON
						Alcançado	29.833	17.607	-	-	
1227	Índice de satisfação do usuário do Na Hora	%	99,91	31/12/2010	Anual	**Desejado**	98	98	98	98	Na Hora/ SEJUS
						Alcançado	96,28	95,72	-	-	
1228	Tempo Médio de Atendimento nas unidades do Na Hora	Minuto	8,16	31/12/2010	Anual	**Desejado**	7	7	7	7	Na Hora/ SEJUS
						Alcançado	07:20	6,51	-	-	

Justificativa 2013

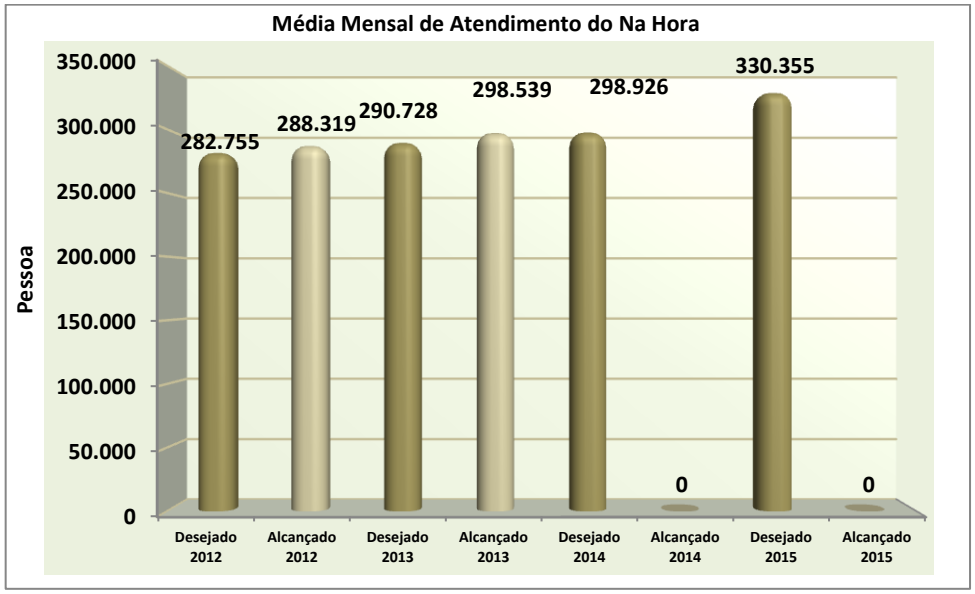
Indicador 952 - O índice proposto foi superado, devido a implantação de novos serviços de atendimento ao cidadão como; Posto de Conciliação do Procon na unidade de Taguatinga, Posto da Policia Federal e da Polícia Civil na unidade Riacho Fundo e serviço de recadastramento biométrico na unidade Rodoviária. Ainda, planejamento estratégico com gestões e metas que visam atender a demanda.

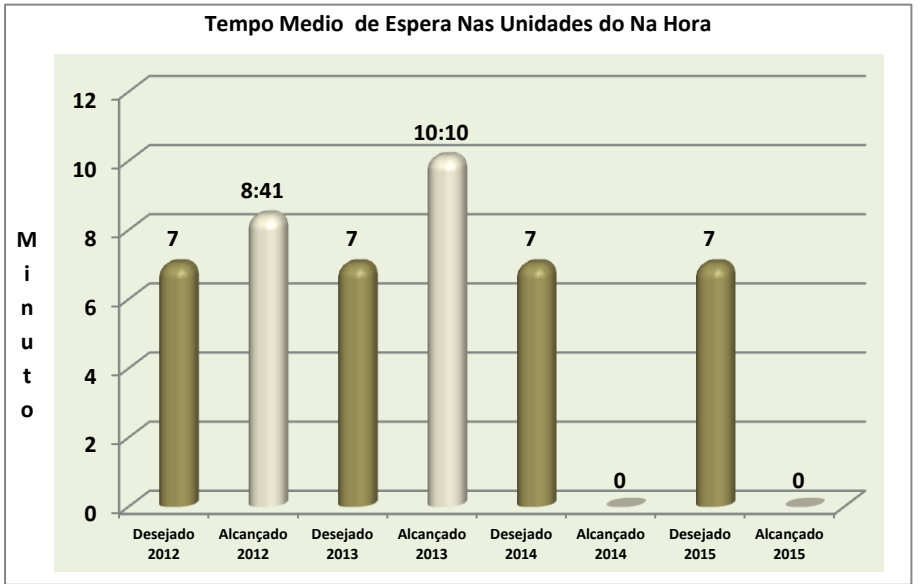
Indicador 953 - O índice desejado não foi atingido devido a redução de servidores do Na Hora; o quadro atual de pessoal não supre a necessidade do órgão. A continuidade da excelência dos serviços requer abertura de Concurso Público.

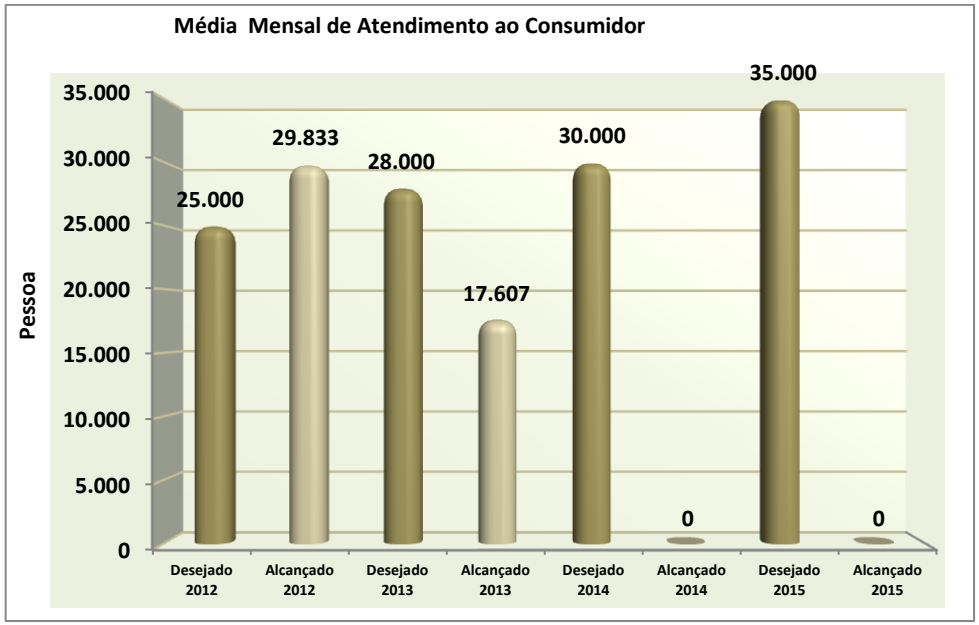
Indicador 954 - O índice desejado não foi atingido pois a meta de 28.000 foi definida com base no sistema (Dígito) existente no PROCON até março/2013 que não selecionava demandas/providências. Atualmente, a gestão do PROCON considera atendimentos aqueles que estão registrados no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SINDEC), administrado pelo Ministério da Justiça. Os atendimentos são registrados com a devida demanda do consumidor e as providências posteriores.

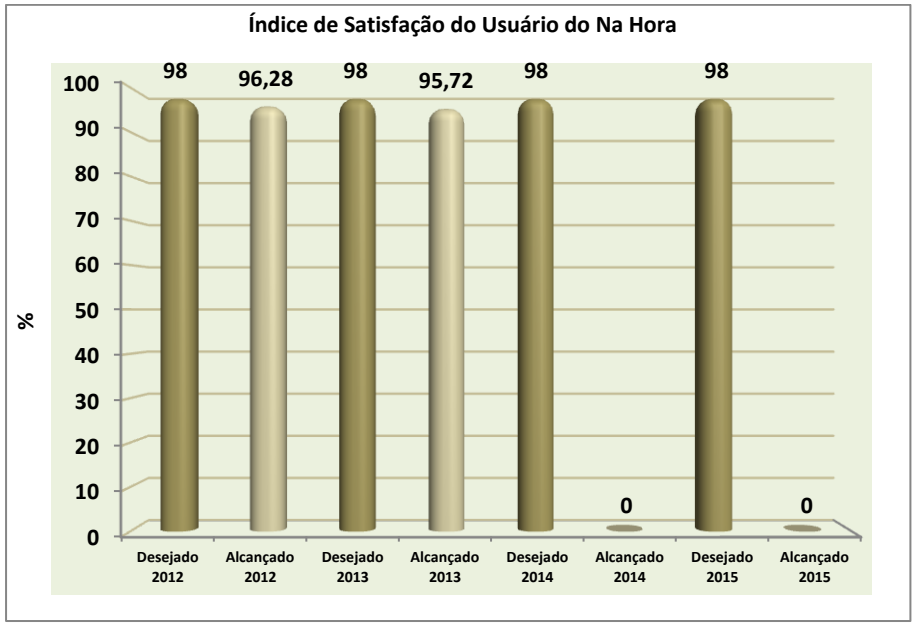
Indicador 1227 - Os índices apresentados em 2013 sofreram leve queda, tendo em vista um maior rigor na gestão da medição. Ainda, crescimento da população atendida.

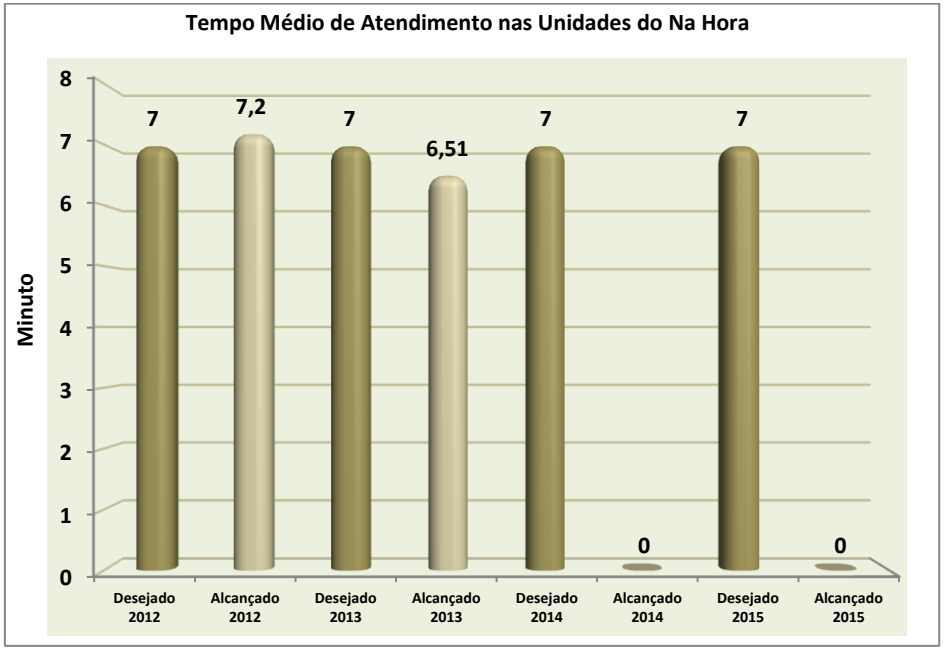
Indicador 1228 - O índice se manteve abaixo do limite de 7 minutos, devido a prestação de serviços mais ágeis e personalizados a população do DF.


Média Mensal de Atendimento do Na Hora
Pessoa
350.000
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
0
282.755
288.319
290.728
298.539
298.926
0
330.355
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Tempo Medio de Espera Nas Unidades do Na Hora
Minuto
12
10
8
6
4
2
0
7
8:41
7
10:10
7
0
7
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Média Mensal de Atendimento ao Consumidor
Pessoa
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
25.000
29.833
28.000
17.607
30.000
0
35.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Satisfação do Usuário do Na Hora
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
98
96,28
98
95,72
98
0
98
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Tempo Médio de Atendimento nas Unidades do Na Hora
Minuto
8
7
6
5
4
3
2
1
0
7
7,2
7
6,51
7
0
7
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE

OBJETIVO GERAL: Promover o desenvolvimento integral da infância, adolescência e juventude, atendendo as demandas de proteção e defesa dos seus direitos.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 4 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

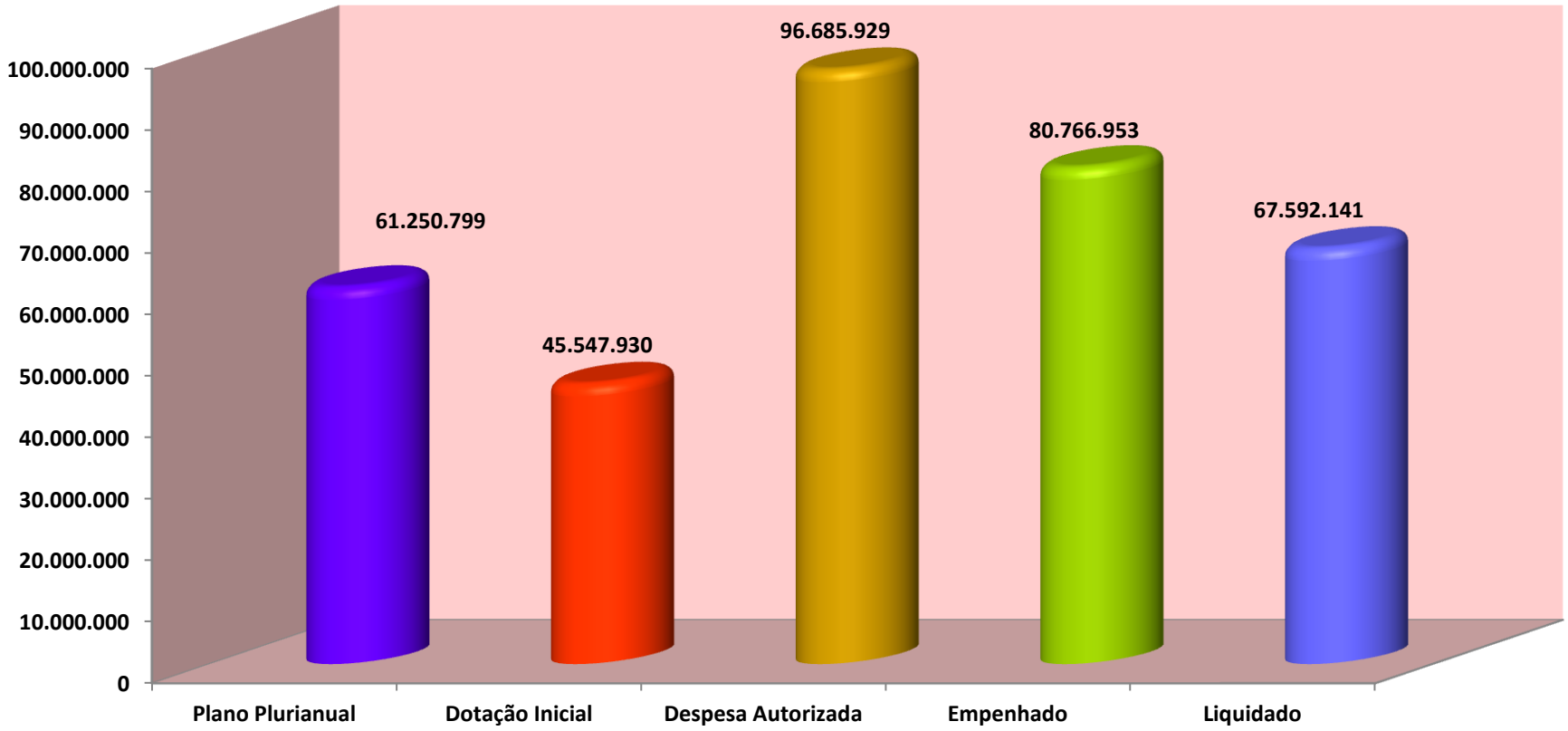
Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Implantar e garantir o funcionamento do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - PDICA, assegurando à faixa populacional no ciclo de vida marcado pelo crescimento físico e desenvolvimento neuropsicomotor as condições indispensáveis à realização plena do processo de diferenciação das originalidades humanas potenciais.	51.101
002 - Garantir o funcionamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares, do Conselho de Direitos e do Sistema Socioeducativo, expandindo e adequando a infraestrutura necessária à dinâmica institucional, bem como estabelecendo diretrizes e normas com vistas ao aprimoramento do atendimento às crianças, aos adolescentes e as suas famílias.	51.101
003 – Aperfeiçoar a Gestão dos Programas e Projetos da Secretaria de Estado da Criança e demais órgãos vinculados, através da (re)estruturação dos processos de trabalho, do desenvolvimento de sistema de monitoramento e avaliação, da modernização de gestão de pessoas e da profissionalização, valorização e reconhecimento dos servidores.	51.101
004 - Promover o desenvolvimento integral e a participação dos jovens do DF e Entorno, com especial atenção à população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.	11.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1471 - Modernização de Sistema de Informação	2.601.000	50.000	0	0	0	0	0
1825 - Construção de Unidades de Internação	7.500.000	21.335.395	36.815.199	35.207.912	27.391.926	469	365
2102 - Assistência aos Adolescentes em Risco Pessoal e Social	422.532	920.919	10.415.940	1.256.646	1.256.646	297	297
2205 - (EP) Combate à Exploração Sexual à Criança e Adolescente	1.500.000	300.001	200.000	0	0	0	0
2334 - Coleta Domiciliar de Leite Materno	141.000	150.000	0	0	0	0	0
2340 - Bombeiro Mirim	200.000	300.000	13.768	13.768	13.768	7	7
2412 - Manutenção e Funcionamento de Centro de Referência no Atendimento Infanto Juvenil - CRAI	2.000.000	0	0	0	0	0	0
2557 - Gestão da Informação e de Sistemas de Tecnologia da Informação	1.500.000	601.137	828.299	828.299	8.709	55	1
2766 - Manutenção e Funcionamento de Conselho de Direitos da Criança e de Adolescente - CDCA	200.000	25.000	8.303	8.303	8.303	4	4
2767 - Manutenção e Funcionamento de Conselhos Tutelares	6.547.140	2.800.000	5.656.527	2.825.808	2.596.292	43	40
2794 - Assistência ao Jovem	274.603	260.000	150.000	50.000	50.000	18	18
3233 - Implantação de Centros da Juventude	1.574.603	510.000	700.000	247.230	180.503	16	11
3243 - Construção de Unidades de Atendimento à Criança e ao Adolescente	2.400.000	0	0	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	200.000	61.560	373.286	0	0	0	0
3711 - Realização de Estudes e Pesquisas	500.000	88.918	306.393	0	0	0	0
3797 - Implantação de Núcleo de Atendimento Integrado - NAI	2.000.000	0	0	0	0	0	0
3874 - Construção de Unidades de Execução de Medidas de Semiliberdade e de Meio Aberto	825.000	0	0	0	0	0	0
4072 - Manutenção e Funcionamento de Conselho da Juventude	54.921	20.000	1	0	0	0	0
4088 - Capacitação de Servidores	750.000	0	42.905	38.325	32.845	5	4
4217 - Manutenção de Sistema Socioeducativo	20.100.000	15.500.000	33.819.149	33.023.229	29.537.853	164	147
4218 - Estruturação de Sistema Socioeducativo	300.000	0	0	0	0	0	0
4219 - Implementação de Escola de Formação de Sistema Socioeducativo	1.000.000	50.000	0	0	0	0	0

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4223 - Manutenção das Unidades de Atendimento à Criança e ao Adolescente	4.160.000	1.250.000	338.351	338.256	136.212	8	3
5001 - Construção de Sede de Conselho Tutelar	2.800.000	1.300.000	85.106	0	0	0	0
5004 - Reforma de Unidades de Sistema Socioeducativo	1.700.000	25.000	6.932.702	6.929.177	6.379.084	408	375
TOTAL DO PROGRAMA 6223	**61.250.799**	**45.547.930**	**96.685.929**	**80.766.953**	**67.592.141**	**132**	**110**

6223 - Desenvolvimento Integral da Infância e da Adolescência e Atenção à Juventude



Objetivo Específico: 001 - Implantar e garantir o funcionamento do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - PDICA, assegurando à faixa populacional no ciclo de vida marcado pelo crescimento físico e desenvolvimento neuropsicomotor as condições indispensáveis à realização plena do processo de diferenciação das originalidades humanas potenciais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
51.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANÇA

Análise do Objetivo Específico

Em 2013, a Secretaria da Criança buscou fortalecer cada vez mais as ações e estratégias voltadas à articulação de políticas públicas, à elaboração de planos intersetoriais, à realização de ações de mobilização da sociedade e de difusão dos direitos de crianças e adolescentes. Dessa forma, os principais resultados alcançados foram: 1) Plano Distrital pela Primeira Infância; 2) Curso de formação continuada em prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes (resultou na capacitação de 500 profissionais da área de educação, conselheiros tutelares, educadores sociais e servidores da Secretaria da Criança); 3) Instituição e articulação do Comitê de Proteção da Criança e do Adolescente para Grandes Eventos no âmbito do Distrito Federal, criado pelo Decreto n° 34.401/2013; 4) Campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na BR-040; 5) Projeto em comemoração ao "Dia das Crianças" (contou com a participação de aproximadamente de 30 mil pessoas nas atividades do Parque da Cidade e 15 mil pessoas nas atividades de Ceilândia); 6) Programa Vira Vida DF, instituído por meio do Decreto nº 34.773/2013 (fortalece a articulação das políticas públicas do DF para o atendimento prioritário a adolescentes e jovens, de 14 a 21 anos, vítimas de violência sexual, assegurando atendimento especializado, aliado à educação básica e formação profissional para acesso ao mercado de trabalho, além de estimular a participação cidadã); 7) Projeto de ação integrada e intersetorial na cidade da estrutural (prevenção e erradicação do trabalho infantil, atendeu cerca de 315 crianças e adolescentes em atividades educativas e de convivência no contraturno escolar, visando à prevenção e erradicação do trabalho infantil no lixão da cidade estrutural); 8) Centro de Atendimento Integrado para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, criado pelo Decreto nº 34.517, de junho de 2013; 9) Projeto de Implantação do Guia Escolar no DF (métodos de identificação de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes); 10) Campanha Por Uma Infância Sem Racismo, com o objetivo de alertar a sociedade sobre os impactos do racismo na infância e na adolescência, além de fomentar a mobilização social para assegurar o respeito e a igualdade ético-racial desde a infância.

Metas 2012/2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Implementar o Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente em 100% das Regiões Administrativas do Distrito Federal	Meta não alcançada. Em 2012, verificou-se que a implementação do programa em apenas uma Região Administrativa extrapolaria os créditos orçamentários de toda a Secretaria no ano. Circunstância, também, verificada em 2013.
2. Construir e equipar as unidades para atender ao Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente em 100% das Regiões Administrativas do Distrito Federal	

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
3. Atender 100% das crianças do Distrito Federal, na faixa de 0 a 6 anos, pelo Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente.	A perspectiva adotada no decorrer de 2012 apontou para a necessidade de consolidação de normativas para a fundamentação de políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos. Nesse sentido, foi realizado o Pacto Distrital pela Primeira Infância, com a incumbência de sugerir, ao Governador, a criação do Comitê pela Primeira Infância, a fim de seguir recomendação do Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA) no que concerne à elaboração do Plano Distrital pela Primeira Infância.
4. Realizar acompanhamento de 100% das gestantes do Distrito Federal pelo Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente	Meta não alcançada devido à mudança estratégica da Secretaria, o que gerará a revisão desta meta para os próximos anos.
5. Expandir e adequar 100% da infraestrutura dos órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal	
6. Integrar os Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) com vistas à materialização de ações integradas para a restauração de direitos, em casos de direitos violados	
7. Implementar o Centro de Referência no Atendimento Infanto Juvenil – CRAI	Criado de acordo com o Decreto nº 34.517 publicado em 11 de julho de 2013. Em fase de implementação.
8. Equipar e manter o Centro de Referência no Atendimento Infanto Juvenil – CRAI	Projeto de reforma do prédio localizado no Complexo da Polícia Civil em fase de conclusão.
9. Integrar operacionalmente os Órgãos Parceiros tais como Órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública, Saúde, Educação e Assistência Social no Centro de Referência no Atendimento Infanto Juvenil – CRAI	Em andamento. Elaboração do projeto técnico do CRAI em articulação com a rede parceira, tendo em vista a definição dos fluxos e resposta de cada parceiro.
10. Reduzir em 50% o número das entrevistas para atender os ritos processuais – civil e criminal	Início das atividades do Centro previsto para o 2º semestre de 2014.

Apuração dos índices alcançados pelos indicadores

Indicadores

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
858	Crianças e adolescentes atendidos no PDICA em relação ao total de crianças e adolescentes existente no DF	%	-	-	Anual	**Desejado**	10	30	60	100	Secretaria da Criança
						Alcançado	0	0	-	-	
859	Gestantes atendidas no PDICA em relação ao total de gestantes existentes no DF	%	-	-	Anual	**Desejado**	10	30	60	100	Secretaria da Criança
						Alcançado	0	0	-	-	
1231	Nº de ações de promoções de direitos infanto-juvenis – Cursos, Seminários e Pesquisas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	3	10	15	20	Secretaria da Criança
						Alcançado	4	14	-	-	
1232	% crianças e adolescentes vítimas de violência atendidas permeada pela satisfação no atendimento sobre total de atendimentos realizados no Centro	%	-	-	Anual	**Desejado**	85	85	85	85	SUBSPC
						Alcançado	0	0	-	-	

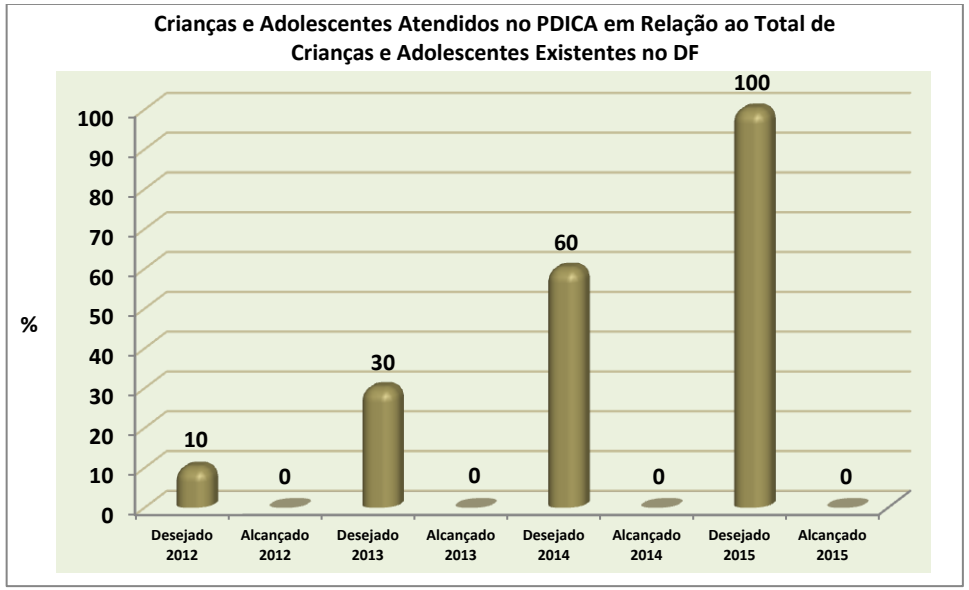
Justificativas – 2013

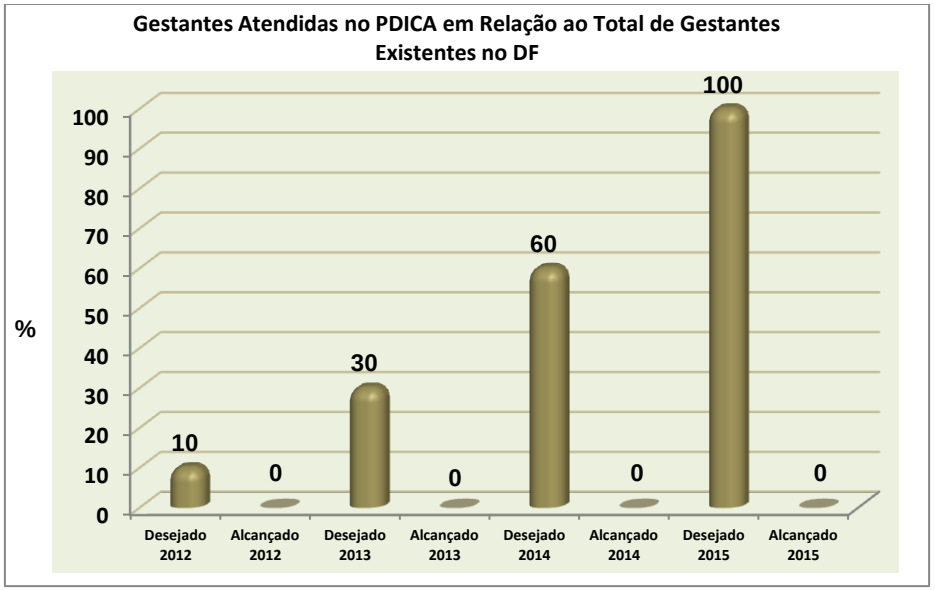
Indicador 858 - Meta não alcançada por não se aplicar às novas diretrizes da gestão. Após a reavaliação do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - PDICA, o estudo diagnóstico mostrou-se desfavorável quanto à viabilidade orçamentária e financeira deste projeto para o Estado.

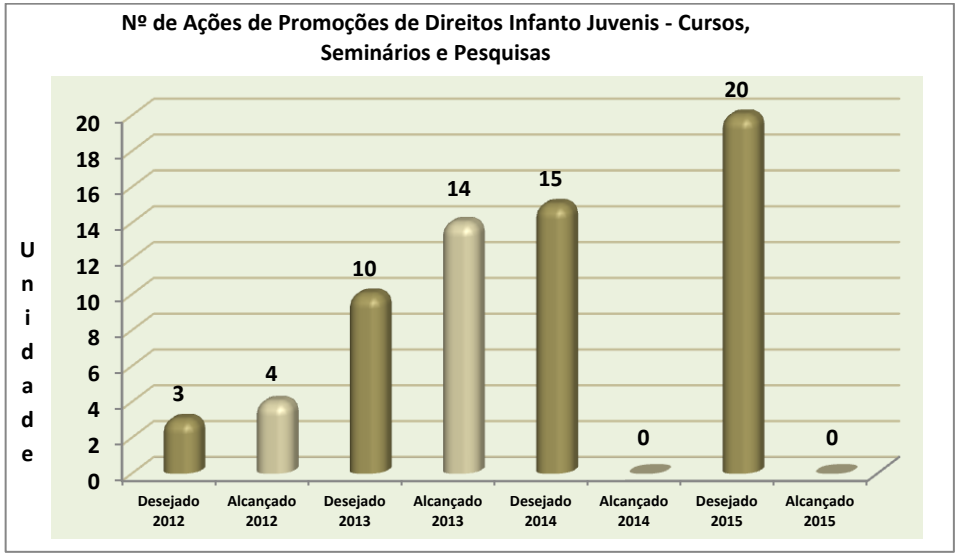
Indicador 859 – Meta não alcançada por não se aplicar às novas diretrizes da gestão. Após a reavaliação do Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente - PDICA, o estudo diagnóstico mostrou-se desfavorável quanto à viabilidade orçamentária e financeira deste projeto para o Estado.

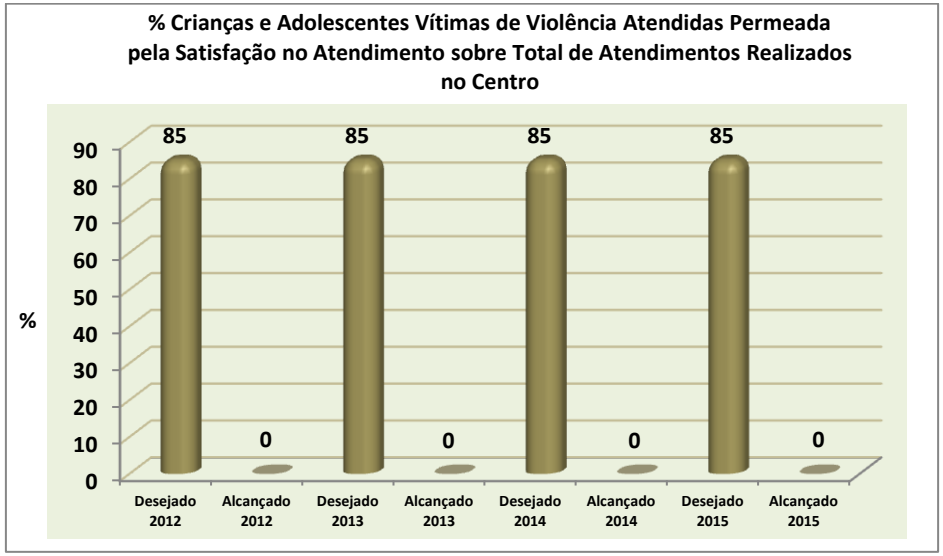
Indicador 1231 – Lançamento do Plano Distrital pela Primeira Infância; Curso de formação continuada em prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes; Instituição e articulação do Comitê de Proteção da Criança e do Adolescente para Grandes Eventos no âmbito do Distrito Federal; Campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na BR-040; Lançamento e instituição, por meio do Decreto n° 34.773/2013, do Programa Vira Vida DF; entre outras.

Indicador 1232 - Centro ainda não implantado. Aguardando disponibilização do espaço pela Polícia Civil do DF para reforma e implantação do Centro.






Nº de Ações de Promoções de Direitos Infanto Juvenis - Cursos, Seminários e Pesquisas
Unidade
0
2
4
6
8
10
12
14
16
18
20
3
4
10
14
15
0
20
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


% Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Atendidas Permeada pela Satisfação no Atendimento sobre Total de Atendimentos Realizados no Centro
%
0
10
20
30
40
50
60
70
80
90
85
0
85
0
85
0
85
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Garantir o funcionamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares, do Conselho de Direitos e do Sistema Socioeducativo, expandindo e adequando a infraestrutura necessária à dinâmica institucional, bem como estabelecendo diretrizes e normas com vistas ao aprimoramento do atendimento às crianças, aos adolescentes e as suas famílias.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

51.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA – SECRIANÇA

Análise do Objetivo Específico

Em 2013, foram reformadas e redimensionadas seis Unidades de Atendimento em Meio Aberto (Brazlândia, Guará, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião) garantindo assim, maior qualidade para o acompanhamento socioeducativo. A UAMA do Recanto das Emas está passando por reformas. Quatro unidades mudaram de espaço físico (Ceilândia, Planaltina, Sobradinho e Taguatinga), garantindo assim uma estrutura física melhorada para o acompanhamento dos adolescentes e seus familiares, como sala individual de atendimento, sala de grupo, espaço para oficinas, salas para as equipes técnicas e para o administrativo. A Unidade do Plano Piloto está em processo de aluguel, a Unidade do Paranoá está em processo de mudança para local cedido pela Administração do Paranoá e a Unidade de Ceilândia I aguarda finalização do processo de aluguel para realização de reforma e mudança da equipe.

Cabe ressaltar que, em 2013, foi concluído o Projeto Político Pedagógico das medidas socioeducativas em meio aberto, semiliberdade e internação construído democraticamente com a participação de todos os seguimentos (servidores, adolescentes e familiares).

Além desse documento norteador, foram elaborados o fluxo de atendimento e o regimento interno para as Unidades de Meio Aberto. Esses documentos definem as diretrizes e normas das ações socioeducativas, estruturando e qualificando o trabalho nas medidas em meio aberto.

No que se refere à medida socioeducativa de semiliberdade, atualmente existem 04 (quatro) Unidades no Distrito Federal para atender os adolescentes em cumprimento dessa medida, com previsão de abertura de mais outras 04 (quatro) pela Secretaria de Estado da Criança: uma na Região Administrativa de Santa Maria, inaugurada em outubro de 2013, outra na Região Administrativa de Taguatinga e outra no Gama, ambas reformadas no segundo semestre de 2013 e uma última no Recanto das Emas, com nova sede toda reformada.

Com relação ao poder judiciário, a central de vagas, órgão vinculado à Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, articulou com Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, que a cada 2 (dois) meses haverá audiência na Vara da Infância e da Juventude para reavaliar a medida de semiliberdade imposta aos socioeducandos que cumpriram as metas estabelecidas pelo Plano Individual de Atendimento.

Para atender a demanda da medida socioeducativa de internação, o Distrito Federal possui cinco unidades, sendo elas: Unidade de Internação do Plano Piloto – UIPP, que possuía capacidade de atendimento de 164 jovens, sendo seu quantitativo no fim do ano de 2013 em 233 adolescentes (31/12/2013); Unidade de Internação do Recanto das Emas – UNIRE, planejado para 144 adolescentes, possui um efetivo atual de 188 adolescentes (31/12/2013) em medida socioeducativa de internação estrita e provisória (unidade atende apenas adolescente do sexo feminino em cumprimento internação provisória); Unidade de Internação de Planaltina – UIP, planejada para atendimento de 80 adolescentes e possui um efetivo de 88 adolescentes (31/12/2013); Unidade de Internação Provisória de São Sebastião – UIPSS, que tem capacidade de atendimento de 180 adolescentes em cumprimento de medida de internação provisória e possui

atualmente 152 adolescentes (31/12/2013); Unidade de Internação de Saída Sistemática – UNISS, que tem capacidade de atendimento de 80 adolescentes e possui atualmente 48 adolescentes.

A Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal ampliou em 2013 sua capacidade de atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e atualmente realiza processo de desativação da Unidade de Internação do Plano Piloto – UIPP (antigo CAJE), que teve redução no número de adolescentes atendidos, sendo estes transferidos para outras unidades do DF.

Adicionalmente, estabeleceram-se grandes avanços na defesa dos direitos da criança e do adolescente. O fortalecimento dos Conselhos Tutelares é estratégico para que crianças e adolescentes sejam tratados como cidadãos plenos de direitos civis e, sobretudo, tenham seus direitos efetivados. Sendo assim, a Secretaria de Estado da Criança investiu em infraestrutura física, tais como, reformas e locações de imóveis novos para instalação de Conselhos Tutelares, aquisição de carros, mobiliários e equipamentos tecnológicos.

Metas 2012/2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Expandir e adequar 100% da infraestrutura dos órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal	1) Das 14 unidades do meio aberto, seis unidades passaram por reformas e 04 mudaram de espaço físico, tendo assim uma melhor estrutura para atendimentos dos adolescentes em cumprimento de medida de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. 2) Em outubro de 2013 foi inaugurada a Unidade de Semiliberdade de Santa Maria. Assim, somam-se quatro unidades, todas funcionando de acordo com as diretrizes do SINASE. 3) Das 05 unidades de Internação, uma teve o espaço para o atendimento socioeducativo ampliado (UIPSS) passando para capacidade de 120 para 180 adolescentes, também foi inaugurada recentemente a UNISS destinada exclusivamente aos socioeducandos que usufruem de saídas sistemáticas. Também foi inaugurado o NAI que concentra em sua estrutura vários órgãos que atuam de forma conjunta dando celeridade ao atendimento dos adolescentes apreendido.
2. 100% dos socioeducandos atendidos em unidades que seguem as diretrizes do SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade	O meio aberto possui o indicativo de 33% dos adolescentes em efetivo cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Justifica-se esse percentual, pois, havia um grande número de adolescentes com paradeiro ignorado, endereço incorreto, óbito, entre outros. Essas situações aconteciam devido à morosidade da justiça em encaminhar o ofício de vinculação para as Unidades. Atualmente, esta situação está sendo solucionada após a criação da Central de Vagas da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo, que viabiliza, entre outras atribuições, a articulação com as Varas de Infância, tornando mais eficiente o acompanhamento socioeducativo. Atualmente 100% dos adolescentes em cumprimento da medida de semiliberdade são atendidos em unidades que seguem o que preconiza o SINASE. No que se refere à medida socioeducativa de internação, 100% dos socioeducandos são atendidos em unidades que seguem as diretrizes do SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade.
3. Construção do projeto político pedagógico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal	Em 2012, concluiu-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal em Meio Aberto. Em 2013, foram elaboradas oficinas para a construção do PPP da Semiliberdade e da

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Internação.
4. Construção do Regimento Interno das Medidas Socioeducativas	O Regimento Interno do Meio Aberto, da Semiliberdade e da internação foram construídos e se encontram em análise final para serem publicados.
5. Formação inicial e continuada de 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e servidores da SECRIANÇA	Pela UNB/CEAG e Governo Federal foram capacitados 50% dos Conselheiros Tutelares. Trabalha-se na perspectiva de instituir Escola de Conselhos como política de formação permanente (Minuta a ser apreciada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF); Foram capacitados para o Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT WEB: 118 dos 165 conselheiros tutelares que representa 72% do total.
6. Produzir e publicizar dados estatísticos de violação de direitos de crianças e adolescente	Foi realizado um levantamento quantitativo dos atendimentos dos Conselhos Tutelares e das violações de direitos contra crianças e adolescentes no Distrito Federal em 2013 por meio do preenchimento de formulário pelos Conselheiros Tutelares. Após a categorização e a análise dos dados foi elaborado um documento, que apresenta o mapeamento dos atendimentos prestados pelos Conselhos Tutelares e as violações denunciadas. É necessário esclarecer que em uma denúncia, registrada no Conselho Tutelar ou encaminhada para o Conselho Tutelar, pode conter mais de uma vítima e/ou mais de uma violação, por isso, o total das violações foi 14.744 (quatorze mil, setecentos e quarenta e quatro) foi maior que o total de denúncias 7.890 (sete mil, oitocentos e noventa) no DF - somatório dos 33 (trinta e três) Conselhos Tutelares/DF, no ano de 2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
856	Adolescentes atendidos em relação aos adolesc. vinculados às medidas socioeducativas.	%	43	30/06/2011	Anual	**Desejado**	50	70	90	100	SUBSIS
						Alcançado	52,53	75	-	-	
860	Adolescentes atendidos em suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, higiene) sobre adolesc. Vinc. às medidas de meio fechado	%	-	-	Anual	**Desejado**	50	70	90	100	SUBSIS
						Alcançado	57,35	82	-	-	
861	Número de Conselhos Tutelares com sede própria sobre o número de Conselhos Tutelares existentes.	%	-	-	Anual	**Desejado**	15	30	75	100	SUBPROTECA
						Alcançado	6	3	-	-	
1233	Nº de Conselhos Equipados sobre o nº de Conselhos Existentes	%	27	31/12/2011	Anual	**Desejado**	30	75	90	100	SUBPROTECA
						Alcançado	30,3	100	-	-	
1234	Denúncia de violação de direitos encaminhados e/ou solucionadas sobre total de denuncias de violações de direitos recebidas nos Conselhos Tutelares	%	5	31/12/2011	Anual	**Desejado**	40	80	90	95	SUBPROTECA
						Alcançado	0	42	-	-	

Justificativas – 2013

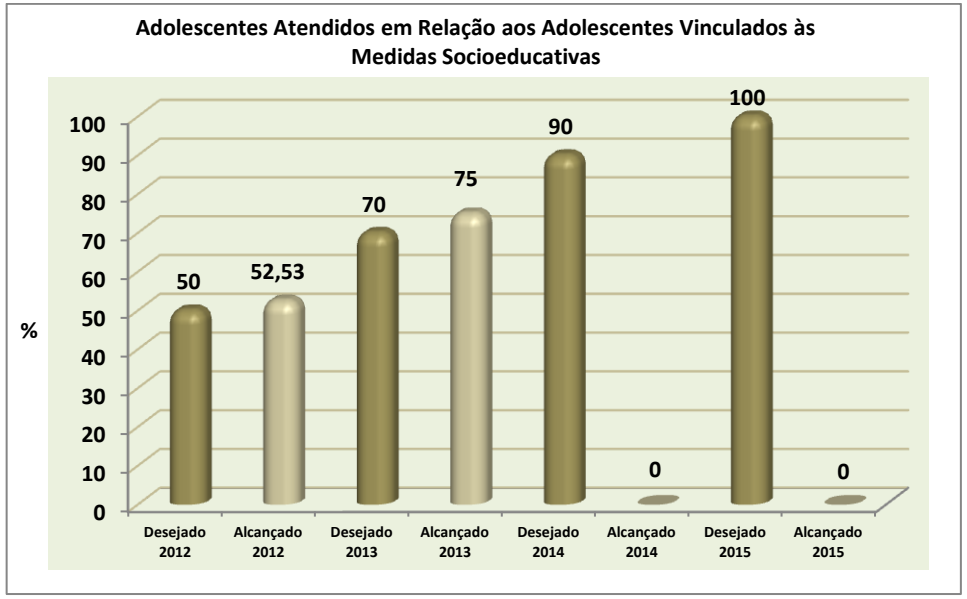
Indicador 856 - A criação da Unidade de Internação de Saída Sistemática - UNISS e a ampliação da Unidade de Internação de São Sebastião - UISS foram os principais fatores para o aumento no atendimento aos adolescentes vinculados às medidas socioeducativas em 2013.

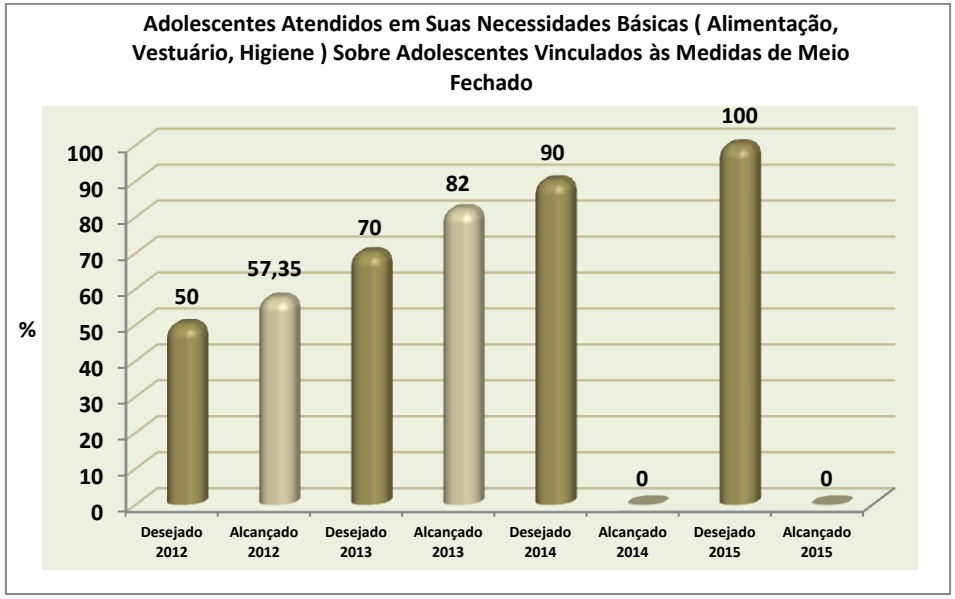
Indicador 860 - O aumento dos recursos orçamentários para o cuidado das crianças e adolescentes vinculados a medidas de meio fechado colaborou para a manutenção dos contratos de alimentação e a aquisição de roupas e materiais de higiene.

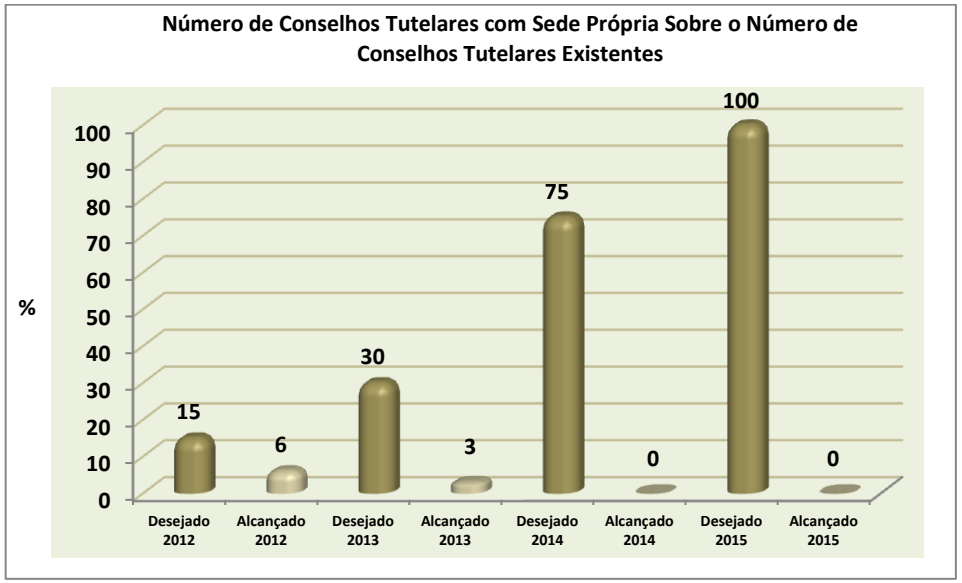
Indicador 861 - As construções das sedes dos Conselhos Tutelares, no modelo/padrão do Governo Federal, não foram iniciadas, uma vez que o Projeto na integra foi disponibilizado apenas em setembro de 2013. E, ainda, era necessária a adequação da planilha orçamentária e do Projeto ao terreno pela NOVACAP, o que inviabilizou sua execução durante o corrente exercício.

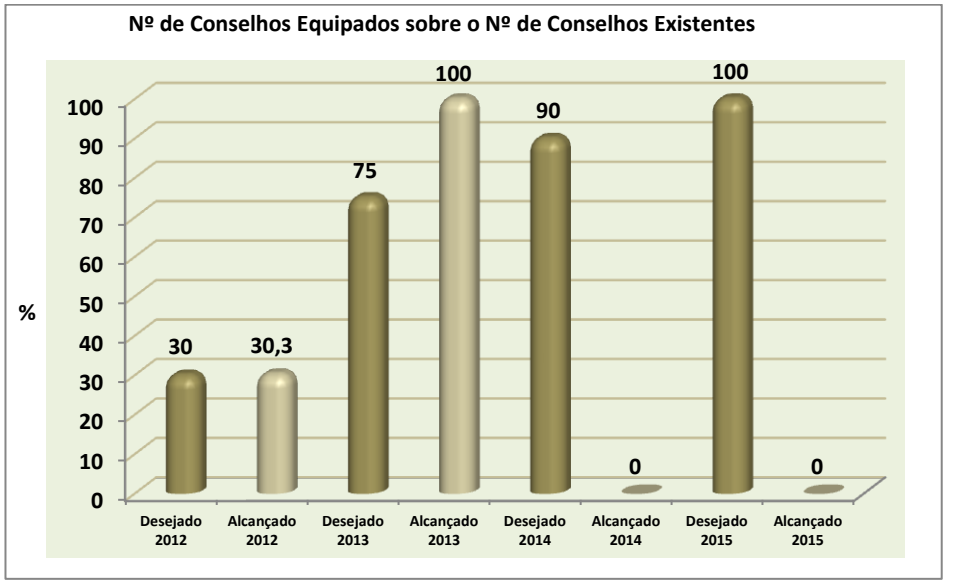
Indicador 1233 - Todos os Conselhos Tutelares alcançaram o mínimo de equipamentos desejado para atendimento à comunidade em quatro dos cinco itens (veículos, computadores, servidores, telefonia e mobiliário).

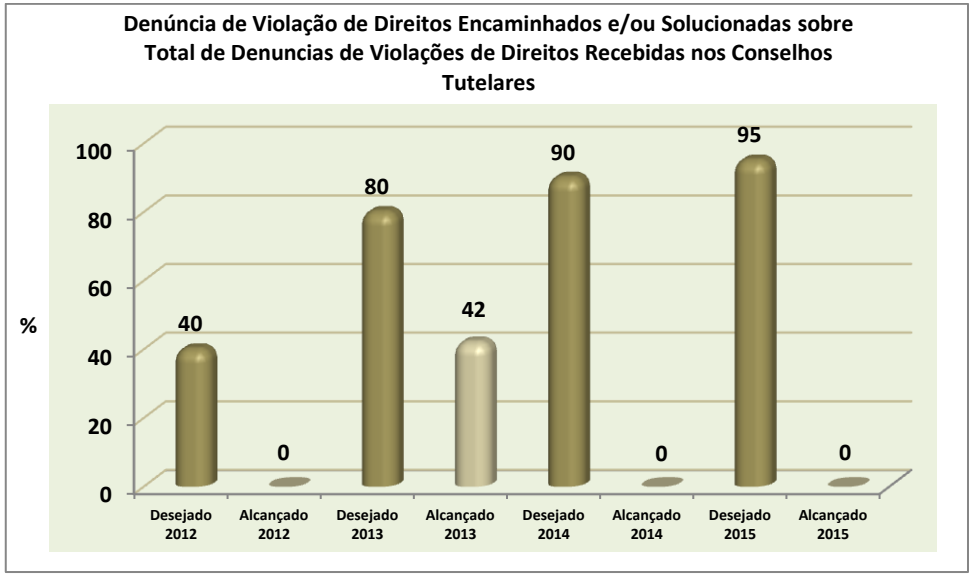
Indicador 1234 - Meta não alcançada, pois o SIPIA ainda está em fase de implementação, dados mensurados apenas do primeiro semestre de 2013. Dificuldade na apuração dos dados para o segundo semestre (previsão p/fevereiro 2014).






Número de Conselhos Tutelares com Sede Própria Sobre o Número de Conselhos Tutelares Existentes
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
15
6
30
3
75
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Nº de Conselhos Equipados sobre o Nº de Conselhos Existentes
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
30
30,3
75
100
90
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Denúncia de Violação de Direitos Encaminhados e/ou Solucionadas sobre Total de Denuncias de Violações de Direitos Recebidas nos Conselhos Tutelares
%
100
80
60
40
20
0
40
0
80
42
90
0
95
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Aperfeiçoar a Gestão dos Programas e Projetos da Secretaria de Estado da Criança e demais órgãos vinculados, através da (re)estruturação dos processos de trabalho, do desenvolvimento de sistema de monitoramento e avaliação, da modernização de gestão de pessoas e da profissionalização, valorização e reconhecimento dos servidores.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

51.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA - SECRIANÇA

Análise do Objetivo Específico

Durante o ano de 2013, a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal manteve as atividades administradas por esta pasta ininterruptamente, tais como: fornecimento de alimentação aos adolescentes em medidas socioeducativas de internação, suporte às crianças e adolescentes ameaçados de morte, aquisição de materiais de consumo e materiais permanentes, manutenção de contrato de água e esgoto, fornecimento de energia elétrica e telefonia e etc.

Com o orçamento inicial estimado em R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), foram necessárias diversas suplementações ao longo do ano, o que resultou em um orçamento final total de R$ 251.000.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões de reais). Assim, houve uma suplementação de 67% do valor inicial destinado a Secretaria de Estado da Criança.

A Secretaria desempenhou papel fundamental nas políticas públicas no que tange à criança e ao adolescente no Distrito Federal, entre elas: início das atividades do Núcleo de Atendimento Inicial – NAI; reforma das Unidades de Internação do Recanto das Emas e de São Sebastião, parceria junto ao Centro de Integração Empresa Escola – CIEE para incluir os adolescentes no programa: "Adolescente Aprendiz"; lançamento do Plano Distrital pela Primeira Infância; erradicação do trabalho infantil no Lixão da Cidade Estrutural; criação do Espaço dos Direitos; implantação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAM; dentre outras atividades.

Algumas dificuldades foram encontradas, o que contribuiu para que os resultados pretendidos atrasassem o alcance das metas, como, por exemplo: falta de recursos humanos; recursos orçamentários insuficientes para as ações propostas; falta de um plano contínuo de capacitação e desenvolvimento dos servidores; fenômenos da natureza; mora nos processos licitatórios.

Metas 2012/2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. 100% dos gestores capacitados	12% dos gestores capacitados.
2. 100% dos servidores capacitados	25% dos servidores capacitados.
3. Sistema de Monitoramento e Avaliação implementado	Em fase de elaboração do Grupo de Trabalho que irá providenciar os estudos do monitoramento e avaliação das ações voltadas ao atendimento das crianças e adolescentes. Aguardando publicação do Regimento Interno.
4. Escola de Formação do Sistema Socioeducativo implementada	A Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), promoveu o desenvolvimento de ações voltadas para a melhor qualificação e aperfeiçoamento dos seus servidores, tornando-se esta uma atuação imprescindível para a melhoria do trabalho executado pelo seguimento profissional atuante junto aos adolescentes atendidos.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	No Distrito Federal, está previsto para 2014 o início do funcionamento da Escola, sob responsabilidade da Escola de Governo do Distrito Federal, onde serão realizadas as aulas presenciais. A formação será obrigatória e continuada para todos os servidores do Sistema Socioeducativo do DF. Além do curso básico comum a todos os socioeducadores, são previstos também cursos de especialização, ofertados periodicamente. Prevê-se, ainda que o regimento interno das Unidades seja trabalhado na Escola, em um dos seus cursos. Meta ainda parcialmente alcançada (30%).
5. Sistema Informatizado de Gestão e Execução implementado	A primeira parte do processo da implantação de Sistema Informatizado foi alcançada com a modernização de todo o parque computacional da Secretaria. Foi feita licitação de link em MPLS juntamente com a SEPLAN para integrar todas as unidades da Secretaria da Criança ao Sistema GDFNet (Infovia), segue em processo de instalação. A SEPLAN irá ceder a infraestrutura de data Center (servidores) no momento necessário. O software do sistema integrado será implantado após a finalização da rede GDFNet em todas as unidades. Foi realizada a licitação da Fábrica de Software, em processo de planejamento da execução.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

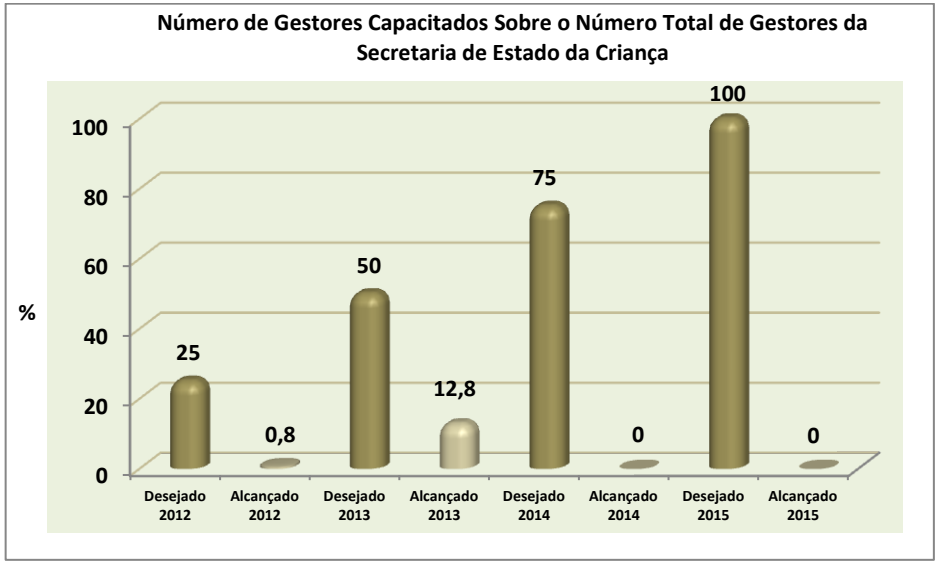
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
862	Número de gestores capacitados sobre o número total de gestores da Secretaria de Estado da Criança	%	-	-	Anual	**Desejado**	25	50	75	100	Secretaria da Criança
						Alcançado	0,8	12,8	-	-	
863	Número de Servidores capacitados sobre o número total de servidores da Secretaria de Estado da Criança	%	-	-	Anual	**Desejado**	40	60	80	100	Secretaria da Criança
						Alcançado	20,32	45,32	-	-	
864	Número de unidades da Secretaria de Estado da Criança com sistema de monitoramento informatizado implantado sobre o número total de unidades	%	-	-	Anual	**Desejado**	50	70	80	100	Secretaria da Criança
						Alcançado	20	40	-	-	

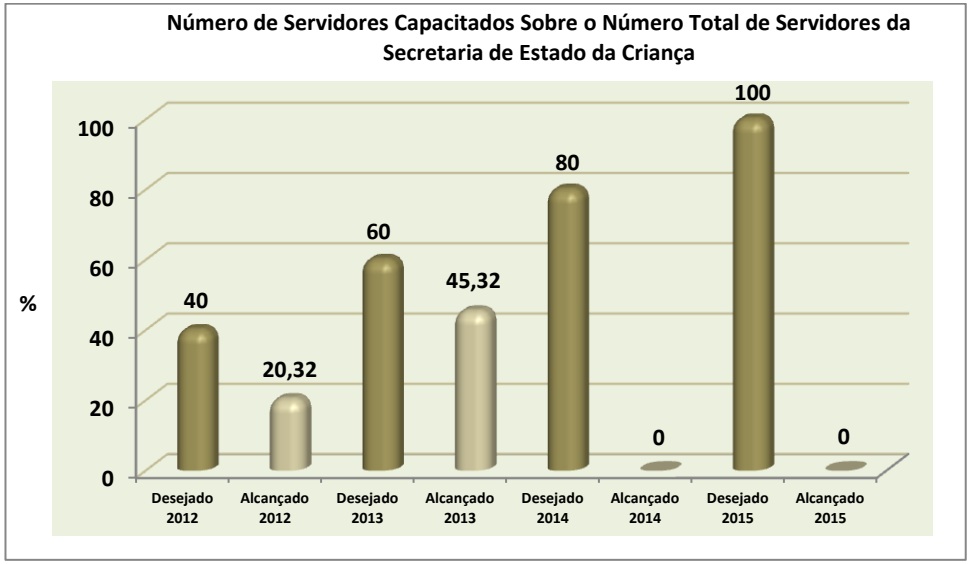
Justificativa - 2013

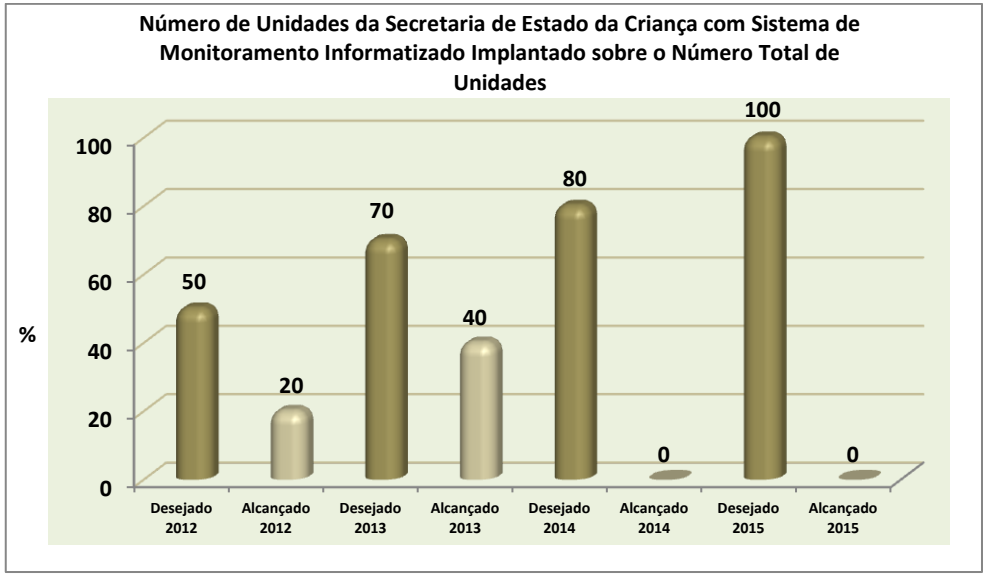
Indicador 862 - Poucos cursos ofertados pela Escola de Governo, Ausência de recursos orçamentários e professores com baixa qualificação na área de socioeducação foram as principais dificuldades encontradas.

Indicador 863 - Poucos cursos ofertados pela Escola de Governo, Ausência de recursos orçamentários e professores com baixa qualificação na área de socioeducação foram as principais dificuldades encontradas.

Indicador 864 - Deve-se a ausência de recursos orçamentários e ao atraso na entrega das três novas Unidades de Internação (Santa Maria, Brazlândia e São Sebastião).


Número de Gestores Capacitados Sobre o Número Total de Gestores da Secretaria de Estado da Criança
%
100
80
60
40
20
0
25
0,8
50
12,8
75
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Servidores Capacitados Sobre o Número Total de Servidores da Secretaria de Estado da Criança
%
100
80
60
40
20
0
40
20,32
60
45,32
80
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Unidades da Secretaria de Estado da Criança com Sistema de Monitoramento Informatizado Implantado sobre o Número Total de Unidades
%
100
80
60
40
20
0
50
20
70
40
80
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 004 - Promover o desenvolvimento integral e a participação dos jovens do DF e Entorno, com especial atenção à população de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

11.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO/COORDENADORIA DE JUVENTUDE

Análise do Objetivo Específico

Estudos mostram que quando se tomam os indicadores relacionados à renda, um terço da população de baixa renda do DF é jovem, e aqueles relacionados à violência, 52% dos homicídios são praticados por jovens e em mais 60% dos casos são eles as vítimas. Tem-se um quadro que demonstra a necessidade de investimentos nos jovens como um potencial elemento de coesão social nas comunidades do DF, o que equivale a dizer: se os integrarmos às políticas sociais de maneira ativa e com um caráter protagonista, incidiremos sobre esses indicadores de modo que o investimento nos jovens represente um retorno social para toda a comunidade. A Coordenadoria de Juventude-COORJUV/SEG busca a instituição de uma Política Distrital de Juventude e atua na direção da superação das desigualdades sociais e na construção da igualdade de oportunidades, respeito à cultura e a convivência harmônica entre a juventude de todo o Distrito Federal. Um exemplo é o diálogo com as redes de jovens e articulações da Coordenadoria de Juventude junto às entidades do Distrito Federal, por meio do qual iniciou-se o processo de registro de muitas áreas onde se encontram instalados bolsões de pobreza e invisibilidade, além de traduzir o desejo dos jovens na expectativa da política. Desta forma o Distrito Federal deverá definir as políticas públicas necessárias à inclusão desses jovens na superação da invisibilidade, preservação cultural, combate à intolerância e, sobretudo, assegurar os direitos contemporâneos que todos eles têm à disposição. Devem-se considerar, na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, as especificidades e a realidade de cada cidade, de forma a desenhar estratégias que efetivamente ajudem a construir a equidade na atenção das necessidades da juventude. É um desafio que começa a ser enfrentado no âmbito do governo distrital, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Governo, em parceria com os diversos integrantes do executivo.

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. 24 Conselhos locais de juventude implantados nos territórios e vinculados aos Centros de Juventude	Até a presente data não houve a implantação do Conselho, porém foi aprovada a lei de criação do Conselho distrital em 12 de dezembro de 2012, publicada em janeiro de 2013. O Conselho Territorial será implantado posteriormente ao Conselho Distrital, inclusive como atividade do mesmo.
2. Conselho Distrital de Juventude - CODEJUVE implantado	A eleição do Conselho Distrital teve seu marco legal finalizado em dezembro, com aprovação na CLDF em 12/12/2012. A eleição do mesmo ocorreu em 27 de abril de 2013 dentro de uma conferência no Museu Nacional do Complexo Cultural da República, onde 20 (vinte) conselheiros de Juventude do Distrito Federal foram eleitos conforme Lei nº 5.020 de 23 de janeiro de 2013, sendo 14 (quatorze) conselheiros representantes da Sociedade Civil como membros titulares e 06 (seis) membros conselheiros suplentes, **resultando em 01 Conselho Distrital implantado.**
3. 100% dos conselheiros do Conselho Distrital de Juventude, bem como dos conselhos locais, capacitados	Até 2013 foram capacitados 10% dos membros do Conselho, com recursos de outro programa. Esta ação seria executada por meio do Convênio que foi firmado com a SNJ – Secretaria Nacional de Juventude / PR sob o

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
para o acompanhamento das ações de Governo	número 776.408/2012, porém o mesmo não foi prorrogado impossibilitando o atingimento das metas previstas;
4. 50 mil jovens atendidos em atividades de cultura e convivência, e/ou encaminhados para atendimento específico em outros serviços, por meio dos Centros de Juventude	As ações da Coordenadoria em 2012 foram distribuídas entre Diálogos – Direito à Mobilidade, Diálogos – Direito à Cultura, Diálogos – Direito à Participação, Dia da Juventude, Inauguração do Cine Clube Câmbio Negro, Diálogos da Juventude: Segurança Pública e Prevenção à Violência, DF Street Circuito Cufa de Skate de Rua – "Na Rua É Nóis", REC Street, Rua do Lazer – "Comunidade para Comunidade", Domingão do Lazer – Ceilândia, Sarau da Confraria dos Comuns e Audiência Pública. Foram atendidos **14.510 jovens.** Em 2013, dentre diversos outros eventos cita-se o Festival de Cultura Incra-08, Produarte, II Fight pelo Sonho, Debate Sobre Educação Especial e Jovens, Nova Velha Escola, Enraizando Ideias, Encontro de Lideranças Estudantis (Núcleo Bandeirante, Paranoá, Plano Piloto, São Sebastião), Dia D, Debate: Manifestação e as Repercussões na Saúde, Oficina de Enfrentamento ao Racismo Institucional, Sarau Radical: Vez e Voz da Periferia, Cara e Cultura Negra, Encontro Cultural da Juventude e As Ancestralidades de Matriz Africana; **75.500 Jovens atendidos.**
5. Subsídios técnicos para o aprimoramento de plano disponibilizados por meio de pesquisas e estudos realizados	Projeto básico do "Mapa da Juventude do DF" finalizado em 2012 com execução prevista para o exercício de 2013, o que não ocorreu.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

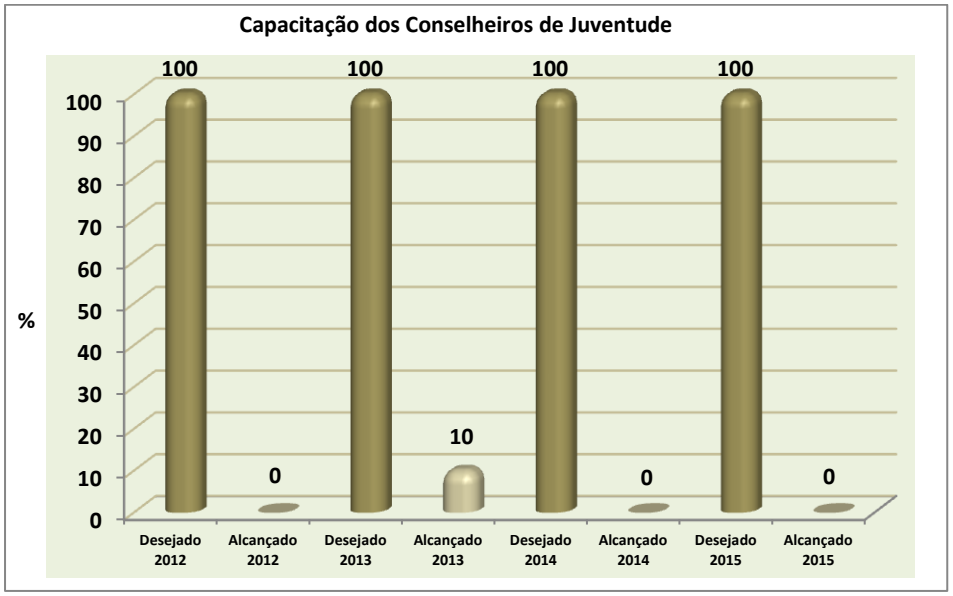
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1235	Capacitação dos conselheiros de Juventude	%	-	-	Anual	**Desejado**	100	100	100	100	SEGV/ COORJUV
						Alcançado	0	10	-	-	
1236	Jovens atendidos em atividades culturais e ação comunitária e/ou encaminhados a outros serviços por meio dos Centros de Juventude	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	5.000	15.000	15.000	15.000	SEGV/ COORJUV
						Alcançado	14.510	75.750	-	-	
1237	Pesquisas, estudos, diagnósticos	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SEGV/ COORJUV
						Alcançado	1	0	-	-	

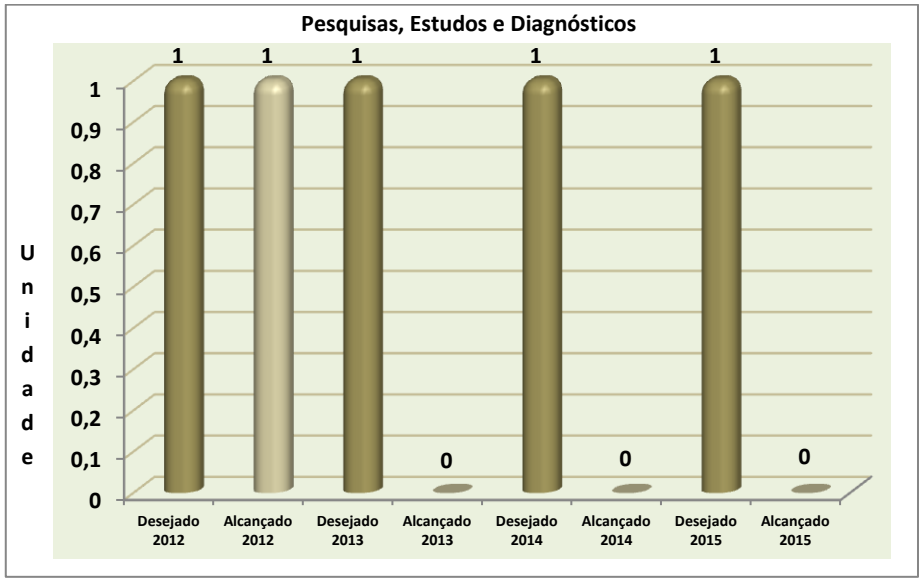
Justificativa - 2013

Indicador 1235 – Foi realizado o 1º encontro formativo com 21 conselheiros e 10 suplentes, conf. Processo: 360.000.544/2013. Os cursos de capacitação e disseminação da política da juventude do DF, foram objeto de apresentação e aprovação de Projeto Básico e Plano de Trabalho, junto à Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República. Programa mantido com recursos do Convênio registrado no SICONV sob nº 776408/2012; DOU de 28/03/2013, seção 3, mas não foram realizados devido ao cancelamento do referido Convênio, e, novo processo está em curso para cumprimento da meta em 2014 por meio de recursos próprios.

Indicador 1236 – A COORJUV/SEG, realizou um conjunto de atividades que contemplou os jovens nas suas formas de expressão cultural e de covivência por meio da arte, dança, música, esporte e lazer. Dentre os eventos realizados destaca-se: Festival Cultural Incra-08, Produarte, II Fight pelo Sonho, Debate sobre Educação Especial e Jovens, Circuito Cufa de Skate de Rua-DF STREET (1ª e 2ª Etapa), Elemento em Movimento, Nova Velha Escola, Enraizando Ideias, II Voo Coletivo, Feira de Música Novas Bandas, e outros.

Indicador 1237 – Meta não alcançada devido a falta de recursos financeiros. Desde 2012 estava prevista a realização de um "Mapa da Juventude do DF", visando obter informações pontuais complementares que permitissem ampliar o conhecimento da situação dos jovens do DF. Porém não foi possível a contratação até a presente data.




Pesquisas, Estudos e Diagnósticos
Unidade
1
0,9
0,8
0,7
0,6
0,5
0,4
0,3
0,2
0,1
0
1
1
1
0
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6224 – ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA

OBJETIVO GERAL: Prestar assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade aos necessitados, em defesa da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando-se a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos, como forma de pacificação social (*Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013).*

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado aos Macrodesafios:

- Realizar uma gestão eficaz, transparente e participativa, com foco no cidadão.
- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

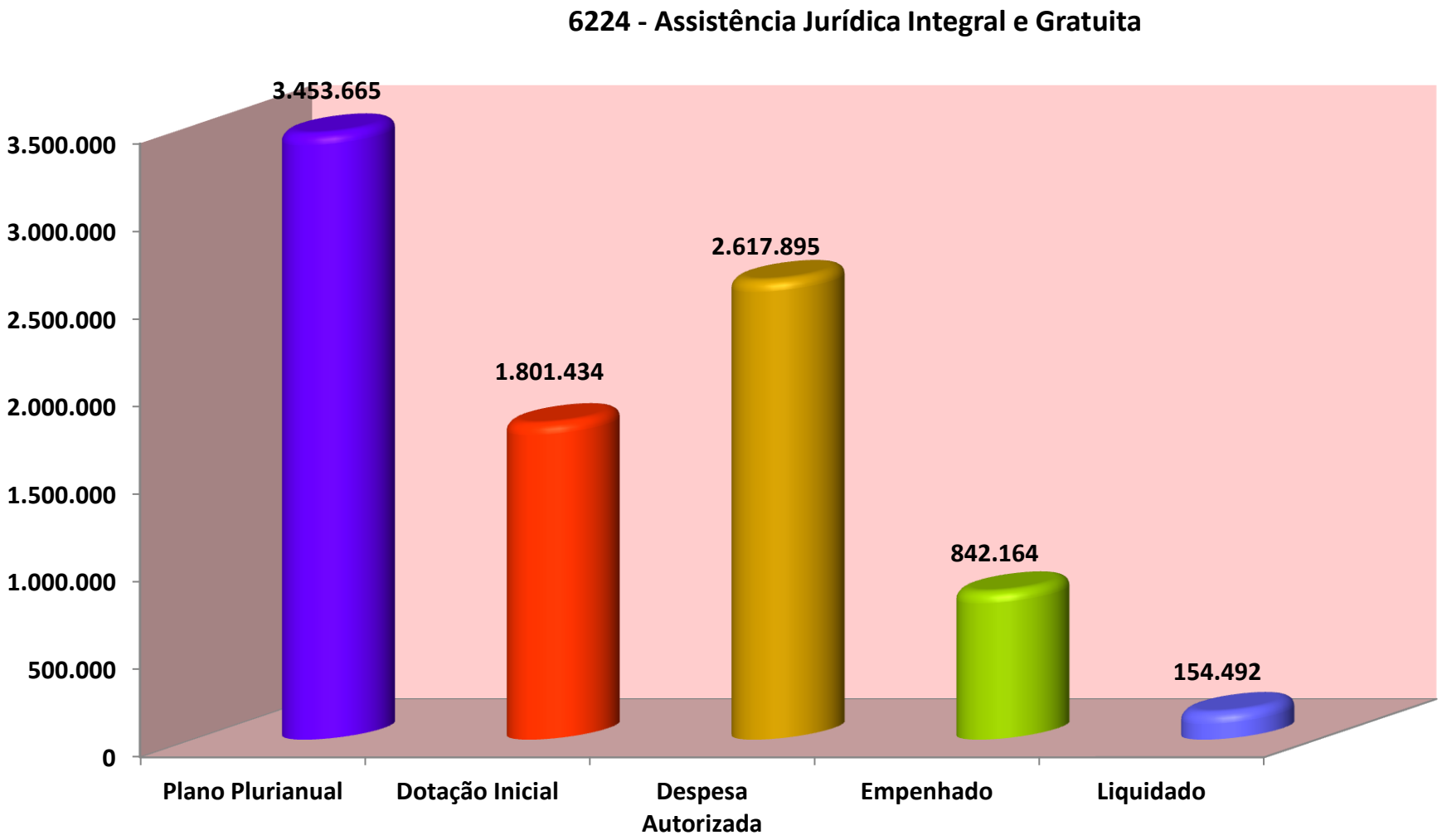
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 1 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Prestar assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando-se a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos, como forma de pacificação social. *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	48.101/ 48.901

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4126 - Manutenção de Escola de Assistência Judiciária	139.849	70.000	6.250	6.250	6.250	4	4
1984 - Construção de Prédios e Próprios	1.263.281	0	0	0	0	0	0
2965 - Funcionamento do Programa de Assistência Judiciária - PROJUR	542.574	65.250	185.250	2.020	2.020	0	0
3030 - Modernização e Reaparelhamento do CEAJUR	600.000	514.908	2.141.835	570.334	133.316	95	22
3903 - Reforma de Prédios e Próprios	233.961	100.000	0	0	0	0	0
4127 - Defensoria Pública na Comunidade	70.000	426.588	250.000	250.000	0	357	0
4128 - Serviços de Mediação, Conciliação e Autocomposição	116.000	61.588	0	0	0	0	0
4129 - Realização de Exame de DNA	290.000	463.100	13.560	13.560	12.906	5	4
4130 - Manutenção do Projeto "Conhecer Direito"	78.000	0	0	0	0	0	0
4138 - Desenvolvimento de Ações de Serviços Sociais	120.000	100.000	21.000	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6224	**3.453.665**	**1.801.434**	**2.617.895**	**842.164**	**154.492**	**24**	**4**


6224 - Assistência Jurídica Integral e Gratuita
3.453.665
1.801.434
2.617.895
842.164
154.492
3.500.000
3.000.000
2.500.000
2.000.000
1.500.000
1.000.000
500.000
0
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 - Prestar assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade aos necessitados, em defesa da dignidade da pessoa humana, da cidadania plena e da inclusão social, priorizando-se a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos, como forma de pacificação social. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

UNIDADES RESPONSÁVEIS:
48.101 – DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF
48.901 – FUNDO DE APOIO AO APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Análise do Objetivo Específico

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1.Garantir acesso à justiça para a população pobre do Distrito Federal: a) Criação de Núcleos da Defensoria em todas as Regiões Administrativa; b) Assegurar a atuação de Defensores Públicos em todas as Varas do TJDFT; c) Assegurar a presença de Defensores Públicos dentro do sistema prisional e nas unidades de internação do sistema socioeducativo; e *d)* Assegurar efetivamente a defesa da mulher vitima de violência domestica e demais pessoas em estado de vulnerabilidade. *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	**A –** A DPDF encontra-se em todas as Circunscrições Judiciais do Distrito Federal e, vem evidenciando esforços para elevar os níveis de atendimentos à população necessitada. Com a expansão do TJDFT em todas as regiões Administrativas do DF serão instalados núcleos de atendimentos jurídicos nesses novos fóruns. Até o momento, das 25 unidades de atendimentos, 17 unidades estão dentro dos Fóruns. **B –** A DPDF atua em quase todos as Varas do TJDFT, porém, é necessária a ampliação do quadro de Defensores Púbicos do Distrito Federal, de modo a garantir maior eficiência na atuação judicial. No entanto, não estão dentro dos fóruns: Defensa do Consumidor, Execução de Medidas Sócio-educativas, NAJ - Núcleo de Atendimento Judiciário do Gama, Iniciais de Brasília, NAJ Paranoá, Saúde, 2º Grau e Tribunais Superiores e NAJ Taguatinga. **C –** Em 2013, a Defensoria Pública do Distrito Federal assinou Termo de Cooperação Técnica com a Secretária de Segurança Pública do DF-SSP/DF. A ação permitiu a instalação de uma unidade do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da DPDF nas dependências do Centro de Detenção Provisória – CDP, que fica no Complexo Penitenciários da Papuda, acompanhando os presos provisórios, em complemento a atuação do núcleo de execuções penais. Cabe observar que foram elaborados 37 defesas Administrativas, em favor dos internos que transgrediram a disciplina do presídio; entrevistados 49 internos, em atendimento a solicitação dos Defensores Públicos e por recomendação do Ministérios Público; atendidos os ofícios 106/2013 e 141/2013 da 2ª Promotoria de Justiça de Execução Penais, a respeito da situação processual de presos; atendidos 116 famílias de presos em ação conjunta com a Direção do CDP em evento realizado nos dias 22 e 23/05/2013 no Pátio do CDP; atendidos 200 famílias de presos em ação conjunta com a Direção da PDF I e II nos dias 17 e 18/07/2013 em seu pátio.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	D – Em atenção às disposições da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a Defensoria Pública do Distrito Federal, por meio do Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Mulher e o Departamento de Atividade Psicossocial – DAP/DPDF, em parceria como o Centro de Formação de Psicólogos do Centro Universitário de Brasília – Cenfor/UniCEUB, instituiu o Projeto Grupo de Apoio às Mulheres Vítimas de Violência no segundo semestre de 2012 com o objetivo de oferecer atendimento psicossocial, esclarecimentos jurídicos e preparação para enfrentar audiências e demais consequências sociais e familiares para as mulheres vítimas de violência doméstica. Nos encontros, que acontecem semanalmente no Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Mulher, além de receberem informações acerca dos seus direitos, da rede de proteção e orientações jurídicas em relação ao processo, também é proporcionado às mulheres um espaço de troca de experiências visando mudanças subjetivas que rompam com o ciclo de violência de gênero. Em 2013, **12** mulheres foram acompanhadas pelo projeto. A avaliação do DAP, embasada no feedback das participantes, é que as informações prestadas foram esclarecedoras e auxiliaram no processo judicial bem como proporcionou um fortalecimento para lidar com a situação presente e prevenir tais situações futuramente, especialmente a partir do conhecimento da rede de proteção e das políticas públicas existentes para o caso.
2.Instituir sistema de resolução de conflitos extrajudiciais: a) Criação de Núcleos especializados; e *b)* Capacitação de Defensores Públicos e Servidores. *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	**A –** A DPDF possui o Núcleo de Atendimento Judiciário - Naj de Saúde que atua em conjunto com a Câmara Permanente Distrital de Mediação em Saúde – CAMEDIS, instituída por meio da Portaria Conjunta nº 01 de 26 de fevereiro de 2013, responsável por mediação relativa às demandas por serviços ou produtos de saúde oferecidos pelo Sistema único de Saúde (SUS do DF) e tem por missão buscar solução às demandas por serviços e produtos de saúde, com o intuito de evitar ações judiciais ou propor soluções para às aquele em trâmite. Do total de 1.548 atendimentos em 2013, tivemos 1.396 ações judiciais; tais como: 446 solicitações de UTI, 307 de medicamentos, 269 de cirurgias, 123 de exames, 60 de internações entre outras. E, 152 atendimentos não necessitaram de ação judicial. **B –** Por meio da Portaria nº 78, de 8 de julho de 2013, da lavra do Defensor Público – Geral, foi instituído, no Órgão, o Programa Permanente de Capacitação e de Qualificação Interna. A medida leva em consideração a necessidade de realização de programas voltados para a consecução dos princípios, objetivos e funções institucionais da DPDF. Além disso, abordam-se as necessidades de capacitação e de desenvolvimento humano, profissional e coletivo contínuos dos Defensores Públicos e servidores da DPDF, no exercício de suas funções, sobretudo para o melhor atendimento da população hipossuficiente e em estado de vulnerabilidade social do Distrito Federal. Nesse sentindo ocorreu 1 curso de mestrado com 10 participantes e outro de doutorado, com 1 participante.
3.Assegurar atendimento à população residente na região	**A –** Foi realizado e homologado concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
metropolitana (RIDE) a) Nomeação de Defensores Públicos com este fim específico; e b) Celebração de convênios com Estados, Municípios e Poder Judiciário. *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Defensor Público, Edital nº 1 – DPDF, de 10 de abril de 2013. Aguardando a fase de nomeação. **B –** Em 2013 foram assinados 8 Termos de Cooperação Técnica entre a DPDF e órgãos de Estado do DF, são eles: SSP, PCDF, SECRIANÇA, SEPIR, PROCON, DFTRANS e SEE; e 1 Termo de cooperação Técnica entre a DPDF e TJDFT. Não ocorrendo ainda celebrações de convênios, pois a DPDF se encontra com o quadro reduzido de Defensores Público da DPDF e aguardar futuras nomeações. Conforme item "A".
4.Intensificar a fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a população pobre *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	A DPDF acompanha as politicas públicas por meio da participação do comitê intersetorial de monitoramento da política da população em situação de rua; participação do Conselho Distrital de Direitos Humanos do Distrito Federal; participação das reuniões mensais das redes sociais das regiões administrativas do Distrito Federal e da participação das reuniões dos grupos de população pobre.
5.Garantir a presença da defensoria pública na área rural *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	5 - A DPDF conta com o programa de Atendimento Itinerante – Programa o Defensor na Comunidade. O programa atendeu grande parcela da população do Distrito Federal e entorno, que nem sempre pode se deslocar aos fóruns, para ter contato com a Defensoria Pública.
6.Consolidação e formulação de projetos sociais: a) Defensor na comunidade; b) Grupo de apoio às mulheres vítimas de violência; c) Paternidade responsável; d) Programa de atenção a dependentes químicos e saúde mental; e) Programa de atenção à população em situação de rua; f) Capacitação para conselheiros tutelares; g) Projeto Conhecer Direito; h) Projeto Conhecer Direito Acessível; i) Jovem Cidadão e Igualdade Racial; j) Projeto Fênix; e k) Projeto 100% Cidadão. *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	**A – Defensor na comunidade** - Em processo contínuo**,** atendendo grande parcela da população do Distrito Federal, que nem sempre pode se deslocar aos fóruns, para ter contato com a Defensoria Pública, ou mesmo nas comunidades que não têm fóruns. A Defensoria Pública, por meio do Programa de Itinerancia, atendeu em 2013, **1.225** pessoas nas cidades de: Riacho Fundo II, Estrutural, Varjão, Arapoangas, Candangolândia, Itapuã, Vale do Amanhecer, Fercal, Areal, Planaltina, Guará, Condomínio Por do Sol, Ceilândia, PDF II/Papuda. E, aderido também, às atividades da ação denominada "GDF junto de você", acolhendo ao convite da Coordenadoria de Agenda Institucional do GDF, a Defensoria Itinerante atendeu o total de **394** pessoas nas ações em São Sebastião, Sobradinho, Ceilândia, Planaltina e Gama. Vale ressaltar também, os trabalhos em conjunto com várias entidades do DF, tais como: OAB/DF, Polícia Civil do DF, Policia Militar do DF, DETRAN, PROCON/DF, Administrações Regionais do DF, Rotary Club do Brasil, SESC, SENAC, Igrejas, Faculdades, Escolas e Associações, além de mutirões de atendimentos em datas especiais. **B – Grupo de apoio às mulheres vítimas de violência** - Tem o objetivo de oferecer apoio psicossocial e jurídico às mulheres vítimas de violência no decorrer do processo judicial. Em 2013, **124** mulheres foram encaminhadas para acompanhamento psicossocial. **C – Paternidade responsável** - Coordenado pelo Departamento de Atividade Psicossocial – DAP visa estimular, por meio de mediação, o reconhecimento voluntário de paternidade, sem a necessidade de ajuizamento de ação judicial. O projeto também disponibiliza aos interessados a realização do exame de DNA para os casos em que houver dúvida em relação à paternidade, sem custos para o assistido. Para tanto, basta que o suposto pai e a representante legal da criança se apresentem munidos de seus documentos pessoais. Em 2013 foram realizados

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	91 exames de DNA, **25** obtiveram resultados negativos e **66** positivos. **D – Programa de atenção a dependentes químicos e saúde mental** - O projeto consiste no acompanhamento sistemático daqueles que buscam a Instituição no intuito de obter atendimento em relação a distúrbios psíquicos graves e uso de substâncias químicas. A DPDF por meio do Departamento de Atividade Psicossocial-DAP, realiza atendimento especializado a fim de estreitar os vínculos e adquiri a confiança dos dependentes químicos que se encontram em situação de vulnerabilidade psicossocial, inclusive com esclarecimentos sobre a internação compulsória. A equipe multidisciplinar verifica todas as possibilidades de encaminhamento para a desintoxicação nos hospitais regionais, bem como para o atendimento específico nos Centros de Atenção Psicossocial-CAPS, no Adolecentro – CAPSi, nas casas de recuperação, nas comunidades terapêuticas e nas clínicas-escolas. O trabalho é realizado no Centro de Atendimento em Dependência Química e Saúde Mental, que funciona nas dependências do Núcleo de Assistência Jurídica da Saúde – NAJ/Saúde, adotando as providências necessárias para garantir o acesso à rede de saúde e de assistência social, com vistas a evitar, quando possível, a judicialização dos casos essencialmente de saúde. O programa atendeu em 2013: **671** casos e foram realizadas **250** visitas domiciliares pelas equipes do Departamento de Atividade Psicossocial da Defensoria Pública do Distrito Federal - DAP. **E – Programa de atenção à população em situação de rua** - Este programa presta assistência jurídica, psicológica e social a essa população, com o intuito de garantir a possibilidade de um padrão de vida digno, a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Um dos objetivos é de resgatar a cidadania tendo acesso à documentação civil básica. Para tanto, foi firmado acordo de cooperação com a Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF que objetiva a união de esforços para a expedição de carteira de identidade civil à população em situação de rua, sendo repassados pela DPDF os recursos financeiros necessários para às despesas de expedição da terceira via da carteira de identidade civil. Em 2013 foram realizados **723** atendimentos à população em situação de rua. E desses atendimentos tiveram **345** terceiras vias de RG, sendo atendidos **215; 319** pedidos de certidão de nascimento, no qual **140** foram entregues aos requerentes e **179** ficaram em aguardo e solicitados **59** pedidos de verificação de situação judicial e tomada de providências. **F – Capacitação para conselheiros tutelares** - A DPDF promoveu o I Curso de Capacitação para Conselheiros Tutelares do DF, em 07/05/2013 por meio de sua EASJUR e de seu Núcleo da Infância e Juventude, com o apoio da Associação dos Defensores do DF - ADEP-DF e em parceria com o Centro de Referência em Direitos Humanos do DF e com a Secretaria de Estado da Criança e Conselho Tutelar. A iniciativa teve por objetivo trabalhar no aprimoramento dos serviços prestados ao público infanto-juvenil, além de contribuir para a efetiva aplicação das medidas de proteção por meio de atividades multidisciplinares. A capacitação ocorrida nos dias 07, 09,13, e 15 de maio de 2013, teve 60 participantes. **G – Projeto Conhecer Direito -** Em sua 6ª Edição, já beneficiou com o conhecimento básico e diferenciado, mais de **500** alunos do 3º ano do ensino médio da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	H – Projeto Conhecer Direito Acessível - Esse projeto disponibiliza curso básico de conhecimento jurídico para pessoas com deficiência auditiva. O projeto é fruto de contrato celebrado, em setembro de 2013, entre a DPDF e a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos – Apada/DF visa oferecer um atendimento acessível e mais humanizado aos assistidos surdos da DPDF, com o apoio dos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras. O projeto conta também com a colaboração da Associação dos Defensores Públicos do distrito Federal – ADEP/DF, da União Planetária – UP, do Centro de referência em Direitos Humanos do DF- CRDF/DF e da Vestcon, que presta integral suporte e divulgação à iniciativa. Ressaltamos que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC/DF possibilitou aos alunos do curso a compreensão básica de sua segunda língua: o Português. Os estudantes contam com aulas ministradas por docentes que possuem conhecimento de métodos e técnicas adequados para a realização de um trabalho sistemático e contínuo de acompanhamento ao desenvolvimento do aluno com deficiência auditiva. Cabe ressaltar que no período 20/08 a 11/12/2013 ocorreu curso de capacitação com 52 participantes. **I – Jovem Cidadão e Igualdade Racial:** No dia 13 de junho de 2013 foi firmado entre a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Governo do Distrito Federal (SEPIR/DF) e a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) o Termo de Cooperação Técnica visando implementar o funcionamento do Disque Racismo no DF, com objetivo de promover a igualdade racial a população negra, cigana, indígena e etnias historicamente excluídas, a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnico-raciais individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Como uma estratégia para a consecução desses objetivos, em março de 2013 foi lançado o Disque Racismo, através do qual são feitas denúncias, reclamações e pedidos de informação às pessoas vítimas de discriminação étnico-racial. Segundo dados oficiais, nos primeiros 15 dias de funcionamento, o Disque Racismo recebeu mais de **800** ligações, das quais **512** foram registradas como denúncias, **227** reclamações e **130** contatos foram realizados para pedidos de informações e esclarecimentos. Cabe observar, os casos de denúncia ainda são analisados e tipificados, ou não, como casos de racismo, para as devidas providências. A partir desta análise, até o mês de setembro, o Disque Racismo havia recebido **5.558** ligações, sendo **77** caracterizadas como casos de racismo, o que apresenta uma média de **12** casos de racismo por mês. **J – Projeto Fênix** - A Defensoria Pública do Distrito Federal lançou o Projeto Fênix para estimular e disponibilizar ferramentas de inclusão e reinserção social para o cidadão que cumpre pena no Distrito Federal. Essa iniciativa oferta cursos técnicos pelo Programa SENAC de gratuidade, que faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego – Pronatec, além de oferecer material didático gratuito. O projeto também conta coma parceria da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF – SSP/DF e da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP. Também são realizados, periodicamente, mutirões de atendimento para sanar dúvidas e oferecer possibilidades para os cidadãos que cumprem pena em estabelecimento prisional do DF. Contudo, os dados estatísticos encontram-se em levantamento no núcleo de Ensino Penitenciário Feminino do Distrito Federal, da

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Secretária de Segurança. **K – Projeto 100% Cidadão** - O projeto prevê a realização de atividades destinadas a incrementar o diálogo com a sociedade civil organizada, tendo o intuito de trabalhar na transformação social de comunidades carentes do DF por meio da prática de etapas estratégicas voltadas para a construção de efetivas políticas públicas. Dentre elas citamos a atividade in loco promovida em 20 de abril de 2013 na comunidade do Areal/DF em parceria com a Associação de Moradores do Setor Sul de Águas Claras e adjacências, onde ocorreram 120 atendimentos. Outra ação realizada em 25 de maio de 2013, no Guará/DF, com apoio da Operação Resgate Amigos da Educação e Esporte – ORAEE teve 72 atendimentos. Como também, a 1ª Grande Ação Social Jurídica no Sol Nascente, realizada em 14 de outubro, na Av. Central, chácara 142, quadra 501 no trecho 01 /Ceilândia, em parceria com o PROCON, DETRAN, Polícia Civil do DF, Polícia Militar do DF, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF, CAESB, Corpo de Bombeiro Militar do DF, Associação Nacional dos Defensores Público (ANADEP) e Administração Regional de Ceilândia. A ação, com cerca de 500 atendimentos, contemplou: atendimento e orientação jurídica e encaminhamento para as áreas de saúde, educação, trabalho e psicossocial; atividades lúdicas e educativas; orientação ao consumidor; orientações odontológicas; oficinas de gastronomia, moda e beleza; carretas de atendimentos multidisciplinares; bem como recreação para as crianças, além de elevar a autoestima dos homens e mulheres. Outras realizações do projeto 100% Cidadão: **cursos de Triagem,** qualificação técnico-jurídica destinada ao aprimoramento e uniformização do sistema institucional de atendimento, onde 41 participantes, em duas turmas, entenderam a dinâmica de trabalho nos núcleos da Defensoria do DF, bem como conheceram a atuação social que vem sendo estruturada pela instituição. **Curso de Educação financeira**, em parceria com o Banco de Brasília (BRB), ofereceu aos servidores da instituição, o curso de Educação Financeira, na sede da Escola e, posterior, outra turma administrada pelo Coordenador de Planejamento da DPDF. O curso com carga horária de 9 horas-aula teve por objetivo oferecer o controle das finanças pessoais e qualidade de vida dos servidores da DPDF e suas famílias. As duas turmas tiveram no total de 26 participantes. **Curso de informática,** com o objetivo de capacitar os servidores da DPDF, visando à melhora no atendimento ao público hipossuficiente, e por meio de sua Escola, a Defensoria Pública do Distrito Federal realizou seu primeiro curso de informática nos dias 27 e 29 de novembro, 02,04 e 06 de dezembro de 2013, com 10 participantes. Houve ainda, o curso de Capacitação de Direitos Humanos para Gestores das Escolas Públicas de Planaltina/DF, nos dias 28, 29 e 30 de agosto, com 110 participantes; o Curso de Capacitação de Direitos Humanos para Gestores das Escolas Públicas de São Sebastião com 12 participantes e o programa de formação inicial de estagiários com 100 participantes.

01 Meta excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
989	Medidas para tutela de interesses coletivos	Unidade	7	30/11/2010	Anual	Desejado	21	12	13	14	PROJUR
						Alcançado	43	13	-	-	
991	Índice de acordos	%	2	30/11/2010	Anual	Desejado	0,08	6	7	8	PROJUR
						Alcançado	2,7	2,16	-	-	
992	Índice de judicialização	%	18	30/11/2010	Anual	Desejado	0,18	18	18	18	PROJUR
						Alcançado	0,17	17,25	-	-	
993	Atendimentos prestados	Pessoa	241.704	30/11/2010	Anual	Desejado	355.305	385.000	420.000	430.000	PROJUR
						Alcançado	432.348	417.127	-	-	
994	Índice de audiências realizadas com a presença do Defensor Público	Índice	14,5	30/11/2010	Anual	Desejado	0,8	40	50	60	PROJUR
						Alcançado	0,8	43,18	-	-	
1353	Projetos institucionais e sociais desenvolvidos	Unidade	1	30/11/2010	Anual	Desejado	-	6	7	9	DEFENSORIA PÚBLICA
						Alcançado	0	9	-	-	
1354	Atuação extrajudicial	Unidade	639	30/11/2010	Anual	Desejado	-	984	958	1.021	DEFENSORIA PÚBLICA
						Alcançado		1.828			
1355	Índice de satisfação do usuário	%	-	-	Anual	Desejado	-	60	70	85	DEFENSORIA PÚBLICA
						Alcançado	0	0			

Justificativas – 2013

Indicador 989 - foram realizadas 13 ações Civis Pública, no ano de 2013. A meta estabelecida para este ano é de 12, sendo plenamente atingida e superada em 8,33%.

Indicador 991 - Considerando que foram autuados 317.620 processos, temos 6.870 acordos realizados representando 2,16% dos processos autuados. A meta proposta para o referido ano foi de 6%, que não foi atingida em sua totalidade, somente em 36%. Cabe ressaltar que esta Defensoria Pública do Distrito Federal já tomou as devidas providências no sentido da realização de concurso público para o cargo de Defensor Público viabilizando a realização do aumento do número de acordos.

Indicador 992 - O principal motivo do não atingimento da meta foi determinado pela redução de Defensores Públicos, de 208 para 186. Contudo, foi realizado concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Defensor Público, Edital nº 1 - DPDF, de 10 de abril de 2013, que se encontra em sua fase final.

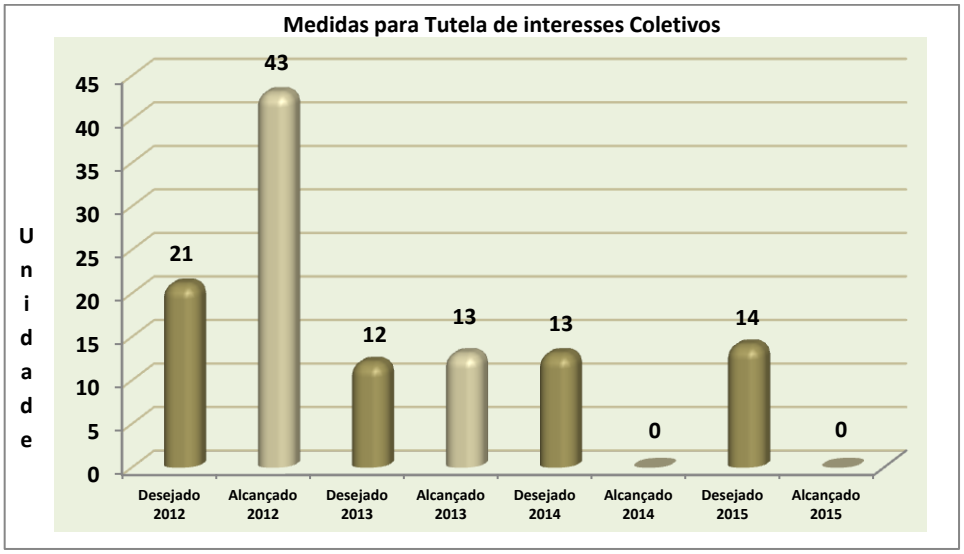
Indicador 993 - Foram realizados 417.127 atendimentos no âmbito da DPDF no ano de 2013, a meta prevista de 385.000 foi atingida plenamente e superada em 8,34%. Importante ressaltar, mesmo com toda dificuldade a redução de 22 Defensores Públicos, foi concentrados esforços para o atingimento da meta, sendo consideradas as seguintes variáveis: Atendimento Defensor, atendimento Externo, Atendimento Idoso, Atendimento Servidor, Atendimento Vitima Doméstica e Visitas.

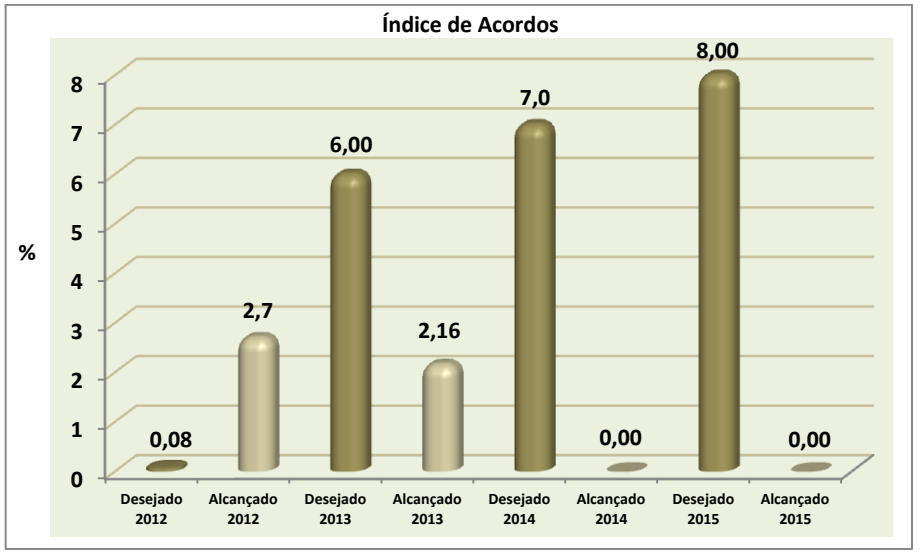
Indicador 994 - Audiências realizadas com a presença do Defensor foram 180.133 no âmbito da DPDF no ano de 2013. A meta estabelecida para 2013 é de 40% sobre o número de atendimentos, sendo plenamente atingida e superada em 3,18%.

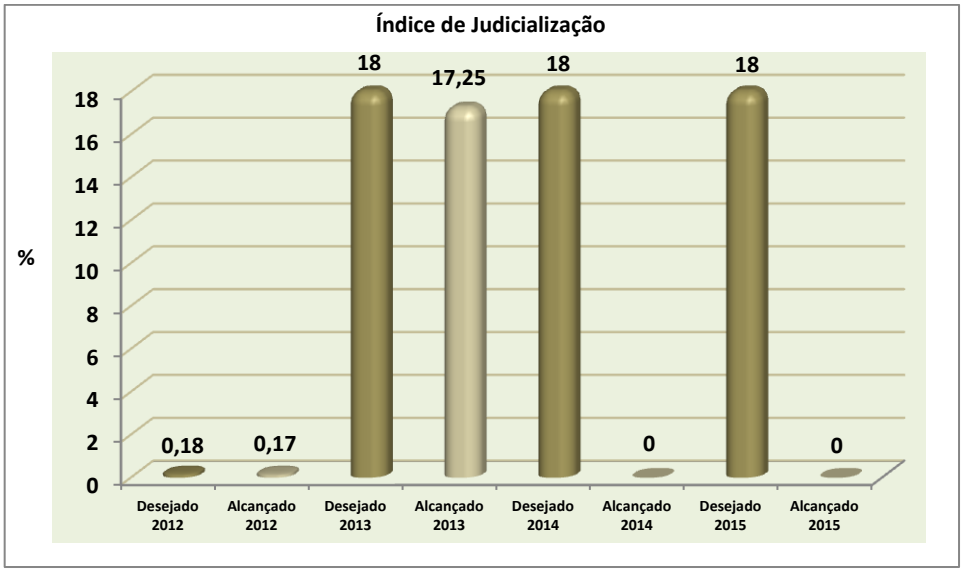
Indicador 1353 - Podemos citar: Conhecer Direito, 100% Cidadão, Atendimento aos Usuários de Saúde Mental, Atendimento Integral à População em Situação de Rua, Paternidade Responsável, Jovens em Harmonia com a Vida, Apoio às Mulheres Vítimas de Violência, Mediação, Campanha Caminho da Solidariedade, Grupo de igualdade Racial.

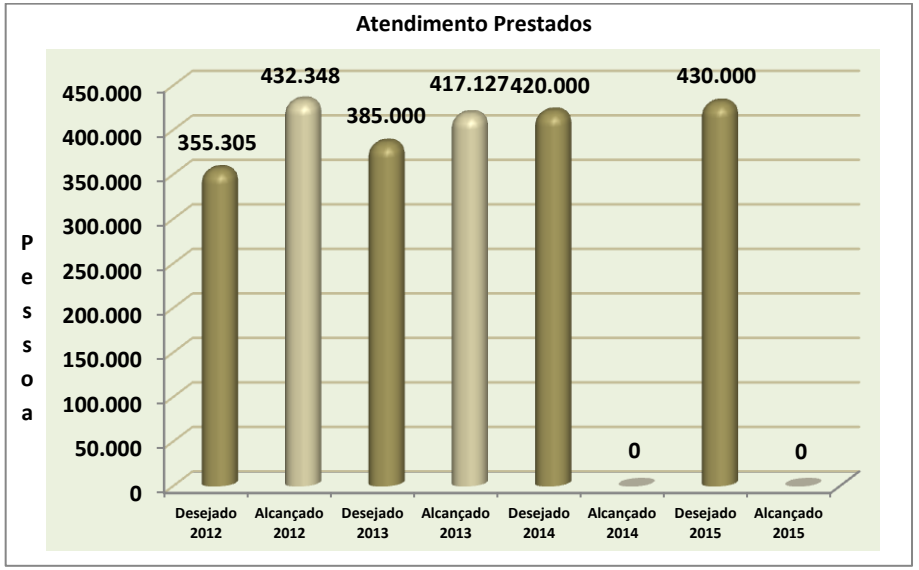
Indicador 1354 - A meta estabelecida para 2013 é de 984 - Atuação Extrajudicial, sendo realizadas 1.828. Atingindo e superando a meta em 85,8%.

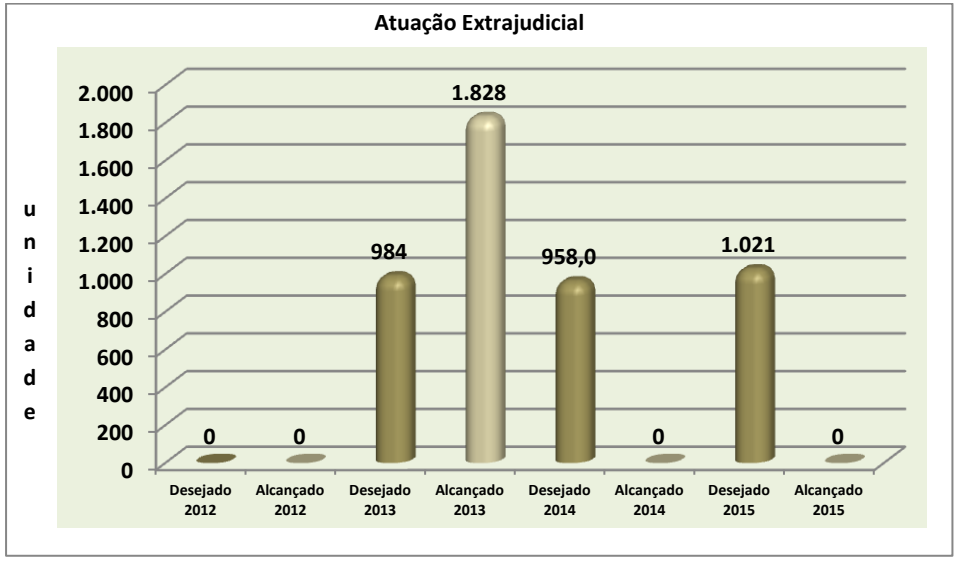
Indicador 1355 - No que se refere ao Índice de Satisfação do Usuário, no ano de 2013, o Departamento de TI não teve meios adequados para efetuar a aferição de satisfação dos usuários. É importante ressaltar que já foi contratada empresa para atuar na área de suporte técnico presencial e remoto, e outra empresa para desenvolver o sistema de informatização para a DPDF.


Medidas para Tutela de interesses Coletivos
Unidade
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
21
43
12
13
13
0
14
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

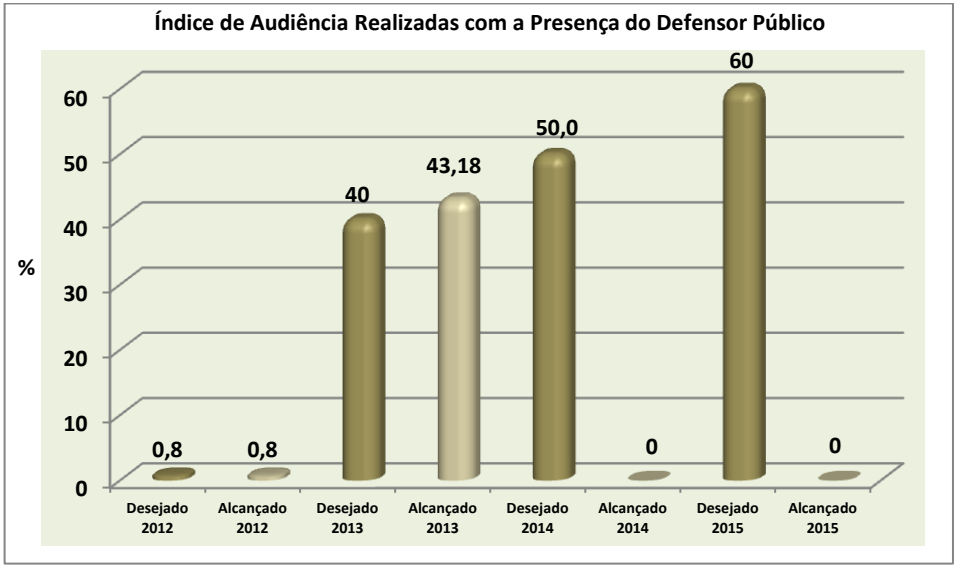

Índice de Acordos
%
8
7
6
5
4
3
2
1
0
0,08
2,7
6,00
2,16
7,0
0,00
8,00
0,00
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Judicialização
%
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
0,18
0,17
18
17,25
18
0
18
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Atendimento Prestados
Pessoa
450.000
400.000
350.000
300.000
250.000
200.000
150.000
100.000
50.000
0
355.305
432.348
385.000
417.127
420.000
0
430.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Atuação Extrajudicial
unidade
2.000
1.800
1.600
1.400
1.200
1.000
800
600
400
200
0
0
0
984
1.828
958,0
0
1.021
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Índece de Satisfação do Usuario
%
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
60
0
70,0
0
85
8
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Índice de Audiência Realizadas com a Presença do Defensor Público
%
60
50
40
30
20
10
0
0,8
0,8
40
43,18
50,0
0
60
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Projetos Institucionais e Sociais Desenvolvidos
Unidade
9
8
7
6
5
4
3
2
1
0
0
0
6
9
7
0
9
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6225 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO GERAL: Promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

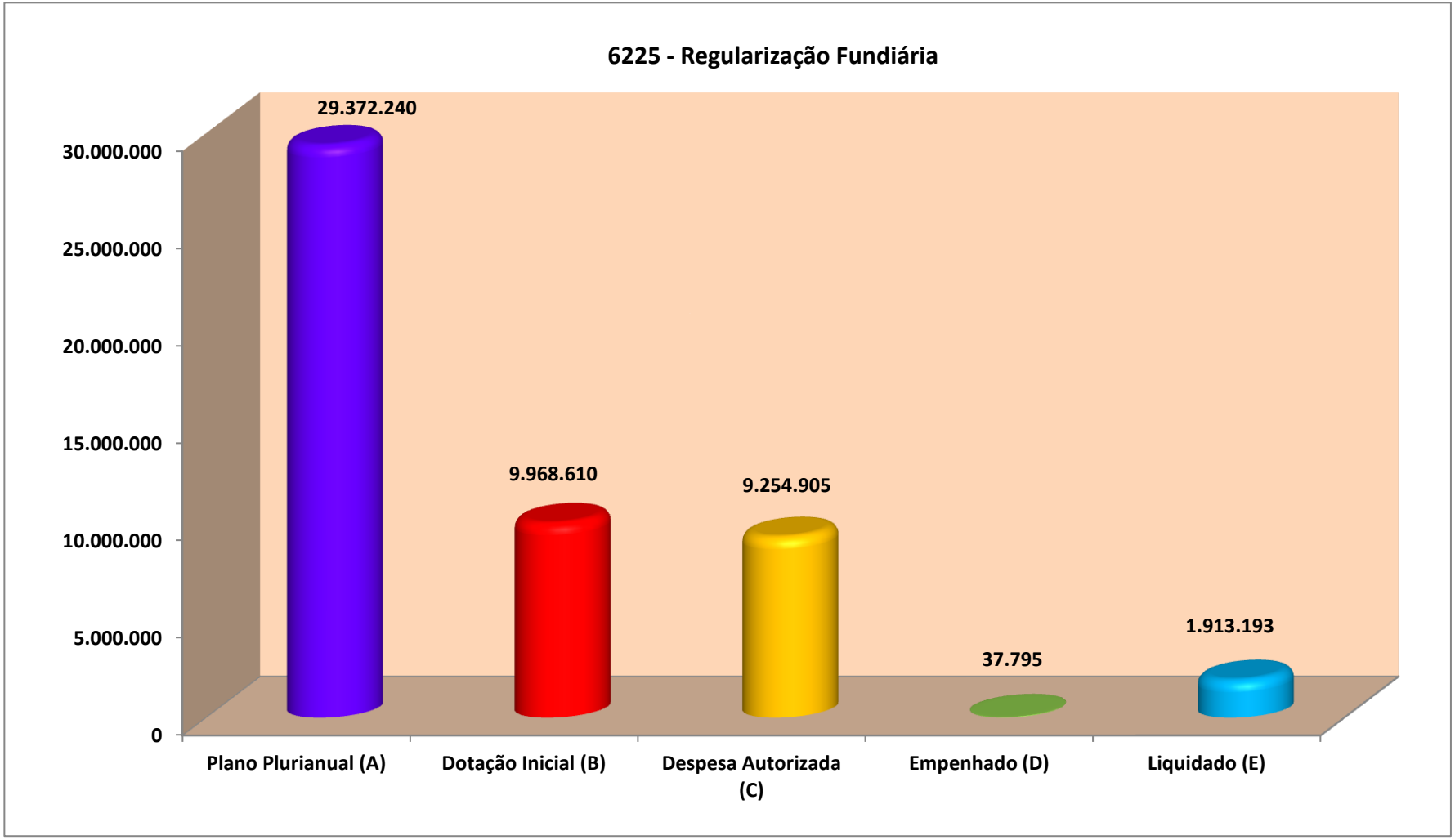
O programa temático é composto de 5 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental, mediante ações de tornem os processos mais ágeis e transparentes.	28.101/ 55.101
002 – Regularizar assentamentos urbanos informais localizados nas Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS e nos núcleos urbanos implantados pelo Poder Público com parcelamentos ainda não registrados.	28.201
003 – Regularizar a situação fundiária das áreas públicas rurais, por meio da divisão das terras em comum com particulares, da elaboração de Projetos de parcelamento rural, e da celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso para exploração das terras públicas rurais.	28.201
004 – Regularizar os parcelamentos urbanos localizados em terras públicas do Distrito Federal, por meio da elaboração de estudos ambientais, projetos urbanísticos, registro em cartório de imóveis, e implantação de infraestrutura básica.	28.201
005 – Regularização de áreas públicas rurais do Distrito Federal, gerenciamento dos contratos firmados e intensificação da fiscalização. *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	14.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
3160 - Regularização de Parcela-mentos Urbanos	10.000.000	5.000.000	5.000.000	0	1.910.772	0	19
4011 - Regularização de Áreas de Interesse Social	15.192.240	700.000	37.795	37.795	2.421	0	0
4230 - Registro de Loteamentos de Interesse Social	1.530.000	0	0	0	0	0	0
4142 - Plano de Regularização	500.000	1.968.610	1.967.110	0	0	0	0
4109 - Implementação da Política de Utilização de Terras Públicas Rurais	400.000	50.000	0	0	0	0	0
3144 - Realização de Parcelamento Rural	1.750.000	2.250.000	2.250.000	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6225	**29.372.240**	**9.968.610**	**9.254.905**	**37.795**	**1.913.193**	**0**	**7**

([1]) Na coluna “D” constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna “E” constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6225 - Regularização Fundiária
29.372.240
9.968.610
9.254.905
37.795
1.913.193
30.000.000
25.000.000
20.000.000
15.000.000
10.000.000
5.000.000
0
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 – Promover a regularização fundiária, urbanística e ambiental, mediante ações que tornem os processos mais ágeis e transparentes.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
28.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDHAB
55.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE REGULARIZAÇÃO DE CONDOMÍNIOS

Análise do Objetivo Específico

Regularização fundiária, urbanística e ambiental são políticas de governo abrangentes, que envolvem diretamente diversos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), como a Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), a Secretaria de Ordem Pública e Social (SEOPS), a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), o Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e Projetos Habitacionais (GRUPAR), a Secretaria de Regularização de Condomínios e a Agência de Fiscalização do DF (AGEFIS).

Todas as ações empreendidas no âmbito da Política de Regularização estão fundamentadas em um amplo espectro de leis, tanto no âmbito federal quanto local e possui abrangência macro, isto é: cidades, condomínios, imóveis, templos religiosos e entidades de assistência social.

Os principais programas relacionados a esse Objetivo são: “Regularizou, é seu” e “Mutirão das Escrituras”, os quais representam a atividade fim desta política, quais sejam: conferir segurança jurídica ao cidadão e o consequente ganho em sua qualidade de vida.

Os procedimentos de regularização foram atribuídos à Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB),que centraliza as ações da política de regularização do Distrito Federal e observa os preceitos ambientais estabelecidos no Distrito Federal que garantam a sustentabilidade do território com as condicionantes legais que assegurem ao máximo a permanência das populações no lugar onde se encontram.

Quanto à atuação da Secretaria de Regularização de Condomínios (SERCOND) no alcance desse Objetivo Específico, especificamente em 2013, o foco do seu trabalho direcionou-se às realizações de ações que agilizam os processos de regularização das áreas de parcelamento irregular do solo, tendo como premissa a regularização fundiária no que tange aos condomínios horizontais. Para solucionar as pendências históricas quanto aos registros cartoriais dos projetos de regularização, atividade fim de sua atuação, a SERCOND passou a realizar a análise fundiária de cada parcelamento antes do prosseguimento do processo de parcelamentos e/ou regularização. Para tanto, conta com a sinergia dos demais órgãos de governo (GDF e União), bem como de particulares (cartórios). Sua metodologia de trabalho é focada na redução dos gargalos existentes no processo de regularização, os relacionados a outros órgãos do GDF, à União, aos cartorários e até mesmo às pendências judiciais, buscando sempre trazer benefícios à população.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Condomínios horizontais regularizados	A Secretaria de Regularização de condomínios (SERCOND) tem focado seu trabalho em ações que agilizam o andamento da regularização das áreas de parcelamento irregular. Dentre essas ações, destacam-se: Secretaria Itinerante que realiza visitas com objetivo de prestar informações, esclarecer dúvidas e receber demandas da comunidade quanto ao processo de regularização. Em 2013 foram realizadas aproximadamente 14 visitas; Parcelamentos Aprovados no Conselho de Planejamento (CONPLAN): Em 2013 foram aprovados 9 parcelamentos; Publicação de Decreto de Regularização: Em 2013 foram contemplados os parcelamentos Residencial Marisol e Alto da Boa Vista. Reuniões com Síndicos: Foram realizadas

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	diversas reuniões com síndicos objetivando fornecer orientações para a regularização, notadamente nas áreas fundiária, urbanística e ambiental; Audiências Públicas: Em 2013 foram realizadas 2 audiências públicas para discutir o PLC de condomínios fechados. Parceria com a Anoreg: Foi firmada parceria para análise prévia das exigências visando o registro em cartório dos parcelamentos regularizados. Parcelamentos em Análise**:** Em 2013 existiam 99 parcelamentos em análise pela SERCOND.
2. Regularizar fundiária e urbanisticamente as cidades implantadas (*Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foram entregues, em 2012, 4.484 escrituras aos moradores do DF mais 1.785 escrituras referentes à carteira imobiliária, perfazendo um total de 6.269 escrituras. Como principal realização em 2013, temos a entrega de outras 1.617 Escrituras, conforme segue: a) BRAZLÂNDIA - 6; b) CANDANGOLÂNDIA – 1; c) CEILÂNDIA – 342; d) GAMA – 3; e) ESTRUTURAL – 497; f) GUARÁ II – 7; g) PLANALTINA – 110; h) RECANTO DAS EMAS – 100; i) RIACHO FUNDO I – 5; j) SAMAMBAIA – 150; k) SANTA MARIA – 60; l) SOBRADINHO – 313; m) TAGUATINGA – 15; n) VILA TELEBRASÍLIA – 2; perfazendo total de 1.611 escrituras entregues; como fatores que contribuíram para realização da meta, temos a regulamentação da lei 4996/12, por meio do Decreto 34210 de 13/03/2013; bem como a criação da Diretoria de Regularização – DIREG, no âmbito da CODHAB. Os dados foram colhidos do sistema interno SIHAB, da CODHAB. Como dificuldades encontradas no processo, podemos citar pendências no tocante à questão fundiária, cujas áreas encontram-se em terras da TERRACAP e de particulares.
3. Processos de regularização simplificados, agilizados e transparentes para a população	Em 2012, a meta foi parcialmente alcançada, uma vez que foram elaborados importantes instrumentos jurídicos que desoneram a burocracia existente nos processos de regularização. Entre os instrumentos jurídicos criados, podemos citar a Lei 4.996/12, que dispõe sobre a regularização de áreas de interesse social e os Decretos 34.210 e 34.211 (os decretos foram publicados em 2013). Publicação do Portal da Regularização e Cartilhas Informativas.
4. Assentamentos precários de interesse social regularizados	Em cumprimento à meta, em 2013 os seguintes projetos tiveram continuidade: VILA DNOCS, SOBRADINHO - Construção de 429 unidades habitacionais e execução de Trabalho Técnico Social – Escrituras entregues; ESTRUTURAL - Construção e melhorias de 584 Unidades Habitacionais (UH), pelo PAC, bem como prospecção de mais 286 UH's, com recursos do programa minha Casa, Minha Vida. VILA VARJÃO – Previsão de construção de 144 UH's e Implantação de equipamentos Públicos Comunitários. Em licitação; MESTRE D'ARMAS, PLANALTINA - construção de 433 unidades habitacionais e execução de trabalho social e ARAPOANGA, PLANALTINA - construção de 461 unidades habitacionais e execução de trabalho técnico social, projetos que aguardam inserção em programa de melhorias.
5. Criar o Portal da Regularização	Meta cumprida conforme a publicação do Decreto 34210 de 13/03/2013. A página da internet que detalha o processo de Regularização Fundiária no Distrito Federal (http://www.regularizar.df.gov.br/).

03 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

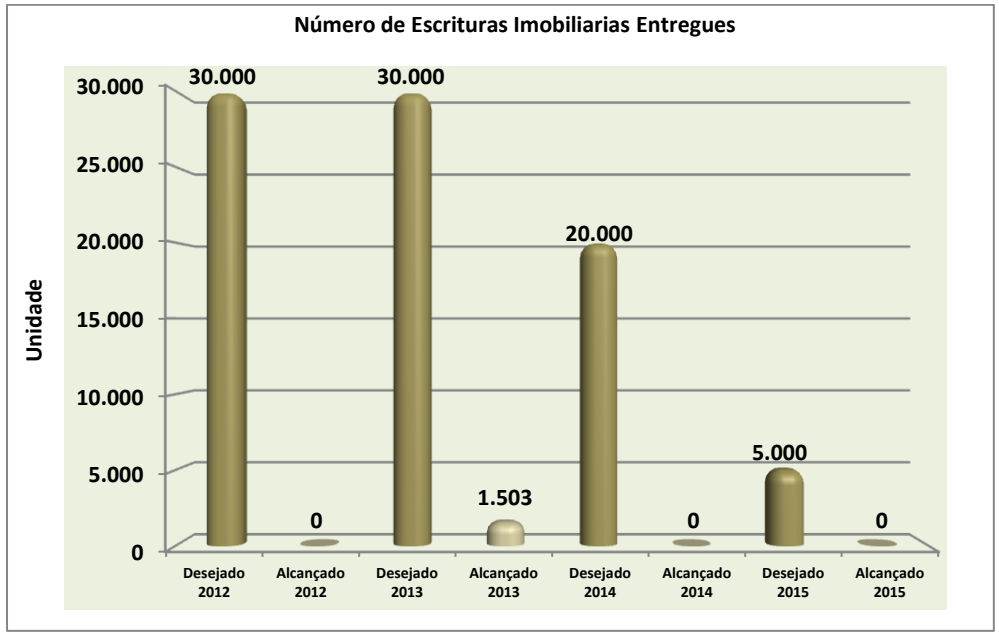
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1323	Número de Escrituras Imobiliárias entregues	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	30.000	30.000	20.000	5.000	SUHAB/SEDHAB
						Alcançado	0	1.503	-	-	SUREG/SEDHAB

Justificativas – 2013

Indicador 1323 - Espera-se que em 2014 o resultado desejado seja superado de forma a garantir o cumprimento do programa.



Objetivo Específico: 002 – Regularizar assentamentos urbanos informais localizados nas Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS e nos núcleos urbanos implantados pelo Poder Público com parcelamentos ainda não registrados.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
28.209 – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB

Análise do Objetivo Específico

A nova política habitacional do Distrito Federal permitiu a formulação de programas de regularização capazes de enfrentar o processo de desenvolvimento urbano informal e promover a integração de áreas irregulares à cidade formal, por meio de ações interventivas em áreas prioritárias estabelecidas no PDOT (Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS) e em núcleos urbanos implantados anteriormente pelo Poder Público. Essas ações foram articuladas e integradas em um único programa, o Regularizou É Seu!.

Para implementação do Programa Regularizou é Seu, foi publicada a Lei nº 4.996/12, marco legal da habitação social no Distrito Federal. Posteriormente, a lei foi regulamentada pelo Decreto nº 34.210/13, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social, seguida pela disponibilização do "requerimento de solicitação de regularização fundiária de interesse social" no endereço eletrônico www.regularizar.df.gov.br, a ser preenchido pelo ocupante do imóvel até 31 de dezembro de 2013 (ainda em 2013, esse prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2014, com o objetivo estimular a legalidade fundiária e urbanística no DF e coibir a especulação imobiliária). Ainda, foi firmado convênio entre a SEDHAB e a Associação dos Notários e Registradores do DF – ANOREG, que reduz até 2015 o valor das taxas cartoriais de lavratura e registro do imóvel de R$ 1.214,85 para R$ 197,74, valor mais acessível à população de baixa renda.

Outro instrumento utilizado para fomentar a regularização imobiliária no DF foi a ampliação do número de postos avançados de atendimento ao público nas cidades e assentamentos a serem regularizados. Além do recebimento de documentação, formalização de processos e habilitação dos beneficiários em tempo real, os postos oferecem orientação e auxílio no preenchimento do requerimento de regularização fundiária. Essas estruturas de atendimento ao cidadão foram montadas nas seguintes áreas: Varjão, Planaltina, Riacho Fundo II, Vila Planalto II, Santa Maria, Setor Habitacional Ribeirão (Porto Rico), Vila São José - Brazlândia, Recanto das Emas, São Sebastião, Vila Telebrasília, São Sebastião e Estrutural, Sol Nascente/Ceilândia e Setor Habitacional Buritis/Sobradinho II.

Atualmente, sob a coordenação da CODHAB, encontram-se os seguintes projetos de regularização de áreas de interesse social (ARIS): Becos do Gama, Porto Rico/Santa Maria, Arapoangas e Mestre D'Armas/Planaltina, Sol Nascente, Por do Sol, QNP 22 e 24, QNR 2, 3, 4 e 5, Becos/Ceilândia, Setor Habitacional Primavera/Taguatinga, Vila Basevi, Mansões Sobradinho, ARIS Buritis, Pontas de Quadra, Sobradinho II, DNOC's/Sobradinho I, Água Quente/Recanto das Emas, Itapoã e Estrutural/SCIA e Núcleo Urbano São Sebastião, Setor Habitacional do Torto/Brasília, Becos e Vila São José/Brazlândia, Paranoá, Riacho Fundo II, Vila Cauhy, QE 44 II e QE 56 a 64/Guará, Setor Leste e Oeste/Planaltina, Vila Telebrasília e Vila Varjão.

Esse conjunto de esforços trouxe resultados significativos em 2013, ano em que foram emitidas 2.978 escrituras por doação e 1.785 escrituras para os mutuários da carteira imobiliária da CODHAB, além dos 1.045 títulos de concessão de uso (TCUs) emitidos.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Promover a regularização de 113 mil unidades habitacionais em áreas de interesse social	**2013 –** Vila DNOC's**:** 468 escrituras de doação entregues; Cidade Estrutural: 892 escrituras de doação entregues; Becos de Ceilândia: 587 escrituras de doação entregues; ARIS Buritis: 700 escrituras de doação entregues. Foram entregues, ainda, 440 Termos de Concessão a Título Precário, para famílias residentes em Sobradinho II (Buritizinho). **2012 –** Vila DNOC's: 132 unidades habitacionais entregues; 230 Termos de Concessão de Uso - TCU entregues; Vila Rabelo: remoção e entrega de 160 famílias c/simultânea entrega dos TCU's; Setor Habitacional Buritis: emissão de 322 TCU's e convocação de 405 famílias para apresentação de documentação e habilitação; Vila Varjão: convocação de 148 famílias e habilitação de 123 a uma Unidade Habitacional; Setor Habitacional Sol Nascente: reassentamento de 69 famílias; A expectativa é que, até o final de 2015, a CODHAB tenha promovido a regularização de mais de 40 assentamentos precários.
2. Promover a regularização de unidades habitacionais em 2 núcleos urbanos (Riacho Fundo II e São Sebastião	**2013 –** Riacho Fundo II – 1ª etapa: projeto urbanístico registrado; Riacho Fundo II – 2ª etapa: projeto urbanístico revisado e encaminhado para aprovação; Riacho Fundo II – 3ª Etapa: Elaboração de diagnóstico sobre quantidade de famílias irregulares em área destinada ao Programa MCMV/Morar Bem, nas QS 14 e 25; Inauguração de Posto de Atendimento Avançado da CODHAB no local. São Sebastião: Regularização urbanística, fundiária e de titularidade, visando a emissão das escrituras de propriedade para as famílias beneficiadas e instalação de Posto de Atendimento Avançado da CODHAB para entrega de documentos necessários à regularização fundiária. **2012 –** Execução do contrato nº 22/2009, com empresa especializada responsável pela elaboração de Projeto Integrado de Regularização da cidade de São Sebastião. Com relação ao Riacho Fundo II: - 3º etapa, foi aprovado o Projeto Urbanístico de Parcelamento das Quadras QS1 a 10, QS 12, QS, 14, QS 16, A 18, QS 20, QS 22 a 31, a implantação de redes aéreas de distribuição de energia elétrica e de rede de abastecimento de água potável e esgoto sanitário. Formalização de contrato para construção das primeiras 2.505 unidades habitacionais. - 4º etapa, formalização de contrato para construção de 5.130 unidades habitacionais. - 5ª etapa, formalização de contrato para construção de 5.904 unidades habitacionais.
3. Implementar o programa "regularizar para morar legal – titulação de unidades", visando a regularização de 26 mil imóveis distribuídos, com a emissão das respectivas escrituras	**2013 –** Em 2013 foram emitidas 2.978 escrituras de doação por meio das ações "Mutirão de Escrituras" e "GDF Junto de Você", contemplando as cidades: Becos de Ceilândia; Estrutural; Vila DNOC's; Ceilândia – Setor P e Buritis. Este número abarca os apresentados na Meta 1. Foram emitidas 1.119 escrituras relativas à Carteira Imobiliária – as quais são geridas atualmente pela Diretoria Financeira. Foi criada a Diretoria de Regularização de Interesse Social, consequência direta da publicação do Decreto nº 34.210/2013 que regulamentou a Lei nº 4.996/2012. Foi instalado o Posto temporário de Atendimento da CODHAB na Vila Planalto, que funcionou por 17 dias e recebeu 1.200 famílias que apresentaram a documentação solicitada para a regularização de seus imóveis. A expectativa da CODHAB é que

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	a escritura definitiva seja entregue em 2014. Foram criados outros 15 Postos Avançados de Atendimento para Regularização, todos estes permanentes, em 15 diferentes áreas de interesse social do DF. **2012 –** Realizado convênio com a ANOREG/DF para redução do valor a ser pago pela escritura. Em 2012, foram registradas 23.191 escrituras de imóveis participantes dos programas habitacionais. Foram entregues 3.955 escrituras aos mutuários, sendo 3.084 nas cidades de Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria, durante o evento Mutirão das Escrituras lançado no final de 2012, e 871 entregues nos Núcleos de Atendimento.
4. Coordenar e acompanhar a execução do trabalho técnico social na política de regularização fundiária	**2013 –** Os projetos de trabalho técnico-social da QNR (Ceilândia) e Vila Varjão foram aprovados pela Caixa Econômica Federal. O contrato nº 018-2013 foi firmado com o Instituto Compasso, vencedor do Pregão nº 13/2013, para execução do PTTS da QNR. Ainda não foi emitida primeira ordem de serviço, uma vez que se aguarda o início das obras habitacionais da QNR, cujos beneficiários serão atendidos no TTS. Quanto ao PPTS do Varjão, o mesmo foi iniciado em 2013 por execução direta da Assessoria de Mobilização da CODHAB, que tem realizado trabalho junto a população a ser beneficiada. O PPTS do Sol Nascente foi aprovado pela Caixa com exigências, as quais estão sendo atendidas pela CODHAB. As demais informações devem ser mantidas. **2012 –** Encaminhado à Caixa Econômica Federal o Projeto de Trabalho Técnico Social - PTTS relacionados às áreas QNR 2, 3 e 5 da Ceilândia/DF, Vila Varjão-Varjão/DF, Arapoanga-Planaltina/DF, Mestre D'Armas-Planaltina/DF e Sol Nascente-Ceilândia/DF. Especificamente na QNR 2, 3 e 5 foram identificadas 684 famílias habilitadas a participar desse Projeto e, quanto ao assentamento Smaff-Taguatinga/DF, foi realizada selagem e cadastramento socioeconômico de 27 famílias.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

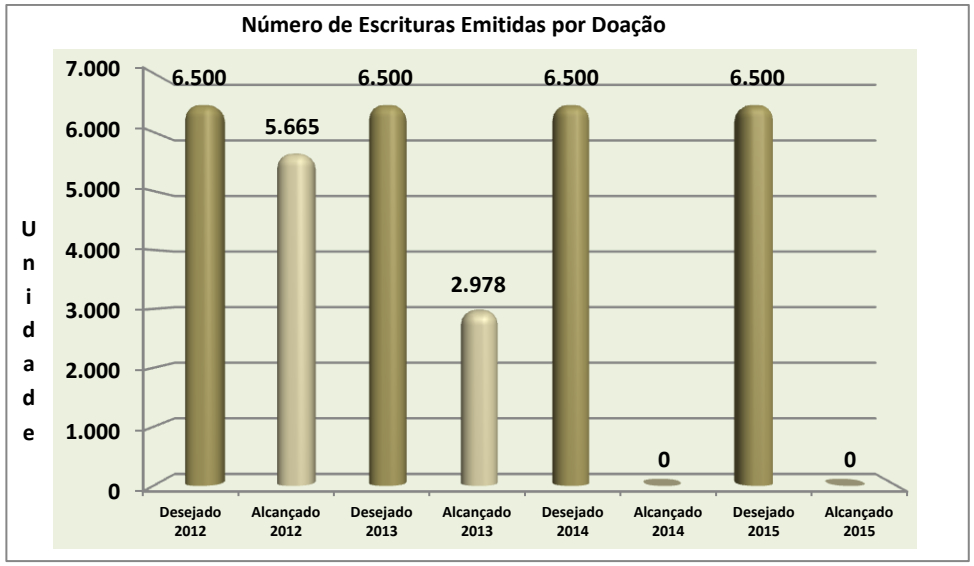
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
886	Número de Escrituras Emitidas por Doação	Unidade	3.600	31/05/2011	Mensal	**Desejado**	6.500	6.500	6.500	6.500	DIREG/ CODHAB
						Alcançado	5.665	2.978	-	-	
887	Número de Títulos Concedidos	Unidade	1.785	31/05/2011	Mensal	**Desejado**	28.500	28.500	19.000	19.000	DIREG/ CODHAB
						Alcançado	4.342	1.045	-	-	
890	Número de Escrituras para Mutuários	Unidade	-	-	Mensal	**Desejado**	19.000	19.000	19.000	19.000	DIREG/ CODHAB
						Alcançado	1.785	1.785	-	-	

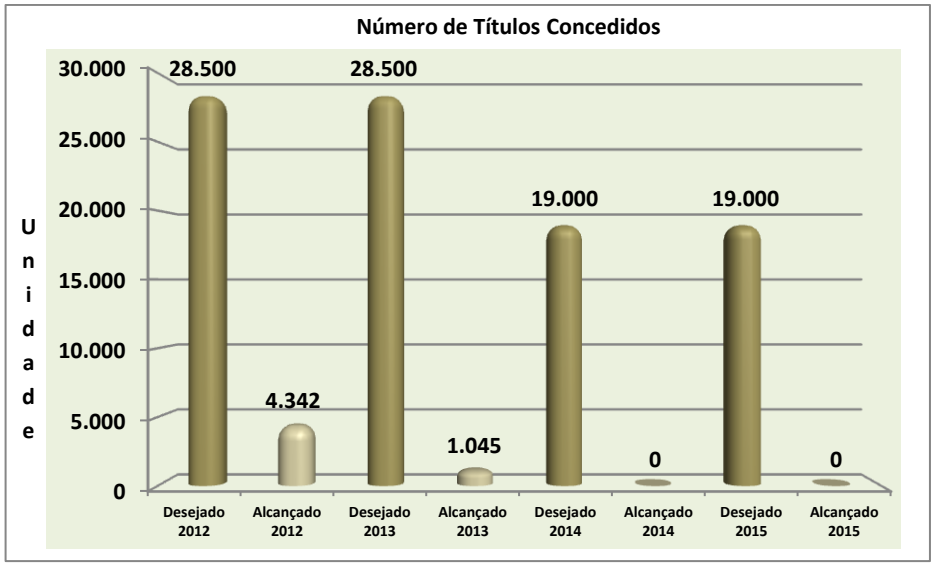
Justificativas – 2013

Indicador 886 – Em 2013, foi publicada a Lei 4.996, que prevê procedimentos simplificados para a regularização fundiária de interesse social. Entretanto, o IBRAM, um dos atores mais importantes da política de regularização, responsável pela a provação dos projetos, não adotou o entendimento da referida lei, o travou a maior parte dos projetos de regularização, que não puderam seguir adiante em razão da não aprovação pelo IBRAM, dentro do GRUPAR.

Indicador 887 – O número de títulos concedidos não é mais um indicador relevante para a política de regularização. Os termos de concessão de uso (TCU) são títulos de propriedade precários, que eram usualmente concedidos para regularizar temporariamente a situação dos cidadãos que ocupavam áreas irregulares. Atualmente, a CODHAB orienta suas atividades apenas para a entrega do título definitivo de propriedade, reservando a emissão de TCUs apenas para casos excepcionais.

Indicador 890 - A entrega de escrituras para mutuários da carteira imobiliária é uma ação que depende da contratação de uma empresa especializada para depuração da carteira (atualização dos montantes das dívidas), o que não se concretizou no ano de 2013.





Número de Escrituras para Mutuário
Unidade
20.000
18.000
16.000
14.000
12.000
10.000
8.000
6.000
4.000
2.000
0
19.000
1.785
19.000
1.785
19.000
0
19.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 003 – Regularizar a situação fundiária das áreas públicas rurais, por meio da divisão das terras em comum com particulares, da elaboração de Projetos de parcelamento rural, e da celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso para exploração das terras públicas rurais.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
28.201 – COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

Análise do Objetivo Específico

A TERRACAP, por ser a empresa responsável pela administração das terras públicas do Distrito Federal localizadas em áreas urbanas ou rurais, também, contribui para o Programa Regularização Fundiária constante no PPA. As ações da TERRACAP neste Programa dizem respeito à:

✓ Regularização de áreas rurais cujos ocupantes estavam com os contratos de concessão de direito real de uso vencido há vários anos e outros que ocuparam de forma irregular, isto é, sem nenhum contrato firmado, assim como definição dos limites sobre o que pertence ao Governo e o que é particular.

✓ Regularização de áreas urbanas ocupadas de forma indevida em anos anteriores.

Assim, o processo de regularização é longo e deve cumprir várias etapas. Inicia-se com o georreferenciamento e termina com a implantação dos projetos de parcelamentos rurais ou urbanos devidamente registrados no cartório de imóveis. Para a legalização das terras públicas rurais se faz necessário o georreferenciamento como forma de resolver as questões de limites entre publico e privado e permitir realizar a certificação das áreas.

Foram programados para o período do PPA 2012/2015, a elaboração do georreferenciamento de uma área de 300.000 hectares. Da meta estabelecida foram georrefenciados até 2013, 186.000 hectares atingindo 62% da meta.

Em 2013 foi realizado o estudo das normas que norteia a atividade de parcelamento rural (LODF, Instrução normativa 17-B/INCRA, Código Florestal 12651/2012, PDOT/2012, Decreto 12.960/90 e 15.869/94) e concluído projeto de parcelamento piloto para a região do Núcleo Rural Tabatinga.

Neste Programa, a outra ação da TERRACAP diz respeito à regularização dos contratos de concessão de áreas rurais ocupadas, cujos ocupantes se encontram com a concessão de uso vencida e outros ocupando áreas rurais de forma totalmente ilegal, isto é, sem nenhum tipo de contrato.

No exercício de 2013, foram firmados 238 contratos de concessão de Direito Real de Uso para exploração de terras públicas rurais. Com isso, o número de contratos de ocupação regularizados em áreas rurais passou de 6,07% em 2012 para 14% em 2013, o que totaliza 420 contratos para um universo estimado de 3.000.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Concluir o georreferenciamento de 300.000 ha das terras públicas rurais do Distrito Federal	Realizado 62% da meta, ou seja, 186.000 hectares de terras públicas rurais. A regularização das áreas rurais envolve ainda questões de divisão e limites entre o que é público e privado, problema que vem desde a época em que se fixou o limite do quadrilátero do Distrito Federal. A Empresa encontrou dificuldades no georreferenciamento de algumas áreas críticas.
2. Regularizar a situação de 3.000 contratos de concessão das terras públicas rurais	Realizado 14% da meta, ou seja, 420 contratos de concessão de terras rurais. Em relação a 2012, nesse ano de 2013, a Empresa teve um resultado significativo, visto que alcançou mais que o dobro daquele ano. No entanto, ainda possui dificuldades nas

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	questões de divisão de terras o que justifica o distanciamento do resultado alcançado em face do desejado.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

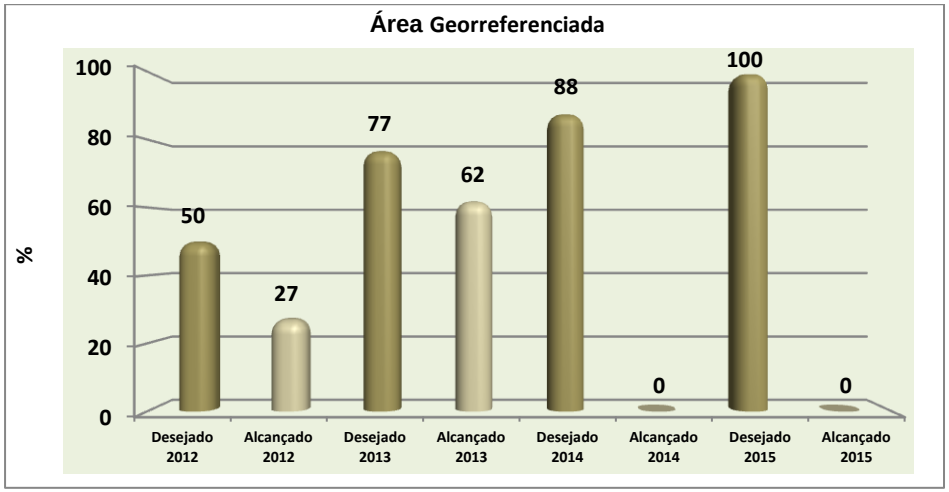
Indicadores:

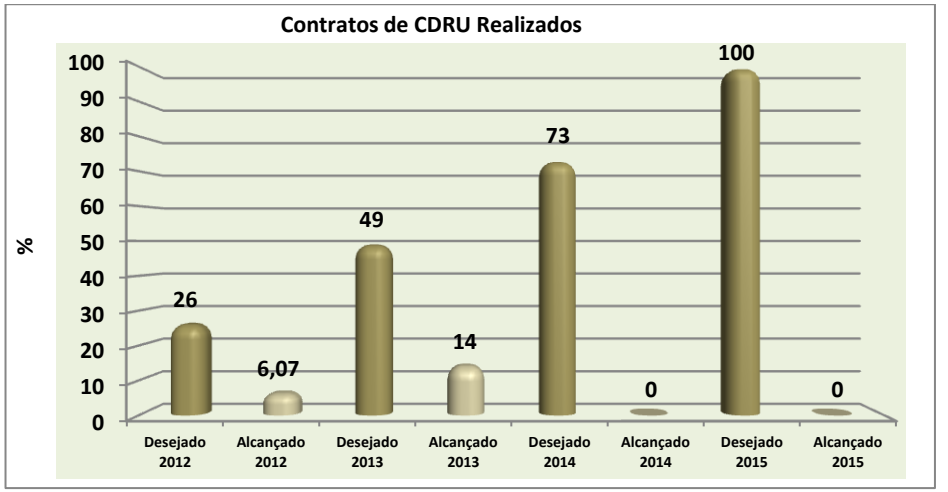
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
895	Área georreferenciada	%	22	30/06/2011	Anual	**Desejado**	50	77	88	100	DITEC/ TERRACAP
						Alcançado	27	62	-	-	
897	Contratos de CDRU realizados	%	2,17	30/06/2011	Anual	**Desejado**	26	49	73	100	DICOM/ TERRACAP
						Alcançado	6,07	14	-	-	

Justificativas – 2013

Indicador 895 – Dificuldade de acesso a determinadas áreas ocupadas.

Indicador 897 – Foram assinados 318 contratos de concessão de direito real do uso - CDRU de ocupantes de área rural, o que representa 14% da meta estabelecida para o período do PPA 2012/2015 e 28,6% do percentual a ser alcançado no ano de 2013.





Objetivo Específico: 004 – Regularizar os parcelamentos urbanos localizados em terras públicas do Distrito Federal, por meio da elaboração de estudos ambientais, projetos urbanísticos, registro em cartório de imóveis, e implantação de infraestrutura básica.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
28.201 – COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

Análise do Objetivo Específico

A regularização de parcelamentos seguem os mesmos trâmites da criação de novos parcelamentos, envolvendo várias etapas que vão desde a elaboração dos projetos urbanísticos, ambientais, implantação de infraestrutura, obtenção das licenças ambientais até o registro em cartório, para, só então, serem vendidos em licitação, com preferência de compra pelos ocupantes.

O processo de regularização urbanístico, ambiental e fundiário, é multidisciplinar e necessita da participação efetiva de diversas instituições governamentais no seu desenvolvimento. A não priorização pelo Governo do Distrito Federal dos projetos sob a responsabilidade da TERRACAP, que é a regularização de áreas de interesse específico, provoca atrasos nas ações planejadas para o exercício, uma vez que as demandas não são atendidas com celeridade e sempre postergadas.

Em 2013 a TERRACAP finalizou todas as ações planejadas de sua competência. Considerando, que a meta de resultado proposta envolve necessariamente, a participação dos órgãos de licenciamento e aprovação do GDF, e ainda, por serem essas atividades competências regimentais de cada um desses órgãos envolvidos, são necessárias ações integradas, visando cumprir a meta estabelecida no plano plurianual.

O processo de regularização dos setores habitacionais: Arniqueira, Bernardo Sayão e Ponte de Terra, e para a Área de Regularização de Interesse Específico – ARINE Mansões Paraíso, elencados como meta da TERRACAP no PPA 2012/2015 encontra-se com todos os estudos e projetos concluídos e encaminhados aos órgãos de licenciamento para análise e aprovação. O número de lotes e o quantitativo de população a ser beneficiada encontram-se discriminada por setores/localização.

Foram investidos em 2013 aproximadamente R$ 2 milhões de reais, para pagamento de estudos, projetos e licenciamentos. Nos quadros a seguir, encontram-se discriminados os setores planejados para regularização até 2015, com o número de lotes existentes, lotes a serem regularizados, bem como a população atual e a prevista após regularização (Quadro 1).

Quadro 1
SETORES DEFINIDOS NO PPA 2012/2015

Áreas de Regularização de Interesse Específico - ARINES	Número de lotes	População prevista	Meta lotes regularizados	Meta população beneficiada
• Setor Habitacional Ponte de Terra	3.785	33.100	6.335	40.975
• Mansões do Paraíso	123	3.750	8.489	54.907
• Setor Habitacional Arniqueira	6.952	28.000	10.643	68.838
• Setor Habitacional Bernardo Sayão	1.810	17.100	12.670	81.950

Além das ações realizadas para alcançar a meta de resultado, ou seja, a regularização dos setores citados no Quadro 1, em 2013 a TERRACAP financiou e gerenciou várias ações visando a regularização de outros setores. Estas ações e as previstas para 2014 se encontram discriminadas (Quadro 2).

O estágio e etapa realizada se referem a execuções até 31/12/2013. O público-alvo beneficiado é identificado pela população da ARINE ou pelo Setor Habitacional passível de regularização.

Iniciativas e Produtos Realizados até 2013 e Previsão de Entrega até Dezembro de 2014			
Projetos	**Produtos realizados até 31/12/2013**	**Previsão para 2014**	**Estágio Atual**
Regularização do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa II, iniciado em 2000.	Estudo Urbanístico EIA/RIMA Projeto de Urbanismo e Infraestrutura - parte implantada	Ações para retirada da impugnação, Registro Cartorial, contratação de RIT, complementar infraestrutura.	Registro cartorial impugnado.
Regularização da ARINE Porto Seguro, iniciado em 2010.	Realizado levantamento Aerofotogramétrico, RIAC e Audiência Pública.	Finalização Projeto Urbanismo; obtenção licenciamento ambiental e urbanístico.	Projeto Urbanístico em desenvolvimento; RIAC em análise pelo IBRAM para obter o LP.
Regularização Setor Habitacional Arniqueira, iniciado em 2010. (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA; Projeto Urbanístico; Projeto Topográfico; Projetos de Infraestrutura - Drenagem e Pavimentação com Acessibilidade; Projeto de Participação Comunitária.	Realização da Audiência Pública para o EIA/RIMA; licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC.	Projetos Urbanísticos e EIA/RIMA em análise pelo GRUPAR; Audiência para EIA/RIMA 15/01/14; Projeto selecionado PAC 2013, aguarda M. Cidade.
Regularização do Setor Habitacional Bernardo Sayão, iniciado em 2010. (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA; Projeto Urbanístico; Projeto Topográfico; Projetos de Infraestrutura - Drenagem e Pavimentação com Acessibilidade; Projeto de Participação Comunitária.	Realização da Audiência Pública para o EIA/RIMA; licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura de Financiamento do PAC; início obras de infraestrutura.	Projetos Urbanísticos e EIA/RIMA em análise pelo GRUPAR; Audiência EIA/RIMA 14/01/2014; Projeto selecionado PAC 2012 aguarda pendências GDF para assinatura do Contrato.
Regularização do SMPW Quadras 1 a 5 iniciados em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; EIA/RIMA; Estudos Geológicos e Geotécnicos; Projeto Urbanístico; Topográfico; Drenagem Pavimentação com acessibilidade; Infraestrutura; Participação Comunitária.	Realização da Audiência Pública para o EIA/RIMA; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC.	Projetos Urbanísticos na SEDHAB análise e aprovação; EIA/RIMA no IBRAM análise e licenciamento; Audiência EIA/RIMA 16/01/2014; Projeto selecionado PAC 2013, aguarda definição do M. Cidade.
Regularização do Setor Habitacional Ponte de Terra iniciado em 2010 (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA e Audiência; Projeto Urbanístico Topográfico Drenagem, Pavimentação com acessibilidade; Infraestrutura Participação Comunitária.	Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC e contratação do RIT.	Projetos URB e EIA/RIMA analisados pelo GRUPAR, correção de exigências. TR para RIT em elaboração. Aguarda definição do M. Cidade.
Regularização da ARINE Mansões Paraíso, iniciado em 2010. (1)	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Estudos Geológicos e Geotécnicos; EIA/RIMA e Audiência Pública; Projeto Urbanístico; Projeto Topográfico; Projetos de Infraestrutura Drenagem e Pavimentação com Acessibilidade; Projeto de Participação Comunitária.	Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial; Assinatura do Contrato de Financiamento do PAC e contratação do RIT.	Projetos Urbanísticos e EIA/RIMA analisados pelo GRUPAR, correção de exigências para aprovação. TR para contratação do RIT em elaboração. Aguarda definição do M. Cidades.
Revisão do Projeto de Regularização	Revisado Projeto Urbanístico; requerido à renovação de	Licenciamento ambiental e urbanístico; Regis-	Projeto Urbanístico corrigido em análise pelo

Iniciativas e Produtos Realizados até 2013 e Previsão de Entrega até Dezembro de 2014			
Projetos	**Produtos realizados até 31/12/2013**	**Previsão para 2014**	**Estágio Atual**
do SH Dom Bosco Etapas I e III iniciado em 2010	Licença de Instalação.	tro Cartorial; contratação do RIT.	GRUPAR. Aguarda a renovação da LI.
Alteração do Projeto de Regularização do SH Jardim Botânico Etapa I iniciado em 2010	Projeto de Regularização do Setor alterado; Solicitado renovação de LI.	Licenciamento urbanístico; renovação de LI; elaboração aprovação de Projeto de Lei Complementar; Audiência para desafetação; Registro Cartorial e contratação do RIT.	Projeto Urbanístico alterado em análise para aprovação pela SEDHAB.
Regularização do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa V-A iniciado em 2010	Projeto de Urbanismo elaborado; solicitado renovação LI.	Licenciamento urbanístico; Renovação da LI; Registro Cartorial; contratação do RIT.	Projeto Urbanístico em análise pelo GRUPAR, após correções de projeto; Solicitado renovação da LI.
Revisão do Projeto de Regularização do Setor Habitacional Boa Vista Trechos I e II iniciado em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Projeto Urbanístico Revisado; requerido o licenciamento ambiental.	Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico em análise pelo GRUPAR, Solicitado emissão de LI dos estudos ambientais para cinco setores de Sobradinho.
Regularização do Setor Habitacional Torto. Iniciado em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; EIA/RIMA; Audiência Publica; Projeto Urbanístico.	Finalização das correções do Projeto Urbanístico; Licenciamento ambiental e urbanístico; Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico em correção para atendimento das exigências do GRUPAR.
Regularização do Setor Habitacional Jardim Botânico Etapa IV iniciado em 2010	Levantamento Aerofotogramétrico e Restituição; Solicitado renovação da LI.	Finalização do Projeto de Urbanismo; obtenção do licenciamento ambiental e urbanístico, registro cartorial.	Projeto Urbanístico em desenvolvimento.
Regularização do Setor Habitacional São Bartolomeu-Trecho II Quadra II iniciado em 2011	Projeto Urbanístico.	Revisão do Projeto Urbanístico; Definição do sítio arqueológico, faixas proteção e usos compatíveis; obtenção do licenciamento ambiental e urbanístico.	Projeto Urbanístico em análise na SEDHAB para aprovação. IPHAN encaminhou informe sobre a existência de sítio arqueológico na área do projeto.
Revisão do Projeto de Regularização do Setor Habitacional São Bartolomeu Trecho I - iniciado em 2012	Projeto Urbanístico; Solicitação de renovação de LI.	Obtenção do licenciamento ambiental e urbanístico e Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico em análise pelo GRUPAR; Aguarda renovar a LI.
Revisão do Projeto de Regularização do Setor Habitacional Vicente Pires Glebas I e III iniciado em 2012	Projeto Urbanístico; EIA/RIMA; Projetos de Infraestrutura de Drenagem Pavimentação com acessibilidade.	Obtenção do licenciamento ambiental (LI) e urbanístico e Registro Cartorial.	Projeto Urbanístico revisado ARVIPS no GRUPAR para análise e aprovação. EIA/RIMA em revisão; LP com recomendação de suspensão pelo MPDFT.
Regularização da ARINE Prive Lago Norte	Termo de Referência para EIA/RIMA solicitado ao IBRAM.	Elaboração de Termo de Referência para a contratação de estudos e projetos de regularização.	Aguardando a emissão de TR para EIA/RIMA pelo IBRAM, parte do TR dos estudos e projetos de regularização a serem contratados.
Regularização da ARINE Sucupira	Termo de Referência para estudo ambiental emitido pelo IBRAM; Em revisão TR para contratação de projetos de regularização.	Finalização do Termo de Referência e Contratação dos estudos e projetos de regularização.	Revisão TR para contratação dos estudos e projetos de regularização.

(1) Projetos do PPA 2012/2015

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Realizar 40 ações de modo a proporcionar a regularização de 9% do total de ARINES *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Até 2013, a Empresa desenvolveu 16 ações para regularização das ARINES estipuladas na meta. As ações desenvolvidas dependem somente da TERRACAP, que são as ações de estudos geológicos/geotécnicos/topográficos, ambientais, projeto executivo de urbanismo e de infraestrutura. A partir das 16 ações desenvolvidas, as outras 24 pendentes são de competência de órgãos externos à TERRACAP.

Meta 2 excluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto do Meio Ambiente
RIAC	Relatório de Impacto Ambiental Complementar
TR	Termo de Referência
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
RIT	Relatório de Impacto do Transito
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
ARINE	Área de Regularização de Interesse Específico

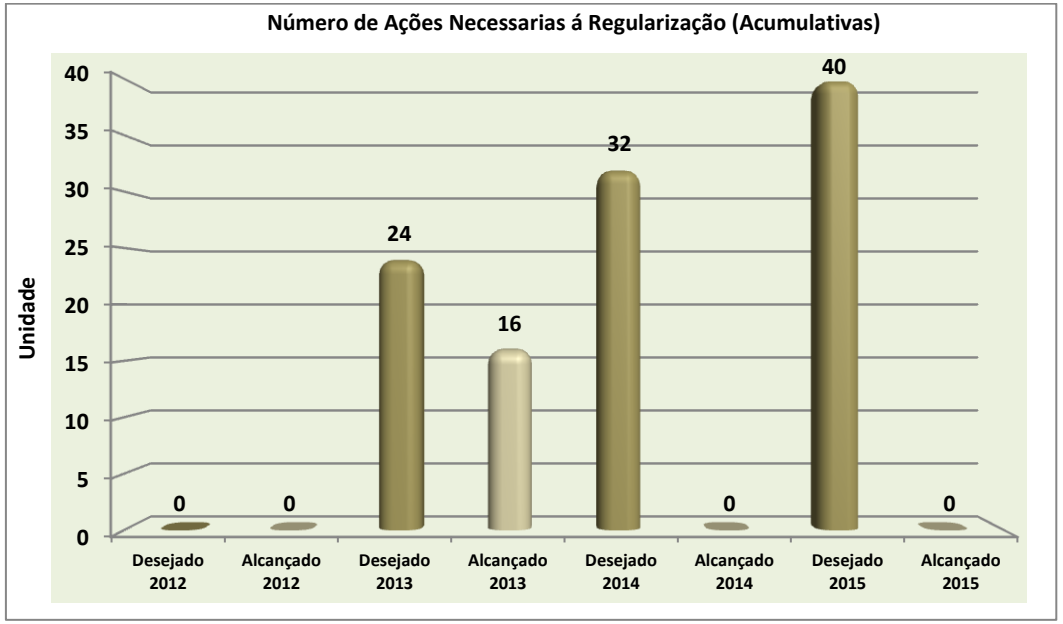
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1324	Número de ações necessárias à regularização (acumulativo)	Unidade	12	31/01/2011	Anual	**Desejado**	-	24	32	40	TERRACAP
						Alcançado	-	16	-	-	

Justificativas – 2013

Indicador 1324 – Demora da emissão de Licença pelos Órgãos Ambientais, Análise dos Projetos pela SEDHAB.


Número de Ações Necessarias á Regularização (Acumulativas)
Unidade
40
35
30
25
20
15
10
5
0
0
0
24
16
32
0
40
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 005 – Regularização de áreas públicas rurais do Distrito Federal, gerenciamento dos contratos firmados e intensificação da fiscalização. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

UNIDADE RESPONSÁVEL:
14.101 – SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEAGRI

Análise do Objetivo Específico

Esse objetivo busca implementar a regularização das ocupações e a fiscalização das terras públicas rurais no Distrito Federal, reduzindo a insegurança jurídica das propriedades e do domínio das terras rurais, por meio da regularização que é realizada por Concessão de Uso de áreas públicas rurais, facilitando o acesso ao crédito e estimulando investimentos e, consequentemente, promovendo o desenvolvimento rural do setor.

A regularização fundiária rural do Distrito Federal é realizada sob duas vertentes. A regularização fundiária propriamente dita, de responsabilidade da TERRACAP, que resulta na individualização da gleba ocupada em uma unidade imobiliária com registro no respectivo cartório e a regularização da ocupação, de responsabilidade desta Secretaria, finalizando com a Certificação do Legítimo Ocupante – CLO de cada gleba.

A regularização da ocupação fundiária rural passou a ser possível após a edição da Lei Federal nº 12.024 de 27/08/2009, que autorizou o Governo do Distrito Federal a realizar a regularização das áreas rurais diretamente aos seus ocupantes.

Lei essa inicialmente regulamentada pelo Decreto 31.084, de 25/11/2009, com a TERRACAP e a Secretaria de Agricultura definindo os procedimentos para sua efetividade através da resolução nº 224, de 17/03/2011, e pela Portaria nº 25, de 10/03/2011, respectivamente.

Destaca-se que a Lei Distrital nº 2.689, de 19/02/2001, também trata do assunto, mas se encontrava *sob judice* perante o Supremo Tribunal Federal, em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, tendo a Suprema Corte entendimento pela constitucionalidade, na sessão de 12 de dezembro de 2012, com a publicação do Acórdão em 14 de outubro de 2013.

Diante do fato, foi publicado novo Decreto, nº 34.931, de 06/12/2013, que atualizou os procedimentos de regularização das terras públicas rurais, revogando expressamente o Decreto nº 31.084/2009.

Como parte dos procedimentos, a Secretaria de Agricultura realizou vistorias nas glebas que requereram regularização, ação Fiscalização Realizada que superou a meta estipulada de 625, atingindo 670 vistorias.

Em 2013, a SEAGRI apurou 103 denúncias sobre ocupação irregular e emitiu 288 notificações àqueles que praticaram irregularidades de ocupação e de ação indevida de uso do solo.

Em relação ao indicador de gestão dos contratos assinados, houve prejuízo em sua execução, pois o esperado eram 500 contratos; no entanto, foram realizados 372, alcançando 74,4% do esperado, visto que o gerenciamento somente é possível após a assinatura do contrato com a TERRACAP.

No tocante ao CLO, documento que qualifica o requerente como apto para afirmar contrato junto à TERRACAP, os fatores responsáveis pelo resultado foram o grande número de processos com divergência de limites (acarreta a morosidade na tramitação), a inserção das áreas requeridas em áreas desapropriadas em comum (resulta no aguardo da resolução fundiária junto a TERRACAP) e a inércia do interessado na apresentação de documentos ou na apresentação do Plano de Utilização da Unidade de Produção – PU.

Para minimizar o deslocamento e custos dos interessados na entrega dos documentos, a Secretaria de Agricultura deslocou sua estrutura até os núcleos rurais, por meio das Caravanas de Regularização (13 realizadas) e de visitas às comunidades para palestras e/ou reuniões (89 visitas).

Metas 2012 - 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Aumentar o número de fiscalizações realizadas e os acompanhamentos dos processos	Em 2012-2013, foram realizadas 1425 fiscalizações pela SEAGRI.
2. Aumentar o número de contratos gerenciados (*Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	No exercício de 2012, a SEAGRI realizou 141 contratos, não atingindo a meta do ano devido a uma série de situações legais e ajuste de procedimentos entre a SEAGRI e a TERRACAP. Foi criada a Diretoria Extraordinária de Regularização de Imóveis Rurais – DIRUR, naquela Companhia, para que o resultado seja mais expressivo e, em 2013, a SEAGRI realizou 372 contratos, alcançando 74,4% do esperado.
3. Aumentar o número de CLOs emitidos *(Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Até 31/12/2013, foram emitidos 241 Certificados de Legítimo Ocupante, atingindo 48,2% do esperado.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

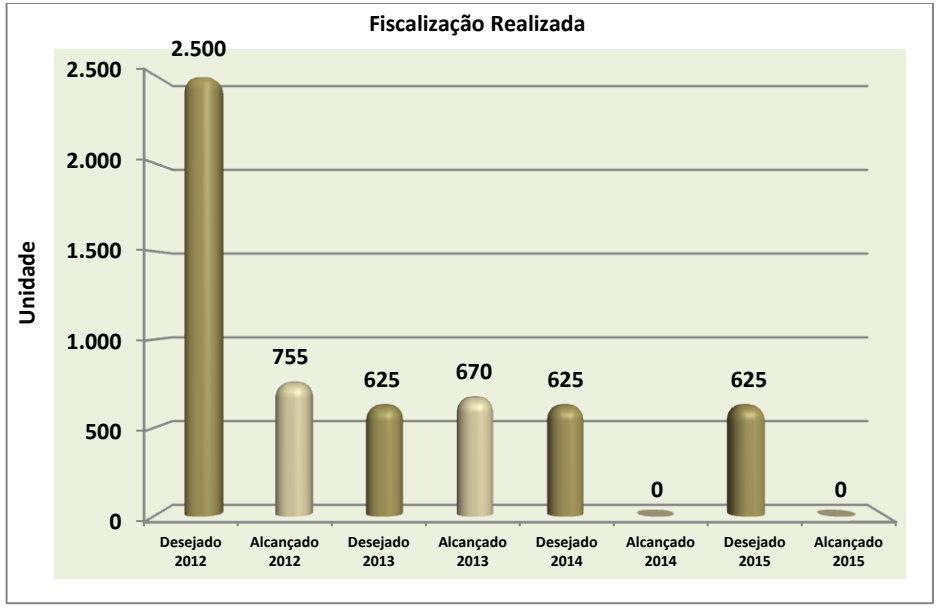
Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
908	Fiscalização realizada	Unidade	2.510	31/12/2010	Anual	**Desejado**	2.500	625	625	625	SEAGRI
						Alcançado	755	670	-	-	
910	Contratos gerenciados	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	500	500	500	500	SEAGRI
						Alcançado	141	372	-	-	
1325	Certificado de Legítimo Ocupante Emitido – CLOS	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	-	500	500	500	SEAGRI
						Alcançado	-	241	-	-	

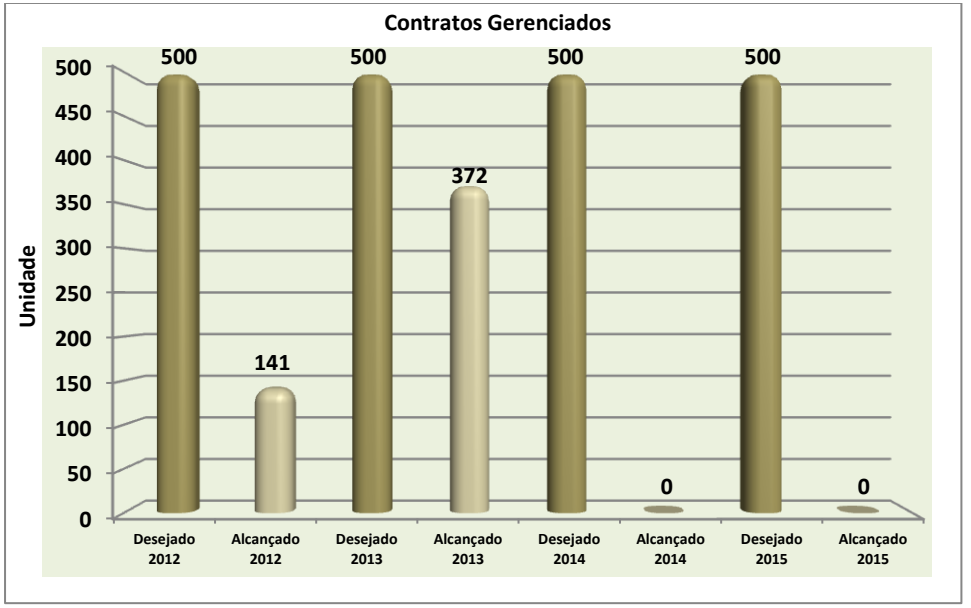
Justificativas – 2013

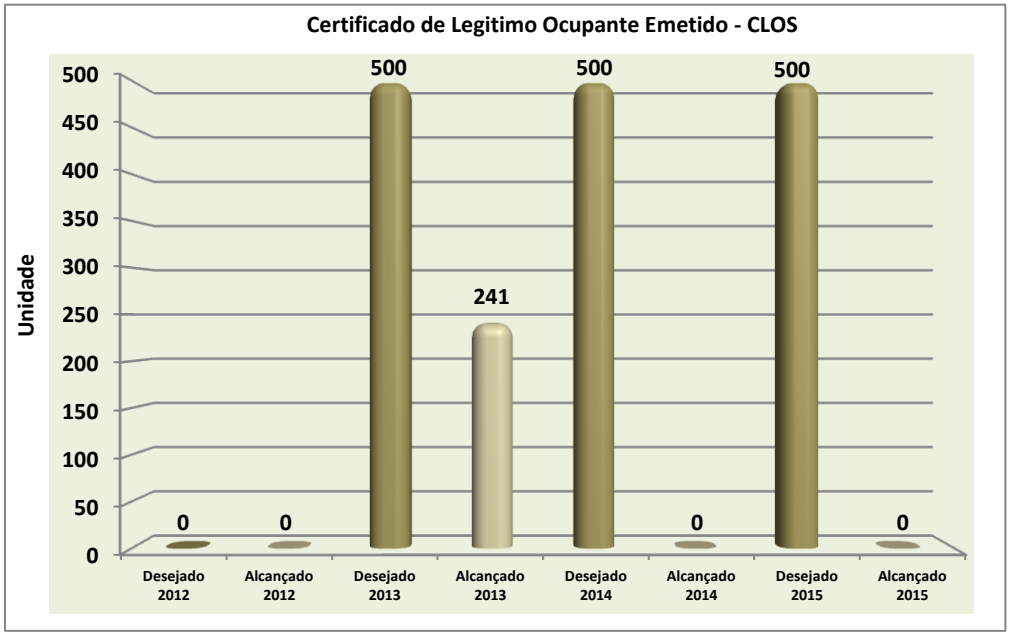
Indicador 908 – Foram adquiridos novos veículos e a inclusão à equipe de novos servidores concursados.

Indicador 910 – Atingido 74,4% da meta, em que pese a dependência informada. Este indicador possui dependência da TERRACAP, competente para firmar os contratos. Existem aproximadamente 180 (cento e oitenta) processos naquela Companhia aptos para a assinatura dos contratos e que não foram efetivados.

Indicador 1325 –Atingido 48,2% da meta, após a realização de Caravanas da Regularização (deslocamento da estrutura SAF ao campo). Índice não alcançado, devido grande quantidade de processos que apresentaram: a) divergência de limites; b) pendência fundiária (inseridas em áreas desapropriadas em comum); e c) inércia do interessado (apresentação do Plano de Utilização da Unidade de Produção - PU, que envolve custos, além de outros documentos).






Certificado de Legitimo Ocupante Emetido - CLOS
Unidade
500
450
400
350
300
250
200
150
100
50
0
0
0
500
241
500
0
500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6226 – PREVENÇÃO, GESTÃO DO RISCO E RESPOSTA A DESASTRES

OBJETIVO GERAL: Reduzir desastres naturais ou antropogênicos por meio de ações de prevenção, preparação da população e respostas a emergências.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Aumentar a qualidade de vida promovendo mobilidade com qualidade, garantindo moradia digna, ordenamento territorial e o uso sustentável dos recursos naturais.

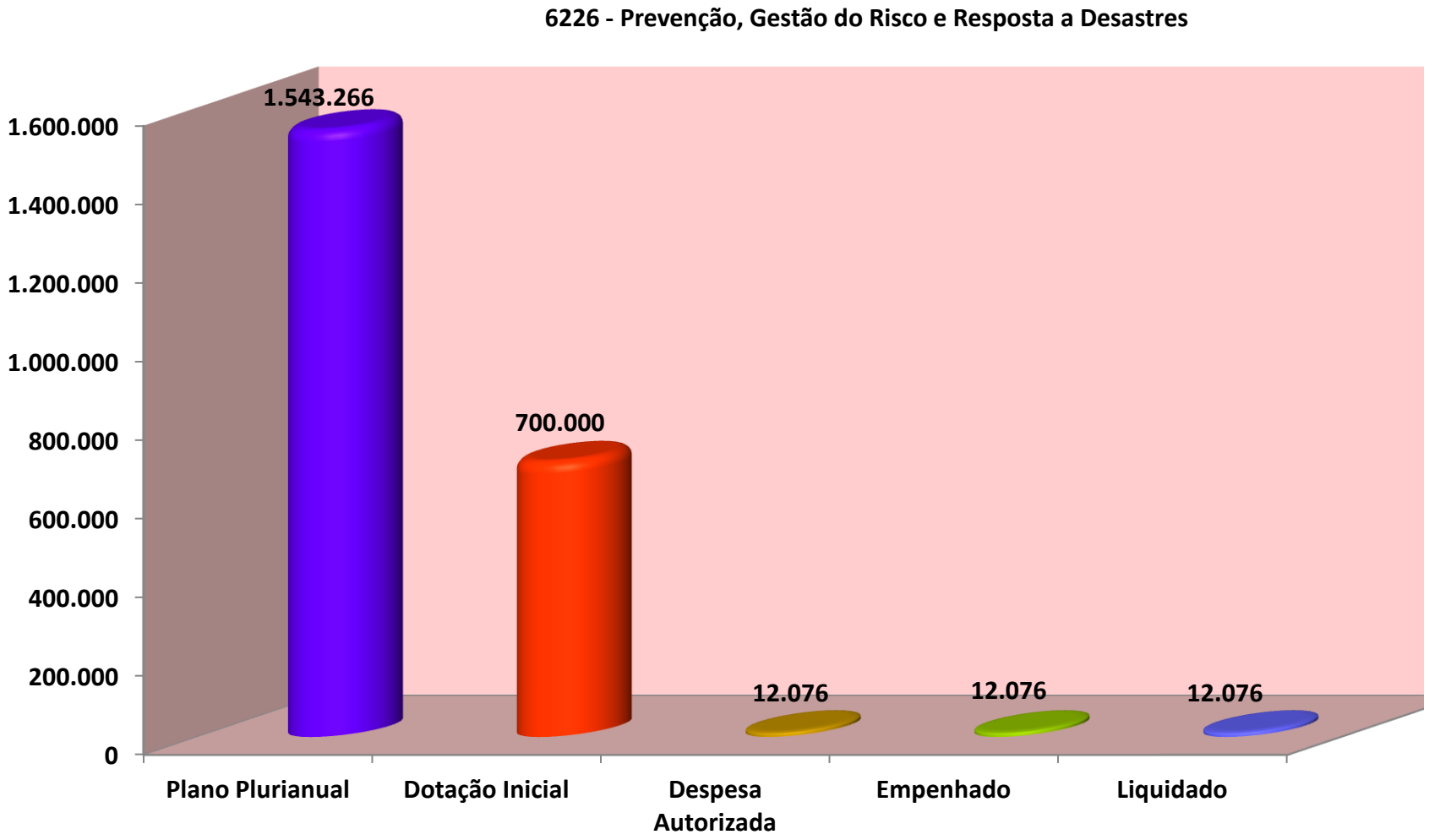
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Realizar o mapeamento de todo o território do Distrito Federal visando identificar as áreas de risco, propor medidas estruturais e não estruturais às Unidades Administrativas e com isso sugerir critérios de ocupação do solo prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e/ou antropogênicos. *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	52.101
002 - Preparar a comunidade do Distrito Federal para ocorrência de emergências e desastres fomentando a realização de projetos de desenvolvimento de recursos humanos, de mudança cultural, de planejamento operacional e de contingência, proteção contra riscos e desastres e projetos de mobilização na área de defesa civil. *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	52.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
3678 - Realização de Eventos	109.841	0	0	0	0	0	0
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	225.174	550.000	0	0	0	0	0
3183 - Implantação do Centro de Formação em Defesa Civil	109.841	0	0	0	0	0	0
4088 - Capacitação de Servidores	219.682	0	0	0	0	0	0
4089 - Capacitação de Pessoas	109.841	0	0	0	0	0	0
4147 - Mapeamento das Áreas de Risco	219.682	50.000	6.470	6.470	6.470	3	3
6093 - Defesa Civil Junto a Comunidade	109.841	50.000	637	637	637	1	1
6193 - Ações de Resposta da Defesa Civil para Atendimento aos Desastres	219.682	50.000	4.969	4.969	4.969	2	2
6196 - Agente Mirim de Defesa Civil	219.682	0	0	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6226	**1.543.266**	**700.000**	**12.076**	**12.076**	**12.076**	**1**	**1**


6226 - Prevenção, Gestão do Risco e Resposta a Desastres
1.600.000
1.400.000
1.200.000
1.000.000
800.000
600.000
400.000
200.000
0
1.543.266
700.000
12.076
12.076
12.076
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 – Realizar o mapeamento de todo o território do Distrito Federal visando identificar as áreas de risco, propor medidas estruturais e não estruturais às Unidades Administrativas e com isso sugerir critérios de ocupação do solo prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e/ou antropogênicos. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

UNIDADE RESPONSÁVEL:

52.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL - SEDEC

Análise do Objetivo Específico

A Secretaria de Estado de Proteção e Defesa Civil, dando continuidade ao atingimento do objetivo proposto, alterou a metodologia de mapeamento de áreas de risco no Distrito Federal e consolidou o levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco de uma maneira permanente. Em parceria com a Casa Civil e diversos outros órgãos do GDF e, numa resposta ao Plano de Contingência para o período chuvoso elaborado em 2012, a Defesa Civil constituiu a partir do processo de identificação dos riscos (trabalho em campo para reconhecimento de ameaças ou perigos e de identificação das respectivas áreas de risco) e Análise dos riscos (estudos de caracterização fenomenológica, quantificação relativa e/ou absoluta, zoneamento, cadastramento do risco, codificação e hierarquização do risco, avaliação de possíveis cenários de acidentes) um conjunto de ações articuladas para minimização dos riscos e atendimentos emergenciais, tais como remoção de lixo e entulho, proteção superficial, retaludamento de áreas instáveis, drenagens e contenções, infraestrutura de ruas e margens de córregos, remoção e/ou realocação de moradias e orientação técnica preventiva a gestores locais e comunidade. Mantém-se a realização do monitoramento (observação contínua das áreas e situações previamente classificadas como potencialmente instáveis). Tudo isso como prática social concertada para a efetividade das ações. As novas áreas alcançadas nesse processo encontram-se em Ceilândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Jardim Botânico, Taguatinga, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Recanto das Emas, SCIA e Paranoá. Percebe-se que a eficácia da gestão de risco de desastres depende da participação inteligente de todos os atores envolvidos. É indispensável continuar oportunizando o conhecimento em prevenção de desastres. Sem a continuidade da informação não se pode investigar, planejar, monitorar as ameaças e nem avaliar os riscos. Esses foram avanços alcançados em 2013, mas que é necessário continuar e aprofundar as ações e ampliação das parcerias em 2014/2015.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Mapear, até o final de 2015, 100% do território do Distrito Federal identificando as áreas de risco já existentes e as proeminentes, e com isso sugerir critérios de ocupação do solo prevenindo danos e prejuízos provocados por desastres naturais e/ou antropogênicos	2012 - Foram levantadas as áreas: Vila Rabelo I e II; Buritizinhos, que pertencem à RA de Sobradinho II; RA da Fercal; RA de Vicente Pires e, trecho 3, do Condomínio Sol Nascente, RA da Ceilândia. Foram essas as áreas analisadas por terem sido as que registraram o maior número de ocorrências, no ano de 2011. Perfazendo um total de 03 RA´s e 9,78% do território do DF. Para o próximo período a previsão é levantar mais 09 RA´s, cumprindo assim a meta estipulada pelo PPA. 2013 – A metodologia de mapeamento das áreas de risco no Distrito Federal foi alterada, adotou-se o levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco. Assim, no ano de 2013 onze, das trinta e uma regiões administrativas foram consideradas: Ceilândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião,

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Jardim Botânico, Taguatinga, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Recanto das Emas, SCIA e Paranoá, perfazendo em 2013 45,26% da meta desejada em 2015.

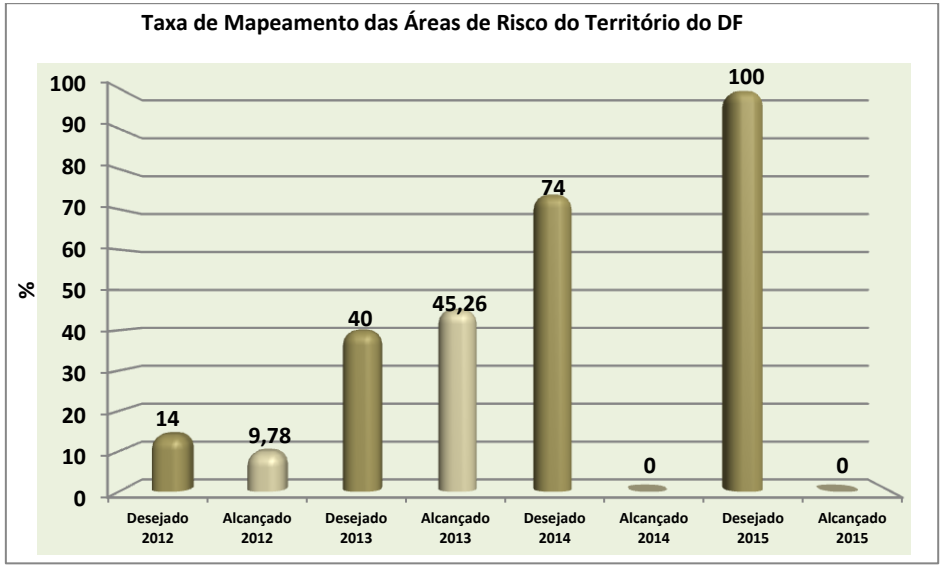
Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1229	Taxa de mapeamento das áreas de risco do território do DF	%	-	-	Anual	**Desejado**	14	40	74	100	EQUIPE SEDEC DF
						Alcançado	9,78	45,26	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1229 - No ano de 2013, a SEPDEC-DF optou por adotar a metodologia de Levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco. A metodologia citada foi utilizada em onze das trinta e uma regiões administrativas do Distrito Federal: Ceilândia, Núcleo Bandeirante, São Sebastião, Jardim Botânico, Taguatinga, Samambaia, Santa Maria, Itapoã, Recanto das Emas, SCIA e Paranoá. Maior número de Regiões Administrativas pode ser visitado, o que fez com que o índice alcançado superasse o desejado.



Objetivo Específico: 002 - Preparar a comunidade do Distrito Federal para ocorrência de emergências e desastres fomentando a realização de projetos de desenvolvimento de recursos humanos, de mudança cultural, de planejamento operacional e de contingência, proteção contra riscos e desastres e projetos de mobilização na área de defesa civil. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

UNIDADE RESPONSÁVEL:

52.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – SEDEC

Análise do Objetivo Específico

Dando continuidade ao processo de gestão do risco iniciado em 2012, cuja finalidade é desenvolver a capacidade da comunidade e autoridades locais para que estes atuem na condição de atores desse processo, foi possível concretizar ações de preparação e prevenção do risco junto à população residente em áreas previamente classificadas como de risco do Distrito Federal. Para concretização de ações de preparação da comunidade foram consideradas parcerias com diversos órgãos públicos, como por exemplo, a Fábrica Social do Distrito Federal, o que permitiu a realização de palestras e cursos sobre proteção e defesa civil para os colaboradores desse órgão, com a Secretaria de Estado de Educação para continuidade do programa Agente Mirim de Defesa Civil, com Administrações Regionais para implantação das Gerências Regionais de Defesa Civil e visita às residências nas áreas consideradas no levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco. Em 2013, a participação da Secretaria no Programa GDF junto da gente também contribuiu para que os cidadãos residentes nas localidades em que o Programa era realizado também pudessem ter acesso a informações sobre proteção e defesa civil. Ações de mudança cultural, desenvolvimento de recursos humanos e mobilização em defesa civil foram efetivadas, podemos citar como exemplo os alertas para estado de atenção nos períodos da seca, a inserção de peças publicitárias na grande mídia tratando de assuntos como mudanças climáticas e cuidados com o meio-ambiente e, ainda, a implementação de ações junto aos acumuladores (pessoas com transtornos compulsivos de acúmulo de lixo e entulho). A Secretaria, apesar das ações realizadas, ainda carece de um aprofundamento da articulação interinstitucional para continuidade do processo de difusão do conhecimento em prevenção de desastres, pretende-se que no próximo ano parcerias com os órgãos sejam regulamentadas, que o planejamento orçamentário seja executado e que servidores efetivos sejam atraídos para pasta, assim acredita-se que as ações terão maior alcance e serão efetivamente concretizadas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Preparar, até o final de 2015, 12.786 cidadãos para ocorrência de emergências e desastres a partir da realização de projetos que promovam a mobilização social em defesa civil e a proteção contra riscos e desastres	2012- Pode-se concluir que o índice alcançado foi superior ao desejado, uma vez que estava prevista para o primeiro ano a preparação de 3.336 pessoas, sendo preparadas 3.503 devido à atuação integrada das unidades orgânicas da SEDEC/DF nas atividades de orientação/capacitação/preparação. Serão mantidas as metas anuais já previstas no PPA 2012-2015. 2013 – A atuação integrada das unidades orgânicas da pasta foi estendida a outros órgãos do Governo do Distrito Federal o que possibilitou maior número de cidadãos participantes nas capacitações sobre proteção e defesa civil, ações de orientação à cidadãos residentes em áreas

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	consideradas no levantamento de vulnerabilidades, zoneamento e classificação do risco, criação de coordenações de proteção e defesa civil e cadastro de novos voluntários em defesa civil, o desejado de 5.786 cidadãos foi ultrapassado sendo 10.534 cidadãos preparados para prevenção de desastres.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1230	Quantidade de cidadãos preparados para a prevenção de desastres	Unidade	1.586	31/12/2010	Anual	**Desejado**	3.336	5.786	8.936	12.786	Equipe da SEDEC
						Alcançado	3.503	10.534	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1230 - Em 2013, a SEPDEC-DF direcionou as ações de preparação de cidadãos para ações de capacitação, realizada em parcerias com outros órgãos do Distrito Federal; capacitação e cadastro de novos voluntários em Defesa Civil e ações de orientação à famílias residentes em áreas identificadas como áreas de risco. A identificação de novas áreas de risco, em um número maior de regiões administrativas, contribuiu para que o índice alcançado foi superior ao índice desejado.

PROGRAMA TÉMATICO: 6227 – Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada

OBJETIVO GERAL: Garantir o direito humano à alimentação adequada por meio da implementação e consolidação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal e da promoção do acesso da população do DF a uma alimentação saudável e adequada.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

OBJETIVO ESPECÍFICO

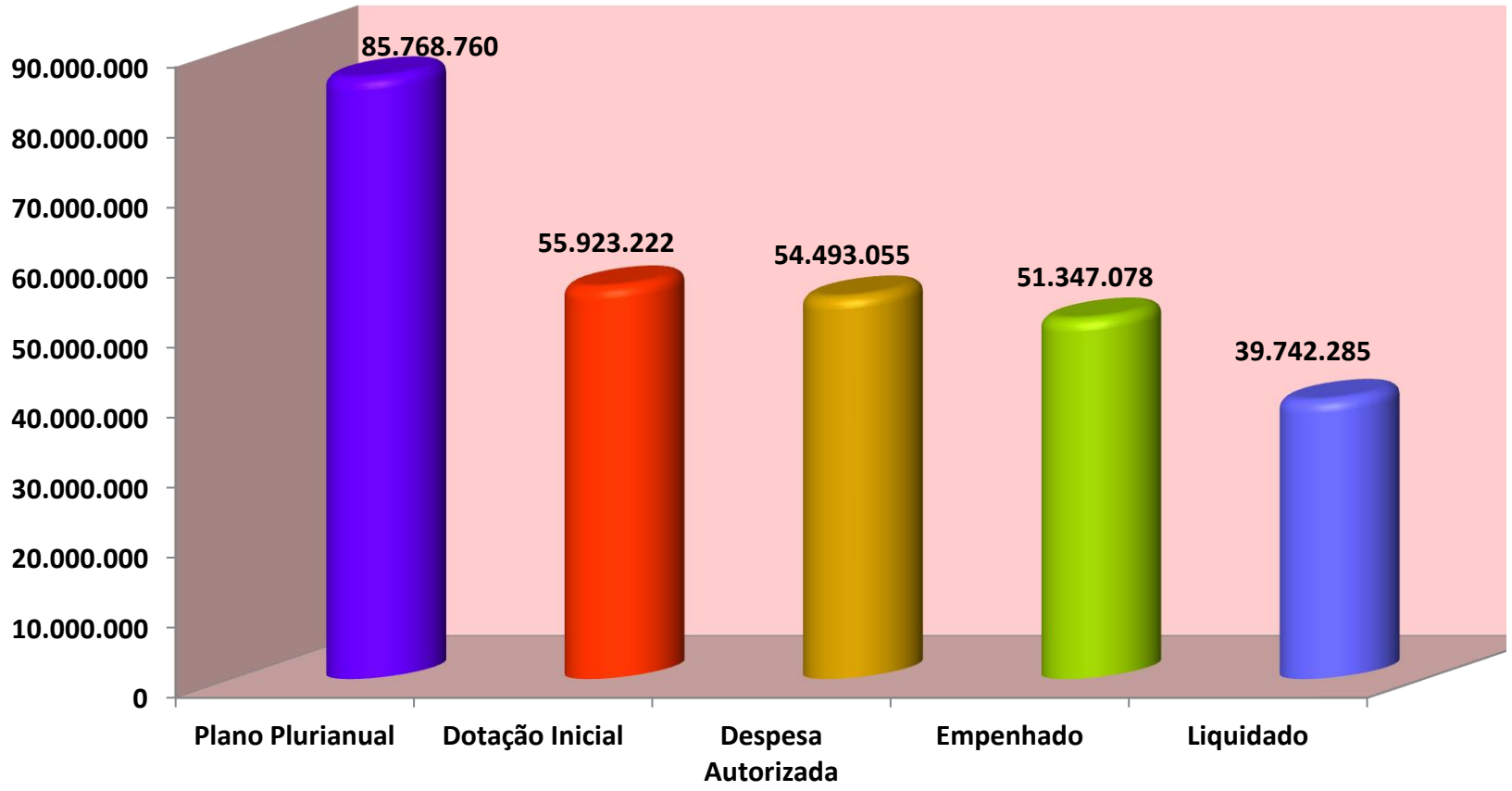
O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Consolidar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF.	17.101
002 - Contribuir para a promoção do acesso da população do DF a uma alimentação adequada e saudável.	17.101/ 17.906

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1656 - Ampliação de Restaurante Comunitário	400.000	600.000	0	0	0	0	0
3195 - Construção de Cozinha Comunitária	5.600.000	2.000.001	1	0	0	0	0
3196 - Reforma de Restaurante Comunitário	3.850.000	1.030.000	1.776.000	579.986	379.986	15	10
4024 - Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	10.000	1.306.000	2.314	2.314	2.314	23	23
4171 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional	100.000	92.841	2.314	2.314	2.314	2	2
4172 - Manutenção e Funcionamento da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional	100.000	112.000	331.806	2.481	2.481	2	2
4173 - Fornecimento Emergencial de Alimentos	3.976.400	6.672.400	6.113.439	6.113.437	4.889.591	154	123
4174 - Fornecimento Continuado de Alimentos	15.000.000	12.395.380	7.034.348	7.034.348	5.220.204	47	35
4175 - Fornecimento de Refeições nos Restaurantes Comunitários	44.645.000	28.119.600	37.612.200	37.612.198	29.245.395	84	66
4176 - Fornecimento de Refeições nas Cozinhas Comunitárias	3.987.360	945.000	0	0	0	0	0
5762 - Construção de Restaurante Comunitário	8.100.000	2.650.000	1.620.633	0	0	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6227	**85.768.760**	**55.923.222**	**54.493.055**	**51.347.078**	**39.742.285**	**60**	**46**

6227 - Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada



Objetivo Específico: 001 - Consolidar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST

Análise do Objetivo Específico

É importante destacar, no âmbito do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, o papel e a atuação do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do DF – CONSEA/DF, criado pela Lei nº 4.085/2008. O CONSEA iniciou suas atividades no ano de 2013, com uma nova metodologia de reuniões ordinárias. A cada reunião instituía-se um Grupo de Trabalho – GT com a finalidade de organizar a próxima plenária, adotando-se um tema central para aprofundamento, já definido pelo pleno do Conselho. Os temas escolhidos durante o ano de 2013 foram: Plano pela Superação da Extrema Pobreza no DF - DF sem Miséria, em janeiro; Agricultura, em março; Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar e Refeições Complementares nas escolas, em maio; Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional no DF, em julho; e Povos e Comunidades Tradicionais, em setembro. O GT promoveu visitas dos conselheiros e gestores relacionados a cada um desses temas, com debates e, ao final de cada reunião ordinária, com elaboração de Exposição de Motivos enviada ao Senhor Governador do Distrito Federal.

Durante o período, destaca-se ainda, atividades importantes do Conselho, tais como:

• Participação na elaboração e aprovação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal;

• Promoção do I Encontro de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal, em outubro de 2013;

• Realização de visitas às cozinhas e restaurantes comunitários do Rio de Janeiro, em agosto de 2013, integrando comitiva responsável por essa atividade;

• Interlocução sistemática e pactuações com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/DF, inclusive para o monitoramento das ações do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal.

Quanto à Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/DF foi instituída através do Decreto 33.142, de 19 de agosto de 2011 e realizou sua reunião de instalação no dia 20 de outubro de 2011.

A CAISAN é composta, em conformidade com seu regimento, pelos seguintes Comitês:

• Comitê Técnico 01 (CT 01) – Responsável pela elaboração do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional;

• Comitê Técnico 02 (CT 02) – Responsável pela implementação, monitoramento e proposição de ampliação do Programa Refeição Adicional nas Escolas, a fim de complementar a alimentação dos estudantes da Rede pública de educação do Distrito Federal, que frequentam escolas localizadas em territórios de alta vulnerabilidade social;

• Comitê Técnico 03 (CT 03) – Responsável pela implementação, monitoramento e qualificação dos programas de Provimento Alimentar Institucional previstos no âmbito do Decreto Regulamentador do DF Sem Miséria.

No ano de 2013 foram realizadas 04 Reuniões Ordinárias do Pleno Executivo e 02 Reuniões Ordinárias do Pleno Secretarial da CAISAN/DF, cuja principal pauta foi aprovação do conteúdo do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional – I PDSAN.

Além das Reuniões ordinárias foram realizadas: uma consulta pública do I PDSAN, no período de 01 a 15 de agosto de 2013; uma oficina de validação do I PDSAN no período de 21 a 22 de agosto e o lançamento do I PDSAN no dia 23 de outubro de 2013.

No âmbito do I PDSAN foram criados dois novos Comitês Técnicos:

• Comitê Técnico 04 – responsável pela gestão e revisão dos Planos Distritais de Segurança Alimentar e Nutricional;

• Comitê Técnico 05 – responsável pelo monitoramento e avaliação dos Planos Distritais de Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito do convênio do SISAN, foram executadas as atividades: apoio à elaboração do I PDSAN; e aquisição de material de consumo, previstas no Plano de Trabalho do convênio.

Ainda sobre o convênio, foram produzidos conteúdos para dois folders, um institucional da CAISAN/DF; e um sobre SISAN e DHAA, que auxiliarão nas atividades das oficinas intersetoriais sobre SISAN, que acontecerão em março de 2014.

Além das atividades mencionadas, foram realizadas duas viagens de intercâmbio para tratar do monitoramento dos Planos Estaduais e Distrital de SAN, e uma viagem a convite do Governo do Estado do Paraná para apresentação do I PDSAN e coordenação de uma oficina com o Governo e a sociedade civil sobre a elaboração do Plano Estadual de SAN.

Por fim, destaco ainda as participações da CAISAN/DF nos Encontros Nacionais das CAISAN's, promovidos pela CAISAN Nacional/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Metas 2012-2015

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do DF atuante (CONSEA reestruturado, CAISAN instalada e atuante, Plano instituído e em implementação)	Em 2012 o CONSEA-DF foi reestruturado, a CAISAN foi instalada – ainda em 2011 e o Plano de SAN teve sua elaboração iniciada, com previsão de publicação em 2013. A CAISAN realizou no ano de 2012 três reuniões ordinárias do Pleno Executivo e uma reunião ordinária do Pleno Secretarial. Foram criados três Comitês Técnicos, no âmbito da CAISAN/DF, através de resolução publicada no DODF. A estrutura e metodologia do Plano foram elaboradas e aprovadas pelo Pleno Executivo. Elaboração do capítulo de contextualização do Plano. Intercâmbio de experiências com a CAISAN/BA para elaboração do Plano. Participações em reuniões com a CAISAN Nacional e com o CONSEA Nacional para descentralização do SISAN. Conteúdo sobre a CAISAN disponibilizado no site da SEDEST, observadas as regras da Lei de Acesso à Informação - LAI. Em 2013 a CAISAN realizou cinco reuniões ordinárias do Pleno Executivo e duas reuniões ordinárias do Pleno Secretarial, no ano de 2013. Foram realizadas duas viagens, a Fortaleza e a Pernambuco, para realizar oficinas comas Caisan's Estaduais , reuniões estas que subsidiaram a finalização dos capítulos IV e V do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional. A CAISAN/DF participou ativamente de todos os encontros nacionais das CAISAN's realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Além das Reuniões Ordinárias foi realizada uma oficina técnica de validação do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Nutricional, com representantes das Secretarias de Estado que compõem a CAISAN/DF, Secretarias de Estado convidadas, membros representantes da sociedade civil no CONSEA/DF, além de órgãos que colaboraram com a elaboração do Plano. O Plano foi submetido a uma consulta pública, o qual ficou disponível por quinze dias nos sites das Secretarias de Estado membros da CAISAN/DF. O Plano foi aprovado em uma reunião Ampliada das CAISAN/DF, com a presença de todos os órgãos envolvidos na elaboração do Plano. Foi realizado o lançamento do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional em outubro de 2013, ocasião em que também foi realizado o primeiro encontro distrital de segurança alimentar e nutricional. A partir da publicação do Plano, a CAISAN/DF instituirá dois novos comitês técnicos, CT 04 e CT 05, os quais serão responsáveis pela revisão dos Planos Distritais de SAN e pelo monitoramento e avaliação do PDSAN, respectivamente. Outro desafio iniciado ainda no final de 2013 foi o mapeamento das ações orçamentárias de SAN, no SAG e identificação do aporte de recursos do GDF para a política de SAN. As atividades previstas no convênio estabelecido entre o MDS e a SEDEST, para apoio à implementação do SISAN no DF, foram em sua maioria executadas de acordo com o cronograma estabelecido até o final de 2013, devendo o mesmo passar por um novo ajuste em 2014, para que seja realocado os recursos das atividades que por ventura não foram executadas.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
995	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-DF) reestruturado	%	-	-	Anual	**Desejado**	40	60	100	100	SEDEST/ SUBSAS
						Alcançado	40	85	-	-	
996	Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional consolidada	%	-	-	Anual	**Desejado**	40	60	100	100	Secretaria Executiva da CAISAN/DF e DODF
						Alcançado	40	85	-	-	
997	Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional instituído	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SEDEST/ SUBSAN E DODF
						Alcançado	1	1	-	-	
1238	Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no DF	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	1	1	1	SEDEST/ SUBSAN
						Alcançado	0	0	-	-	

Indicadores Ajustados na Avaliação do PPA

Indicadores:

Denominação do indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
996	Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional consolidada	%	-	-	Anual	**Desejado**	40	60	100	100	Secretaria Executiva da CAISAN/DF e DODF
						Alcançado	40	65	-	-	

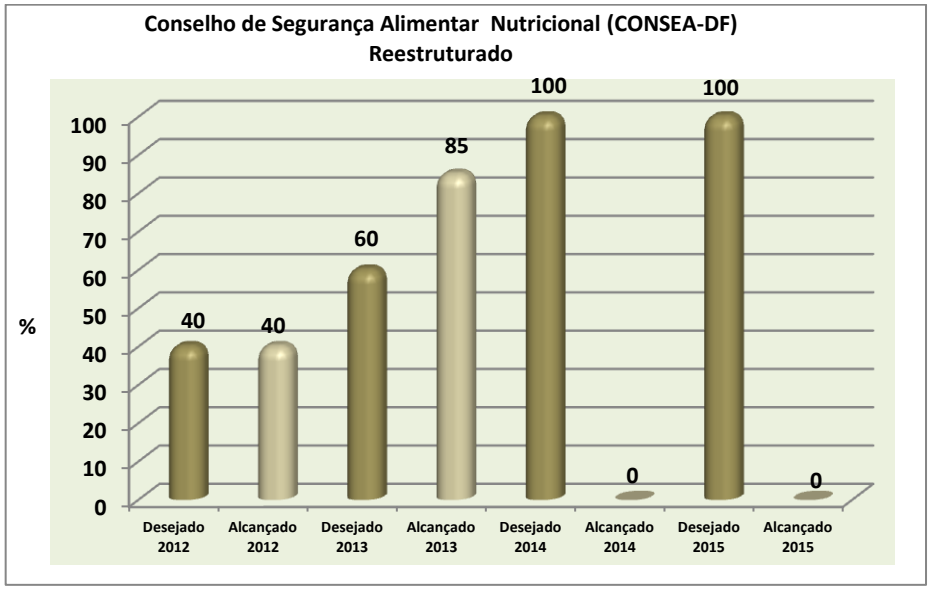
Justificativas 2013

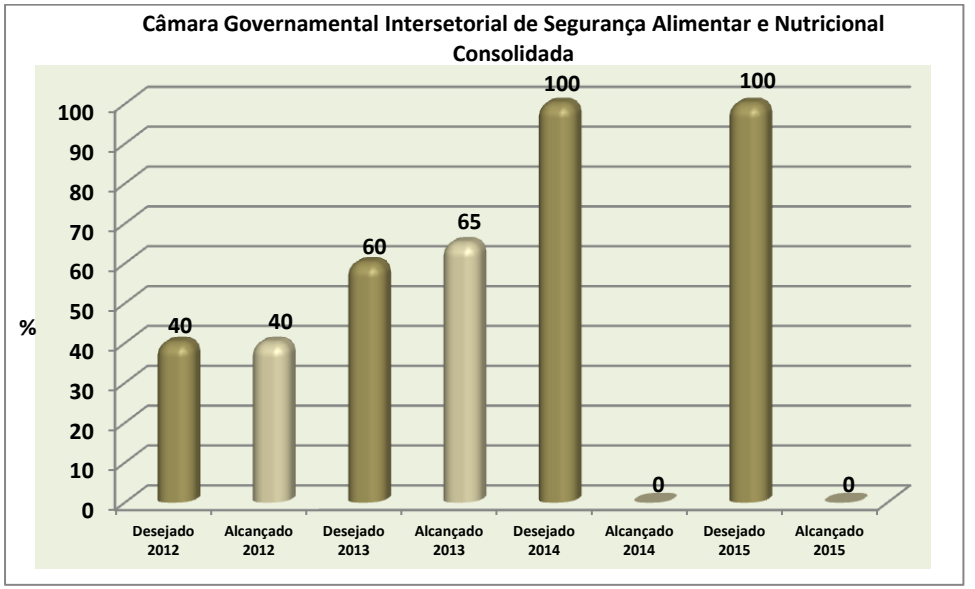
Indicador 995 - Foram realizadas reuniões ordinárias bimestrais, organizadas por Grupos de Trabalho, visitas a diversas comunidades e equipamentos de SAN e foi realizado o Iº Encontro de SAN do DF. Participação ativa no monitoramento das entidades socioassistenciais inscritas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Foi instituído GT para acompanhamento do PAA no DF. Foram entregues ao Governador do DF, cinco Exposições de Motivos, referentes ao tema de cada reunião ordinária.

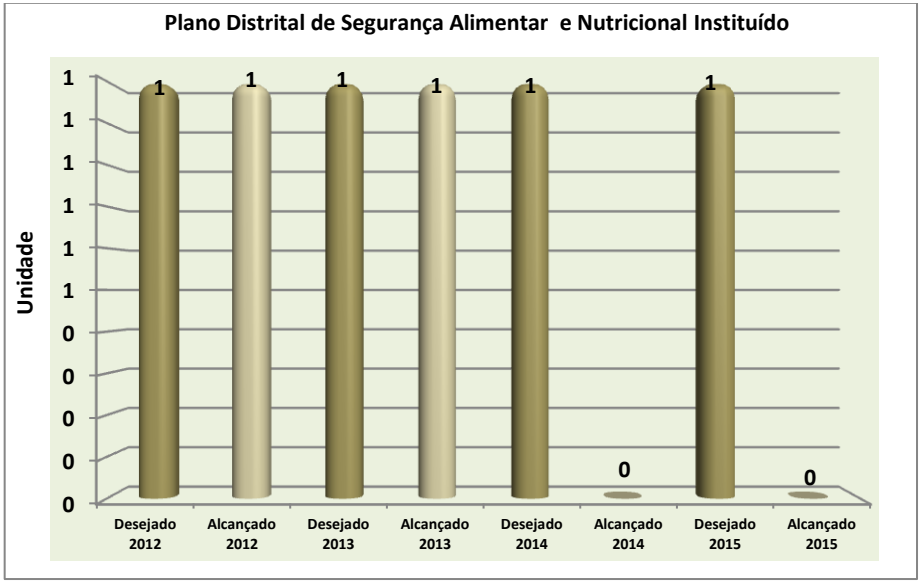
Indicador 996 - Todas as reuniões do Pleno Secretarial e Pleno Executivo previstas para o ano de 2013, foram realizadas, assim como, o trabalho dos Comitês Técnicos, extinguindo-se o Comitê Técnico 01devido o lançamento do I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional.

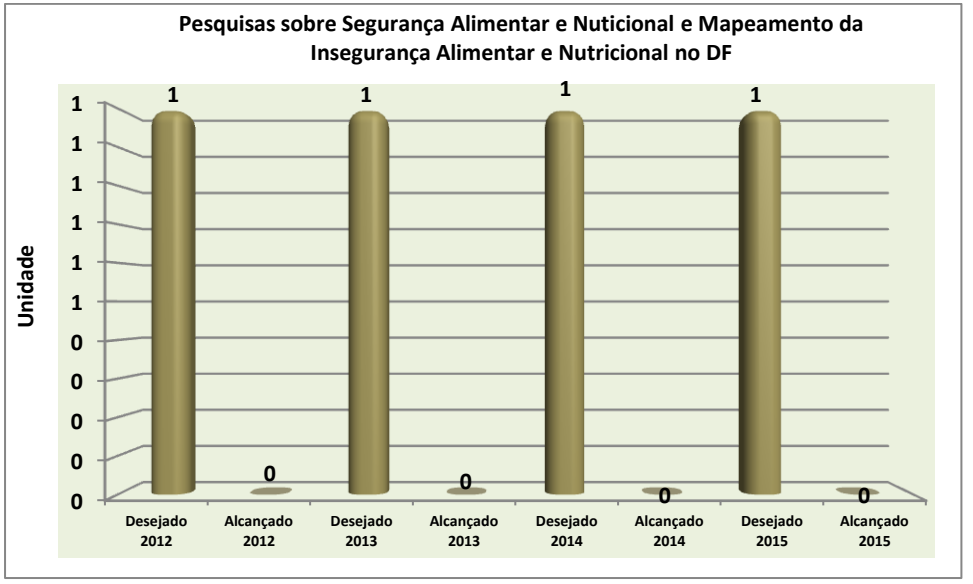
Indicador 997 - I Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional elaborado e lançado em outubro de 2013. O processo de elaboração contou com 10 reuniões do comitê técnico 01, uma consulta pública, uma oficina de validação com participação do governo e da sociedade civil e uma reunião de aprovação do Pleno Secretarial.

Indicador 1238 - O Crédito Orçamentário referente às Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no DF foram remanejadas para ações sob gestão da Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação para que ela pudesse implementar pesquisa social e englobasse o aspecto de Segurança Alimentar e Nutricional no escopo.


Conselho de Segurança Alimentar Nutricional (CONSEA-DF) Reestruturado
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
40
40
60
85
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Consolidada
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
40
40
60
65
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Plano Distrital de Segurança Alimentar e Nutricional Instituído
Unidade
1
1
1
1
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Pesquisas sobre Segurança Alimentar e Nuticional e Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional no DF
Unidade
1
1
1
1
1
0
1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Contribuir para a promoção do acesso da população do DF a uma alimentação adequada e saudável.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST

17.906 – FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Análise do Objetivo Específico

Ao longo do ano de 2013 objetivou-se consolidar o remodelamento dos programas de SAN voltados à garantia do acesso à alimentação adequada e saudável, primordialmente os programas de provimento alimentar direto às famílias (Provimento Institucional e Cestas Emergenciais) e continuar a qualificação na gestão dos restaurantes comunitários do DF.

A respeito da rede de Restaurantes Comunitários (RC) do DF e aos objetivos traçados para a ação no ano de 2013 efetivou-se melhorias estruturais nos Restaurantes por meio de reformas. Duas foram finalizadas: Samambaia e São Sebastião. Durante o ano de 2013 foi estabelecida a previsão de início de reforma nos RC's de Recanto das Emas, Estrutural, Ceilândia, Paranoá e Planaltina para o ano de 2014.

Quanto à implantação de novos equipamentos, ressalta-se que foi realizada a licitação para construção da unidade de Sol Nascente, em Ceilândia Norte. Como de conhecimento, a região de Sol Nascente é um dos maiores territórios de vulnerabilidade social do DF. A qualificação dos recursos humanos também foi objetivada durante 2013 a partir de uma alteração na legislação da carreira da Carreira Pública da Assistência Social em que foram adicionadas as especialidades de Nutricionista (Especialista em Assistência Social – Nutricionista) e Técnico em Nutrição (Técnico Administrativo – Nutrição).

Outra realização do período foi o início da execução da parceria da SEDEST com o Banco Regional de Brasília – BRB que prevê a instalação de um Posto de Correspondente Bancário em cada Restaurante Comunitário do Distrito Federal. Ainda relativamente à parceria SEDEST e BRB, destaca-se o desenvolvimento e implementação do novo software de controle eletrônico de refeições.

O Programa de Provimento Alimentar Institucional foi formatado a partir de uma revisão das ações de fornecimento de pão e leite a instituições socioassistenciais, e atualmente a SEDEST adquire pão por meio de licitação e, leite, queijo e iogurte, por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF, diretamente da agricultura familiar, para atendimento complementar de cerca de 140 instituições e programas sociais cadastrados, de acordo com a Portaria n° 51, de 05 de outubro de 2012. Essa ação integra duas estratégias: colaborar com essas entidades e programas sociais que prestam serviços complementares de proteção social e contribuir com a redução da pobreza rural, uma vez que boa parte dos alimentos são adquiridos de agricultores familiares.

Por meio do Programa de Provimento Alimentar Emergencial mais de 26.400 cestas básicas foram entregues, em 2013, atendendo famílias em vulnerabilidade/insegurança alimentar e nutricional da zona urbana e rural do DF. Durante o período buscou-se focalizar em estratégias de atendimento à povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade ou insegurança alimentar e nutricional por meio de ações pontuais de fornecimento. O protocolo para a concessão das cestas foi alterado e simplificado, permitindo também aos Gerentes de Segurança Alimentar e Nutricional avaliarem a pertinência de atendimento por meio de relatório especifico.

Por fim, de forma a continuar com a dupla estratégia de fomentar a agricultura familiar do DF e a insegurança alimentar da população, foi formulada uma ação em conjunto com a EMATER e Secretaria de Agricultura visando a contratação de cooperativas e associações da agricultura familiar para fornecimento de cesta não-perecível de frutas e legumes, inclusive orgânicos, para fornecimento complementar à cesta perecível entregue a partir de 2012. Tal processo foi efetivado no final de 2013, culminado com a contratação de mais duas cooperativas de agricultores familiares. O inicio da execução será em 2014.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Erradicar a insegurança alimentar e nutricional (IAN) em níveis moderado e grave em 100% dos domicílios do DF, estimados em 6,2% dos domicílios (2011)	Em 2012 não foi possível mensurar os índices de insegurança alimentar e nutricional devido a não alocação de recursos orçamentários para a realização da pesquisa que mediria os índices em questão. Para 2013, os recursos estão disponíveis e a SEDEST está elaborando termo de referência para contratação de serviço para realizar tal pesquisa, o que possibilitará mensurar o alcance dessa meta. No entanto, destaca-se que com o início do Programa de Provimento Alimentar Institucional na Modalidade Pão Leite e Derivados para complementar a refeição diária de 123 instituições atendidas, contribuiu-se para a segurança alimentar e nutricional do público atendido (usuários da Rede Sociassistencial privado do SUAS, creches conveniadas com a Secretaria de Educação e usuários dos programas sociais do GDF – Picasso não Pichava, Bombeiro-Mirim e Esporte à Meia Noite). Em 2013 verificou-se que as novas PNAD's do IBGE não trouxeram como investigação suplementar questões que permitissem classificar os domicílios brasileiros no período segundo as quatro categorias de condição de segurança alimentar: Segurança Alimentar; Insegurança Alimentar Leve; Insegurança Alimentar Moderada; e Insegurança Alimentar Grave. Cumpre esclarecer que essa categorização foi estabelecida segundo os critérios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia).
2. Construir dois Restaurantes Comunitários *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 foi inaugurado um novo restaurante na região de Riacho Fundo II, aumentando a oferta da rede para cerca de 510.000 refeições/mês. Para 2013, a perspectiva é construir um Restaurante comunitário em Sol Nascente e outro em Ceilândia, esse em substituição à unidade que atualmente funciona em Ceilândia Centro, em local inadequado à produção de refeições. Em 2013 foi terminada a licitação para construção do RC de Sol Nascente. A perspectiva é que a construção seja finalizada até o final de 2014. Afora a unidade em referência, diretrizes federais (MDS) apontam para redirecionamento no sentido de não mais investir em novas unidades, por motivos diversos.
3. Construir quatro Cozinhas Comunitárias *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Em 2012 não houve aprovação / previsão orçamentária para tal ação. Para 2013, há recursos disponíveis e a perspectiva é de construção de 4 cozinhas comunitárias no DF Em 2013 não houve construção por falta de aprovação e execução do projeto de construção e recursos humanos para execução finalística. Para 2014, há recursos disponíveis e a perspectiva é de construção de 4 cozinhas comunitárias no DF, além de novo concurso público para lotação de servidores nessas novas unidades.
4. Reformar e modernizar oito Restaurantes Comunitários	Realizada reforma no Restaurante de Samambaia e São Sebastião com recursos do GDF, por meio de adesão a uma ata de registro de preços. Em 2014 estão previstas as reformas nas unidades de Recanto das Emas, Planaltina, Estrutural, Ceilândia e Paranoá.
5. Aumentar em aproximadamente 58% a quantidade de	Em 2012, apresentou-se um acréscimo de 23,75% na quantidade de refeições fornecidas.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
refeições fornecidas mensalmente na rede de Restaurantes e Cozinhas Comunitárias	Em 2013 a quantidade de refeições fornecidas foi próxima a quantidade distribuída em 2012. Essa meta foi proposta considerando a ampliação da rede de Restaurantes e a construção de cozinhas comunitárias, e deve ser revista com as perspectivas atuais de ampliação da rede de equipamentos.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
998	Percentual de Domicílios em situação de IAN – insegurança alimentar e nutricional	%	21,3	31/12/2009	Bianual	**Desejado**	-	16	10,6	2,1	Pnad IBGE
						Alcançado	-	0	-	-	
999	Percentual de Domicílios com IAN moderado ou grave	%	6,2	31/12/2009	Bianual	**Desejado**	-	3,1	-	-	Pnad IBGE
						Alcançado	-	0	-	-	
1000	Média mensal de cestas emergenciais de alimentos/mês	Unidade	445	31/05/2011	Mensal	**Desejado**	2.000	2.000	2.000	2.000	Sistema Integrado de Desenvolvimento Social – SIDS/ SAN
						Alcançado	1.052	2.158	-	-	
1001	Média mensal de refeições fornecidas na rede de restaurantes e cozinhas comunitários (RC)	Unidade	685.000	31/05/2011	Mensal	**Desejado**	802.000	932.000	1.010.000	1.374.000	SEDEST/ SUBSAN
						Alcançado	847.716	859.656	-	-	
1239	Média mensal de famílias atendidas nos Programas Nosso Pão Nosso Leite	Família	47.757	30/04/2011	Mensal	**Desejado**	47.757	-	-	-	Mapa de Migração do Cadastro Único e SEDEST/ SUTRAR
						Alcançado	25.195	-	-	-	
1241	Número de novos restaurantes comunitários construídos / ano	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	1	-	1	-	SEDEST/ SUBSAN
						Alcançado	1	-	-	-	
1242	Número de novas cozinhas comunitárias construídas / ano	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	3	-	1	-	SEDEST/ SUBSAN
						Alcançado	0	-	-	-	
1244	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa de Provimento Alimentar Institucional – modalidade pão, leite e derivados	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	21.000	22.050	32.000	32.000	SEDEST/ SUBSAN
						Alcançado	25.195	22.115	-	-	

Justificativas 2013

Indicador 998 - O indicador não foi atualizado na PNAD do IBGE. A última pesquisa sobre a segurança alimentar e nutricional remonta de 2009.

Indicador 999 - Tais indicadores não foram atualizados na PNAD do IBGE ainda. A última pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional remonta de 2009.

Indicador 1000 - O programa foi consolidado a partir de mudanças estruturantes, como a escolha de novos fornecedores e revisão do protocolo utilizado para a concessão das cestas básicas. Observa-se que o mesmo tem contribuído para realização do Direito Humano à Alimentação Adequada das famílias atendidas, além de fortalecer e gerar renda à agricultura familiar no DF. Tais fatores podem ser apontados como primordiais para o atingimento da meta.

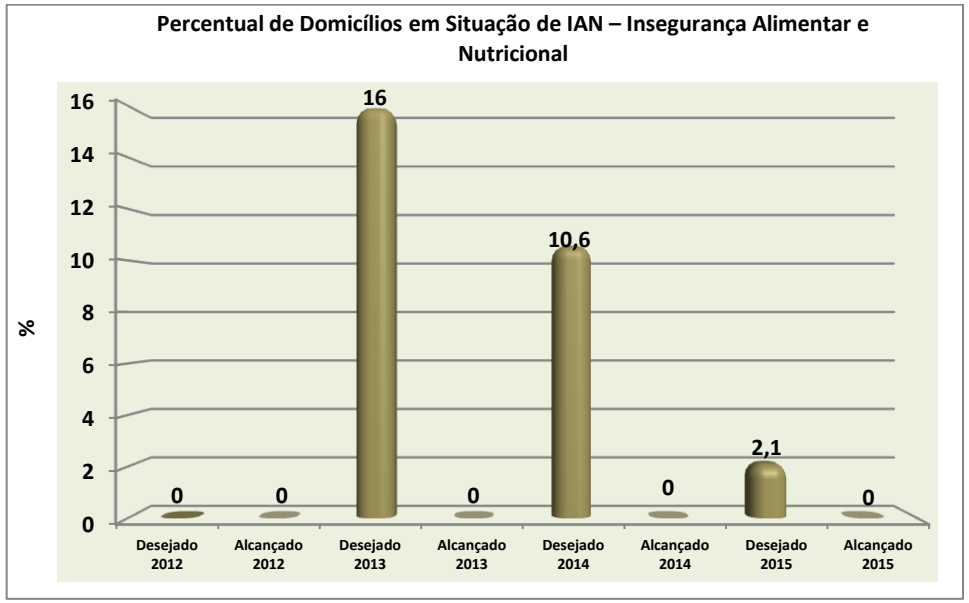
Indicador 1001 - Destaca-se que durante o ano iniciou-se a implementação da Parceria BRB e SEDEST para instalação de Conveniências Bancárias nos Restaurantes Comunitários com a finalidade de se efetivar maior controle das refeições vendidas e promover a inclusão social, bancaria e digital da população atendida. Novas atividades de Educação Alimentar e Nutricional foram implementadas, tais como o Controle de Desperdício.

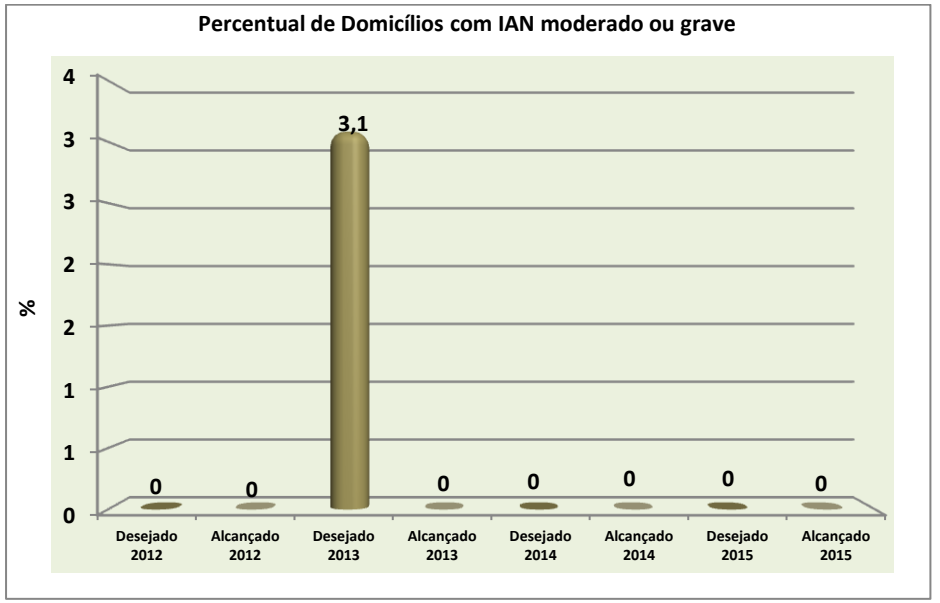
Indicador 1239 - O programa foi reformulado para o Programa de Provimento Alimentar Institucional, onde o atendimento ao usuário é realizado através das instituições e programas sociais cadastrados, e os produtos lácteos são adquiridos por meio do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura - PAPA/DF.

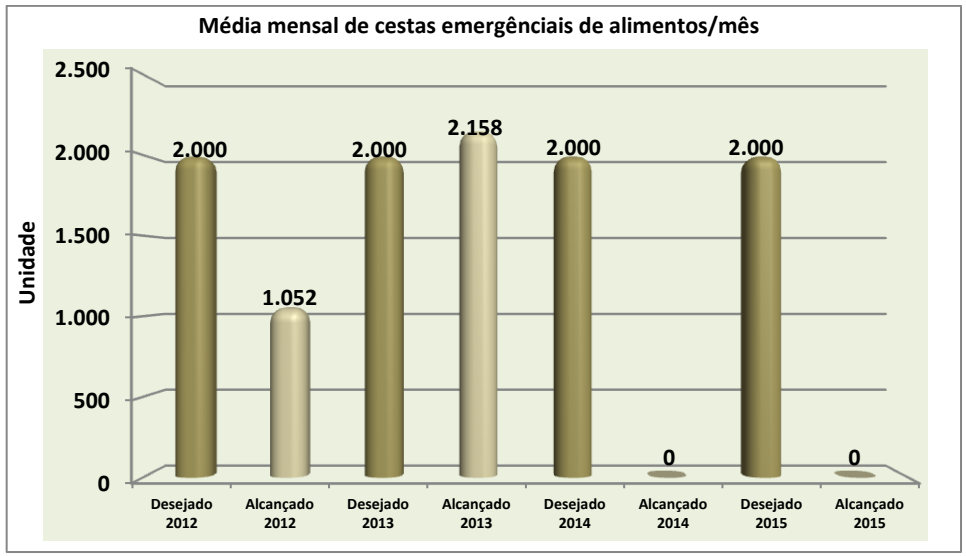
Indicador 1241 - Foi concluído o processo licitatório para a construção do Restaurante Comunitário de Sol Nascente.

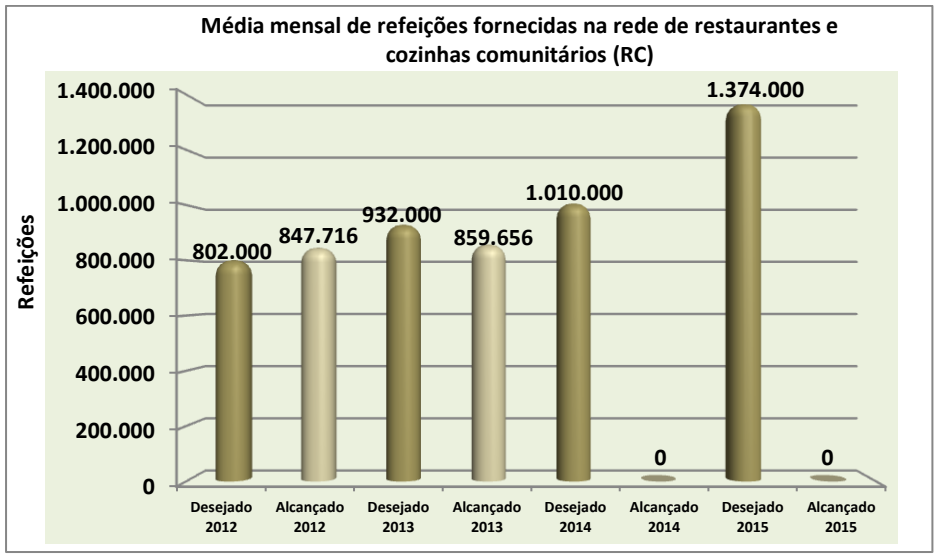
Indicador 1242 - Foi previsto a construção de cozinhas comunitárias na proposta orçamentária lançada no SIGGO pela SEDEST, porém devido ao teto liberado para investimento ter sido aquém do necessário não foi possível implantar a referida ação. Iniciado o processo de reforma na área física do Restaurante Comunitário de Samambaia, unidade mais antiga do DF, por meio de adesão da SEDEST a uma ata de registro de preços.

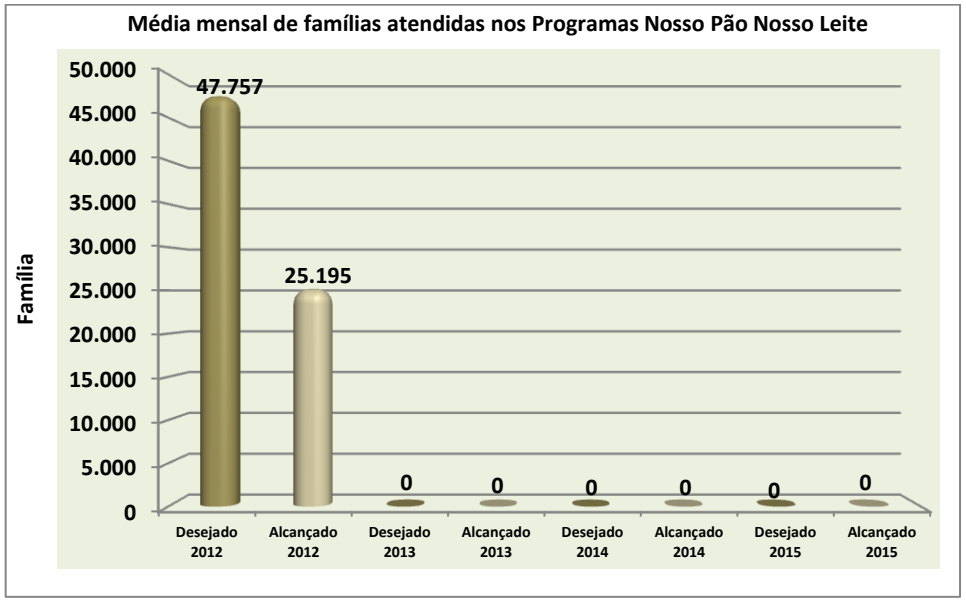
Indicador 1244 - Durante o período foram inclusas aproximadamente 40 novas entidades. Foram realizados monitoramentos e atividades de capacitação para manipulação de alimentos entre outros temas. Foi estudada uma alteração no normativo de forma a contemplar novas entidades que fazem atendimentos a públicos em insegurança alimentar e nutricional. Espera-se que essas alterações sejam implementadas durante o ano de 2014.

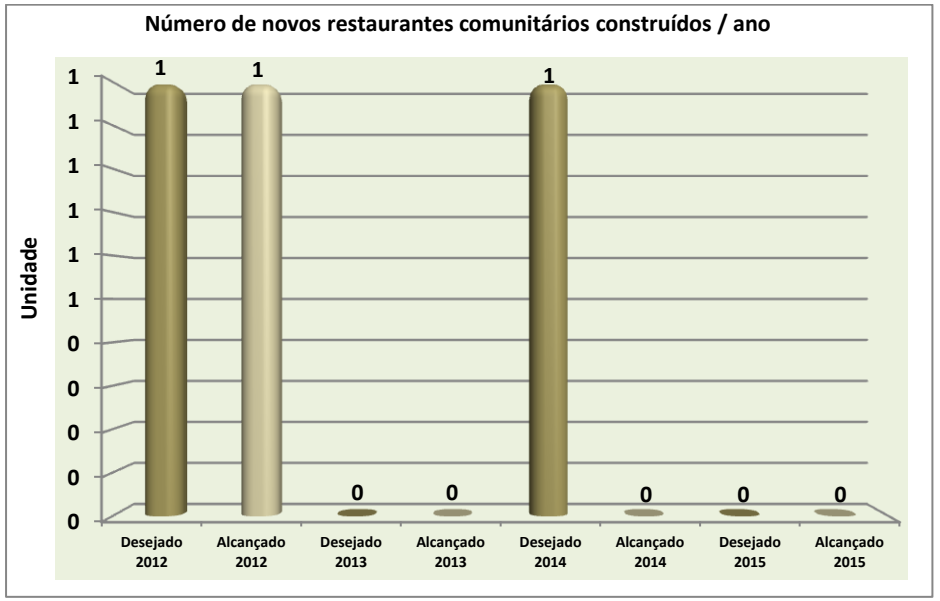

Percentual de Domicílios em Situação de IAN – Insegurança Alimentar e Nutricional
%
16
14
12
10
8
6
4
2
0
0
0
16
0
10,6
0
2,1
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

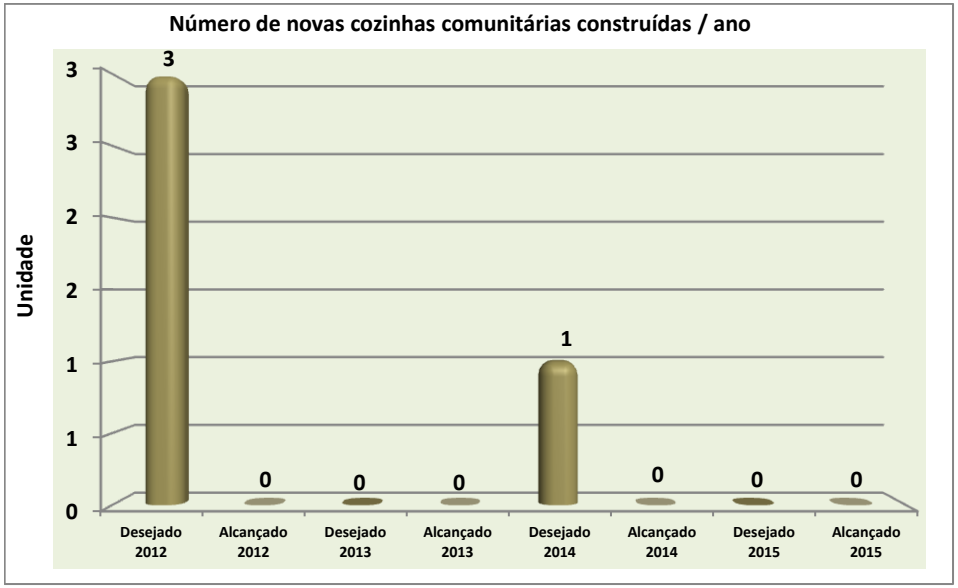

Percentual de Domicílios com IAN moderado ou grave
%
4
3
3
2
2
1
1
0
0
0
3,1
0
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

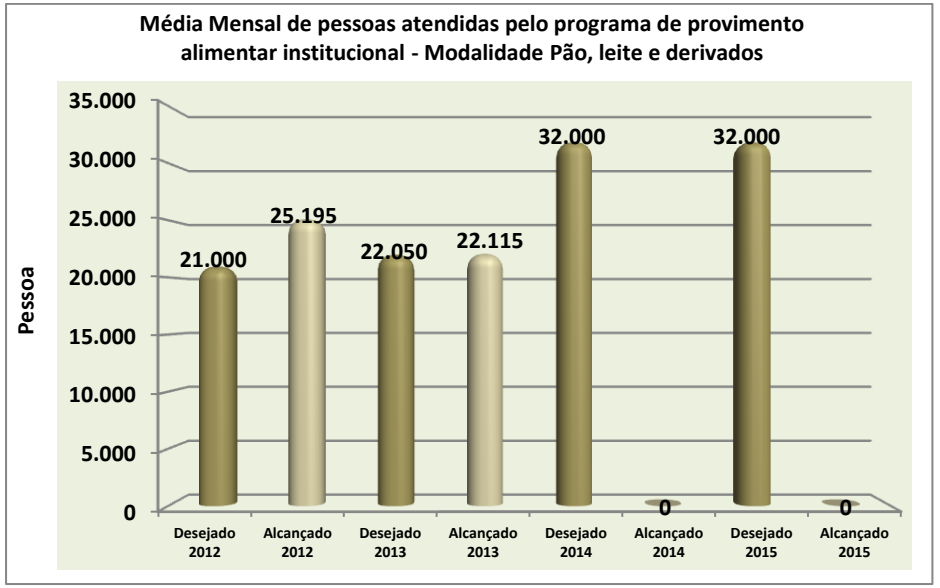

Média mensal de cestas emergênciais de alimentos/mês
Unidade
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
2.000
1.052
2.000
2.158
2.000
0
2.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Média mensal de refeições fornecidas na rede de restaurantes e cozinhas comunitários (RC)
Refeições
1.400.000
1.200.000
1.000.000
800.000
600.000
400.000
200.000
0
802.000
847.716
932.000
859.656
1.010.000
0
1.374.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Média mensal de famílias atendidas nos Programas Nosso Pão Nosso Leite
Família
50.000
45.000
40.000
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
47.757
25.195
0
0
0
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de novos restaurantes comunitários construídos / ano
Unidade
1
1
0
0
1
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de novas cozinhas comunitárias construídas / ano
Unidade
3
0
0
0
1
0
0
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Média Mensal de pessoas atendidas pelo programa de provimento alimentar institucional - Modalidade Pão, leite e derivados
Pessoa
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
21.000
25.195
22.050
22.115
32.000
0
32.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA

OBJETIVO GERAL: Promover o acesso e a elevação da renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito Federal.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

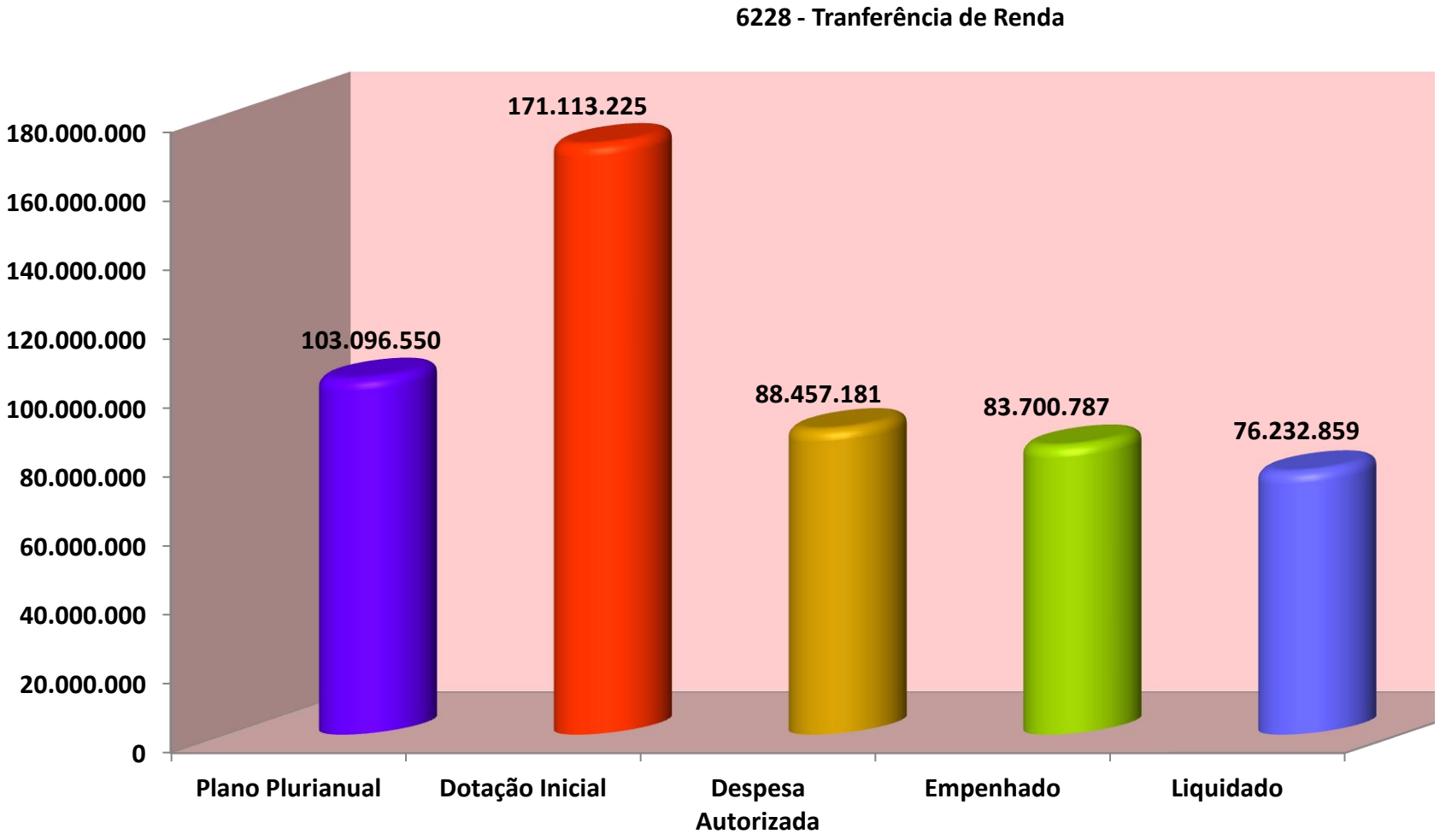
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Promover o acesso e a elevação da renda, como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito federal.	17.101/ 17.906
002 - Promover a elevação de renda, a qualidade de vida e qualificação e capacitação profissional das famílias pobres e extremamente pobres, como forma de reduzir as desigualdades sociais e incentivar a promoção social dos participantes.	56.102

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
4160 - Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza	616.295	400.000	0	0	0	0	0
4161 - Gestão e Aprimoramento de Benefícios de Transferência de Renda	47.715	2.270.225	3.298.268	0	0	0	0
4162 - Complementação do Benefício do Programa Bolsa Família	90.000.000	138.000.000	61.662.511	60.930.210	60.885.849	68	68
4232 - Ações Complementares ao Programa de Transferência de Renda	12.432.540	30.443.000	23.496.402	22.770.577	15.347.010	183	123
TOTAL DO PROGRAMA 6228	**103.096.550**	**171.113.225**	**88.457.181**	**83.700.787**	**76.232.859**	**81**	**74**


6228 - Tranferência de Renda
180.000.000
160.000.000
140.000.000
120.000.000
100.000.000
80.000.000
60.000.000
40.000.000
20.000.000
0
103.096.550
171.113.225
88.457.181
83.700.787
76.232.859
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: 001 - Promover o acesso e a elevação da renda, como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:
17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL – SEDEST
17.906 – FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Análise do Objetivo Específico

No ano de 2013 foi realizado, especialmente no âmbito da política de transferência de renda, um conjunto de ações que teve como objetivo precípuo a redução da pobreza e da extrema pobreza no Distrito Federal, nos termos do *Plano pela Superação da Extrema Pobreza – "DF Sem Miséria* promovendo, assim, a elevação da renda e melhoria das condições de vida da população que mais precisa. Nesse sentido, em 2013, por meio da Lei nº 5.133, foi instituída a *ampliação da renda de elegibilidade* para *suplementação financeira do DF Sem Miséria*. Anteriormente à referida lei, o GDF complementava a renda das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família até atingirem R$ 100,00 per capta, após o recebimento do PBF. Com a nova lei, os recursos do GDF passaram a complementar a renda per capita das famílias até atingirem R$ 140,00, após recebimento do PBF.

Com a adoção de tal medida no mês de outubro, 34.586 famílias que já recebiam a complementação do DFSM tiveram aumento dos recursos recebidos e 23.447 novas famílias passaram a usufruir da complementação do GDF. O resultado dessa importante ação de proteção social foi a retirada, pela política de transferência de renda do GDF, de 58.033 famílias beneficiárias do PBF da situação de pobreza, já no mês da implantação da nova lei.

Dando continuidade às ações do Plano DFSM, *regulamentou-se* em 30 de novembro de 2013 *a "Bolsa-Alfabetização"*, denominada *Bolsa-Alfa*, no valor de R$ 30,00 (trinta reais) mensais, destinada aos integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), com idade superior a 15 anos que estejam inscritos e frequentando a 1ª ou a 2ª etapa do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos/EJA ou do Programa DF Alfabetizado. A Bolsa-Alfa tem por objetivo incentivar a alfabetização de jovens e adultos no âmbito do Plano DF sem Miséria e será concedida para cada membro da família, durante o período em que estiver vinculado às duas primeiras etapas do 1º Segmento da EJA ou ao Programa DF Alfabetizado por, no máximo, 02 (dois) anos.

A *implantação da Bolsa Alfa ocorreu em novembro de 2013*, tendo como referência as matrículas e frequência de pessoas maiores de 15 anos, integrantes de famílias beneficiárias do PBF, que estavam matriculadas em cursos de alfabetização em outubro daquele ano. Foram beneficiadas em média 805 famílias por mês.

No que concerne à *gestão do Cadastro Único no Distrito Federal*, houve *maior investimento na melhoria da qualidade do registro das informações cadastrais em 2013*, proporcionada pelas atividades de atualização cadastral. Tais ações tiveram ênfase nesse ano considerando que o DF apresenta sobre cobertura cadastral (existiam 224.971 famílias cadastradas com o perfil de baixa renda no CADÚNICO em dezembro/2013, sendo que a estimativa de famílias com esse perfil é de 161.263, conforme Censo IBGE/2010). Como resultado das atualizações cadastrais realizadas, *54.656 cadastros foram atualizados* entre janeiro e novembro de 2013 e *12.482 novas famílias foram cadastradas* no mesmo período.

Outro dado importante alcançado no período, que também resulta do investimento em atividades de atualização cadastral, refere – se ao *alto índice de focalização cadastral do CADÚNICO no DF,* pois das 224. 971 famílias cadastradas em dez/2013, 145 mil apresentam renda *per capita* de até R$ 140,00, ou seja, encontram-se na faixa de pobreza.

Os resultados apresentados demonstram a importância do investimento na atualização regular dos cadastros, condição necessária à continuidade do recebimento dos benefícios e à possibilidade de inclusão de novas famílias no Programa. A atualização cadastral, ao proporcionar qualidade dos dados do Cadastro Único, torna-o cada vez mais, instrumento importante para a realização de diagnóstico, formulação e implantação de políticas e estratégias para a erradicação da miséria e no atendimento das necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a SEDEST coletou e disponibilizou dados qualificados para diversos órgãos na formulação e implementação de programas com Cartão Material Escolar, Tarifa Social e Energia Elétrica, Brasil 4D, qualificação profissional, etc.

Outro avanço ocorrido em 2013, relativo à melhoria do dado cadastral que proporcionou maior conhecimento e caracterização da população pobre residente no DF, e consequentemente, ampliação do acesso destes a diversos programas sociais, refere – se ao *aumento da inclusão e identificação de famílias pertencentes a grupos específicos no CADÚNICO,* como as de famílias de agricultores familiares, assentadas da Reforma Agrária, acampadas e catadores de material reciclável. Tal resultado se deu especialmente pela ampliação das parcerias desenvolvidas entre a SEDEST e outros órgãos como a EMATER, visando o acesso ao programa federal *Fomento às Atividades Produtivas Rurais*, com a SEAGRI/DF para inclusão no Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais - PRAT do GDF e programas federais e com a CODHAB/SEDHAB para acesso ao programa *Morar Bem/Minha Casa Minha Vida.*

A criação do Setor de Cadastro e Transferência de Renda – SECAT nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS , unidades de proteção social básica da assistência social – SEDEST, em janeiro de 2013 foi fundamental para o alcance dos resultados apresentados.

Com relação às *condicionalidades do Bolsa Família*, durante o ano de 2013 foi realizado um conjunto de ações específicas, como estratégias de fomento à gestão, com uma agenda de capacitações, monitoramento de informações, diálogos com pastas estratégicas da SES/DF e SEE/DF, dentre outras.

No que tange à taxa de acompanhamento/registro das condicionalidades de educação no ano de 2013, percebe-se o aumento de 35%, se comparado aos computados desde 2011. Além disso, no mês de setembro de 2013 foi registrado o maior percentual de acompanhamento dos últimos anos no Distrito Federal. Com relação às condicionalidades de saúde, ao comparar os três anos anteriores a 2013, também é possível observar que houve um aumento do percentual da taxa de acompanhamento. Na comparação do menor índice com o maior apresentado no período, houve aumento de 14,8%. Apesar dos índices de acompanhamento das condicionalidades de saúde no Distrito Federal, serem menores do que a média nacional e dos outros estados, tem sido realizadas ações e discussões constantes para fomentar a intersetorialidade e consequentemente o aumento dos índices de acompanhamento.

Outro importante resultado das ações implementadas na melhoria da gestão das condicionalidades do PBF é o aumento substantivo da quantidade de famílias em fase de suspensão dos benefícios do PBF por não cumprimento das condicionalidades, inseridas em acompanhamento familiar nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, equipamentos de proteção social da SEDEST. O acompanhamento familiar realizado pelos CRAS e CREAS visa identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades (em especial a não matrícula ou não frequência na escola) e apoiar as famílias na superação das dificuldades do não cumprimento das condicionalidades, orientando, informando e incluindo as famílias em serviços de proteção e promoção da assistência social e de outras políticas.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1.Cadastrar no CadÚnico Federal, versão 7, as famílias pobres, e extremamente pobres do DF	Em dezembro de 2012, existiam na Base do CadÚnico do DF 240.032 famílias cadastradas, sendo que 138.036 famílias apresentavam renda per capita familiar de até R$ 140,00, ou seja, 57,5% das famílias cadastradas eram pobres ou extremamente pobres. O desafio encontrado em 2012, para dar continuidade às ações cadastrais em 2013 é principalmente o da qualificação desses cadastros, tendo em vista os problemas encontrados quanto ao registro do endereço das famílias na versão 7 do CadÚnico. Para 2013, a SEDEST planeja ampliar o monitoramento da base de dados do CadÚnico, além de estabelecer um fluxo permanente de averiguações dos dados cadastrais das famílias e, ainda, realizar novas e mais capacitações para os entrevistadores e gestores do Cadastro Único. O ano de 2013 terminou com a realização de 12.482 cadastros novos e 54.656 cadastros atualizados. O enfoque dado à atualização cadastral justificou-se pela sobre cobertura cadastral no DF e a exigência de que os cadastros estejam atualizados para o acesso e manutenção do PBF e outros programas sociais. Para 2014 pretende-se ampliar as atividades de cadastramento e atualização cadastral com a contratação de cadastradores. Será dada ênfase no cadastramento e a identificação no CADÚNICO de famílias de grupos específicos, especialmente de moradores em situação de rua, público da Revisão e Averiguação cadastral e candidatos ao PMCMV.
2. Complementar, com recursos do GDF, os valores do Bolsa Família de todos os beneficiários pobres e extremamente pobres no Distrito Federal, para o período	Em sintonia com o Plano Brasil Sem Miséria, o GDF lançou, em 2011, o Plano Pela Superação da Extrema Pobreza - DF sem Miséria. Em fevereiro de 2012, foi implantada a complementação financeira do DF sem Miséria quando o GDF passou a complementar, com recursos próprios, os valores do PBF até que as famílias alcançassem R$100,00 per capita. Como resultado, em dezembro de 2012 todas as famílias que, após o recebimento do programa Bolsa Família – PBF continuavam a apresentar renda per capita inferior a R$ 100,00 passaram a ter a renda elevada à R$ 100,00, saindo, portanto da situação de miséria. Em dez/2012, 35.705 famílias, representando 36% das que recebiam recursos do PBF tiveram, portanto, elevação de suas rendas. No desenvolvimento da política de transferência de renda do DF foi identificado o desafio de, além de superar a miséria, combater as situações de pobreza (renda per capita entre R$ 70,00 e R$ 140,00) e neste sentido ampliar os valores da complementação financeira do DF Sem Miséria ao PBF, bem como incluir famílias pobres, não atendidas pelos critérios do PBF, em política de transferência de renda do DF. Para o segundo semestre de 2013 estava prevista a expansão do programa de suplementação com vistas a atingir a renda per capita de R$ 140, assim como, beneficiar aquelas famílias não alcançadas pelo PBF - com renda per capita entre R$ 70 e R$ 140 que não possuem dependentes. Com essas ações do GDF, em associação com o PBF, pretende proteger e promover todas as famílias pobres e extremamente pobres do DF, cadastradas no CADÚNICO. A expansão do programa de suplementação financeira esperada em 2013 ocorreu com a sanção da Lei nº 5.133 que estabeleceu novos critérios e parâmetros para suplementação do GDF ao Programa Bolsa-Família, na forma do Plano DF sem Miséria. Com a nova lei o GDF passou a complementar os valores do PBF até que a família atingisse a renda per capta de R$140,00 resultando em dezembro/2013 no quantitativo de 57.619 famílias beneficiárias do PBF no DF com renda per capta igual ou superior a R$ 140,00.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Deste modo, nenhuma família beneficiária do PBF e do DFSM no DF ficou abaixo da linha de pobreza estipulada à época como menor que R$ 140,00 per capta. Para 2014, o GDF, por meio da SEDEST, tem como desafio, a depender da disponibilidade orçamentária e financeira, adotar as novas linhas de pobreza e extrema pobreza para a complementação do DFSM, seguindo o parâmetro adotado pelo governo federal para o PBF por meio do Decreto nº 8.232, de 30, de abril de 2014 que estabeleceu a renda per capta mensal de R$ 154,00 para famílias pobres (anteriormente era de R$ 140,00) e de R$ 77,00 per capta para famílias extremamente pobres (era de R$ 70,00) promovendo os ajustes orçamentários e financeiros necessários. Vale destacar que por meio do referido decreto os benefícios pagos pelo PBF foram reajustados em 10% em junho/2014 No ano de 2014, também objetiva-se o aumento da quantidade de pessoas beneficiárias da Bolsa-Alfa, benefício do Plano DF Sem Miséria, regulamentado em novembro de 2013, que tem como objetivo incentivar a alfabetização de jovens e adultos, membros de famílias beneficiárias do PBF, via transferência de renda. Dessa forma, pretende-se beneficiar pelo menos 50% de pessoas integrantes de famílias beneficiárias do PBF que declararam no CADÚNICO não saber ler, nem escrever, ou seja, 4.397 pessoas (tendo-se como base o quantitativo de 8.795 pessoas não alfabetizadas, membros de famílias PBF, identificados no CADÚNICO no espelho de 19/04/2014). O alcance de tal meta está associado ao desenvolvimento de ações conjuntas da SEDEST e SEE/DF para a identificação e mobilização dessas pessoas.
3. Acompanhar famílias do Programa Bolsa Família que estiverem em primeira suspensão *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	As famílias do PBF em situação de descumprimento, especialmente, aquelas que estão em fase de suspensão, devem ter prioridade na inserção em acompanhamento familiar, pois apresentam dificuldades tais que as colocam na eminência de desligamento do programa, necessitando de apoio ara a superação de suas vulnerabilidades. Em 2013, foi elaborado um conjunto de ações para estimular e aumentar o número de famílias em acompanhamento familiar pelas equipes dos CRAS e CREAS. Como resultado, do começo do ano até o final do ano de 2013, houve um aumento de 165,69% do número de famílias inseridas em acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (SICON). Para 2014, pretende-se aumentar ainda mais a quantidade de famílias inseridas em acompanhamento familiar, por meio da contratação de servidores, melhoria das estratégias de capacitação e elaboração de documentos de orientação.
4. Beneficiar com recursos financeiros famílias com renda per capita maior que R$ 70 e menor que R$ 140 não elegíveis ao Programa Bolsa Família em função de sua composição familiar. (*Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Essa meta não foi implementada no ano de 2013, tendo em vista que o Programa criado pela Lei nº 5.133, não foi regulamentado.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Código	Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
976	Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação – adolescentes de 16 a 17 anos	%	66,92	30/06/2011	Bimestral/ Anual	**Desejado**	67	69	71	75	SICON – MDS (OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançando	63,85	68,57	-	-	
977	Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil saúde	%	25,77	02/07/2011	Semestral/ Anual	**Desejado**	35	38	40	52	SICON – MDS (OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançado	30,66	34,64	-	-	
984	Abrangência do Cadastro Único para Programas Sociais no DF	%	-	-	Anual	**Desejado**	50	100	100	100	CADASTRO ÚNICO PNAD/ IBGE; CENSO/ IBGE (OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançado	100	100	-	-	
985	Taxa de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família com renda per capita inferior a R$ 100 com complemento de recursos do GDF	%	53	31/07/2011	Anual	**Desejado**	75	85	100	100	SEDEST/ SUTRAR (OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançado	100	100	-	-	
1252	Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação – crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	%	88,28	30/06/2011	Bimestral/ Anual	**Desejado**	88	89	90	92	SICON – MDS (OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançado	85,24	89,10	-	-	
1259	Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil educação em descumprimento da condicionalidade	%	-	-	-	**Desejado**	4,6	4,3	4,2	4	SICON - MDS(OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançado	3,05	3,0	-	-	
1263	Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil saúde em descumprimento da condicionalidade	%	-	-	-	**Desejado**	0,54	0,53	4,2	4	SICON – MDS(OBJ ESP 1 – SEDEST)
						Alcançado	0,35	3,21	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 976 – Refere-se ao percentual de acompanhamento das condicionalidades de educação (registro de frequência) dos beneficiários do Bolsa Família, com idade de 16 e 17 anos, que recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ) que é realizado bimestralmente. O índice mais recente disponibilizado, utilizado para compor a tabela, refere-se aos meses de outubro e novembro de 2013. Apurado em 31/12/2013.

Indicador 977 – Percentual de acompanhamento das condicionalidades de saúde (registro do acompanhamento de famílias realizado pela SES/DF no sistema do MS). O acompanhamento é realizado semestralmente. Foi utilizado para preenchimento do quadro o índice do 1º semestre de 2013, pois era o disponível no Sistema de Condicionalidades (SICON) até o momento. Apurado em 31/07/2013.

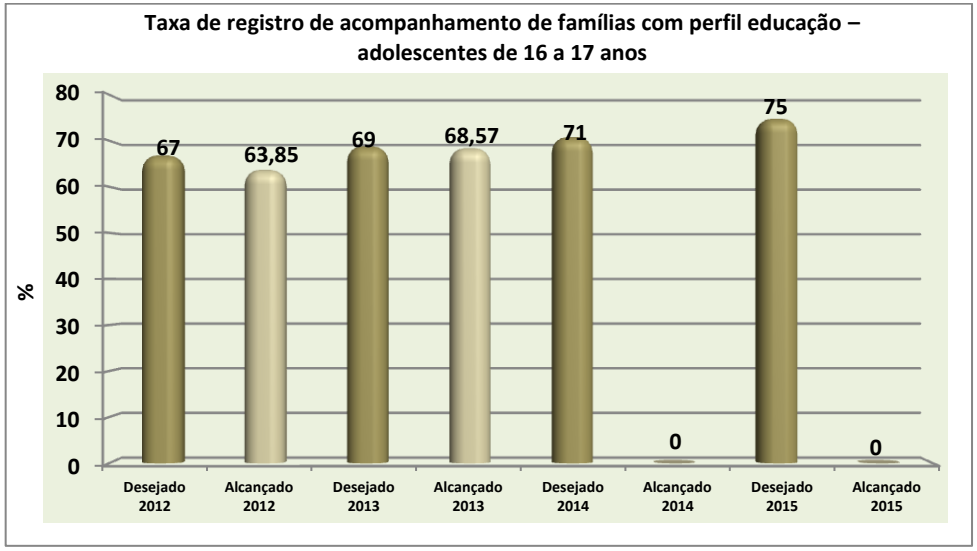
Indicador 984 – A abrangência do Cadastro Único é entendida como a taxa de cobertura cadastral, índice que indica a quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único, com renda per capita familiar de até meio salário mínimo em relação à estimativa de famílias de baixa renda, conforme informações do CENSO 2010/IBGE. Tal taxa e calculada pelo MDS, apurado em 21/12/2013.

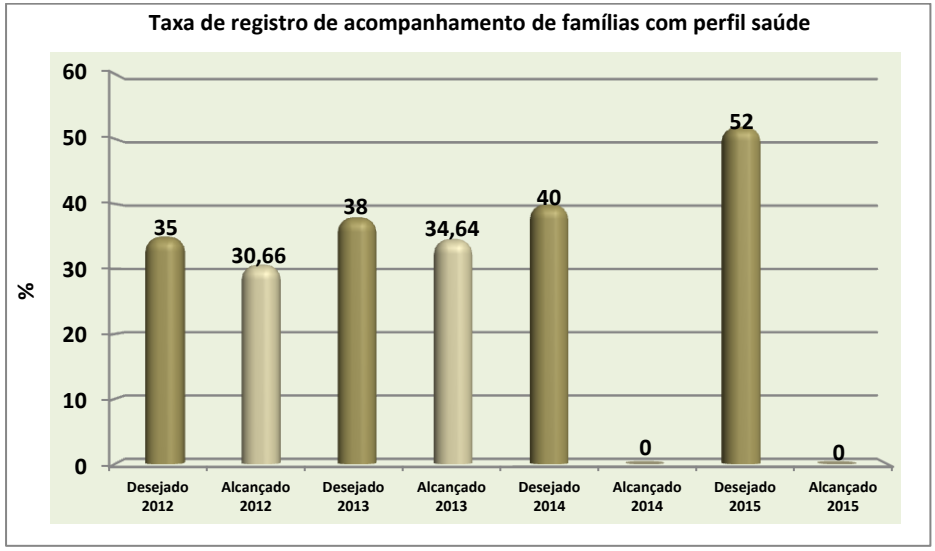
Indicador 985 – Indicador que mede a taxa de cobertura das famílias com renda per capita até R$100 (após o recebimento do Bolsa Família),e que a suplementação do Distrito Federal, na forma do Plano DF Sem Miséria. A partir de outubro de 2013, com a promulgação da Lei nº 5.133, os critérios da renda per capita mensal para suplementação foram ampliados de R$100 para R$140. Desta forma o indicador em questão terá que ser alterado quando for realizado o relatório de 2014. Apurado em 31/09/201.

Indicador 1252 – Este indicador refere-se ao percentual de acompanhamento das condicionalidades de educação (registro da frequência escolar realizado pela SEE/DF no sistema Presença do MEC) dos beneficiários do Bolsa Família, com idade de 6 a 15 anos, que recebem o Benefício da Família (BFA) que é realizado bimestralmente. O índice mais recente disponibilizado, utilizado para compor a tabela, refere-se aos meses de outubro e novembro de 2013. Apurado em 31/12/2013.

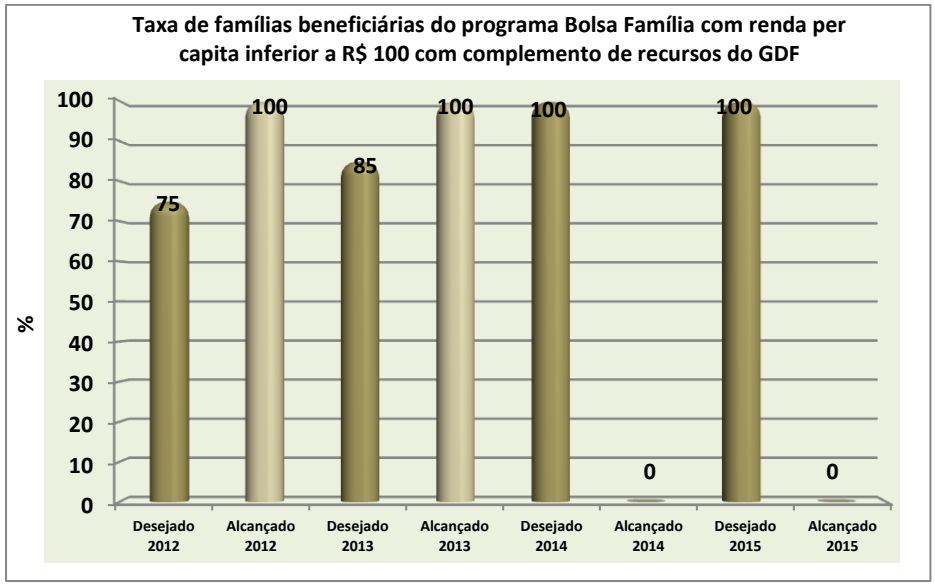
Indicador 1259 – Tendo em vista os relatórios disponíveis para extração no Sistema de Condicionalidades (SICON), foi utilizado para compor este indicador a média do número de beneficiários do BFA e BVJ que tiveram descumprimento de condicionalidade de educação no ano de 2013. apurado em 31/12/2013.e intervenções para prevenir novas repercussões sobre o benefício.

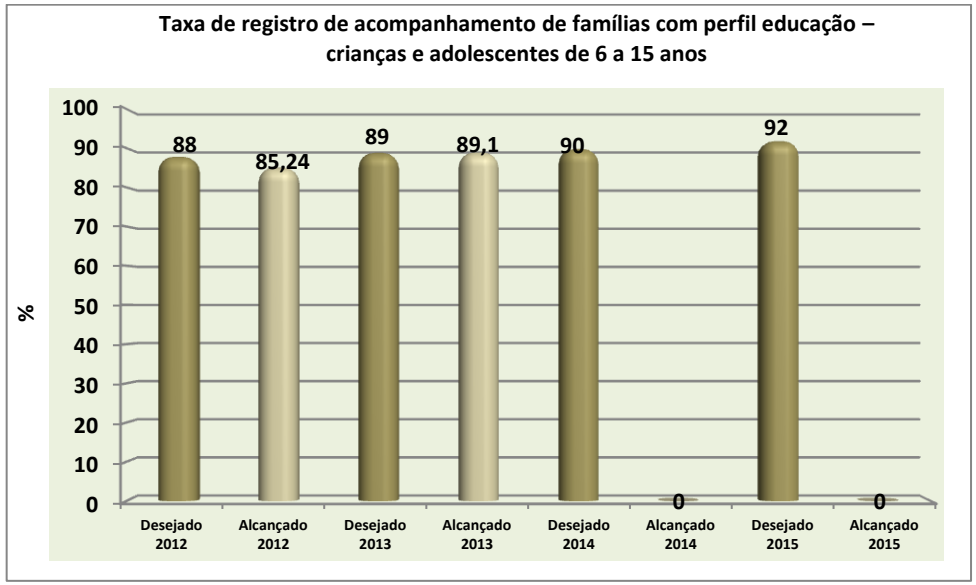
Indicador 1263 - Tendo em vista os relatórios disponíveis para extração no Sistema de Condicionalidades (SICON), foi utilizado para compor este indicador a média do número de beneficiários que tiveram descumprimento de condicionalidade de saúde no ano de 2013. Apurado em 31/12/2013.

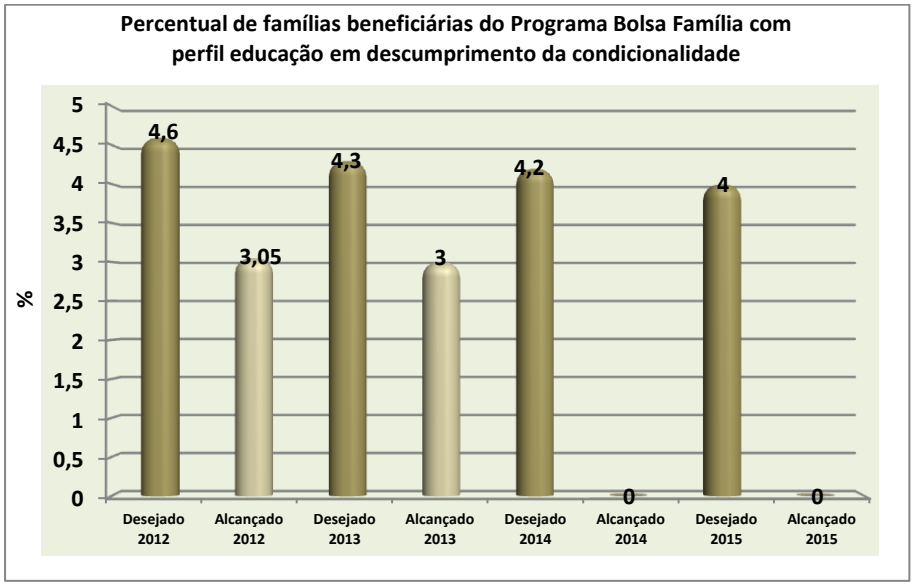

Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação – adolescentes de 16 a 17 anos
%
80
70
60
50
40
30
20
10
0
67
63,85
69
68,57
71
0
75
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

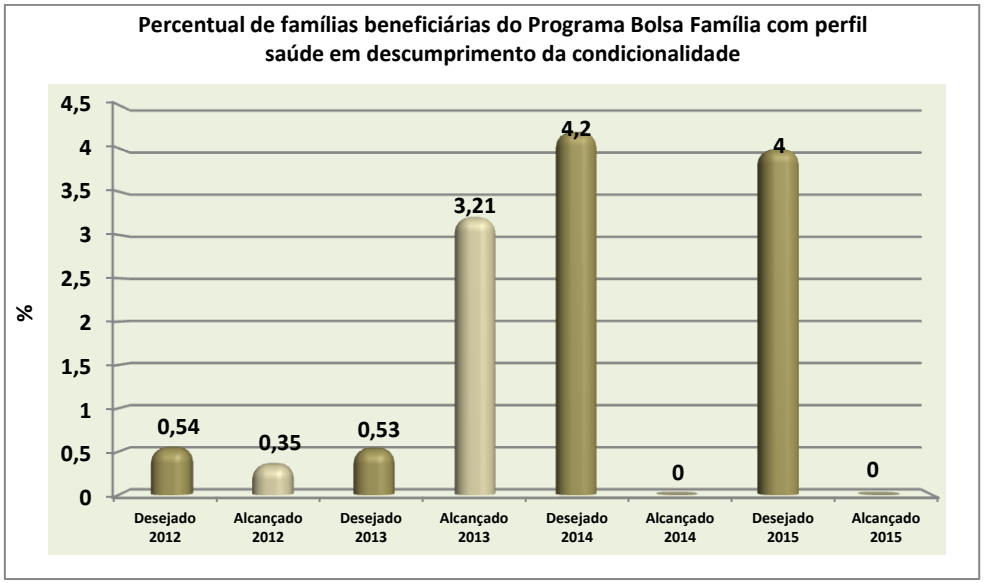

Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil saúde
%
60
50
40
30
20
10
0
35
30,66
38
34,64
40
0
52
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Abrangência do Cadastro Único para Programas Sociais no DF
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
50
100
100
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família com renda per capita inferior a R$ 100 com complemento de recursos do GDF
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
75
100
85
100
100
0
100
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Taxa de registro de acompanhamento de famílias com perfil educação – crianças e adolescentes de 6 a 15 anos
%
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
88
85,24
89
89,1
90
0
92
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil educação em descumprimento da condicionalidade
%
5
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
4,6
3,05
4,3
3
4,2
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Percentual de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com perfil saúde em descumprimento da condicionalidade
%
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
0,54
0,35
0,53
3,21
4,2
0
4
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Promover a elevação de renda, a qualidade de vida e qualificação e capacitação profissional das famílias pobres e extremamente pobres, como forma de reduzir as desigualdades sociais e incentivar a promoção social dos participantes.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

56.102 - COORDENADORIA DE INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS

Análise do Objetivo Específico

A estrutura da Fábrica Social foi instituída em 2012. A autonomia orçamentária, financeira e patrimonial foi alcançada no segundo semestre de 2012 e a implementação da estrutura física necessária para a realização das atividades administrativas da CIAS e das atividades de capacitação e qualificação profissional da Fábrica Social só se efetivou em 2013.

Assim, em 2013 iniciou-se o processo seletivo de pessoas para preenchimento das vagas ofertadas para participação no programa de capacitação e qualificação profissional. O processo seletivo e constituído de cadastramento prévio dos interessados aptos e posterior sorteio das vagas ofertadas. As pessoas cadastradas que não foram sorteados compõem uma lista de espera e são convocados à medida que surgem vagas para a Fábrica Social, sejam vagas novas ou resultantes de desistências ou desligamentos. Até o fim de 2013 a lista de espera era composta por, aproximadamente, 2.000 pessoas.

Também em 2013 foram realizadas as aquisições do maquinário (máquinas de costura, máquinas de bordar e etc.), materiais e insumos (tecidos, tintas e etc.) necessários para a implantação da estrutura física da Fábrica Social, que possibilitou a realização das atividades de capacitação nos módulos de confecção de complementos esportivos (como bolas e redes) e de materiais de apoio escolar (como mochilas e uniformes).

Com a estrutura da Fábrica implantada, iniciaram-se as atividades de capacitação e, por conseguinte, de produção dos itens, com a respectiva concessão de benefícios pecuniários aos participantes. Os capacitandos foram alocados em diferentes especialidades da Fábrica Social, de forma que pudessem ser plenamente qualificados em uma determinada área antes de serem realocados para outra. Esta migração do capacitando entre as diversas especialidades provê ao indivíduo um panorama completo do processo de produção, objetivo precípuo do ciclo de aprendizagem.

O grande desafio encontrado pela Coordenadoria foi sincronizar as aquisições e recebimentos de equipamentos e materiais. Para o efetivo início das atividades de capacitação, os insumos e máquinas necessárias para a confecção de determinado item devem estar disponíveis. Alguns fatores contribuíram para esta dificuldade, entre eles:

1.Os equipamentos e materiais utilizados pela Fábrica Social são, em sua maioria, de natureza específica, diferente dos bens que a administração pública adquire usualmente. Desta forma, a utilização de Atas de Registro de Preços, que abreviaria os processos de aquisição, não pôde ser realizada simplesmente pela inexistência das mesmas;

2.A morosidade dos procedimentos licitatórios em razão da inexperiência das equipes de diversas áreas da Coordenadoria no que tange à peculiaridade das aquisições e suas especificações e;

3.O grande volume de aquisições necessárias, Atas de Registro de Preços e contratos a serem geridos.

As perspectivas para o ano de 2014 são de aumento de vagas ofertadas e da abrangência das atividades da Fábrica Social. Espera-se criar mais 600 vagas para as áreas de costura de bolas e de redes. Em razão disso e também do funcionamento da Fábrica durante todo o ano de 2014, está previsto um aumento na quantidade de itens produzidos. A prospecção inicial é de produção de aproximadamente 2.390.000 itens, entre bandeiras, bonés, bolas, camisetas, mochilas, redes e outros.

Também, conforme citado anteriormente, atividades de capacitação relacionas à construção civil serão agregadas às atividades já existentes. As pessoas serão capacitadas para atuar e efetuar reparos em instalações elétricas, hidráulicas e civis, com uma expectativa de criação de 400 vagas para essas áreas. Esses capacitandos passarão por instruções teóricas e práticas e após a fase de treinamento, como forma de consolidação do aprendizado, efetuarão melhorias em unidades habitacionais incluídas em outros programas de governo, junto à SEDHAB, e outras iniciativas afins. Pressupõe-se, portanto, uma expansão da própria estrutura física da Fábrica Social para abrigar as novas vagas ofertadas bem como a nova estrutura administrativa criada pelo Decreto nº 34.996 de 20 de dezembro de 2013. Para tanto, espera-se alugar 03 (três) novas edificações, próximas à já existente na Cidade Estrutural.

Metas 2012-2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Atender aproximadamente 900.000 alunos da rede pública de ensino por meio da disponibilidade de uniformes escolares e materiais esportivos *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	A confecção dos uniformes escolares pelos capacitados da Fábrica Social teve seu início no ano de 2013, porém sua distribuição só teve início no ano de 2014.
2. Atender aproximadamente 2.400 cidadãos da comunidade, capacitando-os nas variadas áreas produtivas da fábrica *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foram atendidos 1.124 cidadãos em situação de vulnerabilidade social. Tendo em vista o ciclo de 2 anos para capacitação, o quantitativo se refere às pessoas em processo de capacitação por mês.
3. Realizar qualificação profissional, proporcionando a geração de renda e inserção das famílias atendidas nas unidades do projeto no mercado de trabalho e incentivo ao empreendedorismo	Em torno de vinte capacitandos obtiveram junto ao PROSPERA – programa da Secretaria de Estado de Trabalho para a concessão de microcrédito produtivo para empreendimentos de baixa renda – crédito para darem inícios às suas próprias atividades produtivas.
4. Confeccionar aproximadamente 6.000.000 de itens (uniformes, camisas polo, bolas, mochilas, bonés, pastas, etc.) até 2015 *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	Foram produzidos 75.725 itens, entre uniformes, camisas polo, bolas, mochilas, bonés, pastas, etc.
5. Produzir jogos intelectivos e artigos didáticos para o desenvolvimento de atividades lúdicas	A expectativa era de que o maquinário necessário para produção de jogos intelectivos e artigos didáticos para o desenvolvimento de atividades lúdicas fossem adquiridos por meio de doação, o que não se concretizou. Atualmente encontra-se sob avaliação a real possibilidade de produção desses artigos, bem como da própria exclusão da meta do PPA 2012-2015.

Observação: Os quantitativos citados nos itens relativos à confecção de materiais esportivos foram dimensionados de forma estimativa e a depender da efetiva entrada em operação da unidade de capacitação nos anos de 2013 a 2015.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1279	Quantitativo de beneficiados pela distribuição de materiais	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	450.000	-	583.715	583.715	CIAS/ SECOPA
						Alcançado	-	-	-	-	
1285	Quantitativo anual de cidadãos capacitados pelo eixo de atuação das Unidades de Capacitação	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	400	1.200	1.200	2.400	CIAS/ SECOPA
						Alcançado	-	1.124	-	-	
1289	Quantidade de localidades esportivas atendidas	Unidade	-	-	Anual	**Desejado**	260	-	650	650	CIAS/ SECOPA
						Alcançado	-	-	-	-	

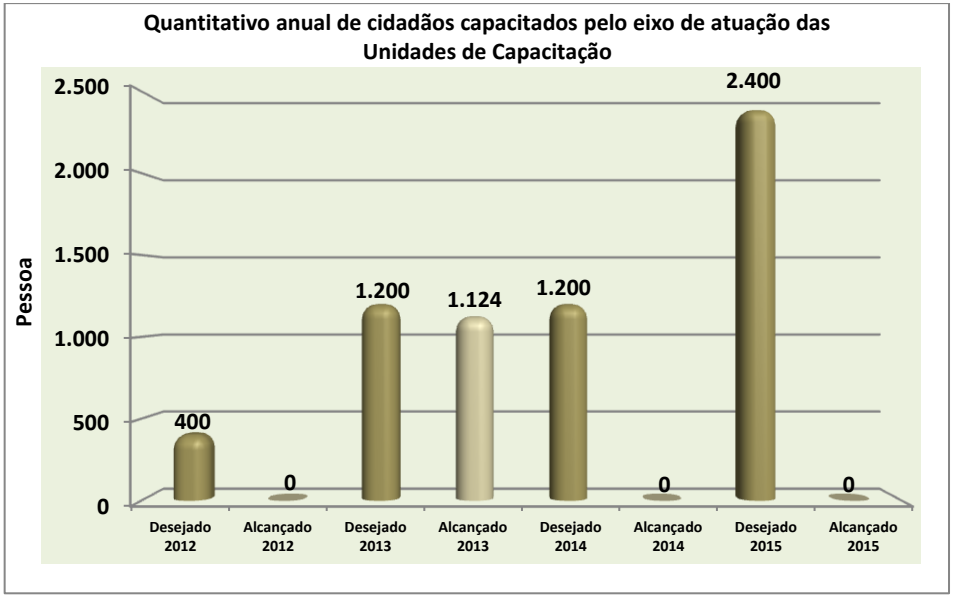
Justificativa 2013

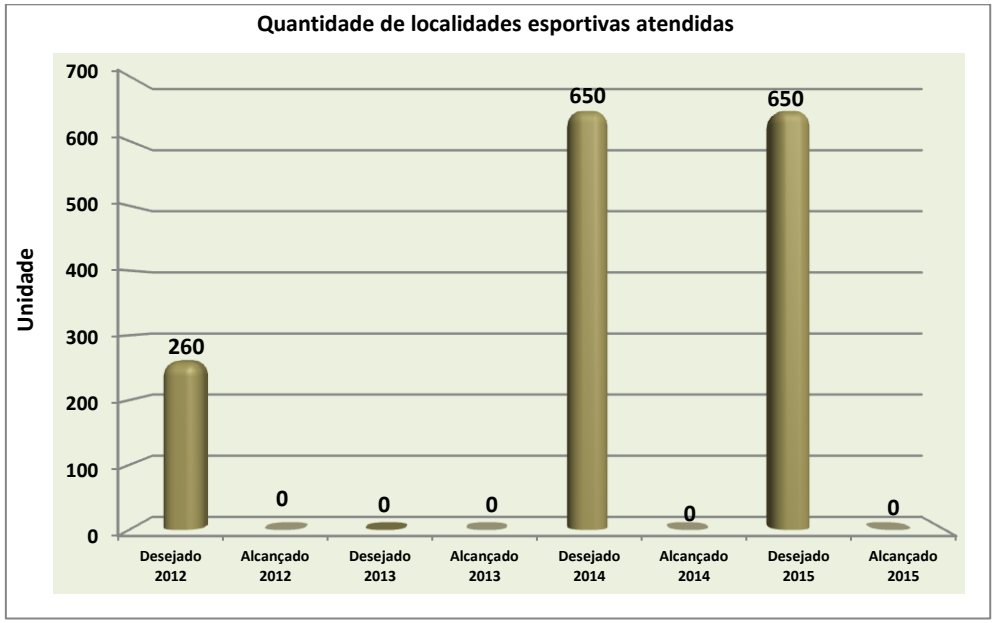
Indicador 1279 – Sem justificativa

Indicador 1285 – Tendo em vista o ciclo de 2 anos para capacitação, o quantitativo se refere aos indivíduos em processo de capacitação por mês. A diferença entre alcançado e desejado se justifica pelo atraso no início das atividades de capacitação, fruto da necessidade de adequação dos espaços para receber os capacitandos e finalização de diversos procedimentos licitatórios, nos quais constam os insumos e maquinários necessários. Os indicadores 1279 e 1289 serão reavaliados quando do período de alteração do Plano Plurianual – PPA, de forma a dar maior clareza sobre os números do programa.

Indicador 1289 – Sem justificativa.

Quantitativo de beneficiados pela distribuição de materiais
Pessoa
600.000
500.000
400.000
300.000
200.000
100.000
0
450.000
0
0
583.715
0
583.715
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantitativo anual de cidadãos capacitados pelo eixo de atuação das Unidades de Capacitação
Pessoa
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
400
0
1.200
1.124
1.200
0
2.400
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Quantidade de localidades esportivas atendidas
Unidade
700
600
500
400
300
200
100
0
260
0
0
0
650
0
650
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6229 – EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

OBJETIVO GERAL: Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos por meio do desenvolvimento de ações multissetoriais que visem contribuir para uma mudança cultural com vistas à equidade de gênero e emancipação das mulheres do DF.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Reduzir as desigualdades sociais, superar a extrema pobreza no DF e RIDE, garantindo renda, acesso aos serviços, gerando oportunidades de emprego e renda nas áreas rural e urbana.

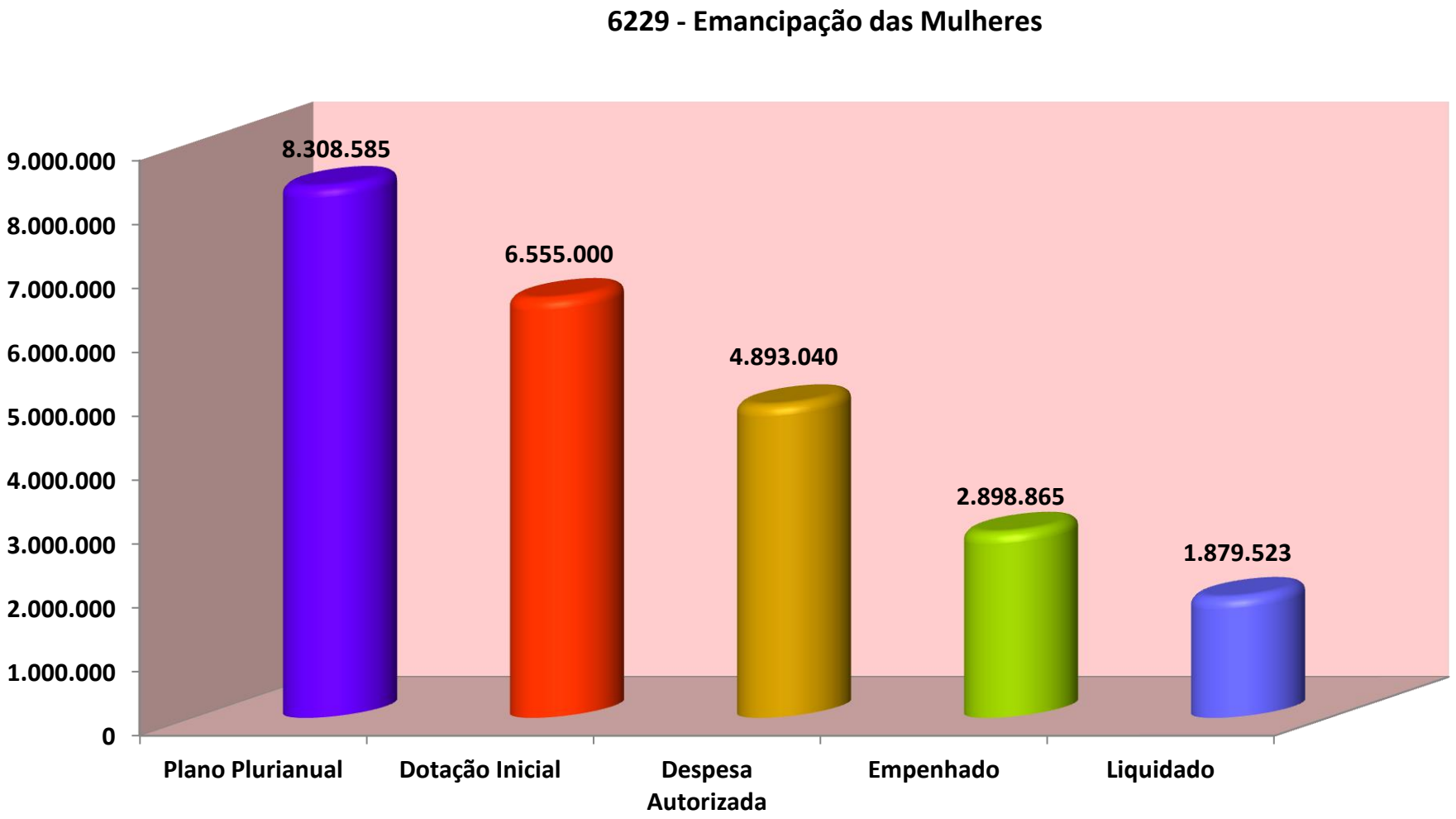
OBJETIVO ESPECÍFICO

O programa temático é composto de 2 Objetivos Específicos, conforme seguem abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 – Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos, por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal.	57.101
002 - Enfrentar a violência contra a mulher, por meio de ações multissetoriais, para promover uma mudança cultural com vistas à equidade de gênero e emancipação das mulheres do DF	57.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA	Liq./PPA
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	% (D) / (A) * 100	% (E) / (A) * 100
1086 - (EP) Implementação do Plano Distrital de Política para as Mulheres	2.700.000	0	0	0	0	0	0
3678 - Realização de Eventos	300.000	0	55.328	55.327	35.544	18	12
4211 - Manutenção das Unidades de Atendimento à Vítima e ao Agressor	1.153.333	2.100.000	3.030.990	1.516.361	1.088.423	131	94
4212 - Manutenção e Funcionamento do Conselho Distrital da Mulher	219.682	455.000	29.924	29.924	29.924	14	14
4213 - Desenvolvimento de Ações Relacionadas ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	1.316.682	2.000.000	1.230.218	750.673	705.509	57	54
4240 - (EP) Desenvolvimento de Ações de Defesa, Garantia e Ampliação dos Direitos das Mulheres	2.618.888	2.000.000	546.580	546.580	20.123	21	1
TOTAL DO PROGRAMA 6229	**8.308.585**	**6.555.000**	**4.893.040**	**2.898.865**	**1.879.523**	**35**	**23**


6229 - Emancipação das Mulheres
9.000.000
8.000.000
7.000.000
6.000.000
5.000.000
4.000.000
3.000.000
2.000.000
1.000.000
0
8.308.585
6.555.000
4.893.040
2.898.865
1.879.523
Plano Plurianual
Dotação Inicial
Despesa Autorizada
Empenhado
Liquidado

Objetivo Específico: **001 –** Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos, por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

Análise do Objetivo Específico

No decorrer do ano de 2013 a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres articulou e implementou o processo que resultou no início dos trabalhos de constituição do I Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (I PDPM), com a criação no site da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM-DF), no dia 2 de dezembro, de aba destinada à promoção da consulta pública e da transparência relativa à elaboração do I PDPM e a publicação, no dia 4 de dezembro, no Diário Oficial do Decreto nº. 34.925/2013, que instituiu o Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano. Ainda no mês de dezembro foram realizadas 13 (treze) reuniões preparatórias com órgãos governamentais. Todo esse processo culminou na entrega do I PDPM no dia 3 de abril de 2014, após 14 dias de consulta pública virtual da proposta elaborada pelo GT, três dias de diálogos com a população, dois dias de consulta pública presencial e dezenas de reuniões com colaboradoras(es) de órgãos governamentais e da sociedade civil. Tendo como perspectiva constituir um ambiente institucional propício ao desenvolvimento do Plano Distrital de Políticas para as Mulheres, para além de oferecer continuidade e fortalecer as políticas públicas implementadas diretamente pela SEM-DF – como os projetos Mutirão Rede Mulher e Oficina da Saúde – o esforço da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres foi de articular outros órgãos do Distrito Federal visando promover a transversalidade das políticas de enfrentamento à desigualdade de gênero nas diversas esferas da vida da população. Destacam-se: a Recomendação nº 2/2013 do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) que indica à rede de ensino do DF os parâmetros para a inclusão, obrigatória, dos direitos da mulher e outros assuntos com recorte de gênero nos currículos dos ensinos fundamental e médio; a implementação da política de Economia Feminista e Solidária por meio do Rede Mulher Artesã e do projeto Selo Rede Mulher; a adoção da vacina contra o papiloma vírus humano (HPV), principal agente causador do câncer de colo de útero; e a difusão dos direitos das mulheres e das questões de gênero em programas como o Agentes da Cidadania, o Fábrica Social e o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (PRAT). Nessa conjuntura, embora o número de projetos com vistas à equidade de gênero executados diretamente pela SEM-DF tenha se mantido em 15 (quinze) projetos, não atingindo o total desejado para 2013, de 17 (dezessete), cumpre destacar que o número de políticas públicas com inclusão de recorte de gênero implementadas no período – 19 (dezenove) ao todo – superou em quase 50% o total desejado, de 13 (treze). Um dos desafios que se apresenta é contabilizar e visibilizar o total de indicadores referentes ao objetivo específico 001 do programa temático 6229 – Emancipação das Mulheres, a saber: "Ampliar o acesso das mulheres aos seus direitos, por meio do desenvolvimento de ações que visem contribuir no seu processo de emancipação no Distrito Federal". Dentre o total de mulheres beneficiadas por políticas transversais, até o momento somente temos conseguido contabilizar aquelas que são geridas diretamente pela SEM-DF. Por este motivo, podemos dizer que o total apresentado de pessoas beneficiadas em 2013 pelo Plano Rede Mulher em todos os seus eixos, de 11.287 – que representa 62,7% do desejado para o período, de 18.000 – não reflete o conjunto de pessoas beneficiadas pelas ações transversais articuladas a partir do Plano Rede Mulher, as quais são geridas por outras secretarias, como a de Saúde e a de Trabalho.

Outro grande desafio colocado refere-se aos fatores limitadores encontrados na própria estrutura da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres cuja equipe, de 17 servidoras/es, apresenta, majoritariamente, perfil operacional. É reduzido o número de quadros profissionais capazes de articular políticas e ações e transformar as articulações em documentos necessários à ordenação do serviço público. Assim, para o ano 2014, diante da iminência da implementação do I PDPM composto por 71 metas e 310 ações que envolvem um conjunto de 19 secretarias de Estado entre outros órgãos do governo como empresas e fundações, além de instituições do poder judiciário e do terceiro setor, ressalta-se a urgência tanto de instituir mecanismos que possibilitem o levantamento e acompanhamento de indicadores das políticas transversais, como de dotar a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres dos recursos humanos e técnicos necessários para que seja possível cumprir com as metas e objetivos estabelecidos no Plano.

Metas 2012 – 2015:

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Articular a inclusão do recorte de gênero nas políticas públicas do DF, buscando a equidade	A inserção do recorte de gênero em políticas públicas no ano de 2013 ocorreu nas áreas de Saúde, Trabalho e Qualificação Profissional, Educação, Raça e Etnia, Diversidade Sexual, Cultura, Economia Solidária e Esporte. Foram articuladas e executadas políticas públicas como a Unidade Móvel de Saúde da Mulher; a difusão de informações sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos; a difusão de informações sobre a promoção e a prevenção da saúde integral da mulher; a vacinação contra o HPV; a inserção da Corrida do Outubro Rosa no calendário de corridas do DF; a inserção profissional de mulheres no setor da construção civil; o microcrédito produtivo orientado para mulheres; a inserção dos direitos das mulheres e das questões de gênero nos currículos da Educação Básica; a sensibilização de educadoras/es para as questões de gênero; a adoção do nome social no âmbito da Secretaria da Mulher; a valorização das artesãs e trabalhadoras manuais; a articulação de políticas de artesanato, economia solidária, cultura, turismo e qualificação profissional para artesãs e trabalhadoras manuais; o empoderamento de mulheres de comunidades tradicionais; o empoderamento de mulheres dos espaços rurais; a geração de novos indicadores sobre questões de gênero na administração pública.
2. Implementar projetos, ações e iniciativas do Rede Mulher em todos as Regiões Administrativas do Distrito Federal, especialmente nas regiões com menor PIB per capita e a-brangendo o público dos 33 Territórios de Vulnerabilidade.	Foram implementados projetos, ações e iniciativas do Rede Mulher em 27 (vinte e sete) Regiões Administrativas (exceções: Sudoeste/Octogonal, Jardim Botânico, SCIA e SIA) e em cinco cidades da Região Metropolitana do Distrito Federal (Cidade Ocidental, Jardim ABC, Valparaíso, Novo Gama e Vila Boa). Majoritariamente, a implementação ocorreu nas regiões com menor PIB e per capita e abrangeu o público das áreas de vulnerabilidade social.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices alcançados pelo Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	
1326	Número de políticas públicas com inclusão de recorte de gênero implementadas	Unidade	2	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	6	13	15	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	19	-	-	
1327	Número de projetos executados com vistas à equidade de gênero	Unidade	1	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	13	17	17	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	15	-	-	
1328	Número de pessoas beneficiadas pelo Plano Rede Mulher em todos os seus eixos	Pessoa	1.000	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	11.842	18.000	22.000	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	12.168	-	-	
1329	Campanhas Realizadas	Unidade	2	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	2	2	2	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	3	-	-	

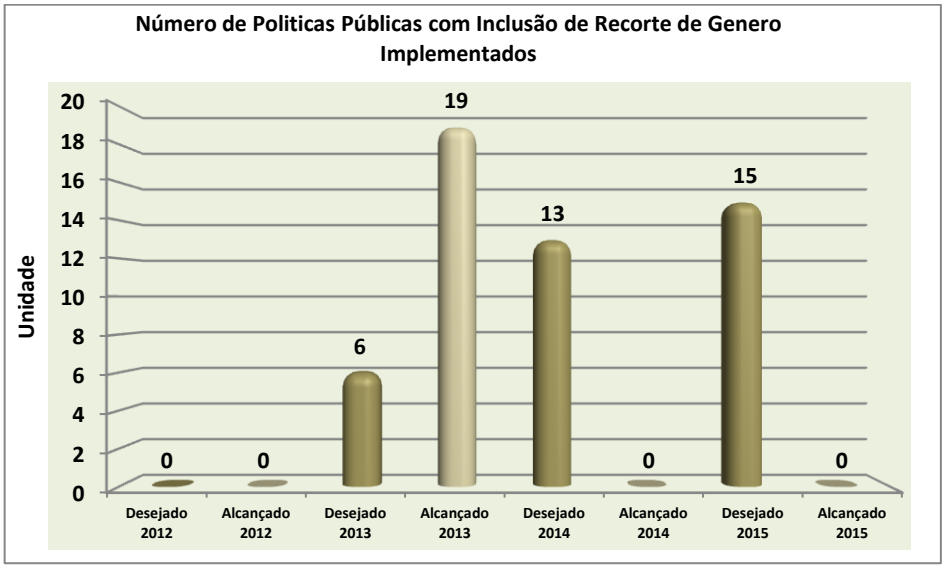
Justificativa – 2013

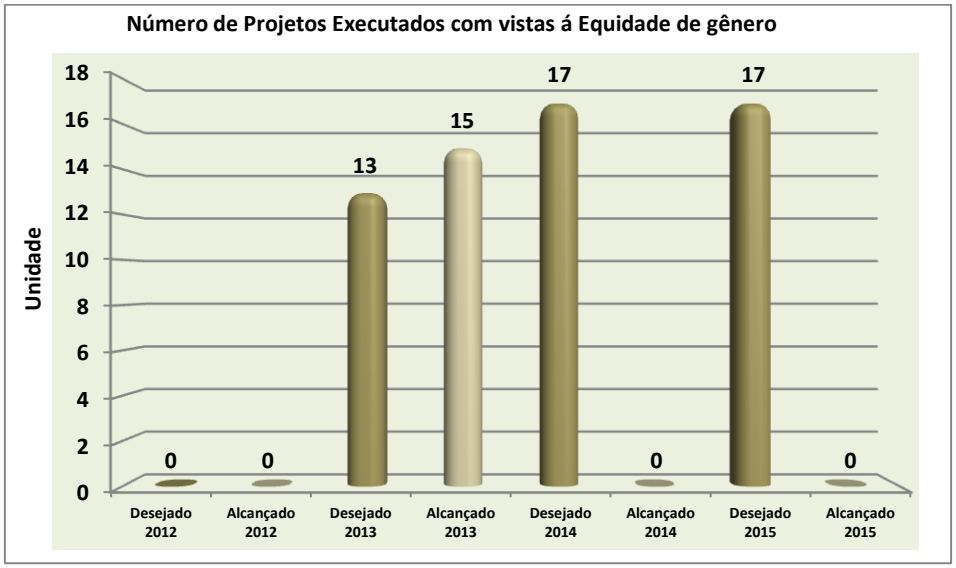
Indicador 1326 - As Políticas Públicas foram: Direitos das Mulheres no curriculum escolar, Economia Feminista, Vacina contra HPV para meninas, Quarta Carreta da Mulher, Difusão do preservativo feminino, nome social de travestis e transexuais, empoderamento das Mulheres do Campo, Corrida Outubro Rosa, Fundo de Apoio à Cultura, Geração de novos Indicadores na área de Gênero, Carteira de Artesã, Agentes da Cidadania, Bibliotecas do Cerrado, Fábrica Social entre outras.

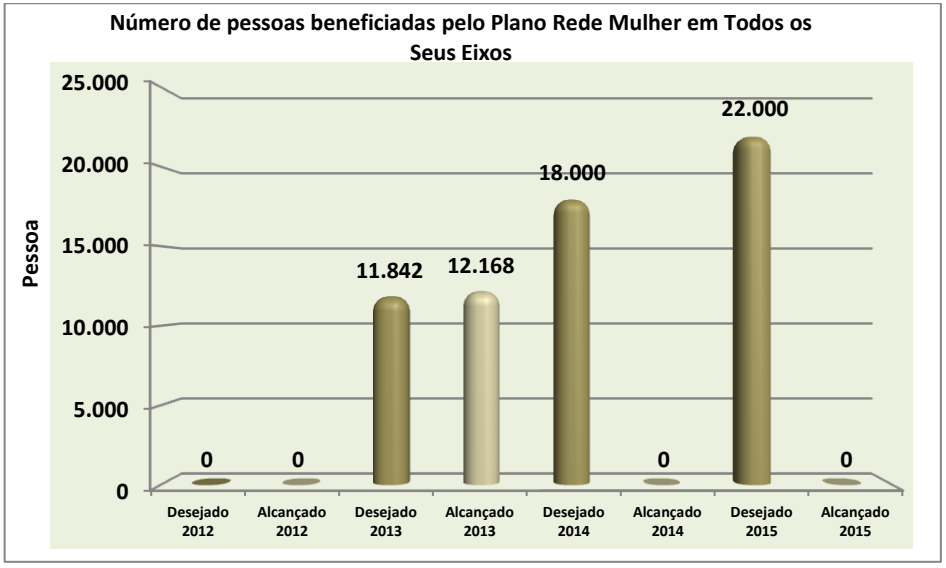
Indicador 1327 – Os projetos executados foram: GDF fazendo Gênero na Escola, Selo Rede Mulher de Economia Solidária, Jogo da Mulher, Mutirão Rede Mulher - as Mulheres dão as Cartas, Jogo da Mulher, nas Comunidades Tradicionais, nas Comunidades Rurais -, Oficina da Saúde, Laboratório de Saúde da Mulher, Outubro Rosa, Show Mulher de Lei, Feira de Artesãs da Economia Solidária, Empregabilidade/ Mulheres na Construção, Via Rápida e Prospera Mulher.

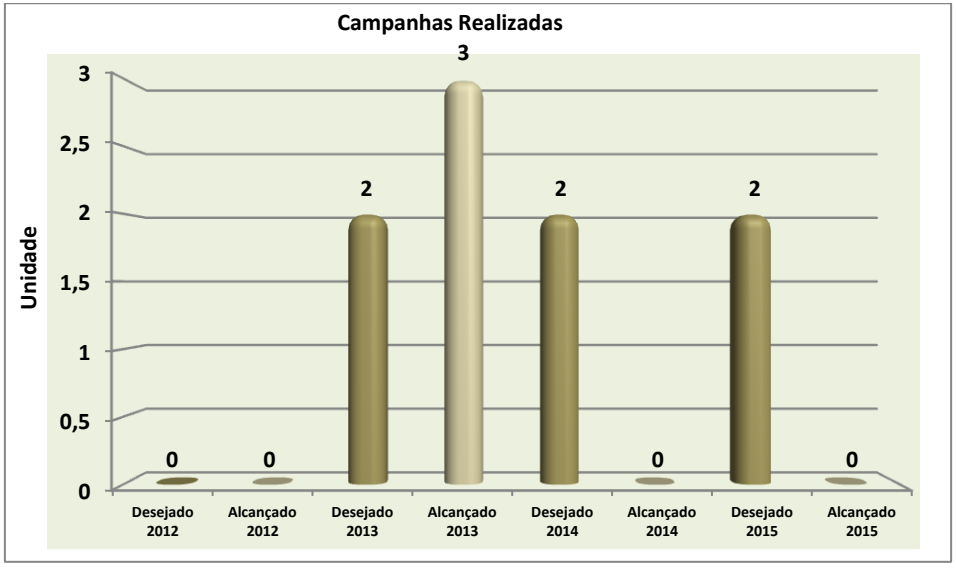
Indicador 1328 – Apesar de a meta ter sido superada, observa-se que o número não inclui pessoas beneficiadas por políticas transversais desenvolvidas unicamente pelo órgão executor.

Indicador 1329 - Foram realizadas as seguintes campanhas: Março Mulher, Outubro Rosa e Adesão à Campanha da ONU - Informação Complementar.


Número de Politicas Públicas com Inclusão de Recorte de Genero Implementados
Unidade
20
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
0
0
6
19
13
0
15
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Projetos Executados com vistas á Equidade de gênero
Unidade
18
16
14
12
10
8
6
4
2
0
0
0
13
15
17
0
17
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de pessoas beneficiadas pelo Plano Rede Mulher em Todos os Seus Eixos
Pessoa
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
0
0
11.842
12.168
18.000
0
22.000
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Campanhas Realizadas
Unidade
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
0
0
2
3
2
0
2
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Objetivo Específico: 002 - Enfrentar a violência contra a mulher, por meio de ações multissetoriais, para promover uma mudança cultural com vistas à equidade de gênero e emancipação das mulheres do DF.

UNIDADE RESPONSÁVEL:

57.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

Análise do Objetivo Específico

O objetivo maior da Subsecretaria Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres-SEVICOM, no ano de 2013, foi promover o empoderamento da mulher na família, de forma a romper o ciclo de violência através da promoção de sua autonomia e independência, fazendo com que não seja necessária a presença do agressor para promover sua subsistência.

Tal meta foi implantada, de forma mais abrangente, através do desenvolvimento, implantação e aperfeiçoamento, dos aparelhos da Secretaria da Mulher, juntamente com a exposição dos números a eles relacionados, às Mulheres.

Foram entregues 2 (duas) Unidades Móveis de combate à violência contra as mulheres, que fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e se somam ao programa "Mulher, Viver sem Violência", para a integração de serviços na aplicação da Lei Maria da Penha no campo e na floresta. Os dois ônibus são importantes pela eficiência e agilidade, porque se deslocam para o local onde as pessoas mais precisam de atendimento. Estão equipados com duas salas de atendimento, notebooks com roteador e pontos de internet, impressores multifuncionais (digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetos externos para telão, toldo, 50 cadeiras, copa e banheiro adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Nos dias **10**, **11** e **12** de dezembro do ano de 2013, foi realizado o **Seminário de Gênero, Raça e Violência Contra as Mulheres**, a fim de promover um debate acerca da violência contra a mulher ligada às questões de gênero e raça, além de dar oportunidade à rede de atendimento para a articulação de ações voltadas à prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

O objetivo foi identificar os atores sociais que devem compor a Rede de Atores aqui atendidos como instituição, serviços e grupos de governo e da sociedade civil que estão envolvidos direta ou indiretamente no atendimento, encaminhamento e prevenção à violência de gênero e que e serão os sujeitos da construção da REDE, além de capacitar os profissionais que prestam serviços de atenção à mulher vítima de violência, objetivando um tratamento qualificado e humanizado.

Dentro deste contexto, a Câmara Técnica produziu o Plano Integral Básico – PIB, que serve como orientação aos órgãos e instituições envolvidos na rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. A proposta é construir um fluxo de atendimento, articular e integrar as ações a partir das experiências já acumuladas por cada órgão e as orientações do Pacto Nacional.

O Programa Roda de Conversa, tem como inciativa apresentar às lideranças locais os serviços da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo enfatizados os serviços disponíveis pelo Governo do Distrito Federal, à população que necessitem de deslocamentos maiores por parte das (os) usuárias (os).

O público-alvo é a comunidade local em geral, bem como das regiões próximas por meio de suas lideranças. As instituições interessadas terão 20 (vinte) minutos para apresentar os serviços, a quem são destinados, formas de ingressos, os tipos de atendimentos e acompanhamentos realizados. Ao final das apresentações, será aberta a discussão com participação dos ouvintes e palestrantes.

As instituições convidadas a participar são: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal; Secretaria Especial do Idoso do Distrito Federal; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal; Secretaria de Estado do Entorno do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal; Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal; Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal; Defensoria Pública do Distrito Federal; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; e Administrações Regionais de Brasília.

Acrescentamos que a SEVICOM é responsável por formular políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que visem à prevenção, combate à violência, amparo e garantia de direitos às mulheres em situação de violência. Também deve desenvolver, implementar e apoiar políticas públicas, planos, programas e projetos voltados ao enfrentamento à violência contra as mulheres, diretamente ou em parceria com organismos governamentais de diferentes entes da federação ou organização não governamentais e com a sociedade civil.

Deve, ainda, planejar, coordenar e avaliar as atividades da rede de atendimento à mulher, que inclui o Disque Direitos da Mulher, Centro de Atendimento Especializado à Mulher, Núcleo de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica e Programa Casa Abrigo de Mulheres, Meninas e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica e Sexual.

Espera-se que o PAM – Pedido Anual de Material, seja finalmente executado.

Metas 2012 – 2015:

As metas, ações, atividades foram realizadas em geral, pela motivação dos servidores da SEVICOM e também com a participação de parcerias mais sucesso no ano de 2013, sendo o maior deles a ampliação do número de psicólogos na Unidade 102 sul. Entretanto, a escassez de profissionais ainda é um problema a ser enfrentado, sobretudo com a presença de mais duas Unidades Móveis em funcionamento, a existência do CEAM do SAI e, por fim, a inauguração de mais um CEAM em Planaltina, e a previsão de inauguração de mais dois CEAMs, na Ceilândia e no Gama.

Outra dificuldade é a manutenção da estrutura física dos CEAMs, como não estão previstos nos contratos de uso dos espaços, a manutenção dos mesmos está a cargo da SEM/DF, o que vem sendo bastante difícil, vez que tudo demanda tempo.

As perspectivas em termos de atendimento para 2014 é de ampliação pois teremos a inauguração de mais 02 CEAMs e a meta para 2014 no que diz respeito ao CEAM da 102 Sul é de 2.400 atendimentos no ano.

Em relação às Unidades Móveis e aos novos CEAMs, fica difícil traçar uma meta em termos de números, pois depende de profissionais para realizar atendimentos, além das parcerias com a comunidade local, rede de atendimento, entre outras questões que envolvem a divulgação dos serviços. Como são serviços que ainda não existem, fica difícil prever como será a procura, mas pensa-se que a busca por eles será maior do que no da 102 sul.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Ampliar o número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher	- Em 2013, foram atendidas 1.856 pessoas nos Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica. - O programa Roda de Conversa atingiu um público de cerca de 400 pessoas em 2013. - O programa CASA ABRIGO/DF teve um total de 310 pessoas atendidas. - O Centro Especializado de Atendimento à Mulher atendeu 265 mulheres no ano de 2013. - O Disque "156 OPÇÃO 6" realizou 30 atendimentos em 2013, número abaixo do apurado em 2012, quando se registrou 78 atendimentos. A queda pode ser motivada pela falta de uma campanha de publicidade mais efetiva sobre o serviço. Um outro fato a se considerar é a necessidade de conscientização acerca da importância de se denunciar atos de violência contra as mulheres. - As Unidades Móveis de Acolhimento (Ônibus da Mulher) iniciaram suas atividades em setembro de 2013 e visitaram 6 comunidades rurais nas regiões de Planaltina e Brazlândia Foram realizados 32 atendimentos especializados e promovidos debates acerca dos direitos da mulher com a participação de cerca de 100 pessoas
2. Realização de 02 campanhas ao ano que contribuam com a reversão do atual quadro de violência contra a mulher	Em 2013, foram realizadas as Campanhas de 8 de março com um extensivo calendário denominado "Março Mulher". Promovida a campanha "16 Dias de Ativismo pela Não Violência Contra a Mulher".
3. Implantar mais 04 Centros de Especializados de Atendimento à Mulher no DF	Foi implantando o CEAM de Planaltina, faltam os CEAMs de Ceilândia e Gama previstos para o 2º Semestre de 2014.

Apuração dos Índices pelo Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
770	Campanhas realizadas	Unidade	271	31/07/2011	Anual	**Desejado**	2	2	2	2	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	3	2	-	-	
1330	Número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher – NAFAVDs (Encaminhamentos Judiciais, Casa Abrigo e Outros)	Pessoa	921	31/07/2011	Anual	**Desejado**	-	1.600	1.900	2.100	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	1.856	-	-	
1331	Número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher – CEAMs (Ingressaram no Serviço)	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	-	284	350	400	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	170	-	-	
1332	Número de beneficiados em projetos e ações de combate à violência contra a mulher – Casa Abrigo (Pessoas admitidas)	Pessoa	271	31/07/2011	Anual	**Desejado**	-	330	335	340	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	310	-	-	
1333	Número de Beneficiados em projetos e ações de combate à	Pessoa	-	-	Anual	**Desejado**	-	85	90	95	Secretaria de

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
	violência contra a mulher – Central de Atendimento à Mulher					**Alcançado**	-	30	-	-	Estado da Mulher DF
1334	Número de Centros Especializado de Atendimento à Mulher no DF	Unidade	2	31/07/2011	Anual	**Desejado**	4	4	6	6	Secretaria de Estado da Mulher DF
						Alcançado	-	2	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 770 - Foram realizadas as seguintes Campanhas: Dias de Ativismo pelo Combate à Violência contra a Mulher, Março Mulher, Dia da Visibilidade Lésbica, Roda de Conversa com Mulheres de Terreiro e Mulheres Negras de Grupos Religiosos.

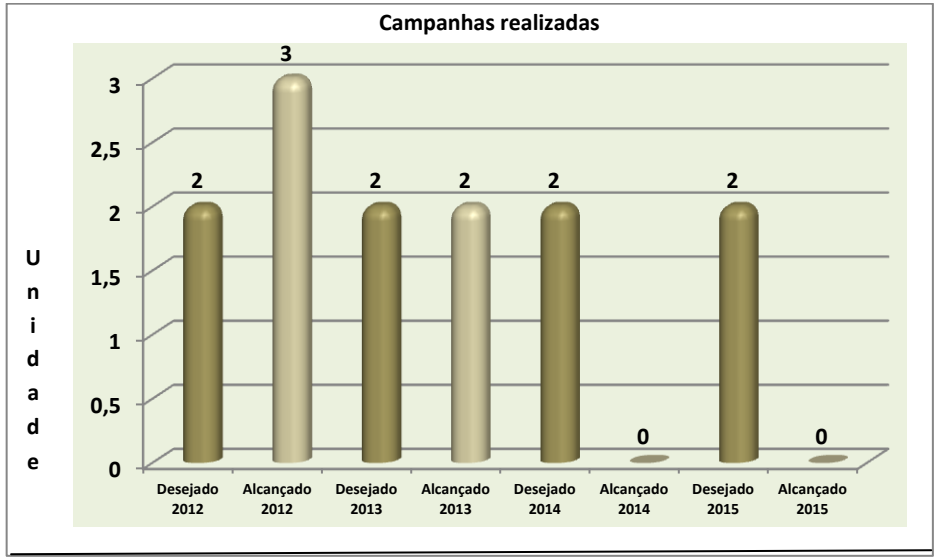
Indicador 1330 – Recebimento de encaminhamentos dos Juizados Especiais Criminais referentes a processos de violências domésticas contra as mulheres.

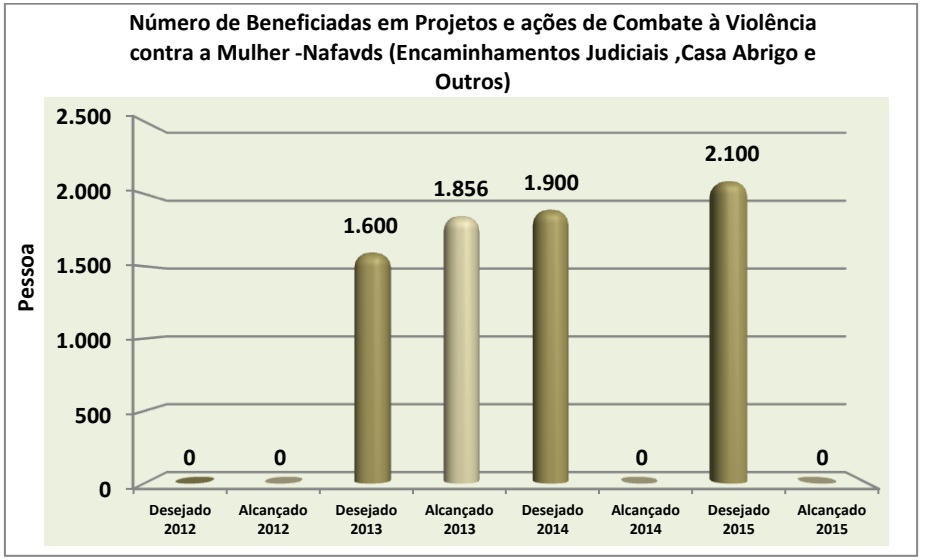
Indicador 1331 - Meta não superada, uma vez que não houve a inauguração dos 2 centros (Planaltina e Ceilândia) em 2013. Todavia estes estão com a inauguração prevista para o 1° semestre de 2014.

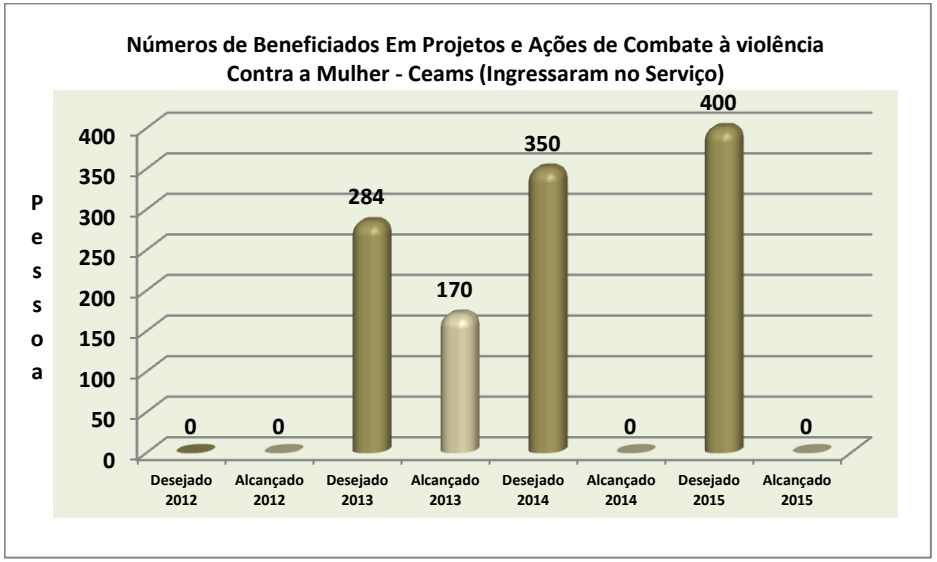
Indicador 1332 - Apesar do não atingimento da meta, a equipe da unidade, formada por psicólogas, assistentes sociais, advogadas e pedagogas prestou 4.806 atendimentos.

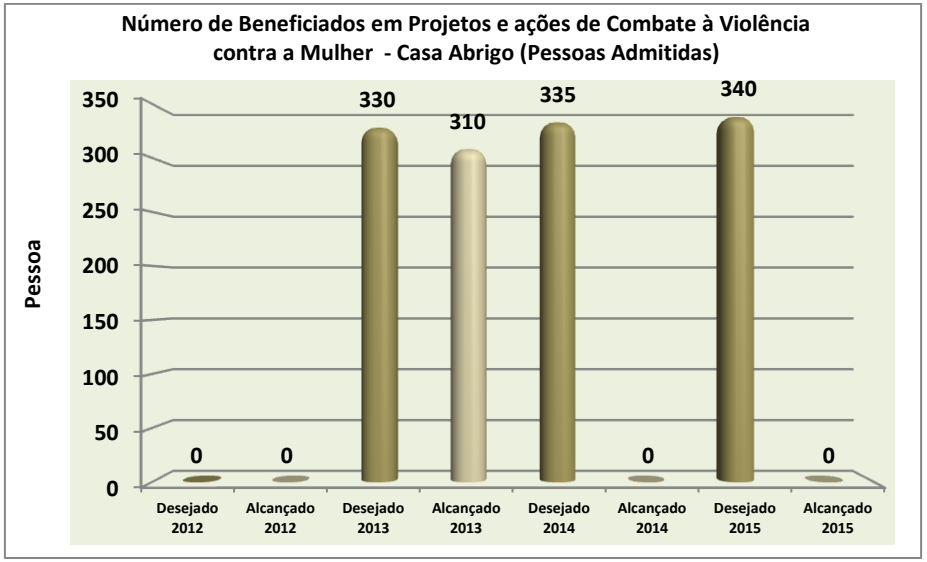
Indicador 1333 - Meta não superada motivada pela baixa procura da sociedade por este equipamento, devido à ampliação de outros canais de recebimento de denuncias/ reclamações, como os CRAMs, NAFAVDs e as Unidades Móveis de atendimento, formado por 2 ônibus.

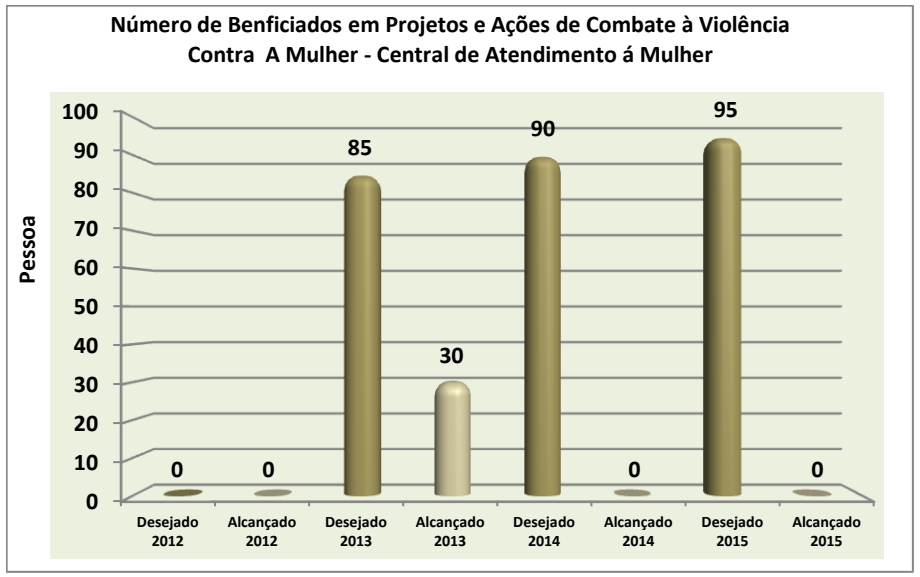
Indicador 1334 - Meta parcialmente superada, visto que não houve a inauguração de 1 CEAM de Planaltina/DF faltam Gama e Ceilândia) em 2014; questões de ordem burocrática que impediram o cumprimento desta meta, Entretanto está prevista a inauguração destes 2 centros para o 2° semestre de 2014.

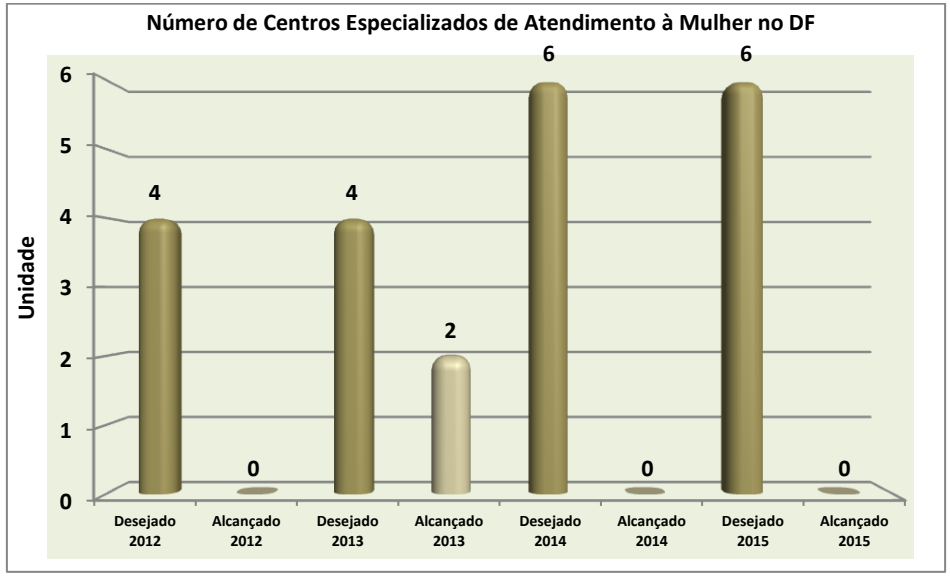

Campanhas realizadas
Unidade
3
2
2
2
2
0
2
0
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Beneficiadas em Projetos e ações de Combate à Violência contra a Mulher -Nafavds (Encaminhamentos Judiciais ,Casa Abrigo e Outros)
Pessoa
0
0
1.600
1.856
1.900
0
2.100
0
2.500
2.000
1.500
1.000
500
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Números de Beneficiados Em Projetos e Ações de Combate à violência Contra a Mulher - Ceams (Ingressaram no Serviço)
Pessoa
0
0
284
170
350
0
400
0
400
350
300
250
200
150
100
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Beneficiados em Projetos e ações de Combate à Violência contra a Mulher - Casa Abrigo (Pessoas Admitidas)
Pessoa
0
0
330
310
335
0
340
0
350
300
250
200
150
100
50
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Benficiados em Projetos e Ações de Combate à Violência Contra A Mulher - Central de Atendimento á Mulher
Pessoa
100
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
0
0
85
30
90
0
95
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Número de Centros Especializados de Atendimento à Mulher no DF
Unidade
6
5
4
3
2
1
0
4
0
4
2
6
0
6
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

PROGRAMA TEMÁTICO: 6230 – TURISMO

OBJETIVO GERAL: Desenvolver o turismo no Distrito Federal a partir do fomento e promoção de produtos e serviços com articulação entre poder público e setor privado.

MACRODESAFIO

O programa temático está vinculado ao Macrodesafio:

- Desenvolver a economia com diversificação da base econômica, potencializando as vocações do DF.

OBJETIVO ESPECÍFICO

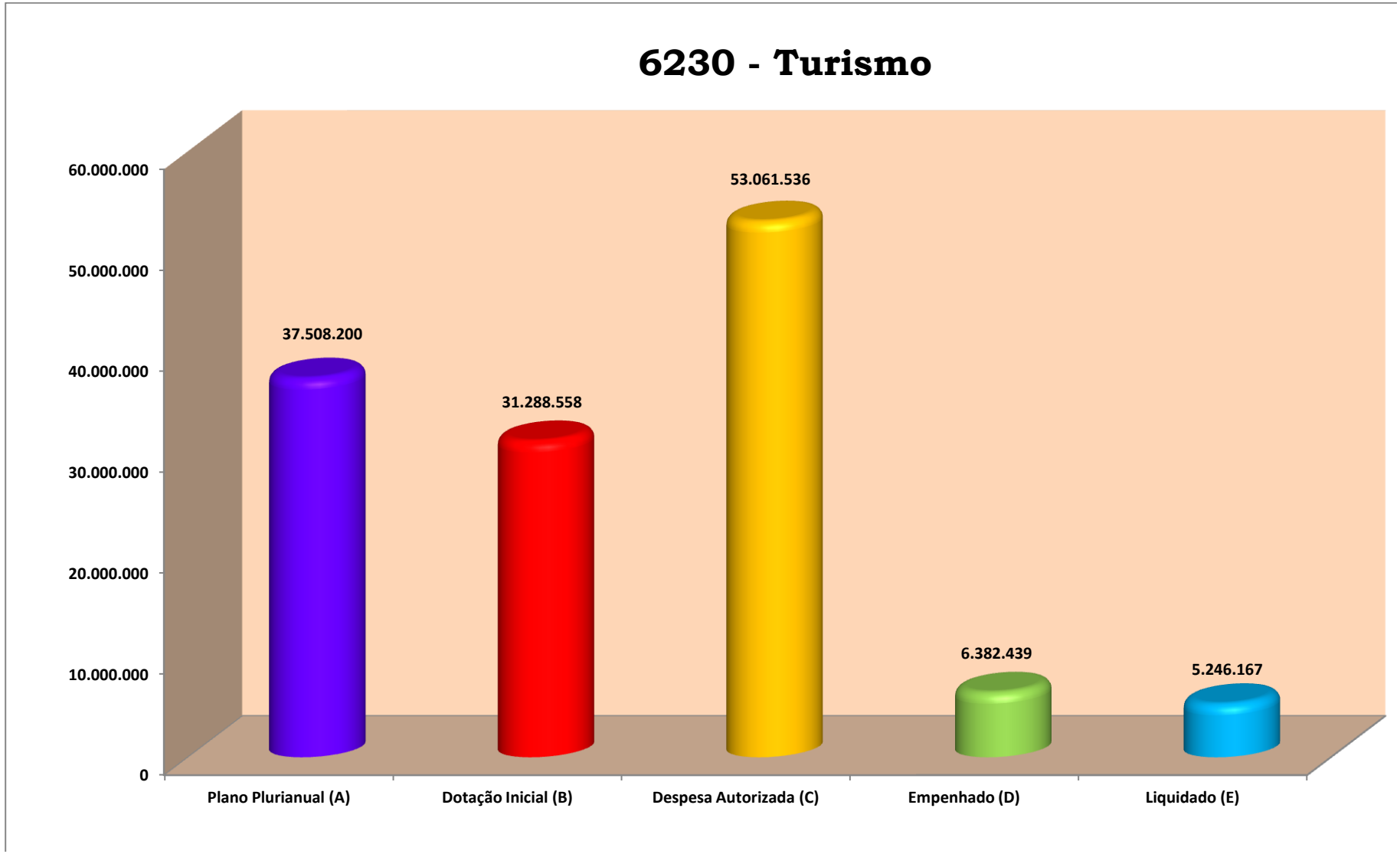
O programa temático é composto de 1 Objetivo Específico, conforme segue abaixo:

Objetivo Específico	Unidade Responsável
001 - Estruturar, aprimorar e promover o destino Brasília com foco na sustentabilidade, excelência e competitividade, potencializando a utilização da infraestrutura turística. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)	27.101

Execução Orçamentária e Financeira do Programa - 2013
PPA X LOA

Ação	Lei Orçamentária Anual - LOA					Emp./PPA % (D) / (A) * 100	Liq./PPA % (E) / (A) * 100
	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)		
1471 - Modernização de Sistema de Informação	100.000	50.000	6.165	6.165	6.165	6	6
4199 - Promoção Local, Nacional e Internacional do Turismo	3.900.000	1.789.200	4.944.876	2.624.773	758.989	67	19
2557 - Gestão da Informação e dos Sistemas de Tecnologia da Informação	2.000.000	50.000	0	0	0	0	0
3619 - Revitalização do Projeto Orla	2.250.000	700.000	487.500	0	0	0	0
4090 - Apoio a Eventos	1.200.000	130.000	1.129.502	979.366	790.381	82	66
3074 - Melhorias na Sinalização Turística	3.976.000	0	0	0	0	0	0
3676 - Captação de Eventos	1.220.000	55.000	26.560	26.560	26.560	2	2
4201 - Manutenção e Funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo	600.000	30.000	6.048	6.048	0	1	0
4203 - Fomento à Elaboração de Produtos e Serviços Turísticos	5.911.000	1.002.656	1.794.656	235.000	0	4	0
3215 - Reforma do Pavilhão Expobrasília	1.200.000	110.000	0	0	0	0	0
1764 - Implantação do Ecocamping de Brasília	300.000	0	0	0	0	0	0
5018 - Implantação da Política de Gestão do Conhecimento	1.000.000	1.500.000	1.165.527	1.165.527	548.775	117	55
1968 - Elaboração de Projetos	300.000	0	0	0	0	0	0
3093 - Construção do Centro de Atendimento ao Turista	150.000	0	0	0	0	0	0
1758 - Reforma do Centro de Atendimento ao Turista	80.000	0	0	0	0	0	0
3936 - Revitalização da Torre de TV	5.948.000	23.471.702	27.461.702	0	2.115.297	0	36
2265 - (EP) Amigos do Turista	600.000	0	0	0	0	0	0
3213 - Implementação de Políticas Públicas de Turismo	1.607.200	900.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	62	62
1134 - (EP) Construção do Centro de Convenções Taguaparque	1.500.000	0	0	0	0	0	0
4091 - Apoio a Projetos	200.000	0	0	0	0	0	0
3801 - Reforma do Centro de Convenções	918.000	900.000	14.700.000	0	0	0	0
4200 - Serviços de Atendimento ao Turista	2.548.000	600.000	339.000	339.000	0	13	0
TOTAL DO PROGRAMA 6230	**37.508.200**	**31.288.558**	**53.061.536**	**6.382.439**	**5.246.167**	**17**	**14**

([1]) Na coluna "D" constam somente os valores empenhados pelas unidades dos orçamentos fiscal e da seguridade social, visto que no orçamento de investimento não há empenho.
([2]) Na coluna "E" constam os valores liquidados das unidades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das estatais.


6230 - Turismo
60.000.000
50.000.000
40.000.000
30.000.000
20.000.000
10.000.000
0
37.508.200
31.288.558
53.061.536
6.382.439
5.246.167
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)

Objetivo Específico: 001 - Estruturar, aprimorar e promover o destino Brasília com foco na sustentabilidade, excelência e competitividade, potencializando a utilização da infraestrutura turística. (Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)

UNIDADE RESPONSÁVEL:

27.101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

Análise do Objetivo Específico

A condição de Brasília, Cidade Sede da Copa do Mundo de 2014, também exige da SETUR muita atenção, que nesse momento em especial, necessita trabalhar em parceria com toda cadeia produtiva do turismo, para garantir uma boa atuação na preparação e apresentação da cidade. O desafio caminha em torno da necessidade de fortalecer e estreitar os laços entre o setor público e privado (governamental e sociedade civil organizada) e todos os parceiros que possam colaborar em diferentes frentes de trabalho pela visibilidade da cidade.

Para a SETUR/DF, avançar no desenvolvimento do turismo é uma questão estratégica e a equipe da secretaria se lança a esse desafio. Criar as condições para fortalecer a cadeia produtiva do turismo e conquistar o legado de uma nova realidade para o setor é o cerne desse propósito. Nesse sentido, a SETUR/DF entende que a avaliação de um Planejamento Estratégico exige envolvimento e empenho de toda sua equipe de trabalho, além de um direcionamento metodológico que gera aumento na capacidade gerencial, melhora a comunicação interna, fortalece a imagem da instituição, promove a qualidade das ações desenvolvidas, além de preparar melhor os servidores.

Dentre as ações realizadas, a SETUR/DF avançou em pontos muito expressivos previstos para o ano de 2013 e que seguem em destaque:

- Apoio a Produção Associada ao Turismo;
- Fomento e captação de eventos estratégicos
- Qualificação por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Turismo);
- Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo (Cadastur);
- Criação da Comissão de Licitação;
- Participação em feiras e eventos nacionais e internacionais;
- Treinamento de voluntários para a Copa das Confederações;
- Atendimento a mais de 100 mil visitantes nos CAT´s;
- Reforma do mezanino da Torre de TV;
- Implantação da sinalização turística;
- Pesquisas de Perfil e Satisfação do Turista;
- Lançamento do Programa de Hospedagem Alternativa – Cama e Café;
- Lançamento do Observatório do Turismo do DF;
- Sanção da Legislação do Transporte de Turismo do DF;

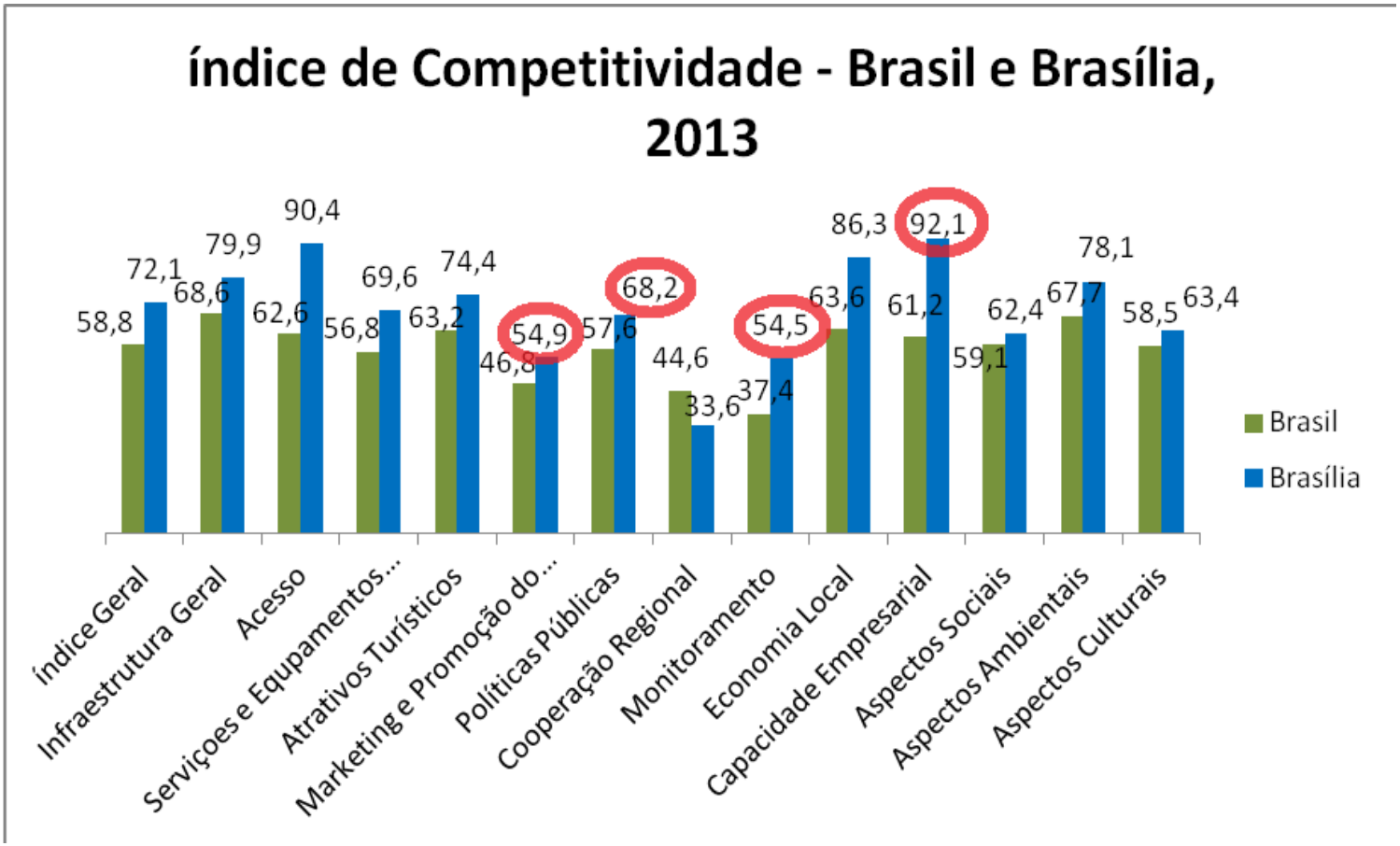
Ações Voltadas para a Copa do Mundo FIFA 2014

- Programa de hospitalidade e bem receber moradores, e visitantes nacionais e estrangeiros;
- Criação e ampliação de hospedagem alternativa para visitantes nacionais e estrangeiros (Cama e Café);
- Ampliação e instalação de sinalização turística de acordo com normas internacionais;
- Elaboração de projeto executivo de acessibilidade para moradores e visitantes nacionais e internacionais nos principais atrativos turísticos do DF;
- Normatização do transporte turístico do DF para moradores e visitantes nacionais e internacionais;
- Estratégias de promoção e marketing do destino Brasília por meio digital;
- Confecção de brindes e impressão de material de promoção do destino Brasília para moradores e visitantes nacionais e estrangeiros;
- Postos avançados de atendimento ao turista nacional e internacional;
- Estande promocional e interativo do destino Brasília;
- Ações para sensibilização, inserção e motivação da população do DF para a Copa do Mundo FIFA 2014 na sede Brasília;
- Construção reforma e revitalização da infraestrutura dos centros de atendimento ao turista CAT´s;
- Ações de Relações Públicas RP e promocionais da cidade sede Brasília;
- Interações e interfaces com a iniciativa privada para melhorar e facilitar os produtos e serviços para os visitantes internacionais;
- Valorização do patrimônio cultural e turístico do destino Brasília por meio de roteiros de bicicleta, de carro ou a pé;
- Qualificação do destino Brasília para bem receber brasileiros e estrangeiros em parceria com Ministério do Turismo/ Pronatec – turismo/ Pronatec – copa;
- Potencializar o destino Brasília para visitantes brasileiros e estrangeiros em parceria com a Comcopa e Embratur;
- Quantificar o impacto econômico dos turistas brasileiros e estrangeiros e seu perfil na copa do mundo de 2014 – por meio de pesquisas a serem aplicadas aos moradores e turistas (nas RAs, aeroporto, rodoviária interestadual e estádio).

O Distrito Federal se prepara para o ápice de sua promoção internacional com a oportunidade de sediar sete jogos da Copa do Mundo e a expectativa é que o incremento do turismo seja um dos principais legados. Desde o início desta gestão, a Secretaria de Turismo tem preparado a cidade - por conta dos grandes eventos - para receber bem o turista e investiu especialmente em quatro pilares do setor: políticas públicas, infraestrutura, qualificação profissional do setor e promoção de Brasília.

Para tanto, foram firmadas parcerias com outros órgãos e entidades federais e internacionais, buscando otimizar os recursos aplicados.

Todo empenho realizado nessa gestão permitiu também, o avanço do índice de competitividade do destino Brasília. Conforme balanço divulgado pelo Ministério do Turismo, Brasília supera a média nacional em todos os quesitos avaliados por técnicos do órgão (vide abaixo). Até nos tópicos em que obteve médias intermediárias conseguiu ficar acima da média brasileira. Isso significa que mesmo com os iguais problemas dos demais destinos, Brasília está lidando com essas barreiras em consonância com as demais cidades, sem permitir que a qualidade do Turismo seja afetada.



Espera-se que todos esses fatores faça que 2014 seja um ano favorável para os brasilienses e para os cerca de 600 mil visitantes que acompanharão os jogos da Copa do Mundo na cidade. Mas, é importante ressaltar que os benefícios não se limitarão ao Mundial, pois todos esses investimentos abriram as janelas da Capital Federal em nível internacional. O cuidado com a cidade despertou interesse em empresários e autoridades, que já confirmaram a injeção de R$ 75 milhões com a realização de eventos em Brasília até 2019. A expectativa reanimou os empreendedores locais. Até 2015, serão, pelo menos, 14 novos meios de hospedagem. Os pequenos e médios empresários resgataram, no ano 2013, mais de R$ 100 milhões do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, ou seja, 100% da verba destinada ao Turismo, um fato histórico.

Metas 2012 - 2015:

A SETUR tem buscado, com empenho, alcançar as suas metas, com o intuito e foco de cumprir a sua missão institucional "Desenvolver o turismo no DF a partir do fomento e promoção dos produtos e serviços com articulação entre o poder público e setor privado". No entanto, algumas das ações, que se apresentam com baixa evolução positiva, muitas das vezes, dependeram de maior celeridade dos trâmites burocráticos nos processos licitatórios, bem como, de disponibilidade ou prioridade de recursos orçamentários aplicados em contrapartida, poderia potencializar os investimentos.

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
1. Aumentar o fluxo em 30% de turistas nacionais e internacionais	Com relação ao desembarque internacional, observa-se um aumento muito expressivo em termos quantitativos ao longo de 2013, comparados a 2012. A partir de junho 2013, mês em que ocorreu a Copa das Confederações, a quantidade de desembarques apresenta um aumento considerável, se mantendo relativamente estável ao longo do segundo semestre. Cumpre destacar que o mês de maior fluxo internacional em desembarques foi julho 2013, e o de menor fluxo abril, com uma diferença de quase 6 mil pessoas. Conforme dados obtidos pela INFRAMÉRICA a respeito do desembarque doméstico para os anos de 2012 e 2013, observou-se, que a partir do mês de Agosto, houve aumento constante e representativo do nº de desembarques. Em dezembro de 2013, cerca de 1,5 milhões de passageiros utilizaram o Aeroporto Internacional de Brasília para realizar suas viagens em âmbito nacional, dentre embarques, desembarques e conexões. No mesmo período de 2012, este número foi inferior, representando cerca de 1,3 milhões. De 2012 para 2013, portanto, observou-se um aumento de 12,48% no trânsito de pessoas no período. Com a ampliação do aeroporto e de suas dependências, os terminais de nº 1 e 2 deixarão de existir, pois serão totalmente reformados e um novo será construído com 15 novas posições de embarque. Atualmente, a capacidade do Aeroporto Internacional de Brasília é de cerca de 16 milhões de passageiros, e a prospecção é de que atenda a 41 milhões após sua reestruturação e ampliação.
2. Aumentar de 2 para 3 dias o tempo de permanência do turista no DF	Os resultados do Boletim Anual de Monitoramento SETUR 2012, apontaram que o tempo de permanência no destino Brasília, em sua maioria, é superior a dois dias. Dos 62,5% entrevistados informaram uma permanência na cidade de 3 dias ou mais. Em 2013, o trabalho de promoção da cidade conseguiu, por exemplo, aumentar o tempo de permanência do turista em Brasília de dois para mais de três dias (63%). Segundo o Ministério do Turismo, este tipo de visitante deixa em média R$ 57,09 (nacional) R$ 159,12 (internacional) por dia no destino turístico. Por outro lado, o turista de negócios e eventos gasta em média R$ 88,27 (nacional) e R$ 297,00 (internacional) no mesmo período.
3. Realizar 9 ações por ano de promoção nacional e internacional do destino Brasília-DF	Em **2012**, 40 ações de promoção foram realizadas em feiras, *famtours, press trips* e campanhas descritas abaixo: 12 feiras nacionais; 10 feiras internacionais; 03 f*amtours*; 09 p*ress trips; c*ampanhas - RJ, SP, MG, GO e DF; mídias: jornais, revistas, televisão, MUB, internet e revistas de bordo: Material Promocional - folders, revista, Zcards, mapas, cartões postais, livro e vídeos: Em feiras nacionais, a prioridade do setor é atuar em mercados que estatisticamente já emitem turistas para o destino Brasília, como Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em **2013** foram contabilizadas 10 participações em eventos nacionais: WTM, com o formato de rodada de negócios, BNT Mercosul, com operadores e agentes da América do Sul, Aviestur, com foco em Turismo Pedagógico (Holambra-SP). No âmbito

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	internacional a SETUR participou de feiras na Europa; Goal to Brasil em Londres e Nova Iorque. Outra ação importante foi um workshop no Uruguai realizado pela Embratur voltado para agentes de turismo e operadores. Também, Goal to Brasil em Bogotá, Goal to Brasil Amsterdam, FIT da Argentina e na Feira das Américas – ABAV.
4. Qualificar 4.000 profissionais que atuam nas atividades turísticas conexas e/ ou correlatas ao setor do turismo *(Nova redação, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	A qualificação realizada foi para o Grupamento Especializado em Policiamento Turístico do DF e para os Centros de Atendimento ao Turista CAT´s - 192 profissionais. Oficina de qualificação por meio de convênios: totalizando 70 profissionais. Em **2012**, o Convênio nº 770823, destinado para capacitação da Segurança, foi cancelado pelo Ministério do Turismo – Mtur. As atividades de qualificação realizada em **2013** pela Secretaria de Estado de Turismo foram viabilizadas no âmbito do Distrito Federal em parceria com o Ministério do Turismo, por meio do Programa Pronatec Turismo, pelas três linhas de ação: Pronatec Copa Social, Pronatec Copa e Pronatec Copa na Empresa. Para execução do Programa a Setur/DF firmou Acordo de Cooperação Técnica no 4/2013 com o MTur - 28/03/2013, publicado no DOU 11 de junho. Nesse ano, 1699 pessoas foram pré-matriculadas pela Diretoria de Qualificação e Certificação no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC do Ministério da Educação para realizar cursos do PRONATEC e dessas, 1066 pessoas foram matriculadas pelas instituições parceiras.
5. Aumentar em 30% os eventos geradores de fluxo turístico do destino Brasília *(Meta substituída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013)*	No Centro de Convenções Ulysses Guimarães - CCUG foram realizados 23 eventos: Encontro Nacional dos Prefeitos; 11º CNTTR – Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; VII Finnar; 41ª Assembleia Geral Ordinária da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil – CGADB; 46º Congresso de Ginecologia e Obstetrícia do DF; III Encontro da Polícia Militar para as Mulheres da Segurança Pública do DF; Comunidade das Nações; Hair Brasília and Beauty; 2º Congresso de Qualidade de Vida no Trabalho no Serviço Público Brasileiro; Centro Oeste Tour; Bsb Fitness; VI Seminário do Simples Nacional; Sebrae-DF; 68º Congresso Brasileiro de Dermatologia; XXII Congresso Brasileiro de Criminalística, VI Congresso Internacional de Pericias e XXII Exp. Tecnologias Forenses; III Conferência Nova Geração 2014; Congresso Nacional de Software: Teoria e prática: CBSsoft 2014; Congresso Brasileiro de Transportes e Trânsito e a VIII Exp. Internacional de Transporte e Trânsito – INTRANS; XVIII Congresso Brasileiro de Oncologia Clínica; IV Seminário – Conselho Nacional do SESI; 5ª Conferência Nacional das Cidades; Bazar Natalino; Congresso Nacional de Saúde para pacientes com necessidades especiais. No Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade foram realizados 5 eventos: 41ª Assembléia Geral Ordinária da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil CGADB; Expoche; 31º Expoecos; ExpoRIDE; Expominas DF 2013.
6. Melhorar a infra-estrutura dos equipamentos turísticos (próprios) em 50%	Os principais investimentos realizados por parte da SETUR, em parceria com outros órgãos pertinentes, se referem a Potencializar a utilização da Infraestrutura turística no período, foram: 1) Projeto e Obra de Acessibilidade em 10 Atrativos Turísticos de Brasília visando a Copa do Mundo de 2014: Torre de TV; Catedral Metropolitana; Lago Paranoá - Ponte JK; Praça dos Três Poderes - Panteão, Espaço Lucio Costa e Museu da Cidade; Palácio do Itamaraty; Palácio do Planalto; Palácio da Alvorada; Memorial JK; Palácio Catetinho; Torre de TV Digital. 2) Projeto e Implantação: Sinalização Turística nos principais atrativos turísticos de Brasília. 3) Projeto e Obra: Reformas e construção de novos Centros de Atendimento ao Turista (CAT). Pontua-se a aquisição de 2(duas) vans para realização de atendimento móvel ao turista, em processo de licitação. 4) Projeto e Obra: Reforma e Ampliação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães (CCUG).

Metas previstas no PPA até 2015	Metas alcançadas até 2013
	Projeto e Obra: Melhoria da Infraestrutura do Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade. 5) Projeto e Obra: Melhoria da Infraestrutura da Torre de TV (em parceria SETUR, NOVACAP E TERRACAP). 6) Projeto: Parque das Aves/ECOcamping de Brasília. 7)Obra: Implantação do Parque das Aves - Etapa 1.
7. Adequar a gestão do turismo com indicadores de monitoramento no destino Brasília-DF em 100%	O monitoramento da atividade turística no Destino Brasília é fundamental para o processo de tomada de decisão e para a aferição dos esforços dispensados para o desenvolvimento do turismo no DF. Em Brasília, a ferramenta de monitoramento selecionada foi o Observatório do Turismo. Ações foram iniciadas em **2012**. Em **2013** avançou-se muito com relação ao monitoramento do turismo no Distrito Federal, por meio da construção e do lançamento do Observatório do Turismo do Distrito Federal – OTDF. A plataforma digital do Observatório do Turismo foi pensada para ser um instrumento interativo e de fácil acesso. A partir dos comandos iniciais, é possível traçar pesquisas sobre temas específicos e obter informações direcionadas para o olhar propício a cada situação. Toda a comunidade acadêmica, empresários e agentes públicos poderão contribuir com o envio de dados pertinentes à sua área de trabalho. O esforço conjunto transformará o Observatório em uma grande janela para o Turismo do Distrito Federal.
8. Aumentar em 100% o número de eventos captados para o destino Brasília (*Meta incluída, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.*	A captação de grandes eventos faz parte das estratégias de governo do Distrito Federal, tendo em vista o legado que estes eventos deixaram na cidade e o seu impacto econômico e social positivo. Sendo assim, a meta da Secretaria de Turismo para 2013 seria de captar 4 eventos para o Destino Brasília, entretanto foram captados 9 eventos para o destino. Ironman 70.3 Brasil – Esportivo – Público: 1mil; IASS-SLTE2014 Latin- american Symposium on Tension Structures – Técnico Científico – Público: 1mil500; Panamericano de Artes Marciais – Esportivo – 4mil500; Congresso Brasileiro de Coloproctologia – Técnico Científico – Público 1mil; Campeonato Mundial de Fisiculturismo – Esportivo – Público 1mil500; 32º Congresso Brasileiro de Psiquiatria – Técnico Científico – Público 6mil; Congresso Brasileiro de Periodontologia – Técnico Científico – Público 1mil400; Congresso Nacional de Procuradores – Técnico Científico - Público 1mil; Summer Universiade 2019 – Esportivo – Público 12mil. Os eventos captados para o Distrito Federal reforçam a capacidade da cidade de receber eventos de médio e grande porte nacionais e internacionais, com caráter técnico cientifico.

02 Metas excluídas, conforme Lei de Revisão do PPA nº 5.285/2013.

Apuração dos Índices Alcançados pelos Indicadores

Indicadores:

Denominação do Indicador		Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1335	Tempo de permanência do turista	DIA	2	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	3	3	3	SUPOT/SETUR
						Alcançado	-	4	-	-	
1336	Feiras nacionais e internacionais, famtours, presstrips e campanhas realizadas	Unidade	2	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	40	40	10	SUMEV/SETUR
						Alcançado	-	59	-	-	
1337	Atendimento prestado no CAT	Unidade	35.000	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	80.000	100.000	35.000	SUMEV/SETUR
						Alcançado	-	109.000	-	-	
1338	Visitas nos atrativos turísticos: Palácio (Itamaraty, Planalto e Alvorada) e Congresso Nacional	Unidade	216.081	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	248.493	259.297	300.000	SUPOT/SETUR
						Alcançado	-	209.824	-	-	
1339	Captação de eventos para destino Brasília	Unidade	2	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	4	4	4	SUFE/SETUR
						Alcançado	-	9	-	-	
1340	Classificação nacional de Brasília em eventos internacionais a partir dos dados da ICCA (até 10º)	Classificação	10	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	10	10	10	SUFE/SETUR
						Alcançado	-	3	-	-	
1341	Estudos/pesquisas realizadas e/ou atualizadas no Observatório do Turismo	Unidade	-	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	8	12	12	SUPOT/SETUR
						Alcançado	-	32	-	-	
1342	Pessoas Qualificadas direta ou Indiretamente pela SETUR	Pessoa	484	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	1.500	1.000	500	SUEDOT/SETUR
						Alcançado		422	-	-	
1343	Eventos Geradores de Fluxo Turístico no CCUG e Pavilhão/ Destino Brasília	Unidade	20	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	24	26	20	SUEDOT/SETUR
						Alcançado	-	38	-	-	
1344	Projetos de infraestrutura turística com implantação iniciada	Unidade	2	31/12/2011	Anual	**Desejado**	-	5	2	2	SUIT/SETUR
						Alcançado	-	5	-	-	

Justificativa – 2013

Indicador 1335 - Um grande esforço dispensado pela SETUR/DF se refere a promover um novo olhar sobre a imagem de Brasília, para que ela seja vista como uma cidade turística e não só como centro político do país. Este é um resultado que poderá ser consolidado em longo prazo, no entanto, já foi iniciado por meio de nossa participação em eventos, criação de material promocional, realização de campanhas promocionais e a realização de famtours e press trip.

Indicador 1336 - Participação nos eventos: Fest Travel 25 a 28/6/2013 - Portugal; Bacana Tour 13 e 15/04/2013 - Alemanha; Goal to Brasil 04 e 05/03/2013 - Alemanha; Goal to Brasil1 1 e 12/03/2013 - Londres; Goal to Brasil 09/05/2013 - Nova York; Workshop - Uruguai1 8/04/2013 - Montevideo; Exposição na Sede do Banco do Brasil1 3/05 a 13/06/2013 - Nova York; Goal to Brasil; Goal to Brasil; FIT.

Indicador 1337- A SETUR computou mais de 109 mil atendimentos nos Centros de Atendimento ao Turista, CAT ano 2013. O resultado é a somatória dos 7 Centros de Atendimento ao Turista, localizados no Aeroporto Internacional de BSB, Rodoviária Interestadual, Casa de Chá - Praça dos Três Poderes, Setores Hoteleiro Norte e Sul e Torre Digital. Na Torre Digital, onde é realizado um atendimento diferenciado com guiamento onde a SETUR registrou cerca de 80 mil atendimentos.

Indicador 1338 - O número informado foi buscado junto aos atrativos visitados, portanto os dados numéricos referentes às visitações são de fonte externa.

Indicador 1336 - 1339 A captação de grandes eventos faz parte das estratégias de Gov. do DF, estes eventos deixam para a cidade o seu impacto econômico e social positivo. Foram captados: Ironman 70.3 Brasil; IASS-SLTE 2014; Latin-american Symposium on Tension Structures; Panamericano de Artes Marciais; Congresso Brasileiro de Coloproctologia; Campeonato Mundial de Fisiculturismo; 32º Congresso Brasileiro de Psiquiatria; Congresso Brasileiro de Periodontologia; Congresso Nacional de Procuradores;Summer Universíade 2019;

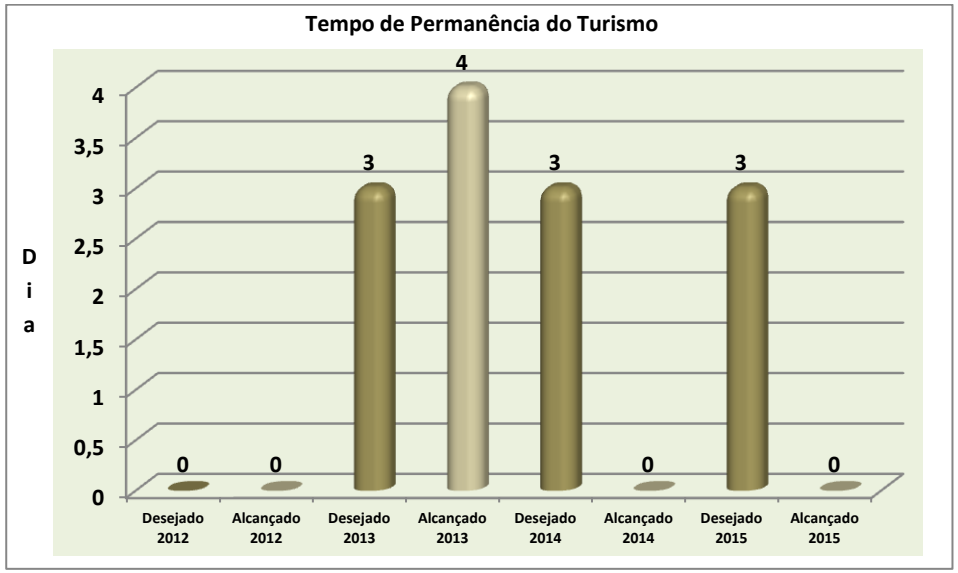
Indicador 1340 - A meta estabelecida para este indicador é que Brasília seja mantida entre os 10 primeiros colocados dentre as cidades brasileiras no ranking da ICCA. Em 2011 Brasília ocupava a 4ª posição, em 2012 subiu para o 3º lugar estando atrás somente de são Paulo e Rio de Janeiro, entretanto este é um dado divulgado anualmente pela ICCA e ainda não há informações de referentes à 2013.

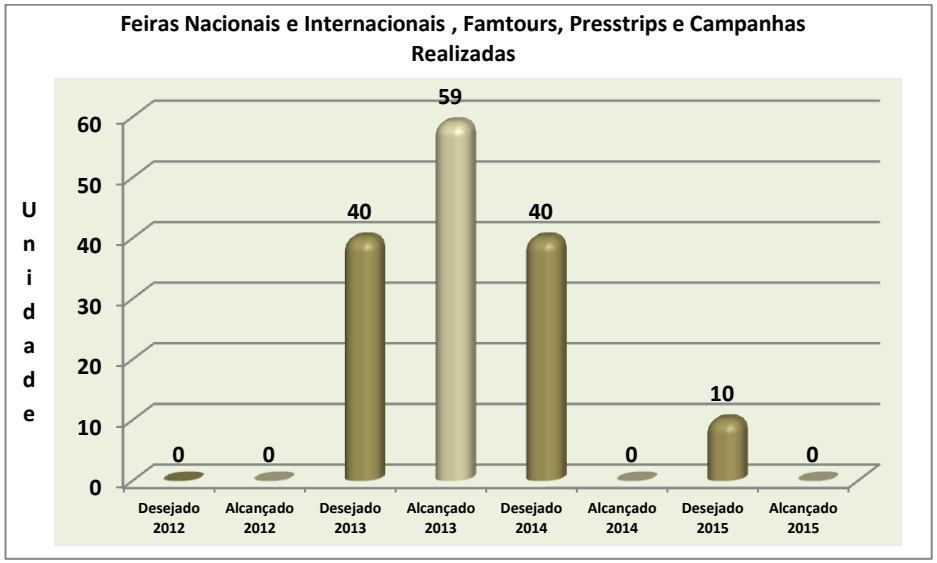
Indicador 1341- Estudos e pesquisas realizadas e/ou atualizadas no OTDF foram: Ações de Planejamento para estruturação do OTDF: quantidade 13; Pesquisas de demanda - Alta e baixa estação (Perfil e Satisfação): 2; Boletim de Monitoramento: 3; Inventariação da Oferta Turística: 1; Outras Pesquisas: 12.

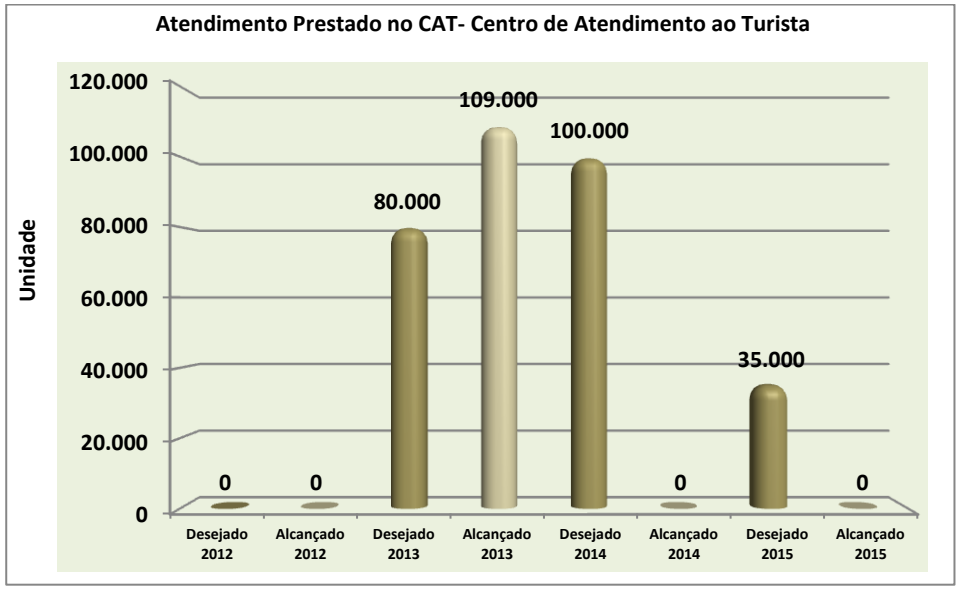
Indicador 1342 - No ano de 2013, 1699 pessoas foram pré-matriculadas pela Diretoria de Qualificação e Certificação em 2013 no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC do Ministério da Educação para realizar cursos do PRONATEC e dessas, 1066 pessoas foram matriculadas pelas instituições parceiras. Ao total foram qualificados 422 pessoas do setor de turismo pela SETUR/DF.

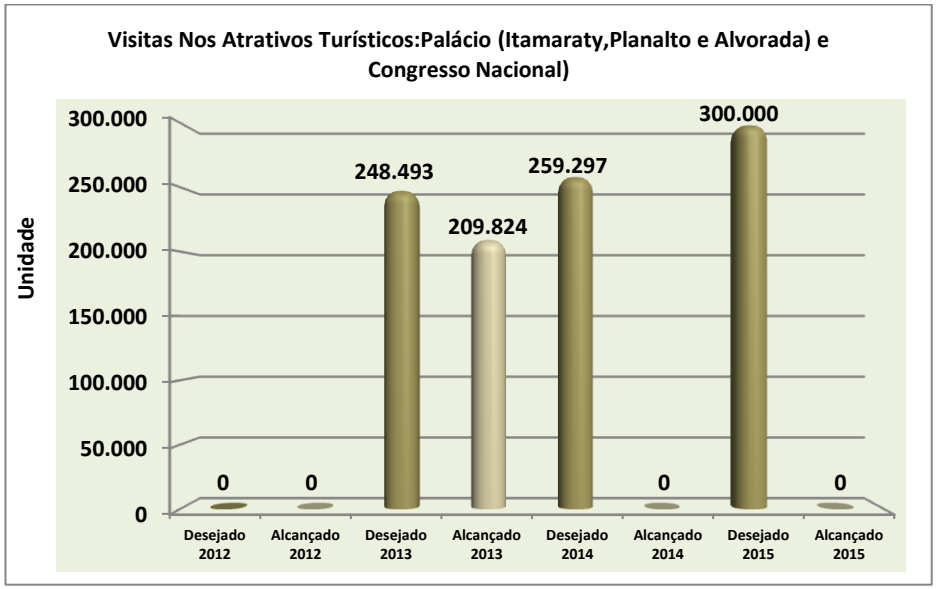
Indicador 1343 - Eventos geradores do fluxo turístico:oeste - COGER/2013;Congresso Brasileiro de Transportes e Trânsito e a VIII Exp. Internacional de Transporte e Trânsito-INTRANS; Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - SNPTE; XVIII Congresso Brasileiro de Oncologia Clínica; IV Seminário Conselho Nacional do SESI; HEMO 2013-Congresso Brasileiro Hematologia e Hemoterapia; 5ª Conferência Nacional das Cidades; 16ª Encontro Nacional de Astronomia - ENAST; Gymnasíade - Olimpíadas,outros.

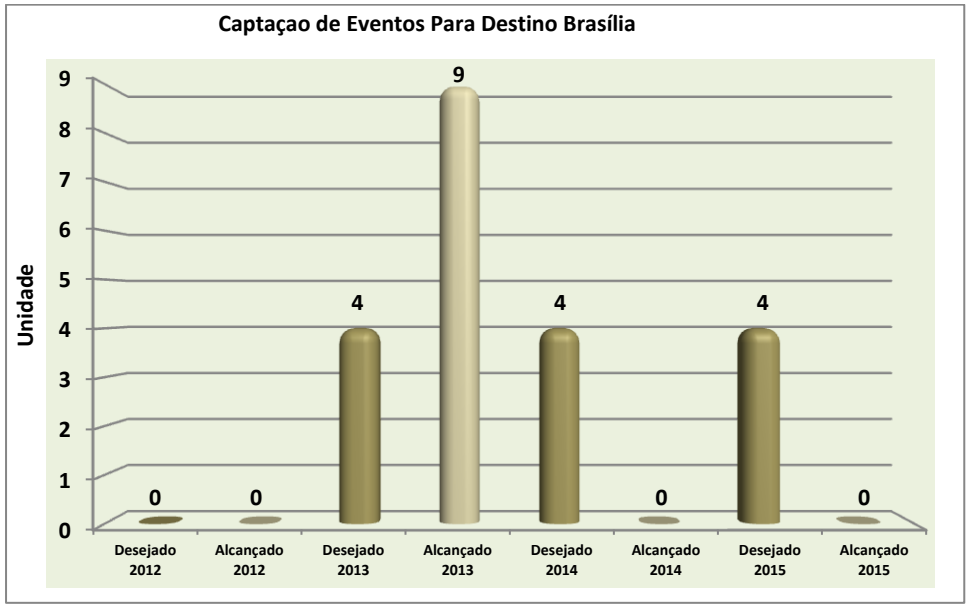
Indicador 1344 - A meta de implantação de 5 projetos com implantação iniciada foi atingida com a implantação de 5 projetos: Projeto de Acessibilidade; Projeto de Sinalização Turística; Revitalização da Fonte.

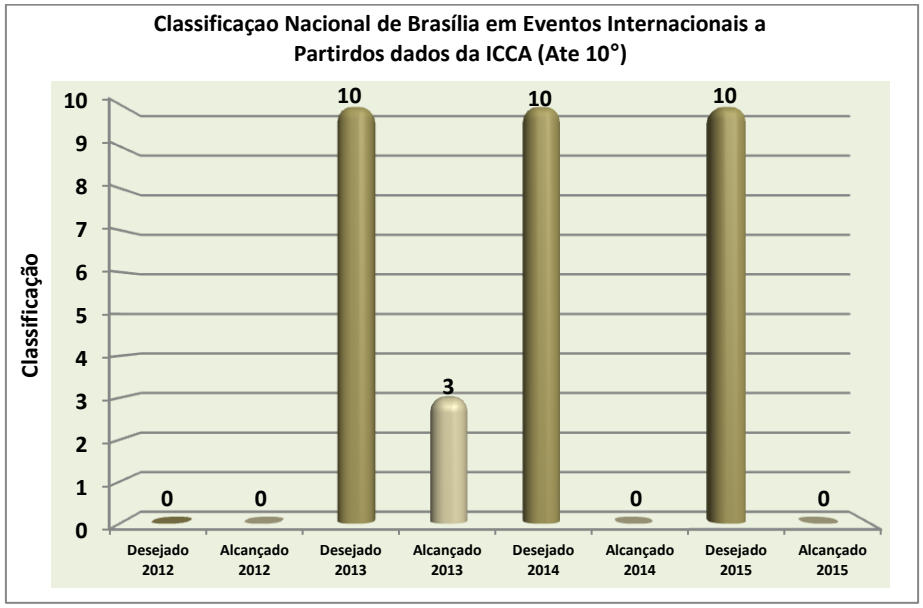

Tempo de Permanência do Turismo
Dia
4
3
3
3
0
0
0
0
0
0,5
1
1,5
2
2,5
3
3,5
4
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Feiras Nacionais e Internacionais , Famtours, Presstrips e Campanhas Realizadas
Unidade
59
40
40
10
0
0
0
0
0
10
20
30
40
50
60
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

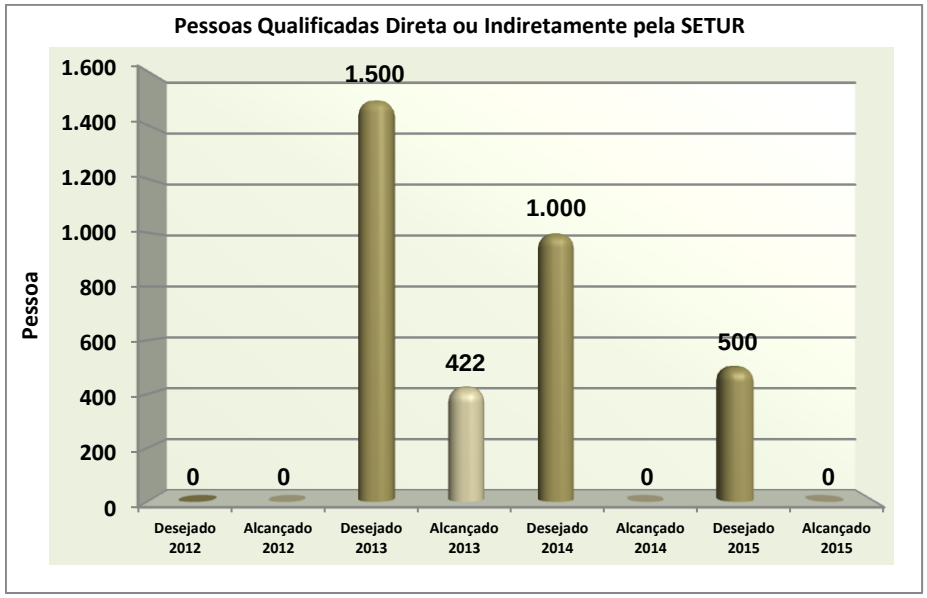

Atendimento Prestado no CAT- Centro de Atendimento ao Turista
Unidade
109.000
100.000
80.000
35.000
0
0
0
0
0
0
0
0
20.000
40.000
60.000
80.000
100.000
120.000
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

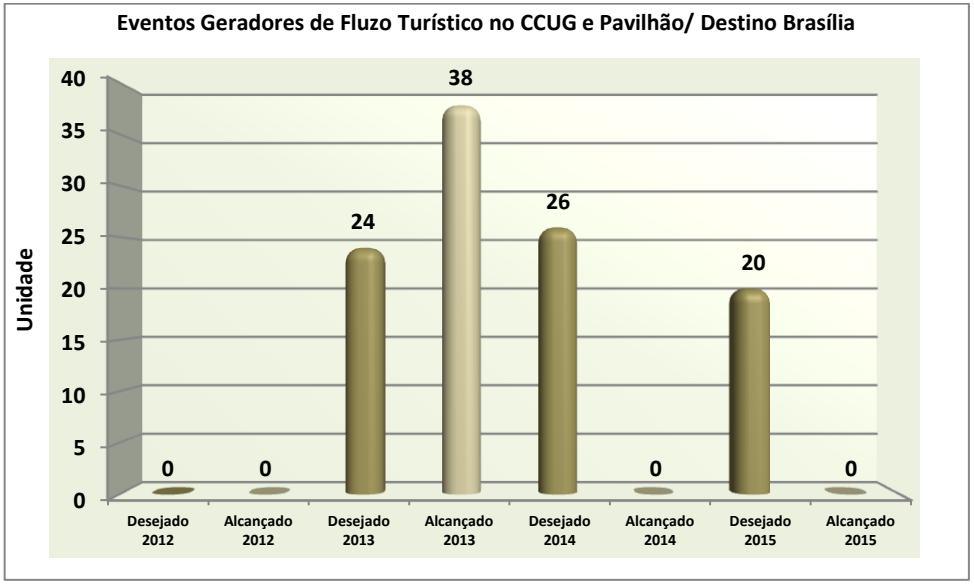

Visitas Nos Atrativos Turísticos:Palácio (Itamaraty,Planalto e Alvorada) e Congresso Nacional)
Unidade
300.000
248.493
209.824
259.297
0
0
0
0
0
0
0
0
50.000
100.000
150.000
200.000
250.000
300.000
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

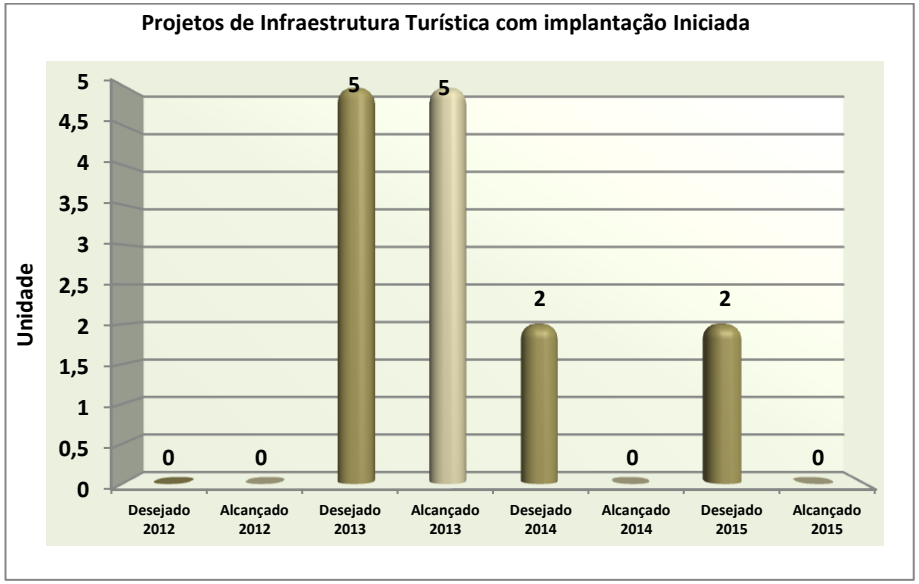

Captaçao de Eventos Para Destino Brasília
Unidade
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9
0 0 4 9 4 0 4 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Classificaçao Nacional de Brasília em Eventos Internacionais a Partirdos dados da ICCA (Ate 10°)
Classificação
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
0 0 10 3 10 0 10 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

Estudos /Pesquisas Realizadas e / ou Atualizadas no Observatório do Turismo
Unidade
0 5 10 15 20 25 30 35
0 0 8 32 12 0 12 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015


Pessoas Qualificadas Direta ou Indiretamente pela SETUR
Pessoa
0 200 400 600 800 1.000 1.200 1.400 1.600
0 0 1.500 422 1.000 0 500 0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

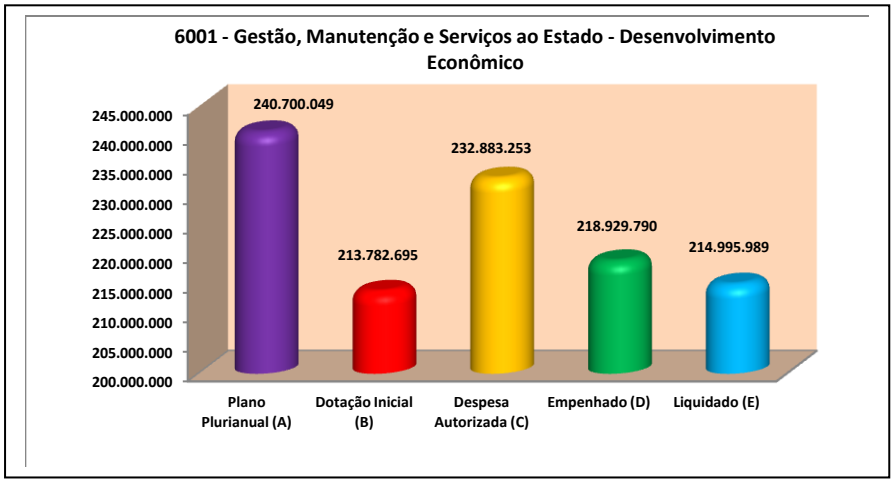

Eventos Geradores de Fluzo Turístico no CCUG e Pavilhão/ Destino Brasília
Unidade
40
35
30
25
20
15
10
5
0
0
0
24
38
26
0
20
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

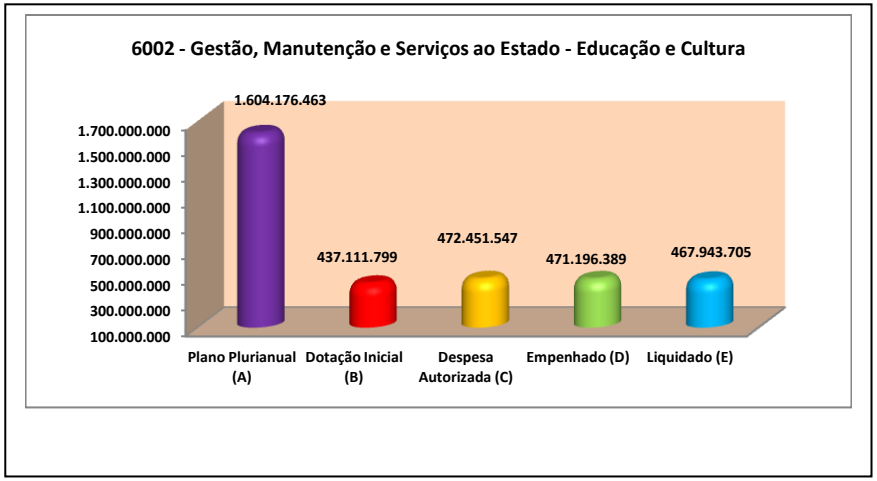

Projetos de Infraestrutura Turística com implantação Iniciada
Unidade
5
4,5
4
3,5
3
2,5
2
1,5
1
0,5
0
0
0
5
5
2
0
2
0
Desejado 2012
Alcançado 2012
Desejado 2013
Alcançado 2013
Desejado 2014
Alcançado 2014
Desejado 2015
Alcançado 2015

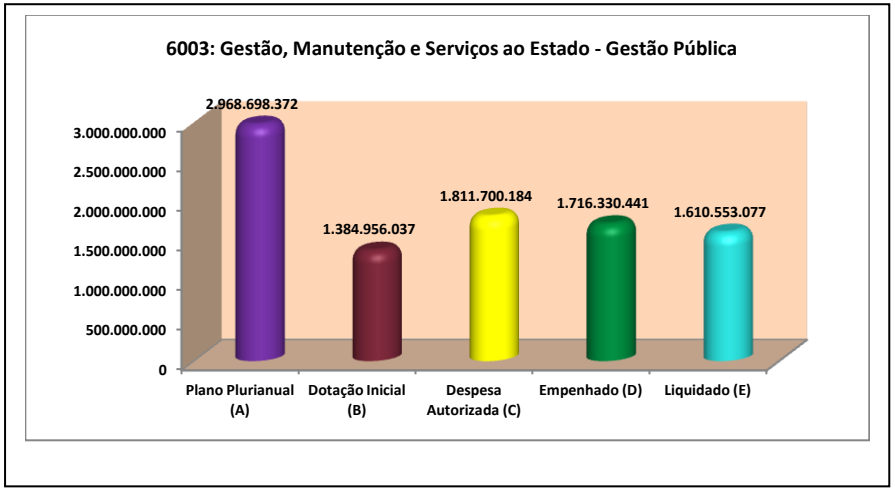
Execução Orçamentária e Financeira por Programa - 2013
PPA X LOA - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
Orçamentos: Fiscal, da Seguridade Social, de Investimento das Estatais e Recursos do Fundo Constitucional do DF

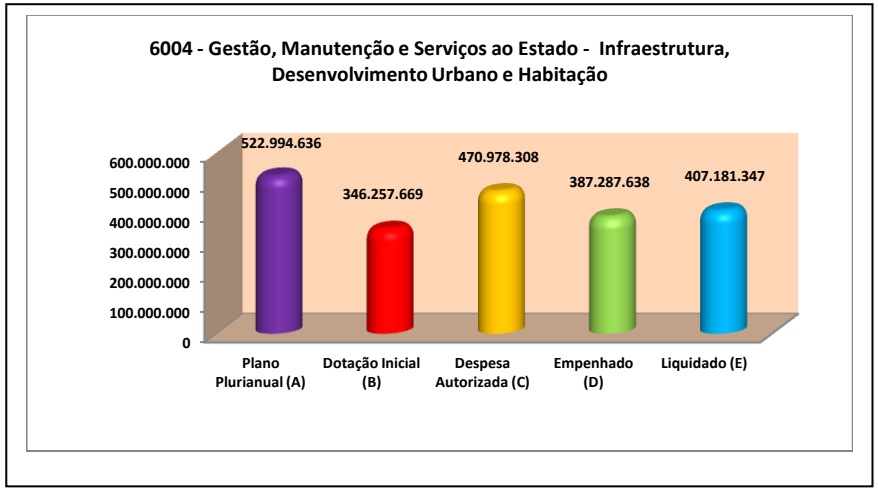
PROGRAMA	Plano Plurianual (A)	Dotação Inicial (B)	Despesa Autorizada (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Emp/PPA % (D)/(A)*100	Liq/PPA % (E)/(A)*100
6001:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	240.700.049	213.782.695	232.883.253	218.929.790	214.995.989	91,0	89,3
EMPRESAS (OI)	5.030.000	3.500.000	3.499.999	0	1.469.925	0,0	29,2
OFSS	235.670.049	210.282.695	229.383.254	218.929.790	213.526.064	92,9	90,6
6002:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - EDUCAÇÃO E CULTURA	1.604.176.463	437.111.799	472.451.547	471.196.389	467.943.705	29,4	29,2
OFSS	604.176.463	237.111.799	172.451.547	171.196.389	167.943.705	28,3	27,8
FCDF	1.000.000.000	200.000.000	300.000.000	300.000.000	300.000.000	30,0	30,0
6003:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - GESTÃO PÚBLICA(OFSS)	2.968.698.372	1.384.956.037	1.811.700.184	1.716.330.441	1.610.553.077	57,8	54,3
6004:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO	522.994.636	346.257.669	470.978.308	387.287.638	407.181.347	74,1	77,9
EMPRESAS (OI)	59.187.235	54.091.000	67.896.429	0	29.179.450	0,0	49,3
OFSS	463.807.401	292.166.669	403.081.879	387.287.638	378.001.897	83,5	81,5
6005:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - LEGISLATIVO(OFSS)	688.916.235	643.444.775	567.814.550	548.187.672	514.727.061	79,6	74,7
6006:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE(OFSS)	371.226.834	220.677.954	246.926.033	229.983.730	227.731.795	62,0	61,3
6007:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SAÚDE	4.142.801.002	3.134.098.542	3.753.998.972	3.746.780.029	3.734.682.179	90,4	90,1
OFSS	1.106.798.375	1.285.993.743	1.885.894.173	1.878.675.230	1.866.577.380	169,7	168,6
FCDF	3.036.002.627	1.848.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	1.868.104.799	61,5	61,5
6008:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SEGURANÇA PÚBLICA	955.475.998	860.059.858	1.020.871.368	992.185.438	870.672.870	103,8	91,1
OFSS	238.634.333	383.529.097	567.283.349	538.620.774	471.087.589	225,7	197,4
FCDF	716.841.665	476.530.761	453.588.019	453.564.664	399.585.281	63,3	55,7
6009:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - SOCIAL(OFSS)	623.953.163	499.654.624	607.800.262	605.114.138	586.572.757	97,0	94,0
6010:GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - TRANSPORTE(OFSS)	354.391.337	284.866.916	443.705.973	419.739.326	416.680.831	118,4	117,6
TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO	12.473.334.089	8.024.910.869	9.629.130.450	9.335.734.591	9.051.741.611	74,8	72,6

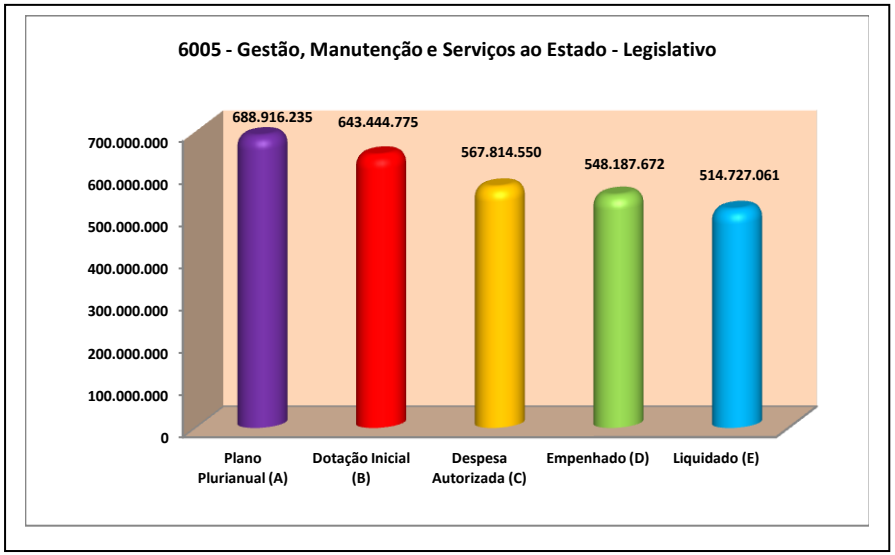
PROGRAMAS GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

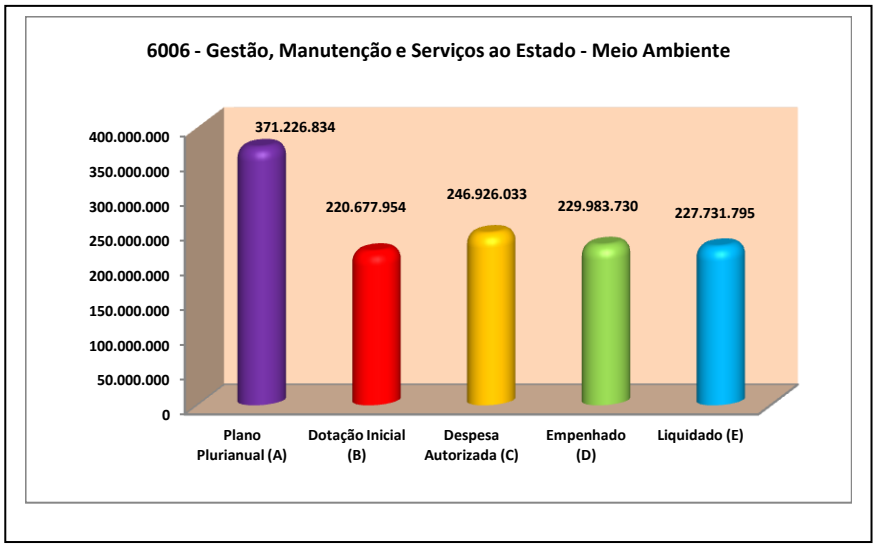


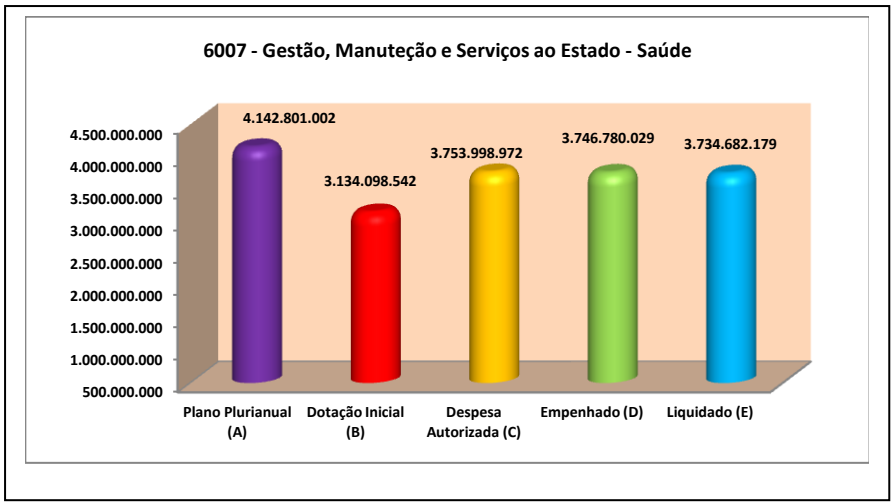


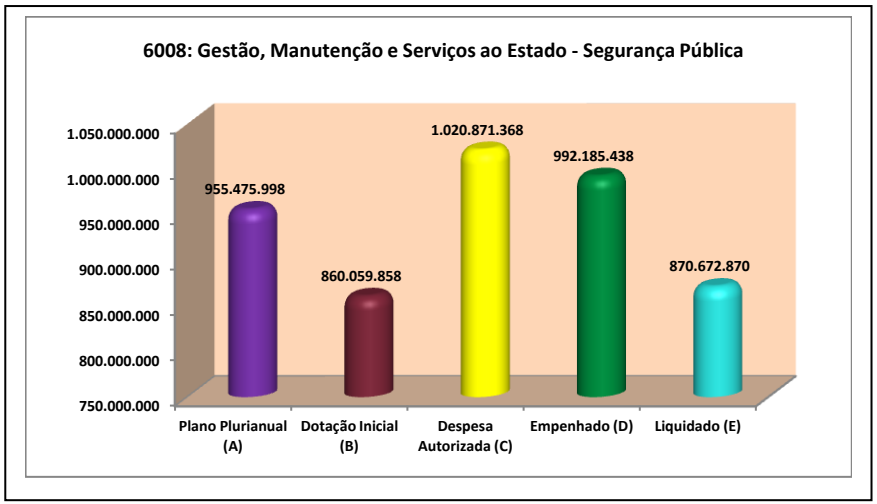


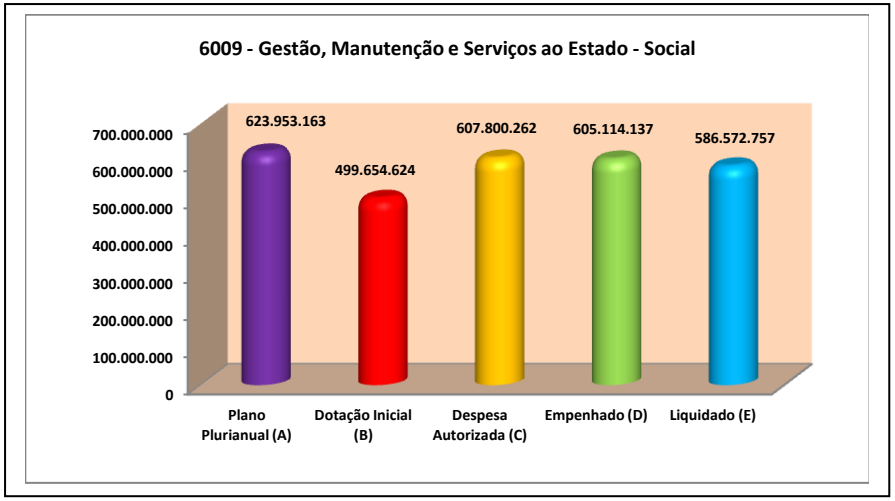


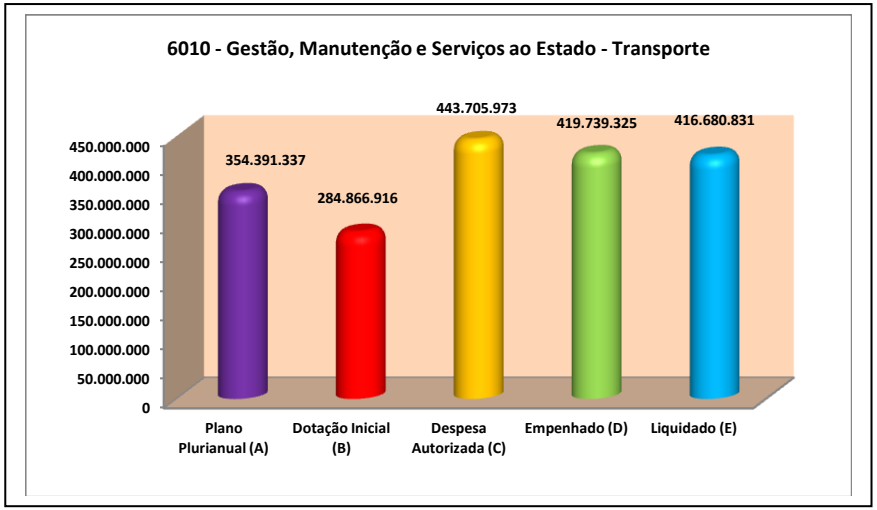

6005 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Legislativo
700.000.000
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
688.916.235
643.444.775
567.814.550
548.187.672
514.727.061
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)


6006 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Meio Ambiente
400.000.000
350.000.000
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
371.226.834
220.677.954
246.926.033
229.983.730
227.731.795
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)


6007 - Gestão, Manuteção e Serviços ao Estado - Saúde
4.500.000.000
4.000.000.000
3.500.000.000
3.000.000.000
2.500.000.000
2.000.000.000
1.500.000.000
1.000.000.000
500.000.000
4.142.801.002
3.134.098.542
3.753.998.972
3.746.780.029
3.734.682.179
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)


6008: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Segurança Pública
1.050.000.000
1.000.000.000
950.000.000
900.000.000
850.000.000
800.000.000
750.000.000
955.475.998
860.059.858
1.020.871.368
992.185.438
870.672.870
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)


6009 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Social
700.000.000
600.000.000
500.000.000
400.000.000
300.000.000
200.000.000
100.000.000
0
623.953.163
499.654.624
607.800.262
605.114.137
586.572.757
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)


6010 - Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado - Transporte
450.000.000
400.000.000
350.000.000
300.000.000
250.000.000
200.000.000
150.000.000
100.000.000
50.000.000
0
354.391.337
284.866.916
443.705.973
419.739.325
416.680.831
Plano Plurianual (A)
Dotação Inicial (B)
Despesa Autorizada (C)
Empenhado (D)
Liquidado (E)